Manual de Economia Política

Academia de Ciências da URSS - Instituto de Economia

Prefácio

Durante o período transcorrido desde o lançamento da segunda edição do Manual de Economia Política, a produção socialista na União Soviética e nos países de democracia popular manteve invariavelmente sua marcha ascensional, aperfeiçoou-se a direção planificada da economia nacional, melhoraram os métodos de gestão da economia, desenvolveu-se a iniciativa criadora das massas.

No campo do capitalismo operaram-se processos de um contínuo aprofundamento da crise geral do capitalismo, da desagregação do sistema colonial e de um crescente agravamento das contradições internas e externas.

As resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e dos últimos plenos do CC do PCUS colocaram diante das ciências sociais, particularmente diante da ciência econômica, novas e importantes tarefas. No informe político do CC do PCUS ao XX Congresso do Partido, foi destacado que, na atual etapa da edificação do comunismo, emerge para o primeiro plano o aspecto econômico da teoria marxista.

Diante dos economistas, como também diante de todos os trabalhadores da frente ideológica, colocam-se as tarefas de uma completa superação das consequências do culto a personalidade, da audaciosa elaboração criadora de toda uma série de novos problemas da economia socialista, levantados pela vida, a tarefa da intensificação da luta contra a ideologia burguesa, contra quaisquer tentativas de revisão do marxismo-leninismo, como perigo principal na atual etapa, contra o dogmatismo e o escolasticismo.

Tudo isto suscitou a necessidade de uma reelaboração essencial do texto do Manual de Economia Política.

Nesta terceira edição do Manual, foi feita uma análise mais desenvolvida dos atuais processos e leis do

desenvolvimento dos dois sistemas mundiais — o socialismo e o capitalismo —, foram introduzidas modificações na estrutura do Manual, o material de fato foi aumentado e renovado, uma série de teses recebeu certo desenvolvimento e concretização e algumas formulações foram modificadas e tomadas mais precisas.

Na estrutura do Manual foram introduzidas as seguintes modificações: o primeiro capítulo é dedicado ao objeto da economia política; as formações pré-capitalistas foram reunidas num só capítulo, que constitui uma breve introdução histórica ao estudo da economia política; os capítulos sobre a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria foram agrupados num único capítulo — "Os três estádios do desenvolvimento do capitalismo na indústria" —, inserido depois do capítulo sobre a mais-valia; o capítulo sobre a renda nacional foi fundido com o capítulo "Reprodução do capital social"; a construção do socialismo nos países de democracia popular é estudada na seção sobre o período de transição do capitalismo ao socialismo; o capítulo "A base material de produção do socialismo" foi suprimido e o material nele contido passou a ser utilizado em outros capítulos; o caráter das leis econômicas do socialismo e o papel econômico do Estado socialista são estudados juntamente com os problemas da propriedade socialista; foi introduzido um capítulo que trata fundamentalmente da produtividade do trabalho; a caracterização do princípio da distribuição segundo o trabalho é feita de maneira particular juntamente com a análise do salário; o capítulo sobre a agricultura faz uma caracterização dos fundamentos do regime colcosiano e das particularidades da aplicação das categorias econômicas do socialismo no setor colcosiano; o capítulo sobre a renda nacional no socialismo foi fundido com o capítulo sobre a "Reprodução socialista"; foram supressos os resumos depois de cada capítulo, que repetiam definições já dadas no texto.

As principais modificações e acréscimos foram introduzidos na caracterização da atual etapa da crise geral do capitalismo e também, particularmente, na seção "Modo de produção socialista".

Na caracterização da atual etapa da crise geral do capitalismo é mostrada a importância decisiva da formação do sistema socialista mundial e da desagregação do sistema colonial do imperialismo e examinados os problemas da coexistência pacífica dos dois sistemas, além de outros.

Na nova edição do Manual é feito um esclarecimento mais amplo da questão das leis gerais e das particularidades da transição para o socialismo em diferentes países a base da generalização da experiência da URSS e dos países de democracia popular, sendo também destacada a significação do fortalecimento da unidade dos países do campo socialista, como condição das mais importantes para o êxito da edificação do socialismo e do comunismo.

A tarefa da ciência econômica marxista-leninista consiste em fazer com que o estudo das leis e categorias da economia socialista baseie-se, cada vez mais, na generalização da experiência da construção econômica em todos os países do sistema socialista mundial.

Na elaboração da terceira edição do Manual, os autores esforçaram-se em fazer uma análise teórica mais desenvolvida das leis e categorias econômicas do socialismo, das formas de sua manifestação e dos métodos da sua utilização na prática da direção planificada da economia socialista. Em relação com isto, foram objeto de maior atenção no Manual as questões teóricas ligadas ao ulterior desenvolvimento do princípio leninista do centralismo democrático na construção econômica, e também as particularidades da direção planificada do desenvolvimento da produção colcosiana, baseada na propriedade cooperativo-colcosiana.

Um espaço consideravelmente maior no Manual é dedicado ao exame dos problemas da ação da lei do valor, notadamente na esfera da produção de bens de produção, na atividade econômica dos colcoses, as questões do fortalecimento do cálculo econômico, do desenvolvimento dos estímulos materiais para o ascenso da produção, da elevação da produtividade do trabalho e da redução do preço de custo da produção, da mais completa efetivação possível de todas as

vantagens da economia socialista planificada visando ao mais rápido cumprimento da tarefa econômica fundamental da URSS e a construção da base material e técnica do comunismo.

No fim do Manual são feitas uma caracterização do sistema mundial do socialismo em seu conjunto, uma análise das leis do desenvolvimento do novo tipo de relações econômicas mútuas entre os países do campo socialista e são também examinadas as questões da competição dos dois sistemas: o socialismo e o capitalismo.

Na elaboração da terceira edição do Manual de Economia Política, como nas duas edições anteriores, uma grande ajuda ao coletivo de autores foi prestada pelo ativo de economistas — trabalhadores científicos, professores, dirigentes da economia e propagandistas.

Nas reuniões dedicadas a discussão da segunda edição do Manual, realizadas com a participação de muitos economistas na Academia de Ciências da URSS, na Academia de Ciências Sociais, anexa ao CC do PCUS, na Escola Superior do Partido, anexa ao CC do PCUS, na Universidade Estatal de Moscou e no Instituto Econômico Estatal de Moscou, na Editora de Literatura Política do Estado, da mesma forma que em grande número de cartas dos leitores, foram feitas muitas observações críticas valiosas e propostas concretas para melhorar o Manual. Uma grande ajuda nesse sentido também foi prestada, através de suas observações e propostas, por muitos economistas estrangeiros, em particular dos países de democracia popular.

O trabalho de elaboração da terceira edição do Manual de Economia Política foi realizado por um grupo de autores com a seguinte composição: acadêmico K.V. Ostrovitianov, membro-correspondente da Academia de Ciências da URSS; L.A. Leontiev, membro efetivo da Academia Lênin de Ciências Agrícolas da União Soviética; I.D. Lantiev, doutores em Ciências Econômicas; L.M. Gatovski e I.I. Kuzminov. Na seleção e elaboração do material estatístico, participou o membro-correspondente da Academia de Ciências da URSS V.N. Starovski.

O grupo de autores exprime o seu agradecimento a todos os camaradas que ajudaram no trabalho do Manual com suas observações críticas e propostas. Os autores pedem aos leitores que enviem suas opiniões e observações sobre a terceira edição do Manual para o seguinte endereço: Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS, rua Volkonka, 14, Moscou.

No texto da tiragem suplementar da terceira edição do Manual de Economia Política, particularmente nos capítulos sobre o modo de produção socialista, foram introduzidos modificações e acréscimos decorrentes das resoluções do XXI Congresso do PCUS.

Este trabalho foi realizado pelos membros do grupo de autores camaradas K.V. Ostrovitianov, L.M. Gatovski e I.I. Kuzminov. Na escolha e elaboração dos novos materiais estatísticos, participou o camarada V.N. Starovski.

Os autores

Capítulo I - Objeto da Economia Política

A Produção de Bens Materiais, Base da Vida da Sociedade

A economia política é uma das ciências sociais[1]. Estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana.

A base da vida da sociedade é a produção material. Para viver, os homens devem ter alimentos, roupas e outros bens materiais. Para possuir esses bens, os homens devem produzi-los, devem trabalhar.

Os homens produzem os bens materiais, isto é, travam a luta contra a natureza, não isoladamente, mas em conjunto, em grupos, em sociedades. Consequentemente, a produção sempre e em quaisquer condições é produção social, e o trabalho, uma atividade do homem social.

O processo de produção dos bens materiais pressupõe os seguintes aspectos:

1. o trabalho do homem,
2. o objeto de trabalho e
3. os meios de trabalho.

O trabalho é uma atividade racional do homem, no processo da qual ele modifica e adapta os objetos da natureza para satisfação de suas necessidades. O trabalho é uma necessidade natural, uma condição indispensável a existência dos homens. Sem o trabalho seria impossível a própria vida humana.

Objeto de trabalho é tudo aquilo sobre o que atua o trabalho do homem. Os objetos de trabalho podem ser fornecidos diretamente pela natureza, como, por exemplo, a madeira que se serra no bosque, ou os minérios que se extraem

das entranhas da Terra. Os objetos de trabalho anteriormente submetidos a ação do trabalho, como os minerais numa usina metalúrgica, o algodão numa fiação, o fio numa tecelagem, tomam a denominação de matérias-primas.

Meios de trabalho são todas as coisas com ajuda das quais o homem atua sobre o objeto do seu trabalho e o modifica. Entre os meios de trabalho figuram antes de tudo os instrumentos de produção, e também a terra, as edificações produtivas, as estradas, canais, depósitos, etc.. Na composição dos meios de trabalho, o papel determinante cabe aos instrumentos de produção, que incluem toda a variedade de instrumentos empregados pelo homem em sua atividade laboriosa, a começar pelos toscos instrumentos de pedra do homem primitivo, até as máquinas atuais. O nível de desenvolvimento dos instrumentos de produção serve de medida do domínio da sociedade sobre a natureza, de medida do desenvolvimento da produção. As épocas econômicas distinguem-se não por aquilo que se produz, mas pela maneira como são produzidos os bens materiais, com que instrumentos de produção.

Os objetos de trabalho e os meios de trabalho constituem os meios de produção. Os meios de produção por si mesmos, sem se associarem a força de trabalho, nada podem criar. Para que possa ser posto em marcha o processo de trabalho, a força de trabalho deve juntar-se aos meios de produção. A força de trabalho é a capacidade do homem para o trabalho, o conjunto de forças físicas e espirituais do homem, graças as quais está ele em condições de produzir bens materiais. A força de trabalho é o elemento ativo da produção, que cria e põe em movimento os meios de produção. Com o desenvolvimento dos instrumentos de produção, desenvolve-se também a capacitação do homem para o trabalho, sua maestria, sua prática, sua experiência produtiva.

Forças produtivas e relações de produção.

Os meios de produção, com ajuda dos quais são criados os bens materiais, e os homens, que põem em movimento esses meios e realizam a produção dos bens materiais, constituem

as forças produtivas da sociedade.

“Quaisquer que sejam as formas sociais de produção, os operários e os meios de produção permanecerão sempre como seus fatores.”(2)

Não apenas os instrumentos de produção, mas também os objetos de trabalho constituem um elemento inseparável das forças produtivas. Junto com o papel determinante dos instrumentos de produção, o desenvolvimento dos objetos de trabalho (a criação de novos tipos de matérias-primas, entre eles materiais para a elaboração de instrumentos de produção, descobrimento de novos recursos energéticos, etc.) é um índice bastante importante do nível das forças produtivas. É sabido, por exemplo, que imensa importância teve a passagem a utilização dos metais para a produção de instrumentos de trabalho, de petróleo, de energia elétrica, e, nos últimos tempos, aquelas modificações nos objetos de trabalho que estão relacionadas com o desenvolvimento da química, com a produção de novíssimos metais, com a aplicação da energia nuclear. As massas trabalhadoras são a força produtiva fundamental da sociedade humana em todas as etapas do seu desenvolvimento.

As forças produtivas exprimem as relações dos homens com os objetos e as forças da natureza, utilizados para a produção de bens materiais. Entretanto, no processo da produção, os homens não se relacionam apenas com a natureza; ao mesmo tempo, mantêm uns com os outros determinadas relações mútuas.

“Não podem produzir sem associar-se de um certo modo, para atuar em comum e estabelecer um intercâmbio de atividades. Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações, e através destes vínculos e relações sociais, e só através deles, é que se relacionam com a natureza e que se realiza a produção.”(3)

As relações sociais entre os homens no processo de produção dos bens materiais constituem as relações de produção. As relações de produção incluem: as formas de

propriedade sobre os meios de produção, a situação das classes e grupos sociais na produção e suas relações mútuas e as formas de distribuição dos produtos.

Nenhuma produção é possível sem essa ou aquela forma de propriedade, isto é, sem uma forma social historicamente determinada de apropriação, pelos homens, dos bens materiais e em particular dos meios de produção[4]. O caráter das relações de produção depende antes de tudo do seguinte: na propriedade de quem se encontram os meios de produção — se na propriedade de pessoas isoladas, de grupos ou classes sociais, que se utilizam desses meios para a exploração dos trabalhadores, ou se na propriedade da sociedade, que tem por objetivo a satisfação das necessidades materiais e culturais das massas populares. De tal modo, o papel determinante no sistema das relações de produção é desempenhado por esta ou aquela forma de propriedade dos meios de produção.

A forma de propriedade dos meios de produção determina a situação dos homens no sistema da produção social, a estrutura de classes da sociedade. Quando a forma predominante é a propriedade privada capitalista dos meios de produção, os operários são privados dos meios de produção e por isto obrigados a trabalhar para os capitalistas, que se apropriam do produto do seu trabalho. Devido a isto, também as relações de produção no capitalismo caracterizam-se pela presença de contradições antagônicas e de uma aguda luta de classes entre os capitalistas e operários e igualmente pela luta de concorrência entre os capitalistas para a obtenção de lucros mais elevados. Nas condições do socialismo, domina a propriedade social dos meios de produção, em suas duas formas — a estatal (de todo o povo) e a colcosiano-cooperativa; aqui, foi liquidada a exploração do homem pelo homem e os trabalhadores trabalham para si, para a sua sociedade. As relações de produção não conhecem contradições antagônicas e caracterizam-se pela colaboração fraternal e pela ajuda mútua socialista.

As relações de produção determinam também as correspondentes relações de distribuição. A distribuição é o elo

de ligação entre a produção e o consumo. Os frutos da produção destinam-se ao consumo produtivo ou ao individual. Denomina-se consumo produtivo a utilização dos meios de produção para a criação de bens materiais. Denomina-se consumo individual a satisfação das necessidades do homem em alimentos, roupas, habitação, etc..

A distribuição dos produtos do trabalho depende da distribuição dos meios de produção. Se os meios de produção encontram-se em propriedade das classes exploradoras, então também a distribuição dos produtos do trabalho realiza-se com fins de enriquecimento dos exploradores e em prejuízo dos interesses dos trabalhadores. Se, entretanto, os meios de produção constituem propriedade social socialista, então também os produtos do trabalho são distribuídos de acordo com os interesses da ampliação da produção socialista e da elevação do nível de bem-estar material e cultural dos trabalhadores.

Nas formações sociais onde existe a produção mercantil, a distribuição dos bens materiais realiza-se mediante a troca de mercadorias.

A produção, a distribuição, a troca e o consumo constituem uma unidade, na qual o papel predominante pertence a produção. Por sua vez, determinadas formas de distribuição, troca e consumo exercem ativa influência recíproca sobre a produção, favorecendo ou freando o seu desenvolvimento.

Definição da economia política.

A produção possui um aspecto técnico e um aspecto social. O aspecto técnico da produção é estudado pelas ciências naturais e técnicas: a física, a química, a metalurgia, a construção de máquinas, a agronomia e outras. A economia política estuda o aspecto social da produção, as relações social-produtivas, isto é, econômicas, entre os homens.

"A economia política — escreveu Lênin — não trata absolutamente da "produção", mas das relações sociais dos

homens na produção, do regime social da produção."[5]

A economia política estuda as relações de produção em sua interação com as forças produtivas. As forças produtivas e as relações de produção em sua unidade formam o modo de produção.

As forças produtivas são o elemento mais dinâmico e revolucionário da produção. O desenvolvimento da produção inicia-se com as modificações das forças produtivas, antes de tudo com as modificações e o desenvolvimento dos instrumentos de produção, produzindo-se depois as modificações correspondentes também no domínio das relações de produção. As relações de produção entre os homens desenvolvem-se na dependência do desenvolvimento das forças produtivas, mas, por seu turno, atuam da maneira mais ativa sobre as forças produtivas.

As forças produtivas da sociedade só poderão desenvolver-se mais ou menos livremente até quando as relações de produção corresponderem ao caráter das forças produtivas. Num determinado ponto do seu desenvolvimento, as forças produtivas ultrapassam os marcos das relações de produção existentes e entram em conflito com elas. E as relações de produção, de forma do desenvolvimento das forças produtivas, transformam-se em grilhões dessas mesmas relações.

Devido a isto, as velhas relações de produção mais cedo ou mais tarde são substituídas por novas relações de produção, correspondentes ao nível de desenvolvimento atingido e ao caráter das forças produtivas da sociedade. As premissas materiais para a substituição das velhas relações de produção por outras novas surgem e desenvolvem-se nas entranhas do velho modo de produção. As novas relações de produção abrem caminho para um ulterior desenvolvimento das forças produtivas.

De tal maneira, a lei econômica do desenvolvimento da sociedade é a lei da correspondência das relações de produção com o caráter das forças produtivas.

Na sociedade baseada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem, os conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção manifestam-se na luta de classe. Nestas condições, a substituição do velho modo de produção por outro, novo, realiza-se mediante a revolução social.

O conjunto das "relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social"[(6)].

Uma vez criada, a superestrutura, por seu turno, exerce ativa influência recíproca sobre a base, acelerando ou freando o seu desenvolvimento. Com a modificação da base econômica, modifica-se também sua superestrutura.

A economia política estuda as relações de produção, a base da sociedade em sua interação com a superestrutura, isto é, com a ideologia, com as concepções políticas e com as instituições.

A economia política é uma ciência histórica. Trata da produção material em sua forma social historicamente determinada, das leis econômicas inerentes aos correspondentes modos de produção. A lei econômica é a essência necessária e estável dos fenômenos e processos econômicos, isto é, a ligação e dependência causai que se repete, interiormente inerente a esses fenômenos e processos.

As leis do desenvolvimento econômico da sociedade são leis objetivas. São engendradas por determinadas condições econômicas, independentemente da vontade dos homens, e perdem sua força com o desaparecimento destas condições. As leis econômicas são as leis do desenvolvimento das relações de produção. Regem as relações sociais de produção e de distribuição dos bens materiais.

Os homens não podem suprimir ou criar arbitrariamente as leis econômicas. Podem apenas conhecer estas leis e utilizá-las para modificar as relações econômicas no interesse da

sociedade. Entretanto, atuando sobre a economia de acordo com as leis conhecidas e com as necessidades amadurecidas do seu desenvolvimento, os homens favorecem o aparecimento de novas relações econômicas regidas por novas leis a elas inerentes.

A utilização das leis econômicas numa sociedade de classes reveste sempre um caráter de classe: a classe avançada de cada formação social utiliza as leis econômicas de acordo com os interesses do desenvolvimento progressista da sociedade, ao mesmo tempo em que as classes superadas opõem-se a isto.

A cada modo de produção é inerente sua lei econômica fundamental. A lei econômica fundamental é a essência de um determinado modo de produção, é a lei do seu movimento e determina a linha principal de desenvolvimento da sociedade. a diferença da lei econômica fundamental, as outras leis econômicas representam aspectos essenciais particulares das relações de produção e determinam processos particulares do desenvolvimento econômico da sociedade. A lei econômica fundamental encontra-se em interação com as outras leis econômicas de uma sociedade determinada e em relação a elas desempenha o papel dirigente.

A economia política "investiga em primeiro lugar as leis particulares de cada etapa do desenvolvimento da produção e da troca, e só ao chegar ao fim desta investigação pode formular as poucas leis inteiramente gerais aplicáveis a produção e a troca em geral"[(7)].

Consequentemente, o desenvolvimento das diferentes formações sociais é determinado tanto por suas leis econômicas específicas, como também por aquelas leis econômicas comuns a todas as formações. Entre tais leis figuram: a lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas, a lei da elevação da produtividade do trabalho e algumas outras. Quer dizer, as formações sociais não só estão separadas umas das outras pelas leis econômicas específicas inerentes a um determinado modo de produção, mas também estão ligadas umas as outras por certas leis econômicas comuns

a todas as formações.

A economia política estuda os seguintes tipos históricos fundamentais conhecidos de relações de produção: o regime comunitário primitivo, o regime escravista, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O regime comunitário primitivo é um regime que precede a sociedade de classes. O regime escravista, o feudalismo e o capitalismo são diferentes formas de sociedade baseadas na propriedade privada sobre os meios de produção, na escravização e exploração das massas trabalhadoras. O socialismo é um regime social baseado na propriedade social socialista sobre os meios de produção, livre da exploração do homem pelo homem.

A economia política investiga como se processa o desenvolvimento dos estádios inferiores da produção social aos seus estádios superiores, como surgem, desenvolvem-se e são suprimidos os regimes sociais baseados na exploração do homem pelo homem. Mostra como todo o curso do desenvolvimento histórico prepara a vitória do modo de produção socialista. Estuda, ademais, as leis econômicas do socialismo, as leis do aparecimento da sociedade socialista e seu ulterior desenvolvimento rumo a fase superior do comunismo.

De tal modo, a economia política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais de produção, isto é, das relações econômicas entre os homens. Elucida as leis que regem a produção e a distribuição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes graus do seu desenvolvimento.

Método da economia política

O método do materialismo dialético é o método da economia política marxista. A economia política marxista-leninista aplica as teses fundamentais do materialismo dialético e histórico ao estudo do regime econômico da sociedade.

A economia política, diferentemente das ciências naturais — da física, da química, etc. —, no estudo do regime econômico da sociedade não pode empregar a experimentação realizada em condições de laboratório, criadas artificialmente,

eliminando aqueles fenômenos que dificultam o exame do processo no seu aspecto mais puro.

"Na análise das formas econômicas — ensinou Marx — não se pode empregar nem o microscópio, nem os reativos químicos. Um e outros devem ser substituídos pela força da abstração."[(8)]

Cada regime econômico constitui um quadro contraditório e complexo. A tarefa da investigação científica consiste em descobrir, por trás da aparência exterior dos fenômenos econômicos, com a ajuda da análise teórica, os processos profundos, os traços fundamentais da economia, que exprimem a essência de determinadas relações de produção, abstraindo ou pondo de lado os traços secundários.

O resultado dessa análise científica são as categorias econômicas, isto é, os conceitos que constituem a expressão teórica das reais relações de produção de uma determinada formação social, como, por exemplo, a mercadoria, o valor, o dinheiro, o cálculo econômico, o preço de custo e outros.

O método de Marx consiste em ascender das categorias econômicas mais simples para as mais complexas, o que corresponde a um desenvolvimento gradual da sociedade segundo uma linha ascendente — dos estádios inferiores para os superiores. Nesta ordem de investigação das categorias da economia política, a investigação lógica é o reflexo do curso histórico do desenvolvimento social.

Na análise das relações de produção capitalistas, Marx destaca, em primeiro lugar, a relação mais simples, aquela que mais frequentemente se repete: a troca de uma mercadoria por outra. Ele mostra que na mercadoria — nesta célula da economia capitalista — estão contidas em embrião as contradições do capitalismo. Partindo da análise da mercadoria, Marx explica o aparecimento do dinheiro, descobre o processo de transformação do dinheiro em capital, a essência da exploração capitalista. Marx mostra como o desenvolvimento social leva inevitavelmente a morte do capitalismo, a vitória do comunismo.

Lênin indicou que a economia política deve ser exposta sob a forma de uma caracterização dos sucessivos períodos do desenvolvimento econômico. De acordo com esta indicação, no presente curso de economia política, as categorias econômicas fundamentais da economia política — a mercadoria, o valor, o dinheiro, o capital, etc. — são examinadas segundo a sucessão histórica em que elas surgiram nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana. Assim, conceitos elementares sobre mercadoria e dinheiro são dados ainda na caracterização das formações pré-capitalistas. Já sob um aspecto desenvolvido, essas categorias são examinadas no estudo da economia capitalista, onde elas atingem seu pleno desenvolvimento. O mesmo critério de exposição é também empregado em relação a economia socialista. O conceito elementar sobre a lei econômica fundamental do socialismo, sobre a lei do desenvolvimento planificado e proporcional da economia nacional, sobre a distribuição do trabalho, sobre o dinheiro, o valor, etc., é dado na seção que trata do período de transição do capitalismo ao socialismo. Já um tratamento desenvolvido destas leis e categorias é feito na seção "O sistema socialista de economia nacional".

O método marxista torna possível conhecer as leis objetivas do desenvolvimento econômico e utilizá-las praticamente segundo os interesses da construção da sociedade comunista.

Diferentemente da história, a economia política não se propõe o estudo do processo histórico do desenvolvimento da sociedade em toda a sua diversidade concreta. Ela fornece os conceitos fundamentais sobre os traços essenciais de cada sistema de economia social.

Ao lado da economia política, também existem outras disciplinas científicas que estudam as relações econômicas em setores particulares da economia nacional, a base das leis descobertas pela economia política: a economia da indústria, a economia da agricultura e outras.

Caráter de classe da economia política

A economia política estuda os problemas mais atuais, que afetam vitais interesses das diferentes classes da sociedade. Serão inevitáveis a morte do capitalismo e a vitória do sistema socialista de economia, estarão os interesses do capitalismo em contradição com os interesses da sociedade e do desenvolvimento progressista da humanidade, será a classeoperária o coveiro do capitalismo e o portador das ideias de libertação da sociedade do capitalismo? todas estas e outras questões semelhantes são respondidas de modo diferente por diferentes economistas, na dependência dos interesses de que classes eles reflitam. Precisamente por isso explica-se porque não existe uma única economia política para todas as classes da sociedade e porque existem diversas economias políticas: a economia política burguesa, a economia política proletária e, por fim, uma economia política das classes intermediárias, a economia política pequeno-burguesa.

Disto, porém, segue-se que estão completamente equivocados aqueles economistas que afirmam ser a economia política uma ciência neutra, não partidária, que a economia política independe da luta de classes na sociedade e não está direta ou indiretamente vinculada a qualquer partido político.

É, então, possível uma economia política inteiramente objetiva, imparcial, que não tema a verdade? Sem dúvida alguma, é possível. Esta economia política objetiva só pode ser a economia política daquela classe que não está interessada na dissimulação das contradições e das chagas do capitalismo, na manutenção da ordem capitalista, daquela classe cujos interesses coincidem com os interesses de libertação da sociedade da escravidão capitalista, com os interesses do desenvolvimento progressista da sociedade. Essa classe é a classe operária. Por isso, a economia política objetiva só pode ser aquela economia política que se apoia nos interesses da classe operária. A economia política marxista-leninista é precisamente esta economia política.

A economia política marxista constitui parte integrante importantíssima da teoria marxista-leninista.

Os grandes dirigentes e teóricos da classe

operária, Marx e Engels, foram os fundadores da economia política proletária. Em seu genial trabalho O Capital, Marx revelou as leis do aparecimento, do desenvolvimento e da morte do capitalismo, fez a fundamentação econômica da inevitabilidade da revolução socialista e da instauração da ditadura do proletariado. Marx e Engels elaboraram, em seus traços gerais, a doutrina sobre o período de transição do capitalismo para o socialismo e sobre as duas fases da sociedade comunista.

Posteriormente, a doutrina econômica do marxismo foi desenvolvida de modo criador nos trabalhos do fundador do Partido Comunista e do Estado soviético, do genial continuador da causa de Marx e Engels, V.I. Lênin. Lênin enriqueceu a ciência econômica marxista com a generalização da nova experiência do desenvolvimento histórico, criando a doutrina marxista sobre o imperialismo, revelou a essência econômica e política do imperialismo, analisou os traços fundamentais da crise geral do capitalismo, criou uma nova teoria da revolução socialista, elaborou a doutrina sobre os caminhos e métodos da construção do socialismo e do comunismo. Marx, Engels e Lênin foram, desse modo, os criadores da economia política verdadeiramente científica.

A teoria econômica marxista-leninista é desenvolvida de maneira criadora nas resoluções do Partido Comunista da União Soviética, dos partidos comunistas e operários irmãos de outros países, nos trabalhos dos dirigentes desses partidos, que enriquecem a ciência econômica com novas conclusões e teses a base da generalização da prática da luta revolucionária e da construção do socialismo e do comunismo. Apoiando-se nos trabalhos de Marx, Engels e Lênin, o eminente teórico do marxismo-leninismo I.V. Stálin apresentou e desenvolveu uma série de novas teses no domínio da economia política. Na elaboração e no desenvolvimento da teoria econômica participam ativamente amplos círculos de marxistas estudiosos da economia. Para o desenvolvimento da teoria econômica possui uma grande significação a generalização da experiência de vanguarda das massas populares, dos dirigentes da economia e inovadores da produção que revelam iniciativas criadoras na

construção do socialismo.

A economia política marxista-leninista é uma poderosa arma ideológica nas mãos da classe operária e de toda a humanidade trabalhadora em sua luta pela libertação do jugo capitalista. A grande força da teoria econômica do marxismo-leninismo consiste em que arma a classe operária, as massas trabalhadoras, com o conhecimento das leis do desenvolvimento econômico da sociedade, dá-lhes uma clara perspectiva e a certeza na vitória final do comunismo.

Notas de rodapé:

(1) A denominação da ciência econômica política origina-se das palavras gregas politeia e oikonomika. A palavra politeia significa organização social e a palavra oikonomika, por sua vez, é composta de duas palavras: oikos, casa, economia doméstica, e nomos, lei. A denominação da ciência economia política somente apareceu em princípios do século XVII.

(2) K. Marx, O Capital, t. II, 1955, p. 32 (sublinhado pelos Autores).

(3) K. Marx, Trabalho Assalariado e Capital, in K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 63.

(4) Aqui (e doravante) têm-se em vista as relações econômicas da propriedade, diferentemente da expressão jurídica destas relações. Marx, criticando o livro de Proudhon, Que é a Propriedade?, escreveu que a economia política estuda o conjunto "das relações de propriedade, não em sua expressão jurídica como relações volitivas, mas em sua forma real, isto é, como relações de produção." (K. Marx, Carta a J.B. Schweitzer, in K. Marx e F. Engels, Cartas Escolhidas, 1947, pp. 153-154).

(5) V.I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Obras t. III, pp. 40/41.

(6) K. Marx, Prefácio a "Contribuição a Crítica da

Economia Política", in K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 322.

(7) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 138.

(8) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 4.

Capítulo II - Modos de Produção Pré-Capitalistas

Aparecimento da sociedade humana. As forças produtivas no regime comunitário primitivo

O aparecimento da sociedade humana verificou-se no início do atual período quaternário da história da Terra, o qual conta, como supõe a ciência, pouco menos de um milhão de anos. Em diversas regiões da Europa, Ásia e África dotadas de clima quente e úmido, habitava uma espécie altamente desenvolvida de macaco antropoide. Como resultado de um longo período de desenvolvimento, compreendendo uma série de graus intermediários, destes distantes ancestrais originou-se o homem.

O aparecimento do homem constitui uma das mais grandiosas reviravoltas no desenvolvimento da natureza. Esta reviravolta verificou-se a partir do momento em que os ancestrais do homem começaram a produzir instrumentos de trabalho. A diferença radical entre o homem e o animal somente começa a existir com a produção de instrumentos, ainda que os mais rudimentares. É sabido que os macacos frequentemente utilizam-se de paus ou pedras para derrubar frutos das árvores, ou defender-se de ataques. Entretanto, animal algum jamais fez mesmo o mais primitivo instrumento.

Os ancestrais do homem viviam em bandos; também em bandos e hordas viviam os homens primitivos. O aparecimento do homem foi, ao mesmo tempo, o aparecimento da sociedade, humana. No curso de um desenvolvimento bastante prolongado, surgiu entre os homens uma espécie de ligação que não existia nem podia existir no mundo animal: a ligação através do trabalho. Diferentemente dos seus ancestrais, o homem passou a produzir os meios necessários a subsistência com a ajuda de instrumentos de trabalho. Nos tempos primitivos, o homem encontrava-se na mais forte dependência em relação a natureza que o cercava. É completamente errônea a tese de alguns sábios burgueses sobre a suposta existência de

uma idade do ouro naqueles tempos. O processo de domínio das forças espontâneas da natureza decorria com extrema lentidão, uma vez que os instrumentos de trabalho eram os mais primitivos. Os primeiros instrumentos do homem eram pedras grosseiramente talhadas sob a forma de achas manuais e paus. Constituíam como que um prolongamento dos seus membros: a pedra — o punho fechado; o pau — o braço estendido.

Durante longo tempo, o homem primitivo viveu principalmente da caça e da coleta de alimentos, o que era feito coletivamente, com a ajuda dos rudimentares instrumentos de trabalho. Em face da insuficiência de alimentos, ocorria a antropofagia entre os homens primitivos. No curso de muitos milênios, como se estivessem tateando, através de um acúmulo de experiências extremamente lento, os homens aprenderam a produzir instrumentos muito simples, utilizados para golpear, talhar, arrancar raízes e para outras atividades muito simples, as quais se cingia então quase toda a esfera da produção.

Na luta com a natureza, a descoberta do fogo foi uma imensa conquista do homem primitivo. Graças a descoberta do fogo, modificaram-se substancialmente as condições da vida material dos homens. O homem primitivo destacava-se definitivamente do mundo animal, estava concluída a prolongada etapa de formação do homem. O fogo era utilizado para o preparo de alimentos, como carne, peixe, raízes feculentas, tubérculos, etc., para produzir instrumentos de produção e oferecia proteção contra o frio e contra as feras.

Com o correr do tempo, o homem aprendeu a fazer instrumentos mais perfeitos. Apareceram as lanças com extremidade pontiaguda, machados, facas e raspadeiras de pedra, arpões e ganchos. Estes instrumentos possibilitaram a caça de grandes animais e o incremento da pesca.

A pedra permaneceu como o principal material para a produção de instrumentos durante um período muito prolongado. A época do predomínio dos instrumentos de pedra, que é calculada em centenas de milhares de anos, é chamada a idade da pedra. Somente mais tarde aprendeu o

homem a fazer instrumentos de metal — a princípio de metal bruto e em primeiro lugar de cobre (o cobre, porém, sendo um metal maleável, não alcançou grande emprego na produção de instrumentos), depois de bronze (liga de cobre e estanho) e, por fim, de ferro. E de acordo com isso, a idade da pedra sucederam-se a idade da pedra e do cobre, depois a idade do bronze e, por fim, a idade do ferro.

Marco importante no caminho para o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho ainda na idade da pedra foi a invenção do arco c da flecha, com o aparecimento dos quais a caça passou a fornecer maior quantidade de meios de subsistência. O incremento da caça conduziu ao aparecimento da pecuária primitiva. Os caçadores começaram a domesticar os animais, a começar pelo cão. Mais tarde, de acordo com as peculiaridades das diferentes regiões onde os homens se haviam fixado, foram sendo domesticados cabras, gado vacum, porcos e cavalos.

Se a pecuária primitiva originou-se da caça, a agricultura primitiva surgiu da coleta de frutos e plantas comestíveis silvestres. Durante muito tempo, a agricultura permaneceu num estado extremamente primitivo. A terra era revolvida a mão, inicialmente apenas com um pau, e depois com um pau tendo a extremidade dobrada, uma espécie de enxadão. Nos vales fluviais, as sementes eram lançadas sobre o limo deixado pelas enchentes dos rios. A domesticação dos animais tornou possível a utilização do gado como força de tração. Posteriormente, nos estádios finais do desenvolvimento da sociedade primitiva, quando os homens dominaram a fundição do metal e apareceram os instrumentos metálicos, o seu emprego tornou mais produtivo o trabalho agrícola. A agricultura passou a ter uma base mais sólida.

As Relações de Produção do Regime Comunitário Primitivo

Os instrumentos de trabalho na sociedade primitiva eram de tal modo rudimentares que excluíam a possibilidade do homem primitivo enfrentar isoladamente as forças da natureza e os animais selvagens. Daqui a necessidade da propriedade comunitária sobre a terra e outros meios de produção, bem

como do trabalho coletivo.

“Este tipo primitivo de produção coletiva ou cooperativa — escreveu Marx — era, está claro, consequência da debilidade do indivíduo isolado, e não da socialização dos meios de produção.”[9]

Os homens primitivos não tinham noção da propriedade privada sobre os meios de produção. Como sua propriedade individual, para uso de membros isolados da comunidade, figuravam apenas alguns instrumentos de produção que, ao mesmo tempo, serviam de meios de defesa contra as feras.

O trabalho do homem primitivo não criava qualquer excedente além do mais indispensável a vida, isto é, não proporcionava um produto suplementar. Em tais condições, na sociedade primitiva não podia haver classes nem exploração do homem pelo homem. A propriedade social existia apenas nos marcos de cada comunidade; estas comunidades eram pequenas e mais ou menos isoladas umas das outras. Segundo Lênin, aqui o caráter social da produção abarcava apenas os membros de uma comunidade.

A atividade laboriosa dos homens da sociedade primitiva baseava-se na simples colaboração (cooperação simples). A cooperação simples é o emprego simultâneo de uma quantidade mais ou menos considerável de força de trabalho para a execução de trabalhos simples. Já a cooperação simples, porém, abria diante dos homens primitivos a possibilidade de realizar tarefas, cujo cumprimento por um homem apenas era inconcebível (por exemplo, a caça a grandes animais selvagens).

O nível de produção extremamente baixo e a insuficiência de objetos de consumo provocavam a necessidade de uma distribuição igualitária. Os produtos do trabalho mal bastavam para a satisfação das necessidades mais essenciais dos homens primitivos. Em tais condições, a desigualdade na distribuição condenaria a morte pela fome uma parte dos membros da comunidade primitiva e, com isso, poria em perigo a capacidade de sobrevivência de toda a coletividade.

Na vida da sociedade primitiva, um grande passo adiante foi dado com o aparecimento da divisão do trabalho. Sua forma mais simples foi a divisão natural do trabalho, isto é, a divisão do trabalho de acordo com a idade e o sexo: entre adultos, crianças e velhos e entre homens e mulheres.

Na medida em que se desenvolviam as forças produtivas, a divisão do trabalho tornava-se gradualmente mais sólida e estável. A especialização do homem no domínio da caça e a da mulher na coleta de alimentos vegetais e na economia doméstica conduziram a uma certa elevação da produtividade do trabalho.

Enquanto durou o processo de separação do homem do mundo animal, as pessoas viviam em bandos e hordas. O desenvolvimento dos instrumentos de trabalho fez surgir a necessidade da substituição da horda primitiva por uma coletividade produtiva mais sólida e mais coesa e da ampliação dos marcos da colaboração simples entre os homens. Naquele estádio de desenvolvimento da sociedade, os laços de família desempenhavam um papel decisivo para a união dos homens. Surgiu daí a necessidade da transição da horda primitiva para a organização gentílica da sociedade. A "gens" era um grupo composto inicialmente por algumas dezenas de pessoas congregadas por laços de sangue.

A passagem para a organização gentílica exigiu uma modificação radical nas relações entre os sexos. Dentro da horda imperavam relações sexuais sem normas entre homens e mulheres, praticava-se o incesto. Isto influía negativamente no desenvolvimento dos homens primitivos. Surgiu a necessidade vital de uma regulamentação das relações sexuais, com a instituição da exogamia (proibição de ligação matrimonial entre parentes por consanguinidade). Aqueles grupos de homens primitivos onde o incesto era restringido desenvolviam-se mais rapidamente em comparação com os grupos que admitiam ligações matrimoniais entre parentes por consanguinidade. As ligações matrimoniais passaram a ser estabelecidas entre os membros de diferentes "gens", o que ampliava a possibilidade da colaboração simples e favorecia o desenvolvimento das forças

produtivas. Com o passar do tempo, o número de componentes da "gens" aumentou, atingindo até centenas de pessoas; desenvolveu-se o hábito da vida conjunta; as vantagens do trabalho em comum persuadiam cada vez mais os homens a permanecerem juntos.

Algumas "gens" constituíram-se em tribos, que são a forma superior de organização da sociedade primitiva.

Na primeira etapa do regime gentílico, a posição dirigente era ocupada pela mulher, o que constituía uma decorrência das condições da vida material dos homens de então. A caça com os instrumentos mais primitivos, atribuição dos homens, não podia assegurar por completo a subsistência da comunidade: seus resultados eram mais ou menos ocasionais. Nestas condições, mesmo as formas rudimentares de agricultura e pecuária (domesticação de animais) possuíam grande significação econômica. Constituíam uma fonte de subsistência mais segura e constante do que a caça. Entretanto, a agricultura e a pecuária, enquanto realizadas através de métodos primitivos, eram predominantemente atribuições das mulheres, que permaneciam próximas ao lar, ao mesmo tempo em que os homens estavam na caça. Durante um longo período, a mulher desempenhou o papel principal na comunidade gentílica. O parentesco era fixado pela linha materna. Esta era a "gens" materna, ou matriarcal (matriarcado). O matriarcado, como forma antiga do regime gentílico, é conhecido por todos os povos. Mas, em diferentes sociedades, ele atingiu um grau maior ou menor de desenvolvimento. Não são raros os casos em que importantes sobrevivências do matriarcado conservaram-se mesmo num grau mais elevado de desenvolvimento da sociedade.

No curso do constante desenvolvimento das forças produtivas, quando se processou a passagem da agricultura com o emprego daqueles enxadões de madeira para uma forma mais desenvolvida, a agricultura com o arado, empregando-se o gado como força de tração e se desenvolveu a pecuária (pastagens), estes ramos, que exigiam trabalho masculino, assumiram importância decisiva na vida da comunidade; a "gens"

matriarcal cedeu lugar a “gens” paterna ou patriarcal (patriarcado). A posição principal transferiu-se para o homem, que se tornou o chefe da comunidade gentílica. O parentesco passou a ser fixado segundo a linha paterna. A “gens” patriarcal existiu no derradeiro período do regime comunitário primitivo.

A força motriz do desenvolvimento do regime comunitário primitivo era o esforço dos homens primitivos para assegurar os meios vitalmente necessários a sua existência. Pelo fato de que o homem primitivo era dotado de instrumentos extremamente frágeis para a sua luta com a natureza, aquele esforço concretizava-se através do trabalho coletivo.

Partindo daí, pode-se formular do seguinte modo a lei econômica fundamental do regime comunitário primitivo: a produção dos meios vitalmente necessários a subsistência da comunidade primitiva, com o emprego de instrumentos rudimentares de produção, a base do trabalho coletivo.

A inexistência da propriedade privada, da divisão da sociedade em classes e da exploração do homem pelo homem excluía a possibilidade de existência do Estado.

“Na sociedade primitiva... ainda não eram percebidos os sintomas de existência do Estado. O que vemos nela é o domínio dos costumes, a autoridade, o respeito, o poder de que desfrutavam os anciãos da “gens”, vemos que este poder, as vezes, era reconhecido inclusive as mulheres... mas não vemos em parte alguma uma categoria particular de pessoas destacadas especificamente para governar outras e, no interesse e com fins de governo, dispor sistemática e permanentemente de um determinado aparelho de subordinação e de violência.”[(10)]

Aparecimento da propriedade privada e das classes. Decomposição do regime comunitário primitivo

O regime comunitário primitivo atingiu no matriarcado o seu maior florescimento. A “gens” patriarcal já continha os germes da decomposição do regime comunitário primitivo.

As relações de produção no regime comunitário primitivo encontravam-se, até certo momento, em correspondência com o nível de desenvolvimento das forças produtivas. Na última etapa do patriarcado, com o aparecimento de instrumentos metálicos, novos e mais aperfeiçoados, as relações de produção da sociedade primitiva deixaram de corresponder as novas forças produtivas. Os estreitos marcos da propriedade comunitária e a distribuição igualitária dos produtos do trabalho freavam o desenvolvimento das novas forças produtivas.

Antes, quando os instrumentos eram extremamente primitivos, só era possível lavrar a terra mediante o trabalho conjunto de dezenas de pessoas. Em tais condições, o trabalho em comum era uma necessidade. Mas, com o desenvolvimento dos instrumentos de produção e o crescimento da produtividade do trabalho, já sucedia uma família estar em condições de lavrar uma parcela de terra e assegurar-se os meios necessários de subsistência. Desse modo, criava-se a possibilidade da passagem para a economia individual, que, naquelas condições históricas, era mais produtiva. Ia desaparecendo mais e mais a necessidade da propriedade comunitária e do trabalho coletivo, enfim, da economia comunitária.

O aparecimento da propriedade privada está intimamente ligado a divisão social do trabalho e ao desenvolvimento da troca. Com a passagem a pecuária e a agricultura, surgiu a divisão social do trabalho, isto é, uma divisão do trabalho segundo a qual a princípio diferentes comunidades e depois também membros individuais das comunidades passaram a ocupar-se em diferentes tipos de atividade produtiva. A separação das tribos pastoris constituiu a primeira grande divisão social do trabalho. Já esta primeira grande divisão social do trabalho determinou uma elevação da produtividade do trabalho notável para aqueles tempos

Na comunidade primitiva durante muito tempo não houve base para a troca: todo o produto era obtido e consumido em comum dentro da própria comunidade.

Modificou-se a situação com o aparecimento da primeira grande divisão social do trabalho. Entre as tribos pastoris apareceu algum excedente de gado, de lacticínios, de carne, couros e peles. Ao mesmo tempo, tinham elas necessidade de produtos agrícolas.

Por seu turno, as tribos que se ocupavam na agricultura alcançaram com o tempo alguns progressos na produção agrícola. Agricultores e pastores careciam de artigos que não podiam produzir em suas próprias economias. Entre as tribos pastoras e as que se ocupavam na agricultura estabeleceram-se, desde a antiguidade, vínculos econômicos através da troca.

Ao lado da agricultura e da pecuária, também se desenvolveram outros tipos de atividade produtiva. Ainda na idade dos instrumentos de pedra, os homens aprenderam a produzir utensílios de argila. Surgiu depois a tecelagem manual.

Teve importância particularmente grande a descoberta da fundição dos metais, a princípio do cobre e depois do bronze, resultado da fusão do cobre com o estanho, o que abriu amplas possibilidades para a produção de diferentes instrumentos e armas de metal (enxadas de cobre com cabo de macieira, pás, serras, machados, lanças, etc.). Começou a desenvolver-se, inicialmente apenas dentro de algumas comunidades, a produção artesanal — tecelagem, ferraria, olaria. Tornava-se cada vez mais difícil combinar estes tipos de atividade com o trabalho agrícola ou pastoril. Gradualmente, foram destacando-se, nas comunidades, pessoas que se ocupavam com o artesanato. A separação do artesanato da agropecuária foi a segunda grande divisão social do trabalho. A produção dos artesãos — dos tecelões, ferreiros, armeiros, oleiros, etc. — destinava-se cada vez mais a troca. O domínio da troca ampliou-se consideravelmente.

Nos primeiros tempos, a troca efetuava-se entre comunidades aparentadas. Nas transações de troca, funcionavam como representantes das comunidades os mais velhos, os patriarcas. O posterior desenvolvimento da divisão social do trabalho e a ampliação da troca solapavam cada vez mais a propriedade comunitária. Em tais condições, os chefes

gentílicos, gradualmente, passaram a conduzir-se em relação aos bens da comunidade, como se fossem propriedade sua.

De início, o principal objeto de troca era o gado. As comunidades pastoras possuíam grandes rebanhos de ovelhas, cabras e de gado bovino. Os anciãos e os patriarcas, que já enfeixavam um grande poder na sociedade, acostumaram-se a dispor desses rebanhos como se fossem propriedade sua. Também os demais membros da comunidade reconheciam-lhes o efetivo direito de dispor dos rebanhos. Assim, antes de tudo, foi o gado que se transformou em propriedade privada, e depois, gradualmente, todos os instrumentos de produção. A terra foi que, por mais tempo, permaneceu como propriedade comum.

O desenvolvimento das forças produtivas e o aparecimento da propriedade privada conduziram pouco a pouco a decomposição da "gens". A "gens" desagregou-se em grandes famílias patriarcais. Posteriormente, dentro da grande família patriarcal, começaram a destacar-se células familiares que transformavam os instrumentos de produção, os utensílios o gado, em sua propriedade privada. Com o crescimento da propriedade privada iam-se afrouxando os vínculos gentílicos. O lugar da comunidade gentílica passou a ser ocupado pela comunidade rural. Diferentemente da "gens", a comunidade rural, ou de vizinhança, era constituída de pessoas nem sempre ligadas por laços de parentesco. A casa, a economia doméstica, o gado — tudo isto era propriedade privada das famílias isoladas. Os bosques, prados, a água e outros bens semelhantes constituíam propriedade comum, como, também, durante determinado período, os campos de cultivo. Inicialmente, os campos de cultivo eram periodicamente repartidos entre os membros da comunidade; mais tarde, porém, passaram a ser propriedade privada.

O aparecimento da troca e da propriedade privada marcaram o começo de uma profunda reviravolta em todo o regime da sociedade primitiva. O desenvolvimento da propriedade privada e a acentuação das diferenças de bens fizeram com que, dentro das comunidades, em diferentes

grupos dos seus membros, surgissem interesses diversos. Em tais condições, as pessoas que tinham na comunidade as atribuições dos anciãos, de chefes militares, de sacerdotes, utilizavam-se de suas posições para enriquecer. Tinham sob seu domínio uma parte considerável da propriedade comunitária. Os detentores de tais atribuições distanciavam-se mais e mais da massa dos membros da comunidade, constituindo uma aristocracia gentílica. Com frequência cada vez maior, transmitiam o seu poder por herança. Ao mesmo tempo, as famílias aristocráticas tornavam-se as famílias mais ricas. E a massa dos membros da comunidade, em escala maior ou menor, ia caindo gradualmente na dependência dessa cúpula aristocrática e rica.

Com o crescimento das forças produtivas, o trabalho do homem, aplicado na pecuária e na agricultura, passou a proporcionar mais meios de existência do que os necessários para manter a vida dos homens. Surgiu a possibilidade da apropriação do trabalho suplementar e do produto suplementar, isto é, o excedente de trabalho e de produto sobre aquilo que era indispensável para o sustento do próprio trabalhador e sua família. Revelava-se, assim, vantajoso não matar as pessoas aprisionadas em combates, como antes se fazia frequentemente, mas sim, obrigá-las a trabalhar, transformando-as em escravos. Dos escravos apropriavam-se as famílias mais ricas e aristocráticas. Por sua vez, o trabalho escravo acarretou o constante incremento da desigualdade, pelo fato de que as economias que empregavam escravos enriqueciam rapidamente. Em face da acentuação da desigualdade de bens, os aristocratas passaram a transformar em escravos, não apenas os prisioneiros, mas também os seus parentes e compatriotas, que haviam empobrecido e contraído dívidas. Foi assim que surgiu a primeira divisão da sociedade em classes — a divisão em senhores de escravos e escravos. Surgiu a exploração do homem pelo homem, isto é, a apropriação gratuita por umas pessoas do produto do trabalho de outras pessoas.

As relações de produção do regime comunitário primitivo decompuseram-se e cederam lugar a novas relações de produção, que correspondiam ao caráter das novas forças

produtivas.

A propriedade social foi substituída pela propriedade privada, o trabalho coletivo cedeu lugar ao trabalho individual, o regime gentílico a sociedade de classes. A partir desse período, toda a história da humanidade, até a construção da sociedade socialista, é a história da luta de classes.

Os ideólogos burgueses pintam as coisas de maneira tal como se a propriedade privada tivesse existido eternamente. A história refuta essas invencionices e mostra convincentemente que todos os povos passaram pelo estádio do regime comunitário primitivo, que existiu durante muitos milênios.

Aparecimento do regime escravista

Nas primeiras etapas do seu desenvolvimento, a escravidão apresentou durante longo tempo um caráter patriarcal, doméstico. Havia relativamente poucos escravos. O trabalho escravo ainda não constituía a base da produção, mas desempenhava apenas um papel auxiliar na economia. A finalidade da economia, como antes, continuava sendo a satisfação das necessidades da grande família patriarcal, que quase não recorria a troca. O poder do senhor sobre os seus escravos era já então ilimitado, apesar de continuar limitado o campo de aplicação do trabalho escravo.

O contínuo incremento das forças produtivas, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e da troca constituíam a base para a transição da sociedade ao regime escravista.

A passagem dos instrumentos de trabalho feitos de pedra para os de metal determinou um considerável alargamento do âmbito do trabalho humano. Na agropecuária, que permanecia sendo o principal ramo da produção, aperfeiçoaram-se os métodos de cultivo da terra e da criação. Surgiram novos ramos na agricultura: a vinicultura, o cultivo do linho, de plantas oleaginosas, etc.. Os rebanhos das famílias ricas se multiplicavam. Os cuidados com o gado reclamavam mais e mais trabalhadores. A tecelagem, a elaboração dos metais, os

trabalhos em olarias e outros ofícios artesanais aperfeiçoavam-se gradualmente.

“O aumento da produção em todos os ramos — na pecuária, na agricultura, no artesanato caseiro — tornou a força de trabalho do homem capacitada para produzir uma quantidade de produtos maior do que a necessária a sua subsistência. Ao mesmo tempo, esse aumento fazia crescer a quantidade diária de trabalho que recaía sobre cada membro da “gens”, da comunidade doméstica, ou de famílias isoladas. A incorporação de novas forças de trabalho tornou-se desejável. A guerra proporcionava-as: os prisioneiros passaram a ser transformados em escravos.”(11)

Uma vez que a agricultura era a principal atividade econômica, enquanto o artesanato tinha uma importância secundária, nas condições do escravismo a economia era, em sua base, natural. Chama-se natural a economia na qual os produtos obtidos do trabalho não se destinam a troca e são consumidos nos próprios marcos dessa economia. Mas, ao mesmo tempo, desenvolvia-se a troca. Os artesãos produziam seus artigos inicialmente a base de encomendas e depois para a venda no mercado. Ao lado disso, muitos deles, no curso de um longo período, continuaram a possuir pequenas parcelas de terra que cultivavam para a satisfação de suas necessidades. Os camponeses exploravam fundamentalmente a economia natural, mas eram obrigados a vender certa parte dos seus produtos no mercado, a fim de ter a possibilidade de comprar os artigos produzidos pelos artesãos e pagar impostos em dinheiro. Assim, uma parte dos produtos do trabalho dos artesãos e camponeses ia transformando-se paulatinamente em mercadoria.

A mercadoria é um produto destinado não ao consumo imediato, mas a troca, a venda no mercado. A produção para a troca é o traço característico da economia mercantil. A separação do artesanato da agricultura, o aparecimento do artesanato como um ofício independente significava que estava sendo gerada pouco a pouco a produção mercantil.

Enquanto a troca teve um caráter fortuito, o intercâmbio

de um produto do trabalho por outro fazia-se diretamente. Mas, na medida em que a troca ampliou-se e tornou-se um fenômeno regular, gradualmente foi-se destacando determinada mercadoria pela qual trocava-se de bom grado qualquer outra. Esta mercadoria começou a servir de dinheiro. O dinheiro é a mercadoria universal, com a ajuda da qual mede-se o valor de todas as outras mercadorias e que serve de intermediário na troca.

O desenvolvimento do artesanato e da troca conduziu a formação das cidades. A cidade surgiu na remota antiguidade, no alvorecer do modo de produção escravista. Inicialmente, a cidade pouco se diferenciava do campo. Pouco a pouco, entretanto, o artesanato e o comércio concentraram-se nas cidades. Pelo tipo de ocupação dos habitantes, por seu modo de vida, a cidade separava-se cada vez mais do campo. Assim teve início a separação da cidade do campo e começou a oposição entre a cidade e o campo.

A medida que aumentava a massa de mercadorias destinadas ao intercâmbio, ampliavam-se também os limites territoriais da troca. Surgiu a necessidade do intermediário entre vendedores e compradores. Os comerciantes passaram a desempenhar esse papel. A separação da classe dos comerciantes, que não se ocupava da produção, mas somente da troca dos produtos, foi a terceira grande divisão social do trabalho. Buscando a obtenção de lucros, os comerciantes compravam as mercadorias aos produtores, transportavam-nas aos mercados de venda, as vezes bastante distantes do lugar da produção, e as vendiam aos consumidores.

A ampliação da produção e da troca acentuou consideravelmente a desigualdade de bens. O dinheiro, o gado de tração, os instrumentos de produção, as sementes concentravam-se em mãos dos ricos. Os pobres viam-se obrigados, com crescente frequência, a recorrer a eles para obter empréstimos, a maior parte em forma natural e as vezes em forma monetária. Os ricos emprestavam instrumentos de produção, sementes e dinheiro, tomando dependentes os seus devedores e, no caso do não pagamento das dívidas, reduziam-

nos a condição de escravos, tomavam-lhes as terras. Surgiu a usura, que trouxe um maior crescimento da riqueza para uns e para outros a sujeição por dívidas.

Também a terra passou a converter-se em propriedade privada. Começaram a vendê-la e a comprá-la. Se o devedor não pudesse saldar sua dívida para com o usurário, só restava ao devedor desfazer-se da terra, vender os próprios filhos e a si mesmo, como escravos. Os grandes proprietários de terras, valendo-se de sua força, apoderavam-se de uma parte dos prados e das pastagens das comunidades camponesas rurais.

A propriedade territorial, as riquezas em dinheiro e as massas de escravos concentravam-se nas mãos dos ricos senhores de escravos. A pequena economia camponesa arruinava-se cada vez mais, enquanto a economia escravista firmava-se e ampliava-se, estendendo-se a todos os ramos da produção. O trabalho escravo tornou-se a base da existência da sociedade. A sociedade cindiu-se em duas classes antagônicas: escravos e senhores de escravos.

Assim se formou o modo de produção escravista.

No regime escravista, a população dividia-se em homens livres e escravos. Os primeiros, em menor ou maior grau, desfrutavam dos direitos de cidadania, de posse de bens e políticos. Quanto aos escravos, eram privados de todos estes direitos. Os homens livres, por sua vez, dividiam-se na classe dos grandes proprietários de terras, que eram ao mesmo tempo grandes senhores de escravos, e na classe dos pequenos produtores (camponeses e artesãos); destes, as camadas acomodadas também utilizavam o trabalho escravo e eram senhores de escravos. Os sacerdotes, que desempenhavam um importante papel na época da escravidão, por sua posição ingressavam na classe dos grandes senhores de terras e de escravos.

O aparecimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes provocaram a necessidade do Estado. Com o aumento da divisão social do trabalho e o desenvolvimento da troca, as diferentes “gens” e tribos aproximavam-se mais e

mais, constituindo uniões. Modificou-se o caráter das instituições gentílicas. Os órgãos do regime gentílico iam perdendo seu caráter popular. Transformaram-se em órgãos de domínio sobre o povo, em órgãos de rapina e opressão das suas tribos e das tribos vizinhas. Os anciãos e chefes militares das "gens" e das tribos transformaram-se em príncipes e reis. Anteriormente, eles desfrutavam de autoridade como pessoas eleitas pela "gens" ou união de "gens". Agora, passavam a usar o seu poder para a defesa dos interesses da cúpula possuidora, para a repressão dos seus próprios parentes arruinados e para o esmagamento dos escravos. A este fim destinavam-se os destacamentos armados, os tribunais e os órgãos repressivos.

Assim foi criado o poder estatal.

O Estado surgiu para manter subjugada a maioria explorada, em benefício da minoria exploradora.

O Estado escravista desempenhou um grande papel no desenvolvimento e na consolidação das relações de produção da sociedade escravista. O Estado escravista mantinha subjugadas as massas de escravos. Tornou-se um aparelho amplamente ramificado de dominação e violência sobre as massas populares. A democracia da Grécia e de Roma antigas, exaltada nos manuais de história burgueses, era essencialmente uma democracia de escravistas.

As Relações de Produção do Regime Escravista. A Situação dos Escravos.

A particularidade característica das relações de produção da sociedade escravista é a propriedade dos senhores de escravos não apenas sobre os meios de produção, mas também sobre os próprios produtores diretos — os escravos. Se, no período da escravidão patriarcal, o escravo era tratado como um membro da família, sob o modo de produção escravista ele não era considerado sequer como uma pessoa. O escravo era considerado como uma coisa, estava a disposição do seu dono do modo mais absoluto. Os escravos não eram apenas explorados, vendidos e comprados como gado; eram, também,

impunemente mortos.

"O escravo não vendia sua força de trabalho ao senhor de escravo, do mesmo modo que o boi não vende seu trabalho ao camponês. O escravo, juntamente com sua força de trabalho, era vendido para sempre ao seu senhor."[12]

O trabalho dos escravos possuía abertamente um caráter de trabalho forçado. Os escravos eram obrigados a trabalhar mediante o emprego das violências físicas mais brutais. Eram postos a trabalhar debaixo de chicote e pelo menor descuido sofriam castigos cruéis. Marcavam-nos a ferro para serem mais facilmente capturados em caso de fuga. Muitos deles ostentavam permanentemente coleiras de ferro, nas quais estavam gravados os nomes dos seus donos.

O senhor de escravos apoderava-se de todo o produto do trabalho escravo. Dava-lhes apenas o mínimo absolutamente indispensável de meios de subsistência — o bastante para que não morressem de fome e pudessem continuar a trabalhar para o senhor de escravos. Ao senhor de escravos cabia não somente todo o produto suplementar, mas também uma parte considerável do produto necessário do trabalho dos escravos.

O desenvolvimento do modo de produção escravista era acompanhado pelo aumento da demanda de escravos. Naquela época o trabalho humano era pouco produtivo e dava apenas um pequeno excedente de produto suplementar sobre os meios absolutamente indispensáveis à existência humana. Devido a isto, a economia escravista só podia oferecer vantagens desde que houvesse uma exploração em massa do trabalho escravo e escravos baratos. A exploração rapace dos escravos acarretou o seu rápido esgotamento físico. Era preciso estar constantemente renovando a quantidade de escravos. Não era possível atender a crescente demanda de escravos apenas por meio de sua multiplicação natural. Numa série de países, como regra, os escravos não tinham família. Era desvantajoso para o senhor de escravos sustentar os filhos dos escravos numa idade em que eles ainda não eram capazes de trabalhar, de criar o produto suplementar. A guerra era uma fonte muito importante para a obtenção de novos cativos. Os Estados escravistas do antigo

Oriente travavam guerras permanentes com o objetivo de conquistar outros povos. A história da antiga Grécia é pontilhada de guerras entre diferentes cidades-Estado, entre metrópoles e colônias, entre os Estados gregos e orientais. Roma guerreou ininterruptamente; no seu período áureo, conquistou uma grande parte do mundo então conhecido. Não apenas os combatentes, aprisionados em combate, eram feitos escravos, mas também, numa série de casos, grande parte da população das terras conquistadas.

Outra fonte de abastecimento de escravos eram as províncias e as colônias, que forneciam aos senhores de escravos "mercadoria viva", juntamente com todas as outras mercadorias. O comércio de escravos era um dos ramos mais vantajosos e florescentes da atividade econômica. Foram constituídos centros especiais do comércio de escravos; organizavam-se feiras, as quais concorriam mercadores e compradores de longínquos países.

O modo de produção escravista abriu as mais amplas possibilidades para o crescimento das forças produtivas em comparação com o regime comunitário primitivo. A concentração de uma grande quantidade de escravos em mãos do Estado escravista e de alguns senhores de escravos tornava possível a utilização em grande escala da cooperação simples do trabalho. Sobre isto testemunham as gigantescas construções erigidas na antiguidade pelos povos do Egito, da índia, da China, de Roma, da Grécia, da Transcaucásia, da Ásia Média e outros: sistemas de irrigação, estradas, pontes, fortificações militares, monumentos culturais.

Na sociedade escravista, alcançou considerável desenvolvimento a divisão social do trabalho, que se refletiu na especialização da produção agrícola e artesanal, criando condições para a elevação da produtividade do trabalho.

O trabalho escravo foi largamente empregado na Grécia, na produção artesanal. Apareceram grandes oficinas — os ergastérios, nos quais trabalhavam algumas dezenas de escravos. O trabalho dos escravos também era empregado na construção, na extração de minério de ferro, da prata e do

ouro. Em Roma, o trabalho dos escravos era amplamente utilizado na agricultura. A aristocracia romana possuía extensas propriedades — os latifúndios — onde trabalhavam centenas e milhares de escravos. Tais latifúndios eram formados mediante a usurpação das terras dos camponeses e também das terras livres do Estado.

Os latifúndios escravistas, em virtude da barateza do trabalho escravo e da utilização das vantagens da cooperação simples, podiam produzir cereais e outros produtos agrícolas com menores despesas do que as pequenas economias dos camponeses livres. O pequeno campesinato era deslocado, caía na escravidão ou ia engrossar as fileiras das camadas miseráveis da população urbana — o lumpen-proletariado[13].

A oposição entre a cidade e o campo, surgida ainda no período de transição do regime comunitário primitivo para o escravismo, acentuava-se sempre mais. As cidades tornaram-se os centros para onde convergiam os aristocratas escravistas, comerciantes, usurários, o funcionalismo do Estado escravista, que exploravam as amplas massas da população camponesa.

O largo emprego do trabalho escravo possibilitou aos senhores de escravos libertar-se do trabalho físico e descarregá-lo sobre os escravos. Os senhores de escravos referiam-se com desprezo ao trabalho físico, consideravam-no uma ocupação incompatível com o homem livre e levavam uma vida parasitária. Com o desenvolvimento da escravidão, uma parte da população livre desligava-se cada vez mais da atividade produtiva. Os assuntos do Estado, a ciência e as artes, que alcançaram significativo desenvolvimento, eram enfeixados nas mãos de uma parte da cúpula dos senhores de escravos e de outras pessoas livres.

O regime escravista marcou o início da oposição entre o trabalho físico e o trabalho intelectual, criando uma ruptura entre eles.

A exploração dos escravos constitui o traço principal das relações de produção da sociedade escravista. Ao mesmo tempo, o modo de produção escravista teve em diferentes

países suas particularidades essenciais.

Nos países escravistas do antigo Oriente, alcançaram ampla difusão as formas comunitárias e estatal de propriedade da terra. A existência destas formas de propriedade estava relacionada com o sistema da agricultura a base da irrigação.

“Aqui, a agricultura baseia-se principalmente na irrigação artificial, e esta irrigação já é atribuição da comunidade, ou do poder local ou central.”[(14)]

A agricultura de irrigação nos vales fluviais do Oriente exigia imensas quantidades de trabalho para a construção de diques, canais, aquedutos e para a drenagem de pântanos. Tudo isto tornava necessário centralizar a construção e a utilização dos sistemas de irrigação em escala de grandes territórios, o que era uma função do poder estatal. Com o desenvolvimento da escravidão, as terras comunitárias concentraram-se nas mãos do Estado. O rei, que desfrutava de um poder ilimitado, tornou-se o supremo proprietário das terras.

Concentrando em suas mãos a propriedade da terra, o Estado dos escravistas gravava os camponeses com enormes impostos, impunha-lhes diferentes tipos de obrigações e, com isso, subjugava-os e frequentemente escravizava-os. O camponês-comunitário, que não pagava a dívida contraída com o usurário ou o arrendamento ao proprietário da terra, era obrigado a trabalhar na economia deles durante determinado tempo, na condição de escravo-devedor. Os camponeses permaneceram como membros da comunidade. Estas comunidades eram baseadas na combinação da indústria caseira com a agricultura primitiva, o que lhes dava um caráter fechado e estagnado. Em consequência dessa estagnação, ao mesmo tempo em que a terra concentrava-se em mãos do Estado escravista, a comunidade era uma sólida base para o despotismo oriental, isto é, o poder autocrático ilimitado do monarca-déspota. Um importantíssimo papel nos países escravistas do Oriente era desempenhado pela aristocracia sacerdotal. As economias comunitárias, pertencentes aos templos, baseavam-se no trabalho escravo.

Com o desenvolvimento da economia escravista, a troca foi assumindo um papel cada vez mais destacado, principalmente no período de máximo desenvolvimento do regime escravista. Numa série de ramos da produção, determinada parte dos produtos do trabalho passou a ser produzida em caráter regular na condição de mercadorias e vendida no mercado.

Com a expansão da troca, cresceu o papel do dinheiro. A mercadoria que era mais frequentemente empregada como objeto da troca ia-se destacando sob a forma de dinheiro. Para muitos povos, particularmente aqueles que se dedicavam a criação, inicialmente era o gado que servia como dinheiro. Para outros, o sal, os cereais e as peles constituíam o dinheiro. Gradualmente, todos estes e outros tipos de dinheiro foram sendo substituídos pelo dinheiro metálico.

Em Roma, como também na Grécia, além do comércio de escravos e de outras mercadorias, tinha uma grande importância o comércio de objetos de luxo, procedentes dos países do Oriente. Com frequência, o comércio estava relacionado com a pilhagem das populações indígenas e com a pirataria no mar.

Já durante o regime escravista, o dinheiro não era apenas um meio de compra e venda das mercadorias. Também começou a ser usado como meio de apropriação do trabalho alheio, através do comércio e da usura. O dinheiro, empregado com o objetivo de apropriação do trabalho suplementar e do seu produto, transformou-se em capital, isto é, em meio de exploração.

Marx mostrou que o capital comercial e o capital usurário precedem o modo de produção capitalista. Tendo surgido ambos das entranhas do regime escravista, eles não modificam as relações de produção, que repousam na escravidão, mas ao contrário, arruinando os pequenos produtores, agem no sentido da transformação destes em escravos. Ao mesmo tempo, estas formas de capital, não participando da produção, conduzem à concentração de grandes massas de dinheiro nas mãos dos comerciantes e usurários. Ademais, uma parte considerável de

tais recursos é destinada ao consumo parasitário destes. últimos. As relações capitalistas, como será mostrado adiante, somente surgem e tornam-se dominantes na produção, quando aparecem as classes dos operários assalariados e dos capitalistas industriais. Por isto, erram aqueles sábios burgueses que pintam as relações escravistas na antiga Roma e na antiga Grécia como se tivessem sido relações capitalistas.

Foi na Grécia e em Roma que a sociedade escravista atingiu suas formas mais acabadas e maduras, no mundo antigo.

O objetivo da produção na sociedade escravista é o produto suplementar, criado pelo trabalho dos escravos, e do qual os senhores de escravos se apropriam. Em face do desinteresse dos escravos pelo trabalho para os seus donos e da baixa produtividade do trabalho escravo, os senhores de escravos asseguravam a criação do produto suplementar através do amplo emprego da cooperação do trabalho das massas de escravos e da desumana exploração destes. A possibilidade de tal exploração era condicionada pela propriedade absoluta dos senhores de escravos sobre os escravos e pela larga torrente de escravos baratos, como resultado das conquistas.

Consequentemente, a lei econômica fundamental do regime escravista pode ser definida como a produção do produto suplementar para os senhores de escravos, mediante a exploração rapace das massas de escravos, que constituíam propriedade absoluta dos seus senhores.

O Agravamento das Contradições e a Morte do Regime Escravista

O regime escravista foi uma etapa necessária no desenvolvimento da sociedade humana. Sobre a exploração de gerações de escravos, floresceu a cultura que estava na base do desenvolvimento futuro da humanidade. Muitos ramos do conhecimento — a matemática, a astronomia, a mecânica, a arquitetura — atingiram notável desenvolvimento no mundo antigo. Os objetos de arte legados pela antiguidade, as obras de literatura artística, de escultura, de arquitetura, ingressaram para sempre no tesouro da cultura humana.

O regime escravista, porém, continha em si mesmo insuperáveis contradições que o levaram à morte. As possibilidades mais amplas para o desenvolvimento das forças produtivas, abertas pelas relações de produção da sociedade escravista em comparação com o regime comunitário primitivo, relacionavam-se principalmente com o aproveitamento, em larga escala, das vantagens da cooperação simples do trabalho das massas de escravos. Estas possibilidades esgotavam-se mais e mais. Ao mesmo tempo, o regime escravista não podia suscitar nenhum desenvolvimento sensível da técnica, por força do desinteresse dos escravos pelos resultados do seu trabalho. A escravidão, à medida que se difundia, transformava cada vez mais o trabalho numa atividade de escravos, isto é, numa ocupação indigna de pessoas livres.

"Toda produção baseada na escravidão e toda sociedade que se apoie sobre ela sucumbirão a essa contradição."[15]

Tudo isto significava que o regime escravista chegava ao fim. A principal contradição de classe da sociedade escravista, entre escravos e senhores de escravos, aguçava-se cada vez mais. A forma escravista de exploração destruía a principal força produtiva desta sociedade — os escravos. A luta dos escravos contra as formas cruéis de exploração convertia-se com frequência sempre maior em insurreições armadas. Este fato minava os próprios fundamentos da economia escravista.

Agravavam-se simultaneamente as contradições de classe entre os camponeses livres e os grandes proprietários de terras. A concorrência da grande produção, baseada no trabalho escravo, ia afastando os pequenos produtores, os camponeses. Além disso, a massa dos pequenos produtores livres — os camponeses e os artesãos — vivia sobrecarregada por diferentes tipos de ônus e impostos estatais e era explorada pelo capital comercial e usurário. Em decorrência de tudo isto, arruinavam-se os pequenos produtores, transformando-se em pessoas desprovidas dos meios de produção e de subsistência.

A condição básica da existência e do desenvolvimento da economia escravista era o permanente suprimento de escravos novos e baratos. Os escravos eram fornecidos principalmente

pela guerra. Os camponeses e artesãos constituíam o potencial militar fundamental dos Estados escravistas. Serviam na guerra e carregavam sobre os ombros o fardo principal dos impostos necessários ao custeio das guerras. O afastamento e a ruína dos camponeses livres e artesãos minava não só a base econômica, mas também a base militar e política dos Estados escravistas, particularmente de Roma. As vitórias cederam lugar às derrotas. As guerras de conquista cederam lugar às guerras defensivas. Esgotaram-se as fontes do ininterrupto suprimento de escravos baratos. Tal situação teve como consequência o fato de que os grandes latifúndios na agricultura e as oficinas de artesãos nas cidades, que se baseavam no trabalho escravo, perderam sua rentabilidade. Os lados negativos do trabalho escravo faziam-se sentir de maneira cada vez mais forte. Nos dois últimos séculos de existência do Império Romano, sobreveio a queda geral da produção. Arruinava-se o comércio, empobreciam-se as terras anteriormente ricas, a população começou a diminuir, pereciam os ofícios, as cidades se despovoavam.

As relações de produção baseadas no trabalho escravo transformaram-se em empecilho para o sucessivo crescimento das forças produtivas da sociedade. Surgiu a necessidade histórica da substituição das relações de produção escravistas por outras relações de produção, que modificassem a situação social da principal força produtiva — as massas trabalhadoras. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas exigia a substituição dos escravos por trabalhadores que, em certa medida, estivessem interessados nos resultados do seu trabalho.

Devido ao fato da produção escravista ter-se tornado economicamente desvantajosa, os senhores de escravos começaram a repartir suas propriedades em pequenas parcelas e, sob determinadas condições, entregá-las ou a antigos escravos libertos, ou a cidadãos que antes eram livres e agora obrigados a cumprir uma série de exigências em favor do proprietário da terra. Os novos agricultores foram incorporados as parcelas de terras e podiam ser vendidos juntamente com estas. Já não eram, porém, escravos.

Era uma nova camada de pequenos produtores, que ocupava uma posição intermediária entre os homens livres e os escravos e que possuía um certo interesse nos resultados do trabalho. Foram denominados colonos e foram os predecessores dos servos medievais.

Assim, nas entranhas da sociedade escravista iam sendo gerados os elementos do modo de produção feudal, um novo modo de produção. A história das sociedades escravistas nos países do antigo Oriente, da Grécia e de Roma mostra que com o desenvolvimento da economia escravista intensificou-se a luta de classe das massas escravizadas contra os seus opressores. As insurreições dos escravos entrelaçavam-se com a luta dos pequenos camponeses explorados contra a cúpula escravista, contra os grandes proprietários de terras.

A contradição entre os pequenos produtores e os grandes proprietários de terra aristocráticos, gerou, ainda no estádio inicial do desenvolvimento da sociedade escravista, um movimento democrático entre os homens livres, movimento que tinha como objetivo a liquidação do prolongado jugo, a repartição das terras, a supressão das prerrogativas da aristocracia territorial e a transmissão do poder ao demos (isto é, ao povo).

Dentre as numerosas insurreições de escravos na antiga Roma, foi particularmente importante a insurreição dirigida por Espártaco (anos 74/71 antes da nossa era). Ao seu nome está ligada a página mais brilhante da história da luta dos escravos contra a escravidão.

Durante muitos séculos eclodiram frequentes insurreições de escravos, aos quais se juntavam os camponeses empobrecidos. Estas insurreições atingiram seu clímax nos séculos II/I antes da nossa era e nos séculos III/V da nossa era. Os senhores de escravos esmagavam as insurreições recorrendo as medidas mais selvagens.

As insurreições das massas exploradas, principalmente dos escravos, solaparam a passada força da antiga Roma. Os golpes desfechados internamente conjugavam-se cada vez mais aos

desferidos do exterior. Os habitantes das terras vizinhas, transformados em escravos, levantavam-se em insurreições nos campos da Itália, e ao mesmo tempo os seus compatriotas, que permaneciam em liberdade, assaltavam as fronteiras do Império, irrompiam no seu território, destruíam o domínio romano. Isto acarretou a morte do regime escravista na antiga Roma.

As tribos livres e os povos que haviam sido submetidos a escravidão, a rapina e a exploração sob a forma de tributos por parte dos Estados escravistas, foram a força decisiva não apenas no destroçamento do Império Romano. Muitas sociedades escravistas do antigo Oriente e também de outros países sucumbiram diante dos assaltos das tribos livres, que lutavam contra a escravidão.

Em substituição ao regime escravista, surgiu o regime feudal.

Aparecimento do Feudalismo

Elementos do feudalismo, como já foi dito, vinham sendo gerados ainda nas entranhas da sociedade escravista, sob a forma do colonato. Os colonos tinham a obrigação de trabalhar na terra do seu senhor, o grande proprietário de terra, pagar-lhe determinada soma em dinheiro, ou entregar-lhe uma parte considerável da colheita e executar diferentes gêneros de serviços. Em grau maior ou menor, os colonos tinham mais interesse nos resultados do seu trabalho, do que os escravos, pois possuíam sua própria economia.

Desse modo, constituíram-se novas relações de produção, que atingiram seu mais completo desenvolvimento na época do feudalismo.

O Império Romano foi derrotado pelas tribos germânicas, gaulesas, eslavas e por outros povos que viviam em diferentes partes da Europa. As tribos-conquistadoras, a época em que Roma foi vencida, viviam no regime comunitário primitivo já na fase de desagregação. Na vida destas tribos, um grande papel era desempenhado pela comunidade rural, que entre os germanos tinham o nome de marca. A terra, com exclusão das

grandes extensões territoriais da aristocracia gentílica, constituía propriedade da comunidade. Os bosques, as terras baldias, as pastagens e os pântanos eram utilizados em comum. Passados vários anos, os campos e os prados foram repartidos entre os membros da comunidade. Gradualmente, porém, as terras próximas a casa e as terras cultiváveis começaram a transformar-se em usufruto hereditário de algumas famílias. a frente das tribos-conquistadoras colocaram-se os chefes militares que possuíam, juntamente com seus destacamentos, grandes extensões de terras.

Tendo subjugado o Império Romano, as tribos-conquistadoras apoderaram-se de grande parte das terras estatais romanas e de certa parte das terras dos grandes proprietários particulares. Os bosques, os prados e as pastagens continuaram sendo usados em comum, enquanto que as terras cultiváveis foram repartidas entre diferentes economias. Com o correr do tempo, as terras repartidas transformaram-se pouco a pouco em propriedade privada dos camponeses. Assim se formou, dentro da comunidade, a camada do pequeno campesinato independente.

Entretanto, os camponeses não podiam conservar por muito tempo sua independência. Desde que existia a propriedade privada da terra e de outros meios de produção, acentuava-se inevitavelmente a desigualdade de bens entre diferentes membros da comunidade rural. No seio do campesinato apareceram famílias acomodadas e famílias pobres, Com o crescimento da desigualdade de bens, aqueles membros que haviam enriquecido passaram a adquirir força sobre a comunidade. A terra ia-se concentrando em mãos das famílias ricas, da aristocracia gentílica e dos chefes militares. Os camponeses caíram na dependência pessoal dos grandes proprietários de terras.

A conquista do Império Romano acelerou a desagregação do regime gentílico das tribos-conquistadoras. A fim de manter e fortalecer o domínio sobre os camponeses dependentes, era necessário aos grandes proprietários de terras reforçar os órgãos do poder estatal. Os chefes militares, apoiando-se na

aristocracia gentílica e nos membros dos seus destacamentos, começaram a concentrar o poder em suas mãos, transformando-se em reis, em monarcas.

Sobre as ruínas do Império Romano surgiu uma série de novos Estados, a frente dos quais estavam os reis. Generosamente, os reis distribuíam as terras por eles conquistadas para posse dos membros de sua família, os quais, por essa razão, obrigavam-se a prestar-lhes serviços militares. A Igreja, que era um importante apoio do poder real, recebeu extensas terras. A terra era trabalhada pelos camponeses, que agora deviam uma série de obrigações aos novos senhores. Imensas propriedades territoriais passaram para as mãos das tropas e dos servidores reais, dos poderes eclesiásticos e dos mosteiros. As terras assim distribuídas chamavam-se feudos. Daqui a denominação do regime social — o feudalismo.

Em diferentes países, o processo de formação do feudalismo decorreu de maneira diversa, mas sua essência em toda parte foi a mesma: os camponeses anteriormente livres caíram sob a dependência pessoal dos feudais, que se haviam apoderado da sua terra. Esta dependência as vezes era mais débil, as vezes mais dura. Com o correr do tempo, desapareceu a diferença antes existente na situação dos antigos escravos colonos e dos camponeses livres e todos eles transformaram-se na massa única do campesinato dependente, que, em determinadas condições, transformou-se no campesinato servil. Pouco a pouco foi-se criando uma tal situação que era bem caracterizada por um aforismo medieval: “Não há terra sem senhor” (isto é, sem o senhor feudal). Os reis eram os supremos proprietários das terras.

O feudalismo foi uma etapa necessária no desenvolvimento histórico da humanidade. A escravidão cessara de existir. Nessas condições, o ulterior desenvolvimento das forças produtivas somente era possível a base das massas de camponeses dependentes, que possuíam sua economia, seus próprios instrumentos de produção e que tinham certo interesse pelo trabalho.

Entretanto, como o testemunha a história da humanidade,

não é obrigatório que cada povo passe por todas as etapas do desenvolvimento social.

Na Rússia, quando da decomposição do regime comunitário, surgiu a escravidão patriarcal. Entretanto, o desenvolvimento da sociedade não se deu aqui, no fundamental, através da escravidão, mas pelo caminho do feudalismo. As tribos eslavas, ainda quando entre elas predominava o regime gentílico, a começar do século III da nossa era, investiram sobre o império escravista de Roma, lutaram pela libertação das cidades da costa norte do Mar Negro, que se achavam sob o domínio de Roma, e desempenharam um grande papel no destroçamento do regime escravista. A transição do regime comunitário primitivo para o feudalismo, na Rússia, processou-se naqueles momentos em que nos países da Europa ocidental o regime escravista de há muito havia caído e quando se consolidavam as relações feudais.

Na Rússia, como também em outros países, com o aparecimento do feudalismo, o camponês ia sendo paulatinamente agregado a terra pertencente aos senhores feudais. Este processo intensificou-se particularmente no período da formação do Estado russo centralizado (séculos XV/XVI), quando os grão-príncipes e reis começaram a “instalar” na terra, como então se dizia, seus parentes e serviçais, isto é, a dar-lhes a terra e os camponeses, sob a condição da prestação de serviço militar. Daí as denominações de “pomiéstie” e “pomiéschik”.(16)

No feudalismo, o papel predominante era desempenhado pela agricultura, principalmente a lavoura. Pouco a pouco, no transcurso de vários séculos, foram sendo aperfeiçoados os métodos de cultura do trigo, desenvolveram-se a horticultura, a pomicultura, a vinicultura e a produção de gorduras alimentícias.

No período inicial do feudalismo, os implementos agrícolas eram rudimentares. Os instrumentos de trabalho usados eram o arado com grade de ferro, a foice, a gadanha e a pá. A moagem dos cereais durante longo tempo foi feita a mão, até que se difundiu o emprego dos moinhos de vento e a água.

As Relações de Produção da Sociedade Feudal. A Exploração dos Camponeses pelo Senhores Feudais

O regime feudal caracteriza-se pela exploração dos camponeses pelos senhores feudais. A dominação destes últimos era baseada na grande propriedade feudal da terra e na dependência pessoal dos camponeses aos senhores feudais. O camponês dependente do senhor feudal, mesmo nas condições da servidão, não era escravo. Diferentemente do escravo, ele possuía sua própria economia, baseada no trabalho pessoal.

A economia pertencente ao senhor feudal ocupava uma parte de sua terra, e outra parte era entregue pelo senhor feudal, em condições leoninas, para ser utilizada pelo camponês. O senhor feudal "parcelava" a terra, donde a denominação de "parcela". Quem quer que vivesse na terra do senhor feudal, encontrava-se sob sua dependência pessoal. Os camponeses estavam incorporados a terra, dessa ou daquela forma. A parcela de terra camponesa era uma condição para garantir força de trabalho ao latifundiário. Desfrutando hereditariamente de sua parcela, o camponês era obrigado a trabalhar para o latifundiário, a lavrar as terras do latifundiário, para isso empregando seus próprios implementos e gado de tração, ou então a dar ao latifundiário seu produto suplementar sob uma forma natural ou monetária.

Semelhante sistema de economia pressupunha obrigatoriamente a dependência pessoal do camponês ao latifundiário — uma coação extraeconômica.

"Se o latifundiário não tivesse um poder direto sobre a pessoa do camponês, não poderia obrigar a trabalhar para si um homem que possui terra e que dirige sua própria economia."[17]

As formas e graus desta coação eram os mais diversos: começavam pelo estado de servidão e iam até uma situação de desigualdade social (de estado) para o camponês.

O tempo de trabalho do camponês-servo dividia-se em tempo necessário e tempo suplementar. Durante o tempo necessário, o camponês criava o produto necessário a sua

manutenção e a de sua família. Durante o tempo suplementar, criava o produto suplementar, do qual o senhor feudal se apropriava. O trabalho suplementar dos camponeses, realizado na fazenda do senhor feudal, ou o produto suplementar, criado pelo camponês em sua própria economia, e do qual aquele se apropriava, constituía a renda feudal da terra. A renda feudal frequentemente abarcava não só o trabalho suplementar do camponês, mas também parte do seu trabalho necessário. A base desta renda era a propriedade feudal da terra, relacionada com a dominação direta do latifundiário feudal sobre os camponeses dele dependentes.

No feudalismo existiam três formas de renda da terra: a renda-trabalho, a renda-produto e a renda-dinheiro. Em todas estas formas de renda, a exploração dos camponeses pelos latifundiários apresentava-se sob uma forma ostensiva.

A renda-trabalho, ou corveia, foi a forma predominante nos estádios iniciais do feudalismo. Na corveia, o camponês trabalhava determinada parte da semana — três dias ou mais — utilizando seus próprios instrumentos de produção (arado, gado de tração, etc.) na propriedade do senhor, e nos restantes dias da semana trabalhava em sua própria economia. De tal modo, sob as condições da corveia, o trabalho necessário e o trabalho suplementar do camponês estavam nitidamente demarcados no tempo e no espaço. Na corveia, a variedade de trabalhos prestados era bastante ampla. O camponês arava, semeava e colhia, apascentava o gado, trabalhava como carpinteiro, lenhador, transportava em seus cavalos os produtos agrícolas e materiais de construção para o senhor.

No sistema da corveia, o camponês servo só estava interessado na elevação da produtividade do trabalho quando trabalhava em sua própria economia. Durante o tempo de trabalho na economia do latifundiário, não existia tal interesse por parte do camponês. Os senhores feudais mantinham capatazes que obrigavam os camponeses a trabalhar.

Com o desenvolvimento, a renda-trabalho foi sendo cada vez mais substituída pela renda-produto, ou censo frutuário. Sob esta forma de renda, o camponês era obrigado a entregar

regularmente ao latifundiário determinada quantidade de trigo, gado, aves e outros produtos agropecuários. O mais frequente era a combinação da renda-produto com essas ou aquelas sobrevivências da corveia, isto é, com a prestação de serviços pelo camponês na terra do latifundiário.

No sistema da renda em produtos, o camponês distribuía a seu critério todo o seu trabalho — tanto o necessário, como o suplementar. O trabalho necessário e o trabalho suplementar já não se distinguiam tão nitidamente como na renda-trabalho. O camponês tornou-se aqui relativamente mais livre, o que criou um certo estímulo para o crescimento da produtividade do trabalho.

Nos estádios posteriores do feudalismo, quando a troca alcançou uma amplitude relativamente grande, começou a difundir-se cada vez mais a renda-dinheiro, que aparecia sob a forma de censo ou tributo em dinheiro. A renda em dinheiro caracterizou o período da desagregação do feudalismo e do aparecimento das relações capitalistas.

Desejando aumentar suas receitas, os senhores feudais gravavam os camponeses com toda espécie de tributos. Em muitos casos, os latifundiários monopolizavam como sua propriedade os moinhos, as fundições e outras empresas. Os camponeses eram obrigados a recorrer a elas mediante pagamentos excessivamente altos em produtos ou em dinheiro. Além dos tributos em produtos ou em dinheiro pagos ao senhor feudal, o camponês devia satisfazer uma série interminável de obrigações tributárias para com o Estado e os poderes locais. Em alguns países, existia também a décima, isto é, a décima parte da colheita, que era entregue a Igreja.

A economia do senhor feudal era, basicamente, uma economia natural. Cada feudo, que se compunha das terras senhoriais e das aldeias pertencentes ao senhor feudal, tinha uma existência economicamente estanque. As necessidades do senhor feudal e de sua família, bem como da numerosa criadagem, eram satisfeitas, nos primeiros tempos, com os produtos obtidos na economia senhorial e mais com os produtos que os camponeses entregavam como tributos. Em

maior ou menor grau, os grandes domínios feudais dispunham da quantidade suficiente de artesãos, dos quais grande parte saída dentre os servos domésticos. Estes servos encarregavam-se da confecção de roupas e calçados, da produção e reparação das armas, dos equipamentos para caça e dos implementos agrícolas, da construção de casas, etc.. Desse modo, a base da existência da sociedade feudal era o trabalho dos camponeses dependentes.

A economia camponesa também era natural. Os camponeses não se ocupavam apenas na agricultura, mas também na elaboração de matérias-primas produzidas em sua economia: fiação, tecelagem, confecção de sapatos e de implementos agrícolas.

Durante um período de tempo muito longo, o feudalismo caracterizou-se pela combinação da agricultura, como ramo fundamental da economia, com a indústria caseira, que possuía um caráter auxiliar. Aqueles poucos produtos importados, dos quais não era possível prescindir, como, por exemplo, o sal, e os artigos de ferro, eram fornecidos nos primeiros tempos pelos comerciantes ambulantes. Depois, com o crescimento das cidades e da produção artesanal, a divisão do trabalho e o incremento da troca entre a cidade e o campo progrediram consideravelmente.

A exploração dos camponeses dependentes pelos senhores feudais constituiu o traço marcante do feudalismo na vida de todos os povos. Entretanto, nos diferentes países, o regime feudal apresentou suas peculiaridades. Nos países do Oriente, durante um período de tempo muito longo, as relações feudais entrelaçaram-se com as relações escravistas. Assim sucedeu na China, na Índia, no Japão e numa série de outros países. Tinha uma grande importância, no Oriente, a propriedade estatal feudal da terra. No período do Califado de Bagdá, por exemplo, durante a dominação dos árabes (particularmente nos séculos VIII/IX da nossa era) uma grande parte dos camponeses-comunitários vivia na terra do califa e pagava a renda feudal diretamente ao Estado. O feudalismo no Oriente caracterizou-se, também, pela vitalidade das relações

patriarcal-gentílicas, das quais os senhores feudais se aproveitavam para intensificar a exploração dos camponeses.

Nos países agrícolas do Oriente, onde a agricultura de irrigação tem uma importância decisiva, a subjugação dos camponeses estava relacionada com o fato de que não apenas a terra, mas também os recursos hidráulicos e as instalações para irrigação constituíam propriedade do Estado feudal ou de alguns senhores feudais.

Entre os povos nômades, a terra era usada para pastagem. As dimensões das terras feudais eram fixadas segundo a quantidade de gado. Os grandes senhores feudais proprietários de gado eram, de fato, os proprietários das grandes pastagens. Mantinham os camponeses subjugados e os exploravam.

Apesar do feudalismo apresentar peculiaridades essenciais nos diferentes países, o desenvolvimento do modo de produção feudal realiza-se em toda parte a base de leis gerais e a ele inerentes. A produção no feudalismo é realizada em proveito dos senhores feudais, que possuem a terra e apropriam-se da renda feudal da terra através da exploração dos camponeses que deles dependem. A superioridade do feudalismo em relação ao escravismo consiste em que o camponês dependente tem um certo interesse pelo trabalho, uma vez que ele é proprietário de sua economia pessoal e trabalha para si uma parte do tempo. A passagem da renda-trabalho para a renda-produto e desta para a renda-dinheiro significa que o camponês passa a ter maior independência para dispor do seu trabalho e do seu tempo e, consequentemente, aumenta o seu interesse pelo resultado do seu trabalho, o que leva ao gradual desenvolvimento da produção feudal. Ao mesmo tempo, intensifica-se a exploração dos camponeses dependentes pelos senhores feudais e cresce a renda feudal da terra.

A lei econômica fundamental do feudalismo consiste na produção do produto suplementar para os senhores feudais, sob a forma de renda feudal da terra, através da exploração dos camponeses dependentes.

A Cidade Medieval. As Corporações Artesanais. As Sociedades

de Comerciantes

O aparecimento das cidades verificou-se ainda sob o regime escravista. A queda do regime escravista acarretou a decadência de muitas cidades.

Nos primeiros tempos da Idade Média, a cidade e o artesanato desenvolveram-se debilmente. Os artesãos urbanos produziam artigos para a venda, mas uma grande parte daquilo de que necessitavam para o consumo provinha de suas próprias economias.

Na aldeia, a elaboração de matérias-primas agrícolas era inicialmente uma ocupação acessória dos agricultores. Depois, do seio do campesinato, começaram a destacar-se os artesãos que trabalhavam para sua aldeia. Crescia a produtividade do trabalho dos artesãos. Criou-se a possibilidade de produzir mais artigos do que os de que necessitavam o senhor feudal ou os camponeses de uma só aldeia. Os artesãos começaram a estabelecer-se em torno dos castelos, junto aos mosteiros, nas grandes aldeias e em outros centros comerciais. Assim, pouco a pouco e geralmente ao longo das vias fluviais, iam crescendo novas cidades.

Com o tempo, o artesanato foi-se tornando uma atividade cada vez mais lucrativa. Aperfeiçoaram-se os ofícios dos artesãos. O senhor feudal latifundiário passou a preferir os artigos produzidos pelos artesãos citadinos, já não se satisfazendo com a produção dos seus próprios servos. O artesanato mais desenvolvido desprendera-se definitivamente da agricultura.

As cidades, que surgiam nas terras dos senhores feudais, seculares ou eclesiásticos, achavam-se submetidas ao seu poder. Os citadinos tinham em relação ao senhor feudal uma série de obrigações, pagavam-lhe tributos em produtos ou em dinheiro, submetiam-se a sua administração e a sua justiça. Desde cedo, a população da cidade começou sua luta para libertar-se da dependência para com o senhor feudal. Em parte através da força, em parte por meio da compra, as cidades conquistaram o direito a autodeterminação, aos tribunais, a cunhagem de

moeda e a arrecadação de impostos.

A população urbana era composta principalmente de artesãos e comerciantes. Em muitas cidades, os servos que fugiam dos latifundiários encontravam asilo. A cidade ia-se caracterizando como um centro de produção mercantil, diferentemente do campo, onde imperava a economia natural. O aumento da concorrência por parte dos servos fugitivos que afluíam a cidade e a luta contra a exploração e as perseguições movidas pelos senhores feudais obrigaram os artesãos a congregar-se em corporações. Durante o feudalismo, quase todos os países conheceram o regime corporativo.

As corporações agrupavam os artesãos urbanos de um só oficio cu de vários ofícios afins. Nas corporações, os únicos membros com todos os direitos eram os mestres. O mestre possuía um reduzido número de oficiais e aprendizes. As corporações preservavam cuidadosamente o direito exclusivo dos seus membros de exercer um determinado ofício e regulamentavam o processo de produção: fixavam a duração do dia de trabalho, o número de oficiais e aprendizes em cada oficina, determinavam a qualidade de matérias-primas e dos produtos acabados, e também seus preços, com frequência efetuavam as compras de matérias-primas em comum. Os métodos de trabalho, consagrados por uma tradição de longos anos, eram obrigatórios para todos. A rigorosa regulamentação tinha por fim impedir que uns mestres se sobrepusessem a outros. Além disso, as corporações funcionavam como organizações de ajuda mútua.

As corporações eram a forma feudal de organização do artesanato. Nos primeiros tempos de sua existência, desempenharam um papel até certo ponto positivo, propiciando o fortalecimento e o desenvolvimento do artesanato urbano. Na medida, porém, em que crescia a produção mercantil e se ampliavam os mercados, as corporações transformavam-se mais e mais num empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas.

A rígida regulamentação da produção artesanal pelas corporações tolhia a iniciativa dos artesãos e obstaculizava o

desenvolvimento da técnica. A fim de restringir a concorrência, os grêmios começaram a causar dificuldades por todas as maneiras possíveis aos artesãos, que desejavam obter a categoria de mestres. Os oficiais e aprendizes, cujo número aumentou grandemente, tinham de fato fechadas diante de si as possibilidades de tornarem-se mestres independentes. Eram obrigados a permanecer a vida inteira na condição de trabalhadores assalariados. Nestas condições, as relações entre os mestres e seus ajudantes perderam o caráter anterior, mais ou menos patriarcal. Os mestres intensificaram a exploração dos seus subordinados, obrigando-os a trabalhar 14 a 16 horas por dia, em troca de insignificante salário. Os oficiais começaram a agrupar-se em uniões secretas — as irmandades — para a defesa dos seus interesses. As corporações e as autoridades das cidades perseguiam por todos os meios as irmandades de oficiais.

A parte mais rica da população urbana eram os comerciantes. A atividade comercial desenvolvia-se tanto nas cidades fundadas ainda na época do escravismo, como nas cidades surgidas no feudalismo. a organização corporativa do artesanato correspondia a organização corporativa no comércio. Na época do feudalismo, as corporações de comerciantes (guildas) existiam quase em toda parte. A finalidade principal das corporações de comerciantes era a luta de concorrência contra os comerciantes forasteiros, o estabelecimento dos pesos e medidas e a defesa dos direitos dos comerciantes em face dos abusos dos senhores feudais.

O crescimento das cidades e o desenvolvimento do comércio exerceram forte influência sobre a aldeia medieval. A economia dos senhores feudais era atraída para a esfera do mercado. Os senhores feudais precisavam possuir dinheiro para comprar artigos de luxo e as mercadorias produzidas pelos artesãos urbanos. Por isto, tornava-se mais vantajoso para os senhores feudais transformar a renda-trabalho e a renda-produto, pagas pelos camponeses, em renda-dinheiro. Com a passagem para renda-dinheiro, intensificou-se mais ainda a exploração feudal. A oposição entre a cidade e o campo, surgida ainda no regime escravista, tornou-se mais aguda.

Classes e Estados da Sociedade Feudal. A Hierarquia Feudal

A sociedade feudal dividia-se em duas classes fundamentais: os senhores feudais e os camponeses. A classe dos senhores feudais não constituía um todo homogêneo. Os senhores feudais mais fracos pagavam tributos aos grandes senhores, ajudavam-nos nas guerras, mas, em compensação, desfrutavam de sua proteção. O protetor chamava-se suserano e o protegido, vassalo. Por sua vez, os suseranos eram vassalos de outros senhores feudais mais poderosos. Assim era constituída a hierarquia feudal.

Os latifundiários feudais, como a classe dominante que eram, estavam a frente do Estado. Constituíam um estado — a nobreza. Os nobres possuíam as honras da situação de primeiro estado e desfrutavam de amplos privilégios políticos e econômicos.

O clero (o eclesiástico e o monástico) também se situava entre os maiores proprietários de terras. Possuía territórios vastíssimos, habitados por uma população numerosa de camponeses dependentes e de servos; ao lado da nobreza, desfrutava da condição de estado dominante.

O campesinato constituía a ampla base sobre a qual repousava a "pirâmide feudal". Os camponeses eram subordinados ao latifundiário e achavam-se submetidos ao poder supremo do maior senhor feudal — o rei. O campesinato era uma camada privada de direitos políticos. Os latifundiários podiam vender os seus servos e utilizavam amplamente esse direito. Os latifundiários feudais submetiam os camponeses a castigos físicos. Lênin chamou a servidão de "escravidão feudal". A exploração dos camponeses servos era quase tão brutal quanto a exploração dos escravos no mundo antigo. Entretanto, de toda maneira, o servo podia trabalhar parte do tempo em sua própria parcela de terra, podia, em certa medida, pertencer-se a si mesmo.

A principal contradição de classe na sociedade feudal era a contradição entre os senhores feudais e os camponeses dependentes. A luta do campesinato explorado contra os

latifundiários feudais prolongou-se por toda a época do feudalismo e assumiu a maior agudeza no fim dessa época, quando a exploração feudal chegara ao extremo.

Nas cidades que se libertavam da dependência feudal, o poder encontrava-se em mãos dos citadinos ricos — os comerciantes, os usurários, os donos de terras da cidade e os grandes proprietários de imóveis. Os artesãos agremiados, que constituíam o grosso da população urbana, frequentemente manifestavam-se contra as camadas altas da cidade, conseguindo a participação no poder urbano, ao lado da aristocracia urbana. Os pequenos artesãos e oficiais lutavam contra os mestres agremiados e os comerciantes.

No fim da época feudal, a população urbana já estava muito dividida em camadas. De um lado formavam os comerciantes e os ricos mestres agremiados e do outro as amplas camadas de oficiais e aprendizes, a pobreza da cidade. As camadas mais baixas da cidade lutavam contra as forças unificadas da aristocracia urbana e dos senhores feudais. Esta luta fundia-se numa torrente única com a luta dos servos contra a exploração feudal.

O Desenvolvimento das Forças Produtivas da Sociedade Feudal

Na época do feudalismo, as forças produtivas alcançaram um nível mais elevado em relação à época da escravidão.

No domínio da agricultura, melhorou a técnica da produção, o arado de ferro e outros instrumentos de trabalho do mesmo metal alcançaram mais ampla difusão. Surgiram novos ramos agrícolas, a vinicultura incrementou-se consideravelmente, como também a indústria vinícola e a horticultura. Desenvolveu-se a pecuária e em particular a criação de gado cavalar, que estava relacionada com o serviço militar dos senhores feudais.

Aperfeiçoavam-se gradualmente os instrumentos de trabalho dos artesãos e os métodos de elaboração das matérias-primas. Os antigos ofícios começaram a especializar-se. A roca difundiu-se na Europa nos séculos XVI/XVII. Em 1600 foi

inventado o tear de fitas.

O melhoramento da fundição e da elaboração do ferro teve uma importância decisiva para o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho. A princípio, o ferro era produzido por um método bastante primitivo. No século XIV começaram a ser empregadas as rodas hidráulicas como força motriz para foles e também pesados martelos para triturar o minério. Com o aperfeiçoamento dos fornos, em vez de uma massa maleável, começou a ser obtida uma massa de ferro fundido. Com o emprego da pólvora na arte militar e o aparecimento da artilharia a fogo (no século XIV) aumentou a necessidade de metal para as balas; a partir de começos do século XV começaram a ser empregadas balas de ferro fundido. Requeria-se uma quantidade cada vez maior de metal para a produção de instrumentos agrícolas e outros. Na primeira metade do século XV, surgiram os primeiros altos-fornos. A invenção da bússola impulsionou o desenvolvimento da navegação. A invenção e difusão da tipografia tiveram uma grande significação.

Na China, as forças produtivas e a cultura já haviam atingido notável desenvolvimento nos séculos VI a IX, superando em muitos sentidos a Europa daquela época. Os chineses foram os primeiros a inventar a bússola, a pólvora, o papel para escrita e, ainda que sob uma forma rudimentar, a tipografia.

O desenvolvimento das forças produtivas da sociedade feudal chocava-se cada vez mais com os estreitos marcos das relações de produção feudais. O campesinato, que se achava sob o jugo da exploração feudal, não estava em condições de fazer crescer a produção agrícola. A produtividade do trabalho forçado dos camponeses era extraordinariamente baixa. Na cidade, o crescimento da produtividade do trabalho dos artesãos chocava-se com os obstáculos criados pelas normas e pelos estatutos corporativos. O regime feudal caracterizava-se por ritmos lentos de desenvolvimento da produção, pela rotina e pelo domínio das tradições.

As forças produtivas que se desenvolviam dentro da sociedade feudal entraram em contradição com as relações de

produção feudais. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas exigia a passagem do feudalismo ao capitalismo.

Nascimento da Formação Capitalista nas Entranhas do Regime Feudal. O Papel do Capital Comercial

Durante o feudalismo, pouco a pouco, desenvolvia-se a produção mercantil. Ampliava-se o artesanato urbano e cada vez mais se incorporava ao domínio da troca os produtos da economia camponesa.

A economia dos pequenos artesãos e camponeses, baseada na propriedade privada e no trabalho individual, e que cria produtos para a troca, chama-se produção mercantil simples.

Como já vimos, o produto destinado à troca chama-se mercadoria. Diferentes produtores de mercadorias gastam na produção de uma mesma mercadoria quantidades diferentes de trabalho. Tal fato depende das diferentes condições em que eles têm de trabalhar: os produtores de mercadorias que possuem instrumentos mais aperfeiçoados gastam menos trabalho do que outros na produção de uma mesma mercadoria. Ao lado da diversidade dos instrumentos de trabalho, também têm importância as diferenças de força, de habilidade, de destreza do produtor, etc.. Ao mercado, porém, é indiferente saber em que condições ou com que instrumentos foi produzida tal ou qual mercadoria. Por uma mesma mercadoria paga-se no mercado uma mesma soma de dinheiro, independentemente das condições individuais de trabalho em que ela tenha sido produzida.

Por isso, os produtores mercantis, cujo dispêndio individual de trabalho é superior à média existente, por trabalharem em piores condições, ao venderem suas mercadorias cobrem apenas uma parte desse dispêndio de trabalho e se arruínam. Inversamente, os produtores mercantis que despendem menos trabalho individual do que a média, pelo fato de suas condições de produção serem superiores, ao venderem suas mercadorias veem-se em situação vantajosa e

enriquecem. Dá-se, então, uma diferenciação entre os pequenos produtores mercantis: a maioria empobrece cada vez mais e uma parte insignificante enriquece.

Um sério empecilho no caminho do desenvolvimento da produção mercantil era o fracionamento estatal no feudalismo. Os senhores feudais, a seu arbítrio, fixavam direitos sobre as mercadorias produzidas, cobravam impostos pelo trânsito através dos seus domínios e criavam, com isso, grandes dificuldades ao desenvolvimento do comércio. A supressão do fracionamento feudal era uma exigência do comércio e do desenvolvimento econômico geral da sociedade. O crescimento da produção artesanal e agrícola e o desenvolvimento da divisão social do trabalho entre a cidade e o campo conduziram a intensificação dos vínculos econômicos entre diferentes regiões dentro do país, a formação do mercado nacional. A constituição do mercado nacional criava as premissas econômicas para a centralização do poder estatal. A nascente burguesia urbana estava interessada na supressão dos tabiques feudais e desejava a criação do Estado centralizado.

Os reis, então, apoiando-se na mais extensa camada da baixa nobreza latifundiária, nos "vassalos dos seus vassalos", e também nas cidades que floresciam, assestaram na nobreza feudal golpes decisivos e consolidaram seu próprio poder. Converteram-se de fato, e não apenas nominalmente, em soberanos do Estado. Constituíram-se grandes Estados nacionais, sob a forma de monarquias absolutas. A superação do fracionamento feudal e a criação do poder centralizado do Estado favoreceram o aparecimento e o desenvolvimento das relações capitalistas.

A formação do mercado mundial teve também uma grande importância para o aparecimento da economia capitalista.

Na segunda metade do século XV, os turcos apoderaram-se de Constantinopla e de toda a parte oriental do Mar Mediterrâneo. Interrompia-se, com isto, a mais importante artéria por onde passavam os caminhos comerciais entre a Europa ocidental e o Oriente. Procurando uma via marítima

para a Índia, Colombo descobriu a América em 1492, e em 1498 Vasco da Gama, navegando em torno da África, descobriu o caminho marítimo para a Índia.

Em consequência destas descobertas, o centro de gravidade do comércio transferiu-se do Mediterrâneo para o Oceano Atlântico e o predomínio comercial deslocou-se para os Países Baixos, a Inglaterra e a França. No comércio europeu, a Rússia desempenhava um papel importante.

Com o aparecimento do comércio mundial e do mercado mundial, o artesanato revelou-se insuficiente para satisfazer a crescente demanda de mercadorias. Tal fato acelerou a passagem da pequena produção artesanal para a grande produção capitalista, baseada na exploração de operários assalariados.

As corporações só podiam conter a concorrência e o processo de diferenciação entre os artesãos enquanto a produção mercantil era pouco desenvolvida. Com o incremento das trocas, a concorrência tornou-se cada vez mais acirrada. Os mestres que trabalhavam para mercados mais amplos, em parte conseguiam suprimir as limitações gremiais, em parte simplesmente as ignoravam. Prolongavam a jornada de trabalho dos oficiais e aprendizes, aumentavam o número deles, empregavam métodos de trabalho mais produtivos. Os mestres mais ricos transformaram-se progressivamente em capitalistas, ao passo que os mestres pobres, os aprendizes e oficiais passaram a operários assalariados.

O capital comercial, desagregando a economia natural, propiciava o aparecimento da produção capitalista. O comerciante atuava inicialmente como intermediário na troca de mercadorias entre os pequenos produtores — artesãos e camponeses — e na realização da parte do produto suplementar de que se apropriavam os senhores feudais. Mais tarde, o comerciante começou a açambarcar regularmente as mercadorias produzidas pelos pequenos produtores, revendendo-as depois num mercado mais amplo. O comerciante transformou-se em açambarcador. O açambarcador emprestava dinheiro, matérias-primas e outros

materiais aos mestres empobrecidos, com a condição de que estes lhe vendessem as mercadorias acabadas por um preço baixo, previamente fixado.

Pouco a pouco, muitos desses mestres empobrecidos viram-se sob esse tipo de dependência em relação aos ricos açambarcadores. O comerciante fornecia-lhes matérias primas, como fios, por exemplo, para que eles fizessem o tecido em troca de determinado pagamento e, dessa maneira, transformava-se em fornecedor.

Arruinados os artesãos, o açambarcador passou a abastecê-los não apenas de matéria-prima, mas também de instrumentos de trabalho. Assim, os artesãos viram-se privados da derradeira aparência de uma existência independente, transformando-se por completo em operários assalariados, enquanto que o açambarcador transformava-se em capitalista industrial.

Os artesãos de ontem, reunidos na oficina do capitalista, executavam um único tipo de trabalho. Depressa, porém, descobriu-se que alguns realizavam melhor, umas operações e que outros executavam melhor outras operações. Devido a isto, era mais vantajoso incumbir cada um daquela parte do trabalho na qual mostrava maior habilidade. Dessa maneira, nas oficinas que contavam com um número relativamente grande de operários foi sendo gradualmente introduzida a divisão do trabalho

As empresas capitalistas, que empregam operários assalariados, que trabalham a mão e a base da divisão do trabalho, chamam-se manufaturas(18).

Também no campo, concluía-se o processo de desintegração das relações feudais. Com o desenvolvimento da produção mercantil, cresceu o poder do dinheiro. Os latifundiários feudais substituíam pelo pagamento em dinheiro os tributos que antes eram pagos sob uma forma natural. Os camponeses tinham agora de vender os produtos do seu trabalho e, com o dinheiro apurado, pagar aos senhores feudais. Os camponeses passaram a ter permanente necessidade de

dinheiro, do que se aproveitavam os açambarcadores e usurários para colocá-los sob sua dependência. Intensificava-se o jugo feudal e piorava a situação dos servos.

O desenvolvimento das relações monetárias deu um forte impulso a diferenciação do campesinato, isto é, a sua divisão em diferentes grupos sociais. A esmagadora maioria do campesinato via-se lançada na miséria, sufocada pelo trabalho acima de suas forças e se arruinava. Ao mesmo tempo, começaram a surgir os camponeses ricos, pessoas que exploravam os camponeses de uma mesma aldeia através de empréstimos em condições escorchantes, açambarcando a preços vis os produtos agrícolas, o gado e até os implementos dos camponeses.

Assim, nas entranhas do regime feudal nasceu a produção capitalista. Surgiu uma contradição entre a economia de tipo capitalista, que se desenvolvia rapidamente, de um lado, e o regime econômico e político do feudalismo, do outro. Esta contradição só podia ser resolvida através da revolução.

As Insurreições dos Camponeses Servos. As Relações Burguesas. Morte do Regime Feudal.

A luta do campesinato contra os latifundiários feudais desenvolveu-se durante toda a época do feudalismo, mas sua máxima agudeza foi atingida no fim desta época.

No século XIV, a França foi mergulhada na guerra camponesa que entrou para a história sob o nome de Jacquerie. Em fins do século XIV, estalou na Inglaterra uma insurreição camponesa chefiada por Wat Tyler, que se estendeu a grande parte do pais. Na Alemanha, no início do século XVI, eclodiu uma guerra camponesa, apoiada pelas camadas baixas das cidades, encabeçada por Thomas Münzer.

As palavras de ordem lançadas pelos sublevados nas guerras camponesas da Inglaterra, da Tchéquia e da Alemanha assumiam um caráter cada vez mais radical. A aspiração das massas exploradas do campo e da cidade a igualdade refletia-se na reivindicação da comunidade de bens.

Era uma aspiração a igualdade na esfera do consumo. Apesar de ser irrealizável, a reivindicação a comunidade de bens apresentava, porém, um caráter revolucionário para aquela época histórica, pois levantava as massas para a luta contra o jugo feudal.

Na Rússia, foram particularmente notáveis as guerras camponesas chefiadas por Ivan Bolotnikov e Stepan Razin, no século XVII, e por Emelián Pugatchiov, no século XVIII. Os camponeses sublevados lutavam pela abolição da servidão, para que lhes fossem entregues as terras dos latifundiários e do Estado e pela liquidação da dominação dos latifundiários. O agravamento da crise do sistema econômico da servidão e do feudalismo, na década de 50 do século XIX, refletiu-se na extensa onda de insurreições camponesas as vésperas da reforma de 1861.

Imensas por suas proporções foram as insurreições e guerras camponesas que eclodiram na China, no curso de centenas de anos. A insurreição dos “taipings”, durante a dinastia de Tsing (meados do século XIX), abarcou massas de muitos milhões de camponeses. Os insurretos apoderaram-se da antiga capital da China — Nanquim. A lei agrária dos “taipings” proclamava a igualdade no desfrute da terra e de outros bens. A organização estatal dos “taipings” combinava singularmente a monarquia com a democracia camponesa, o que constituía uma característica dos movimentos camponeses também de outros países.

No crepúsculo da época feudal surgiram os dois primeiros eminentes socialistas utópicos: o inglês Thomas Morus, autor da obra Utopia (ou O Livro de Ouro, Tão Útil Quanto Divertido, Sobre a Melhor Estrutura Estatal e Sobre a Nova Ilha da Utopia), no século XVI, e o italiano Tomazzo Campanella, autor da Cidade do Sol, no século XVII. Vendo as crescentes desigualdades e contradições da sociedade em que viviam, estes pensadores expressaram sob uma forma peculiar suas opiniões sobre as causas dos males sociais: traçaram um quadro das condições que, a seu juízo, eram as ideais de uma sociedade que pudesse afastar esses males.

Nos livros destes utopistas configura-se uma sociedade que está livre da propriedade privada e de todos os vícios que a acompanham. Nessa sociedade, todos trabalham, já como artesão, já na atividade agrícola. Todos os habitantes trabalham seis ou mesmo quatro horas por dia e os frutos do seu trabalho são plenamente suficientes para atender a todas as necessidades. A distribuição dos produtos é feita de acordo com as necessidades. A educação das crianças é uma obrigação da sociedade.

As obras de Morus e Campanella desempenharam um papel progressista no desenvolvimento do pensamento social. Continham ideias que se adiantavam consideravelmente ao nível da sociedade de então. Entretanto, Morus e Campanella não conheciam as leis do desenvolvimento da sociedade, suas ideias eram irrealizáveis, utópicas. Naquele tempo não era possível suprimir a desigualdade social: o nível das forças produtivas reclamava a passagem da exploração feudal para a capitalista.

A importância revolucionária das insurreições camponesas consistia em que elas abalavam as bases do feudalismo e, em última análise, conduziram a abolição da servidão.

Nos países da Europa ocidental, a passagem do feudalismo para o capitalismo verificou-se através das revoluções burguesas. A burguesia colocou-se a frente da luta pela derrocada do feudalismo. A luta dos camponeses contra os latifundiários era utilizada pela burguesia em ascensão para apressar a morte do regime feudal, substituir a exploração feudal pela exploração capitalista e tomar o poder em suas mãos. Nas revoluções burguesas, os camponeses constituíam a massa fundamental dos combatentes contra o feudalismo. Assim aconteceu na primeira revolução burguesa nos Países Baixos (Bélgica e Holanda), no século XVI. Assim sucedeu na revolução inglesa do século XVII. E também assim foi na revolução burguesa na França, em fins do século XVIII.

Os frutos da luta revolucionária do campesinato foram colhidos pela burguesia, que galgou o poder apoiando-se em seus ombros. A força dos camponeses provinha do seu ódio aos opressores. Entretanto, as insurreições camponesas tinham um

caráter espontâneo. O campesinato, como uma classe de pequenos proprietários privados, estava disperso, não podia elaborar um claro programa e criar uma organização poderosa e unida para a luta. As insurreições camponesas só podem alcançar êxito se se fundirem com o movimento operário e forem dirigidas pelos operários. Entretanto, no período das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII a classe operária ainda era débil, pouco numerosa e desorganizada.

Nas entranhas da sociedade feudal, amadureceram formas mais ou menos acabadas da economia capitalista, cresceu uma nova classe exploradora — a classe capitalista — e, ao lado disso, surgiram massas de homens privados dos meios de produção — os proletários.

As revoluções burguesas acabaram com o regime feudal e instauraram o domínio do capitalismo.

Notas de rodapé:

(9) Borrão de uma carta de Marx a V.I. Zazulith, in K. Marx e F. Engels, Obras, t. XXVII, p. 681.

(10) V.I. Lênin, Sobre o Estado, Obras, t. XXIX, p. 437.

(11) F. Engels, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 294.

(12) K. Marx, Trabalho Assalariado e Capital, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 57.

(13) Lumpen-proletariado, do alemão lumpenproletariat. Camada desclassificada da sociedade capitalista, composta de pessoas deslocadas da produção (mendigos, vagabundos, prostitutas, delinquentes, etc.). (N. do T.)

(14) F. Engels, Carta a K. Marx, de 6 de Junho de 1853, K. Marx e F. Engels, Obras, t. XXI, p. 94.

(15) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 330.

(16) Em russo, o verbo instalar é pomiéchiat; daí se originam as palavras russas pomiéstie (que significa fazenda) e pomiéschik (que significa latifundiário).(N.doT.)

(17) V.I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Obras, t. III, p. 159.

(18) A palavra manufatura significa literalmente feitura, ou fatura, a mão.

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

a) O CAPITALISMO PRÉ-MONOPOLISTA

Capítulo III - A Produção Mercantil. O Aparecimento do Modo de Produção Capitalista

A Produção Mercantil — Ponto de Partida para o Aparecimento do Capitalismo

O modo de produção capitalista, que sucede ao modo de produção feudal, é baseado na exploração da classe dos operários assalariados pela classe dos capitalistas. Para compreender a essência do modo de produção capitalista, é necessário ter em vista, antes de tudo, que ele se fundamenta na produção mercantil.

A produção mercantil, como já foi visto, existia tanto sob o regime escravista, como sob o feudalismo. No período da desagregação do feudalismo, a produção mercantil simples serviu de base para o aparecimento da produção capitalista.

A produção mercantil simples pressupõe, em primeiro lugar, uma divisão social do trabalho, na qual produtores individuais se especializam na elaboração de determinados produtos e, em segundo lugar, a existência da propriedade privada sobre os meios de produção e sobre os produtos do trabalho.

A produção mercantil simples dos artesãos e camponeses diferencia-se da produção mercantil capitalista pelo fato de que a primeira baseia-se no trabalho individual do produtor de mercadorias. Ao mesmo tempo, sua base é do mesmo tipo que a da produção capitalista, uma vez que se apoia na propriedade privada sobre os meios de produção. A propriedade privada engendra inevitavelmente a concorrência entre os produtores de mercadorias, o que conduz ao enriquecimento de uma minoria e a ruína da maioria. Em vista disso, a pequena produção mercantil constitui o ponto de partida para o aparecimento e o desenvolvimento das relações capitalistas.

No capitalismo, a produção mercantil assume um caráter

dominante, universal. A troca de mercadorias, escreveu Lênin,

é "a relação mais simples, corrente, fundamental, maciça e comum, que se encontra bilhões de vezes, na sociedade burguesa (mercantil)."[(19)]

A Mercadoria e suas Propriedades. O Duplo Caráter do Trabalho Materializado na Mercadoria

A mercadoria é uma coisa que, em primeiro lugar, satisfaz uma necessidade humana qualquer e, em segundo lugar, é produzida não para o próprio consumo, mas para a venda.

A utilidade de uma coisa, as propriedades graças as quais ela pode satisfazer esta ou aquela necessidade dos homens, fazem da coisa um valor de uso. O valor de uso tanto pode satisfazer diretamente uma necessidade individual do homem, como servir de meio de produção de bens materiais. O trigo, por exemplo, satisfaz a necessidade de alimento, o tecido, a de vestuário; o valor de uso do tear consiste em que o tecido é produzido por seu intermédio. No curso do desenvolvimento histórico, o homem descobre constantemente novas propriedades úteis das coisas e os meios de utilizá-las.

Muitas coisas que absolutamente não foram criadas pelo trabalho humano têm valor de uso, como, por exemplo, a água nas nascentes, os frutos das plantas silvestres. Entretanto, nem todas as coisas que possuem valor de uso são mercadorias. Para que uma coisa possa tornar-se mercadoria, deverá ser um produto do trabalho destinado a venda.

Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social que esta assuma. Na economia mercantil, o valor de uso é o portador do valor de troca da mercadoria. O valor de troca apresenta-se, antes de tudo, como uma relação quantitativa em que valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo. Um machado, por exemplo, é trocado por 20 quilogramas de cereal. Nesta relação quantitativa entre as mercadorias trocadas, também está expresso o seu valor de troca. As mercadorias em determinadas quantidades equiparam-se umas

as outras; consequentemente, possuem uma base comum. Esta base não pode ser nenhuma das propriedades naturais das mercadorias — seu peso, volume, forma, etc.. As propriedades naturais das mercadorias determinam sua utilidade, o seu valor de uso. Condição necessária para a troca é a diferença de valores de uso das mercadorias trocadas. Ninguém irá trocar mercadorias que tenham valores de uso iguais, como, suponhamos, trigo por trigo ou açúcar por açúcar.

Sendo, porém, qualitativamente diferentes, os valores de uso de diferentes mercadorias são quantitativamente incomensuráveis. As diferentes mercadorias têm apenas uma propriedade comum, que as torna comparáveis entre si nas trocas: esta propriedade é precisamente o fato de que elas são produtos do trabalho. Na base da igualdade de duas mercadorias, que se trocam, está o trabalho social gasto na sua produção. Quando o produtor de mercadorias leva um machado para trocar no mercado, então ele descobre que por seu machado dão 20 quilogramas de cereal. Isto significa que o machado vale tanto quanto valem 20 quilogramas de cereal. O valor é o trabalho social dos produtores mercantis materializado na mercadoria.

Que o valor da mercadoria materializa o trabalho social gasto na sua produção, confirmam-no fatos de todos conhecidos. Bens materiais, como o ar, úteis em si mesmos, mas que não exigem gasto de trabalho, também não têm valor. Inversamente, mercadorias cuja produção exige uma grande quantidade de trabalho possuem um elevado valor, como o ouro, ou o diamante. Muitas mercadorias, antes caras, baratearam consideravelmente em consequência do desenvolvimento da técnica ter diminuído a quantidade de trabalho necessária a sua produção. As modificações nos gastos de trabalho para a produção de mercadorias também se refletem comumente na relação quantitativa das mercadorias trocadas, isto é, no seu valor de troca. Daqui decorre que o valor de troca de uma mercadoria é a forma de manifestação do seu valor.

Por trás da troca de mercadorias oculta-se a divisão social

do trabalho entre os homens que são donos destas mercadorias. Os produtores mercantis, ao comparar diferentes mercadorias, comparam, ao mesmo tempo, seus diferentes tipos de trabalho e atuam sob determinadas relações uns com os outros. Estas relações se formam no processo da atividade produtiva dos homens e aparecem na troca de mercadorias. Desse modo, no valor estão expressas as relações de produção entre os produtores de mercadorias.

A mercadoria tem um duplo caráter: de um lado, ela é um valor de uso e do outro é um valor. O duplo caráter da mercadoria é condicionado pelo duplo caráter do trabalho cristalizado na mercadoria. Os tipos de trabalho são tão variados quanto os valores de uso produzido. O trabalho do marceneiro é qualitativamente diferente do trabalho do alfaiate, do sapateiro, etc.. Os diferentes tipos de trabalho distinguem-se uns dos outros pelo seu objetivo, seus métodos, instrumentos e, finalmente, por seus resultados. O marceneiro trabalha com emprego do machado, da serra, da plana e produz objetos de madeira: mesas, cadeiras, armários; o alfaiate produz roupas utilizando a máquina de costura, a tesoura, a agulha. Em cada valor de uso, portanto, está cristalizado um tipo determinado de trabalho: na mesa — o trabalho do marceneiro; na vestimenta — o trabalho do alfaiate; no sapato — o trabalho do sapateiro; e assim por diante. O trabalho gasto sob uma forma determinada é o trabalho concreto. O trabalho concreto cria o valor de uso da mercadoria.

Na troca, as mais diversas mercadorias, criadas por diferentes tipos de trabalho concreto, comparam-se entre si e equiparam-se umas as outras. Consequentemente, atrás de diferentes tipos concretos de trabalho, oculta-se alguma coisa de comum, inerente a qualquer trabalho. Tanto o trabalho do marceneiro, como o do alfaiate, apesar da diferença qualitativa que possuem, representam um desgaste produtivo de cérebro humano, nervos, músculos, etc., do homem, e assim considerados constituem trabalho humano igual, trabalho em geral. O trabalho dos produtores de mercadorias que representa dispêndio de força de trabalho humana, em geral, independentemente de sua forma concreta, é trabalho

abstrato. O trabalho abstrato cria o valor da mercadoria.

O trabalho abstrato e o trabalho concreto são dois aspectos do trabalho materializado na mercadoria.

"Todo trabalho é, de um lado, gasto de força de trabalho humano, no sentido fisiológico da palavra, e, nesta sua qualidade de trabalho humano igual, ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, gasto de força de trabalho humana, sob uma forma racional particular, e, nesta sua qualidade de trabalho útil concreto, cria valores de uso."[20]

Na sociedade, onde impera a propriedade privada sobre os meios de produção, o duplo caráter do trabalho cristalizado na mercadoria reflete a contradição entre o trabalho privado e o trabalho social dos produtores de mercadorias. A propriedade privada sobre os meios de produção divide os homens, faz do trabalho dos diversos produtores de mercadorias um assunto privado seu. Cada produtor de mercadorias dirige sua atividade econômica isoladamente dos demais. O trabalho dos diferentes produtores não é coordenado nem vinculado em escala de toda a sociedade. De outra parte, porém, a divisão social do trabalho significa a existência de laços multilaterais entre os produtores, que trabalham uns para os outros. Quanto mais dividido esteja o trabalho na sociedade, tanto maior é a variedade de produtos elaborados por diferentes produtores, tanto mais ampla é a dependência mútua entre eles. Consequentemente, o trabalho de um produtor de mercadorias tomado isoladamente é em essência trabalho social, constitui uma partícula do trabalho da sociedade em seu conjunto. As mercadorias, sendo produtos de diferentes tipos de trabalho privado concreto, simultaneamente são também produtos do trabalho humano em geral, do trabalho abstrato.

A contradição da produção mercantil consiste, portanto, em que o trabalho dos produtores de mercadorias, sendo no plano imediato um assunto privado seu, possui, ao mesmo tempo, um caráter social. Em decorrência do isolamento dos produtores de mercadorias, o caráter social do seu trabalho no processo de produção permanece oculto. Um produtor de

mercadorias, com o seu trabalho concreto privado, cria determinados valores de uso, mas desconhece as efetivas necessidades da sociedade. O caráter social do trabalho do produtor de mercadorias somente se manifesta no processo da troca, quando a mercadoria chega ao mercado e é trocada por outra mercadoria. Só no processo da troca é que se revelará se o trabalho desse ou daquele produtor de mercadorias é necessário a sociedade e recebe o reconhecimento social.

O trabalho abstrato, que cria o valor da mercadoria, constitui uma categoria histórica, é uma forma específica do trabalho social, inerente exclusivamente a economia mercantil. Na economia natural, os homens não produzem para a troca, mas para o próprio consumo, razão pela qual também o caráter social do seu trabalho aparece diretamente em sua forma concreta. Quando, por exemplo, o senhor feudal tomava do servo o produto suplementar, sob a forma de renda-trabalho ou de renda-produto, ele se apropriava do seu trabalho diretamente sob a forma de contribuição, em trabalho, ou de determinados produtos. Naquelas condições, o trabalho social não assumia a forma de trabalho abstrato. Na produção mercantil, os produtos não são criados para o próprio consumo, mas para a venda. Aqui, o caráter social do trabalho manifesta-se através da equiparação de uma mercadoria a outra, e esta equiparação pressupõe a redução de diferentes tipos de trabalho concreto ao trabalho abstrato, que forma o valor da mercadoria. Nas condições do domínio da propriedade privada sobre os meios de produção, este processo opera-se espontaneamente, fora de qualquer plano geral, a revelia dos produtores de mercadorias.

O Tempo de Trabalho Socialmente Necessário. O Trabalho Simples e o Trabalho Complexo

A grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pelo tempo de trabalho. Quanto mais tempo for preciso para a produção de uma mercadoria determinada, tanto maior será o seu valor. Ora, diferentes produtores, que trabalham em diversidade de condições, também gastam uma quantidade diferente de tempo de trabalho para a produção de

mercadorias iguais. Isto, porém, significará que quanto mais indolente for o trabalhador, quanto mais desfavoráveis forem as condições em que ele trabalha, tanto maior será o valor da mercadoria por ele produzida? Não, não significa. A grandeza do valor de uma mercadoria é determinada não pelo tempo de trabalho individual gasto por um produtor isolado para produzi-la, mas pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

O tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo que se requer para a elaboração de qualquer mercadoria, nas condições de produção socialmente normais, isto é, com o nível médio de técnica, e com a capacidade e a intensidade médias de trabalho. Esse tempo é determinado pelas condições de produção em que é criada a maior massa de mercadorias de um determinado tipo. O tempo de trabalho socialmente necessário modifica-se em consequência da alteração na produtividade do trabalho.

A produtividade do trabalho é medida pela quantidade de produtos criada numa unidade de tempo de trabalho. A produtividade do trabalho cresce com o aperfeiçoamento, ou com uma utilização mais completa dos instrumentos de produção, com o desenvolvimento da ciência, com o aumento do grau de habilidade do trabalhador, com a racionalização do trabalho e outros melhoramentos no processo da produção. Em certa medida, ela também depende das condições naturais. Quanto mais alta for a produtividade do trabalho, tanto menor será, em igualdade de outras condições, o tempo necessário para a produção de uma unidade de determinada mercadoria e tanto mais baixo será o valor desta mercadoria.

A intensidade do trabalho é determinada pelo gasto de trabalho numa unidade de tempo. O aumento da intensidade do trabalho significa o aumento dos gastos de trabalho durante um mesmo intervalo de tempo. Incorporando-se em maior quantidade ao produto, o trabalho mais intensivo cria maior valor numa unidade de tempo do que o trabalho menos intensivo.

Na produção das mercadorias, participam trabalhadores de diferentes qualificações. O trabalho do operário que não

possui qualquer preparação especial é o trabalho simples. Já o trabalho que exige uma preparação especial é complexo ou qualificado.

Numa unidade de tempo, o trabalho complexo cria um valor de grandeza maior que o trabalho simples. O trabalho complexo representa uma multiplicação do trabalho simples; uma hora de trabalho complexo equivale a algumas horas de trabalho simples. A redução dos diferentes tipos de trabalho complexo a trabalho simples opera-se espontaneamente na produção mercantil baseada na propriedade privada. A grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho simples socialmente necessário.

O Desenvolvimento das Formas do Valor. Essência do Dinheiro

O valor da mercadoria é criado pelo trabalho no processo da produção, mas só se revela mediante a equiparação de uma mercadoria a outra no processo da troca, isto é, através do valor de troca.

A forma mais simples do valor é a expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria: por exemplo, um machado = 20 quilogramas de trigo. Analisemos esta forma.

Aqui, o valor do machado está expresso no trigo. O trigo serve de meio de expressão do valor do machado. A expressão do valor do machado no valor de uso do trigo só é possível porque para a produção deste último, da mesma maneira que para a produção do machado, foi gasto trabalho. Por trás da igualdade das mercadorias, oculta-se a igualdade do trabalho gasto para produzi-las. A mercadoria que expressa o seu valor em outra mercadoria (no nosso exemplo, o machado) encontra-se sob a forma relativa do valor. A mercadoria ou o valor de uso que serve de meio de expressão do valor da outra mercadoria (no nosso exemplo, o trigo), encontra-se sob a forma equivalente. O trigo é o equivalente (de igual valor) de outra mercadoria — o machado. O valor de uso de uma mercadoria — o trigo — torna-se, desse modo, a forma de expressão de valor de outra mercadoria — o machado.

As primeiras trocas, que encontramos já na sociedade primitiva, tinham um caráter fortuito e realizavam-se sob a forma da troca direta de um produto por outro. A este estádio no desenvolvimento da troca corresponde a forma simples ou casual do valor:

1 machado = 20 quilogramas de trigo

Na forma simples do valor, o valor do machado só pode ser expresso no valor de uso de outra mercadoria, ou seja, do trigo, no exemplo dado.

Com o aparecimento da primeira grande divisão social do trabalho — a separação das tribos pastoris da massa geral das tribos — as trocas tornaram-se regulares. Algumas tribos, de criadores, por exemplo, começam a obter excedentes de produtos da pecuária, que eles trocam por outros da agricultura ou do artesanato, de que não dispõem em quantidade suficiente. A este estádio no desenvolvimento da troca corresponde a forma total ou desenvolvida do valor. Na troca já não participam apenas duas, mas toda uma série de mercadorias:

<table>
<tr><td rowspan="8">1 ovelha</td><td>= 40 quilogramas de trigo,</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>= 20 metros de tecido,</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>= 2 machados,</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>= 3 gramas de ouro,</td></tr>
<tr><td>etc..</td></tr>
</table>

Aqui, o valor de uma mercadoria encontra sua expressão já não no valor de uso de uma única mercadoria, mas no de várias, que desempenham o papel de equivalente. Ao mesmo tempo, as relações quantitativas, segundo as quais as mercadorias são trocadas, assumem um caráter mais estável. Todavia, neste estádio ainda se mantém a troca direta de uma mercadoria por outra.

Com o ulterior desenvolvimento da divisão social do trabalho e da produção mercantil, a forma de troca direta de uma mercadoria por outra revela-se insatisfatória. No processo da troca surgem dificuldades, engendradas pelo crescimento

das contradições da produção mercantil, das contradições entre o trabalho privado e o trabalho social, entre o valor de uso e o valor da mercadoria. Ocorrem cada vez mais situações nas quais, por exemplo, o dono do sapato precisa de um machado, mas o dono do machado precisa, não do sapato, e sim de trigo: entre estes dois produtores de mercadorias é impossível realizar-se a transação. Então, o dono do sapato troca-o por uma mercadoria que aparece mais frequentemente que as outras, nas operações de troca e que todos aceitam de bom grado, uma ovelha, suponhamos, e depois troca esta ovelha pelo machado de que precisa. O dono do machado, por sua vez, tendo recebido uma ovelha em troca do seu machado, troca-a pelo trigo. Assim se resolve a contradição da troca direta. A troca direta de uma mercadoria por outra desaparece gradualmente. Do conjunto das mercadorias, destaca-se uma, como o gado, por exemplo, que começa a ser trocada por todas as mercadorias, a este estádio no desenvolvimento da troca corresponde a forma universal do valor:

<table>
<tr><td>40 quilogramas de trigo, =</td><td rowspan="8">1 ovelha</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>20 metros de tecido, =</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>2 machados, =</td></tr>
<tr><td>ou</td></tr>
<tr><td>3 gramas de ouro, =</td></tr>
<tr><td>etc..</td></tr>
</table>

A forma universal do valor caracteriza-se pelo fato de que todas as mercadorias começam a ser trocadas por uma mercadoria, que desempenha o papel de equivalente universal. Neste estádio, entretanto, o papel de equivalente universal ainda não aparece plasmado numa determinada mercadoria. Em lugares diferentes, diferentes mercadorias desempenham o papel de equivalente universal. Em alguns lugares é o gado, em outros são as peles, em outros, ainda, é o sal e assim por diante.

O crescimento posterior das forças produtivas, a utilização dos instrumentos de metal, o aparecimento da segunda grande

divisão social do trabalho — a separação do artesanato da agricultura — tiveram como consequência o desenvolvimento da produção mercantil e o alargamento do mercado. A multiplicidade de mercadorias desempenhando o papel de equivalente universal entrou em contradição com as exigências do crescimento do mercado, que reclamava a adoção de um único equivalente.

No momento em que o papel de equivalente universal identificou-se com uma única mercadoria, surgiu a forma dinheiro do valor. O papel de dinheiro era desempenhado por diferentes metais, mas pouco a pouco foi-se identificando com os metais nobres — a prata e o ouro. Na prata e no ouro exprimem-se de modo particularmente notável todas as superioridades dos metais, razão pela qual eles eram os que apresentavam maiores vantagens para cumprir a função de dinheiro: são substâncias homogêneas, são divisíveis, guardam-se facilmente e, mesmo em grandes valores, apresentam volume e peso insignificante. Por isso, o papel de dinheiro identificou-se firmemente com os metais nobres e, finalmente, com o ouro.

A forma dinheiro do valor pode ser representada do seguinte modo:

40 quilogramas de trigo, =	3 gramas de ouro
ou	
20 metros de tecido, =	
ou	
2 machados, =	
ou	
1 ovelha =	
etc..	

Na forma dinheiro, o valor de todas as mercadorias expressa-se no valor de uso de uma mercadoria, que se torna equivalente universal.

O dinheiro, desse modo, surgiu como consequência de um longo processo de desenvolvimento da troca e das formas do valor. Com o aparecimento do dinheiro, o mundo das mercadorias divide-se em dois polos: num polo, permanecem as mercadorias comuns, enquanto que no outro polo fica a mercadoria que desempenha o papel de dinheiro. Agora, todas as mercadorias passam a expressar o seu valor na mercadoria dinheiro. Portanto, o dinheiro, em contraposição a todas as outras mercadorias, manifesta-se como a cristalização universal do valor, como equivalente universal. O dinheiro possui a capacidade de ser diretamente trocado por todas as

mercadorias e, de tal maneira, serve como meio para a satisfação de todas as necessidades dos produtores de mercadorias, ao tempo em que todas as demais mercadorias somente podem satisfazer uma necessidade determinada, como, por exemplo, de alimento, de roupa, etc..

Consequentemente, o dinheiro é uma mercadoria que é o equivalente universal de todas as mercadorias: o dinheiro encarna o trabalho social e expressa as relações de produção entre os produtores de mercadorias.

As Funções do Dinheiro

Na medida em que se desenvolve a produção mercantil, desenvolvem-se as funções do dinheiro. Na produção mercantil desenvolvida, o dinheiro serve:

1. como medida do valor,
2. como meio de circulação,
3. como meio de acumulação,
4. como meio de pagamento e
5. como dinheiro universal.

A função fundamental do dinheiro consiste em que serve de medida do valor das mercadorias. Em meio ao isolamento e a dispersão dos produtores privados de mercadorias, a única forma possível de vinculação econômica entre eles é a forma mercantil-monetária. Daqui o fato do valor da mercadoria não poder ser expresso diretamente no tempo de trabalho, mas só indiretamente, através da equiparação da mercadoria ao dinheiro no processo da troca. Por intermédio do dinheiro, o trabalho privado do produtor de mercadorias encontra uma expressão social e se realizam o cálculo espontâneo e a medida do valor de todas as mercadorias.

Para cumprir a função de medida do valor, o próprio dinheiro deve ser uma mercadoria, possuir valor. Do mesmo modo que o peso de um determinado corpo só pode ser

medido com pesos, estes próprios pesados, também assim o valor de uma mercadoria somente pode ser medido através de outra mercadoria, que igualmente tenha valor.

A medida do valor das mercadorias por meio do ouro efetua-se ainda antes de realizar-se a troca da mercadoria dada por dinheiro. Para exprimir em dinheiro o valor de uma mercadoria, não é preciso ter-se dinheiro em mão. Ao fixar um determinado preço para a mercadoria, o seu possuidor exprime mentalmente o valor de sua mercadoria em ouro, ou, como dizia Marx, exprime-o de um modo ideal. Isto é possível, graças ao fato de que na realidade existe uma correlação entre o valor do ouro e o valor de uma dada mercadoria; tal correlação baseia-se no trabalho socialmente necessário empregado na sua produção.

O valor da mercadoria expresso em dinheiro chama-se preço. O preço é a expressão em dinheiro do valor da mercadoria.

As mercadorias exprimem o seu preço em determinadas quantidades de prata ou de ouro. Estas quantidades de mercadoria dinheiro precisam, por sua vez, de ser medidas. Daí a necessidade de existir uma unidade de medida do dinheiro. Tal unidade é uma determinada quantidade de peso do metal-dinheiro.

Na Inglaterra, por exemplo, a unidade monetária chama-se libra esterlina e já houve tempo em que essa unidade correspondia a uma libra de prata. Posteriormente, as unidades monetárias foram sendo desvinculadas das unidades de peso. Isto se deu em consequência do fato de países atrasados introduzirem moedas estrangeiras que se distinguiam das unidades monetárias locais pela denominação; devido a passagem da prata para o ouro e, principalmente, porque os governos desvalorizavam as moedas, reduzindo-lhes gradualmente o peso. Para facilitar as operações de medida dos valores, as unidades monetárias dividem-se em frações: o rublo, em 100 copeques; o dólar, em 100 cents; o franco, em 100 cêntimos, etc..

A unidade monetária com suas frações serve de escala de preços. A função do dinheiro como escala de preços é completamente diferente daquela que ele desempenha como medida do valor. Como medida do valor, o dinheiro mede o valor das outras mercadorias; já como escala de preços ele mede a quantidade do próprio metal-dinheiro. O valor da mercadoria-dinheiro modifica-se quando se modifica a quantidade de trabalho socialmente necessário a sua produção. A modificação no Valor do ouro não se reflete na sua função de escala de preços. Efetivamente, como quer que se modifique o valor do ouro, um dólar sempre será cem vezes um cent.

O Estado pode modificar o conteúdo de ouro da unidade monetária, mas não pode modificar a correlação de valor entre o ouro e as outras mercadorias. Se o Estado diminuir a quantidade de ouro contida na unidade monetária, isto é, se rebaixar seu conteúdo de ouro, o mercado reagirá a isto com a elevação dos preços e o valor da mercadoria continuará a exprimir-se, como antes, na mesma quantidade de ouro que corresponde ao trabalho gasto nesta mercadoria. Somente que agora para exprimir a mesma quantidade de ouro serão necessárias mais unidades monetárias do que antes..

Os preços das mercadorias podem elevar-se ou reduzir-se tanto sob a influência de modificações no valor das mercadorias, como no valor do ouro. O valor do ouro, como o valor de todas as outras mercadorias, depende da produtividade do trabalho. Assim, a descoberta da América com suas ricas jazidas auríferas acarretou na Europa, nos séculos XVI/XVII, uma "revolução" dos preços. O ouro na América era obtido com um gasto de trabalho menor do que nas regiões auríferas do mundo então conhecidas. A afluência a Europa do ouro americano, mais barato, provocou a elevação geral dos preços.

O dinheiro desempenha a função de meio de circulação. A troca de mercadorias, que se realiza por intermédio do dinheiro, chama-se circulação de mercadorias. A circulação das mercadorias está indissoluvelmente ligada a circulação do próprio dinheiro: quando a mercadoria passa das mãos do vendedor para as do comprador, o dinheiro passa das

mãos do comprador para as do vendedor. A função do dinheiro como meio de circulação consiste também em que ele aparece como intermediário no processo de circulação das mercadorias. Para o cumprimento desta função, tem que estar presente o dinheiro real.

Inicialmente, nas trocas de mercadorias, o dinheiro aparecia diretamente sob a forma de barras de prata ou de ouro. Isto criava certas dificuldades: era necessário pesar o metal-dinheiro, fracioná-lo em pequenas partes, determinar sua lei. Gradualmente, as barras de metal-dinheiro foram sendo substituídas por moedas. A moeda é um pedaço de metal com forma, peso e valor determinados, que serve de meio de circulação. A cunhagem de moedas passou a se concentrar em mãos do Estado.

No processo da circulação, com o uso continuado, as moedas desgastam-se e perdem parte do seu valor. A prática da circulação do dinheiro mostrou que as moedas desgastadas podem desempenhar a função de meio de circulação, do mesmo modo que as moedas que conservam lodo o seu valor. Isto se explica pelo fato de que o dinheiro na função de meio de circulação desempenha um papel transitório. Geralmente, o vendedor da mercadoria troca-a por dinheiro para com este dinheiro comprar outra mercadoria. Portanto, o dinheiro na qualidade de meio de circulação não deve possuir necessariamente um valor próprio.

Levando em conta a prática da circulação das moedas que se desgastavam, os governos começaram a desvalorizar conscientemente a moeda, diminuir o seu peso, baixar a lei do metal-dinheiro, sem alterar o valor nominal da moeda, isto é, a quantidade de unidades monetárias nela significada. A moeda foi-se transformando cada vez mais em signo de valor em signo de dinheiro. Como consequência da desvalorização da moeda, seu valor real tornou-se bastante menor do que o que ela representa nominalmente.

O desdobramento das mercadorias em mercadorias e dinheiro indica o desenvolvimento das contradições da produção mercantil. Na troca direta de uma mercadoria por

outra, cada transação apresenta um caráter isolado, a venda é inseparável da compra. Coisa completamente distinta é a troca por intermédio do dinheiro, isto é, a circulação mercantil. Aqui, a troca pressupõe múltiplas ligações entre os produtores de mercadorias e um incessante entrelaçamento de suas transações. Cria-se a possibilidade da venda ser separada da compra. O produtor de mercadorias pode vender o seu produto e reter durante um certo tempo o dinheiro com ele obtido. Quando muitos produtores mercantis vendem, 6em comprar, pode surgir um entorpecimento nas vendas de mercadorias. Como se vê, já na circulação mercantil simples está contida a possibilidade das crises. Entretanto, para a transformação dessa possibilidade das crises na inevitabilidade delas, é necessária uma série de condições que só surgem com a passagem para o modo de produção capitalista.

O dinheiro desempenha a função de meio de acumulação, ou meio de entesouramento. O dinheiro transforma-se em tesouro quando retirado da circulação. Uma vez que o dinheiro pode a qualquer momento ser transformado em qualquer mercadoria, é ele o representante universal da riqueza. Pode ser guardado em qualquer quantidade. Os produtores de mercadorias acumulam dinheiro, por exemplo, para comprar meios de produção ou a título de poupança. Com o desenvolvimento da produção mercantil, cresce o poder do dinheiro. Tudo isto fez surgir a paixão pela poupança de dinheiro, pelo entesouramento. Somente pode ser entesourado o dinheiro que conserve a plenitude do seu valor: moedas de prata e de ouro, pedaços de ouro e de prata e também os objetos destes metais.

Quando as moedas de ouro ou de prata desempenham as funções de dinheiro, sua quantidade ajusta-se espontaneamente as necessidades da circulação mercantil. Se há redução da produção de mercadorias e diminuição da circulação mercantil, parte das moedas de ouro sai da circulação e é entesourada. Inversamente, quando a produção se amplia e cresce a circulação mercantil, estas moedas retornam a circulação.

O dinheiro desempenha a função de meio de

pagamento. O dinheiro funciona como meio de pagamento, quando a compra-e-venda da mercadoria realiza-se a crédito, isto é, com o adiamento do pagamento da mercadoria. Na compra a crédito, a transmissão da mercadoria das mãos do vendedor para as do comprador realiza-se sem o pagamento imediato da mercadoria comprada. Vencido o prazo de pagamento, o comprador paga ao vendedor sem que haja entrega da mercadoria, pois isto já foi feito anteriormente. Também no pagamento de impostos, da renda da terra, etc., o dinheiro é meio de pagamento.

A função do dinheiro como meio de pagamento reflete o ulterior desenvolvimento das contradições da produção mercantil. Os vínculos entre os diferentes produtores de mercadorias tornam-se mais largos, cresce a dependência recíproca entre eles. Aqui, o comprador torna-se devedor e o vendedor transforma-se em credor. Quando são muito numerosas as compras de mercadorias efetuadas a crédito, o não pagamento no prazo por um ou por vários devedores pode refletir-se em toda a cadeia de obrigações de pagamento e provocar a bancarrota de uma série de possuidores de mercadorias, ligados entre si por relações de crédito. Dessa maneira, aumenta a possibilidade das crises, que já está contida na função do dinheiro como meio de circulação.

A análise das funções do dinheiro como meio de circulação e como meio de pagamento permite descobrir a lei que rege a quantidade de dinheiro necessária a circulação das mercadorias.

As mercadorias são vendidas e compradas simultaneamente em muitos lugares. A quantidade de dinheiro necessária a circulação num dado período depende, em primeiro lugar, da soma dos preços das mercadorias em circulação, que, por sua vez, depende da quantidade de mercadorias e do preço de cada mercadoria isoladamente. Além disso, é preciso ter em conta a velocidade com que circula o dinheiro. Quanto maior for a velocidade com que circule o dinheiro, tanto menor será a quantidade de que dele se necessitará para a circulação, e vice-versa. Se, por exemplo,

durante um determinado período, um ano, suponhamos, são vendidas mercadorias por 1 bilhão de dólares e cada dólar realiza, em média, 5 rotações, nesse caso serão necessários apenas 200 milhões de dólares para a circulação de toda essa massa de mercadorias.

Graças ao crédito, que uns produtores de mercadorias abrem aos outros, a necessidade de dinheiro reduz-se da soma dos preços das mercadorias vendidas a crédito e da soma dos pagamentos que se amortizam mutuamente. A presença de dinheiro só é exigida para saldar aquelas dívidas cujo prazo de pagamento se venceu.

Assim, a lei da circulação monetária consiste em que a quantidade de dinheiro necessário a circulação das mercadorias deve ser igual a soma dos preços de todas as mercadorias vendidas, dividida pelo número médio de rotações das unidades monetárias do mesmo nome. Ao mesmo tempo, da soma dos preços de todas as mercadorias é preciso deduzir a soma dos preços das mercadorias vendidas a crédito e a soma dos pagamentos que se amortizam mutuamente e acrescentar a soma dos pagamentos daquelas dívidas, cujo prazo venceu.

Esta lei tem validade universal para todas as formações sociais onde haja produção e circulação de mercadorias.

Por fim, o dinheiro desempenha o papel de dinheiro universal na circulação entre os países. A função de dinheiro universal não pode ser desempenhada pelas moedas, que não possuam plena cotação, ou pelo papel-moeda. No mercado mundial, o dinheiro se despoja da sua forma de moeda e reaparece sob o aspecto primitivo — barras de metais nobres. No mercado mundial, na circulação entre os países, o ouro é o meio universal de pagamento na amortização das dívidas internacionais, no pagamento de juros de empréstimos externos e de outras obrigações; é o meio universal de compra das mercadorias importadas de um país para o outro; é também a encarnação universal da riqueza social, na transferência de riquezas de um país para outro em forma monetária, como, por exemplo, no caso da exportação de capitais de um país para outro com o fim de depositá-los em bancos estrangeiros, ou

para a concessão de empréstimos, ou para a imposição de obrigações por um país vencedor a um vencido, etc..

O desenvolvimento das funções do dinheiro reflete o crescimento da produção mercantil e de suas contradições. O dinheiro, nas formações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem, possui uma natureza de classe. Nas mãos das classes exploradoras, serve de meio para a apropriação do trabalho alheio. Tanto na sociedade escravista como na feudal, o dinheiro desempenhou este papel. Como veremos posteriormente, o papel do dinheiro como instrumento de exploração dos trabalhadores atinge a plenitude do seu desenvolvimento na sociedade capitalista.

O Ouro e o Papel-Moeda

Numa produção mercantil desenvolvida, para a realização de compras e pagamentos, emprega-se com frequência o papel-moeda em substituição as moedas de ouro. A emissão de papel-moeda originou-se da prática da circulação de moedas depreciadas e desvalorizadas, que se transformaram em signos do ouro, em signos de dinheiro.

O papel-moeda é constituído por signos de dinheiro emitidos pelo Estado e de aceitação obrigatória, que substituem o ouro em sua função de meio de circulação e de meio de pagamento. O papel-moeda não tem valor próprio. Por isto, não pode desempenhar a função de medida do valor das mercadorias. Qualquer que seja a quantidade de papel-moeda emitido, ele representa apenas o valor da quantidade de ouro necessária para assegurar a circulação das mercadorias. Em geral, não se troca o papel-moeda por ouro.

Se a emissão de papel-moeda corresponde a quantidade de ouro necessária para a circulação das mercadorias, nesse caso o poder de compra do papel-moeda, isto é, a quantidade de mercadorias que pode ser comprada com ele, coincide com o poder de compra do dinheiro-ouro. Entretanto, geralmente o Estado emite papel-moeda para a cobertura de suas despesas, sobretudo em tempos de guerra, de crises e outras comoções, sem levar em conta as exigências da circulação das mercadorias.

Com a diminuição da produção e da circulação mercantil, ou com a emissão de uma quantidade excessiva de papel-moeda, este ultrapassa a quantidade de ouro necessária a circulação. Suponhamos que o dinheiro emitido seja o dobro que é necessário. Em tal caso, cada unidade de papel-moeda (um dólar, um marco, um franco, etc.) representará uma quantidade de ouro duas vezes menor, isto é, o papel-moeda terá o seu valor reduzido a metade.

As primeiras tentativas de emissão de papel-moeda verificaram-se na China, ainda no século XII; na América, o papel-moeda começou a ser emitido em 1690 e na França, em 1716; a Inglaterra tomou o caminho das emissões de papel-moeda durante as guerras napoleônicas. Na Rússia, as primeiras emissões de papel-moeda ocorreram no século XVIII, sob o reinado de Catarina II.

A emissão excessiva de papel-moeda, que provoca a sua desvalorização e é utilizada pelas classes exploradoras para descarregar sobre os ombros das massas trabalhadoras o fardo das despesas estatais e para intensificar sua exploração, recebe o nome de inflação. Provocando o crescimento dos preços dos produtos, a inflação atinge mais fortemente os trabalhadores, uma vez que o salário dos operários e empregados permanece aquém do crescimento dos preços.

O Fetichismo da Mercadoria

Nas condições da produção mercantil baseada na propriedade privada sobre os meios de produção, os vínculos sociais que se estabelecem entre os homens, no processo da produção, somente aparecem através da troca de coisas-mercadorias. A sorte dos produtores de mercadorias acha-se estreitamente vinculada a sorte das coisas-mercadorias por eles criadas. Os preços das mercadorias variam constantemente, sob a influência da oferta e da procura. Estas variações dos preços de mercado, que se processam independentemente do produtor, têm como consequência o enriquecimento de uns e a ruína de outros. As relações entre as coisas dissimulam as relações sociais entre os homens.

Desse modo, na economia mercantil, baseada na propriedade privada sobre os meios de produção, as relações de produção entre os homens revestem inevitavelmente uma forma de relações entre coisas-mercadorias. Nesta materialização das relações de produção é que consiste precisamente o fetichismo da mercadoria[21], inerente a produção mercantil.

Isto engendra nos produtores de mercadorias a ilusão, a falsa representação, de que as mercadorias são supostamente dotadas de determinadas propriedades inatas, que exercem influência sobre o destino das pessoas. Assim, o valor da mercadoria expressa uma relação social entre os produtores, mas a representação é de que o valor constitui uma propriedade natural da mercadoria, semelhante, digamos, a sua cor ou seu peso.

O fetichismo da mercadoria revela-se de modo particularmente claro no dinheiro. Na economia mercantil o dinheiro é uma imensa força, que dá poder sobre os homens. Com o dinheiro tudo se pode comprar. Cria-se a aparência de que, supostamente, esta capacidade de tudo comprar é uma propriedade natural do ouro, quando na realidade ela é fruto de determinadas relações sociais entre os produtores de mercadorias.

"O que é apenas uma determinada relação de produção entre os próprios homens — escreveu Marx —, assume aos seus olhos a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas."[22]

Esta representação subjetiva, fantástica e falsa tem origem no papel peculiar que as coisas desempenham objetivamente na economia mercantil, isto é, independentemente da vontade e da consciência dos homens.

O fetichismo da mercadoria tem profundas raízes na produção mercantil, onde o trabalho do produtor atua diretamente como trabalho privado, e o seu caráter social só se revela na troca de mercadorias. Somente com a supressão da propriedade privada sobre os meios de produção, desaparece também o fetichismo da mercadoria.

A Lei do Valor — Lei Econômica da Produção Mercantil

Na economia mercantil, baseada na propriedade privada, a produção de mercadorias é realizada por produtores dispersos. Entre os produtores trava-se uma luta de concorrência. Cada produtor de mercadoria procura descartar-se do outro, consolidar e ampliar sua própria posição no mercado. A produção processa-se sem qualquer espécie de plano geral. Cada qual produz o que bem entende, independentemente dos demais, sem que ninguém saiba qual seja a demanda daquela mercadoria que ele produz, ou se conseguirá vendê-la no mercado de modo a compensar o trabalho gasto. Com o desenvolvimento da produção mercantil, aumenta cada vez mais o poder do mercado sobre os produtores de mercadorias.

Isto significa que na produção mercantil, baseada na propriedade privada sobre os meios de produção, impera a lei econômica da concorrência e da anarquia da produção. Esta lei expressa o caráter espontâneo da produção e da troca e a luta entre os produtores privados por condições mais vantajosas de produção e de venda das mercadorias.

Em meio a anarquia da produção, que impera na economia mercantil baseada na propriedade privada, a lei do valor, que atua através da concorrência no mercado, é o regulador espontâneo da produção.

A lei do valor é a lei econômica da produção mercantil, segundo a qual a produção e a troca das mercadorias efetuam-se de acordo com os gastos socialmente necessários de trabalho. Isto significa que os preços das mercadorias têm como base os gastos socialmente necessários de trabalho. Por isso, os produtores de mercadorias que gastam em sua produção uma quantidade de trabalho superior aquela que é socialmente necessária para produzi-las, ficam numa situação desvantajosa. Na venda de sua mercadoria, eles deixam de realizar uma parte do trabalho que inverteram para produzi-la. Inversamente, saem ganhando aqueles produtores cujos gastos individuais de trabalho são iguais ou inferiores aos gastos socialmente necessários.

A ação da lei do valor condiciona o desenvolvimento das forças produtivas da economia mercantil. Os produtores, que se adiantam aos demais no emprego de uma técnica mais elevada, produzem suas mercadorias com gastos menores, em comparação com os gastos socialmente necessários, mas vendem essas mercadorias a preços correspondentes ao trabalho socialmente necessário. Ao vender suas mercadorias, eles recebem um excedente de dinheiro e enriquecem. Isto impele os demais produtores a introduzir em suas empresas inovações técnicas. Assim, em consequência das ações individuais dos produtores isolados, que lutam por vantagens para si próprios, desenvolvem-se as forças produtivas da sociedade.

A lei do valor regula espontaneamente, por intermédio do mecanismo de preços, a distribuição do trabalho social e dos meios de produção entre os diferentes ramos da economia mercantil. Sob a influência das variações na correlação entre a oferta e a procura, os preços das mercadorias desviam-se constantemente do seu valor, ora para cima, ora para baixo. Os desvios dos preços em relação ao valor não são consequência de qualquer deficiência na atuação da lei do valor, mas, ao contrário, constituem um modo de sua manifestação. Numa sociedade em que a produção se encontra em mãos de proprietários privados, que trabalham as cegas, somente as variações espontâneas dos preços no mercado fazem saber aos produtores quais as mercadorias que são produzidas em excesso ou em quantidade insuficiente, em relação a demanda solvente da população. Somente as variações dos preços em torno do valor impelem os produtores a ampliar ou reduzir a produção destas ou daquelas mercadorias. Sob a influência das variações dos preços, os produtores de mercadorias voltam-se para aqueles ramos que oferecem maiores vantagens num dado momento, onde os preços das mercadorias são superiores ao seu valor e abandonam aqueles ramos nos quais os preços das mercadorias são mais baixos do que o valor.

Nas condições da concorrência e da anarquia da produção, a distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os diversos ramos e o desenvolvimento das forças

produtivas na economia mercantil são obtidos ao preço de grandes perdas de trabalho social e conduzem a um crescente agravamento das contradições desta economia.

Na economia mercantil, baseada na propriedade privada dos meios de produção, a ação da lei do valor leva ao aparecimento e ao desenvolvimento das relações capitalistas. As flutuações espontâneas dos preços de mercado em torno do valor, as variações dos gastos individuais de trabalho em relação ao trabalho socialmente necessário, que determina o grandeza do valor da mercadoria, acentuam a desigualdade econômica e a luta entre os produtores de mercadorias. A luta de concorrência leva a que uns produtores se arruínem, transformando-se em proletários, enquanto que outros enriquecem, tornando-se capitalistas. Dessa maneira, a ação da lei do valor provoca uma diferenciação entre os produtores mercantis. "A pequena produção engendra o capitalismo e a burguesia constantemente, cada dia, cada hora, espontaneamente e em escala de massa.[23]

A Acumulação Primitiva do Capital

A produção capitalista pressupõe duas condições fundamentais:

1. a existência de uma massa de pessoas despossuídas, individualmente livres e ao mesmo tempo privadas de meios de produção e de meios de existência e, por isso, obrigadas a alugar-se aos capitalistas para trabalhar, e

2. a acumulação, em mãos de um reduzido número de pessoas, de riquezas em dinheiro necessárias a criação de grandes empresas capitalistas.

Portanto, para a passagem ao modo de produção capitalista, para a formação da classe dos operários-proletários assalariados e da classe dos capitalistas, que explora o trabalho dos operários, é necessário um processo histórico no qual se opera a separação entre o produtor imediato e os meios de produção. Este processo realiza-se a base da ação das leis interiormente inerentes a produção mercantil e, em particular,

da lei do valor.

Como já vimos, na base da ação da lei do valor, produz-se uma diferenciação entre os pequenos produtores de mercadorias — os artesãos e os camponeses. A ampliação da esfera da troca de mercadorias e da circulação monetária, o aparecimento do mercado nacional e, posteriormente, também do mercado mundial aceleraram o processo de diferenciação das economias dos pequenos produtores. Dentre os pequenos produtores, emergiu uma cúpula capitalista relativamente restrita, ao passo que uma parte considerável arruinou-se e se converteu em operários assalariados.

A lentidão deste processo não atendia, contudo, as exigências do novo mercado mundial, criado pelas grandes descobertas geográficas de fins do século XV. O aparecimento do modo de produção capitalista foi acelerado pelo emprego dos métodos mais brutais de violência por parte dos grandes latifundiários, da burguesia e do poder estatal, que se encontrava em mãos das classes exploradoras. Segundo as palavras de Marx, a violência desempenhou o papel da parteira que apressou o nascimento do novo modo de produção, o modo de produção capitalista.

Os ideólogos burgueses representam idilicamente a história do aparecimento da classe dos capitalistas e da classe dos operários. Em tempos imemoriais, dizem eles, existia um pequeno número de pessoas laboriosas e econômicas, que, com seu trabalho, foram acumulando riquezas. De outro lado, existia uma massa de indolentes e ociosos que esbanjaram todos os seus haveres, transformando-se em proletários despossuídos.

Estas fábulas dos defensores do capitalismo nada têm de comum com a realidade. Em verdade, na formação da massa de pessoas despossuídas — os proletários — e na acumulação das riquezas em mãos de uns poucos, grande papel foi desempenhado pela privação violenta dos pequenos produtores dos seus meios de produção.

O processo de separação dos produtores dos meios de produção (da terra dos instrumentos de produção, etc.), foi

acompanhado por uma série interminável de saques e de crueldades. Este processo chama-se acumulação primitiva do capital, porque precedeu a criação da grande produção capitalista.

Foi na Inglaterra onde a produção capitalista primeiro alcançou um significativo desenvolvimento. Neste país, em fins do século XV, operou-se um doloroso processo de ocupação violenta das terras camponesas. A causa imediata deste processo foi a crescente procura de lã pelas grandes manufaturas têxteis, que primeiro surgiram nas Flandres e depois também na própria Inglaterra. Os latifundiários começaram a criar grandes rebanhos de ovelhas, para os quais se necessitavam extensas pastagens. Os senhores feudais expulsaram em massa os camponeses dos lugares onde residiam, tomaram-lhes as terras entregues em usufruto e transformaram em pastagens os campos de cultura.

A expulsão dos camponeses das terras realizava-se por diferentes maneiras, principalmente através da usurpação pura e simples das terras das comunidades. Os latifundiários cercavam as terras, derrubavam as casas dos camponeses e os deportavam violentamente. Quando os camponeses tentavam reaver as terras que lhes haviam sido arrebatadas ilegalmente, em ajuda dos latifundiários acorria a força armada do Estado. No século XVII o poder estatal passou a promulgar leis sobre a "'cercadura das terras", sacramentando, desse modo, a pilhagem dos camponeses.

Os camponeses saqueados e arruinados formavam multidões inumeráveis de pobres despossuídos, que enchiam as cidades, aldeias e estradas da Inglaterra. Privados dos meios de existência, mendigavam. O poder estatal promulgava leis draconianas contra os expropriados, leis que se caracterizavam pela extrema crueldade. Assim, sob o reinado de Henrique VIII, da Inglaterra (século XVI), 72 mil pessoas foram executadas por "vagabundagem". No século XVIII, os "vagabundos" e os que não tinham onde morar, em vez de executados, eram encarcerados nas "casas de trabalho", que gozavam da reputação de "casas dos horrores". Era assim que a burguesia empenhava-se em

ensinar a população rural, privada da terra e transformada em vagabundos, a disciplina do trabalho assalariado.

Na Rússia tzarista, que ingressou no caminho do desenvolvimento capitalista mais tarde do que uma série de países europeus, a separação dos produtores dos meios de produção operou-se pelos mesmos métodos empregados em outros países. O processo de acumulação primitiva do capital começou na Rússia muito antes mesmo da abolição da servidão. Em 1861, o governo tzarista, sob a pressão das insurreições camponesas, foi obrigado a abolir a servidão.

Caracterizando a reforma camponesa de 1861, escreveu Lênin:

"É a violência exercida pela primeira vez em massa contra os camponeses, em favor do capitalismo nascente na agricultura. É a "limpeza das terras" pelos latifundiários para o capitalismo."[(24)]

Com o despojamento dos camponeses das suas terras foi alcançado um duplo resultado. De uma parte, não só foi mantida, mas também ampliada, as custas das terras camponesas repartidas, a grande agricultura dos latifundiários, que por esse tempo já haviam enriquecido com os pagamentos dos resgates[(25)]. A propriedade feudal da terra transformou-se em propriedade burguesa. De outra parte, foi assegurada a indústria uma abundante torrente de trabalhadores livres, dispostos a alugar-se aos capitalistas.

Além da existência de força de trabalho barata, para o aparecimento da produção capitalista era necessária a acumulação de recursos, em poucas mãos, sob a forma de dinheiro, que pudesse ser transformado em qualquer meio de produção e empregado no aluguel de trabalhadores.

Na Idade Média, os comerciantes e usurários acumularam grandes recursos em dinheiro. Posteriormente, estes recursos foram utilizados para a organização de muitas empresas capitalistas.

A conquista da América, que se processou em meio ao saque e ao assassínio em massa da população indígena, proporcionou aos conquistadores riquezas incalculáveis, que se tomavam ainda maiores devido a exploração das riquíssimas jazidas de metais nobres. As minas requeriam mão-de-obra. A população local — indígenas — sucumbiam em massa, não suportando as condições carcerárias de trabalho. Os comerciantes europeus organizaram caçadas de negros na África, que se realizavam segundo todas as regras da caça aos animais ferozes. O comércio de negros, arrancados da África e transformados em escravos, era excepcionalmente lucrativo. Os lucros dos traficantes de escravos atingiam proporções fantásticas. Nas plantações de algodão da América passou a ser largamente empregado o trabalho escravo dos negros.

Outra fonte importantíssima da formação de grandes recursos era também o comércio colonial. Os comerciantes holandeses, ingleses e franceses organizaram as Companhias das Índias Orientais a fim de comerciar com a índia. Estas companhias contavam com o apoio dos seus governos. Eram-lhes assegurados o monopólio do comércio das mercadorias coloniais e o direito de exploração ilimitada das colônias, com o emprego de quaisquer medidas de violência. Os lucros das Companhias das Índias Orientais calculavam-se segundo taxas que iam a várias centenas por cento ao ano. Na Rússia, grandes lucros eram obtidos pelos comerciantes através do comércio rapace com as populações siberianas e do sistema de pilhagem chamado de arrendamento de vinhos. Tal sistema consistia em que o Estado, em troca de determinado pagamento, dava aos empresários o direito de vender bebidas alcoólicas.

O capital comercial e usurário acumulou, dessa maneira, imensos recursos em dinheiro.

A impiedosa expropriação dos pequenos produtores mercantis, acompanhada de excepcionais crueldades, a ocupação violenta das terras dos camponeses, a pilhagem colonial, o massacre das populações indígenas e a introdução da nova e implacável disciplina capitalista do trabalho — tais são os traços característicos da transição ao modo de produção

capitalista.

Assim, mediante a pilhagem e a ruína das massas de pequenos produtores, foram acumulados os recursos em dinheiro necessários a criação de grandes empresas capitalistas e criado o necessário exército de operários assalariados.

Caracterizando este processo, escreveu Marx que:

"ao nascer, o capital transpira sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés."[26]

Em consequência do desenvolvimento econômico, acelerado pelos métodos de expropriação violenta dos pequenos produtores de mercadorias, surgiu o capitalismo, formaram-se novas forças produtivas, que ocupavam a posição dominante nas novas relações de produção capitalistas.

Notas de rodapé:

(19) V.I. Lênin, Sobre a Questão da Dialética, in Obras, t. XXXVI, p. 325.

(20) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 53.

(21) A materialização das relações de produção inerentes à produção mercantil baseada na propriedade privada dos meios de produção, foi chamada por Marx de feitichismo da mercadoria por analogia com o feitichismo religioso, que consiste na divinização pelos homens primitivos de objetos feitos por eles próprios.

(22) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 79.

(23) V I. Lênin, A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, in Obras, t. XXXI, pp. 7/8.

(24) V.I. Lênin, A Reforma Agrária da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905/1907, in Obras, t. XIII, p. 250.

(25) Ao ser abolida a servidão na Rússia, os latifundiários privaram os camponeses de parte considerável das terras que

estes vinham cultivando e, além disto, obrigaram-nos a pagar-lhes um resgate de cerca de 2 bilhões de rublos, a título de "libertação". (N. do T.)

(26) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 764.

Capítulo IV - O Capital e a Mais-valia. A Lei Econômica Fundamental do Capitalismo

A Base do Regime Capitalista

A análise das relações de produção da sociedade capitalista em seu aparecimento, desenvolvimento e declínio constitui o conteúdo principal do O Capital, de Karl Marx.

A base do regime burguês é a propriedade capitalista sobre os meios da produção. A propriedade capitalista sobre os meios de produção é a propriedade privada dos capitalistas, propriedade que não provém do trabalho e é utilizada para a exploração dos operários assalariados. Segundo a caracterização clássica feita por Marx,

"o modo de produção capitalista repousa no fato de que as condições materiais da produção encontram-se nas mãos dos que não trabalham, sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, ao passo que a massa possui apenas a condição pessoal da produção — a força de trabalho."(27)

A produção capitalista baseia-se no trabalho assalariado. Os trabalhadores assalariados estão livres das limitações feudais, mas, como também se acham privados dos meios de produção, veem-se compelidos, pela ameaça da fome, a vender sua força de trabalho aos capitalistas. A exploração do proletariado pela burguesia constitui a principal característica do capitalismo e a relação entre a burguesia e o proletariado é a principal relação de classe da sociedade capitalista.

Nos países onde impera o modo de produção capitalista, ao lado das formas capitalistas de economia, conservam-se, em grau maior ou menor, restos consideráveis das formas pré-capitalistas de economia. O "capitalismo puro" não existe em nenhum país. Além da propriedade capitalista, existe nos países burgueses a grande propriedade dos latifundiários sobre a terra, como também existe a pequena propriedade privada dos

produtores mercantis simples — os camponeses e artesãos —, que vivem do próprio trabalho. A pequena produção desempenha um papel secundário. A massa dos pequenos produtores da cidade e do campo é explorada pelos capitalistas e latifundiários, que possuem as fábricas e usinas, os bancos, as empresas comerciais e a terra.

O modo de produção capitalista apresenta duas etapas em seu desenvolvimento: a pré-monopolista e a monopolista. As leis econômicas do capitalismo atuam em ambas as etapas do seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o capitalismo monopolista distingue-se por uma série de particularidades essenciais, as quais serão tratadas mais adiante.

Passemos ao exame da essência da exploração capitalista.

Transformação do Dinheiro em Capital

Todo capital começa sua trajetória sob a forma de uma determinada soma de dinheiro. O dinheiro, em si mesmo, não é capital. Assim, por exemplo, quando pequenos produtores individuais intercambiam suas mercadorias, o dinheiro funciona na qualidade de meio de circulação, mas não como capital. É a seguinte a fórmula da circulação mercantil: M (mercadoria) D (dinheiro) M (mercadoria), isto é, a venda de uma mercadoria para a compra de outra. O dinheiro transforma-se em capital quando ele é usado com o fim de explorar o trabalho alheio. A fórmula geral do capital é D—M—D, isto é, a compra para a venda, com fins de enriquecimento.

A fórmula M—D—M indica que um valor de uso é trocado por outro: um produtor se desfaz de determinada mercadoria, da qual ele não necessita, e recebe em troca outra mercadoria, da qual precisa para o seu consumo. Aqui, o objetivo da circulação é um valor de uso.

Inversamente, na fórmula D—M—D, os pontos inicial e final do movimento coincidem; tanto ao começar, como ao terminar, o capitalista encontra-se com dinheiro em mãos. O movimento do capital seria carente de sentido se, ao findar-se a operação, a soma de dinheiro em mãos do capitalista fosse a

mesma que ao iniciar-se. Para o capitalista, todo o sentido de sua atividade consiste em que, como resultado da operação, haja em suas mãos maior quantidade de dinheiro do que antes. O objetivo da circulação é o aumento do valor do capital.

Consequentemente, a fórmula geral do capital é a seguinte: D—M—D', onde D' representa uma quantidade incrementada de dinheiro.

O capital que o capitalista adianta, isto é, que ele lança em circulação, retorna ao seu possuidor com um certo acréscimo.

De onde se origina o acréscimo do capital? Tentando ocultar a verdadeira fonte do enriquecimento dos capitalistas, os economistas burgueses afirmam com frequência que o acréscimo do capital se originaria, supostamente, da circulação mercantil. Essa afirmação é insustentável.

Vejamos. Se são trocadas mercadorias e dinheiro de igual valor, isto é, equivalentes, nenhum dono de mercadorias pode extrair da circulação um valor maior do que aquele que está cristalizado em sua mercadoria. Se os vendedores conseguem vender suas mercadorias acima do seu valor, suponhamos, em 10 por cento, então, no que se refere aos compradores, estes deverão pagar aos vendedores 10 por cento além do valor das mercadorias. De tal modo, o que os produtores ganham, quando funcionam como vendedores, perdem, quando o fazem como compradores. Entretanto, na realidade o crescimento do capital opera-se dentro de toda a classe dos capitalistas.

É evidente que o proprietário do dinheiro, convertido em capitalista, deve encontrar no mercado uma mercadoria tal que, no processo do seu uso, crie valor — e um valor maior do que aquele que ela própria possui. Em outras palavras, o proprietário do dinheiro deve encontrar no mercado uma mercadoria, cujo valor de uso possua, ele próprio, a propriedade de ser fonte de valor. Esta mercadoria é a força de trabalho.

A Força de Trabalho como Mercadoria. O Valor e o Valor de Uso da Mercadoria Força de Trabalho

A força de trabalho, como o conjunto das capacidades físicas e intelectuais, que o homem emprega no processo da produção dos bens materiais, é um elemento necessário para a produção em qualquer forma de sociedade. Entretanto, somente sob o capitalismo a força de trabalho transforma-se em mercadoria.

O capitalismo é a produção mercantil no seu mais alto estádio de desenvolvimento, quando também a força de trabalho torna-se mercadoria. Com a transformação da força de trabalho em mercadoria, a produção mercantil assume um caráter universal. A principal característica da produção capitalista é a exploração do trabalho assalariado, e a contratação do operário pelo capitalista não é senão a compra-e-venda da mercadoria força de trabalho: o operário vende sua força de trabalho e o capitalista compra-a.

Contratando o operário, o capitalista recebe por determinado prazo sua força de trabalho e dela dispõe plenamente. O capitalista aplica esta força de trabalho no processo da produção, no qual se opera o crescimento do capital.

Do mesmo modo que qualquer outra mercadoria, a força de trabalho é vendida por determinado preço, a base do qual está o seu valor. Qual é este valor?

Para que o operário se mantenha capaz de trabalhar, ele necessita satisfazer suas necessidades de alimentação, roupa, calçado, habitação, etc.. A satisfação dessas exigências vitalmente necessárias significa a reposição da energia vital que ele despendeu — muscular, nervosa, cerebral —, ou seja, o restabelecimento de sua capacidade de trabalho. Além disso, porém, o capital necessita de uma torrente ininterrupta de força de trabalho; por isso, o operário deve ter a possibilidade não só de subsistir, ele próprio, como de manter sua família. Isto garanta a reprodução, isto é, a permanente renovação da força de trabalho. Por fim, o capital necessita não apenas de trabalhadores sem qualificação, mas também dos operários qualificados, que saibam lidar com máquinas complexas, e esta qualificação requer determinados gastos de trabalho para a

instrução. Por isto, os gastos com a produção e a reprodução da força de trabalho incluem também certo mínimo de dispêndios para a instrução das novas gerações da classe operária.

De tudo isto decorre que o valor da força de trabalho como mercadoria é igual ao valor dos meios de existência necessários a manutenção do operário e de sua família.

“O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário a sua produção e, consequentemente, também a reprodução deste objeto especial de comércio.”(28)

No processo de desenvolvimento histórico da sociedade, modificam-se tanto o nível das necessidades habituais do operário, como os meio% de satisfação destas necessidades. Em diferentes países, o nível das necessidades habituais do operário não é o mesmo. As particularidades do caminho histórico percorrido por um determinado país e as condições em que se tenha formado a classe dos operários assalariados determinam em grande medida o caráter de suas necessidades. As condições climáticas e outras condições naturais também exercem certa influência sobre o consumo do operário em alimentos, roupa e habitação. Na composição do valor da força de trabalho não entram apenas o valor dos objetos de consumo necessários ao restabelecimento das forças físicas do homem, mas também as despesas para a satisfação de determinadas necessidades culturais do operário e de sua família, necessidades que decorrem das condições sociais em que vivem e são educados os operários (instrução das crianças, compra de jornais, livros, cinema, teatro, etc.).

Os capitalistas, onde quer que seja, empenham-se em restringir as condições materiais e culturais de vida da classe operária ao mais baixo nível, ao mesmo tempo em que os operários oferecem resistência a estas tentativas dos empresários e travam uma luta tenaz pela elevação do seu nível de vida.

Pondo mãos a obra, o capitalista compra tudo o que é necessário a produção: instalações, máquinas, equipamentos,

matérias-primas, combustíveis. Em seguida, ele contrata os operários e tem início na empresa o processo de produção. Quando a mercadoria está fabricada, o capitalista vende-a. O valor de uma mercadoria pronta inclui: em primeiro lugar, o valor dos meios de produção que foram gastos — matérias-primas reelaboradas, combustível utilizado, determinada parte do valor das instalações, máquinas e equipamentos; em segundo lugar, o novo valor criado pelo trabalho dos operários daquela empresa.

Que representa este novo valor?

O modo de produção capitalista pressupõe um nível relativamente alto da produtividade do trabalho, no qual, para criar um valor igual ao valor de sua força de trabalho, o operário não precisa mais do que uma parte da jornada de trabalho. Suponhamos que uma hora de trabalho simples médio crie um valor igual a 1 dólar e que o valor diário da força de trabalho seja igual a 4 dólares. Nesse caso, para repor o valor diário de sua força de trabalho o operário deve trabalhar durante 4 horas. Ora, o capitalista comprou a força de trabalho para todo o dia e obriga o proletário a trabalhar não apenas 4 horas e sim durante todo o dia de trabalho, que é, admitamos, de 8 horas. Nessas 8 horas, o operário cria um valor igual a 8 dólares, ao passo que o valor de sua força de trabalho é de 4 dólares.

Vemos, agora, em que consiste o valor de uso específico da mercadoria força de trabalho para o comprador desta mercadoria — o capitalista. Comprando a força de trabalho, o capitalista coloca a sua disposição a capacidade do operário para o trabalho. O capitalista utiliza a força de trabalho por ele comprada no processo de trabalho, que é, ao mesmo tempo, o processo de criação do valor. Portanto, o valor de uso da mercadoria força de trabalho é a sua propriedade de ser fonte de valor, e de um valor maior do que aquele que ela própria possui.

A Produção da Mais-valia — Lei Econômica Fundamental do Capitalismo

O valor da força de trabalho e o valor por ela criado no processo do seu emprego são duas grandezas distintas. A diferença entre essas duas grandezas é a premissa necessária para a exploração capitalista.

No nosso exemplo, o capitalista gasta 4 dólares na contratação do operário e recebe um valor de 8 dólares, criado pelo trabalho do operário. Ao capitalista reverte o capital inicialmente desembolsado, junto com um aumento, ou um excedente igual a 4 dólares. Este aumento constitui precisamente a mais-valia.

A mais-valia é o valor criado pelo trabalho do operário assalariado acima do valor de sua força de trabalho e do qual o capitalista se apropria gratuitamente. Dessa maneira, a mais-valia é o resultado do trabalho não pago do operário.

O dia de trabalho na empresa capitalista divide-se em duas partes: o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho suplementar; e o trabalho do operário assalariado divide-se também em trabalho necessário e trabalho suplementar. Durante o tempo de trabalho necessário, o operário reproduz o valor de sua força de trabalho e durante o tempo de trabalho suplementar cria a mais-valia.

No capitalismo, o trabalho do operário constitui um processo de uso da mercadoria força de trabalho pelo capitalista, ou um processo em que o capitalista extrai a mais-valia do operário. O processo de trabalho no capitalismo caracteriza-se por duas particularidades fundamentais. Em primeiro lugar, o operário trabalha sob o controle do capitalista, ao qual pertence o trabalho do operário. Em segundo lugar, ao capitalista pertence não apenas o trabalho do operário, como também o produto deste trabalho. Tais particularidades do processo de trabalho transformam o trabalho do operário assalariado numa carga pesada e detestável.

O objetivo imediato da produção capitalista é a produção da mais-valia. De acordo com isto, só é trabalho produtivo no capitalismo aquele que cria mais-valia. Pois se o operário não cria a mais-valia, seu trabalho é improdutivo e supérfluo para o

capital.

Diferentemente das formas anteriores de exploração, isto é, do escravismo e do feudalismo, a exploração capitalista apresenta-se dissimulada. Quando o operário assalariado vende sua força de trabalho ao capitalista, esta aparece, a primeira vista, como uma transação corrente entre possuidores de mercadorias, uma troca, como outra qualquer, de mercadoria por dinheiro, efetuada de acordo com a lei do valor. Entretanto, a transação de compra-e-venda da força de trabalho constitui somente a forma exterior, atrás da qual se oculta a exploração do operário pelo capitalista e se esconde a apropriação pelo empresário, sem qualquer equivalente, do trabalho não pago do operário.

Na análise da essência da exploração capitalista, pressupomos que o capitalista, ao contratar o operário, paga-lhe todo o valor de sua força de trabalho, determinado pela lei do valor. Mais adiante, quando do exame do salário, será mostrado que, diferentemente dos preços das outras mercadorias, o preço da força de trabalho geralmente se desvia para baixo do seu valor. Isto torna ainda maior a exploração da classe operária pela classe dos capitalistas.

O capitalismo oferece ao operário a possibilidade de trabalhar e, consequentemente, de viver, mas somente na medida em que trabalhe gratuitamente para o capitalista durante uma certa quantidade de tempo. Saindo de uma empresa capitalista, o operário, na melhor das hipóteses, irá cair em outra empresa capitalista, onde será submetido a uma exploração igual ou ainda maior. Desmascarando o sistema do trabalho assalariado como um sistema de escravidão assalariada, dizia Marx que se o escravo romano estava sujeitado por cadeias, o operário assalariado está atado ao seu proprietário por grilhões invisíveis. Este proprietário é a classe dos capitalistas, em seu conjunto.

A mais-valia criada pelo trabalho não remunerado dos operários assalariados é a fonte comum dos ingressos não originados do trabalho próprio, percebidos por diferentes grupos da burguesia: industriais, comerciantes, banqueiros e

também pela classe dos proprietários de terra.

O trabalho suplementar não é uma invenção do capital. Por leda parte, onde quer que a sociedade seja formada por exploradores c explorados, a classe dominante suga o trabalho suplementar das classes exploradas. O senhor de escravos e o senhor feudal, nas condições do domínio da economia natural, empregavam a parte esmagadora do produto suplementar do trabalho dos escravos e dos servos na satisfação imediata de suas necessidades e dos seus caprichos. Diferentemente dos senhores de escravos e feudais, o capitalista transforma todo o produto do trabalho suplementar dos operários assalariados em dinheiro. Parte desse dinheiro é gasto pelo capitalista na compra de artigos de consumo e de objetos de luxo, mas outra parte ele faz retornar ao negócio como capital adicional, que proporcionará uma nova mais-valia. Por isso, segundo as palavras de Marx, o capital revela uma voracidade verdadeiramente canina pelo trabalho suplementar.

"O objetivo permanente da produção capitalista — diz Marx — consiste em, com um mínimo de adiantamento de capital, produzir o máximo de mais-valia ou de produto suplementar."(29)

Este objetivo é atingido através da ampliação da produção e da crescente exploração do trabalho assalariado.

A caça a mais-valia suscita uma encarniçada concorrência entre os capitalistas e conduz a ampliação cada vez maior da produção, ao desenvolvimento da técnica e ao crescimento das forças produtivas da sociedade burguesa. Nenhuma das formas anteriores de regime explorador — nem a escravidão, nem o feudalismo — possuiu tal força propulsora da ampliação da produção e do desenvolvimento da técnica.

Ao mesmo tempo, a caça a mais-valia, dando origem a profundas contradições antagônicas entre o trabalho e o capital, agrava a anarquia da produção, imprime ao desenvolvimento da produção capitalista extremas contradições, um caráter desigual e provoca um enorme desperdício das forças produtivas.

A produção da mais-valia é a lei econômica fundamental do capitalismo. Marx escreveu:

"A produção da mais-valia, ou do lucro — tal é a lei absoluta deste modo de produção."(30)

A essência desta lei consiste em assegurar a criação da maior massa possível de mais-valia para os capitalistas, através da ampliação da produção, do desenvolvimento da técnica e da crescente exploração do trabalho assalariado. A produção da mais-valia, como lei econômica que é do movimento do capitalismo, condiciona a inevitabilidade do crescimento e do aprofundamento de suas contradições.

Lênin chamou a doutrina da mais-valia de pedra angular da teoria econômica de Marx. Revelando a essência da exploração capitalista, Marx assestou um golpe mortal nas afirmações dos economistas burgueses acerca da harmonia dos interesse de classe no capitalismo e forneceu a classe operária uma poderosa arma ideológica em sua luta pela libertação do jugo do capital.

O Capital como Relação Social de Produção. Capital Constante e Capital Variável

Os economistas burgueses consideram capital qualquer instrumento de trabalho, qualquer meio de produção, a começar pelo pau e a pedra do homem primitivo. Semelhante definição do capital tem por fim ocultar a essência da exploração do operário pelo capitalista, apresentar o capital sob o aspecto de uma condição eterna e imutável da existência de qualquer sociedade humana.

De fato, a pedra e o pau usados pelo homem primitivo serviam-lhe como instrumentos de trabalho, mas não eram capital. Também não são capital os instrumentos e a matéria-prima do artesão, os implementos, a semente ou o gado de tração do camponês que explora uma economia baseada no trabalho individual. Os meios de produção só se transformam em capital em determinado estádio do desenvolvimento histórico, quando constituem propriedade privada do capitalista

e servem como meio de exploração do trabalho assalariado. Com a liquidação do regime capitalista, os meios de produção passam para a propriedade social e cessam de ser capital. Desse modo, o capital não é uma coisa, e sim uma determinada relação social entre os homens no processo da produção e que tem um caráter historicamente transitório.

O capital é o valor que, através da exploração de operários assalariados, produz mais-valia. Segundo as palavras de Marx, o capital é

“o trabalho morto que, como um vampiro, só se nutre sugando trabalho vivo e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele absorve.”(31)

No capital está implícita a relação de produção entre a classe dos capitalistas e a classe operária, relação que consiste no fato de que os capitalistas, como donos que são dos meios e das condições de produção, exploram os trabalhadores assalariados que criam para eles a mais-valia.

Esta relação de produção, como todas as demais relações de produção da sociedade capitalista, assume a forma de relação entre coisas e se apresenta como uma propriedade das coisas mesmas — os meios de produção — de proporcionar lucros aos capitalistas.

Nisto consiste o fetichismo do capital: no modo de produção capitalista cria-se a enganosa aparência de que, supostamente, os meios de produção (ou determinada quantidade de dinheiro, com a qual se podem comprar meios de produção) possuem em si mesmos a milagrosa capacidade de proporcionar ao seu proprietário uma renda regular, que não se origina do trabalho.

As diferentes partes do capital não desempenham o mesmo papel no processo de formação do valor do produto saído da empresa capitalista.

O empresário gasta determinada parte do capital na construção das instalações fabris, na aquisição de equipamentos

e máquinas, na compra de matérias-primas, de combustível e dos materiais auxiliares. O valor desta parte do capital transfere-se para a nova mercadoria produzida, na medida em que os meios de produção são empregados ou se desgastam no processo do trabalho. Esta parte do capital, que existe sob o aspecto do valor dos meios de produção, e cuja grandeza não varia no processo da produção, chama-se, por isso, capital constante.

Outra parte do capital é gasta pelo empresário na compra de força de trabalho, isto é, na contratação de operários. Em troca desta parte do capital gasto, no fim do processo de produção o empresário recebe um novo valor, que foi produzido pelos operários em sua empresa. Este novo valor, como já vimos, é menor que o valor da força de trabalho comprada pelo capitalista. Dessa maneira, a parte do capital gasta na contratação de operários varia de grandeza no processo de produção: cresce em consequência da criação pelo operário da mais-valia, da qual o capitalista se apropria. Esta parte do capital, despendida na compra de força de trabalho (isto é, na contratação de operários) e que cresce no processo de produção, chama-se capital variável.

Marx designa o capital constante com a letra c, o capital variável com a letra v e a mais-valia com a letra m. Foi Marx quem, pela primeira vez, dividiu o capital em duas partes, uma constante, outra variável. Graças a esta divisão foi revelado o papel particular do capital variável, que é despendido na compra de força de trabalho. A exploração dos operários assalariados pelos capitalistas é a verdadeira fonte da mais-valia.

A descoberta do duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria serviu a Marx de chave para estabelecer a diferença entre o capital constante e o capital variável, para a descoberta da essência da exploração capitalista. Marx mostrou que, com o seu trabalho, o operário cria simultaneamente um novo valor e transfere para a mercadoria produzida o valor dos meios de produção. Como trabalho concreto, determinado, o trabalho do operário transfere para o produto o valor dos

meios de produção gastos e como trabalho abstrato, como um gasto geral de força de trabalho, cria um novo valor. Estes dois aspectos do processo de trabalho se diferenciam muito claramente. Assim, por exemplo, no caso de ser duplicada a produtividade do trabalho na indústria da fiação, o fiandeiro, durante sua jornada de trabalho, transfere para o produto o dobro do valor dos meios de produção (uma vez que elabora o dobro da massa de algodão), mas o valor novo por ele criado será o mesmo que antes.

A Taxa de Mais-valia

O grau de exploração do operário pelo capitalista encontra sua expressão na taxa de mais-valia.

Denomina-se taxa de mais-valia a relação entre a mais-valia e o capital variável (isto é, $^m/_v$), expressa em porcentagem. A taxa de mais-valia mostra em que proporção o trabalho despendido pelo operário divide-se em trabalho necessário e trabalho suplementar, ou, em outras palavras, que parte do dia de trabalho o proletário gasta na reposição do valor de sua força de trabalho e que parte do dia de trabalho ele trabalha de graça para o capitalista. Marx designa a taxa de mais-valia pela letra m'. Desse modo, $m' = {}^m/_v$ No exemplo dado anteriormente (no item "A Força de Trabalho como Mercadoria" deste capítulo), a taxa de mais-valia, expressa em porcentagem, é a seguinte: $m' = {}^m/_v = {}^{4\ \text{dólares}}/_{4\ \text{dólares}} \times 100 =$ 100%.

Aqui, a taxa de mais-valia é igual a 100 por cento. Isto significa que, no caso em apreço, o trabalho do operário divide-se em partes iguais em trabalho necessário e trabalho suplementar. Com o desenvolvimento do capitalismo, cresce a taxa de mais-valia, que exprime a elevação do grau de exploração do proletariado pela burguesia. Ainda mais rapidamente cresce a massa de mais-valia, uma vez que aumenta o número de operários assalariados explorados pelo capital.

No artigo Os Salários dos Operários e os Lucros dos Capitalistas na Rússia, escrito em 1912, Lênin fez o seguinte

cálculo que mostra o grau de exploração do proletariado na Rússia de antes da revolução. Segundo os resultados de um inquérito oficial nas fábricas, realizado em 1908, e no qual, obviamente, eram exageradas as cifras indicativas dos salários dos operários e diminuídas as proporções dos lucros dos capitalistas, o salário dos operários ascendia a 555,7 milhões de rublos, enquanto os lucros dos capitalistas iam a 568,7 milhões de rubros. O número total de operários das empresas da grande indústria fabril, objeto do inquérito, era de 2 milhões e 254 mil. Portanto, o salário médio de cada operário era igual a 246 rublos por ano e ao mesmo tempo cada operário proporcionava, em média, ao capitalista 252 rublos de lucros anualmente.

Consequentemente, na Rússia tzarista o operário trabalhava menos de metade do dia de trabalho para si e mais de metade para o capitalista.

A Produção da Mais-valia Absoluta. O Dia de Trabalho e seus Limites. A Luta pela Diminuição do Dia de Trabalho

A fim de aumentar a mais-valia, cada capitalista aspira a ampliar por todos os meios a parte de trabalho suplementar arrancada ao operário. Nos primeiros estádios de desenvolvimento do capitalismo, quando a técnica era rudimentar e se desenvolvia com relativa lentidão, tinha importância primordial o aumento da mais-valia através da prolongação do dia de trabalho.

Tomemos como exemplo um dia de trabalho de 12 horas de duração, das quais 6 horas são de trabalho necessário e as outras 6 de trabalho suplementar. Representemos este dia de trabalho como uma linha, na qual cada divisão é igual a uma hora.

Dia de trabalho = 12 horas
|—|—|—|—|—|—|—|—|—|
—|—|—|

Tempo de trabalho necessário = 6 horas	Tempo de trabalho suplementar = 6 horas
|—|—|—|—|—|—|	|—|—|—|—|—|—|

Suponhamos que o capitalista aumenta a mais-valia por ele recebida mediante a prolongação do dia de trabalho em 2 horas. Em tal caso, o dia de trabalho teria a seguinte representação gráfica:

Dia de trabalho = 14 horas
|—|—|—|—|—|—|—|—|—|
—|—|—|—|—|

Tempo de trabalho necessário = 6 horas	Tempo de trabalho suplementar = 8 horas
|—|—|—|—|—|—|	|—|—|—|—|—|—|—|—|

A grandeza do tempo de trabalho suplementar aumenta em consequência da prolongação absoluta do dia de trabalho em seu conjunto, enquanto permanece invariável o tempo de trabalho necessário. A mais-valia produzida mediante a prolongação da jornada de trabalho chama-se mais-valia absoluta.

Na corrida pela elevação da taxa de mais-valia, os capitalistas empenham-se em dilatar desmesuradamente o dia de trabalho. Chama-se dia de trabalho aquela parte do dia durante a qual o operário encontra-se na empresa a disposição do capitalista. Se isto fosse possível, o empresário obrigaria seus operários a trabalharem 24 horas por dia. Entretanto, durante certa parte do dia o homem deve refazer suas forças, descansar, dormir, alimentar-se. Isto impõe limites puramente físicos ao dia de trabalho. Além destes, o dia de trabalho também possui limites morais, uma vez que o operário precisa de tempo para a satisfação de suas necessidades culturais e sociais.

Manifestando uma fome canina de trabalho suplementar, o capital não quer levar em conta não só os limites morais, mas nem mesmo os limites puramente físicos do dia de trabalho. Segundo as palavras de Marx, o capital é impiedoso em relação a vida e a saúde do operário. A brutal exploração da força de trabalho reduz a duração da vida do proletário e acarreta a elevação da mortalidade entre a população operária.

No período do aparecimento do capitalismo, o poder estatal promulgava leis especiais no interesse da burguesia, a fim

de obrigar os operários assalariados a trabalhar o maior número de horas possível. A técnica mantinha-se, então, num nível baixo, as massas de camponeses c artesãos podiam trabalhar independentemente e por isso o capital não tinha um excesso de operários a sua disposição.

A situação modificou-se com a difusão da produção mecanizada e com o aumento da proletarização da população. O capital passou a dispor de operários em quantidade suficiente, os quais, ante a ameaça de morrer de fome, eram obrigados a submeter-se aos capitalistas. Com isto desapareceu a necessidade das leis prolongando o dia de trabalho. O capital passou a ter a possibilidade de prolongar o dia de trabalho a limites extremos, recorrendo a coação econômica. Em tal situação, a classe operária iniciou uma luta tenaz pela redução do dia de trabalho. Precisamente na luta pela redução legal do dia de trabalho, como o indicou Marx,

"dos movimentos econômicos dispersos dos operários nasce em toda parte um movimento político, isto é, um movimento da classe que aspira a satisfazer os seus interesses numa forma geral, isto é, numa forma que seja obrigatória para toda a sociedade."(32)

Foi a Inglaterra o primeiro país onde se desencadeou a luta pela promulgação de leis reduzindo o dia de trabalho.

Como fruto de uma prolongada luta, os operários ingleses conseguiram que fosse promulgada, em 1833, uma lei fabril que reduzia o trabalho das crianças de até 13 anos para 8 horas e o trabalho dos adolescentes de 13 a 18 anos para 12 horas diárias. Em 1844, foi promulgada outra lei reduzindo o trabalho feminino para 12 horas e o das crianças para 6 horas e meia. Na maioria dos casos, o trabalho das mulheres c crianças era utilizado juntamente com o trabalho dos homens. Por isso, nas empresas abrangidas pela legislação fabril começou a difundir-se o dia de trabalho de 12 horas para todos os operários. Por uma lei de 1847, o trabalho dos adolescentes e das mulheres foi reduzido para 10 horas. Uma lei de 1901 estabeleceu a redução do dia de trabalho dos operários adultos para 12 horas nos cinco primeiros dias da semana e para 5 horas e meia aos sábados.

À medida que crescia a resistência dos operários, as leis de redução do dia de trabalho começaram a aparecer também em outros países capitalistas. Depois da promulgação de cada uma destas leis, os operários tinham que travar uma luta tenaz para que fossem aplicadas.

Luta particularmente árdua pela redução legal do tempo de trabalho desencadeou-se depois que a classe operária apresentou, como seu lema de combate, a reivindicação do dia de trabalho de 8 horas. Esta reivindicação foi apresentada em 1866 pelo Congresso Operário da América e pelo Congresso da I Internacional, por proposta de Marx. A luta pelo estabelecimento do dia de trabalho de 8 horas tornou-se parte inseparável não só da luta econômica, como também da luta política do proletariado.

Na Rússia tzarista, as primeiras leis fabris apareceram em fins do século XIX. Depois das memoráveis greves do proletariado de S. Petersburgo, uma lei de 1897 reduziu o dia de trabalho para 11 horas e meia. Segundo as palavras de Lênin, esta lei foi uma concessão imposta, arrancada em combate pelos operários russos ao governo tzarista.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, predominava na maioria dos países capitalistas desenvolvidos o dia de trabalho de 10 horas. Em 1919, sob a influência da Grande Revolução Socialista de Outubro, que estabeleceu o dia de trabalho de 8 horas na Rússia Soviética, e do medo da burguesia em face da ascensão do movimento revolucionário, os representantes de uma série de países capitalistas firmaram em Washington um acordo instituindo o dia de trabalho de 8 horas em escala internacional, mas depois todos os grandes Estados capitalistas recusaram-se a ratificar esse acordo. Entretanto, sob a pressão da classe operária, foi introduzido em muitos países capitalistas o dia de trabalho de 8 horas. Mas os patrões compensaram a redução do dia de trabalho mediante uma brusca intensificação do trabalho. Numa série de países capitalistas, ao lado de uma extenuante intensificação do trabalho, subsiste um longo dia de trabalho, principalmente na indústria bélica. Nos países coloniais e dependentes, o proletariado sofre com os dias de trabalho

extremamente prolongados.

A Produção da Mais-valia Relativa.

O aumento da mais-valia através do prolongamento do dia de trabalho choca-se, como vimos, com a resistência dos operários. Isto obriga os capitalistas a buscar outro método de elevação do grau de exploração do operário.

Tal método, mantendo invariável a duração do dia de trabalho, consiste em reduzir o tempo de trabalho necessário e, em consequência, aumentar a mais-valia recebida pelo capitalista. O aumento da produtividade do trabalho nos ramos dedicados a produção de objetos de consumo dos operários e também, nos que fornecem instrumentos e materiais para a produção destes objetos de consumo, conduz a uma redução do tempo de trabalho necessário a produção de tais objetos. Devido a isto, diminui o valor dos meios de existência dos operários e baixa, correspondentemente, o valor da força de trabalho. Se anteriormente eram gastas 6 horas na produção dos meios de existência do operário, agora, digamos, gastam-se apenas 4 horas. Em tal caso, o dia de trabalho passará a ter a seguinte representação gráfica:

Dia de trabalho = 12 horas
|—|—|—|—|—|—|—|—|—|
—|—|—|

Tempo de trabalho necessário = 4 horas	Tempo de trabalho suplementar = 8 horas
|—|—|—|—|	|—|—|—|—|—|—|—|—|

A duração do dia de trabalho permaneceu a mesma, mas a grandeza do tempo de trabalho suplementar aumentou devido ao fato de se haver modificado a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho suplementar. A mais-valia, que surge em consequência da diminuição do tempo de trabalho necessário e do correspondente aumento do tempo de trabalho suplementar como resultado da elevação da produtividade do trabalho, chama-se mais-valia relativa.

Nos primeiros estádios do desenvolvimento do

capitalismo, a mais-valia absoluta tinha predominância, mas com a introdução da produção mecanizada, quando uma técnica altamente desenvolvida possibilita uma rápida elevação da produtividade do trabalho, os capitalistas manifestam a tendência de intensificar a exploração dos operários, principalmente através do aumento da mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, tal como antes, eles se empenham na prolongação do dia de trabalho e particularmente no aumento da intensidade do trabalho. Para o capitalista, a intensificação do trabalho dos operários surte o mesmo efeito que a prolongação do dia de trabalho: a prolongação do dia de trabalho de 10 para 11 horas ou a elevação da intensidade do trabalho de um décimo proporciona-lhe o mesmo resultado. De outro lado, a intensificação do trabalho tem para o capitalista importância análoga a elevação da produtividade: conduz ao crescimento do trabalho suplementar e, com isso, a modificação da correlação entre o trabalho necessário e o trabalho suplementar.

A Mais-valia Extraordinária

Uma variedade da mais-valia relativa é a mais-valia extraordinária. É obtida naqueles casos em que capitalistas isolados introduzem em suas empresas máquinas e métodos de produção mais aperfeiçoados em relação aqueles empregados na maioria das empresas do mesmo ramo. Por esse meio, alguns capitalistas obtêm em suas empresas uma produtividade do trabalho mais elevada em relação as condições médias existentes naquele ramo da produção. Em consequência, o valor individual da mercadoria produzida nas empresas desses capitalistas revela-se inferior ao valor social desta mercadoria. Mas, como o preço da mercadoria é determinado pelo seu valor social, esses capitalistas auferem uma taxa mais elevada de mais-valia em relação a taxa corrente.

Tomemos o seguinte exemplo. Suponhamos que numa fábrica de cigarros um operário produz 1000 cigarros por hora e trabalha doze horas, das quais, seis ele gasta para criar um valor igual ao valor de sua força de trabalho, Se for introduzida na fábrica uma máquina que duplique a produtividade do trabalho, nesse caso o operário, trabalhando as mesmas doze

horas que antes, produz já não 12 000 cigarros por dia, mas sim 24 mil. O salário do operário é reposto por uma parte do valor novo criado, valor cristalizado (descontando-se o valor da parte do capital constante transferido ao produto) em 6 mil cigarros, isto é, no produto de três horas de trabalho. Com o industrial fica a outra parte do valor novo criado, valor cristalizado (descontando-se o valor da parte do capital constante transferido ao produto) em 18 mil cigarros, isto é, no produto de nove horas de trabalho.

Desse modo, verifica-se uma redução do tempo de trabalho necessário e uma correspondente prolongação do tempo de trabalho suplementar. Para repor o valor de sua força de trabalho, o operário já não gasta seis horas, mas apenas três; seu trabalho suplementar cresceu de seis para nove horas. A taxa de mais-valia terá triplicado.

A mais-valia extraordinária é o excedente da mais-valia em relação a taxa normal, excedente que é auferido por aqueles capitalistas que reduzem o valor individual das mercadorias produzidas em suas empresas.

A obtenção da mais-valia extraordinária é sempre um fenômeno transitório nas empresas isoladas onde ocorre. Mais cedo ou mais tarde, a maioria dos industriais do mesmo ramo introduz em suas empresas as novas máquinas e os que não tiverem capital bastante para fazê-lo arruínam-se na luta de concorrência. Como resultado disto, diminui o tempo socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria, reduz-se o valor desta, e o capitalista que se antecipou aos demais no emprego de aperfeiçoamentos técnicos cessa de receber a mais-valia extraordinária. Todavia, tendo deixado de existir numa empresa, a mais-valia extraordinária surge em outra onde tenham sido introduzidas novas máquinas, ainda mais aperfeiçoadas.

Cada capitalista cuida apenas do seu próprio enriquecimento. Mas, como resultado final das ações dispersas dos diferentes empresários, aperfeiçoa-se a técnica e se desenvolvem as forças produtivas da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, a caça a mais-valia impele cada capitalista a

ocultar dos concorrentes suas conquistas técnicas, engendra os segredos comerciais e tecnológicos. Fica, pois, patente que o capitalismo opõe determinados limites ao desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo processa-se sob uma forma contraditória. Os capitalistas só empregam novas máquinas quando isto determina a elevação da mais-valia. A introdução de novas máquinas é a base para elevar por todos os meios o grau de exploração do proletariado; o progresso da técnica realiza-se ao preço de incontáveis privações e sofrimentos de muitas gerações da classe operária. É assim, da maneira mais rapace, que o capitalismo trata a principal força produtiva da sociedade — a classe operária, as massas trabalhadoras.

A Estrutura de Classe da Sociedade Capitalista. O Estado Burguês

Os modos de produção escravista e feudal caracterizavam-se por uma estratificação da sociedade em diferentes classes e estados, o que criava uma complexa estrutura hierárquica da sociedade. A época burguesa simplificou as contradições de classe e substituiu as diferentes formas de privilégios hereditários e de dependência pessoal pelo poder impessoal do dinheiro, pelo ilimitado despotismo do capital. No modo de produção capitalista a sociedade cinde-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas classes contrapostas — a burguesia e o proletariado.

A burguesia é a classe que possui os meios de produção e utiliza-os para a exploração do trabalho assalariado. A burguesia é a classe dominante na sociedade capitalista.

O proletariado é a classe dos operários assalariados, privados dos meios de produção e por isso obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas. a base da produção mecanizada, o capital submeteu completamente a si o trabalho assalariado. Para a classe dos operários assalariados, a condição proletária tornou-se uma sina para a vida inteira. Devido a sua situação econômica, o proletariado é a classe mais

revolucionária.

A burguesia e o proletariado, que são as classes fundamentais da sociedade capitalista, têm interesses opostos e irreconciliavelmente hostis. O desenvolvimento do capitalismo torna mais profundo o abismo entre a minoria exploradora e as massas exploradas.

Juntamente com a burguesia e o proletariado, existem no regime capitalista as classes dos latifundiários e dos camponeses. Estas classes procedem do regime feudal, anterior, mas em certa medida modificam o seu caráter nas condições do capitalismo.

No capitalismo, os latifundiários constituem a classe dos grandes proprietários de terras, que, em geral, arrendam a terra aos capitalistas-arrendatários ou aos pequenos produtores-camponeses, ou, ainda, organizam em suas terras a grande produção capitalista, com emprego do trabalho assalariado.

O campesinato, em sua massa fundamental, é a classe dos pequenos produtores, que exploram sua economia com o próprio trabalho e empregando meios de produção que lhes pertencem. Nos países capitalistas, o campesinato constitui parte considerável da população. As camadas fundamentais do campesinato são exploradas pelos latifundiários, camponeses ricos, comerciantes e usurários. No curso do processo de diferenciação, do campesinato saem constantemente elementos que, de um lado, vão engrossar a massa do proletariado e, de outro, tornam-se camponeses ricos, capitalistas.

Ademais, existem na sociedade capitalista numerosas camadas da pequena burguesia urbana e também da intelectualidade trabalhadora.

O Estado burguês, que veio substituir o Estado feudal em consequência da revolução burguesa, constitui nas mãos dos capitalistas um instrumento de submissão e opressão da classe operária, do campesinato e de todos os trabalhadores. O Estado burguês é o comitê executivo da classe dos capitalistas. As formas dos Estados burgueses são muito variadas, mas, por sua essência, todos estes Estados são uma ditadura da burguesia. As

constituições burguesas têm por objetivo a consolidação da ordem social desejável e vantajosa para as classes possuidoras. O Estado burguês declara sagrada e inviolável a propriedade privada sobre os meios de produção — a base do regime capitalista. O Estado burguês garante a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, assegura a exploração dos trabalhadores e reprime sua luta contra o regime capitalista.

O Estado burguês reprime as massas populares por intermédio do seu aparelho administrativo, da polícia, do exército, dos tribunais, dos cárceres, dos campos de concentração e outros meios de violência. Complemento necessário a esses meios de violência é a ação ideológica, com a ajuda da qual a burguesia mantém seu domínio. Trata-se da imprensa burguesa, do rádio, do cinema, da ciência e da arte burgueses, da igreja.

De vez que os interesses da classe dos capitalistas contrapõem-se violentamente aos interesses da esmagadora maioria da população, a burguesia vê-se obrigada a dissimular por todos os meios o caráter de classe do seu Estado. A burguesia tenta apresentar esse Estado como se ele pairasse acima das classes, como se fosse de todo o povo, sob o aspecto de um Estado de "democracia pura". Na realidade, porém, a "liberdade" burguesa é a liberdade para o capital explorar o trabalho alheio; a "igualdade" burguesa é uma aparência que oculta a desigualdade de fato existente entre exploradores e explorados, entre a sociedade e a fome, entre os proprietários dos meios de produção e a massa de proletários, que possui apenas sua força de trabalho.

À medida que cresce a grande produção capitalista aumenta o número da proletários, que cada vez mais tomam consciência dos seus interesses de classe, desenvolvem-se politicamente e organizam-se para a luta contra a burguesia. Lênin indicou que

"a classe operária não pode travar a luta por sua libertação sem se empenhar em influir sobre os assuntos estatais, sobre a direção do Estado e sobre a promulgação das leis,"[33]

O proletariado utiliza-se das formas da democracia burguesa para consolidar suas posições econômicas e políticas, para ampliar sua influência sobre as outras camadas trabalhadoras, com o fim de liquidar a dominação da burguesia e conquistar a verdadeira democracia.

O proletariado é a classe trabalhadora que está vinculada a forma avançada da economia — a grande produção. Graças a sua função econômica na grande produção, o proletariado é o chefe de todas as massas trabalhadoras e exploradas. O proletariado industrial, como a classe mais revolucionária, mais avançada e organizada da sociedade capitalista, está chamado a unir em torno de si as massas trabalhadoras do campesinato e todas as camadas exploradas da população para a luta pela liquidação da exploração capitalista e pela transformação da sociedade sobre bases socialistas.

Notas de rodapé:

(27) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 16. (retornar ao texto)

(28) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 177. (retornar ao texto)

(29) K. Marx, Teorias da Mais-valia (IV t. de O Capital), parte II, 1957, p. 552. (retornar ao texto)

(30) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 624. (retornar ao texto)

(31) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 238. (retornar ao texto)

(32) K. Marx, Carta a F. Bolte, K. Marx e F. Engels, Obras, t. XXVI, p. 178. (retornar ao texto)

(33) V.I. Lênin, Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata, Obras, t. 2, p. 100. (retornar ao texto)

Capítulo V - Os Três Estádios do Desenvolvimento do Capitalismo na Indústria

A Cooperação Simples Capitalista

A lei econômica fundamental do capitalismo — a lei da mais-valia — determina o processo do desenvolvimento da produção capitalista. A caça dos capitalistas a mais-valia tem como consequência o crescimento das forças produtivas da sociedade capitalista. Um papel particularmente importante no desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista, na elevação da produtividade do trabalho, é desempenhado pela corrida em busca da mais-valia extraordinária, que impele os capitalistas ao emprego de uma técnica avançada na produção.

A lei da crescente produtividade do trabalho, segundo a qual

“os gastos de produção reduzem-se constantemente, ao passo que o trabalho vivo torna-se constantemente mais produtivo”[34],

alcança no capitalismo uma amplitude consideravelmente maior do que no feudalismo. Na caça a mais-valia, o capitalismo, que sucedeu ao feudalismo, levou muito para diante o desenvolvimento da produtividade do trabalho, em comparação com as formações sociais precedentes.

Dessa forma, o desenvolvimento da mais-valia relativa significa o desenvolvimento da produtividade do trabalho pelo capital. Analisando a produção da mais-valia relativa, Marx pesquisa os três estádios históricos fundamentais de elevação da produtividade do trabalho pelo capitalismo:

1. a cooperação simples;
2. a divisão do trabalho e a manufatura;

3. a máquina e a grande indústria.

Como já indicamos, o ponto de partida do desenvolvimento do capitalismo é a pequena produção mercantil. Os capitalistas, apoderando-se da pequena produção, ampliam as dimensões das empresas, sem alterar, nos primeiros tempos, nem os instrumentos, nem os métodos de trabalho dos pequenos produtores. Esta etapa inicial no desenvolvimento da produção capitalista chama-se cooperação simples capitalista.

A cooperação simples capitalista é uma forma de socialização do trabalho, na qual o capitalista explora um número mais ou menos considerável de operários assalariados, que se ocupam simultaneamente na execução de um mesmo tipo de trabalho. A cooperação simples capitalista surge a base da desintegração da pequena produção mercantil. As primeiras empresas capitalistas foram fundadas pelos comerciantes açambarcadores, usurários, mestres enriquecidos e pelos artesãos. Nessas empresas trabalhavam os artesãos e oficiais arruinados, que haviam perdido a possibilidade de tornar-se mestres independentes, bem como a pobreza rural.

A cooperação simples capitalista apresenta consideráveis vantagens sobre a pequena produção mercantil.

A reunião de muitos operários numa só empresa proporciona economia dos meios de produção. Reduzem-se as despesas com a construção e conservação das oficinas, instrumentos, depósitos, transporte de matérias-primas e com o produto acabado.

Os resultados do trabalho de um produtor, tomado isoladamente, dependem em grande medida de suas qualidades individuais — força, habilidade, engenho, etc.. Nas condições de uma técnica primitiva, estas diferenças entre os operários eram muito grandes. Nas oficinas que possuíam muitos operários, atenuavam-se as diferenças individuais entre eles. O trabalho conjunto de muitos operários simultaneamente ocupados coincide mais ou menos com o trabalho médio socialmente necessário. Devido a isto, tanto a produção como a venda de mercadorias da oficina capitalista tornam-se mais regulares e

estáveis.

Com a cooperação simples consegue-se economia de trabalho e cresce sua produtividade. Dez homens, trabalhando em conjunto, produzem mais durante um dia do que dez homens trabalhando separadamente uns dos outros ou do que um homem trabalhando durante dez dias de igual duração.

A cooperação permite a realização de um trabalho simultâneo em grande espaço, como, por exemplo, a drenagem de pântanos, a construção de represas, canais, estradas de ferro, como também permite o emprego de massa considerável de trabalho num espaço pequeno, como na construção de edifícios ou nos cultivos agrícolas, que requerem grande quantidade de trabalho.

A cooperação possui uma grande significação naqueles ramos da produção onde determinados trabalhos devem ser realizados em curto prazo, como por exemplo nas colheitas, na tosquia de ovelhas, etc..

Desse modo, a cooperação fez surgir uma nova força produtiva social do trabalho. Isto permitia aos proprietários das primeiras oficinas capitalistas produzir mercadorias mais baratas e concorrer com êxito com os pequenos produtores. Os capitalistas apropriaram-se dos resultados da nova força produtiva social do trabalho, colocando-os a serviço do seu próprio enriquecimento.

O Período Manufatureiro do Capitalismo

Na caça a mais-valia, os capitalistas não apenas ampliam as dimensões das empresas; como também aperfeiçoam os métodos de produção. Um importante passo no desenvolvimento da produção capitalista foi o largo emprego da divisão do trabalho dentro das empresas.

"a base da produção manual, não podia haver nenhum progresso da técnica, exceto sob a forma de divisão do trabalho."[35]

Processa-se, em relação com este fato, a passagem da cooperação simples para a manufatura. Enquanto que na cooperação simples, todos os operários executavam um trabalho do mesmo tipo, na manufatura os operários especializam-se no cumprimento de diferentes operações. Como se sabe, a manufatura é uma cooperação capitalista baseada na divisão do trabalho e na técnica artesanal. Como forma da produção capitalista, a manufatura predominou na Europa ocidental aproximadamente de meados do século XVI ao último terço do século XVIII.

A divisão do trabalho na manufatura é a divisão do trabalho dentro de uma empresa tendo em vista a produção de uma mesma mercadoria, diferentemente da divisão do trabalho na sociedade entre diferentes empresas para produzir mercadorias diversas.

A divisão do trabalho dentro da manufatura pressupõe a concentração dos meios de produção em mãos do capitalista, que é, ao mesmo tempo, o proprietário das mercadorias produzidas. O operário assalariado, diversamente do pequeno produtor autônomo, não produz uma mercadoria; aqui, só se transforma em mercadoria o produto conjunto do trabalho de muitos operários. A divisão do trabalho dentro da sociedade pressupõe a dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias independentes entre si. Os produtos do seu trabalho, por exemplo, os do marceneiro, do tanoeiro, do sapateiro, do agricultor, aparecem como mercadorias e os vínculos entre os diferentes produtores estabelecem-se através do mercado.

A superioridade da manufatura em comparação com a cooperação simples residia na divisão do trabalho, que permitia uma grande economia de trabalho e elevava sua produtividade.

Na cooperação simples, cada operário devia realizar toda a sequência de operações necessárias a criação do produto. Na manufatura, cada operário especializa-se na execução de apenas uma ou de um pequeno número de operações. a força de repetir a mesma operação, dia após dia, o operário passa a executá-la muito mais depressa e melhor do que quando não

existe a especialização.

Ao mesmo tempo, com a especialização, o trabalho torna-se mais intensivo. Antes, o operário gastava certa quantidade de tempo para passar de uma operação a outra, para trocar de instrumentos. Na manufatura, reduz-se esta perda do tempo de trabalho. A divisão do trabalho tornou mais simples o cumprimento de uma série de operações complexas de produção, que anteriormente exigiam muitos anos de instrução. Em consequência, diminuiu enormemente o tempo de preparação da massa fundamental dos operários. Pouco a pouco, foi a especialização difundindo-se não só entre os operários, como entre os instrumentos de produção; estes eram aperfeiçoados e cada vez mais adaptados a operação específica a que se destinavam.

Tudo isto acarretou uma nova elevação da produtividade do trabalho.

A produção de agulhas constitui um bom exemplo. No século XVIII, uma pequena manufatura, com dez operários e com divisão do trabalho, produzia 48 mil agulhas por dia. Portanto, cada operário produzia 4,8 mil agulhas. Ao mesmo tempo, sem a divisão do trabalho, um só operário não podia produzir nem 20 agulhas num dia.

O aumento da produtividade na manufatura era alcançado através da mutilação do operário. A manufatura transformava o operário num operário parcial, obrigado a passar todo o tempo realizando uma mesma operação. A repetição permanente dos mesmos movimentos simples deformava fisicamente o operário. Viam-se operários com as espáduas recurvadas, com afundamento da caixa torácica, etc..

Os operários da manufatura eram submetidos a uma brutal exploração. Imperavam os longos dias de trabalho e os baixos salários. A nova disciplina, a disciplina capitalista do trabalho, introduzia-se através de medidas implacáveis de coação e violência.

A divisão do trabalho na manufatura, escreveu Marx:

“cria novas condições para o domínio do capital sobre o trabalho. Por isso, se de um lado ela constitui um progresso histórico e um momento necessário no desenvolvimento econômico da sociedade, de outro lado é um instrumento de exploração civilizada e refinada.”[36]

Nas sociedades escravista e feudal existiam dois tipos de capital: o comercial e o usurário. O aparecimento da produção capitalista significava o aparecimento do capital industrial. O capital industrial é o capital empregado na produção de mercadorias. Uma das características do período manufatureiro do capitalismo é a ligação estreita e indissolúvel entre o capital comercial e o capital industrial. O proprietário da manufatura era quase sempre também um comerciante. Ele revendia matérias-primas aos pequenos produtores, repartia os materiais a domicílio para serem elaborados, comprava aos pequenos produtores peças por eles fabricadas, ou comprava para revender em seguida as mercadorias por eles produzidas. A venda das matérias-primas e a compra dos produtos entrelaçavam-se com o jugo imposto pela usura. Em enorme medida, isto piorava a situação do pequeno produtor, acarretava o prolongamento do seu dia de trabalho e a redução do salário.

No período manufatureiro do capitalismo alcançou uma difusão bastante grande a distribuição de trabalho a domicílio.

O trabalho capitalista a domicílio é a elaboração domiciliar do material recebido do empresário, com o pagamento por tarefas. Já na cooperação simples, ainda que raramente, encontrava-se esta forma de exploração. Ela também existe no período da grande indústria mecanizada, mas é característica precisamente da manufatura. O trabalho capitalista a domicílio aparece aqui como um apêndice da manufatura.

A divisão do trabalho na manufatura fracionou a produção de cada mercadoria numa série de operações isoladas. Frequentemente, o comerciante-manufatureiro achava vantajoso instalar uma oficina relativamente pequena, apenas para montar a mercadoria, ou dar-lhe um último retoque. todas

as operações preparatórias eram executadas pelos artesãos, que trabalhavam em suas casas, mas que se achavam sob a total dependência do capitalista. Muitas vezes, os artesãos disseminados por diversas aldeias tinham que tratar não com o dono da oficina de montagem, mas com mestres-intermediários, que submetiam os artesãos a uma exploração suplementar.

Os artesãos, que trabalhavam a domicílio, recebiam do capitalista um pagamento consideravelmente inferior ao salário dos operários que trabalhavam na oficina do capitalista. Incorporavam-se a esses ofícios massas de camponeses, que a necessidade de dinheiro impelia a busca de algum ganho suplementar. Para ganhar uma pequena quantidade de dinheiro, o camponês esgotava suas próprias forças e obrigava todos os membros da família a trabalhar. Dias de trabalho brutalmente longos, condições insalubres de trabalho, a mais desapiedade exploração — tais eram os traços característicos do trabalho capitalista a domicílio.

A função histórica da manufatura consistiu em preparar as condições necessárias para a transição a produção mecanizada. Em primeiro lugar, a manufatura elevando a um alto grau a divisão do trabalho, simplificou muitas operações, reduzindo-as a movimentos tão simples que tornou possível a substituição da mão do operário pela máquina. Em segundo lugar, o desenvolvimento da manufatura trouxe a especialização dos instrumentos de trabalho, seu considerável aperfeiçoamento e em razão disto tornou-se possível a passagem dos instrumentos manuais para as máquinas. Em terceiro lugar, a manufatura preparou hábeis quadros operários para a grande indústria mecanizada, graças a sua longa especialização em determinadas operações.

Ao mesmo tempo, a manufatura contribuiu para a ampliação do mercado interno.

No período manufatureiro, surgiu uma série de novos ramos da produção industrial. Um após outro, desprenderam-se da agricultura diferentes tipos de elaboração industrial de matérias-primas agrícolas. Com o incremento da indústria,

aumentava mais e mais a demanda de produtos agrícolas. Em relação com isto, processava-se a ampliação do mercado. As regiões que se haviam especializado na produção de, por exemplo, algodão, linho, beterraba açucareira e também na produção de origem pecuária, tinham necessidade de cereais. A agricultura, por seu turno, elevou a procura de diferentes artigos da indústria.

O processo de desenvolvimento do mercado interno apresentava um duplo caráter. De uma parte, a burguesia urbana e rural exigia meios de produção: aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, máquinas, matérias-primas, etc., necessárias as empresas capitalistas existentes e a construção de novas empresas. Também crescia a procura de objetos de consumo para a burguesia. De outra parte, o aumento numérico do proletariado industrial e agrícola, fato que se relaciona intimamente a diferenciação no seio do campesinato, era acompanhado pela elevação da procura de mercadorias, que constituíam os meios de existência para os operários.

Baseando-se numa técnica primitiva e no trabalho manual, a manufatura não estava em condições de atender a procura de mercadorias industriais apresentada pelo mercado em expansão. Ao mesmo tempo, a caça dos capitalistas a mais-valia. pressionava no sentido da limitação, que derivava do trabalho manual e da técnica artesanal. Surgiu a necessidade econômica da passagem a grande produção mecanizada.

A Revolução Industrial

Até então, uma vez que a produção era baseada no trabalho manual, como sucedia no período manufatureiro, não podia o capitalismo realizar uma radical revolução na vida econômica da sociedade. Essa revolução produziu-se com a passagem da manufatura a indústria mecanizada, que começou a processar-se no último terço do século XVIII e se estendeu aos mais importantes países capitalistas da Europa e aos Estados Unidos no curso do século XIX.

A base material-técnica dessa revolução foi a máquina.

A grande indústria mecanizada nasceu na Inglaterra. Neste país, formaram-se condições históricas favoráveis ao rápido desenvolvimento do modo de produção capitalista: a abolição da servidão antes dos demais países, a liquidação da dispersão feudal, a vitória da revolução burguesa no século XVII, a ocupação violenta da terra dos camponeses e também a acumulação de capitais através de um comércio amplamente desenvolvido e da pilhagem das colônias.

Em meados do século XVIII, a Inglaterra possuía uma grande quantidade de manufaturas. O ramo mais importante da indústria era a produção têxtil. Foi precisamente neste ramo que teve início a revolução industrial, realizada na Inglaterra entre o último terço do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX.

A ampliação do mercado e a caça dos capitalistas a mais-valia condicionaram a necessidade do aperfeiçoamento da técnica da produção.

Na indústria têxtil algodoeira, que se desenvolvia mais depressa que os outros ramos da produção, predominava o trabalho manual. Nessa indústria, as principais operações eram a fiação e a tecelagem. O produto do trabalho dos fiandeiros constituía o objeto do trabalho dos tecelões. O aumento da procura de tecidos de algodão fazia-se sentir, antes de tudo, na técnica da tecelagem: em 1733, foi inventada a lançadeira volante, que elevava ao dobro a produtividade do trabalho do tecelão. Tal invenção fazia com que a fiação se distanciasse da tecelagem. Nas manufaturas de tecelagem, sucedia frequentemente os teares ficarem parados por falta de fios. Surgiu a necessidade imperiosa de aperfeiçoar a técnica de fiação.

Este problema foi resolvido com a invenção (em 1765/1767) da máquina de fiar, com capacidade para movimentar de quinze a vinte fusos. A força motriz das primeiras máquinas era o próprio homem, ou então gado de tração, mas depois surgiram máquinas que eram movidas á força hidráulica. Os sucessivos aperfeiçoamentos técnicos possibilitaram não apenas aumentar a produção de tecidos, mas também melhorar sua

qualidade. Em fins do século XVIII, já existiam máquinas de fiar que movimentavam até 400 fusos. Em consequência destas invenções, a produtividade do trabalho cresceu verticalmente na fiação.

Surgiu na indústria têxtil algodoeira uma nova desproporção: agora era a fiação que se adiantava a tecelagem. Esta desproporção foi afastada em 1785, com a invenção do tear mecânico. Depois de uma série de aperfeiçoamentos, o tear mecânico alcançou larga difusão na Inglaterra e nos anos 40 do século XIX, alijou por completo o trabalho manual. Também passaram por transformações radicais as diferentes operações da tecelagem: o alvejamento, a tintura e a estamparia. O emprego da química reduziu o tempo de duração desses processos e melhorou a qualidade da produção.

As primeiras fábricas têxteis foram construídas ao longo das margens dos rios e suas máquinas eram movidas por meio de rodas hidráulicas. Isto restringia grandemente a possibilidade do emprego da técnica mecanizada. Era necessário um novo tipo de motor que não dependesse nem de sua localização, nem da época do ano. Esse motor foi a máquina a vapor.

O emprego da máquina a vapor teve uma imensa significação. A máquina a vapor é um motor isento dos numerosos inconvenientes que a roda hidráulica possui. Consumindo combustível e água, a máquina a vapor gera uma força motriz que se encontra inteiramente sob o controle do homem. Sendo móvel, dispensa a indústria da sujeição as fontes naturais de energia e possibilita a concentração da produção em qualquer lugar.

A máquina a vapor começou a difundir-se rapidamente não apenas na Inglaterra, como além de suas fronteiras, criando as premissas para o aparecimento de grandes fábricas com numerosas máquinas e muitos operários.

As máquinas revolucionaram a produção em todos os ramos da indústria. Seu emprego deu-se não só na indústria têxtil algodoeira, como também nas de lã, de linho e de seda.

Inicialmente, as máquinas eram produzidas nas manufaturas mediante o trabalho manual. Custavam caro e, também, eram imperfeitas e de potência insuficiente. As manufaturas não podiam produzir a quantidade de máquinas necessárias a indústria em rápida expansão. O problema foi resolvido com a passagem a produção mecanizada de máquinas. Surgiu, então, um novo ramo industrial, que se desenvolvia rapidamente — a construção de máquinas. As primeiras máquinas eram construídas preferentemente de madeira. Depois, as partes de madeira das máquinas passaram a ser substituídas por outras, metálicas. A substituição da madeira pelo metal tornava as máquinas mais duráveis e resistentes e abria a possibilidade de trabalhar com uma velocidade e uma intensidade tais como antes não era possível sequer pensar. Em princípios do século XIX, foram inventados o martelo e a prensa mecânicos e máquinas-ferramentas: primeiro, tornos e, depois, fresas e perfuratrizes.

O desenvolvimento da grande indústria mecanizada, a ampliação do comércio interno e externo provocaram uma revolução nos meios de transporte e comunicação. A máquina a vapor alcançou largo emprego nos transportes. Em 1807, nos Estados Unidos, foi construído o primeiro navio a vapor e em 1825 surgia na Inglaterra a primeira estrada de ferro.

A construção de máquinas, locomotivas, trilhos, navios, exigia enormes quantidades de ferro e de aço. Começou a desenvolver-se rapidamente a metalurgia. No desenvolvimento da metalurgia, teve enorme importância a descoberta do método de fundição do minério de ferro com o emprego de combustível mineral, em vez de vegetal. Aperfeiçoavam-se cada vez mais os altos-fornos. A partir da década de 30 do século XIX começou a substituir-se a injeção de ar frio pelo ar aquecido, o que apressava o processo de fundição e proporcionava grande economia de combustível. Foram descobertos métodos novos, mais aperfeiçoados, de fundição do aço. A difusão da máquina a vapor e o crescimento da metalurgia fizeram surgir a necessidade de grandes quantidades de carvão de pedra, o que, por seu turno, determinou um rápido incremento da indústria carbonífera.

Em consequência da revolução industrial, a Inglaterra converteu-se na oficina industrial do mundo. Em seguida a Inglaterra, a produção mecanizada começou a difundir-se em outros países da Europa e na América.

Em sua caça insaciável a mais-valia, o capital encontrou na máquina um poderoso meio de elevação da produtividade do trabalho. Em primeiro lugar, o emprego de máquinas, movimentando simultaneamente um grande número de ferramentas, libertava o processo produtivo dos estreitos marcos em que se achava condicionado pelos órgãos do corpo humano. Em segundo lugar, o emprego da máquina dava pela primeira vez a possibilidade da utilização, no processo da produção, de novas e vastas fontes de energia — a força motriz do vapor, dos gases e da eletricidade. Em terceiro lugar, o emprego da máquina possibilitava ao capital colocar a ciência a serviço da produção, o que ampliava o poder do homem sobre a natureza e abria sempre novas possibilidades de elevação da produtividade do trabalho. a base da grande indústria mecanizada, consolidava-se o domínio do modo de produção capitalista. Na grande indústria mecanizada, o capitalismo encontrou a base técnica e material que lhe corresponde.

A Industrialização Capitalista

A revolução industrial deu início a industrialização capitalista, a criação da grande indústria mecanizada. A base da industrialização é a indústria pesada, a produção de meios de produção. Entretanto, o desenvolvimento da grande indústria mecanizada capitalista iniciou-se historicamente com o desenvolvimento da indústria leve, isto é, daqueles ramos que produzem artigos de consumo individual.

Para criar e equipar empresas dos ramos da indústria leve são necessários menores recursos, o capital gira mais rapidamente do que nos ramos que produzem meios de produção. Essa a razão por que os capitais, em sua corrida a mais-valia, dirigem-se antes de tudo para a indústria leve. O desenvolvimento da grande indústria mecanizada nos ramos que produzem objetos de consumo faz aumentar a procura de máquinas e equipamentos, de carvão, de metal, de materiais de

construção, etc.. Ao mesmo tempo, acumulam-se paulatinamente na indústria leve lucros consideráveis, que procuram aplicação. Chega então a vez do rápido desenvolvimento da indústria pesada. A industrialização capitalista é um processo que se prolonga por muitos decênios.

A industrialização capitalista realiza-se antes de tudo mediante a exploração dos operários assalariados e do campesinato trabalhador de um determinado país. Ao mesmo tempo, na industrialização dos países capitalistas, um importante papel é desempenhado pelas fontes externas, entre as quais diferentes formas de pilhagem dos trabalhadores de outros países, particularmente das colônias.

Assim, a industrialização capitalista da Inglaterra realizou-se em grande medida através da ocupação e da pilhagem das colônias. Conquistando colônias em todas as partes da terra, a Inglaterra extraiu delas somas imensas, invertendo-as em sua indústria. A industrialização capitalista na Alemanha foi levada a cabo depois da guerra franco-prussiana, quando a Alemanha, tendo derrotado a França, obrigou-a ao pagamento de contribuições no montante de 5 bilhões de francos, dos quais parte considerável foi empregada no desenvolvimento da industria. A industrialização capitalista realiza-se também, frequentemente, através de ruinosas concessões e empréstimos, que acarretam a dependência econômica e política dos países atrasados aos países capitalistas desenvolvidos. A Rússia tzarista, por exemplo, fez concessões e recebeu empréstimos das potências ocidentais em condições leoninas, esforçando-se assim por colocar-se pouco a pouco no caminho da industrialização.

Na história dos diversos países, estes diferentes caminhos não raramente se entrelaçaram e se completaram mutuamente. Exemplo disto é a história do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos, a grande indústria foi criada em forte medida graças aos empréstimos externos e aos créditos a longo prazo e, também, através da pilhagem desalmada da população indígena da América.

Apesar do desenvolvimento da indústria mecanizada nos países burgueses, uma parte considerável do mundo capitalista

continua a viver e a trabalhar nas condições do predomínio de uma técnica primitiva e manual.

A industrialização capitalista provocou o rápido crescimento das cidades e dos centros industriais. O número de grandes cidades na Europa (com população superior a 100 mil habitantes) aumentou em 7 vezes, no transcurso do século XIX. O peso específico da população urbana cresceu ininterruptamente as expensas da população rural. Na Inglaterra, já em meados do século XIX, e na Alemanha, em princípios do século XX, mais de metade de toda a população eslava concentrada nas cidades.

Em consequência da revolução industrial e do posterior desenvolvimento da indústria mecanizada nos países capitalistas, constitui-se o proletariado industrial. Crescia rapidamente o número de membros da classe operária, cujas fileiras eram permanentemente engrossadas pelos camponeses e artesãos, que se arruinavam.

O crescimento da grande indústria mecanizada fez com que se fossem apagando a pouco e pouco os interesses e preconceitos locais, corporativos e de estados das primeiras gerações de operários, assim como suas utópicas esperanças de recuperar a situação perdida do artesão medieval. As massas de operários fundiram-se numa única classe — o proletariado. Caracterizando a formação do proletariado como classe, escreveu Engels:

"Somente o desenvolvimento em grande escala da produção capitalista, da indústria e da agricultura, deu um caráter permanente a sua existência, aumentou o seu número e o constituiu como classe particular, com particulares interesses e missão histórica particular."[37]

A Fábrica Capitalista. A Máquina como Meio de Exploração do Trabalho Assalariado pelo Capital

A fábrica capitalista é uma grande empresa industrial, baseada na exploração dos operários assalariados e que emprega o sistema de máquinas para a produção de

mercadorias.

O emprego das máquinas assegura um enorme crescimento da produtividade do trabalho e a redução do valor da mercadoria. A máquina oferece a possibilidade de produzir a mesma quantidade de mercadorias com gastos de trabalho bastante menores, ou, com os mesmos gastos de trabalho, produzir uma quantidade muito maior de mercadorias.

No século XIX, para a elaboração de igual quantidade de algodão pela fiação mecanizada, exigia-se um tempo de trabalho 180 vezes menor, do que no caso da fiação manual. Com ajuda da máquina, um operário estampava por hora, a quatro cores, a mesma quantidade de percal que antes 200 operários, trabalhando a mão.

No modo de produção capitalista todas as vantagens do emprego da máquina são apropriadas pelos proprietários dessas máquinas, os capitalistas, cujos lucros crescem.

A fábrica é a forma mais alta da cooperação capitalista. A cooperação capitalista, como trabalho conjunto de muitos operários, executado em escala relativamente grande, faz surgir a necessidade de funções especiais de direção, vigilância e coordenação dos diferentes trabalhos. Na empresa capitalista, a função de direção é desempenhada pelo capitalista e apresenta características específicas, manifestando-se ao mesmo tempo também como uma função de exploração dos operários assalariados pelo capital. O capitalista não é capitalista pelo fato de dirigir a empresa industrial, mas, ao contrário, torna-se dirigente da empresa por ser capitalista.

Já nas condições da cooperação simples, o capitalista liberta-se do trabalho físico. a medida que se aperfeiçoa a cooperação do trabalho, ele se liberta também da função de vigilância direta e permanente sobre os operários. Estas funções são transferidas para uma categoria especial de trabalhadores assalariados — os gerentes e contramestres —, que dirigem a empresa em nome do capitalista. A direção da empresa capitalista, por sua natureza, é despótica.

Com a passagem a fábrica, o capital leva a termo a criação de uma disciplina particular, a disciplina capitalista do trabalho. A disciplina capitalista do trabalho é a disciplina da fome. O operário acha-se aqui sob a permanente ameaça de demissão da fábrica, sob o perigo de juntar-se as fileiras dos desempregados. Na fábrica capitalista, impera uma disciplina de quartel.

A máquina, considerada em si mesma, é um poderoso meio para aliviar o trabalho e elevar a sua produtividade. Sob o capitalismo, porém, a máquina funciona como meio de intensificação da exploração do trabalho assalariado.

Desde o começo mesmo do seu emprego, a máquina torna-se concorrente do operário. O emprego das máquinas pelo capitalismo, em primeiro lugar, priva dos meios de existência dezenas e centenas de milhares de trabalhadores manuais, que se tornam excedentes. Assim, ao serem amplamente introduzidos os teares a vapor, 800 mil tecelões ingleses foram lançados na rua. Milhões de tecelões da Índia foram condenados a fome e a morte, uma vez que os tecidos indianos, produzidos a mão, não suportavam a concorrência do artigo inglês, produzido a máquina. Devido a crescente difusão da máquina e aos aperfeiçoamentos introduzidos, os operários assalariados eram cada vez mais desalojados do seu trabalho pelas máquinas, lançados das fábricas capitalistas a rua, engrossando o crescente exército de desempregados.

A máquina simplifica o processo de produção e torna supérfluo o emprego de uma grande força muscular do operário. Por isso, com a passagem a técnica mecanizada, o capital incorpora amplamente à produção as mulheres e crianças. O capitalista obriga-as a trabalhar em condições penosas e com miseráveis salários. Tal fato traz consigo uma grande mortalidade infantil nas famílias operárias e a deformação física e moral das mulheres e crianças.

A máquina abre amplas possibilidades de redução do tempo de trabalho necessário a produção da mercadoria e, com isso, cria as condições para que seja encurtado o dia de trabalho. Sob o capitalismo, porém, é a máquina utilizada como

meio de prolongar o dia de trabalho. Na caça ao lucro, o capitalista empenha-se em tirar o máximo proveito da máquina. Em primeiro lugar, quanto mais prolongado seja o funcionamento útil da máquina durante o dia de trabalho, tanto mais rapidamente ela se paga. Em segundo lugar, quanto mais longo seja o dia de trabalho e mais completa a utilização da máquina, tanto menor o perigo de que envelheça tecnicamente e que outros capitalistas consigam introduzir em suas fábricas máquinas melhores ou menos caras, ficando assim em condições mais vantajosas de produção. Eis porque o capitalista empenha-se em prolongar ao máximo o dia de trabalho.

Em mãos do capitalista, a máquina é empregada com o fim de extrair mais trabalho do operário durante um determinado tempo. A desmedida intensidade do trabalho, a precariedade das instalações fabris, a insuficiência de ar e de luz, a ausência da necessária proteção ao trabalho acarretam doenças profissionais em massa entre os operários e a ruína de sua saúde.

A técnica mecanizada abre um largo campo para a utilização da ciência no processo de produção e para dar ao trabalho um caráter mais inteligente e criador. Entretanto, o emprego capitalista da máquina faz com que o operário se transforme num apêndice da máquina. Aos operários cabe apenas realizar um trabalho físico monótono e extenuante. O trabalho intelectual transforma-se num privilégio de especialistas: engenheiros, técnicos e homens de ciência. A ciência coloca-se a serviço do capital. Aprofunda-se cada vez mais a contradição entre o trabalho manual e o intelectual.

A máquina simboliza o fortalecimento do domínio do homem sobre as forças da natureza. Elevando a produtividade do trabalho, a máquina faz crescer a riqueza da sociedade. Esta riqueza, todavia, fica com os capitalistas, enquanto que a situação da classe operária — a principal força produtiva da sociedade — piora cada vez mais.

Entretanto, não é a máquina em si mesma o inimigo da classe operária, e sim o regime capitalista, sob o qual é ela empregada. Escreveu Marx que:

"a máquina em si mesma reduz o tempo de trabalho, enquanto que o seu emprego capitalista prolonga o dia de trabalho...; em si mesma, ela alivia o trabalho, mas o seu emprego capitalista eleva a intensidade do trabalho...; em si mesma, ela significa uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que o seu emprego capitalista escraviza o homem as forças da natureza...; em si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, mas seu emprego capitalista o empobrece."(38)

Desde o aparecimento mesmo das relações capitalistas, tem início a luta de classes entre os operários assalariados e os capitalistas. Esta luta veio sendo travada ao curso de todo o período manufatureiro, mas com a passagem a produção mecanizada assume mais amplas proporções e maior agudeza.

Os capitalistas utilizaram largamente a máquina como poderoso instrumento para esmagar os movimentos periódicos dos operários, as greves, etc., contra a autocracia do capital. Depois de 1830, surgiram na Inglaterra numerosas invenções reclamadas diretamente pelos interesses da luta de classe dos capitalistas contra os operários e pelo desejo dos capitalistas de quebrar a resistência dos operários ao jugo do capital, através da redução do número de operários ocupados e do emprego de trabalho menos qualificado.

Desse modo, o emprego capitalista da máquina faz com que aumente a exploração do trabalho pelo capital e com que se agucem as contradições de classe entre operários e capitalistas.

A Grande Indústria e a Agricultura

O desenvolvimento da grande indústria fez com que as máquinas passassem a ser utilizadas também na agricultura. A possibilidade do emprego de máquinas é uma das mais importantes vantagens apresentadas pela grande produção agrícola. As máquinas elevam consideravelmente a produtividade na agricultura. Entretanto, a pequena economia camponesa não comporta a utilização de máquinas, pois que para a aquisição destas são necessários consideráveis meios.

Além disso, a aplicação da máquina é mais eficaz na grande economia, ali onde há produção agrícola em massa. Na grande economia, baseada na técnica mecanizada, os gastos de trabalho por unidade de produção são consideravelmente menores do que na pequena economia camponesa, baseada numa técnica atrasada e no trabalho manual. Devido a isto, a pequena economia camponesa não resiste a concorrência com a grande economia capitalista.

Nas condições do capitalismo, o emprego da máquina na agricultura acelera o processo de diferenciação do campesinato. Surgem, em consequência, no campo, novos tipos sociais da população rural, que constituem as classes da sociedade burguesa: a burguesia rural e o proletariado agrícola.

A burguesia rural dirige uma economia mercantil baseada no trabalho assalariado, na exploração de trabalhadores agrícolas permanentes e notadamente de diaristas e outros trabalhadores temporários, contratados para trabalhos sazonais no campo. O burguês rural frequentemente funciona também como usurário da aldeia e como fornecedor de gêneros. Tudo isto constitui um meio de exploração dos camponeses pobres e de grande parte do campesinato médio.

O proletariado rural é constituído pela massa dos trabalhadores rurais privados dos meios de produção e explorados pelos latifundiários e pela burguesia rural. A principal fonte de subsistência do proletariado rural é a venda de sua força de trabalho. Um representante típico do proletariado rural é o operário assalariado com uma parcela de terra, possuidor de pequena economia num minúsculo trato de terra, insuficiente para sua subsistência e, por isso, obrigado a vender sua força de trabalho.

O campesinato pobre confina com o proletariado agrícola. O camponês pobre possui uma pequena parcela de terra e uma pequena quantidade de gado. Não bastam para sua subsistência os produtos que ele recolhe de sua economia. E é no trabalho assalariado que ele é obrigado a ir ganhar grande parte do dinheiro de que precisa para alimentar-se, vestir-se, para as despesas em sua propriedade e para o pagamento de

seus compromissos. Em essência, este camponês é semiproletário.

O campesinato médio ocupa uma posição intermediária entre a burguesia rural e o campesinato pobre. O campesinato médio explora sua propriedade a base dos seus próprios meios de produção e do trabalho pessoal. Só em condições favoráveis, o trabalho do camponês médio em sua propriedade garante a manutenção da família. Daqui a posição de instabilidade do campesinato médio.

"Por suas relações sociais, esse grupo oscila entre o superior, para o qual tende, e no qual só consegue entrar uma pequena minoria de afortunados, e o inferior, para o qual é impelido por toda a marcha da evolução social."(39)

Elevando a técnica agrícola, impulsionando-a para a frente, o capitalismo arruína a massa dos pequenos produtores. Ao mesmo tempo, a força de trabalho assalariada na agricultura é a tal ponto barata que muitas grandes economias preferem o emprego do trabalho manual. E isto freia o desenvolvimento da técnica mecanizada na agricultura.

No período mecanizado do capitalismo, completa-se a separação da indústria da agricultura, aprofunda-se e aguça-se a oposição entre a cidade, e o campo. No capitalismo, a agricultura atrasa-se cada vez mais com relação a indústria, em seu desenvolvimento. Lênin afirmou que a agricultura dos países capitalistas em princípios do século XX, considerada do ponto de vista do seu nível técnico-econômico, estava mais próxima do estádio manufatureiro.

A Socialização Capitalista do Trabalho e da Produção. Limites do Emprego da Máquina sob o Capitalismo

À base da técnica mecanizada, no capitalismo, foi obtido um grande progresso no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, em comparação com o modo de produção feudal.

"A transição da manufatura para a fábrica significa uma

completa revolução técnica, que destrói ,a rica e secular habilidade manual dos mestres, e a essa revolução técnica seguem-se inevitavelmente a ruptura mais radical das relações sociais de produção, a definitiva separação dos diferentes grupos de pessoas participantes na produção, o total rompimento com as tradições, o aguçamento e a ampliação de todos os aspectos sombrios do capitalismo e ao mesmo tempo a socialização em massa do trabalho pelo capitalismo. A grande indústria mecanizada é, portanto, a última palavra do capitalismo, a última palavra dos seus "aspectos positivos" e negativos."[(40)]

À base da grande indústria mecanizada completa-se o processo espontâneo da ampla socialização do trabalho pelo capital.

Em primeiro lugar, como resultado do emprego das máquinas, a produção industrial concentra-se cada vez mais nas grandes empresas. A máquina, por sua própria natureza, exige o trabalho conjunto de muitos operários.

Em segundo lugar, processa-se, sob o capitalismo, um constante desenvolvimento da divisão social do trabalho. Cresce o número de ramos da indústria e da agricultura. Simultaneamente, os diferentes ramos e empresas tornam-se cada vez mais dependentes uns dos outros. Em face da ampla especialização dos diferentes ramos, o industrial que produz, por exemplo, tecidos, passa a depender diretamente do industrial que produz fios; este último, do capitalista produtor de algodão, do dono da fábrica de maquinaria, das minas de carvão, etc..

Em terceiro lugar, desaparece a dispersão das pequenas unidades econômicas, que é própria da economia natural, e os pequenos mercados locais fundem-se num vasto mercado nacional e mundial.

Em quarto lugar, o capitalismo, com sua técnica mecanizada, vai suprimindo as diferentes formas de dependência pessoal do trabalhador. A base da produção se torna o trabalho assalariado livre. Cria-se uma grande

mobilidade da população, o que assegura uma ininterrupta torrente de força de trabalho aos ramos industriais em crescimento.

Em quinto lugar, a medida que se difunde a produção mecanizada, surgem numerosos centros industriais e grandes cidades.

A sociedade cinde-se mais e mais em duas classes fundamentais antagônicas: a classe dos capitalistas e a classe dos operários assalariados.

A socialização do trabalho e da produção, conseguida a base da técnica mecanizada, constitui um considerável passo a frente no desenvolvimento progressista da sociedade. Todavia, a avidez dos capitalistas, que aspiram ao lucro, ergue determinados limites ao desenvolvimento das forças produtivas.

Do ponto de vista social, o emprego da máquina será vantajoso se o trabalho invertido na produção da máquina for menor do que aquele que o seu emprego poupará e também se a máquina tornar mais leve o trabalho. Para o capitalista, porém, o que importa não é a economia de trabalho social e nem o alívio do trabalho do operário, mas a economia com o pagamento dos operários. Por isso, os limites para o emprego da máquina pelo capitalista são mais estreitos. Tais limites são determinados pela diferença entre o preço da máquina e os salários dos operários que ela substitui, durante o período de funcionamento da máquina. Daqui torna-se claro que quanto mais baixos os salários dos operários, tanto menor o interesse do capitalista em introduzir máquinas. Assim, por exemplo, enquanto na Inglaterra os operários não conseguiram proibir a exploração do trabalho barato de mulheres e crianças nos trabalhos subterrâneos e nas minas, os capitalistas não manifestaram interesse em utilizar máquinas nesses trabalhos. Por isso, até hoje o trabalho manual é ainda largamente empregado na indústria e particularmente na agricultura dos países capitalistas.

A grande indústria mecanizada aguçou a luta de concorrência entre os capitalistas, acentuou o espontaneísmo e

a anarquia de toda a produção social. O emprego capitalista da máquina trouxe consigo não apenas o rápido desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, mas também um aumento da opressão do trabalho pelo capital, o agravamento de todas as contradições do modo de produção capitalista.

Ao mesmo tempo, acompanhando o desenvolvimento da técnica e da socialização do trabalho pelo capital, opera-se a coesão da classe operária, eleva-se o seu grau de organização e de consciência.

Notas de rodapé:

(34) Arquivos de Marx e Engels, t. IV, p. 43.

(35) V.I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Obras, t. III, p. 375.

(36) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 372.

(37) F. Engels, O Movimento Operário na América, K. Marx e F. Engels, Obras, t. XVI, parte I, p. 287.

(38) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, pp. 446/447.

(39) V.I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Obras, t. III, p. 148.

(40) Idem. p. 397.

Capítulo VI — O Salário

O Preço da Força de Trabalho. Essência do Salário

Sob o modo de produção capitalista, a força de trabalho, da mesma forma que qualquer outra mercadoria, tem valor. Expresso em dinheiro, este valor é o preço da força de trabalho.

O preço da força de trabalho distingue-se do preço das outras mercadorias. Quando um produtor de mercadorias vende no mercado, suponhamos, tecidos, a soma de dinheiro por ele recebida não representa outra coisa senão o preço da mercadoria vendida. Quando um proletário vende ao capitalista sua força de trabalho e recebe determinada soma de dinheiro, sob o aspecto de salário, esta quantia, porém, não aparece como sendo o preço da força de trabalho, mas sim o preço do trabalho.

Isto se verifica pelas seguintes razões. Em primeiro lugar, o capitalista paga o salário ao operário já depois dei ter este gasto o seu trabalho. Em segundo lugar, o salário é fixado ou de acordo com a quantidade de tempo trabalhada (horas, dias, semanas), ou de acordo com a quantidade de produtos obtida. Tomemos o exemplo já citado. Suponhamos que o operário trabalha 8 horas por dia. Durante 4 horas ele produz um valor de 4 dólares, igual ao valor de sua força de trabalho. Nas outras 4 horas, ele produz um valor de 4 dólares, que constitui a mais-valia, da qual o capitalista se apropria. Mas, como o empresário contratou o operário para todo o dia de trabalho, pelas 8 horas trabalhadas ele lhe pagará 4 dólares. Cria-se, assim, a falsa aparência de que o salário é, supostamente, o preço do trabalho, de que, supostamente, os 4 dólares são o pagamento completo do dia de trabalho de 8 horas. Na realidade, porém, os 4 dólares representam apenas o valor diário da força de trabalho, ao mesmo tempo em que o trabalho do operário cria um valor igual a 8 dólares. Se na empresa vigora o sistema de pagamento segundo a quantidade de produtos obtida, cria-se, então, a aparência de que o operário é supostamente pago pelo

trabalho gasto em cada unidade de mercadoria por ele produzida, isto é, forma-se novamente a falsa impressão de que todo o trabalho gasto pelo operário é integralmente pago.

Esta enganosa aparência não é um equívoco em que as pessoas incorrem casualmente. É engendrada pelas condições mesmas da produção capitalista, onde a exploração é encoberta, dissimulada, enquanto as relações entre o empresário e o operário assalariado apresentam-se sob um aspecto deformado, como relações entre proprietários de mercadorias em pé de igualdade.

Na realidade, o salário do operário assalariado não constitui o valor ou o preço do seu trabalho. Se se admitir que o trabalho é uma mercadoria e que tem valor, então a grandeza deste valor deveria poder ser medida de algum modo. É evidente que a grandeza do "valor do trabalho", como o valor de qualquer outra mercadoria, deve ser medida pela quantidade de trabalho nela contida. Mas, nesse caso, cai-se num círculo vicioso: medir o trabalho com o trabalho.

Prossigamos. Se o capitalista pagasse ao operário o "valor do trabalho", isto é, lhe pagasse todo o seu trabalho, então deixaria de existir a fonte de enriquecimento do capitalista — a mais-valia —, ou, em outras palavras, não poderia existir o modo de produção capitalista.

O trabalho é o criador do valor das mercadorias, mas o trabalho, em si mesmo, não é mercadoria nem tem valor. Isto que na vida quotidiana se chama de "valor do trabalho", é, na realidade, o valor da força de trabalho.

O capitalista compra não o trabalho, mas uma mercadoria peculiar, a força de trabalho. O uso da força de trabalho, isto é, o dispêndio de energia muscular, nervosa e cerebral do operário constitui o processo de trabalho. O valor da força de trabalho é sempre menor do que o valor novo criado pelo trabalho do operário. O salário é o pagamento de apenas uma parte do dia de trabalho, precisamente: o pagamento do tempo de trabalho necessário. Uma vez, porém, que o salário manifesta-se sob a forma de pagamento do trabalho, cria-se a

representação de que, supostamente, o dia de trabalho é pago integralmente. Eis porque Marx denomina o salário na sociedade burguesa de forma metamorfoseada do valor, ou do preço da força de trabalho.

"O salário não é o que parece ser, isto é, o valor — ou o preço — do trabalho, mas somente uma forma disfarçada do valor — ou do preço — da força de trabalho."(41)

O salário é a expressão monetária do valor da força de trabalho, seu preço, que se manifesta exteriormente como o preço do trabalho.

Na escravidão, entre o senhor de escravos e o escravo, não se processavam transações de compra-e-venda de força de trabalho. O escravo é uma propriedade do seu senhor. Por isso, parece que todo o trabalho do escravo é entregue gratuitamente, que mesmo aquela parte do trabalho que cobre as despesas de manutenção do escravo é trabalho não pago, trabalho para o senhor de escravos. Na sociedade feudal, o trabalho necessário do camponês em sua própria economia e o trabalho suplementar na economia do latifundiário estavam separados no tempo e no espaço. Sob o regime capitalista, mesmo o trabalho não pago do operário assalariado aparece como sendo trabalho pago.

O salário oculta todos os vestígios da divisão do dia de trabalho em tempo de trabalho necessário e suplementar, em trabalho pago e trabalho não pago e desse modo disfarça as relações de exploração capitalistas.

As Formas Fundamentais do Salário.

As formas fundamentais do salário são:

1. por tempo e
2. por tarefa (por peça).

O salário por tempo é aquela forma na qual a grandeza do salário do operário depende do tempo por ele trabalhado —

horas, dias, semanas, meses. De acordo com isto, divide-se em salário por hora, por dia, por semana, por mês.

Mantida a mesma grandeza do salário por tempo, a remuneração efetiva do operário pode variar na dependência da extensão do dia de trabalho. É preciso distinguir a soma total do salário (de um dia, uma semana, ou um mês) da remuneração (ou preço) de uma hora de trabalho. O preço de uma hora de trabalho serve de medida para o pagamento do operário pelo trabalho por ele gasto numa unidade de tempo. Assim, se o dia médio de trabalho tem uma duração de 8 horas, e o valor médio diário da força de trabalho é de 4 dólares, segue-se que o preço da hora de trabalho (400 cents dividido por 8) será igual a 50 cents.

O pagamento por tempo dá ao capitalista a possibilidade de identificar a exploração do operário mediante a prolongação do dia de trabalho e rebaixar o preço da hora de trabalho, mantendo invariável o salário por dia, por semana ou por mês. Suponhamos que o pagamento de um dia permaneça, como antes, igual a 4 dólares, mas que o dia de trabalho seja prolongado de 8 para 9 horas; nesse caso, o preço de uma hora de trabalho (400 cents dividido por 9) cairá de 50 cents para 44,4 cents. Mesmo com a elevação do salário de um dia (e correspondentemente da semana, ou do mês), o preço de uma hora de trabalho pode permanecer invariável, ou mesmo reduzir-se, se simultaneamente com isto dá-se a prolongação do dia de trabalho. Assim, se o salário diário for elevado de 4 dólares para 4 dólares e 20 cents, mas o dia de trabalho for prolongado de 8 para 10 horas, nesse caso o preço da hora de trabalho tornar-se-á menor (420 cents dividido por 10), caindo para 42 cents.

O aumento da intensidade do trabalho também significa, em essência, a queda do preço da hora de trabalho, uma vez que com um dispêndio maior de energia — o que de fato equivale a prolongação do dia de trabalho — o pagamento permanece o mesmo que antes.

Em consequência da diminuição do preço da hora de trabalho, o proletário, para poder subsistir, vê-se obrigado a

concordar com a prolongação do dia de trabalho. Mas, tanto a prolongação do dia de trabalho, como a desmedida intensificação do trabalho fazem com que aumente o dispêndio de força de trabalho. Quanto menor for o pagamento de cada hora de trabalho, tanto maior será a quantidade de trabalho, ou tanto mais longo será o dia de trabalho necessário para que o operário receba um mísero salário. De outro lado, a prolongação do tempo de trabalho provoca, por sua vez, a redução do pagamento da hora de trabalho. Esta circunstância de que tanto com a prolongação do dia de trabalho, como com o aumento da intensidade do trabalho reduz-se o pagamento da hora de trabalho, é aproveitada pelo capitalista de acordo com os seus interesses.

Se as condições para a venda das mercadorias apresentam-se favoráveis, ele aumenta o dia de trabalho, introduz as horas extraordinárias, isto é, as horas que ultrapassam o fixado na duração do dia de trabalho. Se, entretanto, as condições do mercado são desfavoráveis e o capitalista é obrigado a diminuir o volume da produção, ele reduz o dia de trabalho e introduz o pagamento por hora. O pagamento do salário por hora, quando o dia de trabalho é incompleto ou é reduzida a semana de trabalho, baixa sensivelmente o salário. Se, no nosso exemplo, o dia de trabalho for reduzido de 12 para 6 horas, mantido o anterior pagamento de 50 cents por hora, nesse caso o salário diário do operário será de 3 dólares, isto é, terá a metade do valor diário de sua força de trabalho. Portanto, o operário recebe um salário menor não só quando o dia de trabalho é desmedidamente aumentado, como quando se vê obrigado a trabalhar um tempo incompleto.

"O capitalista pode agora extrair do operário uma determinada quantidade de trabalho suplementar, sem dar-lhe o tempo de trabalho necessário a sua manutenção. Pode retirar ao emprego todo caráter regular, e, segundo sua comodidade, seu capricho e seus interesses no momento, fazer alternar os períodos do mais monstruoso excesso de trabalho, com os do desemprego relativo ou absoluto."[42]

Com o sistema do salário por tempo, a grandeza do salário do operário não se acha sob a dependência direta do grau de intensidade do trabalho: com a elevação da intensidade do trabalho, o salário por tempo não é aumentado, mas o preço da hora de trabalho cai efetivamente. Com o objetivo de intensificar a exploração, o capitalista paga a zeladores especiais, cuja função consiste em fazer os operários observarem a disciplina capitalista do trabalho e em assegurar a contínua intensificação do trabalho.

O salário por tarefa (por peças) é aquela forma na qual a grandeza do salário do operário depende da quantidade de artigos elaborados, peças fabricadas, ou operações realizadas na unidade de tempo. Sob o sistema do salário por tempo, o trabalho gasto pelo operário mede-se pela sua duração; no pagamento por peças, mede-se pela quantidade de mercadorias produzidas (ou operações executadas), cada uma das quais é paga de acordo com determinadas taxas.

Ao estabelecer estas taxas, o capitalista leva em conta, em primeiro lugar, o salário diário do operário calculado por tempo e, em segundo lugar, a quantidade de artigos ou de peças que um operário elabora no curso de um dia; além disso, toma como norma geralmente o coeficiente de produção mais elevado. Se o salário médio diário num determinado ramo da produção, sob o sistema do salário por tempo, é de 6 dólares, e a quantidade de artigos de determinado tipo que um operário produz é de 60 unidades, então a norma estabelecida para o pagamento por peça será de 10 cents por unidade ou por peça. A taxa de pagamento por peça é fixada pelo capitalista de tal maneira que o salário de uma hora (um dia, ou uma semana) do operário não seja mais elevado do que o salário por tempo. Assim, o salário por peças é, no fundo, apenas uma modalidade do salário por tempo.

Mais ainda do que no caso do salário por tempo, o salário por peça cria a enganosa aparência de que o operário, supostamente, vende ao capitalista não a sua força de trabalho, mas o seu trabalho e recebe o completo pagamento do trabalho, de acordo com a quantidade de produtos que

elabora.

O sistema capitalista de pagamento por tarefa acarreta a permanente intensificação do trabalho. Ao mesmo tempo, torna mais fácil a tarefa do empresário de exercer vigilância sobre os operários. Aqui, o grau de tensão do trabalho é controlado pela quantidade e a qualidade dos produtos que o operário deve elaborar para adquirir os indispensáveis meios de existência. O operário vê-se obrigado a aumentar a elaboração das peças, a trabalhar cada vez mais intensamente. Mas, tão logo um número mais ou menos grande de operários atinja um novo nível mais elevado de intensidade do trabalho, o capitalista reduz a taxa do pagamento por peça. Se, em nosso exemplo, a taxa de pagamento por peça é rebaixada, digamos, a metade, para receber o mesmo salário que antes o operário é obrigado a trabalhar por dois, isto é, vê-se forçado ou a aumentar o tempo de trabalho, ou a elevar ainda mais o grau de tensão do trabalho, de tal modo que no curso de um dia produza não 60, mas 120 peças.

"O operário esforça-se por resguardar a massa do seu salário, trabalhando mais; seja trabalhando mais horas por dia, seja produzindo mais em cada hora. O resultado é este: quanto mais trabalha, menos salário ganha."[43]

Nisto consiste uma particularidade importantíssima do trabalho por tarefas sob o capitalismo.

Por grande que seja a variedade de formas do salário por tarefas no capitalismo, sua essência permanece invariável. Engendra a concorrência entre os operários, obriga-os a elevar a intensidade do trabalho, assegurando aos capitalistas maiores ingressos. O salário por tarefa,

"ao elevar os salários individuais acima do nível médio, tende, pois, a rebaixar este mesmo nível."[44]

Na dependência das condições concretas, particularmente do progresso técnico, da posição do mercado de trabalho, etc., os capitalistas usam diferentes formas de salário. Em certos casos preferem o salário por tempo e em

outros o salário por tarefa.

A forma de salário por tempo surgiu historicamente antes da de salário por tarefa. Foi amplamente empregada nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, quando os capitalistas buscavam o aumento da mais-valia principalmente através da prolongação do dia de trabalho. Posteriormente, a forma de salário por tarefa alcançou uma difusão consideravelmente maior nas empresas capitalistas. Atualmente, com o amplo emprego nas empresas capitalistas da produção em cadeia e dos equipamentos automáticos, difundem-se cada vez mais diferentes formas de salário por tempo e com prêmios. Mediante o aceleramento do movimento das máquinas, o capitalista obriga os operários a trabalhar cada vez mais intensamente, sem que se elevem as taxas de salário, ou, mesmo, reduzindo-as.

Não são raros os casos em que ambas as formas de salário — por tempo e por peça — são simultaneamente empregadas numa mesma empresa. Sob o capitalismo, ambas estas formas de salário são apenas diferentes métodos de intensificação da exploração da classe operária.

Os Sistemas Extenuantes de Salário

Um dos traços mais importantes do salário, no capitalismo, reside na desmedida intensificação do trabalho, que esgota todas as forças do operário. Ao mesmo tempo, o salário não compensa o elevado dispêndio de força de trabalho. Além de determinado limite de duração e de intensidade do trabalho, nenhuma compensação suplementar pode prevenir a destruição direta da força de trabalho.

Como consequência dos métodos extenuantes de organização do trabalho aplicados nas empresas capitalistas, geralmente no fim do dia de trabalho faz-se sentir no operário uma excessiva tensão das energias musculares e nervosas, o que acarreta a queda da produtividade do trabalho. Na corrida pelo aumento da mais-valia, o capitalista lança mão de diferentes sistemas extenuantes de salário, a fim de conseguir uma elevada intensidade do trabalho no curso de toda a

jornada. Sob o capitalismo, servem a esses mesmos fins diferentes formas da chamada “organização científica do trabalho”.

Formas muito difundidas de tal organização do trabalho, com aplicação de sistemas de salário que extenuam o operário, foram o taylorismo e o fordismo, a base dos quais está o princípio da elevação máxima da intensidade do trabalho

A essência do taylorismo (a denominação do sistema origina-se do seu autor, o engenheiro norte-americano F. Taylor) consiste no seguinte: Na empresa, são selecionados os operários mais fortes e mais hábeis, aos quais se obriga a trabalhar com o máximo de tensão. A execução de cada operação é registrada em segundos e em frações de segundos. A base dos elementos fornecidos pela cronometragem, são estabelecidos o regime de produção e as normas de tempo para toda a massa de operários. No caso de superação da norma — ou “tarefa” — o operário recebe um pequeno acréscimo ao salário diário — um prêmio; se, porém, a norma não for atingida, o salário é pago segundo tarifas fortemente reduzidas.

Caracterizando o sistema de Taylor, em conjunto, Lênin afirmou que ele associa uma série de sérias conquistas cientificas no terreno da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, da supressão dos movimentos supérfluos, da elaboração de métodos corretos de trabalho, dos melhores sistemas de cálculo e controle, etc., a refinada ferocidade da exploração capitalista. Lênin chamou essa organização do trabalho e do pagamento dos operários de sistema “científico” de extração de suor.

“Como resultado disto, escreve Lênin, nas mesmas 9 ou 10 horas, arranca-se do operário três vezes mais trabalho, esgotam-se implacavelmente todas as suas forças, extrai-se com velocidade triplicada até a última gota da energia nervosa e muscular do escravo assalariado. Morrerá prematuramente? Que importa, se há muitos outros esperando nos portões?!.. .”[45]

O sistema de organização do trabalho e do salário

introduzido pelo “rei do automóvel” americano, H. Ford, e por muitos outros capitalistas (o sistema do fordismo) obtém a máxima elevação da intensidade do trabalho através de uma crescente aceleração dos ritmos do trabalho em cadeia e da introdução de sistemas extenuantes de salário. Aqui, a intensificação do trabalho não se faz acompanhar pelo aumento do salário, ou pela redução do dia de trabalho.

O aumento da exploração dos operários é também obtido através de outros sistemas de organização do trabalho e do salário, que são variedades do taylorismo e do fordismo. Entre eles figura, por exemplo, o sistema Hantt (Estados Unidos). Diferentemente do sistema taylorista de peças, o sistema de Hantt utiliza o critério do salário por tempo com prêmios. O operário cumpre determinada “tarefa” e se lhe garante um pagamento muito baixo por unidade de tempo trabalhada, independentemente do cumprimento da norma. O operário que cumprir a “tarefa” recebe um pequeno adicional, ou prêmio, aquele mínimo garantido. O sistema Helsi (Estados Unidos) baseia-se no princípio do pagamento de prêmios pela “economia” de tempo, como complemento ao “salário médio” por hora de trabalho. Segundo tal sistema, por exemplo, se a intensidade do trabalho for duplicada, por cada hora de tempo “economizado” paga-se um prêmio equivalente a aproximadamente um terço do salário-hora. Em consequência, quanto mais intenso for o trabalho, tanto mais baixo será o salário do operário em relação ao trabalho por ele gasto. O sistema Rowan (Inglaterra) repousa sobre os mesmos princípios.

Na Europa ocidental e nos Estados Unidos, tornou-se muito difundido o sistema do continuador francês de Taylor — Bedaux — que se baseava numa complexa escala de índices de velocidade do movimento e de tensão do trabalho no cumprimento das operações de produção, com elevadas normas de elaboração. Este sistema calculava o tempo de trabalho até pequenas frações de segundo. No caso de cumprimento da norma, o operário recebia um prêmio e se não a atingisse era multado mediante o rebaixamento do salário. O sistema de Bedaux acarretou uma enorme elevação da

intensidade do trabalho.

Os métodos do taylorismo e do fordismo são ainda hoje utilizados sob diferentes modalidades. Assim, diversas formas de salário por tempo com prêmios são empregadas nos Estados Unidos em combinação com altas normas, estabelecidas a base da cronometragem e do estudo das operações de trabalho, tendo em conta o aproveitamento máximo da potência das máquinas. Os trabalhadores, que não atingem as elevadas normas, são despedidos. Adquirem cada vez maior difusão os sistemas de normas previamente estabelecidas para movimentos e operações isoladas.

Um dos métodos de elevação da mais-valia, mediante o engodo dos operários, é a chamada "participação dos operários nos lucros". A pretexto de interessar o operário no aumento dos lucros da empresa, o capitalista reduz o salário básico dos trabalhadores e por esse meio forma o fundo de "distribuição dos lucros entre os operários". Posteriormente, no fim do ano e sob o rótulo de lucros, entrega-se de fato ao operário uma parte do salário que a empresa lhe havia descontado antes. No final das contas, o operário "participante nos lucros" frequentemente recebe, na realidade, menos do que o salário habitual. Com os mesmos fins, pratica-se a distribuição entre os operários de ações da empresa em que trabalham.

Os artifícios usados pelos capitalistas em todos os sistemas de pagamento visam extrair do operário a maior quantidade possível de mais-valia. Os empresários se valem de todos os meios possíveis para inocular na consciência dos operários um suposto interesse no aumento da intensidade do trabalho, na redução dos gastos de salário por unidade de produção e na elevação da lucratividade da empresa. Os capitalistas visam, por esse meio, enfraquecer a resistência do proletariado a ofensiva do capital, levar os operários a renunciar ao ingresso nos sindicatos, a participação nas greves e semear a cisão no movimento operário.

Salário Nominal e Salário Real

Nos primeiros estádios de desenvolvimento do

capitalismo, era amplamente usado o pagamento dos salários em espécie: o operário recebia um teto, alimentação e algum dinheiro.

O pagamento em espécie ainda se mantém, em certa medida, no período mecanizado do capitalismo. Era praticado, por exemplo, na indústria extrativa e têxtil da Rússia de antes da revolução. O pagamento em espécie é difundido na agricultura capitalista, onde é empregado o trabalho de assalariados, em alguns ramos da indústria dos países capitalistas, nos países coloniais e dependentes. Os capitalistas colocam os operários numa tal situação que eles são obrigados a adquirir gêneros a crédito no armazém da fábrica, a alojar-se em habitações construídas junto as minas ou as plantações e a viver nas duras condições ditadas pelos patrões, etc.. Sob o sistema do pagamento em espécie, o capitalista explora o operário assalariado não apenas como vendedor de sua força de trabalho, mas também como consumidor.

O pagamento em dinheiro é característico do modo de produção capitalista em sua etapa desenvolvida.

Deve-se distinguir entre o salário nominal e o salário real.

O salário nominal é o salário expresso em dinheiro; é a quantia em dinheiro que o operário recebe pela venda de sua força de trabalho ao capitalista. O salário nominal por si mesmo não oferece uma completa representação do nível real de pagamento do operário. O salário nominal pode, por exemplo, permanecer invariável, mas se, ao mesmo tempo, os preços dos artigos de consumo e os impostos se elevarem, o salário do operário na realidade se reduzirá. Pode mesmo suceder que o salário nominal seja aumentado, mas se no mesmo período de tempo a carestia de vida aumentar mais do que o aumento do salário nominal, então, de fato, haverá uma diminuição do salário.

O salário real é o salário expresso em meios de existência do operário; indica quantos e quais artigos de consumo e serviços pode o operário comprar com o seu salário em dinheiro. A grandeza do salário real do operário é determinada,

de um lado, pelo nível do salário nominal, e de outro pelo nível dos preços dos artigos de consumo e serviços, pelo custo do aluguel da casa, pela carga dos impostos arrancados ao operário.

Na determinação do nível médio do salário real, a estatística burguesa frequentemente torce a realidade: inclui, por exemplo, na soma global dos salários tia classe operária os ingressos da minoria dirigente da indústria e da burocracia financeira (gerentes de empresas, diretores de bancos, etc.), exclui da soma global dos salários a numerosa camada de operários sem qualificação e baixamente remunerados, o proletariado agrícola, ignora a elevação dos preços dos artigos de amplo consumo, os aumentos de impostos, lança mão de índices falsos do custo de vida, reduz enormemente a carestia da vida e utiliza outros métodos, a fim de embelezar a real situação da classe operária sob o capitalismo.

Até que ponto semelhantes métodos de cálculo do nível médio de salários podem deformar a situação real, resulta evidente do fato de que os ingressos dos dirigentes das empresas, diretores de bancos e outros elementos da administração altamente remunerados superam em dezenas de vezes o salário médio dos operários. Assim, por exemplo, em 1955, segundo os dados da estatística americana, o soldo anual (incluindo diversos pagamentos complementares) do presidente do maior monopólio automobilístico dos Estados Unidos, a General Motors, elevou-se a 776,4 mil dólares, a de um diretor da companhia de aço Bethleem ascendeu a 706 mil dólares, a de um diretor do monopólio químico Dupont a mais de 624 mil dólares, e a de Henry Ford II — um dos maiores empresários dos Estados Unidos, presidente da companhia de automóveis Ford — foi de 565 mil dólares.

Entretanto, mesmo a estatística burguesa não pode ocultar o fato de que o salário no capitalismo, em face do encarecimento do custo de vida e do aumento do desemprego, não assegura a uma parte considerável dos operários nem mesmo o mínimo vital.

Economistas burgueses dos Estados Unidos calcularam em

1938 o mínimo vital para uma família operária, constituída de 4 pessoas, em 2177 dólares por ano. Ao mesmo tempo, o salário médio anual por cada operário industrial nos Estados Unidos era de 1 176 dólares, isto é, pouco mais de metade daquele mínimo vital. Antes da Segunda Guerra Mundial, o mínimo vital de uma família operária média na Inglaterra (composta de 5 pessoas) foi determinado pelos economistas burgueses em cerca de 55 xelins semanais. De acordo com dados oficiais, nos anos que precederam imediatamente a última guerra, 80 por cento dos operários da indústria carbonífera, 75 por cento dos operários da indústria extrativa (exclusive a carbonífera), 57 por cento dos operários das empresas de serviços públicos da Inglaterra recebiam menos do que esse mínimo vital.

Tendência à Baixa do Salário Real no Capitalismo

Analisando o modo de produção capitalista, Marx chegou a conclusão de que

"a tendência geral da produção capitalista conduz não a elevação, mas a redução do nível médio de salário."[46]

O salário, como preço que é da força de trabalho, da mesma forma que o preço de qualquer mercadoria, é determinado pela lei do valor. Com o desenvolvimento da técnica e o crescimento da produtividade do trabalho, reduz-se a quantidade de trabalho necessário requerida para a produção dos meios de existência e, correspondentemente, cresce a quantidade de trabalho suplementar. a medida que se verifica o progresso técnico e que cresce a produtividade do trabalho nos ramos que produzem artigos de consumo ou meios de produção para a fabricação de objetos de consumo, diminui o valor da força de trabalho e aumenta a mais-valia, o que constitui a tendência fundamental do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Ao mesmo tempo, a intensificação capitalista do trabalho faz-se acompanhar por um dispêndio cada vez maior de força de trabalho, fator que contribui para a elevação do seu valor. O valor da força de trabalho também aumenta em relação com o aumento das necessidades materiais e culturais do operário e de

sua família, cuja satisfação é necessária para uma reprodução normal da força de trabalho. Isto é condicionado pelo desenvolvimento histórico geral da sociedade. Lênin indicou que

"o desenvolvimento do capitalismo acarreta inevitavelmente a elevação do nível das necessidades de toda a população e do proletariado."[47]

É de todo evidente que o nível das necessidades materiais e culturais do operário de hoje é bastante superior ao daquele, digamos, de há 50 ou 100 anos atrás. Entretanto, o capitalismo não assegura a reposição do crescente esgotamento da força de trabalho e a satisfação das crescentes necessidades materiais e culturais da classe operária.

O salário, como preço da força de trabalho, distingue-se do preço das outras mercadorias. Ao mesmo tempo em que os preços de todas as outras mercadorias na sociedade capitalista oscilam ora acima, ora abaixo do valor, de acordo com a oferta e a procura, o preço da mercadoria força de trabalho desvia-se para baixo do seu valor. No capitalismo, geralmente, a oferta de força de trabalho supera sua procura. O proletário não pode adiar a venda da única mercadoria de que é possuidor — a força de trabalho —, para esperar condições mais favoráveis no mercado de trabalho. Valendo-se disto, o capitalista paga ao operário um salário inferior ao valor da força de trabalho. O aumento do desemprego nas cidades e a superpopulação agrária no campo têm como consequência o agravamento da disparidade entre o valor e o preço da força de trabalho.

Ao analisar a tendência a baixa do nível médio de salário, é preciso levar em conta uma série de outros fatores. Como já foi visto, no valor da força de trabalho são incluídos os gastos feitos para a instrução do operário. Um operário qualificado cria na unidade de tempo mais valor, inclusive maior quantidade de mais-valia, e por isso recebe uma remuneração mais alta do que um operário sem instrução. Com o desenvolvimento do capitalismo e o desenvolvimento da técnica industrial, de um lado, aumenta a procura de operários altamente qualificados, capazes de lidar com complexos mecanismos e, de outro lado, são simplificadas muitas operações de trabalho, torna-se

supérflua uma parte considerável do trabalho dos operários qualificados. Ponderáveis camadas de operários instruídos perdem a sua qualificação, veem-se alijados da produção e obrigados a aceitar trabalhos não qualificados, cuja remuneração é bastante inferior.

Uma grande quantidade de força de trabalho excedente no campo exerce constante pressão no sentido da baixa sobre o nível de salários dos operários agrícolas ocupados. A remuneração do trabalho dos operários agrícolas é sensivelmente inferior ao nível médio de salários.

Assim, por exemplo, entre os anos 1910 e 1939, o salário médio mensal de um operário agrícola nos Estados Unidos oscilava entre 28 e 47% do salário de um operário industrial. Na Rússia tzarista, a situação dos operários agrícolas era terrivelmente difícil. Trabalhando de 16 a 17 horas por dia, o salário médio diário de um operário agrícola sazonal era, na Rússia, entre 1901 e 1910, de 69 copeques; e com esse mísero salário ganho nos períodos de trabalho devia manter-se nos restantes meses numa situação de desemprego completo ou parcial.

Mais ainda, o emprego da técnica mecanizada abre amplas possibilidades para substituir na produção o trabalho do homem pelo das mulheres e crianças. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de existência necessários ao operário e sua família. Por isto, quando a mulher e os filhos do operário são incorporados a produção, o salário do operário é reduzido. E ao mesmo tempo intensifica-se ainda mais a exploração da classe operária em seu conjunto. Nos países capitalistas, as mulheres operárias, realizando os mesmos trabalhos que os homens, recebem um salário consideravelmente mais baixo que o destes.

O capital extrai a mais-valia mediante a desenfreada exploração do trabalho infantil. O salário das crianças e adolescentes em todos os países capitalistas e coloniais é algumas vezes mais baixo do que o salário dos operários adultos.

O salário médio das operárias era inferior ao salário

médio do operário: nos Estados Unidos (1949) em 41%; na Inglaterra (1951) em 46%; e na Alemanha Ocidental (1951) em 42%. Esta diferença é ainda maior nos países coloniais e dependentes.

Em 1949, nos Estados Unidos, mesmo de acordo com dados aquém da realidade, havia entre a população assalariada mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes.

O trabalho infantil era amplamente empregado na Rússia tzarista. Parte não pequena dos operários têxteis e de empresas de outros tipos da Rússia era constituída de crianças com idades entre 8 e 10 anos.

A exploração do trabalho infantil pelo capital assume uma forma particularmente brutal nos países coloniais e dependentes. Na Rodésia do Sul, por exemplo, as crianças africanas de 6 e 7 anos trabalham nas empresas durante 8 e 9 horas por dia, recebendo um miserável salário.

A tendência a queda do nível médio do salário real é também condicionada pelo aumento dos preços dos objetos de amplo consumo. Na França, por exemplo, devido a inflação, os preços a varejo dos gêneros alimentícios em 1938 superavam em mais de 7 vezes o nível dos preços de 1914.

Parte considerável do salário do operário é absorvida pelo aluguel da casa. Na Alemanha, entre 1900 e 1930, o aluguel de casa aumentou em média de 69 por cento. Segundo dados do Birô Internacional do Trabalho, nos anos de 30 deste século os operários despendiam com aluguel de casa, combustível e iluminação: nos Estados Unidos — 25%; na Inglaterra — 20%; e no Canadá — 27% do orçamento da família. Na Rússia tzarista, os gastos com habitação constituíam em média mais de 20% do orçamento de uma família operária e numa série de casos tais despesas absorviam um terço do salário.

Um forte desconto sobre os salários são os impostos sobre os trabalhadores, que aumentam a medida que o capitalismo se desenvolve. Nos principais países capitalistas nos anos de após-

guerra os impostos diretos e indiretos absorvem até um terço do salário de uma família operária.

Um método difundido para rebaixar os salários era o sistema de multas. Na Rússia tzarista, antes da lei sobre as multas (1886), que trouxe algumas limitações as arbitrariedades dos industriais, os descontos efetuados nos salários sob a forma de multas atingiam em certos casos até metade do salário mensal. A qualquer pretexto eram os operários multados: por "negligência no trabalho", por "infração da ordem", por conversas, pela participação em manifestações, etc.. As multas constituíam não apenas um meio de fortalecer a disciplina capitalista do trabalho, mas, também, uma fonte de receita suplementar para o capitalista.

Uma série de fatores contrapõe-se a tendência a baixa dos salários. A luta da classe operária em defesa dos seus interesses vitais tem a maior importância para o nível dos salários. A ação da tendência a baixa dos salários é tanto mais forte quanto mais débil for a resistência dos operários e vice-versa.

O marxismo refuta a chamada "lei de ferro do salário", segundo a qual o salário seria determinado pelo mínimo de meios de existência necessários apenas a sobrevivência do operário, e, em consequência, a luta da classe operária pela elevação dos salários careceria, supostamente, de perspectiva.

Exerce grande influência sobre o movimento dos salários o caráter cíclico do desenvolvimento da produção capitalista. Durante as crises econômicas e também nos períodos de guerra, o salário cai a um nível bastante baixo, mas nos anos seguintes, com a saída das crises ou o término das guerras, o salário começa geralmente a elevar-se, em consequência da luta dos operários.

Mas, se se examinar o movimento do salário real durante um longo intervalo de tempo, nesse caso verificar-se-á sua tendência a baixa.

O valor da força de trabalho é diverso nos diferentes

países. É que se modificam de um país para outro as condições determinantes do valor da força de trabalho. Daqui as diferenças nacionais no salário. Escreveu Marx que ao se fazer a comparação entre os salários de diferentes países é necessário atender para todos os aspectos determinantes das modificações na grandeza do valor da força de trabalho: condições históricas da formação da classe operária e o nível atingido por suas necessidades, gastos na preparação dos operários, o papel do trabalho feminino e infantil, a produtividade do trabalho, a intensidade do trabalho, os preços dos artigos de consumo, etc..

A tendência geral a baixa do nível médio de salário manifesta-se de maneiras diferentes nos diferentes países, na dependência das condições concretas de desenvolvimento deste ou daquele país. Na Inglaterra e na França, segundo dados de J. Kuczynski, o salário real, na primeira metade do século XIX, sofria oscilações de ciclo para ciclo, revelando, porém, no conjunto, uma tendência para a baixa. O salário médio anual na Inglaterra durante o ciclo de 1843/1849 era inferior em aproximadamente 10%, em comparação com o do decênio 1789/1799. Em outros ciclos da primeira metade do século XIX, essa queda foi ainda maior. Já na segunda metade do século XIX, o salário real, nesses países, em seu conjunto, elevou-se. A posição vantajosa desse países no mercado mundial e também a exploração de vastas possessões coloniais, que proporcionavam enormes superlucros, criaram condições favoráveis para que tivesse êxito a luta da classe operária pela elevação dos salários. O salário médio anual na Inglaterra no período de 1895 a 1903 era mais alto em aproximadamente 70%, se comparado com o do decênio 1849/1858.

Modificou-se a situação do fim do século XIX para o começo do século XX, ao intensificar-se a concorrência no mercado mundial, ao aguçar-se a luta pela repartição do mundo e com o ascenso do movimento nacional-libertador nas colônias. Na primeira metade do século XX, na Inglaterra e na França, o salário volta a revelar uma nítida tendência a baixa, apesar do desenvolvimento do movimento operário. Mesmo nos anos de ascenso econômico (1922/1929), o salário real na Inglaterra elevava-se apenas a 95% do nível de 1900/1901. A

crise econômica de 1929/1933 piorou a situação da classe operária.

Nos Estados Unidos, o capitalismo se desenvolveu na ausência de uma superprodução agrária, com a existência de uma enorme reserva de terras férteis e com um nível de vida relativamente elevado da população granjeira. Em face da insuficiência de mão-de-obra, a lei da oferta e da procura no mercado de trabalho atuou durante certo tempo em favor dos operários. Como resultado destas condições históricas, formou-se nos Estados Unidos um nível de valor da força de trabalho e do salário consideravelmente mais elevado, em comparação com outros países. Entretanto, a medida que desaparecia a ação destes fatores, começou a manifestar-se nos Estados Unidos, de maneira cada vez mais sensível, a tendência a reclusão do nível do salário real.

O salário médio anual nos Estados Unidos, no período de 1885 a 1897, segundo dados de J. Kuczynski, era de 65 a 70% mais elevado do que o existente no primeiro decênio do século XIX (1801/1810). Em fins do século XIX, verifica-se uma reviravolta no movimento do salário.

O historiador norte-americano Bogart, depois de assinalar uma enorme elevação nos preços desde fins do século XIX e, em relação com isto, uma redução do salário real, indica que em 1910 este constituía 87,8% e em 1918 apenas 70,4% do nível médio do período de 1890/1899. A mesma ideia é destacada por Faulkner, o qual, depois de assinalar o aumento dos salários durante o século XIX nos Estados Unidos, escreve:

"A situação modificou-se devido a elevação dos preços depois de 1897. Os materiais estatísticos testemunham que o salário... em conjunto atrasou-se em relação aos preços. O nível de vida dos trabalhadores piorou nos últimos 25 anos."

Na Alemanha não existiram aquelas circunstâncias temporárias favoráveis, assinaladas na Inglaterra, França e Estados Unidos, e a tendência dos salários a baixa manifestou-se com maior evidência, não obstante o movimento operário nesse país destacar-se por um alto nível de desenvolvimento.

Na Alemanha, de acordo com dados de Kuczynski, o salário real na primeira metade do século XIX caiu, em seu conjunto, e, durante o ciclo de 1860/1867, constituía, em média, 87% do nível médio do ciclo de 1820/1829. Na segunda metade do século XIX e no princípio do século XX, verificou-se certa elevação no salário. Em média, durante o ciclo 1903/1909, o salário era 30% superior ao nível médio do ciclo de 1860/1867. Nos anos subsequentes, até antes da Segunda Guerra Mundial, o salário real reduziu-se e constituía em relação ao nível médio do ciclo 1903/1909: nos anos de 1909/1914, 97%; nos anos de 1914/1923, 71%; nos anos 1924/1932, 87%.

Nos países coloniais e dependentes, observa-se um nível particularmente baixo de salários. Em sua política de subjugação e de sistemática espoliação dos países coloniais e dependentes, o capital utiliza-se dos grandes excedentes de mão-de-obra desses países e paga a força de trabalho muito abaixo do seu valor. Ao lado disto, é amplamente difundida a discriminação racial na remuneração do trabalho. Assim, por exemplo, brancos e negros que executam um mesmo trabalho são pagos diferentemente. as vésperas da Segunda Guerra Mundial, na África do Sul, o salário médio de um operário negro era 10 vezes inferior a média do salário de um operário inglês; exatamente o mesmo ocorre nos Estados Unidos, onde o trabalho dos negros é pago nas cidades de 2 a 2 vezes e meia e na agricultura quase 3 vezes mais baixo do que o mesmo trabalho quando executado por brancos.

O movimento do nível médio do salário nas metrópoles deve ser examinado levando em conta a situação dos operários nos países coloniais e dependentes. Não raro, a manutenção do nível ou mesmo uma elevação dos salários dos operários das metrópoles neste ou naquele período faz-se acompanhar por uma redução dos salários dos operários e pelo pioramento das condições de vida das populações das colônias.

Às custas da redução do salário da massa fundamental dos operários e da pilhagem das colônias, a burguesia dos países imperialistas cria condições privilegiadas para uma camada relativamente pequena de operários altamente remunerados. A

burguesia utiliza a chamada aristocracia operária, que se forma entre essas camadas altamente remuneradas, inclusive representantes da burocracia dos sindicatos e das cooperativas, uma parte dos mestres, etc., para cindir o movimento operário e envenenar a consciência da massa fundamental dos proletários com a propaganda da paz de classes e da unidade de interesses entre exploradores e explorados.

A Luta da Classe Operária pela Elevação do Salário

Em cada país, tal ou qual nível de salário é estabelecido a base da lei do valor da força de trabalho, como resultado de uma encarniçada luta de classes entre o proletariado e a burguesia.

O afastamento entre o salário e o valor da força de trabalho tem seus limites.

No capitalismo, o limite mínimo do salário é determinado por condições puramente físicas: o operário deve dispor da quantidade de meios de existência estritamente necessária a sua vida e a reprodução da força de trabalho.

“'Se o preço da força de trabalho reduzir-se a esse mínimo, cairá abaixo do seu valor, uma vez que em tais condições a força de trabalho não poderá manter-se nem desenvolver-se senão de uma forma mesquinha.”[(48)]

Com a queda do salário abaixo desse limite, opera-se uma tal aceleração no desgaste da força de trabalho que leva a diminuição de duração da vida, a queda da natalidade e ao aumento da mortalidade entre a população operária.

Na corrida pela elevação dos lucros, os capitalistas aspiram permanentemente a reduzir o salário ao seu mínimo físico, ao mesmo tempo em que os operários lutam contra as diminuições nos salários, por sua elevação, pelo estabelecimento de um mínimo garantido de salário, pela introdução do seguro social e a redução do dia de trabalho. Nesta luta, a classe operária contrapõem-se a classe dos capitalistas em seu conjunto e o Estado burguês. O nível de salários nesse ou

naquele período concreto, a um dado valor da força de trabalho, é determinado pela correlação das forças de classe do proletariado e da burguesia.

A luta tenaz da classe operária pelo aumento de salários teve início com o aparecimento do capitalismo industrial. Desenvolveu-se na Inglaterra, antes de que em qualquer outra parte, e depois em outros países capitalistas e coloniais.

À medida que o proletariado se formava como classe, os operários, para travar a luta econômica com êxito, agrupavam-se em sindicatos. Em consequência, já não era apenas o operário isoladamente quem tinha de enfrentar o patrão, mas toda uma organização. Com o desenvolvimento da luta de classes, ao lado das organizações sindicais de âmbito local e nacional, foram criadas uniões sindicais internacionais. Os sindicatos constituem uma escola da luta de classes para as amplas massas de operários.

Os capitalistas, por seu turno, agrupam-se em uniões patronais. Subornam os chefes venais dos sindicatos reacionários, organizam os fura-greves, dividem as organizações operárias e lançam mão da polícia, das tropas, dos tribunais e dos cárceres para esmagar o movimento operário.

Um dos meios eficazes de luta dos operários pela elevação dos salários, da redução do dia de trabalho ou da melhoria das condições de trabalho no capitalismo são as greves. a medida que se agravam as contradições de classe e que se fortalece a organização do movimento proletário nos países capitalistas e coloniais, milhões de operários incorporam-se a luta grevista. Quando os operários revelam decisão e firmeza na luta contra o capital, as greves obrigam os capitalistas a aceitar as condições dos grevistas.

Somente como resultado de uma luta incessante da classe operária por seus interesses vitais, os Estados burgueses veem-se obrigados a promulgar leis estabelecendo um salário mínimo, reduzindo o dia de trabalho ou restringindo o trabalho infantil.

A luta de classe do proletariado pela elevação do seu

nível de vida tem grande importância. Quando os sindicatos são bem dirigidos e mantêm uma política de classe oferecem uma eficaz resistência aos patrões. A luta da classe operária pode obstaculizar a redução do salário ou conduzir a elevação do salário num determinado período. A luta da classe operária é um poderoso fator que se contrapõe a tendência a queda do nível médio do salário.

Ao mesmo tempo, a luta econômica da classe operária não pode abolir as leis do capitalismo, entre elas a lei do valor da força de trabalho, não pode suprimir o sistema capitalista de escravização dos trabalhadores e livrar os operários da exploração e das privações.

Ao reconhecer a grande importância da luta econômica da classe operária contra a burguesia, o marxismo-leninismo ensina que esta luta é voltada apenas contra as consequências do capitalismo, porém não contra a causa profunda da situação de opressão e miséria do proletariado. Esta causa profunda é o próprio modo de produção capitalista.

Somente através da luta política revolucionária pode a classe operária pôr termo ao sistema de escravidão assalariada — fonte da sua opressão econômica e política.

Notas de rodapé:

(41) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 20. (retornar ao texto)

(42) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 548. (retornar ao texto)

(43) K. Marx, Trabalho Assalariado e Capital, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 76. (retornar ao texto)

(44) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 557/558. (retornar ao texto)

(45) V.I. Lênin, O Sistema "Científico" de Sucção do Suor, Obras, t. XVIII, p. 556. (retornar ao texto)

(46) K. Marx, Salário, Preço e Lucro, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 407. (retornar ao texto)

(47) V.I. Lênin, A Propósito do Chamado Problema dos Mercados, Obras, t. I, p. 90. (retornar ao texto)

(48) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 179. (retornar ao texto)

Capítulo VII — A Acumulação do Capital e o Empobrecimento do Proletariado

A Produção e a Reprodução

Para viver e desenvolver-se, a sociedade deve produzir bens materiais. A sociedade não pode deixar de produzir, do mesmo modo como não pode deixar de consumir.

Dia após dia, ano após ano, os homens consomem pão, carne e outros gêneros alimentícios, usam roupas e calçados, mas simultaneamente novas quantidades de pão, carne, roupas, calçados e outros artigos de consumo são produzidos pelo trabalho humano. O carvão arde nos fornos e nas estufas, porém ao mesmo tempo mais carvão é extraído das entranhas da Terra. Mais cedo ou mais tarde, as máquinas tornam-se obsoletas, mas novas máquinas são construídas nas empresas. Em qualquer regime de relações sociais, o processo de produção deve renovar-se permanentemente.

Esta permanente renovação, esta repetição do processo de produção é a reprodução.

"Qualquer processo social de produção, considerado em sua permanente continuidade e no fluxo ininterrupto de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução."[49]

Segundo sejam as condições da produção, assim serão também as condições da reprodução. Se a produção possui uma forma capitalista, também a reprodução terá a mesma forma.

O processo de reprodução não consiste apenas na elaboração, pelos homens, de novas quantidades de produtos para repor as que foram consumidas e incrementá-las, mas também na permanente renovação das correspondentes relações de produção na sociedade.

Existem dois tipos de reprodução: simples e ampliada.

A reprodução simples é a repetição do processo de produção em escala igual ao anterior, quando os novos produtos obtidos apenas bastam para repor os meios de produção e os objetos de consumo pessoal que foram gastos.

A reprodução ampliada é a repartição do processo de produção em escala aumentada, quando a sociedade não apenas repõe os bens materiais consumidos, mas também produz meios de produção e artigos de consumo pessoal complementares.

Antes do aparecimento do capitalismo, as forças produtivas desenvolviam-se muito lentamente. O volume da produção social pouco mudava de um ano para outro, ou de um decênio para outro. Sob o capitalismo, o movimento da produção social, anteriormente vagaroso, cedeu lugar a um rápido desenvolvimento das forças produtivas. É característica do modo de produção capitalista a reprodução ampliada, interrompida pelas crises econômicas, ocasiões em que cai a produção.

A Reprodução Simples Capitalista

Na reprodução simples capitalista, o processo de produção renova-se em escala invariável e a mais-valia é totalmente absorvida pelo consumo pessoal do capitalista.

Já o estudo da reprodução simples possibilita descobrir mais a fundo alguns traços essenciais do capitalismo.

No processo da reprodução capitalista, renovam-se não apenas, os produtos do trabalho, mas também as relações da exploração capitalista. De uma parte, no curso da reprodução criam-se constantemente riquezas, que pertencem ao capitalista e das quais ele se utiliza para apropriar-se da mais-valia. Ao concluir-se cada processo de produção, o patrão encontra-se sempre dono do capital, que lhe dá a possibilidade de enriquecer-se mediante a exploração dos operários. De outra parte, o operário sai permanentemente do processo de produção como um proletário despossuído e, em consequência, sempre obrigado a vender sua força de trabalho ao capitalista, a

fim de não morrer de fome. A reprodução da força de trabalho assalariada continua sempre uma condição indispensável para a reprodução do capital.

"Desse modo, o processo de produção capitalista reproduz por seu próprio curso a separação entre a força de trabalho e as condições de trabalho. Reproduz e eterniza, igualmente, as condições de exploração do operário. Obriga constantemente o operário a vender sua força de trabalho para viver e oferece constantemente ao capitalista a possibilidade de comprá-la para enriquecer-se."[50]

No processo de produção, portanto, estão sendo sempre renovadas as próprias relações capitalistas: o capitalista, de um lado; do outro, o operário assalariado. O operário, antes mesmo de vender sua força de trabalho a tal ou qual patrão, já pertence ao conjunto dos capitalistas, isto é, a classe dos capitalistas em seu todo. Quando o proletário troca de lugar de trabalho, troca apenas um explorador por outro. O operário acha-se atrelado por toda a sua vida ao carro do capital.

Se examinarmos apenas um processo de produção, parecerá a primeira vista que ao comprar a força de trabalho o capitalista empresta ao operário dinheiro retirado de um fundo do capitalista, uma vez que, chegado o momento do pagamento do salário, o capitalista poderá não conseguir vender a mercadoria produzida pelo operário num determinado período (um mês, por exemplo). Entretanto, se tomarmos a compra-e-venda da força de trabalho não de uma maneira isolada, mas como um momento da reprodução, como uma relação que se repete constantemente, nesse caso tornar-se-á claro o verdadeiro caráter dessa transação.

Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que o operário, em determinado período, cria um novo valor, que encerra em si mais-valia, o produto produzido pelo operário no período precedente é realizado no mercado, transformando-se em dinheiro. Daqui toma-se claro que o salário pago pelo capitalista ao proletário não sai de um fundo do capitalista, mas sim do valor criado pelo trabalho dos operários no período anterior de produção (durante o mês anterior, por exemplo).

Segundo as palavras de Marx, a classe dos capitalistas age a velha maneira do conquistador: compra a mercadoria do vencido com o próprio dinheiro arrebatado a este último.

Em segundo lugar, diferentemente das demais mercadorias, a força de trabalho só é paga pelo capitalista depois do operário haver feito determinado trabalho. Dessa maneira, revela-se que não é o capitalista quem empresta ao operário, mas, ao contrário, é o proletário quem empresta ao capitalista. Eis porque os patrões têm a tendência a pagar o salário o mais espaçadamente possível (por exemplo, uma vez por mês), prolongando o tempo durante o qual eles recebem gratuitamente o crédito dos operários.

Sob a forma de salário, a classe dos capitalistas entrega constantemente ao operário dinheiro para a compra de meios de existência, isto é, uma certa quantidade do produto criado pelo trabalho dos operários e do qual os exploradores se apropriam. E com a mesma regularidade os operários fazem este dinheiro retornar aos capitalistas, ao adquirir com ele os meios de existência produzidos pela própria classe operária.

A análise das relações capitalistas no curso da reprodução descobre não só a fonte verdadeira do salário, mas também a verdadeira fonte de todo o capital.

Suponhamos que o capital adiantado pelo empresário, de 100 mil libras esterlinas, produza anualmente mais-valia da grandeza de 10 mil libras esterlinas e que toda esta quantia seja gasta pelo capitalista no seu consumo pessoal. Se o empresário não se apropriasse do trabalho não pago do operário, seu capital estaria totalmente consumido ao cabo de 10 anos. Isto, porém, não se dá porque as 100 mil libras esterlinas gastas pelo capitalista em seu consumo pessoal, durante o período mencionado, foram totalmente renovadas as custas da mais-valia criada pelo trabalho não pago dos operários.

Consequentemente, qualquer que tenha sido a origem primitiva do capital, já durante a reprodução simples, este capital, passado determinado tempo, transforma-se em valor criado pelo trabalho dos operários e do qual o capitalista se

apropriou gratuitamente. Assim é desmascarada a absurda afirmação dos economistas burgueses, segundo a qual o capital é uma riqueza elaborada pelo próprio trabalho do patrão.

A reprodução simples é uma parte integrante, ou um momento da reprodução ampliada. As relações de exploração inerentes a reprodução capitalista simples atingem um desenvolvimento ulterior nas condições da reprodução ampliada capitalista.

A Reprodução Ampliada Capitalista. Acumulação do Capital

Na reprodução ampliada, uma parte da mais-valia é empregada pelo capitalista para ampliar a escala da produção: para a compra de meios de produção complementares e para a contratação de mais operários. Consequentemente, parte da mais-valia agrega-se ao capital inicial, isto é, é acumulada.

A acumulação do capital é a adição de uma parte da mais-valia ao capital, ou a conversão de parte da mais-valia em capital. Portanto, a mais-valia constitui a fonte de acumulação do capital. Mediante a exploração da classe operária, o capital é incrementado, ao mesmo tempo em que se reproduzem as relações de produção capitalistas sobre uma base ampliada.

Um motivo que impele a acumulação do capital é, em primeiro lugar, a corrida ao aumento da mais-valia. No modo de produção capitalista, a sede de enriquecimento não conhece limites. Com a ampliação da produção, cresce a massa de mais-valia apropriada pelo capitalista e, em consequência, aumenta aquela parte da mais-valia destinada a satisfação das necessidades pessoais e dos caprichos dos capitalistas. De outro lado, através do aumento da mais-valia, os capitalistas têm a possibilidade de ampliar cada vez mais a produção, explorar um crescente número de operários e apropriar-se de uma massa cada vez maior de mais-valia.

Outro motivo que impele a acumulação do capital é a acirrada luta de concorrência, em cujo desenrolar os grandes capitalistas situam-se em posição melhor e derrotam os pequenos. A concorrência obriga cada capitalista, sob a ameaça

da ruína, a melhorar a técnica e ampliar a produção. Deter o aperfeiçoamento técnico e a ampliação da produção significa atrasar-se e os que se atrasam são vencidos pelos concorrentes. A luta de concorrência obriga cada capitalista a aumentar seu capital, mas ele só pode aumentar o capital através da constante acumulação de parte da mais-valia.

Desse modo, a reprodução ampliada no capitalismo significa a acumulação do capital.

A Composição Orgânica do Capital. Concentração e Centralização do Capital

No decurso da acumulação capitalista, cresce a massa global do capital. Ao mesmo tempo, porém, suas diferentes partes modificam-se de maneira diferente e em resultado disto modifica-se a estrutura do capital.

Ao acumular a mais-valia e ampliar a sua empresa, o capitalista geralmente introduz novas máquinas e aperfeiçoamentos técnicos, pois que isto lhe traz o aumento dos lucros. O desenvolvimento da técnica significa um mais rápido crescimento daquela parte do capital existente sob a forma de meios de produção — máquinas, edifícios, matérias-primas, etc., isto é, o capital constante. Inversamente, cresce de modo muito mais lento a parte do capital despendida na compra de força de trabalho, isto é, o capital variável.

A relação entre o capital constante e o capital variável recebe o nome de composição orgânica do capital, uma vez que é determinada pela relação entre a massa de meios de produção e a força de trabalho viva. Tomemos, por exemplo, um capital de 100 mil libras esterlinas. Suponhamos que, desta soma, 80 mil libras foram gastas em edifícios, máquinas, matérias-primas, etc., e que 20 mil foram despendidas com os salários. Nesse caso, a composição orgânica do capital será de $^{80\,c}/_{20\,v}$ ou de $^{4}/_{1}$.

Nos diferentes ramos industriais e em diferentes empresas de um mesmo ramo, a composição orgânica do capital não é a mesma: é mais elevada onde a cada operário correspondem

máquinas mais complexas e mais caras ou mais matéria-prima elaborada; e é menor onde predomina o trabalho vivo e a cada operário correspondem menos máquinas e matérias-primas e estas são relativamente mais baratas.

Com a acumulação do capital, eleva-se a estrutura orgânica do capital: diminui a proporção do capital variável e aumenta a do capital constante. Assim, na indústria dos Estados Unidos da América a composição orgânica do capital era: em 1889 de $^{4,4}/_{1}$; em 1904 de $^{5,7}/_{1}$; em 1929 de $^{6,1}/_{1}$; e em 1939 de $^{6,5}/_{1}$.

No curso da reprodução capitalista aumenta a grandeza dos diferentes capitais. Isto se processa mediante a concentração e a centralização do capital.

Denomina-se concentração do capital o aumento da grandeza do capital como resultado da acumulação da mais-valia obtida numa determinada empresa. Investindo na empresa parte da mais-valia de que se apropriou, o capitalista torna-se possuidor de um capital cada vez maior.

Denomina-se centralização do capital o aumento da grandeza do capital como resultado da união de vários capitais em um capital maior. Na luta de concorrência, o grande capital arruína e absorve as pequenas e médias empresas capitalistas. Ao comprar por um preço vil a empresa do concorrente arruinado, ou ao incorporá-la a sua própria empresa por um meio qualquer (através de dívidas, por exemplo), o grande industrial amplia a grandeza do capital que se acha em suas mãos. A fusão de muitos capitais em um só também se opera na organização de sociedades anônimas, de sociedades por ações, etc..

A lei da concentração e da centralização do capital conduz à concentração de riquezas gigantescas nas mãos de uns poucos. O aumento dos capitais abre amplas possibilidades para a concentração da produção, isto é, para a concentração da produção nas grandes empresas.

A grande produção apresenta uma superioridade decisiva

sobre a pequena. As grandes empresas podem introduzir novas máquinas e aperfeiçoamentos técnicos em larga escala e aplicar amplamente a divisão e a especialização do trabalho. Devido a isto, a produção nas grandes empresas sai mais barata do que nas pequenas. A luta de concorrência acarreta grandes despesas e perdas. A grande empresa pode fazer frente a estas perdas e mais tarde ressarcir-se delas amplamente, enquanto que as pequenas empresas, e frequentemente também as médias, arruínam-se. Para os grandes capitalistas é incomparavelmente mais fácil obter dinheiro a crédito, e cm condições mais vantajosas, sendo que o crédito é uma das armas mais importantes na luta de concorrência. Devido a todas estas vantagens, nos países capitalistas, as grandes empresas, dotadas de uma poderosa maquinaria, crescem cada vez mais, enquanto que as pequenas e médias empresas arruínam-se e desaparecem. Como resultado da concentração e da centralização do capital, uns poucos capitalistas, dominando fabulosas fortunas, tornam-se os donos dos destinos de dezenas e centenas de milhares de operários.

Na agricultura, a concentração capitalista faz com que a terra e os outros meios de produção concentrem-se mais e mais nas mãos dos grandes proprietários, enquanto amplas camadas de pequenos e médios camponeses, privados da terra, de meios de tração e de implementos agrícolas, caem sob o jugo do capital. Massas de camponeses e artesãos arruínam-se e transformam-se em proletários.

A concentração e a centralização do capital trazem portanto consigo o agravamento das contradições de classe, o aprofundamento do abismo entre a minoria burguesa, exploradora, e a maioria despossuída e explorada da sociedade. Ao mesmo tempo, a concentração da produção leva a que maiores massas de proletários concentrem-se nas grandes empresas capitalistas e nos centros industriais. Tal fato facilita a união e a organização dos operários para a luta contra o capital.

O Exército Industrial de Reserva

Como já vimos, o aumento de produção sob o capitalismo é acompanhado pela elevação da composição orgânica do

capital. A procura de força de trabalho é determinada não pela grandeza de todo o capital, mas somente de sua parte variável. Marx mostrou o erro da economia política clássica burguesa, que, a começar de Adam Smith, partia da pressuposição de que toda a mais-valia acumulada transforma-se em capital variável. Na realidade, porém, parte da mais-valia acumulada agrega-se ao capital constante e parte ao variável. Ao lado disto, a parte do capital variável diminui relativamente à parte do capital constante, na medida em que se verifica o progresso técnico. Nas condições da sociedade burguesa, com a acumulação do capital e a elevação de sua estrutura orgânica, a procura de força de trabalho diminui relativamente, apesar de que o número total de proletários aumenta, à medida que o capitalismo se desenvolve.

A consequência disto é que uma massa considerável de operários não pode encontrar emprego para o seu trabalho. Parte da população operária vê-se na situação de "excedente", formando a chamada superpopulação relativa. Esta superpopulação é relativa porque uma parte da força de trabalho só é excedente em relação às necessidades da acumulação do capital. O objetivo da produção capitalista — a caça à mais-valia — ergue determinadas limitações à ampliação da produção capitalista.

Se o objetivo do capitalismo fosse a satisfação das necessidades de toda a sociedade e os capitalistas pudessem situar-se numa posição de interesse pela permanente melhoria da situação dos trabalhadores, nesse caso abrir-se-ia um mercado em expansão ilimitada para a produção e a superpopulação relativa deixaria de existir. Entretanto, em tal caso o capitalismo não seria capitalismo. Na sociedade burguesa, à medida que cresce a riqueza social, uma parte da classe operária vê-se condenada a um trabalho cada vez mais pesado e extenuante c outra parte ao desemprego forçado.

É necessário distinguir as seguintes formas fundamentais de superpopulação relativa:

A superpopulação flutuante é constituída por operários que perderam o emprego por um certo período, devido à

redução da produção, à introdução de novas máquinas ou ao fechamento de empresas. Com a ampliação da produção, uma parte desses desempregados encontra trabalho, do mesmo modo que uma parte dos operários da jovem geração. O número total de operários ocupados aumenta, mas sempre em proporção decrescente relativamente à escala da produção.

A superpopulação flutuante está intimamente ligada ao desenvolvimento desigual e não planificado dos diferentes ramos e empresas no capitalismo, à desigualdade da acumulação do capital e às modificações na composição técnica e orgânica do capital. Se uma empresa qualquer, sob o aguilhão da concorrência, vê-se obrigada a reduzir a produção ou se arruína, este fato é acompanhado pela dispensa de operários. Se, inversamente, uma firma qualquer ou um ramo da produção, como consequência de uma sensível acumulação de capital, amplia consideravelmente a produção melhorando a técnica de produção, isto poderá determinar o aumento do número dos operários ocupados, ainda que não 110 mesmo grau em que cresce a produção. De outro lado, uma grande elevação da composição orgânica do capital, com uma acumulação insignificante do capital, acarreta a redução da procura da força de trabalho e o desemprego dos operários.

A superpopulação flutuante também está relacionada com as crises econômicas de superprodução, que se repetem periodicamente. Durante as crises, cresce bruscamente a superpopulação flutuante devido as dispensas de operários.

A superpopulação flutuante reflete-se penosamente na situação dos operários. Cada operário, durante determinado período de sua vida. vê-se condenado ao desemprego e privado do salário. A transferência do operário de um para outro trabalho, frequentemente está relacionada com a necessidade da mudança de qualificação e com a redução do salário.

A superpopulação latente é constituída pelos pequenos produtores arruinados, e antes de tudo pelos camponeses pobres e os assalariados agrícolas que só encontram emprego na agricultura durante uma pequena parte do ano, não acham aplicação para o seu trabalho na indústria e levam uma penosa

existência, vivendo de qualquer maneira nas aldeias. Portanto, a superpopulação latente forma-se na agricultura e constitui a superpopulação agrária.

Com o desenvolvimento do capitalismo, intensifica-se a diferenciação do campesinato. Forma-se um numeroso exército de operários agrícolas e do campesinato pobre. As grandes economias capitalistas criam a procura de operários assalariados. Mas, a medida que a produção capitalista se vai apoderando de um ramo após outro da agricultura e o emprego da máquina alcança uma considerável difusão, a massa fundamental do campesinato arruína-se cada vez mais e a procura de força de trabalho na agricultura, diferentemente do que se dá na indústria, diminui de modo absoluto. Parte da população rural arruinada transforma-se constantemente em proletariado industrial ou então vai engrossar o exército de desempregados nas cidades. Já uma massa ponderável da população rural, não encontrando trabalho na indústria, deixa-se ficar na aldeia, onde apenas parcialmente encontra ocupação na agricultura.

O caráter latente da superpopulação agrária consiste em que os pequenos camponeses arruinados são proprietários de sua pequena economia e aparecem como proprietários independentes. A estatística burguesa não os registra como desempregados, não obstante o fato de que eles realmente o são.

A superpopulação agrária sob o capitalismo atinge enormes proporções. Na Rússia tzarista de fins do século XIX, o desemprego latente no campo compreendia 13 milhões de pessoas. Na Alemanha, em 1907, de 5 milhões de economias camponesas, 3 milhões de pequenas economias constituíam o exército de reserva do trabalho. Nos Estados Unidos, na década de 30 deste século, segundo dados oficiais, evidentemente aquém da realidade, contavam-se 2 milhões de granjeiros "excedentes". Anualmente, nos meses de verão, aproximadamente 1 milhão de operários agrícolas americanos, juntamente com suas famílias e transportando utensílios domésticos, perambulam pelo país em busca de trabalho.

Atinge proporções particularmente grandes a

superpopulação agrária nos países economicamente atrasados, onde a maioria da população é ocupada na agricultura. Nesses países, a superpopulação agrária constitui um exército de muitos milhões.

O nível mais baixo de salário na agricultura, em relação a indústria, condiciona as imensas proporções da superpopulação agrária.

"O trabalhador rural é reduzido assim ao mais baixo nível de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo."[51]

A superpopulação estagnada é constituída pelos numerosos grupos de pessoas que, tendo perdido um trabalho permanente, têm uma ocupação extremamente irregular e recebem um salário consideravelmente inferior ao nível habitual. Incluem-se aqui as amplas camadas de trabalhadores ocupadas na esfera dos trabalhos capitalistas a domicílio e também os que vivem mediante trabalhos diários ocasionais.

Por fim, a camada mais baixa da superpopulação relativa é constituída pelos miseráveis, que foram de há muito desalojados de uma atividade produtiva e, sem qualquer esperança de encontrar ocupação permanente, vivem de ganhos ocasionais, de biscates. Incluem-se aqui os mutilados, inválidos para o trabalho, os velhos e outros. Parte destas pessoas dedica-se a mendicância.

Os operários desalojados da produção constituem o exército industrial de reserva — o exército dos desempregados. Este exército é um atributo indispensável da produção capitalista, sem o qual ela não pode nem existir nem desenvolver-se. Nos períodos de ascenso industrial, quando se faz necessária uma rápida ampliação da produção, os empresários dispõem de uma quantidade suficiente de desempregados. Em consequência da ampliação da produção, diminui o desemprego. Em seguida, porém, sobrevêm a crise de superprodução e novamente consideráveis massas de operários veem-se lançadas a rua e vão engrossar o exército de reserva dos desempregados.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o exército dos desempregados, que se reduz nos períodos de auge econômico e aumenta durante as crises, torna-se maior em seu conjunto.

Ao lado disto, assume proporções cada vez maiores o desemprego parcial, situação em que o operário está ocupado na produção somente uma parte do dia ou da semana de trabalho.

Os economistas burgueses tentam justificar a existência de desempregados no capitalismo invocando as leis eternas da natureza. Esse é o fim visado pelas especulações falsamente científicas de um economista inglês de fins do século XVIII e princípios do século XIX, Malthus. De acordo com a "lei da população" elucubrada por Malthus, a sociedade humana, desde o tempo do seu aparecimento, como que se multiplica em progressão geométrica (como, 1, 2, 4, 8, etc.), ao passo que os meios de subsistência, devido as limitações das riquezas naturais, crescem em progressão aritmética (como, 1, 2, 3, 4, etc.). Nisto, segundo Malthus, e que reside a causa fundamental da existência de uma população excedente, da fome e da miséria das massas populares. O proletariado, na opinião de Malthus, pode libertar-se da miséria e da fome não através da liquidação do redime capitalista, mas sim renunciando ao casamento e mediante a redução artificial da natalidade. Malthus considerava como benéficas as guerras e as epidemias, que reduzem a população trabalhadora. A teoria de Malthus é profundamente reacionária. Constitui um expediente de que se vale a burguesia para justificar os males incuráveis do capitalismo. As especulações de Malthus nada têm de comum com a realidade. A elevada técnica de que a humanidade dispõe está em condições de aumentar a quantidade de meios de vida em ritmos de tal modo altos, que ultrapassam o mais rápido crescimento da população. Isto, porém, é obstaculizado pelo regime capitalista, que constitui a verdadeira causa da miséria das massas.

Marx descobriu a lei capitalista da população que consiste no seguinte: na sociedade burguesa, a acumulação do capital

leva a que uma parte da população operária inevitavelmente torne-se relativamente excedente, é desalojada da produção e condenada ao suplício da miséria e da fome. A lei capitalista da população é engendrada pelas relações de produção da sociedade burguesa.

A Lei Geral da Acumulação Capitalista. Empobrecimento Absoluto e Relativo do Proletariado

O desenvolvimento do capitalismo conduz a que, com a acumulação do capital, num polo da sociedade burguesa concentrem-se imensas riquezas, cresçam o luxo e o parasitismo, o esbanjamento e a ociosidade das classes exploradoras; e a que, no outro polo da sociedade, acentue-se cada vez mais o jugo da exploração, cresça o desemprego e caia o nível de vida daqueles que, com o seu trabalho, criam todas as riquezas.

"Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em função, a escala e a energia do seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e também a força produtiva do seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva... A grandeza relativa do exército industrial de reserva cresce, pois, juntamente, com o incremento das potências da riqueza. Mas, quanto maior é este exército de reserva em relação ao exército operário ativo, tanto maior é a superpopulação permanente, cuja miséria é inversamente proporcional ao suplício do seu trabalho... Esta é a lei absoluta e geral da acumulação capitalista."(52)

A lei geral da acumulação capitalista é expressão concreta da ação da lei econômica fundamental do capitalismo — a lei da mais-valia. A corrida pelo aumento da mais-valia, que é o objetivo da produção capitalista, tem como consequência inevitável a acumulação de riquezas em mãos das classes exploradoras, o crescimento da desigualdade social, do desemprego, o aumento da falta de meios de existência e diferentes tipos de privações para camadas cada vez mais amplas de trabalhadores.

Os economistas burgueses e os revisionistas afirmam que

na medida em que cresce a produção capitalista, melhora supostamente a situação dos operários e de todos os trabalhadores e apagam-se as diferenças entre as classes.

Ao descobrir a ação da lei geral da acumulação capitalista, Marx tirou a importante conclusão de que

"a medida que o capital é acumulado, deve piorar a situação do operário, qualquer que seja a sua paga, elevada ou baixa."[(53)]

Com o desenvolvimento do capitalismo opera-se o processo de empobrecimento relativo e absoluto do proletariado.

O empobrecimento relativo do proletariado consiste em que, à medida que cresce a riqueza social, a parte dos operários na renda nacional, produzida nas empresas capitalistas, decresce, enquanto a parte dos capitalistas aumenta. O aumento da produtividade do trabalho e da exploração dos operários tem como consequência a rebaixa da parte referente ao salário, enquanto aumenta a parte referente a mais-valia. Daqui decorre o aumento da separação entre a riqueza crescente e o modo de vida nababesco da minoria exploradora da sociedade, de um lado, e o nível de vida dos operários, do outro.

"Junto com o crescimento da riqueza social, aumenta a desigualdade social, aprofunda-se e alarga-se o abismo entre a classe dos proprietários (burguesia) e a classe do proletariado."[(54)]

Sobre esta base, aguçam-se as contradições entre a burguesia e o proletariado.

Com o crescimento absoluto da riqueza social, reduz-se o peso específico dos ingressos da classe operária. O salário dos operários industriais americanos constituía as seguintes percentagens dos lucros dos capitalistas: em 1889 — 69%; em 1919 — 61%; em 1929 — 48%; em 1939 — 45%; e em 1947 — cerca de 40%.

Na Rússia tzarista, de 1900 a 1913, a soma global dos salários nominais, devido ao aumento do número de operários industriais, aumentou do quase 80%, ao tempo em que caíam os salários reais e os lucros dos industriais cresciam de mais de 3 vezes.

De acordo com dados de economistas burgueses norte-americanos, nos Estados Unidos, na década de 20 do presente século, 1% dos proprietários dominava 59% de todas as riquezas, ao passo que a 87% da população cabiam ao todo 8% da riqueza nacional.

Em 1920/1921, os grandes proprietários da Inglaterra, que constituíam menos de 2% do número total de proprietários, concentravam em suas mãos 64% de toda a riqueza nacional do país, enquanto 76% da população possuíam apenas 7,6% da riqueza nacional.

O empobrecimento absoluto do proletariado consiste na queda do seu nível de vida. O nível de vida da classe operária é determinado por todo o conjunto de condições de sua existência e de trabalho e precisamente: pelo nível do salário real e por sua correlação com o valor da força de trabalho, pelo grau de intensidade do trabalho e duração do dia de trabalho, pelas proporções do desemprego, total e parcial, pela ação das crises econômicas e das guerras, pela situação da classe operária não só nos países desenvolvidos, mas também nos países coloniais e dependentes.

Com o objetivo de embelezar a realidade capitalista, os economistas burgueses, e com eles os revisionistas, negam a existência do empobrecimento absoluto do proletariado e afirmam que a situação dos operários melhora sistematicamente sob o capitalismo. Como prova disto e na qualidade de principal argumento, apresentam dados relativos ao crescimento do salário real dos operários empregados, em períodos tomados isoladamente, nos países mais desenvolvidos. Ao mesmo tempo, porém, ignoram todas as outras condições antes mencionadas, que determinam o nível de vida dos operários.

Como foi mostrado anteriormente, o salário real sob o

capitalismo, se examinado o seu movimento num período longo, revela a tendência para a baixa.

O desenvolvimento do capitalismo conduz, ademais, a um maior afastamento entre o salário real e o valor da força de trabalho, entre as necessidades dos operários, historicamente formados, de um lado, e o nível de salário, do outro.

O salário real não é o único indicador do nível de vida dos operários. A situação dos operários pode piorar mantendo-se invariável o nível do salário real, ou mesmo com uma certa elevação deste.

Um dos principais índices da queda do nível de vida dos operários é o aumento da intensidade do trabalho e o pioramento das condições de trabalho. A desmedida intensificação do trabalho piora a situação tios operários, porque exige uma enorme hipertensão de forças, em consequência da aceleração do ritmo de execução das operações e do aumento do esforço, o que implica em destruição direta da saúde e redução da capacidade normal de trabalho do operário. O aumento dos gastos de energia física e nervosa, devido a elevação da intensidade do trabalho, como regra não é compensado por um acréscimo complementar ao salário. Por isso, quanto mais elevada a intensidade do trabalho, tanto pior a situação dos operários não apenas em caso de baixa, mas até mesmo em caso de certa elevação do salário real. A intensificação do trabalho contribui para a separação entre o valor e o preço da força de trabalho. Nestas condições, o salário torna-se cada vez mais insuficiente para a reprodução normal da força de trabalho. E, em relação com isto, a situação dos operários piora de modo absoluto. A intensificação do trabalho, em face do sistemático desrespeito praticado pelo capital para com as medidas indispensáveis a segurança do trabalho, tem como consequência o aumento do número de acidentes no trabalho. O resultado de tudo isto é que o operário envelhece rapidamente, perde a capacidade de trabalho e torna-se um inválido. Se, anteriormente, a intensificação do trabalho era obtida principalmente as expensas de um maior dispêndio de energia muscular, agora,

devido a extraordinária aceleração dos ritmos das operações produtivas, a intensificação do trabalho exige do operário uma tensão nervosa cada vez maior, o que conduz ao esgotamento nervoso e físico e ao aumento das enfermidades nervosas e cardíacas.

Na França, o número de casos de acidentes no trabalho (sem contar os ocorridos nas minas) aumentou de 619 mil em 1938 para 1 milhão e 819 mil em 1953, dos quais 83,3 mil resultaram na perda total da capacidade de trabalho. Só no período de 1949 a 1953, o número de acidentes no trabalho aumentou, no conjunto, em 38%, sendo que na indústria metalúrgica em 32%, na indústria química em 42%, na de construção em 49%, na alimentícia em 69% e na indústria de confecções de roupas em 73%.

Na indústria carbonífera dos Estados Unidos, de 1878 a 1914, o número de acidentes no trabalho com consequências mortais, para cada mil operários ocupados, cresceu de 71,5%. No após-guerra, o número global de acidentes no trabalho nos Estados Unidos é de cerca de 2 milhões em média, por ano, dos quais 15 mil são acidentes fatais. Na indústria carbonífera da Inglaterra, nos anos que precederam a última guerra, um entre cada seis mineiros, anualmente, era vítima de acidentes no trabalho e nos anos de 1949 a 1955 a proporção de vítimas de acidentes no trabalho entre os mineiros já era de um em cada três.

O nível de mortalidade média entre a população operária é consideravelmente mais alto do que o nível de mortalidade média entre as classes dominantes. Na França, a mortalidade de crianças de até 1 ano de idade elevava-se a 80 por mil entre as famílias mineiras, a 61,7 por mil entre as famílias de operários sem qualificação e a 23,9 por mil entre as famílias de industriais e de altos funcionários.

Entre os mais importantes fatores, que condicionam o empobrecimento do proletariado, está o aumento das proporções do desemprego e sua duração.

O desemprego é um autêntico flagelo para a classe

operária. O operário só tem uma maneira de viver, que é vendendo sua força de trabalho. Demitido da empresa, o operário vê-se frente a frente com a ameaça da fome. Frequentemente, os operários veem-se desabrigados, pois não têm condições de pagar uma casa. O aumento do desemprego condena a miséria milhões de operários que não podem encontrar emprego na produção capitalista. Os desempregados veem-se forçados a concordar com as mais duras condições de trabalho.

Ao mesmo tempo, o crescimento do exército industrial de reserva significa a intensificação da exploração e o pioramento da situação dos operários ocupados. Os capitalistas utilizam a existência de desempregados para fazer descer o salário dos operários ocupados aquém do valor da força de trabalho. O desemprego reduz também o nível de vida da classe operária, porque em muitos casos os membros desempregados da família mantêm-se as expensas dos salários dos membros que trabalham. É evidente que quanto maior o desemprego, tanto menor a quantidade de meios de existência por operário, incluídos aí os desempregados. A existência de desempregados cria uma situação de instabilidade para os operários ocupados na produção, aumenta sua incerteza no dia de amanhã e na obtenção dos meios de subsistência. Eis porque os capitalistas têm interesse na existência do desemprego, que exerce uma constante pressão sobre o mercado de trabalho e lhes assegura força de trabalho barata.

Na Inglaterra, entre os membros dos sindicatos, os desempregados constituíam: em 1853 — 1,7%; em 1880 — 5,5%; em 1908 — 7,8%; em 1921 — 16,6% Nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, o número de desempregados, em comparação com o número total de operários, era: em 1890 — 5,1%; em 1900 — 10%; em 1915 — 15,5%; em 1921 — 23,1%. Na Alemanha, o número de desempregados relativamente ao número de operários sindicalizados era: em 1887 — 0,2%; em 1900 — 2%; em 1926 — 18%. Nos países coloniais e semicoloniais, a superpopulação relativa alcança enormes proporções.

As crises econômicas, as guerras e a expansão do

militarismo exercem grande influência no pioramento da situação da classe operária. As crises econômicas provocam um forte aumento do desemprego e uma queda brusca no salário dos operários ocupados. Alguns economistas burgueses empreendem torpes tentativas de pintar a guerra e o crescimento do militarismo como benéficos aos trabalhadores, afirmando que em tempo de guerra melhora a situação dos operários. Estas tentativas são feitas com o objetivo de levar os operários a tomarem partido ao lado da política agressiva das potências imperialistas. todas essas tentativas, porém, são desmascaradas diante de fatos evidentes. As guerras e a militarização da economia provocam o aumento dos impostos e da carestia, a acentuação da intensidade do trabalho, a prolongação do dia de trabalho, tornam a alimentação mais insuficiente, aumentam as doenças e a mortalidade entre a população, sem falar no extermínio direto dos trabalhadores nas guerras. Todos estes fenômenos continuam a fazer-se sentir na situação dos operários mesmo passado longo tempo do término das guerras.

No exame do problema do empobrecimento absoluto, é necessário levar em conta a situação dos trabalhadores nos países coloniais e dependentes. É particularmente baixo o nível de vida da população dos países coloniais; verificam-se aqui uma extrema miséria e uma mortalidade elevadíssima, em escala generalizada, devido ao trabalho extenuante e a fome crônica.

No capitalismo, o nível de vida do campesinato pobre não é superior, mas sim frequentemente inferior ao dos operários assalariados. Na sociedade capitalista, operam-se a ruína e o empobrecimento das massas fundamentais do campesinato e do artesanato. Na Rússia tzarista, a pobreza faminta da aldeia era constituída por algumas dezenas de milhões de pessoas.

Tudo isto mostra que, no regime burguês, o crescimento das forças produtivas significa para as massas trabalhadoras não a melhora, mas a piora de sua situação, o aumento do grau de exploração do trabalho pelo capital.

O processo de empobrecimento absoluto não pode ser compreendido como uma queda contínua e por toda parte do

nível de vida dos trabalhadores, ano a ano, semana a semana, dia a dia. O nível de vida dos trabalhadores pode elevar-se em períodos isolados do desenvolvimento do capitalismo neste ou naquele país ou em alguns países isolados, ao mesmo tempo em que cai no conjunto da economia capitalista mundial.

Um fator que se contrapõe a rebaixa do nível de vida dos operários é a luta da classe operária pela melhoria de sua situação, por seus interesses vitais.

À medida que o capitalismo se desenvolve, intensifica-se mais e mais a luta da classe operária contra a burguesia, pela libertação do jugo do capital, elevam-se a sua consciência e o seu grau de organização. Lênin indicou que, de acordo com a doutrina de Marx, ao lado do crescimento da miséria da classe operária também existe uma tendência oposta, tendo em vista a luta da classe operária pela melhoria de sua situação.

"Nós, realmente, vemos — escreveu ele — que o capitalismo possui a tendência de engendrar e aumentar a miséria, que atinge vastas proporções na ausência da tendência contraposta antes mencionada."(55)

Quanto mais se elevarem a consciência, a organização e a atividade da classe operária, tanto maiores êxitos alcançará ela na luta contra a redução do salário, pela diminuição do dia de trabalho, pela melhoria da situação material e das condições de trabalho e por seus direitos democráticos.

"Entretanto, estas melhorias parciais encontram-se sempre ameaçadas em consequência das crises econômicas, do desemprego, da inflação, das guerras, do fascismo, das greves malogradas, dos impostos crescentes, etc.. Tudo isto, como evidencia a experiência de muitos países, pode anular todas as melhorias conquistadas em decênios de luta tenaz e lançar novamente os operários ao abismo do empobrecimento maciço. Nesse sentido, é bastante voltar os olhos um pouco para trás e recordar a influência catastrófica sobre o nível de vida dos operários, no capitalismo, que tiveram as duas guerras mundiais, o fascismo e a crise econômica mundial de 1929/1933."(56)

À medida que se desenvolve o capitalismo, opera-se em grau cada vez maior a socialização capitalista do trabalho, a socialização da produção. Cresce a divisão social do trabalho. Ramos industriais separados, que antes eram mais ou menos autônomos, vão-se convertendo em indústrias vinculadas entre si e mutuamente dependentes. Crescem em largas proporções os vínculos econômicos entre diferentes empresas, regiões, entre países inteiros.

Cria-se a grande produção tanto na indústria, como na agricultura. O desenvolvimento das forças produtivas engendra instrumentos e métodos tais de produção que exigem a união do trabalho de muitas centenas e milhares de operários. Aumenta a concentração da produção.

Entretanto, a crescente socialização da produção é utilizada segundo os interesses de uns poucos empresários privados, que aspiram a ampliação dos seus lucros. O produto do trabalho social de milhões de pessoas converte-se em propriedade privada dos capitalistas.

Por conseguinte, é inerente ao regime capitalista uma profunda contradição: a produção assume cada vez mais um caráter social, ao mesmo tempo em que a propriedade sobre os meios de produção permanece como propriedade privada capitalista, incompatível com o caráter social da produção. A contradição entre o caráter social da produção e a forma privada capitalista de apropriação dez resultados da produção é a contradição fundamental do capitalismo. Esta contradição manifesta-se na acentuação da anarquia da produção capitalista, no agravamento dos antagonismos de classe entre o proletariado, de um lado, e a burguesia, do outro. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, esta contradição se aguça cada vez mais.

Notas de rodapé:

(49) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 570.

(50) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 582.

(51) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 648.

(52) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 650.

(53) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 651.

(54) V.I. Lênin, Projeto de Programa do Partido Operário Social-Democrata Russo, Obras, t. VI, p. 12.

(55) V.I. Lênin, Observações Sobre o Livro de K. Kautsky, Obras, t. IV, p. 182.

(56) William Z. Foster, Karl Marx and Mass Impoverishment, in Political Affairs, November 1956, p. 36.

Capítulo VIII — O Ciclo e a Rotação do Capital

O Ciclo do Capital. As Três Formas do Capital Industrial

Condição para a existência do modo de produção capitalista é uma circulação mercantil desenvolvida, isto é, a troca de mercadorias através do dinheiro. A produção capitalista está indissoluvelmente ligada a circulação.

Cada capital isolado começa sua marcha vital sob a forma de determinada soma de dinheiro, manifesta-se como capital monetário. Com o dinheiro, o capitalista compra mercadorias de determinado gênero:

1. meios de produção e
2. força de trabalho.

Este ato da circulação pode ser representado do seguinte modo:

F
D—M
Mp

Aqui D significa dinheiro, M a mercadoria, F a força de trabalho e Mp os meios de produção. Em consequência desta modificação na forma do capital, o seu proprietário passa a ter a sua disposição tudo quanto é necessário a produção. Anteriormente, ele possuía o capital sob uma forma monetária; agora, ele possui um capital da mesma grandeza, mas sob a forma de capital produtivo.

Assim, pois, o primeiro estádio no movimento do capital, consiste na transformação do capital monetário em produtivo.

Depois disso, começa o processo de produção, no qual se opera o consumo produtivo das mercadorias, compradas pelo capitalista. Este consumo se expressa no fato de que os operários gastam seu trabalho, as matérias-primas são reelaboradas, queima-se o combustível e as máquinas desgastam-se. O capital muda novamente de forma: como resultado do processo de produção, o capital adiantado, ou despendido, cristaliza-se numa determinada massa de mercadorias e assume a forma de capital mercantil. Entretanto, em primeiro lugar, estas já não são aquelas mercadorias compradas pelo capitalista ao iniciar seu negócio, mas artigos acabados, fabricados; era segundo lugar, o valor desta massa de mercadorias é superior ao valor inicial do capital, uma vez que nele está contida a mais-valia produzida pelos operários.

Este estádio no movimento do capital pode ser representado do seguinte modo:

F
M ... P ... M'
Mp

Aqui, a letra P significa a produção e as reticências antes e depois dela mostram que o processo de circulação foi interrompido e opera-se o processo de produção, ao passo que M' significa o capital em forma mercantil, cujo valor cresceu em consequência do trabalho acrescentado pelos operários.

Assim, pois, o segundo estádio no movimento do capital consiste na transformação do capital produtivo em mercantil.

Não se detém aí o movimento do capital. As mercadorias produzidas devem ser realizadas. Em troca das mercadorias produzidas, o capitalista recebe determinada soma de dinheiro.

Este ato da circulação pode ser representado do seguinte modo:

M' — D'

Aqui, a letra D' significa o capital em forma monetária acrescido de uma grandeza igual a mais-valia.

O capital muda de forma pela terceira vez: novamente assume a forma de capital monetário. Agora, porém, o seu dono vê-se possuidor de uma soma de dinheiro maior do que a que possuía inicialmente. O objetivo da produção capitalista, que consiste na extração de mais-valia, foi atingido.

Assim, pois, o terceiro estádio no movimento do capital consiste na transformação do capital mercantil em monetário.

O dinheiro ganho com a venda das mercadorias é novamente invertido pelo capitalista na compra de meios de produção e de força de trabalho necessários para que continue a produção e todo o processo volta a repetir-se.

São estes os três estádios que o capital percorre sucessivamente em seu movimento. Em cada um destes três estádios, o capital cumpre uma função correspondente. A transformação do capital monetário nos elementos do capital produtivo assegura a unificação dos meios de produção, pertencentes aos capitalistas, com a força de trabalho dos operários assalariados; sem tal unificação, o processo de produção não se pode operar. A função do capital produtivo consiste na criação, pelo trabalho dos operários assalariados, de uma massa de mercadorias de novo valor e, consequentemente, também de mais-valia. A função do capital mercantil, em primeiro lugar, consiste em, através da venda da massa de mercadorias produzidas, fazer voltar ao capitalista, em forma monetária, o capital adiantado por ele para a produção e, em segundo lugar, em realizar, sob a forma monetária, a mais-valia criada no processo de produção.

Estes três estádios são percorridos pelo capital industrial em seu movimento. Por capital industrial, neste sentido, compreende-se qualquer capital empregado na produção de mercadorias, independentemente do fato de que seja ele invertido na indústria ou na agricultura.

"O capital industrial é a única forma de existência do

capital na qual sua função não é apenas a apropriação da mais-valia ou do produto suplementar, mas também sua criação. Por isso, precisamente o capital industrial condiciona o caráter capitalista da produção; a existência do capital industrial encerra em si a contradição de classe entre os capitalistas e os operários assalariados."[57]

Consequentemente, cada capital industrial realiza o movimento sob a forma de ciclos.

Denomina-se ciclo do capital a passagem sucessiva do capital de uma forma para outra, seu movimento, compreendendo os três estádios. Destes três estádios, o primeiro e o terceiro decorrem na esfera da circulação, e o segundo na esfera da produção. Sem ,a circulação, isto é, sem a transformação das mercadorias em dinheiro e, inversamente, a transformação do dinheiro em mercadorias, não se poderia conceber a reprodução capitalista, isto é, a permanente renovação do processo de produção.

O ciclo do capital, em seu conjunto, pode ser representado do seguinte modo:

F
DD'M
Mp

Todos os três estádios do ciclo do capital estão vinculados entre si do modo mais estreito e dependem um do outro. O ciclo do capital só se realiza normalmente com a condição de que suas três fases sucedam-se uma a outra, sem atrasos.

Se o capital se detiver no primeiro estádio, isto significará uma existência inútil do capital monetário. Se esta interrupção verificar-se no segundo estádio, significará que os meios de

produção jazerão sem produzir e a força de trabalho permanecerá sem aplicação. Se o capital interromper sua marcha no terceiro estádio, as mercadorias não vendidas acumular-se-ão nos depósitos e obstruirão os canais da circulação.

No ciclo do capital industrial, tem importância decisiva o segundo estádio, quando ele se acha sob a forma de capital produtivo: neste estádio opera-se a produção das mercadorias, do valor e da mais-valia. Já nos outros dais estádios não são criados nem valor nem mais-valia; nestes, verifica-se apenas uma mudança nas formas do capital.

Aos três estádios do ciclo do capital correspondem as três formas do capital industrial:

1. o capital monetário,

2. o capital produtivo e

3. o capital mercantil.

Cada capital existe simultaneamente sob todas estas três formas. Entre os bens de qualquer empresa capitalista em produção, incluem-se simultaneamente meios em dinheiro, despendidos com as necessidades da produção, meios de produção, que os operários põem em movimento para a elaboração de mercadorias, e mercadorias prontas para a venda. Ao mesmo tempo, do mesmo modo que uma das partes do capital representa o capital monetário, que se transforma em produtivo, outra parte representa o capital produtivo, que se transforma em mercantil, e uma terceira parte representa o capital mercantil, que se transforma em monetário. Cada uma destas três partes vai assumindo e abandonando sucessivamente, uma após outra, estas três formas. Assim se passam as coisas não só em relação a cada capital tomado isoladamente, mas também em relação a todos os capitais considerados englobadamente, ou, em outras palavras, em relação ao capital social total. Por isso, indica Marx, o capital só pode ser compreendido como um movimento e não como uma coisa em repouso.

Nisto já está contida a possibilidade da existência isolada das três formas de capital. Mais adiante mostraremos como do capital empregado na produção destacam-se o capital comercial e o capital de empréstimo. É sobre esta divisão que se baseia a existência dos diferentes grupos da burguesia — os industriais, os comerciantes e os banqueiros — entre os quais é feita a distribuição da mais-valia.

A Rotação do Capital. Tempo de Produção e Tempo de Circulação

Todo capital efetua seu ciclo ininterruptamente, repetindo-o constantemente. E, ao fazê-lo, realiza sua rotação.

Denomina-se rotação do capital o ciclo por ele realizado e considerado não como um ato singular, mas como um processo que se renova e se repete periodicamente. Diferentes capitais efetuam suas rotações com velocidades diversas, na dependência do tempo de produção e de circulação de tais ou quais mercadorias.

A soma do tempo de produção e do tempo de circulação do capital constitui o tempo de rotação do capital. Em outras palavras, o tempo de rotação é o intervalo de tempo a partir do momento em que o capital é adiantado sob uma determinada forma (monetária, produtiva, ou mercantil), até o momento em que o capital retorna ao capitalista sob aquela mesma forma, mas já incrementado de uma grandeza igual a mais-valia.

O tempo de produção é o tempo durante o qual o capital se encontra na esfera da produção. A parte mais importante do tempo de produção é o período de trabalho, durante o qual o objeto em elaboração é diretamente submetido a ação do trabalho. O período de trabalho depende do caráter do ramo de produção considerado, do nível da técnica nesta ou naquela empresa e de outras considerações. Numa fiação, por exemplo, são precisos apenas alguns dias para transformar determinada quantidade de algodão em fio pronto para a venda, ao passo que, numa fábrica de locomotivas, o lançamento de cada locomotiva requer o emprego do trabalho de grande número de operários, durante longo período.

Geralmente, o tempo de produção é mais longo do que o período de trabalho. Inclui também os intervalos na elaboração, durante os quais é o objeto submetido a ação de determinados processos naturais, como, por exemplo, a fermentação dos vinhos, o curtimento dos couros, o crescimento do trigo, etc..

O tempo de circulação é aquele durante o qual o capital passa da sua forma monetária a produtiva e da mercantil a monetária. A duração do tempo de circulação depende das condições de compra dos meios de produção e de venda das mercadorias acabadas, da proximidade do mercado, do grau de desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação.

O Capital Fixo e o Capital Circulante.

As diferentes partes do capital produtivo não giram da mesma maneira. A diferença da rotação das diversas partes do capital produtivo decorre das diferenças do modo segundo o qual cada uma delas transfere seu valor para o produto. De acordo com isto, o capital divide-se em fixo e circulante.

Denomina-se capital fixo a parte do capital produtivo que, apesar de inteiramente incorporado a produção, transfere seu valor para o produto não de uma vez, mas parceladamente, durante uma série de períodos de produção. Trata-se da parte do capital gasta na construção do edifício e das instalações e na compra de máquinas e equipamentos. Se, por exemplo, uma determinada máquina funciona durante dez anos, neste caso, anualmente, a décima parte do valor desta máquina é transferida para a mercadoria produzida com a sua participação.

Os elementos do capital fixo servem aos objetivos da produção geralmente durante muitos anos; vão-se desgastando ano a ano, até que finalmente tornam-se imprestáveis para continuar produzindo. É nisto que consiste o desgaste físico das máquinas e equipamentos.

Ao lado do desgaste físico, os instrumentos de produção também estão sujeitos ao desgaste moral. A máquina, tendo servido durante 5 ou 10 anos, pode achar-se ainda bastante

conservada, mas, se por esse tempo tiver sido produzida outra máquina do mesmo tipo, porém mais aperfeiçoada, mais produtiva, ou mais barata, isto acarretará a depreciação da máquina antiga. Por isto, o capitalista tem interesse em utilizar o equipamento completamente no menor prazo possível. Daqui a tendência dos capitalistas a prolongação do dia de trabalho, a intensificação do trabalho, a introdução em suas empresas do trabalho ininterrupto, por turnos.

Denomina-se capital circulante aquela parte do capital produtivo cujo valor retorna integralmente ao capitalista durante um período de produção, sob a forma de dinheiro, com a realização da mercadoria. Trata-se da parte do capital gasta na compra de força de trabalho e também daqueles meios de produção — matérias-primas, combustível e materiais auxiliares —, que não entram na composição do capital fixo. Deve-se notar aqui que o valor das matérias-primas, dos combustíveis e dos materiais consumidos transfere-se integralmente para as mercadorias durante um mesmo período de produção, enquanto que os gastos com a compra de força de trabalho retornam ao capitalista com um excedente (com a adição da mais-valia).

Durante este período, enquanto cada capital fixo realiza apenas uma rotação, o capital circulante consegue efetuar várias rotações.

Ao realizar a venda das mercadorias, o capitalista recebe determinada soma de dinheiro, na qual estão contidos:

1. o valor daquela parte do capital fixo que foi transferida para a mercadoria no processo de produção,

2. o valor do capital circulante e

3. a mais-valia.

Para continuar a produção, o capitalista inverte novamente a quantia recebida, correspondente ao capital circulante, na contratação de operários, na compra de matérias-primas, combustíveis e materiais auxiliares.

O capitalista utiliza a quantia correspondente a parte do valor do capital fixo transferida a mercadoria para reposição do desgaste das máquinas, equipamentos e instalações, isto é, para fins de amortização.

A amortização é a reposição, sob a forma de dinheiro, do valor do capital fixo, mediante descontos periódicos correspondentes ao desgaste daquele capital. Uma parte destes descontos para amortização é empregada pelo capitalista nos reparos dos instrumentos, equipamentos, instalações, etc., desgastados. Mas, a parte principal dos descontos para amortização é mantida pelos capitalistas sob a forma de dinheiro (habitualmente nos bancos) a fim de oportunamente adquirir novas máquinas para substituir as antigas, ou construir novos edifícios quando os antigos se mostrarem insatisfatórios.

A economia política marxista estabelece distinção entre a divisão do capital em fixo e circulante e a divisão do capital em constante e variável. O capital constante e o capital variável diferenciam-se entre si segundo o papel que desempenham no processo de exploração dos operários pelos capitalistas, ao passo que a diferença entre o capital fixo e o circulante é estabelecida segundo o caráter da rotação.

Estes dois modos de divisão do capital podem ser representados da seguinte maneira:

Divisão segundo o papel no processo de exploração		Divisão de acordo com o caráter da rotação
Capital constante	Edifícios e instalações fabris	Capital fixo
	Equipamentos, máquinas	
	Matérias-primas, combustíveis, materiais auxiliares	
Capital variável	Salários dos operários	Capital circulante

A economia política burguesa reconhece somente a divisão do capital em fixo e circulante, uma vez que esta divisão do capital, por si só, não mostra o papel da força de trabalho na criação da mais-valia, mas, contrariamente, encobre a diferença radical entre os gastos do capitalista na contratação de força de trabalho e os gastos com matérias-primas, combustíveis, etc. mascara a exploração do trabalho assalariado pelos capitalistas.

A Taxa Anual de Mais-valia. Métodos de Aceleração da Rotação do Capital

A uma dada grandeza do capital variável, a velocidade de rotação do capital exerce influência nas proporções da mais-valia extraída dos operários pelo capitalista durante um ano.

Tomemos dois capitais, em cada um dos quais o capital variável é igual a 25 mil dólares, sendo a taxa de mais-valia para ambos de 100%. Suponhamos que um deles efetue uma rotação por ano e o outro duas lotações. Isto significa que o proprietário do segundo capital, possuindo a mesma soma de dinheiro, pode contratar e explorar, durante um ano, um número de operários duas vezes maior que o primeiro. Por isso, no fim do ano, os resultados obtidos pelos dois capitalistas revelam-se diferentes. O primeiro terá recebido no fim do ano 25 mil dólares de mais-valia, ao passo que o segundo receberá 50 mil dólares.

Denomina-se taxa anual de mais-valia a relação entre a massa de mais-valia produzida durante um ano e o capital variável adiantado. Em nosso exemplo, a taxa anual de mais-valia, expressa em porcentagem, será, para o primeiro capitalista, de: $^{25000}/_{25000} \times 100 = 100\%$ e, para o segundo, de: $^{50000}/_{25000} \times 100 = 200\%$.

Torna-se claro, daqui, que os capitalistas têm interesse na aceleração da rotação do capital, uma vez que esta aceleração oferece-lhes a possibilidade de auferir a mesma soma de mais-valia com um capital menor, ou, com o mesmo capital, auferir uma maior soma de mais-valia.

Marx mostrou que a aceleração da rotação do capital,

em si mesma, não cria sequer um átomo de valer novo. A rotação mais rápida do capital e a mais rápida realização sob a forma de dinheiro da mais-valia criada durante o ano considerado, somente dão ao capitalista a possibilidade de, com uma mesma grandeza do capital, contratar maior número de operários, cujo trabalho cria durante o ano uma maior massa de mais-valia.

Como vimos, o tempo de rotação do capital é composto do tempo de produção e do tempo de circulação. O capitalista empenha-se em reduzir tanto um tempo como o outro.

O período de trabalho necessário para a produção das mercadorias diminui com o desenvolvimento das forças produtivas e da técnica. Os métodos modernos de fundição do ferro e do aço, por exemplo, aceleram em muitas vezes os processos, em comparação com os métodos que eram aplicados no passado. Foram grandemente acelerados o trabalho dos tornos, os processos de elaboração dos metais, etc.. Dá também notáveis resultados o aperfeiçoamento da organização da produção, como por exemplo a introdução da produção em série ou em massa.

Os intervalos na elaboração, que constituem a parte do tempo de produção que excede o período de trabalho, em muitos casos são também reduzidos com o desenvolvimento da técnica. Assim, o processo de curtimento dos couros durava no passado várias semanas, ao passo que atualmente, graças a aplicação de modernos métodos químicos, requer apenas algumas horas. Numa série de ramos da produção, encontram largo emprego os catalisadores, isto é, substâncias que aceleram consideravelmente os processos químicos. O emprego de correntes elétricas de alta frequência apressou em centenas e milhares de vezes o processo de secagem de madeiras.

Para acelerar a rotação do capital, os industriais também recorrem a prolongação do dia de trabalho e a intensificação do trabalho. Se com um dia de trabalho de 10 horas, o período de trabalho é de 24 dias, com a prolongação do dia de trabalho para 12 horas o período de trabalho é reduzido para 20 dias e, com isso, há uma correspondente aceleração da rotação do

capital. O mesmo resultado é obtido através da intensificação do trabalho, com a qual o operário despende durante 60 minutos a mesma energia que despendia antes, digamos, em 72 minutos.

Ademais, os capitalistas conseguem acelerar a rotação do capital mediante .a redução do tempo de circulação do capital. A possibilidade de tal redução é criada pelo desenvolvimento dos transportes, do correio, do telégrafo e de uma melhor organização do comércio. A abertura do Canal de Suez reduziu o caminho entre a Europa e a Índia em 9 mil quilômetros, e o Canal do Panamá encurtou em 10 mil quilômetros a distância entre a Europa e a costa ocidental da América do Norte. Entretanto, contrapõem-se a redução do tempo de circulação, em primeiro lugar, a distribuição irracional da produção nos países capitalistas, que acarreta o transporte supérfluo das mercadorias a grandes distâncias, e, em segundo lugar, o agravamento da concorrência capitalista e o aumento das dificuldades de venda.

Juntamente com o capital circulante, também passa pela circulação a mais-valia criada durante o período considerado. Quanto mais curto o tempo de rotação do capital, tanto mais depressa realiza-se, sob a forma monetária, a mais-valia criada pelos operários.

Notas de rodapé:

(57) K. Marx, O Capital, t. II, 1955, p. 52.

Capítulo IX — Lucro Médio e Preço de Produção

O Custo de Produção Capitalista e o Lucro

A mais-valia criada pelo trabalho dos operários assalariados no processo de produção é a fonte dos ingressos de todas as classes exploradoras da sociedade capitalista. Examinaremos neste capítulo o modo pelo qual a mais-valia assume a forma de lucro dos capitalistas que invertem seus capitais na produção das mercadorias.

O valor de uma mercadoria produzida numa empresa capitalista divide-se em três partes:

1. valor do capital constante (parte do valor das máquinas, instalações, valor das matérias-primas, combustíveis, etc.),

2. valor do capital variável e

3. mais-valia.

A grandeza do valor da mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário que se exige na sua produção. Entretanto, o capitalista não gasta o seu próprio trabalho na produção da mercadoria, mas desembolsa, para isso, seu próprio capital.

O custo capitalista de produção da mercadoria é composto pelos gastos de capital constante e variável (c + v), isto é, pelos dispêndios com os meios de produção e com os salários aos operários. Portanto, o custo da mercadoria para os capitalistas é medido pelo gasto de capital, enquanto que o custo da mercadoria para a sociedade é medido pelo gasto de trabalho. Por isso, o custo capitalista de produção da mercadoria é menor do que o valor da mercadoria, isto é, do que o custo efetivo de produção (c + v + m). A diferença entre o valor, ou o custo efetivo de produção, e o custo capitalista de

produção é igual a mais-valia (m), da qual o capitalista se apropria gratuitamente.

Quando o capitalista vende a mercadoria produzida em sua empresa, a mais-valia aparece como um determinado excedente em relação ao custo capitalista de produção. Para determinar a rentabilidade de sua empresa, o capitalista confronta este excedente com o capital adiantado, isto é, com todo o capital que ele inverteu na produção. A mais-valia confrontada com todo o capital toma a forma de lucro. Além disso, como a mais-valia não é confrontada com o capital variável, mas com todo o capital, em seu conjunto, dissimula-se a diferença entre o capital constante empregado na compra de meios de produção e o capital variável investido na contratação de força de trabalho. Em consequência, surge a enganosa aparência de que o lucro é, supostamente, gerado pelo próprio capital. Na realidade, porém, a fonte do lucro é a mais-valia criada exclusivamente pelo trabalho dos operários no processo de uso da força de trabalho, cujo valor está cristalizado no capital variável. O lucro é a mais-valia tomada em relação a todo o capital invertido na produção e que aparece exteriormente como tendo sido engendrada por este capital. Devido a isto, Marx denomina o lucro de forma metamorfoseada da mais-valia.

Do mesmo modo que a forma salário oculta a exploração do operário assalariado, criando a falsa representação de que, supostamente, todo o trabalho seria remunerado, também exatamente assim a forma lucro, por sua vez, oculta a relação de exploração, criando a ilusória aparência de que o lucro seria engendrado pelo capital. Assim é que as formas das relações de produção capitalistas dissimulam e mascaram sua essência exploradora.

O grau de rentabilidade de uma empresa capitalista, para o seu possuidor, é determinada pela taxa de lucro. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia e todo o capital adiantado, expressa em porcentagem. Por exemplo, se todo o capital adiantado for igual a 200 mil dólares e o lucro num ano for de 40 mil dólares, então a taxa de lucro será de $^{40000}/_{200000}$ x

100, ou 20%.

"A taxa de lucro é a força motriz da produção capitalista; produz-se aquilo e só na medida em que seja possível produzir-se com lucro."[58]

Desde que todo o capital adiantado é maior do que o capital variável, a taxa de lucro ($^{m}/_{c+v}$) é sempre menor do que a taxa de mais-valia ($^{m}/_{v}$).

Se, em nosso exemplo, o capital de 200 mil dólares for composto por 160 mil dólares de capital constante e 40 mil dólares de capital variável, nesse caso a taxa de mais-valia será de $^{40000}/_{40000} \times 100 = 100\%$, enquanto a taxa de lucro será de 20%, ou um quinto da taxa de mais-valia.

A taxa de lucro depende antes de tudo da taxa de mais-valia. Quanto mais elevada for a taxa de mais-valia, tanto maior, mantidas as demais condições, será a taxa de lucro. Todos os fatores que elevam a taxa de mais-valia. isto é, que aumentam o grau de exploração do trabalho pelo capital (prolongação do dia de trabalho, elevação da intensidade e da produtividade do trabalho, etc.), também incrementam a taxa de lucro.

Ademais, dada uma determinada taxa de mais-valia, a taxa de lucro depende da composição orgânica do capital. Como já vimos, a composição orgânica do capital é a relação entre o capital constante e o capital variável. Quanto mais baixa for a composição orgânica do capital, isto é, quanto maior for o peso específico do capital variável em relação ao constante, tanto maior, com uma mesma taxa de mais-valia, será a taxa de lucro. E, inversamente, quanto mais elevada a composição orgânica do capital, com uma taxa igual de mais-valia, tanto menor será a taxa lucro.

Um dos fatores que elevam a taxa de lucro é a economia na aplicação do capital constante.

Por último, influi sobre a taxa de lucro a rapidez da rotação do capital. Quanto mais rápida for a rotação do capital, tanto mais alta será a taxa anual de lucro, que representa a

relação entre a mais-valia produzida durante um ano e todo o capital adiantado. E, inversamente, a lentidão na rotação do capital acarreta a redução da taxa anual de lucro.

Formação da Taxa Média de Lucro e Transformação do Valor das Mercadorias em Preço de Produção

No capitalismo, a distribuição dos capitais entre os diferentes ramos da produção e o desenvolvimento da técnica processam-se em meio a uma encarniçada luta de concorrência.

É necessário distinguir a concorrência dentro de cada ramo da concorrência entre os diferentes ramos.

A concorrência dentro de cada ramo é a que se estabelece entre as empresas de um mesmo ramo, produtoras de mercadorias do mesmo gênero, buscando maiores vantagens na venda dessas mercadorias e a obtenção de lucros suplementares. As diferentes empresas trabalham em condições diversas e diferenciam-se umas das outras pelas proporções da empresa, pelo nível de dotação técnica e de organização da produção. Devido a isto, não é o mesmo o valor individual das mercadorias produzidas por diferentes empresas. Entretanto, o preço das mercadorias não é determinado pelos seus valores individuais, mas pelo valor social. O processo de formação do valor social opera-se espontaneamente, através da concorrência entre empresas de um mesmo ramo.

A grandeza do valor social das mercadorias depende, como já foi visto, das condições médias de produção num determinado ramo. Tendo em vista o fato de que o preço das mercadorias é determinado por seu valor social, levam a melhor aquelas empresas em que a técnica da produção e a produtividade do trabalho são mais elevadas do que o nível médio no ramo considerado e, em consequência, o valor individual das mercadorias é mais baixo do que o valor social. Estas empresas auferem um lucro suplementar, ou superlucro, que representa uma forma da mais-valia extraordinária, que já estudamos anteriormente (capítulo IV). A concorrência impele o capitalista, na corrida ao lucro mais elevado, a empenhar-se na redução do valor individual das

mercadorias elaboradas em sua empresa, relativamente ao valor social. Nem todos os capitalistas, porém, conseguem tal coisa. Ao contrário, para muitos empresários o valor individual das mercadorias permanece mais alto do que o valor social. Assim, em consequência da concorrência dentro de cada ramo, em diferentes empresas de um ramo dado formam-se taxas de lucro diversas. A concorrência entre as empresas de um mesmo ramo acarreta o deslocamento das pequenas e médias empresas pelas grandes empresas.

A fim de resistir na luta de concorrência, os capitalistas — proprietários de empresas atrasadas — esforçam-se por introduzir os aperfeiçoamentos técnicos empregados pelos seus concorrentes — proprietários das empresas tecnicamente mais desenvolvidas. Devido a isto, modificam-se as condições médias de produção no ramo considerado e, consequentemente, reduz-se o valor social das mercadorias. Ao mesmo tempo, a introdução de aperfeiçoamentos técnicos traz implícita a elevação da composição orgânica do capital para todo o ramo, em seu conjunto. Agora, o superlucro, que vinham recebendo os capitalistas donos de empresas tecnicamente mais desenvolvidas, deixa de existir e verifica-se uma baixa da taxa média de lucro para todo o ramo. Isto obriga os capitalistas a novamente introduzir aperfeiçoamentos técnicos. Assim, no processo da concorrência dentro de cada ramo, desenvolve-se a técnica e crescem as forças produtivas.

A concorrência entre os diferentes ramos é aquela que se estabelece entre os capitalistas dos diferentes ramos da produção por uma inversão mais lucrativa do capital. Os capitais empregados nos diferentes ramos da produção possuem composições orgânicas diversas. Uma vez que a mais-valia é criada exclusivamente pelo trabalho dos operários assalariados, nas empresas daqueles ramos onde predomina uma baixa composição orgânica do capital, um capital da mesma grandeza e com uma taxa igual de mais-valia produz uma massa relativamente maior de mais-valia. Já nas empresas onde a composição orgânica do capital é mais elevada, produz-se uma massa relativamente menor de mais-valia para um capital da mesma grandeza. Todavia, a luta de concorrência entre os

capitalistas dos diferentes ramos faz com que se nivelem as proporções dos lucros sobre os capitais de iguais dimensões.

Suponhamos que existam na sociedade três ramos — de couros, têxtil e de construção de máquinas — com capitais da mesma grandeza, mas com diferentes composições orgânicas. A grandeza do capital adiantado em cada um desses ramos é igual a 100 unidades (digamos milhões de dólares). O capital do ramo de couros é composto por 70 unidades de capital constante e 30 unidades de capital variável; o do ramo têxtil — de 80 unidades de capital constante e 20 de variável e o do ramo de construção de máquinas composto de 90 unidades de capital constante e 10 unidades de capital variável. Suponhamos que a taxa de mais-valia seja a mesma nos três casos e igual a 100%. Dessa maneira, no ramo de couros serão produzidas 30 unidades de mais-valia, no têxtil, 20 e no de construção de máquinas, 10 unidades. O valor das mercadorias, no primeiro ramo, será igual a 130, no segundo, a 120 e no terceiro, a no, e, nos três ramos, em conjunto, a 360 unidades. VER PAG 161

Se as mercadorias forem vendidas pelo seu valor, no ramo de couros a taxa de lucro será de 30% ($^{30}/_{100}$ x 100), no têxtil, de 20% ($^{20}/_{100}$ x 100) e no de construção de máquinas será de 10% ($^{10}/_{100}$ x 100). Essa distribuição dos lucros revela-se bastante vantajosa para os capitalistas do ramo da produção de couros, mas desvantajosas para os capitalistas do ramo da construção de máquinas. Nestas condições, os industriais da construção de máquinas irão procurar uma aplicação mais vantajosa para os seus capitais. E esta aplicação eles a encontrarão no ramo de couros. Verificar-se-á, então, uma transferência dos capitais do ramo da construção de máquinas para o da indústria de couros. Devido a isto, a quantidade de mercadorias produzidas no ramo de couros aumentará, a concorrência inevitavelmente tornar-se-á mais aguda e obrigará os industriais desse ramo a baixar os preços de suas mercadorias, o que acarretará também a redução da taxa de lucro. E no ramo da construção de máquinas, ao contrário, diminuirá a quantidade de mercadorias produzidas e a modificação verificada na relação entre a oferta e a procura oferecerá aos industriais a possibilidade de elevar os preços de suas

mercadorias, em razão do que subirá também a taxa de lucro.

A queda dos preços no ramo de couros e o aumento dos preços no de construção de máquinas continuará até o momento em que a taxa de lucro em todos os ramos se tornar aproximadamente a mesma. Isto se produzirá quando as mercadorias de cada um dos três ramos forem vendidas por 120 unidades ($130+120+110/3$).

O lucro médio de cada ramo, em tais condições, será igual a 20 unidades. O lucro médio é o lucro igual correspondente a capitais da mesma grandeza, investidos em diferentes ramos da produção.

Assim, a concorrência entre os diferentes ramos da produção faz com que as diversas taxas de lucros, existentes nos diferentes ramos da produção capitalista, nivelem-se numa taxa comum (ou média) de lucro. Este nivelamento opera-se através da transferência do capital (e, consequentemente, do trabalho) de uns ramos da produção para outros, através do mecanismo dos preços.

Com a formação da taxa media de lucro, os capitais de uns ramos (em nosso exemplo, do ramo de couros) privam-se de uma parte da mais-valia criada pelos operários que neles trabalham. Em compensação, os capitalistas de outros ramos (em nosso exemplo, do ramo de construção de máquinas) realizam um excedente de mais-valia. Isto significa que os primeiros vendem suas mercadorias por preços abaixo do seu valor, enquanto que os segundos o fazem por preços que superam o seu valor. O preço da mercadoria de cada ramo compõe-se agora do custo de produção (100 unidades) e do lucro médio (20 unidades).

O preço resultante da soma do custo de produção da mercadoria com o lucro médio é o preço de produção. Para empresas individuais de um mesmo ramo, em consequência das diferenças nas condições de produção, existem diferentes preços de produção individuais, que são determinados pelos custos de produção individuais mais o lucro médio. As mercadorias, porém, realizam-se em média por um preço de

produção comum, igual.

O processo de formação da taxa média de lucro e do preço de produção pode ser representado praticamente sob a forma do seguinte quadro:

Ramos de produção	Capital constante	Capital variável	Mais-valia	Valor das mercadorias	Taxa média de lucro (em %)	Preço de produção das mercadorias	Variação do preço de produção em relação ao valor
Couros	70	30	30	130	20	120	—10
Têxtil	80	20	20	120	20	120	igual
Construção de máquinas	90	10	10	110	20	120	+ 10
Total	240	60	60	360	20	360	

As mercadorias produzidas em cada um dos três ramos são vendidas por 120 unidades (digamos, milhões de dólares). Entretanto, o valor da mercadoria do ramo de couros é igual a 130 unidades, do têxtil, a 120 e do de construção de máquinas, a no unidades. Diferentemente da produção mercantil simples, no capitalismo as mercadorias já não são vendidas por preços correspondentes ao seu valor, mas por preços que correspondem aos preços de produção.

A transformação do valor em preço de produção é o resultado do desenvolvimento histórico da produção capitalista. Nas condições da produção mercantil simples, os preços de mercado das mercadorias, em seu conjunto, correspondiam ao seu valor. Nos primeiros estádios de desenvolvimento do capitalismo, ainda se mantinham diferenças consideráveis nas taxas de lucro nos diferentes ramos da produção, devido ao fato de que os diferentes ramos ainda não estavam suficientemente vinculados uns aos outros, a existência das restrições gremiais e outras, que obstaculizavam a livre transferência dos capitais de uns ramos para os outros. O

processo de formação da taxa média de lucro e da transformação do valor em preço de produção só se completa com a implantação da indústria mecanizada capitalista.

Os economistas burgueses tentam refutar a teoria de Marx do valor pelo trabalho, alegando o fato de que nos diferentes ramos não há coincidência entre os preços de produção e o valor das mercadorias. Entretanto, na realidade a lei do valor conserva toda a sua força nas condições capitalistas, pois o preço de produção representa apenas uma forma modificada do valor.

Isto é comprovado pelas seguintes circunstâncias:

Em primeiro lugar, alguns industriais vendem suas mercadorias acima do seu valor, enquanto outros vendem-nas abaixo do valor; mas todos os capitalistas, considerados em conjunto, realizam toda a massa do valor de suas mercadorias. Na escala de toda a sociedade, a soma dos preços de produção é igual a soma do valor de todas as mercadorias.

Em segundo lugar, a soma dos lucros de toda a classe dos capitalistas é igual a soma da mais-valia produzida por todo o trabalho não pago do proletariado. A grandeza da taxa média de lucro depende da grandeza da mais-valia produzida em toda a sociedade.

Em terceiro lugar, a redução do valor das mercadorias acarreta a redução dos seus preços de produção, e o aumento do valor das mercadorias conduz a elevação dos preços de produção.

Desse modo, na sociedade capitalista atua a lei da taxa média de lucro, a qual consiste em que as diferentes taxas de lucro, dependentes da diversidade na composição orgânica do capital, nos diferentes ramos da produção, nivelam-se a uma taxa comum (média) de lucro, como resultado da concorrência. A lei da taxa média de lucro, do mesmo modo que todas as leis do modo de produção capitalista, atua espontaneamente, em meio a inumeráveis desvios e oscilações.

Na luta pela aplicação mais lucrativa do capital, desencadeia-se uma encarniçada concorrência entre os capitalistas, os quais aspiram a inverter seus capitais naqueles ramos que lhes proporcionem a obtenção de maiores lucros. Na caça ao alto lucro, processa-se uma transferência de capitais de um ramo para outro, em resultado do que se estabelece uma taxa média de lucro e se realiza a distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os diferentes ramos da produção capitalista. O preço de produção é aquela grandeza média em torno da qual, em última análise, oscilam os preços de mercado das mercadorias, isto é, os preços pelos quais as mercadorias são de fato vendidas e compradas no mercado.

De tal maneira, com a transformação do valor em preço de produção, a mais-valia manifesta-se sob a forma de lucro médio, e, consequentemente, a lei econômica fundamental do capitalismo — a lei da mais-valia — atua por intermédio da lei da taxa média de lucro.

O nivelamento da taxa de lucro e a transformação do valor em preço de produção mascaram ainda mais as relações de exploração, em grau ainda maior encobrem a verdadeira fonte do enriquecimento dos capitalistas. A diferença real de grandeza entre o lucro e a mais-valia

“nas diferentes esferas da produção oculta agora completamente a verdadeira natureza e a origem do lucro, e não apenas aos olhos do capitalista, que, no caso em apreço, tem particular interesse em enganar-se, mas também aos olhos dos operários. Com a transformação do valor em preço de produção, oculta-se aos olhos a base mesma da determinação do valor.”[(59)]

Na realidade, a formação da taxa média de lucro significa uma redistribuição da mais-valia entre os capitalistas dos diferentes ramos da produção. Parte da mais-valia criada nos ramos onde é baixa a composição orgânica do capital é apropriada pelos capitalistas dos ramos onde a composição orgânica do capital é alta. É evidente, pois, que os operários são explorados não apenas por aqueles capitalistas para os quais eles trabalham, mas por toda a classe dos capitalistas, em conjunto.

Toda a classe dos capitalistas está interessada na elevação do grau de exploração dos operários, uma vez que isto tem como consequência a elevação da taxa média de lucro. Como ensinou Marx, a taxa média de lucro depende do grau de exploração de todo o trabalho por todo o capital.

A lei da taxa média de lucro exprime, de um lado, as contradições e a luta d: concorrência entre os industriais capitalistas pela partilha da mais-valia, e, de outro lado, o profundo antagonismo entre as duas classes mutuamente hostis — a burguesia e o proletariado. Esta lei testemunha que na sociedade capitalista a burguesia, como classe, contrapõe-se ao proletariado em seu todo, que a luta por interesses parciais dos operários ou de grupos operários isolados, a luta contra capitalistas isolados não pode conduzir a uma mudança radical da situação da classe operária. A classe operária só poderá sacudir o jugo do capital, liquidando o sistema da exploração capitalista.

A Tendência à Baixa da Taxa de Lucro

À medida que o capitalismo se desenvolve, eleva-se a composição orgânica do capital. Cada capitalista, ao substituir os operários por máquinas, tem como aspiração baratear a produção, ampliar a venda de suas mercadorias e com isso auferir superlucros. Quando as conquistas técnicas de algumas empresas alcançam ampla difusão, produz-se uma elevação da composição orgânica do capital na maioria das empresas. E isto leva a queda da taxa geral de lucro.

Em sentido idêntico atua um mais rápido crescimento do capital fixo em relação ao capital circulante, o que faz com que seja mais lenta a rotação de todo o capital.

Ao aperfeiçoar a técnica, cada capitalista tem em vista obter os maiores lucros possíveis, mas, como resultado da atividade de todos os capitalistas, voltada para este objetivo, sucede aquilo que nenhum deles desejava: a redução da taxa geral de lucro.

Tomemos o exemplo precedente. A soma de todos os

capitais, igual a 300 unidades, compõe-se de 240 unidades de capital constante e 60 unidades de capital variável. A uma taxa de mais-valia igual a 100%, produzem-se 60 unidades de mais-valia e a taxa de lucro será de 20%. Suponhamos que, em 20 anos, o total do capital ascende de 300 a 500 unidades. Ao mesmo tempo, devido ao progresso da técnica, deverá ter-se elevado a composição orgânica do capital. Como resultado, as 500 unidades dividir-se-ão, digamos, em 425 unidades de capital constante e 75 unidades de capital variável. Nesse caso, mantida a mesma taxa de mais-valia. serão criadas 75 unidades de mais-valia. Agora, a taxa de lucro será de $^{75}/_{500} \times 100 =$ 15%. A massa de lucros terá crescido de 60 para 75 unidades, mas a taxa de lucros terá sido reduzida de 20 para 15%.

Assim, a elevação da composição orgânica do capital conduz a baixa da taxa média de lucro. Ao mesmo tempo, uma série de fatores atua em contraposição a baixa da taxa de lucro.

Em primeiro lugar, cresce a exploração da classe operária. O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, que se exprime na elevação da composição orgânica do capital, opera-se juntamente com uma elevação da taxa de mais-valia. Devido a isto, a redução da taxa de lucros opera-se mais lentamente do que ocorreria no caso de que a taxa de mais-valia se mantivesse invariável.

Em segundo lugar, o desenvolvimento da técnica nas condições do capitalismo, elevando a composição orgânica do capital, provoca o aumento do desemprego, que pressiona sobre o mercado de trabalho. Tal fato oferece ,aos patrões a possibilidade de diminuir os salários, fixando-os num nível consideravelmente mais baixo do que o valor da força de trabalho.

Em terceiro lugar, a medida que cresce a produtividade de trabalho cai o valor dos meios de produção: máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc.. Isto torna mais lento o aumento da composição orgânica do capital e, consequentemente, contrapõe-se a redução da taxa de lucro.

Suponhamos que o patrão obrigue o operário, que antes

trabalhava com 5 teares, a trabalhar com 20 teares. Entretanto, devido a elevação da produtividade na indústria produtora de teares, o valor dos teares reduziu-se a metade. Em consequência, 20 teares custam já não 4 vezes mais do que os antigos 5 teares, mas apenas 2 vezes mais. Por isto, a parte do capital constante, que corresponde a cada operário, terá crescido não em 4 vezes, mas em 2 vezes.

Em quarto lugar, contrapõe-se a elevação da taxa média de lucro a economia no capital constante, que o capitalista faz as expensas da saúde e da vida dos operários. Com o objetivo de aumentar os lucros, os industriais obrigam os operários a trabalhar em instalações acanhadas, sem a necessária ventilação, e economizam o quanto podem nos dispositivos reclamados pela segurança do trabalho. O resultado dessa avareza dos capitalistas é a ruína da saúde dos operários, a enorme quantidade de acidentes no trabalho, que acarreta a elevação da mortalidade entre a população operária.

Em quinto lugar, a queda da taxa de lucro é freada devido a troca não equivalente no comércio externo, mediante a qual os empresários dos países capitalistas desenvolvidos, ao exportar suas mercadorias para os países coloniais e dependentes, auferem superlucros.

Todos estes fatores contrapostos a redução da taxa de lucro não suprimem, mas somente debilitam a baixa da taxa de lucro, dando a esta baixa um caráter tendencial. Desse modo, atua no capitalismo a lei da tendência a baixa da taxa geral (ou média) de lucro.

A queda da taxa de lucro não significa a diminuição da massa de lucro, isto é, de todo o volume de mais-valia produzido pela classe operária. Ao contrário, a massa de lucros cresce, tanto em ligação com a elevação da taxa de mais-valia, como em consequência do aumento do número global de operários explorados pelo capital.

A tendência a baixa da taxa de lucro impele os capitalistas a seguir pelo caminho de uma exploração ainda maior dos operários. Isto faz com que se agucem as contradições entre o

proletariado e a burguesia.

A lei da tendência a baixa da taxa de lucro intensifica a luta no seio da própria burguesia em torno da distribuição da massa global de lucro.

Na caça a lucros mais altos, os capitalistas lançam-se com os seus capitais aos países atrasados, onde a mão-de-obra é mais barata e a composição orgânica do capital mais baixa do que nos países de indústria altamente desenvolvida. Os capitalistas das metrópoles exploram impiedosamente os povos dos países pouco desenvolvidos. Isto faz com que se agucem as contradições entre os países capitalistas desenvolvidos e os atrasados, entre as metrópoles e as colônias.

Além disso, para manter os preços num nível elevado, os patrões agrupam-se em diferentes tipos de uniões. Por esse meio, conseguem obter altos lucros.

Por fim, para tentar compensar a queda da taxa de lucro através da elevação da massa de lucros, os capitalistas ampliam o volume da produção para muito além dos limites da procura solvente. Devido a isto, nos tempos de crises, manifestam-se de maneira particularmente aguda as contradições decorrentes das tendências a baixa da taxa de lucro.

A lei da tendência a baixa da taxa de lucro é uma das claras evidências da limitação histórica do modo de produção capitalista. Ao aguçar as contradições capitalistas, esta lei mostra a saciedade que, em determinado grau, o regime burguês transforma-se num obstáculo ao posterior desenvolvimento das forças produtivas.

Notas de rodapé:

(58) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 269.

(59) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 175.

Capítulo X — Capital Comercial e Lucro Comercial

O Lucro Comercial e sua Fonte.

Tanto o capital comercial como o capital usurário precederam historicamente o capital industrial. Sob o modo de produção capitalista, estas formas de capital perdem sua anterior situação independente; a função delas passa a ser a de servidoras do capital industrial. Devido a isto, no capitalismo, o capital comercial e o capital de empréstimo diferem essencialmente das suas formas pré-capitalistas.

Como já vimos, o capital industrial em seu ciclo toma sucessivamente três formas: monetária, produtiva e mercantil, que se distinguem por suas funções. Ao atingir certo grau do seu desenvolvimento, estas três formas funcionais do capital industrial dissociam-se uma da outra. Do capital industrial, empregado na produção, destacam-se o capital comercial, sob a forma de capital do comerciante, e o capital bancário, sob a forma de capital do banqueiro. Dentro da classe dos capitalistas, formam-se três grupos que participam na apropriação da mais-valia: os industriais, os comerciantes e os banqueiros.

O capital comercial é o capital invertido na esfera da circulação mercantil. Na esfera da circulação, não há criação de mais-valia. De onde, então, procede o lucro do comerciante?

Se o capitalista-industrial se encarregasse ele próprio da realização da mercadoria, teria que gastar parte do seu capital nas instalações da loja, no pagamento de empregados e em outras despesas relacionadas com o comércio. Para isto, ser-lhe-ia preciso aumentar as proporções do capital adiantado, ou, mantida a grandeza deste, reduzir o volume da produção. Num e noutro casos, verificar-se-ia uma diminuição nos seus lucros.

O industrial prefere vender suas mercadorias a um intermediário, o capitalista comercial, que se ocupa especificamente da venda das mercadorias, em fazê-las chegar

aos consumidores, e que serve a muitos capitalistas industriais. Esta especialização do capital comercial na função da circulação comercial permite reduzir o tempo e as despesas relacionadas com a circulação. Ao reduzir as despesas de venda das mercadorias, o capital comercial diminui, por isso mesmo, aquela parte do capital social que é desviada da esfera da produção para a esfera da circulação mercantil. Graças a transferência ao comerciante das operações para a realização das mercadorias, o capitalista industrial acelera a rotação do seu capital, e a aceleração da rotação conduz a elevação do lucro. Tudo isto possibilita ao industrial, que ficou livre das operações para a realização das mercadorias e das despesas relacionadas com estas operações, ceder ao comerciante, com vantagem para si próprio, uma certa parte da mais-valia, que constituirá o lucro do capitalista comerciante.

O lucro comercial é a parte da mais-valia que o industrial cede ao comerciante pela realização de suas mercadorias.

O capital comercial efetua a realização das mercadorias através da exploração dos empregados no comércio. O trabalho dos empregados assalariados, que se ocupam com a realização das mercadorias, isto é, com a transformação das mercadorias em dinheiro e do dinheiro em mercadorias, não cria valor nem mais-valia, mas possibilita ao capitalista comerciante apropriar-se de uma parte da mais-valia, criada na produção.

"Do mesmo modo que o trabalho não pago do operário cria diretamente a mais-valia para o capital produtivo, o trabalho não pago dos empregados assalariados no comércio torna o capital comercial participante nesta mais-valia."[(60)]

O salário dos empregados no comércio é determinado pelo valor de sua força de trabalho. O dia de trabalho dos empregados no comércio, da mesma forma que o dos operários ocupados na produção, divide-se em duas partes: durante o tempo necessário, eles asseguram a realização daquela parte da mais-valia, criada na esfera da produção, que repõe os gastos dos capitalistas na compra de força de trabalho, e durante o tempo suplementar trabalham gratuitamente para os capitalistas, assegurando-lhes a apropriação do lucro comercial.

Portanto, os empregados no comércio são submetidos, por parte dos capitalistas comerciantes, a uma exploração semelhante a sofrida pelos operários, que trabalham na produção de mercadorias, por parte dos industriais.

Para a realização de determinada massa de mercadorias, o comerciante precisa adiantar, por um certo prazo, um capital de grandeza correspondente. Sobre este capital, ele aspira a obter o maior lucro possível. Se a taxa de lucro comercial revelar-se inferior a taxa média de lucro, o comércio tornar-se-á desvantajoso e os capitalistas comerciantes transferirão seus capitais para a indústria, a agricultura ou para qualquer outra atividade. E, ao contrário, uma alta taxa de lucro comercial atrairá o capital industrial para o comércio. A concorrência entre os capitalistas faz com que o nível do lucro comercial seja determinado pela taxa média de lucro, sendo o lucro médio considerado em relação a todo o capital, aí incluído não só o capital industrial, mas também o capital que funciona na esfera da circulação mercantil.

Desse modo, não apenas o capital dos industriais, mas também o capital comercial participa no processo de nivelamento da taxa de lucro e, devido a isso, tanto os capitalistas industriais como os comerciantes obtêm uma taxa média de lucro proporcional ao capital gasto por eles.

Esclareçamos a questão com este exemplo. Suponhamos que o capital industrial adiantado seja igual a 800 unidades, que o capital comercial seja de 200 unidades e que, portanto, todo o capital em funcionamento, tanto na esfera da produção como na da circulação mercantil, eleve-se a 1000 unidades. Admitamos que o total da mais-valia seja igual a 100 unidades. Se esta for considerada comente em relação ao montante do capital industrial (800 unidades), nesse caso a taxa média de lucro seria de $12^1/_2$% ($^{100}/_{800}$ x 100). Uma vez, entretanto, que no nivelamento da taxa de lucro participa não só o capital industrial, mas também o comercial, o total da mais-valia deve ser comparado com todo o capital adiantado (1 000 unidades). Por isto, a taxa média de lucro será de 10% ($^{100}/_{1000}$ x 100). Ao mesmo tempo, o total dos lucros (100 unidades) será

distribuído entre os industriais e comerciantes, proporcionalmente aos capitais invertidos (800 unidades e 200 unidades). O lucro médio dos industriais será então de 80 unidades (10% de 800 unidades) e o lucro médio dos comerciantes será de 20 unidades (10% de 200 unidades).

Consequentemente, vendendo a mercadoria aos capitalistas comerciantes, os capitalistas industriais não realizam todo o lucro criado na indústria, mas só uma parte deste, que constitui o lucro médio sobre o capital por eles invertido (no caso em foco, de 80 unidades). Os capitalistas comerciantes vendem a mercadoria pelo preço de produção, que inclui todo o lucro médio, isto é, tanto o lucro médio do industrial, como o do comerciante (80 unidades + 20 unidades = 100 unidades). Como consequência disto, os capitalistas comerciantes têm a possibilidade de realizar o lucro médio sobre o capital por eles invertido (20 unidades) as expensas da diferença entre o preço pelo qual compraram a mercadoria aos industriais e o preço pelo qual esta mercadoria é vendida nas empresas comerciais.

A verdadeira fonte do incremento do capital é ainda mais encoberta sob a forma do lucro comercial do que sob a forma do lucro industrial. O capital do comerciante não participa na produção. A fórmula do movimento do capital comercial é D—M—D'. Desaparece, aqui, o estádio produtivo do capital, rompem-se exteriormente, os vínculos com a produção. Cria-se a enganosa aparência de que o lucro surge, supostamente, do próprio comércio, através de um acréscimo no preço, mediante a venda das mercadorias acima do preço de produção. Na realidade, porém, como já ficou demonstrado, passa-se coisa diversa: o industrial, ao vender a mercadoria ao comerciante, faz um desconto no preço, cede-lhe parte da mais-valia criada na esfera da produção.

O capital comercial não apenas participa na realização da mais-valia criada na produção, mas ainda explora complementarmente os trabalhadores na sua condição de consumidores. Na ânsia por obter um lucro suplementar, os capitalistas comerciantes elevam os preços por todos os meios, enganam amplamente os consumidores adulterando pesos e

medidas e vendendo-lhes mercadorias de má qualidade e falsificadas.

Uma das fontes do lucro comercial é a exploração dos pequenos produtores de mercadorias pelo capital comercial. Os capitalistas comerciantes obrigam os camponeses e artesãos a vender-lhes por preços baixos o produto do seu trabalho e, ao mesmo tempo, a comprar-lhes implementes, instrumentos, matérias-primas e outros materiais a preços elevados. Nos Estados Unidos, entre 1946 e 1958, a parte dos intermediários comerciantes nos preços a varejo dos produtos agrícolas cresceu de 48 para 60%.

Tudo isto acarreta o pioramento da situação material dos trabalhadores e aguça ainda mais as contradições do capitalismo.

Gastos de Circulação

O processo de circulação capitalista das mercadorias exige determinados gastos. São gastos relacionados com serviços da esfera da circulação e representam os gastos de circulação.

Devem-se distinguir dois tipos de gastos capitalistas no domínio do comércio: em primeiro lugar, os gastos puros de circulação, diretamente ligados aos processos de compra-e-venda das mercadorias e as particularidades do regime capitalista; em segundo lugar, os gastos condicionados pelo prolongamento do processo de produção na esfera da circulação.

Os gastos puros constituem a parte predominante, e que cresce sem cessar, dos gastos de circulação do comércio capitalista. Entre os gastos puros de circulação incluem-se aqueles relacionados com a transformação das mercadorias em dinheiro e do dinheiro em mercadorias. Entram aqui as despesas provocadas pela concorrência e a especulação, as despesas com publicidade, a maior parte das despesas com o pagamento dos empregados no comércio, com a contabilidade e a correspondência, manutenção dos escritórios comerciais, etc..

Os gastos puros de circulação, como o indicou Marx, não acrescentam qualquer valor a mercadoria. Eles representam um desconto direto de toda a soma do valor produzido na sociedade e são cobertos pelos capitalistas por meio da massa total de mais-valia produzida pelo trabalho da classe operária. O aumento dos gastos puros de circulação é uma prova da acentuação do parasitismo no capitalismo,

Nos Estados Unidos, somente as despesas contabilizadas em publicidade constituíam, em 1934, 1,6 bilhões de dólares, em 1940, 2,1 bilhões e, em 1956, cerca de 10 bilhões de dólares.

Com o desenvolvimento do capitalismo e o aumento das dificuldades para a realização das mercadorias, cria-se um aparelho comercial desmedidamente inflado, com um grande número de elos. Antes de chegar ao consumidor, as mercadorias passam pelas mãos de todo um exército de comerciantes, especuladores, intermediários, comissionistas.

Entre os gastos relacionados com o prolongamento do processo de produção na esfera da circulação incluem-se as despesas com a conservação, acabamento, transporte e embalagem das mercadorias. Este tipo de gastos de circulação não difere, por sua natureza, dos gastos de produção. Assim, os gastos com o transporte são provocados pelos processos complementares da produção que se realizam na circulação. Sem o necessário deslocamento do produto, o seu valor de uso não pode ser realizado: cada produto só está pronto para o consumo quando se acha no lugar onde deve ser consumido. Os gastos com a conservação, o acabamento, o transporte e a embalagem das mercadorias elevam proporcionalmente o valor destas mercadorias. O trabalho invertido nestas operações transfere para a mercadoria o valor dos meios de produção consumidos e acrescenta um novo valor ao valor da mercadoria.

As operações de embalagem, transporte e conservação dos produtos são necessárias em qualquer sociedade e exigem determinados gastos. Entretanto, nas condições do capitalismo, a magnitude destes gastos depende não apenas das reais necessidades da sociedade, mas em grande medida são

determinadas pelas peculiaridades do sistema capitalista de economia — pela concorrência, pelas dificuldades de venda, pelas interrupções no processo de transformação da mercadoria em dinheiro. Na medida em que estes gastos ultrapassam os limites das necessidades reais da sociedade, assumem o caráter de gastos puros de circulação e transformam-se em gastos improdutivos, que representam uma dedução direta do valor produzido.

Assim, por exemplo, em qualquer sociedade são necessárias determinadas reservas de meios de produção e artigos de consumo. Sem tais reservas não pode ser assegurado o processo ininterrupto de reprodução. Entretanto, na medida em que as proporções das reservas de mercadorias no capitalismo cresce acima do normal, em consequência das contradições inerentes a este regime, também as despesas com a conservação das reservas de mercadorias transformam-se em gastos puros de circulação.

A anarquia da produção capitalista e as crises, a luta de concorrência e a especulação determinam a acumulação de reservas gigantescas de mercadorias, tornam mais longo e mais complexo o movimento destas, o que acarreta imensas despesas improdutivas. Na maioria dos casos, a publicidade capitalista visa, em maior ou menor grau, enganar o comprador e faz com que as mercadorias sejam apresentadas com uma embalagem supérflua e cara. Isto significa que uma parte cada vez maior das despesas em transporte, conservação e embalagem das mercadorias transforma-se em gastos puros de circulação, condicionado?, pela concorrência capitalista e a anarquia da produção. A elevação do nível dos gastos de circulação é um dos índices da acentuação do parasitismo na sociedade burguesa. Os gastos do comércio capitalista constituem uma pesada carga para os trabalhadores como compradores. Nos países capitalistas, os gastos de circulação elevam-se a aproximadamente um terço do total da circulação mercantil a varejo.

Formas do Comércio Capitalista. As Bolsas de Mercadorias

Com o desenvolvimento da produção e da circulação

capitalistas, desenvolvem-se também as formas do comércio — atacadista e a varejo. O comércio atacadista é aquele que se realiza entre empresas industriais e comerciais, e o comércio a varejo é a venda de mercadorias diretamente a população.

No comércio, tal como na indústria, operam-se a concentração e a centralização do capital. O aniquilamento dos pequenos e médios capitalistas pelos grandes capitalistas verifica-se tanto no comércio atacadista como no comércio a varejo. No comércio varejista a concentração dos capitais realiza-se principalmente sob a forma da criação de grandes magazines universais e especializados. Os magazines universais comerciam com todas as mercadorias possíveis, enquanto que os especializados comerciam somente com um tipo de mercadoria, por exemplo, com roupas, calçados, etc..

A produção de mercadorias iguais permite aos comerciantes realizar o comércio por atacado através de amostras. Grandes quantidades de uma mesma mercadoria (algodão, fios de linho, ferro e metais não ferrosos, borracha, cereais, açúcar, café, etc.) são vendidas e compradas de acordo com determinados tipos e amostras nas bolsas de mercadorias.

A bolsa de mercadorias é um tipo particular de mercado, onde se realiza o comércio de grandes quantidades de mercadorias de um determinado tipo e onde se concentram a oferta e a procura destas mercadorias em escala de países inteiros, e, não raro, abrangendo todo o mercado capitalista mundial.

As mercadorias que são objeto de transação nas bolsas entre os capitalistas não passam diretamente de uma mão a outra. Geralmente, os negócios são feitos a prazo: o vendedor obriga-se a entregar ao comprador determinada quantidade, de mercadoria num prazo estabelecido e por determinado preço. Por exemplo, na primavera são fechados negócios para fornecimento de algodão da safra futura, quando o algodão não foi ainda sequer semeado. Ao fechar os negócios na Bolsa, o vendedor joga com uma queda no preço da mercadoria durante o prazo estabelecido, ganhando ele com a diferença dos preços, ao passo que o comprador joga com a alta do

preço. Frequentemente, os vendedores na bolsa não têm absolutamente as mercadorias por eles vendidas, enquanto que os compradores não necessitam das mercadorias que compraram. Desse modo, as bolsas de mercadorias são centros de comércio especulativo. Os especuladores vendem e compram o direito de propriedade sobre mercadorias com as quais eles não têm qualquer relação. A especulação é inseparavelmente vinculada a todo o sistema do comércio capitalista, o que decorre do fato de que este comércio tem per objetivo não a satisfação das necessidades da sociedade, mas a extração de lucros. Com o comércio especulativo, os que lucram são principalmente os grandes capitalistas. Tal comércio leva a ruína uma parte considerável dos pequenos e médios empresários.

Nos países burgueses, é amplamente utilizado o sistema de vendas a população com pagamento a prazo. Por esse meio, as firmas comerciais tentam, ainda que parcialmente, diminuir as dificuldades para a realização das mercadorias, em face de uma restrita procura solvente das massas. Entretanto, tais possibilidades são limitadas, pois que com o desenvolvimento do comércio a crédito a população gasta somas cada vez mais elevadas de dinheiro no pagamento de mercadorias compradas anteriormente. Frequentemente, o comércio a crédito é utilizado pelos capitalistas para a realização das mercadorias a preços majorados e para a venda de artigos de qualidade inferior, estragados e inúteis. Não raro, o consumidor comum, não estando em condições de saldar sua dívida em tempo, vê-se obrigado a pagá-la com seus próprios bens.

O Comércio Exterior

Como já vimos, a passagem ao capitalismo esteve relacionada com a criação do mercado mundial. Lênin afirmou que o capitalismo é o resultado da

"circulação mercantil amplamente desenvolvida, que sai dos limites de um Estado. Por isto, não é possível conceber uma nação capitalista sem comércio exterior; tal nação não existe."(61)

No processo do desenvolvimento da circulação mercantil e ao ultrapassar esta última os limites dos mercados nacionais, amplia-se o comércio exterior capitalista. A ampliação do comércio mundial expressa, por si mesma, o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho em ligação com o crescimento das forças produtivas. Para os capitalistas, porém, o comércio exterior constitui um meio para elevar seus lucros. Na caça ao lucro, os capitalistas procuram novos e novos mercados para a venda de suas mercadorias e fontes de matérias-primas. A estreiteza do mercado interno, em consequência do empobrecimento das massas e da apropriação das fontes internas de matérias-primas pelos grandes capitalistas, faz com que aumente o seu empenho em dominar os mercados externos.

O comércio exterior só alcançou grande desenvolvimento na época do capitalismo. Durante cem anos, de 1800 a 1900, o giro do comércio mundial aumentou em mais de 12 $^{1}/_{2}$ vezes: passou de 1,5 bilhões de dólares a 18,9 bilhões de dólares. Nos três decênios seguintes, cresceu em mais de 3 $^{1}/_{2}$ vezes, atingindo 68,6 bilhões de dólares em 1929.

O comércio exterior é uma fonte de lucro suplementar para os capitalistas dos países burgueses mais desenvolvidos, uma vez que os artigos industriais são vendidos nos países atrasados por preços relativamente mais altos, enquanto as matérias-primas são compradas nesses países por preços mais baixos. O comércio exterior constitui um dos meios para a subjugação econômica dos países .atrasados pelos países burgueses desenvolvidos e para a ampliação das esferas de influência das potências capitalistas.

O comércio exterior compõe-se da exportação e da importação. A correlação entre a soma dos preços das mercadorias exportadas por um determinado país e a soma dos preços das mercadorias por ele importadas, durante um certo prazo, um ano, por exemplo, constitui a sua balança comercial. Se a exportação superar a importação, a balança comercial é ativa, e, se a importação superar a exportação, a balança comercial será passiva.

O país que apresenta uma balança comercial passiva deve cobrir o déficit recorrendo a fontes como as reservas de ouro, os ingressos auferidos com o transporte de mercadorias de outros países, os ingressos obtidos através de inversões de capitais em outros Estados e, por fim, mediante a obtenção de empréstimos no estrangeiro.

A balança comercial não revela todas as formas de relações econômicas entre os países. Uma representação mais completa dessas relações encontra-se no balanço de pagamentos. O balanço de pagamentos é a correlação entre a soma de todos os pagamentos recebidos por qualquer país dos outros países e a soma de todos os pagamentos que esse país efetua aos outros países.

O caráter dos vínculos econômicos entre os países determina também a política exterior dos Estados capitalistas. Na época do capitalismo pré-monopolista formaram-se dois tipos fundamentais de política comercial: a política de livre comércio (o livre-câmbio) e a política de proteção a indústria nacional (o protecionismo), principalmente mediante a introdução de elevadas tarifas alfandegárias para as mercadorias estrangeiras.

Notas de rodapé:

(60) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 305.

(61) V.I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, Obras, t. III, p. 43.

Capítulo XI — O Capital de Empréstimo e os Juros de Empréstimo. A Circulação Monetária

O Capital de Empréstimo

Da mesma forma que o capital mercantil se isola sob a forma de capital comercial, também o capital monetário se isola sob a forma de capital de empréstimo. Como já vimos, o capital de empréstimo surge em substituição ao capital usurário. Tal como o capital usurário surgiu nas condições das formações pré-capitalistas, o capital de empréstimo é fruto do modo de produção capitalista.

No processo de rotação do capital, nas mãos do capitalista industrial forma-se em determinados momentos um capital monetário livre, que não encontra aplicação em sua empresa. Por exemplo, quando o capitalista acumula o fundo de amortização destinado a reposição de partes do capital fixo que se desgastaram, acumulam-se em suas mãos somas de dinheiro temporariamente livre. Estas somas só serão gastas na aquisição de novos equipamentos e máquinas dentro de alguns anos. Se o industrial vende suas mercadorias mensalmente e compra matérias-primas cada seis meses, então ele, durante cinco meses, tem em mãos dinheiro livre. É este um capital inativo, isto é, um capital que não proporciona lucros.

Já em outras ocasiões, o capitalista tem necessidade de dinheiro, como, por exemplo, quando ele ainda não conseguiu vender suas mercadorias, acabadas, mas precisa de comprar matérias-primas. Ao mesmo tempo em que um capitalista dispõe de excedentes temporários de capital monetário, outro tem necessidade dele. Na caça ao lucro, o capitalista esforça-se por fazer com que cada partícula do seu capital lhe proporcione ingressos. O capitalista fornece o dinheiro livre em empréstimo, isto é, para utilização temporária por outros capitalistas.

O capital de empréstimo é o capital monetário que o seu

dono concede temporariamente a outro capitalista em troca de certa remuneração. Um traço característico do capital de empréstimo consiste em que ele é aplicado na produção não pelo capitalista ao qual pertence. Tendo a possibilidade de obter dinheiro emprestado, liberta-se o capitalista industrial da necessidade de reter grandes reservas monetárias em inatividade. O empréstimo de dinheiro dá ao industrial a possibilidade de ampliar a produção, aumentar o número de operários e, consequentemente, elevar a grandeza da mais-valia auferida.

Como remuneração ao capital monetário temporariamente posto a sua disposição, o industrial paga ao dono deste capital determinada quantia chamada juro. O juro é uma parte do lucro com que o capitalista industrial retribui ao capitalista emprestador, em troca da concessão do empréstimo. O capital de empréstimo é o capital que produz juros. A fonte do juro é a mais-valia.

O movimento do capital de empréstimo é inteiramente baseado no movimento do capital industrial. O capital dado em empréstimo é utilizado na produção com o objetivo de extrair mais-valia. Por isto, o capital de empréstimo, do mesmo modo que qualquer outro capital, em geral, exprime antes de tudo as relações de produção entre os capitalistas e os operários por eles explorados. Ao mesmo tempo e de uma maneira imediata, o capital de empréstimo exprime as relações entre dois grupos de capitalistas: de um lado, os capitalistas monetários e, de outro, os capitalistas em função, isto é, os industriais e comerciantes.

A fórmula do movimento do capital de empréstimo é D—D'. Aqui, desaparece não apenas o estádio do capital produtivo, mas também o estádio do capital mercantil. Cria-se a aparência de que a origem do ingresso é o dinheiro, em si mesmo, e não a mais-valia produzida através da exploração dos operários na esfera da produção. O fato de que o capital de empréstimo proporcione ingressos, sob a forma de juros, apresenta-se como se isto fosse uma propriedade do dinheiro tão natural como a da árvore que dá frutos. Aqui, atinge seu grau máximo o

fetichismo que caracteriza as relações capitalistas.

O proprietário do capital monetário coloca temporariamente seu capital a disposição do capitalista industrial, que o utiliza na produção com o objetivo de apropriar-se da mais-valia. Desse modo, opera-se uma separação entre a propriedade do capital e o emprego do capital na produção, uma separação entre o capital como propriedade e o capital como função.

O Juro e a Renda do Empresário. A Taxa de Juro e a Tendência à sua Baixa

O industrial ou o comerciante dá ao capitalista monetário uma parte do seu lucro sob a forma de juro. Desse modo, o lucro médio é dividido em duas partes. Aquela parte do lucro médio que permanece com os capitalistas industriais e comerciais chama-se renda do empresário.

Se a forma de juro cria a enganosa aparência de que o juro seria um fruto natural do capital-propriedade, a forma de renda do empresário dá origem a ilusão de que, supostamente, esta renda representaria o pagamento do "trabalho" do capitalista em função, por dirigir e fiscalizar em sua empresa o trabalho dos operários assalariados. De fato, porém, a renda do empresário, como o juro, não tem qualquer relação com o trabalho de direção da produção; representa, sim, uma parte da mais-valia gratuitamente apropriada pelos capitalistas.

A proporção segundo a qual o lucro médio é partilhado entre a renda do empresário e o juro depende da correlação entre a oferta e a procura do capital de empréstimo, da situação do mercado de capitais monetários. Quanto mais alta a procura de capital monetário, tanto mais alta, também, mantidas as demais condições, a taxa de juros. Denomina-se taxa de juros a relação existente entre o total dos juros e o capital monetário emprestado. Em condições normais, o limite superior da taxa de juros é a taxa media de lucro, uma vez que o juro é uma parte do lucro. Como regra, a taxa de juros é consideravelmente mais baixa do que a taxa média de lucro.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a taxa de juros revela uma tendência a baixa. Esta tendência decorre de duas causas: em primeiro lugar, a ação da lei da tendência a baixa da taxa média de lucro, uma vez que a taxa média de lucro constitui o limite superior da variação da taxa de juros; em segundo lugar, com o desenvolvimento do capitalismo, a massa total de capital de empréstimo aumenta mais rapidamente do que a procura desse capital. No seio da burguesia, aumenta o grupo dos rentistas, isto é, dos capitalistas proprietários de capital monetário e que não exercem atividades empresariais. Também aí manifesta-se a acentuação do parasitismo na sociedade burguesa. O aumento do capital de empréstimo facilita a centralização dos recursos monetários livres nos bancos e nas caixas econômicas.

No mercado monetário dos Estados Unidos, o juro para empréstimos a curto prazo era, em 1866/1880, de 3,6% (taxa mínima), a 17% (taxa máxima), em 1881/1900, respectivamente, de 2,63 a 9,75%, em 1901/1920, de 2,98 a 8%, em 1921/1935, de 0,75 a 7,81%, em 1945/1958, de 0,75 a 3,81%.

As Formas de Crédito. Os Bancos e suas Operações

O Crédito capitalista é a forma de movimento do capital de empréstimo. Por intermédio do crédito, o capital monetário temporariamente livre transforma-se em capital de empréstimo. No capitalismo são duas as formas de crédito existentes: comercial e bancário.

Chama-se crédito comercial aquele que é concedido reciprocamente pelos capitalistas em função — pelos industriais e comerciantes —, ao serem realizadas as mercadorias. O industrial, visando a apressar a rotação do seu capital que se encontra sob a forma mercantil, entrega a mercadoria a crédito a outro industrial ou ao comerciante atacadista, o qual, por sua vez, vende a mercadoria a crédito ao comerciante varejista. O crédito comercial é utilizado pelos capitalistas na compra-e-venda de matérias-primas, combustível, equipamentos, máquinas e também de objetos de consumo. O crédito comercial é geralmente concedido a curto prazo: é dado num prazo não superior a alguns meses. O instrumento do crédito

comercial é a letra de câmbio. A letra de câmbio é uma obrigação de dívida, pelo qual o devedor se obriga a pagar ao seu possuidor uma determinada quantia em dinheiro no prazo indicado. A letra de câmbio comercial é uma letra de câmbio segundo a qual os capitalistas pagam uns aos outros determinadas quantias em dinheiro pelas mercadorias compradas a crédito. O crédito comercial, portanto, está ligado as transações comerciais. Devido a isto, ele constitui a base do sistema de crédito capitalista.

Chama-se crédito bancário o que é concedido pelos capitalistas monetários (banqueiros) aos capitalistas em função. Diferentemente do crédito comercial, o crédito bancário não é concedido as expensas do capital aplicado na produção ou na circulação, e sim as expensas do capital monetário inativo e temporariamente livre, que busca aplicação. O crédito bancário é concedido pelos bancos. O banco é uma empresa capitalista que negocia com capitais monetários e atua como intermediário entre os credores e os que tomam empréstimos. O banco, de um lado, recolhe os capitais e ingressos livres e inativos e, de outro lado, coloca o capital monetário a disposição dos capitalistas em função — industriais e comerciantes. Os bancos levam a efeito a centralização do capital monetário livre e a sua aplicação nas esferas da produção e da circulação.

A esmagadora maioria dos capitais que se acham a disposição dos bancos c de propriedade alheia e está sujeita a devolução. Mas, em cada momento determinado, só uma parte insignificante dos depositantes reclama a devolução dos seus depósitos. Na maioria dos casos, as quantias retiradas são compensadas e cobertas pela entrada de novos depósitos. Mas, a situação se modifica radicalmente quando se produzem certas comoções — crises ou guerras. Nesse caso, os depositantes exigem a um só tempo a devolução dos depósitos. Nas condições habituais, o banco só pode conservar em sua caixa quantias relativamente pequenas para o pagamento daqueles que reclamam a devolução dos seus depósitos, enquanto que a grande maioria dos depósitos é distribuída pelo banco mediante empréstimos.

As operações bancárias dividem-se em passivas e ativas.

Denominam-se passivas aquelas operações por meios das quais o banco incorpora recursos a sua caixa. Destas operações, a principal é a aceitação de depósitos. Os depósitos são feitos em diferentes condições: uns a prazo fixo e outros sem indicação de prazo. Neste último caso, o banco é obrigado a pagar a qualquer momento em que seja solicitado, enquanto nos depósitos a prazo fixo a restituição do depósito só se dá após o transcurso do prazo convencionado. Dessa maneira, os depósitos a prazo são mais vantajosos para o banco.

Denominam-se ativas aquelas operações mediante as quais o banco distribui e utiliza os recursos postos a sua disposição. Aqui está incluída principalmente a concessão de empréstimos em dinheiro. Uma destas operações é o desconto de letras de câmbio. Tendo vendido sua mercadoria a crédito, o industrial transfere ao banco a letra de câmbio recebida do comprador. O banco, então, sem esperar que expire o prazo de vencimento da letra, paga imediatamente ao industrial um valor correspondente. Desse modo, o banco credita o industrial e por isso recebe determinado juro sobre o valor da letra. Uma vez que o banco se tornou agora o detentor da letra de câmbio, a ele também se transfere o direito de cobrá-la. Transcorrido o prazo indicado na letra, o devedor terá que pagá-la já não ao industrial, mas ao banco. Através desta operação, o crédito comercial entrelaça-se com o bancário. Outra operação ativa realizada pelos bancos consiste na concessão de empréstimos sob diferentes tipos de garantias: sob hipoteca de mercadorias, documentos mercantis, letras de câmbio, títulos, propriedade imóvel. O banco também efetua empréstimos sob a forma de financiamentos próprios. Finalmente, o banco realiza investimentos diretos de capital nestas ou naquelas empresas.

Portanto, o banqueiro é um comerciante de capital monetário. A fonte de lucro do banco é a mais-valia criada na produção. O lucro do banco, como intermediário no crédito, forma-se da diferença entre o juro recebido pelo banco e o juro que ele paga. Nas operações passivas, o banco paga juros e, nas ativas, ele os recebe. O banco recebe dinheiro em depósito,

pagando um juro mais baixo, e o empresta, cobrando um juro mais alto. Com essa diferença, o banco cobre as despesas realizadas com a execução de suas operações; estas operações são gastos puros de circulação. O que sobrar disto, constituirá lucro do banco. O mecanismo da concorrência capitalista encarrega-se de nivelar espontaneamente este lucro com a taxa média de lucro sobre o próprio capital do banco. O trabalho dos funcionários assalariados do banco, da mesma forma que o trabalho dos empregados assalariados do comércio, que realizam as mercadorias, não cria valor nem mais-valia, mas é ele que torna possível ao banqueiro apropriar-se de parte da mais-valia criada na produção. Dessa maneira, os bancários estão submetidos a exploração por parte dos donos dos bancos.

Os bancos desempenham a função de centros de pagamentos. Cada empresa que faz um depósito ou toma um empréstimo, tem uma conta corrente no banco. O dinheiro, depositado em conta corrente, é entregue pelo banco mediante uma determinada exigência, que se chama cheque O cheque constitui uma ordem ao banco, emitida pelo depositante, para que pague determinada soma em dinheiro de sua conta corrente. O banco funciona, portanto, como caixa de um grande número de empresas. Esta circunstância cria a possibilidade de uma larga difusão dos pagamentos compensados. O capitalista A, tendo vendido sua mercadoria ao capitalista B, recebe deste um cheque contra o banco, onde ambos possuem conta corrente. O banco efetua a operação, debitando o valor do cheque na conta corrente do capitalista B e creditando-o na do capitalista A. Quando tais operações são multilaterais, há uma compensação recíproca das dívidas e obrigações por meio de cheques, com amortização total ou parcial, e assim O ajuste de contas de elevadas somas é feito sem que haja participação de dinheiro em espécie.

Suponhamos que o capitalista A compre mercadorias ao capitalista B e pague a este último com um cheque de 100 000 dólares. Ao mesmo tempo, o capitalista B, tendo comprado ao capitalista C mercadorias do mesmo valor, emite em favor deste um cheque de 100 000 dólares, enquanto o capitalista C, por sua vez, entrega ao capitalista A um cheque de

100 000 dólares como pagamento de mercadorias que comprou a este último. Os três cheques, chegados ao banco, compensam-se mutuamente e se amortizam um ao outro. Em consequência, o pagamento da soma global de 300 000 dólares terá sido efetuado sem a presença de dinheiro em espécie.

As empresas costumam ter contas correntes em diferentes bancos, entre os quais processa-se constantemente um movimento recíproco de cheques. Nos grandes centros, os bancos criam câmaras de compensação, onde são compensados reciprocamente, em escala considerável, os cheques procedentes de muitos bancos. Tal organização de pagamentos compensados, baseada na mútua compensação de exigências e obrigações, é denominada clearing. Está muito difundida a amortização recíproca das dívidas por meio de letras de câmbio. A circulação de cheques e de letras de câmbio reduz a necessidade de dinheiro em espécie.

Existem no capitalismo três tipos principais de bancos: comerciais, hipotecários e de emissão. Os bancos comerciais abrem crédito aos industriais e comerciantes geralmente através da concessão de empréstimos a curto prazo. Nestas operações, o desconto de letras desempenha um importante papel. Tais créditos são prestados sobretudo por conta dos depósitos.

Os bancos hipotecários concedem empréstimos a longo prazo com a garantia de bens imóveis (terras, casas e instalações). O aparecimento e a atividade dos bancos hipotecários estão estreitamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a exploração dos camponeses pelos banqueiros. Semelhantes a este tipo de banco são os bancos agrícolas, que efetuam empréstimos a longo prazo para fins de produção.

Os bancos de emissão têm o direito de emitir dinheiro fiduciário — ou notas de banco. Papel particular é desempenhado pelos bancos centrais de emissão. É nesses bancos que se concentram os depósitos de ouro do país. Possuem o monopólio da emissão de notas de banco.

Geralmente, os bancos centrais não realizam operações com industriais e comerciantes isoladamente, mas dão empréstimos aos bancos comerciais que, por sua vez, mantêm transação com os empresários. Dessa forma, os bancos centrais de emissão são os bancos dos bancos.

Concentrando as operações de crédito e de pagamento, os bancos contribuem para acelerar a rotação dos capitais e para reduzir a quantidade de dinheiro em espécie e os gastos com a circulação monetária. Ao mesmo tempo, a atividade dos bancos contribui para a centralização do capital, o aniquilamento dos pequenos e médios capitalistas, a intensificação da exploração dos operários e a espoliação dos artesãos. Os empréstimos hipotecários arruínam os camponeses devido ao fato de que os juros de tais empréstimos, absorvendo grande parte dos seus ingressos, conduzem suas economias a falência. A amortização da dívida não raro é feita mediante a venda dos bens e das terras dos camponeses, que caem sob o jugo dos bancos.

Concentrando todos os capitais monetários da sociedade, atuando como intermediários no crédito, os bancos constituem um aparelho específico de distribuição espontânea dos recursos entre os ramos da economia. Esta distribuição não é feita segundo as reais exigências de toda a sociedade, mas de acordo com os interesses dos capitalistas. O crédito propicia a ampliação da produção, mas esta ampliação choca-se cada vez mais com os estreitos limites da procura solvente. O crédito e os bancos intensificam o desenvolvimento da socialização da produção, mas o caráter social da produção entra mais e mais em agudo conflito com a forma capitalista privada de apropriação. Dessa forma, o desenvolvimento do crédito aguça as contradições do modo de produção capitalista e acentua seu caráter anárquico.

Sociedades por Ações. Capital Fictício

Com o crescimento da produção capitalista e o desenvolvimento do crédito, alcançaram ampla difusão as sociedades por ações, que são empresas pertencentes não a capitalistas isolados, mas a um grupo de capitalistas. A sociedade

por ações é uma empresa cujo capital é formado pelas contribuições dos seus participantes (acionistas), que são proprietários de determinado número de ações, equivalente a soma de dinheiro invertida por cada um deles. A ação é um título que dá direito ao recebimento de parte da renda da empresa, de acordo com a quantia nela indicada.

As sociedades por ações surgiram ainda no começo do século XVII, mas só se tornaram amplamente difundidas a partir da segunda metade do século XIX, notadamente na indústria, nas ferrovias e nas atividades bancárias. Nos países capitalistas, hoje em dia, as sociedades por ações dominam a parte esmagadora da produção industrial. Nos Estados Unidos, o peso específico das sociedades por ações (corporations) na produção da indústria de transformação constituía 73,7%, em 1904, 87,7%, em 1919, e 92,6%, em 1939.

O desenvolvimento da grande produção capitalista entra em choque com as proporções limitadas dos capitais individuais. A formação de sociedades por ações, que agrupam capitais individuais, é uma das principais vias da centralização do capital, acelerando consideravelmente os processos de concentração da produção, da construção de grandes empresas, de ferrovias, de canais, etc.. Marx escreveu:

"O mundo estaria ainda sem ferrovias se tivesse necessitado de esperar que alguns capitais particulares crescessem o bastante para poder construir uma ferrovia. A centralização, ao contrário, por meio das sociedades por ações, construiu-as como que a um simples aceno de mão."[62]

Ao realizar a centralização do capital, as sociedades por ações servem de forma por meio da qual o grande capital submete e utiliza em seu próprio proveito os recursos dos pequenos e médios capitalistas.

Formalmente, o órgão supremo de uma sociedade por ações é a assembleia geral dos acionistas, a qual elege a diretoria, nomeia as pessoas para os cargos, examina e aprova as contas da empresa e resolve as questões mais importantes da atividade da sociedade por ações. Entretanto, o número de

votos na assembleia geral é fixado de acordo com o número de ações, que dão direito de voto aos seus possuidores. Ao mesmo tempo, a maior parte das ações concentra-se em mãos dos grandes capitalistas. O número de ações pertencentes aos trabalhadores (da pequena burguesia ou da parte melhor remunerada dos operários) é insignificante. De fato, a sociedade por ações encontra-se inteiramente em mãos de um reduzido número de grandes acionistas. Uma vez que os pequenos e médios acionistas estão privados da possibilidade de exercer qualquer influência na marcha das coisas, o que se verifica na prática é que os grandes capitalistas não precisam ter senão menos de metade e frequentemente apenas um terço das ações para controlar a sociedade por ações. A quantidade de ações que dá aos seus possuidores a possibilidade de exercer a plena administração da sociedade denomina-se lote de controle das ações.

Tudo isto refuta as fantasias dos apologistas do capitalismo, segundo as quais as sociedades por ações trariam consigo, supostamente, a "democratização do capital", a difusão das ações entre as massas populares e a transformação dos trabalhadores em capitalistas. Na realidade, o que se sucede é que com o desenvolvimento das sociedades por ações aumenta a dominação dos magnatas do capital.

Nos Estados Unidos, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, nas 200 maiores sociedades por ações, 1% dos acionistas possuía 60% das ações. Em 1948, também nos Estados Unidos, apenas 5% da população adulta possuía ações e 97% das famílias operárias não tinham absolutamente ações ou quaisquer outros tipos de títulos.

O ingresso proporcionado pela ação ao seu possuidor denomina-se dividendo. As ações são compradas e vendidas por preço determinado, que se chama cotação das ações.

O capitalista, que compra ações, poderia depositar seu capital no banco e receber, digamos, 5% de juros. Entretanto, como tal ingresso não lhe satisfaz, ele prefere comprar ações, ainda que isto esteja ligado a um certo risco, mas, em compensação, lhe promete uma renda mais alta. Suponhamos

que o capital em ações seja igual a 10 milhões de dólares, dividido em 20 mil ações, cada qual ao preço de 500 dólares e que a empresa tenha dado um lucro de 1 milhão de dólares. A sociedade por ações resolve destinar 250 mil dólares, do milhão de lucro, ao aumento das reservas do capital e distribuir os 750 mil dólares restantes como dividendo entre os acionistas. Em tal caso, cada ação proporciona ao seu proprietário uma renda, sob a forma de dividendo, de 37,5 dólares (750 mil dólares divididos por 20 mil ações), o que corresponde a 7,5% sobre o valor da ação.

Os acionistas procuram vender suas ações por um preço tal, que se fosse depositado no banco o dinheiro resultante da venda, lhe proporcionasse sob a forma de juro a mesma quantia que ele receberia sob a forma de dividendo.

Se uma ação de 500 dólares proporciona um dividendo de 37,5 dólares, então os acionistas procurarão vendê-la por 750 dólares, de vez que, depositando essa quantia no banco, que paga aos depositantes um juro de 5%, seu possuidor receberá 37,5 dólares, sob a forma de juro. Por outro lado, os compradores de ações, levando em conta o risco da inversão de capital na sociedade por ações, procuram comprar as ações o mais barato possível. A cotação das ações depende da magnitude do dividendo e do nível da taxa de juros. A cotação das ações eleva-se quando aumentam os dividendos, ou quando cai a taxa de juros; inversamente, essa cotação diminui quando se reduzem os dividendos ou quando a taxa de juros sobe.

A diferença entre a soma dos preços das ações, emitidas na fundação de uma empresa por ações, e a grandeza do capital efetivamente aplicado nesta empresa constitui o lucro de fundação. Se o capital anteriormente investido na empresa era igual a 10 milhões de dólares e ,a soma dos preços das ações emitidas igual a 15 milhões de dólares, nesse caso o lucro de fundação será de 5 milhões de dólares. O lucro de fundação constitui um dos meios mais importantes de enriquecimento dos grandes capitalistas.

Em consequência da transformação de uma empresa individual em sociedade por ações, há como que um

desdobramento do capital, que passa a ter uma dupla existência. O capital efetivamente invertido na empresa, num total de 10 milhões de dólares, existe sob a forma de instalações fabris, depósitos, máquinas, matérias-primas, produtos acabados e, por fim, sob a forma de certa soma em dinheiro mantido na caixa da empresa ou numa conta corrente bancária. Ao lado, porém, deste capital real, com a organização da sociedade por ações surgem títulos de valor — ações no montante (como no exemplo precedente) de 15 milhões de dólares. Cria-se desse modo a aparência do apareci* mento de um novo capital real. Mas, na realidade, as ações são apenas um reflexo do capital efetivo da empresa. Ao mesmo tempo, as ações já têm uma existência independente da empresa: são compradas e vendidas, os bancos fornecem empréstimos garantidos por elas, etc..

Chama-se capital fictício aquele existente sob a forma de títulos de valor que proporcionam ingressos aos seus proprietários. O capital fictício compreende as ações e as obrigações. A obrigação é um título de dívida, emitido por um banco, uma empresa ou pelo Estado e que dá ao seu proprietário um rendimento anual fixo. Os juros das obrigações dos empréstimos, do Estado, por exemplo, proporcionam aos proprietários dessas obrigações um ingresso fixo. As obrigações podem ser vendidas depois de transcorrido determinado prazo.

Diferentemente do capital efetivo, os títulos de valor, que constituem o capital fictício, não constituem valor em si mesmos; neles somente se reflete indiretamente o movimento do capital efetivo. O capital fictício pode aumentar ou reduzir-se sem que lenha havido a modificação correspondente no capital efetivo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o capital fictício cresce muito mais depressa do que o capital efetivo. Isto se explica pela tendência a redução da taxa de juros, o que acarreta a elevação das cotações dos títulos de valor e, consequentemente, o aumento da magnitude do capital fictício; explica-se, ainda, pela rápida propagação das sociedades anônimas e o aumento da quantidade de ações emitidas e também pelo acentuado crescimento do montante das

obrigações dos empréstimos estatais.

Os dados seguintes testemunham a considerável inflação do capital fictício: a emissão de títulos de valor em todo o mundo capitalista era (em francos-ouro de antes da guerra) no período de 1881/1890, de 64,5 bilhões, em 1891/1900, de 100,4 bilhões, em 1901/1910, de 197,8 bilhões, e, em 1921/1930, de cerca de 600 bilhões.

Os títulos de valor (ações, obrigações, etc.), são comprados e vendidos nas bolsas de valores. A bolsa de valores é um mercado de títulos de valor. Na bolsa, são registradas as cotações pelas quais são comprados e vendidos os títulos de valor em cada momento dado; de acordo com estas cotações também são realizadas transações fora das bolsas com títulos de valores, como por exemplo nos bancos, que desempenham importante papel na emissão de ações e obrigações, e no comércio de títulos. Nas bolsas de valores, os títulos são objeto de especulação, em relação com as oscilações de suas cotações, por sua vez decorrentes das variações da oferta e da procura dos títulos de valores. Sobre a oferta e a procura dos títulos influem não apenas as oscilações conjunturais de mercado, como também os acontecimentos políticos. Assim, o agravamento da tensão internacional provoca a elevação da cotação das ações de empresas produtoras de armamentos. E, inversamente, a diminuição da tensão traz consigo urna baixa na cotação das ações de tais empresas. Frequentemente, os que controlam as bolsas põem em circulação falsos rumores, com o fim de influir no sentido por eles desejado sobre a cotação das ações.

Nas especulações bolsistas, ocupam importante lugar as transações a prazo, o jogo na alta ou na baixa da cotação das ações dessas ou daquelas empresas.

Quem mais sofre com as especulações na bolsa são os pequenos possuidores de ações e outros títulos de valor, enquanto que os grandes capitalistas acumulam maiores fortunas. Devido a isto, as especulações na bolsa fazem uma redistribuição dos capitais entre os diferentes capitalistas. Uma vez que os grandes capitalistas e magnatas têm todas as

vantagens no jogo especulativo, a especulação contribui para a centralização do capital, para o maior enriquecimento da cúpula capitalista e a ruína dos pequenos e médios proprietários.

A difusão do crédito e, em particular, das sociedades por ações transforma, cada vez mais, os capitalistas em recebedores de juros e dividendos, ao mesmo tempo em que a direção da produção é transferida para pessoas assalariadas — gerentes e diretores. Dessa maneira, acentua-se mais e mais o caráter parasitário da propriedade capitalista.

A Circulação Monetária nos Países Capitalistas

Mesmo antes de haver surgido o capitalismo, apareceram sistemas monetários metalistas, nos quais o metal atua na condição de mercadoria-dinheiro. Os sistemas monetários metalistas dividem-se em bimetalistas, quando dois metais — a prata e o ouro — servem simultaneamente de equivalente universal e de padrão, e monometalista, quando esta função é desempenhada por apenas um dos dois metais mencionados. Nos primeiros estádios da desenvolvimento do capitalismo (séculos XVI/XVII), os sistemas monetários de muitos países eram bimetalistas. Em fins do século XIX, quase todos os países capitalistas adotaram o sistema monometalista, a base do padrão ouro para a circulação monetária.

Os traços fundamentais do sistema monometalista de padrão ouro são os seguintes: a livre cunhagem de moedas de ouro, a livre troca de outros signos monetários por moedas de ouro e a livre circulação do ouro entre os países. A livre cunhagem de moedas de ouro significa o direito de pessoas privadas de trocar, na casa da moeda, o ouro que possuam por moeda de ouro. Ao mesmo tempo, os donos das moedas podem transformá-las em lingotes de ouro. Estabelece-se, dessa forma, uma relação direta e íntima entre o ouro como mercadoria e as moedas de ouro. Sob este sistema, a quantidade de dinheiro em circulação ajusta-se espontaneamente as necessidades de circulação das mercadorias. Se algum dinheiro torna-se excedente, parte dele sai da esfera da circulação e é entesourado. Se, ao contrário,

houver escassez de dinheiro, há uma transferência para a esfera da circulação: o dinheiro entesourado transforma-se em meio de circulação e meio de pagamento. Para atender as pequenas trocas no sistema monometalista, baseado no padrão ouro, são postas em circulação moedas inferiores, cunhadas em metal mais barato: prata, cobre, etc..

Como instrumento internacional dos cálculos das operações comerciais e financeiras, é utilizado o dinheiro universal, isto é, o ouro e seus representantes sob a forma de divisas dos diferentes Estados, notadamente aquelas divisas mais difundidas como meio de pagamento. A troca de divisas de um país pelas divisas de outro país é feita de acordo com a cotação das divisas. Denomina-se cotação das divisas o preço da unidade monetária de um país expresso em unidades monetárias de outros países.

Assim, por exemplo, em 1929 uma libra esterlina inglesa continha 113 gramas de ouro, ao passo que o dólar americano continha 23,22 gramas, isto é, a libra esterlina continha aproximadamente 4,87 vezes mais ouro do que o dólar. De acordo com esta relação entre a libra esterlina e o dólar era também estabelecida a cotação da divisa: então, uma libra esterlina era igual (com certas oscilações) a 4,87 dólares. Em 1948, uma libra esterlina era trocada por 4,03 dólares e em 1958 por 2,8 dólares.

Os cálculos para as operações de comércio exterior também podem ser feitos sem necessidade de recorrer-se ao ouro ou as divisas estrangeiras. Isto se consegue mediante o recurso as letras de câmbio, aos cheques e ao amplo emprego do sistema de clearing, em que são mutuamente compensadas as obrigações de pagamento.

Com a ampliação das relações de crédito e o desenvolvimento da função do dinheiro como meio de pagamento, apareceu e difundiu-se consideravelmente a moeda fiduciária, As letras de câmbio, notas de banco e cheques passaram a funcionar principalmente na qualidade de meios de pagamento. Se bem que as letras de câmbio não sejam dinheiro, podem, porém, servir de meio de pagamento mediante sua

transferência de um capitalista para outro.

Os bancos emitem seus próprios títulos de dívida, que constituem moeda fiduciária e desempenham a função de meio de circulação e meio de pagamento. O principal tipo de moeda fiduciária são as notas de banco, ou bilhetes de banco, emitidos pelos bancos em troca de letras de câmbio por eles recebidas.

"O bilhete de banco não é senão uma letra de câmbio contra o banqueiro, pagável ao portador em qualquer tempo e que substitui para o banqueiro as letras de câmbio privadas."(63)

Isto significa que, no final das contas, é a troca de mercadorias a base dos bilhetes de banco. A princípio, as notas de banco eram emitidas por diferentes bancos e por banqueiros isolados, mas com o correr do tempo sua emissão concentrou-se nos bancos de emissão.

A emissão de bilhetes de banco possibilita fornecer a crescente circulação mercantil os meios de circulação e pagamento, sem que seja necessário aumentar a quantidade de dinheiro metálico. No sistema de circulação monetária, que tem como padrão o ouro, os bilhetes de banco podem ser trocados em qualquer tempo por ouro ou por outro dinheiro metálico. Em tais condições, os bilhetes de banco circulam em paridade com as moedas de ouro e não podem depreciar-se, uma vez que, além da garantia creditícia, também têm a garantia metálica. Com o desenvolvimento do capitalismo, com o aumento da circulação mercantil e do crédito, verifica-se uma diminuição relativa da quantidade de ouro em circulação. O ouro é cada vez mais acumulado nos bancos centrais de emissão, sob a forma de fundos de reserva. Uma série de países capitalistas empreenderam a política de criação de depósitos de ouro a fim de fortalecer suas posições no comércio exterior, para apoderar-se de novos mercados e para preparar e travar guerras. O ouro em circulação passou a ser substituído por bilhetes de banco e depois também por papel-moeda. Se a princípio os bilhetes de banco eram geralmente permutáveis por ouro, posteriormente começaram a ser emitidos bilhetes não permutáveis. Além disso, os bilhetes de banco iam perdendo sua base mercantil: eram emitidos para

cobertura de déficits orçamentários e de gastos militares dos Estados burgueses. Tal coisa significava, de fato, a transformação dos bilhetes de banco em papel-moeda.

Como já vimos, o papel-moeda surgiu tendo como ponto de partida a função do dinheiro como meio de circulação. O papel-moeda emitido pelo Estado não é permutável por ouro e representa o dinheiro metálico de pleno valor em sua função de meio de circulação.

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), a maioria dos países capitalistas passou a adotar o sistema de circulação de papel-moeda. Atualmente, nenhum país mantém em circulação dinheiro em moedas de ouro. Nos grandes países burgueses contemporâneos a massa de dinheiro em circulação cresceu várias vezes mais do que o aumento operado na produção e na circulação mercantil. As classes governantes dos Estados capitalistas utilizam-se da emissão de bilhetes de banco não permutáveis, de papel-moeda e de divisas desvalorizadas, como meios de exploração suplementar e espoliação dos trabalhadores.

Isto se manifesta de modo particularmente claro na inflação. Caracteriza-se a inflação pela presença, nos canais da circulação, de uma massa excedente de papel-moeda depreciado pela elevação dos preços das mercadorias, pela queda do salário real dos operários e empregados e pela acentuação da ruína dos camponeses. Com a inflação, lucram os capitalistas e latifundiários em consequência da queda do salário real dos operários industriais e agrícolas. Os Estados burgueses valem-se da inflação como meio para fazer a guerra econômica contra outros países e pela posse de novos mercados. Não raro, a inflação proporciona lucros complementares aos exportadores, que compram mercadorias em seus países com dinheiro depreciado e de baixa cotação e vendem as mesmas mercadorias no estrangeiro, recebendo divisas fortes. Ao mesmo tempo, a inflação provoca a desorganização na vida econômica e a indignação das massas. Isto obriga os Estados burgueses a introduzir reformas a fim de fortalecer o sistema monetário e estabilizar a moeda.

O tipo mais difundido de reforma monetária é a desvalorização. A desvalorização é a baixa oficial da cotação do papel-moeda em relação a unidade monetária metálica, seguida da troca do velho papel-moeda desvalorizado por uma quantidade menor do novo dinheiro. Assim, na Alemanha, em 1924, o antigo dinheiro depreciado foi trocado por um novo dinheiro, expresso em marco-ouro, de acordo com a seguinte cotação: um trilhão de marcos por um marco.

Numa série de casos, a desvalorização não é acompanhada pela troca do antigo dinheiro por um novo dinheiro.

As reformas monetárias nos países capitalistas são realizadas em prejuízo dos trabalhadores, mediante o aumento dos impostos e a redução do salário real.

Notas de rodapé:

(62) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, pp. 633/634. (retornar ao texto)

(63) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, pp. 417. (retornar ao texto)

Capítulo XII — Renda da Terra. Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura

O Regime Capitalista na Agricultura e a Propriedade Privada da Terra

Nos países burgueses, o domínio do capitalismo verifica-se não somente na indústria, como também na agricultura. A maior parte da terra acha-se concentrada em mãos da classe dos grandes proprietários de terra. A grande massa da produção mercantil agropecuária origina-se de empresas capitalistas, que empregam trabalho assalariado. Entretanto, nos países burgueses, a forma que predomina numericamente na agricultura continua sendo a pequena economia mercantil camponesa.

São dois os caminhos mais típicos de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

O primeiro caminho consiste em que a antiga economia latifundiária é conservada no fundamental e, mediante a introdução de reformas, vai-se transformando paulatinamente em economia capitalista. Ao passar as formas capitalistas de economia, o latifundiário, ao lado da utilização do trabalho assalariado livre, também recorre aos métodos feudais de exploração. Subsistem na agricultura as formas servis de sujeição dos camponeses aos latifundiários, como os pagamentos em trabalho, a parceria, etc.. Esse caminho de evolução do capitalismo na agricultura c característico da Alemanha, da Rússia de antes da revolução, da Itália, do Japão e de uma série de outros países.

O segundo caminho consiste em que a antiga economia latifundiária é destruída pela revolução burguesa e a agricultura se liberta das travas feudais, operando-se, em consequência disto, um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas. Assim, na França, a revolução burguesa de 1789/1794 acabou com a propriedade feudal da terra. As terras confiscadas a

nobreza e ao clero foram distribuídas. Tornou-se dominante no país a pequena economia camponesa, mas uma parte considerável das terras caiu em mãos da burguesia. Nos Estados Unidos da América, como resultado da guerra civil de 1861/1865, foi assestado um golpe demolidor sobre os latifúndios escravistas dos Estados do sul, que passaram a ser divididos e arrendados. Nos Estados do oeste, havia grandes extensões de terras devolutas, que foram distribuídas a preços baixos. Como consequência, a agricultura passou a desenvolver-se rapidamente, sob a forma de granjas capitalistas. Os novos pequenos proprietários arruinavam-se, passando a terra para as mãos das sociedades anônimas e dos bancos. A grande propriedade rural renasceu sobre uma nova base, uma base capitalista. Ao mesmo tempo, se bem que a escravidão houvesse sido oficialmente suprimida nos Estados Unidos, conservaram-se, de fato, sobrevivências escravistas, particularmente nos Estados do sul dos Estados Unidos. Os negros foram libertados da escravidão sem que lhes fossem distribuídas terras, motivo por que eram obrigados a arrendar parcelas de terra dos grandes proprietários. A parceria alcançou ampla difusão.

Como fruto da transformação das formas pré-capitalistas da agricultura, a grande propriedade feudal e a pequena propriedade camponesa são cada vez mais deslocadas pela propriedade burguesa da terra. Uma parte sempre crescente das terras latifundiárias e camponesas transfere-se para a propriedade dos bancos, da burguesia rural, dos industriais, comerciantes e usurários.

Os dados que se seguem mostram a concentração da propriedade territorial. Em 1954, nos Estados Unidos, 73,4% das economias granjeiras possuíam apenas 19,6% da superfície das terras, enquanto que 26,6% concentravam em seu poder 80,4% das terras. Ao mesmo tempo, as grandes propriedades territoriais, abarcando mais de mil acres de terras e constituindo 2,7% do número total de economias, concentravam 45,9% das terras.

De acordo com os dados do censo de 1950, na Inglaterra (exclusive a Irlanda do Norte), 75,9% das propriedades

ocupavam apenas 20,4% de toda a terra agricultável, enquanto que a 24,1% cabiam 79,6% das terras, e, entre as últimas, 2,3% eram grandes propriedades que dispunham de 34,6% das terras.

Na França, em 1956, 62,7% da terra cultivada concentravam-se em 22,5% das economias.

Na Rússia de antes da revolução, os latifundiários, a família do tzar, os mosteiros e os camponeses ricos possuíam imensas quantidades de terra. Os maiores latifundiários, cada um dos quais possuía mais de 500 deciatinas de terras, eram aproximadamente 30 mil na Rússia europeia em fins do século XIX. Concentravam-se em suas mãos 70 milhões de deciatinas de terras. Ao mesmo tempo, 10,5 milhões de economias camponesas, esmagadas pela exploração semifeudal, possuíam 75 milhões de deciatinas.

Sob o capitalismo existe o monopólio da propriedade privada da terra, a maior parte da qual pertence a classe dos grandes proprietários de terra. O grande proprietário geralmente arrenda uma parte considerável da terra aos capitalistas-arrendatários e aos pequenos camponeses. A propriedade da terra separa-se, assim, da produção agrícola.

Os capitalistas-arrendatários pagam ao proprietário da terra em prazos determinados — um ano, por exemplo —, o arrendamento estabelecido em contrato, isto é, uma determinada soma de dinheiro pela permissão que lhes é dada de aplicar seu capital naquela área de terra. A parte fundamental do arrendamento constitui a renda da terra. Além da renda da terra, o arrendamento também inclui outros elementos. Assim, se na área de terra arrendada foi anteriormente invertido algum capital — por exemplo, em instalações rurais, canais de irrigação, etc. — nesse caso o arrendatário, além da renda da terra, deve pagar ao proprietário um juro anual sobre este capital. Na prática, o capitalista-arrendatário frequentemente cobre parte do arrendamento mediante a redução do salário dos operários.

A renda capitalista da terra exprime as relações entre três classes da sociedade burguesa: os operários assalariados, os

capitalistas e os proprietários de terras. A mais-valia criada pelo trabalho dos operários assalariados vai, em primeiro lugar, para as mãos do capitalista-arrendatário. Parte da mais-valia, sob a forma de lucro médio sobre o capital, permanece com o arrendatário. Outra parte da mais-valia, que constitui um excedente sobre o lucro médio, o arrendatário é obrigado a entregar ao proprietário da teria sob a forma de arrendamento. A renda capitalista da terra é aquela parte da mais-valia que resta depois do desconto do lucro médio correspondente ao capital invertido na economia e que é paga ao proprietário da terra. Não raro, o dono da terra prefere, ele próprio, contratar operários e dirigir a economia, ao invés de arrendar a terra. Nesse caso, tanto a renda como o lucro permanecem com ele.

Devem ser distinguidos dois tipos de renda da terra: diferencial e absoluta.

A Renda Diferencial

Na agricultura, tal como ocorre na indústria, o empresário só investe o seu capital na produção se isto lhe assegurar o lucro médio. Os empresários que aplicam o seu capital em condições de produção mais favoráveis, por exemplo, nas áreas de terra mais férteis, além do lucro médio sobre o seu capital, ainda aufere um lucro suplementar.

Na indústria, o lucro suplementar é auferido por aqueles industriais que aplicam uma técnica mais avançada em comparação com o nível técnico médio no ramo industrial considerado. O lucro suplementar na indústria não pode ser um fenômeno permanente. Logo que este ou aquele aperfeiçoamento técnico, introduzido numa empresa isolada, alcance ampla difusão, esta empresa ver-se-á privada do lucro suplementar. Já na agricultura, o lucro suplementar mantém-se durante um período mais ou menos prolongado. Isto se explica pelo fato de que na indústria é possível construir qualquer quantidade de empresas dotadas das máquinas mais modernas. Na agricultura, porém, não é possível criar um número qualquer de áreas de terra, já sem falar nas terras mais férteis, uma vez que a extensão das terras é limitada e todas as melhores terras para a agricultura já estão ocupadas por economias privadas. A

extensão limitada das terras e sua ocupação por economias privadas condicionam o monopólio da exploração capitalista da terra, ou monopólio sobre a terra como objeto de economia.

Mais ainda. Na indústria, o preço de produção da mercadoria é determinado pelas condições médias de produção. De outra maneira são formados os preços da produção das mercadorias agrícolas. O monopólio de exploração capitalista da terra como objeto de economia faz com que o preço comum regulador da produção (isto é, o custo de produção mais o lucro médio) dos produtos agrícolas seja determinado pelas condições de produção, não nas melhores e sim nas piores terras cultivadas, de vez que a produção das terras melhores e médias é insuficiente para atender a procura da sociedade. Se o capitalista-arrendatário, que inverte o seu capital nas piores áreas de terra, não recebesse o lucro médio, ele transferiria esse capital para qualquer outro ramo de atividade.

Os capitalistas, que exploram as terras melhores e médias, produzem mercadorias agrícolas mais baratas, ou, em outras palavras, o seu preço individual de produção é inferior ao preço geral de produção. Aproveitando-se do monopólio da terra como objeto de exploração, estes capitalistas vendem suas mercadorias pelo preço geral de produção e auferem, desse modo, um lucro suplementar. É esse lucro que forma a renda diferencial. A renda diferencial surge não porque haja a propriedade privada da terra; ela se forma em consequência do fato de que as mercadorias agrícolas produzidas em diferentes condições de produtividade do trabalho, são vendidas por um mesmo preço de mercado, preço que é determinado pelas condições de produção nas piores terras. Os capitalistas-arrendatários são obrigados a entregar a renda diferencial ao proprietário de terra, retendo consigo o lucro médio.

A renda diferencial é o excedente de lucro sobre o lucro médio, excedente auferido nas economias onde são mais favoráveis as condições de produção; a renda diferencial representa a diferença entre o preço geral de produção,

determinado pelas condições de produção nas piores áreas de terra, e o preço individual de produção nas terras melhores e médias.

Este lucro suplementar, da mesma forma que toda a mais-valia na agricultura, é criado pelo trabalho dos operários agrícolas. As diferenças no grau de fertilidade da terra são apenas a condição para a mais alta produtividade do trabalho nas melhores terras. Entretanto, no capitalismo cria-se a falsa aparência, de que a renda apropriada pelo dono da terra é, supostamente, um produto da terra e não do trabalho. Na realidade, porém, a única fonte da renda da terra é o trabalho suplementar, a mais-valia.

"Para uma exata concepção da renda é preciso, naturalmente, antes de tudo compreender que a renda origina-se não do solo, mas do produto da agricultura, isto é, do trabalho, do preço do produto do trabalho, por exemplo, do trigo, do valor do produto agrícola, do trabalho invertido na terra e não da própria terra."(64)

Há duas formas de renda diferencial.

A renda diferencial I está ligada as diferenças no grau de fertilidade do solo e a localização das áreas de terra em relação aos mercados de venda.

Na área mais fértil de terra, com um dispêndio igual de capital, obtém-se uma colheita mais copiosa. Tomemos, para exemplificar, três áreas de terra de iguais dimensões, mas diferentes em fertilidade.

Áreas de terra	Investimentos de capital (em dólares)	Lucro médio (em dólares)	Produção obtida (em quintais)	Preço individual de produção		Preço geral de produção		Renda diferencial I (em dólares)
				Toda a produção (em dólares)	Toda a produção (em dólares)	Um quintal (em dólares)	Toda a produção (em dólares)	
I	100	20	4	120	30	30	120	0
II	100	20	5	120	24	30	150	30
III	100	20	6	120	20	30	180	60

O arrendatário de cada uma dessas áreas inverte na contratação de operários, na compra de sementes, máquinas, implementos, na manutenção de gado e em outras despesas 100 dólares. O lucro médio é de 20%. O trabalho aplicado em áreas de fertilidade diferente produz, numa das áreas, uma colheita de 4 quintais; na outra, de 5, e na terceira de 6 quintais.

O preço individual de produção de toda a massa produzida em cada área é o mesmo. Esse preço será de 120 dólares (custo de produção mais o lucro médio). O preço individual por unidade produzida em cada área é diferente. O quintal de produção agrícola originário da primeira área deverá ser vendido por 30 dólares, o da segunda área por 24 e o da terceira por 20 dólares. Mas, como o preço geral de produção das mercadorias agrícolas é o mesmo e determinado pelas condições de produção nas piores áreas de terra, cada quintal produzido em qualquer das áreas será vendido por 30 dólares. O arrendatário da primeira área (a pior terra) receberá por sua colheita de 4 quintais 120 dólares, isto é, uma quantia igual ao seu custo de produção (100 dólares) mais o lucro médio (20 dólares). O arrendatário da segunda área receberá pelos seus 5 quintais 150 dólares. Acima do custo de produção e do lucro médio, receberá ele 30 dólares de lucro suplementar, que são exatamente os que constituem a renda diferencial. Por fim, o arrendatário da terceira área obterá 180 dólares pelos seus 6 quintais. Neste último caso, a renda diferencial será de 60 dólares.

A renda diferencial I também está relacionada com as diferenças na localização das áreas de terra. As áreas situadas nas proximidades dos pontos de venda (cidades, estações ferroviárias, portos marítimos, silos, etc.), economizam considerável quantidade de trabalho e de meios de produção no transporte dos produtos, em comparação com aquelas que se acham mais distantes desses pontos. Vendendo sua produção pelos mesmos preços, as economias situadas próximas aos mercados de venda obtêm um lucro suplementar, que forma a

renda diferencial decorrente da localização.

A renda diferencial II surge como resultado da inversão suplementar de meios de produção e de trabalho numa mesma área de terra, isto é, da intensificação da agricultura. Diferentemente da economia extensiva, que cresce mediante a ampliação da área cultivada ou das pastagens, a economia intensiva desenvolve-se através do emprego de máquinas aperfeiçoadas, de adubos sintéticos, de obras de beneficiamento, da introdução de espécies de gado mais produtivos, etc.. Permanecendo invariável a técnica, a intensificação da agricultura pode ser obtida através da inversão de uma maior quantidade de trabalho naquela área de terra. Como consequência, é obtido um lucro suplementar, que forma a renda diferencial II.

Voltemos ao nosso exemplo. Na terceira área de terra, a melhor pelo grau de fertilidade, foram invertidos inicialmente 100 dólares, que produziram uma colheita de 6 quintais, o lucro médio foi de 20 dólares e a renda diferencial de 60 dólares. Suponhamos que, mantidos os preços anteriores, seja feita uma segunda inversão, mais produtiva, de capital, de outros 100 dólares, com o objetivo de melhorar a técnica, empregar mais adubos, etc.. Como resultado desta segunda inversão, obtém-se uma colheita adicional de 7 quintais, o lucro médio sobre o novo capital invertido será de 20 dólares e o excedente em relação ao lucro médio será de 90 dólares. Este excedente de 90 dólares constitui a renda diferencial II. Enquanto continuar em vigor o mesmo contrato de arrendamento, o arrendatário paga pela terra uma renda diferencial de 60 dólares, e o excedente sobre o lucro médio, auferido com a segunda inversão, com a inversão suplementar de capital, permanece consigo. Entretanto, a terra é arrendada por um período determinado. Ao renovar o contrato de arrendamento, o proprietário da terra já leva em conta aquela vantagem proporcionada pela inversão suplementar de capital e aumenta em 90 dólares o arrendamento da sua área de terra. Com este objetivo, os proprietários de terras procuram concertar contratos de arrendamento por prazos curtos. Daqui decorre o fato de que os capitalistas-arrendatários não estejam

interessados em fazer grandes investimentos, que só produzem resultado depois de longo tempo, pois que, em última análise, são os proprietários da terra que colhem as vantagens de tais investimentos.

A exploração intensiva capitalista da agricultura tem por objetivo a obtenção de um lucro maior. Na caça a um alto lucro, os capitalistas exploram a terra de uma maneira predatória. A produção dessas ou daquelas culturas agropecuárias modifica-se na dependência das flutuações dos preços de mercado. Tal circunstância impede uma correta realização da rotação de culturas, que constitui o fundamento do elevado nível técnico da agricultura. A propriedade privada da terra impede a introdução de grandes obras e benfeitorias, cuja amortização só pode efetuar-se depois de alguns anos. Dessa maneira, o capitalismo dificulta a introdução de um sistema racional na agricultura.

"Todo progresso da agricultura capitalista não é apenas um progresso na arte de espoliar o trabalhador, mas também na arte de espoliar o solo; todo progresso na elevação de sua fertilidade num determinado período de tempo é, ao mesmo tempo, um progresso na destruição das fontes permanentes dessa fertilidade."(65)

Os defensores do capitalismo, tentando dissimular as contradições da agricultura capitalista e justificar a miséria das massas, afirmam que a agricultura estaria submetida a ação de uma "lei da fertilidade decrescente do solo", também supostamente uma lei eterna e natural e segundo a qual todo trabalho suplementar invertido na terra produziria menor resultado que o anterior.

Esta invencionice da economia política burguesa tem como ponto de partida a falsa suposição de que a técnica na agricultura permanece invariável e de que os progressos técnicos verificados constituem uma exceção. Na realidade, porém, as inversões suplementares de meios de produção numa mesma área de terra estão vinculadas ao desenvolvimento da técnica, a introdução de métodos novos e melhorados de produção agropecuária, o que acarreta a elevação da

produtividade do trabalho agrícola. A verdadeira causa do esgotamento da fertilidade natural na agricultura capitalista não é a "lei da fertilidade decrescente do solo", fruto da imaginação dos economistas burgueses, mas sim as relações capitalistas e, antes de tudo, a propriedade privada da terra, que freia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Na realidade, o que aumenta no capitalismo não e a dificuldade na produção dos produtos agrícolas, mas a dificuldade de que os operários os adquiram em face da contração de sua capacidade aquisitiva.

A Renda Absoluta. O Preço da Terra

Além da renda diferencial, o proprietário da terra também recebe a renda absoluta. Sua existência esta relacionada com o monopólio da propriedade privada da terra.

Ao ser examinada a renda diferencial, partimos da suposição de que o arrendatário da pior área de terra, ao vender as mercadorias produzidas, recebe apenas o custo de produção mais o lucro médio, isto é, de que ele não paga a renda da terra. Mas, na realidade, os proprietários mesmo das piores terras não as entregam gratuitamente para que sejam cultivadas. É óbvio, portanto, que o arrendatário da pior área de terra deve obter um excedente sobre o lucro médio para pagar o arrendamento. E isto, por sua vez, significa que o preço de mercado dos produtos agrícolas deve situar-se acima do preço de produção na pior terra.

De onde sai este excedente? No regime capitalista é acentuado o atraso da agropecuária em relação a indústria, no sentido técnico-econômico. Na agricultura, a composição orgânica do capital é mais baixa do que na indústria. Suponhamos que, em média, a composição orgânica do capital na indústria seja a seguinte: 80 c + 20 v. A uma taxa de mais-valia de 100%, para cada 100 dólares de capital são produzidos 20 dólares de mais-valia e o preço de produção será de 120 dólares. Já na agricultura, a composição orgânica do capital seria, por exemplo, a seguinte: 60 c + 40 v. Aqui, para cada 100 dólares são produzidos 40 dólares de mais-valia e o valor das mercadorias agrícolas será de 140 dólares. O capitalista-

arrendatário, da mesma forma que o capitalista industrial, obtém sobre o seu capital um lucro médio de 20 dólares. De acordo com isto, o preço de produção das mercadorias agrícolas será igual a 120 dólares. Nestas condições, a renda absoluta será de 20 dólares (140 dólares menos 120 dólares). Segue-se daí que o valor das mercadorias agrícolas é superior ao preço geral de produção e a grandeza da mais-valia na agricultura é maior que o lucro médio. Este excedente da mais-valia sobre o lucro médio é precisamente a fonte da renda absoluta.

Se não existisse a propriedade privada da terra, tal excedente entraria na repartição geral entre os capitalistas e os produtos agrícolas seriam então vendidos por seus preços de produção. Entretanto, a propriedade privada da terra impede a livre concorrência, a deslocação de capitais da indústria para a agricultura e a formação de um lucro médio comum as empresas agrícolas e industriais. Eis porque os produtos agrícolas são vendidos por preços correspondentes ao seu valor, determinado pelas condições de produção nas piores áreas de terra, isto é, por preços superiores ao preço geral de produção. Em que medida esta diferença pode ser realizada e transformada em renda absoluta, depende do nível de preços do mercado, estabelecido pela concorrência.

O monopólio da propriedade privada da terra é, desse modo, a causa da existência da renda absoluta, paga por cada área de terra, independentemente de sua fertilidade ou localização. A renda absoluta é o excedente do valor sobre o preço geral de produção, criado na agricultura em consequência de uma composição orgânica do capital mais baixa, relativamente a indústria, e do qual se apropriam os donos das terras em virtude da propriedade privada da terra.

No capitalismo, além das rendas diferencial e absoluta, também existe a renda de monopólio. A renda de monopólio é a renda suplementar obtida através da elevação do preço acima do valor da mercadoria produzida em condições naturais, particularmente favoráveis. Trata-se, por exemplo, da renda da terra onde podem ser produzidas culturas agrícolas raras em

quantidades limitadas (tipos especialmente solicitados de uvas, cítricos, etc.), ou da renda da terra pela utilização da água, onde a agricultura é feita pelo sistema de irrigação. As mercadorias produzidas em tais condições são geralmente vendidas a preços superiores ao seu valor, isto é, a preços de monopólio. A renda de monopólio na agricultura é paga pelos consumidores.

A classe dos grandes proprietários de terra, que nenhum vínculo possuem com a produção material, devido ao monopólio da propriedade privada da terra utiliza as conquistas do progresso técnico na agricultura para enriquecer. A renda da terra é um tributo que, sob o capitalismo, a sociedade é obrigada a pagar aos grandes proprietários de terras. A existência das rendas absoluta e de monopólio encarece os produtos agrícolas, que constituem alimento para os trabalhadores e matéria-prima para a indústria. A existência da renda diferencial priva a sociedade de todas as vantagens decorrentes da elevação da produtividade do trabalho nas terras mais férteis. Estas vantagens aproveitam aos proprietários de terra e aos fazendeiros capitalistas. Até que ponto a renda da terra é onerosa para a sociedade prova-o o fato de que nos Estados Unidos, consoante dados de 1935/1937, ela constituía de 26 a 29% do preço do milho e de 26 a 36% do preço do trigo.

Enormes recursos são desviados de uma aplicação produtiva na agricultura com a compra da terra. Se forem excluídas as benfeitorias realizadas (construções, canais de irrigação, drenagem, fertilizantes), a terra, em si mesma, nenhum valor possui, uma vez que ela não é um produto do trabalho humano. A terra, porém, não tendo valor, é sob o capitalismo um objeto de compra e venda e tem um preço. Tal fato se explica porque a terra constitui propriedade privada dos proprietários de terra.

O preço da terra é determinado de acordo com a renda anual, que ela proporciona, e com a taxa de juros que os bancos pagam pelos depósitos. O preço de uma área de terra é igual a quantia que, depositada num banco, proporcionaria a título de juros um ingresso da mesma grandeza que a renda da área de

terra em apreço. Suponhamos que a área de terra proporcione uma renda anual de 300 dólares e que os bancos pagam juros de 4% sobre os depósitos. Em tal caso, o preço da área de terra será igual a $^{300 \times 100}/_{4}$ = 7500 dólares. Dessa maneira, o preço da terra é a renda capitalizada. O preço da terra será tanto mais elevado quanto maior for a renda e quanto menor for a taxa de juros.

Com o desenvolvimento do capitalismo, aumenta a magnitude da renda. Isto faz com que aumente sistematicamente o preço da terra.

O preço da terra também cresce em consequência da redução da taxa de juro.

As cifras que são alinhadas a seguir dão uma ideia da elevação do preço da terra. O preço total das granjas nos Estados Unidos cresceu em dez anos (de 1900 a 1910) em mais de 20 bilhões de dólares. Desta cifra, o aumento do valor dos implementos, benfeitorias, etc., constituía apenas 5 bilhões de dólares. Os restantes 15 bilhões de dólares correspondiam a um aumento no preço da terra. No curso do decênio seguinte, o preço total das granjas aumentou em 37 bilhões de dólares e, desta cifra, mais de 26 bilhões de dólares corresponderam ao aumento do preço da terra.

A Renda na Indústria Extrativa. A Renda das Áreas Edificáveis

Não é só na agricultura que existe a renda da terra. Também a recebem os proprietários das terras de cujo subsolo se extraem matérias úteis (minérios, carvão, petróleo, etc.) e também os proprietários de terrenos para construção nas cidades e centros industriais, quando nesses terrenos são edificadas residências, empresas industriais e comerciais, edifícios públicos, etc..

A renda na indústria extrativa forma-se do mesmo modo que a renda da terra. As minas de carvão e minérios, as jazidas de petróleo, distinguem-se umas das outras pela riqueza das reservas, a profundidade da jazida e a distância dos pontos de venda; não são iguais os capitais nelas invertidos. Por isso, o

preço individual de produção de cada tonelada de minério, carvão ou petróleo é diferente do preço geral de produção. No mercado, porém, cada uma destas mercadorias é vendida pelo preço geral de produção, que é determinado pelas piores condições de produção. O lucro suplementar obtido, graças a isto, nas minas e jazidas melhores e médias forma a renda diferencial, que é embolsada pelo proprietário da terra.

Além disto, os donos das terras retiram do seu terreno também a renda absoluta, independentemente da riqueza dos minerais úteis que haja no subsolo. A renda absoluta, como foi dito, é formada pelo excedente do valor sobre o preço geral de produção. A existência desse excedente explica-se pelo fato de que, na indústria extrativa, a composição orgânica do capital é inferior a média na indústria, devido ao nível relativamente baixo da mecanização e a ausência de gastos na aquisição de matérias-primas. A renda absoluta eleva os preços dos minérios, do carvão, do petróleo, etc..

Por último, na indústria extrativa existe a renda de monopólio, naquelas áreas de terra onde são obtidos minerais raros, cuja venda é feita por preços superiores ao valor de sua extração.

A renda da terra auferida pelos grandes latifundiários donos das minas de carvão, das jazidas de minérios e de petróleo é um obstáculo ao aproveitamento racional do subsolo. A propriedade privada da terra condiciona a dispersão das empresas da indústria extrativa, o que dificulta a mecanização e acarreta o encarecimento da produção.

A renda dos terrenos para construção é paga ao proprietário da terra pelos empresários que a arrendam para a construção de residências, empresas industriais, comerciais e outras. Nas cidades, a massa fundamental da renda da terra é constituída pelos terrenos sobre os quais estão edificadas as residências. A localização das áreas de construção influi em enorme escala sobre a grandeza da renda diferencial dos terrenos para construção. A renda mais alta é paga pelos terrenos próximos ao centro da cidade ou as empresas industriais.

Além da renda diferencial e da renda absoluta, os proprietários de terrenos urbanos impõem a sociedade um tributo sob a forma de renda de monopólio, que eleva enormemente os aluguéis. Tal fato decorre da extrema limitação dos terrenos em muitas cidades e centros industriais. a medida que cresce a população urbana, os proprietários inflacionam a renda dos terrenos para construção e com isto freiam a construção de residências. A desmedida elevação da renda é uma das causas pelas quais na maioria das cidades dos países capitalistas existem casas super-habitadas, ruas estreitas, etc.. Parte considerável da população operária vê-se obrigada a viver amontoada em tugúrios. Os aluguéis cada vez mais altos rebaixam o salário real dos operários.

O monopólio da propriedade privada da terra estorva o desenvolvimento da indústria. Para construir sua empresa industrial, deve o capitalista inverter improdutivamente recursos para a compra da terra ou para o pagamento da renda da terra pela área ocupada. A renda da terra constitui um dos itens mais importantes nas despesas da indústria de transformação.

Até que ponto é elevada a renda da terra nos terrenos para construção, testemunha-o o fato de que do total dos 155 milhões de libras esterlinas, recebidos cada ano pelos proprietários de terra, na Inglaterra, nos anos 30 do século XX, nada menos de 100 milhões de libras corresponderam a renda da terra urbana. Nas grandes cidades, aumenta rapidamente o preço dos terrenos.

A Grande e a Pequena Produção na Agricultura

As leis econômicas do desenvolvimento do capitalismo atuam tanto na indústria como na agricultura. A concentração da produção na agricultura, da mesma forma que na indústria, acarreta a deslocação das pequena economias pelas grandes economias capitalistas, fato que, inevitavelmente, aguça as contradições de classe. Os defensores do capitalismo empenham-se em dissimular e esconder este processo. Falsificando a realidade, criaram eles a falsa teoria da “estabilidade da pequena propriedade”. Segundo essa teoria, a pequena economia camponesa supostamente conservar-se-ia

estável na luta contra a grande propriedade.

Na realidade, porém, a grande produção, na agricultura, detém uma serie de vantagens decisivas em comparação com a pequena produção. A superioridade da grande produção reside, antes de tudo, em que ela tem a possibilidade de empregar amplamente máquinas de elevado custo, o que eleva em muitas vezes a produtividade do trabalho. O emprego dessas máquinas é inacessível a massa de pequenas e pequeníssimas economias camponesas.

A grande produção goza de todas as vantagens da cooperação capitalista e da divisão do trabalho. As grandes empresas agrícolas desfrutam de muitas vantagens em relação as pequenas na venda da produção, na obtenção de créditos e de diferentes tipos de subsídios estatais, etc.. Tudo isto, ao lado do largo emprego de máquinas, condiciona um custo de produção mais baixo nas grandes empresas, relativamente as pequenas, que não resistem a concorrência e se arruínam.

Uma importante vantagem da grande produção é seu elevado índice de produção mercantil. As grandes empresas agrícolas dos Estados Unidos fornecem a esmagadora maioria de toda a produção mercantil da agricultura. Ao mesmo tempo, a massa fundamental dos granjeiros produz, essencialmente, para o próprio consumo.

"A pequena propriedade agrícola, por sua própria natureza, exclui o desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em vasta escala, a aplicação progressista da ciência."[66]

Entretanto, o processo de crescimento da grande produção e de liquidação da pequena produção na agricultura, que é característico do capitalismo, também apresenta suas peculiaridades. As grandes empresas agrícolas capitalistas desenvolvem-se principalmente mediante a exploração intensiva. Frequentemente sucede que um pequeno estabelecimento, assim considerado segundo a superfície de terra por ele ocupada, é, porém, uma grande empresa

capitalista pelo volume de sua produção global e mercantil. A concentração da produção agrícola em grandes economias capitalistas não raro se faz acompanhar pelo aumento do número de economias camponesas muito pequenas. A existência de uma considerável quantidade dessas pequeninas economias, nos países capitalistas altamente desenvolvidos, explica-se pelo fato de que os capitalistas têm interesse em que sejam conservados assalariados com uma pequena parcela de terra, a fim de explorá-los.

O desenvolvimento da grande produção agrícola capitalista acentua o processo de diferenciação no seio do campesinato, o aumento da dependência, o empobrecimento e a ruína de milhões de pequenas e médias economias camponesas.

Na Rússia tzarista, as vésperas da Revolução de Outubro, entre as economias camponesas, contavam-se 65% de economias de camponeses pobres, 20% de camponeses médios e 15% de camponeses ricos. Na França, o número de proprietários de terras reduziu-se de 7/7,5 milhões em 1850 para 3,4 milhões em 1892 para 2,7 milhões em 1929 e para 1,5 milhões em 1946, mediante a expropriação das pequenas economias camponesas.

A pequena economia agrícola mantém-se ao preço de incríveis privações e do saque do trabalho do agricultor e de sua família. E, apesar do camponês esfalfar-se no trabalho para salvar sua aparente independência, ainda assim perde a terra e se arruína.

Um importante papel no despojamento do camponês de sua terra é desempenhado pelo crédito hipotecário, isto é, o empréstimo garantido pela terra e os bens imóveis. Quando o agricultor, que possui sua própria terra, tem necessidade de dinheiro para efetuar pagamentos inadiáveis (para o pagamento de impostos, por exemplo), recorre ao banco solicitando um empréstimo. Frequentemente, o empréstimo é feito para a compra de uma parcela de terra. O banco entrega-lhe determinada quantia sob a garantia da parcela de terra. Se o dinheiro não retorna no prazo, a terra passa para as mãos do

banco. De fato, mesmo antes o banco se transforma no verdadeiro proprietário da terra, de vez que o agricultor-devedor é obrigado a pagar-lhe, sob a forma de juros, urna parte considerável do ingresso que tira da terra. Sob a forma de juros, o camponês paga ao banco, na realidade, a renda da terra da parcela de terra que lhe pertence.

A dívida hipotecária dos granjeiros norte-americanos era, em 1910, de 3,2 bilhões de dólares, em 1940, de 6,6 bilhões de dólares, e, a 1º de janeiro de 1958, elevava-se a 10,5 bilhões de dólares. Em virtude da crescente carga tributária, dos juros pagos por dívidas e do pagamento dos arrendamentos aos latifundiários, reduziu-se fortemente a renda líquida dos granjeiros. De 53,4%, em 1937, a renda líquida dos granjeiros reduziu-se em 1956 a 34,2% da renda agrícola total.

A dívida aos bancos constitui um verdadeiro flagelo para a pequena produção na agricultura. O número de granjas devedoras nos Estados Unidos passou de 28,2% de todas as granjas, em 1890, para 43,8%, em 1940.

Todos os anos é vendido em leilões uma massa de economias camponesas hipotecadas. Os granjeiros arruinados fogem do campo. O aumento da dívida das granjas é um reflexo do processo de separação entre a propriedade da terra e a produção agrícola, um reflexo da concentração da propriedade em mãos dos grandes proprietários de terra e da transformação do produtor independente em arrendatário ou em operário assalariado.

Um número imenso de pequenos camponeses toma em arrendamento aos grandes proprietários pequenas parcelas de terra, em condições contratuais leoninas. A burguesia rural arrenda a terra a fim de produzir para o mercado e obter lucros. Este é o arrendamento de empresário. O pequeno camponês-arrendatário é obrigado a arrendar uma parcela de terra para se alimentar. É o chamado arrendamento para comer ou de fome. Nas pequenas parcelas de terra, o arrendamento de cada hectare é, em geral, consideravelmente mais elevado do que nas grandes áreas. O arrendamento ao pequeno camponês frequentemente absorve não apenas todo o trabalho

suplementar do camponês, como, ainda, uma parte do seu trabalho necessário. Aqui, as relações de arrendamento entrelaçam-se com as sobrevivências feudais. No capitalismo, uma das sobrevivências feudais mais difundidas é a parceria, segundo a qual o camponês-arrendatário paga em espécie, a título de arrendamento, até metade e mais da colheita.

Em 1954, entre os granjeiros dos Estados Unidos, havia 57,4% de proprietários de terras e 24% de arrendatários. Além disso, 18,2% de todos os granjeiros eram "proprietários parciais", isto é, viam-se também obrigados a tomar em arrendamento determinada parte da terra por eles trabalhada. Cerca de 80% dos arrendatários eram parceiros. É sobretudo nos Estados do Sul que o sistema semifeudal da parceria encontra uma difusão particularmente grande. Os negros-parceiros pagam até metade da sua colheita pelo arrendamento da terra.

Na França há um grande número de arrendatários-parceiros. Além do pagamento da renda em espécie, que se eleva a metade da colheita, e em casos isolados até a mais, são eles não raro obrigados a abastecer os donos da terra com produtos de sua propriedade, como queijo, manteiga, ovos, galinhas, etc..

Aprofundamento da Oposição Entre a Cidade e o Campo.

Consequência inevitável do desenvolvimento do capitalismo é o crescente atraso da agricultura em relação a indústria, o aprofundamento e a acentuação da oposição entre a cidade e o campo.

"A agricultura, em seu desenvolvimento, atrasa-se em relação a indústria — fenômeno inerente a todos os países capitalistas e que constitui uma das causas mais profundas da violação da proporcionalidade entre os diferentes ramos da economia nacional, das crises e da carestia."[(67)]

No capitalismo, a agricultura atrasa-se relativamente a indústria, sobretudo no que se refere ao nível das forças produtivas. O desenvolvimento da técnica na agricultura

processa-se mais lentamente do que na indústria. As máquinas são introduzidas nas grandes economias, enquanto que as pequenas economias camponesas produtoras de mercadorias, ou não podem empregá-las, de modo nenhum, ou então utilizam-se apenas máquinas muito simples. Ao mesmo tempo, o emprego capitalista das máquinas acarreta a intensificação da exploração e a ruína da pequena produção. O fato de ser barata a mão-de-obra, decorrência da superpopulação agrária, constitui um freio a ampla utilização das máquinas na agricultura.

O capitalismo acentua o atraso do campo, em relação a cidade, no domínio da cultura. As cidades são centros científicos e artísticos. Nas cidades, estão concentrados as escolas superiores, os museus, os teatros. Os frutos dessa cultura são colhidos principalmente pelas classes exploradoras. Somente em pequena escala podem as massas proletárias ter acesso as conquistas da cultura urbana. A massa fundamental da população camponesa dos países capitalistas acha-se a margem dos centros urbanos, relegada a uma situação de atraso cultural.

A base econômica da oposição entre a cidade e o campo, no capitalismo, é a exploração dos trabalhadores do campo pelos latifundiários e capitalistas, bem como a ruína de amplas massas da população rural. A burguesia urbana, juntamente com os granjeiros capitalistas e os latifundiários, explora a numerosa massa do campesinato. São variadas as formas desta exploração: a burguesia industrial e os comerciantes exploram o campo através dos altos preços das mercadorias industriais e dos preços relativamente baixos das mercadorias agrícolas, os bancos e os usurários exploram o campo mediante o crédito extorsivo, e o Estado burguês, por meio de todos os impostos possíveis. As imensas quantias percebidas pelos grandes proprietários agrários através da renda e da venda da terra e também os recursos carreados para os bancos em forma de juros sobre os empréstimos hipotecários, etc., transferem-se do campo para a cidade, onde vão alimentar o consumo parasitário das classes exploradoras.

De tal maneira, as causas do atraso da agricultura em

relação a indústria e o aprofundamento e agravamento da oposição entre a cidade e o campo têm suas raízes no próprio sistema capitalista.

A Propriedade Privada da Terra e a Nacionalização da Terra

À medida que o capitalismo se desenvolve, a propriedade privada da terra assume um caráter cada vez mais parasitário. A classe dos grandes proprietários de terra abocanha, sob a forma de renda da terra, uma parte enorme dos ingressos obtidos da agricultura. Vultosos recursos são desviados da agricultura e vão cair nas mãos dos grandes proprietários agrários, através do preço da terra. Tudo isto freia o desenvolvimento das forças produtivas e encarece os produtos agropecuários, o que constitui uma pesada carga sobre os ombros dos trabalhadores. A liquidação da grande propriedade privada da terra transformou-se numa necessidade social. Uma das formas mais radicais de solução deste problema é a nacionalização da terra. A nacionalização da terra é a transformação da propriedade privada da terra em propriedade estatal.

Ao fundamentar a nacionalização da terra, Lênin tomou como ponto de partida a existência de dois tipos de monopólio — o monopólio da propriedade privada da terra e o monopólio da terra como objeto de exploração. A nacionalização da terra significa a supressão do monopólio da propriedade privada da terra e da renda absoluta, que lhe está ligada. A supressão da renda absoluta teria como consequência a redução dos preços dos produtos agrícolas. Entretanto, a renda diferencial continuaria a existir, relacionada que é ao monopólio da terra como objeto de exploração. Nas condições do capitalismo, com a nacionalização da terra, a renda diferencial ficaria a disposição do Estado burguês. A nacionalização da terra removeria uma série de obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura, criados pela propriedade privada da terra, e libertaria o campesinato das sobrevivências feudais.

Na época do capitalismo desenvolvido, quando está colocada na ordem-do-dia a realização da revolução socialista, a nacionalização da terra não pode ser levada a termo nos marcos da sociedade burguesa, devido a uma série de razões.

Em primeiro lugar, a burguesia não está disposta a suprimir a propriedade privada da terra, temendo que, com o crescimento do movimento revolucionário do proletariado, isto possa abalar os alicerces da propriedade privada, em geral. Em segundo lugar, os próprios capitalistas adquiriram propriedades territoriais. Os interesses da classe dos burgueses e os da classe dos proprietários de terra entrelaçam-se cada vez mais. Na luta contra o proletariado e contra o campesinato, eles atuam sempre em conjunto.

Lênin relacionava a nacionalização da terra com determinadas condições históricas do desenvolvimento dos diferentes países. Assim, por exemplo, na Rússia das vésperas da primeira revolução russa (1905/1907), imperava a agricultura feudal-latifundiária. O campesinato, que se encontrava subjugado pelas sobrevivências feudais, estava interessado na nacionalização da terra. Em relação com isto, no programa agrário do Partido Comunista da Rússia, foi inserida a reivindicação de nacionalização de toda a terra. A nacionalização da terra pressupunha a tomada sem indenização (confisco) das terras dos latifundiários e dos burocratas e sua entrega ao campesinato para que nelas trabalhasse. Fundamentando teoricamente o programa agrário dos partidos comunistas, considerava Lênin que o confisco da grande propriedade de tipo latifundiário é condição necessária e obrigatória para a completa liquidação de todas as sobrevivências do feudalismo. Ao mesmo tempo, indicava ele que, sob determinadas condições históricas, as terras confiscadas aos latifundiários podem ser repartidas entre os camponeses, como propriedade privada destes. Lênin partia do fato de que a supressão da propriedade latifundiária e de todas as sobrevivências feudais fortalece a aliança do proletariado com as massas fundamentais do campesinato e deixa limpo o campo para a luta de classe entre o proletariado e a burguesia. Isto torna mais fácil ao proletariado, em aliança com o campesinato pobre, a luta pela revolução socialista.

Todo o curso do desenvolvimento histórico confirma que, na sociedade burguesa, as massas fundamentais do campesinato, impiedosamente exploradas pelos capitalistas, latifundiários,

usurários e comerciantes, estão condenadas a ruína e a miséria. Sob o capitalismo, os pequenos camponeses não podem esperar a melhoria de sua situação. Aguça-se inevitavelmente no campo a luta de classes.

Os interesses vitais das massas fundamentais do campesinato coincidem com os interesses do proletariado. Nisto reside a base econômica para a aliança do proletariado com o campesinato trabalhador na sua luta comum contra o regime capitalista.

Notas de rodapé:

(64) K. Marx, Teorias da Mais-valia (t. IV de O Capital), parte II, 1957, p. 138.

(65) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 509.

(66) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 820.

(67) V.I. Lênin, Novos Dados Sobre as Leis do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura, Obras, t. XXII, p. 81.

Capítulo XIII — A Reprodução do Capital Social e a Renda Nacional

O Produto Social Total e a Renda Nacional

Toda a massa de bens materiais produzida na sociedade durante um determinado período — por exemplo, em um ano — constitui o produto social total (ou produto bruto).

No processo da reprodução, uma parte do produto social total, igual ao valor do capital constante consumido, é destinada a compensação dos meios de produção gastos. A parte restante do produto social total encarna o novo valor criado no processo da produção. Esta parte do produto social total, na qual se encarna o novo valor criado, é a renda nacional.

Por conseguinte, a renda nacional na sociedade capitalista é igual ao valor do produto social total menos o valor dos meios de produção gastos em um ano, ou, em outras palavras, é igual a soma do capital variável e da mais-valia. Em sua forma natural, a renda nacional abrange toda a massa de objetos de consumo pessoal produzidos e aquela parte dos meios de produção que se destina a ampliação da produção.

Assim, a renda nacional representa, de um lado, a soma do valor criado de novo em um ano e, de outro lado, a massa de diversas espécies de bens materiais, a parte do produto social total em que se encarna o valor criado de novo. Exemplificando: se, num dado país, no curso de um ano, forem produzidas mercadorias no montante de 90 bilhões de dólares ou marcos, dos quais 60 bilhões constituem o valor dos meios de produção gastos em um ano, a renda nacional criada neste ano será igual a 30 bilhões.

No capitalismo existe uma massa de pequenos produtores mercantis — camponeses e artesãos —, cujo trabalho também cria uma parte determinada do produto social total. A renda

nacional inclui igualmente o valor criado de novo, em determinado período, pelos camponeses e artesãos.

O produto social total e, consequentemente, a renda nacional são criados pelos trabalhadores ocupados nos ramos da produção material. Aí se incluem todos os ramos em que são produzidos bens materiais: indústria, agricultura, construção, transporte e alguns outros.

A renda nacional não é criada nos ramos improdutivos, que incluem o aparelho do Estado, o crédito, o comércio (com exceção das operações que constituem o prolongamento do processo de produção na esfera da circulação), a instrução pública, a arte e a cultura e as instituições médicas.

Nos países capitalistas, uma parte considerável da população apta para o trabalho, além de não produzir o produto social e a renda nacional, em geral não participa do trabalho social útil. Aí se incluem, antes de tudo, as classes exploradoras e sua criadagem parasitária, o aparelho administrativo, a polícia, o exército e outros órgãos do Estado burguês que defendem o regime capitalista. Grande quantidade de força de trabalho é gasta sem qualquer utilidade para a sociedade. Assim é que imensos gastos improdutivos de trabalho estão relacionados com a concorrência, a especulação, a propaganda extremamente exagerada, etc..

A anarquia da produção capitalista, as crises econômicas periódicas, e o aproveitamento parcial da capacidade produtiva das empresas reduzem grandemente a utilização da força de trabalho. No capitalismo, massas consideráveis de trabalhadores estão privadas da possibilidade de trabalhar.

À medida em que se desenvolve o capitalismo, amplia-se o aparelho do Estado, cresce o número de pessoas que servem a burguesia, diminui a parte da população ocupada na esfera da produção material e aumenta o peso específico das pessoas ocupadas na esfera da circulação. Multiplica-se o exército dos desempregados e cresce a superpopulação agrária. Todos estes fatores limitam o crescimento do produto social total e da

renda nacional na sociedade burguesa.

Nos Estados Unidos, o ritmo médio anual de crescimento da renda nacional foi de 4,7% nos últimos 30 anos do século XIX; 1,9% no período de 1900 a 1938; enquanto que nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial (de 1945 a 1956) foi de 2,1%.

O Produto Social Total como Capital. Composição do Produto Social Total

A reprodução capitalista abrange tanto o processo direto de produção como o processo de circulação.

Para que se realize a reprodução, o capital deve ter a possibilidade de realizar sem obstáculos seu ciclo, isto é, de passar da forma monetária a produtiva, da produtiva a mercantil, da mercantil a monetária, e assim por diante. Isto diz respeito não só a cada capital por separado, mas a todos os capitais que existem na sociedade.

"Os ciclos dos capitais individuais entrelaçam-se, todavia, uns com os outros, pressupõem e condicionam uns aos outros e, precisamente graças a este entrelaçamento, formam o movimento de todo o capital social."[(68)]

O capital social é o conjunto de todos os capitais individuais, tomados em sua inter-relação e em sua interdependência. Entre as empresas capitalistas, existem laços multilaterais: umas empresas fornecem a outras empresas máquinas, matérias-primas e outros meios de produção, enquanto outras produzem objetos de consumo, que são comprados pelos operários e pelos capitalistas. Cada um dos capitais individuais é independente em relação ,aos outros, e, ao mesmo tempo, todos os capitais individuais estão relacionados entre si e dependem um do outro. Esta contradição manifesta-se no curso da reprodução e da circulação de todo o capital social. As relações multilaterais de interligação e interdependência, que existem entre os capitalistas tomados por separado, manifestam-se espontaneamente em consequência da anarquia da produção inerente ao capitalismo.

Ao examinarmos o processo de reprodução e de circulação de todo o capital social, a fim de não complicar a questão, faremos duas suposições. Em primeiro lugar, supõe-se que toda a economia do país opera em bases capitalistas, ou seja, que a sociedade é constituída apenas de capitalistas e operários. Em segundo lugar, supõe-se que todo o capital constante é consumido no decorrer do ano e que seu valor transfere-se integralmente ao produto anual. Em face desses pressupostos, o produto social total não é senão o capital social (com o incremento representado na mais-valia), que sai do processo de produção em forma mercantil.

Para que a produção possa prosseguir, o produto social deve passar através do processo de circulação. No processo de circulação, cada parte do produto social inicialmente muda a forma mercantil pela monetária, e depois a forma monetária pela mercantil, que é necessária para o prosseguimento da produção. A realização do produto social consiste nesta mudança de formas: da mercantil pela monetária e, depois, da monetária pela nova forma mercantil.

Como foi demonstrado acima, todo o produto social divide-se, quanto ao valor, em três partes: a primeira compensa o capital constante, a segunda compensa o capital variável e a terceira representa a mais-valia. Assim, o valor do produto social é igual a $c + v + m$. Estas diversas partes do produto social desempenham papéis diferentes no curso da reprodução. O capital constante está predestinado a continuar servindo no processo da produção. O capital variável transforma-se em salário, que é gasto pelos operários na satisfação de suas necessidades, ou seja, na reprodução da força de trabalho. A mais-valia é inteiramente consumida pelos capitalistas na reprodução simples e, na reprodução ampliada, em parte é consumida pelos capitalistas, e em parte é gasta na compra de meios de produção complementares e na contratação de força de trabalho complementar.

Quanto a sua forma natural, todo o produto social consiste de meios de produção e objetos de consumo. Em conformidade com isto, toda a produção social divide-se em

duas grandes seções: a primeira seção (I) — produção de meios de produção, e a segunda seção (II) — produção de objetos de consumo. Os objetos de consumo, por sua vez, dividem-se em meios de existência necessários, que se destinam a satisfação das necessidades da classe operária, das massas trabalhadoras, e artigos de luxo, que são consumidos pelas classes exploradoras e sua criadagem.

A divisão do produto social segundo sua forma natural, por sua vez, predetermina as suas diversas partes de diferentes papéis no curso da reprodução. Assim, por exemplo, os teares estão predestinados a produção de tecidos e não podem ser utilizados para nenhuma outra finalidade; de outro lado, a roupa feita deve servir ao consumo pessoal.

Ao analisarmos o ciclo e a rotação do capital individual, pusemos de lado o problema de saber onde e como será vendido o produto, onde comprarão os operários os objetos de consumo, e os capitalistas, os meios de produção, como problema que não se relacionava com aquela análise. Ao examinarmos a reprodução e a circulação de todo o capital social, a forma natural das mercadorias produzidas na sociedade possui uma significação essencial: para a renovação ininterrupta do processo de produção, é necessário que se tenham em presença determinadas quantidades de meios de produção e de objetos de consumo, é necessário que eles sejam produzidos em determinadas correlações (proporções).

Surge, assim, a questão: de que maneira, nas condições de anarquia da produção capitalista, se dá a realização do produto social? Lênin indicava que

"a questão da realização também consiste nisto — em analisar a compensação de todas as partes do produto social, quantoao valor e a forma material."[69]

Por conseguinte, trata-se de saber como se encontra, para cada parte do produto social segundo o valor (capital constante, capital variável e mais-valia) e segundo a forma natural (meios de produção, objetos de consumo), a outra parte do produto que a substitua no mercado.

No exame da reprodução ampliada, aqui se agrega ainda a questão de saber como ocorre a transformação da mais-valia em capital, isto é, de onde se tomam os meios de produção adicionais e os artigos de consumo para os operários adicionais, necessários a ampliação da produção.

As Condições da Realização Sob a Reprodução Simples Capitalista

Examinemos antes de tudo as condições necessárias para a realização do produto social na reprodução simples capitalista, quando toda a mais-valia se destina ao consumo pessoal dos capitalistas. Estas condições podem ser ilustradas pelo seguinte exemplo.

Suponhamos que, na primeira seção, isto é, na produção de meios de produção, o valor do capital constante expresso, por exemplo, em milhões de libras esterlinas, é igual a 4 000, o capital variável, a 1000, e a mais-valia, a 1000. Suponhamos que, na segunda seção, isto é, na produção de objetos de consumo, o valor do capital constante é igual a 2000, o capital variável, a 500, e a mais-valia, a 500. Em tal suposição, o produto social anual consistirá nas seguintes partes:

Partes integrantes do valor do produto social	*c*	*v*	*m*	Soma
Seção I	4000	1000	1000	6000
Seção II	2000	500	500	3000

Consequentemente, o valor de todo o produto que é

produzido na primeira seção, e que existe sob a forma de máquinas, matérias-primas, materiais, etc., perfaz 6 000. Para que o processo de produção possa renovar-se, parte desse produto, igual a 4000, deve ser vendida as empresas da própria primeira seção, a fim de renovar o capital constante desta seção. A parte restante do produto da primeira seção representa o valor reproduzido do capital variável (1000) e a mais-valia recém-produzida (1000), existindo sob a forma de meios de produção. Ela é vendida as empresas da segunda seção em troca de objetos de consumo, que se destinam ao consumo pessoal dos operários e capitalistas da primeira seção. Por sua vez, os capitalistas da segunda seção necessitam de meios de produção no valor de 2000, para a renovação de seu capital constante.

O valor de todo o produto que é produzido na segunda seção, e que existe sob a forma de objetos de consumo (pão, carne, roupa, sapatos, etc., e também artigos de luxo), perfaz 3 000. Parte dos objetos de consumo produzidos na segunda seção, no valor de 2 000, é trocada pelo salário e pela mais-valia da primeira seção. A parte restante do produto da segunda seção, representada pelo valor reproduzido do capital variável (500) e pela mais-valia recém-produzida (500), é realizada dentro da própria segunda seção e se destina ao consumo pessoal dos operários e capitalistas desta seção.

Por conseguinte, nas condições da reprodução simples, entram nas trocas entre as duas seções: 1) o capital variável e a mais-valia da primeira seção, que devem ser trocados pelos objetos de consumo produzidos na segunda seção, e 2) o capital constante da segunda seção, que deve ser trocado pelos meios de produção que são produzidos na primeira seção. A condição de realização na reprodução simples capitalista é a seguinte igualdade: o capital variável mais a mais-valia da primeira seção devem ser iguais ao capital constante da segunda seção: $(v + m)I = cII$. Em outras palavras, esta condição pode ser formulada assim: a soma de todo o valor produzido de novo, no decorrer de um ano, nas duas seções, deve ser igual ao valor de todo o produto da segunda seção: $(v + m)I + (v + m)II = (c + v + m)II$.

Esta condição da reprodução simples pode expressar-se ainda da seguinte maneira. Toda a massa de mercadorias, produzida durante um ano na primeira seção — pelas empresas que produzem meios de produção — deve Ser igual, pelo valor, a massa de meios de produção que é consumida anualmente nas empresas de ambas as seções, ou seja: $cI + vI + mI = cI + cII$. Toda a massa de mercadorias produzida durante um ano na segunda seção — pelas empresas que fabricam objetos de consumo — deve ser igual, pelo valor, a soma dos ingressos dos operários e capitalistas de ambas as seções, ou seja: $cII + vII + mII = vI + vII + mI + mII$.

Condições de Realização sob a Reprodução Ampliada Capitalista

A reprodução ampliada capitalista pressupõe a acumulação de capital. O capital de cada seção consiste de duas partes — o capital constante e o capital variável. Por isso, a parte acumulada da mais-valia divide-se também em duas partes: uma parte destina-se a compra de meios de produção adicionais, outra parte destina-se ao pagamento de força de trabalho adicional. Daí se conclui que o produto anual da primeira seção deve conter um excedente acima da quantidade de meios de produção que é necessária para a reprodução simples. Em outras palavras, a soma do capital variável e da mais-valia da primeira seção deve ser maior do que o capital constante da segunda seção: $I\ (v + m)$ deve ser maior do que $II\ c$. Esta é a condição fundamental da reprodução ampliada capitalista.

Vejamos as condições de realização na reprodução ampliada capitalista.

Suponhamos que, na primeira seção, o valor do capital constante é igual a 4 000, o valor do capital variável, a 1000, e a mais-valia, a 1000; suponhamos que, na segunda seção, o valor do capital constante é igual a 1500, o do capital variável, a 750, e a mais-valia, a 750. Em tal suposição, o produto social anual consistirá das seguintes partes:

Partes integrantes do valor do produto social	*c*	*v*	*m*	Soma
Seção I	4000	1000	1000	6000
Seção II	1500	750	750	3000

Suponhamos que, na primeira seção, da mais-valia igual a 1000 são acumulados 500. De acordo com a composição orgânica do capital na primeira seção (4:1), a parte acumulada da mais-valia divide-se do seguinte modo: 400 destina-se ao aumento do capital constante, e 100 ao aumento do capital variável. O capital constante adicional (400) existe no próprio produto da primeira seção, sob a forma de meios de produção; enquanto o capital variável adicional (100) deve ser obtido por troca na segunda seção, que, por conseguinte, também deve acumular. Os capitalistas da segunda seção trocam parte de sua mais-valia, igual a 100, por meios de produção, e utilizam estes meios de produção como capital constante adicional. Assim, em correspondência com a composição orgânica do capital na segunda seção (2:1), o capital variável nesta seção deve crescer de 50. Consequentemente, na segunda seção, da mais-valia igual a 750, a acumulação exige 150.

Como na reprodução simples, a segunda seção deve trocar com a primeira seu capital constante, igual a 1 500, e a primeira seção deve trocar com a segunda seção seu capital variável, igual a 1000, e a parte da mais-valia consumida pelos capitalistas, igual a 500.

Assim, a primeira seção deve trocar:

parte do produto, que reproduz o valor do capital variável	1000
parte da mais-valia acumulada, que se incorpora ao capital variável	100
parte da mais-valia, consumida pelos capitalistas	500
Total	1600

A segunda seção deve trocar:

o capital constante	1500
parte da mais-valia acumulada, que se incorpora ao capital constante	100
Total	1600

A troca entre as duas seções pode ter lugar somente no caso de igualdade entre estas duas grandezas. Desse modo, a condição de realização, na reprodução capitalista ampliada, é a seguinte igualdade; o valor do capital variável mais a parte da mais-valia destinada ao consumo pessoal dos capitalistas mais a parte da mais-valia acumulada, que se incorpora ao capital variável da primeira seção, deve ser igual ao valor do capital constante mais a parte da mais-valia acumulada, que se incorpora ao capital constante da segunda seção.

Na reprodução ampliada, a soma do capital variável e da mais-valia da primeira seção deve crescer mais rapidamente que o capital constante da segunda seção, e o crescimento do capital constante da primeira seção deve ainda mais ultrapassar o crescimento do capital constante da segunda seção.

Em qualquer regime social, o desenvolvimento das forças

produtivas expressa-se no fato de que a parte do trabalho social destinada a produção de meios de produção cresce mais rapidamente em comparação com a parte que se destina a produção de objetos de consumo. Lênin denominou de lei econômica da reprodução ampliada o crescimento prioritário da produção de meios de produção em relação com a produção de objetos de consumo. O capitalismo cria uma técnica incomparavelmente mais alta em relação com os modos de produção precedentes. O progresso técnico se reflete na eliminação crescente do trabalho manual pelo trabalho com máquinas; isto leva ao crescimento acelerado da produção de meios de produção: máquinas, metais, carvão, etc.. No capitalismo, o crescimento mais rápido da produção de meios de produção, em comparação com a produção de objetos de consumo, expressa-se no crescimento mais rápido do capital constante em relação ao capital variável, isto é, na elevação da composição orgânica do capital.

Esclarecendo as condições da realização na reprodução capitalista simples e ampliada, Marx pôs de lado o aumento da composição orgânica do capital, com o objetivo de simplificar a análise. O esquema da reprodução apresentado por Marx, em O Capital, tem como ponto de partida uma composição orgânica do capital imutável. Lênin desenvolveu a teoria da reprodução de Marx e elaborou um esquema da reprodução ampliada tomando em consideração o crescimento da composição orgânica do capital. Este esquema demonstra que

"cada vez mais rapidamente, cresce a produção de meios de produção para os meios de produção, em seguida, a produção de meios de produção para os meios de consumo e, cada vez mais lentamente, a produção de meios de consumo."(70)

O esquema de Lênin ilustra claramente a ação da lei do crescimento prioritário da produção dos meios de produção no curso da reprodução ampliada capitalista. Esta ação se expressa na ruptura espontânea das proporções estabelecidas entre os ramos da produção, na desigualdade de desenvolvimento dos diversos ramos, no retardamento do consumo das massas

populares em relação ao crescimento da produção, devido a que a elevação da composição orgânica do capital leva inevitavelmente ao crescimento do desemprego, ao agravamento da exploração da classe operária.

O Problema do Mercado. As Contradições da Reprodução Capitalista

As mercadorias produzidas nas empresas capitalistas devem ser realizadas, isto é, encontrar mercado. O conceito de mercado, como indica Lênin, é de todo inseparável do conceito de divisão social do trabalho, deste fundamento comum de toda produção mercantil e, consequentemente, capitalista. O mercado surge e amplia-se com o aparecimento e o crescimento da produção mercantil, em particular com o desenvolvimento do capitalismo, que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. Como resultado da divisão social do trabalho, cresce o número de ramos especiais da produção, aumenta a especialização do trabalho na sociedade. O volume do mercado está ligado indissoluvelmente com o grau de especialização do trabalho social.

O desenvolvimento de uns ramos amplia o mercado para as mercadorias produzidas por outros ramos, antes de tudo para as matérias-primas, máquinas e outros meios de produção, como consequência da ação da lei do crescimento prioritário da produção de meios de produção em relação com a produção de objetos de consumo. Ao mesmo tempo, o progresso da técnica no capitalismo conduz a socialização do trabalho, que exige necessariamente a especialização de diferentes funções do processo de produção, a transformação dessas funções desmembradas, separadas, que se repetem em cada pequena empresa isolada, em funções socializadas, concentradas em grandes empresas.

Como já foi demonstrado, a diferenciação de classe dos pequenos produtores mercantis, o crescimento do número de operários e a elevação dos lucros dos capitalistas conduzem ao aumento da venda de objetos de consumo e contribuem para a expansão do mercado. O pequeno produtor, que se converte

em operário assalariado, vive da venda de sua força de trabalho; ele precisa agora comprar os artigos de consumo necessários. De outro lado, os meios de produção se concentram nas mãos de uma minoria insignificante, transformam-se em capital, e o produto fabricado destina-se ao mercado. Assim, o grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país.

Como se verifica da exposição precedente, para a realização do produto social são necessárias determinadas correlações (proporções) entre suas partes separadas e, consequentemente, entre os ramos de produção. No capitalismo, onde a produção é efetuada por proprietários privados isolados, que se guiam pela caça ao lucro e não conhecem as necessidades da sociedade em relação as mercadorias por eles produzidas, estas proporções não podem deixar de sofrer constante violação.

A ampliação da produção ocorre de maneira desigual, devido a que as antigas proporções entre os ramos são constantemente violadas e as novas proporções se estabelecem espontaneamente, por meio da transfusão de capitais de uns ramos para outros. Por isso, a proporcionalidade entre os ramos separados constitui uma casualidade e a constante violação da proporcionalidade é a regra geral na reprodução capitalista.

Investigando as condições do curso normal da reprodução capitalista simples e ampliada, Marx indica que elas

"se transformam em tantas outras numerosas condições de um curso anormal de reprodução, em tantas outras numerosas possibilidades de crises, porque o equilíbrio — em vista do caráter espontâneo desta produção — constitui, ele próprio, um acaso."[71]

No capitalismo, o equilíbrio entre a produção e o consumo (entre a oferta e a procura) alcança-se somente em meio a inúmeras violações desse equilíbrio. Além disso, quanto maior a produção, quanto mais amplo o círculo de consumidores a que ela é destinada, tanto mais acentuadas são as violações do curso da reprodução. Nas condições da anarquia

da produção capitalista, a realização do produto social ocorre somente através de constantes embaraços e oscilações, que se tornam cada vez mais graves a medida em que se desenvolve o capitalismo.

Uma significação especial possui também a circunstância de que a ampliação da produção capitalista e, consequentemente, a formação do mercado interno se efetua não tanto a custa dos objetos de consumo quanto a custa dos meios de produção. O caráter da reprodução capitalista é determinado pelo fato de que o objetivo da produção no capitalismo consiste na obtenção de lucros em proporções crescentes, e o meio para alcançar tal objetivo é a ampliação da produção. Neste sentido, Marx escreveu sobre a "produção pela produção" e a "acumulação pela acumulação", como características do capitalismo.

Entretanto, a produção de meios de produção não pode desenvolver-se de modo inteiramente independente da produção de objetos de consumo e sem qualquer ligação com esta, pois as empresas que empregam estes meios de produção lançam ao mercado um volume crescente de mercadorias destinadas ao consumo. Deste modo, em última análise, o consumo produtivo (consumo de meios de produção) está sempre ligado ao consumo pessoal, depende sempre dele. Contudo, o volume do consumo pessoal das massas fundamentais da população na sociedade capitalista está limitado pelos marcos estreitos da procura solvente dos trabalhadores, em consequência da ação da lei econômica do empobrecimento da classe operária e dos camponeses. Devido a isto, a ampliação do mercado interno no capitalismo conjuga-se a limitação do consumo da imensa maioria da população.

As mercadorias são produzidas, afinal de contas, não para a produção, mas para a satisfação das necessidades das pessoas. Por isso, também na sociedade capitalista não pode deixar de crescer a parte da produção social que fabrica objetos de consumo. O desenvolvimento do capitalismo acarreta o crescimento do nível de necessidades de toda a população, inclusive do proletariado. O crescimento das necessidades é

condicionado pelo desenvolvimento da produção e das trocas, pela elevação da quantidade de proletários, pela coesão e organização crescentes da classe operária, as quais lhe dão a possibilidade de uma luta vitoriosa contra as tendências exploradoras dos empresários capitalistas. Ao mesmo tempo, porém, os capitalistas, em sua caça ao lucro, além de não assegurarem a satisfação das necessidades crescentes dos trabalhadores, ainda se esforçam, por todos os meios, no sentido de rebaixar seu nível de vida, de limitar o consumo da classe operária. Ao capitalismo é inerente a profunda contradição antagônica entre a produção e o consumo.

A contradição entre a produção e o consumo, própria do capitalismo, consiste em que a riqueza nacional cresce ao lado do pioramento da situação dos trabalhadores, as forças produtivas da sociedade aumentam sem uma elevação correspondente do consumo popular. Esta contradição representa uma das formas por que se manifesta a contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação. O desenvolvimento da produção de meios de produção apenas prolonga esta contradição, sem eliminá-la. Ela só pode ser eliminada com a eliminação do próprio modo de produção capitalista.

A oposição entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, inerente ao capitalismo, é um fator importante para a inevitável violação das correlações necessárias no curso da reprodução capitalista. Esse fenômeno é próprio de todos os países capitalistas. Constitui uma das causas mais profundas da violação da proporcionalidade entre os diferentes ramos da economia nacional.

Desmascarando os serviçais da burguesia, que ocultam as profundas contradições da realização capitalista, Lênin acentuou que

"mesmo no caso de uma reprodução e circulação de todo o capital social idealmente harmoniosa e proporcional, é inevitável a contradição entre o crescimento da produção e os marcos limitados do consumo. Mas na realidade, demais disso, o

processo de realização não se dá com uma proporcionalidade idealmente harmoniosa, mas apenas em meio a "dificuldades", "oscilações", "crises", etc.."(72)

Quando a produção capitalista atinge um alto grau de desenvolvimento, já não pode satisfazer-se com o mercado interno. Ao lado do mercado interno (venda de mercadorias dentro de um determinado país), adquire uma importância crescente o mercado externo (venda de mercadorias no exterior). A socialização do trabalho pelo capitalismo manifesta-se no fato de que se desfaz a anterior dispersão das pequenas unidades econômicas e se efetua a unificação dos pequenos mercados locais em um vasto mercado nacional e, depois, mundial.

No exame do processo de reprodução e circulação de todo o capital social, o papel do mercado externo é posto de lado, pois a inclusão do comércio exterior apenas transfere a questão de um país para alguns países, em nada sendo modificada, com isso, a essência do processo de realização. Isto não significa, entretanto, que o mercado externe não possua uma importância essencial para os países capitalistas.

Na caça ao lucro e sob a influência da concorrência, os capitalistas ampliam a produção por todos os meios e procuram os mercados mais vantajosos para a venda maciça de mercadorias produzidas. Os mercados externos, com frequência, resultam ser particularmente vantajosos. A luta pelos mercados externos, por sua conquista, divisão e redistribuição desempenha um grande papel no agravamento das contradições entre os Estados capitalistas, suscita agudos antagonismos e gera inúmeros conflitos entre esses Estados.

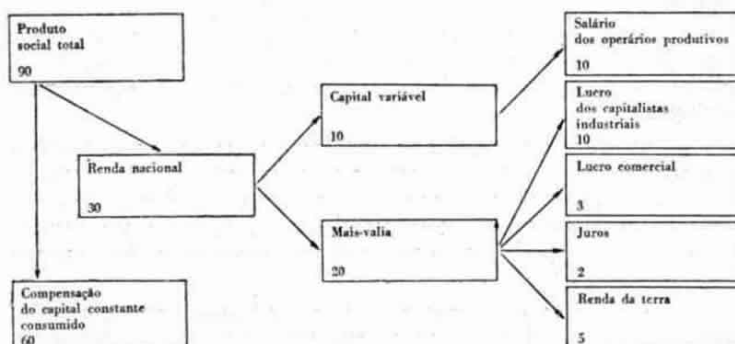
Estas contradições e dificuldades da realização capitalista estão indissoluvelmente ligadas ao sistema de distribuição da renda nacional inerente ao regime burguês.

A Distribuição e Redistribuição da Renda Nacional

A distribuição da renda nacional no capitalismo é determinada pelo fato de que a propriedade dos meios de

produção está concentrada nas mãos dos capitalistas e latifundiários, que exploram o proletariado e os camponeses. Em consequência disso, a distribuição da renda nacional não se realiza no interesse dos trabalhadores, e sim no interesse das classes exploradoras.

No capitalismo, a renda nacional criada pelo trabalho dos operários acha-se inicialmente a disposição dos capitalistas industriais (inclusive dos empresários capitalistas na agricultura). Ao realizarem as mercadorias produzidas, os capitalistas industriais obtêm toda a soma do seu valor, inclusive o capital variável e a mais-valia. O capital variável transforma-se em salário, que os capitalistas industriais pagam aos operários ocupados na produção. A mais-valia fica nas mãos dos capitalistas industriais sob a forma de lucro, do qual se formam os ingressos de todas as classes e grupos exploradores. Como resultado da distribuição desse lucro entre os diferentes grupos da burguesia, os capitalistas industriais obtêm o lucro industrial, os capitalistas comerciais — o lucro comercial, e os possuidores de capital de empréstimo — o juro. Os capitalistas industriais que arrendam a terra entregam parte de seu lucro (o excedente sobre o lucro médio) a classe dos grandes proprietários de terra, sob a forma de renda da terra.

Esta distribuição da renda nacional entre diferentes classes da sociedade capitalista e diversos grupos da burguesia pode ser representada, esquematicamente. em bilhões de dólares ou marcos, da seguinte maneira:

Inclui-se também na distribuição a parte da renda nacional que é criada em determinado período pelo trabalho dos camponeses e artesãos: uma parte dela é recebida pelos próprios camponeses e artesãos, outra fica com os capitalistas (camponeses ricos, açambarcadores, comerciantes, banqueiros, etc.), e uma terceira parte, com os proprietários de terra.

Os ingressos dos trabalhadores são baseados em seu trabalho pessoal e representam ingressos resultantes do trabalho. A fonte dos ingressos das classes exploradoras é o trabalho dos operários e também dos camponeses e artesãos. Os ingressos dos capitalistas e latifundiários são baseados na exploração do trabalho alheio e constituem ingressos não resultantes do trabalho.

Após a distribuição dos ingressos entre as classes fundamentais da sociedade capitalista — proletariado, capitalistas e grandes proprietários territoriais —, realiza-se a redistribuição dos ingressos. Como resultado dessa redistribuição, ocorre o aumento dos ingressos das classes exploradoras, não resultantes do trabalho. Parte dos ingressos da população principalmente das classes trabalhadoras — é redistribuída através do orçamento estatal e utilizada segundo os interesses das classes exploradoras. Assim é que parte dos ingressos dos operários e camponeses, entrando no orçamento estatal sob a forma de impostos, transforma-se, posteriormente, em ingressos complementares dos capitalistas e no ingresso dos funcionários públicos.

Além disso, parte da renda nacional é empregada no pagamento dos chamados serviços em ramos improdutivos (por exemplo, pela utilização da assistência médica, pelas empresas de espetáculos, pelos estabelecimentos de serviços públicos, etc.). Como já foi dito, nestes ramos não se cria produto social e, consequentemente, não se produz renda nacional; mas os capitalistas, explorando os trabalhadores assalariados neles ocupados, obtêm parte da renda nacional criada nos ramos da produção material.

Dessa renda, os capitalistas — proprietários das empresas dos ramos improdutivos — pagam os salários aos trabalhadores

assalariados, cobrem as correspondentes despesas materiais (de local, equipamento, calefação, etc.), e obtêm o lucro.

O pagamento dos serviços deve compensar os gastos dessas empresas e assegurar a taxa média de lucro, pois que, de outro modo, os capitalistas não empregarão seu capital nestes ramos. Em busca de lucros altos, os capitalistas se esforçam por elevar o pagamento dos serviços, o que conduz a queda do salário real dos operários e dos ingressos leais dos camponeses.

A maior parte da renda nacional dos países capitalistas é constituída pelos ingressos das classes exploradoras. Além disso, com o desenvolvimento do capitalismo, decresce a parte dos trabalhadores na renda nacional e se eleva a parte dos exploradores.

Os economistas burgueses deformam a verdadeira distribuição da renda nacional na sociedade capitalista. Tentam demonstrar que ocorre um pretenso processo de "nivelamento das rendas" das diversas classes e que, quanto mais alto o nível dos lucros dos capitalistas, tanto melhor a situação dos operários. Mas os fatos demonstram outra coisa. Assim é que, nos países capitalistas, aos trabalhadores, que constituem a maioria esmagadora da população, cabe menos da metade da renda nacional, enquanto que mais da metade da renda nacional é apropriada pela classe dos capitalistas.

A renda nacional é empregada, em última análise, para o consumo e a acumulação. A utilização da renda nacional nos países burgueses é determinada pelas leis econômicas do capitalismo e reflete o parasitismo crescente das classes exploradoras.

A parte da renda nacional que se destina ao consumo pessoal dos trabalhadores, a principal força produtiva da sociedade, está limitada em marcos muito estreitos. Camadas consideráveis de operários e camponeses trabalhadores são obrigados a privar-se, juntamente com suas famílias, do mais necessário a existência, a viver em choças, a deixar os filhos sem instrução.

Grande parte da renda nacional destina-se ao consumo improdutivo dos capitalistas e proprietários de terra. Somas consideráveis são gastas pelos capitalistas e proprietários territoriais na compra de artigos de luxo e também na manutenção de numerosa criadagem.

No capitalismo, a parte da renda nacional que se destina a ampliação da produção é relativamente diminuta em comparação com as possibilidades e as necessidades da sociedade.

O volume relativamente pequeno da acumulação no capitalismo é condicionado pelo fato de que uma parte considerável da renda nacional, como foi dito, destina-se ao consumo parasitário dos capitalistas, as despesas improdutivas. Assim é que atingem grandes proporções os gastos puros de circulação, que se destinam a manutenção do aparelho comercial e creditício, a conservação de reservas excedentes, as despesas com publicidade, a especulação na bolsa, etc.. Nos Estados Unidos, no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, os gastos puros de circulação absorveram 17 a 19% da renda nacional.

Uma parte cada vez maior da renda nacional, no capitalismo, destina-se as despesas militares, a corrida armamentista, a manutenção do aparelho estatal.

Na superfície dos fenômenos da sociedade capitalista, os ingressos e suas fontes aparecem sob forma desfigurada, fetichista. Manifesta-se a aparência enganosa de que o próprio capital gera o lucro, a terra produz a renda e os operários criam apenas um valor igual ao do seu salário.

Estas representações fetichistas constituem a base das teorias burguesas da renda nacional. Com a ajuda de tais teorias, os economistas burgueses tentam criar confusão sobre o problema da renda nacional, de acordo com os interesses da burguesia. Eles se empenham em demonstrar que a renda nacional é criada tanto pelos operários e camponeses como pelos capitalistas e proprietários territoriais, e também pelos funcionários públicos, policiais, corretores da bolsa, clero, etc..

Além disto, os economistas burgueses representam de modo falso a distribuição da renda nacional. Eles diminuem a parte da renda obtida pelos capitalistas e proprietários territoriais. Assim, por exemplo, os ingressos das classes exploradoras são determinados a base de cálculos muito reduzidos, apresentados pelos próprios pagadores de impostos; não são levados em conta os enormes honorários dos capitalistas, recebidos por muitos deles na qualidade de diretores das sociedades anônimas; não são computados os ingressos da burguesia rural, etc.. Ao mesmo tempo, os ingressos dos trabalhadores são aumentados artificialmente pelo fato de que se incorporam aos operários os altos funcionários, os diretores de empresas. de bancos, de firmas comerciais, etc., que recebem altos ordenados.

Por fim, os economistas burgueses deformam o quadro real da distribuição di renda nacional porque não distinguem as despesas com o consumo das classes exploradoras e com os gastos puros de circulação, reduzem a parte das despesas militares, mascaram de todas as formas o gasto improdutivo de uma parte enorme da renda nacional.

O Papel do Orçamento Estatal na Redistribuição da Renda Nacional

Para o cumprimento de suas funções, o Estado burguês possui um aparelho ramificado: exército, polícia, órgãos punitivos e judiciais, serviço de informações, diversos órgãos administrativos e de ação ideológica sobre as massas. Este aparelho é mantido as custas do orçamento estatal. As fontes de recursos para o orçamento estatal são, principalmente, os impostos e empréstimos.

O orçamento estatal é um instrumento de redistribuição de parte da renda nacional de acordo com os interesses das classes exploradoras. Apresenta-se na forma de uma previsão anual da receita e despesa do Estado. Marx escreveu que o orçamento do Estado capitalista

“é um orçamento de classe, o orçamento da burguesia.”(73)

Os seguintes dados evidenciam o crescimento da parte da renda nacional que é redistribuída através do orçamento estatal: nos Estados Unidos esta parte representava 6,5% em 1913, 19,3% em 1938 e 35,4% em 1956: na Inglaterra, 15,6%, 28,6% e 43,3%, respectivamente.

As despesas do Estado capitalista, em sua maioria esmagadora, são improdutivas.

Uma parcela imensa dos recursos do orçamento estatal, no capitalismo, destinam-se a preparação e a realização de guerras. Com este fim se relacionam também despesas com pesquisas científicas no campo da produção e do aperfeiçoamento de novas armas de extermínio em massa e com atividades de sapa em países estrangeiros.

Outra grande parcela das despesas do Estado capitalista está ligada a manutenção do aparelho de opressão dos trabalhadores.

"O militarismo contemporâneo é resultado do capitalismo. Em ambas as suas formas, ele é uma "manifestação viva" do capitalismo: como força militar, utilizada pelos Estados capitalistas em seus conflitos externos... e como arma nas mãos das classes dominantes para o esmagamento de qualquer gênero de movimento do proletariado (econômico e político)."(74)

O Estado gasta uma soma muito vultosa, particularmente em épocas de crises e guerras, com o fim de apoiar diretamente empresas capitalistas e assegurar-lhes altos lucros. Frequentemente, os subsídios concedidos aos bancos e aos industriais têm o objetivo de salvá-los da bancarrota, especialmente nas épocas de crise. Lucros adicionais de bilhões são drenados para os bolsos dos grandes capitalistas mediante as encomendas estatais, realizadas as custas do orçamento.

As despesas com a cultura e a ciência, com a instrução e a saúde pública, constituem uma parcela insignificante nos orçamentos estatais dos países capitalistas.

O Estado capitalista obtém a massa fundamental da sua receita por meio dos impostos.

Nas condições do capitalismo, os impostos são uma forma de exploração adicional dos trabalhadores por meio da redistribuição de parte de seus ingressos em proveito da burguesia, através do orçamento.

Como já foi dito, nos orçamentos dos países burgueses, atualmente, subtrai-se através dos impostos cerca de um terço do salário dos operários e empregados. Impostos elevados são cobrados dos camponeses, agravando sua ruína.

Os impostos denominam-se diretos, quando gravam os ingressos de pessoas por separado, e indiretos, quando gravam mercadorias vendidas (principalmente artigos de amplo consumo) ou serviços (por exemplo, bilhetes de cinema e teatro, passagens nos transportes urbanos, etc.). Os impostos indiretos elevam os preços das mercadorias e dos serviços. Na realidade, os impostos indiretos são pagos pelos compradores, principalmente pelos trabalhadores. Os capitalistas transferem para eles também uma parte de seus impostos diretos, mediante a elevação dos preços das mercadorias ou serviços.

A política do Estado burguês é orientada no sentido de reduzir, por todos os meios, as obrigações tributárias das classes exploradoras. Os capitalistas fogem ao pagamento de impostos, ocultando as verdadeiras proporções de suas rendas. A política de impostos indiretos é particularmente vantajosa para as classes possuidoras.

"A tributação indireta, recaindo sobre os objetos de consumo das massas, caracteriza-se pela máxima iniquidade. Ela incide com todo o seu peso sobre os pobres, criando privilégios para os ricos. Quanto mais pobre uma pessoa, tanto maior a parte de sua renda que entrega ao Estado sob a forma de impostos indiretos. A massa de poucos recursos e sem nenhum recurso constitui $^{9}/_{10}$ de toda a população, consome $^{9}/_{10}$ de todos os produtos tributados e paga $^{9}/_{10}$ do total de impostos indiretos."[75]

A carga tributária, lançada pelas classes exploradoras sobre os trabalhadores, cresce rapidamente.

Na Inglaterra, no fim do século XIX, os impostos constituíam 6 a 7% da renda nacional, 11% em 1913, 23% em 1924, 38% em 1950; na França, 10% no fim do século XIX, 13% em 1913, 21% em 1924, 28% da renda nacional em 1950.

Além dos impostos, os empréstimos constituem um importante item da receita do Estado capitalista. Com frequência cada vez maior, o Estado burguês recorre aos empréstimos para a cobertura de despesas extraordinárias, sobretudo militares. Uma parte considerável dos recursos conseguidos por meio de empréstimos destina-se ao pagamento, pelo Estado, das encomendas de armamento e equipamento para o exército, que proporcionam imensos lucros aos industriais. Afinal, os empréstimos conduzem a uma elevação posterior dos impostos que recaem sobre os trabalhadores, com o objetivo de pagar os juros e a amortização desses empréstimos. O montante da dívida pública dos países burgueses aumenta continuamente.

O total da dívida pública em todo o mundo cresceu de 38 bilhões de francos em 1825 para 250 bilhões de francos em 1900, isto é, de 6,6 vezes. No século XX, a dívida pública cresceu ainda mais rapidamente. Nos Estados Unidos, em 1914, o total da dívida pública atingiu 1,2 bilhões de dólares, enquanto que em 1938 foi de 37,2 bilhões, ou seja, aumentou de 31 vezes. Na Inglaterra, em 1890, foram pagos, a título de juros de empréstimos, 24,1 milhões de libras esterlinas e, em 1955/1956, cerca de 600 milhões; nos Estados Unidos, em 1940, foram pagos, a título de juros de empréstimos, 1 bilhão de dólares, enquanto que, em 1955/1956, foram pagos 6,9 bilhões de dólares.

Uma das fontes de receita do orçamento estatal no capitalismo é a emissão de papel-moeda, realizada com frequência particularmente durante as guerras. Provocando a inflação e a alta dos preços, a emissão de papel-moeda transfere ao Estado burguês parte da renda nacional as custas da redução do nível de vida das massas populares.

Desse modo, o orçamento estatal nas condições do capitalismo serve como instrumento do Estado burguês para a exploração adicional dos trabalhadores e para o enriquecimento da classe dos capitalistas, o que reforça ainda mais o caráter improdutivo e parasitário da utilização da renda nacional.

O sistema capitalista de distribuição da renda nacional, expressando os insolúveis antagonismos de classe da sociedade burguesa, acarreta inevitavelmente o atraso relativo do poder aquisitivo das massas em face da produção que se amplia. Esse atraso do consumo popular e as dificuldades da realização capitalista são condicionados pela contradição fundamental do capitalismo — pela contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação — e encontram sua manifestação clara nas crises econômicas periódicas de superprodução.

Notas de rodapé:

(68) K. Marx, O Capital, vol. II, 1955, p. 352. (retornar ao texto)

(69) V.I. Lênin. Para a Caracterização do Romantismo Econômico, Obras, vol. II, p. 144. (retornar ao texto)

(70) V.I. Lênin. Acerca da Chamada Questão dos Mercados, Obras, vol. I, p. 71. (retornar ao texto)

(71) K. Marx, O Capital, vol. I, 1955, p. 496. (retornar ao texto)

(72) V.I. Lênin, Ainda Sobre a Questão da Teoria da Realização, Obras, vol. IV, p. 71. (retornar ao texto)

(73) K. Marx, Libras, Shillings, Pence, ou o Orçamento de Classe e a Quem Ele Serve, K. Marx e F. Engels, Obras, vol. IX, 1958, p. 64. (retornar ao texto)

(74) V.I. Lênin, O Militarismo Atuante e a Tática Antimilitarista da Social-Democracia, Obras, vol. XV, p. 169.

(retornar ao texto)

(75) V.I. Lênin, Acerca do Registro Estatal, Obras, vol. V, p. 309. (retornar ao texto)

Capítulo XIV — As Crises Econômicas

O Fundamento das Crises Capitalista de Superprodução

A partir do início do século XIX, da época em que surgiu a grande indústria mecânica, o curso da reprodução ampliada capitalista é interrompido periodicamente pelas crises econômicas.

As crises capitalistas são crises de superprodução. As crises manifestam-se, antes de tudo, em que as mercadorias não encontram saída porque foram produzidas em quantidade maior do que podem comprar os principais consumidores — as massas populares, cujo poder aquisitivo está limitado dentro de marcos muito estreitos. Os "excedentes" de mercadorias entulham os depósitos. Os capitalistas diminuem a produção e dispensam operários. Centenas e milhares de empresas são fechadas. Cresce aceleradamente o desemprego. Grande número de pequenos produtores da cidade e do campo são arruinados. A falta de saída para as mercadorias produzidas leva ao transtorno do comércio. Rompem-se as relações de crédito. Os capitalistas sentem uma carência aguda de dinheiro em mão para os pagamentos. O "crack" irrompe nas bolsas — caem aceleradamente as cotações das ações e de outros títulos. Espraia-se a onda de bancarrotas de firmas industriais, comerciais e bancárias.

A superprodução de mercadoria na época das crises não é absoluta, mas relativa. Isto significa que o excesso de mercadoria existe apenas em comparação com a procura solvente, mas não em comparação com as necessidades reais da sociedade. Durante as crises, as massas trabalhadoras sentem uma privação particularmente aguda do mais essencial, suas necessidades são satisfeitas em condições piores do que em qualquer outra época. Massas de milhões passam fome porque foi produzido demasiado ' trigo, pessoas padecem de frio porque se extraiu "demasiado carvão. Os trabalhadores são privados dos meios de vida, precisamente porque produziram

estes meios de vida em quantidade demasiada. Tal é a escandalosa contradição do modo de produção capitalista, no qual, segundo as palavras do socialista utópico francês Fourier, "a abundância torna-se fonte de indigência e privações".

As comoções da vida econômica ocorriam frequentemente também nos modos de produção pré-capitalistas. Mas eram provocadas por quaisquer calamidades extraordinárias, espontâneas ou sociais: inundações, secas, guerras sangrentas ou epidemias devastavam as vezes países inteiros, condenavam as populações a fome e ao perecimento. Todavia, a distinção radical entre estas comoções econômicas e as crises capitalistas reside em que a fome e a miséria, provocadas por tais comoções, eram consequência do desenvolvimento insuficiente da produção, da carência aguda de produtos. Enquanto isso, no capitalismo, as crises são geradas pelo crescimento da produção em face do baixo nível de vida das massas populares, pelo "excesso" relativo de mercadorias produzidas.

Como foi demonstrado anteriormente (no capítulo III), a produção e a circulação mercantil simples já encerra a possibilidade das crises. Entretanto, as crises só se tornam inevitáveis no capitalismo, quando a produção adquire cada vez mais um caráter social, enquanto que o produto do trabalho socializado de muitos milhares e milhões de operários destina-se a apropriação privada dos capitalistas. A contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação dos resultados da produção, contradição fundamental do capitalismo, constitui o fundamento das crises econômicas de superprodução. Assim, a inevitabilidade das crises radica-se no próprio sistema de economia capitalista.

A contradição fundamental do capitalismo manifesta-se como oposição entre a organização da produção nas empresas por separado e a anarquia da produção no conjunto da sociedade. Em cada fábrica por separado, o trabalho dos operários é organizado e subordinado a vontade única do empresário. Mas na sociedade em conjunto, como resultado do domínio da propriedade privada dos meios de produção, reina

a anarquia da produção, que exclui o desenvolvimento planificado da economia. Por isso, são inevitavelmente violadas as condições complexas que se fazem necessárias para a realização do produto social na reprodução ampliada capitalista. Estas violações se acumulam gradualmente enquanto não irrompe a crise, momento em que o processo de realização chega a um completo transtorno.

Na caça a maiores lucros, os capitalistas ampliam a produção, aperfeiçoam a técnica, introduzem novas máquinas e lançam enormes massas de produtos no mercado. Nesta mesma direção atua a tendência constante a baixa da taxa de lucro, condicionada pelo aumento da composição orgânica do capital. Os empresários se esforçam por compensar a queda da taxa de lucro com o aumento da massa de lucros por meio da ampliação da produção, da elevação da quantidade de mercadorias fabricadas.

Desse modo, é inerente ao capitalismo a tendência a ampliação da produção, ao enorme crescimento da capacidade produtiva. Mas, como resultado do empobrecimento da classe operária e dos camponeses, a procura solvente dos trabalhadores atrasa-se em relação ao crescimento da produção, reduz-se de modo relativo. Em consequência disso, a ampliação da produção capitalista choca-se inevitavelmente com os marcos estreitos do consumo das massas fundamentais da população.

O objetivo da produção capitalista — a obtenção de lucros em escala cada vez maior — entra inevitavelmente em contradição com o meio necessário para atingir tal objetivo, com a ampliação da produção. A crise representa, no curso da reprodução ampliada capitalista, o momento em que essa contradição se manifesta sob a forma aguda de superprodução de mercadorias que não encontram saída.

A contradição fundamental do capitalismo manifesta-se exteriormente no antagonismo de classe entre o proletariado c a burguesia. O capitalismo se caracteriza pela ruptura entre duas importantes condições da produção: entre os meios de produção, que se concentram nas mãos dos capitalistas, c os

produtores diretos, que estão privados dos meios de produção e possuem apenas sua força de trabalho. Esta ruptura se revela claramente nas crises de superprodução, quando de um lado surge um excesso de meios de produção e de produtos, um excedente de capital, e de outro lado um excesso de força de trabalho, as massas de desempregados, privadas dos meios de existência.

As crises acompanham inevitavelmente o modo de produção capitalista. Elas não podem ser eliminadas enquanto existir o capitalismo.

O Caráter Cíclico da Reprodução Capitalista

As crises capitalistas de superprodução repetem-se com determinados intervalos, de 8 a 12 anos. A inevitabilidade das crises é determinada pelas leis econômicas gerais do modo de produção capitalista, as quais atuam em todos os países que seguem o caminho de desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo, o curso de cada crise, suas formas de manifestação e particularidades dependem também das condições concretas de desenvolvimento deste ou daquele país.

Já no fim do século XVIII e começo do século XIX, ocorreram na Inglaterra crises parciais de superprodução, que atingiram ramos isolados da indústria. A primeira crise industrial, que abarcou a economia do país em seu conjunto, desencadeou-se na Inglaterra em 1825. Em 1836 a crise começou na Inglaterra e depois estendeu-se aos Estados Unidos. A crise de 1847/1848, que abrangeu a Inglaterra, uma série de países do continente europeu e os Estados Unidos, já foi em essência uma crise mundial. A crise de 1857 atingiu os principais países da Europa e da América. Seguiram-se as crises de 1866, 1873, 1882 e 1890. A mais profunda foi a crise de 1873, que assinalou o começo da passagem do capitalismo pré-monopolista para o capitalismo monopolista. No século XX ocorreram crises em 1900/1903 (esta crise começou na Rússia, onde sua ação foi consideravelmente mais forte do que em qualquer outro país), em 1907, em 1920/1921, em 1929/1933, em 1937/1938, e depois da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, em 1948/1949 e em 1953/1954. No fim de 1957, começou nos Estados Unidos uma

nova crise.

O período entre o começo de uma crise e o começo de outra crise denomina-se ciclo. O ciclo consiste de quatro fases: crise, depressão, reanimação e ascenso. A fase fundamental do ciclo é a crise, que constitui o ponto de partida do novo ciclo.

A crise é a fase do ciclo em que a contradição entre o crescimento das possibilidades produtivas e a redução relativa da procura solvente manifesta-se de forma tempestuosa e destruidora. Nesta fase do ciclo, revela-se a superprodução de mercadorias que não encontram saída; ocorre uma queda brusca nos preços; a carência aguda de meios de pagamento é seguida pelo "crack" da bolsa, que provoca bancarrotas em massa; tudo isto conduz a diminuição brusca da produção, ao crescimento do desemprego, a redução dos salários. A depreciação de mercadorias, o desemprego, a destruição direta de máquinas, de equipamentos e de empresas inteiras significam uma enorme devastação das forças produtivas da sociedade. Por meio do arruinamento e da liquidação de muitas empresas, por meio da destruição de parte das forças produtivas, a crise adapta violentamente, e num prazo certo, as proporções da produção as proporções da procura solvente.

"As crises sempre representam apenas a solução violenta e temporária das contradições existentes, são explosões violentas que restabelecem num instante o equilíbrio violado."[(76)]

A depressão é a fase do ciclo que surge imediatamente depois da crise. Esta fase do ciclo se caracteriza pelo fato de que a produção industrial se encontra em estado de estancamento, os preços das mercadorias são baixos, o comércio marcha debilmente, existe abundância de capital monetário livre. No período da depressão, criam-se as premissas para a reanimação e o ascenso posteriores. Os estoques de mercadorias acumulados em parte são destruídos e em parte são liquidados a preços baixos. Os capitalistas se esforçam por encontrar saída para a situação de estancamento da produção, por meio da redução do custo de produção. Eles alcançam este objetivo, em primeiro lugar, mediante o aumento da exploração dos operários, o rebaixamento dos salários e a elevação da

intensidade do trabalho; em segundo lugar, mediante o reequipamento das empresas, a renovação do capital fixo, a introdução de aperfeiçoamentos técnicos, com o objetivo de tornar a produção lucrativa com os preços baixos que resultaram da crise. A renovação do capital fixo impulsiona o crescimento da produção numa série de ramos. As empresas que fabricam equipamento conseguem encomendas e, por sua vez, promovem a procura de diversos tipos de matérias-primas e materiais. Assim se abre a saída da depressão e ocorre a passagem a reanimação.

A reanimação é a fase do ciclo no curso da qual as empresas recobrem-se da comoção e os capitalistas passam a ampliação da produção. Gradualmente, o nível da produção atinge as proporções anteriores, os preços se elevam, crescem os lucros. A reanimação conduz ao ascenso.

O ascenso é a fase do ciclo no decorrer da qual a produção ultrapassa o ponto mais alto atingido no ciclo anterior, nas vésperas da crise. Durante o ascenso são construídas novas empresas industriais, estradas de ferro, etc.. Os preços sobem, os comerciantes tratam de comprar mercadorias na maior quantidade possível, tendo em vista a futura elevação dos preços, e deste modo incitam os industriais a uma ampliação ainda maior da produção. Os bancos concedem empréstimos, de bom grado, aos industriais e comerciantes. Tudo isto cria a possibilidade de ampliar as proporções da produção e do comércio muito além dos limites da procura solvente. Assim surgem as condições para a crise de superprodução seguinte.

Antes da irrupção da crise, a produção atinge o nível mais alto, mas as possibilidades de venda parecem ainda maiores. A superprodução já existe, mas de forma oculta. A especulação faz os preços subirem e infla desmesuradamente a procura de mercadorias. Os excedentes de mercadorias acumulam-se. Em grau ainda maior, o crédito oculta a superprodução: os bancos continuam a conceder créditos a indústria e ao comércio, sustentando artificialmente a ampliação da produção. Quando a superprodução atinge o grau mais alto, eclode a crise. Depois,

todo o ciclo se repete.

O curso cíclico da reprodução capitalista encontra sua expressão concreta na conjuntura econômica. Denomina-se conjuntura a situação geral da economia em determinado período, neste ou naquele país, em uma ou outra região, ou no mundo capitalista em conjunto. Os índices da conjuntura são dados sobre O movimento da produção, as grandes construções, o desemprego, o nível de salário, o comércio (interno e externo), os preços, as operações bancárias e da bolsa, O nível dos juros, etc.. As modificações da conjuntura têm como seu fundamento geral a mudança das fases do ciclo capitalista.

Cada crise impulsiona a renovação maciça do capital fixo. Esforçando-se para restabelecer a lucratividade de suas empresas em face da brusca rebaixa dos preços, os capitalistas intensificam a exploração dos operários, introduzem novas máquinas e tornos, empregam novos métodos de produção. a custa da intensificação da exploração da classe operária, do arruinamento dos pequenos produtores, da absorção de muitas empresas dos concorrentes, os grandes capitalistas realizam novas inversões de capital. Desse modo, a saída da crise é criada pelas forças internas do modo de produção capitalista.

Entretanto, com a passagem a reanimação e ao ascenso, acumulam-se de novo, inevitavelmente, violações das condições de reprodução, desproporções, contradições entre o crescimento da produção e os limites estreitos da procura solvente. Em consequência disso, depois de um intervalo mais ou menos determinado, eclode inevitavelmente uma nova crise de superprodução.

“Embora sejam muito diferentes e não coincidam entre si os períodos durante os quais se inverte capital, as crises, apesar disso, sempre constituem o ponto de partida para grandes e novas inversões de capital. Consequentemente, se encararmos a sociedade em conjunto, a crise gera. em maior ou menor grau, uma nova base material para o ciclo seguinte de rotações.”[(77)]

Nos ramos decisivos da indústria, a duração da vida dos

meios de produção fundamentais, levando-se em conta não só o desgaste físico como também o desgaste moral, é de cerca de dez anos, em média. A renovação periódica maciça do capital fixo é o fundamento material da periodicidade das crises, que se repetem regularmente no decurso da história do capitalismo.

Cada crise prepara terreno para novas crises. Com o desenvolvimento do capitalismo, aumenta a profundidade e a força destruidora das crises.

As Crises Agrárias

No capitalismo, a indústria é a esfera dominante da produção social, que predomina sobre as outras esferas e determina seu desenvolvimento. O desenvolvimento da indústria capitalista conduz a reorganização da agricultura em bases capitalistas. a medida em que a agricultura é atraída a órbita das relações capitalistas, ela cai, cada vez mais, sob a ação das leis da reprodução capitalista, que levam inevitavelmente as crises econômicas de superprodução. As crises de superprodução na agricultura são denominadas crises agrárias.

A inevitabilidade das crises agrárias é condicionada pela mesma contradição fundamental do capitalismo, que constitui o fundamento das crises industriais. Ao lado disso, as crises agrárias possuem algumas particularidades: frequentemente elas têm um caráter mais prolongado, mais dilatado, em comparação com as crises industriais.

A crise agrária do último quarto do século XIX, que abrangeu os países da Europa ocidental, a Rússia, e depois também os Estados Unidos, começou na primeira metade da década de 70 e prolongou-se, de uma ou outra forma, até meados da década de 90 do século XIX. Ela foi provocada pelo fato de que, em consequência do desenvolvimento do transporte marítimo e da ampliação da rede ferroviária, começou a entrar no mercado europeu, em grande quantidade, o trigo mais barato proveniente da América, da Rússia e da Índia.

A produção de trigo custava mais barato na América em

decorrência do cultivo de novas terras férteis e da existência de terras livres, pelas quais não se cobrava a renda absoluta. A Rússia e a Índia podiam exportar trigo para a Europa ocidental a preços baixos porque os camponeses russos e indianos, sufocados por tributos superiores as suas forças, eram obrigados a vender o trigo a preços ínfimos. Os arrendatários capitalistas e os camponeses europeus, em face da elevada renda, aumentada pelos grandes proprietários de terra, não podiam suportar essa concorrência. Depois da Primeira Guerra Mundial, com a enorme redução do poder aquisitivo da população, desencadeou-se na primavera de 1920 uma aguda crise agrária, que golpeou com força particular os países não-europeus (Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália). A agricultura ainda não se havia recuperado desta crise quando, no fim de 1928, manifestaram-se evidentes sintomas de uma nova crise agrária que se iniciava no Canadá, nos Estados Unidos, no Brasil e na Austrália. Essa crise abarcou os países fundamentais do mundo capitalista que exportavam matérias-primas e gêneros alimentícios.

A crise abrangeu todos os ramos da agricultura, entrelaçou-se com a crise industrial de 1929 a 1933 e prolongou-se até o começo da Segunda Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se novamente a crise agrária nos maiores países que exportam produtos agrícolas — Estados Unidos, Canadá, Argentina, Austrália, e numa série de ramos da agricultura dos países da Europa ocidental.

Explica-se o caráter dilatado das crises agrárias pelas seguintes causas principais:

Em primeiro lugar, os proprietários de terra, por força do monopólio da propriedade privada sobre a terra, também durante as crises agrárias obrigam os arrendatários a pagar, nas proporções anteriores, o arrendamento fixado no contrato. Em face da queda dos preços das mercadorias agrícolas, a renda agrária é paga as custas da redução posterior do salário dos operários agrícolas, as custas do lucro e, por vezes, até mesmo as custas do capital adiantado pelos arrendatários. Em consequência disso, torna-se muito difícil a saída da crise por

meio da introdução de técnica aperfeiçoada e da redução do custo de produção.

Em segundo lugar, no capitalismo, a agricultura é um ramo atrasado em comparação com a indústria. A propriedade privada da terra, as sobrevivências de relações feudais, a necessidade de pagamento da renda absoluta e diferencial aos proprietários de terra — tudo isto impede o livre afluxo de capitais para a agricultura, retarda o desenvolvimento de suas forças produtivas. A composição orgânica do capital na agricultura é mais baixa do que na indústria; o capital fixo, cuja renovação maciça é a base material da periodicidade das crises industriais, desempenha na agricultura um papel menor do que na indústria.

Em terceiro lugar, os camponeses, pequenos produtores de mercadorias, esforçam-se durante as crises para conservar o volume anterior da produção, a fim de manter-se a qualquer preço no pedaço de terra que é seu ou arrendado, e o fazem a custa de trabalho desmedido, subalimentação, exploração predatória do solo e do gado. Isto aumenta ainda mais a superprodução de produtos agrícolas.

Assim, a base comum do caráter dilatado das crises agrárias é o monopólio da propriedade privada sobre a terra, as sobrevivências feudais a ele ligadas e o atraso relativo da agricultura em comparação com a indústria.

O peso principal das crises agrárias recai sobre as massas fundamentais do campesinato. A crise agrária arruína as massas de pequenos produtores mercantis; promovendo a ruptura das relações de propriedade estabelecidas, ela acelera a decomposição do campesinato e o desenvolvimento das relações capitalistas na agricultura. Ao mesmo tempo, as crises agrárias exercem uma influência destruidora na agricultura dos países capitalistas, provocando a redução da área cultivada e da quantidade de gado.

Constituindo uma explosão violenta de todas as contradições do modo de produção capitalista, as crises econômicas levam inelutavelmente a um aprofundamento e agravamento posteriores destas contradições.

Em regra, as crises capitalistas de superprodução possuem um caráter geral. Iniciando-se em qualquer ramo de produção, elas abrangem rapidamente toda a economia nacional. Nascendo em um ou em alguns países, elas se estendem a todo o mundo capitalista.

Cada crise conduz a uma brusca redução da produção, a queda dos preços por atacado das mercadorias e das cotações das ações na bolsa, a diminuição do volume do comércio interno e externo. O volume da produção cai ao nível existente vários anos atrás. No século XIX, os países capitalistas, durante as crises, tiveram o nível de sua atividade econômica reduzido ao de 3 a 5 anos atrás, e no século XX ao nível de dezenas de anos atrás.

A extração de carvão nos Estados Unidos caiu em 9,1% durante a crise de 1873, em 7,5% na de 1882, em 6,4% na de 1893, em 13,4% na de 1907, em 27,5% na de 1920/1921, em 40,9% na de 1929/1933. A produção de ferro gusa nos Estados Unidos caiu em 27% durante a crise de 1873, em 12,5% na de 1882, em 27,3% na de 1893, em 38,2% na de 1907, em 54,8% na de 1920/1921, e 79,4% na de 1929/1933.

Na Alemanha, o volume total da produção industrial caiu em 6,1% durante a crise de 1873, em 3,4% na de 1890, em 6,5% na de 1907, e 40,6% na de 1929/1933.

Na Rússia, em decorrência da crise de 1900/1903, a fundição de ferro gusa reduziu-se de 17% em 1903, em comparação com 1900, a laminação de trilhos em 30% e a extração de petróleo diminuiu de 10% em 1903, em comparação com 1901.

Com a crise de 1857, os Estados Unidos foram lançados dois anos para trás quanto a extração de carvão, quatro anos quanto a produção de ferro gusa; dois anos quanto a

exportação e três anos quanto a importação. Com a crise de 1929, os Estados Unidos foram lançados para trás 28 anos quanto a extração de carvão, 36 anos quanto a produção de ferro gusa, 31 anos quanto a produção de aço, 35 anos quanto a exportação e 31 anos quanto a importação.

Com a crise de 1929, a Inglaterra foi lançada 35 anos para trás quanto a extração de carvão, 76 anos quanto a produção de ferro gusa, 23 anos quanto a produção de aço e 36 anos quanto ao comércio exterior.

As crises econômicas revelam claramente o caráter rapace do capitalismo. Durante cada crise, enquanto milhões de pessoas se encontram em condições de extrema penúria, condenadas a miséria e a fome, são destruídas massas enormes de mercadorias que não encontram saída — de trigo, de batatas, de leite, de gado, de algodão. São fechados ou demolidos usinas inteiras, estaleiros, altos-fornos, são destruídas culturas cerealíferas e técnicas, são derrubadas plantações - de árvores frutíferas.

Nos anos de crise (1929/1933), nos Estados Unidos, foram demolidos 92 altos-fornos, 72 na Inglaterra, 28 na Alemanha e 10 na França. A tonelagem dos navios destruídos nestes anos atingiu mais de 6,5 milhões de toneladas de registro.

A ação destrutiva das crises agrárias pode ser vista pelos seguintes dados. Nos Estados Unidos, de 1926 a 1937, mais de 2 milhões de granjas foram vendidas compulsòriamente, em pagamento de dívidas. A renda proveniente da agricultura reduziu-se de 6,8 bilhões de dólares em 1929, a 2,4 bilhões em 1932. Nesse mesmo período, a venda de máquinas e equipamentos agrícolas diminuiu de 458 milhões de dólares para 65 milhões de dólares anuais, ou seja, em 7 vezes, e o consumo de adubos artificiais reduziu-se quase a metade.

O governo dos Estados Unidos adotou todas as medidas para a redução da produção agrícola. Em 1933 foram destruídos por meio de re-aração, 10,4 milhões de acres de culturas algodoeiras, foram comprados e exterminados 6,4 milhões de porcos e o trigo foi queimado nas fornalhas das locomotivas.

No Brasil, foram destruídos cerca de 22 milhões de sacas de café, e, na Dinamarca, 117 mil cabeças de gado.

As crises acarretam inúmeros males a classe operária, as massas fundamentais do campesinato, a todos os trabalhadores. Provocam o desemprego em massa, que condena ao ócio forçado, a miséria e a fome centenas de milhares e milhões de pessoas. Os capitalistas utilizam o desemprego para aumentar a exploração da classe operária e rebaixar o nível de vida dos trabalhadores.

O número de operários ocupados na indústria de transformação dos Estados Unidos, durante a crise de 1907, reduziu-se em 11,8%. Durante a crise de 1929/1933, o número de operários da indústria de transformação norte-americana diminuiu de 38,8%, e a soma de salários pagos caiu de 57,7%. Segundo dados de estatísticos norte-americanos, no período de 1929 a 1938, como resultado do desemprego, foram perdidos 43 milhões de homens-ano.

As crises agravam em alto grau a insegurança da existência dos trabalhadores, seu receio pelo dia de amanhã. Não encontrando trabalho durante anos, os proletários perdem sua qualificação; após o término da crise, muitos deles já não podem voltar a produção. Pioram as condições de moradia dos trabalhadores, aumenta o número de pessoas sem teto que vagueiam pelo país em busca de trabalho. Nos anos de crise, eleva-se bruscamente o número de suicídios de pessoas levadas ao desespero, cresce a mendicidade e a delinquência.

As crises conduzem ao agravamento das contradições de classe entre o proletariado e a burguesia, entre as massas fundamentais do campesinato e os latifundiários, usurários e camponeses ricos que os exploram. Nas condições de crise, a classe operária é privada de muitas conquistas por ela obtidas em luta árdua e prolongada contra os empresários e o Estado burguês. Isto demonstra aos operários que o único caminho para se libertarem da exploração e da insegurança é a destruição do sistema de escravidão assalariada capitalista.

As mais amplas massas do proletariado, condenadas pelas

crises a imensas privações, impregnam-se de consciência de classe e de decisão revolucionária. A incapacidade da burguesia para dirigir as forças produtivas da sociedade quebranta a fé das camadas pequeno-burguesas da população na solidez da ordem capitalista. Verifica-se o agravamento da luta de classes na sociedade capitalista.

Durante as crises, o Estado burguês corre em auxílio dos capitalistas com subsídios monetários, que são pagos afinal de contas pelas massas trabalhadoras. Utilizando o aparelho de violência e coerção, o Estado ajuda os capitalistas a realizarem uma ofensiva contra o nível de vida da classe operária e dos camponeses. Isto agrava o empobrecimento das massas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, as crises revelam a impotência do Estado burguês em face das leis espontâneas do capitalismo.

As crises constituem o índice mais evidente de que as forças produtivas criadas pelo capitalismo ultrapassaram os marcos das relações de produção burguesas, motivo por que estas últimas se tornaram um freio para o crescimento posterior das forças produtivas.

"A crise demonstra que a sociedade contemporânea poderia produzir uma quantidade de produtos incomparavelmente maior, a fim de melhorar a vida de todo o povo trabalhador, se a terra, as fábricas, as máquinas, etc. não fossem usurpadas por um punhado de proprietários privados, que extraem milhões da miséria popular."[78]

Cada crise torna mais próxima a derrocada do modo de produção capitalista.

Os economistas burgueses tentam por todos os meios ocultar a verdadeira natureza e as causas das crises, porquanto nas crises se manifestam, de modo particularmente claro e agudo, as contradições insolúveis do capitalismo, que evidenciam a inevitabilidade de sua ruína. Tentando dissimular a inevitabilidade das crises no capitalismo, eles habitualmente as consideram como resultado de causas acidentais, que poderiam ser eliminadas — segundo pensam — com a conservação do sistema de economia capitalista.

Com este objetivo, os economistas burgueses proclamam, como causa final das crises, a violação "casual" da proporcionalidade entre os ramos da produção, ou o atraso "temporário" do consumo em relação a produção, propondo assegurar tipos de "consumo" como a corrida armamentista e a guerra para curar o capitalismo das crises. Todavia, tanto a desproporcionalidade na produção como a contradição entre a produção e o consumo são formas de manifestação inevitáveis da contradição fundamental do capitalismo, que não pode ser eliminada enquanto ele subsista. Alguns economistas burgueses chegam a afirmar que as crises são engendradas pelo movimento das manchas solares, que exerceriam influência nas colheitas e, consequentemente, em toda a vida econômica.

A fim de dissimular a inevitabilidade das crises no capitalismo, os economistas burgueses constroem numerosas "teorias da conjuntura", nas quais as oscilações da conjuntura, que refletem o curso cíclico da reprodução capitalista, são explicadas pela maior quantidade possível de "fatores", de ordem casual ou derivada. Nos intervalos entre as crises, os defensores da burguesia se manifestam habitualmente com .afirmações grandiloquentes de que chegou o fim das crises e de que o capitalismo ingressou no caminho do desenvolvimento sem crises. Entretanto, a crise seguinte demonstra toda a falsidade de semelhantes assertivas. A vida revela invariavelmente a mais completa inconsistência de todas as receitas para curar o capitalismo das crises.

A Tendência Histórica do Desenvolvimento do Capitalismo. O Proletariado como Coveiro do Capitalismo

Depois que o capitalismo se tornou o regime dominante, o processo de concentração da propriedade em poucas mãos avançou a passos gigantescos. O desenvolvimento do capitalismo conduz ao arruinamento dos pequenos produtores, que passam as fileiras do exército dos operários assalariados. Ao lado disso, aguça-se a luta de concorrência entre os capitalistas, como resultado da qual um capitalista elimina muitos outros. A concentração do capital significa a concentração de imensas riquezas nas mãos de um círculo cada vez mais estreito de

pessoas.

Desenvolvendo as forças produtivas e socializando a produção, o capitalismo cria as premissas materiais do socialismo. Juntamente com isso, o capitalismo engendra seu coveiro — a classe operária, que assume o papel de chefe e dirigente de todas as massas trabalhadoras e exploradas. O desenvolvimento da indústria é acompanhado pelo crescimento numérico do proletariado, pelo aumento de sua coesão, consciência e organização. O proletariado se ergue, cada vez mais decididamente, na luta contra o capital. O desenvolvimento da sociedade capitalista, que leva ao agravamento das contradições antagônicas a ela inerentes e ao agravamento da luta de classes, prepara as premissas necessárias para .a vitória do proletariado sobre a burguesia.

A expressão teórica dos interesses radicais da classe operária é o marxismo — o socialismo cientifico, que constitui uma concepção do mundo íntegra e harmoniosa. O socialismo científico ensina ao proletariado a unir-se para a luta de classe contra a burguesia. Os interesses de classe do proletariado coincidem com os interesses do desenvolvimento progressivo da sociedade, fundem-se com os interesses da maioria esmagadora da sociedade, pois a revolução socialista significa a destruição de toda a exploração.

Se, na aurora do capitalismo, alguns usurpadores — os capitalistas e latifundiários — expropriaram as massas populares, o desenvolvimento do capitalismo leva a inevitabilidade da expropriação dos poucos usurpadores pelas massas populares.

“O monopólio do capital torna-se uma algema para este modo de produção que cresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com o seu envoltório capitalista. Este salta em pedaços. Soa a hora da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.”[(79)]

Tal é a tendência histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Notas de rodapé:

(76) K. Marx, O Capital, vol. III, 1955, p. 259.

(77) K. Marx, O Capital, vol. II, 1955, p. 182.

(78) V.I. Lênin, As Lições da Crise, Obras, vol. V, p. 76.

(79) K. Marx, O Capital, vol. I, 1955, p. 766.

b) CAPITALISMO MONOPOLISTA — O IMPERIALISMO

Capítulo XV — Os Traços Fundamentais do Imperialismo

A Passagem para o Imperialismo

O capitalismo pré-monopolista, em que domina a livre concorrência, atingiu o seu ponto mais alto de desenvolvimento nos anos de 60 a 70 do século passado. No decurso do último terço do século XIX, teve lugar a passagem do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista.

O capitalismo monopolista, ou imperialismo, é o estágio superior e último do capitalismo, cujo traço distintivo fundamental é a substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios.

A passagem do capitalismo pré-monopolista ao capitalismo monopolista — ao imperialismo — foi preparada pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela concentração da produção da sociedade burguesa.

O último terço do século XIX foi assinalado por grandes conquistas técnicas, pelo crescimento da indústria e por sua concentração. Alcançaram ampla aplicação na metalurgia novos métodos de fundição do aço (os processos de Bessemer, Martin e Thomas). A rápida difusão de novos tipos de motores — o motor de combustão interna, a turbina a vapor, o motor elétrico — acelerou o desenvolvimento da indústria e do transporte. Os êxitos da ciência e da técnica criaram a possibilidade da produção de energia elétrica em grande escala em usinas térmicas e, posteriormente, nas grandes centrais hidrelétricas. O emprego da energia elétrica levou a criação de uma série de novos ramos da indústria química e da metalurgia. Ampliou-se a aplicação de métodos químicos em muitos ramos e processos da produção. O aperfeiçoamento dos motores de combustão interna possibilitou o aparecimento e a difusão do transporte automobilístico e, depois, da aviação.

Em meados do século XIX, o lugar predominante na indústria dos países capitalistas ainda era ocupado pela indústria leve. Numerosas empresas de proporções relativamente pequenas pertenciam a proprietários isolados, sendo o peso específico das sociedades por ações comparativamente diminuto. A crise econômica de 1873 levou muitas dessas empresas a ruína e deu um forte impulso a concentração e centralização do capital. A indústria pesada passou a desempenhar o papel dominante na indústria dos principais países capitalistas — sobretudo a metalurgia e a construção de máquinas, assim como a indústria extrativa mineral, para cujo desenvolvimento eram necessários capitais gigantescos. A ampla difusão das sociedades por ações acelerou ainda mais a centralização do capital.

O capitalismo monopolista constituiu-se definitivamente no fim do século XIX e começo do século XX. A passagem ao capitalismo monopolista ocorreu em todos os países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do imperialismo em diferentes países teve suas particularidades características. Assim, na Inglaterra o imperialismo adquiriu um caráter colonial manifesto, e, na França, um caráter usurário.

A V.I. Lênin pertence o mérito histórico de haver empreendido a análise marxista do imperialismo como o estádio superior e, ao mesmo tempo, final do desenvolvimento do capitalismo, como a véspera da revolução socialista do proletariado. Em sua obra clássica O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo e em uma série de outros trabalhos, escritos principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, Lênin fez o balanço do desenvolvimento do capitalismo mundial durante o meio século transcorrido após a publicação de O Capital, de Marx. Apoiando-se nas leis do aparecimento, desenvolvimento e declínio do capitalismo, descobertas por Marx e Engels, Lênin realizou uma profunda análise científica da essência econômica e política do imperialismo, de suas leis e de suas contradições insolúveis.

Segundo a definição clássica de Lênin, as características econômicas fundamentais do imperialismo são as seguintes:

"1) A concentração da produção e do capital, atingindo um grau tão alto de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham papel decisivo na vida econômica; 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, sobre a base deste "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) A exportação do capital, diversamente da exportação de mercadorias, adquire uma significação particularmente importante: 4) Formam-se as uniões monopolistas internacionais de capitalistas, que dividem o mundo entre si; 5) Termina a divisão territorial do mundo entre as maiores potências capitalistas."(80)

A Concentração da Produção e os Monopólios. Os Monopólios e a Concorrência

A livre concorrência, que dominava na etapa pré-monopolista do capitalismo, condicionou o rápido processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores. A ação da lei da concentração e centralização do capital conduziu inelutavelmente a vitória de um número reduzido de empresas grandes e muito grandes, em relação as quais milhões de pequenas e médias empresas desempenham um papel cada vez mais subordinado. Por sua vez, a concentração da produção preparou a passagem do domínio da livre concorrência para o domínio dos monopólios.

Na Alemanha, nas empresas da indústria, do comércio, dos transportes, etc., em que trabalhavam mais de 50 pessoas, estavam concentradas 22% de todos os operários e empregados, em 1882; 30% em 1895; 37% em 1907; 47,2% em 1925; 49,9% em 1939. Na Alemanha ocidental, em 1957, estavam concentradas nestas empresas 87,7% de todos os operários e empregados, e 37,5%, nas maiores empresas (com mil e mais pessoas ocupadas).

Nos Estados Unidos, em 1904, as maiores empresas, com a produção no valor de um milhão de dólares ou mais, constituíam 0,9% do número total de empresas; nestas empresas estavam ocupados 25,6% do número total de operários e elas forneciam 38% da produção global da indústria. Em 1939, as maiores empresas, que constituíam 5,2% do número

total, concentravam 55% dos operários ocupados e 67,5% da produção global da indústria. Um grupo ainda mais reduzido — 500 gigantescas corporações industriais dos Estados Unidos — produzia, em 1955, cerca de metade da massa total da produção industrial e obtinha 68% da massa total de lucros.

Na França, em 1954, mais de 48% dos salários foram pagos pelas maiores empresas, que constituíam apenas 0,14% do número total de empresas.

A indústria da Rússia se distinguia por um alto grau de concentração. Na Rússia, em 1879, as grandes empresas (com mais de 100 operários) constituíam 4,4% de todas as empresas e concentravam 54,8% da soma total da produção. Em 1903, nas grandes empresas (com mais de 100 operários), concentravam-se 76,6% de todos os operários industriais; estas empresas produziam a maioria esmagadora da produção industrial.

A concentração da produção verifica-se mais rapidamente na indústria pesada e, particularmente, nos ramos industriais novos (química, eletrotécnica, automobilística, etc.) retardando-se na indústria leve, na qual se conservam muitas pequenas e médias empresas.

Em determinado grau de seu desenvolvimento, a concentração da produção conduz em cheio ao monopólio. A grande envergadura da empresa dificulta a concorrência, torna-a particularmente destruidora por suas consequências e gera a tendência ao monopólio. Ao lado disso, é mais fácil chegar a acordo com algumas dezenas de empresas gigantes do que com centenas e milhares de pequenas empresas. Assim, a livre concorrência é substituída pelo monopólio.

A essência econômica do imperialismo consiste nessa mudança. Entre os países capitalistas, existem diferenças quanto as formas dos monopólios ou quanto a época do seu aparecimento, mas a geração dos monopólios pela concentração da produção é uma lei para todos os países no estádio contemporâneo do desenvolvimento do capitalismo.

Os monopólios são enormes empresas capitalistas ou

uniões de empresas capitalistas, que concentram em suas mãos a parte mais importante da produção ou da venda de determinado produto, o que lhes dá a possibilidade de limitação da concorrência e do estabelecimento de altos preços monopolistas para as mercadorias. Com a venda das mercadorias por altos preços, os monopólios garantem a obtenção de altos lucros monopolistas.

São variadas as formas de organizações monopolistas. Já podem ser incluídos entre elas os acordos temporários sobre os preços de venda, que recebem diversas denominações: convenções, "corners", "rings", etc.. As formas fundamentais de monopólios são os cartéis, os sindicatos, os trustes e os consórcios.

Cartel é a união monopolista cujos participantes, conservando suas empresas na qualidade de unidades autônomas, entram em acordo sobre as condições de venda e os prazos de pagamento, dividem entre si os mercados de venda, determinam a quantidade de mercadorias produzidas, estabelecem preços. A quantidade de mercadorias que cada participante do cartel tem o direito de produzir e vender denomina-se quota; a violação das quotas acarreta o pagamento de multas a caixa do cartel.

Sindicato é a associação monopolista de empresas autônomas, na qual a venda de mercadorias, e por vezes também a compra de matérias-primas, realizam-se através de um escritório geral.

Truste é o monopólio em que a propriedade de todas as empresas foi unificada e seus proprietários se tornaram sócios, que recebem os lucros de acordo com O número de quotas ou ações pertencentes a cada um. a frente do truste encontra-se uma diretoria, que dirige toda a produção, a venda dos produtos e as finanças das empresas anteriormente autônomas. Frequentemente, os trustes ingressam em uniões mais amplas — os consórcios.

Consórcio é a unificação de uma série de empresas de diferentes ramos da indústria, firmas comerciais, bancos,

companhias de transportes e de seguros, a base da dependência financeira comum em relação a determinado grupo de grandes capitalistas, que possui o controle sobre todas as empresas pertencentes ao consórcio.

Os monopólios ocupam os postos dominantes na economia dos países capitalistas. Abarcaram a indústria pesada e também muitos ramos da indústria leve, o transporte ferroviário e marítimo, o comércio interno e externo, os bancos, os negócios de seguros, estabeleceram seu domínio sobre a agricultura.

Na siderurgia dos Estados Unidos dominam oito monopólios, sob cujo controle se encontravam, em 1956, 82% de toda a capacidade produtiva de aço do país; entre eles, os dois maiores — o truste United States Steel e a corporação Bethlehem Steel — dispunham de 50% de toda a capacidade produtiva. O monopólio mais antigo dos Estados Unidos é o truste de petróleo Standard Oil, que explora a riqueza petrolífera de dezenas de países. Três firmas possuem importância decisiva na indústria automobilística: a General Motors, a Ford e a Chrysler. Na indústria eletrotécnica ocupam posição dominante duas firmas: a General Electric e a Westinghouse. A indústria química é controlada, em grande medida, pelo consórcio Dupont de Nemours, e a de alumínio, pelo consórcio Mellon. No período posterior a Segunda Guerra Mundial, aumentou particularmente a importância dos consórcios que ocupam as posições principais na produção de armamentos, sobretudo da arma atômica: General Motors, General Electric e outros.

Na Inglaterra, O papel das uniões monopolistas cresceu particularmente após a Primeira Guerra Mundial, quando surgiram os cartéis nas indústrias têxtil e carbonífera, na siderurgia e em uma série de novos ramos da indústria. O truste químico inglês controla cerca de nove décimos de toda a produção da indústria química básica e quase toda a produção de material explosivo, tintas e azoto no país. É estreitamente ligado com os ramos mais importantes da indústria inglesa e, em particular, com os consórcios bélicos. Desempenham grande

papel os monopólios especializados na exploração das colônias, sobretudo o consórcio Unilever. Os monopólios petrolíferos Royal Dutch Shell e British Petroleum (até 1954 denominava-se companhia de petróleo Anglo-Iraniana) possuem explorações petrolíferas e participam da extração de petróleo numa série de países do Oriente Próximo e Médio, do sudeste da Ásia e da América Latina.

Na Alemanha, os cartéis conseguiram ampla difusão a partir do fim do século passado. No período entre as duas guerras mundiais, dominavam na economia do país o truste do aço (Vereinigte Stahlwerke), que possuía cerca de 200 mil operários e empregados. O truste químico (Interessen-Gemeinschaft Farbenindustrie), com 100 mil operários e empregados, os monopólios da indústria carbonífera, o consórcio de canhões Krupp, os consórcios eletrotécnicos, Companhia Geral de Eletricidade e Siemens. Na Alemanha ocidental, 74% de todo o capital das sociedades anônimas pertenciam, em 1952, as grandes sociedades anônimas (com mais de 10 milhões de marcos de capital). Em 1955, sua parte no total do capital das sociedades anônimas aumentou para 80%. Na indústria mineira, pertencem as grandes empresas 90% do capital das sociedades anônimas; 81% na siderurgia; 99% na indústria petrolífera. Na indústria eletrotécnica, oito grandes companhias possuem 82% do capital em ações. as maiores dentre elas — a Companhia Geral de Eletricidade e a Siemens —, juntamente com as firmas que se encontram sob seu controle, pertencem 75% de todo o capital em ações da indústria eletrotécnica.

Na França, atualmente, toda a produção de alumínio está concentrada nas mãos de uma companhia. Uma firma controla 80% de toda a produção de tintas. Três companhias controlam: 75% da construção naval; 72% da indústria de cimento; 90% da produção de pneumáticos; 65% da indústria de açúcar. Nas empresas de quatro companhias, em 1953, teve lugar a produção de 93% dos automóveis. Cinco grandes companhias detêm em suas mãos: 70 a 75% de toda a produção de aço, 90% da indústria de refino do petróleo.

Na Itália, no Japão, e mesmo em países pequenos como a Bélgica, a Suécia e a Suíça, as organizações monopolistas ocupam os postos dominantes na indústria.

Na Rússia anterior a revolução, os grandes monopólios abarcavam os principais ramos da indústria pesada. O sindicato Prodamet (união para a venda dos produtos das empresas metalúrgicas), surgido em 1902, administrava as vendas de mais de quatro quintos do metal. Em 1904, foi organizado o sindicato Prodvagon, que monopolizava quase inteiramente a produção e a venda de vagões. O sindicato Produgol abarcava três quartos de toda a extração de carvão do Donbass.

Os economistas burgueses, tentando embelezar o capitalismo contemporâneo, afirmam que a difusão dos monopólios supostamente liberta o regime burguês de males como a concorrência, a anarquia da produção, as crises. Na realidade, o domínio dos monopólios não somente não pode eliminar a concorrência, a anarquia da produção, as crises, como aguça ainda mais todas as contradições do capitalismo.

Lênin indicava que o imperialismo não pode reconstruir o capitalismo de cima a baixo. Ao lado do papel dominante dos monopólios, em todos os países conservam-se numerosas empresas capitalistas médias e pequenas e massas de pequenos produtores — camponeses e artesãos. O monopólio, que se forma numa série de ramos da produção, aumenta o caos inerente a toda a economia capitalista em seu conjunto.

“Os monopólios, surgindo da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima dela e ao lado dela, gerando, desse modo, uma série de contradições, atritos e conflitos particularmente agudos e violentos.”[81]

Em primeiro lugar, a concorrência não cessa dentro dos monopólios. Os participantes dos sindicatos e dos cartéis lutam entre si por mercados mais vantajosos, por uma parte (quota) maior na produção e na venda. Nos trustes e consórcios, trava-se a luta pelos postos dirigentes, pelo lote de ações que controla a sociedade, pela distribuição dos lucros.

Em segundo lugar, realiza-se a concorrência entre, os monopólios: tanto entre os monopólios do mesmo ramo como entre os monopólios de diferentes ramos, quando um fornece mercadorias a outro (por exemplo, entre os trustes siderúrgico e automobilístico), ou quando produzem mercadorias que podem ser substituídas umas pelas outras (carvão, petróleo, energia elétrica). Nas condições de uma capacidade limitada do mercado interno, os monopólios que produzem artigos de consumo travam uma luta encarniçada pela venda de suas mercadorias.

Em terceiro lugar, a concorrência se realiza entre os monopólios e as empresas não monopolistas. Os ramos monopolizados acham-se numa situação privilegiada em relação aos outros ramos. Os monopólios adotam todas as medidas para o estrangulamento das empresas "marginais", "selvagens", que não ingressam nas uniões monopolistas. Apropriando-se de parte da mais-valia dos ramos e empresas não monopolizados, os monopólios elevam seus lucros.

Ao lado disso, o domínio dos monopólios confere a luta de concorrência proporções particularmente amplas e uma extrema agudeza. Estendeu-se em enorme medida a esfera dessa luta. Na etapa pré-monopolista do capitalismo, a luta de concorrência se travava quase exclusivamente em torno da venda de mercadorias e, além disso, principalmente dentro do mercado nacional limitado dos países, tomados por separado. Na etapa monopolista do capitalismo, a luta de concorrência se trava no mercado capitalista mundial e, a par disso, não somente em torno da venda de mercadorias, mas também pelas fontes de matérias-primas e pelas esferas de aplicação de capital.

Os meios e métodos de luta de concorrência empregados pelos monopólios revestem-se de um caráter particularmente agudo e destruidor. Para estrangular o adversário, os monopolistas põem em prática todos os processos possíveis de violência direta, de suborno e de chantagem, recorrem a maquinações financeiras complexas, utilizam amplamente o aparelho do Estado.

O desenvolvimento dos monopólios significa uma enorme socialização da produção. Mas os frutos dessa socialização caem nas mãos de alguns monopolistas, cujo domínio sobre o resto da população torna-se particularmente opressivo. Verifica-se um maior aprofundamento da contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação — e, em consequência disso, as crises se tornam ainda mais devastadoras.

Os apologistas dos monopólios, que difundem a teoria do "capitalismo popular", baseiam-se em que, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos, ao lado dos monopólios existe uma grande quantidade de pequenas e médias empresas na esfera da indústria e do comércio. Os fatos demonstram, porém, que milhões de pequenas empresas, existentes ao lado de poucas empresas gigantes, vivem sob o pavor constante da morte e da ruína. Assim é que nos Estados Unidos, no período de 1945 a 1950, surgiram cerca de 2,6 milhões de pequenas empresas, mas pereceram acima de 1,8 milhões. Em cada dezena de novas empresas pequenas, três habitualmente subsistem menos de um ano, duas vivem não mais de dois anos, e uma ou duas conseguem durar quatro anos. Somente um quarto delas logra sobreviver seis ou mais anos; apenas poucas empresas pequenas são transferidas aos filhos ou aos netos de seus fundadores.

A Concentração e os Monopólios na Esfera Bancária. O Novo Papel dos Bancos

Não se pode ter uma compreensão suficientemente completa sobre a força real e a importância dos monopólios atuais, se não se der atenção ao papel dos bancos. Nos negócios bancários, como na indústria, realiza-se a concentração do capital e a passagem da livre concorrência ao monopólio.

Inicialmente os bancos serviam, principalmente, como intermediários nos pagamentos. Com o desenvolvimento do capitalismo, ampliou-se a atividade dos bancos como comerciantes de capital. A acumulação de capital e a concentração da produção na indústria levaram a centralização nos bancos de enormes meios monetários livres, a procura de

aplicação lucrativa. Cresceu continuamente a parte dos grandes bancos na massa geral dos giros bancários.

A concentração nos negócios bancários, do mesmo modo que na indústria, conduz ao monopólio. Mediante a compra de ações, a concessão de créditos, etc., os maiores bancos submetem os pequenos. Tendo conquistado uma posição monopolista, os grandes bancos concluem acordos entre si para a divisão das esferas de influência. Formam-se as uniões monopolistas de bancos. Cada uma dessas uniões comanda dezenas, as vezes centenas de bancos menores, que na prática se tornam filiais dos grandes. Por meio do desenvolvimento da rede de sucursais, os grandes bancos reúnem em suas caixas os meios de grande número de empresas. Quase lodo o capital monetário da classe dos capitalistas e a poupança de outras camadas da população ficam a disposição de pequenos grupos de negocistas bancários.

Nos Estados Unidos, 20 maiores bancos possuíam, em 1900, 15% da soma total dos depósitos de todos os bancos do país; 19% em 1929; 27% em 1939; e 29% em 1952. Na Inglaterra, a soma dos balanços de cinco maiores bancos constituía, em 1900, 28% da soma total dos balanços de todos os bancos de depósito ingleses; 37% em 1916, 73% em 1929, e 79% em 1952. Na França, seis bancos de depósitos em 1952 possuíam 66% da soma total dos depósitos de todos os bancos franceses. Em 1954, na Alemanha ocidental, apenas três maiores bancos dispunham de 59% dos depósitos de todos os bancos de crédito.

A concentração da indústria e a formação dos monopólios bancários conduzem a modificação essencial das inter-relações entre os bancos e a indústria. Com o aumento das proporções das empresas, adquirem importância cada vez maior os grandes créditos a longo prazo, concedidos pelos bancos aos capitalistas industriais. O crescimento da massa de depósitos que se encontra a disposição dos bancos abre amplas possibilidades para essa aplicação a longo prazo dos recursos dos bancos na indústria.

A forma mais difundida de colocação dos recursos monetários dos bancos na indústria é a compra de ações de

diversas empresas. Os bancos contribuem para a formação de sociedades por ações, tomando a si a reorganização de empresas de capitalistas isolados sob a forma de sociedades anônimas e a criação de novas sociedades anônimas (incorporação). A venda e a compra de ações se realizam, em escala cada vez maior, por intermédio dos bancos.

Os interesses dos bancos e das empresas industriais entrelaçam-se cada vez mais estreitamente. Quando um banco financia algumas grandes empresas de determinado ramo, está interessado no acordo monopolista entre elas e contribui para tal acordo. Por este meio, os bancos fortalecem e aceleram, muitas vezes, o processo de concentração e centralização do capital e a formação dos monopólios.

A transformação dos bancos, de simples intermediários, num punhado de monopolistas onipotentes, constitui um dos processos fundamentais de transformação do capitalismo da época da livre concorrência em capitalismo monopolista.

O Capital Financeiro e a Oligarquia Financeira

Como resultado do fato de que os bancos se tornam coproprietários de empresas industriais, comerciais e de transportes, ao adquirirem suas ações e obrigações, e os monopólios industriais, por sua vez, possuem ações dos bancos a eles ligados, verifica-se o entrelaçamento, a união dos capitais monopolistas bancário e industrial. Surge um novo tipo de capital — o capital financeiro.

O capital financeiro é o capital unificado dos monopólios bancários e industriais. A época do imperialismo é a época do capital financeiro.

Ao definir o capital financeiro, Lênin assinalou três aspectos mais importantes:

"A concentração da produção; os monopólios dela decorrentes; a fusão ou a união dos bancos com a indústria — eis a história do aparecimento do capital financeiro e o conteúdo deste conceito."[82]

A união do capital bancário com o capital industrial manifesta-se claramente sob a forma da união pessoal dos dirigentes dos monopólios bancários e industriais. As mesmas pessoas encabeçam as grandes uniões monopolistas nos negócios bancários, na indústria, no comércio e em outros ramos da economia capitalista.

Na Alemanha, antes da Primeira Guerra Mundial, seis maiores bancos berlinenses possuíam seus prepostos como diretores de 344 empresas industriais e como membros da administração em mais 407, ou seja, ao todo, em 751 sociedades. Por outro lado, nos órgãos dirigentes destes seis bancos encontravam-se 51 grandes industriais. Posteriormente, esta união pessoal atingiu um desenvolvimento ainda maior. Em 1932, pertenciam aos órgãos dirigentes dos três principais bancos berlinenses 70 grandes representantes da indústria. Nos Estados Unidos, em 1950, um pequeno grupo de 400 industriais e banqueiros ocupava um terço dos 3 705 postos dirigentes nas 250 maiores corporações (sociedades anônimas), que possuíam 42% de todos os capitais do país.

O capital financeiro submete cada vez mais não somente a indústria, mas também a agricultura. São variadas as formas desta submissão. Em todos os países capitalistas, realiza-se a união dos monopólios bancários com a grande propriedade territorial. Em escala crescente, os bancos concentram em suas mãos a propriedade da terra. A especulação com terrenos, particularmente nos arredores das cidades que crescem com rapidez, é uma das operações altamente lucrativas do capital financeiro. A revenda de terrenos por elevados preços monopolistas enriquece os bancos e os grandes proprietários. O sistema de crédito hipotecário dá aos bancos a possibilidade de arruinar os pequenos e médios proprietários e concentrar em seu poder as terras a eles pertencentes. O capital bancário entrelaça-se estreitamente com as organizações monopolistas no terreno da produção, do transporte e da venda dos produtos agrícolas.

Em cada país capitalista, um punhado de grandes banqueiros e industriais monopolistas tem em suas mãos todos

os ramos vitalmente importantes da economia, dispondo da maioria esmagadora da riqueza social. A gestão dos monopólios capitalistas inevitavelmente se converte no domínio da oligarquia financeira (a palavra grega "oligarquia" significa literalmente "domínio de poucos").

O domínio da oligarquia financeira no terreno econômico realiza-se antes de tudo por meio do chamado "sistema de participação". Este sistema consiste em que um grande homem de negócios ou um grupe de homens de negócios tem em suas mãos a sociedade anônima fundamental ("sociedade-mãe"), que encabeça o consórcio; esta sociedade, por sua vez, possuindo o lote de ações, que assegura o controle, domina as "sociedades-filhas", dependentes dela; estas, por meio análogo, administram as "sociedades-netas", e assim por diante. Por meio deste sistema os negocistas financeiros têm a possibilidade de dispor de enormes somas de capital alheio.

Com a ajuda de um sistema de participação amplamente ramificado, oito maiores grupos financeiros dos Estados Unidos — Morgan, Rockefeller, First National City Bank, Dupont, Mellon, Cleveland, Chicago e Bank of America — ocupam posição dominante em toda a economia do país. A soma dos ativos controlados por estes oito grupos financeiros, segundo dados de 1955, era igual a 218,5 bilhões de dólares. Desta forma, 65,3 bilhões pertenciam ao grupo Morgan, £1,4 bilhões a Rockefeller, e 22 bilhões de dólares ao grupo de Chicago.

A oligarquia financeira, desfrutando um monopólio de fato, obtém massas imensas de lucros, que crescem rapidamente, como resultado da incorporação (isto é, da criação de sociedades anônimas), da emissão de ações e obrigações, da colocação de empréstimos estatais, de encomendas vantajosas do Estado. O capital financeiro, concentrado em poucas mãos, extrai um tributo cada vez maior da sociedade.

A oligarquia financeira domina também no terreno político. A política interna e externa dos governos burgueses serve aos interesses egoístas dos grandes monopólios.

A Exportação de Capital

O capitalismo pré-monopolista, em que dominava a livre concorrência, se caracterizava pela exportação de mercadorias. O capitalismo imperialista, em que dominam os monopólios, caracteriza-se pela exportação de capital.

O traço distintivo característico do capitalismo é o crescimento das trocas, tanto no interior de cada país, como, particularmente, das trocas internacionais. Na época do imperialismo, o comércio internacional se amplia ainda mais, porém a exportação de capital começa a desempenhar um papel particularmente importante.

A exportação de capital para o exterior realiza-se com o objetivo de obter elevados lucros monopolistas. Ela se verifica sob duas formas fundamentais: ou por meio da concessão de empréstimos a governos, cidades ou bancos de outros países, ou por meio da criação, no estrangeiro, de empresas industriais, comerciais e bancárias, concessões, construção de estradas-de-ferro, e também pela compra a preço ínfimo de empresas já existentes nos países debilitados (como consequência das guerras, por exemplo).

A exportação de capital é condicionada, em primeiro lugar, pelo domínio dos monopólios em todos os países de capitalismo desenvolvido e, em segundo lugar, pela situação monopolista de alguns países mais ricos, nos quais a acumulação de capital atingiu imensas proporções. Nestes países, no limiar do século XX, surgiu um vultoso “excedente de capital”.

O “excedente de capital” nos países capitalistas desenvolvidos possui caráter relativo, pois nestes países o baixo nível de vida das massas torna-se um obstáculo para o crescimento ulterior da produção, aumenta o atraso da agricultura em relação a indústria e, em geral, a desigualdade de desenvolvimento dos diversos ramos da economia. Se o capitalismo pudesse eliminar a oposição entre a cidade e o campo, elevar o nível de vida das massas trabalhadoras, então não se poderia falar de nenhum “excedente de capital”. Mas, então, o capitalismo não seria capitalismo, uma vez que tanto a

desigualdade de desenvolvimento como o baixo nível de vida das massas da população constituem condições e premissas básicas desse modo de produção.

"A necessidade de exportação do capital é criada pelo fato de que, em alguns países, o capitalismo "amadureceu demais" e faltam ao capital (nas condições do atraso da agricultura e da pobreza das massas) possibilidades de colocação "lucrativa."[(83)]

Em busca de altos lucros, o capital "excedente" aflui ao exterior. O capital é exportado preferentemente para os países atrasados, nos quais há poucos capitais, os salários são baixos, a matéria-prima barata e o preço da terra relativamente pouco elevado. Nestes países, o capital monopolista tem a possibilidade de obter, e realmente obtém, enormes lucros. A exportação de capital está estreitamente ligada com o crescimento da exportação de mercadorias: os monopólios que exportam capital, habitualmente impõem ao país-devedor suas mercadorias a preços vantajosos para os monopólios. Os monopólios estrangeiros apoderam-se dos mercados de venda e das fontes de matérias-primas dos países devedores.

Além dos países atrasados, o capital é exportado também para os países industrialmente desenvolvidos. Isto ocorre nos períodos de desenvolvimento particularmente .acelerado destes países, os quais suscitam a necessidade da afluência de capitais do exterior (por exemplo, os Estados Unidos antes da Primeira Guerra Mundial), ou então nas condições de debilitamento desses países, provocado pela guerra (a Alemanha, depois da Primeira Guerra Mundial, os países capitalistas da Europa ocidental, depois da Segunda Guerra Mundial).

Os economistas e políticos burgueses apresentam a exportação de capital como se fosse "ajuda" e "benefício" prestado aos povos atrasados pelos países capitalistas desenvolvidos. Na realidade, a exportação de capital, ao acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas nos países atrasados, conduz simultaneamente a escravização e a pilhagem desses países pelos monopólios estrangeiros. A exportação de capital é um dos fundamentos do sistema de opressão

imperialista, com o qual alguns ricos países usurários exploram a maior parte do mundo. Como consequência da exportação de capital, o mundo se divide em um punhado de Estados usurários e a maioria gigantesca de Estados devedores.

A exportação de capital tem sérias consequências também para os países, que exportam capital. Estes países, por um lado, multiplicam sua riqueza e fortalecem suas posições no mercado mundial. Eles conseguem uma afluência constante de mais-valia, provinda do exterior, sob a forma de juros de empréstimos ou de lucros das empresas no estrangeiro. Por outro lado, a exportação de capital conduz a um certo estorvo no desenvolvimento dos países que exportam capital, porquanto limita a possibilidade de expansão das inversões de capital dentro do país. Um dos resultados importantes da exportação de capital é o crescimento da rivalidade entre as potências, a luta pelas esferas mais vantajosas de aplicações de capital.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os principais países exportadores de capital eram a Inglaterra, a França e a Alemanha. Suas inversões de capital no exterior atingiam 175 a 200 bilhões de francos: a Inglaterra, de 75 a 100 bilhões; a França, 60 bilhões; a Alemanha, 44 bilhões de francos. A exportação de capital dos Estados Unidos ainda não desempenhava um grande papel, constituindo menos de 10 bilhões de francos.

Depois da guerra de 1914/1918, ocorreram grandes modificações na exportação mundial de capital. A Alemanha perdeu seus capitais no exterior. Reduziram-se consideravelmente as inversões de capital da Inglaterra e da França no exterior, e a exportação de capital dos Estados Unidos aumentou grandemente.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, as inversões norte-americanas de capital no exterior superavam o total das inversões de capital de todos os demais países capitalistas, tomados em conjunto. A soma total dos capitais norte-americanos invertidos no exterior cresceu de 11,4 bilhões de dólares em 1939 para 49,5 bilhões de dólares em 1956. As

inversões norte-americanas de capital, dirigidas aos países subdesenvolvidos da América Latina e do Oriente Médio, produzem lucros gigantescos. Assim, na década de 1946/1955, os lucros obtidos pelas inversões de capital norte-americano na América Latina atingiram cerca de 7 bilhões de dólares. Nos mesmos dez anos, as novas inversões de capital dos Estados Unidos na América Latina chegaram a 2 bilhões de dólares e, juntamente com a aplicação de parte dos lucros, as inversões norte-americanas de capital nessa região aumentaram em 3,6 bilhões de dólares.

A Divisão Econômica do Mundo entre as Alianças de Capitalistas. Os Monopólios Internacionais

À medida em que cresce a exportação do capital, a medida em que se ampliam os laços e as "esferas de influência" dos grandes monopólios no exterior, criam-se condições para a divisão do mercado mundial entre eles. Formam-se os monopólios internacionais.

Os monopólios internacionais são acordos entre os maiores monopólios de diferentes países sobre a divisão de mercados, a política de preços, as proporções da produção. A formação dos monopólios internacionais significa um novo grau da concentração e centralização da produção e do capital, incomparavelmente mais elevado do que os precedentes. Muitos monopólios internacionais são criados com a participação ativa dos Estados capitalistas, constituindo um dos principais meios de sua expansão econômica.

Lênin indicava que, na época do capital financeiro, os monopólios privados e estatais entrelaçam-se e unificam-se, uns e outros constituem apenas elos particulares da luta imperialista pela divisão do mundo.

Os defensores dos monopólios internacionais esforçam-se por apresentá-los como instrumento de paz, assegurando que os acordos internacionais monopolistas podem conciliar, por meios pacíficos, as contradições que surgem entre os grupos e países imperialistas. Semelhantes afirmações nada têm de comum com a realidade.

Com efeito, a divisão econômica do mundo pelos monopólios internacionais se realiza de acordo com o poderio de cada uma das partes, e a força dos grupos monopolistas modifica-se. Cada um deles luta continuamente pela elevação de sua quota, pela ampliação da esfera de exploração monopolista. As mudanças na correlação de forças acarretam inevitavelmente o agravamento da luta pela redivisão dos mercados, o agravamento das contradições entre os diferentes grupos e os Estados que os apoiam. Os acordos internacionais de monopolistas distinguem-se pela instabilidade e encerram a fonte de conflitos inevitáveis.

Os monopólios internacionais começaram a surgir nas décadas de 60 a 80 do século XIX. No fim do século passado, não havia mais de 40. as vésperas da Primeira Guerra Mundial, existiam em todo o mundo cerca de 100 cartéis internacionais, e, antes da Segunda Guerra Mundial, mais de 300.

Ainda antes da Primeira Guerra Mundial, o mercado petrolífero estava repartido de fato entre o truste americano Standard Oil, pertencente a Rockfeller, e o consórcio Royal Dutch Shell, sob a influência predominante do capital inglês. O mercado de produtos eletrotécnicos estava dividido entre duas firmas monopolistas: a Companhia Geral de Eletricidade, alemã, e a General Electric Corporation, norte-americana, controlada pelo grupo Morgan.

Os acordos monopolistas internacionais abarcavam até mesmo uma esfera como a produção de armamentos. As maiores firmas que fabricavam material bélico — a Armstron-Vickers, na Inglaterra; a Schneider-Creusot, na França; a Krupp, na Alemanha; a Bofors, na Suécia — estavam ligadas entre si por muitos fios durante um período prolongado.

Os monopólios internacionais desempenharam um grande papel na preparação da Segunda Guerra Mundial. Os maiores monopólios dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, ligados por acordos cartelizadores com os trustes alemães, inspiraram e orientaram a política dos círculos dirigentes desses países — política de estímulo e instigação a agressão hitlerista, que levou a guerra.

Depois da Segunda Guerra Mundial, surgiram grandes monopólios internacionais, dos quais participam diretamente vários Estados. Entre tais monopólios se encontra, particularmente, a chamada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, de que fazem parte a República Federal Alemã, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo.

A Conclusão da Divisão Territorial do Mundo entre as Grandes Potências e a Luta pela sua Redivisão

Juntamente com a divisão econômica do mundo entre as alianças de capitalistas, e em ligação com ela, realiza-se a divisão do mundo entre os Estados imperialistas, a luta pela conquista de terras alheias, a luta pelas colônias e semi- colônias.

Denominam-se colônias os países privados de independência estatal e que constituem possessões dos Estados-metrópoles imperialistas. Ao lado das colônias, na época do imperialismo, existem diferentes tipos de países semicoloniais e dependentes. São países subdesenvolvidos, objeto de exploração colonial por parte das potências imperialistas, e que se encontram sob dependência econômica e política desses Estados, mas conservam uma independência formal.

"São típicos dessa época não apenas dois grupos fundamentais de países: os que possuem colônias e as colônias, mas também diversas formas de países dependentes, politicamente independentes do ponto de vista formal, porém, na realidade, emaranhados numa rede de dependência financeira e diplomática."[(84)]

No curso de sua expansão por todo o mundo, o capitalismo engendrou a tendência a aproximação econômica de países separados, a liquidação do isolamento nacional e a unificação gradual de imensos territórios em um todo interligado. A escravização das colônias e dos países dependentes pelas potências imperialistas é o processo por meio do qual o capitalismo monopolista realiza a unificação econômica gradual de enormes territórios. Esta unificação se realiza por meio da criação dos impérios coloniais, baseados na

opressão e na exploração impiedosa dos países coloniais e dependentes pelas metrópoles.

No período do imperialismo, chega a conclusão a formação do sistema capitalista de economia mundial, que se baseia em relações de dependência dos países fracos para com os fortes, em relações de domínio e subordinação. Por meio da crescente exportação de capital, da ampliação das "esferas de influência" e das conquistas coloniais, os países imperialistas submeteram ao seu domínio os povos das colônias e dos países dependentes.

"O capitalismo transformou-se em um sistema mundial de opressão colonial e asfixia financeira da imensa maioria da população da terra por um punhado de países "avançados."[(85)]

Deste modo, as economias nacionais se converteram em elos de uma só cadeia, da chamada economia mundial. Juntamente com isso, o mundo dividiu-se em um pequeno grupo de países imperialistas, que exploram e oprimem os países coloniais e dependentes, e a imensa maioria de países coloniais e dependentes, cujos povos travam a luta pela sua libertação do jugo do imperialismo.

Os defensores da burguesia representam o domínio imperialista nas colônias sob a forma de uma "missão civilizadora", que teria como objetivo conduzir os povos atrasados ao caminho do progresso e do desenvolvimento independente. Na realidade, entretanto, o imperialismo condena os países coloniais e dependentes ao atraso econômico, e centenas de milhões de habitantes desses países a opressão e a escravização, a falta de direitos e a miséria, a fome e a ignorância, em escala sem precedentes. A conquista das colônias pelas potências imperialistas leva a um agravamento extremo da opressão nacional e da discriminação racial. Segundo a caracterização de Lênin, o capitalismo na etapa imperialista deixou de ser um libertador de nações, como havia sido no período da luta contra o feudalismo, e converteu-se em um opressor monstruoso de nações.

No começo do século XX, a divisão do mundo havia

terminado. A política colonial dos países capitalistas levou a conquista de todas as terras não ocupadas pelos imperialistas. Não restando mais terras “livres”, criou-se uma situação em que cada nova conquista pressupõe a tomada de territórios do seu possuidor. A conclusão da divisão do mundo colocou na ordem-do-dia a luta pela sua redivisão.

A luta pela redivisão do mundo já dividido é um dos traços distintivos fundamentais do capitalismo monopolista. Esta luta, em última instância, toma a forma de luta pelo domínio do mundo. Nisto reside a base econômica para a gestação das guerras, a qual subsiste, enquanto existir o imperialismo. As guerras foram inevitáveis durante todo o período em que o imperialismo constituiu um sistema único dominante, e as forças sociais contrárias a guerra eram insuficientemente organizadas e potentes para opor uma resistência ativa aos esforços imperialistas no sentido de desencadear a guerra.

As guerras imperialistas e a corrida armamentista acarretam para os povos de todos os países capitalistas imensas privações e custam milhões de vidas humanas. Ao lado disso, as guerras e a militarização da economia constituem fonte de renda para os monopólios, proporcionando-lhes lucros particularmente elevados.

A Ação da Lei Econômica Fundamental do Capitalismo no Período do Imperialismo

Como já foi dito, a substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios gera novos aspectos, que distinguem o período do imperialismo do período do capitalismo pré-monopolista. Estes novos aspectos do imperialismo surgiram como desenvolvimento e continuação das propriedades fundamentais do capitalismo em gerai. A passagem ao imperialismo não anula as leis do capitalismo, mas apenas modifica sua ação. Nas obras de Lênin, dedicadas a descoberta da essência do imperialismo, estão indicadas as particularidades da ação das leis econômicas do capitalismo na sua etapa monopolista de desenvolvimento.

“O imperialismo — escreveu V.I. Lênin —, na realidade,

não reconstrói e não pode reconstruir o capitalismo de cima a baixo. O imperialismo complica e aguça as contradições do capitalismo, "mistura" os monopólios com a livre concorrência, mas não pode eliminar a troca, o mercado, a concorrência, as crises, etc.."[86]

A lei econômica fundamental do capitalismo — a lei da mais-valia — atua em todas as etapas do capitalismo. Na etapa do imperialismo, como decorrência do domínio dos monopólios, ela alcança um ulterior desenvolvimento. Sabe-se que, na sociedade capitalista, o lucro representa uma forma modificada da mais-valia. A caça ao lucro mais elevado é um traço característico do capitalismo. No período do capitalismo pré-monopolista, a lei do lucro médio possui uma importância dominante. Cada capitalista isolado esforça-se por obter o super-lucro — um excedente acima do lucro médio. Mas a livre concorrência não oferece a possibilidade de manter esse superlucro durante um período prolongado. Na etapa do capitalismo monopolista, a situação se modifica. Concentrando a maior parte da produção de certas mercadorias e esmagando seus concorrentes, os cartéis, trustes e consórcios têm a possibilidade de obter um elevado lucro monopolista.

O elevado lucro monopolista compreende o excedente de lucro, acima do lucro médio capitalista, obtido pelos monopólios como resultado de seu domínio em uma ou outra esfera da produção ou da troca.

As mercadorias produzidas pelos monopólios são vendidas, não pelo preço de produção, mas por um preço mais alto, monopolista. O preço monopolista é igual ao custo de produção mais o elevado lucro monopolista. O preço monopolista é mais alto do que o preço de produção e, via de regra, supera o valor das mercadorias.

Desse modo, a base do domínio dos monopólios, atua no imperialismo a lei do elevado lucro monopolista como manifestação e desenvolvimento da lei econômica fundamental do capitalismo.

Na etapa do imperialismo, a mais-valia continua a ser a

base dos elevados lucros monopolistas dos cartéis, trustes e consórcios. Cresce em enormes proporções a exploração dos operários nas empresas capitalistas, eleva-se também a exploração adicional dos operários através do sistema tributário e do mecanismo de preços. Entretanto, a mais-valia criada pelos operários nas empresas capitalistas não é a única fonte do elevado lucro monopolista. Os monopólios conseguem superlucros também por meio da conquista de uma parte maior da mais-valia, em consequência do que diminui o nível médio dos lucros dos ramos e empresas não-monopolizados; por meio da apropriação, pelos monopólios, de uma parte considerável do valor produzido pelos pequenos produtores (sobretudo pelos camponeses) e pelos povos explorados do mundo colonial.

Os monopólios utilizam o progresso da técnica para o aumento de seus lucros, obtêm a elevação do grau de exploração dos operários por meio da aplicação de todos os possíveis sistemas extenuantes de organização e pagamento do trabalho, que levam a uma extrema intensificação do trabalho nas empresas. A intensificação do trabalho importa em um enorme crescimento da taxa e da massa de mais-valia extraída da classe operária. Além disso, a intensificação do trabalho leva a que um grande número de operários se tornem excedentes e caiam nas fileiras do exército de desempregados, privados da esperança de voltar a produção. São dispensados das empresas também os operários cujas forças não possibilitam uma aceleração extrema dos processos de produção.

Nos Estados Unidos, a taxa de mais-valia na indústria mineira e de transformação, computada a base de dados oficiais, era de 145% em 1889, de 165% em 1919, de 210% em 1929, de 220% em 1939 e de cerca de 260% em 1947.

Deste modo, em menos de 60 anos, a taxa de mais-valia cresceu quase 1,8 vezes.

Ao mesmo tempo, o aumento da carestia da vida e a elevação da carga tributária reduzem o salário real. Na época do imperialismo, cresce a diferença entre o salário do operário e o valor de sua força de trabalho. O aumento da exploração da classe operária no processo da produção é acompanhado

pela pilhagem dos trabalhadores como consumidores. Os operários são obrigados a pagar em excesso grandes somas aos monopólios, que estabelecem altos preços monopolistas para as mercadorias que produzem e vendem. Tudo isto implica no incremento da ação da lei geral da acumulação capitalista, que condiciona o empobrecimento relativo e absoluto do proletariado.

A exploração dos camponeses e, particularmente, a exploração das colônias e dos países dependentes constituem fontes das mais importantes dos gigantescos superlucros dos monopólios capitalistas.

A exploração das massas fundamentais do campesinato pelos monopólios expressa-se principalmente no fato de que o domínio dos monopólios gera uma diferença crescente entre o nível de preços dos produtos agrícolas e das mercadorias industriais (as chamadas "tesouras" de preços). Vendendo mercadorias por preços inflacionados, ao mesmo tempo os monopólios compram aos camponeses os produtos de sua lavoura por preços extremamente reduzidos (baixos preços monopolistas de compra). Constituindo um instrumento para a sucção de recursos da agricultura, os preços monopolistas entravam o seu desenvolvimento. Uma das armas mais efetivas para o arruinamento das economias camponesas é a difusão do crédito hipotecário. Os monopólios enredam os camponeses em dívidas e depois apropriam-se, por preços ínfimos, de suas terras e propriedades.

A compra de produtos da economia camponesa, pelos monopólios, a preços extremamente baixos, não significa de modo algum que o consumidor urbano se beneficie com gêneros alimentícios baratos. Entre o camponês e o consumidor urbano estão os intermediários — os comerciantes —, unificados em organizações monopolistas, que arruínam os camponeses e espoliam os consumidores urbanos.

A exploração dos países economicamente atrasados e dependentes pela burguesia dos Estados imperialistas é um aspecto inerente ao capitalismo monopolista. O imperialismo não pode viver e desenvolver-se sem uma afluência incessante

de tributos de outros países. Esses tributos resultam da exploração cruel das massas trabalhadoras do mundo colonial. Os monopólios se enriquecem por meio das trocas não-equivalentes, isto é, por meio da venda de suas mercadorias, nos países coloniais e dependentes, a preços que superam consideravelmente seu valor, e da compra de mercadorias produzidas nestes países a preços excessivamente baixos, que não compensam o seu valor. Os monopólios conseguem grandes lucros por meio de empréstimos a juros altos, concedidos as colônias, e também por meio de operações de transportes, de seguros e bancárias. Lênin acentuava que a essência econômica e política do imperialismo consiste em que um punhado de grandes monopólios obtém superlucros de bilhões, oprime centenas de milhões de habitantes dos países atrasados e luta pela divisão dos despojos.

Um instrumento importante para a elevação monopolista dos preços é a política alfandegária dos Estados burgueses. Na época da livre concorrência, recorriam as altas tarifas alfandegárias os países cuja indústria necessitava defesa em face da concorrência estrangeira. Na época do imperialismo, pelo contrário, as altas tarifas servem aos monopólios como instrumentos de ataque na luta pela conquista de novos mercados. As tarifas elevadas ajudam a sustentar os preços monopolistas dentro do país.

Com o objetivo de conquistar novos mercados externos, os monopólios aplicam amplamente o “dumping” — a venda de mercadorias no exterior a preços ínfimos, consideravelmente abaixo dos preços de produção e, até mesmo, do custo de produção do mercado interno e, frequentemente, do mercado mundial. A expansão das vendas no exterior por meio do “dumping” permite sustentar altos preços no interior do país sem reduzir a produção, e com isso as perdas ocasionadas pelas exportações a preços ínfimos são cobertas as custas da elevação dos preços no mercado interno. Em seguida, quando o mercado externo em questão já está conquistado e consolidado pelos monopólios, eles passam a venda das mercadorias por altos preços monopolistas.

Finalmente, um dos caminhos para assegurar altos lucros monopolistas é o das guerras e da militarização da economia. As guerras enriquecem fabulosamente os magnatas do capital financeiro, e, nos intervalos entre as guerras, os monopólios se esforçam por conservar o nível elevado de seus lucros por meio de uma desenfreada corrida armamentista. As guerras e a militarização da economia proporcionam aos monopolistas volumosas encomendas bélicas, pagas pelo tesouro a preços elevados, e uma torrente abundante de empréstimos e subsídios provenientes dos meios do orçamento estatal. Nas condições de guerra, a legislação do trabalho é frequentemente violada, ou mesmo anulada, os trabalhadores são mobilizados e as greves proibidas. Tudo isto dá aos capitalistas a possibilidade de elevar o grau de exploração dos operários por meio do aumento da intensidade do trabalho. Ao mesmo tempo, o nível de vida das massas trabalhadoras é rebaixado em consequência do crescimento dos impostos e da carestia de vida. A militarização da economia capitalista, tanto nas condições de guerra como nos tempos de paz, significa o brusco aumento da exploração das massas trabalhadoras com o objetivo de elevar os lucros dos monopólios.

Assim, o preço monopolista e o elevado lucro monopolista expressam o aumento da exploração do trabalho e o agravamento das contradições do capitalismo na etapa do imperialismo.

Como foi dito antes, os monopólios não podem eliminar a concorrência na época do imperialismo. A particularidade distintiva do imperialismo é a união de princípios que se contradizem mutuamente – os monopólios e a concorrência. A obtenção de elevados lucros monopolistas por um grupo de monopolistas gera uma concorrência encarniçada da parte de seus rivais, de outros grupos monopolistas. Os altos preços monopolistas de certas mercadorias frequentemente provocam a ampliação da produção dessas mercadorias por empresas capitalistas, que não participam de uniões monopolistas. A concorrência, que se aguça no período do imperialismo, leva a transferência de capitais de uns ramos para outros e cria a tendência ao nivelamento dos lucros, a formação da taxa média

de lucro e do preço de produção. Esta tendência choca-se com o domínio dos monopólios, que utilizam seu poderio para criar obstáculos a livre transferência de capitais para os ramos monopolizados e, deste modo, manter os preços monopolistas e os elevados lucros monopolistas. Por força disto, cria-se uma grande desigualdade de lucros. Se, nos ramos monopolizados, as mercadorias são vendidas por preços monopolistas, que asseguram o elevado lucro monopolista, nos ramos não monopolizados as mercadorias frequentemente são vendidas por preços abaixo do preço de produção, em vista do que os empresários não obtêm nem mesmo o lucro médio. O papel dominante é desempenhado pelo preço monopolista e pelo lucro monopolista.

Sustentando os preços em nível alto, que supera o valor das mercadorias, os monopólios se apropriam dos resultados do crescimento da produtividade do trabalho e da diminuição do custo de produção. O que ganham os monopólios perdem os operários, os pequenos produtores, a população dos países dependentes, os capitalistas que não participam das uniões monopolistas. Ao mesmo tempo, o preço monopolista, como indicava Marx, não pode destruir os limites que determinam o valor das mercadorias: o alto nível dos preços monopolistas não altera a soma total do valor e da mais-valia produzidos na economia capitalista mundial, mas influi substancialmente na sua distribuição.

Deste modo, a ação da lei econômica fundamental do capitalismo na etapa imperialista de desenvolvimento do regime burguês conduz ao agravamento de todas as contradições a ele inerentes.

Ao lado disso, o jugo dos monopólios cria a base econômica para a existência de interesses fundamentais comuns entre o proletariado dos países capitalistas desenvolvidos, as grandes massas camponesas exploradas desses países e as massas populares dos países coloniais e semicoloniais na luta contra a onipotência dos monopólios, contra o imperialismo.

Notas de rodapé:

(80) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 253.(retornar ao texto)

(81) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 253. (retornar ao texto)

(82) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 214 (retornar ao texto)

(83) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 229. (retornar ao texto)

(84) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 250. (retornar ao texto)

(85) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, p. 179. (retornar ao texto)

(86) V.I. Lênin, Materiais Para o Reexame do Programa do Partido, Obras, t. XXIV. p. 426. (retornar ao texto)

Capítulo XVI — O Sistema Colonial do Imperialismo

O Aparecimento do Sistema Colonial do Imperialismo. Essência do Colonialismo

As conquistas coloniais e a aspiração a formação de grandes impérios, através da escravização dos países e povos mais fracos, existiram também antes da época do imperialismo e mesmo antes do aparecimento do capitalismo. Todavia, como indicou Lênin, no período do imperialismo, o papel e a significação das colônias modifica-se essencialmente não só com relação as épocas pré-capitalistas, como também com relação ao período pré-monopolista do capitalismo.

A modificação do papel das colônias, na época do imperialismo, é condicionada pela substituição da livre concorrência pelo domínio dos monopólios nos países escravizadores de colônias e semicolônias. a exploração das colônias e dos países dependentes representa uma das fontes mais importantes dos elevados lucros monopolistas. A política colonial do imperialismo está indissoluvelmente ligada a conclusão da divisão territorial do mundo e a luta pela sua redivisão. Aos "velhos" métodos da política colonial se acrescenta a luta dos monopolistas pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capital, pelas esferas de influência, pelos territórios de importância econômica e militar-estratégica.

Com a conclusão da divisão territorial do mundo na época do imperialismo, culmina a criação do sistema colonial. O sistema colonial do imperialismo representa todo o conjunto de colônias, semicolônias e países dependentes, oprimidos e escravizados pelos Estados imperialistas.

Como resultado das anexações coloniais do período de 1876/1914, quase toda a África, grande parte da Ásia e a América Latina foram transformadas em colônias e semicolônias de uns poucos países imperialistas.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, dos 57 milhões de quilômetros quadrados de terras coloniais, 9,9 milhões cabiam a Itália, Holanda, Dinamarca. Bélgica, Portugal e Espanha. A Inglaterra contava com 47 milhões de habitantes, mas nas colônias inglesas habitavam mais de 480 milhões, ou seja, dez vezes mais; a França possuía 42 milhões de habitantes e as colônias francesas, 70 milhões; a Holanda com 9 milhões de habitantes e as colônias holandesas com 67,7 milhões; a Bélgica com 8 milhões e as colônias belgas com 14 milhões.

"É de todos sabido — escrevia Lênin — que as colônias foram conquistadas a ferro e fogo, que nas colônias a população é tratada selvagemente, que ela é explorada de mil maneiras (através da exportação de capital, das concessões, etc., do engodo na venda de mercadorias, da submissão aos poderes da nação "dominante", assim por diante)."[87]

O colonialismo (a administração imperialista das colônias) deteve por longo tempo o desenvolvimento das forças produtivas nos países, nos quais vive a esmagadora maioria da humanidade, privando tais países das condições necessárias ao progresso econômico.

Da mais-valia produzida pelo penoso trabalho forçado de centenas de milhões de homens, nos países do mundo colonial, a maior parte é confiscada pelos monopolistas estrangeiros e uma outra parte se destina ao consumo não produtivo das classes dominantes das colônias. Esta sistemática pilhagem das colônias priva-as de recursos necessários ao desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, o capital, que chega as colônias, se destina ao reforçamento da sua dependência econômica para com as potências imperialistas.

Em consequência, povos, que, desde os tempos mais antigos, trouxeram valiosa contribuição ao tesouro de cultura humana, ficaram numa situação de povos atrasados. Países antes riquíssimos, possuidores de enormes recursos naturais e de uma população amante do trabalho, foram condenados ao extremo atraso técnico, e os seus povos, a um miserável nível de vida. Tal foi o destino do grande povo hindu, que viveu dois séculos de dominação colonial britânica, o destino dos povos da Birmânia,

da Indonésia, dos países do Oriente árabe, que somente há pouco se desvencilharam do jugo do colonialismo.

Os defensores do imperialismo difundem a mentirosa lenda de que o atraso dos povos coloniais, no terreno econômico e cultural, seria o resultado da sua indolência, da sua incapacidade para o autogoverno, etc.. Com este fundamento, eles declaram os povos escravizados da Ásia e da África, como "raça inferior", que, pela própria natureza, está condenada a permanecer sob o poder da suposta "raça superior" dos senhores brancos. A realidade nada tem de comum com esta invencionice desumana. Na verdade, o desenvolvimento histórico dos povos da Ásia começou muito antes que os povos europeus entrassem na arena histórica. E, se o desenvolvimento econômico e político de muitos países da Ásia e da África, durante os últimos séculos, foi freado e eles permaneceram países subdesenvolvidos, a única causa disto reside na situação forçada em que se encontram, submetidos a monstruosa exploração dos colonizadores.

Através da ocupação e da pilhagem das colônias, os países imperialistas se esforçam para superar as suas crescentes contradições internas. Os gigantescos lucros, extorquidos das colônias, dão a burguesia monopolista a possibilidade de subornar algumas camadas de operários qualificados, por meio dos quais a burguesia se esforça para introduzir a desagregação no movimento operário. Ao mesmo tempo, a exploração das colônias conduz a um maior agravamento das contradições do sistema capitalista em conjunto.

As Colônias como Apêndices Agrários e de Matérias-Primas das Metrópoles

Na época do imperialismo, as colônias representam, antes de tudo, o mais seguro e vantajoso campo de aplicação de capital. Nas colônias, a oligarquia financeira dos países imperialistas dispõe do indivisível monopólio da aplicação de capital, recebendo elevados lucros monopolistas.

Penetrando nos países atrasados, o capital financeiro decompõe as formas pré-capitalistas de economia — pequeno

artesanato, economia pequeno-camponesa seminatural — e suscita o desenvolvimento de relações capitalistas. Para o fim da exploração dos países coloniais e dependentes, os imperialistas constroem, nos seus territórios, estradas de ferro, criam empresas industriais, que asseguram o abastecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios as metrópoles.

Ao mesmo tempo, os imperialistas estão interessados na conservação do atraso econômico das colônias, uma vez que este atraso é uma condição do seu domínio e exploração dos países dependentes. Os imperialistas freiam, de todas as maneiras, o desenvolvimento da indústria nacional nas colônias e países dependentes.

Mesmo ali, onde a indústria se encontra relativamente mais desenvolvida — por exemplo, em alguns países da América Latina —, desenvolvem-se somente a indústria extrativa e alguns ramos da indústria leve: têxtil, de couros, alimentícia. A indústria pesada, que é a base da independência econômica de cada país, é extremamente fraca; a construção de máquinas quase não existe. Os monopolistas dominantes aplicam medidas especiais a fim de impedir a criação da produção de instrumentos de produção: recusam as colônias e países dependentes créditos para este fim, não vendem patentes e equipamento necessário. O colonialismo obstaculiza a industrialização dos países dependentes.

Privadas de condições para o desenvolvimento industrial independentes, as colônias e semicolônias continuam países agrários. As fontes de existência da esmagadora massa da população destes países é a agricultura, agrilhoada por relações semifeudais. A estagnação e a decadência da agricultura detêm o crescimento do mercado interno.

A aspiração dos monopólios a extorsão, nas colônias, de massas sempre crescentes de matérias-primas e gêneros alimentícios conduz ao crescimento da indústria extrativa e do cultivo e elaboração primária de produtos agrícolas mercantis. A economia das colônias e semicolônias adquire um caráter extremamente unilateral. O imperialismo transforma os países escravizados em apêndices agrários e de matérias-primas das

metrópoles.

A economia de muitos países coloniais e dependentes está especializada na produção de um ou dois produtos, que se destinam inteiramente a exportação. Assim é que, no período após a Segunda Guerra Mundial, o petróleo constitui 95% da exportação da Venezuela; o minério de estanho, 65% da exportação da Bolívia; o café, cerca de 60% da exportação do Brasil; o açúcar, mais de 80% da exportação de Cuba; a borracha e o estanho, 55% da exportação da Malaia; o café e o algodão, mais de 60% da exportação de Quênia e de Uganda; o cobre, cerca de 85% da exportação da Rodésia do Norte; o cacau, mais de 80% da exportação de Gana (África). O desenvolvimento unilateral da agricultura (a chamada monocultura) entrega países inteiros ao completo arbítrio dos monopolistas — açambarcadores de matérias-primas.

Em ligação com a transformação das colônias em apêndices agrários e de matérias-primas das metrópoles, cresce, em medida imensa, o papel das colônias como fontes de matérias-primas baratas para os países imperialistas. Quanto mais desenvolvido o imperialismo, tanto mais aguda a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais desesperada a luta pela conquista de colônias. Nas condições da época atual, quando a indústria emprega volumes enormes de carvão, petróleo, algodão, minério de ferro, metais não ferrosos, borracha, etc., nenhum monopólio pode considerar-se garantido, se não tiver em suas mãos, fontes permanentes de matérias-primas.

As colônias e os países dependentes fornecem aos monopólios as matérias-primas, que lhes são necessárias, por baixos preços. O domínio monopolista das fontes de matérias-primas dá uma decisiva superioridade na luta de concorrência. A ocupação das fontes de matérias-primas baratas permite aos monopólios industriais ditar preços de monopólio no mercado mundial, vendendo os seus artigos por preços inflacionados.

Objeto de encarniçada luta são as fontes de diferentes tipos de matérias-primas estratégicas, necessárias para a condução da guerra: carvão, petróleo, minério de ferro, metais

não ferrosos e raros, borracha, algodão, etc.. No decurso de uma série de decênios, as potências imperialistas — em primeiro lugar, os Estados Unidos e a Inglaterra — lutam pelo domínio monopolista de ricas fontes de petróleo. No período após a Segunda Guerra Mundial, cresceu, particularmente, o papel dos países do Oriente Próximo e do Oriente Médio (Irã e países árabes) na extração mundial de petróleo. Ao tempo em que a extração de petróleo em todos os países capitalistas aumentou, de 1938 a 1958, em 3,2 vezes, a extração de petróleo naquelas regiões cresceu em 13,3 vezes; a sua parte na extração total de petróleo elevou-se, neste período, de 7 a 27%. Atualmente (1º de janeiro de 1959), estão concentrados nas regiões citadas 71% de todas as reservas petrolíferas descobertas no mundo capitalista. Essas regiões supriam, em 1957, 72% de todas as necessidades da Europa ocidental em petróleo. Durante os últimos 20 anos (1938/1958), a parte dos monopólios americanos, na extração do petróleo do Oriente Próximo e do Oriente Médio, aumentou em 4 vezes, ao passo que a parte dos ingleses reduziu-se em quase duas vezes. A distribuição das reservas mundiais de petróleo toca não só nos interesses econômicos, como também nos interesses políticos das potências imperialistas.

Na época do imperialismo, cresce a importância das colônias como mercados de venda para as metrópoles. Utilizando uma política aduaneira, que lhes é conveniente, os imperialistas defendem os mercados de vendas coloniais contra a concorrência exterior. Desta maneira, os monopólios obtêm a possibilidade de vender a sua produção, nas colônias, por preços desmedidamente elevados, inclusive as mercadorias ruins, que não encontram saída em outros mercados.

A troca não equivalente entre as potências imperialistas e os países dependentes cresce constantemente. Os monopólios, que se ocupam do comércio com as colônias (compra de matérias-primas e venda de mercadorias industriais), obtêm enormes lucros. Os monopólios são verdadeiros amos de países inteiros, dispondo da vida e dos bens de dezenas de milhões de seres humanos.

As colônias servem de fonte de força de trabalho extremamente barata. A monstruosa exploração das massas operárias assegura rendimentos particularmente altos para os capitais invertidos no mundo colonial. Além disso, as metrópoles importam dos países dependentes centenas de milhares de operários, que executam as tarefas especialmente pesadas por uma miserável remuneração. Assim é que os monopólios dos Estados Unidos, particularmente os do sul do país, submetem a uma exploração desumana os operários do México e de Porto Rico, os monopólios da França fazem o mesmo com os operários norte-africanos, etc..

Uma ideia da grandeza do tributo, cobrado pelas metrópoles as colônias e semicolônias, é fornecida pelos seguintes cálculos, realizados com fundamento em dados oficiais.

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o tributo anual, extorquido pelo imperialismo inglês da Índia, representava 150 a 180 milhões de libras esterlinas, incluindo: 40 a 50 milhões, de lucros das inversões inglesas de capital; 25 a 30 milhões, de gastos estatais da Inglaterra, postos na conta da Índia; 25 a 30 milhões, de ingressos e vencimentos de funcionários ingleses e especialistas militares na Índia; 15 a 20 milhões, de comissões de bancos ingleses; 25 a 30 milhões, de ingressos do comércio; 20 a 25 milhões, de ingressos da navegação.

Os monopólios americanos receberam, em 1948, os seguintes ingressos dos países dependentes: 1,9 bilhões de dólares, de inversões de capital; 1,9 bilhões, de fretes, seguros e outras operações; 2,5 milhões, da venda de mercadorias por preços inflacionados; 1,2 bilhões, da compra de mercadorias por preços rebaixados; perfazendo um total de tributo monopolista de 7,5 bilhões de dólares. Deste total, não menos de 2,5 bilhões foram recebidos dos países da América Latina.

Na situação em que o mundo já está dividido e se encontra em curso a preparação para a luta armada pela sua redivisão, as potências imperialistas ocupam todos os territórios, que possuem ou podem possuir qualquer importância estratégica como pontos de apoio, como bases militar-navais ou

aéreo-militares.

As colônias servem de fornecedoras de “carnes para canhão” as metrópoles. Na Primeira Guerra Mundial, bateram-se do lado da França cerca de um e meio milhão de soldados negros das colônias africanas. Em tempo de guerra, as metrópoles descarregam sobre as colônias uma parte considerável do seu ônus financeiro. Realiza-se nas colônias uma parte importante dos empréstimos de guerra; a Inglaterra utilizou largamente as reservas de divisas de suas colônias, ao tempo da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais.

A rapinante exploração das colônias e países dependentes pelo imperialismo aguça a inconciliável contradição entre as necessidades essenciais da economia dos países oprimidos e os ávidos interesses egoístas dos colonizadores.

Os Métodos da Exploração Colonial das Massas Trabalhadoras. Particularidades da Estrutura de Classes dos Países Coloniais Dependentes

O traço característico dos métodos coloniais de exploração, que garantem os elevados lucros monopolistas ao capital financeiro das metrópoles, é a combinação do saque imperialista com as formas feudal-servis de exploração dos trabalhadores.

O desenvolvimento da produção mercantil e a expansão das relações monetárias, a expropriação da terra de massas imensas da população nativa e a destruição da pequena produção artesanal se processam ao lado da conservação artificial de sobrevivências feudais e a implantação de métodos de trabalho coercitivo e semi-coercitivo. Com o desenvolvimento das relações capitalistas, a renda em espécie é substituída, numa série de casos, pela renda em dinheiro, os impostos em espécie pelos impostos em dinheiro, o que acelera ainda mais a ruína das massas camponesas. Ao mesmo tempo, em muitos países dependentes, a forma predominante de arrendamento da terra permanece o arrendamento por uma parte do produto em espécie.

As classes dominantes nas colônias e semicolônias são os latifundiários feudais e os capitalistas. A classe dos capitalistas se divide em burguesia compradora e burguesia nacional. A burguesia compradora[88] é aquela parte da grande burguesia, que se encontra estreitamente ligada aos monopólios estrangeiros. São os grandes capitalistas locais, intermediários dos bancos estrangeiros, das firmas industriais e comerciais, etc., que representam os interesses do capital financeiro das potências imperialistas. Estes capitalistas ajudam os monopólios estrangeiros a explorar as fontes de matérias-primas e os mercados de venda das colônias. Os latifundiários feudais e a burguesia compradora constituem os vassalos do capital financeiro estrangeiro, a agência direta do imperialismo internacional, que escraviza as colônias e semicolônias.

Com o desenvolvimento da sua própria indústria, cresce a burguesia nacional, que se encontra numa situação dúplice: por um lado, a opressão do imperialismo estrangeiro e das sobrevivências feudais barra-lhe o caminho ,ao domínio econômico e político; mas, por outro lado, a sua existência está ligada a exploração da classe operária e do campesinato. Na medida em que a luta de libertação nacional dos países coloniais e dependentes é dirigida, antes de tudo, no sentido da derrubada do domínio do imperialismo, da conquista da independência nacional e da liquidação das sobrevivências feudais, a burguesia nacional participa desta luta, desempenhando determinado papel progressista.

A classe operária cresce nas colônias e países dependentes a medida em que se desenvolve a indústria e se expandem as relações capitalistas. A sua parte avançada é o proletariado industrial. Na composição do proletariado entram também as massas de operários agrícolas (jornaleiros), de operários das manufaturas capitalistas e das pequenas empresas, de jornaleiros urbanos, ocupados com toda a espécie de trabalho manual.

Pela sua quantidade, o campesinato é a massa fundamental da população das colônias e semicolônias. Em sua parte esmagadora, consiste de camponeses sem terra ou com pouca terra — camponeses pobres e médios. A burguesia rural

consiste de camponeses ricos, comerciantes e usurários. A numerosa pequena burguesia urbana é representada pelos pequenos comerciantes e artesãos.

A concentração da propriedade da terra em mãos dos latifundiários e usurários é completada pela conquista de vastas posses territoriais pelos colonizadores. Numa série de colônias, o imperialismo criou uma economia de plantações.

As plantações são grandes empresas agrícolas para a produção de determinados tipos de matérias-primas vegetais (algodão, borracha, juta, café, etc.), pertencentes de preferência aos colonizadores e baseadas numa baixa técnica e no trabalho semiescravo da população sem direitos.

Numa série de países, o colonialismo conserva as formas diretas da corveia e do pagamento em trabalho: pelo arrendamento ou por dívidas, os camponeses sem terra são obrigados a trabalhar alguns dias da semana para o latifundiário. A extrema necessidade obriga o camponês a contrair dívidas e a se tornar um servo e, as vezes, um escravo do usurário; ocorrem casos em que o camponês é obrigado a vender membros de sua família como escravo. Amplamente difundido é o parasitário subarrendamento, de muitos degraus, que consiste na intromissão de diversos intermediários entre o proprietário da terra e o camponês, que trabalha a terra, intermediários que extorquem do lavrador considerável parte da colheita. Habitualmente, o camponês se encontra inteiramente nas mãos do latifundiário, com o qual fica endividado. Enormes proporções atinge a superpopulação agrária.

A economia da China, antes da revolução democrático-popular, era extremamente atrasada, tendo caráter semicolonial e semifeudal.

Constituindo de 4 a 5% da população rural da China de antes da revolução, os latifundiários possuíam mais de metade de toda a terra; os camponeses pobres e médios, representando 90% da população rural, possuíam somente 30% de toda a terra. Os camponeses arrendavam a terra na base do endividamento, pagando ao latifundiário pelo arrendamento da

terra e dos instrumentos de trabalho, entre 50 e 70% da colheita. Cerca de 60% de todas as economias camponesas permanentemente apelavam para a "ajuda" dos usurários a fim de pagar impostos e adquirir objetos de consumo, pagando elevadíssimos juros pelos empréstimos.

Antes da dominação britânica na Índia, o Estado recebia parte da produção dos camponeses sob a forma de impostos. Após a ocupação da Índia, os poderes britânicos transformaram os antigos coletores de impostos do Estado em grandes proprietários de terra, possuidores de latifúndios de centenas de milhares de hectares. Cerca de 3/4 da população rural da Índia ficou, de fato, sem terra. O camponês foi obrigado a pagar ao latifundiário, sob a forma de arrendamento, de 1/2 a 2/3 da colheita, e com a parte restante devia pagar juros ao usurário. Os camponeses empobrecidos eram obrigados a tomar empréstimos ao latifundiário, com a obrigação de pagá-los em trabalho. Neste sistema (a chamada "peouagem"), as obrigações passam de geração a geração e toda a família do camponês se torna, de fato, propriedade do latifundiário. Marx chamou a peonagem de escravidão sob forma encoberta.

Esmagada pela opressão do latifundiário e do usurário, a economia camponesa só estava em condições de aplicar a mais primitiva técnica, que permanecia sem modificações essenciais no decurso de séculos e até de milênios. A técnica primitiva de cultivo do solo conduz ao extremo esgotamento do solo. Em consequência de tudo isto, muitas colônias, ainda que sejam países agrários, não estão em condições de alimentar sua população, que sistematicamente passa fome.

O colonialismo significa para a classe operária a ausência de direitos políticos e uma feroz exploração. A jornada de trabalho nas colônias atinge de 12 a 14 e mais horas. Como regra, nas empresas industriais e nos transportes não existe qualquer segurança do trabalho. O forte desgaste do equipamento e a recusa do empresário a fazer gastos na reparação e na técnica de segurança, conduzem a avarias parciais, nas quais morrem ou se tornam mutilados centenas de milhares de seres humanos. A inexistência de legislação social

priva o operário de quaisquer meios de existência no caso de desemprego, de mutilação na produção ou de doença profissional.

O salário dos operários das colônias é insuficiente mesmo para a satisfação das necessidades mais essenciais. O operário é obrigado a pagar certa parte do seu miserável salário a todo gênero de intermediários — ao contratista, ao mestre, ao zelador, que lidam com o contrato da força de trabalho. Está amplamente difundido o trabalho das mulheres, bem como o trabalho de crianças com 6 e 7 anos de idade, que são pagos ainda mais miseravelmente do que os homens.

A maioria dos operários vive enredada na servidão por dividas. Em muitos casos, os operários vivem em barracas ou campos especiais, numa situação de encarcerados, privados do direito de livre locomoção. É aplicado, em grande escala, o trabalho coercitivo aberto, tanto na agricultura, como na indústria. O nível de vida da grande massa da população é muito baixo. A mortalidade é extraordinariamente elevada: a fome e as epidemias levam a extinção a população de regiões inteiras. Reina, nas colônias, a discriminação racial.

Assim, por exemplo, o salário médio dos operários e empregados africanos é inferior ao salário dos operários europeus: em Quênia — aproximadamente em 15 vezes, na Rodésia do Sul — em mais de 20 vezes, na Rodésia do Norte — em quase 30 vezes. Nas minas do Congo belga, os operários africanos recebem de 5 a 10 vezes menos do que os operários europeus; mais de 53% de todas as crianças da população nativa morrem na mais tenra infância; a população desta colônia, desde o tempo da conquista, diminuiu em quase 2 vezes.

A Luta de Libertação Nacional dos Povos Coloniais

Em todo o decorrer da época capitalista, os povos dos países coloniais travaram a luta contra os escravizadores estrangeiros, não raro levantando-se em insurreições, que foram cruelmente reprimidas pelos colonizadores.

No período do imperialismo, a luta libertadora dos povos

coloniais e dos países dependentes adquire uma dimensão desconhecida antes. Já nos inícios do século XX, em particular após a primeira revolução russa de 1905, as massas trabalhadoras dos países coloniais e dependentes foram despertadas para a vida política. O movimento revolucionário se ergueu na China, na Coreia, na Pérsia, na Turquia e na Índia.

Os países do mundo colonial se distinguem entre si pelo nível do desenvolvimento econômico e pelo grau de amadurecimento do seu proletariado. Isto determina as particularidades do movimento de libertação nacional em cada um dos países coloniais e dependentes.

Uma vez que o campesinato constitui a massa fundamental da população dos países coloniais e dependentes, a questão camponesa tem enorme importância em todo o desenvolvimento da luta de libertação nacional. O fim comum do movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes é a libertação do domínio do imperialismo e a liquidação de todas as sobrevivências feudais. Por este motivo, todo movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes, dirigido contra o imperialismo e o jugo feudal, tem caráter progressista, mesmo se o proletariado nesses países tiver desenvolvimento relativamente débil.

O movimento de libertação nacional nas colônias e países dependentes arrasta a luta contra o imperialismo a gigantesca maioria da população da Terra, oprimida pela oligarquia financeira de umas poucas grandes potências imperialistas. Na luta dos povos do mundo colonial pela sua libertação, o proletariado desempenha crescente papel dirigente, como chefe reconhecido de amplas massas do campesinato e de todos os trabalhadores.

Os interesses do movimento proletário, nos países capitalistas desenvolvidos, e do movimento de libertação nacional, nas colônias, exigem x unificação destes dois tipos de movimento revolucionário na frente comum de luta contra o inimigo comum, o imperialismo.

"A revolução socialista — escreveu V.I. Lênin — não será

somente e principalmente uma luta dos proletários revolucionários de cada país contra a sua burguesia. Não, ela será a luta de todas as colônias e países subjugados pelo imperialismo, de todos os países dependentes contra o imperialismo internacional."(89)

O internacionalismo proletário parte de que não pode haver povo livre que oprima outros povos. Assim sendo, como ensina o leninismo, o verdadeiro apoio do proletariado das nações dominantes ao movimento libertador das nações oprimidas consiste na defesa e na aplicação da palavra de ordem sobre o direito das nações a separação e a existência estatal independente.

O crescimento do movimento de libertação nacional dos povos oprimidos das colônias e países dependentes mina os fundamentos do imperialismo e prepara a sua queda.

Notas de rodapé:

(87) V.I. Lênin, O Socialismo e a Guerra, Obras, t. XXI, p. 275.

(88) Comprador: Palavra espanhola, que significa intermediário, comerciante.

(89) V.I. Lênin, Informe ao II Congresso Pan-Russo das Organizações Comunistas dos Povos do Oriente, Obras, t. XXX, p. 138.

Capítulo XVII — O Lugar Histórico do Imperialismo

O Imperialismo — Último Estádio do Capitalismo

Ao definir o lugar histórico do imperialismo com relação ao capitalismo em geral, Lênin escreveu:

"O imperialismo é um estádio histórico particular do capitalismo. Esta particularidade é tríplice: o imperialismo é: 1) capitalismo monopolista; 2) capitalismo parasitário ou em decomposição; 3) capitalismo agonizante."[90]

O capitalismo monopolista não elimina e não pode eliminar as bases do velho capitalismo. Ele é, em certo sentido, uma superestrutura sobre o velho capitalismo pré-monopolista. Como já foi dito, não há e não pode haver "capitalismo puro". Exatamente do mesmo modo é também inconcebível o "imperialismo puro". Mesmo nos países mais desenvolvidos, existe, ao lado dos monopólios, uma multiplicidade de pequenas e médias empresas, particularmente na indústria leve, na agricultura, no comércio e em outros ramos da economia. Quase em todos os países capitalistas, parte considerável da população é constituída pelo campesinato, que, em sua massa, se aplica a economia mercantil simples. Nos países coloniais e semicoloniais, o jugo imperialista se entrelaça com formas pré-capitalistas de exploração, particularmente feudais.

Uma particularidade essencial do imperialismo é que os monopólios existem ao lado do mercado, da concorrência, das crises. Na medida em que o imperialismo é o prolongamento e o desenvolvimento das propriedades fundamentais do capitalismo, conservam sua força, no estádio monopolista do capitalismo, as leis econômicas do capitalismo em geral. Todavia, em ligação com a modificação das condições econômicas, com o extremo agravamento de todas as contradições do capitalismo, estas leis se desenvolvem ulteriormente e atuam com crescente força destrutiva. É o que acontece com as leis do valor e da mais-valia, com a lei da concorrência e da anarquia

da produção, com a lei geral da acumulação capitalista (que condiciona o empobrecimento relativo e absoluto da classe operária e condena as massas fundamentais do campesinato trabalhador ã ruína), com as contradições da reprodução capitalista e as crises econômicas.

Os monopólios conduzem a socialização da produção até os limites possíveis para o capitalismo. Empresas enormes, nas quais trabalham milhares de homens, produzem uma parte muito grande de toda a produção nos ramos mais importantes da indústria. Os monopólios unificam as empresas gigantes, levam em conta os mercados de venda e as fontes de matérias-primas, concentram em suas mãos as invenções e os aperfeiçoamentos. Os grandes bancos mantêm sob o seu controle quase todos os meios monetários do país. Crescem, em enorme grau, as ligações entre os diferentes ramos da economia e a sua interdependência. Abrangendo uma potência produtiva gigantesca, a indústria é capaz de aumentar rapidamente a massa de mercadorias produzidas.

Ao mesmo tempo, os meios de produção permanecem propriedade privada dos capitalistas, enquanto a parte decisiva dos meios de produção pertence a um pequeno punhado de monopolistas. Na corrida atrás do elevado lucro monopolista, elevam os monopólios, de todas as maneiras, o grau de exploração da classe operária, o que conduz ao ulterior pioramento da situação das massas trabalhadoras, a limitação cada vez maior da sua capacidade aquisitiva.

Desta maneira, o domínio dos monopólios agrava, num grau elevadíssimo, a contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação dos resultados da produção. Verifica-se cada vez mais que o caráter social do processo de produção exige a propriedade social dos meios de produção.

Na época do imperialismo, as forças produtivas da sociedade atingiram tal nível de desenvolvimento, que elas não cabem nos estreitos marcos das relações de produção capitalista. Tendo substituído o feudalismo, como modo de produção mais progressista, o capitalismo se transformou, no

estádio imperialista, em força reacionária, que freia o desenvolvimento da sociedade humana. A lei econômica da correspondência entre as relações da produção e o caráter das forças produtivas exige a substituição das relações da produção capitalistas por novas relações socialistas. A classe operária, que unifica em torno de si todas as forças progressistas, conduz a luta pela libertação do jugo do capital, pela edificação da sociedade socialista. A luta da classe operária e dos trabalhadores encontra fortíssima resistência por parte das classes dominantes, em primeiro lugar, da burguesia monopolista, que unifica em torno de si todas as forças reacionárias da sociedade e se esforça para deter a substituição do velho e ultrapassado regime pelo novo e progressista regime socialista.

O alto nível de desenvolvimento das forças produtivas e de socialização da produção, o aprofundamento e o agravamento de todas as contradições da sociedade burguesa comprovam que o capitalismo ingressou no último estádio do seu desenvolvimento, amadureceu inteiramente para ser substituído por um regime social superior — o socialismo. O conflito entre as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo, que chegou a um grau extremo de agravamento, pode ser resolvido somente através da transformação revolucionária da sociedade, a partir de princípios socialistas.

O Imperialismo, Capitalismo Parasitário ou em Decomposição

O imperialismo é o capitalismo parasitário ou em decomposição. A tendência a estagnação e ao apodrecimento é inevitavelmente engendrada pelo domínio dos monopólios, que aspiram a obtenção dos elevados lucros monopolistas. Uma vez que estão em condições de ditar preços no mercado e sustentá-los artificialmente num alto nível, os monopólios frequentemente estão longe de ter interesse na aplicação de inovações técnicas. Com frequência e a cada passo, os monopólios freiam o progresso técnico; mantêm em segredo, durante anos, grandiosas descobertas científicas e invenções técnicas. Particularmente forte é a resistência dos monopólios as invenções técnicas, que ameaçam desvalorizar suas enormes

inversões de capital. Os monopólios açambarcam as patentes deste gênero de invenções e as escondem. Utilizam sua influência sobre o poder estatal para impedir a introdução dessas invenções na produção.

Desta maneira, é própria dos monopólios a tendência a estagnação e a putrefação, e, em certos ramos da indústria, em certos países, em determinados períodos de tempo, esta tendência adquire supremacia. Esta circunstância, entretanto, de modo algum exclui o crescimento relativamente rápido da produção e o desenvolvimento da técnica, em determinados períodos, em certos ramos da economia burguesa, em certos países capitalistas.

É característico do imperialismo a combinação e O entrelaçamento dos monopólios e da concorrência. A caça aos elevados lucros monopolistas, numa série de casos, impele os capitalistas a introduzir aperfeiçoamentos técnicos, que conduzem a rebaixa do custo de produção e servem de sério instrumento na luta da concorrência. A técnica, no período do imperialismo, não fica paralisada. Sob a influência da luta de concorrência entre os monopólios, da sua caça aos lucros, da corrida armamentista, a técnica, numa série de ramos, avança rapidamente. O elevado grau de concentração da produção e de socialização do trabalho e o rápido desenvolvimento da ciência abrem imensas possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas, para a ampliação do poder do homem sobre a natureza. Os monopólios concentram em suas mãos quadros científicos, armam-se de grandes laboratórios e centros de pesquisa, mas as conquistas da ciência e da técnica são utilizadas por eles exclusivamente no interesse da garantia de elevados lucros.

São inerentes ao imperialismo, desta maneira, duas tendências opostas: a tendência ao crescimento da produção e ao progresso técnico e a tendência a putrefação e a contenção do desenvolvimento da técnica. Neste choque entre duas tendências opostas, adquire a supremacia ora uma, ora outra, como resultado do que ainda mais se acentua a desigualdade do desenvolvimento do capitalismo.

Caracterizando a tendência a putrefação, engendrada pelo domínio dos monopólios, Lênin escreveu:

"Seria um erro pensar que esta tendência a putrefação exclui o rápido crescimento do imperialismo; não, certos ramos da indústria, certas camadas da burguesia, certos países manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor força, ora uma, ora outra, destas tendências."[91]

Mas o crescimento da produção capitalista e o desenvolvimento da técnica se processam, nas condições do imperialismo, de modo extremamente desigual e contraditório, atrasando-se cada vez mais com relação as imensas possibilidades criadas pela moderna ciência e técnica e aplicando, numa série de casos, uma orientação militarista unilateral.

A desigualdade, que se acentua, do desenvolvimento do capitalismo, e caracterizada pelos seguintes dados: durante o período de 1900 a 1913, a extração mundial de carvão de pedra aumentou em 73,4%, sendo que em 27,7% na Inglaterra, em 22,4% na França, em 74% na Alemanha, em 111,2% nos Estados Unidos. Durante este mesmo período, a fundição de ferro aumentou em 92,5% sendo que em 14,5% na Inglaterra, em 91,9% na França, em 119% na Alemanha e em 124,6% nos Estados Unidos. É evidente, desta maneira, a forte diferença nos ritmos de desenvolvimento industrial dos diferentes países.

Nestas condições, manifesta-se claramente a influência frenadora do capitalismo monopolista sobre o desenvolvimento da técnica. Os países capitalistas não podem, por exemplo, aproveitar inteiramente os seus recursos hidrelétricos, em virtude dos obstáculos que opõem a propriedade privada da terra e o domínio dos monopólios. O monopólio da propriedade privada da terra, a superpopulação agrária e a predominância das pequenas economias camponesas freiam a introdução da moderna ciência e técnica na produção agrícola, o que não exclui o progresso técnico numa série de empresas agrícolas capitalistas. Os interesses dos monopólios capitalistas dificultam o aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos.

“Onde quer que nos lancemos — escreveu V.I. Lênin ainda em 1913 —, a cada passo encontraremos tarefas, que a humanidade está inteiramente em condições de resolver imediatamente. O capitalismo atrapalha. Ele acumulou montões de riquezas — e fez dos homens escravos desta riqueza. Resolveu dificílimas questões de técnica — e deteve a aplicação dos melhoramentos técnicos até o limite da miséria e do obscurantismo de milhões de seres humanos, em benefício da obtusa avareza de um punhado de milionários.”(92)

A decomposição do capitalismo se expressa no crescimento do parasitismo. A classe dos capitalistas perde cada vez mais os vínculos com o processo da produção. A direção das empresas se concentra em mãos do pessoal técnico assalariado. A esmagadora maioria da burguesia e dos latifundiários se converte em realistas — homens que possuem títulos e vivem dos ingressos desses papéis (corte de cupões). Cresce o consumo parasitário das classes exploradoras.

O integral afastamento da camada dos rentistas da produção ainda mais se acentua com a exportação de capital, com os ingressos das inversões de capital no exterior. A exportação de capital põe a marca do parasitismo em lodo o país, que vive da exploração de outros países e colônias. O capital exportado representa uma parte cada vez maior da riqueza nacional dos países imperialistas, enquanto os ingressos provenientes destes capitais representam uma parte sempre crescente dos ingressos da classe dos capitalistas. Lênin chamou a exportação de capital de parasitismo ao quadrado.

O capital aplicado no exterior representava, em 1929, com relação a riqueza nacional: 18% na Inglaterra, 15% na França, cerca de 20% na Holanda, cerca de 12% na Bélgica e na Suíça. Em 1929, a renda proveniente dos capitais invertidos no exterior superava a renda do comércio exterior: em mais de 7 vezes, na Inglaterra, em 5 vezes, nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, os ingressos dos rentistas de títulos representavam, 1,8 bilhões de dólares em 1913, e 8,1 bilhões de dólares em 1931, o que superava em 1,4 vezes a renda monetária global de 30 milhões de homens da população agrícola, no

mesmo ano. Os Estados Unidos são o país onde os traços parasitários do moderno capitalismo, tanto quanto a natureza rapinante do imperialismo, se manifestam de modo particularmente claro.

O caráter parasitário do capitalismo se manifesta claramente no fato de que uma série de países burgueses se converte em Estados rentistas. Por meio de empréstimos leoninos, os grandes países imperialistas extorquem enormes rendas dos países devedores, submetendo-os no sentido econômico e político. O Estado rentista é o Estado do capitalismo parasitário, em decomposição. A exploração das colônias e dos países dependentes, sendo uma das fontes principais do elevado lucro monopolista, converte um punhado de riquíssimos países capitalistas em parasitas do corpo dos povos oprimidos.

O caráter parasitário do capitalismo encontra sua expressão no crescimento do militarismo. Parte cada vez maior da renda nacional, e principalmente dos ingressos dos trabalhadores, é absorvida pelo orçamento estatal e gasta no sustento de enormes exércitos, na preparação e na condução de guerras imperialistas. Constituindo um dos métodos mais importantes para assegurar o elevado lucro monopolista, a militarização da economia e as guerras imperialistas implicam na pilhagem e na liquidação de numerosas vidas humanas, de imensos valores materiais.

A acentuação do parasitismo está indissoluvelmente ligada com o fato de que gigantescas massas de homens se separam do trabalho socialmente útil. Cresce o exército de desempregados, aumenta a parte de população ocupada no serviço das classes exploradoras, no aparelho estatal, bem como na incrivelmente inflacionada esfera da circulação.

A decomposição do capitalismo se manifesta, além disso, no fato de que a burguesia imperialista, a custa dos seus lucros da exploração das colônias e países dependentes, sistematicamente, por meio de um mais alto salário e de outras esmolas, suborna uma pouco numerosa parte de operários qualificados — a chamada aristocracia operária. Com o apoio

da burguesia, a aristocracia operária ocupa postos de comando numa série de sindicatos e, ao lado de elementos pequeno-burgueses, compõe o núcleo dos partidos socialistas de direita, representando sério perigo para o movimento operário. Esta camada de operários aburguesados é a principal base social do oportunismo.

O oportunismo no movimento operário representa a sua adaptação aos interesses da burguesia através do solapamento da luta revolucionária do proletariado pela libertação da escravidão capitalista. Cindindo as fileiras da classe operária, os oportunistas impedem os operários de unificar suas forças para a derrocada do capitalismo. Nisto consiste uma das causas do fato de que, em muitos países, a burguesia ainda se mantém no poder.

Ao capitalismo pré-monopolista, com a sua livre concorrência, correspondia, na qualidade de superestrutura política, uma limitada democracia burguesa. O imperialismo, com o seu domínio dos monopólios, caracteriza-se pela reviravolta da democracia a reação política, na política interna e externa dos Estados burgueses. A reação burguesa em toda a linha é inerente ao imperialismo. Os dirigentes dos monopólios ou os seus agentes ocupam os postos mais importantes nos governos e em todo o aparelho estatal.

O Estado imperialista burguês, em mãos dos monopólios, se converte em instrumento da reação, que esmaga os movimentos revolucionário e de libertação nacional. Isto provoca a necessidade do reforçamento, por todas as maneiras, da luta das massas pela democracia, contra o imperialismo e a reação.

"O capitalismo em geral e o imperialismo em particular convertem a democracia numa ilusão — e, ao mesmo tempo, o capitalismo engendra aspirações democráticas nas massas, cria instituições democráticas, agrava o antagonismo entre o imperialismo, que nega a democracia, e as massas, que aspiram a democracia."[93]

Tem imensa significação, na época do imperialismo, a luta

das mais amplas massas populares, dirigidas pela classe operária, contra a reação engendrada pelo imperialismo. Precisamente da atividade, da capacidade de organização e da decisão das massas populares é que depende a derrota dos desumanos intentos das forças agressivas do imperialismo, que continuamente preparam para os povos novas e pesadas provas e catástrofes guerreiras.

O Imperialismo Vésperas da Revolução Socialista

O imperialismo é o capitalismo agonizante. O imperialismo aguça todas as contradições do capitalismo até os limites extremos, após os quais se inicia a revolução. As mais importantes destas contradições são as seguintes:

Em primeiro lugar, a contradição entre o trabalho e o capital. O domínio dos monopólios e da oligarquia financeira nos países capitalistas conduz a elevação do grau de exploração das classes trabalhadoras. O pioramento da situação material e a intensificação da opressão política da classe operária provocam o crescimento da sua indignação e conduzem ao agravamento da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Nestas condições, a luta da classe operária se eleva para um novo degrau, uma vez que se volta cada vez mais contra todo o sistema da exploração capitalista. O imperialismo leva a classe operária as proximidades da revolução socialista.

Em segundo lugar, a contradição entre as potências imperialistas. Na luta pelos elevados lucros monopolistas, chocam-se os monopólios dos diversos países, uma vez que cada grupo de capitalistas se esforça para garantir para si o predomínio, através da conquista de mercados de venda, de fontes de matérias-primas e de esferas de aplicação do capital. A encarniçada luta entre os países imperialistas por esferas de influência se funde, numa série de casos, com guerras imperialistas, que enfraquecem as posições do capitalismo, acentuam a indignação das massas e impelem-nas para o caminho revolucionário da luta contra o regime capitalista.

Em terceiro lugar, a contradição entre os povos oprimidos das colônias e países dependentes e as potências imperialistas,

que os exploram. Como resultado da intensificação do jugo imperialista, bem como do desenvolvimento do capitalismo nas colônias e semicolônias, cresce o movimento de libertação nacional contra o imperialismo. O movimento de libertação nacional dos povos das colônias e países dependentes contra o colonialismo funde-se cada vez mais com a luta revolucionária da classe operária dos países imperialistas contra o sistema de opressão capitalista.

Tais são as principais contradições, que caracterizam o imperialismo como capitalismo agonizante. Isto não significa que o capitalismo pode morrer por si mesmo, a maneira de uma "bancarrota automática", sem a luta decidida das massas populares, dirigidas pela classe operária, pela liquidação do domínio da burguesia. Isto significa somente que o imperialismo é o estádio do desenvolvimento do capitalismo, no qual a revolução proletária se tornou uma inevitabilidade prática. Daí porque Lênin caracterizou o imperialismo como vésperas da revolução socialista.

O Capitalismo Monopolista de Estado

Na época do imperialismo, a vida econômica dos países capitalistas é dominada pelo capital monopolista. Processa-se o enorme crescimento da socialização capitalista da produção, da concentração e centralização do capital, o que conduz ao reforçamento cada vez maior do poderio do capital. Por tal motivo, também a atividade do Estado burguês se subordina cada vez mais aos interesses da oligarquia financeira. Sob o imperialismo, o papel do Estado burguês na vida econômica cresce consideravelmente com relação a época pré-imperialista. As agressões do capital monopolista no terreno das relações exteriores engendram o crescimento do militarismo, o que provoca o aumento das despesas militares e a ampliação da propriedade estatal sob a forma de empresas militares, usinas metalúrgicas, minas de carvão, estradas de ferro, etc..

Índice do reforçamento do papel do Estado burguês na economia é o enorme crescimento dos orçamentos estatais dos países capitalistas.

A receita do orçamento federal dos Estados Unidos cresceu de 567 milhões de dólares em 1899/1900 para 5 152 milhões de dólares em 1918/1919, 44 475 milhões de dólares em 1944/1945, 68 165 milhões de dólares em 1955/1956. A quantidade de pessoas, ocupadas no aparelho estatal dos Estados Unidos, cresceu, de 1929 a 1956, em aproximadamente 2,8 vezes. As despesas, vinculadas com a militarização e com a inchação do aparelho estatal, absorvem uma parte crescente da renda nacional. Em 1929, foram gastos, nas compras governamentais de mercadorias e serviços nos Estados Unidos, 8,5 bilhões de dólares. Tais gastos, durante seis anos (1951/1956), foram, em média, de 76,3 bilhões de dólares por ano, ou seja, 25% da renda nacional.

No período do imperialismo, processa-se a união entre o aparelho estatal e os monopólios. Os economistas burgueses, os reformistas e os revisionistas, pretendendo embelezar o capitalismo, representam esse processo como subordinação dos monopólios ao Estado, no interesse de todo o povo. O Estado imperialista é pintado por eles como força acima das classes, livre para reprimir os apetites dos monopólios. Na realidade, todavia, os monopólios, que dominam na economia, subordinam a si o aparelho estatal e o utilizam para a multiplicação dos lucros e o reforçamento do seu domínio.

Ocorre um processo de conversão do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Um forte impulso para o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado foi dado pela Primeira Guerra Mundial.

O capitalismo monopolista de Estado é a forma do capitalismo monopolista que se caracteriza pelo mais elevado grau de socialização capitalista da produção, pela unificação dos monopólios privados e estatais, pela subordinação do aparelho estatal aos monopólios. O capital monopolista utiliza o aparelho estatal para intervir na economia do país com o objetivo de garantir o elevado lucro monopolista e reforçar o seu domínio econômico e político.

A crescente intervenção do Estado burguês na vida econômica se expressa em formas variadas. Para as mãos do

Estado burguês passam empresas isoladas, ramos e funções econômicas (provisão de força de trabalho, abastecimento de matérias-primas raras, sistema de racionamento da distribuição de produtos, construção de empresas militares, financiamento da militarização da economia, etc..), conservando-se no país o domínio da propriedade privada dos meios de produção.

A subordinação do aparelho estatal aos monopólios se processa, em primeiro lugar, por meio da união pessoal. Com frequência crescente, os maiores magnatas do capital ocupam os mais importantes postos nos governos dos países burgueses. Trava-se, entre os grandes monopólios, uma aguda luta pela ocupação dos mais importantes postos no aparelho estatal. Por outro lado, ministros, generais, diplomatas, ao entrar em reforma, recebem habitualmente grandes e rendosos postos nos monopólios dirigentes.

Os monopólios dominantes tomam em suas mãos a propriedade estatal e a utilizam no seu interesse. A propriedade estatal surge, nos países capitalistas, como resultado da construção de empresas, estradas de ferro, arsenais, etc., as custas do orçamento estatal, bem como através da nacionalização, ou seja, da transferência de empresas privadas isoladas as mãos do Estado, que paga uma pródiga indenização. Em que pesem as afirmações dos economistas burgueses e dos oportunistas, que representam a estadização das empresas sob o domínio do capital monopolista como "transição ao socialismo", isto nada tem de comum com o socialismo. A propriedade estatal nos países burgueses representa uma variedade da propriedade capitalista, com a diferença de que o proprietário da empresa não é aqui o capitalista isolado, mas o Estado burguês, que se encontra na dependência do capital monopolista. Os órgãos de direção das empresas nacionalizadas se compõem, como regra, dos representantes dos monopólios mais poderosos. Os monopólios se enriquecem com a construção de empresas estatais. Não raro, as empresas estatais são entregues em arrendamento as grandes firmas, por contratos muito vantajosos. Os monopólios recebem do Estado uma serie de vantagens e privilégios, como, por exemplo, tarifas vantajosas de energia elétrica, de frete ferroviário, etc.. Nos

países capitalistas, pratica-se amplamente a chamada reprivatização, ou seja, a transferência das empresas estatais a mãos privadas, habitualmente a preço ínfimo.

A nacionalização burguesa é uma das formas de reforçamento do capitalismo monopolista de Estado. Os Estados burgueses utilizam a nacionalização das empresas capitalistas privadas com o fim de reforçar a militarização da economia no período de preparação para a guerra e particularmente em tempo de guerra, e visando fortalecer seu poder militar-policial.

Ao mesmo tempo, a nacionalização burguesa, sendo uma das formas de socialização capitalista da produção, favorece a criação das premissas material-produtivas para a organização da formação socialista, após a vitória da revolução socialista. Uma particular importância tem a nacionalização das empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos, que se desprendem do sistema imperialista. Nestes países, a nacionalização se apresenta como um dos meios de luta anti-imperialista e de garantia da independência econômica do país.

Ali onde existe um forte partido proletário, que se apoia no movimento operário de massas, que é amplamente representado no parlamento e exerce substancial influência na orientação da sua atividade, a nacionalização das empresas pode ser aproveitada pela classe operária e pelas vastas massas de trabalhadores na luta contra a onipotência do capital monopolista. Isto se refere aos países, em que existem condições para a conquista do poder pelo proletariado através do caminho parlamentar.

A construção de empresas estatais, as custas do orçamento, realiza-se amplamente nos Estados Unidos. Nos anos da Segunda Guerra Mundial (de 1940 a 1945), foram invertidos na indústria de transformação dos Estados Unidos 25 792 milhões de dólares, dos quais somente 8 623 milhões de dólares corresponderam a inversões privadas, enquanto 17169 milhões de dólares couberam as inversões estatais. No período de após-guerra, grandes inversões as custas do orçamento são promovidas na indústria de produção de armas atômicas.

Nos Estados Unidos, após a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, foram transferidas as firmas privadas, por preço ínfimo, muitas empresas construídas as custas do Estado, sendo que a sua massa fundamental caiu em mãos dos mais fortes monopólios.

Na Inglaterra, foram nacionalizados: em 1946, o Banco da Inglaterra; em 1947, a indústria carbonífera, bem como as comunicações radiotelegráficas com o exterior; em 1948, a indústria de energia elétrica, bem como os transportes ferroviário, automobilístico e aquático; em 1951, a siderurgia. Os proprietários das empresas nacionalizadas, muitas das quais eram deficitárias, receberam uma indenização no valor de 2,56 bilhões de libras esterlinas.

Os monopólios se enriquecem com a obtenção de encomendas do Estado, que trazem enormes lucros. Sob o pretexto de "estímulo a iniciativa econômica", o Estado burguês fornece aos grandes empresários enormes somas, sob a forma de empréstimos e subvenções sem resgate. No caso de bancarrota dos monopólios, estes recebem do Estado meios para a cobertura dos déficits, enquanto a sua dívida de impostos ao Estado é riscada. Desta maneira, enormes somas, recebidas por conta do crescimento dos impostos, que pesam sobre as massas trabalhadoras, são traspassadas por meio do orçamento para os bolsos dos monopolistas.

Apoiando-se no aparelho estatal, os monopólios promovem a política de "congelamento do salário (ou seja, de proibição da elevação do salário nominal, apesar do crescimento dos preços e impostos), de proibição da luta grevista, etc..

Com a ajuda do poder estatal, os monopólios se apossam das fontes de matérias-primas, das esferas de aplicação de capitais, dos mercados de venda.

No interesse do reforçamento do poder dos grandes monopólios, o poder estatal favorece ativamente a concentração e centralização do capital, obriga os empresários independentes, através de medidas especiais, a se submeterem

as uniões monopolistas, ao passo que, em tempo de guerra, promove a concentração coercitiva da produção, fechando muitas pequenas e médias empresas. Estabelecendo elevados direitos aduaneiros para as mercadorias importadas e estimulando a exportação de mercadorias por meio do pagamento de direitos de exportação, o Estado facilita aos monopólios a conquista de novos mercados através do "dumping".

Os enormes meios, concentrados em mãos do Estado, dão-lhe a possibilidade de exercer determinada influência sobre a conjuntura econômica. Assim é que, ao gastar grandes somas na construção de empresas estatais, autoestradas, ferrovias, etc. e ao dar encomendas as grandes firmas de armamentos, o Estado suscita a procura de equipamentos e materiais de construção, favorecendo o enriquecimento dos monopolistas. As medidas econômicas do Estado podem, em determinado momento, aliviar a queda da produção no país ou mesmo provocar certa reanimação da conjuntura.

Com esse fundamento, os defensores do capitalismo afirmam que o Estado se teria tornado força decisiva na economia dos países capitalistas e seria capaz de assegurar a direção planificada da economia nacional. De fato, porém, o Estado burguês não pode dirigir planificadamente a economia, uma vez que a base da economia no capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem.

A influência reguladora na produção por parte do Estado burguês, em determinadas empresas, trustes, ramos da economia, promovida no interesse dos grandes monopólios, não somente não elimina, mas agrava a concorrência entre as uniões monopolistas e aguça a anarquia na economia capitalista em conjunto.

"O capitalismo monopolista de Estado se revela incapaz de "renovar" e "sanear" a economia nacional. O Estado burguês está longe de ser uma força determinante na economia e não pode dirigi-la planificadamente, uma vez que é impotente diante das leis econômicas do capitalismo, que atuam como

flagelos espontâneos. O domínio dos monopólios, que aspiram a assegurar o lucro máximo, leva a um grau extremo o caráter caótico da economia nacional."[94]

O capitalismo monopolista de Estado conduz ao agravamento de todas as contradições do regime burguês. A regulação da economia no sentido da garantia do elevado lucro monopolista para os magnatas do capital financeiro, em detrimento da classe operária e das massas trabalhadoras, o incremento do desemprego, o crescimento da carestia da vida e dos impostos, em ligação com a militarização da economia, tudo isto conduz a limitação cada vez maior da procura solvente de mercadorias por parte dos trabalhadores e cria as premissas para novas crises econômicas de superprodução.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado reforça o poder dos monopólios, leva ao crescimento da opressão e a elevação do grau de exploração da classe operária, do campesinato e de amplas camadas da intelectualidade, ao desenfreio da reação e do despotismo militar. Ao caracterizar a influência do capitalismo monopolista do Estado na situação das massas, Lênin indicou:

"Conservando-se a propriedade privada dos meios de produção, todos estes passos para uma maior monopolização e maior estadização da produção inevitavelmente são acompanhados da intensificação da exploração das massas trabalhadoras, da intensificação da opressão, de maiores dificuldades para a resistência aos exploradores, de intensificação da reação e do despotismo militar, e, ao mesmo tempo, conduzem ao incalculável crescimento dos lucros dos grandes capitalistas as custas de todas as demais camadas da população, a escravização das massas trabalhadoras por muitos decênios como tributo aos capitalistas, sob a forma do pagamento de bilhões a conta de juros de empréstimos."[95]

Tudo isto provoca o agravamento das contradições entre explorados e exploradores, conduz ao incremento da coesão e da capacidade de organização da classe operária e das massas trabalhadoras na sua luta pela libertação, pela reestruturação do mundo a partir dos princípios do socialismo.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, ao acelerar a socialização capitalista da produção, cria as premissas materiais para a substituição do capitalismo pelo socialismo. Lênin indicou que o capitalismo monopolista de Estado é a mais completa preparação material do socialismo.

A Lei da Desigualdade do Desenvolvimento Econômico e Político dos Países Capitalistas no Período do Imperialismo

Sob o Capitalismo, as empresas isoladas e os ramos da produção de um país não podem desenvolver-se de modo uniforme. Nas condições da concorrência e da anarquia da produção, é inevitável o desenvolvimento desigual de uns ramos, regiões e países, em contraste com os ritmos lentos e mesmo a queda de outros. Todavia, na época pré-monopolista, a produção estava dispersa entre grande quantidade de empresas, reinava a livre concorrência e não havia o domínio dos monopólios. O capitalismo ainda podia desenvolver-se de modo relativamente suave. Os países, que se adiantavam a outros, faziam-no no decurso de longo período de tempo. No globo terrestre, existiam então amplos territórios, ainda não ocupados pelos países capitalistas. Os problemas se resolviam sem choques armados de escala mundial.

A situação se modificou radicalmente com a passagem para o capitalismo monopolista, quando já havia sido concluída a divisão do mundo entre as potências imperialistas e elas conduziam aguda luta pela redivisão do mundo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da técnica, em grau antes desconhecido, abre para alguns países capitalistas a possibilidade de ultrapassar outros países capitalistas, com rapidez, aos saltos. Os países, que ingressaram mais tarde no caminho do desenvolvimento do capitalismo, utilizam os resultados preparados pelo progresso técnico — máquinas, métodos de produção, etc.. Daí o desenvolvimento rápido, sob a forma de saltas, de uns países e o atraso do crescimento de outros. Este desenvolvimento sob a forma de saltos intensifica-se extraordinariamente também com a exportação de capital, as crises econômicas e as guerras, particularmente mundiais. Cria-se, para alguns países, a possibilidade de ultrapassar rapidamente

outros países, afastá-los dos mercados e alcançar, a mão armada, a redivisão do mundo já dividido. No período do imperialismo, a desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas adquire significação da maior importância para o desenvolvimento social, para o amadurecimento das premissas e o desenvolvimento da revolução socialista.

A correlação de forças das potências imperialistas modifica-se com rapidez inaudita. Em consequência disso processa-se muito desigualmente a modificação das forças militares dos países imperialistas. A correlação de forças econômicas e militares em modificação conduz ao choque com a velha distribuição das colônias e esferas de influência. Isto engendra inevitavelmente a guerra pela divisão do mundo já dividido. A comprovação do poderio real de tais ou quais grupos imperialistas se faz através de guerras sangrentas e devastadoras.

Em 1860, o primeiro lugar na produção industrial do mundo era ocupado pela Inglaterra; a França seguia nos seus rastros. A Alemanha e os Estados Unidos ainda não haviam então ingressado na arena mundial. Passado um decênio e o pais de jovem capitalismo em rápido desenvolvimento — os Estados Unidos — alcançou a França e mudou de lugar com ela. Passado mais um decênio, os Estados Unidos alcançavam a Inglaterra e ocupavam o primeiro lugar na produção industrial do mundo, ao passo que a Alemanha alcançava a França e ocupava o terceiro lugar, após os Estados Unidos e a Inglaterra. Ao iniciar-se o século XX, a Alemanha afastara a Inglaterra, ocupando o segundo lugar, após os Estados Unidos. Em consequência das modificações na correlação de forças dos países capitalistas, processou-se a cisão do mundo capitalista em alianças imperialistas hostis, surgindo as guerras mundiais.

A desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas condiciona o agravamento das contradições no campo do imperialismo, provoca choques guerreiros, que conduzem ao mútuo enfraquecimento dos imperialistas. A frente mundial do imperialismo se torna vulnerável a revolução proletária. Nesta base, pode ocorrer o rompimento da frente naquele elo, em

que a cadeia da frente imperialista seja mais fraca, naquele ponto em que se formam as condições mais favoráveis para a vitória do proletariado.

A desigualdade do desenvolvimento econômico, na época do imperialismo, determina também a desigualdade do desenvolvimento político, que implica em diversidade de tempo de amadurecimento das premissas políticas da revolução proletária nos diversos países. Entre estas premissas, incluem-se, antes de tudo, a agudeza das contradições de classe e o grau de desenvolvimento da luta de classes, o nível da consciência de classe, a capacidade de organização política e a decisão revolucionária do proletariado, sua capacidade para dirigir as massas fundamentais do campesinato.

A lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas, no período do imperialismo, constitui o ponto de partida da teoria leninista sobre a possibilidade de vitória do socialismo inicialmente em alguns países ou mesmo num só país, tomado isoladamente.

Em meados do século XX, ao estudar o capitalismo pré-monopolista, Marx e Engels chegaram a conclusão de que a revolução socialista só pode vencer simultaneamente em todos ou na maioria dos países civilizados. Entretanto, em princípios do século XX, particularmente no período da Primeira Guerra Mundial, a situação modificou-se radicalmente. O capitalismo pré-monopolista havia passado a capitalismo monopolista. O capitalismo ascendente se converteu em capitalismo descendente. A guerra descobriu debilidades incuráveis na frente imperialista mundial. Ao mesmo tempo, a lei da desigualdade do desenvolvimento predeterminou a diversidade de tempo de amadurecimento da revolução proletária nos diversos países. Partindo da lei da desigualdade do desenvolvimento do capitalismo na época do imperialismo, Lênin chegou a conclusão de que a velha fórmula de Marx e Engels já não corresponde as novas condições históricas, de que, nas novas condições, a revolução proletária pode vencer integralmente num país, tomado isoladamente, de que a vitória simultânea da revolução socialista em todos os

países ou na maioria dos países civilizados é impossível, em virtude da desigualdade de amadurecimento da revolução nesses países.

"A desigualdade do desenvolvimento econômico e político — escreveu Lênin — é uma lei incondicional do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo inicialmente em alguns ou mesmo num país capitalista, tomado isoladamente."(96)

Esta era uma nova teoria da revolução socialista, criada por Lênin. Esta teoria enriqueceu o marxismo e fê-lo avançar, descobriu a perspectiva revolucionária aos proletários de diversos países, desenvolveu a iniciativa para o assalto a própria burguesia, fortaleceu a fé na vitória da revolução proletária.

Em ligação com o fato de que no período do imperialismo se conclui a formação do sistema capitalista de economia mundial, os diversos países se convertem em elos de uma só cadeia. Os traços característicos do sistema capitalista de economia mundial são os seguintes: subordinação da economia dos países atrasados e sua conversão em apêndice da economia das potências imperialistas, liquidação da independência econômica e política dos países subdesenvolvidos e sua conversão em colônias e semicolônias, luta encarniçada dos países metropolitanos desenvolvidos pelos mercados de venda e esferas de aplicação de capital, pelo domínio das colônias. Estas relações de domínio e subordinação, de luta de concorrência, existentes entre os países do sistema mundial do capitalismo, criam contradições insuperáveis, conflitos e choques entre eles. A desigualdade do desenvolvimento dos diversos países muda constantemente a correlação de forças dentro do sistema mundial do capitalismo, agravando ao extremo aquelas contradições.

As condições objetivas para a revolução socialista amadureceram em todo o sistema mundial da economia capitalista. Nas condições do imperialismo, a revolução socialista não vence obrigatoriamente, em primeiro lugar, nos países em que o capitalismo é mais desenvolvido e o proletariado representa a maioria da população, mas, antes de tudo, nos

países que constituem o elo débil na cadeia do imperialismo mundial. Em tais condições, a existência, na composição deste sistema, de países insuficientemente desenvolvidos no sentido industrial, não pode servir de obstáculo a revolução. Para a vitória da revolução socialista, é necessária a resistência do proletariado revolucionário e de sua vanguarda, a existência no país em questão do aliado da classe operária representado pelo campesinato, capaz de seguir o proletariado na luta decidida contra o imperialismo.

Na época do imperialismo, quando o movimento revolucionário cresce em todo o mundo, a burguesia imperialista entra em aliança com todas as forças reacionárias, sem exceção, e utiliza de todas as maneiras as sobrevivências do feudalismo para reforçar o seu domínio e aumentar os seus lucros. Em vista disso, a liquidação dos elementos feudal-servis é impossível sem a luta decidida contra o imperialismo. A luta contra o domínio imperialista cria uma ampla base, sobre a qual podem confluir e efetivamente confluem variados movimentos populares. Sob determinadas condições, cria-se a possibilidade da hegemonia (direção) do proletariado na revolução democrático-burguesa, da coesão em torno do proletariado das massas do campesinato e de vastas camadas de trabalhadores para a luta contra as sobrevivências feudais e o jugo imperialista, a medida em que se resolvem as tarefas antifeudais e nacional-libertadoras, a revolução democrático-burguesa se transforma em revolução socialista.

No período do imperialismo, cresce, nos países imperialistas, a indignação do proletariado, acumulam-se os elementos da explosão revolucionária, enquanto nas colônias e países dependentes desenvolve-se a guerra libertadora contra o imperialismo. As guerras imperialistas pela redivisão do mundo enfraquecem o sistema imperialista e fortalecem a tendência a unificação das revoluções proletárias nos países capitalistas com o movimento de libertação nacional nas colônias.

"O desenlace da luta — escreveu Lênin em 1923 — depende, no final de contas, do fato de que a Rússia, a Índia, a China, etc., representam a gigantesca maioria da população. E

precisamente esta maioria da população é também atraída com extraordinária rapidez, nos últimos anos, para a luta pela sua libertação, de tal maneira que, neste sentido, não pode haver nem sombra de dúvida sobre qual será a solução definitiva da luta mundial. Neste sentido, a vitória definitiva do socialismo está integral e incondicionalmente assegurada."(97)

Notas de rodapé:

(90) V.I. Lênin, O Imperialismo e a Cisão do Socialismo, Obras, t. XXIII, p. 94.

(91) V.I. Lênin, O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo, Obras, t. XXII, pág. 286.

(92) V.I. Lênin, Barbaria Civilizada, Obras, t. XIX, p. 349.

(93) V.I. Lênin, Obras, t. XXIII, p. 13.

(94) Maurice Thorez, Novos Dados Sobre o Empobrecimento dos Trabalhadores da França, 1956, p. 31.

(95) V.I. Lênin, Sétima Conferência Pan-Russa (de abril) do POSDR (b). Resolução Sobre o Momento Presente, Obras, t. XXIV, pp. 276/277.

(96) V.I. Lênin, Sobre a Palavra de Ordem de Estados Unidos da Europa. Obras, t. XXI, p. 311.

(97) V.I. Lênin, Melhor Menos, Porém Melhor, Obras, t. XXVII, p. 106.

Capítulo XVIII — A Crise Geral do Capitalismo

A Essência da Crise Geral do Capitalismo

A crise geral do capitalismo é a crise multilateral do sistema capitalista mundial em conjunto, que se caracteriza por guerras e revoluções, pela luta entre o capitalismo agonizante e o socialismo crescente. A crise geral do capitalismo abrange todos os aspectos do capitalismo, seja a economia como a política. A crise geral do capitalismo significa o enfraquecimento cada vez maior do sistema capitalista mundial, do qual se afastam sempre novos países, por um lado, e a potência econômica crescente dos países, que se afastam do capitalismo, por outro lado. Os fundamentos da doutrina sobre a crise geral do capitalismo foram elaborados por V.I. Lênin.

O principal sintoma da crise geral do capitalismo é a cisão do mundo em dois sistemas: o capitalista e o socialista. A crise geral do capitalismo se caracteriza também pela crise do sistema colonial do imperialismo. Em ligação com o agravamento do problema dos mercados, surgem a crônica atividade das empresas abaixo de sua capacidade e o crônico desemprego em massa.

A desigualdade de desenvolvimento dos países capitalistas na época do imperialismo, com o decurso do tempo, engendra a não correspondência da divisão existente de mercados de venda, de esferas de influência e de colônias a modificada correlação de forças dos principais países capitalistas. Nesta base, processa-se uma brusca violação do equilíbrio dentro do sistema capitalista mundial, formam-se agrupamentos hostis de países capitalistas, o que conduz a guerras entre eles. As guerras mundiais debilitam as forças do imperialismo, facilitam o rompimento da frente imperialista e o afastamento de determinados países do sistema capitalista.

A crise geral do capitalismo abrange todo um período histórico, que é parte integrante da época do imperialismo.

Como já foi observado, a lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos países capitalistas, na época do imperialismo, predetermina a diversidade do tempo de amadurecimento da revolução socialista nos diversos países. Lênin indicou que a crise geral do capitalismo não é um ato simultâneo, mas um período prolongado de tempestuosos abalos econômicos e políticos, de agravamento da luta de classes, um período "de bancarrota do capitalismo em toda a sua extensão e de nascimento da sociedade socialista."(98) Isto determina a inevitabilidade histórica da prolongada coexistência dos dois sistemas — o socialista e o capitalista.

A crise geral do capitalismo se iniciou no período da Primeira Guerra Mundial e se desenvolveu como resultado do afastamento da Rússia do sistema capitalista. Esta foi a primeira etapa da crise geral do capitalismo. No período da Segunda Guerra Mundial, e, em seguida a ela, do afastamento dos países democrático-populares, na Europa e na Ásia, do sistema capitalista, iniciou-se a segunda etapa da crise geral do capitalismo.

A Primeira Guerra Mundial

A Primeira Guerra Mundial foi o resultado do agravamento das contradições entre as potências imperialistas no terreno da luta pela redivisão do mundo e das esferas de influência. Ao lado das velhas potências imperialistas, cresceram novos animais de presa, que chegaram atrasados para a divisão do mundo. Surgiu na cena o imperialismo alemão. Foi depois de uma série de outros países que a Alemanha ingressou no caminho do desenvolvimento capitalista e compareceu a partilha dos mercados e esferas de influência, quando o mundo já estava dividido entre as velhas potências imperialistas. Entretanto, já em começos do século XX, ao ultrapassar a Inglaterra, a Alemanha ocupou o segundo lugar no mundo e o primeiro na Europa, no que se refere ao nível de desenvolvimento industrial. A Alemanha passou a deslocar a Inglaterra e a França dos mercados mundiais. A modificação da correlação de forças econômicas e militares dos principais países capitalistas levou ao agravamento da luta pela redivisão do

mundo. Na luta pela redivisão do mundo, a Alemanha, em aliança com a Áustria-Hungria, se chocou com a Inglaterra, a França e a Rússia tzarista.

A luta entre os dois blocos imperialistas — o anglo-francês e o alemão — pela redivisão do mundo atingia os interesses de todos os países imperialistas e, por isso, levou a guerra mundial, na qual, mais adiante, tomaram parte o Japão, os Estados Unidos e uma série de outros países. A Primeira Guerra Mundial teve, por ambos os lados, caráter imperialista.

A guerra abalou o mundo capitalista até os seus fundamentos mais profundos. Pela sua envergadura, ela deixou longe todas as guerras precedentes na história da humanidade.

A guerra foi uma fonte de enorme enriquecimento dos monopólios. Em especial, enriqueceram-se os capitalistas dos Estados Unidos. Os lucros de todos os monopólios americanos, em 1917, superaram o nível dos lucros de 1914 em 3 a 4 vezes. Durante os cinco anos de guerra (de 1914 a 1918), os monopólios norte-americanos obtiveram mais de 35 bilhões de dólares de lucro (antes do pagamento de impostos). Os maiores monopólios aumentaram seus lucros em dezenas de vezes.

A população dos países participantes ativos da guerra era constituída de cerca de 801) milhões de pessoas. Cerca de 70 milhões de pessoas foram chamadas as armas. A guerra devorou tantas vidas humanas quantas morreram em todas as guerras da Europa, num milênio. O número de mortos atingiu 10 milhões e o de feridos e mutilados superou 20 milhões. Milhões de homens morreram de fome e de epidemias. A guerra trouxe um dano colossal a economia dos países beligerantes. As despesas militares diretas das potências beligerantes, durante todo o tempo da guerra (1914/1918), atingiram 208 bilhões de dólares (a preços dos anos correspondentes).

Ao tempo da guerra, ainda mais cresceu o papel dos monopólios. A "regulação" militar da economia foi utilizada para o enriquecimento dos grandes monopólios. Numa série de países, foi prolongado o dia de trabalho, proibidas as greves, introduzidos regulamentos militares e o trabalho obrigatório

nas empresas. As encomendas militares estatais, por conta do orçamento, foram a fonte principal do inaudito crescimento dos lucros. As despesas militares, ao tempo da guerra, absorveram uma parte enorme da renda nacional e foram cobertas, antes de tudo, por meio do aumento de impostos sobre os trabalhadores. A parte fundamental das verbas de guerra foi entregue aos monopolistas sob a forma de pagamento de encomendas militares e de empréstimos e subsídios sem resgate. Os preços das encomendas de guerra garantiam aos monopólios enormes lucros. Lênin denominou os fornecimentos militares de dilapidação legalizada. Os monopólios se enriqueceram a custa da redução do salário real dos operários, com a ajuda da inflação, bem como a custa da pilhagem direta dos territórios ocupados. No tempo da guerra, nos países europeus, foi introduzido o sistema de racionamento para a distribuição de produtos, o que limitava o consumo dos trabalhadores a uma ração de fome.

A guerra levou ao extremo a miséria e o sofrimento das massas, agravou as contradições de classe e provocou o ascenso da luta revolucionária da classe operária e dos camponeses trabalhadores nos países capitalistas. Ao mesmo tempo, havendo-se convertido de europeia em mundial, a guerra atraiu para a sua órbita também a retaguarda do imperialismo — as colônias e países dependentes —, o que facilitou a unificação do movimento revolucionário na Europa com o movimento de libertação nacional dos povos do Oriente.

A guerra debilitou o capitalismo mundial.

"A guerra histórica — escreveu Lênin — significa grandiosa crise histórica, o início de uma nova época. Como qualquer crise, a guerra agravou profundamente as contradições latentes e as trouxe a luz do dia."[(99)]

A guerra despertou um poderoso ascenso do movimento revolucionário, anti-imperialista.

A Vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro e a Divisão do Mundo em dois Sistemas: O Capitalista e o Socialista

A revolução proletária rompeu a frente imperialista, em primeiro lugar, na Rússia, que se revelou o elo mais fraco na cadeia do imperialismo. A Rússia era o ponto nodal de todas as contradições do imperialismo. Na Rússia, a onipotência do capital se entrelaçava com o despotismo tzarista, com as sobrevivências da servidão e o jugo colonial nas relações com os povos não russos.

A Rússia tzarista era reserva do imperialismo ocidental, como esfera de aplicação de capital estrangeiro, que detinha em suas mãos os ramos decisivos da indústria — de combustíveis, metalúrgica e outras — e como apoio do imperialismo ocidental no Oriente. Os interesses do tzarismo e do imperialismo ocidental se unificavam.

A elevada concentração da indústria russa e a existência de um partido revolucionário, como o Partido Comunista, converteram a classe operária da Rússia numa formidável força política do país. O proletariado russo possuía um aliado, como o campesinato pobre, que constituía a grande maioria da população camponesa. Nestas condições, a revolução democrático-burguesa na Rússia deveria inevitavelmente transformar-se em revolução socialista, tomar um caráter internacional e abalar os próprios fundamentos do imperialismo mundial.

A Grande Revolução Socialista de Outubro constituiu uma reviravolta radical na história universal da humanidade, tendo aberto uma nova época: a época das revoluções proletárias nos países imperialistas e do movimento de libertação nacional nas colônias. A Revolução de Outubro retirou do poder do capital os trabalhadores de uma sexta parte da terra. Processou-se a divisão do mundo em dois sistemas: o capitalista e o socialista, o que representa a mais clara expressão da crise geral do capitalismo. Em consequência da divisão do mundo em dois sistemas, surgiu uma contradição, por princípio, nova, de importância histórico-universal: a contradição entre o capitalismo agonizante e o socialismo crescente.

Ao caracterizar a crise geral do capitalismo, I.V. Stálin afirmou:

“Isto significa, antes de tudo, que a guerra imperialista e suas consequências acentuaram a decomposição do capitalismo e solaparam o seu equilíbrio, que nós vivemos agora na época das guerras e revoluções, que o capitalismo já não representa o único sistema de economia mundial, que tudo abrange, que ao lado do sistema capitalista de economia existe o sistema socialista, o qual cresce, faz progressos, opõe-se ao sistema capitalista e, pelo próprio fato de sua existência, demonstra a podridão do capitalismo e abala seus fundamentos.”(100)

Os primeiros anos, após a guerra de 1914/1918, foram um período de tremenda desordem na economia da maioria dos países capitalistas participantes da guerra, um período de encarniçada luta entre o proletariado e a burguesia. Como consequência do abalo do capitalismo mundial e sob a influência imediata da Grande Revolução Socialista de Outubro, ocorreu uma série de revoluções e manifestações revolucionárias, tanto no continente europeu, como nos países coloniais e semi- coloniais. Este potente movimento revolucionário, a simpatia e o apoio, que as massas trabalhadoras de todo o globo prestaram a Rússia Soviética, predeterminaram o fracasso de todas as tentativas do imperialismo mundial para sufocar a primeira república socialista do mundo.

Ao caracterizar a originalidade da situação do primeiro país do mundo, que se afastou do sistema do capitalismo, Lênin indicou que se, de um lado, a burguesia internacional era integralmente hostil a ele e decidida a estrangulá-lo, já, por outro lado, todas as tentativas deste gênero terminaram em fracasso.

“A oposição a guerra contra a Rússia Soviética fortaleceu-se extraordinariamente em todos os países capitalistas, alimentando o movimento revolucionário do proletariado e abrangendo massas muito amplas da democracia pequeno-burguesa. Agravou-se, e agrava-se a cada dia mais profundamente, a discórdia de interesses entre os diversos países imperialistas. O movimento revolucionário entre centenas

de milhões dos povos oprimidos do Oriente cresce com força magnífica. Como resultado de todas estas circunstâncias, o imperialismo mundial não se mostrou em condição de estrangular a Rússia Soviética, não obstante ser muito mais forte do que ela, e foi obrigado a reconhecê-la ou semi-reconhecê-la em tempo, entrando em acordos comerciais com ela."[101]

Embora extremamente não duradouro, extremamente instável, ocorreu, mostrou Lênin, apesar de tudo, um equilíbrio tal, que permite a república socialista subsistir dentro do cerco capitalista, não obstante o imperialismo internacional ser, a este tempo, mais forte do que ela.

Ao escapar do caos econômico de após-guerra, o mundo capitalista entrou num período de estabilização relativa. O ascenso revolucionário foi substituído por um refluxo temporário da revolução numa série de países europeus. Tratava-se de uma temporária e parcial estabilização do capitalismo, alcançada a custa da intensificação da exploração dos trabalhadores. Sob a bandeira da "racionalização" capitalista, foi aplicada uma impiedosa intensificação do trabalho. A estabilização capitalista conduzia inelutavelmente ao agravamento das contradições entre operários e capitalistas, entre o imperialismo e os povos coloniais, entre os diversos países imperialistas.

Iniciada em 1929, a crise econômica mundial pôs fim a estabilização capitalista.

Ao mesmo tempo, a economia nacional da URSS desenvolvia-se continuamente numa linha ascendente, sem crises e catástrofes. A União Soviética era então o único país, que não conhecia as crises nem as demais contradições do capitalismo. A indústria da União Soviética crescia sempre, a ritmos desconhecidos na história. Em 1938, a produção da grande indústria da URSS representava 911% em comparação com a produção de 1913, ao passo que a produção industrial dos Estados Unidos era somente 137,1%, a da Inglaterra, de 114,5%, e a da França, 105,8%.

A confrontação entre o desenvolvimento econômico da

URSS e o dos países capitalistas mostrava claramente a superioridade decisiva do sistema socialista de economia diante do sistema capitalista.

O aparecimento do primeiro Estado socialista do mundo exerceu imensa influência no desenvolvimento da luta revolucionária dos trabalhadores. A experiência da URSS demonstrou que os trabalhadores podem administrar com êxito o país, construir e dirigir a economia, sem a burguesia.

A Crise do Sistema Colonial do Imperialismo

Um dos traços mais importantes da crise geral do capitalismo é a crise do sistema colonial. Surgida no período da Primeira Guerra Mundial, esta crise se amplia e se aprofunda. A crise do sistema colonial do imperialismo consiste no brusco agravamento das contradições entre as potências imperialistas, por um lado, e os países coloniais e semicoloniais, por outro lado, consiste no desenvolvimento da luta de libertação nacional dos povos oprimidos destes países, na libertação de uma série de colônias do jugo imperialista.

A Grande Revolução Socialista de Outubro desempenhou enorme papel no ascenso do movimento de libertação nacional nos países coloniais e semicoloniais. Ela despertou uma série de potentes movimentos nacional-libertadores nos países do Oriente colonial. A vitória da Revolução Socialista de Outubro teve a maior significação para o ascenso da luta de libertação nacional do grande povo chinês. Poderoso movimento de libertação nacional ergueu-se também na Índia, Indonésia e outros países. A Grande Revolução Socialista de Outubro abriu a época das revoluções coloniais, que trazem aos povos das colônias a emancipação do jugo imperialista.

No período da crise geral do capitalismo, cresce o papel das colônias, como uma das fontes do elevado lucro monopolista. A intensificação da luta entre os imperialistas por mercados de venda e esferas de influência, o agravamento das dificuldades internas e das contradições nos países capitalistas, tudo isto conduz a acentuação da opressão imperialista nas colônias, ao crescimento da exploração dos povos das colônias e

países dependentes. Isto suscita a intensificação da luta anti-imperialista, de libertação nacional.

A crise do sistema colonial é condicionada também pelo desenvolvimento da indústria e do capitalismo próprio nas colônias, o que agrava o problema do mercado capitalista mundial e conduz ao crescimento do proletariado industrial nas colônias.

A Primeira Guerra Mundial, ao tempo da qual diminuiu bruscamente a exportação de mercadorias industriais das metrópoles, deu importante impulso ao desenvolvimento industrial das colônias. No período entre as duas guerras, em consequência do aumento da exportação de capital para os países atrasados, o capitalismo continuou a se desenvolver nas colônias. Em ligação com isto, cresceu o proletariado nos países coloniais.

Na Índia, de 1914 a 1939, a quantidade total de empresas industriais cresceu de 2 874 a 10 466. Em ligação com isto, aumentou a quantidade de operários fabris. O número de operários da indústria de transformação da Índia era, em 1914, de 951 mil homens, ao passo que em 1939 já era de 1751,1 milhares. Quanto ao número total de operários da Índia, incluindo mineiros, ferroviários e operários do transporte aquático, bem como operários das plantações, era em 1939 de cerca de 5 milhões de homens. Na China (sem a Manchúria), de 1910 a 1937, o número de empresas industriais (com um mínimo de 30 operários) cresceu de 200 a 2 500, ao passo que o número dos operários ocupados nelas cresceu de 150 mil a 2 750 mil. Contando com a Manchúria, mais desenvolvida no sentido industrial, o número de operários na indústria e no transporte (com exclusão das pequenas empresas), era, na China, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, de cerca de 4 milhões de pessoas. Cresceu consideravelmente o proletariado industrial na Indonésia, na Malaia, nas colônias africanas e outras.

A classe operária das colônias é um combatente ativo e o mais consequente contra o imperialismo, capaz de dar coesão as massas de milhões do campesinato, as amplas camadas de

trabalhadores e conduzir a revolução até o fim. Por todo o curso do desenvolvimento econômico e político, a classe operária das colônias se destaca sempre mais como força dirigente do movimento de libertação nacional.

O crescimento da classe operária, nos países coloniais, e o fortalecimento da luta nacional-libertadora dos povos destes países, no período da crise geral do capitalismo, constituem uma nova etapa no desenvolvimento do movimento de libertação nacional. Se, antes, a luta de libertação nacional conduzia somente a instauração do poder da burguesia, já no período da crise geral do capitalismo cria-se a possibilidade da hegemonia da classe operária, o que assegura o desenvolvimento do país pelo caminho para o socialismo.

No período da crise geral do capitalismo, o movimento de libertação nacional nas colônias se entrelaça, cada vez mais, com a luta da classe operária nas metrópoles. De reservas do imperialismo, os países coloniais e dependentes se convertem cada vez mais em reservas da revolução socialista.

O Agravamento do Problema dos Mercados, o Crônico Funcionamento das Empresas Abaixo de sua Capacidade e o Crônico Desemprego em Massa

Traço inevitável da crise geral do capitalismo é o agravamento do problema dos mercados. Este problema é provocado, em primeiro lugar, pelo afastamento de determinados países do sistema capitalista mundial e pela redução da esfera de domínio do capital. Assim é que, ao afastar-se do sistema capitalista a Rússia, com os seus enormes mercados de venda e fontes de matérias-primas, isto não podia deixar de provocar sérios rompimentos dos vínculos mercantis do mundo capitalista. No período da crise geral do capitalismo, agrava-se a contradição entre o crescimento da produção e das possibilidades produtivas do capitalismo e a capacidade aquisitiva, em atraso, das massas, cujo nível de vida baixa. O agravamento do problema dos mercados é suscitado, além disso, pelo desenvolvimento de um capitalismo próprio nas colônias e países dependentes, o qual começa a concorrer nos mercados com os velhos países capitalistas. O desenvolvimento

da luta de libertação nacional dos povos dos países coloniais também dificulta a situação dos países imperialistas nos mercados externos.

O agravamento do problema dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, não deve ser compreendido no sentido de redução absoluta da capacidade do mercado, de diminuição do volume de mercadorias em circulação. O volume total de mercadorias em circulação nos países capitalistas cresce, apesar da redução do território do mundo capitalista. O agravamento do problema dos mercados, no período da crise geral do capitalismo, se expressa no retardamento do crescimento da circulação de mercadorias em relação ao crescimento da produção e das possibilidades produtivas do capitalismo. Assim é que, num período de 16 anos, incluindo a Primeira Guerra Mundial (de 1913 a 1929), a produção industrial do mundo capitalista cresceu em 41%, enquanto o volume da exportação mundial (a preços constantes) cresceu em 21,5%. Durante 21 anos, incluindo a Segunda Guerra Mundial (de 1937 a 1958), a produção industrial do mundo capitalista cresceu em 96%, ao passo que o volume da exportação, a preços constantes, cresceu em 65%.

O agravamento do problema dos mercados engendrou fenômenos qualitativamente novos: o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade e o crônico desemprego em massa.

Antes, o funcionamento abaixo da capacidade de fábricas e usinas, em massa, tinha lugar somente a época de crises econômicas. No período da crise geral do capitalismo, surge o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade.

Assim é que, no período do ascenso de 1925 a 1929, a potência produtiva da indústria de transformação dos Estados Unidos foi aproveitada somente em 80%. De 1930 a 1934, o aproveitamento da potência produtiva da indústria de transformação baixou a 60%. Neste particular, é necessário considerar que a estatística burguesa dos Estados Unidos, ao calcular a potência produtiva da indústria de transformação,

não levou em conta as empresas há longo tempo fora de funcionamento e tomou apenas um turno para condição de trabalho das empresas.

O crônico desemprego em massa se encontra em estreita ligação com O agravamento do problema do mercado e O crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade. Antes da Primeira Guerra Mundial, o exército de reserva do trabalho crescia nos anos de crise, mas, nos períodos de ascenso, reduzia-se a dimensões relativamente pequenas. No período da crise geral do capitalismo, o desemprego adquire enormes dimensões e se conserva num nível relativamente elevado também nos anos de reanimação e ascenso.

No momento do mais elevado ascenso da indústria entre as duas guerras mundiais — em 1929 — a quantidade de desempregados totais era, nos Estados Unidos, de um milhão e meio de pessoas. Na Inglaterra, o número de desempregados totais, entre os trabalhadores segurados, no período de 1922 a 1938, não foi inferior a 1,2 milhões de pessoas por ano. Milhões de operários se contentavam com trabalho ocasional, sofriam de desemprego parcial.

O desemprego crônico em massa piora bruscamente a situação da classe operária. Tal desemprego dá aos capitalistas a possibilidade de acentuar a intensidade do trabalho nas empresas, de pôr para fora os operários já esgotados por um trabalho excessivo e escolher operários novos, mais fortes e saudáveis. Em ligação com isto, reduz-se a "idade operária" dos trabalhadores, o período de seu trabalho nas empresas. Cresce a inquietação dos trabalhadores com relação ao dia de amanhã. Os capitalistas aproveitam o desemprego crônico em massa para a redução do salário dos operários ocupados. Os ingressos da família operária reduzem-se também com a diminuição do número de membros da família, que trabalham.

Nos Estados Unidos, segundo dados da estatística burguesa, o crescimento do desemprego, de 1920 a 1933, foi acompanhado da queda do salário médio anual dos operários empregados na indústria, na construção e no transporte ferroviário, queda esta que foi de 1 483 dólares, em 1920, a 915

dólares, em 1933, ou seja, de 38,3%.

O desemprego crônico em massa exerce também grave influência na situação do campesinato. Em primeiro lugar, o desemprego restringe o mercado interno e diminui a procura de produtos agrícolas pela população urbana. Isto conduz ao aprofundamento das crises agrárias. Em segundo lugar, o desemprego piora a situação no mercado de trabalho, dificultando a incorporação à produção industrial dos camponeses arruinados, que vão para a cidade em busca de trabalho. Como resultado disto, crescem a superpopulação agrária e o empobrecimento do campesinato. O desemprego crônico em massa, assim como o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade, atesta a putrefação do capitalismo, sua incapacidade de utilizar as forças produtivas da sociedade.

A intensificação da exploração da classe operária e a redução do seu nível de vida, no período da crise geral do capitalismo, conduzem ao ulterior agravamento das contradições entre o trabalho e o capital.

Modificações no Ciclo Capitalista

Os novos fenômenos próprios da crise geral do capitalismo — agravamento do problema dos mercados, o crônico funcionamento das empresas abaixo da sua capacidade e o desemprego crônico em massa, as guerras mundiais e a crescente militarização da economia — conduzem a modificações essenciais no desenvolvimento do ciclo capitalista. O agravamento do problema do mercado, o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade e o desemprego crônico em massa atuam no sentido da redução do ciclo, do aprofundamento das crises econômicas, do aumento da duração das fases de crise e depressão, da redução das fases de ascenso e reanimação.

As guerras e a militarização da economia, em consequência do crescimento dos exércitos e da produção de armamentos, criam habitualmente uma procura suplementar de armamentos e de objetos de consumo para as forças armadas,

favorecendo, com isto, a temporária diminuição do desemprego e da capacidade ociosa das empresas. A militarização da economia pode levar a uma temporária reanimação da conjuntura e deter o desenvolvimento da crise em início ou tornar mais lenta a chegada de nova crise econômica. Mas as guerras e a militarização da economia não podem salvar a economia capitalista das crises.

Ao causar enorme destruição de forças produtivas, as guerras mundiais dão uma orientação unilateral ao desenvolvimento da economia nacional, acentuam, com isto, a desigualdade e a desproporcionalidade da economia capitalista, conduzem a redução do nível de vida da população, ao agravamento das contradições entre a produção e o consumo, preparando a chegada de novas crises, ainda mais profundas.

O desenvolvimento da produção capitalista, no período entre as duas guerras mundiais, reflete a ação destes fatores. Neste período, a duração do ciclo diminuiu um tanto, em média, a força destruidora das crises cresceu, a duração das fases de crise e depressão aumentou, ao passo que as fases de ascenso e reanimação reduziram-se.

No período entre as duas guerras mundiais, de 1919 a 1938, houve três crises econômicas: em 1919/1921, em 1929/1933, em 1937/1938.

A profundidade da queda da produção aumentou consideravelmente. A produção da indústria de transformação dos Estados Unidos caiu, ao tempo da crise de 1920/1921 (do ano do mais alto ascenso antes da crise ao ano da mais profunda queda) em 23%, ao tempo da crise de 1929/1933, em 48,3%, ao tempo da crise de 1937/1938, em 23,3%.

A mais profunda e aguda crise na história do capitalismo foi a crise econômica de 1929/1933. Nesta crise, manifestou-se com grande força a influência da crise geral do capitalismo.

"A crise atual — afirmou E. Thaelman, caracterizando a crise de 1929/1933 — tem caráter de crise cíclica nos marcos da crise geral do sistema capitalista, na época do capitalismo

monopolista. Aqui, devemos compreender a interação dialética entre a crise geral e a crise periódica. Por um lado, a crise periódica adquire formas agudas inauditas, uma vez que se processa no terreno da crise geral do capitalismo e se determina pelas condições do capitalismo monopolista. Por outro lado, as devastações, provocadas pela crise periódica, por sua vez, aprofundam, aceleram a crise geral do sistema capitalista."[(102)]

A crise econômica de 1929/1933 abrangeu todos os países do mundo capitalista, sem exceção. Em vista disso, tornou-se impossível que uns países manobrassem a custa de outros. A crise golpeou com a maior força o maior país do capitalismo moderno, os Estados Unidos da América. A crise industrial nos principais países capitalistas se entrelaçou com a crise agrária, o que conduziu ao aprofundamento da crise econômica em conjunto. A produção industrial em todo o mundo capitalista caiu em 37%, sendo que caiu ainda mais em alguns países isolados. O volume do comércio mundial se reduziu em um terço. As finanças dos países capitalistas chegaram a completa desorganização. A quantidade de desempregados atingiu enormes proporções.

A porcentagem de desempregados totais, no momento da maior queda da produção, segundo dados oficiais, era, nos Estados Unidos, de 32%, e na Inglaterra, de 22%. Na Alemanha, a porcentagem dos desempregados totais, entre os membros dos sindicatos, atingiu, em 1932, a 43,8%, e dos desempregados parciais, a 22,6%. Em cifras absolutas, o número de desempregados totais, em 1932, era o seguinte: nos Estados Unidos, segundo dados oficiais, 13,2 milhões de pessoas; na Alemanha, 5,5 milhões; na Inglaterra, 2,8 milhões. Em todo o mundo capitalista, em 1933, existiam 33 milhões de pessoas inteiramente desempregadas. Enormes proporções atingiu o número dos semidesempregados. Assim, nos Estados Unidos, o número dos semidesempregados era, em fevereiro de 1932, de 11 milhões de pessoas.

O crônico funcionamento das fábricas e usinas abaixo de sua capacidade e a queda da capacidade aquisitiva das massas

dificultam a saída da crise. O crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade limita os marcos da renovação e da ampliação do capital fixo e obstaculiza a passagem da depressão a reanimação e ao ascenso. No mesmo sentido atuam o desemprego crônico em massa e a política dos .altos preços monopolistas, que restringe a ampliação da venda de objetos de consumo. Em consequência disso, prolonga-se a fase de crise.

A reanimação e o ascenso, que chegaram após a crise de 1920/1921, processaram-se muito desigualmente e, mais de uma vez, foram interrompidas por crises parciais. Nos Estados Unidos, as crises parciais de superprodução tiveram lugar em 1924 e 1927. Na Inglaterra e na Alemanha, houve considerável queda da produção em 1926. Já após a crise de 1929/1933, não teve lugar a depressão habitual, mas uma depressão de tipo espacial, que não conduzia ao florescimento da indústria numa nova e mais elevada base, mas apenas ,a certa reanimação da produção. A produção industrial do inundo capitalista, em 1937, superou o nível de 1929 tão somente em 4%, sendo que em muitos países capitalistas (França, Itália, Bélgica e outros), não atingiu sequer o nível de 1929. Em meados de 1937, iniciou-se no mundo capitalista uma nova crise econômica, que surgiu nos Estados Unidos e depois se estendeu a Inglaterra, França e uma série de outros países.

O volume total da produção industrial no mundo capitalista, em 1938, foi de 9% inferior ao de 1937, sendo que nos Estados Unidos foi de 21%; na Inglaterra, em 6%; na França, em 7%. Em relação a 1929, o volume total da produção industrial, em 1938, era o seguinte: nos Estados Unidos, 81,4%; na França, 76,1%; na Itália, 98,5%.

A crise de 1937/1938 distinguiu-se da crise de 1929/1933, em primeiro lugar, porque não surgiu após uma fase de florescimento da indústria, como aconteceu em 1929, mas após certa reanimação. Além disso, a crise de 1937/1938 sofria a influência da militarização da economia, que se desenvolvia numa série de países. Ela surgiu no período em que o Japão desencadeava a guerra na China, e a Alemanha e a Itália

trasladavam sua economia para os trilhos da economia de guerra e quando muitos outros países capitalistas se reorganizavam de modo militarizado. Em consequência disso, a crise de 1937/1938 não abrangeu uma série de países (Alemanha, Itália, Japão). A crise foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial.

Nas condições da crise geral do capitalismo, tornam-se mais frequentes e mais profundas as crises agrárias. Em seguida a crise agrária dos anos de 20, iniciou-se em 1928 uma nova e profunda crise agrária, que durou até a Segunda Guerra Mundial. A superprodução relativa de produtos agrícolas provocou uma forte queda dos preços, o que piorou a situação do campesinato.

Nos Estados Unidos, em 1921, o índice de preços para os granjeiros baixou a 58,8% com relação ao nível de 1920, e, em 1932, a 43,9%, com relação ao nível de 1928. A produção agrícola, nos Estados Unidos, reduziu-se, em 1934, a 70,7%, com relação ao nível de 1928, e a 69,9%, com relação ao nível de 1920. Caíram os ingressos dos camponeses.

A decomposição do capitalismo, no período da sua crise geral, manifesta-se na redução geral dos ritmos de crescimento da produção. Os ritmos médios anuais de crescimento da produção industrial do mundo capitalista foram os seguintes: no período de 1890 a 1913, 3,7%; no período de 1913 a 1958, 2,4%. Ao mesmo tempo, acentuou-se fortemente a desigualdade de desenvolvimento da produção capitalista.

No período da crise geral do capitalismo, a burguesia monopolista, ao esforçar-se para deter a bancarrota do sistema capitalista e conservar o seu domínio, leva a efeito um ataque ao nível de vida e aos direitos democráticos dos trabalhadores, implantando métodos policiais de governo. Intensifica-se, em todos os principais países capitalistas, o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado.

Como não se encontrasse em condições de dominar pelos velhos métodos do parlamentarismo e da democracia burguesa, numa série de países — Itália, Alemanha, Japão e alguns outros

— a burguesia estabeleceu regimes fascistas. O fascismo é a ditadura terrorista aberta dos grupos mais reacionários e agressivos do capital financeiro. O fascismo estabelece como fim, internamente, destruir a organização da classe operária e esmagar todas as forças progressistas, ao passo que, externamente, o seu fim é preparar e desencadear a guerra de conquista pelo domínio mundial. O fascismo alcança esses fins por métodos de terror e de demagogia social.

A crise econômica mundial de 1929/1933 e a crise de 1937/1938 conduziram ao brusco agravamento das contradições, tanto dentro dos países capitalistas, como entre eles. Os Estados imperialistas buscaram a saída destas contradições no caminho da preparação da guerra por uma nova redivisão do mundo.

Notas de rodapé:

(98) V.I. Lênin, Informe Sobre o Reexame do Programa e as Modificações na Denominação do Partido, no VII Congresso do PCR (b), Obras, t. XXVII, p. 106.

(99) V.I. Lênin, Chauvinismo Mortal e Socialismo Vivo, Obras, t. XXI, p. 81.

(100) I.V. Stálin, Balanço Político do Comitê Central ao XVI Congresso do PC Pan-Russo (b). Obras, t. XII, p. 346.

(101) V.I. Lênin, Teses do Informe Sobre Tática do PCR ao III Congresso da Internacional Comunista, Obras, t. XXXII, p. 429.

(102)E. Thaelman, Tarefas da Revolução Popular na Alemanha. Informe a Reunião Plenária do CC do PCA a 15 de janeiro de 1931.

Capítulo XIX — O Aprofundamento da Crise Geral do Capitalismo após a Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial e o Início da Segunda Etapa da Crise Geral do Capitalismo

A ação da lei da desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas, no período após a Segunda Guerra Mundial, conduziu a uma nova e brusca violação do equilíbrio dentro do sistema capitalista mundial.

A distribuição de esferas de influência entre os países imperialistas, que se formou como resultado da Primeira Guerra Mundial, mostrou-se ainda mais instável do que a existente antes daquela guerra. O papel da Inglaterra e da França na produção industrial mundial reduziu-se consideravelmente e pioraram suas posições no mercado capitalista mundial. Os monopólios americanos se enriqueceram fortemente ao tempo da guerra, ampliaram sua potência produtiva e passaram ao primeiro lugar no mundo capitalista. Tendo sido derrotada na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha restabeleceu rapidamente sua indústria pesada, com a ajuda dos empréstimos americanos e ingleses, passando a exigir a redivisão das esferas de influência. O Japão entrou no caminho da agressão contra a China. A Itália iniciou a luta pela conquista de uma série de possessões coloniais alheias.

Formaram-se, no mundo capitalista, dois campos imperialistas hostis: de um lado, a Alemanha, a Itália e o Japão, que apresentavam um programa de novas conquistas; do outro lado, os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, que temiam pela integridade de suas esferas de influência. A luta entre estes dois campos conduziu, no final de contas, a Segunda Guerra Mundial.

A Segunda Guerra Mundial, preparada pelas forças da reação imperialista internacional, foi desencadeada pelo bloco das potências fascistas: a Alemanha, o Japão e a Itália. No

período de pré-guerra, os círculos dirigentes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, aspirando a dirigir a agressão do fascismo germânico e do imperialismo nipônico contra a União Soviética, favoreceram de todos os modos os agressores e os estimularam a desencadear a guerra. Entretanto, o imperialismo germânico iniciou a guerra, em primeiro lugar, contra a França, a Inglaterra e uma série de outros Estados da Europa. Somente após alcançar êxitos na guerra e ocupar uma série de países europeus é que a Alemanha atacou a União Soviética.

Pelas proporções das ações de guerra, pela quantidade de forças armadas e volume de aplicação da técnica militar, pela quantidade de vítimas humanas e pela escala de destruição de valores materiais, a Segunda Guerra Mundial ultrapassou de longe a Primeira.

As despesas militares diretas dos Estados beligerantes atingiram aproximadamente mil bilhões de dólares, sem que aí se incluam os danos resultantes de destruições causadas por ações de guerra. A economia e a cultura de muitos povos da Europa e da Ásia sofreram enormes perdas com a gestão rapinante dos ocupantes germano-fascistas e japoneses.

A guerra contribuiu para o ulterior desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado. Toda uma série de medidas estatais ligadas a guerra conduziu a um enriquecimento ainda maior dos magnatas do capital financeiro, ao crescimento dos seus elevados lucros monopolistas. A este fim serviram medidas tais como as encomendas militares de bilhões, em condições excepcionalmente vantajosas, ao9 maiores monopólios, a transferência aos monopólios, por preço ínfimo, de empresas estatais, a distribuição de matérias-primas raras e de força de trabalho no interesse das companhias dirigentes, o fechamento coercitivo de centenas e de milhares de pequenas empresas ou a sua subordinação a umas poucas firmas da indústria de guerra.

As despesas de guerra das potências capitalistas beligerantes foram cobertas por meio de impostos, de empréstimos e da emissão de papel-moeda. Em 1943 e 1944, os impostos absorveram, nos principais países capitalistas (Estados

Unidos, Inglaterra e Alemanha), aproximadamente 35% da renda nacional. A inflação provocou o enorme crescimento dos preços. O prolongamento do dia de trabalho, a militarização do trabalho, o aumento da carga tributária e da carestia da vida, a queda do nível de consumo — tudo isto significava uma intensificação ainda maior da exploração da classe operária e das massas fundamentais do campesinato.

Os monopólios obtiveram, ao tempo da guerra, lucros fabulosos. Os lucros dos monopólios norte-americanos cresceram de 3,3 bilhões de dólares em 1938 a 17 bilhões em 1941, 20,9 bilhões em 1942, 24,6 bilhões em 1943 e 23,3 bilhões em 1944. Enormes lucros obtiveram, nos anos de guerra, os monopólios da Inglaterra, França, Alemanha fascista, Itália e Japão.

Ao tempo da guerra e no período de após-guerra, cresceu ainda mais a onipotência econômica e política dos monopólios, nos países capitalistas. Ampliaram-se, em particular, as escalas de operações dos monopólios norte-americanos, como a United States Steel, o consórcio químico Dupont, as firmas de automóveis General Motors e Chrysler, o monopólio eletrotécnico General Electric, e outros. O consórcio General Motors, por exemplo, possui, atualmente, 102 fábricas nos Estados Unidos e 33 em 20 outros países; nestas empresas, estão empregados meio milhão de operários.

Graças a luta heroica do povo soviético, a potência econômica e militar da URSS, graças ao ascenso do movimento anti-imperialista de libertação nacional na Europa e na Ásia, a Segunda Guerra Mundial terminou na completa derrota dos Estados fascistas pelas forças armadas dos países da coalizão anti-hitlerista.

Apesar dos cálculos dos imperialistas a respeito do aniquilamento ou do enfraquecimento do Estado soviético, este saiu da guerra mais forte, com a sua autoridade internacional acrescida. A Grande Guerra Pátria da União Soviética demonstrou a força e o poderio da primeira potência socialista do mundo, a superioridade do regime social e estatal socialista. No período da Segunda Guerra Mundial e do afastamento, que

se lhe seguiu, de uma série de novos países do sistema capitalista, iniciou-se a segunda etapa da crise geral do capitalismo, implicando em ulterior aprofundamento desta crise.

Os traços principais, que caracterizam a segunda etapa da crise geral do capitalismo, são os seguintes: 1) afastamento do sistema capitalista de uma série de países da Europa e da Ásia e formação do sistema socialista de economia mundial; e 2) brusco agravamento da crise do sistema colonial do imperialismo, fazendo culminar a desagregação deste sistema. Nisto encontra sua expressão o agravamento de todo o conjunto de contradições internas e externas do sistema capitalista.

A Formação do Sistema Socialista de Economia Mundial

A derrota dos agressores fascistas desencadeou as forças do movimento revolucionário e de libertação nacional, conduzindo a vitória da revolução democrático-popular numa série de países da Europa e da Ásia.

O leninismo ensina que o desenvolvimento da revolução socialista mundial, por força do curso inevitável do processo histórico, decorre através do afastamento revolucionário de determinados países do sistema capitalista.

As condições favoráveis para a vitória das revoluções democrático-populares foram criadas com a derrota dos agressores fascistas pela União Soviética, na Segunda Guerra Mundial.

Ocorreram, nos países capitalistas, nas colônias e semicolônias, profundas causas internas, que levaram a revolução democrático-popular numa série de países da Europa e da Ásia. Lênin ensinou que não se pode fazer a revolução por encomenda, que ela se efetiva quando dezenas de milhões de homens chegam a conclusão de que não é possível mais viver como antes.

Como resultado da guerra, que conduziu a um poderoso

ascenso do movimento revolucionário, afastou-se do sistema capitalista uma série de países da Europa central e sul-oriental: Albânia, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia.

Estes países, que se afastaram do sistema capitalista, eram países burgueses, encontrando-se em diferentes graus de desenvolvimento capitalista. Entre eles, havia países capitalistas tão desenvolvidos como a Tchecoslováquia, e tão atrasados como a Albânia. Todos eles se encontravam na dependência econômica do capital estrangeiro e sobre a maioria pesava uma considerável carga de sobrevivências feudal-servis.

A escravização dos países da Europa central e sul-oriental pelos agressores fascistas levou ao agravamento extremo das contradições dentro desses países. Sob a direção da classe operária, as massas populares entraram no caminho da luta contra os agressores fascistas, libertaram-se do jugo dos regimes reacionários e tomaram o poder em suas mãos. Em consequência, foram criados nesses países repúblicas democrático-populares.

As repúblicas democrático-populares realizaram transformações social-econômicas radicais e ingressaram no caminho da construção do socialismo. A formação da República Democrática Alemã foi uma séria derrota do imperialismo mundial e um grande êxito do campo da paz e da democracia. A RDA é um sustentáculo das forças democráticas do povo alemão na luta pela criação de uma Alemanha unificada, democrática e amante da paz.

Lênin indicava que o desenvolvimento desigual do capitalismo, a presença de países atrasados, subdesenvolvidos no sentido econômico, ao lado de países capitalistas desenvolvidos, e a existência do jugo imperialista colonial tornam inevitáveis as diferenças essenciais no caráter dos movimentos revolucionários nos diferentes países. Na medida, porém, em que todo o sistema capitalista mundial em conjunto amadurecia para a revolução socialista e a transição do capitalismo ao socialismo, os movimentos revolucionários nacional-libertadores nos países subdesenvolvidos se fusionavam com o movimento

revolucionário do proletariado nos países desenvolvidos numa única torrente de luta contra o imperialismo, o que torna possível a revolução democrático-burguesa dirigida pelo proletariado transformar-se em revolução socialista.

Apesar dos cálculos dos imperialistas de uma posterior sujeição dos povos das colônias e países dependentes, processou-se um novo e poderoso ascenso da luta nacional-libertadora nestes países. Em consequência, afastou-se do sistema capitalista uma série de países da Ásia oriental e formaram-se ,a República Popular da China, a República Democrático-Popular da Coreia, a República Democrático-Popular do Vietnã. Ainda antes, em 1921, a Mongólia se havia afastado do sistema capitalista.

Os países da Ásia, que abandonaram o sistema capitalista, eram, antes da revolução, países agrários atrasados, colônias ou semicolônias das grandes potências imperialistas: do Japão, Inglaterra, França, Estados Unidos. Sua economia tinha caráter semifeudal, colonial (ou semicolonial). A indústria estava muito fracamente desenvolvida e se encontrava, predominantemente, em mãos do capital estrangeiro. A derrota dos imperialistas japoneses na Segunda Guerra Mundial e o enfraquecimento de todo o sistema capitalista facilitaram o desenvolvimento da revolução democrático-popular nestes países. A revolução democrático-popular, realizada sob a direção da classe operária, abriu diante dos povos destes países o caminho do desenvolvimento não capitalista, assegurou-lhes a verdadeira independência e a possibilidade do rápido desenvolvimento econômico, a base da industrialização socialista e da cooperação das pequenas economias camponesas.

Isto conduziu as mais grandiosas modificações históricas na Ásia, na qual vive mais da metade da população do globo terrestre. Entre estas modificações, ocupa o primeiro lugar a vitória do grande povo chinês, dirigido pelo Partido Comunista da China, sobre as forças unidas do imperialismo e da reação feudal interna. A revolução popular na China liquidou o domínio dos exploradores feudais e dos imperialistas estrangeiros no maior país semi colonial do mundo, libertando

do poder do imperialismo um povo de 600 milhões de pessoas. A vitória da revolução na China foi o maior acontecimento histórico, após a Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia e a vitória da União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Foi um golpe fortíssimo em todo o sistema do imperialismo.

Tudo isto conduziu, ulteriormente, a uma séria modificação na correlação de forças entre o socialismo e o capitalismo em favor do socialismo e em prejuízo do capitalismo.

O nível diverso de desenvolvimento capitalista e as condições em que se processou o afastamento de uma série de países da Europa e da Ásia do sistema capitalista, após a Segunda Guerra Mundial, determinaram as particularidades da revolução democrático-popular nos países europeus e asiáticos, os ritmos das transformações revolucionárias em cada um destes países.

Ao mesmo tempo, independente das condições históricas particulares e das formas concretas, nas quais se processam as revoluções nos diversos países, no principal e no fundamental estas revoluções possuem traços comuns. O seu conteúdo é o seguinte: transferência do poder e dos meios de produção fundamentais aos trabalhadores, com a classe operária a frente, dirigida pelo partido marxista-leninista, transformação revolucionária da velha sociedade e construção da nova sociedade socialista, na base da aliança da classe operária com O campesinato.

Os países recém-afastados do sistema capitalista uniram-se em torno da União Soviética e formaram um poderoso campo socialista. Esta união foi ditada tanto pela unidade de fim — edificação do socialismo e do comunismo —, como pela necessidade objetiva de opor-se a pressão do campo imperialista, as suas tentativas de restabelecer naqueles países a ordem capitalista. Iniciou-se nova etapa no desenvolvimento do socialismo, quando ele ultrapassou os marcos de um só país e se converteu em sistema mundial.

No decurso de breve período, os países do campo socialista organizaram estreita colaboração econômica, baseada em fraternal ajuda mútua. Ao lado do velho mercado mundial capitalista, surgiu um novo mercado mundial — o mercado mundial dos países socialistas —, que rapidamente se fortaleceu. Graças ao desenvolvimento sem crises e ao incessante ascenso da produção dos países do campo socialista, este mercado cresce ininterruptamente.

Desta maneira, em consequência do afastamento de uma série de novos países do sistema do capitalismo, formou-se, no após-guerra, e desenvolveu-se com êxito o sistema socialista de economia mundial.

Foi vibrado, com isto, novo golpe no sistema imperialista.

Desagregação do Sistema Colonial do Imperialismo

Na segunda etapa da crise geral do capitalismo, aguçou-se bruscamente a crise do sistema colonial.

A Segunda Guerra Mundial desnudou as chagas do colonialismo, submeteu os povos dos países escravizados a sérias provas e, ao mesmo tempo, dissipou o mito da onipotência do países colonialistas. Ainda ao tempo da guerra, intensificou-se fortemente a luta nacional-libertadora dos povos do mundo colonial. A derrota das forças armadas dos imperialismos alemão e japonês criou uma situação nova, favorável ao êxito dessa luta.

Em tal situação histórica, o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos adquiriu novos traços distintivos. No curso da luta dos povos coloniais, cresceu o papel do proletariado e de sua vanguarda — os partidos comunistas e operários —, o que teve grande importância para o êxito do movimento de libertação nacional, orientado para a expulsão dos imperialistas e a realização de transformações democráticas. Numa série de países, foi criada, sob a direção da classe operária, uma frente única nacional democrática, fortaleceu-se a aliança operário-camponesa na luta anti-imperialista e antifeudal. Em alguns dos países escravizados, o desenvolvimento do movimento de libertação nacional levou a

prolongada luta armada das massas populares contra os colonizadores.

Como resultado do poderoso ascenso da luta nacional-libertadora nos países coloniais e dependentes, processa-se, de fato, a desagregação do sistema colonial do imperialismo, que constitui um dos traços principais da época atual.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo caracteriza-se, antes de tudo, pelo rompimento da frente imperialista numa série de países coloniais e semicoloniais, que se afastaram do sistema imperialista mundial e estabeleceram um regime de democracia popular. Como já foi dito, a frente imperialista mundial foi rompida na China, bem como na Coreia e no Vietnã. A grandiosa vitória da revolução popular na China exerceu imensa influência em toda a retaguarda do imperialismo, em conjunto.

A desagregação do sistema colonial do imperialismo se caracteriza, além disso, pelo fato de que os povos de muitos outros países coloniais e dependentes alcançaram a libertação do regime colonial e entraram no caminho do desenvolvimento independente e soberano. Sob a pressão do movimento nacional-libertador, o imperialismo inglês foi obrigado a reconhecer a independência estatal da Índia e do Paquistão. Ao lado destes, libertaram-se do regime colonial a Indonésia, a Birmânia e o Ceilão. Alcançou o reconhecimento da independência estatal uma série de países do Oriente árabe e da África do Norte: Egito, Síria, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos, Iraque e outros. Os povos de todos estes países conduzem a luta pelo contínuo fortalecimento da independência estatal, pela sua independência econômica, pela liquidação das pesadas consequências da prolongada administração dos colonizadores, que condenaram tais países ao atraso econômico e cultural, e pela criação de uma economia nacional própria. Para a conquista destes fins, são necessárias, antes de tudo, a libertação do predomínio dos monopólios estrangeiros e a eliminação das sobrevivências feudais. Uma sólida base econômica da independência estatal dos países subdesenvolvidos pode ser somente a grande indústria própria, em particular a indústria

pesada. A industrialização dos países subdesenvolvidos tem importância decisiva para a libertação do domínio dos monopólios alienígenas, para o ascenso da economia nacional.

Para a solução da difícil tarefa da industrialização, os países subdesenvolvidos dispõem de grandes recursos internos, que, nas condições da escravização colonial, não podiam ser aproveitados. Existem, nestes países, riquíssimas reservas hidrelétricas, de matérias-primas minerais, de combustíveis, e colossais reservas de força de trabalho não utilizada.

A industrialização dos países subdesenvolvidos é consideravelmente facilitada pelos seus vínculos com os países do sistema socialista mundial, que, em condições mutuamente vantajosas, fornecem-lhes equipamentos e prestam-lhes multilateral ajuda técnica, observando rigorosamente, ao fazê-lo, os princípios do respeito a soberania nacional dos países subdesenvolvidos e de absoluta não intervenção nos seus negócios internos.

Condição necessária para o ascenso da economia nacional, nos países subdesenvolvidos, é a promoção de profundas transformações agrárias, cuja essência consiste na liquidação da propriedade feudal da terra, a distribuição de terra aos camponeses sem terra ou com pouca terra, e a liquidação de todas as sobrevivências do feudalismo. Sob a pressão dos movimentos camponeses, foram realizadas numa série desses países reformas agrárias, orientadas para a liquidação ou a restrição da posse feudal da terra.

Grande importância no desenvolvimento da economia nacional desses países possui a propriedade estatal de empresas industriais e de transporte, criada através da construção de novas usinas, estações elétricas, ferrovias, etc., a custa do orçamento estatal, ou da nacionalização de empresas pertencentes ao capital estrangeiro.

Apoiando-se no setor estatal da economia, estes países elaboram planos anuais e quinquenais de desenvolvimento econômico e, antes de tudo, de criação da indústria nacional.

Tais medidas de regulação planificada da economia distinguem-se radicalmente da planificação da economia nacional nos países socialistas, uma vez que se realizam nas condições de domínio da propriedade privada capitalista dos meios de produção, motivo por que não podem abranger toda a economia nacional em conjunto e superar a ação das leis espontâneas do desenvolvimento econômico.

A significação positiva destas medidas de planificação, nos países subdesenvolvidos, consiste, principalmente, em que dão a possibilidade da concentração dos meios financeiros e dos recursos materiais existentes para a solução das tarefas da industrialização, da criação, a custa do Estado, de uma indústria pesada própria.

Nas condições em que se conserva a propriedade privada capitalista dos meios de produção e no poder se encontra a burguesia nacional, as medidas para o desenvolvimento da propriedade estatal e para a regulação estatal da economia são medidas de caráter estatal-capitalista. O capitalismo de Estado, nos países subdesenvolvidos que conquistaram a independência política, representa um capitalismo de Estado de tipo especial. Tal capitalismo de Estado diferencia-se do capitalismo monopolista de Estado nos países capitalistas desenvolvidos, em que o poder está com a burguesia imperialista. Diferencia-se também do capitalismo de Estado dos países que realizam a transição do capitalismo ao socialismo sob a direção política do proletariado. O capitalismo de Estado dos países subdesenvolvidos representa um fenômeno progressista, uma vez que é dirigido contra o imperialismo e solapa as raízes econômicas do domínio do capital monopolista alienígena. Além disso, nas condições do poderoso ascenso do movimento nacional-libertador das massas populares, o capitalismo de Estado nos países subdesenvolvidos pode desempenhar importante papel na criação das premissas materiais para a transição as transformações socialistas da sociedade. Na época atual, quando, ao lado do sistema capitalista mundial, existe o sistema socialista mundial, que se fortalece de ano a ano, abre-se, perante os países subdesenvolvidos, a possibilidade real de passar para um caminho não capitalista de desenvolvimento,

para o caminho da construção do socialismo, através do estabelecimento do poder dos trabalhadores, sob a direção da classe operária.

Em consequência da desagregação em processo do sistema colonial do imperialismo, no decurso do período de após-guerra, libertaram-se da dependência colonial e semicolonial mais de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas, ou seja, quase a metade da população do globo terrestre.

Os povos que ainda permanecem na dependência colonial e semicolonial intervém, cada vez mais ativamente, contra o domínio imperialista. a luta de libertação nacional se incorporam os povos da África negra (Madagascar, Quênia), os mais oprimidos pelo jugo imperialista. Um novo Estado independente — Gana — surgiu no lugar da antiga colônia britânica, a Costa do Ouro. A Inglaterra foi obrigada a proclamar a independência da Malaia. Cresce a resistência aos imperialistas em todos os países do Oriente Próximo e Médio. Luta prolongada e tenaz pela liberdade é travada pelo povo da Argélia. Na América Latina, intensifica-se a luta contra a administração econômica e o jugo político da oligarquia financeira dos Estados Unidos. Séria derrota do imperialismo norte-americano foi o vitorioso desenvolvimento da luta de libertação nacional em Cuba, que culminou com a derrocada da ditadura do agente americano Batista.

As tentativas reacionárias dos imperialistas, dirigidas pelos círculos agressivos dos Estados Unidos, de frustrar a causa do renascimento nacional e social dos povos da Ásia, do Oriente Próximo e Médio, vêm invariavelmente fracassando. O fracasso da agressão americana na Coreia, o naufrágio dos intentos dos imperialismos francês e norte-americano na Indochina, a bancarrota da agressão armada da Inglaterra, França e Israel ao Egito, a desesperança da prolongada luta do imperialismo francês contra o povo argelino — tudo isto demonstra, a saciedade, que passaram para sempre aqueles tempos em que os imperialistas podiam, pela força das armas, impor sua vontade aos povos do Oriente e sufocar sua aspiração a liberdade e independência. Encontram resistência crescente por

parte dos povos dos países subdesenvolvidos as novas formas de colonialismo aplicadas pelos imperialistas, sobretudo pelos americanos, através de planos de longo alcance para subjugação dos povos do Oriente, de concessão da chamada "ajuda econômica e militar" em condições leoninas, de incorporação dos países do Oriente a blocos agressivos, de penetração dos monopólios estrangeiros na economia dos países subdesenvolvidos.

Cresce cada vez mais, entre os povos dos países subdesenvolvidos, a consciência da necessidade da unificação das forças para a luta vitoriosa contra os colonizadores. Índice claro disto são as decisões das conferências de Bandung e do Cairo, bem como outras manifestações de solidariedade e apoio mútuo dos povos dos países subdesenvolvidos.

Tudo isto é testemunho de que a época do colonialismo entra no passado. A desagregação do sistema colonial do imperialismo, que progride rapidamente, estreitou fortemente a esfera de exploração colonial. Isto acentua inevitavelmente as dificuldades econômicas e políticas dos países capitalistas, abala os fundamentos do sistema imperialista em conjunto.

Acentuação da Desigualdade do Desenvolvimento do Capitalismo

Tendo sido engendrada pela desigualdade de desenvolvimento dos países capitalistas, a Segunda Guerra Mundial conduziu a um posterior agravamento desta desigualdade. Três potências imperialistas — Alemanha, Itália e Japão — sofreram a derrota militar. Grandes danos sofreu a França, e a Inglaterra foi seriamente debilitada. Ao mesmo tempo, os monopólios dos Estados Unidos, tendo enriquecido durante a guerra, fortaleceram suas posições econômicas e políticas no mundo capitalista.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território dos Estados Unidos não foi atingido por ações militares e sua economia não sofreu devastação de guerra. Ao mesmo tempo o mercado de venda para os monopólios americanos ampliou-se enormemente. A guerra provocou uma procura gigantesca de

armamentos e materiais de guerra. Juntamente com isto, os monopólios norte-americanos obtiveram a possibilidade de ocupar os mercados, que pertenciam aos países da Europa ocidental, nas suas colônias e esferas de influência ultramarinas.

Aspirando ao estabelecimento do seu domínio mundial, os círculos monopolistas dos Estados Unidos desenvolveram uma ampla expansão econômica e política nos países capitalistas e nas colônias. Aproveitando-se do enfraquecimento dos seus concorrentes, os monopólios americanos foram os primeiros, nos anos de após-guerra, a ocupar considerável parte do mercado capitalista mundial. Aplicaram, em ampla escala, formas de capitalismo monopolista de Estado para a exportação de capital com fins de sujeição de países estrangeiros. Não se justificaram, porém, os cálculos da oligarquia financeira americana de estabelecimento do seu domínio no mercado capitalista mundial.

A guerra trouxe grandes danos a economia dos principais países da Europa ocidental, no território dos quais se processaram ações de guerra (Alemanha, França e Itália), ou cujo território foi submetido a golpes da aviação (Inglaterra). Entretanto, após o término da guerra, a burguesia desses países, a custa da intensificação do grau de exploração dos trabalhadores, restabeleceu o aparelho produtivo da indústria. Em virtude da estreiteza do mercado interno, aqueles países passaram a voltar-se fortemente para os seus mercados externos, que, nos anos da guerra, foram ocupados pelos monopólios norte-americanos. Logo após a guerra, tiveram os Estados Unidos de se chocar, no mercado capitalista mundial, com a crescente concorrência dos países da Europa ocidental, em primeiro lugar, a Inglaterra. A luta por mercados de venda ainda se aguçou mais em consequência de que, passados 5 a 6 anos após o término da guerra, entraram nesta luta os monopólios da Alemanha ocidental e do Japão.

A produção da indústria norte-americana, em 1943, superou em 2,2 vezes o nível de 1939. Entretanto, nos principais países capitalistas da Europa ocidental, que sofriam com a guerra, a produção industrial, ao fim da guerra, se havia

reduzido consideravelmente. Antes da guerra, os Estados Unidos produziam cerca de dois quintos de toda a soma da produção industrial do mundo capitalista, crescendo sua parte, nos primeiros anos de após-guerra, até três quintos, para cair depois, constituindo agora cerca da metade. Ao mesmo tempo, o peso específico da Alemanha ocidental, na produção industrial do mundo capitalista, nos primeiros anos de após-guerra, era extremamente pequeno, mas agora este país ocupa o segundo lugar, cedendo somente aos Estados Unidos. O peso específico da Alemanha ocidental, na produção capitalista mundial, atualmente é duas vezes maior do que o peso específico da França e supera um tanto o peso específico da Inglaterra.

Ao tempo da guerra, a exportação norte-americana cresceu fortemente, a custa da queda violenta da exportação dos países europeus e, sobretudo, da Inglaterra. Em 1945, o peso específico da exportação dos Estados Unidos, na exportação total dos países capitalistas, representava 40,1% contra 12,6%, em 1937, ao tempo em que o peso específico da Inglaterra caíra de 9,9%, em 1937, a 7,4%, em 1945, Entretanto, após o término da guerra, como resultado do agravamento da luta no mercado mundial e do crescimento da exportação dos países europeus, o peso específico dos Estados Unidos na exportação dos países capitalistas caiu e representava 19%, em 1958, enquanto o peso específico da Inglaterra era, no mesmo ano, de 9%.

A expansão do imperialismo norte-americano se apresentou, nos primeiros tempos, sob a bandeira da “ajuda para o restabelecimento de após-guerra da Europa”. O Plano Marshall, que esteve em ação de 1948 a 1952, teve por fim colocar os países da Europa ocidental na dependência dos monopólios americanos, atraí-los a órbita da política agressiva dos círculos imperialistas dos Estados Unidos, forçar a militarização da sua economia. O Plano Marshall serviu de base para o Pacto do Atlântico Norte, dirigido contra os países socialistas e tendo por fim o estabelecimento do domínio mundial dos Estados Unidos. Após o término do prazo de ação do Plano Marshall, foi ele substituído pelo chamado programa de “garantia de segurança mútua”, através do qual a “ajuda” norte-americana só é concedida para a corrida armamentista e

a preparação de uma nova guerra. Com isto, o imperialismo norte-americano pôs fora definitivamente a máscara de “restaurador” da economia dos países capitalistas.

Os monopólios norte-americanos se empenham, por todas as maneiras, para forçar a exportação de mercadorias a outros países do campo capitalista, aproveitando, com este fim, tanto as condições leoninas dos empréstimos, que lhes concedem, como o dumping aberto. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos defendem, de qualquer maneira, o seu mercado interno da importação de mercadorias estrangeiras, estabelecendo direitos alfandegários extraordinariamente altos sobre tais mercadorias. Este caráter unilateral do comércio exterior norte-americano engendrou, nos outros países capitalistas, um crônico déficit de dólares, ou seja, a insuficiência de dólares para o pagamento de mercadorias importadas dos Estados Unidos.

A expansão econômica dos Estados Unidos conduz ao rompimento dos laços econômicos multilaterais, que se formaram historicamente entre os países. O imperialismo norte-americano impede, por todas as maneiras, que os países da Europa ocidental realizem um comércio, vantajoso para eles, com os países do campo socialista. Um dos fatores do agravamento das dificuldades de após-guerra da economia capitalista e a circunstância de que os próprios imperialistas fecharam o acesso ao mercado do sistema socialista mundial, contraindo fortemente o comércio com a União Soviética, a República Popular da China e os países europeus de democracia popular.

Nos anos após a Segunda Guerra Mundial (1946/1956), a exportação dos Estados Unidos foi, em média, de 14 bilhões de dólares por ano, e a importação, somente, de 9 bilhões; os Estados Unidos importaram dos países da Europa ocidental, em média, 1,5 bilhões de dólares por ano, exportando para tais países uma soma superior a 4 bilhões. Durante 11 anos, a diferença entre a exportação dos Estados Unidos para os países da Europa ocidental e a importação procedente destes países para os Estados Unidos foi de 28 bilhões de dólares.

O giro comercial dos Estados Unidos com os países que hoje integram o campo socialista reduziu-se em 1954, em comparação com 1938, em 14 vezes, o da Inglaterra, em mais de 3 vezes, o da França, em aproximadamente 2 vezes.

A acentuação da desigualdade do desenvolvimento dentro do campo imperialista, que se estreita, conduz inevitavelmente ao ulterior crescimento das contradições entre os países capitalistas — entre a Inglaterra e os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, a Inglaterra e a Alemanha ocidental, entre a Alemanha ocidental e os Estados Unidos, bem como entre a Alemanha ocidental e a França, entre o Japão e os Estados Unidos, etc.. Tais contradições se manifestam na luta aberta entre os imperialistas dos diferentes países por mercados de venda, fontes de matérias-primas (sobretudo petróleo, borracha, metais não ferrosos e raros), por esferas de influência em geral (na Europa ocidental, no Próximo e Extremo Oriente, na América Latina). Em consequência do fracasso da agressão anglo-franco-israelense contra o Egito, os Estados Unidos se colocaram no caminho do deslocamento cada vez mais completo da Inglaterra e da França da zona do Oriente Próximo e Médio. Apoiando-se em bases militares e sob a forma de "ajuda" econômica, bem como através de intervenção direta (Líbano), o imperialismo norte-americano aspira a submeter ao seu controle os países do Oriente Próximo e Médio e afastar desta região os seus concorrentes.

Os planos de todo gênero da chamada "integração da Europa" (criação do "mercado comum" de seis países europeu-ocidentais, "Euratom", etc.), orientados para o aprofundamento da cisão da Europa em agrupamentos hostis isolados, para a contraposição dos países capitalistas da Europa ocidental a União Soviética e aos países de democracia popular, não somente não podem eliminar os antagonismos e conflitos entre os participantes destes blocos, no terreno da luta por elevados lucros monopolistas, nas condições de redução da extensão territorial sob o poder do capital, mas conduzem também a um ulterior agravamento destas contradições.

Modificações no Curso do Ciclo Capitalista. Militarização da

Economia dos Países Capitalistas

A passagem de uma série de países para o caminho socialista de desenvolvimento e a desagregação em processo do sistema colonial do imperialismo condicionaram a diminuição da esfera de domínio do capital. A política dos monopólios norte-americanos, orientada no sentido da criação de barreiras artificiais, que obstaculizam o restabelecimento e o desenvolvimento dos vínculos econômicos historicamente formados entre os países capitalistas e socialistas, conduziu a um agravamento ainda mais acentuado da luta por mercados entre os países do campo capitalista.

Entretanto, a diminuição da esfera de domínio do capital não conduziu, em virtude da ação das leis da reprodução capitalista, a contração absoluta do mercado capitalista e a paralisação da ampliação da produção.

Atualmente, em comparação com o período de antes da guerra, o volume da produção industrial dos países capitalistas aumentou menos de duas vezes, constituindo, em 1958, aproximadamente 196% com relação ao nível de 1937.

A base geral deste crescimento da produção foi a ação das forças internas no curso cíclico da reprodução capitalista, que determinam o movimento industrial da crise — através das fases de depressão, reanimação e ascenso — a uma nova crise.

Após a guerra, apresentou-se com particular agudeza a exigência da renovação do capital fixo, que não se renovara no decurso de longo período. A renovação do aparelho produtivo da indústria está indissoluvelmente ligada ao progresso da técnica, que é impulsionado pela caça dos monopólios aos elevados lucros e pela corrida armamentista. Numa série de ramos, foi introduzido um novo equipamento, altamente produtivo, aplicam-se diferentes aperfeiçoamentos técnicos, introduz-se a automatização da produção. O rápido desenvolvimento da técnica moderna não refuta, porém ainda mais destaca a agudeza das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção do capitalismo. A decomposição do capitalismo se manifesta no fato de que o

progresso técnico se realiza, em alto grau, desigualmente, atrasando-se, extraordinariamente, com relação as imensas possibilidades abertas pelo nível atual do desenvolvimento da ciência e da técnica, e sendo aproveitado principalmente para fins guerreiros. Ao mesmo tempo, a renovação do capital fixo e o progresso técnico conduzem a uma ampliação do mercado de meios de produção, que está na base do crescimento do mercado capitalista. Uma nova circunstância, que contribuiu para o aumento da procura de equipamentos, foi o esforço dos países subdesenvolvidos para criar sua própria grande indústria.

Ao mesmo tempo, a ampliação da produção capitalista choca-se, em grau sempre crescente, com os estreitos limites do mercado, condicionados pela contradição entre a produção e o consumo, que é uma das manifestações da contradição fundamental do capitalismo.

Tendo permanecido imutável a base geral do curso cíclico da reprodução, o desenvolvimento da economia capitalista, na segunda etapa da crise geral do sistema capitalista, distingue-se por uma série de importantes particularidades.

Inclui-se entre estas particularidades, sobretudo, a influência, extra- ordinariamente crescente, da militarização da economia sobre o aumento das proporções da produção, e, em geral, sobre o decurso do ciclo capitalista. Os monopólios dominantes e os Estados capitalistas, na sua aspiração a adiar a chegada da crise, utilizam toda uma série de meios, que, como demonstra a prática, dão certo efeito temporário. Todavia o traço comum destes métodos consiste em que não estão em condições de efetivamente curar a doença, mas podem apenas torná-la mais profunda.

No período do após-guerra, os principais países capitalistas, e, em particular, os Estados Unidos, entraram no caminho de inaudita corrida armamentista e de multilateral militarização da economia. Processou-se e ulterior crescimento do capitalismo monopolista de Estado. Considerável parte da renda nacional — em alguns países, um terço e mais — passa pelos canais do orçamento estatal. Nos orçamentos estatais, cresceu consideravelmente o peso específico das despesas

diretas e indiretas para a corrida armamentista. O crescimento dos orçamentos estatais é acompanhado pelo aumento dos seus déficits, pelo crescimento da dívida pública.

Durante os anos de após-guerra (1946/1956), a soma total das despesas de guerra dos Estados Unidos, incluindo as despesas para o armamento dos países participantes da Organização do Pacto do Atlântico Norte e para a produção de bombas atômicas, superou 340 bilhões de dólares. As despesas militares diretas, nos Estados Unidos, em média, durante quatro anos (1953/1956) foram de cerca de 45 bilhões de dólares por ano, ou seja, Vi do orçamento federal, contra 887 milhões de dólares, ou seja 11% de todo o orçamento, no quatriênio anterior a Segunda Guerra Mundial. Na Inglaterra, as despesas de guerra cresceram, correspondentemente, de 159 milhões de libras esterlinas a 1546 milhões, constituindo mais de 34% de todo o orçamento, contra 17% no período de pré-guerra. Na França, as despesas de guerra, em média, absorveram, no mesmo período, $^1/_2$ de todo o orçamento.

A militarização da economia é um negócio excepcionalmente lucrativo para os monopólios capitalistas. Segundo dados oficiais, evidentemente subestimados, os lucros dos monopólios norte-americanos cresceram de 3,3 bilhões de dólares, em 1938, a 43,4 bilhões, em 1957, ou seja, em mais de 13 vezes. Durante 12 anos de após-guerra, os lucros dos monopólios norte-americanos superaram os 437 bilhões de dólares. Na Inglaterra, os lucros das sociedades anônimas foram de 4,6 bilhões de libras esterlinas, contra 1 bilhão em 1938.

A militarização da economia provoca forte acentuação da distância entre a indústria pesada e a indústria leve. O desenvolvimento da produção industrial nos países capitalistas se processa, como regra geral, na indústria pesada e, sobretudo, naqueles ramos diretamente ligados a produção de armamentos. Pelo contrário, os ramos da indústria que trabalham para fins pacíficos atrasam-se consideravelmente. Em muitos ramos da indústria de paz observa-se prolongada estagnação, e, numa série de casos, mesmo absoluta redução do volume da produção, como, por exemplo, nas indústrias têxtil e

de calçados de muitos países. Desta maneira, ainda nas condições de crescimento do volume da produção industrial, alguns países capitalistas crescem a custa de outros países, alguns ramos, a custa de outros ramos. Nesta situação, agrava-se inevitavelmente a concorrência entre países capitalistas, entre determinados monopólios e grupos monopolistas.

Acompanhante inevitável da militarização da economia é a inflação. O colossal aumento das despesas de guerra, o crescimento da dívida pública, a ampliação da produção militar e a redução da produção civil trazem consigo a sobrecarga dos canais da circulação monetária com papel-moeda, cuja capacidade aquisitiva cai. A inflação é utilizada pelo Estado burguês para sobrecarregar os ombros dos trabalhadores com as despesas de guerra, para redistribuir a renda nacional em proveito dos capitalistas. A corrida armamentista de após-guerra, organizada pelos círculos imperialistas dos Estados Unidos e de outros Estados burgueses, conduziu ao crescimento da inflação.

Em princípios de 1958, nos Estados Unidos, a massa monetária em circulação havia crescido até 27,4 bilhões de dólares, contra 5,6 bilhões em 1937. Na Inglaterra, correspondentemente, havia crescido até 1 bilhão e 850 milhões de libras esterlinas, contra 460 milhões em fins de 1937; na França, 3 trilhões e 343 bilhões de francos contra 94 bilhões de francos; na Itália, 1 trilhão e 852 bilhões de liras contra 18 bilhões de liras.

A militarização da economia, acompanhada da inflação, conduz a intensificação da exploração da classe operária e do campesinato, ao aumento da carga tributária, a elevação dos preços dos objetos de consumo, ao crescimento da exploração dos povos dos países coloniais e dependentes.

Tudo isto restringe, em grau crescente, a capacidade aquisitiva da população, a sua procura de produtos industriais e agrícolas. Ao aprofundar a desproporção entre as possibilidades produtivas e a procura solvente da população, a militarização da economia leva inevitavelmente ao incremento das premissas da crise de superprodução. Os fatores militar-inflacionários, ou

seja, a militarização da economia e a inflação, que a acompanha, embora detenham temporariamente a explosão da crise, não podem eliminar ou limitar a ação das leis gerais da reprodução capitalista, que condicionam a inevitabilidade das crises. A militarização da economia conduz a um agravamento ainda maior das insolúveis contradições da economia capitalista.

Por conseguinte, o crescimento da produção, decorrente da corrida armamentista, não é crescimento sobre base econômica sadia. A economia capitalista mundial continua insegura e instável.

Além disso, uma particularidade do ciclo atual é o fato de que o movimento da produção nos diferentes países se distingue, como já foi dito acima, pela acentuada desigualdade e pelo desenvolvimento através de saltos. Nos Estados Unidos, o volume da produção industrial (em porcentagem com relação a 1929) foi de 103 em 1937, 215 em 1943, 153 em 1946 e 227 em 1958; na Inglaterra, 124 em 1937, 117 em 1946, 182 em 1958; na França, correspondentemente 82, 61, 151; na Itália, 99, 72, 227; na República Federal Alemã, 122, 37, 254; no Japão, 169, 51, 357. A desigualdade do desenvolvimento dos países capitalistas conduz a acentuação da desigualdade no movimento do ciclo capitalista mundial.

Como já foi dito, os Estados Unidos — principal país do capitalismo atual – conseguiu, graças a circunstâncias excepcionalmente favoráveis aos monopólios norte-americanos, ainda no primeiro período da guerra, mais do que duplicar o volume da produção industrial. as vésperas da guerra, existia, nos Estados Unidos, um desemprego em massa, que abrangia milhões de homens, enquanto a indústria dispunha de reservas enormes de potência produtiva. Durante todo o decênio anterior a guerra, a indústria norte-americana trabalhou num nível baixo; no decurso de uma série de anos, o volume da produção foi consideravelmente inferior ao nível de 1929, e, somente em alguns anos, superou de modo insignificante aquele nível. A existência de enormes reservas de mão-de-obra não utilizada e de potência produtiva ociosa, nas condições da rápida ampliação dos mercados de venda, em ligação com a

guerra, deu aos monopólios norte-americanos a possibilidade de aumentar consideravelmente, em breve prazo, o volume da produção industrial.

Entretanto, logo após o término da guerra, assim que cessaram as encomendas do tempo de guerra, a indústria norte-americana foi obrigada a reduzir fortemente a produção. Em 1946, a produção industrial dos Estados Unidos já era em mais de um quarto inferior ao nível máximo atingido no tempo da guerra. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos ainda possuíam o monopólio de fato do mercado exterior do mundo capitalista, uma vez que os países da Europa ocidental não estavam em condições de restabelecer a exportação em proporções consideráveis.

Em seguida, em 1948/1949, surgiu uma crise econômica nos Estados Unidos.

É significativo que, as vésperas da crise, em 1948, a produção norte-americana ainda não havia atingido o volume da produção do período de guerra — o nível de 1943. De outubro de 1948 a outubro de 1949, o volume da produção da indústria norte-americana caiu em 10%. Em comparação com o nível mais elevado de 1943, a produção industrial dos Estados Unidos, em 1949, era 33% mais baixa, e o nível da construção de máquinas era 50% inferior. A redução da produção foi acompanhada por fenômenos de crise na circulação mercantil, no crédito, no comércio exterior. Entre esses fenômenos, figurara a acumulação de reservas de mercadorias, a queda dos giros comerciais, a forte redução da carga no transporte ferroviário, a queda da cotação das ações, o aumento do número de falências e a baixa do volume da exportação norte-americana.

O rápido crescimento das despesas militares, nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, particularmente após o início da guerra na Coreia, constituiu estímulo temporário para a ampliação da produção, em primeiro lugar, da produção de armamentos e de outros materiais de guerra. Mas o caráter unilateral desta reanimação condicionou a sua instabilidade e brevidade. Já em meados de 1953, iniciou-se nova crise nos

Estados Unidos.

Em menos de um ano — de agosto de 1953 a abril de 1954 — o volume da produção industrial dos Estados Unidos reduziu-se aproximadamente de 10%, o que levou a duplicação do número de desempregados totais, a uma onda de falências e a absorção das firmas menores pelos grandes monopólios. De abril a agosto de 1954, a produção industrial ficou detida no mesmo nível e, somente a partir de setembro, começou a crescer lentamente. Como consequência desse curso peculiar de desenvolvimento, durante o primeiro decênio de após-guerra, a indústria norte-americana, em 1956, trabalhava num nível que não era mais do que 13% superior ao nível de 1943.

As crises de 1948/1949 e de 1953/1954, nos Estados Unidos, não se transformaram em crises econômicas mundiais, porque os principais países capitalistas da Europa a este tempo ainda não haviam terminado o restabelecimento de sua economia, que sofrerá fortemente após a guerra. Nesses países, manteve-se uma conjuntura relativamente alta, provocada pela renovação do capital fixo e pela corrida armamentista. A produção industrial nos países da Europa ocidental, até 1957, ascendeu sem sérias quedas. Em 1958, em comparação com 1957, a produção industrial da Inglaterra caiu em 1,3% e o incremento da produção industrial da França reduziu-se de $1^{1}/_{2}$ vezes.

Países capitalistas tão antigos, como a Inglaterra e a França, encontraram-se, após o término da Segunda Guerra Mundial, diante de consideráveis destruições. No período entre as duas guerras, a economia destes países ficou estagnada, com pequenas oscilações em torno do nível de pré-guerra de 1913.

Assim é que o nível da produção industrial da Inglaterra era (em porcentagem de 1913) 98, em 1929, 114, em 1936, e 122, em 1937. O volume da produção industrial da França era (em porcentagem de 1913) 139. em 1929, 108, em 1936, e 114, em 1937.

Desde a crise de 1929, o aparelho produtivo dos ramos fundamentais da indústria, de fato, não se renovou. A necessidade de restabelecimento dos valores materiais, destruídos durante os anos de guerra, bem como a necessidade

de renovação do capital fixo da indústria engendraram a procura e criaram o mercado para muitos ramos. Nesta base, a indústria da Inglaterra e da França conseguiram elevar o nível da produção no decurso do decênio de após-guerra, em particular, nos últimos anos. Entretanto, nestes países, parte considerável do crescimento da produção industrial recai sobre a produção de armamentos. As despesas militares diretas absorvem cerca de 12% da renda nacional da Inglaterra e cerca de 16% da renda nacional da França.

Por fim, nos países que foram derrotados na Segunda Guerra Mundial — na República Federal Alemã, Itália e Japão —, o volume da produção industrial, em 1956, cresceu consideravelmente em comparação com o de 1929. Como consequência da Segunda Guerra Mundial, a sua produção caiu fortemente. Foi levado a efeito o restabelecimento da economia, e o nível da produção de pré-guerra foi atingido, na Itália, aproximadamente em 1948; na Alemanha ocidental, em 1950; e no Japão, em 1951/1952. O crescimento posterior da produção conduziu nestes países a considerável superação do nível de pré-guerra. Manifestou-se aqui, com força particular, a importância de um fator como a necessidade de renovação do capital fixo.

Assim, por exemplo, na Alemanha ocidental, o volume total das inversões de capital (a preços comparados de 1950), cresceu contra o nível de 1950: em 1953, em 28%; em 1956, em 85%. Para efeito de comparação é preciso dizer que o crescimento correspondente na Inglaterra e na França, em 1956, foi de 35%, e na Suécia, de 27%.

As diferenças no movimento da conjuntura nos diversos países, durante os últimos anos, começam, porém, a diminuir, e o desenvolvimento das fases do ciclo, violado pela guerra, começa a restabelecer-se.

Nos Estados Unidos, o ascenso da produção, que se seguiu a crise de 1954, atingiu o seu máximo no período entre dezembro de 1956 e meados de 1957. Em conjunto, do ponto superior, atingido em dezembro de 1956, ao ponto inferior, em abril de 1958, a produção industrial caiu, o que se deu com força

particular no que se refere a produção de meios de produção.

De fevereiro de 1957 a abril de 1958, a produção industrial, nos Estados Unidos, caiu quase em 14%, e, em conjunto, durante 1958, aproximadamente em 6,5%, com relação a 1957. A crise lançou a produção industrial dos Estados Unidos, em 1958, ao nível de 1953. A partir de fins de 1958, a produção, nos Estados Unidos, começou lentamente a elevar-se. A crise econômica, que se iniciou nos Estados Unidos, passou a se estender a outros países. Este processo decorre muito desigualmente. Alguns países entraram em crise, como os Estados Unidos, a partir de fins de 1957 (Canadá, Bélgica, Noruega, Finlândia); outros, a partir do segundo ou do terceiro trimestres de 1958 (Inglaterra, Suécia, Holanda); e terceiros, de fins de 1958 a princípios de 1959. Como resultado disso, a produção industrial, em 1958, em conjunto, comparada com a de 1957, caiu em alguns países (no Canadá, em 2,5%; na Bélgica, em 6,5%; na Finlândia, em 5,2%; na Noruega, em 3,1%; na Inglaterra, em 1,3%), em outros países se manteve no nível de 1957 (Holanda, Suécia), e, em terceiros (Alemanha ocidental, Japão, Itália, França, etc.), cresceu com relação a 1957, embora de modo bem insignificante. Ao tempo em que, nos Estados Unidos, a produção passou a elevar-se lentamente, numa série de outros países, em fins de 1958 e princípios de 1959, ou se mantém detida no mesmo lugar, ou continua a se reduzir. A crise conduziu a um forte crescimento da capacidade ociosa das empresas, ao aumento do número de falências, a forte redução do volume do comércio exterior, ao enorme crescimento do desemprego.

A base profunda das dificuldades econômicas do capitalismo atual é a contradição em agravamento entre o crescimento da produção e os marcos limitados, estreitos, do consumo da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo. O crescimento da produção, acompanhado pelo progresso da técnica, conduz a uma acentuada intensificação do trabalho, ou seja, a extração de maior quantidade de trabalho de cada operário. A acentuação da exploração da classe operária pelos monopolistas, acompanhada da redução relativa da procura solvente, provoca inevitavelmente o agravamento do problema do mercado.

As forças internas da economia capitalista, que condicionam o crescimento da produção industrial, atuam cada vez mais fracamente. Os Estados capitalistas tentam evitar a crise através da multilateral militarização da economia e de outros métodos análogos de estímulo artificial da conjuntura. Mas a ação destes fatores artificiais, como já vimos, não pode, em última instância, impedir as crises econômicas de superprodução. Daí é claro como são inconsistentes as tentativas dos economistas burgueses de demonstrar o "florescimento" do capitalismo atual e refutar a teoria marxista das crises.

Acentuação da Exploração da Classe Operária dos Países Capitalistas

Na segunda etapa da crise geral do capitalismo, processa-se a ulterior acentuação da exploração e o pioramento da situação da classe operária. A Segunda Guerra Mundial piorou fortemente a situação dos operários e a sua influência se fez sentir no decurso do período de após-guerra. O capital monopolista transferiu para os ombros dos trabalhadores os efeitos destrutivos da guerra e da militarização da economia. A expansão exterior e a militarização da economia dos países capitalistas se realizam, em medida considerável, as custas da carga tributária, que pesa sobre as massas populares. A inflação crescente conduz a elevação dos preços dos objetos de consumo.

Os monopólios procuram conseguir o "congelamento" do salário nominal, o que, nas condições de inflação e de crescimento da carga tributária, implica em baixa do salário real. A fim de superar a resistência da classe operária, os Estados capitalistas lançam mão de meios como uma rígida legislação anti-operária, a "regulamentação" governamental dos conflitos do trabalho e do salário, a limitação dos direitos dos sindicatos.

Nos Estados Unidos, os impostos diretos sobre a população, no ano orçamentário de 1956/1957, cresceram, em comparação com o ano orçamentário de 1937/1938, mesmo com o desconto da depreciação da moeda, quase 13 vezes. Nos países da Europa ocidental, onde, já antes da Segunda Guerra

Mundial, a carga tributária era muito pesada, os impostos, no mesmo período, cresceram: na Inglaterra, em 2 vezes; na França, em 3; na Itália, em 2 vezes.

Os preços no varejo de produtos alimentícios cresceram, segundo dados oficiais, em 1957, em comparação com o nível de pré-guerra: nos Estados Unidos, mais do que em 2 vezes; na Bélgica, mais do que em 4; na Argentina, em. 12; na França, em 26; no Brasil, em 16; no Chile, em 78; na Itália, em 74 vezes. Cresceram também fortemente os preços dos serviços e do aluguel de casa. Nos Estados Unidos, em 1957, o aluguel de casa da família operária aumentou quase em 2,2 vezes com relação a 1939.

Na maioria dos países beligerantes, a guerra conduziu a uma queda violenta do salário real: na França, aproximadamente em 45 a 50% do nível de pré-guerra; na Alemanha ocidental, em 50%; no Japão e na Itália, em 20 a 30%; etc.. No período de após-guerra, sob a influência da luta da classe operária, processou-se, nesses países, lenta elevação dos salários, mas, em alguns deles, o salário ainda não atingiu o nível de pré-guerra. Assim, por exemplo, o salário real na França, em 1956/1957, representava 70 a 75% do nível de pré-guerra. Em ligação com o rápido crescimento dos preços, o salário marca passo no mesmo lugar ou mesmo baixou um tanto naqueles países, em que o salário real, em consequência da guerra, baixou muito pouco ou se manteve aproximadamente, no período de após-guerra, no nível de pré-guerra. O crescimento do salário nominal não alcança o crescimento do custo de vida. Em ligação com a crise econômica, o salário passou a baixar depois de 1957. Mesmo segundo dados oficiais da estatística norte-americana, em abril de 1958, o salário real dos operários da indústria de transformação era 5% inferior ao do período correspondente de 1957. Na maioria dos países coloniais e subdesenvolvidos, o salário real é extremamente baixo e não alcança o nível de pré-guerra.

Importante instrumento de intensificação da exploração do proletariado é a utilização do progresso técnico pelos

monopólios, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores. A aplicação cada vez mais difundida do sistema de cadeia e a automatização da produção trazem consigo forte elevação da intensidade do trabalho e o crescimento do desemprego, condenam dezenas e centenas de milhares de proletários a perda do emprego, acentuando a insegurança de sua existência.

Em 1956, no período glorificado pelos economistas burgueses como do chamado "ascenso estável", apesar das enormes proporções da produção de guerra, o número de desempregados totais era, segundo dados oficiais, de 2,8 milhões, nos Estados Unidos; de cerca de 800 mil, na República Federal Alemã; de cerca de 2 milhões, na Itália; de 640 mil, no Japão.

A nova crise econômica trouxe o brusco crescimento do desemprego. A quantidade média anual de desempregados totais, em 1958, foi a seguinte: nos Estados Unidos, 4 681 mil contra 2 936 mil, em 1957; na Inglaterra, correspondentemente, 501 mil contra 347 mil; no Canadá, 432 mil contra 274 mil; na Áustria, 123 mil contra 112 mil; na Bélgica, 186 mil contra 126 mil; na Holanda, 81 mil contra 41 mil. Em princípios de 1959, na maioria dos países capitalistas, observou-se novo e forte crescimento do desemprego. Assim, em janeiro de 1959, o número de desempregados, nos Estados Unidos, era de 4 724 mil contra 4 494 mil em janeiro de 1958: na Inglaterra. 666 mil contra 440 mil; na França, 169 mil contra 100 mil: na Áustria, 227 mil contra 208 mil; na Noruega, 44 mil contra 39 mil; no Japão, 670 mil contra 530 mil; na Finlândia, 21 mil contra 10 mil, etc..

A classe operária conduz uma luta cada vez mais tenaz e ativa contra o jugo capitalista. Comprovam-no, com particular clareza, as proporções do movimento grevista, que cresceram consideravelmente em comparação com o período de antes da guerra.

Em onze países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha ocidental, Japão, Canadá, Austrália, Suécia, Bélgica, Holanda e Argentina), no decurso de um decênio de após-guerra (1945/1954), segundo dados oficiais subestimados,

em comparação com o decênio de pré-guerra (1930/1939), a quantidade de trabalhadores grevistas aumentou de 21 milhões para 73 milhões; o número de greves cresceu de uma vez e meia, passando de 67 mil para 101 mil: a quantidade de dias de trabalho perdidas, em consequência das greves, cresceu de 240 milhões a 672 milhões.

O ascenso da atividade da classe operária encontra sua expressão no fortalecimento dos sindicatos progressistas, unificados pela Federação Sindical Mundial, criada em 1945, no crescimento dos partidos comunistas e na ampliação da sua influência sobre as massas, no reforçamento da aspiração da classe operária a unidade de ação.

O impetuoso crescimento das forças do socialismo, as grandiosas conquistas dos países socialistas, por um lado, inspiram a classe operária dos países capitalistas a luta decidida pelos seus interesses essenciais, e, por outro lado, obrigam a burguesia, no interesse da conservação do seu domínio, a fazer algumas concessões de caráter social-econômico aos trabalhadores. Nestas condições, uma parte da classe operária dos países altamente desenvolvidos, através de luta tenaz contra a exploração intensificada, conseguiu alcançar certa elevação do salário, embora, numa série desses países, como já foi dito, o salário real seja inferior ao nível de pré-guerra. Ao mesmo tempo, numa grande parte do mundo capitalista, particularmente nos países que se encontram sob o jugo do colonialismo, massas de milhões de trabalhadores vivem na miséria.

Os partidos comunistas e os sindicatos progressistas educam a classe operária no espírito da solidariedade proletária, no espírito da unificação de suas forças para a luta pela paz, a democracia e o socialismo.

Acentuação da Opressão dos Monopólios na Agricultura, a Crise Agrária e a Ruína do Campesinato

O aprofundamento da crise geral do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, se caracteriza pela acentuação do domínio dos monopólios e do capital financeiro na agricultura,

pelo agravamento da crise agrária, pelo crescimento da diferenciação, ruína e empobrecimento das massas fundamentais do campesinato.

O capital financeiro domina cada vez mais ampla e profundamente a agricultura. Os bancos hipotecários, em medida cada vez maior, utilizam o crédito, sob fiança da terra, para se apropriar das parcelas dos camponeses arruinados, dos seus instrumentos de trabalho e de outros bens. Os bancos de crédito a curto prazo e as companhias de seguros cercam os camponeses com a rede do endividamento.

Os monopólios se enriquecem em todos os estádios da passagem dos produtos agrícolas do produtor ao consumidor. Estabelecendo baixos preços para os produtos comprados aos pequenos camponeses e elevando os preços no varejo, os monopólios se apropriam de considerável parte dos ingressos do campesinato. Recebem enormes lucros, a custa das massas fundamentais de camponeses, os monopólios ocupados com a reelaboração de produtos agrícolas (nas indústrias moageira, de carnes, de conservas e açucareira). As medidas do poder estatal — a política de impostos, as operações de compras e os diferentes tipos da chamada 'ajuda" a agricultura — levam a um enriquecimento ainda maior dos monopólios e a diferenciação do campesinato.

A ruína da massa de granjeiros é acompanhada pela ulterior concentração da terra em mãos dos grandes proprietários, que se apropriam, sob a forma de renda da terra, de uma parte cada vez maior dos ingressos dos granjeiros.

A exploração dos camponeses pelos monopólios se combina com numerosas sobrevivências da exploração servil e, sobretudo, com a parceria, sob a qual o arrendatário é obrigado a entregar ao proprietário da terra considerável parte da colheita pelo arrendamento da terra e dos instrumentos de trabalho.

Nos Estados Unidos, a parte das grandes e gigantescas economias, com área de mais de 500 acres, que constituíam, em 1954, menos de 7% de todas as economias, cresceu, na área

total de 44,9%, em 1940, a 57,3%, em 1954, enquanto a parte das economias gigantes, com área superior a 1 000 acres, elevou-se neste período, de 34,3% a 45,9%. Segundo dados do censo de 1950, 44% de todas as economias (com uma produção mercantil no valor de 1200 dólares) produziram menos de 5% de toda a produção mercantil, ou seja, conduziram uma economia de consumo primitiva, pouco produtiva, ao tempo em que 103 mil grandes granjas (com uma produção mercantil no valor de 25 mil dólares e mais), constituindo menos de 2% de todas as economias, davam 26% de toda a produção mercantil agrícola dos Estados Unidos. Segundo dados do censo de 1954, 134 mil grandes granjas (com uma produção mercantil no valor de 25 mil dólares e mais), constituindo 2,8% de todas as economias, davam 31,3% de toda a produção mercantil agrícola dos Estados Unidos. Na França, em 1956, as pequenas economias, com área até 10 hectares, constituindo 52,2% de todas as economias, pertenciam somente 15,7% de toda a terra cultivada, ao tempo em que 4,8% de grandes economias possuíam 30,4% da terra. Na Alemanha ocidental, as pequenas economias, com área até 5 hectares, que constituíam, em 1949, 55,8% de todas as economias, possuíam somente 11% de toda a terra, ao tempo em que 0,7% de grandes economias possuíam 27,7% da terra.

A soma total da renda da terra cresceu, nos Estados Unidos, de 760 milhões de dólares, em 1937, a 1,7 bilhões de dólares, em 1954. Na Itália, algumas centenas de latifundiários recebem anualmente 450 bilhões de liras de renda da terra, enquanto o salário de 2,5 milhões de jornaleiros agrícolas é de cerca de 250 bilhões de liras. A dívida total dos granjeiros norte-americanos aos bancos e outras instituições de crédito cresceu, de 1946 a 1957, em 2,5 vezes, atingindo, a 1º de janeiro de 1958, a 20,2 bilhões de dólares. O imposto sobre os bens da população granjeira, em 1957, era 2,7 vezes superior ao de 1942.

A contínua diferenciação do campesinato e a ruína das economias granjeiras acentuam-se em consequência da atual crise agrária, que atingiu proporções muito amplas nos Estados Unidos e no Canadá. A crise agrária abrangeu também a Argentina, a Austrália e uma série de países da Europa ocidental, da Ásia sul-oriental e da América Latina. Em certos países, a crise

golpeou determinados ramos da agricultura: na Itália e na França — a viticultura, na Grécia — a cultura fumageira, nos países da Ásia sul-oriental — a rizicultura.

Um traço distintivo da crise agrária nos principais países capitalistas consiste na superprodução de mercadorias agrícolas, sob as condições de redução da procura solvente entre os trabalhadores, em virtude do crescimento do desemprego, da elevação dos preços dos gêneros alimentícios no varejo, do ascenso do custo de vida.

Sobre a profundidade da atual crise agrária testemunha o fato de que a superprodução de produtos agrícolas, numa série de países capitalistas, é consideravelmente maior do que ao tempo da crise de 1929/1933. Assim, por exemplo, nos países transoceânicos, as reservas intermitentes de trigo superam o nível de 1929/1930 em 3,2 vezes. A fim de manter os preços inflacionados, os órgãos estatais compram enorme quantidade de cereais, de algodão, de batatas, de produtos pecuários.

Neste particular, a mais clara manifestação das contradições do capitalismo é a destruição de enormes massas de produtos agrícolas, que não encontram escoamento e se acumulam sob a forma de reservas, enquanto se reduz o consumo das amplas massas trabalhadoras e os Estados capitalistas tomam medidas no sentido de "estimular" a redução da produção.

Em 1956, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o programa do Banco da Terra sobre a redução da área cultivada em 20 milhões de hectares e de sua conversão em terras devolutas. Medidas para a redução da área semeada são tomadas no Canadá e na Austrália. A fim de diminuir as desmedidas reservas de gêneros alimentícios, os Estados Unidos exportam uma parte da produção por preços de dumping, consideravelmente inferiores ao preço de custo. Tal dumping ainda mais acentua a crise agrária nos outros países capitalistas.

No curso da atual crise agrária, processa-se a intensificação da concentração da produção capitalista. Nos

principais países capitalistas, após a Segunda Guerra Mundial, aumenta a mecanização da agricultura, que atingiu nível particularmente alto nos Estados Unidos, cresce a aplicação de adubos minerais, aperfeiçoam-se os métodos agrotécnicos nas grandes granjas, que produzem a massa principal da produção mercantil. Enquanto isto, segundo dados de 1954, cerca de 47% das granjas, nos Estados Unidos, não possuíam tratores e conduziam uma economia semiconsumidora, pouco produtiva. A concentração da produção é acompanhada da ruína da massa de pequenas economias camponesas, em escala desconhecida no passado.

Assim, nos Estados Unidos, segundo dados da estatística corrente, de 1940 a 1958, arruinaram-se 1596 mil granjas, sendo que de 1950 a 1958 se arruinaram 894 mil. Em 1956, a renda líquida dos granjeiros norte-americanos, em comparação com a renda média anual de 1946 a 1948, reduziu-se, a preços constantes, em 6,5 bilhões de dólares, ou seja, em 40%.

Tudo isto dá testemunho da situação cada vez pior das massas fundamentais do campesinato nos países capitalistas.

Deslocamentos na Correlação de Forças na Arena Internacional e a Possibilidade de Evitar uma Nova Guerra Mundial

O ulterior aprofundamento da crise geral do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, caracteriza-se, como foi dito, pelo agravamento de todos os antagonismos da sociedade capitalista. Manifesta-se, com vigor particular, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, o que comprova, a saciedade, a condenação histórica do regime burguês.

O desenvolvimento atual da ciência e da técnica levou a humanidade a uma nova revolução técnica. Se o século XIX foi, predominantemente, o século do vapor, já o século XX — século da eletricidade — começa a se transformar agora em século da energia atômica. A aplicação pacífica da energia atômica abre perspectivas imensas de ampliação do poder da sociedade humana sobre a natureza, ao passo que a automatização e outros métodos progressistas de produção

pressagiam gigantescas possibilidades de alívio do trabalho e de elevação da sua produtividade. Entretanto, sob o capitalismo, os novos métodos de produção se chocam com os mesquinhos interesses egoístas dos monopólios dominantes, o que engendra enormes dificuldades e agudos conflitos.

Índice claro da incapacidade do capitalismo de utilizar racionalmente, no interesse do desenvolvimento progressista da sociedade, as poderosas forças produtivas, que crescem em suas entranhas, é o fato de que as magníficas conquistas da ciência e da técnica, nos países capitalistas, são orientadas principalmente para a preparação de novas lutas sangrentas, que ameaçam a humanidade com calamidades e devastações desconhecidas na história.

Para a crise geral do capitalismo, que se agrava cada vez mais, os círculos reacionários da burguesia imperialista buscam uma saída pelo caminho do reforçamento da reação interna e da agressão externa. A este fim servem os blocos de Estados imperialistas (NATO, SEATO e outros) organizados pelos agressores e dirigidos contra os países do campo socialista, bem como contra os povos dos países subdesenvolvidos, que conquistaram a independência política ou lutam pela libertação do jugo do colonialismo.

Entretanto, os deslocamentos ocorridos na correlação de forças do socialismo e do capitalismo, na segunda etapa da crise geral do capitalismo, criam a possibilidade de impedir uma nova guerra mundial.

Ao revelar as verdadeiras causas e a origem das guerras na época do imperialismo, o leninismo ensina que as guerras são o fruto de particularidades econômicas e políticas tão radicais do estádio monopolista do capitalismo, como o domínio dos monopólios, a exportação de capital, a luta imperialista por mercados de venda, fontes de matérias-primas e esferas de aplicação de capital, pela redivisão do mundo já dividido. Condicionada pelo domínio dos monopólios na economia, tem espacial significação a luta das maiores potências capitalistas pelo domínio mundial, nas condições de forte agravamento da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos

diferentes países.

A tese sobre a inevitabilidade das guerras na época do imperialismo foi apresentada por Lênin numa situação histórica, em que o imperialismo era um sistema que abrangia o mundo inteiro, enquanto as forças sociais não interessadas na guerra, em virtude do seu poder e grau de organização insuficientes, não podiam exercer a necessária oposição as aspirações dos imperialistas de desencadear guerras. Esta era a situação antes da Primeira Guerra Mundial. A força fundamental, que então lutava contra a guerra — o proletariado internacional — estava desorganizada pela traição dos líderes da II Internacional, o movimento operário no mundo capitalista estava cindido pelos agentes do imperialismo. Esta era a situação também antes da Segunda Guerra Mundial.

No período atual, a situação modificou-se radicalmente. Surgiu o sistema mundial do socialismo, que se tornou uma força poderosa. Os países do sistema socialista defendem firme e consequentemente a causa da conservação e do fortalecimento da paz entre os povos, partindo da tese leninista de que os sistemas capitalista e socialista podem, com pleno efeito, coexistir pacificamente, competindo entre si no terreno econômico. A política da União Soviética e dos países de democracia popular, dirigida para o desenvolvimento da colaboração pacífica entre as nações, independente da sua estrutura social, goza da aprovação das massas trabalhadoras e do apoio dos partidários da paz em todo o globo terrestre.

Além disso, as forças da paz cresceram em consequência do aparecimento, na arena mundial, dos Estados amantes da paz da Europa e da Ásia, que proclamam a não participação em blocos como princípio fundamental de sua política externa. Na arena internacional, formou-se ampla “zona de paz”, que abrange os Estados amantes da paz, socialistas e não socialistas, da Europa e da Ásia, com uma população que constitui a maior parte da humanidade.

O movimento operário se tornou força imensa nos países capitalistas A luta vitoriosa pela unidade de ação dos partidos políticos e das organizações sindicais da classe operária conduz

ao crescimento da sua influência em todo o curso do desenvolvimento histórico. Amplia-se cada vez mais o movimento de libertação nacional dos povos das colônias e países dependentes, dirigido contra o colonialismo, contra as agressões imperialistas, pela cooperação pacífica entre os povos. Surgiu e se converteu em poderoso fator o movimento dos partidários da paz, que unifica centenas de milhões de pessoas em todos os países, inclusive muitos milhões nos países do capital. Sobre o terreno comum da defesa da paz e da segurança dos povos, unem-se os representantes de diversos grupos sociais, com diferentes concepções políticas e religiosas.

Nestas condições, existe a possibilidade real de evitar uma nova guerra. Todavia, enquanto existir o imperialismo, conserva-se a base econômica para que surjam as guerras. As forças da reação internacional, que representam os interesses dos monopólios, visam a novas aventuras e agressões guerreiras. Tentam desencadear uma guerra mundial ainda mais destruidora, com a utilização de armas atômicas. Mas a inevitabilidade fatal das guerras, atualmente, não existe.

"Existem agora poderosas forças sociais e políticas, que dispõem de sérios meios para não permitir o desencadeamento da guerra pelos imperialistas, e, se eles tentarem iniciá-la, para dar um golpe esmagador nos agressores, frustrando os seus planos aventureiros. Para isto, é necessário que todas as forças, que se manifestam contra a guerra, estejam vigilantes e mobilizadas, a fim de agir como frente única e não enfraquecer sua luta pela conservação e a consolidação da paz."(103)

Quando, no outono de 1956, a Inglaterra, França e Israel atacaram o Egito e a contrarrevolução internacional organizou a conspiração contra o regime democrático-popular na Hungria, as forças da paz se revelaram suficientemente poderosas para refrear os incendiários de uma nova guerra mundial e opor a devida resistência aos agressores.

Esta tese recebeu ulterior desenvolvimento nas resoluções do XXI Congresso do PCUS. Indicam estas resoluções que os novos êxitos dos países do campo socialista conduzem a um ulterior robustecimento das forças amantes da paz em todo o

mundo. Como resultado disto, ainda antes da completa vitória do socialismo em todo o mundo, surgirá a possibilidade real de excluir a guerra como meio de solução das questões internacionais em litígio.

As forças da paz e do socialismo crescem e se revigoram cada vez mais. Os êxitos da construção comunista na União Soviética e as conquistas dos países de democracia popular na construção do socialismo aumentam sempre mais a força de atração das ideias do comunismo científico. Centenas de milhões de pessoas em todo o mundo se convencem cada vez mais de que o socialismo, como sistema social, é superior ao capitalismo, de que somente o socialismo abre pleno espaço para o desenvolvimento das poderosas forças produtivas modernas, no interesse de toda a sociedade, no interesse das massas trabalhadoras.

Nos países socialistas, os partidos comunistas e operários são a força dirigente e orientadora, que edifica toda a sua atividade sobre os princípios do marxismo-leninismo.

Nos países capitalistas, os partidos comunistas, que se encontram no próprio meio da luta pela conservação da paz, pelos interesses dos trabalhadores e pela independência nacional dos seus países, esforçam-se ativamente para superar a divisão da classe operária e alcançar a unidade de ação de todos os seus partidos políticos e organizações sindicais. Apresentando no primeiro plano o que unifica os diferentes destacamentos da classe operária, os partidos comunistas aspiram a coesão das mais amplas massas populares na frente única de luta contra o jugo imperialista, pelos interesses dos trabalhadores, pela paz, a democracia e o socialismo.

Ao reconhecer o incessante crescimento da popularidade das ideias do socialismo, os imperialistas se esforçam para introduzir a cisão nas fileiras dos Estados socialistas e dos partidos comunistas, a fim de minar a sua influência na luta pela paz e pelo alívio da tensão internacional, pela libertação nacional e social dos povos. Contando aproveitar qualquer gênero de preconceitos nacionalistas, os ideólogos do capitalismo apresentaram a ideia do chamado “comunismo

nacional", a fim de introduzir a discórdia no campo socialista.

Nestas condições, tem a maior importância, para o ulterior crescimento do movimento comunista internacional, operário e nacional-libertador, o reforçamento da unidade da classe operária e de sua vanguarda — os partidos comunistas e operários, a inquebrantável defesa dos princípios do internacionalismo proletário.

"O internacionalismo proletário, socialista, é a base da solidariedade dos trabalhadores e da colaboração entre os povos, na defesa da sua independência das maquinações do imperialismo, na defesa da paz. O internacionalismo proletário ensina aos operários a se unirem em cada país para a luta contra o poder do capital, para assegurar a passagem a economia socialista. Ensina a classe operária e aos povos a desenvolver os vínculos da solidariedade internacional, com o objetivo de melhor conduzir a luta pela paz, de isolar e tornar inofensivos os provocadores de uma nova guerra."[(104)]

O leninismo mostrou a especial importância que o princípio do internacionalismo proletário adquiriu no estádio monopolista do desenvolvimento do capitalismo. Neste estádio, de libertador de nações, como foi na luta contra o feudalismo, o capitalismo se converteu no maior escravizador e opressor de nações. A competição imperialista e os ávidos interesses do capital financeiro provocam guerras, que põem em causa a própria existência das nações. A classe operária intervém como porta-bandeira da libertação das nações, é ela quem expressa as justas aspirações nacionais de cada povo. A combinação do internacionalismo proletário com o verdadeiro patriotismo constitui uma fonte da força e da invencibilidade do movimento comunista.

Doutrinas Econômicas da Época do Capitalismo

Com o desenvolvimento do capitalismo e a acentuação de suas contradições, formaram-se e desenvolveram-se diferentes tendências do pensamento econômico, que expressavam os interesses de determinadas classes.

Na luta contra o feudalismo, pela consolidação da ordem capitalista, a burguesia criou sua própria economia política, que refutava as concepções econômicas dos ideólogos do feudalismo e que, durante algum tempo, desempenhou papel progressista.

O aparecimento do capitalismo deu-se no século XVI. Nesse mesmo século são feitas as primeiras tentativas para compreender e esclarecer uma série de fenômenos do capitalismo. Assim, surgiu e desenvolveu-se nos séculos XVI/XVIII a corrente do pensamento econômico e da política conhecida sob o nome de mercantilismo.

O mercantilismo apareceu na Inglaterra, surgindo depois na França, Itália e em outros países. Os mercantilistas levantaram a questão da riqueza do país, das formas da riqueza e dos caminhos para seu crescimento.

Por esse tempo, o capital — sob a forma de capital comercial e usurário — predominava na esfera do comércio e do crédito. No campo da indústria, porém, dava apenas os seus primeiros passos, fundando as manufaturas. Depois da descoberta e da conquista da América, despejou-se na Europa uma torrente de metais nobres. Em seguida, o ouro e a prata passaram a ser ininterruptamente repartidos entre diferentes Estados europeus, tanto através do comércio exterior, como mediante as guerras.

Em sua concepção da natureza da riqueza, os mercantilistas partiam de fenômenos superficiais da vida econômica. Não fixaram sua atenção na produção, mas no comércio e na circulação monetária, particularmente no movimento do ouro e da prata.

O dinheiro — o ouro e a prata — aparecia aos olhos dos mercantilistas como a única riqueza verdadeira. Os mercantilistas reclamavam do Estado uma ativa participação na vida econômica para que a maior quantidade possível de dinheiro afluísse ao país e, inversamente, para que fosse a menor

possível a quantidade que saísse por suas fronteiras. Os primeiros mercantilistas aspiravam a alcançar estes objetivos através de medidas meramente administrativas de proibição da exportação de dinheiro do país. Os mercantilistas posteriores consideravam necessária para este fim ampliar o comércio exterior. É assim que o representante do mercantilismo inglês Thomas Mann (1571/1641) — grande comerciante e diretor da Companhia das Índias Ocidentais — escreveu:

"O método normal para aumentar a nossa riqueza e os nossos tesouros é o comércio com o estrangeiro, no qual deveremos sempre adotar uma regra tal, que cada ano vendamos aos estrangeiros nossas próprias mercadorias por uma soma maior do que aquela que pagamos pelas suas."

Os mercantilistas exprimiam os interesses da burguesia, que se desenvolvia nas entranhas do feudalismo e aspirava a acumular riquezas sob a forma do ouro e da prata, mediante a expansão do comércio exterior, o saque das colônias, as guerras comerciais e a escravização dos povos atrasados. a medida que o capitalismo se desenvolvia, eles passaram a exigir que o poder estatal oferecesse proteção ao desenvolvimento das empresas industriais — as manufaturas. Foram criados os prêmios de exportação, os quais eram pagos aos comerciantes que vendiam produtos no mercado externo. Maior importância ainda assumiram em pouco tempo os direitos de importação. Com o desenvolvimento das manufaturas e, depois, das fábricas, a incidência de impostos sobre as mercadorias importadas tornou-se a medida mais difundida de defesa da indústria do país contra a concorrência estrangeira.

Como já assinalamos, esta política denomina-se protecionismo. Em muitos países, ela se manteve até muito depois de haverem sido superadas as concepções mercantilistas.

Na Inglaterra, esses direitos protecionistas tiveram grande importância nos séculos XVI e XVII, quando o país estava ameaçado pela concorrência das manufaturas mais desenvolvidas da Holanda. A partir do século XVIII, a Inglaterra conquista firmemente a primazia industrial. Os outros países, menos desenvolvidos do que a Inglaterra, não podiam

concorrer com ela. Em relação com isto, começam a abrir caminho na Inglaterra as ideias da liberdade de comércio.

Situação diferente criou-se nos países que ingressaram no caminho do capitalismo depois da Inglaterra. Na França, por exemplo, o ministro de Luís XIV, Colbert, que era, de fato, quem governava o país, criou no século XVII um amplo sistema ramificado de proteção do Estado as manufaturas. Seu sistema incluía elevados direitos de importação, a proibição da exportação de matérias-primas, a implantação de uma série de novos ramos, a criação de companhias para o comércio exterior, etc..

O mercantilismo desempenhou um papel progressista para o seu tempo. A política protecionista, inspirada pelas ideias do mercantilismo, favoreceu bastante a expansão da manufatura. Entretanto, nos pontos de vista dos mercantilistas sobre a riqueza refletia-se o insuficiente desenvolvimento da produção capitalista de então. O desenvolvimento posterior do capitalismo revelou com clareza crescente a inconsistência das concepções do sistema mercantilista.

Na Rússia dos séculos XVII e XVIII imperava o sistema feudal de economia. A economia era fundamentalmente natural. Ao mesmo tempo, o comércio e o artesanato haviam alcançado considerável desenvolvimento, formara-se o mercado nacional e começavam a surgir as manufaturas. Estas modificações econômicas no país propiciaram o fortalecimento do absolutismo na Rússia.

Refletindo as particularidades históricas e econômicas do país, os representantes do pensamento econômico russo desenvolveram algumas ideias do mercantilismo. Todavia, diferentemente de muitos mercantilistas da Europa ocidental, eles atribuíam uma grande significação não só ao comércio, como também ao desenvolvimento da indústria e da agricultura.

As concepções econômicas daquela época encontraram sua expressão nos trabalhos e iniciativas do estadista russo do século XVII A.L. Ordin-Nachiokin, na política econômica

de Pedro I e nos trabalhos do eminente economista russo de princípios do século XVIII I.T. Possochkov.

No seu O Livro da Pobreza e da Riqueza (1724), I.T. Possochkov expôs um amplo programa para o desenvolvimento econômico da Rússia, fundamentando-o longamente. Possochkov demonstrou a necessidade da adoção na Rússia de uma série de medidas econômicas, objetivando oferecer proteção ao desenvolvimento da indústria, do comércio e da agricultura nacionais, assim como o melhoramento do sistema financeiro do país.

A Economia Política Clássica Burguesa

Foi na Inglaterra onde primeiro se consolidou o modo de produção capitalista. Também aqui nasceu a economia política burguesa clássica, cujos representantes aspiravam a descobrir as ligações interiores dos fenômenos econômicos. Já o seu fundador William Petty (1623/1687), cuja atividade coincide com o período de decadência do mercantilismo, definiu, no essencial, o valor das mercadorias como a quantidade relativa de trabalho nelas contido, apesar de haver manifestado grande inconsequência nesta questão.

Um importante papel na criação da economia política burguesa» foi desempenhado pelos fisiocratas. a frente desta tendência destacava-se François Quesnay (1694/1774). Os fisiocratas apareceram na França na segunda metade do século XVIII, quando estava sendo preparada ideologicamente a revolução burguesa. Da mesma forma que os representantes da filosofia do Iluminismo francês daquela época, também os fisiocratas defendiam a existência de leis naturais da sociedade humana, as leis determinadas pela própria natureza. A França era, então, um pais agrícola. Em oposição aos mercantilistas, que somente no dinheiro viam a riqueza, os fisiocratas identificaram a única fonte da riqueza na natureza, e portanto, na agricultura, que oferece ao homem os frutos da natureza. Daqui também decorre a denominação da escola — “fisiocratas” — formada por duas palavras gregas que significam: natureza e poder.

Na teoria dos fisiocratas, o lugar central era ocupado pela

doutrina acerca do “produto líquido”. Era assim como os fisiocratas denominavam todo o excedente do produto acima dos gastos feitos na produção, — aquela parte do produto que, no capitalismo, contém a mais-valia. Os fisiocratas concebiam a riqueza como uma determinada massa de produtos em sua forma físico-natural, como uma determinada massa de valores de uso. Sustentavam que o “produto líquido”, como uma “dádiva da natureza”, surge a base da aplicação do trabalho assalariado exclusivamente na agricultura e na pecuária, isto é, naqueles ramos onde se operam processos naturais de crescimento de vegetais e animais, ao passo que em todos os demais ramos apenas é modificada a forma dos produtos obtidos da economia agropecuária.

Dentre os trabalhos elaborados pela escola fisiocrática, o de maior significação foi o Quadro Econômico de Quesnay. O mérito de Quesnay consistiu em sua magnífica tentativa de representar o processo da reprodução capitalista em seu conjunto, não obstante o fato de que não pôde elaborar uma teoria científica da reprodução.

Partindo da tese de que somente a agricultura cria o “produto líquido”, exigiam os fisiocratas que todos os impostos fossem descarregados sobre os proprietários de terras, enquanto os industriais deveriam ficar livres de encargos fiscais. Nesta reivindicação manifestava-se claramente a natureza de classe dos fisiocratas, como ideólogos da burguesia. Os fisiocratas eram partidários do predomínio da propriedade privada sem limitações. Afirmando que somente a livre concorrência corresponde as leis naturais da economia e da natureza humana, eles contrapunham a política do protecionismo a política da liberdade de comércio (a chamada política de free-trade), lutavam resolutamente contra as limitações corporativas e contra a intervenção do Estado na vida econômica do país.

A economia política clássica burguesa atingiu o ponto culminante do seu desenvolvimento com os trabalhos de Adam Smith e David Ricardo.

Adam Smith (1723/1790) deu um considerável passo a

frente, relativamente aos fisiocratas, na análise científica do modo de produção capitalista. Sua obra fundamental é intitulada Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações (1776). A riqueza do país consiste, na opinião de Smith, em toda a massa de mercadorias nele produzida. Refutou a concepção unilateral e, por isso mesmo, incorreta dos fisiocratas, segundo a qual o "produto líquido" seria criado apenas pelo trabalho na agricultura e, pela primeira vez, afirmou que qualquer trabalho é fonte do valor, não importa o ramo da produção em que seja ele invertido. Na condição de economista do período manufatureiro de desenvolvimento do capitalismo, Smith via na divisão do trabalho a base para a elevação da sua produtividade.

É característico em Adam Smith o entrelaçamento de dois diferentes modos de considerar os fenômenos econômicos. De um lado, ele investiga as ligações internas dos fenômenos, tentando penetrar, com sua análise, na estrutura interna, ou, para usar uma expressão de Marx, na fisiologia do sistema econômico burguês. De outro lado, Smith descreve os fenômenos sob aquele aspecto segundo o qual aparecem na superfície da sociedade capitalista e, portanto, tal como são vistos pelo capitalista-prático. O primeiro destes métodos de interpretação é científico; o segundo, não.

Investigando a ligação interna dos fenômenos do capitalismo, Smith definiu e valor da mercadoria como sendo a quantidade de trabalho invertido em sua produção; ao mesmo tempo, considerava o salário do operário como uma parte do produto do seu trabalho, determinado pelo valor dos meios de subsistência, enquanto o lucro e a renda ele os via como uma dedução do produto criado pelo trabalho do operário. Todavia, Smith não esposou este ponto de vista da modo consequente. A determinação do valor das mercadorias pelo trabalho nelas contido era seguidamente confundida por Adam Smith com a determinação do valor das mercadorias pelo "valor do trabalho". Afirmava que a determinação do valor pelo trabalho referia-se apenas ao "estádio primitivo da sociedade", pelo qual ele entendia a economia mercantil simples dos pequenos produtores, Já nas condições do capitalismo,

diversamente, o valor se compõe, segundo ele, de diferentes ingressos: o salário, o lucro e a renda. Essa tese refletia a enganosa aparência dos fenômenos da economia capitalista. Smith considerava que também o valor do produto social total compunha-se apenas de receitas — o salário, o lucro e a renda, isto é, omitia erroneamente o valor do capital constante consumido na produção da mercadoria. Este "dogma de Smith" excluía qualquer possibilidade de compreensão do processo da reprodução social.

Foi Smith quem, pela primeira vez, esboçou a estrutura de classe da sociedade capitalista, afirmando que ela se divide em três classes: 1) operários, 2) capitalistas, e, 3) proprietários de terras. Smith, porém, sofria das limitações das concepções burguesas do mundo e refletia em suas opiniões a falta de amadurecimento da luta de classes naquele estágio inicial do desenvolvimento do capitalismo; assim, dizia que na sociedade capitalista impera, supostamente, a comunidade de interesses, uma vez que cada qual aspira a auferir vantagens para si e desse choque de diferentes aspirações resulta o benefício comum. Manifestando-se resolutamente contra as concepções teóricas e a política dos mercantilistas, Smith defendeu calorosamente a livre concorrência.

Nos trabalhos de David Ricardo (1772/1823) a economia política clássica burguesa alcançou seu ponto culminante. Ricardo viveu no período da revolução industrial na Inglaterra. Sua principal obra, Princípios de Economia Política e Tributação, apareceu em 1817.

Ricardo elaborou a teoria do valor pelo trabalho da maneira mais consequente possível dentro dos limites das concepções da burguesia. Refutando a tese de Smith segundo a qual o valor só é determinado pelo trabalho no "estádio primitivo da sociedade", ele mostrou que o valor criado pelo trabalho do operário é a fonte da qual emanam tanto o salário, como o lucro e a renda.

Partindo daí, isto é, de que o valor é determinado pelo trabalho, Ricardo mostrou a oposição dos interesses de classe da sociedade burguesa, tal como se manifesta na esfera da

distribuição. Ricardo considerava a existência das classes como um fenômeno eterno na vida da sociedade. Segundo as palavras de Marx, Ricardo

“toma conscientemente como ponto de partida para suas investigações o antagonismo dos interesses de classe, do salário e do lucro, do lucro e da renda da terra, considerando ingenuamente este antagonismo como uma lei natural da vida social.”(105)

Ricardo formulou uma importante lei econômica: quanto mais elevado o salário do operário, tanto mais baixo o lucro do capitalista e vice-versa. Ricardo também mostrou o antagonismo entre o lucro e a renda; todavia, equivocou-se ao reconhecer a existência apenas da renda diferencial, cuja existência ele relacionava a uma imaginária “lei da fertilidade decrescente do solo”.

Ricardo desempenhou grande papel no desenvolvimento da ciência econômica. Sua doutrina segundo a qual o valor se determina somente pelo trabalho teve extraordinária importância histórica. Observando a acentuação das contradições capitalistas, alguns dos seus sucessores começaram a tirar a conclusão de que se só o trabalho cria o valor, então é necessário e justo que o operário, criador de todas as riquezas, seja também o dono de todas as riquezas, de todos os produtos do trabalho. Reivindicações desse tipo foram levantadas na Inglaterra na primeira metade do século XIX pelos primeiros socialistas — discípulos de Ricardo.

Ao mesmo tempo, a doutrina de Ricardo encerrava os traços das limitações burguesas. Da mesma forma que Smith, Ricardo considerava como natural e eterno o regime capitalista com o seu antagonismo de interesses de classe. Ricardo, inclusive, não colocou a questão da origem histórica de categorias econômicas como mercadoria, dinheiro, capital, lucro, etc.. Tinha dessas categorias um conceito não histórico, identificando, por exemplo, o capital com os meios de produção.

O Aparecimento da Economia Política Vulgar

Com o desenvolvimento do capitalismo e o agravamento da luta de classes, a economia política clássica burguesa cede lugar a economia política vulgar. Marx chamou-a de vulgar porque os seus representantes substituíram o conhecimento científico dos fenômenos econômicos pela descrição de suas manifestações exteriores, colocando como seu objetivo o embelezamento do capitalismo e a dissimulação de suas contradições. Os economistas vulgares puseram de lado tudo o que era científico e encamparam tudo o que de anticientífico existia nas opiniões dos economistas predecessores (particularmente Adam Smith) — enfim, tudo aquilo que estava condicionado pelas limitações de classe de suas concepções.

"Doravante já não se tratava de saber se tal ou qual teorema era verdadeiro ou falso, mas sim se era proveitoso ou nocivo, cômodo ou incômodo, ao capital, se se harmonizava ou não com as concepções policiais. A investigação desinteressada cede lugar aos floreios de foliculários pagos; a investigação científica imparcial é substituída pela apologética preconcebida e servil."[106]

No domínio da teoria do valor, a economia vulgar, em oposição a determinação do valor pelo tempo de trabalho, pôs em circulação uma série de teses, que haviam sido refutadas ainda pelos economistas da escola clássica burguesa Entre tais teses figuram: a teoria da oferta e da procura, a qual ignora o valor que constitui a base dos preços e substitui a explicação da base mesma dos preços das mercadorias pela descrição das oscilações desses preços; a teoria do custo de produção, que explica o preço de umas mercadorias através dos preços de outras mercadorias, isto é, encerra-se de fato num círculo vicioso; a teoria da utilidade, que, tentando explicar o valor das mercadorias pelo seu valor de uso, ignora o fato de que os valores de uso de mercadorias de tipos diversos são qualitativamente diferentes e, por isso, quantitativamente não comparáveis.

O economista vulgar inglês T.R. Malthus (1766/1834) se apresentou com a elucubração segundo a qual a miséria das amplas massas trabalhadoras, inerente ao capitalismo, seria

condicionada pela circunstância de que os homens se multiplicam mais rapidamente do que a quantidade de meios de subsistência proporcionados pela natureza. Segundo Malthus, a correspondência necessária entre a população e a quantidade de meios de subsistência oferecidos pela natureza é estabelecida pela fome, a miséria, as epidemias e as guerras. Esta "teoria" de ódio a humanidade, formulada por Malthus, tinha como objetivo justificar uma ordem social onde o parasitismo e o luxo das classes exploradoras coexistem com o trabalho extenuante e as crescentes privações das amplas massas trabalhadoras.

O economista vulgar francês J.B. Say (1767/1832) proclamou como fonte do valor "os três fatores da produção", isto é, o trabalho, o capital e a terra, tirando daqui a conclusão de que os donos de cada um desse três fatores da produção recebem os ingressos que lhes "correspondem": o operário, o salário; o capitalista, o lucro (ou o juro) e o proprietário de terra, a renda. A teoria dos "três fatores", que alcançou ampla difusão na economia política burguesa, tem como função ocultar a circunstância decisiva de que somente em determinadas condições sociais o trabalho transforma-se em trabalho assalariado, os meios de produção tornam-se capital e a propriedade da terra se transforma em fonte de renda.

Como se sabe, tanto o capital como a terra somente proporciona ingressos aos seus possuidores devido ao fato de que o operário, com o seu trabalho não pago, cria a mais-valia — a verdadeira fonte de todos os ingressos não originários do trabalho na sociedade capitalista. Afirmando que no capitalismo não existiria contradição entre a produção e o consumo, negava Say a possibilidade das crises gerais de superprodução. A teoria de Say constituía uma grosseira falsificação da realidade em proveito das classes exploradoras. As ideias apologéticas da harmonia dos interesses de classe no capitalismo foram persistentemente difundidas pelo economista francês C.F. Bastiat (1801/1850) e pelo americano E.C. Carey (1793/1879).

A pretexto da defesa da "liberdade do trabalho" burguesa, a economia política vulgar travou encarniçada luta contra os

sindicatos, os contratos coletivos e as greves operárias. A partir do segundo quartel do século XIX, a economia política vulgar assume a posição predominante na ciência econômica burguesa.

A Economia Política Pequeno-Burguesa

Em princípios do século XIX, surge uma corrente pequeno-burguesa na economia política, reflexo da posição contraditória da pequena burguesia como classe intermediária da sociedade capitalista. A economia política pequeno-burguesa tem seu ponto de partida no economista suíço S. Sismondi (1773/1842). Diferentemente de Smith e Ricardo, que consideravam o regime capitalista como um estado natural da sociedade, Sismondi formulou uma crítica ao capitalismo, condenando-o do ponto de vista da pequena burguesia. Sismondi idealizava a pequena produção mercantil dos camponeses e artesãos. Não via a inevitabilidade do desenvolvimento das relações capitalistas, implícita na pequena produção mercantil, e apresentou utópicos projetos de eternização da pequena propriedade. Partindo do fato de que os ingressos dos operários e dos pequenos produtores se reduz, tirou Sismondi a errônea conclusão do inevitável estreitamento do mercado na medida em que se desenvolvesse o capitalismo. Afirmava, erradamente, que a acumulação do capital somente é possível se existirem pequenos produtores e um mercado externo.

Na França, as concepções da economia política pequeno-burguesa foram desenvolvidas por P.J. Proudhon (1809/1865). Preconizava a ideia reacionária de que era possível curar todos os males sociais do capitalismo mediante a criação de um banco que realizasse, sem a presença de dinheiro, a troca de produtos entre os pequenos produtores e oferecesse crédito gratuito aos operários. Proudhon inoculou ilusões reformistas entre as massas trabalhadoras, desviando-as da luta de classes.

Na Rússia, em fins do século XIX, as ideias utópico-reacionárias da economia política pequeno-burguesa foram defendidas pelos populistas liberais.

Com o aparecimento e o desenvolvimento da grande indústria mecanizada, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, começaram a mostrar-se com clareza cada vez maior as contradições do capitalismo e as calamidades que ele acarreta as massas trabalhadoras. Todavia, a classe operária ainda não havia tomado consciência da sua missão histórica de coveiro do capitalismo. Foi nesse período que surgiram os eminentes socialistas utópicos: Henri Saint-Simon (1760/1825) e Charles Fourier (1772/1837), na França, e Robert Owen (1771/1858) na Inglaterra, os quais desempenharam destacado papel na história do desenvolvimento das ideias socialistas.

Para oferecer uma explicação dos fenômenos econômicos, os socialistas utópicos situaram-se nas posições da filosofia do Iluminismo do século XVIII, as mesmas em que se colocaram os representantes da economia política clássica burguesa. Mas, ao mesmo tempo em que estes últimos consideravam o regime capitalista como o regime que corresponde a natureza humana, os socialistas utópicos consideravam-no como um regime que se contrapõe a natureza humana.

A importância histórica dos socialistas utópicos consistia em que eles submeteram a uma crítica decidida a sociedade burguesa, fustigando impiedosamente chagas dessa sociedade como a miséria e as privações das massas populares, condenadas a um trabalho extenuante e brutalmente pesado, a venalidade e a decomposição da cúpula possuidora da sociedade, o enorme desperdício das forças produtivas como resultado da concorrência, das crises, etc.. Os socialistas utópicos fizeram uma série de magníficas previsões relativamente ao caráter do regime socialista, que eles contrapunham ao capitalismo. Entretanto, os socialistas utópicos estavam longe da compreensão dos verdadeiros caminhos para a realização do socialismo. Desconhecendo as leis do desenvolvimento social, as leis da luta de classes, consideravam eles que as próprias classes possuidoras realizariam o socialismo, quando fosse possível convencê-las do caráter justo e racional deste novo regime. Aos socialistas utópicos era completamente alheia a compreensão

do papel histórico do proletariado. O socialismo utópico

"não sabia explicar a essência da escravidão assalariada sob o capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar aquela força social capaz de converter-se no criador da nova sociedade."[107]

Os Democratas Revolucionários na Rússia

No Último terço do século XVIII, manifestou-se na Rússia a tendência a decomposição das relações de servidão, tendência vivamente acentuada no primeiro quartel do século XIX e que evoluiria mais tarde para a crise aberta do regime de servidão. As ideias da luta contra a servidão em todas as suas manifestações impregnam as obras dos economistas progressistas russos daquela época.

A.N. Radischev (1749/1802), pioneiro da corrente democrática revolucionária no pensamento Social da Rússia, foi em sua época um eminente economista. Insurgindo-se resolutamente contra a servidão, em defesa do campesinato subjugado, Radischev fez uma crítica esmagadora do sistema da servidão, desmascarou o caráter explorador da riqueza dos latifundiários feudais, dos proprietários de manufaturas e dos comerciantes e fundamentou o direito de propriedade da terra para todos aqueles que a trabalham. Radischev estava profundamente convencido de que a autocracia e a servidão só podiam ser liquidadas por meios revolucionários. Elaborou um sistema de medidas econômicas, progressistas para o seu tempo, cuja realização asseguraria a passagem da Rússia para o regime democrático-burguês.

Os decembristas, que surgiram na primeira metade do século XIX, eram revolucionários do período da história da Rússia em que havia amadurecido a necessidade da substituição do feudalismo pelo capitalismo. Voltavam o gume de sua crítica contra a servidão. Manifestando-se como lutadores pelo desenvolvimento das forças produtivas da Rússia, consideravam como a condição mais importante para esse desenvolvimento a abolição do regime da servidão e a libertação dos camponeses. Os decembristas não apenas lançaram a palavra de ordem de

luta contra a servidão e a autocracia, como também organizaram uma insurreição armada contra a monarquia absoluta. P.I. Pestiel (1793/1826) elaborou um original projeto de solução para a questão agrária na Rússia. Nesta espécie de projeto de constituição, elaborado por Pestiel, e por ele denominado de A Verdade Russa, estava prevista a completa e imediata libertação dos camponeses da dependência feudal, assim como medidas econômicas destinadas a defender os interesses dos camponeses, também no futuro. Para isto, Pestiel considerava necessária a criação de determinado fundo social de terras, do qual cada camponês poderia receber gratuitamente, para seu próprio uso, a terra de que carecesse para sua subsistência. Este fundo deveria ser constituído com parte da terra dos latifundiários e do Estado, sendo que os maiores latifundiários teriam parte da sua terra expropriada sem indenização. Os decembristas, como revolucionários que haviam saído do seio da nobreza, viviam longe do povo, mas suas ideias de luta contra a servidão contribuíram para o crescimento do movimento revolucionário na Rússia.

Em meados do século XIX apareceu na Rússia, que vivia na época a crise da servidão, uma plêiade de grandes pensadores, que deram valiosa contribuição para o desenvolvimento da ciência econômica.

A.I. Hertzen (1812/1870) fustigou o tzarismo e a servidão na Rússia, conclamando o povo para a luta revolucionária contra eles. Também criticou acerba- mente o regime da exploração capitalista, que imperava no Ocidente. Hertzen foi o fundador do utópico “socialismo camponês”. Para ele, o “socialismo” consistia na libertação dos camponeses com suas terras, na agricultura comunitária e na ideia camponesa do “direito a terra”. Nestas concepções de Hertzen não havia nada de verdadeiramente socialista, mas elas refletiam a aspiração revolucionária do campesinato da Rússia, que lutava pela derrubada do poder dos latifundiários e pela liquidação da agricultura latifundiária.

No desenvolvimento da ciência econômica cabem notáveis méritos ao eminente sábio e revolucionário russo N.G.

Tchernichevski (1828-1889). Tchernichevski encabeçou a luta dos democratas revolucionários contra a servidão e a autocracia tzarista na Rússia. Fez uma crítica brilhante não apenas do regime autocrático, como também do regime capitalista, que por aquela época já se havia consolidado na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Tchernichevski revelou com profundidade o caráter de classe e as limitações da economia política clássica burguesa e submeteu a uma crítica demolidora os economistas vulgares. Na opinião de Marx, Tchernichevski revelou de maneira magistral a bancarrota da economia política burguesa.

À economia política burguesa, que serve aos interesses egoístas dos capitalistas, Tchernichevski contrapôs "a economia política dos trabalhadores", na qual o trabalho e os interesses dos trabalhadores ocupavam o lugar central. Sendo um representante do "socialismo camponês" utópico. Tchernichevski, em face da imaturidade das relações capitalistas na Rússia de sua época, não via que o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado cria as condições materiais e a força social para a realização do socialismo. Entretanto, Tchernichevski, na compreensão da natureza da sociedade capitalista e de sua estrutura de classe, do caráter do seu desenvolvimento econômico, situou-se numa posição muito avançada, em relação aos socialistas utópicos da Europa ocidental e deu um grande passo no sentido do socialismo científico. a diferença dos socialistas utópicos do Ocidente, Tchernichevski atribuía uma importância decisiva a atividade revolucionária das massas trabalhadoras, a sua luta pela própria emancipação e conclamou a revolução popular contra os exploradores. Tchernichevski foi um democrata revolucionário consequente e combativo. Lênin escreveu que de suas obras transpira o espírito da luta de classes.

A doutrina econômica de Tchernichevski representa o ponto culminante do desenvolvimento de toda a economia política anterior a Marx.

Os democratas revolucionários — Hertzen, Tchernichevski e seus partidários — foram os predecessores da socialdemocracia russa.

Em meados do século XIX, o sistema capitalista de economia já se tornara dominante nos principais países da Europa ocidental e nos Estados Unidos da América. Formou-se o proletariado, que começou a levantar-se para a luta contra a burguesia. Surgiram as condições para a criação de uma concepção do mundo proletária, de vanguarda — o socialismo científico.

Karl Marx (1818/1883) e Friedrich Engels (1820/1895) transformaram o socialismo de utopia em ciência. A doutrina elaborada por Marx e Engels exprime os interesses radicais da classe operária e é a bandeira de luta das massas proletárias pela derrocada revolucionária do capitalismo e pela vitória do socialismo.

A doutrina de Marx

"surgiu como a continuação direta e imediata da doutrina dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo."(108)

A genialidade de Marx, como assinalou Lênin, consiste precisamente em que deu resposta as questões que o pensamento de vanguarda da humanidade já havia posto. Sua doutrina é o legítimo herdeiro do que de melhor havia sido criado pelo pensamento humano no domínio da ciência da sociedade humana. Ao mesmo tempo, o aparecimento do marxismo constituiu uma radical reviravolta revolucionária na filosofia, na economia política e em todas as ciências sociais.

Marx e Engels armaram a classe operária com uma concepção do mundo completa e harmônica — o materialismo dialético, que constitui o fundamento teórico do comunismo científico. Estendendo o materialismo dialético ao âmbito dos fenômenos sociais, eles criaram o materialismo histórico, que representa uma grandiosa conquista do pensamento científico. Ao modo de enfocar a sociedade humana de um ponto de vista não histórico, opuseram eles uma concepção histórica baseada

no estudo profundo do curso real do desenvolvimento. As concepções anteriormente imperantes acerca da invariabilidade e da imobilidade da sociedade, foram por eles substituídas por uma doutrina harmônica, que revela as leis objetivas do desenvolvimento social — as leis da substituição de umas formas da sociedade por outras.

Marx e Engels foram os fundadores da economia política autenticamente científica. Aplicando o método do materialismo dialético a investigação das relações econômicas, Marx realizou uma reviravolta revolucionária da máxima profundidade na economia política. Abordando a economia política como ideólogo da classe operária, Marx revelou até o fundo as contradições do capitalismo e criou a economia política proletária. Marx criou sua doutrina econômica na luta irreconciliável contra a apologética burguesa do capitalismo e contra a crítica pequeno burguesa desse regime. Aproveitando e desenvolvendo uma série de teses dos clássicos da economia política burguesa — Smith e Ricardo —, Marx superou resolutamente as opiniões anticientíficas e as contradições contidas nas suas doutrinas.

Em sua doutrina econômica, Marx fez o balanço e a generalização de uma massa gigantesca de materiais sobre a história da sociedade humana e particularmente sobre a história do nascimento e do desenvolvimento do capitalismo. Foi Marx quem descobriu o caráter histórico e transitório do modo de produção capitalista e foi ele quem investigou as leis do aparecimento, desenvolvimento e morte do capitalismo. a base de uma profunda análise econômica do regime capitalista, Marx fundamentou a missão histórica do proletariado como coveiro do capitalismo e criador de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Os fundamentos da concepção marxista do mundo foram apresentados já no primeiro documento programático do comunismo científico — no Manifesto do Partido Comunista — escrito por Marx e Engels em 1848. Marx publicou os resultados das suas investigações econômicas posteriores em sua obra Contribuição a Crítica da Economia Política (1859),

dedicada a análise da mercadoria e do dinheiro, e cujo prefácio contém uma exposição clássica dos fundamentos do materialismo histórico.

O principal trabalho de Marx, que ele, com toda razão, denominou de causa da sua vida, é O Capital. O primeiro tomo do O Capital (O Processo da Produção do Capital) foi lançado por Marx em 1867; o segundo tomo (O Processo de Circulação do Capital) foi editado por Engels já depois da morte de Marx, em 1885 e o terceiro tomo (O Processo da Produção Capitalista Considerado em seu Conjunto), em 1894. Trabalhando no O Capital, tencionava Marx escrever o quarto tomo tendo como objeto uma análise crítica da história da economia política Os manuscritos por ele preparados foram editados já depois da morte de Marx e Engels, sob o título de Teoria da Mais-Valia (em três tomos).

Também várias obras clássicas de Engels são dedicadas a elaboração da teoria do comunismo científico. Entre elas figuram: A Situação da Classe Operária na Inglaterra (1845), Anti-Dühring (1878), onde são analisadas importantíssimas questões no domínio da filosofia, das ciências naturais, da economia política e do socialismo, A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884) e outras.

Ao criar a economia política proletária, Marx fundamentou, antes de tudo, de maneira multilateral e desenvolveu de modo consequente a teoria do valor pelo trabalho. Investigando a mercadoria, a contradição entre o seu valor de uso e o seu valor, descobriu Marx que o trabalho contido na mercadoria tem um duplo caráter. De um lado, é trabalho concreto, que cria o valor de uso da mercadoria e, de outro, é trabalho abstrato, que cria o valor da mercadoria. A descoberta do duplo caráter do trabalho constituiu para Marx a chave para a explicação científica de todos os fenômenos do modo de produção capitalista, a base da teoria do valor pelo trabalho. Tendo mostrado que o valor não é uma coisa, mas uma relação de produção entre pessoas, oculta por um envoltório material, Marx descobriu o segredo do fetichismo da mercadoria. Analisou a forma do valor,

investigou seu desenvolvimento histórico, desde os primeiros embriões da troca até o pleno predomínio da produção mercantil, o que lhe permitiu descobrir a verdadeira natureza do dinheiro.

A teoria do valor pelo trabalho constituiu para Marx a base para sua doutrina sobre a mais-valia. Foi Marx o primeiro a demonstrar que no capitalismo a mercadoria não é o trabalho, mas sim a força de trabalho. Investigou o valor e o valor de uso desta mercadoria específica e descobriu o caráter da exploração capitalista. A teoria marxista da mais-valia revela até o fundo a essência da relação de produção fundamental do capitalismo — a relação entre o capitalista e o operário — e descobre as raízes mais profundas do antagonismo de classe e da luta de classe entre o proletariado e a burguesia. Marx não apenas descobriu a origem e a fonte da mais-valia, mas também explicou como a exploração capitalista se mascara e dissimula. Investigou a essência do salário, como preço da força de trabalho, que se apresenta sob a forma metamorfoseada do preço do trabalho.

Marx fez uma profunda análise científica das diferentes formas assumidas pela mais-valia. Mostrou como a mais-valia aparece sob uma forma transformada — sob a forma de lucro e como, além disso, ela assume a forma de renda da terra e de juro. Cria-se, assim, a falsa aparência de que o salário é o preço do trabalho, de que o lucro é gerado pelo próprio capital e de que a renda brota do solo e o juro do dinheiro.

Na doutrina sobre o preço de produção e o lucro médio, Marx resolveu a contradição consistente em que, no capitalismo, os preços de mercado desviam-se do valor. Ao mesmo tempo, revelou a base objetiva para a solidariedade da classe capitalista com relação a exploração dos operários, uma vez que o lucro médio auferido por cada capitalista é determinado pelo grau de exploração, não numa empresa tomada isoladamente, mas em toda a sociedade capitalista.

Marx elaborou a teoria da renda diferencial e, pela primeira vez, fez uma fundamentação científica da teoria da renda absoluta. Pôs a nu o papel parasitário e reacionário da

grande propriedade da terra, a essência e as formas da exploração dos camponeses pelos latifundiários e a burguesia.

Foi também Marx quem descobriu a lei da acumulação do capital, estabelecendo que o desenvolvimento do capitalismo, a concentração e a centralização do capital têm como consequência inevitável o aprofundamento e o agravamento das contradições inerentes a esse sistema, a base das quais está a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação. Marx descobriu a lei geral da acumulação capitalista, que condiciona o aumento da riqueza e do luxo, num dos polos da sociedade, e o aumento da miséria, da opressão e dos tormentos, no outro polo. Mostrou que o desenvolvimento do capitalismo traz consigo o empobrecimento absoluto e relativo do proletariado, o que acarreta o aprofundamento do abismo entre o proletariado e a burguesia e o agravamento da luta de classe entre eles.

Tem a maior importância a análise da reprodução do capital social total feita por Marx. Depois de corrigir o erro de Adam Smith, que consistia em ignorar e capital constante consumido na produção da mercadoria, e de haver estabelecido a divisão do produto social, segundo o valor, em três partes (c + v + m) e, segundo a forma natural, em meios de produção e objetos de consumo, Marx descobriu a lei econômica geral, de acordo com a qual o desenvolvimento das forças produtivas em qualquer regime social processa-se através de um crescimento mais rápido da produção dos meios de produção, em comparação com a produção de objetos de consumo. Marx analisou as condições da reprodução capitalista simples e ampliada, as profundas contradições da realização capitalista, que conduzem inevitavelmente as crises de superprodução. Investigou a natureza das crises econômicas e demonstrou cientificamente sua inevitabilidade sob o capitalismo.

A doutrina econômica de Marx e Engels é uma demonstração profunda e multilateral da inevitabilidade do desaparecimento do capitalismo e da vitória de revolução proletária, que implanta a ditadura da classe operária e abre

uma nova era — a era da construção da sociedade socialista.

Já nas décadas de 70 e 80 do século XIX, o marxismo começou a difundir-se cada vez mais entre a classe operária e a intelectualidade de vanguarda dos países capitalistas. Naqueles anos, desempenharam grande papel na divulgação das ideias do marxismo Paul Lafargue (1842/1911) na França, Wilhelm Liebknecht (1826/1900) e August Bebel (1840/1913) na Alemanha, G.V. Plekhanov (1856/1918) na Rússia, Dmitri Blagoev (1856/1924) na Bulgária, e outras destacadas figuras do movimento operário em diferentes países.

Na Rússia, o partido operário marxista e sua concepção do mundo formaram-se na luta irreconciliável com um adversário ideológico do marxismo como o populismo. Os populistas negavam o papel de vanguarda do proletariado no movimento revolucionário: afirmavam que na Rússia, supostamente, era impossível o desenvolvimento do capitalismo. Contra os populistas colocaram-se o eminente teórico marxista Plekhanov e o grupo Emancipação do Trabalho por ele organizado. Plekhanov foi o primeiro a fazer uma crítica marxista dos errôneos pontos de vista dos populistas e, ao mesmo tempo, realizou uma brilhante defesa das concepções marxistas. A atuação de Plekhanov nas décadas de 80 e 90 teve grande importância para a preparação ideológica dos revolucionários proletários na Rússia. Plekhanov elaborou uma série de notáveis trabalhos sobre a filosofia marxista. Popularizou, com êxito, diferentes aspectos da doutrina econômica de Marx, defendendo-a em face da crítica burguesa e das deformações reformistas Os trabalhos literários de Plekhanov socavaram pela base as posições dos populistas. Entretanto, não estava concluída a destruição ideológica do populismo. Plekhanov já no período inicial de sua atividade, tinha uma compreensão errônea de uma série de questões, o que constituía o embrião das suas futuras opiniões mencheviques: ele não levava em conta que, no curso da revolução, deve o proletariado conduzir atrás de si o campesinato, considerava a burguesia liberal como um:l força revolucionária ativa, etc.. A tarefa da completa derrota do populismo como inimigo ideológico do marxismo, a tarefa de

fundir o marxismo com o movimento operário na Rússia foi cumprida por Lênin.

A Ulterior Decomposição da Economia Política Burguesa

Desde o momento em que o marxismo fez o seu aparecimento na arena histórica, a tarefa fundamental e decisiva dos economistas burgueses passou a ser a "refutação" do marxismo. Ao mesmo tempo, como base metodológica das diferentes escolas e tendências da economia política burguesa, são usadas todas as variedades possíveis da filosofia idealista e da sociologia subjetiva.

Em meados do século XIX, surgiu na Alemanha a chamada escola histórica da economia política (W. Roscher, B. Hildebrand e outros). Os representantes desta escola negavam abertamente a existência de leis econômicas do desenvolvimento da sociedade e substituíram a investigação científica pela simples descrição de fatos históricos dispersos. Para estes economistas, a negação das leis econômicas servia de justificação para todos os desmandos reacionários e para a prosternação diante do Estado burocrático-militar, que eles glorificavam por todos os meios. Os adeptos posteriores da escola histórica, encabeçados por G. Schmeller, formaram a chamada corrente ético-histórica ou jurídico-histórica. O traço característico dessa corrente é a substituição da pesquisa econômica por especulações de natureza reacionária e idealista acerca dos objetivos morais e das normas jurídicas e também um profundo empirismo, a renúncia as generalizações teóricas, a redução do labor científico a descrição de fenômenos históricos isolados.

"Não há necessidade — dizia Schmeller — de colocar amplos problemas históricos, mas sim de estudar o singular com a ajuda do método rigorosamente histórico".

Alguns economistas da escola histórica (Hildebrand), juntamente com outros economistas burgueses (Adolf Wagner, L. Brentano, W. Sombart) constituíram em 1872 a chamada União de Política Social, a fim de "propagar das cátedras" as reformas sociais, com o objetivo de impedir a

morte do regime capitalista. Continuando a tradição dos seus predecessores, os representantes desta corrente, ironicamente chamada de "socialismo de cátedra", atuaram como serviçais do Estado militarista alemão. Alguns deles afirmavam que cada medida adotada por aquele Estado era uma "partícula de socialismo". Os socialistas de cátedra glorificaram a política reacionária de Bismarck e o ajudaram em suas tentativas de mistificar a classe operária.

No último decênio do século XIX, a medida que se iam difundindo as ideias do marxismo, a burguesia tinha necessidade de novos meios ideológicos para a luta contra ele. Surgiu, então, em cena a chamada escola austríaca. A denominação desta escola está ligada ao fato de que os seus principais representantes — E. Böhm-Bawerk e outros — eram professores de universidades austríacas. Diferentemente da corrente histórica, os representantes da escola austríaca reconheciam formalmente a necessidade da investigação das leis econômicas, mas, visando a dissimular as contradições do capitalismo, transferiram a pesquisa destas leis da esfera das relações sociais para o domínio psicológico subjetivo, isto é, trilharam o caminho do idealismo.

No que se refere a teoria do valor, a escola austríaca elaborou o chamado principio da "utilidade limite". De acordo com esse princípio, o valor de uma mercadoria é determinado não apenas por sua utilidade, como antes também afirmavam alguns economistas vulgares, mas pela utilidade limite da mercadoria, isto é, pela valorização subjetiva da utilidade de uma unidade da mercadoria, que satisfaz as necessidades menos essenciais do indivíduo, para uma determinada grandeza das reservas das mercadorias. De fato, esta teoria não explica nada. É completamente evidente, por exemplo, que a valorização subjetiva de um quilograma de pão difere radicalmente segundo seja ela feita por um burguês farto ou por um desempregado faminto, e no entanto ambos pagam pelo pão o mesmo preço. Este preço tem como base o valor da mercadoria, que independe das valorizações subjetivas. A teoria da "utilidade limite" coloca a magnitude do valor na dependência da raridade relativa das mercadorias. Na realidade,

porém, a raridade relativa das mercadorias depende do alto valor destas mercadorias, que é determinado pelos gastos de trabalho socialmente necessário. O valor das mercadorias influi através dos preços de mercado nas proporções da procura solvente, enquanto que a oferta das mercadorias ajusta-se as proporções da procura. a teoria marxista da mais-valia os economistas da escola austríaca opunham estas ou aquelas variedades da teoria do "capital produtivo", que não é senão uma nova modalidade da teoria vulgar dos "três fatores da produção", ou de uma forma algo modificada da teoria da "abstenção", segundo a qual o lucro seria, supostamente, uma legítima recompensa ao capitalismo pela "abstenção" do consumo.

Idêntica posição de caráter psicológico subjetivo para explicar fenômenos como o valor e o preço, em combinação com a teoria dos "três fatores de produção" na maneira de enfocar o salário, o lucro e a renda, é característica de uma série de economistas ingleses e americanos de fins do século XIX e princípios do século XX. O economista inglês Alfred Marshall (1842/1924) tentou conciliar ecleticamente três diferentes teorias vulgares do valor: a da "oferta e procura", a da "utilidade limite" e a do "custo de produção". O economista americano John Bates Clark (1847/1938), que preconizava a ideia da "harmonia de interesses" das diferentes classes da sociedade burguesa, elaborou a teoria da "produtividade limite", que na realidade representa apenas uma original tentativa de juntar a velha teoria vulgar da "produtividade do capital" com a teoria vulgar da "utilidade limite" da escola austríaca. Clark separa por completo o lucro empresarial do juro, não obstante o fato de que eles são na realidade partes integrantes do lucro médio. Consoante sua teoria, o juro é determinado pela produtividade marginal do capital, isto é, pela produtividade das últimas inversões de capital. Já o lucro empresarial, segundo ele, seria um "prêmio" pelo progresso técnico, recebido pelos empresários pioneiros na introdução de novos métodos de produção que reduzem o custo de produção em confronto com o custo médio. É sabido, porém, que todos os capitalistas industriais auferem um lucro empresarial e aqueles, dentre eles, que empregam pela primeira vez tais ou quais aperfeiçoamentos

técnicos, apropriam-se ainda de um superlucro, ou de uma mais-valia extraordinária.

A Economia Política Burguesa da Época do Imperialismo

Com a Consolidação do domínio dos monopólios, os economistas burgueses, tal como antes, concentram seus esforços, no âmbito da teoria geral, nas tentativas de refutação da teoria do valor pelo trabalho e na justificação dos ingressos não provenientes do trabalho, como se estes fossem uma parte natural e legítima do valor do produto, criados pelos diferentes fatores de produção. No período do imperialismo, porém, a estas velhas tarefas da economia vulgar vieram juntar-se outras para a justificação do domínio rapace dos monopólios na economia e na política, tanto interna como externa. E com a vitória da revolução socialista na Rússia uma das funções mais importantes da apologética burguesa passou a ser a calúnia sistemática contra o socialismo, apresentada sob um envoltório pseudocientífico.

Esforçando-se por dissimular por todos os meios o papel dominante dos monopólios, muitos economistas burgueses apresentam a chamada teoria dos "oligopólios". Por monopólio, compreendem eles uma prática ocasional e extremamente rara encontrada no capitalismo, na qual apenas uma firma controla toda a produção num determinado ramo. Quanto aos casos habituais, em que umas poucas firmas controlam a esmagadora maioria da produção de um determinado ramo, são por eles qualificados como oligopólios. Segundo as afirmações dos autores burgueses, ao oligopólio seriam estranhos tanto o preço de monopólio, como o lucro de monopólio. As tentativas de opor o oligopólio ao monopólio são de todo inconsistentes e constituem uma das formas da apologética do capital monopolista. Num caso como no outro ocorre uma restrição da livro concorrência, num caso como no outro verificam-se o preço de monopólio e o lucro de monopólio, sendo do mesmo gênero a natureza qualitativa dessas categorias.

A economia política vulgar do período do imperialismo aproxima-se de muito bom grado da demagogia social. O fato de que com a difusão das formas de sociedades anônimas

pequenas ações venham parar em mãos de camadas isoladas de uma minoria de trabalhadores mais remediados, é apresentado como a "democratização do capital", apesar de que estes pequenos acionistas não têm a possibilidade de exercer qualquer influência na direção da empresa e de que é insignificante o peso específico das pequenas ações em face da massa total do capital em ações.

Partindo de que a massa fundamental dos acionistas satisfaz-se com o recebi mento dos dividendos das ações e não tem qualquer vínculo com a produção, os economistas vulgares difundem a chamada teoria do "regime dos gerentes". De acordo com essa teoria, os capitalistas só conservam sua importância nas pequenas e médias empresas. Já nas grandes empresas, organizadas sob a forma de sociedades por ações, a direção é exercida não pelo dono do capital, mas pelo empregado-diretor, que recebe um salário e não persegue o objetivo da obtenção dos mais altos lucros, e sim o de assegurar as melhores condições de produção. Na realidade, os donos das sociedades anônimas são os maiores acionistas, comumente ligados a oligarquia financeira. Eles mesmos exercem a função de diretores, ou designam para isto prepostos seus que, ao mesmo tempo, são também acionistas. Os representantes do capital monopolista que detêm o lote de controle das ações não se satisfazem com os dividendos, e se apropriam, sob diferentes pretextos, da parte do leão dos lucros das empresas.

Apelando para todas as falsificações possíveis dos dados estatísticos, os economistas vulgares tentam demonstrar que na sociedade burguesa não se operaria o aprofundamento do abismo entre os polos da riqueza e da miséria, e sim o "nivelamento das rendas" e sua "justa distribuição". O capitalismo monopolista, no qual a polarização das classes se apresenta de maneira particularmente acentuada, é por eles proclamado como sendo supostamente o regime que oferece "possibilidades iguais" para todos os membros da sociedade. O sistema da chamada "participação nos lucros", aplicado em algumas empresas com o objetivo de aumentar ainda mais a exploração e o isolamento dos operários, serve aos apologistas burgueses como base para a afirmação de que os operários se estariam

tornando, supostamente, “coproprietários das empresas”.

Os economistas vulgares não apenas pregam a harmonia dos interesses de classe e a paz de classes, mas também afirmam que na sociedade burguesa atual se estariam dissipando as diferenças entre as classes. Alguns desses economistas esforçam-se por todos os meios para apagar a divisão da sociedade capitalista em duas classes antagônicas fundamentais — a burguesia e o proletariado — e substituem esta divisão da sociedade pela divisão do proletariado em diferentes grupos, segundo as diferenças na profissão, no nível de qualificação e em outras características semelhantes, não relacionadas com a exploração dos operários pelos capitalistas. Entretanto, precisamente no período da crise geral do capitalismo as contradições entre os interesses de classe da burguesia e do proletariado alcançam agudeza antes desconhecida.

O capitalismo atual é declarado “popular”, “democrático”, “trabalhista”. Os economistas reacionários dos Estados Unidos põem particular empenho na exaltação do “modo de vida norte-americano”, tentando, no fundo, ressuscitar nas novas condições a de há muito refutada teoria da “excepcionalidade norte-americana”, que teve curso nos anos 20 do nosso século e segundo a qual o capitalismo norte- americano distinguir-se-ia por princípio do europeu e a ele seriam estranho traços como as contradições de classes e a luta de classes, a dominação dos monopólios, o colonialismo, etc.. Em verdade, porém, em nenhum outro lugar a dominação do capital sobre o trabalho, a preponderância dos monopólios em todos os terrenos da vida econômica e política, a onipotência da oligarquia financeira, manifestam-se de forma tão brutal como nos Estados Unidos.

O imperialismo, que é o capitalismo agonizante, o último estádio do seu desenvolvimento, é representado pelos sábios a serviço dos monopólios como uma espécie de capitalismo progressista, que se encontraria no florescimento de suas forças e possibilidades. Os magnatas do capital financeira, árbitros absolutos do destinos de milhões de pessoas, são declarados “servidores da sociedade”. O Estado burguês, guardião dos interesses antipopulares dos monopólios, é proclamado como

um organismo que se acha acima e fora das classes, como "o Estado popular" e cada medida tomada no sentido do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado é apresentada como "um passo para o socialismo", que é realizado gradualmente, sem luta de classes, pelos próprios monopolistas e seus prepostos nos governos.

Ao mesmo tempo, uma parte dos economistas defensores do capitalismo, levando em conta o descontentamento das mais amplas massas populares em face da dominação dos monopólios, elogia a legislação "antitruste" existente em alguns países, que constitui apenas uma certa concessão a opinião pública, mas que, na realidade, não assegura a efetiva "defesa do homem comum", isto é, dos pequenos proprietários arruinados pelos monopólios.

Um lugar especial na economia política burguesa da época do capitalismo monopolista é ocupado pelas tentativas de justificação e de exaltação da política colonial do imperialismo. Os economistas vulgares colocam nas nuvens a "missão civilizadora" supostamente cumprida pelas potências imperialistas em relação aos países coloniais escravizados e dependentes. O colonialismo é exaltado como a "conquista para a cultura ocidental e para a civilização cristã" dos povos atrasados, ao mesmo tempo em que são pregadas ideias racistas da supremacia da raça branca superior sobre as raças "de cor". Uma série de economistas, sociólogos e historiadores, visando a confundir os povos que lutam por sua libertação, afirmam que "o antigo imperialismo está morto", que ele pertence ao passado, juntamente com o século XIX. Exaltam, particularmente, o fictício "anticolonialismo" dos Estados Unidos — potência cujos círculos agressivos, no período atual, encabeçam a luta dos colonizadores contra o movimento libertador dos povos dos países coloniais e dependentes.

As ideias dos apologistas burgueses na sua forma mais reacionária foram utilizadas no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais pelo fascismo na Alemanha e em vários outros países. Inimigos encarniçados do socialismo, os fascistas alemães encaminharam-se para a demagogia

anticapitalista e chegaram mesmo a denominar-se de nacional-socialistas. Os fascistas ocultavam sua dedicada subserviência ao capital financeiro com hipócritas declarações acerca do "bem comum" e da necessidade da submissão da "parte", isto é, das massas trabalhadoras ao "todo", isto é, ao Estado fascista. Os fascistas italianos chamavam este Estado de "Estado corporativo", no qual teriam sido, supostamente, liquidados o capitalismo e as classes com suas contradições e suas lutas. Os fascistas alemães, que proclamavam a Alemanha imperialista como o país do "socialismo alemão", denominaram de füehrers (isto é, guias) os magnatas dos monopólios. Os economistas fascistas tentaram "fundamentar" a política de bandidos da tomada de terras alheias pela Alemanha hitlerista com ajuda da chamada "teoria racista" e da "teoria do espaço vital". De acordo com essas "teorias" canibalescas, os alemães seriam como que a "raça superior dominante", enquanto que todas as demais nações seriam "inferiores", sendo que a "raça dos senhores" tinha o direito de apoderar-se pela força das terras dos outros povos "inferiores" e estender sua dominação sobre todo o mundo. A experiência histórica mostrou a saciedade todo o absurdo e inconsistência dos delirantes planos hitleristas de conquista da dominação mundial.

No período da crise geral do capitalismo, os círculos dominantes dos países capitalistas, profundamente alarmados diante das perspectivas do desemprego em massa, que traz em si o perigo de sérios embates de classe e comoções sociais, começaram a difundir diferentes teorias insinuando a ilusão da possibilidade de assegurar o "pleno emprego", de eliminar a anarquia da produção e das crises com a manutenção do regime capitalista. Entre tais teorias destinadas a dissimular o caráter reacionário do capitalismo contemporâneo e pintá-lo como um regime social progressista, alcançou a maior difusão a teoria do economista inglês J.M. Keynes (1883/1946), per ele exposta no livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro (1936).

Keynes esforçou-se por demonstrar que a causa do desemprego em massa permanente e das crises não tem suas raízes na natureza do capitalismo, mas na psicologia dos

homens. Segundo ele, o desemprego é resultado da insuficiência da procura de objetos de consumo individual e produtivo. A insuficiência da procura de artigos de consumo individual seria supostamente provocada por uma inclinação, inerente aos homens, a poupança de parte de seus ingressos, enquanto que a insuficiência na procura de objetos de consumo produtivo dever-se-ia a uma diminuição do interesse dos capitalistas na aplicação dos seus capitais em diferentes ramos da economia, em consequência de uma redução geral da “rentabilidade do capital”. Sustenta Keynes que para aumentar a ocupação da população é necessário ampliar os investimentos de capital, para o que deve o Estado, de um lado, garantir a elevação da rentabilidade do capital, mediante a diminuição do salário real dos operários e a redução da taxa de juros, e, de outro lado, efetuar grandes investimentos as expensas do orçamento. Com o objetivo de aumentar a procura para consumo pessoal, recomenda Keynes o constante incremento do consumo parasitário e da dilapidação das classes dominantes, a elevação das despesas militares e de outros gastos improdutivos do Estado. A teoria de Keynes, sob esta ou aquela modalidade, é hoje amplamente difundida pelos economistas burgueses e também pelos líderes reformistas no movimento operário.

A inconsistência da teoria de Keynes decorre já do fato de que a insuficiência na procura para consumo é condicionada não por uma mística “inclinação dos homens a poupança”, mas sim pelo baixo nível de vida das massas trabalhadoras da população. As medidas preconizadas por Keynes — a inflação, o aumento das despesas improdutivas, inclusive as relacionadas com a preparação e o desencadeamento de guerras —, permitindo embora um aumento temporário da produção, acarretam uma redução ulterior do nível de vida dos trabalhadores, a contração do mercado e o crescimento do desemprego.

Na teoria de Keynes baseiam-se as teorias atualmente muito difundidas nos países burgueses da “economia regulada”, que tentam atribuir características de "economia planificada” ao capitalismo, do qual a anarquia da produção é uma propriedade inevitável. Alguns economistas norte-americanos, em

particular A. Hansen, tendo em conta que as possibilidades do desenvolvimento do capitalismo exclusivamente através da ação de forças econômicas espontâneas, estão consideravelmente reduzidas, exigem a "regulamentação" da economia capitalista pelo Estado, forçando o investimento de capitais através da intensificação das encomendas estatais. Na opinião de Hansen e de uma série de outros economista» norte-americanos, as despesas estatais devem servir de "regulador da ocupação": nas épocas de crises e depressões deve o governo ampliar suas despesa e reduzi-las nos períodos de inflação. Partindo daí, reclamam eles a ampliação da prática das encomendas estatais, a criação de empresas por conta de fundos públicos, a compra de matérias-primas estratégicas em grande escala, o aumento do exército e do aparelho estatal. Na realidade, o aumento das despesas estatais relacionadas com a militarização da economia e a corrida armamentista é um instrumento de enriquecimento dos gigantescos monopólios e de intensificação da exploração dos trabalhadores através do mecanismo dos impostos e dos preços.

As teorias da "economia regulada", utilizadas para fundamentar o crescimento do capitalismo monopolista de Estado e a militarização da economia, estão difundidas nos Estados Unidos, Inglaterra, França (onde são conhecidas sob a denominação de "dirigismo", isto é, economia "dirigida") e em outros países. Nestas concepções baseia-se a política econômica realizada pelo governos em beneficio dos monopólios dominantes. A vida refuta as afirmações dos adeptos da teoria da "economia regulada", segundo as quais a militarização da economia seria um remédio eficaz contra as crises econômicas de superprodução. Na realidade, a militarização da economia capaz de retardar apenas temporariamente a eclosão da crise de superprodução, em última análise aprofunda inevitavelmente a contradição entre o crescimento das possibilidades produtivas e a contração da procura solvente da população, que conduz as crises econômicas.

As teorias da "economia regulada" constituem uma das principais variantes da apologética burguesa contemporânea. Uma outra variedade sua difundida é a teoria que se manifesta

sob a bandeira do “livre jogo das forças” e da “livre empresa”. Os adeptos dessa corrente afirmam antes de tudo que a regulamentação estatal realizada em proveito dos monopólios torna-se cada vez mais impopular não apenas entre as amplas massas dos trabalhadores e da pequena burguesia, mas também em determinados círculos da média burguesia. Em tais condições, muitos economistas burgueses, que de fato defendem os interesses dos monopólios dominantes, tentam utilizar-se da bandeira da “liberdade econômica” a fim de, conquistar a opinião pública para sua causa.

O mais flagrante caráter de classe das teorias da “livre empresa” manifesta-se numa série de economistas americanos e ingleses, que defendem abertamente n liberdade ilimitada para os monopólios explorarem os operários e saquearem os consumidores. Hipocritamente, esses economistas declaram que a atividade doa sindicatos em defesa dos operários é uma violação da “liberdade econômica” e elogiam a legislação reacionária antioperária dos Estados burgueses.

Na Alemanha ocidental, a doutrina econômica oficial dos círculos dirigentes monopolistas é o chamado “neoliberalismo”, que defende o capitalismo contemporâneo sob o rótulo de “economia social de mercado” ou “livre economia de mercado”. V. Eichen, L. Erhardt e outros representantes desta corrente afirmam que a prática da rigorosa regulamentação estatal da vida econômica pelo governo hitlerista, e depois pelas autoridades de ocupação das potências ocidentais, desacreditou ao extremo a ideia da “economia regulada” aos olhos das amplas massas da população da Alemanha ocidental. Os neoliberais difundem a ilusão acerca de que as medidas de política econômica podem paralisar as consequências perniciosas dos monopólios, enfraquecer o seu papel na economia e garantir a livre concorrência. Os neoliberais caracterizam a economia de hoje da Alemanha ocidental como “livre economia de mercado”, tentando demonstrar que de fato foi afastado o poder dos monopólios.

As divergências entre os partidários da “economia regulada” e os defensores da “livre empresa” limitam-se, em grau

considerável, a um caráter tático, mas ao mesmo tempo exprimem também as contradições de interesses de grupos isolados do capital monopolista e de grupos isolados da burguesia. Os defensores da "livre empresa" têm em conta o descontentamento da pequena e média burguesia, que sofre com o domínio dos monopólios e sonham com um capitalismo sem monopólios. As diferentes medidas empreendidas sob a bandeira da "economia regulada" estão relacionadas com o considerável crescimento das despesas estatais, o que conduz a intensificação dos processos inflacionários. Os partidários da "economia regulada" habitualmente defendem a prática inflacionista. Os defensores da "livre empresa" manifestam-se geralmente contra a inflação. Entretanto, em sua propaganda anti-inflacionista há não pouco de demagogia, uma vez que com frequência eles apoiam a militarização, que é uma das causas principais do aumento das despesas estatais e da intensificação da inflação. Ao mesmo tempo, a propaganda anti-inflacionista também reflete, em certa medida, os reais interesses de determinados grupos da burguesia, particularmente os grandes detentores de obrigações dos empréstimos públicos: a depreciação do dinheiro significa inevitavelmente a depreciação destes títulos.

As divergências entre os partidários da economia regulada" e da "livre empresa" refletem igualmente, até certo ponto, discrepâncias entre os interesses de diferentes grupos do capital monopolista na esfera da política do comércio exterior. Os representantes dos monopólios, que realizam grandes exportações de mercadorias, apoiam com frequência a ideia da "livre empresa", com o objetivo de enfraquecer a resistência dos países economicamente mais débeis a concorrência arrasadora das potências capitalistas mais fortes. Os monopolistas, que se orientam principalmente para o mercado interno, apegam-se de mais bom grado as teorias da "economia regulada", que justificam, em particular, elevados direitos aduaneiros.

A parte mais reacionária dos economistas burgueses em seu empenho de justificar a agressiva política exterior das potências imperialistas, notadamente dos Estados Unidos, segue as pegadas dos fascistas alemães e preconiza a "teoria racista" de

ódio a humanidade, apresentando uma nova variedade desta — a "superioridade" das nações de língua inglesa e seu papel civilizador em relação aos povos atrasados.

Muitos apologistas do imperialismo norte-americano manifestam se contra a independência dos povos e contra a soberania nacional, proclamando demagogicamente que a existência de Estados nacionais é a causa fundamental de todos os males sociais da sociedade burguesa contemporânea — o militarismo, as guerras, o desemprego, a pobreza das pessoas, etc.. Ao princípio da soberania nacional dos povos eles contrapõem a ideia cosmopolita do "Estado mundial", no qual o papel dirigente cabe invariavelmente aos Estados Unidos.

Alguns economistas burgueses colocam-se abertamente na posição de propagandistas de uma nova guerra mundial. Proclamam que a guerra é um fenômeno natural e eterno da vida social e tentam demonstrar que é supostamente impossível a coexistência pacífica dos países do campo capitalista com os países do campo socialista.

Papel particular na propaganda de uma nova guerra mundial é desempenhado pelas tentativas de ressuscitar a de há muito desmascarada teoria de Malthus. Constitui uma característica do malthusianismo atual a combinação das ideias reacionárias de Malthus com a teoria racista. Os economistas malthusianos afirmam que o globo terrestre estaria supostamente superpovoado em consequência da "desmedida multiplicação" dos homens, sendo que precisamente aí estaria a causa essencial da fome e de todas as demais desgraças das massas trabalhadoras. Exigem uma radical diminuição da população, principalmente nos países coloniais e dependentes, cujos povos travam uma luta libertadora contra o imperialismo. Os modernos malthusianos tentam persuadir a opinião pública de que se não forem tomadas medidas para reduzir a população, nesse caso tornar-se-ão inevitáveis guerras devastadoras com o emprego de bombas atômicas e outros meios de extermínio em massa. Os malthusianos tentam difundir suas teorias nos países pouco desenvolvidos e densamente povoados, que faz pouco se libertaram do colonialismo, e onde

a dominação dos colonizadores deixou como herança um enorme desemprego e um nível de vida extremamente baixo das massas populares. Entretanto, a opinião pública destes países convence-se cada vez mais na prática de que a saída para a miséria deve ser buscada no caminho da luta decidida contra os colonizadores, pela independência nacional e pela liquidação do atraso econômico.

Ao mesmo tempo, a consciência do perigo, que a corrida armamentista e o desencadeamento de uma nova guerra mundial representam para o regime capitalista, impele uma série de economistas burgueses para uma posição de critica das diferentes manifestações aventureiras da política imperialista e, também, das teorias mais reacionárias, utilizadas para justificar essa política. Assim, alguns economistas burgueses manifestam-se contra o malthusianismo e o racismo, e nos trabalhos de determinados autores burgueses é apresentado um quadro veraz da penosa situação dos trabalhadores nos países coloniais e dependentes.

Um lugar importante é destinado pela economia política burguesa contemporânea a tarefa de desacreditar o socialismo. Tenta resolver esta tarefa recorrendo a calúnia, que nada tem de comum com a ciência. As objeções pseudo-teóricas da economia política burguesa contemporânea ao socialismo não passam de repetições das pequenas ideias antissocialistas da primeira metade do século passado, submetidas a uma análise crítica definitiva ainda por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista.

Depois da instauração do poder soviético na Rússia, os economistas burgueses continuaram ainda por algum tempo a insistir na impossibilidade da existência do socialismo e em que o socialismo, supostamente, seria contrário a natureza humana e ao chamado "princípio econômico". Entretanto, os decisivos êxitos da construção socialista nas cidades refutaram as teses dos apologistas burgueses. Eles, então, invocando as inclinações individualistas do campesinato, tentaram demonstrar a impossibilidade da transformação socialista no campo. Com a edificação da sociedade socialista na URSS, os sábios a serviço

dos monopólios lançaram-se a uma campanha de calúnias contra o primeiro Estado socialista do mundo, difundindo, contra a evidência dos fatos, fábulas acerca da debilidade econômica da URSS, de um imaginário declínio de sua economia, etc.. Nos últimos tempos, na luta contra as ideias do socialismo, que no período atual dominam de modo particularmente rápido a inteligência de milhões de pessoas em todo o mundo, a economia política burguesa tenta utilizar-se de invencionices sobre o "não democratismo" do socialismo na URSS e nos países de democracia popular. Entretanto, o socialismo, que nesses países transformou-se em realidade, pela primeira vez na história da humanidade cria uma completa democracia, que assegura aos trabalhadores não apenas direitos formais, mas também as possibilidades reais para sua efetivação.

Nos últimos decênios, em determinados ramos da ciência econômica dos países capitalistas, vem sendo amplamente utilizado o método matemático que recebeu a denominação de econometria. É ele aplicado no estudo da dinâmica da procura de diferentes mercadorias, da mudança das proporções entre os ramos da economia em ligação com o desenvolvimento da técnica, na solução de questões relacionadas com a organização da produção nas empresas, por exemplo, na determinação do sortimento de produção que oferece maiores vantagens ou da estrutura maio vantajosa dos gastos produtivos, etc..

O método matemático, desde que enfocado de forma metodologicamente correta, pode oferecer um grande resultado positivo como instrumento auxiliar de estudo dos fenômenos econômicos, em seu aspecto quantitativo. Entretanto, os economistas burgueses, ao aplicar este método no estudo do aspecto quantitativo dos fenômenos econômicos concretos, ignoram o aspecto qualitativo — o caráter das relações de produção —, ou então tentam transformá-lo de método auxiliar em método fundamental do conhecimento da essência dos fenômenos econômicos. Estas tentativas fracassam inevitavelmente. Como já se disse, as leis do desenvolvimento das relações de produção são estudadas pela economia política marxista com a ajuda do método inteiramente científico do

materialismo dialético.

A vida mostra a inconsistência das construções teóricas da economia política burguesa contemporânea. Reunindo um grande material de fatos sobre questões da economia de ramos, de empresas, de organização da produção e realizando, por vezes, valiosos trabalhos de caráter concreto e descritivo sobre determinadas questões, a ciência econômica burguesa revela-se de todo impotente para descobrir a essência dos processos radicais, que se operam na vida econômica da sociedade contemporânea.

A Crítica Pequeno-Burguesa do Imperialismo

Diferentemente de Sismondi, que considerava o sistema da livre concorrência como a origem de todos os males do capitalismo, uma parte considerável dos economistas pequeno-burgueses da época do imperialismo exalta o capitalismo da época da livre concorrência, pintando-o como o melhor regime econômico para a sociedade. Voltam eles o gume de sua crítica não contra o capitalismo em geral, mas somente contra o domínio ilimitado dos monopólios capitalistas, vendo no seu arbítrio a principal ameaça a "liberdade econômica", a "iniciativa privada", etc..

Nos trabalhos dos críticos pequeno-burgueses do imperialismo encontram-se abundantes dados, que desmascaram a atuação rapace dos monopólios. Entretanto, muitos economistas pequeno-burgueses criticam os monopólios situando-se em posições reacionárias e utópicas, reclamando o retorno ao capitalismo da livre concorrência. Negam a possibilidade da passagem ao socialismo, sem o que carece de sentido a eliminação do domínio dos monopólios. A crítica pequeno-burguesa do imperialismo semeia ilusões acerca da possibilidade da eliminação dos "abusos" dos monopólios e do fortalecimento das posições das pequenas e médias empresas mediante a legislação "antitruste", a adoção de todas as medidas possíveis de estímulo as pequenas empresas, a luta contra as manobras especulativas dos tubarões das finanças, mas conservando o capitalismo. Uma série de economistas pequeno-burgueses preconiza a utópica tese de que nas condições do

capitalismo é possível salvar da ruína os pequenos produtores de mercadorias — os camponeses e artesãos — e melhorar radicalmente a situação dos operários através do desenvolvimento da cooperação de consumo, agrícola e artesanal.

Nas condições atuais, muitos representantes da economia política pequeno-burguesa manifestam-se como porta-vozes do descontentamento das camadas médias da população em face do arbítrio dos monopólios, do despotismo do poder estatal, do insuportável jugo dos impostos e da ameaça de uma nova guerra mundial originária dos agressivos círculos imperialistas. Nos países da Europa ocidental e particularmente nos países pouco desenvolvidos, uma série de representantes desta corrente toma parte ativa no movimento democrático contra o esmagamento da soberania nacional dos outros países pelo imperialismo, contra a corrida armamentista e contra a aventureira “política de posição de força”. Nos últimos anos, alguns economistas burgueses e pequeno-burgueses, tendo em conta os fatos, viram-se obrigados a reconhecer os defeitos do capitalismo e a superioridade da economia socialista.

As ideias da teoria de vanguarda marxista-leninista alcançam uma difusão cada vez maior entre a parte progressista da intelectualidade dos países capitalistas, coloniais e semicoloniais e inclusive entre os economistas. A marcha objetiva do desenvolvimento social, os fatos da vida real convencem cada vez mais os economistas de vanguarda dos países capitalistas sobre a condenação histórica do velho capitalismo e sobre o caráter progressista do novo regime socialista Nos trabalhos desses homens não raro é feita uma valiosa caracterização de determinados aspectos do capitalismo contemporâneo, revelando seus vícios e contradições, e têm curso ideias sobre a coexistência pacífica de diferentes sistemas sociais e sobre a colaboração econômica entre os povos.

Cresce e multiplica-se o exército dos intelectuais de vanguarda, personalidades com diferentes pontos de vista e orientações, que tomam parte ativa na luta pela independência nacional dos seus povos, pela paz, pelo desenvolvimento dos

vínculos econômicos e culturais entre todos os países, independentemente das diversidades de regimes.

Teorias econômicas do revisionismo e do reformismo contemporâneo

As inumeráveis tentativas da ciência burguesa de "aniquilar o marxismo não abalaram, por pouco que fosse, as posições marxistas. Então, a luta contra o marxismo passou a ser conduzida sob a bandeira dos "aperfeiçoamentos" e das "interpretações" da teoria de Marx.

"A dialética da história é tal que a vitória teórica do marxismo obriga os seus adversários a disfarçar-se de marxistas."(109)

Por esse meio, os inimigos do marxismo penetram no movimento operário, onde se manifestam como portadores da política oportunista e da ideologia reformista. O apoio social do oportunismo e do reformismo no movimento operário na época do imperialismo é constituído, antes de tudo, pelas camadas superiores da classe operária ("aristocracia operária") subornados pela burguesia monopolista, mas também pelos representantes das camadas pequeno-burguesas da população, que afluem incessantemente as fileiras do proletariado.

Na década de 90 do século XIX, fez o seu aparecimento em cena o revisionismo. do qual o principal representante foi o social-democrata alemão E. Bernstein. Os revisionistas manifestaram-se contra a doutrina de Marx e Engels acerca da inevitabilidade da revolução proletária e da instauração da ditadura do proletariado. Submeteram a uma completa revisão (reexame) todos os aspectos da doutrina econômica revolucionária de Marx. Os revisionistas propunham a fusão da teoria do valor pelo trabalho de Marx com a teoria da utilidade limite, e, no fundo, sua substituição por esta última. Interpretavam a teoria marxista da mais-valia no sentido de uma "condenação moral" da exploração capitalista. Cobrindo-se com dados supostamente novos acerca do desenvolvimento do capitalismo, os revisionistas declararam "antiquada" a doutrina marxista acerca da vitória da grande produção sobre a pequena, acerca do empobrecimento do proletariado na

sociedade capitalista, do caráter irreconciliável e do agravamento das contradições de classe, da inevitabilidade das crises econômicas de superprodução. Apelavam para os operários no sentido de que renunciassem a luta revolucionária pelo socialismo e se restringissem a luta pelas reivindicações econômicas cotidianas dentro dos marcos do capitalismo. Na Rússia, as concepções revisionistas foram desposadas pelos chamados "marxistas legais", que eram, de fato, ideólogos burgueses (P. Struve, M. Tugan-Baranovski e outros), pelos representantes do grupo oportunista dos "economistas" e pelos mencheviques.

Uma forma mais sutil de falsificação do marxismo foi utilizada pelos oportunistas da II Internacional K. Kautsky (1854/1938), R. Hilferding (1877/1941) e outros. No início de suas atividades, foram marxistas e contribuíram para a difusão da doutrina marxista. Nesse particular, devem ser destacados trabalhos de Kautsky como A Doutrina Econômica de Karl Marx, A Questão Agrária e alguns outros, bem como a obra de Hilferding O Capital Financeiro (1910), a qual, apesar dos erros nela contidos, desempenhou certo papel positivo no estudo da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo. Posteriormente, porém, Kautsky e Hilferding bandearam-se de fato para a posição de adversários do marxismo revolucionário, continuando por um certo tempo a atuar sob a máscara de "ortodoxos", isto é, de discípulos legítimos de Marx e Engels. Objetando em palavras — e mesmo assim de maneira inconsequente — algumas afirmações dos revisionistas, estes oportunistas privavam o marxismo de sua essência revolucionária e esforçavam-se por transformá-lo num dogma morto. Deixavam de lado a doutrina sobre a ditadura do proletariado, que é a alma do marxismo, negavam o empobrecimento da classe operária e afirmavam que as crises no capitalismo acabariam por deixar de existir.

Ocultando as profundas contradições do capitalismo monopolista, Kautsky considerava o imperialismo apenas como um tipo especial de política, e precisa mente como aspiração dos países industriais altamente desenvolvidos de subordinar a si as regiões agrárias. Esta teoria semeava a ilusão de que a política

de rapina não decorre da essência do capitalismo monopolista. Nos anos da Primeira Guerra Mundial, Kautsky formulou a teoria antimarxista do "ultra-imperialismo", afirmando que sob o imperialismo seria supostamente possível, mediante acordos entre os diferentes países imperialistas, criar uma economia mundial organizada e com isso eliminar a anarquia da produção e as guerras. A teoria do "ultra-imperialismo" embelezava o capitalismo e desarmava a classe operária em proveito da burguesia, criando a ilusão sobre um desenvolvimento pacífico e sem crises do capitalismo. Ao mesmo fim servia igualmente a teoria vulgar das "forças produtivas", difundida por Kautsky, segundo a qual a transição para o socialismo constituiria o resultado automático do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade capitalista, sem luta de classes e sem revolução. Depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, Kautsky colocou-se na posição de luta aberta contra a primeira ditadura do proletariado instaurada no mundo e conclamou a intervenção contra a República soviética.

R. Hilferding, já no seu trabalho O Capital Financeiro, velou o papel decisivo dos monopólios no capitalismo contemporâneo e o agravamento de suas contradições, ignorou igualmente importantíssimos traços do imperialismo como o parasitismo e a decomposição do capitalismo, a divisão do mundo entre as potências imperialistas e a luta por uma nova repartição do mundo. Nos anos da estabilização temporária e parcial do capitalismo, depois da Primeira Guerra Mundial Hilferding repetiu os economistas burgueses, afirmando que havia, supostamente, começado a era do "capitalismo organizado", na qual, graças a atividade dos monopólios, desaparecem a concorrência, a anarquia da produção, as crises e começa a imperar a organização planificada e consciente.

O embelezamento do capitalismo por Kautsky, Hilferding e outros teóricos reformistas da socialdemocracia estava estreitamente ligado a sua pregação da "integração pacífica do capitalismo no socialismo", mantida a dominação dos magnatas do capital, pregação orientada no sentido da submissão do movimento operário aos interesses da

burguesia. A este fim servia, em particular, a teoria apologética da “democracia econômica”, difundida por alguns líderes socialistas de direita no período entre as duas guerras mundiais. Consoante essa teoria, os operários, atuando na condição de representantes dos sindicatos nas diretorias das fábricas e em outros organismos, participam, com uma suposta igualdade de direitos, ao lado dos capitalistas, na direção da economia e se tornam gradualmente donos da produção. Uma modalidade da teoria reformista da integração pacífica do capitalismo no socialismo é a teoria do '“socialismo cooperativo”, edificada sobre a ilusão de que, conservada a dominação do capital, a difusão das formas cooperativas levaria, supostamente, ao socialismo.

Na Rússia, os pontos de vista antimarxistas kautskianos sobre as questões da teoria do imperialismo foram difundidos pelos inimigos do leninismo — os mencheviques, trotskistas, bukharinistas e outros. Propagando as teorias oportunistas do “imperialismo puro”, do “capitalismo organizado”, etc., desejavam eles dissimular as contradições cada vez mais agudas do capitalismo monopolista. Negando a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo na época do imperialismo, tentavam inocular na consciência da classe operária o veneno da falta de confiança na possibilidade da vitória do socialismo em um só país.

Os teóricos do reformismo contemporâneo no movimento operário geralmente repetem os economistas burgueses e pequeno-burgueses na apreciação dos processos mais importantes do desenvolvimento econômico e na interpretação dos fenômenos econômicos. Assim, os líderes dos partidos socialistas de direita difundem a ficção de que o Estado burguês contemporâneo estaria supostamente situado acima das classes, quando, na verdade, não importa qual seja sua forma, ele representa a ditadura da burguesia monopolista. Os teóricos do oportunismo atuam como apologistas do capitalismo monopolista de Estado, por eles exaltado como transição para o socialismo, como economia “regulada” e “organizada”, que estaria isenta de males do capitalismo como a anarquia da produção, as crises e a dilapidação rapace das

forças produtivas, ao tempo em que são mantidas na miséria as massas fundamentais da população trabalhadora. Os socialistas de direita afirmam que nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental existiria uma “economia mista , na qual elementos do capitalismo e do socialismo viveriam harmonizadamente. Os líderes reformistas dos partidos socialistas e os dos sindicatos, que se acham sob sua influência, rotulando-se de socialistas, ao mesmo tempo abdicam de qualquer luta verdadeira pelo socialismo. Muitos líderes de sindicatos norte-americanos negam abertamente qualquer necessidade da passagem ao socialismo e atuam como apologistas do capitalismo norte-americano.

Os líderes trabalhistas proclamaram como sendo uma realização das ideias do “socialismo democrático” a nacionalização do Banco da Inglaterra, das ferrovias e de alguns ramos industriais, por eles levada a efeito durante sua permanência no poder, depois da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, porém, a nacionalização trabalhista foi essencialmente uma medida burguesa, porquanto não modificou a natureza econômico-social das empresas nacionalizadas como empresas capitalistas. A burguesia monopolista continuou sendo a dona absoluta da Inglaterra. Os proprietários das empresas nacionalizadas, que eram anteriormente deficitárias, obtiveram generosa indenização e a garantia de elevada renda, ao passo que a situação dos operários ocupados nos ramos nacionalizados essencialmente não se modificou. Do mesmo modo passam-se as coisas na França, Áustria e outros países capitalistas da Europa ocidental, onde foi empreendida a nacionalização de uma série de ramos e empresas. Nos últimos tempos, muitos partidos socialistas de direita passaram a pronunciar-se contra a nacionalização e a apoiar a burguesia quanto a reprivatização (transmissão das empresas nacionalizadas a proprietários privados).

Os líderes socialistas de direita ocupam na maioria dos casos uma posição abertamente hostil em relação ao marxismo, declarando ser ele incompatível com as ideias do “socialismo democrático” e que por isso deve ser rejeitado. No domínio da teoria econômica, substituem a doutrina marxista por todo tipo

de construções ecléticas da economia política burguesa contemporânea e, em primeiro lugar, pela teoria do keynesianismo. Ao mesmo tempo, alguns teóricos do reformismo, tendo em conta a imensa força de atração das ideias marxistas, preferem ocultar sua atitude hostil para com o marxismo, seguindo o exemplo dos revisionistas de fins do século XIX e começos do século XX, com afirmações de que muitas teses do marxismo teriam “envelhecido” e por isso “devem ser postas de lado”. Entre as teses “envelhecidas” a que se referem os oportunistas atuais, estão as teses mais fundamentais da doutrina marxista: sobre a revolução socialista e a ditadura do proletariado, sobre as classes e a luta de classes, sobre o empobrecimento do proletariado no capitalismo, sobre as crises econômicas de superprodução, etc..

Os oportunistas atuais substituem a teoria marxista revolucionária por elucubrações reformistas acerca de uma integração gradual e pacífica do capitalismo no socialismo, acerca da desnecessidade da conquista revolucionária do poder político pela classe operária, da substituição revolucionária da propriedade privada capitalista dos meios de produção pela propriedade social. Enaltecem por todos os meios a democracia burguesa, pintando o Estado burguês como o “Estado da prosperidade geral”. Os reformistas modernos, secundando os economistas burgueses, difundem a teoria do “capitalismo popular” e da “democratização do capital” e falam de um “nivelamento das rendas” nos países capitalistas. Tais concepções são orientadas no sentido do ocultamento do antagonismo radical entre a propriedade privada e a propriedade social, entre o capitalismo e o socialismo. Lado a lado com os ideólogos burgueses, os teóricos do reformismo atual preconizam a substituição da luta de classes pela paz de classes, enfraquecendo, com isso, a resistência da classe operária a ofensiva dos monopólios contra o nível de vida dos trabalhadores e a política interna e externa antipopular dos governos burgueses.

Esforçando-se para convencer as massas operárias da solidez da ordem capitalista contemporânea e da possibilidade de uma vida acomodada sob tal regime, os teóricos

do oportunismo afirmam que, supostamente, a automatização da produção e outras grandes conquistas técnicas da atualidade abrem o caminho para a liquidação da pobreza e das privações das massas trabalhadoras e para a criação de um alto nível de vida sob o regime capitalista. A vida, entretanto, mostra que o progresso técnico sob o capitalismo atual, particularmente a automatização da produção, traz consigo o aumento da intensificação do trabalho, o crescimento do desemprego, a elevação do grau de exploração do trabalho pelo capital e o agravamento das contradições sociais.

Alguns teóricos da socialdemocracia contemporânea (notadamente na Alemanha ocidental) afirmam que as mais recentes conquistas da técnica da produção abririam, por suposto, novas e ilimitadas perspectivas de desenvolvimento para o regime capitalista, reformado, segundo o espírito do fortalecimento dos elementos de capitalismo de Estado. Na realidade, porém, as atuais conquistas da ciência e da técnica, e especialmente as perspectivas que elas abrem, testemunham de modo extraordinariamente claro que as forças produtivas da sociedade atual ultrapassaram os estreitos marcos das relações de produção capitalistas e que, em vista disso, os interesses do progresso ulterior da sociedade exigem imperiosa mente a substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo.

Os socialistas de direita, ao tempo em que embelezam por todos os meios possíveis o superado regime capitalista, envidam todos os esforços no sentido de menosprezar aos olhos dos- trabalhadores a construção socialista na União Soviética e nos países de democracia popular. Fazem ilimitada exaltação da democracia formal burguesa, que encobre a exploração do trabalho pelo capital, e simultaneamente caluniam o Estado da ditadura proletária, que realiza a verdadeira democracia — sem burguesia nem latifundiários, sem a exploração do homem pelo homem.

Uma luta consequente contra os pontos de vista dos economistas burgueses e os teóricos do reformismo é travada pelos partidos comunistas e operários, que se orientam em sua atividade pela doutrina do marxismo-leninismo e oferecem

réplica decidida a quaisquer tentativas de penetração sub-reptícia das concepções revisionistas. Ao mesmo tempo, os partidos comunistas e operários adotam medidas eficazes no sentido de superar a cisão no movimento operário, para o estabelecimento de contatos com aqueles partidos socialistas que de fato estejam dispostos a lutar pela paz, contra o jugo imperialista, pelos interesses nacionais dos seus povos e pela democracia.

O Desenvolvimento da Economia Política Marxista do Capitalismo por V. I. Lênin. A Ulterior Elaboração Criadora da Economia Política Marxista-Leninista do Capitalismo

A doutrina econômica de Marx e Engels foi desenvolvida de modo criador nos trabalhos de V.I. Lênin (1870/1924). Marx, Engels, Lênin são os criadores da economia política verdadeiramente científica. Como fiel discípulo e continuador da doutrina de Marx e Engels, Lênin defendeu a doutrina revolucionária do marxismo contra os ataques da pseudociência burguesa e contra as suas deformações pelos revisionistas e oportunistas. a base da generalização da nova experiência histórica da luta de classe do proletariado, Lênin elevou a doutrina do marxismo a um novo grau superior.

Lênin surgiu na arena da luta política na década de 90, do século XIX, quando estava em conclusão a passagem do capitalismo pré-monopolista para o imperialismo, quando o centro do movimento revolucionário mundial se deslocou para a Rússia, país onde amadurecia uma grandiosa revolução popular.

Nos trabalhos elaborados na década de 90 — A Propósito da Chamada Questão dos Mercados (1893), Quem São os "Amigos do Povo" e Como Eles Lutam Contra os Social-Democratas (1894), O Conteúdo Econômico do Populismo e sua Crítica no Livro do sr. Struve (1894), Para uma Caracterização do Romantismo Econômico (1897) — Lênin travou uma luta consequente tanto contra os populistas, que afirmavam que o capitalismo não se desenvolveria na Rússia, como também contra os "marxistas legais", os quais exaltavam o capitalismo,

ocultavam suas profundas contradições e desejavam subordinar o crescente movimento operário aos interesses da burguesia. A clássica obra de Lênin O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (1899) completou a derrota ideológica do populismo.

Neste trabalho e em outras obras dos anos 90, Lênin fez uma profunda análise da economia da Rússia, revelou as bases econômicas das contradições e da luta de classes e as perspectivas do movimento revolucionário. Generalizando a experiência do desenvolvimento econômico e político da Rússia e de outros países nos últimos decênios do século XIX, Lênin defendeu e desenvolveu as teses do marxismo acerca das leis do nascimento e do desenvolvimento do modo de produção capitalista, das suas insolúveis contradições e da inevitável substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo. Refutando as invencionices populistas sobre o "artificialismo" do capitalismo russo, Lênin revelou os traços característicos da economia e do regime social da Rússia, relacionados com as particularidades do seu desenvolvimento histórico, notadamente a combinação dos métodos da exploração capitalista com as inumeráveis sobrevivências do jugo feudal, que davam as relações sociais na Rússia uma agudeza particular.

Na luta contra a atitude desdenhosa do populismo para com o proletariado, Lênin mostrou que o desenvolvimento do capitalismo- traz inevitavelmente consigo o crescimento quantitativo, a elevação do grau de organização e da consciência da classe operária, que constitui a vanguarda de toda a massa de trabalhadores e explorados. Fundamentou de medo multilateral o papel dirigente do proletariado na revolução.

Lênin esclareceu a essência dos processos de diferenciação do campesinato na Rússia de depois da reforma[110] e o íntimo entrelaçamento das sobrevivências da sujeição feudal com o jugo das relações capitalistas, refutando a concepção populista acerca do campesinato, como se este fosse uma massa homogênea. Fez a fundamentação científica da possibilidade e da necessidade da aliança revolucionária da

classe operária com as massas trabalhadoras e exploradas do campesinato.

Lênin revelou a base econômica daquelas particularidades da revolução russa que faziam dela uma revolução de novo tipo, isto é, uma revolução democrático-burguesa sob a hegemonia do proletariado e com a perspectiva de sua transformação em revolução socialista.

O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia dá o balanço de uma série de trabalhos de Lênin sobre a teoria da reprodução capitalista. Nestes trabalhos, ele revelou a completa inconsistência das teses de Sismondi perfilhadas pelos populistas sobre a impossibilidade da realização da mais-valia sem a existência de pequenos produtores e do mercado externo e fundamentou de um modo multilateral a tese marxista de que o mercado para o capitalismo é criado no curso do desenvolvimento do próprio capitalismo. Lênin desenvolveu ainda as teses marxistas sobre a lei do aumento prioritário da produção de meios de produção na reprodução ampliada, sobre as contradições da realização capitalista, sobre a elevação da composição orgânica do capital como fator de empobrecimento do proletariado e sobre a inevitabilidade das crises periódicas de superprodução no capitalismo.

Constituem contribuições valiosíssimas de Lênin a economia política marxista os seus trabalhos acerca da questão agrária, nos quais é feita a generalização científica de vasto material sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura da Rússia e de uma série de outros países (França, Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos). Em suas obras A Questão Agrária e os "Críticos de Marx" (1901/1907), O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa dos Anos de 1905/1907 (1907), Novos Dados Sobre as Leis do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura (1914/1915), e em outros trabalhos, Lênin investigou de modo profundo e multilateral as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, as quais foram caracterizadas por Marx em traços mais gerais.

Na luta contra o revisionismo russo e europeu-ocidental, segundo o qual a agricultura constituiria supostamente um domínio da economia ao qual seria inaplicável a lei da concentração e da centralização do capital, Lênin fez uma análise científica das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no campo. Mostrou o caráter profundamente contraditório entre a situação econômica das massas fundamentais do campesinato e a inevitabilidade de sua ruína na sociedade burguesa. Lênin defendeu e desenvolveu a teoria marxista da renda diferencial e da renda absoluta da terra. Revelando a significação da renda absoluta como um dos principais fatores que freiam o desenvolvimento das for produtivas na agricultura, Lênin examinou de maneira multiforme a questão possibilidade, das condições e das consequências econômicas da nacionalizai da terra nas revoluções democrático-burguesa e socialista. Desmascarou economistas burgueses, que difundem a pseudocientífica "lei da fertilidade decrescente do solo". Lutando contra a linha oportunista dos partidos europeu-ocidentais da II Internacional, e do menchevismo russo, inclusive o trotskismo, relação ao campesinato, Lênin fundamentou a necessidade da classe operária aplicar uma política que tivesse em vista a transformação das massas fundamentais do campesinato em aliadas do proletariado revolucionário.

A teoria leninista da questão agrária era uma profunda fundamentação econômica da política do Partido Comunista da Rússia no domínio das relações proletariado com o campesinato e, em particular, de sua reivindicação programática de nacionalização da terra. Os trabalhos de Lênin sobre o problema agrário constituem a base teórica do programa agrário e da política agrária dos partidos comunistas irmãos.

Lênin revelou a total falta de consistência da crítica revisionista da economia política marxista. Mostrou a bancarrota do revisionismo em todas as questões básicas da economia política do capitalismo — na teoria do valor, na teoria da mais-valia, na teoria da concentração do capital, na teoria das crises, etc.. Teve imensa importância para o desenvolvimento da teoria marxista a defesa consequente, feita

por Lênin, do materialismo histórico e dialético no livro Materialismo e Empiriocriticismo. Este livro assestou um golpe esmagador nas próprias raízes das "teorias" revisionistas, em sua filosofia idealista.

Tendo vivido na época do capitalismo pré-monopolista, Marx e Engels não podia naturalmente, fazer a análise do imperialismo. Cabe a Lênin o grande mérito da investigação marxista do estádio monopolista do capitalismo.

Apoiando-se nas teses fundamentais do O Capital e generalizando os nos fenômenos na economia dos países capitalistas, Lênin foi o primeiro marxista fazer uma análise multilateral do imperialismo como última etapa do capitalismo como vésperas da revolução social do proletariado. Esta análise está contida em sua obra clássica O Imperialismo, Estádio Superior do Capitalismo (1916) e em outros trabalhos do período da Primeira Guerra Mundial: O Socialismo e Guerra, Sobre o Lema dos Estados Unidos da Europa, Uma Caricatura do Marxismo e o "Imperialismo Econômico", O Imperialismo e a Cisão do Socialismo, O Programa Militar da Revolução Proletária.

A teoria leninista do imperialismo tem como ponto de partida o fato de que a base mais profunda do imperialismo, sua essência econômica, é constituída pelo domínio dos monopólios e que o imperialismo é o capitalismo monopolista. Lênin submeteu a uma ampla investigação os principais traços econômicos imperialismo e as formas concretas de dominação dos monopólios. Lênin mostrou que o imperialismo nasce como o desenvolvimento e a continuação das propriedades fundamentais do capitalismo em geral. O imperialismo não suprime as leis do capitalismo, não suprime a troca, o mercado de concorrência, crises, mas somente acentua as contradições inerentes ao regime burguês. Na doutrina leninista do imperialismo são reveladas as particularidades da ação das leis econômicas do capitalismo em seu estádio imperialista. Sob o imperialismo a base da dominação dos monopólios, surgem os altos lucros de monopólio, que constituem uma forma metamorfoseada da mais-valia,

específica desta época. Ao caracterizar o imperialismo como estádio novo e superior do capitalismo, Lênin determinou o lugar histórico do imperialismo e mostrou que o imperialismo representa o capitalismo monopolista, parasitário, ou em decomposição e moribundo. A teoria leninista do imperialismo revela as agudíssimas contradições do capitalismo na fase monopolista do seu desenvolvimento: as contradições entre o trabalho e o capital, entre as metrópoles e as colônias e entre os países imperialistas. Elucida as causas econômicas profundas que provocam a inevitabilidade das guerras imperialistas pela redivisão do mundo. O agravamento e o aprofundamento de todas estas contradições chega a limites extremos, após os quais começa a revolução. Lênin fundamentou a justeza da luta de libertação dos povos contra o jugo e a escravização imperialista.

Lênin elaborou a questão do capitalismo monopolista de Estado e da submissão do aparelho de Estado burguês aos monopólios. Mostrou que o capitalismo monopolista de Estado constitui, de um lado, a forma mais elevada da socialização capitalista da produção e a preparação material para o socialismo e, de outro lado, a intensificação da exploração da classe operária e de todas as massas trabalhadoras.

Lênin descobriu a lei do desenvolvimento econômico e político desigual dos países capitalistas no período do imperialismo. Partindo dessa lei, realizou ele a grande descoberta científica da possibilidade da ruptura da cadeia imperialista mundial em seu elo mais fraco, concluiu pela possibilidade da vitória do socialismo inicialmente em alguns países ou mesmo num só país tomado isoladamente e pela impossibilidade da vitória simultânea do socialismo em todos os países. Lênin fundamentou o enorme papel do campesinato como aliado do proletariado na revolução. Elaborou a questão nacional-colonial e indicou o caminho para sua solução. Demonstrou a possibilidade e a necessidade da união entre o movimento operário nos países desenvolvidos e o movimento nacional-libertador nas colônias na frente única de luta contra o inimigo comum — o imperialismo.

A teoria leninista do imperialismo constitui a

fundamentação da necessidade da revolução socialista, a fundamentação da ditadura da classe operária nas condições de uma nova época histórica, que é a época dos embates diretos e decisivos do proletariado pelo socialismo. Lênin criou, desse modo, uma nova teoria da revolução socialista.

Lênin criou a doutrina da crise geral do capitalismo, etapa histórica da derrocada do regime capitalista e da vitória do regime socialista, novo e superior. Ainda nos anos da Primeira Guerra Mundial, chegou a conclusão de que o período do desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo havia passado, de que esta guerra, que constituía uma imensa crise histórica, marcava o início da era da revolução socialista. A guerra criou uma crise de tão vastas proporções, afirmava Lênin as vésperas da Grande Revolução Socialista de Outubro, que a humanidade se achava diante do dilema: ou sucumbir, ou colocar sua sorte nas mãos da classe mais revolucionária para a mais rápida passagem a um modo de produção mais elevado — o socialismo.

Do fato estabelecido por Lênin de que a revolução socialista tem, no tempo, uma maturação diferente nos diferentes elos do sistema capitalista mundial, decorre a conclusão de que a derrocada do capitalismo e a vitória do socialismo produzir-se-ão através do desprendimento de países isolados do sistema capitalista, nos quais a classe operária triunfa, indo ao poder em estreita e inquebrantável aliança com as massas trabalhadoras fundamentais do campesinato e congregando em torno de si a esmagadora maioria do povo. Lênin fundamentou a possibilidade e a necessidade da coexistência pacífica, durante um longo período histórico, dos dois sistemas — o capitalista e o socialista.

Lênin elaborou a teoria do imperialismo e da crise geral do capitalismo em luta irreconciliável contra os economistas burgueses e os oportunistas da II Internacional. Revelou a completa inconsistência teórica e a nocividade política da teoria antimarxista do “ultra-imperialismo” de Kautsky e as variantes desta teoria, apresentadas por Trotski e Bukharin. Na luta contra as deformações do marxismo por Bukharin, Lênin acentuou mais

de uma vez que o “imperialismo puro”, sem a base fundamental do capitalismo, nunca existiu, não existe em parte alguma e jamais existirá. Lênin pôs a nu as raízes das correntes oportunistas no movimento operário, mostrando que estas correntes se desenvolvem a base do suborno das camadas superiores da classe operária pela burguesia.

Lênin assestou um golpe demolidor na maneira apologética como os oportunistas enfocavam o capitalismo monopolista de Estado, que tentavam fazer passar como “socialismo”. A vitória da revolução socialista na Rússia teria sido impossível se Lênin e o Partido Comunista por ele dirigido não defendessem o marxismo revolucionário na luta contra os reformistas, que haviam rompido com o marxismo e se colocado no caminho do oportunismo.

Os problemas da economia política marxista-leninista do capitalismo tiveram e continuam tendo constante desenvolvimento e concretização nas resoluções e documentos do Partido Comunista da União Soviética, dos partidos comunistas e operários irmãos e nos trabalhos dos colaboradores e discípulos de Lênin. Nestas resoluções e trabalhos é apresentada e desenvolvida uma série de novas teses no domínio da ciência econômica, a base da generalização da nova experiência do desenvolvimento histórico, da nova prática da luta da classe operária, é feita uma defesa consequente da economia política marxista diante dos inimigos do marxismo revolucionário e também a popularização de suas teses fundamentais.

O Partido Comunista da União Soviética, sob a direção do Comitê Central, defendeu a teoria marxista-leninista, particularmente a doutrina econômica, contra os ataques dos inimigos do leninismo — os trotskistas, bukharinistas, nacionalistas burgueses, sendo que tiveram particular importância para os destinos do socialismo na URSS e em todo o mundo a defesa e a ulterior elaboração da doutrina leninista sobre a possibilidade da vitória do socialismo em um só país e da teoria leninista da revolução socialista. Nos trabalhos dos colaboradores e discípulos de Lênin, são desenvolvidas as teses

leninistas sobre a essência econômica e política do imperialismo e a crise geral do capitalismo bem como sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

Apoiando-se nos trabalhos dos clássicos do marxismo-leninismo, I.V. Stálin elaborou uma série de novas teses sobre os problemas do imperialismo e da crise geral do capitalismo. Criticou as teses trotskistas e oportunistas de direita na questão da vitória do socialismo em um só país. Stálin fez uma análise desenvolvida da crise geral do capitalismo e de alguma de suas características, como a divisão do mundo em dois sistemas, a crise do sistema colonial do imperialismo, o crônico funcionamento das empresas abaixo de sua capacidade e o permanente desemprego em massa. Esclareceu a questão das duas etapas da crise geral do capitalismo. Nos trabalhos de Stálin foi desmascarada a essência reacionária e agressiva do fascismo.

Entretanto, nos trabalhos de Stálin, em questões da economia do capitalismo, encontram-se teses errôneas, como, por exemplo, a afirmação sobre a inevitabilidade da tendência geral a redução do volume da produção nos principais países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França) depois da Segunda Guerra Mundial, o que não corresponde a realidade; a tese sobre a “vegetação” das forças produtivas do capitalismo contemporâneo, quando a decomposição do capitalismo não significa absolutamente a cessação de qualquer progresso técnico; a afirmação de que o mais importante índice do aprofundamento da crise geral do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial é a cisão do mercado mundial único, quando o principal traço do aprofundamento da crise geral do capitalismo foi a formação do sistema socialista mundial.

A teoria econômica do marxismo-leninismo é elaborada nas obras dos economistas soviéticos e estrangeiros. Na URSS e no estrangeiro foi publicada uma serie de trabalhos sobre problemas da economia das formações pré-capitalistas, do capitalismo pré-monopolista, do imperialismo e da crise geral do capitalismo, sobre a teoria e a história das crises econômicas, sobre a história da economia nacional e do pensamento

econômico e, em particular, de crítica as teorias burguesas e reformistas contemporâneas.

Uma imensa contribuição a elaboração da economia política marxista-leninista foi trazida pelo XX Congresso do PCUS (fevereiro de 1956). Nas resoluções do Congresso, foi colocada e resolvida de modo criador, a base da nova experiência histórica, uma série de importantíssimas questões de princípio do desenvolvimento mundial atual: a coexistência pacífica dos dois sistemas, a possibilidade de evitar as guerras na época atual, a possibilidade de diferentes formas de transição para o socialismo nos diversos países, a necessidade da luta pela unidade de ação no movimento operário internacional e outras. Na Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas, reunida em novembro de 1957, é feita uma profunda análise marxista-leninista dos problemas básicos da época atual e acentuada a necessidade de serem decididamente superados o revisionismo, que constitui nas condições atuais o principal perigo, e o dogmatismo nas fileiras do movimento comunista. Os revisionistas repetem as teses reformistas, embelezando o capitalismo atual e o Estado burguês. Consideram o capitalismo monopolista de Estado como uma "economia mista" que se desenvolve no rumo do socialismo, caluniam a construção socialista da URSS e em outros países do campo socialista. A divisão do mundo em dois sistemas econômico-sociais mundiais — o socialismo e o capitalismo — é por eles pintada como a formação de dois blocos militares. Os revisionistas substituem a teoria marxista-leninista da luta de classes, da revolução proletária, da ditadura do proletariado, do papel dirigente do partido proletário, pela teoria oportunista da "integração do capitalismo no socialismo". Tal teoria encontrou sua expressão no programa da Liga dos Comunistas da Iugoslávia.

Um ulterior desenvolvimento da teoria marxista-leninista foi realizado pelos materiais e resoluções do XXI Congresso do PCUS. O Congresso fez uma análise científica do sucessivo aprofundamento da crise geral do capitalismo, da nova e decisiva etapa da competição entre os dois sistemas na arena mundial, das leis do desenvolvimento do sistema mundial do

socialismo e das novas possibilidades da luta pela paz. O Congresso assinalou que, como resultado da modificação radical na correlação de forças entre o sistema mundial do socialismo e o sistema mundial do capitalismo, do processo de desagregação do sistema colonial, ora em curso, e do agravamento das contradições internas, opera-se o aprofundamento da crise geral do capitalismo. O Congresso frisou que estão condenadas ao fracasso as tentativas dos revisionistas de falsificar o marxismo e introduzir a cisão na família fraterna dos países socialistas.

A economia política marxista-leninista serve de guia para a ação dos partidos comunistas e operários de todos os países. Ela ilumina o caminho dos trabalhadores para a emancipação do jugo do capital.

Notas de rodapé:

(103) Resolução do XX Congresso do PCUS, pp. 9/10.

(104) P. Togliatti, A Unidade da Classe Operária e as Tarefas dos Partidos Comunistas e Operários, em Por uma Paz Duradoura, por uma Democracia Popular!, de 2 de dezembro de 1949.

(105) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 12.

(106) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 13.

(107) V.I. Lênin, Três Fontes e Três Partes Integrantes do Marxismo, Obras, t. XIX, p. 7.

(108) V.I. Lênin, Três Fontes e Três Partes Integrantes do Marxismo, Obras, t. XIX, p. 3.

(109) V.I. Lênin, Vicissitudes Históricas da Doutrina de Karl Marx, Obras, t. XVIII, p. 546.

(110) Referência a abolição da servidão na Rússia, em 1861. (N. do T.).

O MODO DE PRODUÇÃO SOCIALISTA

a) O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO

Capítulo XX — Traços Fundamentais do Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo

A Revolução Socialista e a Necessidade de um Período de Transição do Capitalismo ao Socialismo

Todo o curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista e da luta de classes na sociedade burguesa conduz inevitavelmente a substituição revolucionária do capitalismo pelo socialismo. O capitalismo engendra a grande produção mecânica, que é a premissa material da passagem ao socialismo. O desenvolvimento do capitalismo prepara a força social, que o proletariado representa, incumbida de realizar esta passagem.

Em virtude da sua situação econômica, o proletariado é a única classe capaz de unificar em torno de si todos os trabalhadores para a liquidação do capitalismo e a vitória do socialismo. Como foi dito acima, atinge agudeza sem precedentes, na época do imperialismo, o conflito entre as forças produtivas em crescimento e as relações de produção burguesas, que se tornam grilhões para estas forças produtivas. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas exige a liquidação das velhas relações de produção burguesas e a criação de novas relações de produção socialistas. Daí decorre a necessidade objetiva da revolução proletária, socialista.

A revolução socialista se distingue, por princípio, de todas as revoluções, que a precederam. Na passagem do regime escravista ao feudalismo e do regime feudal ao capitalista, uma forma de propriedade privada era substituída por outra forma de propriedade privada, ao poder de uns exploradores se sucedia o poder de outros exploradores. Dado que em todas as formações sociais de exploradores havia uma base do mesmo tipo — a propriedade privada dos meios de produção —, a nova formação econômica amadurecia gradual e espontaneamente nas entranhas do velho modo de produção.

Assim, na passagem do feudalismo ao capitalismo, as novas relações de produção burguesas se desenvolveram nas entranhas do velho regime, dentro do qual cresceram formas mais ou menos acabadas da formação capitalista. Nestas condições, a tarefa das revoluções burguesas consistia em colocar o poder político em correspondência com a economia capitalista existente através da conquista do poder pela burguesia, em liquidar as velhas relações feudais e limpar o caminho para o ulterior crescimento do capitalismo.

A revolução proletária coloca como seu fim a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social e a liquidação de toda exploração do homem pelo homem. A revolução proletária não encontra formas preparadas de economia socialista. A formação socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, não pode crescer nas entranhas da sociedade burguesa, baseada na propriedade privada. Tendo estabelecido o poder dos trabalhadores, com a classe operária a frente, a tarefa da revolução proletária consiste em construir uma nova economia socialista. A conquista do poder pela classe operária é apenas o início da revolução proletária, em que o poder é utilizado como alavanca para a reconstrução da velha economia e a organização da nova economia.

Uma vez que a economia socialista não pode surgir nos marcos da sociedade burguesa, sob o domínio do capital, para a substituição do regime capitalista pelo socialista é necessário, em cada país, um particular período de transição, que se inicia com o estabelecimento do poder proletário e se conclui com a realização da tarefa da revolução socialista — a construção do socialismo, da primeira fase da sociedade comunista.

“Entre a sociedade capitalista e a comunista encontra-se o período de transformação da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, e o Estado deste período não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado.”[111]

O período de transição abrange toda uma época histórica, no decurso da qual se processa a radical

reorganização de todas as relações sociais, é liquidada a velha base capitalista e criada uma nova base socialista, assegurando-se o desenvolvimento das forças produtivas, necessário a vitória do socialismo. Neste particular, utilizam-se as premissas materiais, organizativas e culturais da construção socialista, que foram criadas pelo desenvolvimento do capitalismo: a grande produção, os bancos, as conquistas científicas e técnicas, etc.. No período de transição, o proletariado adquire a têmpera e a prática, que se exigem para a realização da sua função dirigente no governo do país e na construção socialista. Na luta contra as tradições derivadas da propriedade privada, contra a influência burguesa, processa-se a reeducação das massas pequeno-burguesas, de todo o povo, no espírito do socialismo.

Partindo das teses fundamentais do marxismo e da prática revolucionária do proletariado, Lênin criou uma teoria desenvolvida sobre o período de transição do capitalismo ao socialismo, armando a classe operária e todos os trabalhadores com o conhecimento científico dos caminhos concretos da edificação do socialismo.

A revolução proletária venceu em primeiro lugar na Rússia. A Rússia de antes da revolução possuía um nível de desenvolvimento capitalista suficiente para a vitória da revolução proletária. A par disso, a Rússia resultou ser o ponto modal de todas as contradições do imperialismo, o que intensificou fortemente o processo de revolucionarização do proletariado e de coesão das massas camponeses em torno dele. Em outubro de 1917, o proletariado da Rússia, tendo a frente o Partido Comunista, armado da teoria leninista da revolução socialista, em aliança com o campesinato pobre, derrubou o poder dos capitalistas e latifundiários e estabeleceu a sua ditadura. A Grande Revolução Socialista de Outubro, pela primeira vez na história da humanidade, abriu a estrada real para o socialismo, mostrou o exemplo do que deve ser, pelo seu conteúdo fundamental, a revolução proletária em qualquer país.

Neste particular, é necessário ter em vista que, ao lado da unidade no principal e fundamental, a revolução socialista em cada país, que se afasta do sistema do imperialismo,

inevitavelmente possui suas formas e métodos particulares e concretos de construção do socialismo, que decorrem das condições históricas, nacionais, econômicas, políticas e culturais do seu desenvolvimento, das tradições populares, bem como da situação internacional formada em tal ou qual período.

Os países de democracia popular solucionam a tarefa de transição ao socialismo de acordo com as condições específicas de cada país, numa situação histórica radicalmente modificada e muito mais favorável, quando o socialismo já venceu plena e definitivamente na URSS, quando existe o sistema socialista mundial.

A transição ao socialismo — com todas as diferenças de formas concretas desta transição — inevitavelmente representa um processo revolucionário de substituição do domínio da burguesia pelo domínio das massas trabalhadoras, com a classe operária a frente, e a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social. À diferença do reformismo, com a sua pregação da “integração do capitalismo no socialismo”, o marxismo-leninismo ensina que, em vista da oposição das bases das sociedades burguesa e socialista, do antagonismo de interesses entre o trabalho e o capital, a passagem ao socialismo é impossível sem a revolução proletária, sem a direção política por parte da classe operária (ditadura do proletariado).

Depende das condições histórico-concretas se a passagem revolucionária do poder político as mãos dos trabalhadores se realiza por meio da insurreição armada das massas populares ou pelo caminho pacífico.

Nas condições atuais, em ligação com a formação do poderoso campo socialista, com o ulterior aprofundamento da crise geral do capitalismo, com a acentuação da desagregação do sistema colonial, quando as ideias do socialismo, da democracia e da paz adquiriram grandiosa força de atração para toda a humanidade trabalhadora, existe a possibilidade leal do acesso pacífico da classe operária ao poder através do parlamento, em tais ou quais países capitalistas ou antigos países coloniais. Unindo sob a sua direção a esmagadora maioria do

povo — o campesinato trabalhador, a pequena burguesia, amplos círculos da intelectualidade, todas as forças patrióticas do país — e dando uma réplica decidida aos elementos oportunistas, a classe operária destes países pode derrotar as forças reacionárias e antipopulares, conquistar uma sólida maioria no parlamento, converter o parlamento de órgão do poder da burguesia em órgão do poder operário e popular, em instrumento da democracia para os trabalhadores. Um tal parlamento verdadeiramente popular, que se apoie no movimento revolucionário do proletariado e das massas trabalhadoras, poderá resolver com êxito as tarefas radicais da revolução socialista, inclusive a tarefa de transformação dos meios fundamentais de produção em propriedade do povo.

Em alguns países, logo após a eliminação do domínio político das classes exploradoras, a revolução adquire caráter socialista. Assim foi em outubro de 1917 na Rússia, quando, no processo da revolução proletária, simultaneamente se concluiu também a solução das tarefas da revolução democrático-burguesa. Já em outros países, que se afastam do sistema do capitalismo, de início se resolvem principalmente as tarefas democráticas gerais, uma vez que, numa série de casos, a revolução tem, no estádio inicial, um caráter predominantemente democrático-burguês e só de modo gradual se transforma em revolução socialista. Isto depende do nível de desenvolvimento capitalista de tal ou qual país, da existência de formas pré-capitalistas, da correlação das forças de classe, da situação política, etc..

A experiência histórica da Revolução de Outubro confirmou a justeza da tese leninista de que a revolução socialista pode iniciar-se e vencer não obrigatoriamente no país dotado do mais alto nível de desenvolvimento do capitalismo. Lênin indicava que, para a vitória da revolução socialista num país, é suficiente que possua um nível médio de desenvolvimento capitalista, como acontecia na Rússia de antes da revolução, e que, nestas condições, a classe operária, apoiando-se no seu poder político, pode, juntamente com todos os trabalhadores, no decurso do período da transição, superar o atraso econômico e cultural do país.

Para a vitória da revolução socialista na Rússia, foi necessário ao menos um nível médio de desenvolvimento capitalista para que ela pudesse ser o único país da ditadura do proletariado. Agora, porém, quando na URSS o socialismo está vitorioso e se formou o sistema socialista mundial de economia, as tarefas da revolução socialista podem ser resolvidas com êxito, com a ajuda dos países socialistas avançados, também nos países de fraco desenvolvimento capitalista, onde predominam formas pré-capitalistas de economia.

Lênin fundamentou cientificamente a possibilidade do caminho não capitalista de desenvolvimento, sob determinadas condições históricas e com o papel dirigente da classe operária, nos países atrasados no sentido econômico-social, que ainda não passaram pelo estádio capitalista de desenvolvimento. Libertando-se do jugo do imperialismo, estes países podem eludir o prolongado e doloroso processo de desenvolvimento capitalista e, evitando o estádio capitalista, como resultado da transformação da revolução democrático-burguesa em socialista, passar gradualmente para o caminho da construção socialista. Tal possibilidade lhes é aberta pela ajuda dos países avançados, onde venceu a revolução proletária. Com esta ajuda desenvolve-se, nos países atrasados, a grande indústria estatal, que se transforma em base material da reorganização socialista de toda a economia nacional.

A Ditadura do Proletariado como Instrumento de Edificação da Economia Socialista

Uma vez que a sua tarefa é a criação do sistema socialista de economia, baseado na propriedade social dos meios de produção, e a liquidação de toda a exploração, a revolução proletária não pode prescindir da radical modificação da natureza do poder político, isto é, da demolição da velha máquina estatal de opressão e esmagamento dos trabalhadores, não pode deixar de criar um Estado capaz de garantir a construção da nova economia.

A revolução proletária engendra um Estado de novo tipo — a ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado é a direção estatal da sociedade realizada pela classe operária.

Sem a ditadura do proletariado, é impossível a libertação econômica e política dos trabalhadores, é impossível a passagem do modo de produção capitalista ao socialista.

Como superestrutura política, a ditadura do proletariado é gerada pela exigência econômica da sociedade de passar do capitalismo ao socialismo. Ao mesmo tempo, a ditadura do proletariado exerce enorme influência no desenvolvimento econômico, uma vez que constitui instrumento de edificação da economia socialista. A ditadura do proletariado representa grandiosa força, dirigida no sentido da liquidação da velha base capitalista, do desenvolvimento e fortalecimento da base socialista, assegurando a vitória das formas socialistas de economia sobre as capitalistas.

As formas socialistas de economia não podem surgir e desenvolver-se espontaneamente, por si mesmas. Elas surgem e se desenvolvem como resultado da atividade planificada do Estado proletário, da atividade criadora das massas trabalhadoras.

O Estado socialista pode cumprir sua tarefa de criação da nova base porque se apoia na lei econômica objetiva da correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas e nas novas leis econômicas, que surgem em consequência das novas condições econômicas. A ditadura do proletariado assegura a criação de um tipo de organização social do trabalho superior a do capitalismo. Nisto consiste a principal fonte da força do regime socialista e de sua vitória sobre o regime capitalista.

A ditadura do proletariado é uma verdadeira democracia. Ela expressa os mais profundos interesses dos trabalhadores, assegura efetivamente os direitos democráticos dos trabalhadores, amplia cada vez mais as possibilidades materiais de aplicação destes direitos pelas massas. Nas condições da ditadura do proletariado, os trabalhadores, pela primeira vez na história, se tornam senhores do seu país.

“O socialismo vivo, criador, é criação das próprias massas populares.”[112]

A ditadura do proletariado significa a mais direta e ativa participação das vastas massas de trabalhadores na direção da produção, no trabalho dos órgãos estatais, na direção de todas as esferas da vida social do país. Se as revoluções burguesas, ao fortalecer a nova forma capitalista de exploração, não podem reunir, por longo tempo, em torno da burguesia, as massas trabalhadoras, já a revolução proletária, ao liquidar toda a exploração, unifica estas massas com o proletariado numa aliança duradoura. A aliança da classe operária com o campesinato, sob a direção da classe operária, orientada contra as classes exploradoras, é o princípio superior da ditadura do proletariado. Sem esta aliança não é possível a conservação da ditadura do proletariado e a edificação da economia socialista.

Em todas as suas formas precedentes, o Estado esmagava a maioria explorada no interesse da minoria exploradora. A ditadura do proletariado esmaga a minoria exploradora no interesse da maioria trabalhadora. A ditadura do proletariado é o prolongamento da luta de classes do proletariado, nas novas condições e sob novas formas, contra os exploradores no interior do país e contra as forças agressivas do cerco capitalista.

Entretanto, a ditadura do proletariado não é somente a violência sobre os exploradores e não é mesmo principalmente a violência.

Os partidos marxistas-leninistas dão preferência as formas menos dolorosas de transição ao socialismo e — ao contrário do que tentam representá-los os inimigos do comunismo — não são, sempre e em todos os casos, partidários da violência, da guerra civil, das insurreições armadas, das formas mais agudas de luta de classes. Lênin frisava que a classe operária preferiria tomar o poder em suas mãos pacificamente. A aplicação ou a não aplicação da violência revolucionária e o grau de agudeza da luta de classes dependem do grau e das formas de resistência das classes exploradoras. Como demonstra a experiência histórica, as classes exploradoras, não desejando ceder o poder ao povo, aplicam a violência contra o poder popular e, com isto, impõem ao proletariado uma luta de classes aguda, que chega até a guerra civil.

O papel do aspecto violento da ditadura do proletariado em comparação com outros seus aspectos depende da situação concreta, que se forma nesta ou naquela etapa da revolução num país dado. Propriedade muito mais profunda e permanente da revolução é a organização das massas trabalhadoras, sua educação no espírito da nova disciplina do trabalho, consciente e socialista, que tem por objetivo a edificação da nova sociedade. A essência da ditadura do proletariado também consiste na atividade construtiva, criadora, organizadora e educadora. A principal tarefa da classe operária, dos trabalhadores, na revolução socialista, como ensina Lênin,

"é o trabalho positivo ou criador da implantação de uma rede extraordinariamente complexa e delicada de novas relações de organização, que abrangem a produção e a distribuição planificadas de produtos."[113]

As formas do Estado socialista são diversas, de acordo com as particularidades da revolução, que se formam em tal ou qual país. O poder soviético foi a forma de ditadura do proletariado descoberta por Lênin e resultante do poder criador revolucionário da classe operária russa, forma tornada necessária nas condições histórico-concretas da Rússia, como primeiro país que levou a efeito uma vitoriosa revolução socialista. Nas novas condições do desenvolvimento mundial, após a vitória do socialismo na URSS e a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, venceu, numa série de países da Europa e da Ásia, o regime de democracia popular, que representa uma variedade da ditadura do proletariado.

"A transição do capitalismo ao comunismo, naturalmente, não pode deixar de apresentar uma grande abundância e variedade de formas políticas, mas a essência será, neste caso, inevitavelmente uma: a ditadura do proletariado."[114]

A direção de todo o processo de construção planificada da economia socialista pertence, nos países de ditadura do proletariado, aos partidos comunistas e operários. Armados com a teoria do marxismo-leninismo e com o conhecimento das leis do desenvolvimento econômico da sociedade, estes partidos organizam e orientam as massas populares para a solução das

tarefas da construção socialista.

A Nacionalização Socialista

O desenvolvimento do capitalismo preparou as necessárias premissas para a socialização socialista da grande indústria mecânica, do transporte mecanizado, dos bancos, etc.. O Estado proletário, já no início do período de transição, promove a nacionalização da grande produção capitalista.

A nacionalização socialista é a abolição, pelo poder proletário, da propriedade das classes exploradoras e a sua transformação em propriedade estatal socialista, em patrimônio de todo o povo. A nacionalização socialista conduz a eliminação da contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação. Em virtude da nacionalização socialista, as relações de produção na indústria são colocadas em correspondência com o caráter das forças produtivas, o que abre vasto espaço para o seu desenvolvimento.

A nacionalização socialista, em primeiro lugar, liquida a propriedade capitalista sobre os principais meios de produção e, com isto, destrói o domínio econômico da burguesia no país; em segundo lugar, coloca a base econômica de acordo com a ditadura do proletariado, transferindo para as mãos dos trabalhadores os postos de comando da economia nacional, ou seja, os ramos dirigentes da economia. Nestes ramos, estabelece-se a propriedade social dos meios de produção e, consequentemente, surgem e se desenvolvem relações de produção socialistas.

A nacionalização da grande indústria tem importância decisiva para a construção socialista. Ao lado disto, processa-se a nacionalização dos bancos, do transporte ferroviário, da frota comercial e dos meios de comunicação, das grandes empresas do comércio interno, bem como a nacionalização do comércio exterior. Como resultado da nacionalização dos bancos, a burguesia perde uma das alavancas mais importantes do seu domínio econômico, ao passo que o Estado proletário adquire um aparelho centralizado e ramificado, que, após a sua

remodelação revolucionária, é utilizado para a construção do socialismo. A nacionalização do comércio exterior é um meio necessário de garantia da independência econômica do país, que constrói o socialismo, com relação ao mundo capitalista.

A aplicação de tais ou quais formas e métodos de nacionalização depende das particularidades da revolução, das condições da construção socialista, das formas e do grau de agudeza da luta de classes no país dado. Assim, em certos casos, a expropriação da propriedade capitalista se realiza em prazos relativamente curtos (o que ocorreu na URSS), em outros casos, ela se processa com certa gradualidade (como nos países de democracia popular). Em determinadas condições, é possível a passagem da propriedade dos meios de produção as mãos da sociedade por meio do resgate, etc.. Distingue-se por grandes particularidades o processo de transformação da propriedade capitalista em propriedade estatal socialista na China: a massa fundamental de empresas industriais e comerciais capitalistas foi, ali, inicialmente, transformada em empresas mistas, de propriedade do Estado e dos capitalistas, e, somente em seguida, em empresas estatais socialistas.

Partindo da necessidade essencial da liquidação das sobrevivências da servidão, da propriedade latifundiária, há muito superada, o Estado proletário expropria coercitivamente a terra dos grandes proprietários, com o instrumental vivo e morto. A parte predominante das terras expropriadas é entregue ao campesinato trabalhador. Numa certa parte menor destas terras, organizam-se grandes empresas agrícolas estatais.

A questão da realização da nacionalização da terra é resolvida pelo poder proletário de acordo com as condições concretas de cada país. Na Rússia, onde os camponeses tinham tradições de propriedade privada da terra mais débeis do que no Ocidente, o poder soviético, em correspondência com as reivindicações das massas camponesas, promoveu, já desde o início da revolução, a nacionalização de toda a terra. Graças a isto, cessou de existir a renda absoluta da terra. O campesinato soviético, pela primeira vez na história, recebeu a terra das mãos da revolução em uso gratuito. Naqueles países, em que a

propriedade privada pequeno-burguesa da terra existe há muito e em que, por isso, são mais fortes as tradições da propriedade privada da terra, a classe operária, ao chegar ao poder, não promove a nacionalização de toda a terra. Nestes países, é nacionalizada somente parte das terras dos grandes proprietários, que forma o fundo estatal; já a maior parte das terras expropriadas dos grandes proprietários passa para a propriedade privada dos camponeses. A questão da socialização de toda a terra é resolvida, por sua vez, praticamente, no curso da ulterior reorganização socialista da agricultura.

A Grande Revolução Socialista de Outubro, ao demolir o aparelho estatal da burguesia, já nos primeiros meses nacionalizou, confiscou sem indenização os meios de produção e outras riquezas dos latifundiários e grandes capitalistas.

O campesinato recebeu em uso gratuito mais de 150 milhões de hectares de novas terras (dos ex-latifundiários, dos monastérios, da família do tzar, bem como parte das terras do Estado), além daquelas terras que ele já utilizava antes da revolução, e se libertou do pagamento de arrendamento aos latifundiários e também dos gastos com a compra de terra — ao todo, uma soma de 700 milhões de rublos-ouro ao ano. A nacionalização da terra foi a base da liquidação da classe dos latifundiários. A nacionalização significou a integral erradicação dos restos da servidão. Desta maneira, a revolução socialista solucionou, de passagem, até o fim, as tarefas da revolução democrático-burguesa. A nacionalização da terra, por si mesma, ainda não criava no campo relações de produção socialistas, uma vez que sobre a terra, tornada propriedade de todo o povo, continuava a ser conduzida uma economia privada. Mas a nacionalização facilitou, posteriormente, a transição do campesinato para o caminho do desenvolvimento socialista.

Na qualidade de medida de transição para a ampla nacionalização das empresas capitalistas e para a realização de certa regulação da sua atividade, o podei soviético introduziu o controle operário, ou seja, o controle pelos coletivos de trabalhadores dessas empresas sobre a produção, o comércio e as finanças. Em dezembro de 1917, foi promovida

a nacionalização dos bancos. O poder soviético levou a efeito o monopólio do comércio exterior, que se tornou uma barreira para a firme defesa do país contra a agressão econômica dos imperialistas. Tornaram-se patrimônio de todo o povo as estradas de ferro e os meios de comunicação, a frota mercante marítima e fluvial (de grandes dimensões). O poder soviético promoveu cada vez mais amplamente a nacionalização das empresas industriais através da sua confiscação, sem indenização. Em junho de 1918, foi declarada a nacionalização das grandes empresas de todos os ramos da indústria.

Superando a resistência da burguesia, os prejuízos da sabotagem dos especialistas burgueses, numa luta tenaz contra o espontaneísmo pequeno-burguês, o poder soviético passou a organização do cálculo estatal geral e do controle sobre a produção e a distribuição de produtos.

A nacionalização da indústria, dos bancos, do transporte, do comércio exterior, nas condições da ditadura do proletariado, significa que o poder dos trabalhadores mina a potência econômica da burguesia e se apossa dos postos de comando da economia nacional, ocupando os pontos de partida para a luta ulterior pelo socialismo.

Nas empresas nacionalizadas, as relações de produção capitalistas são substituídas por relações de produção socialistas. Ao passar para propriedade social, os meios de produção deixam de ser capital. É liquidada a exploração do homem pelo homem. Introduz-se uma nova disciplina socialista do trabalho. Nasce a emulação socialista entre os operários. Gradualmente, são implantados os princípios socialistas de administração da produção, que combinam a autoridade única com a atividade criadora das massas trabalhadoras. A produção começa a se desenvolver de acordo com um plano socialista, no interesse de toda a sociedade. Assim, sobre a base do estabelecimento da propriedade social socialista dos meios de produção, processa-se, de fato, a socialização socialista de todo o processo produtivo.

Formações Econômicas e Classes no Período de Transição. A aliança da Classe Operária com o Campesinato

Como resultado da nacionalização da grande indústria, do transporte, dos bancos, etc., surge a formação (setor) socialista da economia. Entretanto, a nacionalização não se estende a todas as economias privadas. Nos diferentes ramos da economia, sobram, por certo período, economias capitalistas. O principal é que se mantém a economia camponesa, cuja nacionalização é, em geral, inadmissível. Consequentemente, ao lado da formação socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção, existem ainda, no período de transição, formações (ou seja, formas de economia) herdadas do passado e baseadas na propriedade privada dos meios de produção. Isto significa que a economia do período de transição é de formação múltipla. Nela se contêm diferentes tipos de relações de produção.

Como indicou Lênin, existiam, no período de transição, na URSS, as seguintes cinco formações econômicas:

1. economia camponesa patriarcal;
2. pequena produção mercantil;
3. economia capitalista privada;
4. capitalismo de Estado;
5. formação socialista.

A economia camponesa patriarcal, baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho pessoal, era uma pequena economia quase inteiramente natural, que produzia, em proporção esmagadora, para o próprio consumo.

A pequena produção mercantil é uma economia baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho pessoal, mas ligada, em maior ou menor grau, com o mercado. Na URSS, tratava-se predominantemente da economia camponesa média, que produzia a massa principal de trigo comercializado, bem como da economia dos artesãos, que não empregavam trabalho assalariado. Durante tempo considerável

do período de transição, na URSS, a pequena produção mercantil foi uma formação que abrangeu a maioria da população do país.

A economia capitalista privada estava representada, no período de transição, pelo campesinato rico, pelos proprietários das empresas industriais não nacionalizadas, que eram principalmente pequenas e médias, bem como pelos comerciantes. Nas empresas capitalistas, era aplicado o trabalho assalariado, a força de trabalho era mercadoria, existiam relações de exploração e os capitalistas se apropriavam de mais-valia.

O capitalismo de Estado, na URSS, existiu principalmente sob a forma de concessões outorgadas pelo poder soviético a capitalistas estrangeiros, de arrendamento a capitalistas de algumas empresas pertencentes ao Estado, de empresas mistas, que eram propriedade do Estado proletário e de capitalistas. O capitalismo de Estado, sob a ditadura do proletariado, se distingue, por princípio, do capitalismo de Estado, sob o domínio da burguesia. Sob a ditadura do proletariado, o capitalismo de Estado é uma formação econômica subordinada, ao tempo em que o papel dirigente é desempenhado pela formação socialista e os meios de produção fundamentais constituem patrimônio de todo o povo. O setor capitalista de Estado, sob a ditadura do proletariado, é composto de empresas capitalistas temporariamente toleradas pelo poder proletário, em determinadas condições de rigoroso controle e limitação da sua atividade, e utilizada no interesse da construção socialista, da luta contra a espontaneidade capitalista privada e pequeno-burguesa. Na economia da URSS, o capitalismo de Estado não obteve qualquer desenvolvimento significativo.

A formação socialista abrange, em primeiro lugar, as fábricas, usinas, o transporte, os bancos, sovcoses, as empresas comerciais e outras, que se encontram em mãos do Estado socialista; e, em segundo lugar, a cooperação — de consumo, de abastecimento, de crédito, de produção —, inclusive a forma superior de cooperativas agrícolas de produção — os colcoses. A base da formação socialista é a grande indústria mecânica. Já

no início do período de transição, a formação socialista, que representa um tipo social de economia superior a todos os demais, desempenha a função dirigente na economia do país.

No setor socialista da economia, a força de trabalho deixa de ser mercadoria, o trabalho deixa de ser fonte de enriquecimento dos capitalistas, transforma-se em trabalho para si, para a própria sociedade. Cessa de existir a mais-valia. Gradualmente, realiza-se a transição a planificação do trabalho das empresas nacionalizadas em escala dos ramos, e, em seguida, em escala de todo o setor socialista em conjunto. Em consequência do estabelecimento da propriedade socialista dos meios de produção, os produtos fabricados nas empresas socialistas pertencem, não aos capitalistas, mas ao Estado, ou seja, a todo o povo trabalhador.

A presença de todas cinco formações não é inevitável para cada país, que constrói o socialismo. Se, por exemplo, as formas patriarcais de economia tinham certa difusão em países como a China e a Albânia, já na República Democrática Alemã ou na Tchecoslováquia estas formas econômicas não existiam. Na China, a formação capitalista de Estado obteve muito maior desenvolvimento do que nos anos do período de transição na URSS, ao passo que, numa série de países de democracia popular, a formação capitalista de Estado, em geral, não existiu.

Todavia, como ensina Lênin e como foi confirmado agora pela experiência histórica, em cada país, no período de transição do capitalismo ao socialismo, existem as seguintes formas fundamentais de economia social: o socialismo, a pequena economia mercantil e o capitalismo. A estas formas de economia social correspondem as seguintes classes: a classe operária, a pequena burguesia (particularmente o campesinato) e a burguesia. Os principais traços da economia, as inter-relações de classe e, consequentemente, também, os fundamentos essenciais da política econômica no período de transição, são comuns para todos os países, em que pesem todas as peculiaridades das formas concretas da economia e da política econômica em cada um desses países.

A situação das classes no período de transição, em

comparação com a sua situação sob o capitalismo, modifica-se radicalmente.

A classe operária de oprimida sob o capitalismo, torna-se classe dominante, que detém em suas mãos o poder e possui, juntamente com todos os trabalhadores, os meios de produção socializados pelo Estado. A situação material da classe operária melhora sistematicamente, eleva-se o seu nível cultural.

O campesinato: as massas de camponeses pobres e médios recebem do Estado a terra, a libertação do jugo latifundiário, a defesa contra a exploração dos camponeses ricos, multilateral ajuda econômica e cultural.

A pequena produção mercantil camponesa inevitavelmente engendra elementos capitalistas; processa-se a diferenciação do campesinato em pobres e ricos. A diferenciação do campesinato, no período de transição, tem outro caráter que sob o capitalismo: cresce o peso específico do campesinato médio em comparação com a época pré-revolucionária, enquanto diminui o peso específico dos camponeses pobres e ricos. O camponês médio se torna a figura central da agricultura.

Após a Revolução de Outubro, já em 1918, predominavam os camponeses médios. Os camponeses receberam gratuitamente a terra dos latifundiários, bem como parte do seu gado e instrumental. Em 1918, foi executada uma expropriação parcial do campesinato rico, do qual foram tomados 50 milhões de hectares, transferidos aos camponeses pobres e médios. Em 1928/1929, havia entre os lares camponeses: pobres, 35%; médios, 60%; ricos, 4 a 5%.

Na sua política com relação ao campesinato, no período de transição, O poder soviético se orientou pela fórmula leninista: aliança com o camponês médio, apoio no camponês pobre, luta contra o camponês rico.

Lênin ensina que a classe operária, ao dirigir o campesinato, deve sempre distinguir no camponês dois aspectos: o trabalhador e o proprietário privado. O camponês

médio é dúplice por sua natureza: como trabalhador, é atraído pelo proletariado; como pequeno proprietário, é atraído pela burguesia. Tanto a burguesia como o proletariado esforçam-se para conquistar para o seu lado as massas do campesinato médio. Neste processo, a classe operária dirige-se aos interesses essenciais do camponês como trabalhador, ao passo que a burguesia tenta aproveitar os interesses do camponês como proprietário privado. Particularmente enquanto o campesinato baseia a sua existência na propriedade privada e na pequena produção mercantil, existem, no período de transição, algumas contradições entre a classe operária e o campesinato trabalhador, nas questões, por exemplo, dos preços e da proporção dos impostos. Mas estas contradições não são antagônicas e insuperáveis. Os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras do campesinato coincidem nas questões essenciais: ambas as classes estão profundamente interessadas na liquidação da exploração e na vitória do socialismo, o que conduz ao ascenso do seu bem-estar. Nisto consiste a base da duradoura aliança de duas classes amigas: a classe operária e o campesinato.

O princípio da aliança operário-camponesa, cabendo a função dirigente a classe operária, encontra-se a base da construção socialista.

"A mais importante tarefa política do Partido — dizem as resoluções do XII Congresso do PCR(b) —, que determina todo o curso da revolução, consiste em, com a maior atenção e cuidado, defender e desenvolver a aliança da classe operária com o campesinato."[115]

A duradoura aliança da classe operária com o campesinato é uma condição necessária para corretas relações econômicas entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, para o ascenso da agricultura e a sua transformação socialista. Somente na base da aliança operário-camponesa pode ser assegurada a liquidação das formas capitalistas de economia e a vitória do socialismo.

As classes fundamentais, no período de transição, são a classe operária e o campesinato.

Além dos camponeses, a classe operária une em torno de si, para a construção do socialismo, todas as demais camadas de trabalhadores: a intelectualidade trabalhadora, as massas da pequena burguesia urbana, sobretudo os artesãos. Esforçando-se, por todos os meios, para ampliar as fileiras da nova intelectualidade de operários e camponeses, a classe operária também procura atrair para a construção socialista a velha intelectualidade, inclusive os especialistas burgueses.

Com a perda do poder e dos principais meios de produção, a burguesia já não é uma das classes fundamentais da sociedade. Depois dos grandes capitalistas terem sido privados dos meios de produção, ainda resta, por certo tempo, uma parte da burguesia urbana (na indústria e no comércio), bem como a burguesia rural (o campesinato rico). No decurso de uma série de anos do período de transição, a burguesia conserva força considerável. Isto se explica pela inevitabilidade do aparecimento espontâneo de elementos capitalistas procedentes da pequena produção mercantil e pela impossibilidade de substituir imediatamente a gestão capitalista pela socialista, em todos os ramos da economia. Mesmo após a perda do seu domínio, a burguesia conserva, em tal ou qual grau, recursos monetários e materiais, bem como vínculos com uma considerável camada de especialistas. A burguesia se sustenta com o apoio do capital internacional, que empreende tentativas de restabelecimento do capitalismo nos países que tomaram pelo caminho da construção socialista.

A contradição fundamental da economia do período de transição é a contradição entre o socialismo, que nasce e ao qual pertence o futuro, mas nos primeiros tempos ainda é débil, e o capitalismo derrocado, mas, inicialmente ainda forte, possuindo raízes na pequena economia mercantil e representando o passado. Em todos os terrenos da vida econômica, no período de transição, desenvolve-se a luta entre o socialismo e o capitalismo, segundo o princípio: "Quem vencerá a quem?". Entre a classe operária e as massas fundamentais do campesinato, por um lado, e a burguesia, por outro, existem contradições antagônicas, inconciliáveis. No período de transição, o Estado proletário promove, desde o

início, uma política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas e, em seguida, uma política de integral liquidação das formas capitalistas de economia. É inevitável, no período de transição, o agravamento da luta de classes do proletariado e das massas trabalhadoras contra a burguesia, que resiste a construção socialista. Ao mesmo tempo, na dependência das condições concretas de cada país, esta ou aquela parte da burguesia pode ser atraída pela classe operária a participação na construção econômica e cultural e mesmo na direção estatal, como, por exemplo, ocorre na República Popular da China.

No processo de construção do socialismo, a classe operária unifica a esmagadora maioria da população do país.

O Aparecimento das Leis Econômicas do Socialismo

Uma vez que o setor socialista domina os postos de comando da economia, as formas capitalistas de economia, e as leis de desenvolvimento que lhes são próprias, perdem a sua situação dominante na economia nacional. O desenvolvimento da economia nacional deixa de ser determinado pela ação da lei econômica fundamental do capitalismo. A esfera de ação da lei da mais-valia se estende apenas ao setor capitalista da economia e se torna cada vez mais limitada.

O peso específico e as proporções absolutas do setor capitalista se reduzem a medida em que são deslocados os elementos capitalistas e cada vez mais fortemente são limitadas as possibilidades de exploração dos operários e camponeses e de acumulação do capital. Com a liquidação do setor capitalista, desaparece definitivamente a base de ação da lei da mais-valia.

Em consequência das novas condições econômicas, surgem, desenvolvem-se e gradualmente ampliam sua esfera de ação novas leis econômicas, inerentes as relações de produção socialistas.

Com a constituição e o desenvolvimento da formação socialista, surge e começa a agir a lei econômica fundamental do socialismo. Isto se expressa, em primeiro lugar, na

modificação radical do fim da produção: no setor socialista, a produção não é conduzida para a extração do lucro capitalista, mas no interesse da elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores, no interesse da edificação do socialismo. Em segundo lugar, a medida em que se fortalecem e desenvolvem as relações de produção socialistas, criam-se as condições para a conquista deste fim, .através da ininterrupta e rápida expansão da indústria e da ampla introdução da técnica avançada. O desenvolvimento da indústria deixa de ter caráter cíclico e cessam as crises econômicas de superprodução.

Enquanto na economia, ao lado do setor socialista, existirem os setores capitalistas e da pequena produção mercantil, e o problema de "quem vencerá a quem?" não estiver resolvido, a esfera de ação da lei econômica fundamental do socialismo é limitada. A ação desta lei realiza-se nos marcos do setor socialista. Mas uma vez que o setor socialista desempenha um papel dirigente e o seu peso específico aumenta ininterruptamente na economia do país, a lei econômica fundamental do socialismo exerce influência sempre crescente no desenvolvimento de toda a economia nacional.

O Estado proletário, na sua política econômica, apoia-se nesta lei, desenvolve e aperfeiçoa a produção socialista, alcançando, na medida das possibilidades existentes, a sistemática elevação do bem-estar dos trabalhadores.

Ao unificar as empresas do setor socialista, a propriedade social torna necessária e possível seu desenvolvimento planificado. Na base das relações de produção socialistas, no período de transição, surge e gradualmente começa a manifestar a sua ação a lei econômica do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional. De acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional, o Estado proletário estabelece as proporções entre os ramos da economia, que são necessárias para a vitória do socialismo, para a elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores. A lei do desenvolvimento planificado da economia nacional começa a exercer a função reguladora no

desenvolvimento da produção do setor socialista e exerce uma influência sempre mais determinante nas proporções de toda a economia nacional. No início do período de transição, a esfera de ação desta nova lei econômica, na URSS e nos países de democracia popular, era estreita, uma vez que o setor socialista abrangia ,a menor parte da economia nacional. O poder proletário apenas começava a dominar a causa da planificação. À medida em que se desenvolve a formação socialista, perde sua força a lei da concorrência e da anarquia da produção e se abre espaço cada vez mais amplo para a ação da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional.

Nas condições do ininterrupto e planificado crescimento da produção, passa a agir no setor socialista a lei da incessante elevação da produtividade do trabalho.

No setor socialista, cessa a ação da lei do valor da força de trabalho. Na base das novas relações de produção, surge aqui e começa a atuar a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, segundo a qual a remuneração de cada trabalhador deve corresponder ao trabalho por ele gasto.

A revolução socialista encontra um sistema de relações mercantil-monetárias, que se formou nas condições do capitalismo. Na medida em que, na economia de transição, existe a produção e circulação mercantil, atua também a lei do valor. Em virtude da socialização dos principais meios de produção e do aparecimento das leis econômicas do socialismo, a esfera da produção mercantil e a lei do valor é limitada e a sua função se torna, por princípio, diferente do que no capitalismo.

A lei do valor intervém, com certas limitações, como regulador da produção nos setores capitalista e da pequena produção mercantil. Mas esta lei não é mais reguladora da produção no setor socialista. No setor socialista, as inversões de capital não se realizam a base da lei da taxa média de lucro, mas a base da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional.

O poder proletário domina cada vez mais a produção

mercantil, a lei do valor, o comércio, a circulação monetária, utilizando-os para o desenvolvimento das formas socialistas de economia, para o fortalecimento dos laços econômicos entre a indústria e a economia camponesa e para a luta contra os elementos capitalistas. Partindo das teses leninistas sobre o novo papel do comércio e do dinheiro nas condições do período de transição, Stálin afirmou:

"A questão, de modo algum, não consiste em que o comércio e o sistema monetário sejam métodos da economia capitalista. A questão consiste em que os elementos socialistas de nossa economia, ao lutar contra os elementos capitalistas, dominam estes métodos e armas da burguesia para a superação dos elementos capitalistas, que eles, com êxito, utilizam-nos contra o capitalismo, utilizam-nos com êxito para a edificação do fundamento socialista de nossa economia. A questão consiste, é evidente, em que, graças a dialética do nosso desenvolvimento, as funções e objetivo destes instrumentos da burguesia mudam, por princípio, radicalmente, mudam em favor do socialismo e em prejuízo do capitalismo."[116]

A Construção do Socialismo na URSS. Leis Gerais e Particularidades da Transição ao Socialismo

A principal tendência do desenvolvimento da economia do período de transição, que determina a política do Estado proletário, é a socialização socialista das produção, baseada no gradual estabelecimento da propriedade socialista dos meios de produção em todos os terrenos da economia nacional. Na base da socialização da produção, desenvolve-se o processo de socialização também na esfera da circulação.

O processo da socialização socialista se passa em duas formas. Em primeiro lugar, surge e se desenvolve a propriedade socialista estatal, de todo o povo. Este processo se realiza através da nacionalização socialista, da ampliação das empresas estatais socialistas já em funcionamento e da construção de novas. Em segundo lugar, surge e se desenvolve a propriedade socialista cooperativa. Este processo se inicia primitivamente a partir das formas mais simples de cooperação de abastecimento e de venda, e, em seguida, gradualmente, realiza-se a passagem

a cooperação de produção das economias camponesas, bem como das empresas artesanais, a passagem aos colcoses e oficinas cooperativas. Se a nacionalização significa a transformação das grandes empresas capitalistas em propriedade socialista estatal, realizada de modo obrigatório, já a cooperação pressupõe a unificação das economias dos pequenos produtores mercantis privados em grandes empresas socialistas, o que é realizado de acordo com o princípio da plena voluntariedade.

A propriedade socialista estatal desempenha o papel dirigente na construção socialista, o seu crescimento reforça a base econômica da direção da sociedade pelo proletariado. A ampla construção de empresas industriais do Estado assegura a industrialização socialista do país, a introdução da técnica avançada em toda a economia nacional e a criação da base material e técnica do socialismo. O desenvolvimento da propriedade socialista cooperativa desempenha um papel fundamental na transformação socialista da agricultura.

Ao expressar os interesses essenciais da classe operária, do campesinato, de todos os trabalhadores, a política econômica, no período de transição do capitalismo ao socialismo, deve reforçar, por todas as maneiras, as bases materiais da aliança da classe operária com o campesinato, garantir a ampla aplicação do princípio do interesse material dos trabalhadores da cidade e do campo no crescimento da produtividade do seu trabalho, aproveitar, no interesse do socialismo, alavancas econômicas como o comércio, o dinheiro, o preço, o crédito e o cálculo econômico.

O Partido Comunista da União Soviética e o Estado soviético partiram, em sua política, do plano leninista de edificação do socialismo, apoiaram-se nas leis econômicas e levaram em conta a correlação real das forças de classe.

Teve a maior significação para a edificação do socialismo na URSS a teoria leninista sobre a vitória do socialismo em um só país. Esta teoria refutou as teses oportunistas de que o proletariado deve esperar pela revolução em seu país até que ela se inicie em todos ou na maioria dos países capitalistas. A

teoria leninista armou o partido e a classe operária com a clareza de perspectiva, com a certeza do triunfo das ideias do socialismo científico.

Condição necessária para a vitoriosa construção socialista na URSS foi a derrota ideológica dos trotskistas e bukharinistas, restauradores do capitalismo, o desmascaramento da teoria, que desarmava a classe operária, de que, supostamente, a construção do socialismo num só país é impossível e de que a Rússia "não amadureceu" para o socialismo, em virtude do seu atraso técnico-econômico.

O Partido Comunista partiu das teses leninistas de que, na URSS, existem todas as condições necessárias e suficientes para a completa edificação do socialismo e que o atraso técnico-econômico da Rússia pode ser plenamente superado nas condições da ditadura do proletariado. O Partido considerou que, depois do capitalismo ter sido derrotado politicamente, a classe operária, em aliança com o campesinato, pode vencer por completo a sua burguesia também economicamente, liquidando as classes exploradoras e edificando a sociedade socialista. A experiência histórica confirmou integralmente a justeza destas teses leninistas.

No plano leninista de edificação do socialismo na URSS, o fundamental era a criação de uma poderosa indústria socialista, como base material do socialismo, como fonte do progresso técnico e do crescimento da produtividade do trabalho social, e como condição necessária para a reorganização socialista das pequenas economias camponesas, para a sua gradual transição a grande produção coletiva, através de sua cooperação. Teve importância primordial, no programa leninista de construção do socialismo, o plano estatal, aprovado em 1920, de eletrificação da Rússia — o plano GOELRO. Na história da humanidade, este foi o primeiro plano de perspectiva de desenvolvimento da economia nacional, tendo sido calculado para a criação da base técnico-produtiva do socialismo no decurso de 10 a 15 anos.

"A vitória do socialismo sobre o capitalismo e a consolidação do socialismo só se pode considerar garantidos quando o poder estatal proletário, tendo esmagado

definitivamente toda a resistência dos exploradores e assegurado para si perfeita estabilidade e completa subordinação, reorganiza toda a indústria de acordo com os princípios da grande produção coletiva e da base técnica mais moderna (fundamentada na eletrificação de toda a economia), Somente isto dará a possibilidade de uma ajuda radical, técnica e social, prestada pela cidade ao campo atrasado e disperso, a fim de que esta ajuda crie a base material de uma grande elevação da produtividade da lavoura e do trabalho agrícola em geral, estimulando os agricultores, com a força do exemplo e em benefício dos seus próprios interesses, a passar para a grande agricultura coletiva e mecanizada."(117)

Lênin fundamentou o caminho da passagem do campesinato para os trilhos do socialismo e o novo papel da cooperação como forma de reestruturação socialista da pequena produção mercantil, forma esta correspondente a natureza do campesinato. O plano leninista de construção do socialismo pressupõe o onímodo desenvolvimento dos vínculos econômicos entre a indústria estatal e a economia camponesa. Do caráter da pequena economia camponesa se segue que, para os camponeses, é vitalmente necessário que a forma de vínculo econômico com a cidade seja a troca através da compra e venda. No período de transição, a aliança comercial entre .a indústria estatal e a pequena economia camponesa constitui necessidade econômica.

Ainda na primavera de 1918, o poder soviético passou a organizar a troca de mercadorias com o campo, através da compra e venda. Iniciou-se a preparação da reforma monetária. Mas, em virtude da intervenção estrangeira, foi necessário colocar toda a economia a serviço do fronte, nas condições de extraordinária limitação de recursos materiais. A intervenção agravou bruscamente a ruína do país provocada pela Primeira Guerra Mundial. O poder soviético não dispunha de produtos industriais para a troca por produtos agrícolas, cuja quantidade também decresceu fortemente. Tornou-se impossível abastecer a cidade e o exército com produtos agrícolas pelo método da compra e venda. Daí surgiu a necessidade da entrega obrigatória de gêneros alimentícios, ou seja, a confiscação pelo

Estado de todos os excedentes de gêneros que os camponeses tivessem fora do mercado. Assim, as condições objetivas levaram o poder soviético a aplicar uma política, que recebeu o nome de “comunismo de guerra”.

Além da entrega obrigatória de gêneros alimentícios, a política do “comunismo de guerra” pressupunha a aplicação de uma série de outras medidas. Em virtude de faltarem ao Estado recursos mercantis, foi proibido o comércio dos produtos fundamentais e introduzido o sistema de racionamento. O poder soviético tomou em suas mãos não somente a grande e média indústria, mas também parte considerável da pequena indústria. Em vista da limitação de recursos, foi introduzido o sistema de rígido abastecimento centralizado em espécie, sem pagamento monetário. As empresas não possuíam qualquer autonomia econômica, o que excluía a possibilidade de aplicação do cálculo econômico, isto é, da garantia de financiamento próprio da despesa e de rentabilidade das empresas.

O “comunismo de guerra” foi inevitável em determinadas condições históricas concretas, que existiram em certa etapa do período de transição na URSS, ou seja, nas condições da guerra civil e da desorganização econômica. Mas o ‘comunismo de guerra”, com a entrega obrigatória de gêneros e a proibição do comércio, levou a queda da economia nacional, privou os camponeses do interesse material na produção, era incompatível com a aliança econômica entre a cidade e o campo. Por isso, não havendo intervenção nem desorganização econômica, provocada por uma guerra prolongada, deixa de ser necessária a política do “comunismo de guerra”. Isto foi confirmado pela experiência dos países de democracia popular.

Tendo acabado com a intervenção e a guerra civil, o poder soviético, na primavera de 1921, passou a nova política econômica (abreviadamente, NEP), assim chamada para diferenciá-la da política do “comunismo de guerra”. Uma série de princípios, que tiveram, em seguida, desenvolvimento na nova política econômica, foi elaborada por Lênin, ainda na primavera de 1918, no seu plano de construção econômica

pacífica. Mas a aplicação destes princípios leninistas foi interrompida pela intervenção. Somente depois de três anos, o poder soviético teve a possibilidade de passar a sua aplicação consequente.

A nova política econômica, aplicada pelo poder soviético no período da transição, tem por fim a edificação do socialismo com a utilização pelo Estado das formas mercantil-monetárias, sendo orientada para o onímodo desenvolvimento da indústria estatal, o fortalecimento dos seus vínculos com a economia camponesa, a transformação socialista do campo, a limitação e, em seguida, a liquidação da formação econômica capitalista. A base desta política é a aliança econômica da classe operária com o campesinato, necessária a fim de que as massas camponesas sejam atraídas a construção socialista.

Expondo as tarefas da NEP, Lênin dizia nos começos de 1922:

"Cerrar fileiras com a massa camponesa, com o simples campesinato trabalhador, e começar a mover-se para a frente de modo incomensuravelmente, infindavelmente mais lento do que havíamos sonhado, mas, em compensação, de tal maneira, que conosco se moverá toda a massa. Então, também a aceleração deste movimento chegará no seu tempo, de maneira que agora não podemos sequer sonhar."(118)

O comércio, no início da NEP, constituía o elo fundamental, que era necessário agarrar para puxar toda a cadeia da construção econômica.

Lênin frisava a necessidade essencial de aprender a comerciar, a fim de que a indústria socialista satisfizesse as necessidades do campesinato.

O desenvolvimento da circulação mercantil entre a cidade e o campo acelerou o desenvolvimento dos vínculos mercantil-monetários na própria indústria. Com a passagem a nova política econômica, o abastecimento da indústria em espécie foi abolido. O abastecimento das empresas e a venda de sua produção passaram a realizar-se sob forma mercantil,

monetária, através da compra e venda. As empresas estatais passaram para o cálculo econômico e começaram, em medida crescente, a trabalhar segundo o princípio do autofinanciamento, com a conquista de certa rentabilidade.

O aproveitamento do interesse material pessoal dos operários no desenvolvimento da produção socialista foi condição necessária do ascenso da indústria estatal. Partindo da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, o Estado socialista estruturou o salário dos operários e empregados por uma correspondência cada vez maior com a quantidade e a qualidade do trabalho gasto por cada trabalhador. Isto estimulou a sistemática elevação da produtividade do trabalho.

A forma do salário em espécie foi substituída pela forma monetária, o que contribuiu para a mais consequente realização do princípio da distribuição de acordo com o trabalho. O sistema do racionamento no abastecimento da população foi substituído pelo comércio desenvolvido. Tudo isto exigia o reforçamento da economia monetária no país. Em 1924, foi concluída a reforma monetária, que garantiu ao país uma moeda estável. O Estado soviético aproveitava, assim, as relações mercantil-monetárias e a lei do valor no interesse da construção do socialismo.

Apoiando-se na lei do desenvolvimento planificado da economia nacional, o poder soviético limitava gradualmente a função reguladora espontânea da lei do valor.

Passo a passo, ampliou-se a planificação da indústria estatal. Nos marcos do setor estatal, o poder soviético realizava a planificação direta, transmitindo tarefas de produção as empresas. O poder soviético passou a estabelecer preços rígidos para as mercadorias produzidas nas empresas estatais.

Com relação a economia camponesa, tal planificação era impossível. A influência do Estado na economia camponesa se fazia através da regulação econômica indireta, isto é, através do comércio, do abastecimento, dos preços, do crédito, das finanças. Tais instrumentos econômicos eram utilizados com

eficiência sempre crescente pelo Estado soviético para reforçar a aliança com a economia camponesa e fortalecer o papel dirigente da formação socialista.

A ação da lei do valor no mercado privado manifestava-se no fato de que os preços se formavam espontaneamente, conservava-se a concorrência, tinha lugar a especulação, elementos capitalistas enriqueciam a custa dos trabalhadores. Concentrando em suas mãos uma massa crescente de mercadorias e desenvolvendo, cada vez mais amplamente, o aprovisionamento de produtos da agricultura, o Estado soviético, numa luta tenaz contra os elementos capitalistas, passou a determinar, no fundamental, os preços do trigo e de outras mercadorias de magna importância, limitando, por todas as maneiras, o livre jogo dos preços de mercado. Acentuava-se cada vez mais a função reguladora do Estado no mercado privado.

A XI Conferência Pan-Russa do PCR(b) colocou a seguinte tarefa: "Partindo da existência do mercado e levando em conta as suas leis, dominá-lo e através de medidas econômicas sistemáticas, rigorosamente estudadas e baseadas cálculo preciso do processo de mercado, tomar em suas mãos a regulação do mercado e da circulação monetária."[119] O Partido Comunista e o Estado soviético cumpriram com êxito esta tarefa.

Apoiando-se na indústria socialista, no sistema financeiro-creditício, no comércio estatal e na cooperação, o poder soviético, em aguda luta de classes, aplicou consequentemente a política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas: industriais, camponeses ricos, comerciantes. Foi aumentada a carga tributária sobre os capitalistas e se reduziram as possibilidades de que eles utilizassem meios de produção e trabalho assalariado. Isto significava que se estreitava cada vez mais a esfera de ação da lei da mais-valia. Se, nos primeiros anos da NEP, verificaram-se. em certos marcos, a reanimação e o crescimento dos elementos capitalistas, já, logo depois, iniciou-se a queda cada vez mais rápida do seu papel na economia.

A nova política econômica foi calculada para permitir, em certos marcos, o capitalismo, sob as condições de estarem os postos de comando em mãos do Estado proletário, bem como para a luta dos elementos socialistas contra os capitalistas, para a liquidação das classes exploradoras e a vitória do socialismo.

No período de transição, verifica-se na economia um processo bilateral. Por um lado, até certo tempo e em determinados marcos, crescem espontaneamente os elementos capitalistas. Por outro lado, processa-se, incessante e muito mais rapidamente, o crescimento planificado dos elementos socialistas, o que determina o curso do desenvolvimento de toda a economia nacional. À medida em que crescem a indústria e a agricultura, eleva-se o nível material e cultural dos trabalhadores.

Com o restabelecimento da indústria e da agricultura na URSS, iniciou-se a passagem a reconstrução socialista de toda a economia nacional, que se realizava através da industrialização socialista do país e da coletivização da agricultura, concluindo-se, simultaneamente, a socialização socialista da circulação mercantil. A industrialização criou a base material para a vitória do regime colcosiano no campo, para a edificação do modo de produção socialista no país.

Com o estabelecimento das relações de produção socialistas na indústria, abrem-se amplas possibilidades para a industrialização socialista do país. Ao fornecer uma base técnica avançada para a agricultura, a industrialização socialista cria, com isto, o fundamento material para a socialização socialista das economias camponesas. A necessidade objetiva da industrialização do país e da coletivização da agricultura decorre da lei da correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas e da lei econômica fundamental do socialismo. Estas leis exigem o estabelecimento do modo de produção socialista em toda a economia: não apenas na indústria, mas também na agricultura. Somente sob esta condição, as forças produtivas obtêm o mais amplo espaço para o seu desenvolvimento. A industrialização socialista do país e a coletivização da agricultura asseguram a vitória do

socialismo em toda a economia nacional, o ascenso sistemático da produção e do nível de bem-estar do povo.

No decurso do período de transição do capitalismo ao socialismo na URSS, o Estado soviético, dirigido pelo Partido Comunista, resolveu as seguintes tarefas: domínio dos postos de comando da economia nacional, através da nacionalização socialista; estabelecimento da aliança comercial entre a indústria socialista e a economia camponesa; passagem a industrialização socialista do país e a aliança de produção entre a cidade e o campo, através do fornecimento a este último de uma técnica mecânica avançada; realização da coletivização da agricultura e criação da base econômica do socialismo no campo; conclusão da reconstrução técnica de toda a economia nacional e completa liquidação da multiplicidade de formações na economia do país. Simultaneamente, com a solução destas tarefas e em estreita ligação com elas, realizou-se a revolução cultural.

A nova política econômica levou a aplicação do plano leninista de edificação da economia socialista na URSS, plano que foi ulteriormente desenvolvido nas resoluções do Partido Comunista.

Os princípios essenciais da construção socialista, colocados a base da política econômica na URSS, são comuns a qualquer país, que constrói o socialismo. Tal construção só se pode realizar a base das leis econômicas do socialismo.

As leis gerais, fundamentais, da edificação socialista são as seguintes: estabelecimento da ditadura da classe operária, realizada sob a direção do partido marxista-leninista; inquebrantável aliança da classe operária com a massa fundamental do campesinato e outras camadas de trabalhadores; liquidação da propriedade capitalista e estabelecimento da propriedade social dos meios fundamentais de produção; gradual transformação socialista das economias camponesas na base da sua cooperação de produção; desenvolvimento planificado da economia nacional, dirigido para a edificação da sociedade socialista, para a elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores;

realização da revolução nas esferas da ideologia e da cultura; liquidação da opressão nacional e estabelecimento da igualdade de direitos e da amizade entre os povos; defesa das conquistas da revolução socialista contra os atentados dos inimigos; necessidade da estreita unidade e ajuda mútua fraternal entre todos os países socialistas, de acordo com os princípios do internacionalismo proletário.

A base material da edificação da sociedade socialista, em qualquer país, é a grande indústria mecânica, equipada com uma técnica avançada. Por isso, no período de transição ao socialismo, a transformação dos países agrários em industriais é condição necessária para a criação do modo de produção socialista, embora a sucessão no tempo da realização da industrialização e da cooperação de produção das economias camponesas, nesta ou naquela forma, possa ser diferente. No processo da construção do socialismo, verifica-se o desenvolvimento cada vez maior e o aperfeiçoamento da democracia socialista, torna-se cada vez mais ativo o papel das massas na direção imediata do Estado e da produção.

As teses marxistas-leninistas sobre as leis gerais da construção do socialismo estão a base da política dos partidos comunistas e operários dos países do campo socialista. A ignorância ou menosprezo do papel das leis gerais da construção do socialismo é manifestação de revisionismo, que representa o principal perigo na etapa atual. Tal atitude conduz as posições do "comunismo nacional", cria a ameaça de restauração do capitalismo e mina a unidade dos países socialistas.

Ao mesmo tempo, as formas concretas e métodos de construção socialista nos diversos países possuem suas particularidades, de acordo com as condições históricas do seu desenvolvimento.

"Todas as nações chegarão ao socialismo — escreveu Lênin —, isto é inevitável, porém chegarão de modo não de todo igual, cada uma trará uma peculiaridade nesta ou naquela forma de democracia, em tal ou qual variedade de ditadura do proletariado, em tal ou qual ritmo das

transformações socialistas dos diversos aspectos da vida social."[120]

O XX Congresso do PCUS frisou a inevitabilidade das diversas formas concretas de transição ao socialismo nos diversos países, sendo gerais os princípios fundamentais da construção socialista. Os interesses da construção socialista exigem o exame cuidadoso da situação econômica e política, que realmente se forma em dado país, em dada etapa do seu desenvolvimento. Daí se segue a necessidade da luta contra o dogmatismo, pela aplicação criadora dos princípios gerais da construção socialista, de acordo com as particularidades de cada país, o que exclui a cópia mecânica das formas concretas da política econômica, que se leva a efeito em outros países. Consequentemente, é inadmissível tanto a ignorância das particularidades nacionais, o que conduz ao afastamento da vida, das massas, como a superestimação do papel destas particularidades, o que conduz ao afastamento dos princípios fundamentais da construção do socialismo.

A União Soviética era o único país, o primeiro no mundo a edificar o socialismo. A União Soviética foi obrigada a passar por excepcionalmente penosa guerra civil e pela intervenção dos imperialistas, teve de superar o secular atraso técnico-econômico nas condições extraordinariamente difíceis do cerco capitalista hostil, enfrentando a encarniçada resistência das classes exploradoras derrocadas dentro do país. Ademais, a URSS não somente não dispunha de ajuda de qualquer país, como se encontrava sob a ameaça de renovação da intervenção do imperialismo mundial. Tudo isto não podia deixar de criar numerosas dificuldades, exigindo grandes sacrifícios dos trabalhadores da URSS. A construção do socialismo nos países de democracia popular se processa em condições muito mais favoráveis. Estes países tiveram a possibilidade de construir o socialismo sem guerra civil e intervenção estrangeira. No curso da criação das bases técnico-materiais, econômicas e culturais do socialismo, os países de democracia popular aproveitaram amplamente a riquíssima experiência da construção socialista acumulada pela União Soviética, a sua ajuda política, econômica e técnico-científica, bem como a experiência e a ajuda mútua

de todos os países do campo socialista.

A construção socialista em cada país de democracia popular tem suas particularidades específicas, decorrentes das condições históricas concretas, da situação real em que neles se processa a revolução.

As formas de construção do socialismo se tornarão cada vez mais variadas, a medida em que novos países ingressem no caminho do desenvolvimento socialista. Em condições particularmente favoráveis decorrerá a construção do socialismo nos países industrialmente desenvolvidos do Ocidente. Como indicava Lênin, se na Rússia foi mais fácil iniciar a revolução socialista, já naqueles países tão altamente desenvolvidos será bastante mais fácil resolver suas tarefas.

Em especial, os países industriais altamente desenvolvidos não terão necessidade de passar por um caminho de industrialização ligado a grandes dificuldades, como teve de passar a União Soviética.

"Quanto mais atrasado é o país, ao qual coube, por força dos zigue-zagues da história, iniciar a revolução socialista, tanto mais difícil para ele a passagem das velhas relações capitalistas as socialistas."[(121)]

A unidade e comunidade dos princípios fundamentais da transformação socialista da sociedade, aliada a máxima consideração de toda a variedade de condições de transição ao socialismo nos diferentes países, o intercâmbio de experiência desses países — tal a linha geral do marxismo-leninismo, que determina o desenvolvimento vitorioso dos países do sistema socialista mundial. Cada país traz a sua contribuição a teoria e a prática da construção socialista. Nisto encontra sua expressão o caráter criador do marxismo-leninismo.

A Construção da Economia Socialista nos Países Europeus de Democracia Popular

A experiência da construção do socialismo nos países de democracia popular confirmou a significação internacional da

grande Revolução Socialista de Outubro e da construção do socialismo na URSS. Quaisquer que sejam as particularidades nacionais da luta pelo socialismo nos diferentes países, não anulam as leis fundamentais da revolução socialista.

As forças motrizes fundamentais da revolução democrático-popular são a classe operária e as massas trabalhadoras do campesinato, sob a direção da classe operária.

No processo da luta contra o fascismo, nos países da Europa central e sul-oriental, formou-se uma frente nacional, que uniu todas as forças antifascistas. Ao lado da classe operária e do campesinato, ingressaram também na frente nacional a pequena burguesia urbana e parte da média burguesia.

A revolução democrático-popular, que se realizou no último período da Segunda Guerra Mundial, cumpriu, em primeiro lugar, as tarefas democráticas gerais, nacional-libertadoras.

Ao mesmo tempo, a luta decidida contra o fascismo constitui importante premissa para o desenvolvimento da revolução socialista. A aplicação, neste período, do confisco dos bens dos criminosos de guerra e dos capitalistas, que colaboraram com os ocupantes, não somente vibrou um golpe no imperialismo, mas deu início a propriedade socialista. O controle operário da produção nas empresas e o controle estatal do comércio exterior, da distribuição de matérias-primas, dos preços e da venda de produtos, limitaram o arbítrio dos capitalistas e prepararam as condições para a nacionalização dos meios de produção.

Na maioria dos países de democracia popular, tiveram imensa importância as transformações agrárias revolucionárias. As terras latifundiárias, com o instrumental vivo e morto, foram confiscadas e, em sua parte fundamental, foram distribuídas entre os camponeses com pouca terra e os assalariados agrícolas. A terra era transferida aos camponeses como propriedade privada. Em parte das terras latifundiárias confiscadas foram criadas empresas agrícolas estatais. Como resultado das transformações agrárias revolucionárias, a classe

dos latifundiários foi liquidada, ao passo que a situação dos camponeses trabalhadores melhorou consideravelmente. A distribuição de terra entre os camponeses com pouca terra e os assalariados sem terra atraiu-os para o lado do poder popular.

O peso específico das medidas antifeudais na revolução foi diferente nos diversos países de democracia popular. Assim, por exemplo, foi relativamente insignificante na reforma agrária da Bulgária, onde, no essencial, inexistia a agricultura latifundiária.

O curso peculiar do desenvolvimento da revolução democrático-popular determinou também outra sua particularidade. A questão principal de toda revolução — a questão sobre o poder estatal — não foi resolvida com um ato único, como ocorreu na Rússia, em outubro de 1917, mas gradualmente, por meio de uma série de graus de transição.

A revolução democrático-popular decorreu numa situação de aguda luta de classes. Entretanto, nos países da Europa central e sul-oriental, após a sua libertação da ocupação fascista, a revolução socialista tornou-se vitoriosa por meio de uma série de transformações revolucionárias consequentes, que se realizaram sem guerra civil. O estabelecimento da ditadura do proletariado se verificou através do gradual reforçamento das posições do proletariado e da gradual liquidação da influência política e do domínio econômico da burguesia.

Inicialmente, a revolução liquidou o domínio político dos latifundiários e da burguesia monopolista. Surgiram os Estados democrático-populares, baseados na aliança operário-camponesa. Em consequência do vasto movimento revolucionário de massas, dirigidas pela classe operária, os parlamentos se tornaram órgãos de ampla representação dos interesse populares. Ao lado dos partidos comunistas e operários, numa série de países, integravam o governo e os órgãos estatais partidos burgueses e pequeno-burgueses, que haviam ingressado na frente nacional de luta contra o fascismo.

A esta altura, as classes exploradoras ainda dominavam determinadas posições no terreno da economia e da política.

No curso do posterior desenvolvimento da revolução, os partidos comunistas, ao defender os interesses populares radicais, vitais, atraíram para o seu lado a esmagadora maioria dos trabalhadores da cidade e do campo, isolaram a burguesia, que se esforçava para restabelecer o seu domínio econômico e político. A velha máquina estatal burguesa foi demolida e substituída por um novo aparelho estatal, correspondente aos interesses dos trabalhadores. todas estas tarefas foram resolvidas na maioria dos países da Europa central e sul-oriental em 1947 e 1948, e mesmo antes, em alguns desses países.

Em consequência de tal desenvolvimento da revolução, com a consolidação do poder da classe operária, aliada ao campesinato, o regime estatal de democracia popular passou a cumprir com êxito as funções de ditadura da classe operária e a democracia popular se tornou uma das formas da ditadura proletária.

"Encarnando o domínio dos trabalhadores sob a direção da classe operária — afirmou G.M. Dimitrov — o regime de democracia popular pode e deve, em dada situação histórica, como já mostrou a experiência, cumprir com êxito as funções de ditadura do proletariado, para a liquidação dos elementos capitalistas e a organização da economia socialista."[122]

Este caráter do desenvolvimento da revolução democrático-popular resultou do fato de que as forças das classes exploradoras foram destruídas tanto pela vitória das forças armadas soviéticas sobre o fascismo, como pelo movimento nacional-libertador das massas populares, enquanto o poder estatal passou para as mãos dos trabalhadores, tendo a frente a classe operária, defendendo as conquistas da revolução. A existência da União Soviética dificultou as manobras da reação e impediu a intervenção das potências imperialistas. Numa situação de evidente superioridade das forças populares, a burguesia, não se decidindo a luta armada aberta, empreendeu numerosas tentativas de solapamento do regime democrático-popular.

No curso da revolução, ampliou-se cada vez mais a nacionalização dos meios de produção. A nacionalização da

grande e da média indústria, do transporte, dos meios de comunicação, etc., foi aplicada nos países de democracia popular por métodos variados.

Ao realizar as tarefas da revolução socialista, o poder democrático-popular transformou em propriedade socialista, de todo o povo, as fábricas e usinas, as minas e estações elétricas. Foram também nacionalizados o transporte e os meios de comunicação, o subsolo e parte do solo, os bancos, o comércio exterior, o comércio atacadista interno. Desta maneira, o poder democrático-popular, dirigido pela classe operária, liquidou o domínio econômico da burguesia e se apossou dos postos de comando da economia nacional. Em consequência da nacionalização da indústria, do transporte e dos bancos, as relações de produção foram colocadas em correspondência com o caráter social da produção: os meios fundamentais de produção se tornaram patrimônio de todo o povo, representado pelo Estado democrático-popular.

O poder estatal, nos países de democracia popular, parte em sua política das leis econômicas objetivas e utiliza-as para a conquista da completa vitória das formas socialistas de economia.

Ao orientar-se pela doutrina marxista-leninista sobre o período de transição do capitalismo ao socialismo, o poder democrático-popular reforça a aliança operário-camponesa e conduz a luta contra os elementos capitalistas na cidade e no campo, através da sua limitação e deslocamento. Nos países de democracia popular, o Estado utiliza, de todas as maneiras, os vínculos mercantis a fim de desenvolver a aliança comercial entre a indústria e a agricultura. Ao levar a efeito a industrialização socialista, o Estado cria a base material para a completa vitória das relações de produção socialistas. Ao mesmo tempo, amplia a aliança de produção entre a cidade e o campo e promove a política da cooperação de produção gradual das economias camponesas, de acordo com o princípio da voluntariedade.

Desta maneira, a base da construção do socialismo nos países de democracia popular encontram-se os mesmos

princípios fundamentais que determinaram a nova política econômica (NEP) na URSS. Estes princípios são aplicados com a consideração da peculiaridade do desenvolvimento histórico, das condições econômicas, políticas e nacionais de cada país.

A construção do socialismo nos países de democracia popular está relacionada a determinadas dificuldades, condicionadas por toda uma série de causas. A maioria destes países recebeu, em herança do capitalismo, uma economia atrasada. Ao tempo da guerra, a sua economia nacional sofreu devastações. As transformações socialistas encontraram forte resistência das classes exploradoras. As forças agressivas do imperialismo internacional não se detiveram diante de coisa alguma em suas tentativas de sapa do regime democrático-popular. A este fim servem a campanha de calúnias contra os países democrático-populares, animada pela reação imperialista, o envio de espiões e sabotadores, a organização de conspirações e de motins contrarrevolucionários.

O motim contrarrevolucionário, empreendido, no outono de 1956, por elementos fascistas, na Hungria, foi cuidadosamente preparado pelo imperialismo internacional. O esmagamento deste motim pelo povo húngaro, com o apoio do exército soviético, mostrou o invencível poderio da colaboração dos países socialistas, capaz de desmascarar, desbaratar e destroçar quaisquer manobras hostis da reação internacional.

A Construção da Economia Socialista na República Popular da China e nos outros Países Democrático-Populares da Ásia

Tendo alcançado a vitória em 1949, a revolução popular na China possui profundas raízes históricas. Durante longo tempo, os imperialistas estrangeiros e o Estado dos latifundiários e da burguesia compradora oprimiram o povo chinês. O jugo imperialista e os métodos feudais de exploração aguçaram ao extremo as contradições de classe e conduziram o país ao limite da catástrofe econômica e política. A revolução popular se tornou a única saída para a situação criada.

Em vista da situação semicolonial do país e do domínio das relações semifeudais, a revolução popular na China, em sua

primeira etapa, devia realizar duas tarefas inseparáveis: por um lado, derrubar o jugo do imperialismo estrangeiro e, por outro lado, derrubar o jugo dos latifundiários feudais dentro do país.

As forças motrizes fundamentais da revolução popular chinesa foram a classe operária e o campesinato. A classe operária e o campesinato, que seguia sob sua direção, constituíam o exército principal da revolução que garantiu a vitória do povo chinês sobre os seus inimigos externos e internos. No curso da luta revolucionária, formou-se a frente única democrático-popular, na qual ingressaram a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia nacional, todos os elementos democráticos do país. A luta revolucionária do povo chinês foi dirigida pelo Partido Comunista da China, que soube aplicar criadoramente a teoria do marxismo-leninismo as condições peculiares do seu país, utilizando a experiência da União Soviética e dos outros países socialistas.

O Partido Comunista da China partiu de que o caminho da Revolução de Outubro reflete a lei universal da revolução, representando a estrada real da revolução, pela qual devem seguir os proletários de todos os países para a conquista da vitória.

Desenvolvendo a doutrina de Lênin sobre o caráter das revoluções coloniais na época da crise geral do capitalismo e sobre a transformação da revolução democrático-burguesa em socialista, Mao Tse-tung escreveu:

“O movimento revolucionário, dirigido pelo Partido Comunista da China, é, no seu conjunto, um único movimento revolucionário, que abrange tanto a etapa democrática, como a etapa socialista da revolução. Trata-se de dois processos, diferentes pelo seu caráter, e somente tendo realizado o primeiro deles, pode-se passar a realização do segundo. A revolução democrática é a preparação necessária da revolução socialista, enquanto a revolução socialista é a orientação inevitável do desenvolvimento da revolução democrática. Já o objetivo final de todos os comunistas consiste em lutar com todas as forças pela definitiva edificação da sociedade socialista

e da sociedade comunista."[123]

A revolução chinesa, na etapa democrático-burguesa da revolução, resolveu vitoriosamente a tarefa da derrubada pelas massas populares, sob a direção do proletariado, do domínio do imperialismo alienígena, do poder dos latifundiários feudais e da grande burguesia compradora monopolista, passando a realização das transformações agrárias revolucionárias. À medida em que eram solucionadas as tarefas da revolução democrático-burguesa, processava-se a sua transformação em revolução socialista, realizava-se a passagem para o caminho das transformações socialistas.

Em 1949, a vitória da revolução conduziu a formação da República Popular da China. Esta é um Estado de democracia popular, dirigido pela classe operária e baseado na aliança operário-camponesa. A formação da República Popular da China significou o início da etapa proletária, socialista, da revolução, o início do período de transição do capitalismo ao socialismo na China. A ditadura democrática do povo se tornou, em essência, uma das formas da ditadura do proletariado. Na etapa socialista da revolução, o poder democrático-popular desenvolveu a construção das bases do socialismo, simultaneamente fazendo concluir a solução das tarefas da revolução democrática e, em primeiro lugar, das transformações agrárias revolucionárias.

A mais grandiosa significação da revolução chinesa consiste e:n que ela abriu o caminho do desenvolvimento para o socialismo diante de um imenso país, com uma economia extremamente atrasada, na qual predominavam formas econômicas semifeudais e semicoloniais. Nisto se encerra a principal particularidade do desenvolvimento econômico em comparação com os países europeus de democracia popular. Apoiando-se nas massas populares de muitos milhões e na ajuda do campo socialista, o poder popular, em brevíssimo prazo, realizou as mais profundas transformações revolucionárias na economia da China e levou o país para o caminho do desenvolvimento socialista.

Entre as transformações econômico-sociais radicais,

realizadas na República Popular da China, têm enorme importância as transformações agrárias, que representaram uma reviravolta revolucionária formidável na vida do povo.

As transformações agrárias na China levaram a liquidação da classe dos latifundiários. No lugar da propriedade latifundiária, implantou-se a pequena propriedade privada camponesa da terra. Mais de 300 milhões de camponeses sem terra e com pouca terra receberam 47 milhões de hectares de terra arável, grande quantidade de gado de trabalho e de instrumental agrícola. Os camponeses se libertaram do pagamento de arrendamento aos latifundiários, que representava aproximadamente 30 milhões de toneladas de cereais por ano. As forças produtivas da agricultura foram liberadas dos grilhões das superadas relações feudais.

Ao promover as transformações agrárias, que coroaram a revolução democrático-burguesa, o poder democrático-popular passou simultaneamente para o caminho das transformações socialistas. Após a formação da República Popular da China, foram confiscadas pelo Estado todas as empresas do capital burocrático, que antes dominava na economia do país, inclusive as empresas alemãs, japonesas e italianas, localizadas na China, e que haviam passado para o Estado do Kuomintang, após a vitória na guerra antijaponesa. Desta maneira, o Estado democrático-popular nacionalizou os grandes bancos, quase todas as estradas de ferro, a esmagadora maioria das empresas siderúrgicas e a parte fundamental das empresas de outros ramos da indústria pesada, bem como de alguns ramos importantes da indústria leve. Surgiu, em consequência disto, a formação socialista.

Foram anulados todos os tratados desiguais com os outros países, todas as velhas leis e situações alfandegárias, na base das quais os imperialistas estrangeiros exploravam o povo chinês e sufocavam a indústria nacional. Foi estabelecido o controle estatal de comércio exterior. A China se libertou definitivamente da escravização imperialista.

Em consequência das transformações agrárias revolucionárias e das primeiras transformações socialistas,

ocorreram radicais modificações na economia da China. O lugar da economia semifeudal e semicolonial anterior foi ocupado pela economia de formação múltipla do período de transição.

Já no início do período de transição, a função dirigente, na economia de formação múltipla da República Popular da China, passou a ser desempenhada pela formação socialista, que abrangia, em primeiro lugar, as empresas baseadas na propriedade estatal, e, em segundo lugar, as empresas baseadas na propriedade cooperativa.

Tornaram-se propriedade estatal as empresas que antes eram propriedade da burguesia compradora e dos capitalistas estrangeiros, agora nacionalizadas pelo poder democrático-popular, bem como as fábricas e usinas, minas e estações elétricas, estradas de ferro, meios de comunicação, etc., recém-criados pelo Estado.

No terreno da agricultura, constituem propriedade estatal as estações de máquinas e tratores, de arrendamento e agrotécnicas, organizadas pelo Estado, bem como as empresas agrícolas estatais (goscoses). Na esfera da circulação, o Estado ocupou as empresas comerciais, que possuem papel decisivo no comércio atacadista, bem como quase todo o comércio exterior e quase todos os negócios bancários.

Em seguida, entraram na formação socialista as empresas cooperativas de produção (agrícolas e artesanais), nas quais a propriedade social dos meios de produção desempenhava um papel decisivo. A esta formação pertenciam também as cooperativas de abastecimento e de venda, de consumo e de crédito, de tipo socialista.

Ao setor socialista também aderiram diferentes tipos de cooperativas de tipo semi-socialista, apenas parcialmente baseadas na propriedade coletiva dos trabalhadores e em seu trabalho conjunto. Era o caso das brigadas agrícolas produtivas de ajuda mútua, nas quais se aplicava o trabalho coletivo dos camponeses para a execução de certas tarefas, enquanto se conservava a propriedade privada não só da terra, ma5 também dos instrumentos de produção e da própria produção.

A formação da pequena produção mercantil, no início do período de transição, abrangia numerosas economias de camponeses e artesãos, baseadas na pequena propriedade privada da terra e de outros meios de produção e no trabalho pessoal. No campo chinês, contavam-se aproximadamente 120 milhões de pequenas e pequeníssimas economias camponesas. Havia, no país, cerca de 30 milhões de artesãos.

Nas regiões longínquas e pouco habitadas do país, a economia da China conservava restos da formação patriarcal. Em algumas dessas regiões, ainda agora existe uma economia seminatural, sob a forma de agricultura primitiva e de criação nômade de gado, que satisfazem as necessidades pessoais dos camponeses e se ligam muito debilmente com a troca e o mercado.

A formação capitalista privada era representada pelas empresas capitalistas industriais, pelas economias dos camponeses ricos, pelas empresas do capital comercial. Esta formação incluía também numerosas oficinas artesanais com força de trabalho assalariada, bem como manufaturas, cujo número era bastante grande.

Uma das particularidades da economia da República Popular da China no período de transição foi a ampla utilização de diferentes formas de capitalismo de Estado, no interesse da construção socialista. A formação capitalista de Estado incluía empresas capitalistas que, sob diferentes formas, estavam ligadas e colaboravam com o Estado.

Entre a classe operária e a burguesia nacional da China existem não somente relações de luta de classes, mas também de colaboração prática. O poder popular atraiu a burguesia nacional a participação na vida estatal, na solução das tarefas imediatas da construção econômica, ao mesmo tempo reprimindo decididamente todas as formas de atividade antipopular.

O Partido Comunista da China parte de que, no período da construção do socialismo na sociedade chinesa, existem contradições de dois tipos: as contradições entre o povo e os

seus inimigos e as contradições dentro do povo. Como frisou Mao Tse-tung no seu trabalho Sobre a Questão da Correta Solução das Contradições Dentro do Povo, publicado em junho de 1957, pertencem ao povo todas as classes, camadas e grupos sociais, que aprovam e apoiam a causa da construção socialista e nela tomam parte; inimigos do povo são aquelas forças e grupos sociais, que resistem a revolução socialista, têm atitude hostil diante da construção socialista e a solapam. As contradições entre o povo e os seus inimigos são antagônicas. As contradições dentro do povo, se se tem em vista as contradições entre trabalhadores, não são antagônicas.

Nas condições concretas da China, as contradições entre a classe operária e a burguesia nacional, sendo em si mesmas antagônicas, podem, se forem adequadamente reguladas, converter-se em não antagônicas e resolver-se por um caminho pacífico. Entretanto, isto de modo algum significa que a luta de classes terminou. Ao contrário, uma vez que existem contradições entre o povo e os seus inimigos, uma vez que, além disto, as contradições entre a classe operária e a burguesia nacional possuem um aspecto antagônico, inevitavelmente se processa séria luta de classes.

Apoiando-se na experiência da União Soviética e levando em conta a experiência de todos os países socialistas, o Partido Comunista da China definiu a direção da construção econômica para todo o período de transição. Em 1953, afirmou Mao Tse-tung:

"A linha geral e as tarefas centrais do Partido, neste período de transição, consistem, no decurso de um tempo bastante prolongado, em realizar gradualmente a industrialização socialista do país, em realizar gradualmente as transformações socialistas da agricultura, da indústria artesanal e do comércio e indústria privados. Esta linha geral é o farol que ilumina todo o nosso trabalho. Empreender qualquer trabalho que seja, separado dela, significa cometer um erro de desvio de direita ou de desvio de esquerda."[124]

A transformação socialista das relações de produção na China é acompanhada de um desenvolvimento cada vez maior

da industrialização socialista, como condição necessária da culminação do período de transição para o socialismo e da consolidação do modo de produção socialista.

A vitória da revolução popular e a vitoriosa construção do socialismo na China possuem uma importância histórico-universal. É particularmente grande esta importância para os países do mundo colonial e semicolonial, que, por sua situação política e econômica, encontram-se em condições próximas aquelas que havia na China antes da vitória da revolução popular. O exemplo do grande povo chinês anima os povos desses países para a luta decidida contra o imperialismo e o feudalismo, pela libertação nacional e social.

O traço principal do desenvolvimento econômico de todos os países democrático-populares da Ásia, como também dos países europeus de democracia popular, consiste em que todos eles marcham pelo caminho do socialismo. Em cada país em separado, este complexo processo decorre em formas peculiares, condicionadas pelas particularidades históricas do seu desenvolvimento.

A República Popular da Mongólia, onde antes dominavam relações feudais e a exploração colonial, obteve, graças a ajuda da URSS, a possibilidade de se desenvolver pelo caminho do socialismo, evitando o capitalismo. A República Popular da Mongólia surgiu em 1921, como resultado da vitória da revolução anti-imperialista e antifeudal. O povo mongol, sob a direção do Partido Revolucionário Popular da Mongólia e com o apoio fraternal dos operários e camponeses da Rússia Soviética, rompeu as cadeias de secular escravidão, criou um Estado independente e estabeleceu o poder popular. Na sua primeira etapa, de caráter democrático geral, a revolução popular na Mongólia realizou vitoriosamente a liquidação do feudalismo, o que foi concluído em 1940. O poder popular criou a indústria e modernos meios de transporte, que constituíam o setor estatal na economia do país. Ao mesmo tempo, surgiram e começaram a crescer a classe operária e a intelectualidade trabalhadora. Em aliança com o campesinato trabalhador (os aratos[125]) e com todos os trabalhadores, a classe operária se

tornou a força que dirige o país pelo caminho da construção das bases do socialismo.

Na República Democrático-Popular da Coreia e na República Democrática do Vietnã, realizam-se profundas transformações econômico-sociais, nas condições de complexa situação internacional, na qual se encontram ambos estes países, que ainda não conseguiram a unificação dos seus povos em Estados democrático-nacionais únicos.

Em consequência da derrota do Japão imperialista pelas forças armadas terrestres da União Soviética, em agosto de 1945, a Coreia se libertou da ocupação japonesa de meio século. Após libertar-se dos invasores japoneses, o povo coreano passou a criar, em todo o pais. órgãos de poder novos e democráticos: os comitês populares.

As relações feudais no campo foram liquidadas pela reforma agrária, em resultado da qual a terra passou as mãos dos camponeses. A execução da reforma agrária preparou as condições para a realização das transformações socialistas no campo.

A nacionalização das grandes e médias empresas industriais, que pertenciam no passado ao poder estatal japonês, aos capitalistas japoneses e aos traidores da nação, e a estadização dos bancos e do transporte conduziram a criação do setor socialista, que ocupou situação dominante na economia do pais.

Mas o desenvolvimento pacífico da economia da república foi interrompido pela guerra de três anos, desencadeada pela camarilha de Sigman-Ree e pelos seus patrões norte-americanos. A guerra trouxe dano colossal a economia nacional do país. Após o término da guerra em 1953, a economia nacional da República Democrático-Popular da Coreia, como resultado do cumprimento de um plano trienal, superou consideravelmente o nível de antes da guerra. Com a ajuda da URSS e dos outros países socialistas, realizam-se com êxito, na Coreia, a industrialização e a transformação socialista das economias camponesas.

A República Democrática do Vietnã nasceu como resultado da revolução de 1945. Tendo herdado uma economia extremamente atrasada, a República teve de suportar uma guerra de quase nove anos, imposta pelos colonizadores. Após a cessação da guerra na Indochina, os esforços do povo vietnamita foram dirigidos para o restabelecimento e o ulterior desenvolvimento da economia nacional. Executada sob a palavra de ordem "a terra pertence a quem a trabalha", a reforma agrária foi concluída no fundamental. Após a conclusão da reforma agrária, o campesinato vietnamita começou a passar para o caminho da gradual cooperação agrícola, partindo das formas inferiores de cooperativas. Na indústria e no comércio, ampliam-se e reforçam-se os setores estatal e cooperativo. Apoiando-se na ajuda do campo do socialismo, o Partido dos Trabalhadores do Vietnã conduz, passo a passo, a República Democrática do Vietnã pelo caminho da construção socialista.

Notas de rodapé:

(111) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 23.

(112) V.I. Lênin, Resposta a uma Interpelação dos Socialistas-Revolucionários de Esquerda na Reunião do VCCI de 4(17) de novembro de 1917, Obras, t. XXVI, p. 255.

(113) V.I. Lênin, Tarefas Imediatas do Poder Soviético, Obras, t. XXVII, p. 213.

(114) V.I. Lênin, Estado e Revolução, Obras, t. XXV. p. 385.

(115) Resolução do PCR(b), em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte I, 7ª edição, 1954, pp. 682/683.

(116) I.V. Stálin, Discurso de Encerramento Sobre o Informe Político do Comitê Central no XIV Congresso do PCUS(b), Obras, t, VII, pp. 369/370.

(117) V.I. Lênin, Esboço Inicial de Teses Sobre a Reforma Agrária, Obras, t. XXXI, p. 138.

(118) V.I. Lênin, Informe Político do Comitê Central do PCR(b) ao XI Congresso do PCR(b), Obras, t. XXXIII, p. 243.

(119) Resolução da XI Conferência Pan-Russa do PCR(b), em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte I, 7ª edição, 1954, p. 588.

(120) V.I. Lênin, Sobre uma Caricatura do Marxismo e Sobre o "Economismo Imperialista", Obras, t. XXIII, p. 58.

(121) V.I. Lênin, Informe Sobre a Guerra e a Paz, no Sétimo Congresso do PCR(b), Obras, t. XXVII, p. 67.

(122) G. Dimitrov, Informe Político do CC do POB(c), apresentado ao V Congresso do Partido, Sofia, 1948, p. 73.

(123) Mao Tse-tung, A Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China, Obras Escolhidas, t. III, pp. 180/181.

(124) V. Pravda, 22 de junho de 1954.

(125) Na Mongólia, os camponeses trabalhadores são denominados aratos (N. do T.).

Capítulo XXI — A Industrialização Socialista

A Grande Indústria — Base Material do Socialismo. Essência da Industrialização Socialista

A vitória e a consolidação do socialismo podem ser garantidas somente na base da grande produção mecânica, tanto na cidade como no campo.

Escreveu Lênin:

"A única base material do socialismo pode ser a grande indústria mecânica, capaz de reorganizar também a agricultura."[(126)]

O capitalismo desenvolveu a grande indústria e, com isto, criou a» premissas materiais necessárias para a revolução proletária e a construção do socialismo. Mas, em virtude da desigualdade do desenvolvimento econômico dos países capitalistas e da política imperialista das potências colonialistas, a moderna grande indústria foi desenvolvida preferentemente nos principais países capitalistas. Quanto a maioria dos países do mundo e, em primeiro lugar, os países coloniais e dependentes, não possuem grande indústria suficientemente desenvolvida. Pelo nível de desenvolvimento técnico, a agricultura se encontra fortemente atrasada com relação a indústria. Diante dos países que ingressaram no caminho da construção do socialismo, ergue-se a tarefa da mais rápida liquidação destas consequências do domínio do capitalismo, através do rápido desenvolvimento da grande indústria como base da transformação socialista da economia.

Um papel decisivo na indústria desempenham os ramos produtores de meios de produção — máquinas, equipamento, metal, carvão, petróleo, materiais de construção, etc. —, ou seja, a indústria pesada. Daí porque a industrialização socialista pressupõe o desenvolvimento primordial da indústria pesada e de sua medula — a indústria de construção de máquinas.

“O centro da industrialização, a sua base consiste no desenvolvimento da indústria pesada (combustível, metal, etc.), no desenvolvimento, no final de contas, da produção de meios de produção, no desenvolvimento da sua própria construção de máquinas.”[127]

A construção de máquinas ocupa um lugar particular na economia do país. Uma indústria de construção de máquinas desenvolvida é necessária para o reequipamento de todos os ramos da economia nacional com uma técnica moderna — com máquinas, tornos, aparelhos, instalações, ferramentas —, constituindo fonte das mais importantes do progresso técnico.

A industrialização socialista é ditada pela necessidade de elevar a produtividade de trabalho social e assegurar as premissas materiais para a edificação do socialismo, para o ininterrupto crescimento da produção e a incessante elevação do bem-estar do povo, o que decorre das exigências da lei da correspondência das relações de produção com o caráter das forças produtivas e da lei econômica fundamental do socialismo.

A industrialização do país se realiza na base da lei do desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção com relação a produção de objetos de consumo. O desenvolvimento da produção de meios de produção cria as premissas para o ascenso dos ramos que fabricam objetos de consumo e para a elevação do bem-estar do povo.

A industrialização socialista cria a base material para o desenvolvimento das formas socialistas de economia e a liquidação dos elementos capitalistas, dando as formas socialistas de economia a supremacia técnica necessária para derrotar inteiramente a formação capitalista.

A indústria pesada representa a chave para a transformação socialista da agricultura, na base da técnica mecânica avançada. Abastecendo a agricultura com tratores, combinados e outras máquinas agrícolas, a indústria socialista serve de base para o aparecimento de novas forças produtivas no campo, necessárias ao desenvolvimento do regime colcosiano.

A industrialização socialista tem como consequência a elevação da quantidade numérica da classe operária, do seu peso específico e do seu papel dirigente na sociedade, reforçando os fundamentos da ditadura da classe operária e de sua aliança com o campesinato.

A industrialização socialista é um poderoso fator do ascenso econômico e cultural das regiões nacionais atrasadas. A criação da grande indústria nas regiões nacionais antes atrasadas é a base para a liquidação da desigualdade econômica efetiva entre os povos, para o fortalecimento da sua amizade e colaboração.

A industrialização socialista é condição necessária para a garantia da independência técnico-econômica e da capacidade de defesa dos países do campo socialista com relação ao campo imperialista. O desenvolvimento da indústria pesada constitui a base material da produção de modernos tipos de armamentos, necessários a defesa dos países socialistas.

Por conseguinte, a industrialização socialista constitui determinado desenvolvimento da grande indústria, e, em primeiro lugar, da indústria pesada, o qual é necessário para a reconstrução de toda a economia nacional na base da técnica mecânica avançada e da conquista de alto nível de produtividade do trabalho social, a fim de assegurar a vitória do socialismo, a independência técnico-econômica e a capacidade de defesa dos países socialistas com relação ao mundo capitalista. A industrialização assegura o rápido levantamento dos países socialistas, que se atrasaram economicamente no passado, ao nível dos países mais desenvolvidos do campo socialista. Como resultado disto, processa-se o nivelamento da linha comum de desenvolvimento econômico e cultural de todos os países integrantes do sistema socialista mundial.

A industrialização socialista do país teve importância vital para a URSS. Embora também possuísse grande indústria, a Rússia pré-revolucionária era predominantemente um país agrário. Pelo nível do desenvolvimento industrial, em particular da indústria pesada, ela se encontrava consideravelmente atrasada com relação aos principais países capitalistas.

Ocupando, pelo território, o primeiro lugar entre todos os países do mundo, e, pela população, o terceiro lugar (após a China e a Índia), a Rússia de antes da revolução situava-se, pelo volume da produção industrial, no quinto lugar, no mundo, e no quarto, na Europa. Estava equipada com modernos instrumentos de produção quatro vezes pior que a Inglaterra, cinco vezes pior que a Alemanha, dez vezes pior que os Estados Unidos. Os capitalistas estrangeiros dominavam nos ramos básicos da indústria pesada.

O domínio dos capitalistas e latifundiários conduziu a que a dependência da Rússia com relação as potências imperialistas ocidentais se acentuasse cada vez mais. Sobre o país pendia a ameaça direta de perda da independência nacional. As classes exploradoras eram incapazes de liquidar o secular atraso técnico-econômico da Rússia. Somente a classe operária pôde cumprir esta histórica tarefa. Ainda as vésperas da Grande Revolução de Outubro, Lênin frisava ser uma questão de vida ou morte para a Rússia atingir e ultrapassar os mais desenvolvidos países capitalistas no sentido técnico-econômico.

"A revolução conseguiu que, em poucos meses, a Rússia, pelo seu regime político, atingisse os países avançados.

"Mas isto é pouco. A guerra é inexorável e ela coloca a questão com impiedosa dureza: perecer ou atingir os países avançados e ultrapassá-los também economicamente...

"Perecer ou dirigir-se para a frente a todo o vapor. Assim foi colocada a questão pela história."[128]

O nível de desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, a existência de uma grande indústria concentrada, na Rússia de antes; da revolução, eram suficientes para a vitória da revolução proletária, para o estabelecimento do poder soviético — o mais avançado poder político no mundo. Entretanto, para a criação da base econômica do socialismo, para a transformação socialista da pequena e atrasada economia agrícola, era necessário liquidar o secular atraso técnico-econômico do país, criar uma poderosa indústria pesada. Não possuindo uma desenvolvida indústria pesada, a URSS estaria

condenada a tornar-se um apêndice agrário dos países capitalistas mais desenvolvidos, perder sua independência e, com ela, também todas as conquistas da revolução socialista.

No período inicial do poder soviético, existia uma contradição entre o mais avançado poder político do mundo e a base técnico-econômica atrasada, herdada do passado. A fim de solucionar esta contradição, era necessário levar a efeito a industrialização socialista.

Desta maneira, a industrialização socialista da URSS foi uma necessidade histórica, condicionada pelos mais vitais e essenciais interesses da construção do socialismo.

O XIV Congresso do Partido Comunista (1925) colocou como tarefa central do Partido a industrialização socialista do país. Na resolução do Congresso é afirmado:

“Conduzir a construção econômica sob tal ponto de vista, a fim de que a URSS, de país importador de máquinas e equipamentos, se converta em país produtor de máquinas e equipamentos, para que, desta maneira, a URSS, nas condições do cerco capitalista, não possa, de nenhum modo, converter-se em apêndice econômico da economia capitalista mundial, mas represente uma unidade econômica independente, que se edifica a maneira socialista."[(129)]

O Método Socialista de Industrialização

Levar a efeito a industrialização do país, no prazo histórico mais breve, só é possível a base do método socialista de industrialização, condicionado pelas novas leis do socialismo.

Nos países capitalistas, a industrialização iniciou-se historicamente com o desenvolvimento da indústria leve. Somente após o decurso de longo tempo, chegou a vez para o desenvolvimento da indústria pesada.

A industrialização socialista inicia-se com o desenvolvimento da indústria pesada, o que dá considerável vantagem de tempo e permite resolver os problemas da

reconstrução de toda a economia nacional na base de uma técnica superior, em brevíssimos prazos. Isto tinha particular importância para a URSS, como primeiro país do socialismo vitorioso. O caminho do desenvolvimento prioritário da indústria leve significaria a morte da revolução socialista, a subjugação da URSS pelas potências imperialistas. O Partido Comunista da União Soviética rejeitou este caminho e principiou a tarefa da industrialização do país com o desenvolvimento da indústria pesada.

A industrialização capitalista realiza-se espontaneamente, como resultado da corrida dos capitalistas atrás do lucro. A industrialização socialista realiza-se na base da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional, no interesse da construção do socialismo e da satisfação das crescentes necessidades dos trabalhadores. Os planos cientificamente elaborados do desenvolvimento da economia nacional dão a possibilidade de utilizar os recursos materiais da maneira mais efetiva; dão clareza de perspectiva e constituem poderosa força mobilizadora das massas de trabalhadores. O Estado socialista estabelece, de modo planificado, as proporções da distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os diferentes ramos, proporções que são exigidas pela necessidade da industrialização socialista do país, e assegura o desenvolvimento prioritário da indústria pesada, em elevados ritmos. Assim, no primeiro e no segundo planos quinquenais, o Estado soviético dirigiu a massa fundamental das aplicações de capital não para a indústria leve, embora esta fosse mais rentável, mas para as empresas da indústria pesada, cuja construção possuía importância decisiva para a vitória do socialismo. No interesse da industrialização nos países que edificam o socialismo, utiliza-se sistema de finanças, de crédito e de comércio exterior.

Na URSS, o programa de industrialização foi concretizado no plano leninista GOELRO, bem como no primeiro e no segundo planos quinquenais.

Elaborado, sob a direção de Lênin, pela Comissão Estatal para a Eletrificação da Rússia (GOELRO), o plano de eletrificação da RSFSR, calculado para 10/15 anos, foi o primeiro plano

econômico unificado de uma república soviética, incluindo o restabelecimento e o desenvolvimento da economia nacional sobre uma nova base técnica. Em essência, este foi o primeiro plano de perspectiva da industrialização do país. O plano visava o aumento da fundição de ferro até 8,2 milhões de toneladas (contra 4,2 milhões de toneladas em 1913); de aço, até 6,5 milhões de toneladas (contra 4,2 milhões de toneladas em 1913) ; da extração de carvão, até 62,3 milhões de toneladas (contra 29,1 milhões de toneladas em 1913); o crescimento da potência das estações elétricas regionais até 1750000 kw (contra 189 000 kw em 1913); o crescimento da produção industrial bruta total até 180/200% com relação a 1913. Em 1935, ou seja, no decurso de 15 anos após a aprovação do plano GOELRO, estava ele consideravelmente superado em todos os índices.

A industrialização capitalista conduz a intensificação da exploração da classe operária e do campesinato, ao aprofundamento da oposição entre a cidade e o campo, a subjugação dos povos coloniais. A industrialização socialista, em correspondência com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, assegura uma base material sólida para o ininterrupto ascenso da produção, a base de uma técnica superior, conduz a liquidação do desemprego e cria as premissas para o ininterrupto ascenso da produção dos bens de consumo e para a sistemática elevação do nível material e cultural dos trabalhadores. A industrialização socialista, equipando a agricultura de uma técnica avançada, conduz a aproximação entre a cidade e o campo, ao fortalecimento da aliança operário-camponesa. O Partido Comunista da União Soviética repeliu as diretivas dos trotskistas, que propunham realizar a industrialização a custa da ruína do campesinato, o que significaria minar a aliança operário-camponesa.

O método socialista de industrialização amplia firmemente o mercado interno, criando, com isto, uma sólida base interna para o desenvolvimento da indústria.

De tudo isto decorre o interesse direto dos operários e camponeses na industrialização socialista.

A industrialização socialista do país, implicando na

construção de numerosas empresas industriais, equipadas com a técnica mais moderna, apresenta a complexa tarefa de prover a indústria de quadros de operários qualificados e especialistas, capaze9 de assimilar e de utilizar ao máximo esta técnica. Nas condições do capitalismo, a principal fonte de força de trabalho suplementar é o exército de reserva dos desempregados. Na URSS, o desemprego foi liquidado já nos anos do primeiro plano quinquenal — em 1930. As fontes fundamentais de fornecimento de quadros a indústria foram o crescimento vegetativo da população urbana e as reservas de força de trabalho do campo, que se formam como resultado do equipamento da agricultura com uma nova técnica e do crescimento da produtividade do trabalho.

A industrialização socialista requer a organização da preparação produtiva e da elevação da qualificação dos operários. Já nos anos do primeiro plano quinquenal, foi amplamente desenvolvida a preparação de operários qualificados através da escola fabril, da universidade e de diferentes cursos de instrução técnico-produtiva de novos operários.

Apresentou-se, com toda a agudeza, a tarefa de preparação de novos quadros da intelectualidade técnico-produtiva. A classe operária deveria criar sua própria intelectualidade, capaz de servir aos interesses do povo e participar ativamente na construção socialista. Nos anos do primeiro e segundo planos quinquenais, o Estado soviético desenvolveu enorme trabalho de preparação de quadros, através do sistema de estabelecimentos de ensino superior e de escolas técnicas, para a indústria e para outros ramos da economia nacional.

No decurso de 1928 a 1937, o número de operários e empregados da indústria cresceu de 3,8 milhões a 10,1 milhões, isto é, em 2,7 vezes. O número de operários qualificados, trabalhando com os mais modernos mecanismos, cresceu mais rapidamente do que a quantidade geral de operários industriais.

A organização planificada da preparação de quadros pelo Estado soviético e o interesse das massas trabalhadoras no

ascenso da produção social aceleraram e facilitaram a assimilação da nova técnica. Com isto mesmo, foram criadas as condições para o rápido crescimento da produtividade do trabalho.

A criação, no mais breve prazo histórico, da indústria pesada na URSS exigiu, nos primeiros tempos, sérios sacrifícios por parte da população. Despendendo enormes recursos no desenvolvimento da indústria pesada, o Estado soviético não podia, naquele período, desenvolver em ritmo rápido a produção de objetos de consumo popular, o que criava dificuldades para a satisfação das crescentes necessidades dos trabalhadores e continha O crescimento do salário real. Ao mesmo tempo, a industrialização socialista, ao equipar de uma técnica avançada todos os ramos da indústria e da agricultura, assegurava com isto as necessárias condições para o rápido crescimento ulterior do consumo popular.

Fontes da Acumulação

Na industrialização dos países capitalistas, ao lado da exploração dos operários e camponeses, jogou um papel importantíssimo o afluxo de meios externos, a custa da espoliação colonial, das contribuições de guerra, dos empréstimos extorsivos e das concessões. Estes processos de mobilização de meios para a construção da indústria são incompatíveis com os princípios do regime socialista. Os países, que ingressam no caminho da construção do socialismo, solucionam com êxito o problema da acumulação de meios para a construção da indústria pesada a custa de fontes internas, a custa da acumulação socialista planificadamente realizada nestes países. A acumulação socialista é a utilização de parte da renda nacional para a ampliação da produção socialista. Ao lado disto, nas condições da existência do campo socialista, é utilizada amplamente a ajuda mútua dos países que integram este campo, inclusive através da prestação de créditos.

Causa a mais difícil foi a industrialização no primeiro país socialista do mundo — a URSS, que tinha sido no passado um país atrasado no terreno técnico-econômico. A edificação da indústria pesada na URSS exigiu enormes gastos materiais e

financeiros. A fim de acumular os necessários meios para a construção de novas fábricas, foi necessária rigorosíssima poupança.

Ao cumprir a difícil tarefa da acumulação de meios para a industrialização, o Estado soviético se apoiou na superioridade da economia socialista. A expropriação dos latifundiários e capitalistas abriu a possibilidade de utilização para a industrialização socialista de considerável parte dos meios, que antes era apropriada pelos exploradores e gasta em objetivos de consumo parasitário.

O poder soviético libertou o país dos enormes pagamentos anuais no exterior sob a forma de juros dos empréstimos tzaristas e dos dividendos dos capitalistas estrangeiros pelos seus capitais localizados na Rússia. Antes da revolução, gastavam-se anualmente para estes fins 800 a 900 milhões de rublos-ouro.

O campesinato soviético se libertou do pagamento aos latifundiários pelo arrendamento da terra e do considerável endividamento para com os bancos. Interessado no desenvolvimento da indústria, o campesinato pôde dedicar para este fim uma parte dos seus meios.

Importantíssimas fontes de meios para a industrialização socialista foram as rendas da indústria nacionalizada, do comércio exterior, do comércio estatal interno e do sistema bancário. A importância destas fontes aumentou cada vez mais a medida do crescimento da indústria socialista.

A indústria socialista possui indiscutíveis superioridades com relação a capitalista na questão de assegurar o incremento da acumulação. Ela é a maior e mais concentrada indústria, unificada em escala nacional, livre da ação da lei da concorrência e da anarquia da produção. A propriedade social dos meios de produção, o caráter planificado do desenvolvimento da indústria, a utilização racional dos seus recursos, a laboriosa atividade da classe operária, o rápido desenvolvimento da técnica criaram as condições para o ininterrupto aumento da produtividade do trabalho social.

Na luta pela industrialização do país, importante papel desempenhou a consequente introdução do cálculo econômico e a aplicação da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, combinando o interesse material pessoal dos trabalhadores com os interesses da produção social. A introdução do cálculo econômico e o pagamento do trabalho de acordo com a sua qualidade e quantidade estimularam o crescimento da produtividade do trabalho, a elevação da qualificação dos trabalhadores e o aperfeiçoamento dos métodos de produção.

Grande significação para o crescimento da produtividade do trabalho e a solução dos problemas da acumulação teve o desenvolvimento da atividade criadora das massas. Com a passagem dos meios de produção as mãos da sociedade, mudou radicalmente o caráter do trabalho social. Os trabalhadores passaram a trabalhar não para os capitalistas, mas para si, para a sociedade. Isto engendrou o profundo interesse dos operários no desenvolvimento da produção social, o que encontrou sua clara expressão no desenvolvimento da iniciativa criadora das massas e na emulação socialista. Na emulação das amplas massas da classe operária manifestou-se o papel progressista das novas relações de produção socialistas, a sua poderosa influência no desenvolvimento das forças produtivas. A emulação socialista revelou as enormes reservas do crescimento da produtividade do trabalho e da aceleração dos ritmos de industrialização. A emulação socialista, em amplo desenvolvimento, foi importante fator para o cumprimento antes do prazo do primeiro e do segundo planos quinquenais.

Nestas condições, o planificado e rápido desenvolvimento da indústria pesada, inclusive da indústria de máquinas, o que conduziu a enorme melhoria do equipamento técnico do trabalho, foi poderoso fator de elevação da sua produtividade. Desta maneira, a industrialização socialista é um meio necessário de realização das exigências da lei da ininterrupta elevação da produtividade do trabalho social.

Sobre o rápido crescimento da produtividade do trabalho nos anos da industrialização na URSS, atestam os seguintes

dados: na indústria soviética, a produção por operário cresceu no primeiro plano quinquenal em 41%; no segundo, em 82%; em 1940, a produtividade do trabalho na indústria representava 343% com relação ao nível de 1928.

O rápido crescimento da produtividade do trabalho criou a possibilidade para a ininterrupta redução do preço de custo da produção, isto é, da soma de gastos da empresa na produção e realização do seu produto, expressa em forma monetária. A redução do preço de custo assegurou o crescimento da acumulação socialista.

Uma das importantes vantagens da economia socialista com relação a capitalista é a concentração nas instituições estatais de crédito de todas as acumulações monetárias das empresas estatais e cooperativas existentes no país, bem como dos meios livres da população (empréstimos estatais, depósitos nas caixas econômicas) e sua utilização planificada para o desenvolvimento da indústria. O Estado soviético assegurou o emprego racional dos meios acumulados para fins de satisfação das mais importantes exigências da industrialização. Promoveu uma política de rigorosíssimo regime de economia, de simplificação e barateamento do aparelho estatal e cooperativo, de melhoramento do cálculo econômico, de disciplina financeira, de luta contra o desperdício no gasto dos meios estatais.

Todas estas fontes de acumulação interna forneceram bilhões de rublos para a industrialização do país e permitiram dirigir grandes aplicações de capital para a indústria, particularmente para a indústria pesada.

Na URSS, durante o primeiro plano quinquenal (1929/1933), as inversões de capital na indústria (a preços comparados) representaram 27,7 bilhões de rublos, dos quais 23,3 bilhões foram aplicados nos ramos da indústria pesada. Durante o segundo plano quinquenal (1933/1937), as inversões de capital na indústria representaram 61,6 bilhões de rublos, dos quais 50,9 bilhões foram dirigidos para a indústria pesada. Durante os três anos e meio do terceiro plano quinquenal (1938/primeira metade de 1941), foram aplicados na indústria 59,4 bilhões de

rublos, dos quais 50 bilhões na indústria pesada.

Desta maneira, o poder soviético superou, com êxito, as dificuldades relacionadas com a acumulação de recursos, necessários para a industrialização do país.

A aplicação do método socialista de industrialização ofereceu enorme vantagem de tempo, assegurando a criação, em brevíssimo prazo, de uma indústria socialista de primeira classe e os elevados ritmos do seu crescimento.

A possibilidade de elevados ritmos da industrialização socialista foi determinada pelas superioridades do sistema socialista de economia, pelas particularidades do método socialista de industrialização.

Durante o período de 1930 a 1937, os ritmos anuais médios de crescimento da produção industrial na URSS foram de cerca de 20%, enquanto nos países capitalistas foram, no mesmo período, em média, apenas de 0,5%. Os ritmos de crescimento da indústria na URSS superaram de muitas vezes os ritmos de crescimento da indústria dos principais países capitalistas, na melhor época do seu desenvolvimento. Assim, nos Estados Unidos, O crescimento anual médio da produção industrial foi o seguinte: nos últimos 30 anos do século XIX, 5%; de 1901 a 1929 4%.

Transformação da URSS de País Agrário Atrasado em Potência Industrial Avançada

A vitória da industrialização socialista na URSS se tornou possível porque o Partido Comunista e o Estado soviético, em sua política, se apoiaram nas leis do desenvolvimento econômico e sabiamente utilizaram as vantagens da economia socialista. Em correspondência com a tarefa de edificação do socialismo e de satisfação das crescentes necessidades materiais e culturais dos trabalhadores, foi levada a efeito gigantesca construção industrial.

A realização desta construção exigiu enormes aplicações de capital. O principal papel nos grandes empreendimentos

coube a construção de novas empresas, que absorveram mais de metade de todas as inversões de capital na indústria.

A construção de novas empresas e a reconstrução das existentes realizou-se na base da utilização, em escala de massa, das conquistas da moderna técnica mundial. As novas empresas industriais foram abastecidas com as mais perfeitas máquinas, tornos e aparelhos. O processo de reconstrução técnica abrangeu todos os ramos da indústria.

Como resultado de tudo isto, durante os anos dos planos quinquenais de antes da guerra, foi criada uma poderosa indústria, dotada de uma técnica avançada.

Os fundos produtivos básicos de toda a indústria (instalações, máquinas e equipamento) superaram, em 1937, o nível de 1928 em 5,5 vezes; nos ramos produtores de meios de produção, em 7 vezes.

Durante os anos dos planos quinquenais de antes da guerra, foram construídos e postos em funcionamento milhares de fábricas e usinas. Entre estas, figuram dezenas de gigantes da indústria socialista: os combinados metalúrgicos de Magnitogorsk e Kuznetsk, a hidrelétrica de Dnieperpetrovsk, as fábricas de tratores de Stalingrado e Kharkov, as fábricas de automóveis de Moscou e Gorki, as fábricas de máquinas pesadas de Ural e Kramatorski, a fábrica de rolamentos de Moscou, os combinados químicos de Stalinogorsk, Solikamsk e Bereznik, além de muitas outras empresas. As novas empresas passaram a desempenhar o papel fundamental no volume total da produção industrial. Já em 1937, maÍ9 de 80% de toda a produção industrial foi recebida das empresas novas ou radicalmente reconstruídas nos anos dos dois primeiros planos quinquenais.

A realização vitoriosa do programa de industrialização modificou a correlação entre a indústria e a agricultura: apesar do aumento da produção agrícola, a produção industrial cresceu muito mais rápida, motivo por que o seu peso específico em toda a produção nacional elevou-se verticalmente. A indústria socialista se transformou na força

decisiva da economia nacional. Mudou a correlação entre os ramos da produção de bens de produção e os ramos da produção de objetos de consumo. A produção de bens de produção ocupou o lugar dominante na massa geral da produção industrial, passou a desempenhar o papel dirigente no desenvolvimento da indústria e de toda a economia do país. A indústria de máquinas atingiu um nível tal, que se tornou possível produzir quaisquer máquinas dentro do país. A União Soviética atingiu a independência técnico-econômica com relação aos países capitalistas.

De 1913 a 1940, a produção industrial total da URSS cresceu em 8,5 vezes, enquanto a produção da grande indústria aumentou de quase 12 vezes. O peso específico da grande indústria na produção bruta da grande indústria e da agricultura elevou-se de 42,1% em 1913 a 77% em 1937. Enquanto em 1913 cabiam aos meios de produção 33% da produção industrial bruta, em 1940 cabiam mais de 60%. Às vésperas do primeiro plano quinquenal, a URSS importava cerca de um terço de todas as máquinas. Em 1932, já importava menos de 13%, e, em 1937, somente 0,9%. A União Soviética não somente cessou a importação de automóveis, tratores, máquinas agrícolas e outras, procedentes dos países capitalistas, mas passou a exportar tais artigos.

O rápido crescimento da indústria soviética fez com que o lugar dominante na produção industrial fosse ocupado pelas grandes empresas socialistas. Em 1924, o peso específico do setor privado na produção industrial da URSS representava 23,7%. Como resultado da execução do segundo plano quinquenal, a indústria privada foi inteiramente liquidada. O sistema socialista se tornou o único sistema na indústria da URSS.

A industrialização socialista conduziu ao ascenso do nível de vida material e cultural dos trabalhadores. A construção da indústria pesada serviu de base para a reconstrução técnica e para o poderoso desenvolvimento dos ramos que produzem objetos de consumo — a agricultura, as indústrias leve e de alimentação. As inversões de capital na indústria de objetos de consumo aumentaram, no segundo plano quinquenal, em 2,4

vezes com relação ao primeiro plano quinquenal.

No processo da industrialização socialista, ocorreram modificações radicais na distribuição geográfica da indústria. Foram criadas novas bases industriais de primeira classe nas regiões orientais do país — nos Urais, na Sibéria ocidental, no Cazaquistão. A industrialização socialista foi acompanhada do crescimento de velhas cidades e da criação de novas cidades. Em todo o país, era particular no Oriente, cresceram grandes cidades e núcleos industriais, que se tornaram centros econômicos e culturais, transformando toda a fisionomia das regiões circundantes. Durante o período de 1926 até princípios de 1940, foram criadas (não contando, antes de 1940, as cidades da Ucrânia ocidental, Bielo-Rússia ocidental, Moldávia, Lituânia, Letônia e Estônia) 266 cidades; o número de povoados de tipo urbano acrescentou-se de 362, no mesmo período. O peso específico da população urbana em toda a população da URSS cresceu de 18% em 1926 para 33% em 1938.

Como resultado do cumprimento do programa de industrialização, a União Soviética se transformou, de país atrasado, agrário, em forte potência socialista industrial. Foi criada uma sólida base industrial para a reconstrução técnica de toda a economia nacional, para o fortalecimento da capacidade de defesa da URSS e para o ininterrupto ascenso do bem-estar do povo. Foi liquidada a contradição entre o poder político mais avançado do mundo e a atrasada base técnico-econômica, herdada do passado.

A vitória da industrialização na URSS foi alcançada pelo Partido Comunista e pelo Estado soviético na luta pela superação de enormes dificuldades, relacionadas com o atraso econômico do país, com a encarniçada resistência dos elementos capitalistas liquidados e com a presença do cerco capitalista inimigo. O Partido Comunista encetou o curso da industrialização do país na luta contra os inimigos do socialismo — os trotskistas e oportunistas de direita — que opunham, a linha geral do Partido para a industrialização do país, a sua linha de conversão do país soviético em apêndice agrário dos países imperialistas, tentando desviar a URSS para o caminho do

desenvolvimento capitalista.

Os processos concretos de industrialização de cada país, que entra no caminho da construção do socialismo, não podem ser uniformes, uma vez que dependem de variadas condições internas e externas, entre as quais as seguintes: o nível de desenvolvimento industrial do país dado, a existência nele de determinados recursos naturais, as relações de classe, a quantidade e o nível cultural da população, a diferença de condições históricas em que decorre a construção do socialismo, a situação internacional e outras. Frisando a possibilidade e a necessidade de "encontrar o caminho mais correto, mais econômico, para a reorganização do regime econômico da Rússia", Lênin indicou:

"Falando em geral, este caminho é conhecido. Ele consiste na transição para a economia em grande escala baseada na indústria mecânica, na transação ao socialismo. Mas as condições concretas e as formas desta transição são inevitavelmente e devem ser variadas, na dependência daquelas condições sob as quais se inicia o movimento dirigido no sentido da construção do socialismo. Tanto as diferenças locais, como as particularidades da formação econômica, os costumes, o grau de preparação da população e as tentativas de realizar este ou aquele plano — tudo isto deve refletir-se na originalidade do caminho para o socialismo."[130]

A União Soviética foi o primeiro país a construir o socialismo., fazendo-o nas condições do cerco das potências capitalistas hostis e de um país atrasado no sentido técnico-econômico. Ao lado disto, a União Soviética possuía enorme território, população de muitos milhões e variados recursos naturais. Em virtude de condições historicamente formadas, a União Soviética devia construir a indústria pesada, integrada de todos os seus ramos básicos, em breves prazos históricos, exclusivamente a custa de fontes internas. Dezenas de ramos da moderna indústria, que não existiam na Rússia de antes da revolução — automobilística e de tratores, construção de tornos, uma série de indústrias químicas, aeronáutica, de modernas máquinas agrícolas, da aços especiais e muitas outras,

que constituíram, nos países capitalistas, o resultado de um longo desenvolvimento histórico — foram criadas na URSS durante os planos quinquenais de antes da guerra. Os fundos básicos dos mais importantes ramos da indústria pesada foram criados quase de novo em curto tempo.

Isto determinou as enormes dificuldades da construção do socialismo na URSS. Foi bastante aguda para a União Soviética a questão dos ritmos da industrialização. Esta foi questão de vida ou morte para o primeiro Estado socialista no mundo. A necessidade de rápidos ritmos de industrialização foi provocada pelas condições internas e externas do desenvolvimento da União Soviética.

As condições externas do desenvolvimento da URSS eram determinadas pela existência do cerco capitalista hostil. Os países imperialistas possuíam uma base industrial mais poderosa e aspiravam aniquilar ou, no mínimo, enfraquecer o Estado soviético. A questão dos ritmos de desenvolvimento industrial não se apresentaria tão aguda, se a União Soviética já tivesse uma indústria tão desenvolvida como os países capitalistas altamente industrializados. Esta questão não se apresentaria tampouco tão aguda, se a ditadura do proletariado já existisse, então, também em outros países, mais desenvolvidos no sentido industrial. Mas a União Soviética era um país atrasado no sentido técnico-econômico e o único país de ditadura do proletariado. Em vista disto, foi necessário realizar em ritmos rápidos a criação de uma base industrial desenvolvida.

As condições internas de desenvolvimento da URSS também exigiam rápidos ritmos de industrialização. Enquanto a URSS continuasse país de pequenos camponeses, conservava-se nela uma base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o socialismo. A fim de resolver a questão “quem vencerá a quem?”, era necessário transformar, num prazo historicamente breve, a dispersa economia privada dos camponeses sobre a base do trabalho coletivo, equipado com uma técnica avançada, e retirar do capitalismo sua base na pequena produção mercantil. Foi necessário para tal fim o acelerado crescimento da indústria pesada.

Referindo-se as tarefas da industrialização do país e da reconstrução socialista da economia nacional, a reunião plenária do CC do PC(b) da URSS, em novembro de 1928, acentuou:

"Tendo em vista a necessidade de alcançar e ultrapassar os países capitalistas no sentido técnico-econômico, a reunião plenária do CC indica que o cumprimento desta tarefa é possível somente num ritmo tenso de desenvolvimento da indústria e de industrialização do país em geral e da máxima mobilização do Partido, dos operários e das massas camponesas."[131]

A industrialização socialista da URSS teve enorme importância internacional. A rápida transformação do país antes atrasado em forte potência industrial demonstrou as indiscutíveis superioridades do sistema de economia socialista. A experiência da industrialização da URSS é utilizada pelos países de democracia popular com a consideração das particularidades concretas de cada país.

A Industrialização Socialista nos Países Europeus de Democracia Popular

Nos países de democracia popular, formaram-se condições mais favoráveis para realizar a industrialização, uma vez que tais países integram o sistema socialista de economia mundial. Estes países contam com o poderoso apoio e experiência de todo o campo socialista, têm a possibilidade de receber multilateral ajuda material e técnico-científica do primeiro país socialista do mundo, possuidor de poderosa indústria altamente desenvolvida e de numerosos quadros qualificados, podem utilizar a riquíssima experiência da construção socialista na URSS. Os países integrantes do sistema socialista de economia mundial têm a possibilidade de beneficiar-se das vantagens da divisão socialista internacional do trabalho. Isto significa que não é necessário a cada um destes países criar e desenvolver todos os ramos da indústria pesada, como sucedeu na URSS. A construção da indústria nestes países é conduzida com a consideração das particularidades de cada país, inclusive de suas condições naturais, com a consideração da conveniência econômica do desenvolvimento de tais ou quais

ramos, na base da ampla especialização e cooperação entre todos os países do campo socialista.

A industrialização socialista foi o caminho vitalmente necessário de transformação dos países, que tinham caráter agrário antes da revolução democrático-popular, em países industrial-agrários. Isto se refere a Albânia, Bulgária e Romênia — os mais atrasados do ponto de vista técnico-econômico — bem como a Hungria e Polônia. Para os países industrialmente desenvolvidos — a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã — as tarefas no terreno do desenvolvimento industrial consistem, antes de tudo, na liquidação das desproporções, herdadas do passado, na estrutura da indústria e no seu contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico.

Todos os países de democracia popular passaram pelo período de restabelecimento de sua economia, que sofreu as consequências da guerra e da pilhagem fascista. Apoiando-se na ajuda da União Soviética e utilizando as vantagens da economia socialista planificada, os países de democracia popular cumpriram as tarefas do restabelecimento da economia em prazos muito breves — em dois ou três anos.

O êxito no restabelecimento da economia nacional criou uma base sólida para a sua reconstrução socialista. A construção das bases do socialismo foi a tarefa central dos primeiros planos quinquenais (na Polônia, plano sexenal) de desenvolvimento da economia nacional. O desenvolvimento da grande indústria e, antes de tudo, da indústria pesada, como base do socialismo, constituiu premissa indispensável a liquidação do desemprego e da superpopulação agrária naqueles países, dos quais anteriormente, todos os anos, saíam massas de emigrantes, que não encontravam trabalho. A industrialização levou ao fortalecimento das formas socialistas de economia e criou a base necessária a elevação do nível de vida da população.

A acumulação do setor socialista é a fonte fundamental de recursos para a industrialização nos países de democracia popular. Utiliza-se também, para fins da industrialização, parte da poupança dos trabalhadores, sob a forma de empréstimos estatais. Além disto, serve ao mesmo fim o confisco de parte das

rendas dos elementos capitalistas da cidade e do campo, antes de tudo através da progressiva imposição tributária sobre estes elementos.

Fator decisivo do crescimento da acumulação socialista é a sistemática elevação da produtividade social do trabalho na base da introdução na produção de uma técnica avançada e da organização socialista do trabalho. A emulação socialista representa poderosa força motriz do crescimento da produtividade do trabalho. Participam da emulação socialista camadas cada vez mais amplas da classe operária. Os vanguardeiros da produção aplicam com êxito, no seu trabalho, a experiência produtiva acumulada na URSS e nos outros países do campo socialista. A elevação contínua da produtividade do trabalho é estimulada pela aplicação de diferentes formas de salário, da luta contra o nivelamento. Condição necessária para o aumento da acumulação é a utilização a lei do valor, a consolidação, por todos os meios, do regime de economia e a consequente introdução do cálculo econômico.

Escreveu Klement Gottwald:

"Será que, entre nós, houve e há poucos dirigentes econômicos e políticos, que se olvidaram da ação da lei do valor e para os quais, em consequência disto, as questões do cálculo econômico e da rentabilidade das empresas, a questão do preço de custo, a questão dos preços e outras deixaram de ter importância? Será que não está claro que esta errônea atitude traz muitos danos a nossa economia e freia o nosso movimento no caminho para o comunismo? Penso que isto está claro e deve levar a que todos os nossos homens, particularmente nos postos dirigentes e responsáveis, observem permanentemente o regime de economia na produção, nas esferas do abastecimento e da distribuição."[132]

Assegurando o crescimento prioritário da indústria pesada, como fundamento do ascenso e da reconstrução técnica de toda a economia nacional, o Estado democrático-popular promove grandes aplicações na agricultura, na indústria leve e de alimentação, a fim de alcançar a considerável ampliação da produção agrícola e de produtos industriais de

amplo consumo, o que conduz a elevação do nível de vida dos trabalhadores. O desenvolvimento destes ou daqueles ramos da indústria – na dependência de todo o conjunto de condições concretas de cada país — conduz ao ascenso da produtividade social do trabalho e, como não podia deixar de ser, cria condições para a mais rápida elevação do bem-estar da população.

Em alguns países, ao tempo em que se aplicava um curso correto ã industrialização socialista, foram cometidos erros de planificação. que engendraram uma série de fenômenos negativos. Os ritmos excessivamente tensos de desenvolvimento da indústria em combinação com o desenvolvimento insuficiente da agricultura provocaram desproporções na economia nacional, ao passo que a dispersão das aplicações de capital em numerosos projetos fez com que se retardasse a sua entrada em ação. Em alguns países, foram estabelecidas no plano tarefas excessivamente altas para a construção de certos ramos da indústria pesada. Aqui se fez sentir, as vezes, a aspiração a produzir todos os tipos de artigos industriais, sem considerar a ausência para isto de condições econômicas e naturais. Os ritmos traçados superaram as possibilidades reais desses países, sem que constituíssem necessidade, em virtude da existência da cooperação dos países socialistas e da ampla divisão do trabalho entre eles. Em certos casos, as tarefas planificadas para a elevação do nível de vida dos trabalhadores não foram completamente realizadas. Descobrindo os erros e insuficiências surgidos no curso da industrialização socialista, o poder popular tomou medidas efetivas para a eliminação desses erros.

O vitorioso cumprimento dos primeiros planos de perspectiva da reconstrução socialista da economia nacional constituiu enorme conquista histórica dos países europeus de democracia popular. Desapareceu o anterior atraso industrial na maioria destes países. Foi cumprida com êxito a tarefa de criação dos ramos básicos da indústria pesada. Foi criada uma sólida base metalúrgica, aumentou consideravelmente a extração de carvão, foi construída uma base energética própria com dezenas de hidro e termoelétricas, fortemente cresceram

as indústrias de construção de máquinas e química. Os países europeus de democracia popular dispõem agora de poderosa base industrial para o contínuo movimento para a frente, pelo caminho socialista.

É expressivo o exemplo da Polônia. Em todo o período entre as duas guerras mundiais, a indústria da Polônia encontrou-se sempre num estado de profunda estagnação. O volume da produção industrial uma vez sequer não superou o nível de 1913, e, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, em 1938, a produção industrial representava somente 94,5% do nível de 1913, enquanto o exército de desempregados atingia dimensões espantosas. Em 15 anos de poder popular, a produção da indústria polonesa cresceu em 6 vezes em comparação com o nível de antes da guerra.

Em 1958, o nível de antes da guerra da produção industrial foi superado em 3,3 vezes na Tchecoslováquia, em mais de 2,5 vezes na República Democrática Alemã, em quase 4 vezes na Romênia, em mais de quatro vezes na Hungria, em cerca de 9 vezes na Bulgária, em 18 vezes na Albânia.

O peso específico da produção industrial na produção total da indústria e da agricultura aumentou consideravelmente. Em todos os países de democracia popular, exceto a Bulgária e a Albânia, a produção dos ramos industriais produtores de meios de produção representa mais da metade de toda a produção industrial. Os antes atrasados países agrários da Europa central e sul-oriental se tornaram países industrial-agrários, com uma grande indústria, dotados da técnica mais moderna.

Na Polônia, tiveram poderoso desenvolvimento as indústrias carbonífera e química, a siderurgia, a produção de materiais de construção. Foram criadas as indústrias automobilística, de tratores e uma série de outros novos ramos da produção. Na Hungria, tiveram grande desenvolvimento as indústrias de alumínio, de máquinas, de tornos, a produção de equipamentos para a indústria extrativa e de máquinas agrícolas. Na Romênia, desenvolvem-se com êxito a indústria de extração e refino de petróleo e a indústria química; foram

criados importante» ramos da construção de máquinas: máquinas agrícolas, equipamentos petrolíferos, construção naval e outros.

Na República Democrática Alemã, nos últimos anos, diminuíram consideravelmente as desproporções na economia nacional, provocadas pela divisão da Alemanha; foi criada, ali, uma base metalúrgica, ampliou-se o potencial produtivo da construção de máquinas pesadas e da construção naval, foi organizada a produção de máquinas agrícolas modernas, aumentou a produção de produtos químicos.

O vitorioso cumprimento dos próximos planos de perspectiva de desenvolvimento da economia nacional deve conduzir ao contínuo ascenso da indústria e da agricultura nos países de democracia popular.

A Industrialização Socialista na China e em outros Países Democrático-Populares da Ásia

A industrialização socialista para os países democrático-populares da Ásia constitui tarefa particularmente aguda e essencial. Para a República Popular da China, a industrialização socialista do país representa condição indispensável para a completa vitoria e consolidação do modo de produção socialista.

A República Popular da China dispõe de amplas possibilidades para a solução das tarefas da industrialização. O país dispõe de enormes reservas demográficas, de riquíssimos e variados recursos naturais para o desenvolvimento de todos os ramos da indústria e, em primeiro lugar, da indústria pesada. Ao mesmo tempo, no caminho da solução destas tarefas, inevitavelmente surgem não poucas dificuldades, ligadas ao atraso técnico, a insuficiência de quadros industriais qualificados, a distribuição irracional da indústria e as desproporções entre os seus diversos ramos, herdadas do passado, ao desconhecimento dos recursos naturais.

A existência e o desenvolvimento da União Soviética e dos países de democracia popular criaram condições

extraordinariamente favoráveis a construção socialista na China. A colaboração fraternal, no terreno da ciência e da técnica, com outros países do sistema socialista mundial liberta a China da necessidade de passar por todos os graus preparatórios e lhe dá a possibilidade de realizar o salto revolucionário do atraso técnico ao mais alto nível de desenvolvimento industrial moderno.

Sendo um país imenso, com necessidades variadas e em rápido crescimento, a China carece da criação de um sistema industrial integral, o que pressupõe o desenvolvimento industrial multilateral, sob a condição do crescimento prioritário da indústria pesada.

Aplicando a política de industrialização socialista do país, o Partido Comunista da China coloca como sua tarefa a criação, no fundamental, de um sistema industrial integral no decurso de três quinquênios ou de um período algo maior. Na sua política de industrialização socialista, e Partido Comunista da China parte da necessidade do desenvolvimento prioritário da indústria pesada, como base para o abastecimento tecnológico de todos os ramos da indústria e da agricultura. Simultaneamente, são aplicadas medidas para o desenvolvimento da indústria leve, partindo das possibilidades de matérias-primas e recursos financeiros, bem como das exigências do mercado.

Ao lado da construção de grandes empresas, prevê-se o amplo desenvolvimento de empresas médias e pequenas, o que se explica pelo considerável atraso técnico-econômico do país, pela gigantesca população e, em relação com isto, pelo problema de sua ocupação.

O rápido desenvolvimento da indústria exige consideráveis acumulações. As fontes de meios para este fim foram, antes de tudo, as acumulações criadas no setor estatal da economia, as rendas do comércio interno e externo, em seguida os impostos, extraídos das empresas capitalistas, bem como os impostos procedentes da população, os empréstimos e as poupanças individuais dos trabalhadores. Como resultado das transformações agrárias, os camponeses se libertaram de

enormes pagamentos aos latifundiários, o que, ao lado do melhoramento de suas condições de vida, lhes dá a possibilidade de dedicar parte dos frutos do seu trabalho para a industrialização.

Uma das principais condições do vitorioso desenvolvimento da economia nacional da China é o crescimento da produtividade do trabalho dos operários e camponeses. A este respeito, grande papel desempenha a emulação dos trabalhadores pelo aumento da produção, pelo melhoramento da qualidade da produção, pela economia de matérias-primas e melhor utilização do equipamento. O primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da República Popular da China (1953/1957) foi destinado, antes de tudo, a criar a base inicial para a industrialização socialista do país. No primeiro plano quinquenal, as principais forças do país foram concentradas na criação da indústria pesada — metalúrgica, de combustíveis, energética, de construção de máquinas, química. Ao lado da tarefa principal — desenvolvimento, por todos os meios, da indústria pesada —, o plano quinquenal prefixou o ascenso do transporte, da indústria leve, da agricultura, a ampliação do comércio. Ao lado disto, foram tarefas do primeiro plano quinquenal assegurar o aumento sistemático do peso específico das formas socialistas de economia e a gradual elevação do nível de vida material e cultural do povo, a base do crescimento da produção.

A industrialização da China se realiza através da construção de empresas equipadas com a técnica moderna e da radical reconstrução de uma série de grandes usinas, bem como da mais racional e plena utilização das velhas empresas. A República Popular da China recebe da União Soviética e dos países europeus de democracia popular um equipamento de primeira classe e se vale da sua riquíssima experiência técnica, da sua experiência de organização do trabalho e da produção em grandes empresas socialistas.

O primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional da República Popular da China (1953/1957) foi superado. No decurso de alguns anos, foi ampliada a base

siderúrgica no Nordeste, iniciada a construção de duas novas bases siderúrgicas na Mongólia Interior e na China central, a construção de uma série de novas e a ampliação de velhas estações elétricas, minas de carvão, campos petrolíferos, empresas de metalurgia não ferrosa, extração de metais não ferrosos, indústria química e indústria de materiais de construção, bem como de uma série de fábricas de construção de máquinas e empresas de industria leve.

No período do primeiro plano quinquenal, foi criada a base inicial da industrialização socialista. A produção industrial global, em 1957, tinha aumentado em 141% com relação a 1952 e superava em 21% o nível prefixado pelo primeiro plano quinquenal. Os ritmos anuais médios de crescimento da produção indústria representaram 19,2% ao invés de 14,7%, como se previa no plano. Durante os anos do quinquênio, a produção dos meios de produção aumentou em 3,2 vezes, a produção de máquinas em 4 vezes, a produção de objetos de consumo em 1,9 vezes.

No decurso do plano quinquenal, foram postas em construção mais de 10 000 instalações industriais, incluindo 312 empresas de metalurgia ferrosa, 599 estações elétricas, 600 minas de carvão, 22 empresas da indústria de petróleo e 637 da indústria química, 1921 empresas de construção de máquinas e de elaboração de metais, 613 empresas têxteis e outras. Entre as empresas em construção, figuravam 921 grandes instalações industriais, ou seja, 227 a mais do que fora traçado pelo plano. Ao término de 1957, haviam sido entregues a exploração, integral ou parcialmente, 537 grandes instalações industriais. Nos unos do primeiro plano quinquenal, construíam-se na China, com a colaboração da União Soviética, 166 grandes empresas, das quais, ao término de 1957, 68 entravam integral ou parcialmente em ação. Durante os anos do quinquênio, a potência produtiva aumentou nas seguintes quantidades: ferro gusa, em 3,39 milhões de toneladas; aço, em 2,82 milhões de toneladas; laminados, em 1,65 milhões de toneladas; carvão, em 63,76 milhões de toneladas; petróleo, em 1,3 milhões de toneladas; etc..

Como resultado do rápido crescimento da produção industrial, mudou a estrutura da produção industrial na China; a parte da indústria (incluindo a artesanal) na produção global da indústria e da agricultura aumentou de 41,5% em 1952 para 56,5% em 1957.

A indústria chinesa assimilou a produção de uma série de importantíssimos tipos de nova produção, como geradores, equipamento metalúrgico e extrativo, novíssimos tipos de tornes, autoveículos, aviões a jato, que a China no passado não podia produzir; foi iniciada parcialmente a produção de grandes laminados de aço e de ligas de aço de alta qualidade.

Durante o primeiro plano quinquenal, na China, foram produzidas 16,6 milhões de toneladas de aço, ao passo que, durante 49 anos (1900/1949), a produção de aço não totalizou mais do que 7,6 milhões de toneladas.

Na base do vitorioso cumprimento do primeiro plano quinquenal na China, desenvolveu-se o trabalho de preparação do segundo plano quinquenal, para o período 1958/1962. Entre as propostas para o segundo plano quinquenal de desenvolvimento da economia nacional, aprovadas na primeira sessão do VIII Congresso do Partido Comunista da China, foi colocado como tarefa mais importantes prosseguir a construção industrial com base na indústria pesada, fazer avançar a reconstrução técnica da economia nacional, criar uma sólida base para a industrialização socialista do país.

A fim de criar uma sólida base para a industrialização socialista do país, foi traçado no segundo plano quinquenal continuar a construção de empresas metalúrgicas, assegurar o rápido desenvolvimento da construção de máquinas, acelerar o desenvolvimento das indústrias de energia elétrica, de carvão e de materiais de construção, bem como adiantar a construção das indústrias petrolífera, química e de rádio, que são as menos desenvolvidas.

A segunda sessão do VIII Congresso do Partido Comunista da China reconheceu ser necessário elevar os ritmos da construção socialista. A sessão elaborou uma linha geral para a

continuação da construção socialista: “pondo em tensão todas as forças e movendo-se para a frente, construir o socialismo pelo princípio de mais, mais rápido, melhor e mais econômico”. A linha geral do Partido foi aprovada por todo o povo chinês. Com os rápidos ritmos de desenvolvimento da economia nacional, assegura-se o ascenso vertical da indústria, da agricultura, da educação e da cultura. Em 1958, processou-se tempestuoso crescimento da produção de ferro gusa, aço e carvão. Cresceu fortemente a produção de energia elétrica.

No primeiro semestre de 1959, foram atingidos na economia nacional novos grandes êxitos. O volume da produção industrial global aumentou em 65%, a produção de aço em 66%, a produção de ferro gusa, carvão e tornos cresceu em mais de duas vezes com relação ao período correspondente de 1958.

A realização do segundo plano quinquenal criará as condições necessárias para a solução das principais tarefas do período de transição ao socialismo.

Fizeram considerável passo a frente, na causa da industrialização socialista, a República Popular da Mongólia, a República Democrático-Popular da Coreia e a República Democrática do Vietnã.

Na Mongólia, onde, antes da revolução, não existia moderna indústria, foram construídas dezenas de grandes empresas, munidas de técnica avançada, nos ramos da indústria extrativa, petrolífera, carbonífera e outros. Em 1958, a produção industrial global cresceu, com relação a 1940, em cerca de 5,8 vezes. Atualmente, a formação socialista domina, de modo indivisível, na indústria da Mongólia.

Na República Democrático-Popular da Coreia, já em 1949, o volume da produção industrial superou o nível de 1946 em 3,4 vezes. A guerra, desencadeada pela clique de Li-Sin-Man, provocou grandes destruições e trouxe enorme dano a economia da república. No decurso de cinco anos de após-guerra (1954/1958), os ritmos anuais médios de crescimento da produção industrial global foram de 42%. Em 1958, a produção

industrial aumentou, com relação a 1944, em 4,3 vezes. O Partido do Trabalho da Coreia apresentou a seguinte tarefa: na base da ativa aceleração da revolução técnica e cultural, aumentar, no decurso dos próximos 6 a 7 anos, a produção dos principais artigos industriais em 3 a 4 vezes. Os trabalhadores da República Democrático-Popular da Coreia conduzem uma luta tenaz para que as tarefas de perspectiva, apresentadas pelo Partido no terreno do desenvolvimento econômico, se cumpram, não em 6 ou 7 anos, mas em 4 ou 5.

Na República Democrática do Vietnã, sob o domínio do regime colonial, a indústria teve um desenvolvimento muito fraco e unilateral. Além disto, ela sofreu enorme dano. como resultado de quase nove anos de guerra, imposta pelos colonizadores. Após a cessação da guerra, incrementou-se o trabalho de restabelecimento e. desenvolvimento da economia. Em resultado, cresce rapidamente a produção industrial. A parte do setor estatal na indústria e no artesanato representava, em 1957, cerca de 38%. O plano trienal de desenvolvimento e reconstrução da economia da República Democrática do Vietnã (1958/1960) prevê o crescimento da produção global da agricultura e da indústria em 78% com relação a 1957. O valor da produção global da indústria e do artesanato crescerá neste período em 86,4%, enquanto a produção das grandes empresas modernas crescerá em 169%. No decurso do plano trienal, foi previsto concluir a transformação das empresas industriais de capital privado em empresas mistas estatal-capitalistas.

Notas de rodapé:

(126) V.I. Lênin, Teses do Informe Sobre Tática do PCR(b), no III Congresso da Internacional Comunista, Obras, t. XXXII, p. 434. (retornar ao texto)

(127) I.V. Stálin, Sobre a Situação Econômica da União Soviética e a Política do Partido, t. VIII, p. 120. (retornar ao texto)

(128) V.I. Lênin, A Catástrofe que nos Ameaça e Como Combatê-la, Obras, t. XXV, p. 338. (retornar ao texto)

(129) Resolução do IV Congresso do PC (6) da URSS, em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte II, 7ª edição, 1954, p. 195. (retornar ao texto)

(130) V.I. Lênin, Esboço Inicial do Artigo, As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. Obras, t. XXVII, p. 181. (retornar ao texto)

(131) Resolução da Reunião Plenária do CC do PC(b) da URSS, 1928 em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte II, 7ª edição, 1954, p. 526. (retornar ao texto)

(132) K. Gottwald, O Histórico XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as Nossas Tarefas, em Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular!, de 7 de novembro de 1952. (retornar ao texto)

Capítulo XXII — A Transformação Socialista da Agricultura

Necessidade Histórica da Cooperação das Pequenas Economias Camponesas. O plano Cooperativo de Lênin

Para a construção do socialismo, é necessário não somente industrializar o país, como também levar a efeito a transformação socialista da agricultura. O socialismo é um sistema tal de economia social, que une a indústria e a agricultura na base da propriedade social dos meios de produção e do trabalho coletivo.

A transformação socialista da agricultura é a tarefa mais difícil da revolução após a conquista do poder pela classe operária. A agricultura dos países capitalistas não atingiu o nível de concentração, de socialização capitalista da produção, característico da indústria. Na agricultura, predominam numericamente as pequenas e dispersas economias camponesas. Enquanto a forma predominante da produção agrícola permanece sendo a pequena economia individual, conserva-se a base do regime econômico burguês no campo, a exploração dos camponeses pobres e de considerável parte dos camponeses médios pela burguesia rural.

O marxismo-leninismo rejeita decididamente o caminho da expropriação dos pequenos e médios produtores mercantis — camponeses e artesãos. A economia dos produtores mercantis simples é baseada no seu trabalho pessoal. Quaisquer medidas violentas com relação aos camponeses e artesãos afastá-los-iam da classe operária e trariam irremediável prejuízo a causa da construção do socialismo. Escreveu F. Engels:

"Quando dominarmos o poder do Estado, ser-nos-á impossível sequer pensar em expropriar pela violência os pequenos camponeses (pouco importa se com indenização ou sem ela), como seremos obrigados a fazer com os grandes proprietários agrários. Nossa tarefa com relação aos pequenos

camponeses consistirá, antes de tudo, em encaminhar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo e pela oferta de ajuda social para este fim."[133]

O sistema da pequena produção mercantil não está em condições de libertar as massas trabalhadoras de camponeses e artesãos da miséria e da submissão. O único caminho para sua libertação de qualquer exploração e ruína é a passagem para o caminho do socialismo através da cooperação. Esta passagem só é possível nas condições de conquista do poder pela classe operária, conduzindo atrás de si todos os trabalhadores.

No seu plano de construção da sociedade socialista, Lênin se orientou pelo princípio de que a classe operária deve construir o socialismo em aliança com o campesinato. Parte integrante do plano geral de construção do socialismo é o plano, elaborado por Lênin, de transição dos camponeses da pequena economia, baseada na propriedade privada, para a grande economia socialista, através da cooperação.

O plano cooperativo de Lênin partiu de que, nas condições da ditadura do proletariado, a cooperação representa, para milhões de camponeses, o caminho mais acessível, compreensível e vantajoso de transição da dispersa economia individual para as grandes associações produtivas — as economias coletivas. A fim de atrair o campesinato ao leito da construção socialista, era necessário o desenvolvimento, inicialmente, das formas mais simples de cooperação e a transição gradual das formas inferiores as formas superiores de cooperação, a cooperação de produção colcosiana. Na cooperação das economias camponesas foi encontrada a única forma correta de combinação dos interesses privados dos camponeses com os interesses estatais gerais, de incorporação das massas fundamentais do campesinato sob a direção da classe operária para a construção do socialismo.

Na sociedade burguesa, onde os meios de produção pertencem aos exploradores, a cooperação constitui uma forma capitalista de economia. Na cooperação agrícola sob o

capitalismo, a burguesia domina economicamente, explorando as massas do campesinato. No regime social, em que o poder político se encontra em mãos dos próprios trabalhadores e os meios fundamentais de produção são de propriedade do Estado proletário, a cooperação representa uma forma socialista de economia.

"O regime de cooperadores civilizados, sob a condição da propriedade social dos meios de produção, da vitória de classe e do proletariado sobre a burguesia — este é o regime do socialismo."[134]

O plano cooperativo de Lênin refletia a necessidade histórica do desenvolvimento da sociedade no período de transição do capitalismo ao socialismo. Uma vez que a pequena economia mercantil constitui uma base que alimenta o capitalismo, o problema de "quem vencera a quem?", ou seja, a vitória definitiva da classe operária, em aliança com as massas fundamentais do campesinato, sobre a burguesia, não pode ser alcançada sem a transformação socialista da agricultura. Sem a cooperação dos pequenos produtores mercantis, é impossível superar as contradições da economia de formação múltipla do período de transição e construir a sociedade socialista.

Na economia de formação múltipla do período de transição, existem, de um lado, a grande indústria socialista, cuja base é a propriedade social dos meios de produção, e, de outro Lado, a pequena economia camponesa, cuja base é a propriedade privada dos meios de produção. A grande indústria possui uma técnica avançada, ao passo que a pequena propriedade privada camponesa se baseia na técnica primitiva e no trabalho manual. A grande indústria se desenvolve com elevados ritmos, ao passo que a pequena economia camponesa se desenvolve com extrema lentidão e nem sempre dispõe da possibilidade de efetuai mesmo a reprodução simples. A grande indústria está socializada na escala de toda a economia nacional e é dirigida na base do plano estatal, enquanto a pequena economia camponesa é dispersa e está submetida a influência das forças do mercado. A grande indústria socialista aniquila os elementos capitalistas, ao passo que a pequena economia

camponesa os engendra permanentemente e em escala de massa. O Estado socialista e a construção do socialismo não podem, no decorrer de um período mais ou menos longo, apoiar-se em duas bases diversas: na base da mais unificada grande indústria socialista e na base da pequena economia mercantil camponesa, dispersa e atrasada. Isto conduziria, em última instância, a desorganização de toda a economia nacional.

Desta maneira, na economia do período de transição do capitalismo ao socialismo inevitavelmente existe uma contradição entre a grande indústria socialista, de um lado, e a pequena economia camponesa, de outro lado. Esta contradição é característica para a economia de todos os países, que ingressam no caminho da transição ao socialismo. Resolver esta contradição só é possível através da transladação da pequena economia camponesa para os trilhos da grande lavoura socialista.

À medida em que cresce a indústria socialista, a pequena economia camponesa se revela cada vez menos em condição de satisfazer as crescentes necessidades da população urbana em matéria de gêneros alimentícios, bem como as necessidades cada vez maiores de matérias-primas para a indústria, o que freia o desenvolvimento industrial do país. A indústria socialista, que produz instrumentos de produção tanto para a indústria como para a agricultura, não dispõe, em virtude da existência da pequena economia camponesa, de um mercado interno crescente para o escoamento da moderna e complexa técnica agrícola, que somente as grandes economias podem aplicar em ampla escala.

Desta maneira, as velhas relações de produção da pequena economia camponesa obstaculizam o desenvolvimento das novas forças produtivas. A lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas condiciona a necessidade da criação no campo de novas relações de produção socialistas, que possam dar espaço ao desenvolvimento das forças produtivas. Estas relações de produção se criam através da unificação das pequenas economias individuais em grandes economias coletivas.

A realização do fim da produção socialista — o ininterrupto crescimento do bem-estar do povo — exige a criação de uma grande agricultura socialista altamente produtiva, capaz de abastecer a indústria de matérias-primas e a população, de gêneros alimentícios. Em consequência, a coletivização está condicionada pela ação da lei econômica fundamental do socialismo, representando uma condição indispensável a solução das mais importantes tarefas da construção do socialismo e da satisfação dos interesses radicais, vitais, do campesinato e de todos os trabalhadores.

Existem dois caminhos para a criação da grande economia na agricultura: o capitalista e o socialista. O caminho capitalista implica no aparecimento e desenvolvimento na agricultura de grandes economias capitalistas, baseadas na exploração do trabalho assalariado, o que inevitavelmente é acompanhado pela diferenciação e a ruína das massas trabalhadoras do campesinato. O caminho socialista implica na unificação das pequenas economias camponesas em grandes economias coletivas, equipadas com uma técnica avançada, as quais libertam os camponeses da exploração, da miséria e da pobreza, assegurando o ascenso ininterrupto de seu nível de vida material e cultural. Terceiro caminho não existe.

Representa o mais profundo equívoco a opinião de que o socialismo pode ser construído apenas na cidade, deixando no campo as economias dos pequenos camponeses e dos camponeses ricos. O Partido Comunista da União Soviética, ainda no início do movimento colcosiano de massas, derrotou a teoria oportunista de direita do "equilíbrio" dos setores da economia nacional, segundo a qual o setor socialista na cidade e os setores pequeno-camponês e capitalista no campo podem desenvolver-se paralelamente, não engendrando contradições no desenvolvimento da economia nacional. Por tal caminho, a vitória do socialismo não pode ser garantida.

Desta maneira, a gradual unificação das pequenas economias camponesas em cooperativas de produção, equipadas com uma técnica avançada, constitui uma necessidade objetiva no período de transição do capitalismo ao

socialismo. O Partido Comunista e o Estado soviético rejeitaram o caminho capitalista de desenvolvimento da agricultura, como mortal para a causa do socialismo, e escolheram o caminho socialista. Isto encontrou sua expressão na política consequentemente aplicada de coletivização da agricultura. O XV Congresso do PC(b) da URSS (1927) resolveu o seguinte:

"É necessário colocar como tarefa primordial, na base da contínua cooperação do campesinato, a passagem gradual das dispersas economias camponesas para o caminho da grande produção (cultivo coletivo da terra na base da intensificação e mecanização da lavoura), apoiando por todos os meios e estimulando os embriões do trabalho agrícola socializado."[135]

A passagem da pequena economia camponesa individual a grande economia socialista não pode decorrer espontaneamente. Sob o capitalismo, a aldeia segue a cidade espontaneamente, uma vez que a economia capitalista da cidade e a pequena economia camponesa da aldeia constituem, no seu fundamento, formas econômicas do mesmo tipo, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção. Nas condições da ditadura da classe operária, a aldeia pequeno-camponesa não pode seguir espontaneamente a cidade socialista. Como indicou Lênin, a diferença da tendência socialista do proletariado, ao campesinato é inerente uma tendência mercantil-capitalista, uma vez que a economia mercantil simples espontaneamente engendra o capitalismo.

Para a vitoriosa realização das tarefas da cooperação de milhões de pequenas economias camponesas, Lênin considerava como condição mais importante a direção da classe operária com relação as massas fundamentais do campesinato, a ajuda material, financeira e organizativa do Estado socialista a aldeia. A cooperação dos camponeses exige a mais rigorosa observância do princípio da voluntariedade. Grande importância tem, neste particular o convencimento a respeito da superioridade da grande economia socialista, pela experiência das cooperativas de produção de vanguarda.

A história da construção socialista na URSS demonstrou que se justificou plenamente o caminho da cooperação

produtiva das economias camponesas. Em todos os países, que possuem massa mais ou menos numerosa de pequenos e médios camponeses, após o estabelecimento do poder da classe operária, este caminho de desenvolvimento e o único possível e conveniente para a vitória do socialismo.

Formas de Transformação Socialista da Agricultura na URSS

A radical transformação revolucionária das relações de produção na esfera agrícola e a criação do modo de produção socialista no campo exigem a organização de formas de economia socialista, que, em primeiro lugar, correspondam aos interesses econômicos vitais do campesinato, e, em segundo lugar, garantam uma produtividade do trabalho mais elevado e o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas em comparação não somente com as pequenas economias camponesa» como também com as grandes economias capitalistas. A estas exigências correspondem as formas cooperativas de economia, criadas e comprovadas pela experiência da transformação socialista da agricultura na URSS e nos países de democracia popular.

Constitui forma inferior de cooperação das economias camponesas a cooperação no terreno da venda dos produtos agrícolas e do abastecimento de produtos industriais a aldeia, bem como a cooperação no terreno do crédito. Pertencem a estas formas gêneros especiais de cooperativa agrícola: produtora de manteiga, cultivadora de linho, cultivadora de beterraba, creditícia e outras. Nestas cooperativas, a socialização ainda não abrange os meios de produção e de trabalho dos pequenos produtores mercantis. Mas elas desempenham grande papel na transição da economia camponesa individual a grande economia social, uma vez que inculcam em amplas camadas do campesinato hábitos de condução coletiva das questões econômicas. Nelas se manifestam os embriões da economia social: plantação coletiva para a produção de sementes selecionadas, empresas auxiliares para a elaboração de produtos agrícolas; com os meios cooperativos adquirem-se reprodutores de raça, máquinas para utilização nas economias dos membros da cooperativa, etc..

Neste estádio, entre a indústria socialista e a economia camponesa existe predominantemente uma aliança comercial. A expansão do comércio estatal e cooperativo e a eliminação do capital privado da rede comercial libertam os camponeses da exploração por parte de comerciantes e especuladores. Grande papel desempenha, a este respeito, a cooperação de consumo na aldeia, que produz objetos de consumo pessoal para o comércio.

No período de transição, nas relações mútuas do Estado com as uniões cooperativas tem grande significação o sistema de contratação, que representa uma forma de circulação comercial organizada e a forma mais simples de aliança produtiva entre a cidade e o campo. A contratação se realiza na base de acordos pelos quais o Estado faz encomendas aos produtores cooperativistas e as economias camponesas individuais para a produção de certa quantidade de produtos agrícolas, fornece-lhes sementes e instrumentos de produção, favorece a aplicação dos melhores processos econômicos (semeadura em fileiras, plantio de sementes selecionadas, utilização de adubos, etc.), compra-lhes a produção mercantil para o abastecimento de gêneros alimentícios a população e de matérias-primas a indústria. Este sistema é vantajoso para ambas as partes e entrelaça, de modo imediato, as cooperativas e as economias camponesas individuais com a indústria, sem intermediários comerciais privados.

Uma importância decisiva na transformação socialista da agricultura tem a cooperação de produção entre as pequenas economias camponesas, a socialização dos meios de produção dos pequenos produtores mercantis, a passagem da propriedade privada a propriedade social, socialista, dos meios de produção. Esta passagem não se realiza de uma vez. A socialização dos diferentes aspectos da economia camponesa se processa gradualmente.

A forma inferior das cooperativas de produção na URSS foi a Irmandade Para o Cultivo Conjunto da Terra (TOZ), na qual se socializavam a utilização da terra e o trabalho, mas o gado de trabalho e os instrumentos agrícolas permaneciam como

propriedade privada do camponês. Esta forma de cooperativa de produção predominou até a coletivização compacta.

A TOZ desempenhou grande papel na incorporação dos camponeses individuais a grande economia social. Ela constituiu a forma de transição para a cooperativa de produção de tipo mais elevado.

A forma superior da cooperação de produção consiste numa união cooperativa voluntária dos camponeses, cuja base é constituída pela propriedade social dos meios de produção e pelo trabalho coletivo. A forma fundamental e principal da economia coletiva — colcós —, na URSS, foi o artel agrícola. O artel agrícola é uma forma de economia coletiva, que se constrói sobre a socialização dos meios de produção fundamentais dos camponeses e sobre o seu trabalho coletivo, conservando-se a propriedade pessoal dos colcosianos sobre uma economia auxiliar.

A experiência de construção colcosiana na URSS demonstrou que, entre todas as formas de cooperativas de produção, o artel agrícola é a que assegura, no mais alto grau, a correta combinação dos interesses pessoais dos colcosianos com os interesses sociais do colcós, favorecendo, com isto, a educação dos camponeses individuais, que ficam de fora, no espírito do coletivismo, bem como o desenvolvimento das forças produtivas da agricultura socialista.

Em correspondência com o seu estatuto, no artel agrícola são socializados: as máquinas, os instrumentos agrícolas, O‘ gado de trabalho, os depósitos de sementes, os meios de forragem para o gado coletivizado, as edificações necessárias a atividade econômica do artel, todas as empresas de beneficiamento da produção. Socializam-se inteiramente, no artel agrícola, ramos tão importantes da lavoura, como as culturas cerealíferas e técnicas. A socialização da pecuária é organizada nas granjas colcosianas. Nos artéis desenvolvidos, existem a grande produção socializada de batatas, de legumes, a horticultura, a viticultura, etc..

No artel agrícola, não se socializam e

permanecem propriedade pessoal do lar colcosiano as edificações para fins de residência, certa quantidade de gado produtivo, aves de quintal, construções econômicas necessárias a guarda do gado, que ainda é propriedade pessoal do camponês, pequenos instrumentos agrícolas, necessários a economia pessoal auxiliar. Das terras socializadas são destacadas parcelas, que cada lar colcosiano utiliza para a sua economia auxiliar. Do gado e trabalho socializado, a direção do artel reserva alguns cavalos para servir, mediante pagamento, as necessidades pessoais dos membros do artel. Os colcosianos recebem seus ingressos básicos da economia social do colcós, de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho por eles despendido.

Numa série de regiões da URSS surgiram comunas agrícolas, nas quais foram socializados não somente todos os meios de produção, como também a economia pessoal do colcosiano. Tais comunas se revelaram sem vitalidade, uma vez que surgiram nas condições de uma técnica não desenvolvida e de insuficiência da produção. Praticava-se nelas a distribuição igualitária dos objetos de consumo. Segundo resolução dos próprios camponeses, as comunas foram transformadas depois em artéis agrícolas.

O papel dirigente da grande indústria socialista na transformação socialista da agricultura se realizou, na URSS, através das estações de máquinas e tratores. A Estação de Máquinas e Tratores (MTS) é uma empresa estatal socialista na agricultura, que concentra tratores, combinados e outras máquinas agrícolas complexas, prestando serviços, por meio de contratos, à produção colcosiana.

A estação de máquinas e tratores foi um importante instrumento de reconstrução socialista da agricultura, um instrumento fundamental de estabelecimento da aliança de produção entre a indústria e a agricultura. A aliança de produção consiste em que a grande indústria socialista abastece a agricultura de máquinas e outros meios de produção, equipando-a com uma nova e aperfeiçoada técnica.

Importante significação para a transformação socialista da

agricultura possuem as grandes empresas agrícolas estatais, organizadas pelo Estado socialista em parte dos antigos latifúndios, bem como nas terras livres do fundo estatal. Na URSS, as economias estatal-soviéticas (sovcoses) passaram a se criar já no primeiro ano após a revolução socialista. O sovcós é a grande empresa socialista agrícola, na qual os meios de produção e toda a produção pertencem ao Estado. Os sovcoses representam uma das mais importantes fontes de recursos em gêneros alimentícios e matérias-primas, colocadas a disposição do Estado. Como empresas socialistas altamente mecanizadas e com elevado índice de produção para o mercado, os sovcoses davam aos camponeses a possibilidade de se convencerem da superioridade da grande produção socialista e lhes prestavam ajuda em matéria de tratores, sementes selecionadas e gado de raça. Estas empresas agrícolas estatais foram criadas em todos os países socialistas.

A Coletivização Compacta e a Liquidação do Campesinato Rico como Classe na URSS

O cumprimento da grandiosa tarefa histórica, que é a cooperação de milhões de pequenas economias camponesas, não pode ser atingido subitamente após a conquista do poder pela classe operária. Para isto exige-se a criação de premissas adequadas. Se o próprio desenvolvimento capitalista preparou as condições materiais para a transformação socialista da indústria, já para a agricultura estas condições, em medida considerável, devem ser criadas no decorrer do período de transição.

Importância decisiva para a formação da base técnico-material da agricultura tem a industrialização do país, a criação da grande indústria, capaz de equipar as cooperativas de produção com uma técnica avançada. Na URSS, já nos primeiros anos da industrialização foi levada a efeito a construção de fábricas de tratores, de combinados e de outras máquinas agrícolas complexas. Somente nos anos do primeiro plano quinquenal, a agricultura da URSS recebeu 160 mil tratores (calculados a base da unidade de 15 cavalos-vapor). O rápido ritmo de desenvolvimento da indústria pesada assegurou a

criação de uma base industrial para o fornecimento ao campo de uma técnica agrícola avançada.

Nas condições atuais, alguns países de democracia popular, que não possuem uma base industrial própria para a fabricação de máquinas agrícolas, recebem a técnica agrícola avançada de outros países socialistas, mais desenvolvidos do ponto de vista industrial, antes de tudo, da URSS. Juntamente com isto, o desenvolvimento industrial próprio dos países de democracia popular, de acordo com as suas particularidades econômicas, constitui condição necessária para o fortalecimento das economias socialistas organizadas na agricultura.

Lênin ensinou que cada regime social surge somente com o apoio financeiro de determinada classe. Isto se refere inteiramente a criação do novo modo de produção socialista na agricultura. O Estado soviético despendeu consideráveis meios para o financiamento da construção colcosiana e sovcosiana. Os Estados socialistas dos países de democracia popular prestam grande ajuda financeira e organizativa a causa da cooperação das economias camponesas.

O convencimento gradual dos camponeses da superioridade do caminho socialista tem enorme importância n,a preparação da reviravolta radical das massas camponesas para este caminho. Se a classe operária, como classe avançada da sociedade moderna e dirigente de todos os trabalhadores na luta pela vitória do socialismo, com a chegada ao poder e a nacionalização das empresas industriais, começa imediatamente a trabalhar em empresas socialistas, já o campesinato, como classe de pequenos produtores mercantis, ligada, através de séculos, a sua economia baseada na propriedade privada, deve convencer-se ainda, na prática, das vantagens da economia coletiva.

A política econômica do Partido Comunista da URSS e do Estado soviético no campo, até a cooperação em massa das economias camponesas, foi dirigida no sentido de apoiar, por todos os meios accessíveis, as camadas de camponeses pobres e médios, atraindo-as gradualmente para a cooperação.

Os camponeses pobres, que representavam 35% de todos os lares camponeses na URSS, foram inteiramente libertados dos impostos. O Estado soviético promulgou leis sobre o trabalho, que protegiam severamente os interesses dos camponeses pobres e dos trabalhadores agrícolas. A organização agrícola, nas economias dos camponeses pobres e dos camponeses médios mais débeis, era feita gratuitamente, por conta do Estado. O Estado organizou depósitos para P aluguel de máquinas, que prestavam ajuda produtiva, antes de tudo, às economias dos camponeses pobres. Os camponeses pobres e médios receberam créditos em dinheiro e empréstimos de sementes e víveres em condições vantajosas. Foram de grande importância, para o ascenso da economia camponesa, a ajuda agronômica organizada pelo Estado, o fornecimento de adubos minerais, a realização de grandes obras de irrigação, etc.. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista e o Estado soviético restringiram e deslocaram os elementos capitalistas do campo através de uma elevada imposição de tributos ao campesinato rico, da redução das dimensões do arrendamento e da utilização do trabalho assalariado, da proibição da compra e venda de terra.

A transição gradual das formas mais simples de cooperação as mais complexas, das formas inferiores de cooperativas de produção as formas superiores, passo a passo preparou as massas do campesinato para a transição da economia individual a economia social, da propriedade privada a propriedade social, socialista, dos meios de produção, a condução da economia coletiva sobre as bases democráticas da autoadministração. Desempenharam enorme papel, na preparação da coletivização em massa, os primeiros colcoses e sovcoses, criados logo após a revolução socialista. Com o exemplo dos colcoses e sovcoses de vanguarda, os camponeses se convenceram da superioridade das formas socialistas de economia. Ao lado disto, o Estado socialista prestou, por todos os meios, uma ajuda organizativa aos camponeses. Nos primeiros anos do movimento colcosiano, foram enviados ao campo os melhores funcionários do Partido e dezenas de milhares de operários que prestaram aos camponeses grande ajuda na organização das economias coletivas.

O processo de transformação socialista da agricultura está inevitavelmente ligado com a luta de classes da classe operária, das massas de camponeses pobres e médios contra a burguesia rural. A passagem das pequenas economias camponeses a cooperação em massa exigiu, na URSS, a decidida superação da resistência do campesinato rico. A resistência deste a política do poder soviético no campo acentuou-se particularmente nos anos de 1927/1928, quando o país soviético experimentou dificuldades no abastecimento de cereais. Os camponeses ricos organizaram a sabotagem do aprovisionamento de cereais, realizaram atos terroristas contra os colcosianos e os funcionários do Partido e dos sovietes, incendiaram edificações colcosianas e depósitos cerealíferos do Estado. A política de luta decidida contra o campesinato rico e de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo uniu as massas de camponeses pobres e médios em torno do Partido Comunista e do Estado soviético.

No segundo semestre de 1929, tornou-se evidente, na URSS, a reviravolta radical do campesinato no sentido dos colcoses. Já tinham sido criadas, a esta altura, as premissas econômicas e políticas para a coletivização da agricultura. Dirigiram-se para os colcoses os camponeses médios, ou seja, a massa fundamental do campesinato. Os camponeses ingressavam nos colcoses já não por grupos isolados, mas por aldeias e distritos inteiros. Iniciou-se, no campo soviético, o processo da coletivização compacta.

Até a coletivização compacta, o Partido Comunista e o Estado soviético executaram uma política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas do campo. A grande reviravolta das massas camponesas fundamentais no sentido do socialismo assinalou uma radical transferência de forças de classe no país em favor do socialismo, contra o capitalismo. Isto deu ao Partido Comunista e ao Estado socialista a possibilidade de passar da velha política de limitação e deslocamento dos elementos capitalistas do campo a uma nova política, a política de liquidação do campesinato rico como classe, na base da coletivização compacta.

A coletivização compacta significou a ruptura radical do velho regime social no campo, a transformação da economia camponesa baseada na propriedade privada, existente há séculos, a destruição das raízes do capitalismo no campo. Ingressando nos colcoses, os camponeses socializavam os seus meios de produção e o seu trabalho, criavam a sua economia social, cooperativa (artel) e, com isto, se libertavam da exploração pelos camponeses ricos. É compreensível que tão grandiosa reviravolta, na vida de dezenas de milhões de homens, era acompanhada de enormes dificuldades. O campesinato rico opôs encarniçada resistência a realização da coletivização compacta. Os camponeses pobres e médios, encaminhando-se para os colcoses, travavam a luta contra o campesinato rico e necessitavam, para isto, da ajuda da classe operária e do Estado. Dirigindo as massas fundamentais do campesinato, a classe operária conduziu-as ao assalto contra o último baluarte da exploração capitalista no país. O poder soviético tomou uma série de medidas orientadas contra o campesinato rico. Foram revogadas as leis sobre arrendamento da terra, trabalho assalariado, etc.. Desta maneira, na base da coletivização compacta, foi levada a efeito a liquidação do campesinato rico – a derradeira e mais numerosa entre as classes exploradoras.

A coletivização compacta e a liquidação, realizada na sua base, do campesinato rico, como classe, representaram uma profundíssima reviravolta revolucionária. Na resolução Sobre o Movimento Colcosiano e o Ascenso da Agricultura, o XVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1930) assinalou:

“Se a confiscação da terra dos latifundiários foi o primeiro passo da Revolução de Outubro no campo, já a passagem para os colcoses representa o segundo e, ao mesmo tempo, decisivo passo, que determina a etapa mais importante para a causa da construção dos fundamentos da sociedade socialista na URSS.”[136]

Esta foi uma revolução, que liquidou as velhas relações de produção capitalistas e pequeno-burguesas no campo, as quais

constituíam obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, substituindo-as por relações de produção novas, socialistas.

Esta revolução solucionou uma série de tarefas radicais da construção socialista.

Em primeiro lugar, a revolução liquidou a mais numerosa classe exploradora no país, a classe dos camponeses ricos. A liquidação do campesinato rico como classe, na base da coletivização compacta, foi um passo decisivo para o aniquilamento das classes exploradoras. O problema "quem vencerá a quem?" foi resolvido não somente na cidade, mas também no campo, em favor do socialismo. Foram extinguidas, dentro do país, as últimas fontes de restauração do capitalismo.

Em segundo lugar, a revolução transferiu a mais numerosa classe trabalhadora do país — a classe dos camponeses — do caminho da economia individual, que engendra o capitalismo, para o caminho da economia social, colcosiana, socialista, solucionando, com isto, a mais difícil tarefa histórica da revolução socialista.

Em terceiro lugar, a revolução deu ao poder soviético uma base socialista no ramo da economia nacional mais extenso e vitalmente necessário, bem como mais atrasado, ou seja, na agricultura. A agricultura passou a se desenvolver numa base idêntica a da indústria — na base da propriedade social dos meios de produção. Foi resolvida, desta maneira, uma das mais profundas contradições do período de transição — a contradição entre a grande indústria socialista e a pequena economia camponesa individual —, fazendo-se desaparecer o terreno para a oposição entre a cidade e o campo.

A vitória do regime colcosiano foi alcançada numa luta decidida contra os trotskistas e bukharinistas, que pugnavam contra a coletivização das economias camponesas. O Partido Comunista derrotou as diretivas trotskistas de exploração do campesinato através da fixação de altos preços para os produtos industriais e de impostos excessivamente elevados para o campesinato, bem como as diretivas oportunistas de

direita dos bukharinistas no sentido da prosperidade do campesinato rico, do "espontaneísmo" na construção econômica.

No curso da coletivização compacta, foram superadas as deformações dos princípios leninistas da cooperação das economias camponesas. O Partido Comunista condenou severamente a prática, localmente observada, de violação da voluntariedade do ingresso dos camponeses nos colcoses, de saltar das formas inferiores de cooperativas de produção as superiores, para as quais não tinham sido criadas as necessárias premissas, de ignorar as condições econômicas específicas de determinadas regiões do país, particularmente as regiões nacionais.

A gigantesca reconstrução de milhões de economias camponesas na base da coletivização, que decorreu nas condições de encarniçada luta de classes com o campesinato rico, foi acompanhada inicialmente de grandes gastos no terreno da agricultura e, antes de tudo, de temporária redução da quantidade de cabeças de gado. Posteriormente, a medida que se consolidavam e fortaleciam os colcoses, cada vez mais passaram a se evidenciar as suas vantagens e começaram a elevar-se os ritmos de crescimento da produção colcosiana.

Ainda nos primeiros anos da coletivização compacta, foi colocada, como tarefa principal da construção colcosiana, o fortalecimento organizativo-econômico dos colcoses, ou seja: o fortalecimento da direção partidária e estatal dos colcoses; a purificação dos colcoses de elementos hostis do campesinato rico, que neles penetraram para tentar destruí-los por dentro, aplicando métodos de sabotagem; o reforçamento da proteção da propriedade social, socialista, contra a rapina, o melhoramento da organização e a elevação da disciplina do trabalho coletivo.

Tudo isto assegurou a realização vitoriosa da coletivização compacta.

Transformação da URSS de País de Pequena Economia Camponesa no País de Agricultura Altamente Mecanizada, a

Maior do Mundo

A coletivização compacta na URSS foi levada a efeito, no fundamental, durante o período de 1929 a 1934, embora fosse inteiramente concluída somente ao fim do segundo plano quinquenal.

Foi criada e consolidada, na URSS, a maior agricultura socialista do mundo, encarnada no sistema universal de colcoses, estações de máquinas e tratores e sovcoses.

Ao invés de 25 milhões de economias camponesas, que existiam na URSS as vésperas da coletivização compacta, em meados de 1938 existiam 242,4 mil colcoses (sem contar os dedicados a pesca e os artesanais). Para cada colcós cabiam, em média, 1534 hectares de terra agricultável, incluindo 485 hectares de superfície semeada. Nos Estados Unidos, em 1940, somente 1,6% de todas as economias granjeiras possuíam, cada uma, 405 hectares de terra e mais.

O regime colcosiano demonstrou sua indiscutível superioridade com relação ao regime capitalista de agricultura e a pequena economia camponesa.

"A grande significação dos colcoses consiste precisamente em que representam a base principal para a aplicação de máquinas e tratores na agricultura, em que constituem a base principal para a transformação do camponês, para a recomposição de sua psicologia no espírito do socialismo."[137]

Durante os anos dos dois primeiros planes quinquenais, foi levada a efeito uma verdadeira revolução técnica na agricultura, como resultado da qual se criou sólida base material-produtiva do socialismo no campo. Ao iniciar-se o terceiro plane quinquenal, a agricultura na URSS estava altamente mecanizada e se tornara a maior do mundo.

Ao tempo em que, sob o capitalismo, a aplicação de máquinas na agricultura é acompanhada inevitavelmente da ruína das massas de pequenos camponeses, a mecanização da agricultura socialista, na base do trabalho coletivo, alivia o

trabalho do camponês e conduz ao aumento de seu bem-estar.

Na agricultura soviética, em 1940, havia 684 mil tratores (tomando como base a unidade de 15 c.v.), 182 mil combinados cerealíferos e 228 mil caminhões. O número de estações de máquinas e tratores era de 158 em 1º de junho de 1930, atingindo 7 069 em fins de 1940. O nível de mecanização dos trabalhos nos colcoses atingiu, em 1940: na aração, 83%; nos trabalhos outonais, 71%; nas semeaduras de primavera e de inverno, 52 a 53%; na colheita com combinados cerealíferos, 43%.

O regime colcosiano assegurou significativo aumento da produção agrícola e alto índice de produção mercantil na agricultura, o que possui grande importância para o abastecimento de víveres e matérias-primas ao país. O índice mercantil da produção cerealífera colcosiana e sovcosiana atingiu, em 1938, 40% da produção cerealífera global, enquanto, em 1913, o índice de produção mercantil da lavoura cerealífera representava 26%, ao passo que nas economias dos camponeses pobres e médios era só de 14,7%. Os colcoses e sovcoses possuem enormes possibilidades para o ininterrupto aumento da produção. Não sofrem crises de mercado, uma vez que a sistemática elevação do bem-estar material do povo é acompanhada de uma crescente procura de produtos agrícolas.

A vitória do regime colcosiano abriu ao campesinato soviético o caminho para uma vida acomodada e civilizada. O regime colcosiano liquidou com a diferenciação do campesinato e a miséria no campo.

Como resultado da vitória do regime colcosiano, mais ainda se fortaleceu a aliança amistosa entre operários e camponeses. O campesinato colcosiano se tornou sólido sustentáculo do podar soviético no campo. Já agora, não somente a classe operária, mas também o campesinato passou a aplicar o seu trabalho em empresas baseadas na propriedade social, socialista, dos meios de produção.

A Transformação Socialista da Agricultura nos Países Europeus de Democracia Popular

A transformação socialista da agricultura é uma necessidade objetiva para cada país, que ingressa no caminho da transição ao socialismo. Entretanto, não podem ser iguais as formas, os métodos e os ritmos de cooperação em massa das pequenas economias camponesas e de liquidação do campesinato rico como classe. Isto depende das condições históricas, econômicas e políticas concretas de cada país.

Por mais importantes, porém, que sejam as peculiaridades nas condições, formas e métodos de realização da transformação socialista da agricultura nos diferentes países, permanecem gerais para todos os países, que ingressam no caminho da transição ao socialismo, os princípios fundamentais do plano cooperativo de Lênin, comprovados pela experiência da construção colcosiana na URSS.

Em todos os países, que realizam a transformação socialista da agricultura, há muito de comum nas formas de cooperação das pequenas economias camponesas. Por toda a parte, têm ampla difusão as diferentes espécies de cooperação agrícola, artesanal e de consumo. Nos estádios iniciais da cooperação de produção, por toda a parte atribui-se grande importância as formas inferiores de cooperativas de produção, análogas as irmandades para o cultivo conjunto da terra, que existiram na URSS antes da coletivização compacta. É geralmente reconhecida como forma superior de cooperativa de produção a economia coletiva do tipo do artel agrícola.

Os países de democracia popular realizam a transformação socialista das economias camponesas sob as condições da existência de uma desenvolvida agricultura socialista na URSS e da existência do sistema socialista mundial. O conhecimento da experiência da União Soviética no terreno da transformação socialista da agricultura, das conquistas dos colcoses, estações de máquinas e tratores e sovcoses, desempenha grande papel na causa da cooperação das economias camponesas nos países de democracia popular. A experiência organizativo-econômica de fortalecimento dos colcoses na URSS, da forma de organização e pagamento do trabalho, de distribuição dos ingressos, etc., utiliza-se

amplamente na prática da cooperação produtiva das economias camponesas.

Na base da divisão internacional do trabalho no campo socialista, os países de democracia popular asseguram o abastecimento da agricultura com tratores e outras máquinas agrícolas, organizam a rede de empresas agrícolas estatais, que demonstram a superioridade da grande produção socialista, criam estações de máquinas e tratores, que garantem o reequipamento técnico da agricultura.

A principal particularidade da cooperação produtiva das economias camponesas nos países de democracia popular consiste em que se conserva, por curto tempo, a propriedade privada camponesa da terra, a diferença da URSS, onde foi realizada a nacionalização de toda a terra. A este fato se vinculam as particularidades nas formas de organização e na atividade das cooperativas de produção no campo. Nos países de democracia popular, estão amplamente difundidas as cooperativas de produção, em que a distribuição dos ingressos se processa não somente de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho, mas também de acordo com as dimensões da área de terra transferida a cooperativa e que permanece como propriedade privada do camponês, membro da cooperativa. Estas cooperativas constituem uma forma inferior em comparação com o artel agrícola, em que estão socializados os meios fundamentais da produção, enquanto os ingressos, recebidos da economia social pelo colcosiano, se distribuem somente de acordo com o trabalho.

Nas condições concretas dos países de democracia popular, tal circunstância facilita a entrada dos camponeses nas cooperativas e contribui para o contínuo fortalecimento da aliança da classe operária com o campesinato. A experiência dos países de democracia popular confirmou que a nacionalização da terra não é condição indispensável em todos os países para a construção socialista no campo. Nos países de democracia popular, parte da terra, tomada aos latifundiários no curso da revolução agrária, ficou em mão do Estado, enquanto outra parte se tornou propriedade privada dos

camponeses. Nestas condições, em consequência da proibição da compra e venda da terra e da limitação do seu arrendamento, a conservação da propriedade privada da terra pelos camponeses não conduz a concentração da propriedade territorial em mãos de elementos capitalistas. Como resultado da liquidação do monopólio da grande propriedade privada da terra e da limitação essencial da propriedade privada da terra, esta deixou de servir, nos países de democracia popular, como meio de exploração do homem pelo homem.

Nos países europeus de democracia popular, existem três tipos fundamentais de cooperativas agrícolas de produção, que se diferenciam pelo grau de socialização do trabalho e dos meios de produção, bem como, em decorrência disto, pelos modos de distribuição dos ingressos. Em primeiro lugar, as irmandades para o cultivo conjunto da terra, nas quais está socializado somente o trabalho para a execução de certas tarefas agrícolas (aração, semeadura, preparação das semeaduras, colheita) nas parcelas de terra, que constituem propriedade de cada membro da irmandade. Em segundo lugar, as cooperativas de produção, nas quais estão socializados os meios de produção e o trabalho e a terra unificada num maciço único, embora permaneça como propriedade privada dos membros da cooperativa. Em tal tipo de cooperativas, a parte fundamental dos produtos (70 a 75%) se distribui de acordo com o trabalho, e uma parte menor, de acordo com a quota territorial. Em terceiro lugar, as cooperativas de produção do tipo do artel agrícola, nas quais estão socializados o trabalho, a terra e os meios de produção, enquanto a distribuição dos produtos se realiza somente de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho.

A vitória completa do socialismo na agricultura pressupõe a socialização de toda a terra, a sua transformação em propriedade social. Nos países de democracia popular, a passagem a socialização de toda a terra será realizada gradualmente, dentro dos princípios da voluntariedade, a medida em que, no curso do desenvolvimento da cooperação de produção e da gradual difusão de suas formas superiores, o campesinato se convencer, por sua experiência, das indiscutíveis

vantagens da grande economia coletiva diante da pequena economia baseada na propriedade privada.

A transformação socialista da agricultura decorre numa situação de luta de classes. A burguesia rural se esforça para fazer malograr a cooperação de produção das economias camponesas. Prestando multilateral ajuda material as economias dos camponeses pobres e médios, o Estado democrático-popular toma medidas para o fortalecimento organizativo-econômico das cooperativas de produção e opõe resistência as manobras do campesinato rico, orientadas contra a cooperação.

Ao mesmo tempo, verificam-se nos países de democracia popular particularidades no que se refere as formas concretas de liquidação do campesinato rico como classe. Levando em conta que o campesinato rico, agora, naqueles países, já não opõe a cooperação das economias camponesas uma resistência semelhante a que houve na URSS, numa série de casos estes ou aqueles elementos do campesinato rico são aceitos nas cooperativas de produção, onde se reeducam no processo do trabalho.

Os partidos comunistas e operários dos países de democracia popular se opõem decididamente a todas as tentativas revisionistas, dirigidas no sentido da renúncia a cooperação no campo, esclarecendo que tai renúncia significaria, na essência, a passagem do caminho socialista do desenvolvimento para o caminho da restauração capitalista.

Tudo isto assegura o êxito da tarefa de atrair as economias camponesas individuais para as cooperativas de produção. O regime cooperativo na Bulgária, já em 1957, obtinha decisiva vitória. Em 1959, na Bulgária, as economias agrícolas cooperativas unem 95% de todas as economias camponesas, ocupando mais de 95% de toda a terra cultivada no país.

Em meados de 1959, cabiam ao setor socialista: na Tchecoslováquia, mais de 80%; na República Democrática Alemã, cerca de 50% da área agrícola; na Romênia, mais de 70% da terra arada do país. Na Albânia, em meados de 1959,

cabiam as cooperativas agrícolas cerca de 80% da área cultivada da república.

Na Hungria, na primavera de 1959, o setor socialista ocupava 62,8% da área agrícola; na Polônia, cerca de 15% das terras agrícolas.

Na base das transformações socialistas, realizadas no campo, foram alcançados, nos países europeus de democracia popular, êxitos essenciais para o desenvolvimento da agricultura e a elevação do bem-estar do campesinato. A garantia do contínuo e rápido ascenso da agricultura tem grande significação do ponto de vista dos interesses da economia nacional em conjunto. A solução desta tarefa exige o contínuo desenvolvimento da cooperação produtiva, o fortalecimento organizativo-econômico das cooperativas existentes, o melhoramento do trabalho das empresas agrícolas estatais.

Simultaneamente, nos países de democracia popular, o poder estatal, aplicando uma linha geral de gradual transformação socialista da agricultura, utiliza as possibilidades ainda não esgotadas da economia do camponês trabalhador individual em proveito do contínuo ascenso da agricultura. Para este fim, é prestada ao camponês trabalhador individual ajuda técnico-produtiva, creditícia, agrotécnica, bem como se estimula o desenvolvimento da sua economia através da aliança comercial da cidade com o campo, de condições vantajosas de contrato, de uma política adequada de impostos e abastecimento.

Tudo isto favorece o ascenso da agricultura e a consolidação da aliança da classe operária com o campesinato.

A Transformação Socialista da Agricultura na República Popular da China e em outros Países Democrático-Populares da Ásia

O triunfo das revoluções democrático-populares na China e em outros países democrático-populares da Ásia abriu o caminho para a gradual transformação socialista da agricultura. Guiando-se pelas ideias leninistas sobre a cooperação do campesinato, os partidos comunistas elaboraram e passaram a

realizar praticamente os planos de passagem voluntária dos camponeses da pequena economia camponesa baseada na propriedade privada para a grande economia socialista coletiva. Estes planos foram elaborados levando em conta as condições peculiares de cada país.

Na China, o movimento pela cooperação na agricultura desenvolveu-se a base da completa execução das transformações agrárias. Estas transformações não somente liquidaram a classe dos latifundiários no sentido econômico e debilitaram consideravelmente o campesinato rico, como também conduziram ao esmagamento político dos latifundiários e ao isolamento dos camponeses ricos. Através de toda a sua política, o Partido Comunista levou gradualmente as massas camponesas a tomarem consciência das vantagens da economia cooperativa.

Logo após as transformações agrárias no campo chinês, passaram a ser criadas, em ampla escala, grupos de ajuda mútua para a produção agrícola. Tais grupos constituíam uma associação de algumas economias camponesas para a execução, com o trabalho conjunto, de certas tarefas agrícolas, conservando-se a propriedade privada da terra e de outros meios de produção. Nestes grupos, realizava-se certa divisão e especialização do trabalho. Como resultado do trabalho conjunto, coletivo, dos camponeses, já essas formas de cooperação possuíam determinadas vantagens sobre a economia individual dos camponeses.

As formas primitivas de cooperação produtiva prepararam os camponeses individuais para a transição as cooperativas agrícolas de produção. Desde 1952, o Partido Comunista e o poder popular passaram a levar a efeito planificadamente o desenvolvimento das cooperativas agrícolas de produção, que receberam na China a denominação de cooperativas de caráter semi-socialista. Tratava-se de cooperativas de produção de tipo inferior, nas quais a terra entrava como quota-parte. Assegurava-se nelas a condução unificada da economia, mas, ao mesmo tempo, conservava-se a propriedade privada da terra e dos meios fundamentais de produção.

Nestas cooperativas, os ingressos são distribuídos de acordo com a quota territorial e de acordo com o trabalho gasto na economia social; os camponeses recebem remuneração não somente pela terra, como também pelo gado e pelos instrumentos agrícolas, que transferiram a utilização comum. Gradativamente, a medida em que se fortalecera tais cooperativas, aumenta a parte dos ingressos distribuídos de acordo com o trabalho, enquanto a remuneração pelas quotas perde cada vez mais sua importância e a propriedade social cresce incessantemente.

Em consequência disto, as cooperativas de tipo semi-socialista passaram a se transformar, em escala de massa, em cooperativas socialistas. Em tais cooperativas, a terra e outros instrumentos fundamentais de produção constituem propriedade coletiva, enquanto os ingressos se distribuem somente de acordo com o trabalho. A transição das formas inferiores de uniões cooperativas a sua forma superior se processou gradualmente, levando-se em conta as diferentes condições de desenvolvimento econômico, político e cultural de cada região, com a mais rigorosa observância do princípio da voluntariedade na ajuda mútua. O Partido Comunista e o Governo da República Popular da China conduziram uma luta decidida tanto contra o espontaneísmo na cooperação das economias camponesas como contra a violação do princípio da voluntariedade.

A reconstrução de muitos milhões de economias camponesas individuais sobre princípios coletivos constituiu tarefa entrelaçada com grandes dificuldades. O Partido Comunista da China, encabeçando o amplo movimento dos camponeses para o socialismo, mobilizou as massas para a vitoriosa superação das dificuldades, não permitindo a redução dos ritmos da cooperação na agricultura. Nas condições do ascenso do movimento pela cooperação agrícola, as amplas massas de camponeses médios puseram fim as suas vacilações e passaram a ingressar ativamente nas cooperativas. Em menos de quatro anos após o termino das transformações agrárias na China, foram concluídas, no fundamental, as transformações socialistas na agricultura.

Se em 1952, existiam na China somente 3 644 cooperativas agrícolas de produção, que uniam mais de 45 mil economias camponesas, já em fins de 1957, as cooperativas agrícolas unificavam 120 milhões de economias camponesas, ou seja, 98% de todas as economias camponesas, ao passo que as cooperativas de tipo superior representavam 96% de todas as economias camponesas da República Popular da China. Esta havia levado a termo, assim, a cooperação na agricultura.

No processo do contínuo desenvolvimento do campo socialista, pasmaram a se criar, em escala de massa, as comunas populares, através a unificação das cooperativas agrícolas de produção. A criação das comunas persegue o fim da aceleração dos ritmos da construção socialista e do aumento da produção agrícola. As comunas populares constituem grandes organizações complexas, nas quais se cria uma economia dotada de numerosos ramos, inclusive de oficinas locais e auxiliares. A comuna combina as tarefas da construção política, econômica e cultural-educativa. O ramo principal na comuna popular é a agricultura. Nas comunas populares tiveram difusão as formas sociais de serviços a população (alimentação coletiva, instituições para a infância, etc.).

A execução das transformações socialistas na agricultura processou-se nas condições da luta de classes. O Partido Comunista orientou consequentemente o campesinato para a luta contra a atividade de sapa dos antigos latifundiários e camponeses ricos, que se colocavam contra a cooperação. No período inicial da cooperação, foi proibido aos latifundiários e camponeses ricos ingressar nas cooperativas. Somente após a vitória alcançada pelo movimento em prol da cooperação, foi resolvido, de modo diferenciado, considerando a situação concreta, conceder a possibilidade aos antigos latifundiários e camponeses ricos de trabalhar nas cooperativas, assegurando-lhes o pagamento igual por trabalho igual. Ao lado disto, foi colocada a tarefa da sua reeducação, da sua transformação em trabalhadores honrados.

A cooperação no campo chinês processou-se numa situação em que apenas se iniciava a industrialização do país, em

consequência do que ainda não havia sido criada a base necessária para o equipamento da agricultura com a técnica moderna avançada. A esmagadora maioria das cooperativas agrícolas de produção não possui ainda a base material da produção mecanizada. Somente em poucas cooperativas, a terra é cultivada com máquinas, que são fornecidas pelas estações de máquinas e tratores. As demais cooperativas cultivam a terra por processos manuais e com ajuda do gado, utilizando os velhos instrumentos agrícolas ou instrumentos de tipo aperfeiçoado. Mas também nestas cooperativas, como resultado da simples combinação dos meios de produção dos camponeses e do trabalho coletivo, o rendimento das culturas agrícolas, como regra, é superior ao das economias camponesas individuais. Isto comprova a elevada atividade laboriosa dos membros das cooperativas, bem como a superioridade das cooperativas com relação as brigadas de ajuda mútua e, mais ainda, com relação as economias individuais.

O Partido Comunista da China parte de que a mecanização da agricultura só pode realizar-se gradualmente, a medida em que se desenvolver a industrialização do país e levando em conta as condições concretas do cultivo da terra nas diferentes regiões. Está previsto que, ao fim do segundo plano quinquenal, a área de cultivo mecanizado representará somente 1/10 da área de terra arada de todo o país. Daí porque, no segundo plano quinquenal, o método fundamental de aumento da produção agrícola continuará, como antes, a elevação do rendimento através da aplicação pelas cooperativas e pelas massas camponesas de medidas como a construção de obras de irrigação, a maior utilização de adubos, a realização de beneficiamentos, o melhoramento dos tipos de cultura agrícola, a introdução de instrumentos agrícolas de novo tipo, o melhoramento dos processos de cultivo da terra, a prevenção contra as calamidades da natureza e a luta contra as doenças e pragas da agricultura.

Ao lado da cooperação de produção, teve grande desenvolvimento a cooperação dos camponeses na esfera da circulação, através da cooperação de abastecimento e vendas e de crédito. Estas formas de cooperação, nos primeiros tempos,

ajudaram os camponeses a libertar-se gradualmente da exploração por parte dos comerciantes e usurários, fornecendo aos camponeses colaboração na venda de gêneros alimentícios e matérias-primas ao Estado, no abastecimento da aldeia com meios de produção e objetos de consumo, na prestação de crédito a baixos juros, no desenvolvimento da causa da poupança. Tais formas de cooperação muito contribuíram para a organização da cooperação de produção das economias camponesas.

A cooperação de abastecimento e vendas encontra-se sob a influência dirigente do comércio estatal. Ela contribui para o fortalecimento dos laços econômicos da economia camponesa com a economia estatal, para o reforçamento do método da planificação na esfera do abastecimento de artigos industriais aos camponeses, bem como na esfera das compras estatais de cereais, algodão e outras matérias-primas para a indústria. A cooperação creditícia está ligada ao Banco Nacional do Estado, que orienta sua atividade e lhe dá ajuda com meios monetários.

As empresas agrícolas estatais desempenharam sério papel na transformação socialista das economias camponesas. Estas empresas prestaram real ajuda aos camponeses, mostrando na prática as vantagens da grande economia mecanizada.

Na base da cooperação das economias camponesas, a agricultura da China obtém consideráveis êxitos. A produção agrícola global, a preços constantes de 1952, superou em 1957 o nível de 1949 em 85%. O primeiro plano quinquenal de desenvolvimento da agricultura foi vitoriosamente realizado em conjunto, tendo sido superado no que se refere a colheita de cereais e de algodão. Durante o plano quinquenal, as terras irrigadas aumentaram em mais de 14 milhões de hectares, o que representa cerca de 90% de toda a área de terras irrigadas em 1949. Os ingressos dos camponeses superaram em 1957 o nível de 1952 em 30%.

Foi dado grande salto a frente no desenvolvimento da agricultura da China em 1958. A colheita global de cereais, este ano, aumentou em 35% e a de algodão em 28%, com relação a 1957.

Parte integrante imprescindível das transformações socialistas, que se realizam na China no período de transição, é a cooperação da pequena produção individual artesã. Orientando o desenvolvimento da pequena indústria artesanal pelo caminho socialista, o poder popular organizou os artesãos em diferentes formas de artel, de oficinas de cooperação artesanal (grupos de produção da indústria artesanal, artéis para a cooperação no abastecimento e vendas, cooperativas de oficinas

Em 1957, em todo o país, estavam unidos nas cooperativas 6 340 mil artesãos, ou seja, aproximadamente 90% de sua quantidade total.

A transformação socialista da agricultura foi de fato concluída na República Democrático-Popular da Coreia, onde as cooperativas de produção, em fins de 1957, já incorporavam 95,6% de todas as economias camponesas. A par disso, tiveram a maior difusão as cooperativas de tipo superior. Já agora, são de tipo superior todas as cooperativas agrícolas de produção da República Democrático-Popular da Coreia. O setor socialista da agricultura ocupa posição dominante.

Realiza-se com êxito a cooperação das economias camponesas na República Democrática do Vietnã. Em fins de 1957, estavam unificadas, nas brigadas de ajuda mútua para o trabalho, cerca de 30% de todas as economias camponesas do país. A partir do segundo semestre de 1958, os ritmos da cooperação elevaram-se consideravelmente. Em maio de 1959, 69% das economias camponesas integravam as brigadas de ajuda mútua para o trabalho, enquanto 16% faziam parte das cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista.

Atualmente, verifica-se um rápido processo de transformação das brigadas temporárias de ajuda mútua para o trabalho em brigadas permanentes, de engrandecimento das cooperativas e de transformação das cooperativas agrícolas de produção de tipo semi-socialista em cooperativas de tipo socialista integral. Melhora rapidamente a agrotécnica na produção das cooperativas. Grandes êxitos foram alcançados na construção de obras de irrigação, realizadas principalmente com as forças e com os recursos dos próprios camponeses. A

aceleração dos ritmos da cooperação é acompanhada pelo aumento da produção agrícola. Em 1958, a colheita do arroz atingiu o mais alto nível na história do Vietnã — mais de 4,5 milhões de toneladas.

Na República Popular da Mongólia, a cooperação das economias dos aratos realiza-se numa forma — a de uniões agrícolas. O fundo indivisível da união agrícola conta com 25 a 50% do valor total dos meios de produção. As brigadas permanentes de produção constituem a forma fundamental de organização do trabalho. A distribuição dos ingressos da economia social realiza-se de acordo com o trabalho. As uniões agrícolas de aratos criadores de gado representam economias de grande porte, nas quais se concentram alguns milhares de cabeças de gado. Em março de 1959, estavam nelas associadas cerca de 95% das economias dos aratos. À diferença dos outros países de democracia popular, o movimento cooperativo na República Popular da Mongólia tem a particularidade de que se desenvolve nas condições de nacionalização da terra.

Encerra enorme importância internacional a reconstrução socialista das economias camponesas na China e nos outros países democrático-populares da Ásia, nas condições de um desenvolvimento industrial ainda débil, de atraso da produção agrícola e de superpopulação agrária. Foi mais uma vez confirmado que o plano cooperativo leninista de encaminhamento da pequena produção mercantil camponesa para os trilhos do socialismo é aplicável não somente na União Soviética, mas em todos os outros países do mundo.

Notas de rodapé:

(133) F. Engels, A Questão Camponesa na França e na Alemanha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, pp. 414/415.

(134) V.I. Lênin, Sobre a Cooperação, Obras, t. XXXIII, p. 431.

(135) Resolução do XV Congresso do PC (b) da URSS, em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e

Reuniões Plenárias do CC, parte II, 7ª edição, 1954, p. 437.

(136) Resolução do XVI Congresso do PC (b) da URSS, em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte III, 7ª edição, 1954, p. 60.

(137) I.V. Stálin, Sobre a Questão da Política Agrária na URSS, Obras, t. XII, p. 165.

Capítulo XXIII — A Criação do Sistema Socialista de Economia Mundial

A Edificação do Modo de Produção Socialista na URSS

O período de transição do capitalismo ao socialismo se conclui com a liquidação da economia de formação múltipla e a consolidação do modo de produção socialista, tanto na cidade como no campo, isto é, com a construção, em toda a economia nacional, do sistema socialista de relações de produção e a criação da base técnico-material do socialismo altamente desenvolvida, fundamentada no predomínio da grande produção mecânica moderna.

A transição da economia de formação múltipla para o sistema socialista único de economia, na URSS, baseou-se em radicais transformações no terreno das relações de produção e das forças produtivas do país. Os êxitos da industrialização socialista do país e da coletivização da agricultura conduziram, na URSS, a uma modificação radical da correlação entre as formações econômicas e as classes, em favor do socialismo.

Como resultado do primeiro plano quinquenal, a formação socialista assumiu a posição dominante em toda a economia nacional. As formas socialistas de economia ocuparam quase toda a indústria e começaram já a predominar na agricultura. O poder soviético passou a se apoiar, na cidade como no campo, numa base socialista. Isto significava que na URSS tinha sido construído o fundamento da economia socialista, sob a forma de uma indústria socialista equipada com uma técnica avançada e de uma grande agricultura coletiva, que passava cada vez mais para o caminho da produção mecânica.

Em correspondência com a transformação socialista da esfera da produção, ocorreram modificações radicais também na esfera da circulação. Como resultado do primeiro plano quinquenal, concluiu-se na cidade e no campo a passagem ao

comércio soviético sem capitalistas; o comércio estatal, cooperativo e colcosiano eliminou o comércio privado. Foi liquidado o capital comercial. Passou para as mãos do Estado e das cooperativas o intercâmbio mercantil entre a cidade e o campo, tanto no terreno do fornecimento de artigos industriais a população rural, como no terreno do abastecimento de produtos agrícolas. Sobre esta nova base, a aliança comercial entre a cidade e o campo recebeu ulterior desenvolvimento.

Nos anos do segundo plano quinquenal, foi concluída, no fundamental, a reconstrução técnica de toda a economia nacional, o que conduziu a renovação radical do aparelho técnico-produtivo do país. A URSS se converteu num país economicamente independente, que supre a sua economia e as exigências de sua defesa com o necessário equipamento técnico. Em todos os ramos da economia nacional, desenvolveram-se numerosos quadros, que dominam com êxito a nova técnica. A reconstrução técnica do país foi indissoluvelmente ligada a transformação socialista das relações de produção.

Como resultado do segundo plano quinquenal, o socialismo, na URSS, foi edificado no fundamental.

"Como resultado do vitorioso cumprimento do segundo plano quinquenal... foi resolvida a tarefa histórica fundamental do segundo quinquênio — foram definitivamente liquidadas todas as classes exploradoras, plenamente eliminadas as causas, que engendram a exploração do homem pelo homem e a divisão da sociedade em exploradores e explorados. Foi resolvida a tarefa mais difícil da revolução socialista: concluída a coletivização da agricultura, o regime colcosiano fortaleceu-se definitivamente."(138)

À base da realização da coletivização, foram extirpadas as raízes do capitalismo na economia. Cessou o processo de diferenciação do campesinato e de gestação de elementos capitalistas.

Foi superada a contradição fundamental do período de transição — a contradição entre o socialismo em crescimento e

o capitalismo derrocado, mas inicialmente ainda forte, contando com uma base na pequena produção mercantil. A questão "quem vencerá a quem?" foi solucionada em favor do socialismo, tanto na cidade, como no campo. Havia sido atingido o objetivo da Nova Política Econômica (NEP), que visava a vitória das formas socialistas de economia.

A economia da URSS deixou de ter formação múltipla. O desenvolvimento e o fortalecimento das formas socialistas de economia e a liquidação dos restos de elementos capitalistas levaram a que na economia da URSS vencesse inteiramente e passasse a dominar indivisivelmente o sistema socialista de economia nacional. A vitória do socialismo significou o fim do período de transição, o fim da NEP.

Em 1937, cabiam as formas socialistas de economia 98,7% da soma total de meios de produção, sendo que na indústria, 99,95%; e na agricultura, 96,3%. De 1924 a 1937, o peso específico das formas socialistas de economia elevou-se: na produção industrial global, de 76,3% a 99,8%; na produção agrícola global (incluindo a economia pessoal auxiliar dos colcosianos), de 1,5% a 98,5%; no comércio a varejo, de 47,3% a 100%, na renda nacional, de 35% em 1924/1925 a 99,1% em 1937.

O sistema de economia socialista distingue-se pela raiz do sistema de economia capitalista e possui diante deste último decisiva superioridade.

1. Sob o socialismo, os meios de produção constituem propriedade social, nas duas de suas formas, ou seja, pertencem aos trabalhadores na pessoa do Estado socialista, ou na pessoa dos colcoses e outras uniões e empresas cooperativas, em consequência do que os produtos do trabalho também pertencem aos trabalhadores; sob o capitalismo, os meios de produção constituem propriedade privada e, na sua parte fundamental, pertencem aos capitalistas e latifundiários, em consequência do que a massa fundamental de produtos do trabalho também pertence aos capitalistas e latifundiários.

2. O sistema de economia socialista significa que a

exploração do homem pelo homem foi aniquilada e substituída por relações de colaboração fraternal, que os operários, os camponeses e a intelectualidade trabalham para si, para a sua sociedade, enquanto a produção é dirigida para os fins de elevação do bem-estar dos trabalhadores, de satisfação das suas crescentes necessidades materiais e culturais, ao mesmo tempo em que a distribuição dos bens materiais se realiza de acordo com o princípio: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho; o sistema de economia capitalista significa que o proletariado e as massas trabalhadoras do campesinato são obrigados a trabalhar para os capitalistas e latifundiários, enquanto a produção é dirigida para o fim de enriquecimento das classes exploradoras.

3. A produção socialista se desenvolve de modo planificado e ininterrupto, a base de uma técnica avançada, sendo que a firme elevação do bem-estar das massas constitui estímulo para a ampliação da produção e garantia contra as crises de superprodução e o desemprego; a produção capitalista se desenvolve espontaneamente e o crescimento da produção se choca com os estreitos limites da capacidade aquisitiva das massas, o que inevitavelmente traz consigo crises de superprodução e o crescimento do desemprego.

O sistema de economia socialista pressupõe que o poder estatal se encontre em mãos dos trabalhadores, dirigidos pela classe operária, com o Partido Comunista a frente, e utilizando este poder no interesse de todo o povo para a construção da sociedade comunista; o sistema de economia capitalista pressupõe que o poder estatal se encontre em mãos da burguesia, que utiliza este poder para a conservação e a consolidação do regime capitalista.

A base técnico-material do socialismo é a grande produção mecânica em todos os ramos da economia nacional, fundamentada numa técnica superior e no trabalho dos operários, livres da exploração.

Desta maneira, o socialismo é o regime baseado na propriedade social dos meios de produção (estatal — de todo o povo — e cooperativa), no qual está aniquilada a exploração do

homem pelo homem, planificadamente se realiza a ininterrupta ampliação da produção, na base de uma técnica superior, com o objetivo da firme elevação do bem-estar popular, e se aplica o princípio:

"de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho".

Durante os anos do período de transição na URSS, consolidou-se o mais progressista entre todos os modos de produção, que até então existiram na história — o modo de produção socialista. Desenvolveram-se novas e poderosas forças produtivas na indústria e na agricultura.

Foram, com isto, criadas as condições materiais para a completa vitória das relações de produção socialistas, para a sua consolidação em toda a economia nacional. Por sua vez, as relações de produção socialistas, tendo vencido tanto na cidade como no campo, abriram espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, asseguraram as condições necessárias para a ininterrupta e rápida ampliação da produção, para a permanente e considerável elevação da produtividade social do trabalho. A construção do socialismo foi o único caminho, que conduziu a liquidação do secular atraso técnico-econômico da Rússia, libertou o país do jugo estrangeiro e garantiu a sua independência nacional. Em prazo historicamente brevíssimo, a URSS se converteu num poderoso Estado industrial-colcosiano.

A construção do socialismo na URSS decorreu nas condições de aguda luta de classes, através da superação de enormes dificuldades. Estas dificuldades se relacionavam a radical reconstrução da economia do país, a reconstrução da base técnica de toda a economia nacional. A ofensiva do socialismo encontrou a resistência desesperada das classes exploradoras, que, apoiadas pelo cerco capitalista, promoveram sabotagem, diversionismo e terror. À diferença das dificuldades e contradições do capitalismo, as dificuldades da construção socialista são dificuldades de crescimento, de ascenso, de movimento para a frente; no crescimento das forças do socialismo está contida a possibilidade de superação destas dificuldades. A classe operária e as massas trabalhadoras,

dirigidas pelo Partido Comunista, lutaram abnegadamente contra estas dificuldades, fizeram os necessários sacrifícios e saíram vitoriosos desta luta.

A vitória do socialismo na URSS se tornou possível graças a uma força social como a aliança da classe operária e do campesinato, que une a esmagadora maioria da população do país. Em aliança com e campesinato, a classe operária utilizou a lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas com o objetivo de liquidação das velhas relações de produção burguesas e a criação de novas relações de produção socialistas em toda a economia nacional.

Mas esta vitória ainda não era definitiva, uma vez que a União Soviética, por longo tempo, foi o único país socialista do mundo e se encontrava submetida ao cerco capitalista hostil.

A situação, agora, modificou-se radicalmente. Já não existe mais o cerco capitalista da URSS.

"Não existem no mundo agora tais forças que possam restabelecer o capitalismo em nosso país e esmagar o campo socialista. Está excluído o perigo de restauração do capitalismo na União Soviética. Isto significa que o socialismo venceu não só completamente, mas também definitivamente."(139)

A vitória do socialismo na URSS representa a mais profunda reviravolta revolucionária na história da humanidade. Construindo a sociedade socialista, a classe operária e os trabalhadores da URSS, sob a direção do Partido Comunista, concretizaram as aspirações de muitas gerações de homens do trabalho.

Modificações na Estrutura de Classes da Sociedade

A construção da economia socialista conduziu, na URSS, a radicais modificações na estrutura de classes da sociedade. Não existem no socialismo classes exploradoras. A sociedade socialista consiste de duas classes trabalhadoras, amigas entre si: a classe operária e o campesinato, bem como a intelectualidade, ligada, por todas as suas raízes, a essas classes.

Em 1913, na Rússia de antes da revolução, os operários e empregados constituíam 17% da população; os pequenos produtores mercantis (camponeses, artesãos), 66,7%; as classes exploradoras, 16,3% (incluindo os camponeses ricos, com 12,3%).

Em 1937, na URSS, os operários e empregados constituíam 36,2% da população; o campesinato colcosiano e os artesãos cooperativistas, 57,9%. Os camponeses individuais e os artesãos não cooperativistas, ou seja, as pessoas ocupadas, com o seu trabalho, na pequena economia mercantil, constituíam ao todo 5,9% da população. As classes exploradoras — latifundiários e burguesia — foram liquidadas no decurso do período de transição.

A vitória do socialismo também modifica radicalmente o caráter e a situação da classe operária, do campesinato e da intelectualidade.

A classe operária deixou de ser classe desprovida de meios de produção, que vende a sua força de trabalho e é explorada pelos capitalistas. A classe operária se converteu numa classe inteiramente nova, jamais vista na história, que domina, juntamente com todo o povo, os meios de produção e está libertada da exploração. A classe operaria da URSS trabalha em empresas socialistas, baseadas na propriedade estatal (de todo o povo). Ela é a força de vanguarda, dirigente, do desenvolvimento da sociedade socialista. Por isso, na URSS, a direção estatal da sociedade pertence a classe operária.

O campesinato, de classe dos produtores dispersos, possuidores de pequenas economias, baseadas na propriedade privada, no trabalho individual e numa técnica primitiva, explorada, além disso, pelos latifundiários, camponeses ricos, comerciantes e usurários, converteu-se numa classe inteiramente nova, que a história não conhecia. O campesinato, na URSS, está libertado da exploração, está unificado nos colcoses, baseados na propriedade social, cooperativa, no trabalho coletivo e numa técnica avançada. Em estreita aliança com a classe operária e sob a sua direção, o campesinato participa ativamente da direção do Estado soviético, que é um Estado socialista de operários e camponeses.

A vitória do socialismo significa a liquidação da secular oposição entre a cidade e o campo. Se é característica do regime burguês a exploração da aldeia camponesa pela cidade capitalista e, em relação com isto, a oposição dos interesses de classe entre a cidade e o campo, já na URSS, onde tanto a cidade como o campo se desenvolvem sobre uma base socialista, existe a unidade dos interesses de classe radicais de operários e camponeses. A cidade socialista presta ao campo ajuda econômica, política e cultural. A enorme ajuda da cidade socialista aos camponeses trabalhadores na luta pela sua libertação do jugo dos latifundiários, dos capitalistas urbanos e dos camponeses ricos, bem como o sistemático abastecimento do campo com tratores e outras máquinas, consolidaram a aliança da classe operária com o campesinato. O permanente fortalecimento da aliança econômica da cidade e do campo representa uma das condições mais importantes do desenvolvimento do regime socialista e da construção do comunismo.

Formou-se, na URSS, uma nova intelectualidade, em cuja composição entraram amplas camadas da velha intelectualidade, que aderiu ao povo após a revolução. Na sociedade burguesa, a intelectualidade se compõe predominantemente de pessoas procedentes das classes possuidoras, serve aos capitalistas, é explorada por eles e ela mesma, frequentemente, ajuda os capitalistas a explorar os operários e camponeses. Sob o capitalismo, uma parte considerável da intelectualidade é obrigada a ocupar-se com um trabalho não qualificado ou cai nas fileiras dos desempregados. Na URSS, a esmagadora maioria da intelectualidade é composta de pessoas procedentes da classe operária e do campesinato. A intelectualidade soviética não conhece a exploração e tem inteira possibilidade de aplicar proficuamente os seus conhecimentos no interesse do povo e da construção do comunismo. Sob o socialismo, a intelectualidade, juntamente com a classe operária e o campesinato, participa ativamente da direção do país. Em 1937, os quadros da intelectualidade soviética contavam com 9,6 milhões de pessoas. Incluindo os membros das famílias, a intelectualidade representava aproximadamente 13 a 14% da

população da URSS.

A vitória do socialismo elimina a secular oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Foi liquidada na URSS a situação em que considerável parte dos representantes do trabalho intelectual ajudava as classes dominantes a explorar os trabalhadores manuais. Sob o socialismo, não existe terreno para os antagonismos de classe entre os trabalhadores intelectuais e manuais. Operários, técnicos, engenheiros e dirigentes de empresas se empenham pelo mesmo fim de todo o povo e se interessam pelo ascenso da produção socialista. Os funcionários dirigentes do aparelho do Estado, da economia, da cultura, são servidores do povo. Foi liquidado o monopólio das classes possuidoras sobre o ensino, que se tornou patrimônio dos operários e camponeses. A ciência é utilizada no interesse de todo o povo.

A vitória do socialismo criou todas as condições necessárias para a vida acomodada e culta das massas populares. Durante os anos do período de transição, elevou-se consideravelmente o bem-estar da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. Desapareceu o desemprego e a miséria. Deixaram de existir na aldeia camponeses despossuídos. Elevou-se o salário real de operários e empregados, aumentaram os ingressos reais do campesinato. Tiveram amplo desenvolvimento o seguro social e a saúde pública.

Foi realizada na URSS a revolução cultural, como parte integrante da transformação socialista do país. Como resultado dos dois primeiros planos quinquenais, foi levado a prática o ensino primário obrigatório e geral nas línguas das nacionalidades da URSS. Desenvolveu-se, em todo o país, em ampla escala, a preparação de quadros. Cresceu em enorme grau a rede de estabelecimentos de ensino e de instituições de educação e cultura. Aumentou em algumas vezes a quantidade de especialistas para os diferentes ramos da economia e da cultura.

A renda nacional da URSS, que pertence inteiramente aos trabalhadores, cresceu, de 1913 a 1937, a preços constantes, em

mais de 4 vezes. A produção de objetos de consumo pela grande indústria cresceu, de 1913 a 1937, em quase 6 vezes.

Se, na Rússia de antes da revolução, os analfabetos constituíam 76% da população de 9 anos e mais, já na URSS, ainda antes da Segunda Guerra Mundial o analfabetismo tinha sido, no fundamental, liquidado. O número de alunos de escolas de instrução geral de todos os tipos (no território da URSS, com as fronteiras de antes de 17 de setembro de 1939) aumentou de 7,9 milhões, em 1914, para 30,3 em 1937; o número de alunos de escolas técnicas e de outros estabelecimentos de ensino médio especializado passou de 35,8 mil para 862,5 mil; o número de estudantes de estabelecimentos de ensino superior passou de 112 mil para 547,2 mil; a tiragem de livros cresceu de 86,7 milhões para 677,8 milhões; a tiragem dos jornais se elevou de 2,7 milhões para 36,2.

O poder soviético acabou com a situação de opressão da mulher. Na URSS a mulher goza, de fato, de direitos iguais aos dos homens em todos os terrenos da vida econômica, cultural e político-social. As mulheres recebem pagamento igual aos homens por igual trabalho. A vitória do socialismo incorporou milhões de mulheres ao trabalho qualificado. Durante os anos dos planos quinquenais, desenvolveram-se numerosos quadros dirigentes femininos. Com a vitória dos colcoses, ocorreu radical reviravolta na situação das mulheres no campo, liquidando a desigualdade entre homem e mulher, antes existente na economia camponesa individual. As mulheres obtiveram a possibilidade de se colocar num plano igual ao dos homens e ocupar um lugar honroso na economia social dos colcoses. A vitória do socialismo libertou a mulher da situação semi-servil em que se encontrava numa série de regiões nacionais, onde existiam sobrevivências feudais e patriarcais. As mulheres das regiões nacionais, a semelhança das mulheres de todo o país, se tornaram ativas construtoras do socialismo.

Em 1936, as mulheres representavam 41% dos estudantes de escolas superiores r 47% dos alunos de escolas técnicas. O peso específico das mulheres entre os alunos das escolas superiores industriais era, em 1935, 7 vezes maior do que na

Alemanha, mais de 10 vezes maior do que na Inglaterra e 20 vezes e pouco maior do que na Itália. O número de mulheres médicas cresceu na URSS, de 1913 a 1940, em 44 vezes. Se, em 1913, as mulheres representavam 10% do número total de médicos, já em 1940 as mulheres representavam 61% do número total de médicos.

Com a vitória do socialismo e a liquidação da exploração do homem pelo homem, deixaram de existir, na URSS, classes antagônicas e contradições de classe inconciliáveis. As relações de classe da sociedade socialista se caracterizam pela indestrutível amizade e fraternal colaboração da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. As diferenças de classe entre a classe operária e o campesinato, assim como entre estas classes e a intelectualidade, gradualmente se apagam. Ao tempo em que a sociedade capitalista se dilacera em virtude de antagonismos de classe e de caráter nacional, que provocam sua instabilidade, a sociedade socialista, não conhecendo os antagonismos de classe e de caráter nacional, distingue-se pelo caráter monolítico e pela estabilidade. O domínio, na URSS, da propriedade social e do sistema socialista de economia constituiu a base econômica para o desenvolvimento de forças motrizes tão poderosas do desenvolvimento social como a unidade moral e política da sociedade socialista, a amizade entre os povos e o patriotismo soviético. Estas forças motrizes exercem enorme influência reflexa sobre a economia, acelerando o seu desenvolvimento.

As radicais modificações, que ocorreram na economia socialista e na estrutura de classes da URSS, encontraram seu reflexo no terreno da superestrutura estatal. À medida em que cresciam e se fortaleciam as formas socialistas de economia, modificavam-se também as funções do Estado.

Durante o período de transição, o esmagamento das classes exploradoras ocupou importante lugar na atividade do Estado, o que estava ligado a limitação, ao deslocamento e, em seguida, a liquidação dos elementos capitalistas na economia. Após a vitória do socialismo, esta função perdeu sua força. Ao mesmo tempo, conservou-se inteiramente a função de garantia

da defesa do país contra os agressores capitalistas e os seus agentes. Com o avanço da construção socialista, cada vez mais se desenvolve a atuação organizativa e cultural-educativa do Estado. Crescem consideravelmente suas tarefas de garantia da defesa e do incremento da propriedade social socialista. O Estado zela pela ordem e legalidade socialistas, defendendo-as das investidas de quaisquer elementos hostis e assegurando os direitos dos cidadãos soviéticos.

Como resultado da transformação socialista do país, foi aprovada, em 1936, a nova Constituição da URSS, que consolida numa ordem legal os princípios e as bases do socialismo. A Constituição não se limita a fixação dos direitos formais dos cidadãos, mas transfere o centro de gravidade para a real garantia desses direitos. Assim, a Constituição da URSS não apenas proclama o direito dos trabalhadores ao trabalho, ao repouso, a instrução, a segurança material na velhice, em caso de doença e de perda de capacidade de trabalho. A real aplicação desses direitos é garantida pelo sistema socialista planificado de economia nacional, liquidação do desemprego, redução do dia de trabalho, proteção ao trabalho, férias anuais remuneradas para os operários e empregados, seguro social para operários e empregados por conta do Estado, assistência estatal no interesse da mãe e da criança, outorga aos trabalhadores de ampla rede de sanatórios, casas de repouso, escolas, estabelecimentos de ensino superior, clubes, instrução geral obrigatória, ensino gratuito, estipêndio do Estado aos estudantes e outros meios materiais, etc.. Desta maneira, a vitória do socialismo na URSS criou sólida base econômica, que garante a aplicação efetiva dos direitos dos trabalhadores. Nisto se expressa o verdadeiro democratismo socialista.

A Liquidação da Desigualdade Econômica entre as Nações

Aniquilando qualquer exploração, o socialismo também erradica as causas, que engendram a opressão das nações. Se, sob o capitalismo, a propriedade privada, a exploração, a concorrência e a corrida ao lucro inevitavelmente conduzem a acentuação das discórdias nacionais e à opressão das nacionalidades, já o socialismo, fundamentado na propriedade

social e nas relações de colaboração fraternal, é inconcebível sem a amizade fraternal dos povos, sem a sua maior aproximação. O internacionalismo proletário é um dos princípios mais importantes do socialismo. O regime socialista elimina a desigualdade política, econômica e cultural das nações e cria todas as condições necessárias para o ascenso econômico e cultural de cada povo. Desenvolvendo criadoramente o marxismo, Lênin elaborou um programa cientificamente fundamentado de solução da questão nacional.

"Na sua política nacional – indicou o XX Congresso do PCUS —, o Partido seguiu e segue a tese leninista de que o socialismo não somente não elimina as diferenças e particularidades nacionais, mas, ao contrário, assegura o desenvolvimento multilateral e o florescimento da economia e da cultura de todas as nações e nacionalidades. Também daqui para diante, deve o Partido considerar da maneira mais atenta estas particularidades em todo o seu trabalho prático."[140]

Do conjunto da população das regiões nacionais da Rússia, cerca de 25 milhões de pessoas se encontravam num estádio pré-capitalista da desenvolvimento, enquanto 6 milhões de pessoas constituíam tribos pastoris, que ainda não haviam passado para a lavra da terra, vivendo num regime patriarcal-gentilício. Era necessário ajudar os povos das regiões nacionais a libertar-se de numerosas sobrevivências feudais e patriarcais, erradicar os restos de elementos colonizadores, dar a possibilidade a estes povos de construir uma economia socialista.

Como já foi dito, as nações atrasadas, ao romper o jugo do imperialismo, podem passar gradualmente, com a ajuda dos países avançados de ditadura do proletariado, para o caminho da construção socialista, evitando o estádio do desenvolvimento capitalista. Na União Soviética, tal caminho de desenvolvimento não capitalista foi percorrido pelos povos das antigas regiões atrasadas da Rússia. Como resultado da ajuda multilateral do povo russo e de outros povos da URSS, os povos das regiões nacionais realizaram grandioso salto das formas patriarcais e feudais de economia ao socialismo, evitando o caminho do

desenvolvimento capitalista. Assim se processou o desenvolvimento dos povos da Ásia Média, de alguns povos da Transcaucásia, de uma série de nacionalidades do Norte e de outros.

Como resultado da aplicação da política nacional leninista, foi liquidada, na URSS, a desigualdade de fato, herdada do regime burguês-latifundiário, entre as diferentes nacionalidades, no desenvolvimento econômico e cultural, a desigualdade entre a Rússia central, caminhando para a frente, e as regiões nacionais, que remanesciam no passado. As antigas regiões nacionais da Rússia tzarista se converteram de colônias e semicolônias em Estados independentes e desenvolvidos, em Repúblicas Soviéticas Socialistas. Nas repúblicas e regiões nacionais antes atrasadas, foi criada uma grande indústria socialista, consolidou-se o regime colcosiano, foram preparados numerosos quadros nacionais da classe operária, inclusive operários qualificados, cresceu unia intelectualidade nacional. O poderoso ascenso econômico das regiões nacionais foi acompanhado pelo rápido crescimento do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores.

Nas condições de elevados ritmos gerais de crescimento da indústria na URSS, nas repúblicas nacionais a indústria cresceu com particular rapidez. A produção global da grande indústria aumentou, de 1913 a 1940, em toda a URSS, em quase 12 vezes; no Cazaquistão, em 20; na Geórgia, em 27; na Kirguízia, em 153; no Tadjiquistão, em mais de 300 vezes.

Sob o poder soviético, mais de 400 nacionalidades receberam, pela primeira vez, o próprio alfabeto. A revolução permitiu que, já em 1939, a esmagadora maioria da população das repúblicas nacionais se tornasse alfabetizada, ao passo que, antes da revolução, a população das regiões nacionais era quase inteiramente analfabeta. O número de alunos nas escolas de instrução geral de todos os tipos tinha aumentado de 1914/1915 a 1940/1941: no Azerbaidjão, em 9,5 vezes; na Armênia, em 9,6; no Cazaquistão, em 11; na Turkmênia, em 37; na Kirguízia, em 47; no Uzbequistão, em 75; no Tadjiquistão, em 854 vezes.

Sobre o enorme desenvolvimento de saúde pública nas

repúblicas nacionais, conduzindo a drástica redução da mortalidade da população, testemunham os seguintes dados: o número de leitos hospitalares aumentou, no período de 1913 a 1940, no Azerbaidjão, em 11,2 vezes; no Cazaquistão, em 14,1; no Turkenistão, em 20,1; no Uzbequistão, em 20,3; na Armênia, em 19,3; na Kirguízia, em 38,2; no Tadjiquistão, em 112,3 vezes.

A construção do socialismo modificou radicalmente a natureza das nações. Como resultado da reconstrução socialista das relações sociais, as velhas nações burguesas, das quais se constitui a sociedade capitalista, transformaram-se em novas nações socialistas. Ao tempo em que o capitalismo divide as nações em classes e grupos com interesses opostos, o socialismo une as nações sobre a base da propriedade social e de interessas únicos. Cada nação socialista é monolítica, uma vez que se compõe de trabalhadores, dirigidos pela classe operária.

A vitória do socialismo fortaleceu a unidade dos interesses econômicos e políticos dos povos da URSS e conduziu ao florescimento de suas culturas — nacionais pela forma, socialistas pelo conteúdo.

A União Soviética constitui um Estado multinacional sólido e cheio de vitalidade, fundamentado na colaboração fraternal dos povos e representando um modelo de solução da questão nacional.

Ingresso da URSS no Período de Culminação da Construção da Sociedade Socialista e da Gradual Transição ao Comunismo

Com a vitória do socialismo, a URSS ingressou em novo período do seu desenvolvimento, no período da culminação da construção do socialismo e da gradual transição do socialismo ao comunismo.

O comunismo é o regime social em que todos os meios de produção constituem propriedade comunista de todo o povo, não existem classes, diferenças de classe e quaisquer formas de desigualdade social e de condições materiais de vida, o nível de desenvolvimento das forças produtivas assegura a abundância de produtos, e o princípio dirigente da vida social é

o princípio “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade”.

O socialismo e o comunismo constituem duas fases de uma e a mesma formação econômico-social comunista. O socialismo representa a fase inferior da formação comunista, enquanto o comunismo é a fase mais madura, superior, desta formação. O desenvolvimento do socialismo conduz a criação da base técnico-material do comunismo e a abundância de produtos, ao incessante ascenso do bem-estar e do nível de cultura do povo, ao desaparecimento das fronteiras de classe entre operários e camponeses, bem como entre estas classes e a intelectualidade. Desta maneira, a culminação do estádio socialista de desenvolvimento da sociedade significa, simultaneamente, a gradual transição ao comunismo. Todo o povo — a classe operária, o campesinato e a intelectualidade — está profundamente interessado na criação do regime comunista, constitui um ativo construtor do comunismo, que implica num grandioso florescimento material e cultural da sociedade. Uma vez que sob o socialismo não existem classes e grupos sociais, cujos interesses sociais estejam em contradição com o comunismo, a transição ao comunismo se realiza sem revolução social.

Para a criação das condições materiais de transição ao comunismo na URSS, é necessário inicialmente liquidar o atraso da União Soviética com relação aos países capitalistas mais desenvolvidos no que se refere a produção per capita e conseguir ulteriormente um enorme desenvolvimento das forças produtivas. O volume da produção posto em comparação com a quantidade de população de dado país constitui índice muito importante do nível do seu desenvolvimento econômico. Com a vitória do socialismo na URSS, surgiu praticamente em toda a sua grandeza a tarefa, formulada por Lênin e concretamente elaborada nas resoluções do Partido Comunista, de alcançar e ultrapassar os principais países capitalistas no sentido econômico, isto é, pelo volume da produção per capita. Esta tarefa foi aprovada pelo XVIII Congresso do Partido Comunista como tarefa econômica fundamental da União Soviética.

A vitória do socialismo na URSS tem imensa significação internacional. Ela constituiu novo e poderoso golpe no sistema imperialista mundial, mais ainda abalando suas bases. Com a consolidação do socialismo na URSS, observou-se, com toda a força, a superioridade do sistema socialista de economia nacional sobre o sistema capitalista. Ao capitalismo foi necessário mais de um século, enquanto ao feudalismo de dois séculos, a fim de demonstrar sua superioridade sobre o modo de produção precedente. O sistema de economia socialista provou sua indiscutível superioridade sobre o capitalismo já nos anos do período de transição na URSS, ou seja, aproximadamente durante vinte anos. Foi confirmada na prática a verdade do marxismo como revolucionária concepção do mundo da classe operária, a verdade da teoria leninista sobre a revolução socialista. Isto fortaleceu a fé das massas, trabalhadoras nas forças da classe operária, na vitória do socialismo em todo o mundo.

O Processo de Liquidação da Multiplicidade de Formações na Economia dos Países de Democracia Popular

Guiando-se pelos princípios marxistas-leninistas de construção socialista, os países de democracia popular cumprem com êxito as tarefas da transição ao socialismo. Esta transição é impossível sem a eliminação da multiplicidade deformações, sem a liquidação das classes exploradoras.

Atualmente, nos países de democracia popular, a formação socialista, ocupando posição dirigente na economia nacional, dominando os postos de comando econômico, constitui a força que determina o desenvolvimento da economia desses países. A formação socialista, de ano para ano, fortalece suas posições.

Em 1958, o peso específico das formas socialistas de economia representava: na renda nacional: na República Democrática Alemã, 72,3%; na Tchecoslováquia, 91%; na Polônia, 70%; na Bulgária (1957), mais de 93%; na Hungria (1956), 71,5%;

na indústria: na Albânia, cerca de 100%; na Tchecoslováquia, 100%; na Romênia, 100%; na Polônia, 99,3%;

na República Democrática Alemã, 89%; na Hungria (1957), 93,4%; na Bulgária (1957), 98%;

no comércio em grosso: na Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia, 100%; na República Democrática Alemã (1956), 95,7%;

no comércio a varejo: na Polônia, 96,7%; na República Democrática Alemã, 73%; na Albânia (1957), 92,6%; na Bulgária (1957), 99%; na Hungria (1957), 98,7%; na Romênia (1956), 97,3%; na Tchecoslováquia (1957), 99,9%.

Numa série de países de democracia popular, a formação socialista predomina na produção agrícola.

Na Bulgária, o setor socialista ocupa mais de 95% da área cultivada. O socialismo já conquistou todas as posições na indústria, nos transportes, na construção e no comércio. A economia capitalista, na cidade e no campo, foi liquidada. Isto significa que, no fundamental, já foi realizada na Bulgária a reconstrução socialista da economia. Graças a industrialização socialista da economia nacional e da cooperação produtiva do campesinato, a Bulgária se converteu, de país agrário atrasado, em país socialista industrial-agrário, possuidor de uma agricultura em grande escala, cooperativista e mecanizada.

Num país tão altamente industrializado como a Tchecoslováquia, o setor socialista ocupa mais de 80% da área total de terras agricultáveis. Já foram criadas, na Tchecoslováquia, as bases do socialismo. As relações de produção socialistas possuem decisiva e absoluta preponderância em toda a economia, tanto da cidade como do campo. Coloca-se agora a tarefa de culminação da construção do socialismo no país.

Na Albânia, o setor socialista, em meados de 1959, ocupava cerca de 80% da área agrícola cultivada, enquanto ocupava, na Romênia, mais de 70% da terra arada.

Na República Democrático-Popular da Coreia, a cooperação abrange quase todas as economias camponesas.

Uma das particularidades da revolução socialista na China consiste em que ela utiliza o caminho pacífico para a liquidação da exploração capitalista e a substituição da propriedade capitalista dos meios de produção pela propriedade socialista. Após a vitória do socialismo na URSS, nas condições de existência do poderoso campo do socialismo, cessou a necessidade de formas de luta de classe tão agudas como aquelas que foram impostas a União Soviética, quando esta sozinha enfrentava o agressivo mundo imperialista e era o único país a construir o socialismo, nas condições de uma resistência excepcionalmente encarniçada de sua própria burguesia, ativamente sustentada pelo imperialismo internacional.

Aplicando criadoramente os princípios do marxismo-leninismo, o Partido Comunista da China utilizou sabiamente as possibilidades objetivas, existentes no país, para a transformação socialista pacífica da economia, através da ampla utilização do capitalismo de Estado, a título de medida de transição, e da realização da aliança com a burguesia nacional.

Tal aliança esteve condicionada pelas particularidades da revolução chinesa, pela sua orientação antifeudal e anti-imperialista, pela situação da burguesia nacional chinesa, interessada na luta contra o domínio do imperialismo internacional e seus agentes na China. Esta aliança surgiu nas condições do esmagamento da classe dos latifundiários e da burguesia compradora.

Convencida de que a esmagadora maioria do povo apoia firmemente o novo poder, a burguesia nacional da China preferiu não se chocar com a classe operária e as massas trabalhadoras, mas atuar sob o controle do Estado do povo. Isto se explica porque a base econômica e social da burguesia nacional chinesa era consideravelmente mais fraca em comparação com a burguesia russa, ao tempo da Revolução de Outubro de 1917. Além disso, a burguesia nacional chinesa levou em conta a experiência da revolução russa, bem como o fato de que a China, no período da vitória da revolução popular, já não era o único país, que seguia pelo caminho do socialismo. O bloco da classe operária com a burguesia nacional, formado

ainda antes da vitória da revolução, foi conservado e reforçado no período de transição, nos quadros da frente única popular, tendo por base a aliança operário-camponesa, dirigida pela classe operária e o seu Partido Comunista.

Após a formação da República Popular da China, a burguesia nacional passou a apoiar a ditadura democrática do povo, participando no prosseguimento da luta contra o imperialismo e aprovando as transformações agrárias, mas ao mesmo tempo aspirando ao desenvolvimento do capitalismo. Nesta situação, o poder popular elaborou e passou a realizar uma política de utilização, limitação e transformação das empresas industriais e comerciais capitalistas em socialistas, através de diferentes formas de capitalismo de Estado. O fim último desta política é a liquidação do sistema de exploração capitalista, a substituição da propriedade capitalista dos meios de produção pela propriedade de todo o povo.

A transformação da indústria e do comércio capitalistas em socialistas processa-se em duas etapas. A primeira etapa consiste na transformação das empresas capitalistas em estatal-capitalistas; a segunda, na transformação do setor de capitalismo de Estado em socialista.

Teve difusão, na China, uma série de formas fundamentais de capitalismo de Estado, que representam graus consequentes do seu desenvolvimento. A forma inferior de capitalismo de Estado é o sistema de compras periódicas da produção das empresas privadas pelos órgãos estatais. A forma média consiste na reelaboração pelas empresas privadas de matérias-primas e produtos semielaborados pertencentes ao Estado, nas encomendas estatais de produção acabada, nas compras centralizadas, na garantia de mercados. A forma superior consiste na criação de empresas mistas, estatal-privadas. Trata-se de empresas em que o Estado inverte meios próprios e nas quais possui os seus delegados para a direção da produção, juntamente com os capitalistas. O papel dirigente nestas empresas pertence ao Estado. A exploração do trabalho pelo capital encontra-se limitada; o; capitalistas recebem apenas parte do lucro.

Tomando em suas mãos grande parte das matérias-primas industriais, o Estado democrático-popular, em 1950, passou a levar a efeito o fornecimento de matérias-primas a indústria privada, a apresentar-lhe encomendas de reelaboração das matérias-primas e de produção acabada, a comprar de modo centralizado e a vender, na base de contratos, a produção elaborada pela indústria privada. Com isto foi dado o primeiro passo no sentido da transladação das empresas privadas para os trilhos do capitalismo de Estado. Através da organização de empresai mistas estatal-privadas, processou-se a ulterior transformação da indústria capitalista. Em fins de 1957, a indústria capitalista não transformada já representava menos de 0,1% da produção bruta de toda a indústria do país.

No terreno do comércio, o poder popular organizou, em condições por ele estabelecidas, o fornecimento em grosso das mais importantes mercadorias agrícolas e industriais as empresas comerciais privadas. Como consequência, as empresas comerciais privadas passaram a comerciar na base de comissão e por encargo do Estado e dos seus órgãos. Teve grande impulso a criação de empresas mistas estatal-privadas. Em fins de 1957, o peso específico do comércio privado no volume total da circulação a varejo representava ao todo 3%.

O enorme ascenso da cooperação de produção na agricultura, em 1955/1956, cerrou definitivamente o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no campo e modificou radicalmente a correlação de forças de classe no país. Amadureceram então as condições para que, em escala de ramos inteiros, fossem transformadas as empresas da indústria e do comércio capitalistas em empresas mistas estatal-privadas. A organização mista estatal-privada de ramos inteiros representa a forma superior de capitalismo de Estado na China. Ela constitui o mais importante e decisivo passo para a transformação da propriedade capitalista em propriedade social, socialista.

O desenvolvimento de todas as formas de capitalismo de Estado é acompanhado da luta de classes. A experiência da China confirma inteiramente a tese de Lênin de que o

capitalismo de Estado, no período de transição, é

"o prolongamento da luta de classes em outra forma, porém de maneira nenhuma é a substituição da luta de classes pela paz de classes."(141)

O poder popular reprimiu decididamente a atividade dos capitalistas orientada para a subida dos preços das mercadorias e o não cumprimento das leis, para o debilitamento do controle da classe operária nas empresas privadas e a sabotagem dos planos estatais. Esta luta foi, no decurso de uma série de anos, a forma fundamental de luta de classes interna, na China.

Aplicando uma política de transformação socialista pacífica da indústria e do comércio capitalistas, o Partido Comunista da China se guia pelas indicações de Marx e Lênin a respeito de que, em determinadas condições históricas, é admissível e vantajoso para o proletariado utilizar com relação a burguesia uma política de resgate. Valiosa no sentido teórico e prático, a experiência da China confirma inteiramente a conclusão de Lênin de que

"a transição ao comunismo é possível também através do capitalismo de Estado, se o poder do Estado se encontra nas mãos da classe operária"(142),

de que

"o pagamento de um grande tributo ao capitalismo de Estado não somente não nos arruína, mas nos leva para o mais verdadeiro caminho do socialismo."(143)

Aplicando uma política de transformação socialista da indústria e do comércio capitalistas, o poder popular se esforça consequentemente para reeducar os representantes da burguesia, para torná-los membros úteis da sociedade, que não vivem a custa da exploração, mas do próprio trabalho. São empregados no interesse da construção do socialismo todos os elementos úteis da experiência econômica e técnica dos capitalistas.

Em 1956, a indústria capitalista, calculada em 99,6% do valor da sua produção e 99% da quantidade dos seus operários e empregados, já tinha sido transformada em indústria mista estatal-privada; as empresas comerciais privadas, na proporção de 82,2% do seu total e de 85,1% da quantidade do seu pessoal empregado, tinham sido transformadas em empresas estatais, cooperativas e mistas estatal-privadas, em magazines cooperativos ou grupos cooperativos.

Atualmente, já foi cumprida no fundamental, em escala nacional, a grandiosa tarefa histórica das transformações socialistas da agricultura, da indústria artesanal, da indústria e do comércio capitalistas.

Desta maneira, na China, foi concluída, no fundamental, a revolução socialista no que se refere a propriedade dos meios de produção, foram criadas relações de produção socialistas, foi resolvida em favor do socialismo a questão "quem vencerá a quem?", chega a termo a liquidação das classes exploradoras. Em 1957, foi levada a efeito a revolução socialista nas frentes política e ideológica, através do desbarato dos elementos burgueses direitistas.

Se, na China, foram solucionadas as tarefas do período de transição no terreno das relações de produção, já no terreno do desenvolvimento das forças produtivas, da industrialização socialista do país, da criação da base técnico-material do socialismo, as tarefas do período de transição devem ser solucionadas no decurso dos próximos dois ou três quinquênios. Somente após a solução destas tarefas no terreno das transformações técnicas, estará inteiramente construída na China a sociedade socialista.

Graças a vitória da revolução socialista, foram varridos, no fundamental, os obstáculos que se opunham ao desenvolvimento das forças produtivas na China. Após a execução das transformações socialistas, surgiu, na China, a contradição entre o regime social avançado e as forças sociais produtivas atrasadas. Nas presentes condições, o povo chinês concentra suas forças para resolver esta contradição, a fim de, no prazo mais breve possível, converter a China de país agrário

atrasado em industrial avançado. A tarefa consiste em, no decurso de 10 a 15 anos, converter a China em forte potência socialista, dotada de moderna indústria, de moderna agricultura, de moderna ciência e cultura.

Nas condições específicas da China, a vitória do socialismo no terreno das relações de propriedade (incluindo também o campo) antes da realização da industrialização do país, mostrou-se possível graças a existência do poderoso campo socialista e da ajuda de uma potência industrial tão altamente desenvolvida como a URSS.

Os êxitos da construção socialista nos países de democracia popular conduziram a considerável elevação do nível de vida material e cultural dos trabalhadores. Como resultado do rápido desenvolvimento da indústria nos países de democracia popular, foi liquidado o desemprego tanto na cidade como no campo. Aumenta, de ano para ano, o número de operários empregados nas empresas socialistas. Firme e rapidamente cresce a renda nacional. Com a liquidação das classes dos latifundiários e dos grandes capitalistas, a renda nacional é utilizada no interesse da elevação do bem-estar dos trabalhadores e da reprodução socialista ampliada na cidade e no campo.

Elevam-se sistematicamente o salário real dos operários e empregados e os ingressos reais dos camponeses. A redução dos preços das mercadorias tem grande importância para a elevação dos ingressos reais da população. A redução dos aluguéis e o barateamento de outros serviços públicos constitui fator essencial para a elevação dos ingressos reais dos trabalhadores. O bem-estar material dos trabalhadores cresce também como resultado do desenvolvimento dos seguros sociais de operários e empregados a custa do Estado, do ensino e da assistência médica gratuitos, da criação de ampla rede de sanatórios e casas de repouso.

A renda nacional cresceu, na República Democrática Alemã, de 1950 a 1958, em 2,1 vezes; na Romênia, de 1948 a 1958, em mais de 3 vezes; na Hungria, de. 1949 a 1957, em 76%; na Albânia, de 1950 a 1957, em 98%. Na China, a renda nacional

cresceu, de 1952 a 1957, em mais de 52%. Com relação ao nível de antes da guerra, a renda nacional, em 1958, tinha crescido, na Bulgária, em mais de 2,3 vezes; na Tchecoslováquia, em 2,1 vezes; na Polônia (com relação a 1937), em 2,7 vezes.

O salário real dos operários e empregados da Bulgária era, em 1957, 70% mais alto do que em 1952. Na Tchecoslováquia, o salário real de 1957 superava o de 1937 em 35%. O salário real dos operários produtivos da República Democrática Alemã, em 1956, superava em 54,2% o de 1950, tendo crescido em mais de 3,1 vezes com relação ao nível de 1936.

O presente quinquênio (1956/1960) prevê o rápido crescimento ulterior do bem-estar dos trabalhadores.

A construção do socialismo nos países de democracia popular está indissoluvelmente ligada a revolução cultural. As mais amplas camadas de trabalhadores são incorporadas a cultura e a ciência. A revolução liquidou o monopólio da burguesia e dos latifundiários sobre o ensino e a cultura, que se tornaram bem de todo o povo. Em ritmos acelerados, forma-se uma nova intelectualidade socialista. Crescem os quadros da engenharia e da técnica.

Utilizando multilateralmente a rica herança da cultura progressista dos seus povos, os países de democracia popular criam uma nova cultura, socialista pelo conteúdo e nacional pela forma. A cultura socialista da URSS, que é profundamente internacional pelo seu caráter, exerce grande influência no desenvolvimento das culturas nacionais nos países de democracia popular. Como resultado do amplo desenvolvimento da colaboração cultural entre os países do campo socialista, processa-se o mútuo enriquecimento de suas culturas.

Na Romênia, no ano escolar de 1958/1959, estavam inscritos, nas escolas e estabelecimentos de ensino superior, mais de 2,2 milhões de alunos, em comparação com 1689 mil do ano 1938/1939, o que significa um crescimento de 1,3 vezes, enquanto o número de alunos dos estabelecimentos de ensino superior aumentou em 3,1 vezes, passando de 26 mil em 1938/1939 para 81

mil em 1957/1958.

Na velha Polônia de 1937/1939, havia 35 estabelecimentos de ensino superior, onde estudavam 49,5 mil alunos, entre os quais não havia mais de 5% de filhos de operários e 9% de filhos de camponeses. Em 1958/1959, estudavam nos estabelecimentos de ensino superior, 154,4 mil alunos, entre os quais a esmagadora maioria era constituída de filhos de operários e camponeses.

Na Hungria, no ano escolar de 1958/1959, estudavam, nos estabelecimentos de ensino médio, 177,7 mil alunos, em comparação com os 52,3 mil de 1937/1938, enquanto o número de alunos dos estabelecimentos de ensino superior, em 1958/1959, era de 31,2 mil, em comparação com os 11,7 mil de 1937/1938.

Em 1937, nos estabelecimentos de ensino superior da Tchecoslováquia, havia 52 faculdades, nas quais estudavam 25 mil alunos. No ano escolar de 1958/1959, estudavam, nos estabelecimentos de ensino superior, 74,3 mil alunos.

A construção socialista na China conduz ao firme melhoramento das condições de vida e de trabalho dos operários, dos camponeses e da intelectualidade.

O salário médio real dos operários e empregados, durante os anos do quinquênio — em 1957 com relação a 1952 — elevou-se de 42,8%. Foi introduzida nas empresas a jornada de 8 horas (ao invés da anterior de 14 a 16 horas), sendo que, nos locais de trabalho nocivo a saúde, a jornada foi limitada a 6 horas. As mulheres grávidas recebem das empresas, instituições e organizações, em que trabalham, 56 dias de licença remunerada. Foram instituídos os contratos coletivos entre empresas e operários. Em todo o país, foram criados e se encontram em funcionamento os sindicatos, nos quais se unifica a maioria dos operários e empregados. Em 1951, foram instituídos os seguros sociais para operários e empregados.

Como resultado da execução das transformações agrárias e particularmente da cooperação das economias camponesas, a situação material do campesinato chinês melhorou

essencialmente com relação ao estado de coisas precedente. Os ingressos dos camponeses aumentaram, em todo o país, de 1952 a 1957, em 30%.

O povo chinês conquistou grandes êxitos na construção cultural. Antes da revolução, os operários e camponeses não eram admitidos não somente nas escola? médias e superiores, como também nas escolas primárias; cerca de 90% da população era analfabeta. Na República Popular da China, o ensino se tornou accessível as massas trabalhadoras e, em breve prazo, a cultura e a instrução atingiram grande progresso.

O povo chinês colocou diante de si a tarefa de realizar a revolução cultural. Aplica, para isto, os máximos esforços no sentido da gradual liquidação do analfabetismo. O poder popular amplia a rede de escolas primárias, a fim de que, no decurso dos próximos anos, seja efetivada a instrução primária geral e obrigatória.

Em 1958, a instrução, nas cidades e aldeias da República Popular da China, teve enorme desenvolvimento. Na absoluta maioria de regiões do país, já foi aplicado o ensino primário geral. Nas escolas do país, estudam mais de 90% das crianças em idade escolar. O número de alunos nos estabelecimentos de ensino médio e superior cresceu consideravelmente mais do que em qualquer ano precedente. Além disto, nas comunas populares e junto as empresas industriais também foram abertos numerosos estabelecimentos noturnos de ensino médio e superior.

A plena e definitiva vitória do socialismo na URSS e a vitoriosa construção do socialismo nos países de democracia popular constituem brilhante testemunho do triunfo da teoria marxista-leninista, que descobriu as leis do desenvolvimento social e indicou a humanidade trabalhadora o verdadeiro caminho da libertação da escravidão assalariada do capitalismo e da transição a uma formação social mais elevada e progressista — ao comunismo.

Notas de rodapé:

(138) Resolução do XVIII Congresso do PC(b) da URSS, em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte III, 7ª edição, 1954, p. 336. (retornar ao texto)

(139) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965, Informe de N.S. Kruschiov, 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, Editora Estatal de Literatura Política, 1959, pp. 97/98. (retornar ao texto)

(140) Resolução do XX Congresso do PCUS, p. 19.(retornar ao texto)

(141) V.I. Lênin, Sobre o Imposto em Espécie, Obras, t. XXXII, p. 325. (retornar ao texto)

(142) V.I. Lênin, Entrevista com o Correspondente do “Manchester Guardian" A. Ransom, Obras, t. XXXIII, p. 366. (retornar ao texto)

(143) V.I. Lênin, Sobre a Infantilidade “Esquerdista” e Sobre o Pequeno-Burguesismo, Obras, t. 27, p. 306. (retornar ao texto)

b) O SISTEMA SOCIALISTA DE ECONOMIA NACIONAL

Capítulo XXIV — A Propriedade Social dos Meios de Produção. O Caráter das Relações de Produção Socialistas

As Forças Produtivas da Sociedade Socialista

Em resultado do período de transição do capitalismo ao socialismo, como foi demonstrado acima, cria-se o modo de produção socialista. Este representa a unidade das forças produtivas, baseadas na técnica mecânica superior da grande produção, e das relações de produção socialistas, baseadas na propriedade social dos meios de produção.

A particularidade mais importante das forças produtivas do socialismo consiste no desenvolvimento ininterrupto e rápido, no progresso técnico firmemente ascendente em toda a economia nacional. Condição decisiva para assegurar o ininterrupto progresso técnico é o crescimento prioritário dos ramos, que produzem meios de produção, e o alto nível de desenvolvimento da construção de máquinas.

As linhas principais do progresso técnico sob o socialismo são as seguintes: aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e dos processos tecnológicos, mecanização e automatização dos processos de trabalho, eletrificação da economia nacional, ampla aplicação da química na produção, utilização da energia atômica para fins pacíficos.

Possui enorme importância para o progresso técnico o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos instrumentos da produção no sentido da elevação da produtividade das máquinas, da sua rentabilidade, eficiência de utilização e segurança no trabalho, no sentido da automatização da direção, da redução dos gastos de metal e de outros materiais na produção de máquinas e tornos. O aperfeiçoamento dos instrumentos de produção está indissoluvelmente ligado ao melhoramento da tecnologia da produção: dos processos de

extração de matérias-primas, da elaboração e utilização das matérias-primas e materiais, da introdução de novos tipos de matérias-primas e materiais, da aplicação de elevadas e ultraelevadas velocidades, pressão, temperatura e outros métodos de intensificação dos processos de produção.

O progresso técnico é impossível sem uma luta decidida contra a estagnação e a rotina, exigindo a rápida e ampla introdução na produção de todas as conquistas da ciência e técnica moderna mais avançada.

Durante os anos do poder soviético, foi criada, na URSS, ampla rede de institutos de pesquisa científica e de organizações construtoras, tendo alcançado grandes dimensões a atividade inventiva dos operários e o movimento de massas dos inovadores da produção.

O pensamento científico-técnico soviético resolve com êxito uma série de difíceis problemas no terreno da construção de novas máquinas e mecanismos para todos os ramos da produção. Os construtores soviéticos criaram máquinas tais, como os combinados para minas, muitas máquinas agrícolas, novos modelos de modernos instrumentos no terreno da energética, poderosos mecanismos para a construção, uma série de novos tipos de tornos e outros. A URSS ocupa o primeiro lugar no mundo no que se refere a utilização da energia atômica para fins pacíficos. As conquistas da URSS na utilização pacífica da energia atômica e na aviação s jato, o lançamento, pela primeira vez na história, de satélites artificiais e de foguetes cósmicos demonstram o alto nível atingido pelo povo soviético no terreno da ciência e da técnica.

Sob o socialismo, desempenha enorme papel no progresso técnico a mecanização dos processos de trabalho. A mecanização do trabalho facilita-o e eleva sua produtividade. Ela cria a possibilidade da permanente e rápida ampliação das escalas da produção e acelera os ritmos de desenvolvimento da economia socialista.

Nos países socialistas, leva-se a efeito consequentemente a mecanização dos processos trabalhosos da produção, em todos

os ramos da economia nacional.

A mecanização da produção atingiu alto nível na indústria da URSS. Na indústria carbonífera, onde, antes da revolução, dominava inteiramente o pesado trabalho manual, a mecanização, na base da ampla aplicação de combinados e de máquinas escavadoras, de meios de transporte elétricos e de mecanismos de carga, representou, em 1958, na escavação e retirada do carvão, 99,1%; no transporte do carvão e da rocha pelo circuito de carga, 99,5%; no carregamento de carvão em vagões ferroviários, 99,7%. Na aplicação de combinados na extração de carvão, a URSS em muito se adiantou aos outros países. Teve ampla difusão o processo descoberto da extração do carvão com aplicação de poderoso equipamento. Para completar a mecanização complexa na extração de carvão, é necessário ainda elevar o nível da mecanização de uma série de tarefas trabalhosas. Na siderurgia, o nível de mecanização, em 1956, atingiu 94,7% na entrega do minério de ferro e de manganês, extraído do subsolo. Presentemente, a mecanização destes trabalhos está concluída no fundamental. Grandes êxitos foram alcançados na mecanização também de outros ramos da indústria. Assim, por exemplo, na construção de hidrelétricas, utilizam-se conquistas tão importantes da técnica soviética como os novos e poderosos escavadores, bulldozers, dragas de sucção e outras. É sabido que o escavador móvel de 14 metros cúbicos, produzido pela fábrica de máquinas do Ural, pode retirar mais de 2,5 milhões de metros cúbicos de terra por ano e substituir o trabalho físico de 7 mil operários. Já foi, porém, lançado um escavador com a capacidade de 20 metros cúbicos. Ao mesmo tempo, numa série de ramos da indústria, a mecanização continua insuficientemente introduzida na produção ao lado de seções altamente mecanizadas, subsistem seções em que o trabalho se realiza por processos manuais. É insuficiente a mecanização de uma série de tarefas na indústria madeireira, na construção, nos trabalhos de carga e descarga, etc..

A indústria socialista equipa a agricultura com uma técnica avançada. De acordo com as particularidades da agricultura e a base de uma tração por tratores, cria-se um

sistema de máquinas para a execução dos trabalhos agrícolas fundamentais numa série de culturas das mais importantes: na aração, na semeadura, no cultivo entre fileiras, na colheita.

Assim, na agricultura da URSS, em 1958, trabalhavam 1500 mil tratores (calculados na base da unidade de 15 c.v.), 500 mil combinados cerealíferos, 700 mil caminhões, milhões de outras máquinas agrícolas complexas.

A introdução de máquinas modificou radicalmente a estrutura da potência energética da agricultura. Em 1916, o gado de trabalho representava 99,2%, enquanto os motores mecânicos representavam apenas 0,8% de toda a potência energética da agricultura. Em 1940, cabiam ao gado de trabalho 22% e aos motores mecânicos 78%; em 1958, respectivamente, 4% e 96% (incluindo os tratores com 31%, os caminhões com 42%, os motores de combinados com 16%, as instalações elétricas e outros motores mecânicos com 7%).

Sob o socialismo, desenvolve-se sempre mais a mecanização complexa, que significa a mecanização de todos os estádios do processo de produção relacionados entre si, tanto os fundamentais, como os auxiliares, e se baseia no sistema de máquinas mutuamente complementares. A mecanização complexa liquida as rupturas no processo de produção, intensifica os processos produtivos, eleva a produtividade do trabalho. Ao lado disto, ela constitui um grau de transição para a automatização da produção.

O grau superior da mecanização é a automatização da produção, ou seja, a aplicação de máquinas automáticas, que agem a base da autorregulação. Em estreitíssima vinculação com a automatização se encontra a telemecânica, isto é, a direção e o controle a distância do trabalho dos mecanismos (direção distanciada). O sistema automático de máquinas tem lugar quando todo um sistema de máquinas, que abrange a totalidade de um processo produtivo, age a base da autorregulação. O sistema automático de máquinas executa todos os processos produtivos necessários para a transformação da matéria-prima em produto acabado, sem a cooperação direta do homem, exigindo apenas o seu controle.

Na atual etapa da construção comunista, a mecanização complexa e a automatização da produção adquirem importância particularmente grande. A ampla introdução da nova técnica, a mecanização complexa e a automatização da produção, a especialização e a cooperação em todos os ramos da economia nacional constituem condição decisiva para o cumprimento vitorioso do plano setenal e a criação da base técnico-material do comunismo.

Durante os últimos anos, numa série de ramos da indústria da URSS, foram alcançados relevantes êxitos no terreno da automatização dos processos produtivos. Nas usinas siderúrgicas da URSS, mais de 90% do ferro gusa são fundidos em altos-fornos com regulação automática da temperatura do ar injetado e cerca de 90% de toda a produção do aço Martin são fundidos em fornos providos de regulação automática do regime térmico. Na siderurgia, a automatização dos altos-fornos e dos fornos Martin elevou a sua produtividade em 7 a 10%, assegurando a diminuição dos gastos de combustível em 6%. Na construção de máquinas, aumenta, a cada ano, o parque de tornos automáticos e semiautomáticos, de forjas e prensas automáticas e do aparelhamento automático de controle e medição.

Aumenta a aplicação do equipamento automático nas indústrias químicas, de papel, de refino de petróleo e em outros ramos da indústria. Os sistemas automáticos de máquinas existem na URSS sob a forma de linhas automatizadas de tornos e outros mecanismos cu sob a forma de empresas singulares automatizadas. As tarefas da construção comunista exigem a considerável aceleração dos ritmos de automatização da produção. O XXI Congresso do PCUS colocou a tarefa da passagem da automatização de singulares operações produtivas, agregados e instalações para a automatização complexa, para a criação de processos tecnológicos, seções e empresas inteiramente automatizadas, em primeiro lugar nos ramos em que a automatização assegura o máximo efeito econômico.

Possui grande importância econômica para o progresso técnico a modernização do equipamento, isto é, a sistemática

renovação e o aperfeiçoamento do equipamento em funcionamento através da substituição de partes envelhecidas de tornos e máquinas, da instalação de motores mais aperfeiçoados e de diversos gêneros de adaptação.

A ampla mecanização da produção, sob o socialismo, constituindo a base do rápido crescimento da produtividade do trabalho, conduz a aproximação cada vez maior entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A reconstrução de todos os ramos da economia nacional, na base da grande produção mecânica, e a consequente mecanização dos processos produtivos estão estreitamente vinculados a eletrificação. A eletricidade constitui a base técnica da moderna grande produção.

Sob o socialismo, a eletrificação tem as seguintes características: centralização da produção de energia elétrica e concentração da potência em grandes estações elétricas; rápido desenvolvimento das linhas de transmissão de alta tensão, que conjugam estações isoladas em poderosos sistemas regionais ou inter-regionais, com a perspectiva da formação de uma única rede de alta tensão para todo o país; combinação planificada de diferentes tipos de estações elétricas, o que assegura elevados ritmos de desenvolvimento da economia nacional e o melhoramento do balanço energético do país; desenvolvimento da instalação de centrais térmicas nas grandes cidades e centros industriais.

A eletrificação da indústria modifica o aspecto das fábricas e usina». Ao invés do motor central com complexo mecanismo de transmissão, em quase todas as empresas foi introduzida transmissão elétrica individual. A eletrificação das máquinas operatrizes representa a base energética para a mecanização complexa e a automatização da produção. Na base da aplicação da eletricidade, surgiram novos tipos de produção: a eletrometalurgia de metais ferrosos e não ferrosos, a eletroquímica, bem como novos métodos de elaboração do metal e de outras matérias-primas.

A poderosa base energética da URSS foi criada de novo

durante os anos do poder soviético. O desenvolvimento da energética soviética se caracteriza pela alta concentração da produção de energia elétrica. Somente 98 estações elétricas, com uma potência de 100 000 kW e mais, deram, em 1956, mais de 60% de toda a energia elétrica produzida no país. Antes da revolução, na Rússia, a maior estação elétrica era a de Moscou, com uma potência de 57 000 kW. A hidrelétrica Lênin, construída no Volga, tem uma potência de 2 300 000 kW; por potência e produção de energia elétrica é a maior do mundo. A hidrelétrica de Bratsk, construída no Angará, terá uma potência de 4 500 000 kW. Ao invés de dispersas estações elétricas, foram criadas grandes sistemas energéticos centralizados nas regiões industriais do Centro, do Sul, dos Urais. Está sendo criado um sistema energético unificado na parte europeia da URSS, o qual abrangerá metade da produção de energia elétrica do país. Em ligação com isto, processa-se o aumento da extensão da rede elétrica. Em 1956, foi posta em funcionamento a primeira linha de transmissão, na União Soviética, de dupla cadeia, com uma tensão do 400 quilovolts, no circuito Kuibyshev-Moscou, cuja extensão, calculada como cadeia única, é de 1800 quilômetros.

Na base da eletrificação do país, o equipamento elétrico do trabalho industrial cresceu, de 1913 a 1958, em 21 vezes. Estão eletrificadas todas as cidades, quase todas as colônias operárias, 49% dos colcoses. A energia elétrica começa a ser amplamente aplicada na produção agrícola: na trilhadura, no abastecimento de água, na ordenha das vacas, na tosquia das ovelhas, etc..

O progresso da técnica moderna também se expressa no desenvolvimento cada vez mais amplo da química moderna e na aplicação dos métodos de reelaboração química das substâncias. Os métodos químicos conduzem a aceleração dos processos produtivos, a uma mais completa utilização das matérias-primas, permitindo criar novos tipos de matérias-primas e materiais. A utilização, em ampla escala, de matérias-primas sintéticas representa importantíssima fonte de aumento da produção de objetos de amplo consumo. A indústria química se tornou, na URSS, poderoso fator de desenvolvimento técnico de toda a economia nacional. As modernas produções químicas

estão, como regra, automatizadas, fluindo ininterruptamente, em aparelhamento hermético, com controle e regulação automáticos, sem imediata intervenção do homem. A quimização constitui importantíssima condição para a elevação do rendimento das culturas agrícolas. A criação da abundância de objetos de consumo exige ampla quimização da economia nacional.

O cume da atual etapa do desenvolvimento técnico é a utilização da energia intra-atômica. A União Soviética foi o primeiro país que e efetivou a utilização da energia atômica para fins pacíficos. Pela primeira vez no mundo, foi criada na URSS uma estação elétrica industrial, que trabalha com energia atômica, e se constroem outras, mais poderosas. Foi construído, na URSS, o primeiro quebra-gelos atômico.

As forças produtivas do socialismo se caracterizam pelo alto grau de concentração da produção, pela centralização dos meios de produção, da força de trabalho e da produção em empresas cada vez maiores e tecnicamente melhor providas. Obtêm amplo desenvolvimento, sob o socialismo, a especialização, a cooperação e a combinação. Esta última significa a conjugação, numa só grande empresa, de diversos tipos de produção, quer representando os sucessivos estádios da elaboração da matéria-prima, quer desempenhando papel auxiliar um com relação ao outro. Um dos traços característicos das forças produtivas do socialismo consiste na sua distribuição racional pelo território do país.

O socialismo determina, na base da propriedade social, um modo particular de conjugação da força de trabalho com os meios de produção, diferente, por princípio, do modo de conjugação da força de trabalho com os meios de produção, sob o capitalismo. Os trabalhadores (operários, camponeses e intelectualidade), que representam a força produtiva fundamental da sociedade socialista, estão livres da exploração e constituem o proprietário coletivo dos meios fundamentais de produção, na pessoa do Estado socialista e das uniões cooperativas. Os trabalhadores não trabalham para exploradores, mas para si, para a sociedade, e, em consequência

disto, estão profundamente interessados no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da produção socialista. Como é sabido, os trabalhadores, ao utilizarem os instrumentos de produção e agirem, com a sua ajuda, sobre a natureza, ao mesmo tempo desenvolvem sua capacidade para o trabalho, acumulam experiência produtiva e hábitos de trabalho, que se transmitem de geração a geração. O nível técnico-cultural dos trabalhadores empregados na produção, ou seja, a totalidade da sua experiência produtiva, hábitos de trabalho, instrução geral e especial, constitui um dos fatores decisivos do desenvolvimento dos elementos materiais das forças produtivas, antes de tudo, dos instrumentos de produção. Verifica-se, sob o socialismo, o ascenso firme e geral do nível técnico-cultural dos trabalhadores, a gradual elevação do nível dos trabalhadores manuais ao nível dos trabalhadores intelectuais, a gradual liquidação da estreiteza profissional precedente e o desenvolvimento cada vez mais multilateral das capacidades dos membros da sociedade.

A criação de forças produtivas adequadas ao socialismo implica em modificações radicais, qualitativas, na qualificação e na composição profissional dos trabalhadores, em todos os ramos da economia.

A industrialização socialista da URSS conduziu a um enorme aumento do número de operários e empregados. Assim, o número médio anual de operários e empregados cresceu de 10,8 milhões em 1928 para 54,6 milhões em 1958. Em relação com isto, cresceu consideravelmente o peso específico da população ocupada na indústria, na construção, nos transportes e comunicações, reduzindo-se a população ocupada na agricultura. De toda a população empregada pela economia nacional da URSS, trabalhavam na indústria, na construção, nos transportes e comunicações, em 1928, 10%; e, em 1956, 37%; enquanto que na agricultura e na silvicultura, trabalhavam, respectivamente, nos anos citados, 80% e 43%. A passagem do trabalho agrícola ao industrial é acompanhada da elevação do nível técnico-cultural dos trabalhadores.

Enormes modificações se processam na composição dos

operários industriais. O crescimento prioritário da produção de meios de produção condiciona o mais rápido aumento da quantidade de operários industriais empregados na indústria pesada e, especialmente, no seu ramo dirigente — a construção de máquinas —, onde a preparação técnica dos quadros é particularmente alta.

O desenvolvimento da indústria socialista, na base de uma técnica superior, é acompanhado do aumento do número e do peso específico dos operários qualificados, bem como da liquidação de uma série de velhas profissões e especialidades e a difusão de novas. Cresce firmemente a quantidade de engenheiros e de técnicos.

A cooperação das pequenas economias camponesas e o reequipamento técnico da agricultura exigiram a formação de novos quadros de trabalhadores agrícolas, que dominassem a técnica moderna avançada, os conhecimentos agronômicos e zootécnicos. As conquistas da ciência agrícola avançada se tornaram, pela primeira vez na história, um bem das amplas massas do campesinato. A aplicação maciça da nova técnica na produção colcosiana e sovcosiana fez surgir as novas profissões do trabalho agrícola mecanizado: tratoristas, dirigentes de combinados, choferes, maquinistas de trilhadeiras, de máquinas para colher linho, para colher algodão e de outras máquinas.

Na construção de máquinas e na metalurgia da URSS, durante o período de 1925 a 1954, o número de serralheiros cresceu de 41 mil a 512,5 mil; o de torneiros, de 18,4 a 224,8 mil; o de eletricistas, de 2,7 mil a 115,1 mil; o de maquinistas e motoristas, de 5,1 mil a 83,3 mil; etc.. Surgiram numerosos quadros em profissões antes desconhecidas nos ramos de eletricidade, tornos e maquinaria automática; foram formados, quase inteiramente de novo, os quadros de ajusta- dores e afinadores de tornos e máquinas automáticas. Na indústria carbonífera, surgiram os maquinistas e ajudantes de maquinista dos combinados carboníferos, das máquinas de corte e carga, das locomotivas elétricas, das gruas e cadeias automáticas. Simultaneamente, desapareceu uma série de profissões do trabalho manual na extração do carvão, tais como os picadores

a mão, os condutores de vagonetes e outros. Na construção, o número de maquinistas de gruas e ascensores aumentou, de 1948 a 1954, em cerca de 9 vezes.

Em 1957, na URSS, somente no que se refere a tratoristas, chefes de brigada e ajudantes de chefe de brigada de tratores, dirigentes de combinados e choferes, que trabalhavam nos colcoses, estações de máquinas e tratores e sovcoses, o número ascendia a 2,3 milhões de pessoas. A agricultura dispõe de numerosos quadros de dirigentes e organizadores experientes da produção: diretores de estações de máquinas e tratores, de estações de reparação técnica e de sovcoses, presidentes de colcoses, agrônomos e zootécnicos, chefes de brigadas, dirigentes de granjas e outros.

A grande produção mecânica é provida de numerosos quadros intelectuais de engenharia técnica, agronomia e zootécnica.

O número total de especialistas, com instrução especial superior e média, empregados na economia nacional da URSS (exclusive os que serviam nas forças armadas), em fins de 1958, era de cerca de 7,5 milhões, contra 190 mil em 1913 e 521 mil em 1928. Na agricultura, em fins de 1958, estavam empregados cerca de 500 mil especialistas com instrução superior e média. A URSS ocupa o primeiro lugar no mundo no que se refere a provisão da economia nacional com especialistas de instrução média e superior.

A aplicação de máquinas, sob o socialismo, exerce uma influência inteiramente diversa na situação da força produtiva fundamental da sociedade — os trabalhadores —, em comparação com o capitalismo.

A aplicação de máquinas é utilizada, na sociedade socialista, para a redução do dia de trabalho, enquanto os capitalistas se empenham no sentido do prolongamento do dia de trabalho. A aplicação de máquinas, sob o socialismo, melhora as condições de trabalho do operário, ao passo que, sob o capitalismo, o incremento da mecanização é acompanhado de desmedida intensificação do trabalho. Mecanizando os

processos de trabalho, a sociedade socialista assegura aos trabalhadores as condições necessárias para que se aperfeiçoem na especialidade por eles escolhida, elevem o seu nível técnico-cultural e participem criadoramente no desenvolvimento da produção, o que favorece a superação da diferença essencial, existente sob o socialismo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, enquanto, sob o capitalismo, a proporção em que crescem a técnica e a mecanização da produção, aprofunda-se a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico.

Nas condições do socialismo, o progresso técnico conduz ao incremento da riqueza no interesse de toda a sociedade, ao crescimento do bem-estar dos produtores, ao tempo em que, sob o capitalismo, conduz ao enriquecimento dos capitalistas, ao crescimento do desemprego e ao pioramento da situação dos trabalhadores.

O rápido crescimento das forças produtivas, inerente ao modo de produção socialista, explica-se pelo fato de que as relações de produção socialistas abram amplas possibilidades para tal crescimento. Por sua vez, o crescimento das forças produtivas sob o socialismo provoca a necessidade do contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento das relações de produção socialistas. É assim que, na base da ação recíproca entre forças produtivas e relações de produção socialistas, se processa o desenvolvimento do modo de produção socialista pelo caminho da transição ao comunismo.

A Propriedade Social Socialista em suas Duas Formas

As relações de produção socialistas se caracterizam pela propriedade social dos meios de produção, a diferença das relações de produção burguesas, que possuem a sua base a propriedade privada capitalista dos meios de produção. Desmascarando as especulações dos apologistas do capitalismo sobre o programa do comunismo científico como programa da destruição da propriedade em geral, Marx e Engels escreveram:

“O traço distintivo do comunismo não é a supressão da propriedade em geral, mas a supressão da propriedade

burguesa.”[144]

Implantando a propriedade social socialista, a revolução proletária liquida as relações capitalistas de exploração. Sob o socialismo, os meios de produção deixam de ser capital, uma vez que não existe a classe dos capitalistas para utilizá-los com o objetivo de exploração. Por outro lado, a classe operária já não é classe desprovida da propriedade dos meios de produção e, por tal motivo, obrigada a vender sua força de trabalho. A conjugação dos elementos fundamentais do processo produtivo — a força de trabalho e os meios de produção —, na base da propriedade social socialista dos meios de produção, exclui a exploração do homem pelo homem. Uma vez que os meios de produção deixam de ser capital, não existem no socialismo as categorias de capital constante e variável. Toda a massa de trabalho acumulado pela sociedade, ou seja, a massa de meios de produção e de objetos de consumo, que existe a disposição da sociedade para fins de continuação da produção, serve aos interesses do povo, não se contrapondo aos trabalhadores como força que lhes é estranha e que os escraviza.

“Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas meio para incrementar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é somente meio para expandir, enriquecer, aliviar o processo vital dos operários.”[145]

Sob o socialismo, a propriedade social domina indivisivelmente em todas as esferas da economia nacional. Na URSS, em 1950, a propriedade socialista abrangia 99,4% de todos os meios de produção aplicados no país. Com a consolidação do domínio indivisível da propriedade social, foi desmascarada completamente a mentirosa teoria dos ideólogos da burguesia sobre o caráter eterno e inabalável da propriedade capitalista privada.

Na primeira fase do comunismo, a propriedade social socialista existe em duas formas: 1) na forma de propriedade estatal de todo o povo e 2) na forma de propriedade cooperativo-colcosiana. A propriedade estatal socialista é a propriedade de todo o povo, representado pelo Estado socialista de operários e camponeses. A propriedade

socialista cooperativo-colcosiana é a propriedade de singulares colcoses e uniões cooperativas.

Às duas formas de propriedade socialista correspondem duas espécies de economias socialistas: 1) a empresa estatal (fábricas, usinas, sovcoses, estações de reparação técnica e de máquinas e tratores, etc.), e 2) as economias cooperativas (coletivas), como os colcoses, artéis artesanais, empresas cooperativas de consumo.

A existência de duas formas de propriedade socialista é suscitada pelas condições históricas nas quais se realizam a revolução proletária e a construção do comunismo.

Tomando o poder estatal, a classe operária encontra diferentes formas de propriedade privada, historicamente formadas: por um lado, a grande propriedade capitalista, baseada na exploração do trabalho alheio; por outro lado, a pequena propriedade privada dos camponeses e artesãos, baseada no seu trabalho pessoal. No curso da revolução socialista, a grande propriedade capitalista é expropriada e passa as mãos do Estado socialista. Surge, assim, a propriedade socialista estatal (de todo o povo).

Juntamente com isto, a revolução socialista rejeita o caminho da expropriação dos camponeses e artesãos, uma vez que se trata de um caminho incompatível com as leis da construção do socialismo e em contradição com a aliança operário-camponesa. Os pequenos e médios produtores de mercadorias se associam voluntariamente em cooperativas de produção, enquanto a sua propriedade sobre meios fundamentais de produção se socializa de acordo com princípios cooperativos. Surge, assim, a propriedade cooperativo-colcosiana.

Desta maneira, a existência de duas formas de propriedade social constitui necessidade objetiva e expressa a variedade dos caminhos pelos quais a classe operária e o campesinato chegam ao socialismo e, em seguida, ao comunismo.

Ambas estas classes constroem o socialismo e integram o sistema da economia socialista. Mas a classe operária trabalha em empresas que são propriedade socialista estatal (bem de todo o povo), ao passo que o campesinato colcosiano trabalha em empresas que constituem propriedade cooperativo-colcosiana, pertencendo a singulares colcoses e uniões colcosiano-cooperativas. Isto também determina certa diferença dos caminhos do seu ulterior movimento para o comunismo.

Constituem propriedade estatal, na URSS, a terra, o subsolo, as águas, florestas, usinas, fábricas, minas, jazidas, os transportes ferroviários, aquáticos e aéreo, os bancos, os meios de comunicação, as grandes empresas agrícolas organizadas pelo Estado (sovcoses, estações de reparação técnica e de máquinas e tratores, etc.), as empresas comerciais e de abastecimento pertencentes ao Estado, as empresas de serviços públicos e o fundo residencial básico nas cidades e nos centros industriais, bem como a produção das empresas estatais.

Na URSS, constituem bem de todo o povo mais de 200 mil empresas da indústria estatal, toda a rede de estrada de ferro, as empresas de transporte aquático, as empresas agrícolas estatais, bem como muitos milhares de empresas comerciais do Estado, empresa de serviços públicos, o fundo residencial, numerosas instituições cientificas e culturais. As empresas agrícolas estatais, a 1º de janeiro de 1959, representavam 6 mil sovcoses, mais de 4 mil estações de reparação técnica e de máquinas e tratores, 108 mil empresas agrícolas auxiliares adjuntas a fábricas, usinas e instituições estatais.

A propriedade socialista estatal, que surgiu como resultado da nacionalização das fábricas, usinas, transportes, etc., foi, em enorme medida, multiplicada, durante os anos da construção socialista, pelo trabalho do povo soviético. Assim é que os fundos produtivos básicos da indústria aumentaram, de 1913 a 1957, em mais de 33 vezes.

A propriedade socialista estatal diferencia-se, pela raiz, da propriedade capitalista estatal. Com a passagem destas ou

daquelas empresas ou mesmo de ramos inteiros da economia para a propriedade do Estado burguês, as relações de produção nestas empresas não muda. O moderno Estado burguês representa os interesses da classe capitalista em conjunto e, antes de tudo, do capital monopolista, sendo, em suas mãos, um aparelho de violência, através do qual é assegurada a opressão da maioria trabalhadora pela minoria possuidora. Daí porque as empresas estatal-capitalistas são empresas baseadas na exploração dos trabalhadores, aos quais se contrapõem como força estranha e escravizadora.

Na sociedade socialista encontram-se no poder os trabalhadores, tendo a frente a classe operária. São eles que possuem os meios de produção. A força de trabalho, empregada nas empresas socialistas, não representa mercadoria, uma vez que os trabalhadores, possuidores dos meios de produção, não podem vender a si mesmos sua própria força de trabalho. Foram criadas, nas empresas socialistas, relações de produção, que excluem a possibilidade de exploração do homem pelo homem.

A propriedade estatal é a forma de propriedade dominante e dirigente na sociedade socialista.

Cabem a esta forma de propriedade, na URSS, cerca de 91% de todos os fundos produtivos. Desta maneira, constituem bem de todo o povo a esmagadora maioria das riquezas do país soviético, as fontes mais importantes do crescimento do bem-estar material e da cultura dos trabalhadores.

Constituem propriedade cooperativo-colcosiana as máquinas agrícolas, os tratores, combinados, edificações para fins econômicos, o gado de trabalho e o gado produtivo socializado, as empresas auxiliares de beneficiamento das matérias-primas agrícolas, as estações elétricas colcoseanas, a grande rede de instituições colcosianas culturais e sociais (clubes, salas de leitura, creches, laboratórios agrícolas, etc.), bem como a produção dos colcoses e das outras empresas cooperativas.

A forma cooperativa de produção industrial existe na

sociedade socialista, como empresa de artéis artesanais. A cooperação artesanal tem a incumbência de desenvolver a produção, principalmente, de objetos de amplo consumo, utilizando, para isto, em primeiro lugar, os recursos locais de matérias-primas. Os meios de produção, utilizados nas empresas de cooperação artesanal, e a sua produção constituem propriedade dos artéis artesanais.

A forma cooperativa de empresas no comércio existe como sociedades de consumidores, que unificam, principalmente, a população rural.

No curso da construção socialista na URSS, a propriedade social colcosiana foi multiplicada muitas vezes. Assim, a 1º de janeiro de 1958, o volume dos fundos indivisíveis dos colcoses representava 102 bilhões de rublos, em comparação com 4,7 bilhões de rublos em 1932.

A cooperação artesanal de todos os sistemas contava, em princípios de 1958, cerca de 8 mil artéis, que possuíam produção industrial.

Como propriedade de 19 mil sociedades de consumidores, que contam com mais de 37 milhões de quotistas, existem cerca de 323,5 mil empresas: magazines, restaurantes, casas de chá, etc..

As formas estatal e cooperativo-colcosiana de propriedade, tanto as empresas estatais como as economias coletivas, são do mesmo tipo por sua natureza social. O comum entre as empresas estatais e as economias coletivas consiste em que umas e outras: 1) baseiam-se nos meios de produção socializados a maneira socialista e no trabalho coletivo; 2) excluem a exploração do homem pelo homem; 3) conduzem a economia planificadamente, no interesse da satisfação das crescentes necessidades dos trabalhadores; 4) aplicam o princípio socialista da distribuição de acordo com o trabalho. Ambas estas formas de propriedade servem aos interesses do povo e têm um fim comum — a construção da sociedade comunista.

Ao lado disto, entre as formas estatal e cooperativo-colcosiana de propriedade, do mesmo modo que entre ,as empresas estatais e as economias cooperativas (coletivas), existem certas diferenças, na base das quais jaz o grau diverso de socialização socialista da produção. Nas empresas estatais, dominam as relações de produção socialistas na sua forma mais madura e consequente. A propriedade estatal constitui bem de todo o povo; nas empresas estatais, estão socializados, sem exceção, todos os meios de produção, em escala de toda a sociedade. A propriedade cooperativo-colcosiana é uma propriedade socialista de singulares coletivos, que constituem uniões de trabalhadores (artel agrícola, sociedade de consumidores, artel artesanal); nos colcoses (na sua forma de artel) estão voluntariamente socializados os meios fundamentais de produção dos camponeses cooperativistas, enquanto certa parte dos meios de produção, de acordo com o estatuto do artel agrícola, não se socializam e permanecem como propriedade pessoal do lar colcosiano (economia pessoal auxiliar do colcosiano).

Isto determina as diferenças nos modos de realização da produção, nas formas de pagamento do trabalho dos operários e colcosianos, nas formas da direção das empresas estatais e dos colcoses.

A produção das empresas estatais constitui propriedade do Estado socialista e se realiza de acordo com as determinações e os preços estabelecidos pelos órgãos estatais.

A produção colcosiana constitui propriedade de determinado colcós. Parte considerável desta produção é vendida ao Estado e as cooperativas por preços estatais, enquanto uma parte menor se realiza através do mercado colcosiano, por preços que se formam no mercado. Outra parte da produção é destinada a formação dos fundos sociais colcosianos estabelecidos e a distribuição entre os membros do artel, de acordo com o trabalho de cada um.

Nas empresas estatais, que representam bem de todo o povo, a parte do produto social, que entra no consumo pessoal do operário, é paga sob a forma de salário. O Estado determina

uma tarifa, fixada com antecedência, de pagamento do trabalho por unidade de produto ou de tempo de trabalho, independente da produção da empresa dada. Sendo membro de dado artel, o colcosiano recebe a parte do ingresso, que lhe cabe, o fundo do seu colcós. A dimensão desta parte depende tanto do grau de participação do colcosiano no trabalho social, quanto do nível de produtividade do trabalho e de desenvolvimento da economia social do colcós em causa. O salário é pago ao operário sob forma monetária. Os ingressos do artel se distribuem entre os colcosianos. nas condições atuais, sob forma monetária e sob forma natural (produtos) . Ao tempo em que a fonte dos ingressos do operário é somente o trabalho na empresa socialista, no caso do colcosiano, a principal fonte de ingressos é O seu trabalho na economia social do colcós, sendo fonte suplementar o trabalho na economia pessoal auxiliar do lar colcosiano. O colcosiano realiza no mercado uma parte da sua produção, recebida da economia social e da economia pessoal auxiliar.

O Estado socialista, que expressa os interesses do povo, dirige diretamente as empresas que lhe pertencem, realizando esta direção através dos seus delegados — os diretores de empresas — designados e destituídos pelos órgãos estatais correspondentes. Os órgãos estatais, centrais e locais, levam a efeito a direção planificada da atividade produtiva destas empresas, atraindo as massas a ativa participação na direção da produção, na elaboração dos planos e na luta pela sua execução. Nos colcoses, de acordo com a sua natureza cooperativa, todas as questões são resolvidas pelo órgão superior do artel agrícola: a assembleia geral dos colcosianos e a direção e o presidente por ela eleitos. Os planos produtivos e financeiros do artel, os regulamentos de ordem interna, as normas de produção e de taxação, as regras de distribuição dos ingressos, tudo isto é estabelecido pelos próprios colcosianos a base do estatuto do artel agrícola, orientando-se pelas leis, tarefas planificadas e diretivas do Estado socialista.

As diferenças entre as empresas estatais e as economias cooperativas coletivas) são diferenças de caráter não radical. São diferenças entre duas espécies de economia nos limites das

relações de produção socialistas.

A propriedade social nas suas duas formas constitui a base das relações socialistas, a fonte da riqueza e do poderio da sociedade socialista, da vida acomodada e culta de todos os trabalhadores. Ela é sagrada e inviolável.

As Constituições da URSS e dos países de democracia popular obrigam cada cidadão da sociedade socialista a zelar pela propriedade socialista e a fortalecê-la. As pessoas, que atentam contra a propriedade socialista são punidas por lei.

À propriedade estatal, como forma superior de propriedade socialista, cabe o papel dirigente e determinante em toda a economia nacional. As formas estatais de economia abrangem o setor dirigente da economia nacional — a indústria socialista —, bem como a terra e as grandes empresas da agricultura.

A propriedade socialista cooperativo-colcosiana surgiu e se fortaleceu nas condições do domínio da propriedade socialista estatal na economia nacional. Ela foi criada pelo trabalho coletivo dos colcosianos sob a direção e com a participação ativa da classe operária, contando com a enorme ajuda material, financeira e organizativa do Estado socialista.

O multilateral fortalecimento e desenvolvimento das propriedades estatal e cooperativo-colcosiana constitui a mais importante condição do contínuo crescimento de toda a economia nacional e da gradual transição da sociedade soviética do socialismo ao comunismo.

À proporção em que a economia socialista se desenvolver pelo caminho do comunismo, processar-se-á o desaparecimento das diferenças entre as formas estatal e cooperativo-colcosiana de propriedade e a formação de uma propriedade comunista única. Isto ocorrerá não como resultado da redução da propriedade cooperativo-colcosiana, mas através da elevação do nível de sua socialização, com a ajuda e o apoio por parte do Estado socialista.

A Propriedade Pessoal sob o Socialismo

A propriedade social, sob o socialismo, se estende aos meios de produção e a produção, que deles resulta. Parte desta produção serve, em seguida, como meios de produção, permanecendo propriedade social. A outra parte da produção, constituída de objetos de consumo, entra na distribuição entre os trabalhadores, de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada um e se torna propriedade pessoal dos trabalhadores.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels indicaram que o comunismo não tira de ninguém a possibilidade de apropriação pessoal de determinada parte do produto do trabalho social. O comunismo liquida somente o mesquinho caráter desta apropriação inerente ao capitalismo, quando o operário vive apenas para incrementar o capital e vive apenas tanto quanto o exigem os interesses da classe dominante.

Caracterizando os fundamentos da futura sociedade, Engels, no Anti-Dühring, escreveu que aqui

"a propriedade social se estende à terra e aos outros meios de produção, enquanto ,a propriedade individual se estende aos demais produtos, isto é, aos objetos de consumo."(146)

Com o aniquilamento do modo de produção capitalista, perdem força também as leis econômicas do capitalismo, que limitam o consumo pessoal das massas populares aos estreitos quadros de segurança do lucro capitalista. O socialismo não somente não elimina a propriedade pessoal dos objetos de consumo, como cria a única firme garantia de uma satisfação cada vez mais completa das necessidades pessoais de todos os membros da sociedade.

O direito de propriedade pessoal dos trabalhadores da sociedade socialista se estende aos seus ingressos e poupanças provenientes de trabalho, a casa de residência e a economia doméstica, aos objetos de uso doméstico, aos objetos de

consumo e de conforto pessoais.

Uma espécie particular de propriedade pessoal, sob o socialismo, é a propriedade do lar colcosiano. De acordo com o estatuto do artel colcosiano, cada lar colcosiano dispõe, como propriedade pessoal, da economia auxiliar de sua parcela rural, da casa de residência, de gado produtivo, de aves e de pequeno instrumental agrícola.

Somente o trabalho é fonte de propriedade pessoal na época do socialismo. Nas condições de domínio indivisível das relações de produção socialistas, os objetos, que constituem propriedade pessoal, não podem ser transformados em capital, isto é, não podem ser empregados como meios de exploração. O direito de propriedade pessoal, assim como o direito de herança da propriedade pessoal são garantidos pelas Constituições dos países socialistas.

A propriedade pessoal, sob o socialismo, está indissoluvelmente ligada a propriedade social, que é a sua base. Com a multiplicação da propriedade social, com o crescimento da riqueza nacional, massas cada vez maiores de produtos se destinam a satisfação das necessidades pessoais dos trabalhadores da sociedade socialista. Nisto se fundamenta o interesse pessoal material dos trabalhadores nos resultados do próprio trabalho.

O socialismo assegura a possibilidade da correta combinação dos interesses pessoais dos membros individuais da sociedade com os interesses de todo o povo. Esta combinação é alcançada com a consequente aplicação do princípio do interesse pessoal material por meio do pagamento do trabalho, de acordo com a sua quantidade e qualidade. A violação deste princípio inevitavelmente engendra contradições entre o pessoal e o social. Tais violações estão relacionadas com as insuficiências na organização do pagamento do trabalho, e também com o fato de que a sociedade socialista, tal qual se desprende, após a revolução, as entranhas da velha sociedade, ainda não está livre das sobrevivências do passado na economia e na consciência dos homens.

Certa parte de membros da sociedade, não se tendo libertado das sobrevivências da propriedade privada, se comporta negligentemente diante da propriedade social, da disciplina socialista do trabalho, das regras de convivência socialista, manifestando tendências para a especulação, etc..

As contradições entre o social e o pessoal não encerram caráter antagônico, uma vez que, sob o socialismo, inexiste a exploração do homem pelo homem. Tais contradições são gradualmente superadas no processo da direção consciente, planificada, da construção comunista pelo Partido Comunista e o Estado socialista.

O Caráter das Relações de Produção Socialistas

As relações de produção da sociedade socialista se diferenciam radicalmente, por sua essência, das relações de produção do capitalismo e de outras formações sociais, baseadas na propriedade privada dos meios de produção.

As relações de produção socialistas se caracterizam pelo seguinte:

1. domínio indivisível da propriedade social dos meios de produção, existente sob duas formas — estatal (de todo o povo) e cooperativa;

2. libertação dos trabalhadores da exploração e estabelecimento de relações de colaboração fraternal e de ajuda mútua socialista;

3. distribuição dos produtos no interesse dos próprios trabalhadores, de acordo com o princípio “a cada um segundo seu trabalho”.

A propriedade socialista dos meios de produção determina o caráter das relações mútuas entre os homens no processo de produção, caráter que é inteiramente diverso daquele existente sob o capitalismo. Ao tempo em que a propriedade privada dos meios de produção inevitavelmente desune os homens, engendra relações de domínio e de

subordinação e a exploração de uns homens pelos outros, provoca a oposição de interesses, a luta de classes e a concorrência, a propriedade social dos meios de produção une os homens, assegura a verdadeira comunidade dos seus interesses e a colaboração fraternal.

Os operários, os camponeses e a intelectualidade são ativos construtores do comunismo. Estão todos interessados no reforçamento e na multiplicação da propriedade social, como fonte do seu bem-estar.

As relações mútuas entre as duas classes da sociedade socialista — a classe operária e o campesinato colcosiano — constituem uma aliança amistosa, que se apoia na propriedade social socialista em suas duas formas: a estatal e a cooperativo-colcosiana.

À base da propriedade social dos meios de produção, modificou-se o caráter do trabalho: de questão privada da pessoa isolada, como o é sob o capitalismo, o trabalho se tornou, sob o socialismo, uma questão social de trabalhadores livres da exploração. Nas empresas socialistas, as relações sociais entre os trabalhadores empregados na produção constituem relações de colaboração fraternal e de ajuda mútua socialista. As relações de produção socialistas abrem a possibilidade para o amplo desenvolvimento da atividade criadora das massas trabalhadoras, interessadas no aperfeiçoamento da produção e na elevação da produtividade do trabalho, como condições mais importantes do incremento do seu bem-estar.

A propriedade social socialista dos meios de produção condiciona o caráter das relações econômicas entre as empresas, diverso, por princípio, do caráter das relações existentes sob o capitalismo. Em oposição ao capitalismo, onde as relações recíprocas entre singulares empresas se caracterizam pela anarquia da produção, pela concorrência e pela absorção das mais fracas pelas mais fortes, as relações recíprocas entre empresas, no socialismo, se edificam sobre a base da colaboração planificada, da divisão social do trabalho, da especialização racional e da cooperação na produção.

Tal é o caráter, sob o socialismo, das relações econômico-sociais, no terreno da produção e troca material.

O domínio da propriedade social dos meios de produção determina também o caráter da distribuição dos produtos sob o socialismo, inteiramente diverso daquele que existe sob o capitalismo.

Existe, na sociedade socialista, a divisão do trabalho em necessário e suplementar, bem como a divisão do produto em necessário e suplementar. Mas, sob o socialismo, esta divisão não possui caráter antagônico, inerente as sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem.

"O trabalho suplementar em geral — escreveu Marx — como trabalho acima da medida de determinadas necessidades, sempre deve existir. Mas no sistema capitalista, como no escravista, etc., ele possui somente forma antagônica e se complementa com a integral ociosidade de certa parte da sociedade."(147)

O trabalho necessário, no socialismo, é o trabalho para si, que cria o produto necessário, distribuído entre os trabalhadores empregados na produção de acordo com a quantidade e a qualidade do seu trabalho e destinado a cobertura das necessidades pessoais do trabalhador e de sua família. As dimensões deste produto, o volume do consumo, sob o socialismo, em cada momento dado, dependem do nível atingido pelas forças produtivas e pela produtividade do trabalho, crescendo juntamente com estas últimas. Na sociedade socialista, cessam as limitações capitalistas do consumo dos trabalhadores, as quais são condicionadas pela lei do valor da força de trabalho, pela pauperização das massas, etc..

O trabalho suplementar, no socialismo, é trabalho para a sociedade, que cria o produto suplementar, isto é, o produto para a sociedade, destinado à satisfação das necessidades sociais: ampliação da produção, criação de reservas, desenvolvimento da instrução e da saúde pública, sustento dos velhos e dos inválidos, organização da defesa, etc.. Na sociedade socialista,

em que no poder se encontram os trabalhadores, o trabalho para a sociedade é para eles objetivamente tão necessário como o trabalho para si. O produto suplementar, destinado a ampliação da produção socialista, multiplica as premissas materiais do crescimento contínuo do bem-estar dos trabalhadores. O produto suplementar, despendido no desenvolvimento da instrução e nos seguros sociais, serve de modo imediato para os fins da satisfação das necessidades dos trabalhadores. Em virtude da liquidação das classes exploradoras e da exploração do homem pelo homem, o produto suplementar do socialismo não constitui mais-valia.

A propriedade social dos meios de produção e dos produtos do trabalho, bem como a distribuição dos produtos do trabalho no interesse dos trabalhadores determinam a decisiva superioridade do sistema de economia socialista com relação ao sistema capitalista. todas as vantagens da grande produção social, que asseguram o enorme crescimento da força produtiva do trabalho, estão ao alcance da sociedade em conjunto e das massas trabalhadoras, e não dos exploradores, como ocorre no capitalismo.

O domínio da propriedade social dos meios de produção significa que a produção socialista está livre da contradição, inerente ao capitalismo, entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação dos resultados da produção. Sob o socialismo, a propriedade social socialista dos meios de produção corresponde ao caráter social da produção.

Em oposição as relações de produção do capitalismo, que, em grau cada vez maior, freiam o crescimento das forças produtivas, as relações de produção socialistas abrem amplo espaço para o desenvolvimento ininterrupto e com elevados ritmos das forças produtivas. O desenvolvimento do modo de produção socialista se processa a base da superação de contradições não antagônicas entre as forças produtivas e as relações de produção, contradições que surgem no curso da construção do socialismo e do comunismo.

Em ligação com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção socialistas, ou seja, estes ou aqueles

aspectos das relações entre os homens no terreno da produção, da distribuição e da troca, da forma de direção planificada da economia, se revelam envelhecidos, atrasados com relação ao nível atingido pelas forças produtivas, deixando de corresponder as exigências do ulterior desenvolvimento da produção. Isto impõe modificações nas relações de produção, nas formas de direção da economia, a fim de serem colocadas em correspondência com o nível atingido pelas forças produtivas.

Entretanto, sob o socialismo, a diferença das formações sociais baseadas na exploração, tais contradições não são antagônicas, inconciliáveis, em virtude do que não ocorrem conflitos sob a forma das crises econômicas, da luta de classes e da revolução social. Estas contradições são contradições do crescimento, do desenvolvimento ascendente da sociedade pelo caminho da transição gradual do socialismo ao comunismo. Armado do conhecimento das leis do desenvolvimento econômico da sociedade e apoiando-se na atividade das massas — construtoras do comunismo —, o Estado socialista tem a possibilidade de superar oportunamente as contradições emergentes, uma vez que no socialismo não existem classes interessadas na conservação de relações econômicas ultrapassadas e se leva a efeito a consciente direção planificada do desenvolvimento da sociedade.

Assim é que, na URSS, em ligação com o gigantesco crescimento da economia e com o desenvolvimento da ciência e da técnica, formas anteriores de direção econômica, a exemplo dos ministérios especializados em ramos isolados, os quais desempenharam papel positivo em determinada etapa, passaram a frear o desenvolvimento das forças produtivas. Esta contradição foi solucionada através da reorganização da direção da indústria e da construção, da criação dos conselhos da economia nacional nas regiões econômicas do país. O aperfeiçoamento da direção da indústria e da construção constituiu importante medida revolucionária, que, na base dos princípios leninistas do centralismo democrático, assegurou novo e poderoso ascenso da indústria.

O desenvolvimento das forças produtivas da agricultura, em vinculação com o fortalecimento dos colcoses, o aumento da mecanização, a formação de quadros qualificados nos colcoses, etc., fez com que surgisse uma contradição expressa em certa separação entre a força produtiva fundamental dos colcoses — os colcosianos — e os instrumentos fundamentais da produção agrícola, concentrados nas estações de máquinas e tratores. A reorganização das estações de máquinas e tratores e a criação de uma base técnico-material própria dos colcoses, através da compra de máquinas, constituíram profundíssima medida revolucionária, que solucionou a contradição emergente e abriu espaço para novo e poderoso ascenso da agricultura.

Desta maneira, com o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção socialistas se aperfeiçoam, se tornam cada vez mais desenvolvidas, assegurando ulteriormente o ininterrupto crescimento da economia nacional.

O Caráter das Leis Econômicas sob o Socialismo

Como resultado da substituição das velhas relações de produção burguesas por novas relações de produção socialistas, cessam de atuar as leis econômica» do capitalismo, que expressam relações de exploração do homem pelo homem: a lei da mais-valia, a lei da taxa média de lucro, a lei do super-lucro monopolista, a lei geral da acumulação capitalista e outras. Abandonam a cena a lei da concorrência e da anarquia da produção, a lei da desigualdade do desenvolvimento econômico, a lei do desenvolvimento cíclico da produção. Desaparecem as categorias, que expressam relações capitalistas: capital, mais-valia, lucro capitalista, preço de produção, valor da força de trabalho, etc..

Com o aparecimento e o desenvolvimento das relações de produção socialistas, surgem e se desenvolvem novas leis econômicas: a lei econômica fundamental do socialismo, a lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, a lei da incessante elevação da produtividade do trabalho, a lei da distribuição de acordo com o trabalho, a lei da

acumulação socialista e outras.

Uma vez que, sob o socialismo, conserva-se a produção mercantil, atua na economia socialista a lei do valor e subsistem as categorias com ela relacionadas. As novas condições econômicas, que se formaram sob o socialismo, modificam o caráter da produção mercantil e da circulação mercantil, limitando sua esfera de ação. Sob o socialismo, a produção mercantil e a circulação mercantil existem sem capitalistas e servem a economia socialista. Sob a forma das velhas categorias do valor, encerra-se um conteúdo social diferente por princípio, modificando-se radicalmente a significação de tais categorias; o dinheiro, o preço, o comércio, o crédito são utilizados como instrumentos da construção socialista.

Vinculadas as leis que lhe são inerentes, o regime econômico socialista gera novas categorias econômicas: o trabalho diretamente social, a emulação socialista, os fundos básicos e de giro, o cálculo econômico, o preço de custo, etc..

O desenvolvimento do modo de produção socialista está submetido também as leis econômicas comuns a todas as formações, como, por exemplo, a lei da correspondência das relações de produção ao caráter das forças produtivas, a lei da prioridade do crescimento da produção dos meios de produção e outras.

As leis econômicas do socialismo, a semelhança das leis econômicas de qualquer outro modo de produção, surgem e atuam independentemente da vontade dos homens, isto é, possuem caráter objetivo. Estas leis não podem ser criadas, transformadas ou substituídas pela vontade dos homens. Somente a base destas leis, pode subsistir e se desenvolver o sistema socialista de economia nacional. A violação das exigência» das leis econômicas engendra inevitavelmente uma série de dificuldades, desproporções e contradições, que podem conduzir ao desconcerto na vida econômica do país.

A negação do caráter objetivo das leis econômicas do socialismo significaria a liquidação da economia política do socialismo como ciência, privaria a sociedade socialista da

possibilidade de prever os processos ulteriores do desenvolvimento econômico e de levar a efeito a direção da economia nacional. Tal negação representa desvio do marxismo para as posições do idealismo subjetivo, conduzindo inevitavelmente ao aventurismo em política e ao arbítrio na prática da direção econômica.

O caráter objetivo das leis econômicas do socialismo de modo nenhum significa que elas agem como força espontânea, dominando por cima dos homens e que estes seriam impotentes diante de tais leis. Semelhante fetichização das leis econômicas conduz inevitavelmente as posições da teoria do espontaneísmo na construção socialista. Ela é profundamente hostil ao marxismo-leninismo. A transição ao socialismo, a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social, bem como da anarquia da produção pelo desenvolvimento planificado da economia, modificam radicalmente o caráter da ação das leis econômicas e abrem amplas possibilidades para a sua utilização consciente pela sociedade. Sob o domínio da propriedade privada dos meios de produção e da espontaneidade do desenvolvimento econômico, as leis da economia capitalista abrem caminho como força cega, destruidora, que age as costas dos produtores de mercadorias. Nas condições do socialismo, sob o domínio da propriedade social dos meios de produção, os homens se tornam senhores das suas relações econômico-sociais; conhecendo as leis objetivas, podem dominá-las e aplicá-las, com inteira consciência, no interesse de toda a sociedade.

Com a transição ao socialismo, indicou Engels,

“as leis das suas próprias ações sociais, as quais, até aqui, se erguiam contra os homens como leis da natureza, estranhas e dominadoras, serão aplicadas pelos homens com pleno conhecimento de causa e, consequentemente, serão submetidas ao seu domínio. O ser social dos homens, que, até aqui, se lhes contrapunha, como imposto de cima pela natureza e pela história, torna-se agora seu próprio ato livre. As potências objetivas, estranhas, que até aqui dominavam sobre a história, passam ao controle do próprio homem. E somente a partir do

momento em que os homens começarem, com inteira consciência, a criar sua própria história, somente então as causas sociais postas por eles em movimento terão em grau considerável e crescente, os efeitos por eles desejados. Este é o saldo da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade."[148]

Aqui se trata da liberdade no conceito marxista, ou seja, da liberdade no sentido de necessidade conhecida, como base da atividade consciente dos homens.

Não existem, sob o socialismo, obstáculos de caráter social, de classe, que impeçam o conhecimento e a utilização das leis do desenvolvimento econômico no interesse da sociedade. Os estreitos interesses de classe da burguesia, que aspira a perpetuação do sistema de exploração capitalista, impedem-na de conhecer as leis do desenvolvimento econômico da sociedade, as quais conduzem a substituição do capitalismo pelo socialismo. Ao invés disto, os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores correspondem ao processo objetivo, submetido a leis, de desenvolvimento progressivo da sociedade, que conduz a vitória do comunismo. A sociedade socialista está profundamente interessada em conhecer e utilizar, o mais plenamente possível, as leis do desenvolvimento econômico.

O domínio da propriedade social dos meios de produção e o caráter planificado do desenvolvimento da economia socialista tornam o conhecimento e a utilização das leis econômicas uma necessidade objetiva, uma vez que sem isto é inconcebível a direção planificada da construção comunista.

As leis econômicas do socialismo abrem a possibilidade de desenvolver e mover para a frente a economia socialista pelo caminho para o comunismo. O conhecimento científico e a correta aplicação das leis econômicas constituem o fundamento da política econômica do Partido Comunista e do Estado socialista. Quanto mais plenamente a sociedade socialista conhecer as leis econômicas, tanto com mais êxito alcança os seus fins, tanto mais efetivamente utiliza as vantagens do socialismo. A fim de aplicar as leis econômicas com pleno

conhecimento de causa, é necessário aprender a considerar multilateralmente as condições econômicas e políticas concretas nas quais estas leis atuam em cada período dado.

A Função Econômica do Estado Socialista

As leis econômicas objetivas, que agem no socialismo, são conhecidas e utilizadas pelo Estado na prática da construção econômica e cultural. O êxito da política econômica depende, antes de tudo, da medida em que ela refletir corretamente as exigências das leis econômicas.

A função econômica ativa do Estado socialista é condição necessária para a utilização das leis econômicas pela sociedade socialista, no interesse dos trabalhadores. Desenvolvendo as teses de Marx e Engels, Lênin elaborou a teoria do Estado socialista. O socialismo, como fase primeira e inferior do comunismo, representa uma sociedade tal como

"apenas acabou de sair da sociedade capitalista e que, por isso, em todos os sentidos, no econômico, moral e intelectual, conserva ainda os estigmas da velha sociedade, de cujas entranhas saiu."[149]

Sob o socialismo, ainda não pode ser realizado o princípio comunista: "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade". Na sociedade socialista, o trabalho ainda não é tão produtivo para assegurar o necessário a esta abundância de produtos, nem penetrou suficientemente nos hábitos a observância da disciplina socialista do trabalho e das regras fundamentais de convivência. O Estado é necessário para proteger e fortalecer a propriedade social, garantir a participação dos membros da sociedade na construção econômica e cultural, a disciplina socialista do trabalho e o estímulo material dos trabalhadores, controlar a correspondência entre as medidas do trabalho e as medidas do consumo individual dos membros da sociedade.

O Estado é necessário como órgão de defesa dos países socialistas contra a agressão imperialista dos países do campo capitalista, como órgão de defesa do regime socialista contra

quaisquer tentativas de restauração do capitalismo por parte do imperialismo e dos seus agentes.

Eis porque é hostil ao marxismo-leninismo e aos interesses do povo a linha anarquista, oportunista, pregada pelos modernos revisionistas, de enfraquecimento do Estado socialista e de redução da sua função econômica. A extinção do Estado se processa somente com a completa vitória do comunismo. Atualmente, a diretiva de enfraquecimento do Estado socialista implica em privar os trabalhadores do seu principal instrumento de construção do socialismo e do comunismo e desarma os países socialistas diante do imperialismo.

O caráter do Estado socialista se define pela base econômica do socialismo: ao sistema socialista de economia e a propriedade social dos meios de produção corresponde o poder político dos trabalhadores, com a classe operária a frente. Se a política do Estado imperialista expressa os interesses dos monopólios capitalistas, voltada para o aumento dos seus lucros e hostil as massas populares, já a política do Estado socialista — Estado de operários e camponeses — expressa os interesses radicais, vitais, dos trabalhadores, gozando de ativo apoio das massas populares.

As relações de produção socialistas condicionam a nova função econômica do Estado socialista, até então desconhecida na história. Assim é que o Estado soviético é proprietário de não menos de $^{9}/_{10}$ de todos os meios de produção do país. Graças ao indivisível domínio da propriedade social dos meios de produção — propriedade de todo o povo e propriedade cooperativo-colcosiana —, e apoiando-se nas leis econômicas do socialismo, que utiliza conscientemente em sua atividade, o Estado obteve a possibilidade de exercer a direção planificada da economia nacional, de cumprir a sua função econômico-organizativa. Tal função é inacessível ao Estado burguês, em virtude da propriedade capitalista privada dos meios de produção e do caráter espontâneo de desenvolvimento econômico da sociedade capitalista.

A atividade do Estado socialista se encontra subordinada a tarefa do multilateral melhoramento da vida dos trabalhadores,

da elevação do nível material e cultural do povo, da mais completa satisfação de suas crescentes necessidades, a base do rápido desenvolvimento das forças produtivas. Esta tarefa é condicionada pela natureza do Estado socialista, como Estado de todo o povo trabalhador com a classe operária a frente, pelas exigências da lei econômica fundamental do socialismo.

O Estado socialista e os seus órgãos locais levam em conta as multiformes necessidades da sociedade e, de acordo com essas crescentes necessidades, planificam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da produção, promovem medidas para a introdução da técnica avançada em todos os ramos da economia nacional, para a incessante elevação da produtividade do trabalho social e o incremento da acumulação socialista, exercem a direção das grandes construções e da localização da produção. O Estado desenvolve a indústria pesada e, na sua base, promove o ascenso da agricultura e da produção de objetos de consumo popular. O Estado zela pela criação da abundância de artigos industriais e de gêneros alimentícios no país. O Estado e os seus órgãos designam os dirigentes das empresas estatais, de suas associações e de ramos inteiros, controlando o seu trabalho.

Considerando as condições reais — internas e internacionais —, o Estado, em cada etapa, define as tarefas concretas da construção econômica, estabelece a orientação e os ritmos do desenvolvimento da economia nacional, melhora os métodos de administração econômica. O Estado leva em conta não somente os resultados do passado, mas também as tendências, que se esboçam, do desenvolvimento futuro, realizando sua atividade econômico-organizativa segundo os princípios da previsão científica. O marxismo-leninismo — ciência social avançada – constitui a base teórica da multifacética atividade do Estado socialista.

O Estado determina, de modo planificado, o volume, a estrutura e os ritmos da produção, do comércio interno e externo, estabelece os preços das mercadorias e planifica o preço de custo da produção, bem como o nível do salário de operários e empregados, distribui os recursos materiais, de força

de trabalho, financeiros, etc..

O Estado socialista orienta a vida econômica dos colcoses através dos órgãos estatais locais, através do sistema de órgãos eletivos do artel agrícola, levando em conta, a este respeito, as particularidades dos colcoses como empresas cooperativas. Em toda a sua atividade econômica e política, o Estado parte da necessidade do multilateral reforçamento da aliança operário-camponesa, da ampliação dos laços econômicos entre a cidade e o campo.

O Estado socialista garante aos cidadãos o gozo efetivo de direitos tão vitais, como o direito ao trabalho e ao repouso, o direito a instrução, o direito ao seguro social nos casos de invalidez e velhice.

O Estado socialista promove a multilateral educação dos trabalhadores, segundo a nova disciplina do trabalho, segundo a atitude comunista para com o trabalho. Dirige a instrução nacional, a preparação de quadros qualificados, contribui para o desenvolvimento da ciência e da arte de vanguarda, para a aplicação prática das conquistas científico-técnicas.

O Estado socialista exerce a direção da vida econômica do país a base do princípio leninista do centralismo democrático na administração da economia. Neste princípio, condicionado pela natureza do regime socialista, que se baseia na propriedade social dos meios de produção, combinam-se dois traços fundamentais, indissoluvelmente ligados entre si: a direção estatal da economia, planificada e centralizada, e o democratismo socialista, apoiado na ampla iniciativa popular.

A força do aparelho estatal socialista consiste nos seus vínculos com as massas populares. A direção estatal centralizada, no socialismo, combina-se com o desenvolvimento da atividade criadora das massas, com a sua crescente incorporação a direção imediata do Estado e da vida econômica, com o desenvolvimento da iniciativa local e a consideração concreta das particularidades locais. Nisto reside a essência do centralismo democrático.

“O centralismo, compreendido num sentido efetivamente democrático, pressupõe a possibilidade, que a história criou pela primeira vez, do pleno e desembaraçado desenvolvimento não só das particularidades locais, como também da iniciativa local, da variedade de caminhos, processos e meios do movimento para o fim comum.”[(150)]

Lênin indicou que o centralismo democrático nada tem de comum com a estandardização, nem com a uniformização imposta de cima. Ignorar, em qualquer atividade econômica e administrativa, as particularidades locais, significaria — frisou Lênin — cair no centralismo burocrático, impedir aos trabalhadores locais a consideração das peculiaridades locais, o que constitui a base para um trabalho racional.

Para desenvolver com êxito a economia socialista é necessária uma luta quotidiana e tenaz contra qualquer gênero de deformações burocráticas nos órgãos estatais e econômicos, contra a substituição dos estímulos econômicos pelos processos puramente administrativos.

À base dos princípios do centralismo democrático, o Estado soviético aplica um sistema de medidas destinado a reforçar o papel das repúblicas soviéticas e dos órgãos locais na direção da economia, transmite-lhes a direção de empresas, amplia os direitos administrativos dos dirigentes de empresas, eleva o interesse material dos operários, dos colcosianos e da intelectualidade na melhor utilização dos recursos.

Constitui nova etapa na aplicação do princípio leninista do centralismo democrático a passagem, na URSS, em 1957, da direção da indústria e da construção por departamentos, através dos ministérios de ramos econômicos, para a direção territorial. Os conselhos da economia nacional, criados em cada região econômico-administrativa, constituem a forma organizativa dessa direção. Graças a isto, eliminam-se as barreiras departamentais, que dificultam a correta especialização e cooperação das empresas, criam-se condições para uma direção mais concreta e operativa da produção nos locais, em cada região econômico-administrativa, para o desenvolvimento da iniciativa das organizações econômicas e

sociais, republicanas e locais, na construção comunista, incrementam-se as possibilidades para a mais ampla incorporação das massas trabalhadoras a direção do Estado, a construção econômica e cultural.

Simultaneamente, possui enorme importância a direção centralizada e planificada da economia nacional em escala de todo o país, o que exige a luta inconciliável tanto contra os métodos departamentais como contra as tendências localistas.

Juntamente com isto, já no presente, algumas funções, executadas pelos órgãos estatais, podem e devem gradualmente passar para a administração das organizações sociais, tais como alguns aspectos dos serviços de caráter cultural, da saúde pública e dos serviços de balneários, do movimento de educação física, da manutenção da ordem pública e do controle da observância das regras da convivência socialista.

"A passagem de determinadas funções dos órgãos estatais as organizações sociais não debilita o papel do Estado socialista na construção do comunismo, mas amplia e reforça a base política da sociedade socialista, assegura o ulterior desenvolvimento da democracia socialista. O Estado soviético poderá concentrar ainda maior atenção no desenvolvimento da economia, que constitui a base material do nosso regime."[151]

Os sindicatos constituem a maior organização de massas dos trabalhadores. Nos países socialistas, os sindicatos unificam a esmagadora maioria dos operários e empregados e estão chamados a desenvolver, de todas as maneiras, a iniciativa das massas, a atraí-las cada vez mais amplamente a direção da produção. Através dos sindicatos, a classe operária leva a efeito o seu controle da atividade dos dirigentes econômicos, que administram a produção a base do princípio da autoridade única.

Os sindicatos estão incumbidos de contribuir para a melhor satisfação das necessidades materiais, sociais e culturais dos trabalhadores. Os sindicatos gozam do direito de realização da vigilância estatal sobre a observância da legislação do

trabalho e do controle social no que se refere ao estado da segurança do trabalho.

Uma condição indispensável para a vitoriosa direção da produção é a correta atitude política diante da solução das questões econômicas, isto é, a atitude que parte do ponto de vista estatal geral, do povo em seu conjunto, a base da combinação dos interesses pessoais dos trabalhadores com os interesses do Estado socialista, do povo como um todo. O trabalho econômico está vinculado da maneira mais estreita ao trabalho político entre as massas, que as arma com a clara compreensão das tarefas estatais, de caráter popular geral.

A força dirigente e organizadora do Estado socialista é o partido marxista-leninista, que orienta a atividade de todos os órgãos estatais e organizações sociais dos trabalhadores. O Partido dá diretivas para a elaboração dos planos econômicos e estuda as medidas de caráter econômico. Estando estreitamente ligado as massas trabalhadoras, o Partido mobiliza os operários, os colcosianos e a intelectualidade para o cumprimento das tarefas econômicas e políticas, educa as massas, eleva sua consciência comunista. Orientada para a satisfação das novas exigências, tornadas maduras, do desenvolvimento econômico da sociedade, a política do partido marxista-leninista e do Estado socialista desempenha o mais grandioso papel progressista. A direção por parte do partido marxista-leninista constitui condição indispensável e vital para o cumprimento pelo Estado socialista de sua função econômica e política. A negação da necessidade desta direção representa revisão de uma das teses fundamentais do marxismo-leninismo.

O desenvolvimento do modo de produção socialista se processa através da luta do novo contra o velho, do nascente contra o moribundo, do progressista contra o atrasado, através da superação de contradições e dificuldades. À sociedade socialista são inerentes contradições, que possuem caráter não antagônico, uma vez que não estão ligadas a interesses de classe opostos e se superam no curso da construção comunista. Lênin indicou que, sob o comunismo, os antagonismos desaparecem, mas as contradições permanecem.

Assim é que uma contradição motriz da sociedade socialista é a contradição não antagônica entre o nível alcançado pela produção e as necessidades crescentes das massas. Esta contradição se soluciona no processo da direção planificada da economia, através da sistemática e rápida expansão da produção.

Na sociedade socialista não há classes exploradoras, mas existem elementos atrasados, portadores de tendências e hábitos derivados da propriedade privada, que se contrapõem ao desenvolvimento das novas e progressistas tendências na economia socialista, existem ainda malversadores da propriedade social, elementos burocráticos, que desprezam as necessidades do povo, sobrevivências do capitalismo ainda não superadas na consciência dos homens. A sociedade socialista, dirigida pelo Partido Comunista, estimula a iniciativa dos trabalhadores, contribui para o desenvolvimento das tendências progressistas em todos os terrenos da vida social, sustenta os embriões do novo, fortalece-os, auxilia a difusão dos métodos avançados de produção. Os órgãos estatais, as organizações sociais dos trabalhadores, todas as forças progressistas conduzem uma luta tenaz contra os violadores da legalidade socialista, contra todas as forças inertes, contra quaisquer manifestações de atraso, de fossilização, de rotina, que estorvam a plena utilização das superioridades do socialismo para o rápido desenvolvimento da produção, para a aceleração do progresso técnico e a elevação do nível de vida do povo.

Uma das formas fundamentais da luta do novo contra o velho, sob o socialismo, é a crítica e a autocrítica, que representa uma poderosa força motriz do desenvolvimento da sociedade socialista. Na base da mobilização da atividade das massas populares, a crítica e a autocrítica dão a possibilidade de descobrir e eliminar as insuficiências e dificuldades no trabalho, erradicar quaisquer manifestações de burocratismo, revelar novas reservas para a aceleração dos ritmos de desenvolvimento econômico e, desta maneira, superar as contradições da sociedade socialista.

Além das contradições internas, não antagônicas, da

sociedade socialista, existe a contradição externa, antagônica, entre os países do campo socialista e as forças do imperialismo. Ela se expressa no fato de que os círculos imperialistas agressivos aspiram a desencadear a guerra contra a URSS e os países de democracia popular, promover nestes países um trabalho de sapa e restabelecer neles o regime capitalista. Decorre daí a necessidade do fortalecimento, por todas as maneiras, da potência econômica e da capacidade de defesa da URSS e dos países de democracia popular.

Partindo dos princípios leninistas a respeito das relações internacionais, os países socialistas aplicam consequentemente a linha de coexistência pacífica dos países com diferentes regimes político-sociais, a linha de consolidação da paz. Os países socialistas expandem os vínculos de comércio exterior com todos os países e, em particular reforçam e desenvolvem de todas as maneiras a cooperação econômica entre si, dentro do sistema mundial do socialismo. Tal cooperação representa um tipo novo, socialista, de relações entre povos.

Notas de rodapé:

(144) K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista, Obras Escolhidas, t. I, 1955, p. 21.

(145) K. Marx e F. Engels, Manifesto do Partido Comunista, Obras Escolhidas, t. 1. 1955, p. 22.

(146) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 123.

(147) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 832.

(148) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 267.

(149) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 13.

(150) V.I. Lênin, Esboço Inicial do Artigo “As Tarefas Imediatas do Poder Soviético”, Obras, t. XXVII, p. 181.

(151) Resolução a Respeito do Informe do Camarada N.S. Kruschiov “Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da

Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965", em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, Editora Estatal de Literatura Política, 1959, p. 155.

Capítulo XXV — A Lei Econômica Fundamental do Socialismo

Os Traços Característicos da Lei Econômica Fundamental do Socialismo

Marx e Engels previram que, com o estabelecimento do socialismo, abre-se imenso espaço para o desenvolvimento da produção, cujo fim se torna o permanente melhoramento das condições de existência da sociedade em conjunto e de cada um dos seus membros.

Dando prosseguimento as ideias de Marx e Engels, Lênin, em suas obras, ofereceu fundamentação científica desenvolvida da necessidade objetiva e da possibilidade, sob o socialismo, de um ascenso da produção sistemático e rápido, jamais visto. Lênin revelou a importância vital, que possui para o desenvolvimento da sociedade socialista, a onímoda aceleração do progresso técnico, o crescimento prioritário da indústria pesada, o incremento da produtividade do trabalho social, como bases da constante elevação do nível material e cultural das vastas massas populares.

Lênin fundamentou multilateralmente o fim, novo por princípio, da produção sob o socialismo e os caminhos de sua realização. Afirmou que, somente com a transição ao socialismo, surge a possibilidade de amplamente expandir e verdadeiramente submeter a produção social e a distribuição dos produtos a um fim cientificamente determinado: fazer a vida de todos os trabalhadores mais alegre, levando-lhes o bem-estar. Lênin frisou que o socialismo significa

“a organização planificada do processo social-produtivo para a garantia do bem-estar e do multilateral desenvolvimento de todos os membros da sociedade.”[152]

O socialismo, indicou Lênin, representa uma estruturação tal da sociedade, que as riquezas criadas pelo trabalho comum

beneficiem a todos os trabalhadores; se ao capitalista é importante a produção pela produção, isto é, pelo lucro, já para os trabalhadores o mais importante de tudo é assegurar as condições, que lhes permitam liquidar o trabalho forçado em benefício dos exploradores e trabalhar para si, utilizando, para isto, todas as conquistas da técnica, da ciência e da cultura.

Nestas teses de Lênin se encontra exposta a essência da lei econômica fundamental do socialismo, pela qual o partido marxista-leninista se guia em sua política.

Os traços característicos da lei econômica fundamental do socialismo consistem na ininterrupta ampliação e no aperfeiçoamento da produção, na base de uma técnica avançada, com o fim da mais completa satisfação das necessidades sempre crescentes e do multilateral desenvolvimento de todos os membros da sociedade.

Em oposição a lei econômica fundamental do capitalismo, que expressa relações de exploração do trabalho pelo capital, a lei econômica fundamental do socialismo expressa a essência das relações de produção socialistas, como relações de colaboração fraternal e de ajuda mútua socialista entre trabalhadores livres da exploração.

A lei econômica fundamental do socialismo constitui a lei do desenvolvimento do modo de produção socialista, uma vez que define o fim da produção socialista e o meio para a realização deste fim.

O fim da produção em cada formação social é objetivamente condicionado pelas relações de propriedade dos meios de produção. Quando os meios de produção pertencem a burguesia, é inevitável que o fim da produção seja o enriquecimento dos proprietários do capital, ao passo que os trabalhadores, ou seja, a esmagadora maioria da sociedade, servem de objeto de exploração. O consumo dos trabalhadores é necessário ao capitalismo somente na medida em que assegura a extração de lucros. Quando os meios de produção pertencem ao povo trabalhador, e as classes exploradoras se encontram liquidadas, já o fim da produção se torna o

incessante ascenso do bem-estar material e do nível cultural de todos os membros da sociedade socialista. Isto significa que, sob o socialismo, a produção é dirigida para a ampliação do consumo do povo, para a mais completa satisfação possível, em dadas condições, das crescentes exigências materiais e culturais dos membros da sociedade, para o multilateral desenvolvimento de suas faculdades. A isto se vinculam, por princípio, o novo caráter e a nova função do produto suplementar na sociedade socialista.

Nas formações pré-socialistas, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, o fim da produção reside na criação do produto suplementar, destinado as classes dominantes. As categorias de trabalho necessário e trabalho suplementar expressam, nestas formações, relações entre classes antagônicas, inconciliavelmente hostis entre si. Na sociedade socialista não existem contradições antagônicas entre o trabalho necessário e o trabalho suplementar. O domínio da propriedade social indica que todo o produto social, tanto o necessário como o suplementar — pertence aos trabalhadores e é utilizados no seu interesse. Isto significa que o produto suplementar na sociedade socialista, na forma natural e na forma valor, não constitui mais-valia, a qual expressa relações de exploração capitalista. Sob o socialismo, como indicou Lênin,

“o produto suplementar não se destina a classe dos proprietários, mas a todos os trabalhadores e somente a eles.”[153]

A produção do produto suplementar tem a maior importância para a sociedade socialista, uma vez que com ele se asseguram a acumulação e a ampliação da produção em escalas crescentes. À diferença das formações precedentes, a produção do produto suplementar, sob o socialismo, está colocada á serviço da elevação do bem-estar do povo.

O fim, ao qual se encontra submetida a produção socialista, está indissoluvelmente ligado ao meio, que garante sua realização — a ininterrupta ampliação da produção a base de uma técnica superior. O fim da produção socialista — a sistemática elevação do bem-estar e o multilateral

desenvolvimento de todos os membros da sociedade — condiciona o profundo interesse dos próprios trabalhadores no onímodo ascenso da produção, cria o interesse material dos trabalhadores nos resultados do seu trabalho e constitui poderosa força motriz do crescimento das forças produtivas do socialismo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da produção socialista é a base material da permanente elevação do bem-estar dos trabalhadores.

Um traço característico do socialismo, que o diferencia de todas as formações sociais precedentes, consiste na ininterrupta ampliação da produção. Como é sabido, nas formações pré-capitalistas, predominava a reprodução simples e, somente em certos períodos, tinha lugar a reprodução ampliada. Sob o capitalismo predomina a reprodução ampliada, mas ela encerra caráter cíclico, sendo periodicamente interrompida pelas devastadoras crises econômicas de superprodução. O volume limitado do consumo, da capacidade de compra das massas populares, inevitavelmente se atrasa com relação ao crescimento da produção e freia este crescimento, o que é condicionado pela contradição fundamental do capitalismo. Em consequência disto, o desenvolvimento econômico se realiza com interrupções: do ascenso a crise e da crise ao ascenso.

Sob o socialismo, é liquidada a contradição fundamental do capitalismo, ou seja, a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada de apropriação. Daí porque o socialismo não conhece as contradições, inerentes ao capitalismo, entre a produção e o consumo. A lei econômica fundamental do socialismo cria a possibilidade de combinar corretamente o aumento da produção com a sempre crescente procura solvente da população e de satisfazer esta procura, a base do ininterrupto crescimento da produção.

Desta maneira, graças ao indivisível domínio da propriedade social e ao sistemático aumento do consumo do povo, a sociedade socialista está protegida contra as crises de superprodução e, consequentemente, tem a possibilidade de realizar a reprodução ampliada ininterrupta.

Sob o socialismo, a ininterrupta ampliação da produção é uma necessidade objetiva, uma vez que, sem isto, é impossível assegurar o incessante, crescimento do consumo popular. O grau de satisfação das necessidades da população depende do nível de desenvolvimento da produção atingido em dado período, dos recursos existentes, de que dispõe a sociedade socialista. O ininterrupto crescimento da produção não só assegura a produção necessária a satisfação das crescentes exigências da sociedade, como também estimula o aparecimento de novas exigências. Por sua vez, o permanente crescimento das exigências materiais e culturais dos trabalhadores é uma condição necessária, sem a qual a produção não pode mover-se para a frente incessantemente. Graças a sistemática elevação dos ingressos da população, cria-se, para a produção industrial e agrícola socialista, uma procura solvente em incessante expansão.

Característico do socialismo, o crescimento permanente e rápido das exigências de toda a população para com a produção social é suscitado não só pelo poderoso desenvolvimento da produção, pelo progresso da técnica, como também pela radical modificação da situação das massas trabalhadoras, tornadas senhoras do país, pelo ascenso do seu bem-estar e nível cultural. O permanente crescimento das necessidades das massas, que apresentam sempre novas e novas reivindicações com relação a ampliação do lançamento e ao melhoramento da quantidade da produção, exerce, sob o socialismo, enorme influência estimulante sobre o desenvolvimento da produção. A contradição não antagônica, que surge no curso do desenvolvimento da sociedade socialista, entre o nível da produção socialista atingido em cada momento dado e as necessidades das massas em rápido crescimento, é uma contradição que se soluciona planificadamente através do ascenso da produção, o que conduz ao aumento do consumo dos trabalhadores e a um novo crescimento dos necessidades, provocado pela posterior ampliação da produção e pela elevação de sua qualidade. Assim é que, no processo da planificada solução desta contradição em movimento entre o nível atingido pela produção e as crescentes necessidades da sociedade, efetiva-se a ação da lei econômica fundamental do

socialismo como lei do incessante crescimento da produção socialista para o fim da mais completa satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade.

O desenvolvimento da produção socialista não se reduz somente a sua expansão qualitativa. O ininterrupto aumento da produção socialista exige o permanente aperfeiçoamento dos métodos produtivos, o incessante incremento da produtividade do trabalho social. Isto cria as condições para a rebaixa dos preços, a base da redução dos gastos sociais na produção e do melhoramento da qualidade do produto, o que possui grande importância para a satisfação das necessidades dos trabalhadores. O crescimento quantitativo e qualitativo da produção socialista é impossível sem a permanente elevação do nível técnico da produção, sem a constante substituição da técnica envelhecida por uma técnica nova, avançada. Daí porque o desenvolvimento sistemático de uma técnica superior é condição necessária para o crescimento ininterrupto e o aperfeiçoamento da produção socialista.

A lei econômica fundamental do socialismo define a direção do- desenvolvimento da produção socialista, constituindo a lei do movimento da economia socialista pelo caminho para o comunismo. À diferença da lei fundamental, as outras leis econômicas do socialismo definem o desenvolvimento de aspectos essenciais isolados do modo de produção socialista. Por este motivo, a lei econômica fundamental desempenha papel determinante no sistema de leis econômicas, que atuam sob o socialismo.

Desta maneira, as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, no que se refere ao crescimento ininterrupto e aperfeiçoamento da produção, ao progresso técnico e sistemático ascenso do bem-estar dos trabalhadores, encontram sua expressão nas proporções do desenvolvimento da economia, estabelecidas na base da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional.

O incremento do produto social, para fins de satisfação das crescentes necessidades do povo, é alcançado também através da utilização da lei da incessante elevação da

produtividade do trabalho e da lei da acumulação socialista, que exigem a sistemática destinação de parte da renda nacional para o incremento dos fundos produtivos.

O crescimento ininterrupto da produção e do bem-estar do povo, condicionado pela lei econômica fundamental do socialismo, exige um sistema tal de troca e distribuição, que garanta o interesse material de cada trabalhador e do coletivo de cada empresa nos resultados do seu trabalho para a sociedade, que estimule a poupança do tempo de trabalho e de todos os recursos produtivos e a redução dos gastos sociais. Isto é alcançado através da utilização da lei da distribuição de acordo com o trabalho, da lei do valor e das categorias a elas vinculadas.

Cada lei que atua sob o socialismo encontra-se não apenas em determinada interação com a lei econômica fundamental, mas também com as demais leis da economia socialista. As proporções, por exemplo, entre ramos diversos da indústria, estabelecidas a base da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, encontram-se em certa dependência do crescimento da produtividade do trabalho nesses ramos. O crescimento da produtividade do trabalho conduz a modificações no volume da produção de ramos isolados, mas, em consequência, também nas correlações entre esses ramos; a poupança de trabalho assim alcançada influi sobre as dimensões dos meios de produção requeridos por dado ramo, etc.. Por sua vez, as proporções entre os ramos se fazem sentir no crescimento da produtividade do trabalho. Assim, o nível da produtividade do trabalho em dado ramo depende do volume e da estrutura dos meios de produção, que lhe foram destinados. A garantia da planificação nas inter-relações dos ramos e empresas favorece o caráter rítmico do trabalho de cada empresa, o que exerce influência essencial sobre o nível da produtividade do trabalho.

Do crescimento da produtividade do trabalho depende o incremento da quantidade de bens materiais, distribuídos de acordo com o trabalho. Por sua vez, o cumprimento das exigências da lei da distribuição de acordo com o trabalho

constitui uma das mais importantes condições do ascenso da produtividade do trabalho.

A Lei Econômica Fundamental do Socialismo e o Desenvolvimento da Produção Socialista

Em virtude da ação da lei econômica fundamental, abrem-se, sob o socialismo, amplas possibilidades de ininterrupto crescimento de todos os ramos da produção, consideravelmente mais intensivo em comparação com o capitalismo. Apoiando-se na lei econômica fundamental do socialismo e utilizando-a na sua atividade produtiva, a sociedade soviética aumenta rapidamente, de ano para ano, a massa de bens materiais produzidos por toda a economia nacional. A economia socialista marcha firmemente por uma linha ascendente, sem quedas e crises de produção.

As superioridades essenciais do regime socialista em comparação com o capitalista, condicionadas pela lei econômica fundamental e por outras leis do socialismo, abrem possibilidades objetivas para que a URSS e os outros países socialistas alcancem e ultrapassem os principais países capitalistas no sentido econômico, ou seja, pela produção per capita, e criem, em prazo relativamente breve, a base técnico-material do comunismo. A solução destas tarefas exige a racional utilização de todos os recursos produtivos, a sistemática elevação da produtividade do trabalho, a poupança de gastos de material e de trabalho em todas as esferas da economia socialista, o onímodo estímulo ao progresso técnico.

O volume da renda nacional superou, em 1958, o nível de 1913: na URSS, em mais de 22 vezes; nos Estados Unidos, em 3,1 vezes.

Em 1939, o volume da produção da grande indústria na URSS representava 552% com relação ao nível de 1929, ao passo que nos Estados Unidos o nível da produção industrial representava somente 98%; na Inglaterra, 123%; na França, 80%. O ascenso da indústria na URSS foi temporariamente interrompido pela guerra de 1941/1945, recomeçando após a guerra. Apesar das colossais destruições sofrida pela economia

soviética nos anos da guerra, o nível da produção antes da guerra, na URSS, foi, em breve tempo, consideravelmente superado. Como consequência, o volume da produção da grande indústria da URSS, em 1958, havia aumentado, com relação a 1929, em 28 vezes, A produção industrial dos Estados Unidos manteve-se estagnada de 1929 a 1939, elevando-se, em seguida, em virtude do aumento da produção de guerra e da corrida armamentista, tendo superado, em 1958, o nível de 1929 em cerca de 2,3 vezes. A produção industrial da Inglaterra era, em 1958, maior do que a de 1929 apenas em 85%, ao passo que a da França não aumentara mais de 51%. Durante os últimos 7 anos (1952/1958), os ritmos anuais médios de crescimento da produção industrial foram de 11,4%, na URSS, e de 1,6%, nos Estados Unidos.

Durante 24 anos (11 anos de pré-guerra e 13 de pós-guerra, excluindo os anos da Grande Guerra Pátria), ou seja, durante os períodos de 1930/1940 e 1946/1958, os ritmos anuais médios de crescimento da produção bruta da agricultura foram de 4,7%, na URSS, e de 1,5% nos Estados Unidos.

A lei econômica fundamental do socialismo está indissoluvelmente ligada a lei do desenvolvimento prioritário, ou seja, relativamente mais rápido, dos ramos produtores de meios de produção, em relação ao desenvolvimento dos ramos produtores de objetos de consumo pessoal. Esta lei econômica tem uma importância especial para o socialismo. A ininterrupta ampliação da produção e a satisfação das crescentes necessidades da sociedade são impossíveis sem o crescimento prioritário da produção de meios de produção.

A indústria pesada, com a sua medula — a construção de máquinas —, constitui a fonte principal do progresso técnico em toda a economia nacional, da elevação do equipamento técnico do trabalho social e, consequentemente, do aperfeiçoamento da produção na base de urna técnica superior. O crescimento prioritário da produção de meios de produção constitui a premissa mais importante para a elevação da produtividade do trabalho. A principal alavanca do ascenso da produtividade do trabalho reside na aplicação da técnica

avançada, de instrumentos de trabalho cada vez mais aperfeiçoados, criados pela indústria pesada. O desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção, da indústria pesada, representa condição de vital importância para a garantia da potência econômica e da capacidade de defesa do país. A indústria pesada desempenha papel dirigente na economia nacional, abastecendo todos os ramos com equipamento, máquinas, combustíveis e energia, criando, desta maneira, as condições necessárias para a sistemática expansão dos ramos produtores de objetos de consumo, para o rápido ascenso da agricultura, para o contínuo desenvolvimento das indústrias leve e de alimentação.

A economia política marxista rejeita uma atitude mesquinhamente subordinada ao consumo, no que se refere a lei econômica fundamental do socialismo. Esta atitude antimarxista se expressa na ignorância da função determinante da produção com relação ao consumo, na negação da necessidade, sob o socialismo, do crescimento prioritário da produção de meios de produção, na afirmação de que, nas condições do socialismo, são necessários ritmos idênticos para o desenvolvimento de ambas as seções da produção social, ou mesmo ritmos mais rápidos para o crescimento dos ramos produtores de objetos de consumo, com relação aos ramos produtores de meios de produção.

“Em relação com as medidas, aplicadas nos últimos tempos, visando ao aumento da produção das mercadorias de consumo popular, alguns camaradas incorrem em confusão a respeito da questão dos ritmos de desenvolvimento das indústrias pesada e leve em nosso país. Apegando-se a lei econômica fundamental do socialismo erroneamente compreendida e por eles interpretada de modo vulgarizado, estes lamentáveis teóricos tentam demonstrar que, em certa etapa da construção socialista, o desenvolvimento da indústria pesada como que deixa de ser a tarefa principal e que a indústria leve pode e deve adiantar-se a todos os outros ramos da indústria. Estas especulações são profundamente errôneas e estranhas ao espírito do marxismo-leninismo.”[154]

A renúncia a tese marxista-leninista sobre o desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção significaria, de fato, a contração da indústria pesada, o que inevitavelmente conduziria a queda de todos os ramos da economia nacional, ao debilitamento da potência econômica e da capacidade de defesa do Estado socialista, a redução do nível de vida dos trabalhadores.

Visando a tarefa de satisfazer as sempre crescentes necessidades das massas populares, a produção socialista exige o ininterrupto desenvolvimento e aperfeiçoamento da técnica, a substituição da velha técnica pela nova. Daí a necessidade da luta sistemática pela criação, assimilação e introdução na produção de novas máquinas, mecanismos, aparelhos e instalações, de novos tipos de materiais e da tecnologia progressista.

As relações de produção socialistas e a lei econômica fundamental do socialismo ampliam consideravelmente, em comparação com o capitalismo, as possibilidades para o progresso técnico, para a aplicação de uma técnica avançada em todos os ramos da economia nacional.

Concentrando em suas mãos os meios fundamentais de produção e de acumulação, o Estado socialista pode promover, de modo planificado, grandes inversões de capital na economia nacional para assegurar o ininterrupto progresso técnico, pode realizar a construção de bens de capital em escalas e ritmos de uma amplitude inacessível ao capitalismo.

Sob o socialismo, cessam de existir os marcos, relacionados com o lucro capitalista, que limitam a aplicação de uma nova técnica. Na sociedade burguesa, as máquinas servem de instrumento de exploração e são introduzidas na produção somente quando aumentam o lucro do capitalista. Sob o socialismo, as máquinas são utilizadas em todos os casos em que provocam poupança de trabalho social, aliviam o trabalho dos operários e camponeses, favorecem o crescimento do bem-estar do povo. Na sociedade socialista não existe o desemprego, motivo por que as máquinas não podem desempenhar o papel de concorrentes dos trabalhadores.

Se ao capitalismo são próprias a desigualdade e as interrupções periódicas no desenvolvimento da técnica, relacionadas com a anarquia da produção, com o caráter cíclico do desenvolvimento industrial e com a estreiteza do mercado, já o socialismo se caracteriza pelo ininterrupto aperfeiçoamento da técnica, em escala de toda a economia nacional.

Na economia socialista, existe a possibilidade de difundir, sem empecilhos, por todas as empresas, as mais novas conquistas da ciência, as invenções técnicas e a experiência de vanguarda, ao passo que, na economia capitalista, os empresários freiam a ampla difusão das novas descobertas técnicas, utilizando-as somente nas suas empresas para o fim de obtenção de alto lucro. Sob o socialismo, deixa de existir o "segredo comercial", ligado a propriedade privada e a concorrência, todas as conquistas da técnica, descobertas científico-técnicas e invenções representam bem de todo o povo e podem ser utilizadas em qualquer parte da economia nacional, em que isto seja racional.

A Lei Econômica Fundamental do Socialismo e o Crescimento do Bem-Estar Material e do Nível Cultural dos Trabalhadores

Na lei econômica fundamental do socialismo encontra sua expressão a dependência direta do aumento do consumo do povo com relação ao crescimento ininterrupto da produção e da produtividade do trabalho social. O socialismo eliminou os estreitos marcos do consumo das massas trabalhadoras, próprios do regime burguês, condicionados pela ação da lei da mais-valia, pela corrida dos capitalistas por um lucro elevado. O ininterrupto crescimento da produção socialista constitui a sólida base para a permanente elevação do nível de vida material e cultural do povo. Com a transição ao comunismo, o princípio da mais plena satisfação das sempre crescentes necessidades de toda a sociedade será realizado sob a forma de distribuição de acordo com as necessidades de homens desenvolvidos do ponto de vista cultural.

Quanto mais alto o nível da técnica e da organização da produção, tanto maiores os recursos de que dispõe a sociedade socialista para a elevação do bem-estar do povo, para a

satisfação das crescentes necessidades dos trabalhadores. O interesse imediato do povo no desenvolvimento da produção socialista age como fator permanente para impulsionar a iniciativa criadora das massas, orientada no sentido da assimilação da técnica e da tecnologia mais recente e do onímodo aperfeiçoamento da produção. Ao mesmo tempo, o socialismo conduz ao firme e rápido crescimento do nível cultural geral e da preparação técnica dos trabalhadores. Tudo isto constitui uma fonte sem par do ininterrupto ascenso da economia socialista.

O socialismo cria a possibilidade da combinação do crescimento prioritário da produção de meios de produção com os elevados ritmos de desenvolvimento da produção de objetos de consumo popular. Na sociedade socialista, cresce constantemente a massa do produto necessário, criado pelo trabalho necessário e que se destina ao consumo pessoal dos trabalhadores empregados na produção e de suas famílias. Cresce também a massa do produto suplementar, criado pelo trabalho suplementar e que se destina a ampliação da produção, as necessidades sociais, ao sustento dos trabalhadores da esfera não produtiva e de suas famílias, a satisfação das exigências materiais e culturais de toda a população.

Sob o socialismo, é incessante o crescimento dos ingressos reais dos trabalhadores, sistematicamente eleva-se o consumo popular e melhora a sua estrutura, aumenta a quantidade de mercadorias de consumo adquiridas pela população.

Os altos ritmos de crescimento dos ingressos reais dos trabalhadores da URSS se caracterizam pelos seguintes dados, calculados a preços comparados e a base de um trabalhador: os ingressos reais dos operários e empregados aumentaram, em 1958, em 56% com relação a 1950, em cerca de 2 vezes com relação a 1940; os ingressos monetários e naturais dos camponeses, procedentes da economia social e da economia individual, eram, em 1958, superiores em 82% aos de 1950 e mais de duas vezes superiores aos de 1940. O nível do salário real dos operários da indústria e da construção era, em 1958, 3,7 vezes mais elevado do que o de 1913, podendo ser considerado 5,2

vezes mais elevado, se se levar em conta a liquidação do desemprego e a redução da jornada de trabalho. Em 1958, os ingressos reais obtidos pelos camponeses da agricultura superam os ingressos reais retirados da agricultura pelos camponeses trabalhadores em 1913 (a base de um trabalhador e a preços comparados) em 6 vezes, elevando-se para 6,7 vezes, se se leva em conta os ingressos aplicados no aumento dos fundos indivisíveis e das reservas dos colcoses.

O volume da produção de objetos de consumo em toda a indústria da URSS aumentou (a preços comparados) com relação a 1928: em 1940, 4,1 vezes; em 1958, 11 vezes.

Constitui fator de ação permanente sobre o crescimento dos ingressos reais dos trabalhadores, na sociedade socialista, o fornecimento do Estado a população de serviços culturais e sociais gratuitos em larga escala e o sistema grandemente desenvolvido de seguros sociais.

O socialismo implica no ininterrupto melhoramento das condições de trabalho e de existência das massas populares. De meios de lucro dos capitalistas, o socialismo transforma os serviços sociais a população em fonte de elevação do nível de vida do povo. O socialismo cria amplas possibilidades para o constante melhoramento das condições de habitação das massas populares, graças a propriedade social do fundo residencial básico e a grande construção de residências pelo Estado.

Nos países burgueses, a assistência médica, sendo questão privada, custa, com frequência, muito caro e, por isso, é dificilmente accessível as amplas massas da população. Nos países socialistas, foi criado um sistema estatal multilateral de saúde pública, que garante a população serviços médicos gratuitos. Como resultado, cresce a duração da vida dos trabalhadores e se reduz a mortalidade da população.

Graças ao radical melhoramento do bem-estar dos trabalhadores da URSS e ao desenvolvimento da saúde pública, a duração média da vida na União Soviética, em 1955/1956, era mais de 2 vezes superior a da Rússia de antes da revolução,

enquanto a mortalidade geral da população, em 1958, havia diminuído, com relação a 1940, em 2,5 vezes, e com relação a 1913, em mais de 4 vezes, sendo de 7,2 por 1 000 contra 18,1 em 1940 e 30,2 em 1913.

O número de médicos na URSS (exclusive os que serviam as forças armadas) era, em 1958, de 362 mil, contra 23 mil, em 1913, e 141 mil, em 1940; o número de leitos hospitalares (exclusive os de hospitais militares) era, em 1958, de 1533 mil, contra 207 mil, em 1913, e 791 mil, em 1940.

O socialismo cria amplas possibilidades para o ascenso cultural dos trabalhadores, para o multifacético desenvolvimento das faculdades e dos talentos, de que o povo é inesgotável manancial, e que não podem manifestar-se nas condições do regime burguês. Ao tempo em que, sob o capitalismo, o acesso dos trabalhadores ao ensino se restringe aos limites impostos, antes de tudo, pelos interesses da exploração capitalista, o socialismo cria as condições para a satisfação cada vez mais completa das exigências rapidamente crescentes das massas no terreno do ensino, da cultura, da ciência e da arte.

"Antes — afirmava Lênin, em 1918 —, toda a razão humana, todo o seu gênio criava somente para dar a uns todos os bens da técnica e da cultura e para privar os outros do mais necessário: a instrução e o desenvolvimento. Agora porém, todas as maravilhas da técnica, todas as conquistas da cultura se tornarão bem de todo o povo, e, doravante, a razão e o gênio humanos não mais se converterão em meios de violência, em meios de exploração."[155]

A satisfação das crescentes exigências culturais do povo é assegurada, sob o socialismo, por amplas medidas no terreno da construção cultural: ensino gratuito e elevação da qualificação, estipêndios para os alunos, expansão sistemática da rede de escolas, de instituições culturais e educativas, de bibliotecas e clubes, crescimento das edições impressas, etc..

O socialismo abriu para os operários e camponeses o acesso ao ensino superior e a atividade científica. O

desenvolvimento intensivo da ciência constitui, sob o socialismo, poderoso fator da construção comunista, do rápido crescimento das forças produtivas.

O número de alunos, na URSS, de todos os tipos de cursos, era, em 1958, superior a 50 milhões, contra 10,6 milhões em 1914 (considerando as atuais fronteiras). O número de professores em todos os estabelecimentos de ensino e de educadores nas instituições infantis era, em 1958, de mais de 2 milhões, superando o número existente em 1914 (considerando as atuais fronteiras) em mais de 7,8 vezes.

Em comparação com 1913, o número de especialistas, com formação superior e média especializada, ocupados na economia nacional da URSS, cresceu, em fins de 1958, em cerca de 40 vezes. Antes da Revolução de Outubro, existiam na Rússia pouco mais de 10 mil trabalhadores científicos, enquanto, na URSS, a 1º de outubro de 1958, contavam-se 284 mil trabalhadores científicos. A quantidade de livros nas bibliotecas públicas era, em 1958. 80 vezes maior do que em 1913.

Apoiando-se na lei econômica fundamental do socialismo e guiando-se pelo princípio do multilateral desenvolvimento de todos os membros da sociedade, o Estado socialista aplica uma política que assegura o crescimento constante do bem-estar material e do nível cultural das grandes massas.

Notas de rodapé:

(152) V.I. Lênin, Materiais Para o Reexame do Programa do Partido, Obras, t. XXIV. p. 430. (retornar ao texto)

(153) V.I. Lênin, Observações ao Livro de Bukharin, Coletânea Leninista XI, p. 382. (retornar ao texto)

(154) N.S. Kruschiov, Sobre o Aumento da Produção Pecuária. Informe a Reunião Plenária do Comitê Central do PCUS, 25 de janeiro de 1955, p. 4. (retornar ao texto)

(155) V.I. Lênin, Discurso de Encerramento ao Término do III Congresso Pan-Russo dos Sovietes, Obras, t. XXVI, p. 436.

Capítulo XXVI — A Lei do Desenvolvimento Planificado, Proporcional, da Economia Nacional

A Necessidade do Desenvolvimento Planificado da Economia Nacional nas Condições do Socialismo

Como é sabido, cada formação social exige, para a sua existência e desenvolvimento, de determinadas proporções na distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os diferentes ramos da economia nacional. Nas condições do capitalismo, a proporcionalidade necessária no desenvolvimento da produção é alcançada espontaneamente, através de permanentes oscilações e desproporções, através de periódicas crises de superprodução, que refletem a contradição fundamental do capitalismo.

“Para o capitalismo — disse V.I. Lênin —, a crise é necessária, a fim de criar a proporcionalidade permanentemente violada.”(156)

A economia socialista está livre da contradição fundamental do capitalismo. Nas condições do socialismo, a propriedade social dos meios de produção corresponde ao caráter social da produção. Da propriedade social dos meios de produção decorre a necessidade e a possibilidade do desenvolvimento planificado da economia socialista. Engels escreveu que, com a passagem dos meios de produção para a propriedade da sociedade,

“tornar-se-á possível submeter a produção social a um plano premeditado.”(157)

Em consequência da socialização dos meios de produção, realiza-se planificadamente a necessária proporcionalidade na distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os ramos da economia socialista. A espontaneidade é incompatível com a existência da propriedade social dos meios de produção.

Em oposição a propriedade privada dos meios de produção, que desune os produtores de mercadorias e engendra a concorrência e a anarquia da produção, a propriedade social unifica as numerosas empresas num todo econômico único, submetido a um fim único. A grande produção socializada socialista não pode desenvolver-se fora de um plano geral, que dá a unidade de ação a toda a sociedade e assegura a necessária proporcionalidade do desenvolvimento dos diferentes ramos e empresas, bem como da economia nacional em seu conjunto.

Fundamentando a necessidade do desenvolvimento planificado da economia socialista. Lênin indicou que não e possível dirigir a economia sem ter um plano, calculado para um longo período, e que a tarefa gigantesca da revolução socialista consiste na

"transformação de todo o mecanismo estatal econômico numa só grande máquina, num organismo econômico que trabalhe de tal maneira, que centenas de milhões de homens se orientem por um só plano."(158)

Assim como o capitalismo é inconcebível sem a concorrência e a anarquia da produção, trazendo consigo a dilapidação do trabalho social, o socialismo é inconcebível sem o desenvolvimento planificado da economia nacional, que garante a utilização racional e econômica do trabalho social e dos seus resultados.

O desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, é uma lei econômica do socialismo.

Os Traços Fundamentais da Lei do Desenvolvimento Planificado da Economia Nacional

A lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional exige que o desenvolvimento de todos os ramos da economia esteja submetido a uma única direção planificada por parte da sociedade, a fim de que seja observada a proporcionalidade entre todas as partes e elementos da economia nacional. Em oposição a proporcionalidade

constantemente violada, inerente ao capitalismo, é característica do socialismo, segundo a definição de Lênin, a proporcionalidade permanente, conscientemente sustentada.

O caráter proporcional na economia socialista é determinado, antes de tudo, pelas exigências da lei econômica fundamental do socialismo, pela necessidade de assegurar o ininterrupto e rápido ascenso da produção socialista, na base de uma técnica avançada, e a sistemática elevação do bem-estar do povo.

“Eis porque a ação da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional pode obter o mais amplo espaço somente no caso em que se apoie na lei econômica fundamental do socialismo."(159)

As exigências da lei econômica fundamental do socialismo se realizam, em cada etapa dada, na dependência do nível atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, dos recursos materiais disponíveis, da situação interna e externa em que vive o país socialista. Das exigências da lei econômica fundamental do socialismo decorre a necessidade da continuidade e dos elevados ritmos do ascenso da produção socialista. A estas exigências também devem estar submetidas as proporções no desenvolvimento da economia nacional. Em correspondência com isto, na base da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, processa-se a distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os diferentes ramos da economia socialista e estabelecem-se as proporções na economia nacional. A garantia da proporcionalidade na economia socialista pressupõe:

1. elevados ritmos e necessárias proporções no desenvolvimento dos diferentes ramos da economia nacional — da indústria, da agricultura e dos transportes, da indústria extrativa e de transformação —, bem como no desenvolvimento das partes integrantes de cada ramo da economia nacional;

2. corretas proporções entre a produção e o consumo, entre a acumulação e o consumo, entre os

recursos materiais e financeiros, entre a soma de ingressos monetários da população, de um lado, e as dimensões da circulação comercial, bem como o volume dos serviços prestados a população, do outro lado;

3. correta correlação entre a quantidade de quadros e a sua exigência pela economia nacional;

4. distribuição geográfica racional da produção socialista, na base do desenvolvimento complexo das regiões econômicas, da ampla divisão do trabalho, da especialização e da cooperação da produção entre regiões, em escala de toda a economia nacional.

Entre as proporções mais importantes para o desenvolvimento da economia nacional, figura, antes de tudo, a correta correlação entre a produção de meios de produção e a produção de objetos de consumo. A fim de determinar corretamente a correlação entre estas seções da produção social, é necessário levar em conta as exigências da lei do crescimento prioritário da produção de meios de produção.

A correta correlação entre as duas seções da produção social exige, antes de tudo, o desenvolvimento prioritário dos ramos produtores de meios de produção, em primeiro lugar da indústria pesada e de sua medula — a construção de máquinas. Além disso, ela exige o crescimento dos ramos produtores de objetos de consumo nas medidas necessárias a satisfação das sempre crescentes necessidades das massas populares.

Na URSS, durante o período de 1925 a 1958, a produção de meios de produção cresceu, em conjunto, em 104 vezes, enquanto a produção de objetos de consumo cresceu em 19,8 vezes. Em 1958, a produção de meios de produção, em toda a indústria, havia aumentado, com relação a 1940, em 5,4 vezes, enquanto a produção de objetos de consumo havia aumentado em 2,7 vezes. O nível alcançado e os ritmos de crescimento da produção de objetos de consumo popular ainda não correspondem às crescentes necessidades da população a este respeito. Na base dos grandes êxitos no desenvolvimento da produção de meios de produção, realiza-se, a seguir,

considerável desenvolvimento das indústrias leves e de alimentação, a fim de liquidar esta não correspondência e criar a abundância de objetos de amplo consumo para a população. O plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS prevê o aumento da produção global do grupo "A" (produção de meios de produção) em 85 a 88%, e do grupo "B" (produção de objetos de consumo) em 62 a 65%.

Importantíssima significação para o desenvolvimento planificado da economia nacional tem o estabelecimento de corretas proporções entre a indústria e a agricultura. As proporções no desenvolvimento da indústria e da agricultura devem assegurar, por um lado, o papel dirigente da indústria, que a capacite para equipar a agricultura com uma técnica avançada e para abastecer o campo com mercadorias industriais, e, por outro lado, o crescimento da produção colcosiana e sovcosiana, necessária ao abastecimento, na quantidade requerida, de gêneros alimentícios para a população e de matérias-primas para a indústria leve.

A agricultura socialista, durante os anos de sua existência, alcançou grandes êxitos na base do regime colcosiano. Entretanto, os ritmos de crescimento da agricultura foram insuficientes para a satisfação das crescentes necessidades da sociedade em produtos agrícolas. Dc 1940 a 1952, enquanto a produção industria) crescia em 2,3 vezes, a produção agrícola global (colheita de grãos), a preços comparados, representava 101%.

O poderoso desenvolvimento da indústria pesada criou condições para a aceleração dos ritmos de crescimento da produção agrícola. O XX Congresso do PCUS formulou a tarefa de realizar um vertical ascenso da lavoura e da pecuária.

Foram alcançados sérios êxitos na luta pelo cumprimento das tarefas estabeleci das pelo XX Congresso do PCUS: foi ampliada a área de semeadura por meio da assimilação de enormes maciços de terras virgens, aumentou a produção de cereais, elevou-se a colheita de algodão e de outras culturas técnicas, cresceu a produção de artigos da pecuária, particularmente do leite. Desenvolve-se a emulação para

cumprir a tarefa de alcançar os Estados Unidos, nos próximos anos, no que se refere a produção per capita de carne, leite e manteiga.

O XXI Congresso do PCUS apresentou, como tarefa fundamental, no terreno da agricultura, a conquista de um nível tal de produção, que permita satisfazer plenamente as necessidades da população em gêneros alimentícios, da indústria em matérias-primas, ao mesmo tempo assegurando todas as outras necessidades de produtos agrícolas.

Entre a indústria e a agricultura, do mesmo modo que entre os diferentes ramos dentro da indústria e dentro da agricultura, existe uma estreita interligação. Em vista disto, são necessários, para o ininterrupto desenvolvimento da produção, corretas proporções entre os diferentes ramos dentro da indústria, como, por exemplo, entre a indústria extrativa e a indústria de transformação, bem como entre os ramos da agricultura.

Para o estabelecimento de corretas proporções na economia nacional, tanto dentro de ramos singulares como entre eles, tem grande importância a reestruturação das proporções, vinculada as modificações na estrutura da produção, a fim de garantir mais elevados ritmos de desenvolvimento econômico e máximo ganho de tempo na competição econômica pacífica entre o socialismo e o capitalismo. Estas modificações na estrutura da produção estão ligadas à reconstrução técnica da indústria e da agricultura na base de uma técnica superior, a eletrificação da economia nacional, a quimização, aos deslocamentos da produção, etc..

Assim é que, no plano setenal, no terreno da indústria de combustíveis, foi tomado um curso decidido para o desenvolvimento prioritário da extração e do refino de petróleo e gás. O peso específico do petróleo e do gás, na produção geral de combustíveis, crescerá, durante o setênio, de 31 para 51%, enquanto o peso específico do carvão decrescerá correspondentemente de 60 a 43%. Isto dará uma grande vantagem a economia nacional, antes de tudo, em virtude da redução dos gastos de transporte de carvão. O abastecimento

de gás a Moscou, ao fim do plano setenal, alcançará mais de 13 bilhões de metros cúbicos, enquanto o consumo de carvão se reduzirá a 700 mil toneladas por ano, o que, em sete anos, dará uma economia aproximadamente de 5 bilhões de rublos.

Uma condição da planificada e ininterrupta satisfação da sempre crescente procura, por parte das massas trabalhadoras, de produtos agrícolas e artigos industriais, é a correspondência entre os crescentes ingressos monetários da população e a massa de mercadorias de consumo pessoal e serviços, levando em conta o nível dos preços, ou seja, as corretas proporções entre o crescimento da produção de objetos de consumo popular e o desenvolvimento da circulação comercial.

Durante os últimos anos, na URSS, teve lugar um rápido crescimento da produção de mercadorias de consumo popular, e, nesta base, cresceram os ingressos reais da população. Entretanto, a procura, por parte dos trabalhadores soviéticos, de diversas mercadorias cresceu mais depressa do que o aumento da produção de mercadorias de amplo consumo e de produtos alimentícios. Esta não correspondência deverá ser liquidada pelo programa, que o Partido Comunista e o Estado soviético aprovaram e realizam com êxito, de vertical ascenso da agricultura e de aumento da produção de mercadorias industriais e alimentícias, na base do contínuo crescimento da indústria pesada. O plano setenal prevê o cresci mento da renda nacional em 62 a 65% e o aumento do fundo de consumo popular em 60 a 63%.

O socialismo liquidou a contradição antagônica, inerente ao capitalismo, entre a acumulação e o consumo. De acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, as corretas proporções entre a acumulação e o consumo devem garantir tanto o ininterrupto crescimento da produção socialista, com o desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção, a base da introdução de uma técnica superior, quanto, outrossim, o sistemático ascenso do bem-estar material e do nível cultural das massas populares.

A lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, encontra-se em estreita interligação com a

lei da incessante elevação da produtividade do trabalho, que exige permanente poupança de tempo de trabalho, tanto de trabalho vivo como de trabalho materializado. As proporções na distribuição dos recursos entre os ramos da economia nacional dependem, em muito, da medida em que esses recursos são utilizados racional e economicamente. Se, por exemplo, o gasto médio de metal na produção de um torno se reduz, então diminui a necessidade total de metal para a construção de tornos ou aumenta a quantidade de tornos produzidos. Isto, por sua parte, conduz a modificações nas proporções entre a siderurgia e a indústria de construção de máquinas. A utilização racional e econômica dos recursos constitui uma das condições, que garantem o ininterrupto e rápido crescimento da produção.

O desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional pressupõe uma distribuição geográfica da produção de caráter socialista, nova, distinta, por princípio, da distribuição geográfica da produção sob o capitalismo.

Na sociedade burguesa, a corrida pelo lucro e a concorrência conduzem a uma localização da produção desigual e irracional. A indústria se concentra espontaneamente em uns poucos centros, enquanto enormes territórios, particularmente os ocupados pelos países coloniais, sofrem de atraso industrial. Sob o socialismo, a distribuição geográfica da produção se realiza planificada e racionalmente, no interesse do crescimento da produtividade do trabalho social, do ascenso do bem-estar dos trabalhadores e do reforçamento da potência do país socialista. A distribuição geográfica socialista da produção, condicionada pelas leis econômicas do socialismo, se leva a efeito de acordo com princípios fundamentais a seguir enumerados.

Em primeiro lugar, a onímoda aproximação da produção as fontes de matérias-primas, aos recursos energéticos e as regiões de consumo da produção industrial e agrícola, com o objetivo da melhor utilização dos recursos naturais e da liquidação dos transportes irracionais e excessivamente distanciados.

Em segundo lugar, a planificada divisão territorial do trabalho entre as regiões econômicas em combinação com o desenvolvimento complexo da economia dentro destas regiões.

A divisão em distritos econômicos é a planificada distribuição territorial da produção pelas diferentes regiões do país em correspondência com as suas particularidades econômicas e naturais. A divisão em distritos econômicos pressupõe o desenvolvimento complexo das regiões econômicas, com a consideração dos recursos naturais de cada região e da conveniência econômica da produção de determinadas mercadorias industriais e agrícolas, bem como das necessidades de cada região em combustíveis, materiais de construção, artigos da indústria leve e produtos alimentícios.

O desenvolvimento complexo das diferentes regiões suscita a necessidade do estabelecimento de vínculos econômicos racionais entre elas, da especialização e da cooperação da indústria, partindo das condições concretas das diferentes regiões e do desenvolvimento proporcional de todos os ramos da economia em escala nacional.

Em terceiro lugar, a distribuição planificada da indústria pelo território do país, a fim de assegurar nas regiões agrárias, antes atrasadas, a formação de novas cidades e centros industriais, a aproximação da agricultura à indústria, com o objetivo de eliminar a diferença essencial entre a cidade e o campo.

Em quarto lugar, a liquidação da desigualdade econômica de fato entre os povos, o rápido ascenso da economia das regiões nacionais antes atrasadas, o que constitui a base material para o reforçamento da amizade e da colaboração entre os povos.

Durante os anos do poder soviético, na URSS, foi realizado grande trabalho para a liquidação da desigualdade na distribuição geográfica da produção, herdada do capitalismo.

A aproximação da indústria as fontes de matérias-primas se expressou, antes de tudo, na criação de novas bases de

combustíveis e metalúrgicas, de novos centros de construção de máquinas e de indústria leve nos Urais, na Sibéria ocidental e oriental, no Extremo Oriente, na Ásia central, no Cazaquistão e na região do Volga.

Em 1957, foram produzidos, nestas regiões, cerca de ura terço de toda a produção industrial do país, mais de 70% de toda a quantidade de petróleo, quase a metade de toda a quantidade de aço, laminados e carvão e mais de 45% de toda a produção de energia elétrica.

Enquanto o crescimento total da produção industrial, de 1940 a 1957, foi de 3,9 vezes, o volume da produção industrial na região do Volga, nos Urais, na Sibéria, no Extremo Oriente, no Cazaquistão e nas repúblicas da Ásia central aumentou em 5,1 vezes.

Nas Repúblicas Soviéticas do Uzbequistão, Cazaquistão, Kirguizia, Turkenistão e Tadjiquistão, com uma população conjunta de 23 milhões de pessoas, foi produzida, em 1958, cerca de 4 vezes mais energia elétrica do que nos países orientais vizinhos da URSS — Turquia, Irã, Afeganistão e Paquistão —, com uma população conjunta de mais de 140 milhões de pessoas.

Na distribuição geográfica da produção agrícola da URSS, ocorreram importantes deslocamentos, que levam a liquidar com êxito a antiga especialização unilateral da agricultura da Rússia de antes da revolução. Foi criada uma poderosa base cerealífera nas regiões orientais da URSS, certas culturas agrícolas avançaram longe para o norte, desenvolveram-se bases de gêneros alimentícios em torno de cidades e de centros industriais. Os maiores deslocamentos na distribuição da produção agrícola se processaram em relação com a assimilação das terras virgens e devolutas, principalmente nas regiões orientais do país. Assim e que, somente no período 1954/1956, foram lavrados 36 milhões de hectares nas regiões de assimilação de terras virgens e devolutas.

O XX Congresso traçou um vasto programa de melhoramento da distribuição geográfica da produção socialista, de correta especialização e de desenvolvimento

complexo das regiões econômicas. Com o objetivo de incorporar a produção novas fontes de matérias-primas, de combustíveis, de energia elétrica, e, antes de tudo, a fim de mobilizar os enormes recursos naturais das regiões orientais do país, esta prevista a criação nestas regiões, no decurso dos próximos 10 a 15 anos, da maior base nacional de extração de carvão e de produção de energia elétrica, uma base siderúrgica, que será a terceira em potência, com uma produção anual de 15 a 20 milhões de toneladas de ferro gusa, bem como novos centros de construção de máquinas.

O plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS prevê o passo seguinte para o melhoramento da distribuição geográfica da produção. Assim, por exemplo, em 1965, o peso específico das regiões orientais atingirá 43%, em produção de aço, 71%, na de alumínio, 42% na de cimento, 46% na de energia elétrica. Ao lado do vertiginoso desenvolvimento da produção nas legiões orientais do país, está prevista a ampliação da produção nas regiões da parte europeia da URSS, antes de tudo, na base da melhor utilização e ampliação da potência das empresas em funcionamento e do reforçamento das bases energética e de matérias-primas.

Grandes deslocamentos são previstos na distribuição de certos ramos da agricultura pelas regiões do país, levando em conta as condições econômicas e naturais de cada região e, dentro das regiões, de cada colcós e sovcós. Em ligação com a criação da nova base cerealífera no Oriente, o plano setenal prevê a passagem para uma radical reestruturação da produção agrícola numa série de repúblicas o regiões e para uma utilização mais racional das ricas condições naturais e econômicas no sentido do aumento da produção agropecuária.

A distribuição geográfica socialista da indústria e da agricultura exige o desenvolvimento complexo e a localização mais racional de todos os tipos de transporte. O transporte constitui, segundo a definição de Marx, o quarto ramo da produção material (após a indústria extrativa, a indústria de transformação e a agricultura). O transporte unifica todos os ramos da economia nacional e regiões econômicas do país,

desempenhando importante papel no processo da produção e distribuição dos bens materiais.

Caracterizando o papel das ferrovias, Lênin indicou que elas representam

"uma das manifestações do mais claro vínculo entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, no qual se baseia inteiramente o socialismo."[160]

Graças a concentração de todo o transporte em mãos do Estado socialista, foi criada, na URSS, um sistema único de transportes em escala nacional, coordenando planificadamente todos os tipos de transportes (ferroviário, aquático, automobilístico e aéreo). Isto conduziu a eliminação da concorrência entre os diferentes tipos de transporte, característica do capitalismo, e abriu a possibilidade da coordenação planificada de sua atividade e de uma distribuição geográfica mais racional, de acordo com as exigências da economia nacional.

Os elevados ritmos de crescimento da economia nacional, previstos pelo plano setenal, exigem o rápido desenvolvimento e a reconstrução técnica dos meios fundamentais de transporte. Em 1965, o movimento de mercadorias pelo transporte ferroviário aumentará, com relação a 1958, em 39 a 43%. Ao fim do plano setenal, prevê-se que a tração das principais linhas férreas tenha passado para locomotivas elétricas e diesel, o que dará, durante 7 anos, uma economia de 400 milhões de toneladas de carvão e permitirá diminuir os gastos de exploração em 45 bilhões de rublos.

A distribuição geográfica socialista da produção pressupõe a distribuição planificada da força de trabalho entre os ramos da economia nacional e entre as diferentes regiões do país. Em oposição ao capitalismo, onde as migrações da população se processam espontaneamente e constituem uma questão privada de cada trabalhador, sob o socialismo, os deslocamentos da população, ocupada na economia nacional, constituem uma questão de interesse estatal. O Estado socialista despende grandes meios para estes fins, assegurando a

instalação dos trabalhadores nas regiões novas e pouco habitadas, nas novas construções de empresas industriais, nas regiões de assimilação das terras virgens, etc..

A distribuição geográfica socialista da produção assegura a mais efetiva utilização das riquezas naturais, das inversões de capital e dos recursos de força de trabalho do país, contribui para a elevação da produtividade do trabalho social e para a aceleração dos ritmos de crescimento da produção.

Nas condições da transição do socialismo a fase superior do comunismo, exigem-se proporções tais no desenvolvimento da economia nacional, que assegurem um novo poderoso ascenso da produção socialista, a gradual criação da base técnico-material do comunismo e a abundância de produtos.

Na situação em que uma série de potências capitalistas se empenha na corrida armamentista, enquanto os círculos agressivos do imperialismo amadurecem os planos de uma guerra contra os países do campo socialista, as proporções na economia socialista devem garantir ao país do socialismo uma poderosa base econômica para o eventualidade de agressão externa. O rápido crescimento da indústria e da agricultura socialista constitui a mais importante condição para o reforçamento do poderio econômico e da capacidade de defesa dos países do sistema mundial do socialismo.

Com o aparecimento e o desenvolvimento do sistema socialista mundial de economia nacional, amplia-se a esfera de ação da lei do desenvolvimento planificado, proporcional. As relações econômicas mútuas entre os países do campo socialista começam a se subordinar cada vez mais a ação desta lei.

O desenvolvimento planificado da colaboração econômica entre os países, que integram o sistema mundial do socialismo, exige a mais racional utilização dos potenciais produtivos e dos recursos econômicos e naturais no interesse de cada país e de todo o campo socialista em conjunto, na base da divisão socialista internacional do trabalho, da especialização e da cooperação da produção, do intercâmbio de conquistas científicas e técnicas e da experiência produtiva de vanguarda.

Ao mesmo tempo, é necessário também levar em conta o desenvolvimento das relações econômicas entre os dois sistemas mundiais: o do socialismo e o do capitalismo.

A colaboração econômica planificada e a ajuda mútua entre os países do campo socialista constituem condição necessária para a solução das tarefas da construção do socialismo e do comunismo.

Lei do Desenvolvimento Planificado da Economia Nacional e a Planificação Socialista

As exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional são concretizados pelo partido comunista e pelos Estados socialistas através de planos, que organizam eorientam a atividade criadora das massas trabalhadoras. A direção planificada da economia nacional constitui o traço mais importante da função econômico-organizativa do Estado socialista.

A planificação socialista se apoia numa base rigorosamente científica, exigindo a permanente generalização da prática da construção comunista e a utilização de todas as conquistas da ciência e da técnica. Dirigir a economia nacional de modo planificado significa prever. A previsão científica fundamenta-se no conhecimento das leis econômicas objetivas e parte das necessidades amadurecidas da vida material da sociedade.

Uma condição para a correta planificação da economia socialista é, antes de tudo, o domínio da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional e a sua hábil utilização.

Não se deve confundir a lei do desenvolvimento planificado da economia nacional com a planificação da economia nacional. A lei do desenvolvimento planificado da economia nacional é uma lei econômica objetiva. Apoiando-se nesta lei, os órgãos estatais têm a possibilidade de planificar corretamente a produção social. Mas possibilidade não é realidade. A fim de converter esta possibilidade em realidade, é necessário aprender a aplicar a lei do desenvolvimento

planificado, é necessário elaborar planos, que reflitam da maneira mais completa as exigências desta lei.

Isto implica na necessidade de um profundo estudo das interligações existentes entre os diferentes ramos da economia nacional e das diferentes empresas, tanto dentro das regiões econômicas e dos ramos, como em escala de toda a economia nacional. Na base deste estudo é que se realiza a planificação das corretas proporções da distribuição da força de trabalho e dos recursos materiais e financeiros entre os ramos e as empresas, necessárias para o cumprimento das tarefas da planificação, decorrentes das exigências das leis econômicas do socialismo e das condições históricas concretas deste ou daquele período.

Graças a hábil utilização das superioridades da economia socialista planificada, foram alcançados enormes êxitos na construção comunista a URSS e na construção do socialismo nos países de democracia popular. Entretanto, na prática, os planos nem sempre refletem, num grau satisfatório, as exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional. Quando estas exigências são violadas, a lei do desenvolvimento planificado da economia nacional faz-se sentir através do fato de que, em determinados setores da economia nacional, surgem desproporções e é violado o processo normal de produção e circulação.

Assim é que, nas reuniões plenárias do CC do PCUS em dezembro de fevereiro de 1957, bem como na VII sessão do Soviete Supremo da URSS, foi assinalado que, na elaborarão dos planos econômicos, os órgãos planificadores não consideram devidamente as reais possibilidades de garantia das tarefas planificadas com recursos materiais e financeiros e não preveem suficientes reservas de matérias-primas, combustíveis e materiais. Ao lado disto, são permitidos volumes exagerados de construção, o que cria uma desnecessária tensão no cumprimento dos planos, conduz a dispersão dos meios em numerosas construções recém iniciadas e reduz a eficiência das inversões de capital.

Para o desenvolvimento ininterrupto da economia

nacional têm importante significação as reservas materiais, financeiras e de trabalho. A existência de reservas dá a possibilidade de eliminar rapidamente as desproporções surgidas em certos setores da economia nacional, ou de evitar o seu aparecimento, assegurando a possibilidade de um manejo flexível dos recursos.

Por conseguinte, a planificação da economia nacional pode dar resultado positivo, assegurando o desenvolvimento proporcional da economia nacional e o ininterrupto ascenso da produção, se refletir corretamente as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional.

A planificação socialista se fundamenta na utilização de todas as outras leis econômicas do socialismo.

Como já foi demonstrado, tem uma grande importância para o desenvolvimento planificado da economia nacional a consideração das exigências da lei do desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção e da lei da incessante elevação da produtividade do trabalho. Condição necessária para a direção planificada da economia é a utilização da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho. A ação desta lei cria O interesse material dos trabalhadores no cumprimento do plano e na elevação da produtividade do trabalho, constituindo um dos motores decisivos da produção socialista.

A tarefa mais importante da planificação da economia nacional consiste na garantia da mais racionai e eficiente utilização dos recursos materiais e dos meios financeiros. Em consequência disto, a utilização da lei do valor e das alavancas mercantil-monetárias tem uma enorme significação para a direção planificada da economia nacional. A planificação da economia nacional abrange índices tais, como O preço de custo da produção, os preços, os ingressos monetários e os gastos das empresas, a renda nacional na sua forma monetária e a sua distribuição, o comercio, o crédito, as finanças, etc.. Tem grande importância para a direção planificada e centralizada da economia nacional o financiamento das inversões de capital, da

construção residencial, das medidas estatais de caráter social, cultural e outras, traçadas no plano. Com a ajuda do dinheiro e do crédito, realiza-se o controle do gasto adequado e econômico dos meios designados, do cumprimento do plano de redução do preço de custo da produção, de elevação da rentabilidade da produção e de aumento das acumulações internas.

A planificação socialista exige o profundo estudo e a onímoda utilização das modernas conquistas da ciência e da técnica do país e do estrangeiro, com o fim de assegurar o rápido progresso técnico em todos os ramos da economia nacional, o ininterrupto aperfeiçoamento da tecnologia e o incessante crescimento de produtividade do trabalho. O estabelecimento de tarefas para o desenvolvimento da técnica e a aceleração do progresso técnico constitui um dos elementos mais importantes da planificação econômica. As resoluções do CC do PCUS, em sua reunião plenária de junho de 1959, indicam:

"Decidir que as tarefas relacionadas com os trabalhos mais importantes no terreno da criação e da aplicação da nova técnica, que se revestem de 'importância estatal geral, devem constituir parte orgânica integrante do plano econômico. Também devem constar dos planos estatais tarefas para as repúblicas soviéticas no sentido do aumento da produção de novos tipos de equipamento e da eliminação dos tipos antiquados da produção."[161]

A direção planificada da economia se fundamenta no princípio leninista do centralismo democrático. Este princípio pressupõe a combinação da direção centralizada e planificada com o máximo desenvolvimento da atividade criadora das massas trabalhadoras e a concessão da necessária autonomia e ampla iniciativa aos órgãos locais, econômicos., partidários, soviéticos e profissionais, bem como a cada empresa, tanto na elaboração dos planos, como no seu cumprimento e superação.

Uma importantíssima particularidade da planificação socialista consiste em que combina a garantia da necessária proporcionalidade com o ininterrupto crescimento da produção socialista e do progresso técnico. As proporções do

desenvolvimento da economia nacional, estabelecidas pelo plano, não representam algo de estagnado e imutável. A planificação socialista tem um caráter ativo, mobilizador. Os planos orientam o trabalho de milhões de homens em escala nacional, dão as massas trabalhadoras uma clara perspectiva, inspiram as proezas do trabalho. A realidade dos planos de produção depende, em muito, da viva atividade criadora das massas.

Os operários, colcosianos, engenheiros, técnicos e empregados participam nas conferências de produção, que discutem os planos das empresas. Trazem, assim, muitas propostas valiosas, que descobrem fontes complementares para o ascenso e o aperfeiçoamento da produção.

A elaboração do plano é apenas o início da planificação. Denominando o plano de eletrificação da Rússia (GOELRO) de segundo programa do Partido, V.I. Lênin frisava que

"a cada dia, em cada oficina, em cada volost, este programa será melhorado, reelaborado, aperfeiçoado e modificado."[162]

Todo plano é precisado, modificado e aperfeiçoado na base da experiência das massas, levando em conta a marcha da execução do plano, uma vez que nenhum plano pode prever, com antecedência, todas as possibilidades que se escondem nas entranhas do regime socialista e que se descobrem somente no processo de trabalho. Na luta pela execução do plano, na fábrica, na usina, no sovcós e no colcós, manifesta-se a iniciativa criadora e a atividade das massas, desenvolve-se a emulação socialista e descobrem-se novas reservas para a aceleração do ascenso da economia. A tarefa de mobilização das massas é realizada pelo Partido Comunista e, sob a sua direção, pelas organizações estatais e sociais, pelos sindicatos e pelo Consomol. A ativa participação das massas na luta pelo cumprimento e superação dos planos de desenvolvimento da economia nacional é uma das condições mais importantes para a aceleração dos ritmos de construção da sociedade comunista.

Segue-se, de tudo isto, que na planificação socialista está

encerrada imensa força organizadora e mobilizadora, que é preciso saber utilizar com habilidade. Os planos socialistas poderão desempenhar papel mobilizador somente no caso em que os órgãos planificadores se orientem para o novo, para o avançado, que surge na prática da construção comunista, na atividade criadora das massas. Os planos devem ser cientificamente fundamentados, realistas, calculados para utilizar a experiência de vanguarda e as reservas internas.

A planificação socialista exige a luta inconciliável contra as tendências antiestatais, contra as tentativas de elaboração de planos amesquinhados, que a ninguém mobilizam, contra a igualização pelo critério dos pontos débeis, assim como também contra a mania projetista na planificação, que não toma em consideração as reais possibilidades de desenvolvimento da economia socialista. Esta luta poderá ser tanto mais efetiva, quanto mais forem utilizadas as alavancas do desenvolvimento da produção socialista, e, antes de tudo, o fator do estímulo material para o crescimento da produtividade do trabalho, o melhoramento da organização da produção, a assimilação da técnica existente e a introdução da nova técnica.

A consideração das condições e particularidades locais é condição necessária para a correta planificação. O princípio leninista do centralismo democrático se dirige contra o desencadeamento da espontaneidade e da anarquia na produção, bem como, igualmente, contra o centralismo burocrático.

“Nós estamos — escreveu V.I. Lênin — pelo centralismo democrático. E é necessário compreender claramente o muito que o centralismo democrático se distingue, por um lado, do centralismo burocrático, e, por outro lado, do anarquismo.”(163)

Rolam para o caminho da espontaneidade e da anarquia na produção, da renúncia a uma das principais superioridades do sistema socialista — a direção planificada e centralizada da economia —, aqueles economistas que se manifestam pela liquidação da função econômico-organizadora do Estado socialista, que reduzem a essência da planificação a prognósticos de tendências do desenvolvimento econômico,

partindo do livre jogo da oferta e da procura.

O princípio leninista do centralismo democrático nada tem de comum com o centralismo burocrático. A desmedida centralização da direção planificada, as tentativas de planificar do centro todas as minúcias, sem conhecimento suficiente e sem a consideração das condições e particularidades locais, como também a atitude estreitamente departamental diante da planificação, conduzem a erros, agrilhoam a iniciativa local, obstaculizam a mais completa utilização dos recursos locais e das enormes reservas, que existem nos diferentes ramos da economia socialista e nas diferentes empresas, freiam o desenvolvimento complexo das regiões, a especialização e a cooperação da produção.

Resultado inevitável da desmedida centralização da planificação é também a substituição do ponto de vista econômico na direção da produção por métodos puramente administrativos. Exemplo de tais métodos é o estabelecimento de tarefas planificadas para a elevação da produtividade do trabalho e a redução do preço de custo da produção, sem considerar as condições econômicas e técnicas, correspondentes, nem as reservas de que dispõe a produção.

Na luta contra a desmedida centralização na planificação, pelo desenvolvimento da iniciativa e o reforçamento do interesse dos órgãos locais na utilização máxima das condições econômicas e dos recursos naturais, tem importância particularmente grande, na URSS, a reestruturação da direção da indústria e da construção, que conduz a ulterior ampliação dos direitos das repúblicas soviéticas na esfera da direção planificada da economia nacional. À alçada dos órgãos locais foram transferidas importantíssimas funções no terreno da planificação econômica e da direção organizada da luta pelo seu cumprimento em todas as empresas e construções da república.

A redução do número de índices no plano da economia nacional foi importante providência para a eliminação da desmedida centralização na planificação. Foi concedido aos conselhos de ministros das repúblicas o direito de prefixar, nos

seus planos, ura número de índices consideravelmente maior era comparação com o plano estatal. Em especial, foi excluída do plano estatal e transferida a alçada das repúblicas soviéticas a planificação da atividade dos órgãos de educação, saúde pública e serviços públicos.

Em relação com a transferência da direção planificada imediata da indústria e da construção para os locais, ou seja, para as regiões econômicas administrativas, podem surgir, nas repúblicas soviéticas e nas regiões econômicas administrativas, tendências localistas, aspirações a autarquia, a edificação de uma economia encerrada dentro da região ou da república, com a ignorância da divisão do trabalho entre as regiões em escala da economia nacional em seu conjunto.

A luta inconciliável contra essas tendências localistas, que se contrapõem aos interesses estatais gerais, constitui tarefa das mais importantes do Comitê do flano Estatal da URSS, bem como das organizações locais, partidárias, soviéticas e profissionais.

A direção estatal planificada dos colcoses tem suas particularidades, que decorrem do caráter da propriedade cooperativo-colcosiana. Ao levar a efeito a direção planificada dos colcoses, o Estado socialista se apoia na atividade própria das massas colcosianas. A iniciativa dos colcoses e dos colcosianos é um dos fatores decisivos do ascenso da agricultura, da plena utilização das condições econômicas e naturais de cada região e de cada colcós.

Um sistema correto de planificação exige que os órgãos planificadores centrais estabeleçam, para as regiões, territórios e repúblicas, índices fundamentais e decisivos, bem como tarefas para a produção agrícola e para a venda de produtos agrícolas ao Estado. Estas tarefas são estabelecidas no que se refere a produção mercantil, partindo da necessidade de garantir a satisfação das exigências da população, em gêneros alimentícios, e da indústria, em matérias-primas. Guiando-se pelas tarefas de venda ao Estado da produção agrícola e pecuária, os colcoses, ao considerarem tais tarefas, determinam as dimensões da área de cada cultura, bem como a produtividade do gado e a

quantidade das diferentes espécies de gado. Tal processo de planificação abre amplas possibilidades para a manifestação da iniciativa econômica na utilização das reservas, com vistas ao ascenso da produção colcosiana.

A elaboração dos planos da produção agrícola, anuais e de perspectiva, realiza-se diretamente nos colcoses, partindo da necessidade da melhor utilização das disponibilidades territoriais e da obtenção da maior quantidade possível de produção agrícola. Os especialistas e o amplo ativo dos colcosianos são incorporados a elaboração dos planos. Elaborados pelas direções dos colcoses, com a participação do ativo, os planos produtivo-financeiros são discutidos e aprovados nas assembleias gerais dos membros do artel agrícola. A participação dos colcosianos na elaboração dos planos produtivos dos colcoses ajuda a revelar as reservas internas de cada economia, contribui para o melhoramento da estrutura das áreas cultivadas, para a mais correta utilização das disponibilidades territoriais, para o aumento da produção agrícola e o crescimento dos ingressos dos colcoses e colcosianos.

Apoiando-se na ação das leis econômicas do socialismo, generalizando multilateralmente a prática da construção econômica e cultural, levando em conta todo o conjunto das condições internas e externas da vida do país socialista, o Partido Comunista e o Estado socialista estabelecem, para cada etapa, as mais importantes tarefas econômicas e políticas dos planos estatais. Em correspondência com isto, são determinados os ritmos da reprodução ampliada e as perspectivas do desenvolvimento da economia nacional.

A planificação socialista se baseia nos planos de perspectiva, com a distribuição de tarefas anuais. De acordo com isto, os planos de desenvolvimento da economia nacional se dividem em planos de perspectiva, que expressam a linha fundamental do desenvolvimento econômico para uma série de anos, e planos correntes, que representam o programa concreto de trabalho para um prazo mais breve. Os planos de perspectiva incluem os planos quinquenais, os planos setenais de desenvolvimento da economia nacional e os planos calculados

para prazos ainda mais longos. Os planos correntes se referem aos planos anuais.

Em correspondência com as leis econômicas do socialismo e as rapidamente crescentes necessidades da sociedade socialista, os planos de perspectiva devem prever elevados ritmos e corretas proporções no desenvolvimento da economia nacional. A principal tarefa dos planos de perspectiva consiste em garantir ulteriormente o poderoso ascenso de todos os ramos da economia nacional, na base do desenvolvimento prioritário da produção de meios de produção, da ampla introdução na produção das mais recentes conquistas da ciência e da técnica, do melhoramento da distribuição geográfica das forças produtivas, do desenvolvimento da especialização e da cooperação, do ininterrupto crescimento da produtividade do trabalho e da redução do preço de custo da produção, na base do contínuo progresso técnico e da incessante elevação do nível de vida dos trabalhadores.

A direção planificada da economia nacional da União Soviética se realiza sob a direção do Partido Comunista, do Conselho de Ministros da URSS e dos conselhos de ministros das repúblicas soviéticas. A elaboração dos planos e o controle do seu cumprimento se realiza pelo Comitê do Plano Estatal do Conselho de Ministros da URSS (GOSPLAN da URSS); pelos Comitês dos Planos Estatais das repúblicas, pelos conselhos da economia nacional das regiões econômico-administrativas, pelos ministérios de toda a URSS e das repúblicas, bem como pelos sovietes locais, que possuem seus órgãos planificadores. O GOSPLAN da URSS é o órgão científico de planificação da economia nacional do país.

Constituía grande deficiência da planificação econômica, até os últimos tempos, o fato de que a elaboração e aprovação dos planos anuais como que sempre recomeçava de novo. Atualmente, a base da planificação se encontram os planos de perspectiva, com a distribuição de tarefas anuais a cada ramo, república soviética, região econômico-administrativa, empresa e construção.

A elaboração dos planos da economia nacional, na URSS,

se processa através de certo número de etapas. Na base da generalização dos resultados do desenvolvimento econômico no período do plano precedente, do nível atingido pelas forças produtivas e das tarefas econômico-políticas, que se apresentam ao Estado socialista na etapa dada da construção econômica e cultural, o GOSPLAN elabora, com a participação dos Comitês do Plano Estatal das repúblicas, dos ministérios e departamentos, as cifras de controle do plano de perspectiva para os índices mais importantes, aprovados pelo CC do PCUS e pelo Conselho de Ministros da URSS.

Partindo das cifras de controle, as empresas e construções elaboram seus planos de perspectiva, com a distribuição de tarefas anuais. Cada empresa estatal (usina, mina, sovcós, estação de reparação técnica, estação de maquinas e tratores, etc.) tem o seu plano financeiro técnico-produtivo (tecprofinplan), que representa o plano geral da atividade técnico-produtiva e financeira da empresa. Estes planos são discutidos pelos coletivos das empresas e construções e entram em ação após a aprovação pelos seus conselhos da economia nacional (sovnarcós).

Na base dos planos das empresas e construções sob a sua jurisdição, os sovnarcoses elaboram os planos gerais de perspectiva para dada região, realizando sua mútua coordenação com outras regiões, levando em conta os vínculos econômicos.

Os ministérios (ou departamentos) da URSS, as repúblicas soviéticas e os sovietes locais de deputados trabalhadores elaboram, de modo análogo, os planos de perspectiva para cada ministério (ou departamento), região, território e república autônoma.

Na base dos planos de perspectiva, elaborados pelos sovnarcoses, ministérios (ou departamentos) e sovietes locais de deputados trabalhadores, os conselhos de ministros das repúblicas soviéticas aprovam os planos gerais de perspectiva de desenvolvimento da economia nacional da república soviética dada.

O GOSPLAN da URSS comprova a correspondência dos planos de perspectiva de desenvolvimento da economia nacional das repúblicas soviéticas, ministérios e departamentos da URSS, com as cifras de controle aprovadas, elabora o plano geral de perspectiva do desenvolvimento da economia nacional da URSS em conjunto e o submete a aprovação pelo CC do PCUS e pelo Conselho de Ministros da URSS.

Simultaneamente, o GOSPLAN submete a aprovação dos CC do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS as listas de construções particularmente importantes, com a indicação dos prazos para a sua entrada em funcionamento.

Os planos anuais correntes são elaborados partindo das tarefas dos planos de perspectiva, com a consideração das necessárias correções, que decorrem dos balanços do cumprimento dos planos e das necessidades do desenvolvimento da economia nacional.

A direção planificada da economia nacional exige que se destaquem os elos principais da economia. No plano, são destacados os ramos mais importantes, dos quais depende o vitorioso cumprimento de todo o plano econômico. Elos principais dos planos de perspectiva são os ramos da indústria pesada, inclusive a construção de máquinas, uma vez que eles determinam o desenvolvimento de todos os ramos da indústria e de toda a economia nacional em conjunto. Em correspondência com os ramos dirigentes, são planificados também os outros ramos, a fim de alcançar, nesta base, o ascenso de toda a economia nacional e a mais racional combinação de suas partes integrantes.

Os planos econômicos abrangem determinado círculo de índices: físicos (tipos de produção, de artigos, etc.) e monetários (soma de fabricação, preço de custo, receita e despesa, etc.). Do número de índices físicos e monetários são destacados os índices: qualitativos (crescimento da produtividade do trabalho, redução do preço de custo, rentabilidade, elevação da qualidade da produção, eficiência da utilização dos meios de produção — equipamentos, máquinas, tornos, matérias-primas, etc.). O índice fundamental da

produção agrícola é a obtenção da máxima quantidade de produção por cada 100 hectares de terra agricultada, com os menores gastos de trabalho e de meios de produção por unidade de produção.

A elaboração do sistema de balanços é um dos mais importantes métodos de estabelecimento de corretas proporções econômicas, correspondentes as exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional. À base dos balanços, o Estado socialista estabelece as proporções do desenvolvimento da economia nacional, expressas em forma física e monetária, determina os recursos e a sua distribuição pelos diferentes ramos da produção e tipos de produção. A confrontação entre os recursos e a exigência deles permite observar os pontos débeis na economia nacional, a não correspondência no nível e nos ritmos de desenvolvimento entre os diferentes ramos e traçar medidas para a eliminação dos pontos débeis. Ao lado disto, o sistema de balanços dá a possibilidade de descobrir recursos complementares por meio de poupança de matérias-primas e materiais e da melhor utilização do equipamento. Estes recursos são empregados no aumento da produção e do consumo.

Os balanços se dividem em balanços materiais (físicos), balanços expressos em forma monetária e balanços de força de trabalho.

Os balanços materiais revelam a correlação entre a produção e o consumo de dado produto ou grupo de produtos na sua expressão física. Os balanços materiais são elaborados para os produtos mais importantes, por exemplo, balanços de tornos, de minérios, de metal, de algodão e de outros meios de produção, balanços de objetos de consumo pessoal: carne, açúcar, manteiga, etc..

Os balanços materiais são necessários para a elaboração dos planos de abastecimento material de meios de produção a todos os ramos da economia nacional, por sovnarcoses e departamentos. Prevê-se, nestes planos, o melhoramento da utilização do equipamento, das matérias-primas, do combustível, etc., na base da introdução de normas

progressistas. Os balanços materiais possuem grande importância para a planificação do giro comercial.

Os balanços expressos em forma monetária incluem o balanço dos ingressos monetários e dos gastos da população, o balanço da renda nacional e de sua distribuição e outros.

Nos balanços da força de trabalho se determinam a necessidade da economia nacional em recursos de trabalho e em quadros qualificados e as fontes de cobertura desta necessidade.

Na elaboração das cifras de controle do plano de perspectiva de desenvolvimento da economia nacional, o GOSPLAN da URSS estuda e apresenta a aprovação do CC do PCUS e do Conselho de Ministres da URSS os projetos de balanços de metais ferrosos e não ferrosos, combustíveis, produtos petrolíferos, energia elétrica, produtos químicos, madeiras, e outros materiais de construção, dos principais tipos de equipamento, bem como das matérias-primas agrícolas e dos principais tipos de produção das indústrias leve e da alimentação.

O balanço de caráter mais geral é o balanço da economia nacional, que representa o sistema dos índices econômicos característicos das correlações e proporções fundamentais na economia socialista. O balança da economia nacional inclui os seguintes balanços fundamentais: balanço do produto social total, balanço da renda nacional, balanço do trabalho.

Constituindo o reflexo das exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional, a planificação socialista tem um caráter diretivo. Os planos estatais não são planos-prognósticos, mas planos-diretivas, que determinam a orientação do desenvolvimento econômico de todo o país.

Após a sua aprovação pelos órgãos superiores do Estado socialista, os planos estatais adquirem força de lei, com obrigatoriedade de execução. Os dirigentes econômicos estão obrigados a assegurar a execução do plano em cada empresa,

de modo rítmico e uniforme, no decurso de cada ano, trimestre e mês, não somente no que se refere ao volume global da produção como também ao seu sortimento, devendo alcançar o sistemático melhoramento da qualidade da produção e a redução do preço de custo estabelecido pelo plano.

Um dos aspectos mais importantes da direção planificada da economia nacional é o controle da execução do plano, que dá a possibilidade de verificar em que medida o plano reflete corretamente as exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional e como se processa a execução do plano. O controle permite observar, de modo oportuno, as desproporções surgidas, evitar o aparecimento de novas desproporções na economia, descobrir novas reservas produtivas e introduzir as necessárias correções nos planos econômicos.

A fim de assegurar a direção planificada da economia socialista, é necessário um sistema centralizado único de cálculo e estatística econômica. V.I. Lênin ensinou que "socialismo quer dizer cálculo". A construção socialista planificada é inconcebível sem o cálculo correto. E o cálculo é inconcebível sem estatística. Na economia socialista, o cálculo e a estatística estão ligados organicamente com o plano econômico. Uma das condições mais importantes da direção planificada da economia nacional é a organização do mais rigoroso cálculo nacional e do controle da produção e da distribuição dos produtos. Isto exige a concentração da coleta e da elaboração dos dados estatísticos nos órgãos da Direção Central de Estatística, bem como a redução, simplificação e ampla mecanização do cálculo e da contabilidade através da criação de estações de máquinas calculadoras.

A utilização de máquinas calculadoras eletrônicas abre imensas perspectivas para o aperfeiçoamento da planificação e para a elaboração dos dados estatísticos. O que torna as máquinas calculadoras eletrônicas insubstituíveis é que são capazes de dar uma informação sistemática e logicamente analisada de uma enorme quantidade de dados e materiais, com uma rapidez e precisão que supera de muito as

possibilidades humanas. Isto liberta os homens dos tipos de trabalho intelectual, que não exigem pensamento criador e encerram, em considerável medida, caráter automático, permitindo-lhes concentrar suas faculdades intelectuais nas tarefas criadoras da direção da economia nacional e dos processos produtivos.

Os dados estatísticos sobre a execução do plano constituem material necessário para a elaboração dos planos. O sistema socialista de cálculo e estatística dá a possibilidade de analisar os resultados de trabalho das empresas e conselhos da economia nacional, controlar o curso da execução do plano em conjunto e por partes destacadas, descobrindo reservas não utilizadas.

As Superioridades da Economia Socialista Planificada

O desenvolvimento planificado da economia nacional dá a sociedade socialista enormes superioridades diante do capitalismo.

Em oposição ao capitalismo, onde a proporcionalidade é casual e o desenvolvimento econômico se processa de modo cíclico, sofrendo crises periodicamente repetidas, a economia socialista está livre de crises econômicas, desenvolve-se ininterruptamente, por uma linha ascendente e com elevados ritmos, na base de proporções estabelecidas pelo Estado socialista, de acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional. A sociedade socialista realiza a divisão planificada do trabalho entre os ramos e as regiões econômicas, assegurando a mais racional distribuição geográfica da produção.

Se a economia capitalista inevitavelmente engendra o desemprego, que os capitalistas utilizam como meio para garantir as suas empresas força de trabalho barata, a economia socialista planificada exclui o desemprego e dá a possibilidade da mais completa utilização de toda a força de trabalho da sociedade.

A economia socialista planificada liberta a sociedade dos colossais desperdícios de trabalho social, inerentes a economia capitalista e relacionados com a concorrência e a anarquia da produção. Com isto, a economia socialista planificada abre a possibilidade da mais econômica e efetiva utilização de todos os recursos, tanto no interior das empresas, como em escala de toda a economia nacional, descobrindo sempre novas fontes e reservas para o ascenso da produção.

A economia socialista planificada assegura o desenvolvimento planificado da ciência e da técnica, de acordo com as exigências da economia nacional, em oposição ao capitalismo, em que o desenvolvimento da técnica se processa de modo desigual, acentuando a desproporcionalidade da produção.

A história dos planos quinquenais soviéticos é uma prova convincente das superioridades da economia socialista planificada sobre o sistema anárquico da economia capitalista.

Durante os anos dos planos quinquenais de antes da guerra, isto é, num período de cerca de 13 anos, a União Soviética realizou um salto, que a transformou de país atrasado em avançado, de agrário em industrial. Durante este período, o mundo capitalista atravessou duas crises econômicas, as de 1929/1933 e de 1937/1938, que se fizeram acompanhar de enorme destruição das forças produtivas, do crescimento do desemprego e da acentuação da pauperização das massas.

As superioridades do sistema de economia socialista planificada se evidenciaram brilhantemente ao tempo da Grande Guerra Patriótica da União Soviética (1941/1945). Em condições incrivelmente difíceis, provocadas pela perda temporária de uma série de importantes regiões do país, o Estado soviético pôde não apenas realizar a mobilização e a eficiente utilização dos recursos materiais, de trabalho e financeiros, como também desenvolveu uma ampla construção de novas empresas, garantindo o crescimento intensivo da produção industrial necessária a vitória sobre o inimigo.

Não obstante a ocupação temporária pelo inimigo das

mais importantes regiões agrícolas, os colcoses e sovcoses abasteceram, sem sérias interrupções, o exército e a retaguarda de gêneros alimentícios, e a indústria, de matérias-primas. O regime colcosiano suportou severas provas durante a guerra e demonstrou sua vitalidade.

A unidade político-moral da sociedade socialista, a amizade dos povos e o patriotismo soviético despertaram o heroísmo em massa na frente e na retaguarda. Dirigindo a defesa do país, o Partido Comunista orientou habilmente todas as forças do povo para a derrota do inimigo. As superioridades decisivas da economia socialista planificada e a indestrutível solidez da retaguarda soviética asseguraram a URSS a vitória econômica e militar, alcançada juntamente com os aliados, na luta contra a Alemanha fascista, que dispunha dos recursos de muitos países europeus.

A guerra trouxe a economia da URSS danos colossais e atrasou o seu desenvolvimento em mais de um decênio, interrompendo a solução da tarefa econômica fundamental da URSS. Foram enormes as perdas humanas: o país ficou privado de milhões de homens aptos ao trabalho. As perdas totais resultantes da destruição direta e do saque da propriedade, a que os ocupantes fascistas submeteram a economia nacional da URSS e os cidadãos soviéticos, somaram 679 bilhões de rublos, aos preços estatais de 1941. Durante os anos da guerra, reduziram-se consideravelmente a produção da indústria para fins civis e a produção agrícola, enquanto o transporte sofreu seriamente.

A URSS enfrentou com êxito as dificílimas tarefas da liquidação das consequências da guerra. Foi cumprido antes do prazo o quarto plano quinquenal (1946/1950), cujas tarefas fundamentais consistiram em restabelecer as regiões devastadas, alcançar e, em seguida, superar consideravelmente o nível da indústria e da agricultura de antes da guerra. Foi também cumprido antes do prazo o quinto plano quinquenal (1951/1955).

O XX Congresso do PCUS, nas suas diretivas para o sexto plano quinquenal (1956/1960), apresentou a seguinte tarefa: na base do crescimento prioritário da indústria pesada, no

ininterrupto progresso técnico e da elevação da produtividade do trabalho, assegurar ulteriormente o poderoso ascenso de todos os ramos da economia nacional, promover o ascenso vertical da produção agrícola e, nesta base, alcançar a considerável elevação do bem-estar material e do nível cultural do povo soviético.

As tarefas do sexto plano quinquenal foram cumpridas com êxito. Entretanto, como resultado da reestruturação da direção da indústria e da construção e das radicais modificações no processo de planificação, que daí decorreram, como resultado também da descoberta de novas grandes jazidas de diferentes tipos de matérias-primas e fontes de energia, bem como da necessária busca de meios complementares para a construção residencial, surgiu a necessidade de modificar e precisar determinadas tarefas do sexto plano quinquenal, colocando novas tarefas, relacionadas com a criação de novas empresas e centros industriais, a base dos recém-descobertos recursos. Em vista disso, o CC do PCUS e o Conselho de Ministros da URSS tomaram a decisão de elaborar o Plano Setenal de Perspectiva do Desenvolvimento da Economia Nacional (1959/1965).

Foram aprovados pelo Partido e pelo Governo os seguintes planos: desenvolvi mento da indústria química e criação, no decurso dos próximos 5 a 6 anos, da abundância de calçados, roupas e outros objetos de amplo consumo, liquidação da insuficiência de habitações para os trabalhadores dentro de 10 a 12 anos. Esta sendo cumprida com êxito a tarefa de alcançar os Estados Unidos, nos próximos anos, no que se refere a produção per capita de carne, leite e manteiga.

O XXI Congresso aprovou as cifras de controle do desenvolvimento da economia nacional no período 1959/1965 e indicou que a União Soviética, como resultado das mais profundas transformações em todas as esferas da vida social, havia ingressado num novo período — no período da construção desenvolvida do comunismo. Foi iniciada a elaboração do plano geral de desenvolvimento da economia nacional da URSS, que prevê a criação da base técnico-material

do comunismo, a solução da tarefa econômica fundamental da URSS e a garantia, nesta base, para o povo soviético, do mais elevado nível de vida material e cultural do mundo.

As principais tarefas do plano setenal no terreno econômico consistem no desenvolvimento multilateral das forças produtivas do país, na conquista de um crescimento tal da produção em todos os ramos da economia, na base do desenvolvimento prioritário da indústria pesada, que permita dar o passo decisivo na criação da base técnico-material do comunismo e na garantia da vitória da URSS na competição econômica pacífica com os países capitalistas. O reforçamento do potencial econômico do país, o contínuo progresso técnico em todos os ramos da economia nacional, o ininterrupto crescimento da produtividade do trabalho social devem assegurar uma considerável elevação do nível de vida do povo.

Os elevados ritmos da produção industrial e a execução com êxito dos planos da construção socialista têm lugar em todos os países do sistema mundial do socialismo.

A vitoriosa experiência da colaboração econômica planificada entre os países do sistema socialista mundial da economia comprova as imensas possibilidades de desenvolvimento econômico, de ascenso das forças produtivas e de florescimento da cultura, que decorrem da economia socialista planificada. O crescimento médio anual da produção industrial, em todo o campo socialista, foi, nos últimos cinco anos (1954/1958), de 11%, ao tempo em que, em todo o mundo capitalista, foi de menos de 3%.

No período de após-guerra, a economia socialista da URSS e de todos os países do campo socialista avança de modo planificado e ininterrupto, com elevados ritmos inaccessíveis ao capitalismo, enquanto os Estados Unidos, durante estes anos, atravessaram as crises de 1948/1949 e a de 1953/1954, que provocaram a queda da produção e o crescimento do desemprego, sendo que, em fins de 1957, iniciou-se nos Estados Unidos uma nova crise de superprodução, que abrange gradualmente também alguns outros países capitalistas.

A experiência da União Soviética e dos países de democracia popular no terreno da planificação atrai a atenção e desperta o interesse em todos os países do mundo. Levando isto em conta, certos estudiosos burgueses fazem a pregação do "capitalismo planificado", semeiam ilusões entre os trabalhadores sobre a possibilidade de planificação da economia e de liquidação das crises econômicas, sob o regime capitalista. Entretanto, como já foi demonstrado, a premissa decisiva para a direção planificada da economia é a existência da propriedade social dos meios de produção e da lei, que aparece fundamentada nela, do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional. Ao invés disto, dominam na sociedade capitalista a propriedade privada dos meios de produção e a lei da concorrência e da anarquia da produção. A limitação da concorrência nas empresas e ramos monopolizados e acompanhada de brusco aguçamento da concorrência entre os monopólios, bem como entre as empresas e ramos monopolizados e não monopolizados. As tentativas dos monopólios dominantes nos países capitalistas de evitar as crises, com a ajuda da corrida armamentista e da militarização da economia, como demonstrou a prática do período de após-guerra, podem somente adiar a explosão da crise, porém não estão em condições de eliminar as causas das crises nem de converter a economia capitalista de anárquica em planificada.

O desenvolvimento planificado da economia nacional nos países do sistema mundial do socialismo não somente abre amplas possibilidades para o ininterrupto ascenso da produção nestes países e para a fecunda colaboração econômica entre eles, como cria também uma sólida base para a multilateral expansão dos vínculos econômicos e comerciais do campo socialista com todos os países do mundo, na base da igualdade de direitos e das vantagens recíprocas.

Notas de rodapé:

(156) V.I. Lênin, Uma Crítica não Crítica. Obras, t. III, p. 545.

(157) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 269.

(158) V.I. Lênin, Informe Sobre a Guerra e a Paz na VII

Congresso do PCR(b), Obras, t. XXVII, p. 68.

(159) I.V. Stálin. Problemas Econômicos do Socialismo na URSS, p. 41.

(160) V.I. Lênin, Discurso de Encerramento Para o Informe Sobre as Tarefas Imediatas na Reunião do VCCI, 29 de abril de 1918, Obras, t. XXVII, p. 277.

(161) Materiais da Reunião Plenária de Junho do CC do PCUS, Editora Estatal de Literatura Política, 1959, p. 14.

(162) V.I. Lênin, Informe Sobre a Atividade do Soviete dos Comissários do Povo ao VIII Congresso Pan-Russo dos Sovietes, Obras, t. XXXI, p. 483

(163) V.I. Lênin, Esboço Inicial do Artigo "As Tarefas Imediatas do Poder Soviético", Obras, t XXVII. p. 180.

Capítulo XXVII — O Trabalho Social sob o Socialismo. A Lei de Crescimento Incessante da Produtividade do Trabalho

O Caráter do Trabalho sob o Socialismo

O estabelecimento das relações de produção socialistas implica radical modificação do caráter do trabalho. A força de trabalho deixou de ser mercadoria. Os trabalhadores utilizam meios de produção que lhes pertencem, trabalham para si, para a sua sociedade. O trabalho, sob o socialismo, é trabalho livre da exploração.

"Após séculos de trabalho para outros, de trabalho forçado para os exploradores, surge a possibilidade de trabalho para si, e, ao mesmo tempo, de trabalho que se apoia em todas as conquistas da mais nova técnica e cultura."[164]

Ao tempo em que, sob o capitalismo, o trabalho do produtor se apresenta, de modo direto, como trabalho privado e o seu caráter social só se manifesta no mercado, as costas do produtor da mercadoria, sob o socialismo, porém, o trabalho do operário individual já se apresenta como parte de todo o trabalho social de modo direto e não através de um rodeio. Isto significa que, sob o socialismo, o trabalho possui um caráter diretamente social, sendo planificadamente organizado em escala de toda a economia nacional. A libertação do trabalho da exploração e a sua planificada organização em escala social criam a possibilidade da mais plena utilização dos recursos de trabalho e o seu alívio através do rápido e incessante crescimento do equipamento dos trabalhadores.

Sob o socialismo, modifica-se radicalmente a situação do homem trabalhador na sociedade. Em oposição ao capitalismo, onde a situação do homem se determina pela origem social e pela riqueza, a situação do homem na sociedade socialista se determina somente pelo trabalho e pelas faculdades pessoais.

A libertação da exploração e a modificação da situação do homem trabalhador na sociedade provocam uma reviravolta nos pontos de vista dos homens sobre o trabalho, engendram uma nova atitude diante do trabalho. Enquanto o regime de exploração fez com que, durante séculos, inumeráveis gerações de trabalhadores encarassem o trabalho como pesada carga, o socialismo converte o trabalho numa questão de honra, de valor e de heroísmo, atribuindo-lhe caráter sempre mais criador. Na sociedade socialista, o homem trabalhador, se trabalha bem e demonstra iniciativa no melhoramento da produção, é cercado de apreço.

Tudo isto engendra novos estímulos para o trabalho, desconhecidos sob o capitalismo.

O socialismo cria um profundo interesse material do trabalhador no seu trabalho. Como é sabido, o capitalismo utiliza diferentes formas de pagamento do trabalho e de estímulo material, visando o aumento da exploração dos trabalhadores e a apropriação da maior quantidade possível de mais-valia, ao passo que, sob o socialismo, o estímulo material para o trabalho conduz ao crescimento da produção, no interesse do melhoramento da situação material e da elevação do nível cultural dos trabalhadores.

A enorme importância do estímulo material do trabalho, no estádio do socialismo, é condicionada pelo fato de que o trabalho, neste estádio, ainda não se tornou a primeira necessidade vital para todos os membros da sociedade, um hábito de trabalhar em benefício geral.

Sob o socialismo, ainda não foram superadas até o fim as sobrevivências do capitalismo na consciência dos homens. Ao lado da massa fundamental de trabalhadores, que cumprem honradamente suas obrigações diante da sociedade e manifestam iniciativa criadora no trabalho, existem trabalhadores, que encaram de má-fé as suas obrigações, violando a disciplina do trabalho. São pessoas que se esforçam para dar a sociedade socialista o quanto menos e receber dela o quanto mais.

Conservam-se ainda, na sociedade socialista, consideráveis vestígios da velha divisão do trabalho, como são as diferenças essenciais entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho do operário e o do camponês, entre o trabalho qualificado e o simples, entre o trabalho pesado e o leve. Estes vestígios da velha divisão do trabalho só gradualmente são superados, na medida do desenvolvimento das forças produtivas do socialismo e da criação da base técnico-material do comunismo. Embora seja trabalho diretamente social e altamente mecanizado, ao mesmo tempo, o trabalho, sob o socialismo, ainda não possui, nos diversos setores da produção, um nível idêntico de socialização e de mecanização.

A isto estão ligadas importantes diferenças nos gastos de trabalho para a elaboração do produto. O trabalhador, possuidor de mais elevada qualificação ou mais aplicado e dotado de iniciativas, cria, numa unidade de tempo, sendo iguais as demais condições maior quantidade de produtos. Isto significa, porém, que tampouco o pagamento dos trabalhadores pode ser igual. O pagamento deve corresponder tanto a quantidade, como a qualidade do trabalho. Em caso contrário, os trabalhadores não terão estímulo para a elevação da qualificação e o crescimento da produtividade do trabalho.

De tudo isto decorre que, no estádio do socialismo, o interesse material pessoal do trabalhador nos resultado do seu trabalho é um dos estímulos decisivos para o desenvolvimento da produção. Este interesse é assegurado pelo fato de que a remuneração do trabalhador se realiza na dependência da quantidade e da qualidade do seu trabalho e de que a sociedade socialista, no terreno da distribuição, se dirige pelo princípio de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho.

O socialismo gerou também poderosos estímulos sociais, morais, para o trabalho. Os homens, que trabalham sob o socialismo, manifestando iniciativa criadora e abnegação, guiam-se não somente por considerações de ordem pessoal material, mas também pela preocupação com o bem de todo o povo, pelos interesses de toda a sociedade. A importância dos

estímulos sociais, morais, para o trabalho, se eleva na medida em que se desenvolvem as relações de produção socialistas e gradualmente se dá a transição do socialismo ao comunismo.

O socialismo pôs fim a escandalosa contradição do regime capitalista, no qual a cúpula exploradora dominante da sociedade leva uma vida parasitária, enquanto as massas operárias estão submetidas ao jugo de um trabalho estafante, apenas periodicamente interrompido pelo ócio forçado, por motivo de desemprego. Liquidando a propriedade dos capitalistas sobre os meios de produção, o socialismo destruiu, com isto as condições sob as quais uma classe — a dos possuidores dos meios de produção — pode viver a custa do trabalho de outra classe — a dos homens desprovidos dos meios de produção. A implantação da propriedade social dos meios de produção impõe a igual obrigação dos cidadãos de participar no trabalho social, uma vez que somente o trabalho social constitui, sob o socialismo, fonte de existência dos homens. O trabalho, na URSS, é obrigação e questão de honra para cada cidadão capaz de trabalhar.

Pela primeira vez na história da humanidade, o regime socialista efetivou não somente a obrigação igual de trabalhar para todos os cidadãos aptos, como também o direito igual de todos os cidadãos para o trabalho. Concretizou-se, desta maneira, sob o socialismo, o sonho secular das massas trabalhadoras. O direito ao trabalho está condicionado pela propriedade social dos meios de produção, que dá a todos os cidadãos idêntico acesso ao trabalho na terra socializada, nas usinas e fábricas socializadas. O direito ao trabalho é o direito de cada membro válido da sociedade a obter um emprego garantido com um pagamento de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho. O direito ao trabalho está realmente assegurado pela organização socialista da economia nacional, pelo incessante crescimento das forças produtivas da sociedade, pela eliminação da possibilidade de crises econômicas e a liquidação do desemprego.

O desemprego — esta praga dos trabalhadores no capitalismo — foi liquidado na URSS, motivo por que não paira

sobre o operário o perigo de ser lançado para fora da empresa e privado dos meios de existência. A liquidação do desemprego e da intranquilidade dos operários com relação ao dia de amanhã, bem como o aniquilamento do pauperismo no campo, constituíram grandes conquistas do povo soviético.

A libertação dos trabalhadores da exploração, a planificada organização do trabalho em escala social, a ininterrupta elevação do seu equipamento técnico, tudo isto cria as condições necessárias para o sistemático e rápido crescimento da produtividade do trabalho. A conquista de uma produtividade do trabalho superior a do capitalismo é uma tarefa radical da construção comunista.

O Incessante Crescimento da Produtividade do Trabalho - Lei Econômica do Socialismo

A incessante elevação da produtividade do trabalho é a condição mais importante para a vitória do socialismo sobre o capitalismo, para a edificação do comunismo. Escreveu Lênin:

"A produtividade do trabalho representa, em última análise, o mais importante, o mais principal para a vitória do novo regime social. O capitalismo criou uma produtividade do trabalho desconhecida sob o feudalismo. O capitalismo pode ser definitivamente derrotado e será definitivamente derrotado por que o socialismo cria uma nova produtividade do trabalho, muito mais elevada."[165]

O crescimento da produtividade do trabalho se expressa na diminuição da quantidade do trabalho para a produção de uma unidade de produto, ou, o que é o mesmo, no aumento da produção com o gasto da mesma quantidade de trabalho. O crescimento da produtividade do trabalho significa economia tanto de trabalho vivo, como de trabalho materializado, em escala de toda a sociedade. O marxismo ensina que a verdadeira economia consiste na poupança de tempo de trabalho e esta poupança é idêntica ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho.

A lei econômica geral do crescimento da produtividade

do trabalho alua de modo diverso nas diferentes formações. Por força das contradições inerentes ao capitalismo, o crescimento da produtividade do trabalho na sociedade burguesa se processa em ritmos relativamente lentos e encerra caráter desigual. Para o capital,

"a lei da força produtiva ascensional do trabalho não tem significação incondicional."(166)

Juntamente com a liquidação da propriedade privada capitalista, o socialismo destrói as barreiras, próprias do capitalismo, no caminho do crescimento da produtividade do trabalho. O socialismo engendra a necessidade objetiva e cria a possibilidade da incessante elevação da produtividade do trabalho.

O incessante crescimento da produtividade do trabalho é condição necessária para o ininterrupto ascenso da produção socialista e para o incremento do bem-estar dos trabalhadores.

O ininterrupto crescimento da produção socialista pode processar-se a custa de duas fontes: 1) a custa do aumento do número de operários ocupados; 2) a custa da elevação da produtividade do trabalho. As possibilidades de ampliação da produção a custa da primeira fonte são limitadas pelo crescimento quantitativo da população apta ao trabalho. A fim de assegurar o ininterrupto crescimento da produção e, nesta base, a sistemática elevação do bem-estar dos trabalhadores, é necessário o crescimento da produtividade do trabalho. Com isto se define a colossal importância do crescimento da produtividade do trabalho para o desenvolvimento da produção socialista.

Durante os anos do primeiro plano quinquenal, na URSS, por conta da elevação da produtividade do trabalho foram obtidos 51% de todo o crescimento da produção industrial; no segundo plano quinquenal. 79%; durante os anos da guerra e do quarto plano quinquenal, 69%; no quinto plano quinquenal, 68%. Imensa importância tem a produtividade do trabalho como fonte do crescimento da produção agrícola. Ao lado disto, o ascenso da produtividade do trabalho na agricultura

cria a possibilidade da liberação de considerável parte da população apta ao trabalho em benefício da indústria, do transporte e de outros ramos da economia nacional. O crescimento da produtividade do trabalho é, por conseguinte, a fonte principal, fundamental, do ininterrupto ascenso da produção socialista.

A sistemática elevação da produtividade do trabalho, garantindo o rápido aumento da produção, cria a possibilidade para a incessante ampliação da produção, para o crescimento do consumo e a redução do dia de trabalho.

No plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS (1959/1965), esta prevista a conclusão, em 1960, da passagem dos operários e empregados para a jornada de trabalho de 7 horas, sendo que os operários das indústrias carbonífera e de extração de minérios, ocupados em tarefas no subsolo, passam para uma jornada de trabalho de 6 horas. Para 1962, foi prevista a passagem dos operários e empregados, da jornada de 7 horas para a semana de 40 horas de a to, sendo que em 1964 deve ser iniciada a passagem gradual dos operários e empregados para a semana de 35 horas de trabalho, enquanto os operários do solo e de profissões insalubres passarão para a semana de 30 horas de trabalho. Todas estas importantíssimas medidas dão ideia da produtividade do trabalho atingida na URSS e do seu crescimento traçado no plano setenal.

A incessante elevação da produtividade do trabalho cria fontes mais abundantes de acumulação de meios para a construção de novas empresas, para o incremento dos fundos básicos e o aperfeiçoamento da técnica de produção. O rápido crescimento da produtividade do trabalho tem importância decisiva para a vitória do socialismo na competição econômica com o capitalismo na arena internacional.

O socialismo assegura as condições necessárias para o sistemático e rápido crescimento da produtividade do trabalho. Sob o socialismo, é liquidado o enorme desperdício de trabalho decorrente da anarquia da produção e das crises econômicas de superprodução e se assegura a possibilidade da utilização planificada e o mais racional dos meios de produção e da força

de trabalho, na base do permanente aperfeiçoamento da técnica e da organização do trabalho. Nas condições do socialismo, a diferença do capitalismo, existe o profundo interesse dos trabalhadores na máxima poupança de tempo de trabalho e de meios de produção, uma vez que a produção serve aos interesses do povo.

Tudo isto mostra que, na sociedade socialista, atua a lei econômica do incessante crescimento da produtividade do trabalho social. Esta lei exige a sistemática elevação da produtividade do trabalho em todos os ramos da produção, a permanente poupança tanto de trabalho vivo como de trabalho materializado, em cada empresa e em escala de toda a sociedade.

Do ponto de vista social, a produtividade do trabalho cresce como resultado da poupança de trabalho em escala de toda a sociedade, ou seja, da melhor utilização das máquinas e do equipamento, das matérias-primas, do combustível e dos materiais, do melhoramento da distribuição e da utilização dos recursos de trabalho vivo, da mais racional distribuição da produção pelas regiões do país, do melhoramento da qualidade de produção, etc.. Assim, a aproximação da produção as fontes de matérias-primas e as regiões de consumo reduz os gastos de trabalho no transporte do produto e, consequentemente, traz economia de trabalho para a sociedade. Exatamente da mesma maneira, a elevação da qualidade da produção, expressa, por exemplo, no aumento do prazo de serventia de tal ou qual artigo, significa economia de trabalho para a sociedade em conjunto.

Para o crescimento da produtividade do trabalho social, tem grande importância a correta distribuição dos recursos de trabalho entre as esferas produtiva e não produtiva, particularmente a redução do aparelho de direção e administração, bem como o aumento do peso específico dos trabalhadores ocupados nos processos produtivos fundamentais, a custa do pessoal ocupado em tarefas suplementares e auxiliares.

São variadas as condições das quais depende a

produtividade do trabalho.

Tem uma importância decisiva para o crescimento da produtividade do trabalho a elevação do seu equipamento técnico, o desenvolvimento da técnica. Assim, o progresso técnico na construção de máquinas, ó crescimento e o aperfeiçoamento de sua produção permitem conseguir cada vez maior economia de trabalho em todos os outros ramos da produção, que aplicam as máquinas e o equipamento.

Um traço característico da construção comunista consiste na aceleração do progresso científico-técnico e na elevação do papel da ciência, como poderoso fator do crescimento da produtividade do trabalho.

A produtividade do trabalho cresce em ligação com a elevação da qualificação e da experiência produtiva dos trabalhadores, com o melhoramento da utilização dos recursos do trabalho vivo, tanto em cada empresa como em escala social.

A elevação da produtividade do trabalho está ligada com o progresso da divisão social do trabalho (com o desenvolvimento da especialização da produção social, da divisão territorial e profissional do trabalho), bem como com o desenvolvimento da cooperação socialista do trabalho, com o reforçamento da colaboração dos trabalhadores na produção, com a melhor organização e planificação do trabalho e da produção nas empresas.

Condição necessária e muito importante para a elevação da produtividade do trabalho é a utilização dos estímulos materiais e sociais, relacionados com a distribuição de acordo com o trabalho e com a emulação socialista.

O desenvolvimento planificado da economia nacional assegura enorme economia de trabalho vivo e de trabalho materializado em escala de toda a sociedade, criando amplas possibilidades para a utilização racional e eficiente dos recursos materiais, de trabalho e financeiros.

As condições naturais também fazem parte do número de fatores, que influem sobre a produtividade do trabalho. Isto se refere, em primeiro lugar, a agricultura, bem como aos ramos da indústria extrativa (carbonífera, petrolífera, mineira, madeireira, pesqueira). A produtividade do trabalho na agricultura depende, em grau considerável, das condições do clima e do solo. Na indústria extrativa, depende da profundidade das jazidas, do potencial das camadas de carvão e de minérios, da riqueza das fontes petrolíferas.

O desenvolvimento da ciência e da técnica conduz a diminuição da dependência da produtividade do trabalho com relação às condições naturais. Simultaneamente, adquirem cada vez maior importância os fatores econômico-sociais, que determinam o incessante crescimento da produtividade do trabalho, sob o socialismo.

O Crescimento do Equipamento Técnico do Trabalho

Como já foi indicado, o crescimento da produtividade do trabalho consiste na diminuição da quantidade de trabalho para a produção de uma unidade de produto. Com isto, diminui a parte do trabalho vivo no produto, enquanto cresce relativamente a parte do trabalho materializado. Em outras palavras, o trabalho vivo se torna cada vez mais produtivo, aplicando uma massa cada vez maior de instrumentos de trabalho e, com a sua ajuda, pondo em movimento uma massa cada vez maior de matérias-primas. A massa crescente de máquinas, equipamentos e mecanismos de todo gênero, que são empregados, constitui a condição, enquanto a massa crescente de matérias-primas reelaboradas constitui a consequência do incremento da produtividade do trabalho. A produtividade do trabalho social, desta maneira, é tanto mais elevada, quanto mais o trabalho vivo for equipado pela técnica, quanto mais desenvolvida estiver a produção de meios de produção.

Juntamente com isto, o progresso técnico e o crescimento da produtividade do trabalho nos ramos produtores de meios de produção contribuem para a elevação da eficiência dos instrumentos de trabalho e o barateamento dos meios de

produção, o que conduz a redução absoluta dos gastos de trabalho social por unidade de produção. A nova máquina pode ser mais cara do que a velha máquina, mas, graças a sua aplicação, aumenta a quantidade da produção, em consequência do que diminuirá o valor da máquina transferido para cada unidade de produção.

"Consequentemente, cada unidade de mercadoria conterá menor soma de trabalho, tanto materializado nos meios de produção, como recém-agregado no momento da produção."[167]

À medida do desenvolvimento da grande indústria e do progresso técnico, a economia de trabalho materializado adquire cada vez maior importância.

Desta maneira, o crescimento prioritário dos meios de produção e o crescente equipamento técnico do trabalho são a condição mais importante do crescimento da produtividade do trabalho social.

O crescimento do equipamento técnico do trabalho encontra sua expressão no aumento dos fundos básicos, que cabem a cada trabalhador, na substituição cada vez maior do trabalho manual pelo mecânico (mecanização do trabalho), na elevação do equipamento energético do trabalho (ou seja, da quantidade de energia mecânica e elétrica correspondente a cada trabalhador), no aperfeiçoamento das máquinas, mecanismos e processos tecnológicos. A lei do incessante crescimento da produtividade do trabalho exige a permanente, sistemática elevação do equipamento técnico do trabalhador.

Sob o socialismo, o crescimento do equipamento técnico do trabalho adquire uma importância incomensuravelmente maior e particularidades essenciais com relação ao capitalismo. O crescimento do equipamento técnico do trabalho se processa, sob o socialismo, no interesse dos trabalhadores, visando o alívio do trabalho. O socialismo repele o prolongamento do dia de trabalho e a desmedida intensificação do trabalho como meios de aumento da produção, amplamente aplicados nas condições do capitalismo.

O socialismo abre amplas possibilidades para o crescimento do equipamento técnico do trabalho, para o desenvolvimento da técnica e a incorporação das conquistas da ciência a produção. Sob o socialismo, o progresso técnico está livre das limitações e contradições inerentes ao capitalismo. Na sociedade socialista, o crescimento dos fundos básicos e o desenvolvimento da técnica não são limitados, como é característico no capitalismo, pela estreiteza do mercado, pelas crises, pela existência crônica de capacidade ociosa nas empresas, pelas dimensões do capital individual ou pelo segredo comercial. O crescimento das necessidades dos trabalhadores, a ampliação do mercado de venda, o interesse das massas no crescimento da produtividade do trabalho, tudo isto estimula permanentemente a ampliação da produção e o desenvolvimento da técnica. Concentrando em suas mãos as acumulações de toda a economia nacional, o Estado socialista realiza planificadamente as inversões em todos os ramos da economia nacional e fomenta o desenvolvimento da ciência e da técnica.

Para a garantia da incessante elevação da produtividade do trabalho, são necessários o permanente crescimento das inversões de capital na economia nacional e dos fundos básicos, os rápidos ritmos de mecanização do trabalho, o sistemático desenvolvimento do pensamento científico e técnico e sua estreita ligação com a produção, o estudo e a utilização das conquistas técnicas dos países estrangeiros.

É preciso distinguir os aspectos quantitativo e qualitativo do equipamento técnico do trabalho, ou seja, a massa de máquinas e equipamentos correspondentes a cada trabalhador e a qualidade, a perfeição técnica destas máquinas e instrumentos e dos processos tecnológicos. Sob o socialismo, o crescimento do equipamento técnico do trabalho significa tanto o aumento da massa de máquinas e instrumentos, o que se expressa no rápido crescimento dos fundos básicos, como no seu constante aperfeiçoamento técnico. O constante aperfeiçoamento técnico das máquinas e processos de produção é uma reserva inesgotável para o crescimento da produtividade do trabalho.

Os fundos produtivos básicos da economia nacional da URSS cresceram, em 957, com relação a 1913, em 16,3 vezes, sendo que na indústria e na construção em 36,4 vezes. O número de operários na indústria e na construção cresceu, neste mesmo período, em 4,7 vezes. Por conseguinte, o equipamento de fundos básicos para cada operário cresceu em 7,7 vezes.

A quantidade de máquinas e de equipamentos cresceu com particular rapidez. Assim é que, durante os anos do quinto plano quinquenal, a economia nacional recebeu anualmente, em média, por conta dos meios consignados no plano estatal, 35 bilhões de rublos (a preços de 1º de julho de 1955) de novos equipamentos e máquinas, cabendo a indústria, 19 bilhões de rublos. A quantidade de tornos aumentou, no país, de 75 mil unidades em 1908 para 1840 mil unidades em 1956, ou seja, aumentou em 24,5 vezes. Cresceu em 6 vezes o equipamento aos operários com máquinas operatrizes. Ao lado disto, é preciso ter em vista a potência crescente e a perfeição técnica do equipamento de máquinas operatrizes, equipamento elétrico do trabalho cresceu, na URSS, de 1913 a 1958 em 21 vezes.

Eleva-se ininterruptamente o nível da mecanização do trabalho. Muitas tarefas pesadas e laboriosas, executadas, antes da revolução, pelo trabalho manual, agora já se encontram, no fundamental, mecanizadas.

O aperfeiçoamento da técnica pressupõe a máxima poupança de tempo de trabalho na economia nacional, tanto de trabalho vivo como de trabalho materializado.

A reunião plenária do CC do PCUS, em junho de 1959, acentuou que,

"na elaboração e aplicação dos novos processos tecnológicos, máquinas, mecanismos e construções, é necessário partir, antes de tudo, do fato de que satisfaçam as exigências da mais racional e econômica utilização do trabalho social, dos meios materiais e monetários, de que assegurem o aumento da produção, a elevação da qualidade e a redução do preço de custo da produção, o crescimento da produtividade do

trabalho, a suavização e o saneamento das condições de trabalho dos operários, a observância das regras de segurança técnica, a aceleração e o barateamento da construção, a redução dos prazos de cobertura das inversões de capital, em comparação com as melhores conquistas da ciência e da técnica do país e do estrangeiro."[(168)]

A lei do crescimento incessante da produtividade do trabalho pressupõe a ininterrupta elevação do equipamento técnico do trabalho em todos os ramos e em todos os setores da produção. Se a elevação do equipamento técnico do trabalho se detém ou abrange de modo desigual setores da produção ligados entre si, isto pode conduzir a redução dos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho, a dificuldades e a provisão de força de trabalho as empresas e a algumas desproporções no processo produtivo.

Assim é que, na URSS, em primeiro lugar, foi realizada a mecanização das tarefas pesadas e trabalhosas e dos processos produtivos fundamentais. Esta medida liberou grandes reservas de força de trabalho, aliviou o pesado trabalho manual dos operários e camponeses e deu grandes resultados com relação ao crescimento da produtividade do trabalho. Entretanto, em seguida, surgiu certa contradição no processo produtivo, ou seja, precisamente: a mecanização dos setores e operações produtivos fundamentais passou a se chocar cada vez mais com o atraso dos setores auxiliares não mecanizados. As tentativas de solução da referida contradição, através do aumento, nesses setores, de trabalhadores manuais, conduziu a séria redução da economia total de trabalho, alcançada nos setores mecanizados. Por conseguinte, a mecanização com êxito dos setores e operações produtivos fundamentais exige, em certa etapa, o desenvolvimento posterior da mecanização do trabalho, a sua extensão também aos setores auxiliares e a todas as outras operações do processo produtivo, ou seja, a mecanização complexa e a automatização da produção.

A mecanização complexa e a automatização da produção possuem importância decisiva para o ascenso da produtividade do trabalho na etapa atual.

“A mecanização complexa e a automatização dos processos produtivos constituem os meios principais, decisivos, que asseguram o posterior progresso técnico na economia nacional e, nesta base, um novo ascenso da produtividade do trabalho, a redução do preço de custo e o melhoramento da qualidade da produção.”[169]

Quanto mais crescem o equipamento técnico do trabalho, os fundos básicos da economia nacional e as dimensões totais da produção, tanto maior significação, como uma das fontes importantes de economia de trabalho, adquire o melhoramento da utilização dos elementos materiais da produção, a permanente preocupação com a economia de recursos materiais. A utilização racional das inversões de capital, a aceleração da entrada em funcionamento e a elevação da utilização dos fundos básicos, a mais econômica utilização das matérias-primas e materiais, a elevação da qualidade, da durabilidade e do prazo d& serventia dos artigos acabados, a maior economia nos transportes e na conservação das matérias-primas e dos produtos — tudo isto significa elevação da produtividade do trabalho social.

A Utilização dos Recursos de Trabalho da Sociedade. A Elevação da Qualificação dos Trabalhadores

A ausência, na sociedade socialista, das classes exploradoras e dos seus serviçais, a liquidação do desemprego e a efetivação do direito ao trabalho permitem, em grau enorme, aumentar a utilização dos recursos de trabalho da sociedade, no interesse do desenvolvimento da produção. O ininterrupto ascenso da produção sob o socialismo transforma em lei o sistemático crescimento do número total de trabalhadores ocupados em todos os ramos de trabalho.

O número de operários e empregados na economia nacional da URSS era, ao fim do ano: 10,8 milhões, em 1928; 22,8 milhões, em 1932; 27 milhões, em 1937: 31,5 milhões, em 1940 ; 54,3 milhões, em 1958.

Em comparação com o capitalismo, é próprio ao socialismo um grau mais alto de incorporação da população

apta ao trabalho socialmente útil. Ao lado disso, o socialismo cria, do ponto de vista social, a possibilidade da utilização mais racional da população ocupada no trabalho, através da distribuição planificada dos trabalhadores entre as esferas produtiva e não produtiva, entre os diferentes ramos e setores da produção e as diferentes regiões econômicas. A liquidação do desemprego e a efetivação do direito ao trabalho criam condições favoráveis a utilização dos trabalhadores de acordo com a sua qualificação e experiência produtiva.

A liquidação do desemprego no campo, da superpopulação agrária e da miséria no campo, e o ininterrupto crescimento da produção socialista modificam radicalmente as condições de provisão de força de trabalho as empresas. Enquanto, sob o capitalismo, a procura de força de trabalho se satisfaz espontaneamente, a custa do exército de reserva dos desempregados e da superpopulação agrária, já, sob o socialismo, a provisão de força de trabalho as empresas se processa planificadamente, através da contratação organizada, da preparação e da distribuição de força de trabalho.

A lei do crescimento incessante da produtividade do trabalho social exige o crescimento permanente do nível técnico-cultural dos trabalhadores e a elevação do peso específico dos trabalhadores qualificados em todos os ramos da economia nacional.

Em oposição ao capitalismo, que converte o operário em apêndice da máquina e limita o desenvolvimento das faculdades dos homens, o socialismo cria as condições necessárias a manifestação e ao desenvolvimento multilateral das faculdades dos trabalhadores, graças a emancipação do trabalho da exploração e ao livre acesso de todos os cidadãos a instrução.

Sob o socialismo, pela primeira vez na história, realiza-se a preparação maciça planificada de trabalhadores para os diferentes ramos da economia nacional.

A elevação do nível técnico-cultural dos trabalhadores é alcançada, antes de tudo, por meio do desenvolvimento da instrução popular. Atualmente, na União Soviética, realiza-se a

passagem do ensino universal obrigatório de sete para oito anos, cuja tarefa consiste na preparação de homens multilateralmente instruídos, que conheçam bem os fundamentos das ciências e sejam aptos para uma participação criadora na produção de bens materiais. Obteve amplo desenvolvimento a instrução especializada média e superior, que sempre mais se liga a vida, a prática da construção comunista. Como resultado disto, modifica-se a feição cultural da classe operária e do campesinato.

A elevação do nível técnico-cultural dos trabalhadores se processa também através do ensino técnico-produtivo, que inclui tanto a preparação de novos trabalhadores, como a elevação da qualificação dos trabalhadores, sem desligamento da produção. A fim de satisfazer as exigências de quadros qualificados nos mais importantes ramos da economia nacional, foi criado, na URSS, o sistema das reservas estatais de trabalho, que inclui a rede de escolas de artífices e de ferroviários e de escolas de ensino fabril. Ao lado do sistema de reservas estatais de trabalho, uma fonte importante de suprimento de quadros de operários qualificados é a preparação maciça de operários para a produção, através do ensino individual e de equipe e de cursos nas empresas, abrangendo milhões de trabalhadores. Cresce rapidamente a intelectualidade, a quantidade de especialistas altamente qualificados, procedentes do meio de operários e camponeses,

Em 18 anos (de 1941 a 1958, inclusive), foram preparados, a custa do Estado, mais de 10 milhões de jovens operários qualificados de diferentes profissões, nas escolas técnicas, nas escolas de artífices, de ferroviários e de mineiros, nas escolas de ensino fabril, nas escolas de construção de mecanização da agricultura e de artífices mecânicos para a agricultura.

Uma grande preparação é promovida diretamente na produção através do ensino individual e de equipe, bem como da rede de cursos, organizada pelas empresas. As empresas instruem anualmente cerca de 2,5 milhões de operários para novas profissões, enquanto 3,5 milhões de operários elevam sua qualificação.

A tarefa fundamental do ensino técnico-profissional é a preparação planificada e organizada de operários qualificados, cultural e tecnicamente formados, para todos os ramos da economia nacional, bem como de trabalhadores para a agricultura, é a educação comunista dos estudantes, sua têmpera ideológica, a formação na juventude estudantil de uma atitude comunista para com o trabalho.

De acordo com estas tarefas, promove-se, atualmente, a transformação das escolas de ensino produtivo em escolas urbanas e rurais de ensino técnico-profissional.

A racional distribuição e utilização das reservas de trabalho da sociedade, a constante elevação do nível técnico-cultural dos trabalhadores, o onímodo melhoramento da sua preparação produtiva, de acordo com o rápido progresso d,a técnica, asseguram amplas possibilidades para o crescimento da produtividade do trabalho social.

A Divisão Social do Trabalho, sob o Socialismo

A divisão Social do trabalho, ensina Marx, é inerente as mais diversas formações econômico-sociais. Sob o socialismo, a sociedade tem a possibilidade de influir planificadamente sobre o processo da divisão social do trabalho e de utilizá-la de modo o mais completo, no interesse do crescimento da produtividade do trabalho.

A divisão social do trabalho se realiza nas seguintes formas fundamentais:

1. especialização da produção socialista, isto é, concentração de determinados ramos e empresas para a produção de determinados tipos de produto, de suas partes e detalhes, ou para a execução de tais ou quais operações para a produção de determinado produto;

2. divisão territorial do trabalho, isto é, distribuição de tais ou quais ramos da produção por determinadas regiões e distritos do país;

3. divisão profissional do trabalho, isto é, especialização dos trabalhadores por determinadas esferas de trabalho.

A especialização da produção social constitui condição necessária para a organização da grande produção em massa de um produto do mesmo gênero. Isto cria a possibilidade de aplicação do método de organização da produção mais progressista, de corrente ininterrupta, e, junto com isto, estimula e facilita o processo de especialização e aperfeiçoamento do equipamento, das máquinas e ferramentas. A produção em corrente ininterrupta e a especialização do equipamento criam, por sua vez, a base para a mecanização complexa e a automatização da produção. Como resultado de tudo isto, a especialização da produção conduz a um considerável crescimento da produtividade do trabalho. A ampla especialização das empresas industriais, com a aplicação da produção maciça em cadeia, dá a possibilidade de desenvolver a produção de artigos em escala de massa, de introduzir de modo consequente a técnica avançada, de melhorar a organização da produção e elevar a cultura dos trabalhadores, de alcançar considerável economia de trabalho.

A importância econômica da especialização da produção pode ser ilustrada pelos dados a seguir. Numa fábrica metalúrgica especializada, o preço de custo da clavija de 12 a 60 milímetros é de 10 copeques[170], ao passo que, nas oficinas mecânicas das usinas de consumidores, o preço de custo é de 1 rublo e 40 copeques, ou seja, 14 vezes maior. Ao lado disto, a fábrica especializada obtém, na confecção das clavijas, maior economia de metal. Na indústria automobilística, a produção de ferramentas estandardizadas sai quatro vezes mais cara do que nas fábricas especializadas de ferramentas.

A propriedade social dos meios de produção cria condições favoráveis para a realização da especialização da produção a mais racional, do ponto de vista social.

A divisão territorial do trabalho, ou distribuição geográfica da produção, realiza-se, sob o socialismo, de modo planificado, com a consideração de determinadas condições

naturais (existência de jazidas úteis, de recursos hidrelétricos, de riquezas vegetais, caráter do solo e do clima), bem como das condições históricas e econômicas (acumulação de determinadas premissas materiais da produção, qualificação e hábitos de trabalho da população, condições de escoamento da produção, estado dos transportes, etc.).

A crescente divisão do trabalho na indústria, entre ramos e empresas, conduz ao reforçamento dos vínculos produtivos entre eles. A cooperação é uma forma econômica necessária destes vínculos. A cooperação de empresas industriais, sob o socialismo, representa o estabelecimento de vínculos produtivos entre empresas, que participam conjuntamente na confecção de determinado produto, mas são administrativamente independentes umas com relação as outras. Possui grande importância a cooperação de empresas nos marcos de determinadas regiões econômicas do país, o que garante a mais plena e racional utilização dos recursos locais.

Em virtude do domínio da propriedade social dos meios de produção, foram criadas, na sociedade socialista, condições favoráveis para a mais ampla aplicação da especialização e da cooperação de empresas e ramos não somente em singulares regiões econômicas, mas também em escala nacional.

A combinação da especialização da produção e da divisão territorial do trabalho com a cooperação das empresas dá a possibilidade da mais racional distribuição geográfica da produção, do ponto de vista da máxima economia de trabalho social.

A racional distribuição geográfica da produção pressupõe o avanço da produção para novas regiões, a incorporação ao giro econômico de novos e ricos recursos naturais, bem como de força de trabalho, antes não utilizados. Isto favorece a elevação essencial da produtividade do trabalho social.

Assim é que, na URSS, como resultado do avanço da indústria para as regiões orientais do país, incorporam-se a produção riquíssimos recursos naturais dessas regiões: depósitos de carvão de pedra, jazidas de metais ferrosos e não ferrosos,

energia elétrica, etc.. Os gastos do trabalho para a produção de uma unidade de produto, nas regiões orientais, são inferiores, em muitos casos, aos das velhas regiões industriais. Assim, por exemplo, a extração de carvão por um operário, em 1958, nas bacias carboníferas do Kuzbass e de Karagandá, era, em média, mais de duas vezes maior do que no Donbass, enquanto o preço de custo de uma tonelada de carvão era duas vezes menor. As condições das jazidas carboníferas nas regiões orientais permitem aplicar amplamente o método mais produtivo de extração de carvão, que é o método a céu aberto.

A racional distribuição geográfica da produção, sob o socialismo, oferece também grande economia de trabalho social, graças a redução dos transportes, como resultado da aproximação da produção as fontes de matérias-primas e as regiões de consumo.

Sob o socialismo, o desenvolvimento da especialização da produção social e da divisão territorial do trabalho, que são acompanhadas pala ampliação e pelo reforçamento da colaboração planificada entre diferentes ramos e regiões do país, contribui para a aproximação entre a cidade e o campo, para a gradual superação da diferença essencial entre eles.

A divisão profissional do trabalho, sob o socialismo, favorece a mais rápida preparação de quadros, a acumulação de experiência produtiva e de conhecimentos, constituindo importante fator de elevação da produtividade do trabalho e da qualidade da produção. Em consequência da preparação planificada da força de trabalho e do amplo acesso dos trabalhadores a instrução, a divisão profissional do trabalho, sob o socialismo, está isenta dos traços negativos, que são próprios a divisão profissional do trabalho sob o capitalismo. Ao tempo em que, sob o capitalismo, cresce a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, na sociedade socialista se processa, cada vez mais, a elevação do nível técnico-cultural da classe operária e do campesinato, a aproximação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a gradual liquidação da diferença essencial entre eles.

As diferentes formas da divisão social do trabalho

encontram-se em estreita ligação umas com as outras, o que é necessário considerar na pratica da direção econômica. Assim, por exemplo, a especialização da produção social está estreitamente ligada a divisão territorial do trabalho, ou seja, à distribuição geográfica dos diversos ramos da produção pelas regiões do país. A máxima economia de trabalho social é alcançada com a combinação economicamente mais correta da especialização, da cooperação e da distribuição geográfica do trabalho.

A organização da direção da indústria e da construção, na URSS, pelo princípio dos ramos, limitava o desenvolvimento da especialização e da cooperação das empresas de diferentes ministérios, impedia a correta distribuição geográfica da produção e o estabelecimento dos necessários vínculos econômicos entre as diferentes empresas dentro das regiões econômicas. A reestruturação da direção da indústria e da construção pelo princípio territorial criou a possibilidade da mais completa utilização da divisão social do trabalho e do desenvolvimento da iniciativa local, com o objetivo da economia de trabalho e da aceleração do crescimento da produção.

A planificação da divisão internacional do trabalho, a especialização e a cooperação da produção dentro do sistema mundial de economia socialista possuem imensa importância para a elevação da produtividade do trabalho social, tanto em cada país socialista, como no campo do socialismo em conjunto.

A Cooperação Socialista do Trabalho

O socialismo representa um grau novo e superior no desenvolvimento histórico da cooperação do trabalho em cooperação com as formações precedentes. A cooperação socialista do trabalho é a cooperação de trabalhadores livres da exploração; baseia-se na propriedade social socialista dos meios de produção e na técnica mais avançada. Daí porque a cooperação socialista do trabalho permite criar uma força produtiva do trabalho incomensuravelmente mais poderosa do que a do capitalismo. Os processos de elevação da força produtiva do trabalho social inerentes a cooperação —

aplicação da divisão do trabalho e da técnica mecânica, economia de meios de produção, etc. — obtêm o maior desenvolvimento nas condições do socialismo.

Em oposição a propriedade privada dos meios de produção, que limita as escalas da cooperação do trabalho, a propriedade social dos meios de produção dilata grandemente as fronteiras da cooperação do trabalho e torna possível a aplicação do trabalho conjunto de numerosos homens em escalas muito maiores do que sob o capitalismo. Isto se expressa, em comparação com o capitalismo, no mais elevado grau de concentração da produção, tanto na indústria, como na agricultura, na realização planificada das mais grandiosas iniciativas econômicas, na mais ampla utilização das vantagens da combinação da produção.

É inerente a cooperação socialista uma nova disciplina do trabalho, distinta, por princípio, de todas as formações precedentes. A disciplina capitalista do trabalho se sustenta no fato de que o operário, privado dos meios de produção, sob a ameaça da fome, é obrigado a vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é o proprietário dos meios de produção, A disciplina socialista do trabalho é uma disciplina consciente e fraternal de trabalhadores, que são proprietários dos meios de produção. Sob o socialismo, o apoio a necessária disciplina do trabalho responde aos interesses radicais das massas trabalhadoras. A educação dos trabalhadores no espírito da atitude socialista para com o trabalho e a luta sistemática contra os violadores da disciplina do trabalho representam uma das tarefas mais importantes da sociedade socialista.

Qualquer trabalho conjunto de numerosos trabalhadores necessita de direção, que coordene a ação desses trabalhadores e organize os necessários vínculos produtivos entre eles. A cooperação socialista do trabalho pressupõe a direção planificada da economia nacional, a rígida e firme realização do princípio da autoridade única no processo da produção em combinação com a mais ampla iniciativa das massas, da sua ativa participação na direção das empresas socialistas e na vida social.

Com a destruição da exploração capitalista, liquida-se

também o despotismo da direção, inseparável dela, implicando na onipotência do capital, no arbítrio do empresário e de sua administração, na privação de direitos das massas operárias. Sob o socialismo, os dirigentes econômicos são homens de confiança do povo, representado pelo Estado socialista, ou então representantes eleitos pelos coletivos de trabalhadores nas empresas cooperativas, os quais dirigem a economia, não para obter o lucro dos capitalistas, mas no interesse de toda a sociedade. A autoridade dos dirigentes econômicos, sob o socialismo, se fundamenta nos seus vínculos com as massas, na confiança do povo.

A liquidação da exploração modifica radicalmente as relações entre os trabalhadores intelectuais e os trabalhadores manuais. Desaparece a oposição de interesses, característica do capitalismo, entre os operários e o pessoal dirigente das empresas. Os trabalhadores manuais e o pessoal dirigente das empresas são, sob o socialismo, membros de um mesmo coletivo de produção, profundamente interessados no progresso e no melhoramento da produção. Daí decorre a colaboração dos trabalhadores manuais e intelectuais, tendo por fim o permanente melhoramento da produção.

A propriedade social dos meios de produção e o desenvolvimento planificado da economia nacional criam a possibilidade da mais completa utilização das vantagens do trabalho conjunto de muitos homens, da incorporação das massas ao trabalho criador pelo permanente melhoramento da técnica e da organização da produção.

O desenvolvimento da cooperação socialista do trabalho se expressa no constante aperfeiçoamento da organização da produção e do trabalho, o que constitui condição da maior importância para o crescimento da produtividade do trabalho. O melhoramento da organização da produção dentro da empresa implica na luta contra o estilo de arrancadas, exigindo a introdução de trabalho em ritmo uniforme, de acordo com os cálculos previamente traçados, o reforçamento da disciplina na produção, a aplicação do método de corrente ininterrupta e a promoção de outras medidas. O melhoramento da organização

da produção nos marcos de um ramo dado e em escala de toda a economia nacional exige a ampla aplicação da especialização e cooperação da produção, bem como, em relação com isto, a unificação e estandardização das peças e ligaduras. Exige ainda o melhoramento da distribuição geográfica da produção, ou seja, antes de tudo, a utilização das vantagens da divisão social do trabalho e da cooperação socialista planificadamente levadas a efeito. O aproveitamento das superioridades da divisão social do trabalho, tanto dentro dos ramos, como territorialmente, permite reduzir os gastos de trabalho na produção e no transporte.

Possui imensa importância para o crescimento da produtividade do trabalho a correta regulamentação do trabalho e do salário dos operários e da remuneração do trabalho dos colcosianos. Uma das sérias insuficiências na atividade da indústria, que freia a elevação da produtividade do trabalho, reside no estado insatisfatório da regulamentação do trabalho e na falta de regularização do salário. A realização consequente do princípio do interesse material pessoal dos trabalhadores no resultado do trabalho, a garantia do interesse material dos trabalhadores no aperfeiçoamento técnico da produção, a eliminação dos defeitos existentes na regulamentação do trabalho e a regularização do salário representam fonte valiosa para o posterior ascenso da produção socialista.

O crescimento da produtividade do trabalho, sob o socialismo, é inconcebível sem a utilização da lei do valor. Em virtude da existência, na primeira fase do comunismo, da produção mercantil, o cálculo do trabalho e o controle da correta utilização dos recursos materiais e dos resultados do trabalho se processam sob a forma do valor. Por isso, a economia de trabalho social, ou, o que é o mesmo, o crescimento da sua produtividade, se encontra ligada do modo mais estreito a utilização da lei do valor. Daí decorre a tarefa do correto aproveitamento do mecanismo dos preços, do cálculo econômico e do controle pelo rublo, para fins da máxima poupança de trabalho social na economia nacional.

A cooperação socialista do trabalho se encontra em processo de permanente desenvolvimento, na base do qual estão os avanços no equipamento técnico da produção e na qualificação dos trabalhadores, o progresso da divisão social do trabalho, a elevação da consciência socialista dos membros da sociedade e o reforçamento das relações de colaboração e ajuda mútua.

O Estímulo Material do Trabalho. A Emulação Socialista

O socialismo engendrou novos e mais poderosos estímulos e forças motrizes do crescimento da produtividade do trabalho, em comparação com o capitalismo. Isto se explica pelo profundo interesse das mais vastas massas no desenvolvimento da produção socialista. A subordinação da produção socialista ao fim da incessante elevação do bem-estar de todo o povo constitui inesgotável fonte do ascenso da produtividade do trabalho e do aperfeiçoamento da produção. Ao invés de motores da produção, próprios do capitalismo, como a corrida pelo lucro e a concorrência, o socialismo engendrou o interesse material pessoal dos trabalhadores no desenvolvimento da produção social e a emulação socialista.

A utilização do interesse material de cada trabalhador nos resultados do trabalho constitui um dos métodos fundamentais da administração socialista. Lênin indicava a respeito:

"É preciso edificar cada grande ramo da economia nacional sobre o interesse pessoal."(171)

O princípio do interesse material encontra a mais ampla aplicação no pagamento do trabalho de operários e empregados, na distribuição dos ingressos nos colcoses, na organização do cálculo econômico, no estabelecimento dos preços da produção industrial e agrícola, etc..

O interesse material pessoal, sob o socialismo, e assegurado pela distribuição dos objetos de consumo de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho. Este processo de distribuição liga diretamente o aumento do bem-estar pessoal dos trabalhadores aos resultados do seu trabalho e ao

crescimento da produtividade do trabalho. Por isso mesmo, a distribuição de acordo com o trabalho se torna poderosa força de desenvolvimento da produção.

A distribuição de acordo com o trabalho impulsiona cada trabalhador a aproveitar plenamente o tempo de trabalho, a elevar a própria qualificação, bem como a melhorar os métodos e os processos de trabalho com o objetivo do permanente aumento da produção.

A emulação socialista é poderosa força motriz do crescimento da produtividade do trabalho. A emulação socialista é a manifestação direta do livre e criador caráter do trabalho, dos novos estímulos sociais, morais, para o trabalho, gerados pelo socialismo. A emulação socialista se expressa no permanente desenvolvimento da atividade criadora e da iniciativa dos trabalhadores, na sua aspiração ao ininterrupto aperfeiçoamento e desenvolvimento da produção. Lênin indicou que o socialismo criou, pela primeira vez, a possibilidade de promover uma emulação realmente ampla, em escala de massas, abrangendo massas de milhões de trabalhadores. A emulação socialista é orientada para o cumprimento e a superação dos planos econômicos, para a garantia do ininterrupto ascenso da produção socialista.

A distribuição de acordo com o trabalho desempenha grande papel no desenvolvimento da emulação socialista. Colocando a remuneração do trabalhador na dependência da quantidade e da qualidade do seu trabalho, a distribuição de acordo com o trabalho estimula a atividade criadora das massas no processo da produção.

A emulação socialista se diferencia radicalmente da concorrência, que domina na sociedade burguesa.

"Princípio da concorrência: derrota e morte de uns, vitória e domínio de outros.

Princípio da emulação socialista: ajuda fraternal aos atrasados por parte dos avançados, a fim de alcançar o ascenso comum.

A concorrência afirma: acabai com os atrasados, a fim de implantar o próprio domínio.

A emulação socialista afirma: uns trabalham mal, outros, bem, terceiros, melhor. Alcançai os melhores e obtereis o ascenso comum."(172)

A emulação socialista expressa a colaboração fraternal dos trabalhadores, a sua luta conjunta pelo ascenso geral da produção. Ela desenvolve as faculdades criadoras dos trabalhadores e abre a possibilidade da mais completa utilização de todas as superioridades do trabalho social, sob o socialismo.

Um traço característico da emulação é a iniciativa criadora dos inovadores e vanguardeiros da produção, que dominam a perfeição a técnica avançada e põem de lado as normas e métodos de trabalho antiquados e superados, apresentando novos. Na luta contra o velho e superado, os homens de vanguarda abrem novos caminhos de desenvolvimento da produção, descobrem novas reservas de crescimento da produtividade do trabalho.

A iniciativa criadora dos trabalhadores não permite que a produção fique estagnada, paralisada, constituindo uma fonte do seu constante movimento e aperfeiçoamento. Na base dos métodos avançados de trabalho, aplicados pelos inovadores, residem melhoramentos radicais da organização do trabalho e da produção (divisão do trabalho, simultaneidade de profissões, gráficos de trabalho e outros), da tecnologia e da técnica de produção (intensificação dos processos tecnológicos, aperfeiçoamento das ferramentas, dos aparelhos, dos tornos, etc.). Os vanguardeiros da agricultura aplicam novos processos de agrotécnica e zootécnica, elevam o rendimento das culturas agrícolas e a produtividade da pecuária.

A emulação socialista implica na rápida e ampla difusão da experiência de vanguarda. Sob o socialismo, pela primeira vez, a força do exemplo exerce influência direta nas massas de trabalhadores, servindo de meio para o ininterrupto ascenso e aperfeiçoamento da produção. Isto é alcançado, em primeiro lugar, como resultado da ativa ajuda fraternal por parte dos

inovadores a todos os companheiros de trabalho para a assimilação dos métodos avançados de trabalho, ajuda que assume formas variadas (instrução pessoal, chefia dos novatos pelos quadros operários, escolas de vanguardeiros e inovadores da produção, etc.). Isto é alcançado, em segundo lugar, como resultado da aspiração das massas de trabalhadores a atingir os homens de vanguarda, a assimilar a sua experiência a fim de conseguir um ascenso geral; e, em terceiro lugar, graças a providência de ampla publicidade da emulação, de comparabilidade dos resultados do trabalho das empresas através da utilização da imprensa central e local. A difusão da experiência de vanguarda constitui uma das mais importantes tarefas dos órgãos estatais, dos dirigentes econômicos e das organizações sociais: partidárias e sindicais. Apoiando-se na experiência de vanguarda dos inovadores da produção, os órgãos econômicos estatais determinam normas progressistas de gastos de trabalho e de utilização dos meios de produção. Estas normas são aplicadas pela base, na elaboração dos planos de produção. A difusão da experiência avançada e a assimilação das novas normas e métodos de trabalho pela maioria dos trabalhadores asseguram a conquista de um novo e mais elevado nível de produtividade do trabalho.

O Partido Comunista e o Estado soviético encabeçam a emulação socialista e prestam todo o apoio a este movimento progressista das massas populares. Pelos êxitos na sua atividade, os trabalhadores não somente recebem estímulo material, mas são também condecorados, sendo que, por uma atividade inovadora eminente, lhes são atribuídos títulos de Herói do Trabalho Socialista e outorgados Prêmios Lênin.

A emulação socialista na URSS adquiriu um caráter popular generalizado. A forma de emulação nas empresas, mais efetiva e com maior amplitude de massas, é a individual e per equipes. Ao lado disto, desenvolve-se a emulação entre seções, empresas, colcoses, sovcoses, entre distritos, regiões e repúblicas.

A quantidade de invenções, aperfeiçoamentos técnicos e propostas racionalizadoras, apresentadas em 1958, para a economia nacional, foi além de 1,8 milhões.

A tarefa de edificação da base técnico-material do comunismo, colocada pelo XXI Congresso do PCUS, despertou novos ascensos da emulação socialista pelo cumprimento antes do prazo do plano setenal. Surgiu uma nova forma de emulação: o movimento das equipes de trabalho comunista.

A emulação socialista, na cidade e no campo, representa uma poderosa força motriz do desenvolvimento da economia socialista.

Para o contínuo ascenso da produtividade do trabalho, é necessário desenvolver amplamente a emulação socialista, apoiar de toda maneira a iniciativa dos vanguardeiros e inovadores da produção, difundir perseverantemente a sua experiência avançada, a fim de que as conquistas dos vanguardeiros se tornem patrimônio das massas.

O Partido Comunista e o Estado soviético, realizando a direção econômica, utilizam a lei do crescimento incessante da produtividade do trabalho. Nos planos econômicos, é previsto, anualmente, um considerável incremento da produtividade do trabalho, como condição mais importante do incremento total da produção. O Partido Comunista e o Estado soviético mobilizam as massas para a luta pelo incessante crescimento da produtividade do trabalho em todos os ramos da economia nacional, em cada empresa, em cada setor produtivo.

A economia socialista da URSS superou todos os países capitalistas no que se refere aos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho. O nível da produtividade do trabalho na economia nacional da URSS, supera em algumas vezes o nível da Rússia de antes da revolução.

Durante os anos do primeiro plano quinquenal, a produtividade do trabalho na indústria da URSS cresceu em 41%, ao passo que, durante os anos do segundo plano quinquenal, cresceu em 82%. O incremento anual médio da produtividade do trabalho, no primeiro plano quinquenal, foi de 9%, ao passo que, no segundo plano quinquenal, foi de 12,7%. De 1913 a 1940, a produtividade do trabalho dos operários da indústria da URSS cresceu em 4,2 vezes, ou se for levada em conta a redução da

jornada de trabalho, em 5,2 vezes. No período de após-guerra, foi obtido novo crescimento da produtividade do trabalho. Esta cresceu, de 1940 a 1958, em 2,4 vezes, na indústria, em 2,3 vezes, na construção.

De 1913 a 1958, a produtividade anual média dos operários da indústria da URSS cresceu aproximadamente em 10 vezes, nas condições da redução da jornada de trabalho. No transporte ferroviário (por trabalhador ocupado no transporte), cresceu em 5,6 vezes, nas condições da redução da jornada de trabalho. A produtividade do trabalho nos colcoses e sovcoses supera, em 1958, em mais de 4 vezes, a produtividade do trabalho da agricultura de antes da revolução (incluindo também a economia latifundiária).

Entretanto, do ponto de vista das tarefas da construção comunista e da competição econômica com os principais países capitalistas, bem como das possibilidades existentes, o nível já alcançado de produtividade de trabalho é insuficiente. Pela produtividade do trabalho na indústria, a URSS alcançou e ultrapassou os países capitalistas da Europa, mas ainda se encontra, a este respeito, consideravelmente atrasada com relação aos Estados Unidos. Segundo cálculos aproximados, o nível da produtividade do trabalho na indústria da URSS era, em 1958, cerca de 2 a 2,5 vezes, e, na agricultura, 3 vezes inferior ao dos Estados Unidos. Na prática do trabalho da indústria, da agricultura, dos transportes e da construção, não foram superados ainda sérios defeitos, que impedem a plena utilização das superioridades do regime socialista para a elevação da produtividade do trabalho, existindo enormes reservas não aproveitadas.

Muitas empresas industriais não cumprem as tarefas da elevação da produtividade do trabalho. Nas condições do crescimento geral da produtividade do trabalho na indústria, alguns ramos se encontram fortemente atrasados, a este respeito. Assim, por exemplo, a produtividade do trabalho em toda a indústria, em 1958, era 2,4 vezes maior do que em 1940, ao tempo em que na indústria carbonífera só havia crescido, neste período, em 1,3 vezes, e, na indústria madeireira, em 1,5

vezes. Os ritmos de crescimento da produtividade do trabalho na agricultura se atrasaram seriamente, por longo tempo, com relação aos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho na indústria.

Na prática da construção econômica, ainda se utilizam insuficientemente as possibilidades existentes de progresso técnico e de melhoramento do equipamento técnico do trabalho.

A importância do crescimento da produtividade do trabalho se eleva no período da construção comunista desenvolvida, na etapa decisiva da competição do socialismo com o capitalismo. O plano setenal prevê altos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho em todos os ramos da economia nacional: na indústria, de 40 a 50%; na construção, da 60 a 65%; no transporte ferroviário, de 34 a 37% (sem descontar a redução da jornada de trabalho); nos sovcoses, de 60 a 65%; nos colcoses, de cerca de 2 vezes.

Três quartos da produção industrial, em 1965, serão devidos ao crescimento da produtividade do trabalho. O aumento de 70% da produção agrícola, durante o plano setenal, será obtido com certa diminuição da quantidade de trabalhadores empregados, parte dos quais se transferirá para a indústria e outros ramos da economia nacional.

O cumprimento do plano setenal será um passo de imensa importância para a consecução do posterior crescimento da produtividade do trabalho e a criação da base técnico-material do comunismo.

Notas de rodapé:

(164) V.I. Lênin, Como Organizar a Emulação?, Obras, t, XXVI, p. 368.

(165) V.I. Lênin, Uma Grande Iniciativa, Obras, t. XXIX, p. 394.

(166) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 273.

(167) K. Marx, O Capital, t. III, 1955, p. 234.

(168) Materiais da Reunião Plenária de Junho do CC do PCUS, Editora Estatal de Literatura Política, 1959, p. 14.

(169) Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 198.

(170) O rublo, unidade monetária da URSS, se divide em 100 copeques (N. do T.)

(171) V.I. Lênin, A Nova Política Econômica e as Tarefas dos Instrutores Políticos, Obras, t. XXXIII, p. 47.

(172) I.V. Stálin, A Emulação e o Ascenso das Massas no Trabalho, Obras, t. XII, p. 110.

Capítulo XXVIII — A Produção Mercantil, a Lei do Valor e o Dinheiro, sob o Socialismo

A Necessidade da Produção Mercantil sob o Socialismo e as suas Particularidades

A revolução socialista encontra um desenvolvido sistema, formado nas entranhas do capitalismo, de relações mercantil-monetárias baseadas numa ampla divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho.

A divisão social do trabalho constitui uma condição necessária para a existência da produção mercantil. Lênin denominou-a de base da produção mercantil. Sem a divisão social do trabalho é impossível a produção mercantil, embora a divisão social do trabalho possa existir sem a produção mercantil, como, por exemplo, no estádio superior do comunismo.

Durante o período de transição do capitalismo ao socialismo, e no estádio da sociedade socialista, a divisão social do trabalho recebe ulterior desenvolvimento e adquire um caráter planificado. Na economia socialista, realiza-se a divisão planificada do trabalho entre a cidade e o campo, entre a indústria e a agricultura, entre os diferentes ramos da indústria e da agricultura, entre as empresas socialistas, bem como a divisão do trabalho entre os países socialistas.

Ao lado da divisão social do trabalho, constitui condição necessária para a existência da produção mercantil a presença de determinadas formas de propriedade dos meios de produção e dos produtos do trabalho.

No estádio do socialismo, muda o caráter da propriedade, que jaz à base da produção e circulação mercantil. A propriedade privada dos meios de produção é liquidada. Na economia socialista, existem a propriedade estatal (de todo o

povo) e cooperativo-colcosiana dos meios de produção e da produção, bem como a propriedade pessoal dos cidadãos sobre os objetos de consumo e a propriedade pessoal dos colcosianos sobre a economia auxiliar do lar colcosiano.

Sob o socialismo, o desenvolvimento das forças produtivas ainda não atingiu o nível, que tornará possível a passagem a propriedade comunista única dos meios de produção e a distribuição comunista de acordo cora as necessidades. Na sociedade socialista, existem relações mercantil-monetárias no terreno da produção e da distribuição dos produtos do trabalho. Isto é condicionado pela existência das formas socialistas de propriedade dos meios de produção — estatal (de todo o povo) e cooperativo-colcosiana — e da interligação das diferentes formas de propriedade, tanto as que existem dentro da sociedade socialista, como também nos países estrangeiros, com os quais ela se encontra em relações econômicas mútuas.

Por isso, a fim de compreender as particularidades da produção e circulação mercantil sob o socialismo, é necessário estudar as formas concretas das relações mercantil-monetárias, que decorrem das formas, existentes sob o socialismo, da divisão social do trabalho e da propriedade dos meios de produção e objetos de consumo.

A divisão social do trabalho entre a indústria socialista e a agricultura colcosiana e a existência de duas formas de propriedade socialista — a estatal e a cooperativo-colcosiana — provocam a necessidade da produção mercantil e das relações mercantis entre estes ramos fundamentais da economia socialista. Nas empresas estatais, os meios de produção e a produção constituem propriedade de todo o povo. Nos colcoses, os meios de produção (tratores, combinados, gado de trabalho e produtivo, instrumentos agrícolas, edificações econômicas, sementes, etc.) e a produção dos colcoses constituem propriedade cooperativo-colcosiana.

Além disso, existe a propriedade pessoal do campesinato colcosiano sobre a produção agrícola, que ele recebe de acordo com os dias de trabalho na economia social do colcós, e sobre a produção na economia pessoal auxiliar.

Parte desta produção é consumida sob forma natural para a satisfação das necessidades pessoais do colcosiano e de sua família, bem como para as necessidades produtivas da economia auxiliar, mas uma parte considerável é vendida as organizações estatais e cooperativas ou no mercado colcosiano. Com o dinheiro ganho pela realização da produção agrícola, os colcoses e colcosianos adquirem as mercadorias industriais de que necessitam.

A indústria socialista produz mercadorias, que satisfazem as necessidades da produção colcosiana e as necessidades pessoais dos colcosianos. Os colcoses e colcosianos produzem mercadorias, que satisfazem as necessidades da indústria, em matérias-primas, e da população, em gêneros alimentícios. Uma vez que a produção das empresas estatais pertence ao Estado socialista, enquanto a produção colcosiana pertence aos colcoses e colcosianos, a forma necessária de vínculo econômico entre a indústria e a agricultura é a troca de mercadorias por meio da compra e venda.

Lênin indicou que o intercâmbio mercantil entre a cidade e o campo é a comprovação das corretas relações mútuas entre a indústria e a agricultura, entre a classe operária e o campesinato. Esta tese de Lênin conserva sua significação em toda a primeira fase do comunismo. O Estado socialista adquire gêneros alimentícios para a população urbana e matérias-primas para a indústria, por meio de compras entre os colcoses e colcosianos, através do sistema de circulação mercantil. Por sua vez, os colcoses e colcosianos podem obter me'.os monetários, que lhes são necessários para a aquisição de produtos industriais, somente através da venda de sua produção mercantil ao Estado, as cooperativas e no mercado colcosiano.

Desta maneira, os produtos agrícolas e as matérias-primas, que vão do setor colcosiano ao Estado e as cooperativas pelo processo de compras, bem como os produtos agrícolas, vendidos nos mercados colcosianos pelos colcoses e colcosianos, representam mercadorias. Também são mercadorias os produtos industriais, meios de produção e objetos de consumo pessoal, vendidos pelas empresas estatais e comprados

pelos colcoses e colcosianos.

Na base da propriedade estatal, surgem relações mercantis peculiares na esfera da produção dos meios de produção, criados pelas empresas estatais. Parte destes meios de produção é vendida pelos órgãos estatais aos colcoses, colcosianos e cooperativas industriais, passando, desta maneira, da propriedade estatal para a cooperativo-colcosiana ou para a propriedade pessoal dos colcosianos. À medida que se desenvolve o sistema mundial de economia socialista e se expandem os laços econômicos comerciais com os países capitalistas, uma parte sempre crescente de meios de produção é vendida aos países estrangeiros. Processa-se, com isto, uma permutação de propriedade dos meios de produção.

Entretanto, uma grande parte de meios de produção — tornos, máquinas, metal, carvão, petróleo, etc. —, produzida pelas empresas estatais, circula entre as empresas do setor estatal, que pertencem a um proprietário único — o Estado socialista. Na transferência dos meios de produção de umas empresas estatais para outras, não ocorre permutação de propriedade, uma vez que o Estado socialista conserva a propriedade sobre estes meios de produção. Apesar disso, mesmo em tal caso, os meios de produção se transferem de uma empresa estatal para outra sob a forma de compra e venda e representam mercadorias. Isto se explica pelo entrelaçamento da propriedade estatal com outras formas de propriedade, pela unidade da economia socialista e pelas particularidades da propriedade estatal.

A economia socialista representa um todo único, em que as formas estatal, cooperativo-colcosiana e pessoal de propriedade, a indústria e a agricultura, os ramos produtores de meios de produção e os ramos produtores de objetos de consumo se encontram entrelaçados e dependem uns dos outros. Os meios de produção — instrumentos de trabalho, matérias-primas e materiais auxiliares — são criados, no fim das contas, para que, com a sua utilização, se produzam objetos de consumo. O valor dos meios de produção se transfere ao valor dos objetos de consumo criados com a sua utilização. Por sua

vez, o valor dos objetos de consumo influi no nível do salário real dos operários e empregados ocupados nos ramos produtores de meios de produção e, desta maneira, no valor da produção destes ramos.

O entrelaçamento das duas formas de propriedade — a estatal (de todo o povo) e a cooperativo-colcosiana — determina particularidades no caráter da propriedade estatal, uma vez que o proprietário dos meios estatais de produção é O povo, constituído de duas classes: a classe operária e o campesinato colcosiano.

O caráter mercantil dos meios de produção resulta outrossim de particularidades e de necessidades internas do desenvolvimento precisamente da propriedade estatal, no estádio do socialismo. A propriedade estatal socialista dos meios de produção exige um modo de conjugação tal da força de trabalho com os meios de produção, que se enlace com o interesse material dos trabalhadores produtivos e das empresas no resultado do próprio trabalho, provocando a necessidade da retribuição equivalente da sociedade a cada empresa, por seus gastos de trabalho despendido. Graças a propriedade social socialista dos meios de produção, os trabalhadores não trabalham para exploradores, mas para si e para a sociedade socialista, cujo fim é a mais completa satisfação das crescentes necessidades de todos os membros da sociedade. Em consequência disto, muda o caráter do trabalho na sociedade socialista. Como já foi dito, o trabalho, sob o socialismo, se converteu de carga forçada em questão de honra. Entretanto, ao mesmo tempo, O trabalho ainda não se tornou a primeira necessidade vital para a massa de membros da sociedade, como o será no comunismo, e por isso requer um estímulo material. O interesse material dos trabalhadores das empresas socialistas nos resultados do próprio trabalho constitui uma força motriz do desenvolvimento da produção socialista.

Daí decorre a necessidade de uma forma tal de relação mútua entre o Estado e as empresas, que lhe pertencem, bem como entre as empresas estatais, sob a qual o Estado transfere os meios de produção ao uso e disposição das empresas, a fim

de que cada empresa compense os seus gastos de produção através da realização desta produção a base do princípio da equivalência. Já a retribuição equivalente as empresas dos gastos de trabalho vivo e materializado, nas condições do socialismo, com a existência de formas diferentes de propriedade e de particularidades inerentes a propriedade estatal, inevitavelmente se leva a efeito através do intercâmbio mercantil, das relações mercantil-monetárias. A utilização das relações mercantil-monetárias, na atividade produtiva das empresas estatais e no terreno do desenvolvimento dos vínculos entre elas, coloca a situação material de cada empresa na dependência do seu trabalho. Isto estimula a poupança na direção econômica e o aumento da rentabilidade da empresa.

Os meios de produção, que circulam dentro do setor estatal como mercadorias, possuem particularidades essenciais, que os distinguem das mercadorias de consumo e dos meios de produção, realizados fora do setor estatal. Estas particularidades consistem no seguinte: em primeiro lugar, no caso de transferência de meios de produção de uma empresa estatal para outra, como resultado de compra e venda, não ocorre permutação de proprietários, uma vez que tais meios de produção permanecem propriedade do Estado socialista, mudando somente a empresa para cujo uso se transferiram; em segundo lugar, a circulação mercantil dos meios de produção dentro do setor estatal se realiza, no fundamental, de acordo com os planos de abastecimento técnico-material, a diferença das mercadorias de consumo, que são objeto de livre compra e venda; em terceiro lugar, as empresas estatais — usinas, fábricas, minas, estações elétricas e os seus fundos produtivos básicos (instrumentos de produção, edifícios, construções, etc.) — não podem ser vendidos e comprados, mas se transferem de uma organização estatal a outra somente por decisão dos órgãos estatais superiores.

Desta maneira, os meios de produção, que circulam dentro do setor estatal, já contém em si traços da futura conversão da mercadoria em produto, que ocorrerá na fase superior do comunismo.

A produção e circulação mercantil abrange toda a massa de objetos de consumo, produzidos tanto pelas empresas estatais, como pelos colcoses e colcosianos, os quais chegam a população urbana e rural como propriedade pessoal, através do sistema de compra e venda. A propriedade pessoal, no estádio do socialismo, está diretamente ligada as duas formas de propriedade socialista e, por isso, intervém como um dos fatores, que condicionam o caráter mercantil dos objetos de consumo. Como é sabido, a propriedade pessoal existirá também na fase superior do comunismo, mas, então, estará ligada a propriedade comunista única e a distribuição gratuita, de acordo com as necessidades, motivo por que o seu papel se modificará.

Pelo seu trabalho, os operários e empregados recebem do Estado um salário em dinheiro, que eles realizam através da compra de mercadorias de consumo nas empresas comerciais, estatais e cooperativas, ou no mercado colcosiano. Neste caso, o vendedor perde o direito de propriedade sobre a mercadoria, enquanto o comprador se torna proprietário desta mercadoria, realizando-se a transferência das mercadorias da propriedade estatal ou cooperativa ou então da propriedade pessoal dos colcosianos para a propriedade pessoal dos operários empregados. Os colcosianos também trocam os seus ingressos monetários por mercadorias de consumo através do sistema do comércio estatal e cooperativo.

A produção mercantil, sob o socialismo, representa uma produção mercantil de gênero particular. Ela é uma produção mercantil sem propriedade privada dos meios de produção, sem capitalistas. No fundamental, ela é dirigida pelas uniões de produtores socialistas (Estado, colcoses, cooperativas). Graças a condições econômicas tão decisivas, como a propriedade social dos meios de produção, a liquidação da exploração do homem pelo homem, o desenvolvimento planificado da economia nacional, a produção mercantil, sob o socialismo, está colocada dentro de determinados limites. Ela não se pode converter em produção capitalista e serve a sociedade socialista.

Na sociedade socialista, a produção mercantil não possui,

como sob o capitalismo, uma extensão ilimitada, que tudo abrange. A esfera da produção mercantil e da circulação mercantil, na URSS, é limitada: a força de trabalho não é mercadoria; a terra, com o seu subsolo, constitui propriedade estatal e não pode ser objeto de compra e vende.

Valor de Uso e Valor da Mercadoria na Sociedade Socialista

As mercadorias, produzidas na sociedade socialista, possuem valor de uso, criado pelo trabalho concreto, e valor, criado pelo trabalho abstrato. Em outras palavras, a mercadoria possui, sob o socialismo, duplo caráter, determinado pelo duplo caráter do trabalho, materializado na mercadoria.

O duplo caráter do trabalho, sob o socialismo, se distingue radicalmente do duplo caráter do trabalho na economia mercantil simples e na economia capitalista. Sob o socialismo, não existem contradições entre o trabalho privado e o trabalho social, que são características na produção mercantil, baseada na propriedade privada. A sociedade planifica o processo de produção, a distribuição do trabalho entre os diferentes ramos da economia nacional e as diferentes empresas. Por força disto, é superado, na economia socialista, o fetichismo da mercadoria e as relações sociais dos homens não adquirem a aparência enganosa de relações entre coisas.

Entretanto, o trabalho diretamente social, no estádio do socialismo, encerra particularidades específicas, provocadas pela necessidade da sua expressão indireta, com a ajuda do valor e de suas formas.

Existe, sob o socialismo, um grau diferente de socialização do trabalho nas empresas estatais e cooperativo-colcosianas, decorrente das diferenças entre as duas formas de propriedade socialista dos meios de produção. Nas empresas estatais, o trabalho está socializado em escala de todo o povo, motivo por que também os produtos do trabalho pertencem a toda a sociedade, representada pelo Estado socialista. Nas empresas cooperativo-colcosianas, o trabalho está socializado nos limites de dado artel agrícola, motivo por que os produtos do trabalho também constituem propriedade do artel. Além disto,

os colcosianos aplicam seu trabalho na economia pessoal auxiliar, que possui importância secundária. O trabalho, na economia auxiliar, representa trabalho pessoal, não sendo diretamente social. Apesar de que, sob o socialismo, o trabalho social se distribui, entre os ramos da produção e as empresas, de modo planificado, continua a existir, porém, a necessidade objetiva de revelar, através da realização das mercadorias, em que medida a produção e a distribuição da produção mercantil, em particular das mercadorias de consumo, correspondem as necessidades dos membros da sociedade socialista.

Sob o socialismo, as variadas espécies concretas de trabalho diretamente social, gasto na produção de mercadorias, necessitam de expressão indireta e de mensuração através do valor e de suas formas. Tal expressão e mensuração se fundamentam na redução das variadas espécies concretas de trabalho ao trabalho abstrato, que cria o valor da mercadoria.

O Estado socialista, no processo da direção planificada da economia nacional, leva em conta ambos os aspectos da mercadoria: o valor de uso e o valor. O Estado exige das suas empresas a produção de determinados tipos de produto, de determinados valores de uso. Se o valor de uso só interessa ao capitalista como portador de valor e de mais-valia, já, na economia socialista, a criação de valores de uso e o melhoramento da qualidade da produção possuem uma importância independente e, ao mesmo tempo, muito grande, uma vez que & produção é orientada no interesse da satisfação mais completa possível das crescentes necessidades de toda a sociedade.

Na economia socialista, tem uma importância muito essencial o valor da mercadoria. O Estado planifica a produção de acordo com índices não somente físicos, mas também monetários. Neste particular, um grande papel desempenha, para a satisfação das necessidades das massas populares, a sistemática diminuição do valor das mercadorias produzidas e, nesta base, a rebaixa dos preços.

Na economia socialista, inexiste a contradição antagônica entre o valor de uso e o valor, com a qual está ligada a

possibilidade de crises de superprodução. Entretanto, uma contradição não antagônica entre o valor de uso e o valor tem lugar também no socialismo. A economia socialista planificada cria a possibilidade de estabelecimento de corretas proporções na produção e na realização da produção dos diferentes ramos da economia nacional e empresas, tanto no que se refere a expressão física, como no que se refere a expressão monetária. Entretanto, esta possibilidade se realiza por meio da superação das contradições entre o valor de uso e o valor, que refletem a contradição motriz da sociedade socialista — a contradição entre o nível atingido pela produção e as crescentes necessidades da sociedade. Expliquemos isto com os seguintes exemplos. O socialismo se caracteriza pelo incessante crescimento das necessidades dos membros da sociedade. O crescimento das necessidades se expressa na elevação das exigências dos compradores com relação a qualidade da produção. Surge uma não correspondência entre a qualidade destas ou daquelas mercadorias e as crescentes exigências da população, ocorrendo, em consequência disto, uma interrupção no escoamento destas mercadorias. Desta maneira, a qualidade insuficientemente elevada do valor de uso das mercadorias conduz a dificuldades na realização do valor de tais mercadoria». Por outro lado, o crescimento da produção leva ao aparecimento de novas mercadorias, que ainda não gozam da procura da população. Em tais casos, a redução do valor das mercadorias é uma das alavancas econômicas para introduzi-las no modo de vida da população. Vemos, por esses exemplos, como o ininterrupto ascenso da produção, estimulado pelo crescimento das necessidades dos membros da sociedade e gerador, por sua vez, de novas necessidades, encontra seu reflexo nas contradições entre o valor de uso e o valor. Nas condições da economia socialista, existe a possibilidade, por meio da direção planificada da economia, de revelar estas contradições e resolvê-las através do ulterior crescimento da produção, do reforçamento da luta pela elevação da qualidade da produção e da rebaixa do valor dos artigos.

Na economia socialista, existe uma diferença entre o trabalho complexo (qualificado) e o trabalho simples, também se processando a redução do trabalho complexo ao trabalho

simples. Isto encontra seu reflexo na planificação da produção, na determinação das normas de produção, bem como na planificação do salário, quando se estabelece a remuneração do trabalho de diferente qualificação, etc..

A grandeza do valor das mercadorias, produzidas e realizadas na economia socialista, é determinada pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário, gasto na sua produção. Por tempo de trabalho socialmente necessário se entende o tempo de trabalho médio, gasto pelas empresas, que produzem a massa fundamental da produção de dado ramo. O tempo socialmente necessário representa uma grandeza objetivamente existente. O tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de uma unidade de mercadoria, determina a grandeza do valor social da mercadoria. O tempo, efetivamente gasto na produção de uma unidade de mercadoria em empresas isoladas, representa o tempo de trabalho individual, que determina a grandeza do valor individual da mercadoria para cada uma dessas empresas.

Sob o capitalismo, o tempo socialmente necessário se forma espontaneamente, a revelia dos produtores de mercadorias. Na economia socialista, o Estado, partindo das condições econômicas objetivas e das exigências das leis econômicas do socialismo, planifica o crescimento da produtividade do trabalho e a redução do preço de custo da produção, estabelece as normas de gastos de trabalho e de materiais por empresa; com isto, o estado influencia, de modo planificado, sobre a grandeza do tempo socialmente necessário gasto na produção da mercadoria, no sentido da sua diminuição.

Um meio importante de influência planificada do Estado socialista sobre a grandeza do tempo socialmente necessário são as normas progressistas de gastos de trabalho e de materiais, estabelecidas com a consideração da experiência das empresas avançadas. As normas progressistas possuem uma grande significação mobilizadora, uma vez que incitam os dirigentes econômicos e as massas de trabalhadores a pesquisar os processos de racionalização da produção, de introdução da

técnica de vanguarda, de elevação da produtividade do trabalho e de redução do preço de custo da produção. Depois que as normas progressistas são assimiladas pela maioria das empresas, que produzem a maior massa de produção, tais normas começam a coincidir com os gastos de trabalho socialmente necessários e deixam de ser progressistas. Por outro lado, por este tempo, as empresas de vanguarda alcançam uma nova redução dos gastos de trabalho na produção. À base da experiência das empresas de vanguarda, são estabelecidas novas normas progressistas de gastos de trabalho, cuja realização conduz a nova redução do tempo socialmente necessário.

Sob o capitalismo, a contradição entre o tempo de trabalho individual e o tempo de trabalho socialmente necessário possui caráter antagônico. As empresas, que aplicam urna técnica mais elevada e obtêm super-lucro, mantêm em segredo os seus aperfeiçoamentos técnicos e esmagam os concorrentes, levando-os a ruína e a morte. Na economia socialista, a contradição entre o tempo individual, gasto nas empresas isoladas, e o tempo socialmente necessário não possui caráter antagônico. A economia socialista não conhece o assim chamado "segredo comercial". Isto cria condições favoráveis a aplicação das conquistas técnicas das empresas avançadas pelas empresas atrasadas, nas quais os gastos individuais de trabalho são maiores do que os socialmente necessários. Os órgãos dirigentes estatais, no processo da direção operativa das empresas, através do estímulo material e das correspondentes medidas organizativas, contribuem para a difusão da experiência de vanguarda em todas as empresas. Utilizando o desenvolvimento da emulação socialista, as organizações sociais mobilizam as massas para a assimilação e introdução na produção da experiência dos vanguardeiros. Por este caminho, é superada a contradição entre o tempo individual e o tempo socialmente necessário, assegurando-se o levantamento das empresas atrasadas ao nível das avançadas.

Tudo isto contribui para a aceleração do progresso técnico e para o rápido ascenso das forças produtivas da sociedade socialista.

O Dinheiro e sua Função na Economia Socialista

A necessidade do dinheiro na sociedade socialista é condicionada pela existência da produção mercantil e da lei do valor. Como é sabido, o valor da mercadoria, criada pelo trabalho social no processo da produção, se expressa em forma monetária, através da igualação a mercadoria dinheiro no processo da troca.

"Ainda antes da revolução socialista, os socialistas escreviam que não é possível abolir o dinheiro de uma vez... São necessárias muito numerosas conquistas técnicas e, o que e muito mais difícil e muito mais importante, conquistas organizativas, a fim de suprimir o dinheiro." "A fim de suprimi-lo, é necessário implantar a organização da distribuição dos produtos para centenas de milhões de pessoas, o que é uma questão de longos anos."[(173)]

Sob o socialismo, o dinheiro muda radicalmente sua natureza, sendo aplicado as necessidades do desenvolvimento da economia socialista. À diferença do capitalismo, onde o dinheiro se converte em capital e serve de meio de apropriação do trabalho alheio não pago, na economia socialista, o dinheiro serve de instrumento da construção econômica, no interesse das massas populares, expressando as relações de produção socialista.

Sob o socialismo, o dinheiro exerce a função de equivalente universal em toda a economia nacional, é a medida universal do trabalho social, gasto na produção das mercadorias.

Se, sob o capitalismo, o dinheiro serve de instrumento de cálculo espontâneo do trabalho social, o qual se processa a revelia dos produtores de mercadorias, através das oscilações do mercado, já na economia socialista o dinheiro constitui um instrumento econômico de direção planificada da economia, servindo a produção e distribuição do produto social.

Por conseguinte, o dinheiro, na sociedade socialista, é equivalente universal, instrumento econômico de planificação da economia nacional, meio de cálculo universal e de controle

da produção e distribuição do produto social, da medida do trabalho e da medida de retribuição.

A nova natureza do dinheiro, sob o socialismo, se manifesta no fato de que, conservando a velha forma, modifica-se o conteúdo social e a destinação das funções do dinheiro, em comparação com as funções do dinheiro sob o capitalismo.

O dinheiro cumpre, antes de tudo, a função de medida do valor das mercadorias, isto é, serve de medida do trabalho social materializado nas mercadorias. Nas condições do socialismo, existindo a produção e circulação mercantil, o balanço da atividade econômica das empresas, a comparação dos resultados da atividade das empresas e ramos, que produzem diferentes produtos, o volume da produção dos ramos da economia nacional e de toda a economia nacional em conjunto podem ser expressos somente em forma monetária.

Como é sabido, a função de medida do valor pode ser exercida unicamente pela mercadoria dinheiro, que ela mesma tenha valor. Tal mercadoria dinheiro é o ouro.

Na União Soviética e nos outros países do campo socialista, o papel de equivalente universal é preenchido pelo ouro. Lênin ligava a abolição da moeda ouro com a vitória do socialismo em escala mundial. Lênin indicou que, ainda por longo período, o ouro conservará para a União Soviética a significação de instrumento de intercâmbio mercantil com os países estrangeiros. Tendo em vista as relações comerciais com os países capitalistas, Lênin frisou:

“Por enquanto, agora: é preciso guardar o ouro na RSFSR, vendê-lo caro e com ele comprar mercadorias mais baratas".[174]

Partindo de que o ouro desempenha a função de equivalente universal, o Estado soviético, ao promover a reforma monetária de 1922/1924, fixou o conteúdo ouro do rublo. Mais tarde, o conteúdo ouro do rublo foi fixado indiretamente, através da determinação da cotação do rublo inicialmente com relação ao franco, em seguida com relação ao dólar. Em 1950, em ligação com o crescimento da capacidade

aquisitiva do rublo e da redução da capacidade aquisitiva do dólar e de outras divisas capitalistas, o Estado soviético fixou, de modo direto, o conteúdo ouro do rublo em 0,222168 grama de ouro.

Uma vez que o rublo possui conteúdo ouro, os órgãos planificadores, ao igualar o valor das mercadorias ao dinheiro, expressam, assim, este valor em ouro, planificando o preço de custo da produção e estabelecendo os preços das mercadorias.

O Estado soviético produz e acumula ouro, na sua qualidade de dinheiro mundial, para o comércio com os países estrangeiros.

O Estado soviético utiliza o dinheiro, na sua função de medida do valor, como meio de direção planificada, de cálculo e controle da marcha da produção e distribuição do produto social, como instrumento de realização do cálculo econômico. Assim, por exemplo, a confrontação do preço de custo da produção planificado com o efetivo permite revelar as causas da elevação do preço de custo efetivo sobre o planificado e traçar as medidas necessárias para a redução do preço de custo e a elevação da rentabilidade das empresas.

Na função da medida do valor, o dinheiro é utilizado pelo Estado socialista para a planificação dos preços. O preço, na economia socialista é a expressão monetária do valor das mercadorias, estabelecida de modo planificado.

O dinheiro, na economia socialista, é também escala dos preços. Na União Soviética, o rublo serve de escala dos preços.

Sob o socialismo, o dinheiro preenche a função de meio de circulação das mercadorias. Na qualidade de meio de circulação, o dinheiro corrente funciona para a compra e venda de mercadorias. Na sua função de meio de circulação, o dinheiro é utilizado para o desenvolvimento da rotação comercial.

Na sociedade socialista, o dinheiro desempenha a função de meio e pagamento. Como meio de pagamento, o dinheiro

funciona no pagamento do salário aos operários e empregados, bem como dos ingressos monetários aos colcosianos, no recebimento e amortização dos empréstimos pelas empresas socialistas, no pagamento de impostos, etc.. O Estado socialista utiliza o dinheiro, na sua função de meio de pagamento, para o controle da atividade das empresas socialistas. Assim, por exemplo, o banco entrega os meios monetários às empresas, na dependência da execução do seu plano de produção. Exigindo a pontual amortização dos empréstimos, o banco estimula o cumprimento do plano pela empresa, uma vez que sem isto ela não poderá acumular meios monetários, necessários ao resgate dos empréstimos.

O dinheiro, sob o socialismo, exerce a função de meio de acumulação socialista e de poupança. As empresas estatais e os colcoses guardam meios monetários nos bancos. Os ingressos monetários e os meios monetários temporariamente livres das empresas e organizações são utilizados para as necessidades da acumulação socialista, para a ampliação da produção, para a formação de reservas e para a satisfação de necessidades materiais e culturais da população. Como resultado da elevação do bem-estar dos trabalhadores, crescem as suas poupanças monetárias, que são guardadas nas caixas econômicas.

Na sociedade socialista, o ouro exerce a função de dinheiro mundial. A reserva de ouro é necessária para garantir a estabilidade do dinheiro soviético e como fundo de reserva estatal de dinheiro mundial. Na sua qualidade de meios de compra e pagamento, o ouro é o instrumento de cálculos internacionais do Estado, no terreno do comércio exterior.

A estabilidade do dinheiro soviético é garantida não somente pela reserva de ouro, mas, antes de tudo, pela enorme quantidade de mercadorias, concentradas em mão do Estado e lançadas no giro comercial por preços rigidamente planificados.

O Caráter da Ação da Lei do Valor sob o Socialismo

Uma vez que, sob o socialismo, existem a produção mercantil e a circulação mercantil, do mesmo modo prossegue atuando a lei do valor.

A lei do valor exige que a produção e a realização das mercadorias se façam na base dos gastos de trabalho socialmente necessários.

A ação da lei do valor estimula a elevação da produtividade do trabalho, a redução dos gastos por unidade de produção e a obtenção da rentabilidade da produção. Os preços das mercadorias são estabelecidos de acordo com os gastos de trabalho socialmente necessários. As empresas, nas quais os gastos individuais de trabalho são superiores aos socialmente necessários, encontram-se em posição desvantajosa, na venda das mercadorias, com relação às empresas, nas quais os gastos individuais de trabalho coincidem com os gastos socialmente necessários ou se situam num nível inferior a estes gastos. As empresas avançadas que, na elaboração do produto, possuem gastos individuais de trabalho mais baixos do que os gastos socialmente necessários, resultam possuir maior rentabilidade.

Em oposição ao capitalismo, onde a lei do valor atua como forca espontânea, dominando sobre os homens, na economia socialista, a ação da lei do valor é conhecida, levada em conta e utilizada pelo Estado na prática da direção planificada da economia.

Como já foi mostrado, a distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os ramos da economia nacional, no socialismo, efetua-se, não através das oscilações dos preços de mercado em torno dos preços de produção, mas na base da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, de acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e levando em conta a ação da lei do valor. Neste particular, o cálculo da ação da lei do valor tem enorme significação para a prática da direção planificada da economia.

A lei do valor manifesta a sua ação tanto na esfera da produção, como na esfera da circulação.

O Estado socialista leva em conta e utiliza a ação da lei do valor na planificação dos preços. A questão de um ponto de vista economicamente fundamentado na planificação dos

preços possui importância muito grande para o desenvolvimento da economia nacional.

"Com o problema dos preços se cruzam todos os problemas econômicos fundamentais e, por conseguinte, também os problemas políticos do Estado soviético. As questões do estabelecimento de corretas relações recíprocas entre o campesinato e a classe operária, as questões da garantia de um desenvolvimento mutuamente ligado e mutuamente condicionado da agricultura e da indústria... as questões da garantia do salário real, do fortalecimento do tchervonets[(175)], tudo isto se apoia no problema dos preços."[(176)]

À base dos preços, estabelecidos pelo Estado de modo planificado, jaz o seu valor. As mercadorias produzidas na economia socialista — meios de produção e objetos de consumo — possuem valor, cuja grandeza é determinada pela quantidade de trabalho socialmente necessário. O valor das mercadorias se decompõe, antes de tudo, em duas partes: em primeiro lugar, no valor dos meios de produção gastos, o qual se transfere ao valor das mercadorias produzidas, e, em segundo lugar, no valor recém-criado. A primeira parte do valor representa o valor transferido, na produção destas mercadorias, pelos tornos, máquinas, equipamentos, edifícios fabris, bem como o valor das matérias-primas consumidas, do combustível, energia e materiais. A segunda parte do valor, recém-criada, representa o valor do produto necessário, utilizado para a retribuição do trabalho (para a cobertura do salário dos trabalhadores da produção, para o pagamento dos colcosianos pelos seus dias de trabalho), e o valor do produto suplementar, que se destina às necessidades sociais, ou seja, à receita das empresas e à receita estatal geral.

O cálculo da ação da lei do valor é uma condição necessária para a correta planificação dos preços da produção industrial, tanto dos meios de produção como dos objetos de consumo. A política de preços, fundamentada no calculo da ação da lei do valor, deve orientar-se pelos gastos de trabalho socialmente necessários. A subestimação da ação da lei do valor, na planificação dos preços das mercadorias, a orientação pelos

gastos individuais de empresas isoladas, enfraquece a ação estimulante da lei do valor no que se refere a redução dos gastos de trabalho por unidade de produção, engendra gastos irracionais, desperdícios e perdas, freia a redução do preço de custo da produção e a elevação da rentabilidade da produção.

Alguns economistas manifestam a ideia de que, na economia socialista, a lei do valor desempenha o papei de regulador da produção e de que os preços devem coincidir exatamente com O valor das mercadorias. Certos representantes deste ponto de vista, no estrangeiro, propõem também que o Estado planifique os preços de acordo com as oscilações conjunturais dos preços de mercado dos objetos de consumo, a papei do plano, nestas condições, se reduz somente a correção da adaptação da produção ao consumo, levada a efeito em correspondência com a lei do valor, com O objetivo de evitar desproporções e crises. Semelhantes teses significam, na essência, a renúncia a uma das principais superioridades da economia socialista — o desenvolvimento planificado da economia nacional e o desencadeamento da espontaneidade e da anarquia da produção. A tarefa não consiste em dar espaço ilimitado a lei do valor e convertê-la em regulador da produção socialista, mas em utilizar esta lei como alavanca econômica da direção planificada da economia nacional.

A necessidade do cálculo da ação da lei do valor e de sua utilização, na planificação dos preços, não implica obrigatoriamente na coincidência do preço com o valor em todos os casos. O preço da mercadoria é a forma específica de manifestação do valor. Entretanto, também outras leis do socialismo influem sobre o sistema de preços na economia socialista.

Guiando-se por considerações de âmbito da economia nacional, o Estado socialista estabelece os preços das mercadorias com tais ou quais desvios do seu valor. Ao fazê-lo, o Estado parte, antes de tudo, da necessidade, condicionada pela lei econômica fundamental do socialismo, de assegurar o ininterrupto crescimento da produção, a base de uma técnica superior, com o fim de satisfazer as crescentes necessidades da

toda a sociedade. O Estado utiliza o mecanismo dos preços para o estabelecimento das proporções na distribuição dos meios entre os ramos, as quais decorrem das necessidades do desenvolvimento planificado na economia nacional. Para estes fins, com a ajuda da correspondente política de preços, o Estado pode empregar uma parte dos rendimentos, criados em uns ramos, em benefício do ascenso de outros ramos, que possuam grande importância do ponto de vista da economia nacional.

Daí decorre a necessidade do desvio planificado dos preços com relação ao valor. Mas estes desvios são permissíveis em determinados limites. Como regra, os preços devem ser superiores aos preços de custo da produção, uma vez que, em caso contrário, a produção não pode ter rentabilidade.

Na planificação dos preços, ao lado da necessidade de retribuição dos gastos e de garantia de certa rentabilidade das empresas, o Estado leva em conta a quantidade de tais ou quais mercadorias e a sua importância na economia. Com a ajuda dos preços, o Estado estimula a produção de tais ou quais produtos e regula a sua procura. O Estado socialista promove uma política de rebaixa dos preços, visando o desenvolvimento da produção e o crescimento do bem-estar popular.

Ao estabelecer os preços das mercadorias de consumo pessoal, o Estado leva em conta tão-somente o valor, como também a correlação entre a oferta e a procura. A ignorância do estado da oferta e da procura pode conduzir a que caia verticalmente a procura das mercadorias, cujos preços sejam excessivamente altos, enquanto se torna artificialmente inflacionada a procura das mercadorias, cujos preços sejam excessivamente baixos.

Importante significação tem o cálculo da ação da lei do valor na planificação dos preços da produção colcosiana. O nível e a correlação dos preços, pelos quais os colcoses e colcosianos realizam sua produção, exercem essencial influência sobre o estímulo material da produção destes ou daqueles produtos agrícolas. Não é possível, por exemplo, estabelecer o mesmo preço para uma tonelada de algodão e uma tonelada de cereal, sem considerar que o valor do algodão é consideravelmente

superior ao valor do cereal. Por outro lado, não se deve estabelecer preços demasiado baixos para o cereal, uma vez que isto minaria o interesse material dos colcoses e colcosianos na sua produção e traria dano ao desenvolvimento da agricultura cerealífera.

Assim, por exemplo, os preços economicamente fundamentados, estabelecidos paia o algodão e algumas outras culturas técnicas, favoreceram o aumento da sua produção. Pelo contrário, os baixos preços de aprovisionamento e de compra da batata, dos legumes, do leite, da carne e do trigo frearam a sua produção. A considerável elevação dos preços de aprovisionamento e de compra destes produtos, promovida de 1953 a 1958, foi um estímulo muito importante para o aumento da sua produção.

Os preços, no mercado colcosiano, não são planificados pelo Estado, mas se formam na base da lei do valor, sob a influência da oferta e da procura. Aqui, em grau considerável, tem lugar a ação espontânea da lei do valor. O Estado socialista exerce, porém, influência econômica reguladora sobre o mercado colcosiano, uma vez que a massa fundamental de mercadorias é vendida pelo sistema de comércio estatal e cooperativo, segundo preços rigidamente planificados.

A ação da lei do valor, na esfera da produção, se manifesta através o sistema de cálculo econômico, que se fundamenta na utilização do valor e de suas formas. O cálculo econômico dá a possibilidade de utilizar a ação da lei do valor para estimular o crescimento da produtividade do trabalho, introduzir a nova técnica, reduzir o preço de custo e elevar a rentabilidade da produção. O conhecimento da ação da lei do valor e a habilidade em utilizá-la são necessários aos administradores, a fim de dirigir racionalmente a produção, melhorar sistematicamente os métodos de trabalho, encontrar e aproveitar as reservas encobertas para o aumento da produção.

A aplicação do cálculo econômico tem enorme importância para os colcoses. O preço de custo da produção colcosiana é um dos índices mais importantes da atividade econômica dos colcoses. O cálculo dos gastos dos colcoses na

sua produção em forma monetária, a mensuração da receita e da despesa, a observância de um rigoroso regime de economia e a elevação do nível de rendimento constituem condições necessárias para o sistemático ascenso da produção colcosiana.

A utilização da lei do valor tem grande importância na efetivação da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho. A forma monetária do salário é um meio de controle da medida de trabalho e da medida de retribuição na sociedade socialista.

O Estado socialista utiliza a lei do valor, realizando, através do sistema financeiro e de crédito, o controle da produção e da distribuição do produto social.

O domínio da lei do valor e sua planificada utilização constituem uma enorme superioridade do socialismo diante do capitalismo. Graças ao domínio da lei do valor, a sua ação, na economia socialista, não é acompanhada dos desperdícios de trabalho social, derivados da anarquia da produção, como acontece sob o capitalismo. A lei do valor e as categorias econômicas a ela vinculadas — dinheiro, preço, comércio, crédito, finanças — são utilizadas com êxito, na URSS e nos países de democracia popular, no interesse da construção do socialismo e do comunismo, no processo da direção planificada da economia nacional.

A produção mercantil, a lei do valor- e o dinheiro desaparecerão somente na fase superior do comunismo. Mas, a fim de criar as condições para o desaparecimento da produção e circulação mercantil na fase superior do comunismo, é necessário o desenvolvimento e a utilização da lei do valor e das relações mercantil-monetárias no período de construção da sociedade comunista.

Notas de rodapé:

(173) V.I. Lênin, Sobre o Engodo do Povo Com Palavras de Ordem de Liberdade e Igualdade. Discurso no I Congresso Pan-Russo para a formação extra-escolar, Obras, t. XXIX, pp. 329/338.

(174) V.I. Lênin, Sobre a Significação do Ouro Agora e Após a Completa Vitória do Socialismo, Obras, t. XXXIII, pp. 89/90.

(175) Tchervonets: moeda equivalente a dez rublos. (N. do T.)

(176) Resolução da Reunião Plenária de Fevereiro do CC do PC(b) da URSS, 1927, em O PCUS nas Resoluções e Decisões dos Congressos, Conferências e Reuniões Plenárias do CC, parte 77, 7ª edição, 1954, p. 345.

Capítulo XXIX — A Lei Econômica da Distribuição de Acordo com o Trabalho. O salário no socialismo

A Distribuição de Acordo com o Trabalho — Lei Econômica do Socialismo

A cada modo de produção é inerente determinada forma de distribuição, que constitui uma das particularidades das relações de produção da sociedade dada. Caracterizando as bases econômicas da distribuição na sociedade socialista, Marx, no seu trabalho Crítica do Programa de Gotha, mostrou que, sob o domínio da propriedade social dos meios de produção, todo o produto social total, que é resultado do trabalho diretamente social dos trabalhadores produtivos, é distribuído no seu interesse.

Partindo de que a produção material desempenha uma função determinante na distribuição e no consumo, Marx indicou que, antes de passar a distribuição dos objetos de consumo, é necessário, com o produto social total, compensar os meios de produção gastos, destacar uma parte adicional para a ampliação da produção, criar um fundo de reserva ou de seguros para a prevenção de calamidades, etc.. Tais descontos do produto social total constituem necessidade econômica, uma vez que sem a renovação e a ampliação da produção é impossível satisfazer as crescentes necessidades dos trabalhadores.

Daquela parte do produto social total, que confie de objetos de consumo, inicialmente devem ser criados fundos sociais: gerais, não referentes aos gastos de direção da produção; fundos para a satisfação conjunta de necessidades como escolas, instituições de saúde pública, etc.; fundos para os inválidos, etc.. Como previu Marx e como demonstra a pratica da construção socialista, os fundos para a satisfação conjunta de necessidades desempenham importante papel para assegurar o crescimento do bem-estar dos trabalhadores.

Todos os mencionados descontos são promovidos, sob o socialismo, no interesse dos trabalhadores, uma vez que

"tudo o que é retirado do produtor, como pessoa privada, se destina, direta ou indiretamente, ao seu próprio beneficio como membro da sociedade."(177)

Somente após a criação de todos os fundos sociais, processa-se a distribuição daquela parte de objetos de consumo, que se destina ao consumo individual dos trabalhadores da produção socialista, de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho por eles despendido. A este respeito, Marx desmascara a inconsistência da exigência pequeno-burguesa do direito de cada membro da sociedade ao "produto integral do trabalho". Esta exigência ignora a necessidade da criação dos fundos sociais para a ampliação da produção e para a satisfação conjunta das necessidades da sociedade.

Tendo em vista a sociedade socialista, Engels escreveu que

"a distribuição, na medida em que ela é dirigida por considerações puramente econômicas, será regulada pelos interesses da produção, ao passo que a própria produção será estimulada, mais do que tudo, por um modo tal de distribuição, que permita a todos os membros da sociedade, o mais multilateralmente possível, desenvolver, sustentar e manifestar as suas capacidades."(178)

Na primeira fase do comunismo, as forças produtivas e a produtividade do trabalho ainda não atingiram um nível tão elevado de desenvolvimento, que assegure a abundância de produtos, necessária para a distribuição de acordo com as necessidades, e o trabalho ainda não se tornou a primeira necessidade vital de todos os membros da sociedade. Isto será alcançado somente na segunda fase da sociedade comunista, na sua fase superior. Sob o socialismo, a esta exigência corresponde a distribuição de acordo com o trabalho.

Com a liquidação das classes exploradoras e da exploração do homem pelo homem, o trabalho se tornou a

única base determinante da situação do homem na sociedade e do seu bem-estar. Em correspondência com isto, a medida da distribuição dos objetos de consumo, sob o socialismo, pode ser somente a medida de participação dos trabalhadores no trabalho social. As diferenças no trabalho, gasto por cada trabalhador na produção social, na sua quantidade e qualidade, determinam as diferenças também nos ingressos, na retribuição dos trabalhadores. E as diferenças no trabalho dos trabalhadores individuais ainda são muito consideráveis, sendo necessário levá-las em conta. Estas diferenças são determinadas, em primeiro lugar, pelos vestígios da velha divisão do trabalho (ou pelas particularidades da divisão social do trabalho no socialismo), pelas diferenças essenciais entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho do operário e o do colcosiano, entre o trabalho qualificado e o não qualificado, entre o trabalho leve e o trabalho pesado. Em segundo lugar, existem diferenças na atitude dos trabalhadores diante do trabalho, em decorrência de sobrevivências do capitalismo na economia e na consciência dos homens. Os trabalhadores, que mantêm uma atitude honesta para com o seu trabalho, que demonstram iniciativa criadora no trabalho, dão mais a sociedade, em comparação com os trabalhadores que encaram com má-fé as suas obrigações.

A circunstância de que a única medida da participação dos homens na produção social e no fundo social dos objetos de consumo pode ser somente o trabalho e de que existem consideráveis diferenças no trabalho dos trabalhadores individuais, determina o único modo possível de distribuição, precisamente de acordo com o trabalho, ou seja, em correspondência com a sua quantidade e qualidade. Quanto maior a quantidade de trabalho gasta pelo trabalhador, quanto mais elevada a qualidade do seu trabalho, ou seja, a sua qualificação, etc., tanto maior quantidade de objetos de consumo receberá.

A mais elevada remuneração do trabalho qualificado, recompensando devidamente a qualificação do trabalhador, abre diante dos trabalhadores não qualificados a perspectiva do movimento em sentido ascensional, para a categoria dos

qualificados. Isto estimula o ascenso do nível técnico-cultural dos trabalhadores e conduz a gradual liquidação da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

A distribuição de acordo com o trabalho contribui para a liquidação da flutuação da força de trabalho e a criação de quadros permanentes, o que possui grande importância para o melhoramento da organização do trabalho nas empresas. Sem um corpo permanente de trabalhadores, que assimilem a técnica e acumulem experiência produtiva, é impossível desenvolver com êxito a produção socialista. Ao colocar a parte de cada trabalhador no produto do trabalho social na dependência direta do grau de sua participação na produção social, a distribuição de acordo com o trabalho vincula os interesses pessoais do trabalhador com os interesses estatais gerais.

A distribuição de acordo com o trabalho desempenha também grande papel educador, habitua os homens a disciplina socialista e torna o trabalho universal e obrigatório. O pagamento do trabalho de acordo com a sua quantidade e qualidade é um poderoso fator na luta contra as sobrevivências do passado, que se expressam numa atitude de má-fé para com o trabalho por certa parte dos membros da sociedade.

Ao garantir o interesse material pessoal de cada trabalhador no» resultados do próprio trabalho, a distribuição de acordo com o trabalho constitui potente motor do desenvolvimento da produção. Ao estimular a elevação da produtividade do trabalho, a distribuição de acordo com o trabalho simultaneamente favorece o ascenso do bem-estar dos trabalhadores.

A distribuição de acordo com o trabalho é uma lei econômica do socialismo.

A lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho condiciona a necessidade da distribuição dos produtos na direta dependência da quantidade e qualidade do trabalho de cada trabalhador, do igual pagamento por igual trabalho, independente do sexo, idade, raça e nacionalidade dos cidadãos

da sociedade socialista. O pagamento do trabalho, tanto na indústria como na agricultura, deve estruturar-se sobre a base desta lei.

Daí decorre a necessidade

"do mais severo controle por parte da sociedade e por parte do Estado sobre a medida do trabalho e a medida do consumo."(179)

A sociedade socialista deve controlar a participação dos homens no trabalho, levar em conta as diferenças na qualificação dos trabalhadores, determinar as normas do trabalho e da sua remuneração, a fim de que aquele que trabalhar mais e melhor receba uma parte maior do produto do trabalho social.

A distribuição de acordo com o trabalho é incompatível com o pagamento igualitário do trabalho, fora da dependência de sua quantidade e qualidade, da qualificação dos trabalhadores e da produtividade do trabalho, o que exige uma luta decidida contra o igualitarismo.

"Não é possível deixar de ver que o igualitarismo conduziria a uma injusta distribuição: tanto o bom como o mau trabalhador receberiam uma parte igual, o que seria vantajoso somente aos vagabundos. Seria minado o estímulo material dos homens para trabalhar melhor, elevar a produtividade do trabalho e criar mais produtos."(180)

O igualitarismo é uma expressão da representação pequeno-burguesa sobre o socialismo, concebido como igualação universal no terreno do consumo, das condições de vida, dos gastos e das necessidades. O marxismo concebe a igualdade não como igualdade das faculdades físicas e espirituais dos homens, não como igualdade de suas necessidades pessoais, mas como a liquidação, igual para todos, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração, como igual acesso ao trabalho com os meios sociais de produção, como obrigação, igual para todos, de trabalhar segundo sua capacidade, como princípio, único para todos, de

pagamento de acordo com o trabalho.

Simultaneamente, a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho é contrariada pelos casos de ruptura economicamente não fundamentada do nível de pagamento dos trabalhadores de diferentes categorias. A eliminação de tais rupturas é obtida através da elevação do pagamento do trabalho dos trabalhadores como baixa remuneração, bem como da liquidação dos excessos não justificados na remuneração de algumas categorias de trabalhadores, nas condições do ascenso geral do bem-estar dos trabalhadores, a base do crescimento da produtividade do trabalho.

A distribuição de acordo com o trabalho nas empresas estatais e nos colcoses tem particularidades próprias, condicionadas pela diferença entre as duas formas da propriedade social socialista dos meios de produção (estatal e cooperativa). Nas empresas estatais, a distribuição se realiza sob a forma de salário, pago aos operários e camponeses.

Essência do Salário sob o Socialismo

A conjugação da força de trabalho com os meios de produção, a base da propriedade social socialista, eliminou a ruptura entre eles, decorrente da propriedade capitalista dos meios de produção. Com isto, foram liquidadas as condições sob as quais a força de trabalho do homem é mercadoria, uma vez que os trabalhadores possuem coletivamente todos os meios de produção e, em consequência disto, não pode haver duas classes, uma das quais venda a outra sua força de trabalho. Como resultado da liquidação da compra e venda da força de trabalho, o salário, na sociedade socialista, não é o preço da força de trabalho. Nas empresas estatais, como indicou Lênin, todos os trabalhadores são empregados do Estado. Entretanto, a forma do emprego e o salário não expressam aqui uma relação entre diferentes classes, nem a compra da força de trabalho do proletário pelo capitalista, mas uma relação entre trabalhadores individuais e a sociedade como um todo, representada pelo Estado socialista.

A lei econômica fundamental do socialismo condiciona a

subordinação da produção aos fins da mais completa satisfação das sempre crescentes necessidades materiais e culturais dos membros da sociedade. A libertação do salário das limitações capitalistas possibilita

“ampliá-lo até o volume do consumo, que é, por um lado, o permitido pela força produtiva existente da sociedade... À qual, por outro lado, exige pleno desenvolvimento da individualidade.”[181]

Na medida do crescimento e aperfeiçoamento da produção socialista, a base de uma técnica superior, na medida da elevação da produtividade do trabalho e do incremento da riqueza material da sociedade, eleva-se incessantemente o salário.

O salário, sob o socialismo, é estabelecido em correspondência com a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho. Como já foi dito a este respeito, na distribuição de acordo com o trabalho entra aquela parte do produto social total, que resta após a criação dos fundos sociais economicamente necessários para a compensação e ampliação da produção, para a satisfação conjunta das necessidades dos trabalhadores, etc.. Tal parte do produto social representa o produto necessário, criado pelo trabalho necessário, ou seja, pelo trabalho para si. Esta parte é distribuída para o consumo individual. Em correspondência com as exigências da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, a grandeza do salário de cada operário e empregado depende da quantidade e qualidade do trabalho: por um trabalho igual por sua quantidade e qualidade, o salário deve ser igual.

O salário constitui um dos mais importantes instrumentos econômicos, por meio dos quais, na sociedade socialista, se estimula a atitude honrada para com o trabalho e se desenvolve o interesse material pessoal de cada trabalhador nos resultados do seu trabalho. Graças a isto, o salário é um poderoso fator de crescimento da produtividade do trabalho, dando a possibilidade de combinar corretamente os interesses materiais pessoais com os interesses estatais (de todo o povo).

A existência da produção mercantil e da lei do valor, sob o socialismo, condiciona a necessidade da forma monetária do salário. A forma monetária permite determinar, de modo flexível e diferenciado, a parte do trabalhador no produto social, na dependência dos resultados do seu trabalho.

Desta maneira, o salário dos trabalhadores da produção socialista é a parte, expressa sob forma monetária, destes trabalhadores naquela parcela do produto social, que repõe os gastos do trabalho necessário e é paga pelo Estado aos operários e empregados, em correspondência com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada um deles.

O salário, recebido por cada operário e empregado, representa o salário individual, ou, para empregar a expressão de Marx, a "quota individual" do produtor no produto social. Entretanto, o nível de vida dos operários e empregados, no socialismo, é determinado não somente pelo salário individual. O salário individual é complementado por grandes fundos social-culturais. Os fundos social-culturais, criados pelo Estado socialista e pelas organizações sociais, são gastos para fins de ensino, saúde pública e seguros sociais: aposentadoria e pensões, auxílio por invalidez temporária, serviços de sanatórios e de estações de cura para os trabalhadores, auxílio as mães com prole numerosa, etc.. A fonte destes fundos é o produto suplementar dos trabalhadores da produção material, criado nas empresas socialistas.

Por conseguinte, o salário real, no sentido mais amplo, ou os ingressos reais dos operários e empregados se compõem do salário individual real e dos fundos sociais, gastos para as necessidades social-culturais dos trabalhadores. Na medida do crescimento da produtividade do trabalho, cresce tanto a parte do produto social, que se destina a distribuição individual de acordo com o trabalho, sob a forma de salário, quanto aquela parte do produto social, da qual se formam os fundos social-culturais, distribuídos entre os trabalhadores.

Tomando em consideração as exigências da lei econômica fundamental do socialismo e da lei de distribuição de acordo com o trabalho, o Estado socialista estabelece, em cada período

dado, de modo planificado, o fundo de salário e o seu nível para as diferentes categorias de trabalhadores.

O fundo de salário é a soma total de meios monetários, que o Estado planificadamente estabelece para distribuição de acordo com o trabalho em dado período de tempo (ano, mês, etc.), pela economia nacional como um todo, e pelos ramos e empresas, isoladamente. A grandeza deste fundo, em cada momento dado, depende do nível atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela produtividade do trabalho social. Na medida do desenvolvimento da técnica, do aperfeiçoamento da produção e, nesta base, do crescimento da produtividade do trabalho, cresce a parte do produto total destinado a ulterior ampliação da produção e cresce a parte destinada ao consumo. Quanto mais elevado o nível da produtividade do trabalho, tanto mais elevado o nível do salário. Ao mesmo tempo, o crescimento da produtividade do trabalho deve adiantar-se ao crescimento do salário. Somente nestas condições, é possível uma tal ampliação da produção, que assegure o sistemático incremento daquela parte do produto social, que se destina a satisfação das necessidades pessoais dos trabalhadores. Considerando estas condições objetivas, o Estado socialista determina grandeza de todos os fundos sociais, inclusive também do fundo de salário.

Em correspondência com as exigências da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, a política do Estado socialista no terreno do salário se estrutura segundo os princípios da multilateral diferenciação do pagamento do trabalho. O trabalho qualificado, como trabalho de mais elevada qualidade, exige a instrução do trabalhador e dá um efeito produtivo maior, em comparação com o trabalho não qualificado. Por este motivo, o trabalho qualificado é também melhor remunerado do que o trabalho não qualificado. Tal sistema de pagamento estimula a elevação da qualificação dos trabalhadores. Sob o socialismo, o trabalho mais pesado, nos limites de uma igual qualificação, é melhor remunerado do que o trabalho menos pesado, enquanto que, no regime capitalista, os operários, ocupados com um trabalho manual particularmente pesado, são remunerados, como regra,

consideravelmente pior do que outros operários. Assim é que os mineiros, remunerados com um baixo salário nos países capitalistas, recebem, na sociedade socialista, elevado pagamento, enquanto o trabalho físico pesado é aliviado, em medida crescente, pela aplicação de máquinas, nas condições de uma jornada de trabalho mais curta.

Em correspondência com a necessidade econômica de estimular o trabalho nos ramos dirigentes da economia nacional, um salário mais alto é estabelecido para os trabalhadores de ramos tais da indústria pesada, como a metalúrgica, carbonífera, petrolífera, de construção de maquinas, etc.. Com as demais condições iguais, um pagamento mais elevado também recebem os operários, engenheiros e técnicos das empresas e construções das regiões econômicas, que possuem importância particularmente grande na vida econômica do país, bem como das regiões longínquas e pouco habitadas. Assim, por exemplo, tem importância particularmente grande a tarefa de prover de força de trabalho as empresas e construções das regiões de assimilação das terras virgens e devolutas, na parte oriental do país. Um estímulo econômico importante para a imigração voluntária em direção as regiões orientais foram as tarifas de salário relativamente mais elevadas, estabelecidas para aquelas regiões. De tal maneira, o salário é um dos instrumentos econômicos de distribuição e redistribuição da força de trabalho entre as empresas e ramos da produção social, em correspondência com as exigências da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional.

Os sindicatos desempenham um grandioso papel no aperfeiçoamento da produção socialista, da organização do trabalho e do salário. V.I. Lênin ensinou que os sindicatos

"são organização educativa, organização de mobilização e instrução, são escola, escola de direção, escola de administração, escola de comunismo."[182]

Os sindicatos, como organizações de massa dos trabalhadores, edificam sua variada atividade sobre a base da atividade voluntária das amplas massas de operários e

empregados. Os sindicatos organizam e desenvolvem a iniciativa social e produtiva das massas na luta pela elevação da produtividade do trabalho e pela criação da abundância de produtos, como condição decisiva da vitória do comunismo. As massas trabalhadoras possuem amplas possibilidades de influir na decisão das questões econômicas através da ativa participação nas assembleias de operários e empregados, nas conferências permanentes de produção, nas conferências técnicas, de vanguardeiros da produção, de racionalizadores e inventores, do amplo ativo econômico, etc..

Ao assegurar a incorporação dos trabalhadores a direção da economia socialista, na base dos princípios do centralismo democrático, os sindicatos desempenham enorme papel na elaboração e execução dos planos industrial-financeiros das empresas. Participando ativamente no trabalho dos órgãos estatais e na planificação da produção socialista, os sindicatos conduzem a luta contra as deformações burocráticas na atividade do aparelho estatal e na direção da produção.

Os sindicatos desenvolvem incessantemente a emulação socialista, como poderoso meio de luta pelo cumprimento e superação dos planos econômicos e pelo ininterrupto desenvolvimento da economia socialista.

Um papel particularmente importante desempenham os sindicatos na garantia dos interesses materiais e jurídicos dos trabalhadores. Os sindicatos participam ativamente na solução das questões concernentes a regulamentação e a organização do trabalho, ao salário e ao melhoramento da técnica de segurança nas empresas, na solução das questões relacionadas com a construção residencial e com o melhoramento das condições materiais de vida dos operários e empregados, levam a efeito o seguro social, etc..

A reorganização da direção da indústria e da construção, a criação dos conselhos da economia nacional nas regiões econômico-administrativas e a reestruturação do trabalho dos sindicatos pelas regiões econômicas criaram condições para a mais ativa participação dos sindicatos na solução de todas as questões da atividade produtiva das empresas e construções, do

trabalho e das condições de existência dos operários e empregados.

Com a ativa participação dos sindicatos, é concluído, anualmente, um contrato coletivo entre a administração e os trabalhadores de cada empresa. O contrato coletivo regula todas as questões referentes ao trabalho, ao salário e as condições de existência dos operários e empregados. O contrato coletivo obriga ambas as partes a tomar as medidas necessárias, que assegurem a correta remuneração do trabalho e o crescimento da sua produtividade, bem como a satisfação das crescentes necessidades culturais e sociais dos trabalhadores das empresas socialistas.

As Formas do Salário. A Regulamentação do Trabalho e o Sistema de Tarifas

As diferentes formas do salário, sob o socialismo, representam modos concretos de realização das exigências da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho.

Tem ampla difusão nas empresas estatais socialistas a forma do salário por tarefa.

A diferença do salário por tarefa no regime capitalista, que se baseia na desmedida intensificação do trabalho e não recompensa o crescente dispêndio de força de trabalho, o salário por tarefa, no socialismo, é estruturado sobre a base de normas progressistas médias de produção, accessíveis a massa fundamental de trabalhadores e que asseguram o aumento do salário na proporção do crescimento da produtividade do trabalho. A remuneração por tarefa estimula a plena e racional utilização das máquinas, do equipamento, das matérias-primas, do tempo de trabalho, a introdução dos aperfeiçoamentos técnicos, a melhor organização possível do trabalho e da produção. A remuneração por tarefa favorece o desenvolvimento da emulação socialista, dado que uma elevada produtividade do trabalho conduz também a elevados salários.

O sistema direto de salário por tarefa é o mais difundido. Neste sistema, a remuneração do trabalho depende da

quantidade de produção elaborada pelo operário num dado lapso de tempo (por peças, quilos, toneladas, metros, litros, etc.). Cada unidade de produto é paga de modo igual, de acordo com uma dada tarifação do trabalho. A grandeza do salário do trabalhador cresce na proporção direta do aumento da quantidade de artigos de determinada qualidade por ele elaborados.

No sistema progressivo de salário por tarefa, o operário é remunerado pelo cumprimento de uma norma de produção de acordo com uma tarifação única e invariável, sendo remunerado, porém, no caso de produção acima da norma de acordo com outra tarifação, mais elevada e progressivamente crescente. A progressividade mais acentuada é estabelecida nas tarifações para as profissões dirigentes, para os operários ocupados em trabalhos no subsolo, nas seções super- aquecidas, e para os operários de outros tipos de trabalho pesado. A eficiência da aplicação do sistema progressivo de salário por tarefa se reduz quando existe uma multiplicidade de escalas de remuneração, o que dificulta o cômputo e o cálculo do salário, bem como o estabelecimento de um vínculo direto e evidente entre o salário e a produtividade do trabalho. A eficiência da aplicação do sistema progressivo do salário por tarefa também se reduz quando existem, nos diversos ramos da economia, fortes diferenças não fundamentadas nas tarifações da parte superior a norma.

No sistema de prêmios para o salário por tarefa, a remuneração por tarefa é complementada com prêmios, de acordo com determinados índices: economia de combustível, de energia elétrica, redução do preço de custo da produção, diminuição dos defeitos da produção, elevação do padrão do artigo, etc.. Em algumas empresas, a concessão de prêmios de acordo com determinados índices qualitativos é aplicada juntamente com o sistema progressivo de salário por tarefa.

Nos casos em que, em virtude das condições da produção, é impossível a aplicação da remuneração individual por tarefa (quando, por exemplo, diversos operários servem simultaneamente junto a uma grande máquina ou agregado),

aplica-se a remuneração por tarefa de brigada ou de grupo: os membros individuais da brigada recebem sua parte do salário coletivo, sendo levado em conta o tempo de trabalho e a qualificação de cada trabalhador. Ao lado disto, é importante levar em conta a execução do plano produtivo no setor em que trabalha a brigada em causa.

A forma de salário por tempo é aplicada naqueles trabalhos em que o salário por tarefa, em virtude do caráter do trabalho, se torna economicamente inconveniente (na produção automatizada, na cadeia móvel, no trabalho do controlador de entradas e saídas do trabalho e do pessoal de guarda da empresa, no trabalho de elaboração de aparelhos singulares, nos trabalhos de controle e seleção, etc.). Existem as remunerações por tempo simples e com prêmios.

O sistema de salário por tempo simples se estrutura de modo diferenciado, na dependência do estágio produtivo e da qualificação do trabalhador. No caso dos trabalhadores remunerados por tempo, para o reforçamento do seu interesse material nos resultados do trabalho, aplica-se o sistema de salário por tempo com prêmios. Neste sistema, como complemento a tarifa por unidade de tempo de trabalho, é pago um prêmio ao trabalhador segundo tais ou quais índices quantitativos ou qualitativos: pela redução do tempo de reparação do equipamento, pela economia de matérias-primas, de combustíveis, de energia elétrica, pelo trabalho dos mecanismos sem avarias, pela redução dos defeitos da produção, etc..

O sistema de salário por tempo com prêmios aplica-se amplamente com relação aos trabalhadores dirigentes administrativos, engenheiros e técnicos. A base do salário desta categoria de trabalhadores (diretores de empresas, engenheiros-chefes, chefes de seções, mestres, etc.), é constituída do seu soldo mensal, que se diferencia na dependência das dimensões da empresa (seção, turma, etc.), da sua importância econômica, do estágio produtivo do trabalhador, etc.. Em complemento ao soldo básico, os trabalhadores dirigentes, engenheiros e técnicos recebem

determinada percentagem de acréscimo, como prêmios pela execução e superação do plano produtivo da empresa no que se refere a produção mercantil, nas condições de execução do plano estabelecido no que se refere a produção bruta, a observância do sortimento de artigos prefixado e ao preço de custo da produção.

A multilateral diferenciação do salário, com a consideração da qualificação do trabalhador, da produtividade do trabalho e da qualidade da sua produção, realiza-se por intermédio da regulamentação do trabalho e de determinado sistema de tarifas.

A regulamentação do trabalho é a fixação do tempo de execução de determinado trabalho (norma de tempo) ou da medida da produção por peças na unidade de tempo (norma de produção). O tempo de trabalho, necessário para a execução de determinada operação ou para a produção de determinado artigo, nas condições de racional utilização da força de trabalho e dos instrumentos de trabalho, denomina-se norma de tempo ou norma de produção tecnicamente fundamentada. Sem normas técnicas é impossível a economia planificada. A correta regulamentação do trabalho é uma das condições mais importantes da direção do processo de produção, do melhoramento da organização do trabalho e da elevação de sua produtividade, da superação do igualitarismo na remuneração do trabalho e do desenvolvimento da emulação socialista. As normas técnicas constituem uma grande força reguladora, que organiza, na produção, as grandes massa» de trabalhadores em torno dos vanguardeiros da produção, impulsionando os atrasados para o nível dos avançados.

Os métodos socialistas de administração exigem a orientação no sentido das normas de produção progressistas, tecnicamente fundamentadas, que são fixadas no nível existente entre as normas já atingidas na produção pela massa fundamental de operários e as normas alcançadas pelos melhores trabalhadores inovadores e pelas empresas avançadas. Em oposição as normas capitalistas de produção, calculadas para uma desmedida intensificação do trabalho, as normas de

produção nas empresas socialistas são estabelecidas por meio de um cálculo tal, que as faça progressistas e, ao mesmo tempo, inteiramente na medida das forças para toda a massa de trabalhadores.

A introdução de normas de produção progressistas realiza-se na luta decidida contra os elementos conservadores, que mantêm normas antiquadas e baixas, freando o crescimento da produtividade e do trabalho e o cumprimento com êxito dos planos. Tais normas atrasadas, que possuem ampla difusão, são as assim chamadas normas estatisticamente comprovadas, que se estabelecem a base dos dados computados sobre a produção efetiva em tal ou qual trabalho, no passado. As normas de produção fixadas por esse processo não correspondem as crescentes possibilidades produtivas das empresas, não refletem o nível alcançado pela produtividade do trabalho; são normas que não consideram o progresso na técnica e o melhoramento na organização da produção, nivelando-se pelos trabalhadores, que assimilam fracamente a técnica, e legitimando as perdas improdutivas de tempo de trabalho.

Os interesses da sociedade socialista, das massas trabalhadoras, exigem a introdução de normas progressistas, tecnicamente fundamentadas, que correspondem ao nível atual da técnica de produção e sejam potente fator de crescimento da produtividade do trabalho. O ininterrupto aperfeiçoamento da técnica e da organização da produção requer o periódico reexame das normas de produção, visando a sua elevação. Ao elaborar as normas de produção tecnicamente fundamentadas, é necessário estudar multilateralmente e aproveitar a experiência das empresas avançadas, dos vanguardeiros e inovadores da produção, que aplicam métodos de trabalho mais progressistas, a fim de tornar esta experiência, patrimônio de todas as empresas, de todos os operários e operárias.

Partindo da qualificação do trabalhador, do caráter do trabalho, das condições e particularidades de dado ramo da produção, a avaliação de cada tipo de trabalho é fixada a base do sistema de. tarifas. Por meio do sistema de tarifas,

determina-se o nível do salário nos diferentes ramos da economia nacional e para diferentes categorias de trabalhadores.

Os mais importantes elementos do sistema de tarifas são a escala de tarifas, os guias tarifário-qualificadores e a tabela de tarifas.

A diferenciação do salário de acordo com a qualificação dos trabalhadores é estabelecida a base da escala de tarifas. Por sua qualificação, os operários se repartem em diversas categorias. O operário, que não possui qualificação, pertence a primeira categoria e sua remuneração é feita por unidade. Quanto mais elevada a qualificação do operário, tanto mais alta a categoria a que pertence e, correspondentemente, tanto mais alta a sua remuneração.

As características produtivas dos diferentes trabalhos, executados num ramo dado, são assinaladas nos guias tarifário-qualificadores. que servem de base para a definição da qualificação do operário e a sua inclusão nesta ou naquela categoria da escala de tarifas.

A tabela de tarifas determina a medida da remuneração do trabalho por unidade de tempo, de acordo com as diferentes categorias. As tabelas de tarifas permitem ao Estado socialista estabelecer uma remuneração diferenciada do trabalho, levando em conta a importância econômica de cada ramo, o grau alcançado pela mecanização do trabalho, as particularidades de tais ou quais regiões econômicas, etc..

Um sistema de tarifas corretamente estruturado permite a organização do salário de tal maneira, que venha a estimular o crescimento da produtividade do trabalho e interessar os trabalhadores na obtenção de uma qualificação mais elevada. Além disso, a tabela de tarifas deve ocupar o lugar fundamental no salário.

Com o objetivo da mais rápida eliminação das insuficiências na organização do trabalho e do salário e o reforçamento do interesse material pessoal dos trabalhadores

nos resultados do seu trabalho, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética aprovou a aplicação das seguintes medidas:

- ampla introdução na produção de normas de produção tecnicamente fundamentadas, correspondentes ao nível atual da técnica e da organização da produção;

- elevação da parte da tabela de tarifas nos salários e estabelecimento de corretas correlações do nível das tarifas de acordo com cada ramo e profissão, levando em conta a qualificação dos operários e a concessão de vantagens na remuneração do trabalho dos operários empregados em trabalhos pesados e em seções superaquecidas;

- regularização do salário das diferentes categorias de trabalhadores e empregados, engenheiros e técnicos; liquidação da multiplicidade de sistemas e das discordâncias nas condições de remuneração do trabalho dos engenheiros e técnicos;

- elevação do papel dos prêmios, com o fim de estimular a introdução da nova técnica, o crescimento da produtividade do trabalho e a redução do preço de custo da produção.

A introdução de normas de produção tecnicamente fundamentadas e de novas tabelas de tarifas deve ser levada a efeito a custa de um melhor aproveitamento das reservas da produção e, nesta base, do incremento da produção por operário e da elevação do salário real. Além disto, foi aprovada a elevação do salário, em primeiro lugar, dos grupos de trabalhadores com baixa remuneração, a fim de aproximar os níveis máximo e mínimo do salário.

Nas cifras de controle do desenvolvimento da economia nacional da URSS para 1959/1965, aprovadas pelo XXI Congresso do PCUS, foi prevista a conclusão da regularização do salário dos operários e empregados, iniciada nos últimos anos, através da elevação do salário dos grupos de trabalhadores com baixa e

média remuneração e a diminuição da distância entre os grupos de trabalhadores com baixa e média remuneração, por um lado; e os grupos com elevada remuneração, por outro lado.

As medidas para a diminuição das distâncias na remuneração dos diferentes grupos de trabalhadores refletem, no seu fundamento, a elevação objetivamente necessária para o socialismo, do nível técnico-cultural da classe operária e a diminuição das distâncias no nível de desenvolvimento e qualificação dos trabalhadores.

O Incessante Crescimento dos Ingressos Reais dos Trabalhadores, sob o Socialismo

Cessaram de existir, sob o socialismo, as leis da exploração capitalista, que condena os trabalhadores ao empobrecimento relativo e absoluto. A lei do desenvolvimento da sociedade socialista é o crescimento incessante do bem-estar do povo, na base do desenvolvimento da produção socialista e da elevação da produtividade do trabalho. Expressão da ação desta lei é o incessante crescimento dos ingressos reais da população, incluindo o crescimento do salário real e os recebimentos dos fundos social-culturais.

O fundamento econômico mais importante do crescimento do salário real são o ininterrupto ascenso da produção socialista, a base de uma técnica superior, e a elevação da produtividade do trabalho. Ao mesmo tempo, como já foi dito, o crescimento da produtividade do trabalho deve adiantar-se ao crescimento do salário. Se o ininterrupto crescimento da produtividade do trabalho é a base firme da contínua elevação do salário real, já a elevação do salário real conduz ao aumento dos ingressos, ao crescimento das necessidades dos trabalhadores, o que, por sua vez, serve de permanente impulsor da produção social.

O ininterrupto ascenso da produção socialista conduz ao crescimento sistemático da quantidade de operários e empregados, nas condições de considerável incremento do salário real. Sob o capitalismo, o sustento do exército do reserva de desempregados constitui pesada carga sobre as famílias

operárias e reduz o nível de vida de toda a classe operária. A ausência do desemprego na sociedade socialista libera a classe operária e a sociedade em conjunto da necessidade do sustento do exército de reserva de desempregados. A produção crescente assegura a possibilidade de trabalhar a todos os membros válidos das famílias, o que, em grau considerável, aumenta o seu ingresso comum.

Os trabalhadores da sociedade socialista estão liberados de tão enormes perdas no salário, como as que pesam sobre a classe operária dos países capitalistas, relacionados com as diferentes limitações da remuneração por motivo de sexo, idade, nacionalidade e raça. Na sociedade socialista, pela primeira vez, foi efetivado o princípio do salário igual por igual trabalho, sem distinções de sexo, idade, nacionalidade e raça. O trabalho infantil, sob o socialismo, é proibido. A efetiva igualdade de direitos entre mulheres e homens é garantida pela igual remuneração do trabalho, pela concessão as mulheres de licenças remuneradas por motivo de gravidez, pela ampla rede de maternidades, creches e jardins-de-infância, pelo pagamento de subvenções estatais as mães com prole numerosa e as mães solteiras. Qualquer que seja a limitação, direta ou indireta, do direito a remuneração do trabalho por motivo de raça ou nacionalidade, a que pertence o trabalhador, tal limitação é castigada como crime grave.

A incessante elevação do salário na sociedade socialista é condicionada, além disso, pela elevação do nível técnico-cultural dos operários, pela elevação da sua qualificação. Na sociedade socialista, o crescimento da produção está indissoluvelmente ligado ao rápido progresso técnico. As velhas profissões do pesado trabalho manual são substituídas por novas profissões de trabalho qualificado e melhor remunerado, apoiadas na técnica mais recente.

Um grande fator do incessante crescimento do salário real reside na política, consequentemente aplicada pelo Estado socialista, de rebaixa dos preços das mercadorias de consumo popular e de elevação da capacidade aquisitiva do dinheiro.

Na URSS, a rebaixa dos preços no varejo das mercadorias

de amplo consumo, promovida durante o período de 1947 a 1957, conduziu à redução do nível geral desses preços em 2,3 vezes, em resultado do que a população recebeu considerável ganho. Durante estes mesmos anos, em virtude do aumento da carestia de vida nos países capitalistas, o índice do custo de vida, segundo dados oficiais, elevou-se, nos Estados Unidos, em 26%, e, na Inglaterra, em 62%.

Com a nacionalização da terra, cessou o enorme tributo, que, sob o capitalismo, os proprietários de terrenos urbanos cobram da sociedade, sob a forma de renda da terra. No orçamento da família operária de antes da revolução e nos países capitalistas atuais, o pagamento do aluguel de casa, do aquecimento e da iluminação absorve considerável parte do salário. Sob o socialismo, graças à propriedade social da terra, do fundo residencial das cidades e das instituições de serviços públicos, os gastos com aluguel de casa e serviços públicos ocupam um peso específico muito pequeno no orçamento da família operária, o que constitui uma condição essencial para a elevação do salário real.

A grande envergadura da construção residencial assegura, na União Soviética, o sistemático melhoramento das condições de habitação dos trabalhadores.

O fundo residencial total nas cidades e nos povoados de tipo urbano aumentou, durante os anos do poder soviético, em mais de 4 vezes. Somente durante o período de 1946 a 1958, nas cidades e colônias operárias, foram construídas e restauradas casas residenciais com uma área total de 419 milhões de metros quadrados, o que ultrapassa em 2,3 vezes todo o fundo residencial urbano da Rússia de antes da revolução. A construção residencial se desenvolveu, em grandes proporções, também na aldeia. Durante o mesmo período, foram construídas, pelos colcosianos e pela intelectualidade rural, 7 milhões de casas residenciais. Entretanto, particularmente em consequência das enormes destruições do fundo residencial pelos invasores germano-fascistas e do crescimento da população industrial, a exigência de habitações continua ainda aguda, ao passo que os ritmos da construção residencial se

atrasam com relação as rapidamente crescentes necessidades da população. A fim de satisfazer estas necessidades, promove-se doravante o amplo desenvolvimento da construção residencial e a elevação da sua qualidade. Na resolução do Comitê Central do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS, Sobre o Desenvolvimento da Construção Residencial (31 de julho de 1957), foi apresentada a grandiosa tarefa de liquidar, nos próximos 10 a 12 anos, as insuficiências de habitações para os trabalhadores. De 1959 a 1965, prevê-se edificar, nas cidades, nas colônias operárias e nos povoados dos sovcoses, das estações de reparação técnica e da indústria florestal, por conta de inversões estatais de capital e de meios da população, casas residenciais cem uma área total de 650 a 660 milhões de metros quadrados, ou seja, cerca de 15 milhões de apartamentos. Nas localidades rurais, serão edificadas cerca de 7 milhões de casas. Este programa está sendo realizado com êxito.

Na sociedade socialista, não pesa sobre os operários e empregados a pesada carga de impostos, que as massas trabalhadoras dos países capitalistas são obrigadas a suportar. Na URSS, os operários e empregados gastam, como pagamento de impostos, apenas uma parte insignificante do salário. Ao mesmo tempo, os impostos são destinados a necessidades da economia nacional e a medidas social-culturais. Em ligação com o ulterior crescimento da produtividade do trabalho e com o incremento das acumulações das empresas socialistas, a cobrança de impostos da população perde sua significação, ainda mais porque os ingressos resultantes dos impostos representam, ao todo, somente 7,8% da receita do orçamento estatal. Isto dá a possibilidade de renunciar, nos próximos anos, a cobrança de impostos da população.

Um fator muito importante do crescimento dos ingressos reais dos operários e empregados reside nos meios sempre crescentes, que o Estado socialista emprega nos fundos social-culturais.

Nas condições do socialismo, uma parte considerável e sempre crescente de bens materiais e culturais é distribuída entre os membros da sociedade, independente da quantidade e

qualidade do seu trabalho, além do salário, ou seja, gratuitamente. Incluem-se aí os bens materiais e culturais, distribuídos dos fundos social-culturais ou fundos para satisfação conjunta das necessidades.

Os gastos, para estes fins, do orçamento estatal e por conta das empresas, cresceram de 32 bilhões de rublos em 1937 a 42 bilhões de rublos em 1940, 80 bilhões de rublos em 1946 e 201 bilhões de rublos em 1957. Por conta dos recebimentos dos fundos social-culturais, os ingressos dos operários e empregados aumentaram aproximadamente de um terço, acima do salário.

À medida do avanço da sociedade socialista para o comunismo, crescerão a importância das formas gratuitas de distribuição de bens materiais e culturais e o seu papel no crescimento do bem-estar dos membros da sociedade

"Esta parte do fundo social de consumo aumentará cada vez mais, o que é uma importante premissa para a gradual transição ao princípio comunista de distribuição."[(183)]

Na sociedade socialista, o seguro social dos operários e empregados é obrigatório e se realiza inteiramente a custa de meios estatais e sociais, a custa de descontos dos ingressos das empresas, sem quaisquer descontos do salário dos operários e empregados, ao tempo em que, no mundo capitalista, o seguro social existe somente em alguns países, enquanto os operários são obrigados a pagar as contribuições de previdência com uma considerável parte do próprio salário.

No primeiro plano quinquenal, o Estado soviético gastou 8,9 bilhões de rublos com o seguro social; no segundo plano quinquenal, 32,1 bilhões; no quarto plano quinquenal, 79,1 bilhões de rublos; no quinto plano quinquenal, 117,1 bilhões de rublos. Todos os operários e empregados recebem, por conta do Estado, férias remuneradas com uma duração nunca inferior a duas semanas e com prazos mais prolongados para os trabalhadores de uma serie de profissões. De 1940 a 1958, os gastos do orçamento estatal da URSS para fins social-culturais, incluindo o seguro social estatal, aumentaram em 5,2 vezes. As consignações estatais para a instrução popular aumentaram,

neste mesmo período, de 22,6 bilhões a 66,1 bilhões de rublos; para a saúde pública e educação física, de 10,5 bilhões a 44,1 bilhões de rublos; para o seguro social, de 6,6 bilhões para 78,7 bilhões de rublos. Enormes meios são gastos para o pagamento de subvenções às mães com prole numerosa e as mães solteiras. Assim, por exemplo, em 1958, a soma de tais subvenções, pagas pelo Estado, foi de 5,3 bilhões de rublos.

Além disso, os gastos em medidas social-culturais são promovidos, em considerável medida, com os meios das empresas e organizações estatais, cooperativas e sociais, bem como dos colcoses. Estes gastos representam aproximadamente 10 a 12% da soma total de gastos do orçamento estatal da URSS em medidas social-culturais.

Grande importância, na causa da elevação do nível de vida dos trabalhadores da URSS, tem a lei, aprovada em 1956, sobre as pensões estatais, que prevê a elevação das pensões aos operários e empregados, que trabalham muitos anos para o bem da sociedade socialista; das famílias dos operários e empregados, que perderam seu arrimo da família; dos inválidos do trabalho e de guerra, bem como dos membros das famílias dos trabalhadores, que deram a sua vida em defesa da pátria socialista.

Desta maneira, por conta dos gastos do Estado e das organizações sociais para exigências social-culturais, são satisfeitas muitas necessidades materiais e culturais dos operários e empregados, o que constitui um importante fator do incessante crescimento dos ingressos reais dos operários e empregados.

Concentrando em suas mãos todas as alavancas determinantes do bem-estar material dos trabalhadores, o Estado socialista promove uma política de sistemática elevação dos ingressos reais.

Como já foi dito, os ingressos reais dos operários, ocupados na indústria e na construção, cresceram, na URSS, calculando por operário individual, em 3,4 vezes, de 1913 a 1956; levando em conta a liquidação do desemprego, cresceram em

3,7 vezes e, levando em conta a redução da jornada de trabalho, ou seja, por cada hora de trabalho, em 4,8 vezes.

Um crescimento tal dos ingressos reais dos operários, na URSS, em comparação com a época anterior a revolução, resultou de uma série de fatores. O salário em dinheiro aumentou muito mais do que os preços das mercadorias e o pagamento de serviços. A parte das despesas com aluguel de casa e serviços públicos, que, antes da revolução, representava mais de 20% do orçamento dos operários e, numa série de casos, até um terço dos salários, agora diminuiu em 5 ou 6 vezes. Além do salário, os operários da URSS recebem consideráveis somas por conta do Estado, sob a forma de pagamento de seguro social, diferentes subvenções, facilidades, pensões, estipêndios, férias remuneradas, instrução gratuita, assistência médica, etc.. Já na época anterior a revolução, os operários que e não recebiam qualquer soma além do salário e, como regra, não gozavam de férias remuneradas. No cálculo dos ingressos reais dos operários é considerado que, na URSS, foi inteiramente liquidado o desemprego e, desta maneira, garantido o pleno emprego de todos os membros válidos das famílias operárias. Por último, é preciso ter era vista que, na URSS, a jornada de trabalho é consideravelmente mais curta do que na Rússia de antes da revolução e, consequentemente, o operário recebe um salário mais alto por cada hora de trabalho.

Os êxitos no desenvolvimento da economia socialista permitem ao Estado soviético levar a efeito ulteriores medidas para o melhoramento da situação dos trabalhadores, visando a elevação do salário e a redução da jornada de trabalho. Assim, a partir de 19 de janeiro de 1957, foi elevado em cerca de 33% o salário dos operários e empregados com baixa e média remuneração.

No plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS, prevê-se a elevação dos ingressos reais de operários é empregados (contando por operário individual) em 40%, tanto como resultado do crescimento do salário em dinheiro, do crescimento dos pagamentos pelos fundos social-culturais, como também por meio da posterior redução dos

preços na alimentação pública. No decurso do setênio, deve ser concluída a elevação do salário dos grupos de operários e empregados com baixa e média remuneração, passando de 270 e 350 a 500 e 600 rublos em duas etapas (1959/1962 e 1963/1965). Em ligação com a elevação do salário mínimo, traçou-se a elevação dos limites mínimos das pensões por velhice, invalidez e perda do arrimo de família.

Uma atenção particular é dedicada ao melhoramento das condições da existência das mulheres. Em 1956, foi aumentada a licença por gravidez e parto de 77 a 112 dias de calendário, com o pagamento, durante este período, de uma subvenção, de acordo com o regulamento estabelecido.

Em correspondência com as decisões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realiza-se, desde 1957, a passagem de todos os operários e empregados para o dia de trabalho de sete horas. Ao mesmo tempo, os operários das profissões dirigentes na indústria carbonífera e mineira, ocupados em trabalhos no subsolo, passarão para o dia de trabalho de seis horas.

Prevê-se que estas medidas estarão concluídas em 1960. Foi restabelecida a jornada de trabalho de seis horas para os adolescentes da 16 a 18 anos. Para os dias de vésperas de dias de repouso ou feriados, foi estabelecida, em 1956, a redução da jornada de trabalho em duas horas, ou seja, a sua duração em seis horas. O plano setenal prevê realizar, em 1962, a passagem dos operários e empregados com uma jornada de trabalho de sete horas para a semana de trabalho de 40 horas, e, em 1964, começar gradativamente a passagem para a semana de 35 horas, devendo os trabalhadores, ocupados no subsolo e em trabalhos de condições nocivas, passar para a semana de 30 horas de trabalho. Tais medidas deverão estar concluídas entre 1966 e 1968.

A transição a jornada de trabalho reduzida é promovida sem diminuição do salário dos operários e empregados.

A incessante elevação dos ingressos reais conduz ao melhoramento da alimentação dos trabalhadores da sociedade

socialista, ao incremento do seu consumo de artigos industriais e ao crescimento das suas poupanças. Os depósitos dos trabalhadores nas caixas econômicas cresceram, de 1940 a 1958, em 12 vezes. Nas condições da sociedade socialista, em que está garantido o direito ao trabalho, ao repouso, a segurança material na velhice, bem como por motivo de doença e de invalidez, o aumento das poupanças constitui um índice evidente do crescimento do bem-estar da população.

Notas de rodapé:

(177) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 13.

(178) F. Engels, Anti-Dühring, 1953, p. 188.

(179) V.I. Lênin, Estado e Revolução, Obras, t. XXV, p. 441.

(180) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os anos de 1959 a 1969. Informe de N.S. Kruschiov a 27 de janeiro de 1959 , em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 90.

(181) K. Marx, O Capital, t. III, p.p. 889/890.

(182) V.I. Lênin, Sobre os Sindicatos, Sobre o Momento que Passa e Sobre os Erros de Trotski, Obras, t. XXXII, p. 2.

(183) Resolução Sobre o Informe do Camarada N.S. Kruschiov "Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965" em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 155.

Capítulo XXX — O Cálculo Econômico e a Rentabilidade. Preço de Custo e o Preço[184]

O Cálculo Econômico e a Rentabilidade das Empresas Socialistas

O regime econômico do socialismo está livre das contradições do capitalismo, que engendram imenso desperdício de recursos materiais e de trabalho. O sistema socialista planificado de economia nacional abre a possibilidade e condiciona a necessidade da máxima economia de meios de produção e de trabalho, em comparação com todos os modos de produção precedentes.

Todas as formas de variada economia na sociedade reduzem-se, no final das contas, a poupança de tempo de trabalho, a economia de trabalho vivo e passado, isto é, significam o crescimento da produtividade do trabalho social.

"Quanto menos tempo necessita a sociedade para a produção de trigo, de gado, etc. — escreveu Marx —, tanto mais tempo ganhará ela para outra produção, material ou espiritual. Tanto para o indivíduo especificamente, como também para a sociedade, a multilateralidade do seu desenvolvimento, do seu consumo e da sua atividade dependem da poupança de tempo."[185]

A economia de tempo de trabalho representa uma necessidade objetiva para a sociedade socialista, constituindo um dos fatores decisivos do ininterrupto crescimento da produção.

Daí decorre a enorme significação da consequente aplicação do regime de poupança, para a economia socialista. O regime de poupança é o princípio da administração socialista, que consiste em poupar o tempo de trabalho e os meios materiais e monetários, em todas as empresas e instituições, no interesse de toda a sociedade. A realização da mais rigorosa economia de recursos constitui uma das tarefas fundamentais

da atividade econômico-organizadora do Estado socialista e uma obrigação de todos os dirigentes das empresas e instituições. O Partido Comunista, o Estado socialista, os sindicatos e outras organizações sociais mobilizam os trabalhadores para a luta contra quaisquer perdas e desperdícios na economia nacional, pela integral conservação dos bens da sociedade e pela poupança, a fim de que cada hora de gasto de trabalho social, cada unidade de equipamento, de combustível, de energia, de matéria-prima, dê um resultado produtivo cada vez maior.

Em oposição ao regime capitalista, em que a economia de gastos de produção é alcançada as custas dos trabalhadores, através da acentuação de sua exploração, no regime socialista, a economia de gastos de trabalho e de meios materiais serve aos interesses de toda a sociedade, conduz ao melhoramento da situação dos trabalhadores, e, por isto, constitui uma causa de todo o povo.

A poupança de meios, o racional aproveitamento dos recursos materiais e de trabalho, a máxima mobilização das reservas internas da economia nacional adquirem particular significação, na URSS, no período da construção desenvolvida do comunismo. Isto decorre do gigantesco crescimento das escalas da produção social e dos gastos de capital, bem como da necessidade de ganho de tempo na competição econômica pacífica entre os dois sistemas, o socialista e o capitalista.

Segundo o plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS, o volume unicamente das inversões estatais de capital crescerá, em comparação com o setênio precedente, em 1,8 vezes, totalizando a soma de cerca de 2 trilhões de rublos, o que quase equivale ao volume de inversões de capital na economia nacional, durante todos os anos do poder soviético. Em consequência, cada 1% de poupança nas inversões estatais de capital dará, durante o setênio, aproximadamente 20 bilhões de rublos. O custo de produção na indústria, na construção, no transporte e nos sovcoses, deve ser reduzido, durante o setênio, aproximadamente em 850 bilhões de rublos, o que equivale quase a metade do volume das

inversões estatais de capital, durante estes anos.

A economia de recursos sociais constitui uma das tarefas mais importantes, tanto da planificação estatal centralizada, que fixa as proporções adequadas no processo da reprodução ampliada em escala de toda a economia nacional, como também da planificação local. A isto se liga indissoluvelmente também a economia do trabalho vivo e materializado nas empresas socialistas, que se realiza por meio do cálculo econômico. Lênin indicou que edificar o socialismo e conduzir dezenas e dezenas de milhões de homens para o comunismo é possível

"não diretamente sobre o entusiasmo, mas, com a ajuda do entusiasmo, gerado pela grande revolução, sobre o interesse pessoal, sobre o cálculo econômico."(186)

O cálculo econômico é a forma de gestão planificada da economia das empresas socialistas, condicionada pela ação da lei do valor, e que expressa, pela medida em dinheiro, os gastos e resultados da atividade econômica, a compensação da despesa da empresa com a sua própria receita, a poupança de meios e a garantia da rentabilidade da produção.

O cálculo econômico é uma categoria econômica objetivamente necessária nas condições do socialismo. Uma vez que, na sociedade socialista, existe a produção e circulação mercantil, o custo e os resultados da produção socialista, a receita e a despesa dás empresas, como foi demonstrado, inevitavelmente devem ser expressas e medidas pelo valor, em forma monetária. Um dos traços característicos do cálculo econômico é precisamente a utilização da forma monetária do valor para o cálculo dos gastos, para comensurar a despesa com a receita da empresa, para a determinação do grau de sua rentabilidade ou estado deficitário.

As empresas socialistas realizam a sua produção, no processo da circulação mercantil, por preços planificadamente fixados, ou seja, realizam a sua produção com tais ou quais desvios do valor das mercadorias. Uma vez que a circulação mercantil se leva a efeito com a consideração das exigências da

lei do valor, as empresas compensam os seus gastos de produção com os ingressos recebidos da realização das mercadorias. A compensação pelas empresas dos gastos de produção das mercadorias, com os próprios ingressos provenientes da sua realização, constitui um traço distintivo do cálculo econômico.

A exigência da lei do valor consiste em que os preços das mercadorias correspondam aos gastos de trabalho socialmente necessários. A lei do valor estimula as empresas a conseguir que os seus gastos individuais para a produção de uma mercadoria dada não sejam superiores, mas, na medida do possível, inferiores aos gastos socialmente necessários. Se os gastos individuais da empresa forem superiores aos gastos socialmente necessários, que determinam os preços, então esta empresa não poderá cobrir inteiramente os seus gastos e pode apresentar-se deficitária. As empresas, em que os gastos individuais correspondem aos gastos socialmente necessários ou lhes são inferiores, apresentam-se numa situação mais vantajosa, assegurando a rentabilidade da produção. A rentabilidade da empresa significa que os seus ingressos provenientes da realização da produção não somente compensam o preço de custo, mas formam também um excedente sobre a soma dos gastos da empresa. A rentabilidade é um dos índices mais importantes da eficiência econômica da atividade da empresa num determinado período de tempo. O cálculo econômico coloca as empresas numa situação em que elas são compelidas a conseguir a máxima economia dos seus recursos e possuir rentabilidade.

Sendo condicionado pela ação da lei do valor, o cálculo econômico é, ao mesmo tempo, um meio necessário para a realização das exigências da lei econômica fundamental e de outras leis econômicas do socialismo.

Ao estimular a poupança de tempo de trabalho e a mobilização das reservas internas das empresas, o cálculo econômico assegura a acumulação socialista e contribui para a ininterrupta ampliação da produção socialista, a base da aplicação da técnica avançada, no interesse da satisfação das

crescentes necessidades e do ascenso do bem-estar das massas trabalhadoras.

O cálculo econômico é uma condição necessária da realização das exigências da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional. Representando um instrumento de fortalecimento e de desenvolvimento da economia socialista planificada, o cálculo econômico é utilizado para alcançar os melhores resultados econômicos com os menores gastos, através do eficiente aproveitamento de todos os recursos. O cálculo econômico é um instrumento de direção planificada das empresas, de cumprimento e superação dos planos. Serve de meio de controle da execução dos planos, de acordo com os seus índices quantitativos e qualitativos.

Como forma de gestão planificada da economia, o cálculo econômico pressupõe, de cada empresa, a severa observância dos planos econômicos de produção, em suas expressões física e monetária, das normas produtivas e financeiras estabelecidas, dos preços rigidamente planificados, de todas as suas obrigações diante do Estado e os seus órgãos, etc.. A contraposição dos interesses da empresa isolada aos interesses estatais gerais, trazendo dano ao Estado, é uma deformação de princípio da essência do cálculo econômico como método socialista de administração, subordinado aos interesses gerais do povo. Desta maneira, o método de cálculo econômico se distingue, radicalmente, dos métodos de administração capitalista, característicos da propriedade privada, que se aplicam, nas condições da concorrência e da anarquia da produção, com o fim da obtenção do máximo lucro.

Na sua atividade econômica planificada, a sociedade socialista parte da necessidade de garantir, não só a rentabilidade das empresas e dos ramos isolados, mas também a rentabilidade do ponto de vista da economia nacional como um todo, num longo período de tempo. Tal compreensão da rentabilidade contraria a compreensão capitalista privada e constitui uma das superioridades do socialismo, que permite mais certeiramente realizar a construção, que possua maior

significação para a economia nacional, e introduzir na produção as mais recentes conquistas da ciência e da técnica.

A rentabilidade das empresas é um fator vitalmente importante para o desenvolvimento da sociedade socialista. Ela assegura a sociedade a acumulação necessária para a ininterrupta e rápida ampliação da produção. Ao mesmo tempo, também podem existir, na economia socialista, empresas de grande importância econômica, mas temporariamente sem rentabilidade ou mesmo deficitárias. O Estado sustenta estas empresas por meio de dotações. Uma vez que o sistema de dotações conduz ao debilitamento do cálculo econômico, o Estado toma medidas no sentido de que as empresas deficitárias adquiram rentabilidade no mais curto prazo possível, a fim de que cesse a necessidade de lhes conceder dotações. A condição normal do trabalho da empresa socialista é a sua rentabilidade.

Atualmente, a indústria da URSS possui rentabilidade. Entretanto, numa série de ramos, que, no seu todo, possuem rentabilidade, existem não poucas empresas deficitárias, cujos dirigentes cometem infrações do cálculo econômico, apenas aplicando-o formalmente. O fortalecimento do cálculo econômico exige dos órgãos econômicos a luta pelo cumprimento dos planos de acumulação em todas as empresas.

Na medida em que está orientado para a poupança de trabalho vivo e materializado, o cálculo econômico serve de meio necessário para a realização das exigências da lei do incessante crescimento da produtividade do trabalho. A observância do cálculo econômico incita a melhorar o equipamento técnico do trabalho, a melhor utilizar os meios de produção e a força de trabalho, a aperfeiçoar a organização do processo produtivo.

O cálculo econômico se baseia no interesse material da empresa, de todo o coletivo de trabalhadores e do pessoal dirigente no sentido da execução do plano, do rápido e ininterrupto crescimento da produção, da administração econômica e racional, da garantia da rentabilidade da empresa.

O interesse material da empresa e dos seus trabalhadores

na execução do plano, no ascenso da produção, é assegurado, antes de tudo, pelo fato de que a empresa recebe meios monetários na dependência dos resultados da sua atividade econômica. Além disso, fica a disposição da empresa, parte da renda (do lucro), que se destina a complementação dos meios de rotação, sendo aplicada neste ou naquele grau para inversões de capital, para o melhoramento das condições culturais e de existência dos operários e empregados, para premiar os melhores trabalhadores, etc..

O cálculo econômico está ligado a utilização da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho. A distribuição de acordo com o trabalho assegura o interesse material pessoal dos trabalhadores na elevação da produtividade do trabalho, na poupança de recursos, conduzindo ao fortalecimento do cálculo econômico. Por sua vez, o cálculo econômico favorece a consequente aplicação da lei da distribuição de acordo com o trabalho e o crescimento do bem-estar dos trabalha- dores. Quanto mais elevada a renda da empresa, tanto maiores serão as suas possibilidades para estimular os seus trabalhadores, por meio do melhoramento da sua situação material e das suas condições culturais e de existência, para premiar os produtores de vanguarda. Quanto mais desenvolvido o cálculo econômico, tanto mais amplamente se aplica o pagamento de prêmios pela economia de recursos, pelo incremento da produtividade do trabalho e pela rentabilidade da produção.

No cálculo econômico se expressam as relações mútuas entre a sociedade socialista e as empresas isoladas, bem como as relações mútuas das empresas socialistas isoladas entre si.

O cálculo econômico, nas empresas estatais, se fundamenta na combinação da direção das empresas socialistas pelo Estado e os seus órgãos com a autonomia econômico-operativa de cada empresa. A autonomia econômico-operativa da empresa se expressa no fato de que ela recebe, a sua disposição, os meios do Estado, materiais e monetários, e possui a possibilidade de manifestar ampla iniciativa e capacidade de manobra na utilização a mais racional destes meios, no sentido

do melhor cumprimento possível das tarefas planificadas.

O Estado socialista reserva meios materiais e monetários para cada uma das suas empresas. Como unidade econômica juridicamente autônoma, a empresa entra em relações econômicas com outras empresas e organizações, completa os seus quadros e organiza a sua atividade no que se refere a produção, ao abastecimento e ao escoamento. A empresa tem uma conta no Banco do Estado para depositar os seus meios monetários, recebe o direito de utilizar o crédito bancário e possui um balanço contábil autônomo.

A fim de eliminar a excessiva centralização na resolução das questões econômicas e reforçar a iniciativa das empresas, eleva-se cada vez mais a sua autonomia econômico-operativa e ampliam-se os direitos dos diretores das empresas no terreno da planificação, da realização de grandes construções, da aquisição e realização de valores materiais, das finanças, dos quadros de pessoal e do salário.

A autonomia econômico-operativa das empresas estatais se efetiva nos marcos da propriedade de todo o povo sobre os meios de produção: o Estado socialista permanece proprietário dos meios de produção transferidos para o uso de determinada empresa. O Estado socialista organiza planificadamente os vínculos entre as diferentes empresas, tomando em conta o papel de cada uma delas no sistema total da economia nacional. As relações entre as empresas socialistas não são relações de concorrência, como acontece sob o capitalismo, nas relações de colaboração, com o objetivo de cumprir as tarefas de interesse de todo o povo.

O cálculo econômico implica em responsabilidade material da empresa estatal e dos seus dirigentes diante do Estado, pela execução do plano, pela racional utilização dos recursos e pelos resultados financeiros do trabalho. No início da NEP, quando da passagem da indústria para o cálculo econômico, Lênin indicava:

"Os trustes e empresas se baseiam no cálculo econômico precisamente para que respondam e, ao fazê-lo, respondam

inteiramente pelo estado não deficitário de suas empresas."[187]

A empresa é responsável pelo correto e pontual pagamento do salário aos seus operários e empregados. A empresa responde pelo pontual e integral cumprimento das obrigações de pagamento para com o orçamento estatal, pela justa utilização dos meios orçamentários e créditos bancários recebidos.

O cálculo econômico pressupõe a responsabilidade material da em- presa, diante de outras empresas e organizações econômicas no que se refere ao cumprimento de suas obrigações.

O cálculo econômico pressupõe o permanente controle pelo rublo da atividade da empresa e de suas partes em separado. O controle pelo rublo consiste no seguinte: através dos índices monetários da atividade econômica da empresa (preço de custo, rentabilidade, etc.), revela-se a qualidade do seu trabalho; o recebimento de meios monetários pela empresa encontra-se na dependência da qualidade do seu trabalho, do grau em que cumpre o plano: da empresa é exigido o oportuno pagamento em dinheiro das suas obrigações (reembolso dos empréstimos bancários, entregas ao orçamento e outras); as empresas são obrigadas a promover em tempo ajustamentos de contas com outras empresas (fornecedoras ou compradoras), de acordo com os contratos concluídos entre elas. O controle pelo rublo do trabalho das empresas é promovido pelas organizações econômicas, pelos órgãos financeiros e pelo sistema bancário. As empresas ligadas por contratos econômicos realizam o controle recíproco pelo rublo. Dentro da empresa, o controle pelo rublo se realiza através do cálculo e da confrontação, em forma monetária, dos gastos e resultados da produção.

Na dependência das condições concretas de cada empresa, a racional organização da produção socialista nas empresas exige a utilização, neste ou naquele grau, do cálculo econômico fabril interno, ou seja, da aplicação de elementos do cálculo econômico nas seções, nos setores produtivos da empresa. A seção e o setor são partes da empresa, que possuem certa autonomia no sentido técnico-produtivo, porém não

autonomia econômico-operativa, como a que é inerente a empresa. Por isso, o cálculo econômico aplica-se, em tal caso, em grau limitado. Os elementos fundamentais do cálculo econômico nas seções e nos setores produtivos são os seguintes: cálculo dos gastos em forma monetária, confronto destes gastos com as tarefas planificadas, estímulo material dos trabalhadores que atingem melhores índices no terreno da poupança de recursos.

Ao elevar o interesse material da empresa e dos seus trabalhadores nos resultados da produção, no cumprimento do plano, a consequente aplicação do cálculo econômico contribui para o crescimento da atividade; produtiva e da emulação socialista das massas pela plena e racional utilização dos recursos, pela gestão da economia com espírito de poupança e prudência. O cálculo econômico é orientado para o incessante melhoramento da utilização de todos os recursos, que se encontram a utilização das empresas.

A aplicação do cálculo econômico é uma necessidade econômica objetiva para todas as empresas socialistas e ramos da economia socialista — indústria, transporte, construção, agricultura (para os sovcoses, estações de reparação técnica, colcoses), comércio. Ao mesmo tempo são inevitáveis certas diferenças nas formas concretas do cálculo econômico, de acordo com as particularidades dos ramos e empresas, em que ele é aplicado. Assim, a peculiaridade da aplicação do cálculo econômico nos colcoses é determinada palas particularidades da propriedade cooperativo-colcosiana, pelo peso específico consideravelmente maior das formas naturais de administração e outras. As tarefas do ulterior desenvolvimento da economia soviética e da vitoriosa construção do comunismo na URSS exigem a aplicação cada vez mais consequente e ampla do cálculo econômico em todos os ramos da economia nacional.

Os Fundos das Empresas Socialistas, sua Rotação e Eficiência de Utilização

Os meios materiais e monetários das empresas socialistas constituem os fundos destas empresas. À diferença do capital,

que expressa relações de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, os fundos das empresas socialistas representam propriedade social e são utilizados no interesse de toda a sociedade. Os fundos das empresas estatais são propriedade de todo o povo, colocada a disposição daquelas empresas. Os fundos das empresas cooperativas são sua propriedade cooperativa.

Os meios de produção, dos quais dispõem as empresas socialistas, constituem seus fundos produtivos. Os fundos produtivos das empresas socialistas se apresentam tanto na expressão física, material, como na expressão de valor, monetária. As empresas recebem os meios de produção, não como fornecimento não monetário, mas através da compra desses meios de produção por dinheiro, pelos preços correspondentes. Por conseguinte, os fundos da empresa passam pelo estádio da circulação. Ao mesmo tempo, no processo da circulação, os fundos monetários da empresa, que adquiriu os meios de produção, convertem-se em fundos produtivos. Inicia-se, a seguir, o estádio da produção, do consumo produtivo dos meios de produção, de sua conversão em artigos acabados. Por fim, o estádio da produção é de novo substituído pelo estádio da circulação, quando se processa a venda, a realização dos artigos acabados pela empresa, que recebe por eles a soma correspondente de meios monetários.

Desta maneira, os fundos de cada empresa completam, de modo planificado, uma rotação ininterrupta, passando sucessivamente peio estádio da produção e pelo estádio da circulação. Em correspondência com tais estádios, os fundos mudam a sua forma: a forma monetária passa para a produtiva, a produtiva para a mercantil, a mercantil para a monetária, e assim por diante.

No processo do consumo produtivo dos meios de produção, o seu valor se transfere ao produto recém-criado, entrando na composição do seu valor. Graças a isto, na realização dos artigos acabados, o valor dos fundos produtivos gastos retorna a empresa, o que garante a sua reposição.

Na dependência do caráter da rotação, os fundos

produtivos da empresa se dividam em básicos e circulantes.

Os fundos básicos servem à produção no decurso de vários ciclos de produção, conservando, neste ínterim, sua forma física. O valor dos fundos básicos entra nos gastos de produção gradualmente, por partes, na medida do desgaste destes fundos. Os fundos produtivos básicos da empresa incluem os meios de trabalho: edifícios produtivos, construções, máquinas, instrumentos e utensílios de longa duração, os meios de transporte. Os fundos circulantes consomem-se inteiramente, no processo produtivo, no decurso de um período de produção, mas o seu valor, neste ínterim, entra inteiramente nos gastos de produção da mercadoria. Os fundos produtivos circulantes da empresa incluem: matérias-primas, materiais, combustíveis, semifabricados e outros objetos de trabalho.

Além dos fundos, que se encontram na esfera da produção, a empresa dispõe de meios, que funcionam na esfera da circulação, ou fundos de circulação. Os fundos de. circulação consistem da produção pronta para a realização e dos meios monetários da empresa, necessários para a compra da matérias-primas, de combustíveis, para o pagamento do salário, etc..

Os fundos produtivos circulantes e os fundos de circulação constituem, na sua totalidade, os meios de circulação da empresa. Os meios de circulação da empresa se dividem em próprios e emprestados. A formação dos meios de circulação próprios e emprestados se realiza de modo planificado.

Os meios de circulação próprios são consignados a empresa pelo Estado na medida do necessário para a satisfação das suas exigências permanentes. A exigência complementar, ou temporária, da empresa em meios de circulação, ligada, por exemplo, a necessidade da formação de reservas estacionais de matérias-primas, de combustíveis, encontrando-se as mercadorias a caminho, é coberta por meios emprestados, por créditos do Banco do Estado (GOSBANK), pela utilização dos quais o GOSBANK cobra determinado pagamento de juros. Tal processo de consignação dos meios de circulação estimula a sua

utilização mais racional e econômica possível pela empresa e a aceleração da sua rotação.

A eficiência da utilização dos fundos produtivos é um dos índices mais importantes da qualidade do trabalho das empresas.

Além dos fundos produtivos e dos fundos de circulação, a empresa possui também fundos básicos para fins de consumo: casas residenciais, clubes e outros edifícios de utilização cultural e social, com as suas instalações.

Os fundos produtivos básicos representam o aparelho produtivo da sociedade socialista. O volume e o grau de utilização dos fundos básicos é o fator primacial, que determina as dimensões da produção.

Na permanente renovação dos fundos básicos, no seu aperfeiçoamento técnico e modernização, encerra-se uma condição do progresso técnico. Ao assegurar o progresso técnico, a permanente renovação dos fundos básicos oferece economia de trabalho social. O cálculo econômico contribui para o emprego mais completo possível do equipamento existente e, ao mesmo tempo, estimula a inovação técnica, que conduz a elevação da eficiência econômica da produção.

O sistema socialista de economia abre enormes possibilidades, inacessíveis ao capitalismo, de desenvolvimento da produção e de aceleração do progresso técnico, o que está irrefutavelmente demonstrado pelos ritmos excepcionalmente elevados de crescimento da produção e da técnica, na URSS e em todo o sistema mundial do socialismo. Entretanto, tais possibilidades ainda são aproveitadas insuficientemente, o que exige considerável trabalho para o melhoramento dos métodos de planificação, de organização e de estímulo para a introdução da nova técnica. Em particular, têm grande importância o considerável melhoramento ulterior do financiamento e do fornecimento de créditos para a introdução da nova técnica, a fim de que a produção tenha dela suficiente provisão material e a assimile; a regularização da formação dos preços dos novos tipos de produção, a fim de que os preços estimulem tanto a

fabricação como a utilização desta produção; a rápida elevação dos estímulos econômicos para as empresas e para o interesse material pessoal dos seus trabalhadores com relação a introdução da técnica e da tecnologia novas, da mecanização complexa e da automatização, utilizando para isto um sistema eficiente de prêmios, etc..

A invenção e a aplicação a produção de máquinas novas, mais produtivas e econômicas, conduzem a que as máquinas envelhecidas se desvalorizem, submetendo-se a um desgaste moral antes de concluído o prazo do seu desgaste físico. O progresso técnico e o crescimento da produtividade do trabalho conduzem a redução do valor das máquinas em funcionamento. A categoria do desgaste moral das máquinas tem, na sociedade socialista, importante significação, uma vez que os rápidos ritmos de progresso técnico provocam a necessidade de substituir sem demora a técnica velha pela nova, e a nova pela novíssima. Este é um dos fatores que garantem a vitória do sistema socialista de economia na competição econômica com o sistema capitalista. O desgaste moral das máquinas, nas condições do socialismo, diferencia-se, por princípio, do desgaste moral das máquinas, sob o capitalismo. A substituição do equipamento envelhecido pelo novo e a modernização do equipamento existente não se processam, sob o socialismo, espontaneamente e através da luta de concorrência, mas de modo planificado, motivo por que tais substituição e modernização não levam a ruína e a morte das pequenas e médias empresas e não são acompanhadas pelos desperdícios de forças produtivas, que têm lugar sob o capitalismo. A gestão planificada da economia nacional abre amplas possibilidades para a utilização racional de toda a técnica existente, partindo das exigências de aceleração do progresso técnico, da garantia de elevados ritmos de crescimento de todo o produto social e da economia de gastos sociais.

Para a compensação dos fundos básicos, que se gastam nas empresas, existe o fundo de amortização. Os descontos para a amortização devem assegurar a permanente renovação técnica do aparelho produtivo. O fundo de amortização se

forma através da inclusão, nos gastos de produção de cada unidade de produto, de determinada parte do valor dos fundos básicos, correspondente ao seu desgaste. Uma parte dos meios do fundo de amortização das empresas industriais, em medida que o Estado determina, é utilizada, de modo planificado, para a reposição dos fundos básicos inutilizados, enquanto outra parte permanece a disposição da empresa para a reparação total dos fundos básicos em funcionamento.

As errôneas afirmações de que, sob o socialismo, como que somente tem lugar o desgaste físico das máquinas e inexiste o seu desgaste moral, condicionado pelo progresso técnico, conduziram na prática a subestimação das normas de amortização e, com isto, frearam a renovação dos fundos básicos. Os descontos para amortização devem compensar o desgaste efetivo dos fundos básicos, considerando não apenas o seu desgaste físico, mas também moral. Ao mesmo tempo, as normas de amortização excessivamente altas, não requeridas pelo desgaste real dos fundos, conduzem a elevação não fundamentada do preço de custo da produção.

Tem grande importância para a aceleração dos ritmos de desenvolvimento da economia socialista o fortalecimento do cálculo econômico no terreno das grandes construções, a redução dos prazos de construção, a luta contra a dispersão dos meios na construção.

Importante tarefa econômica é a diminuição dos gastos de capital por unidade de produção, a garantia de mais rápidos ritmos de crescimento da produção do que os ritmos de aumento do volume dos fundos básicos. Isto exige a construção de novas empresas na base da técnica mais avançada, o melhoramento da utilização dos fundos básicos, bem como o aumento da produção por meio da reconstrução e da ampliação parcial das empresas em funcionamento, o que, não raramente, permite incrementar a produção, com menores gastos e com maior rapidez, do que no caso de uma nova construção.

A eficiência econômica das inversões de capital, na economia nacional como um todo, é medida pelo crescimento,

alcançado através destas inversões, do volume da renda nacional (a preços invariáveis). À base da determinação da eficiência das inversões de capital se encontram as proporções da elevação da produtividade do trabalho social.

A determinação da eficiência econômica das inversões de capital e da aplicação da nova técnica, em dado ramo ou para diferentes ramos produtores de tipos de produtos mutuamente substituintes, está ligada ao cálculo da ação da lei do valor e ao princípio do cálculo econômico. Para a revelação da eficiência econômica comparativa de tais ou quais variantes projetadas de inversões, realizam-se cálculos, que se baseiam na confrontação, em cada variante, dos gastos de trabalho social, materializado nas inversões de capital e na nova técnica, com o resultado atingido. Este resultado se expressa nos índices de incremento da produção, de redução do seu preço de custo, de rentabilidade da produção, dos prazos de cobertura das inversões de capital, levando-se em conta outrossim a duração do tempo de construção e o prazo de entrada em funcionamento da empresa ou equipamento.

O sistema socialista de economia assegura o ininterrupto crescimento dos fundos básicos e circulantes e dá a possibilidade de utilizá-los consideravelmente melhor do que no capitalismo. O Estado fixa normas técnico-econômicas progressistas, obrigatórias para as empresas estatais, de utilização das máquinas e do equipamento, normas de gastos de matérias-primas, de combustíveis e de outros elementos dos fundos circulantes por unidade de produto acabado (minério de ferro e coque por tonelada de ferro fundido, beterraba por tonelada de açúcar, etc.) e normas de reservas para os elementos dos fundos circulantes e a produção acabada. A correta fixação destas normas é um importante fator para a sistemática elevação da utilização dos fundos básicos e dos meios de rotação.

O desenvolvimento da economia socialista conduz a utilização mais eficiente dos fundos produtivos. Assim, por exemplo, o coeficiente de utilização do volume explorável dos altos-fornos, na URSS, já em 1940, superava em quase 2 vezes o

nível de 1913. Em 1958, o coeficiente de utilização do volume explorável dos altos-fornos melhorara consideravelmente com relação a 1940, constituindo 0,775 contra 1,19 em 1940, enquanto a retirada diária média de aço por metro quadrado de área dos fornos Martin aumentara, neste mesmo período, em 70%.

Enormes possibilidades existem no que se refere ao incremento da economia dos fundos circulantes. Assim, por exemplo, a substituição da forja livre pela estamparia assegura uma economia de metal de não menos de 20 a 25%, ao passo que a aplicação das prensas de forjar e de gravar dá ainda uma economia complementar de metal de 10 a 15%; a introdução de métodos precisos de fundição na indústria de construção de máquinas economiza metal em 25% e mais.

Entretanto, as superioridades do socialismo, no que se refere a utilização dos fundos básicos e circulantes, efetivam-se insuficientemente. Muitas empresas assimilam lentamente os potenciais produtivos, permitindo consideráveis paralisações do equipamento. É necessária elevar rapidamente a eficiência da utilização dos fundos produtivos, a fim de resolver com êxito as tarefas ulteriores da construção comunista.

Um dos importantes índices da qualidade da atividade econômica da empresa é a velocidade de rotação dos meios de circulação.

A velocidade de rotação dos meios da empresa depende, em primeiro lugar, do tempo de produção, no decurso do qual tais meios se encontram na esfera da produção, ou seja, como reservas de produção, como produção não acabada, como semifabricados; e, em segundo lugar, do tempo no decurso do qual os meios se encontram na esfera de circulação (na qualidade de reservas de produção pronta para a realização, etc.).

A aceleração do giro dos meios de circulação tem grande importância para a efetivação do regime de poupança e de liberação de recursos complementares para o aumento da produção. A aceleração da rotação dos meios constitui, para a

empresa, importante fator de cumprimento do plano de produção e de crescimento da acumulação. Tal aceleração assegura o cumprimento do plano com a menor soma de meios. Ao lado disto, as dimensões destes meios devem ser suficientes para garantir o processo ininterrupto da produção.

A aceleração da rotação dos meios de circulação exige a redução do tempo de produção e do tempo de circulação, bem como a luta permanente contra a formação de reservas excessivas (acima da norma) de matérias-primas, materiais, semifabricados e produção acabada. A redução do ciclo de produção é alcançada através da aceleração dos processos produtivos a base da utilização da técnica e da tecnologia avançadas: aumento das velocidades das máquinas e tornos, aceleração dos processos de corte na construção de máquinas, de fundição na metalurgia, de perfuração na extração de petróleo, etc., aplicação a produção das mais recentes conquistas da ciência, melhoramento da organização do trabalho. O tempo de circulação é reduzido por meio do melhoramento do trabalho do transporte, da organização mais racional do abastecimento as empresas e da venda de sua produção. A emulação socialista tem grande importância para o fortalecimento do cálculo econômico e a aceleração da rotação dos meios de circulação. Como resultado da redução do ciclo de produção, do melhoramento do abastecimento as empresas e da venda de sua produção, bem como do fortalecimento da disciplina financeira, a utilização dos meios de circulação das empresas se torna cada vez mais eficiente.

A utilização econômica e eficiente, pelas empresas socialistas, dos fundos básicos e circulantes dá a possibilidade de aumentar o volume da produção e reduzir o seu preço de custo.

A Circulação Mercantil entre as Empresas Estatais

A rotação dos fundos das empresas socialistas, como foi dito, está indissoluvelmente ligada ao processo de circulação mercantil. Uma vez que os meios de produção e os objetos de consumo, produzidos pelas empresas socialistas estatais, são mercadorias, entram na esfera do consumo produtivo e do

consumo pessoal por meio da compra e venda. O processo produtivo nestas empresas é impossível sem a prévia realização dos meios de produção necessários pela empresa fornecedora para a empresa compradora. Ao mesmo tempo, é como resultado da realização dos seus artigos acabados — meios de produção ou objetos de consumo —, que cada empresa recebe meios monetários para a compensação dos fundos consumidos e para a acumulação.

A compra e venda de meios de produção é uma forma necessária dos vínculos econômicos entre as empresas socialistas estatais. O traço característico destes vínculos mercantis é que a compra e venda de mercadorias se efetua entre empresas pertencentes ao mesmo proprietário — o Estado socialista.

A compra e venda de meios de produção se realiza a base dos planos estatais de abastecimento técnico-material, que constituem um elo necessário e muito importante da planificação estatal da economia nacional, estreitamente ligados aos planos de produção. Os planos de abastecimento técnico-material se baseiam nos correspondentes balanços materiais, que preveem a produção e a utilização de dado tipo de meios de produção.

A planificação da compra e venda de meios de produção parte da cooperação das empresas racionalmente determinadas, dirigidas no sentido da eficiente utilização da especialização da produção, no interesse da máxima economia de gastos de trabalho social.

Tem importância particularmente grande para a planificação da economia nacional o cumprimento prioritário das entregas de meios de produção as outras repúblicas soviéticas e regiões econômico-administrativas. Os interesses estatais gerais, de caráter essencial, requerem a mais rigorosa observância da disciplina estatal na cooperação inter-republicana e inter-regional das empresas e, com relação as entregas baseadas nesta cooperação, a luta contra as manifestações de localismo.

O escoamento da produção das empresas estatais e o seu

abastecimento técnico-material se realizam por órgãos especiais de venda e abastecimento bem como pelas empresas diretamente. A circulação mercantil entre as empresas se realiza com a ajuda dos contratos econômicos, elaborados a base dos planos estatais. A observância exata dos contratos econômicos é uma das exigências mais importantes do cálculo econômico.

No contrato, determina-se o seguinte: condições de entrega, volume, sortimento e qualidade da produção, prazos de entrega, preços, prazos e normas de pagamento, formas e medida da responsabilidade por violação das condições do contrato. No contrato se estabelecem sanções materiais pelo não cumprimento de suas cláusulas.

Severas sanções materiais, administrativas e, em determinados casos, também judiciais, são aplicadas com relação aos dirigentes econômicos culpados de violação dos contratos de entregas a outras repúblicas e regiões econômico-administrativas.

O sistema de abastecimento técnico-material das empresas desempenha grande papel na garantia do processo ininterrupto e rítmico da produção, na utilização racional dos meios de produção, no aperfeiçoamento da técnica e da tecnologia. As empresas fornecedoras de meios de produção e os órgãos de venda e abastecimento estão incumbidos de estudar atentamente as necessidades da produção e manifestar a necessária capacidade operativa para a sua oportuna satisfação. Entretanto, numa série de casos da prática das entregas, existem ainda insuficiências essenciais, que se expressam na distribuição em estilo mecânico, no desconhecimento da procura, na inobservância das cláusulas contratuais. Isto exige o aumento da responsabilidade material efetiva pelo não cumprimento do contrato.

As empresas estatais realizam as suas mercadorias por preços planificados. Nos limites destes preços, cabe as empresas, a base da aplicação do cálculo econômico, assegurar a compensação do preço de custo da produção e certa acumulação.

O Preço de Custo da Produção

Uma vez que, sob o socialismo, existe a produção mercantil, os gastos de trabalho social para a preparação deste ou daquele produto, constituindo o custo social de produção, formam o valor do produto do trabalho em questão. O valor da produção, na sociedade socialista, se decompõe nas seguintes três partes: em primeiro lugar, o valor dos meios de produção consumidos; em segundo lugar, o valor do produto criado pelo trabalho necessário; e, em terceiro lugar, o valor do produto criado pelo trabalho suplementar.

As primeiras duas partes do custo social de produção se expressam no preço de custo da produção das empresas socialistas. Na base do preço de custo da produção se encontra, expressa em forma monetária, a parte do valor desta produção, que inclui os gastos com os meios de produção consumidos e com o pagamento do trabalho. Em consequência, o preço de custo encarna o trabalho passado, contido nos meios de produção despendidos, e aquela parte do trabalho recém-gasto que cria o produto necessário.

Deve-se distinguir o preço de custo geral, ou médio, da produção nos ramos como um todo e o preço de custo individual em dada empresa. No primeiro caso, o preço de custo serve de expressão monetária da parte correspondente do valor social. No segundo caso, o preço de custo expressa a parte correspondente do valor individual da produção de dada empresa. Na base da planificação do preço de custo, encontra-se o cálculo do valor social da produção.

Não se deve confundir a categoria do preço de custo da produção das empresas socialistas com a categoria do custo capitalista de produção. A primeira categoria não expressa gastos de capital. A redução do preço de custo da produção, sob o socialismo, expressa a poupança de trabalho social no interesse de toda a sociedade.

Sendo expressão monetária concreta de parte do valor da produção, o preço de custo pode não coincidir quantitativamente com esta parte do valor. O valor dos meios

de produção consumidos encontra o seu reflexo no preço de custo através dos preços do equipamento, das matérias-primas, dos combustíveis, dos materiais, etc., preços que podem desviar-se do valor. As modificações dos preços dos meios da produção podem não coincidir com as modificações do seu valor. Modifica-se também a correlação entre o nível de remuneração do trabalho e a sua produtividade, o que conduz igualmente ao desvio do preço de custo com relação a parte do valor acima mencionada. Tudo isto leva a diferenças na dinâmica do preço de custo e do valor de tais ou quais tipos de produção.

A existência do preço de custo é condicionada pela necessidade objetiva de que a empresa compense os gastos por ela realizados. Por este motivo, a parte do valor, encarnada no preço de custo, passa em cada empresa por uma rotação particular. Desta maneira, a categoria de preço de custo está estreitamente ligada ao cálculo econômico, que pressupõe a cobertura da despesa da empresa. com a sua receita.

O cálculo e a planificação do preço de custo constituem importantíssima condição para a efetivação do cálculo econômico. O preço de custo demonstra o que custa concretamente a dada empresa a fabricação e a saída da produção. Daí porque o preço de custo da produção das empresas estatais se compõe dos gastos das matérias-primas, materiais, combustíveis e energia elétrica, utilizadas na produção, dos descontos para amortização, do salário dos operários e empregados, com as percentagens sobre o salário (para o seguro social). Incluem-se, no preço de custo, os gastos monetários para necessidades de direção e administração, bem como para o pagamento pelo crédito. As percentagens da empresa sobre o salário e o pagamento pelo crédito constituem expressão monetária de parte do produto suplementar, ou seja, do produto para a sociedade. A inclusão no preço de custo, na prática, de alguns elementos do valor do produto para a sociedade está ligada ao cálculo econômico. O cálculo econômico condiciona a necessidade de separação, numa categoria especial, de todos os gastos monetários da empresa para a produção e a realização do produto, independentemente de quais as fontes de formação dos meios

despendidos pela empresa.

Existem duas espécies fundamentais de preço de custo: fabril e integral (denominado comercial). O preço de custo fabril inclui os gastos da empresa ligados a produção. O preço de custo integral consiste do preço de custo fabril, dos gastos ligados a realização da produção (sustento dos escritórios e bases de venda, pagamento do transporte), e dos gastos econômico-administrativos dos trustes e combinados.

Em 1957, mais de $3/4$ do preço de custo da produção industrial, na URSS, couberam aos gastos materiais (matérias-primas, combustíveis, energia elétrica, amortização, etc.) e menos de $1/4$ ao salário e as percentagens para o seguro social.

O preço de custo é uma categoria econômica da produção socialista, inerente a todos os ramos da economia nacional, incluindo a agricultura (colcoses e sovcoses).

No preço de custo da produção encontra sua expressão generalizada toda a atividade produtiva da empresa, bem como a atividade da empresa para o abastecimento de materiais e para o escoamento da produção acabada. Quanto mais baixo o preço de custo, nas condições de execução do plano de produção de artigos, assegurada a devida qualidade da produção, tanto mais alto o nível da atividade econômica da empresa.

Os órgãos estatais fixam sistematicamente, de modo planificado, as tarefas de redução do preço de custo da produção, na base da elevação da produtividade do trabalho, partindo de normas progressistas de gasto de trabalho e de utilização dos meios de produção básicos e de circulação, da aceleração da rotação dos meios, da redução dos gastos para o sustento do aparelho de direção.

A sistemática redução do preço de custo da produção das empresas socialistas significa a constante poupança de trabalho vivo e de trabalho passado, representando, por isso, para a sociedade socialista, uma necessidade econômica objetiva. Tal redução reflete as exigências da lei da incessante elevação da

produtividade do trabalho social.

O crescimento do equipamento do trabalho e a elevação de sua produtividade encontram o seu reflexo também no preço de custo. Na base do crescimento da produtividade do trabalho, processa-se a redução do preço de custo, que se expressa na redução da soma total de gastos por unidade de produção. Enquanto cresce relativamente, no preço de custo, a parte dos gastos materiais, ou seja, dos gastos de meios de produção, reduz-se relativamente a parte dos gastos em pagamento do trabalho. A redução do preço de custo exige constante elevação da eficiência da utilização tanto dos meios de produção como da força de trabalho. Para a redução dos gastos de remuneração do trabalho, que entram numa unidade de produto, é necessário que os ritmos de crescimento da produtividade do trabalho sejam superiores aos ritmos de elevação do salário. Sob o socialismo, a redução dos gastos de remuneração do trabalho, que entram numa unidade de produto, e acompanhada pela elevação simultânea da soma total do salário recebido pelo operário. O crescimento do salário, neste caso, se baseia no correspondente aumento da produção do operário, na diminuição da medida de trabalho por artigo.

A redução do preço de custo é uma das tarefas centrais da administração socialista. Cada 1% de redução do preço de custo da produção, do transporte e da construção dá a sociedade socialista bilhões de rublos, que são utilizados para a ampliação da produção e elevação do bem-estar do povo. Enorme importância para a redução do preço de custo tem a participação ativa das massas na luta pela poupança na economia nacional.

O preço de custo da produção da indústria estatal da URSS baixa sistematicamente. Assim, o preço de custo da produção mercantil comparável baixou em relação ao ano anterior (com o desconto da redução dos preços de matérias-primas, materiais, combustíveis, tarifas de energia elétrica e térmica e transportes de carga): em 1951 — 7%, em 1952 — 8,1%, em 1953 — 5,1%, em 1954 — 3.9%, em 1955 — 2,1%, em 1956 —

3,5%, em 1957 — 0,4%, em 1958 — 1,2%. A preços, comparados com o ano anterior, a redução do preço de custo foi a seguinte: em 1951 — 5,4%, em 1952 — 4,4%, em 1953 — 3,7%, em 1954 — 3,2%, em 1955 — 4,6%, em 1956 — 2,9%, em 1957 — 2,6%, em 1958 — 3,1%. No plano de 1959, a tarefa referente ao preço de custo da produção industrial foi fixada sob a forma de gastos em rublos da produção mercantil. Está prevista pelas cifras de controle do desenvolvimento da economia nacional da URSS, no período 1959/1965, de acordo com o volume fixado de produção global e com o crescimento da produtividade do trabalho, uma redução de não menos de 11,5% do preço de custo da produção industrial, de 1959 a 1965, a preços comparáveis.

Na economia nacional da URSS, existem grandes reservas não aproveitadas para a redução dos gastos de produção. Entretanto, uma série de empresas industriais não cumpre as tarefas planificadas para a redução do preço de custo da produção, não leva a efeito a necessária economia de matérias-primas, materiais, combustíveis e energia, não conduz uma luta decidida contra os gastos não produtivos. O preço de custo dos artigos de algumas empresas permanece elevado, ao tempo em que, nas empresas de vanguarda, a produção análoga sai consideravelmente mais barato.

A Renda Líquida da Empresa Estatal. A Renda Líquida Centralizada do Estado

Se no preço de custo se expressa o valor dos meios de produção consumidos e o produto para si, criado pelo trabalho necessário, já a parte restante do valor, ou, precisamente, o valor do produto para a sociedade, criado pelo trabalho suplementar, encontra sua expressão na renda líquida. O produto suplementar, criado em toda a sociedade socialista, se apresenta sob forma de renda líquida da sociedade. No setor estatal, a renda líquida total é propriedade de todo o povo. Ela toma duas formas fundamentais: renda líquida da empresa estatal e renda líquida centralizada do Estado.

Ambas as formas de renda líquida são criadas na esfera da produção, nas empresas socialistas. Elas se diferenciam segundo

os métodos de sua acumulação e utilização.

A renda líquida da empresa estatal é a parte da renda líquida, criada pelo trabalho suplementar para a sociedade, a qual é acumulada por dada empresa e utilizada por ela, em grau considerável, para suas necessidades. A renda líquida centralizada do Estado é a parte da renda líquida da sociedade, que é concentrada em mãos do Estado para utilização de acordo com as necessidades gerais do povo.

A necessidade destas duas formas de renda líquida é condicionada, de um lado, pelo sistema do cálculo econômico, e, de outro lado, pela exigência da economia socialista de centralização de parte considerável da renda líquida. Graças a isto, o Estado socialista assegura o interesse dos trabalhadores na elevação da rentabilidade de cada empresa em separado e a satisfação das exigências de toda a sociedade em conjunto.

Na prática econômica, a renda líquida das empresas estatais é denominada “lucro”. Na sociedade socialista, foram eliminadas as relações de exploração capitalista. Em vista disto, a renda líquida da empresa estatal, em essência, não é lucro. A grandeza da renda líquida da empresa depende do grau de execução dos planos de produção e de realização do produto, da execução do plano de redução do preço de custo. O preço de custo e a renda líquida da empresa estão estreitamente ligados entre si: a redução do preço de custo conduz ao crescimento da renda líquida da empresa.

A renda líquida das empresas é utilizada pelo Estado de modo planificado: uma parte é destinada a ampliação da produção na empresa dada ou num dado ramo (em inversões de capital e aumento dos próprios meios de circulação); outra parte forma o fundo da empresa para melhoramentos das condições culturais e de existência dos trabalhadores e para aperfeiçoamento da produção. A parte da renda líquida da empresa, que resta após a cobertura das exigências mencionadas, é retirada para o orçamento estatal, sob a forma dos chamados descontos do lucro.

O fundo da empresa se forma nas empresas industriais

estatais, que se baseiam no cálculo econômico e possuem um balanço autônomo. A condição para a formação deste fundo é o cumprimento ou superação pela empresa do plano estatal de produção mercantil em conjunto e em sua nomenclatura básica, bem coma da tarefa de redução do preço de custo da produção e do plano de acumulação da renda líquida (do lucro). A fonte de formação do fundo da empresa é a renda líquida da empresa, sendo que nas empresas, onde o plano não prevê lucro, tal fonte é a poupança resultante da redução do preço de custo dai produção. Atualmente, desconta-se para o fundo da empresa de 1 a 6% da soma planificada de renda líquida ou de poupança resultante da redução do preço de custo. Nas condições de superação do plano de acumulação da renda líquida e da tarefa de redução do preço de custo da produção, descontam-se para o fundo da empresa de 20 a 50% da soma, acima da planificada, de renda líquida, eu da poupança, acima da planificada, resultante da redução do preço de custo. A formação do fundo da empresa é colocada, consequentemente, na dependência da qualidade da atividade econômica da empresa. Isto determina o grande papel deste fundo para o estimulo material no sentido do cumprimento e da superação do plano, do fortalecimento do cálculo econômico e da elevação da rentabilidade da produção.

Atualmente, metade dos meios do fundo da empresa é despendida na introdução da neva técnica e aperfeiçoamento do equipamento em utilização, na ampliação da produção, na construção de residências e reparação do fundo residencial da empresa, acima dos planos de inversão de capital. A outra metade dos meios do fundo da empresa se destina ao melhoramento dos serviços que interessam a existência e a cultura dos trabalhadores da empresa (ampliação das economias auxiliares, instituições para a infância, instalações das casas de repouso e sanatórios, refeitórios, clubes, educação física), bem como ao pagamento de prêmios individuais para os operários, empregados, engenheiros e técnicos, a aquisição de lugares em casas de repouso e sanatórios e a prestação de ajuda temporária individual a operários e outros trabalhadores da empresa. Além disto, a empresa, que obtém lucro acima do planificado, tem o direito de colocar a sua disposição, acima das

somas incluídas no fundo da empresa, até 30% do referido lucro para utilização na construção residencial.

A renda líquida das empresas eleva-se incessantemente, como resultado do constante e rápido aumento da produção, do ascenso da produtividade do trabalho e da redução do preço de custo. A soma total da renda líquida (do lucro) das empresas e organizações econômicas da URSS foi, no primeiro plano quinquenal, em média, de cerca de 3 bilhões de rublos ao ano, em 1940 — de 32,7 bilhões de rublos, no quinto plano quinquenal — em média, de cerca de 94 bilhões de rublos ao ano, em 1956 — de 137 bilhões de rublos, em 1957 — de cerca de 163 bilhões de rublos, e em 1958 — de mais de 198 bilhões de rublos.

A grandeza da renda líquida da empresa estatal depende diretamente, em muito, da atividade da própria empresa, da proporção em que ela reduz o preço de custo por unidade de produto e cumpre o plano de produção e venda dos artigos. O crescimento da renda líquida da empresa permite aumentar a soma dos descontos para o fundo da empresa e assegurar o incremento dos meios de circulação e das inversões de capital. Por conseguinte, a renda líquida da empresa estatal está indissoluvelmente ligada ao cálculo econômico e serve de estímulo direto para o melhoramento da qualidade do trabalho da empresa.

O Estado socialista planifica a grandeza da renda líquida das empresas estatais. Da grandeza da renda líquida da empresa depende a taxa (o nível) de rentabilidade para cada tipo de produção e empresa. A taxa de rentabilidade, da empresa representa a relação da soma da renda líquida da empresa para com a soma do preço de custo total da produção realizada. Ao mesmo tempo, para determinação da eficiência da utilização dos fundos da empresa, esta taxa pode ser calculada como relação entre a soma da renda líquida e os fundos produtivos.

A taxa de rentabilidade da empresa socialista se distingue, por princípio, da taxa de lucro sob o capitalismo. Não há lugar, na economia socialista, para a categoria do capital, nem tampouco para a transferência espontânea de capitais entre os

ramos, ao passo que as inversões se distribuem planificadamente entre os ramos, levando em conta as necessidades de toda a sociedade e de cada ramo. Isto significa que, sob o socialismo, não atua a lei da taxa média de lucro e, por conseguinte, inexiste a categoria do preço de produção. A taxa de rentabilidade da empresa socialista não é resultado do espontâneo igualamento da renda líquida. Os órgãos estatais influem na formação da taxa de rentabilidade através da planificada fixação dos preços e do preço de custo, bem como da redistribuição da renda líquida. Os órgãos planificadores estatais, ao fazê-lo, partem do interesse da empresa na obtenção da renda líquida, de um lado, e da necessidade de assegurar o controle pelo rublo de sua atividade, de outro lado. Leva-se em conta, outrossim; a necessidade de que cada empresa tenha uma taxa de rentabilidade, que não permita acumulação excessiva de meios monetários e a estimule permanentemente a fortalecer o seu cálculo econômico e reduzir o preço de custo da produção. Nas condições de uma taxa de rentabilidade desmedidamente elevada, a empresa pode obter uma renda líquida considerável, não conduzindo a luta pela redução do preço de custo da produção.

A renda líquida centralizada do Estado entra no orçamento estatal sob a forma de diferentes descontos das rendas das empresas socialistas. Pouco mais da metade da renda líquida centralizada do Estado entra, atualmente, no orçamento sob a forma de descontos das rendas das empresas, de acordo com taxas fixas; estes descontos entram no preço da produção industrial com uma grandeza previamente lixada. Os descontos de acordo com taxas fixas receberam, na prática, a denominação de "imposto de circulação". Tais descontos se encaminham para o orçamento estatal imediatamente após a realização da produção, não ficando a disposição das empresas. A grandeza desta parte da renda líquida centralizada ("imposto de circulação"), correspondente a uma unidade de produto, por exemplo, a um metro de tecido ou a um par de sapatos, não depende diretamente do cumprimento pela empresa do plano de preço de custo. Entretanto, como a grandeza da renda líquida (do lucro) da empresa se encontra na dependência direta da proporção em que foi reduzido o preço de custo da

unidade do produto dado (um metro de tecido ou um par de sapatos), como já foi dito, quanto mais baixo o preço de custo da produção, tanto mais elevada a renda líquida da empresa.

Embora a parte da renda líquida centralizada, que entra no orçamento estatal de acordo com taxas fixas, tenha também a denominação de “imposto de circulação”, entretanto, no seu fundamento, não constitui imposto sobre a população, mas representa parte do produto suplementar, produzido na esfera da produção. Ao mesmo tempo, a grandeza do salário é determinada pelo Estado socialista, partindo da necessidade da elevação sistemática do seu nível real, levando em conta os preços dos objetos de consumo, que incluem o chamado “imposto de circulação”.

No processo da redistribuição, parte da renda líquida das empresas estatais também passa para a renda líquida centralizada do Estado, sob a forma de descontos do lucro. A seguir, passam para a renda líquida centralizada do Estado as percentagens sobre o salário para fins do seguro social, que constituem, na prática, elemento do preço de custo, mas, na essência, fazem parte da renda líquida, etc.. Além disto, na renda líquida centralizada do Estado entra parte da renda líquida das empresas cooperativo-colcosianas.

Em ligação com o processo de fortalecimento do cálculo econômico, cresce a parte da renda líquida (do lucro) das empresas na massa total da renda líquida da sociedade e se reduz, correspondentemente, a parte da renda líquida centralizada do Estado, do chamado imposto de circulação. Incrementa-se aquela parte da renda líquida (do lucro) das empresas estatais, que permanece a sua disposição. Com isto, cresce a importância da renda líquida (do lucro) das empresas para a ampliação da própria produção (aumento dos meios de circulação, financiamento das grandes construções), para o aperfeiçoamento da produção, para a concessão de prêmios aos trabalhadores da empresa, para a elevação do seu nível material e cultural. Isto acentua o interesse material da empresa e do seu coletivo na utilização econômica e eficiente dos recursos e no aumento da rentabilidade da produção.

O Preço na Empresa Industrial do Estado

O preço de custo, a renda líquida da empresa e parte da renda líquida centralizada do Estado, sob a forma do chamado “imposto de circulação”, entram na composição dos preços, por atacado da produção industrial.

A renda líquida é criada em todos os ramos da produção material: na indústria, na agricultura, no transporte, etc.. Todavia, aquela parte da renda líquida centralizada, que é descontada pelo Estado sob a forma de “imposto de circulação”, vem ao orçamento predominantemente dos ramos da indústria produtores de objetos de consumo pessoal. Neste processo, considerável parte da renda líquida centralizada, que é criada na indústria pesada e na agricultura, passa para as indústrias leve e de alimentação através do mecanismo dos preços dos meios de produção (instrumentos de produção, combustíveis, matérias-primas) e já daí vai ao Estado, sob forma do “imposto de circulação”. Assim, os preços dos meios de produção, criados pela indústria pesada, são fixados, na maioria dos casos, abaixo do valor não contendo parte da renda líquida criada pela indústria pesada. Na medida em que as indústrias leve e de alimentação adquirem os meios de produção por estes preços relativamente baixos, da mesma maneira parte da renda líquida passa da indústria pesada para as indústrias leve e de alimentação e se realiza nos preços dos objetos de consumo pessoal. O nível relativamente baixo dos preços dos meios de produção, aplicados na economia nacional — na indústria, na agricultura, na construção — reduz correspondentemente o preço de custo da produção nestes ramos.

Na base do preço por atacado, como de qualquer preço, está o valor. Isto não significa que os preços devem coincidir com o valor. As exigências do desenvolvimento da economia nacional provocam, numa série de casos, a necessidade da fixação planificada dos preços das mercadorias acima ou abaixo do seu valor. Entretanto, os desvios dos preços com relação ao valor, economicamente não fundamentados, trazem prejuízo a economia nacional.

O preço por atacado assegura a empresa a compensação

dos seus gastos planificados e a obtenção de renda líquida. Estabelecendo os preços por atacado das empresas no nível, que assegure a sua rentabilidade, o Estado leva em conta a ação da lei do valor. Grande importância tem o estabelecimento de corretas correlações dos preços dos diferentes tipos e sortimentos de artigos, em correspondência com o efetivo custo da sua produção. Neste particular, considera-se, em certos casos, a necessidade de estimular preferentemente a produção de tal ou qual artigo e a modificação correspondente da procura de um produto dado. Os preços por atacado da empresa desempenham importante papal no sistema do cálculo econômico e do controle pelo rublo do preço de custo. Responde as exigências do cálculo econômico um nível tal de preços por atacado, que estimule o melhoramento da qualidade do trabalho da empresa, incitando-a a poupança de meios e a redução do preço de custo. Os preços por atacado que, nas condições de cumprimento do plano de preço de custo pela empresa, não asseguram a rentabilidade da produção e sequer a compensação dos gastos, conduzem ao debilitamento do cálculo econômico e do interesse na elevação da qualidade da atividade econômica da empresa. Por outro lado, preços por atacado demasiado elevados, que garantem a rentabilidade com a aplicação de métodos atrasados no trabalho da empresa, não estimulam a aplicação de normas de produção progressistas.

O crescimento ininterrupto e o aperfeiçoamento da produção socialista e a redução dos gastos de produção socialmente necessários servem de base para a rebaixa dos preços por atacado. Por sua vez, a rebaixa dos preços por atacado constitui fator de redução do preço de custo. A fim de obter renda líquida com os preços rebaixados, a empresa deve reduzir de todas as maneiras os gastos por unidade de produto. Rebaixando os preços por atacado, o Estado, desta maneira, estimula a empresa a diminuir os gastos, com o objetivo de assegurar a rentabilidade da produção, a melhorar a organização do trabalho, a revelar e utilizar as reservas encobertas na economia. A rebaixa economicamente fundamentada dos preços por atacado fortalece o cálculo econômico e cria a base para a rebaixa dos preços a varejo.

De 1950 a 1955, na base do crescimento da produção e da redução do preço de custo, mais de uma vez foi promovida a rebaixa dos preços, como resultado do que os preços por atacado na indústria pesada, em meados de 1955, eram aproximadamente 10 a 11% inferiores aos preços por atacado vigentes em fins de 1948, apesar de ter sido abolido o sistema de dotações para a cobertura de déficits e promovida a temporária elevação dos preços por atacado da produção de alguns ramos da indústria pesada.

Notas de rodapé:

(184) O termo preço (em russo, tsená) diz respeito, no texto, aos preços de compra e venda, em geral, distinguindo-se de preço de custo, que em russo é peculiarmente expresso pela palavra cebestoimost (N. do T.)

(185) Arquivo de Marx e Engels, t. IV, p. 119.

(186) V.I. Lênin, Por Ocasião do IV Aniversário da Revolução de Outubro, Obras, t. XXXIII, p. 36.

(187) V.I. Lênin, Carta ao Narcomfin, 1º de fevereiro de 1922, Obras, t. XXXV, p. 468.

Capítulo XXXI — As Bases Econômicas do Regime Colcosiano

Particularidades do Sistema Socialista de Agricultura

A agricultura, sob o socialismo, desenvolve-se na base das mesmas leis da economia como um todo.

Entretanto, a ação destas leis e as formas de sua utilização na agricultura, como será demonstrado adiante, têm suas particularidades, condicionadas principalmente pela existência da propriedade cooperativo-colcosiana e pelas suas relações mútuas com a propriedade estatal de todo o povo.

O sistema socialista de agricultura caracteriza-se pelo domínio indivisível da propriedade social socialista dos meios de produção nas suas duas formas: estatal (de todo o povo) e cooperativa. Às duas formas de propriedade socialista correspondem duas espécies de empresas socialistas: estatais e cooperativas.

Uma particularidade característica do sistema socialista de economia consiste em que a forma predominante de empresa agrícola socialista e a empresa de tipo cooperativo, que recebeu, na URSS, a denominação de colcós. Os colcoses produzem a massa principal de produção global e mercantil da agricultura. Nos colcoses, do mesmo modo que nas empresas estatais, está excluída a exploração do homem pelo homem e as relações entre os trabalhadores se caracterizam como relações de colaboração, de ajuda mútua socialista e de emulação fraternal.

A propriedade estatal (de tudo o povo) dos meios de produção, que ocupa posição dominante na economia da sociedade socialista, desempenha papel dirigente com relação a propriedade cooperativa. Isto se manifesta, antes de tudo, no fato de que a indústria socialista abastece a agricultura com uma técnica moderna e avançada. Em determinada etapa do

desenvolvimento da agricultura socialista, o vínculo entre a indústria e os colcoses se realizou através de empresas estatais especiais: as estações de máquinas e tratores. Como grandes empresas estatais de tipo industrial, as estações de máquinas e tratores foram organizadoras do progresso técnico, da introdução da nova técnica na produção colcosiana. Importante papel lhes coube na organização da produção colcosiana, na elevação de sua cultura, na preparação em massa de quadros mecanizadores no meio dos colcosianos, quadros que dominam os métodos do trabalho industrial. As estações de máquinas e tratores foram uma potente alavanca do Estado socialista na sua influência planificada sobre o desenvolvimento dos colcoses, constituíram uma forma da aliança produtiva entre a cidade e o campo.

Na agricultura socialista, o papel dirigente pertence as empresas estatais, que, na URSS, se denominam sovcoses, em muitos países de democracia popular — goscoses, e na República Democrática Alemã — fazendas do povo. Os sovcoses possuem nível mais elevado de socialização da produção com relação aos colcoses. Os sovcoses estão providos da mais moderna técnica agrícola, que permite mecanizar quase todos os processos produtivos fundamentais, o que cria as condições necessárias para a obtenção de elevada produtividade do trabalho. O mais elevado nível de mecanização foi atingido na cultura cerealífera. Quase todos os sovcoses se encontram eletrificados.

Uma grande vantagem dos sovcoses é o seu alto índice de produção mercantil. Em consequência do elevado nível de mecanização e da existência de quadros qualificados, a produtividade do trabalho dos sovcoses é, atualmente, superior a dos colcoses. Por isto, também o preço de custo da produção sovcosiana é inferior ao preço de custo da produção colcosiana. Por este motivo, os sovcoses possuem acumulações mais elevadas. As inversões de capital na produção sovcosiana são cobertas em prazos mais curtos. Os sovcoses se comprovaram como a forma de economia economicamente mais eficiente para a assimilação das terras virgens, nos prazos mais curtos.

O índice de produção mercantil da cultura cerealífera foi, em 1958, nos sovcoses cerealíferos, em média, acima de 70%. Os sovcoses fornecem ao Estado considerável quantidade de produtos agrícolas. Em 1958, o peso específico dos sovcoses nos abastecimentos estatais foi o seguinte: em carne e leite — 23%, em lã — 28%.

Recai sobre os sovcoses a incumbência de servir, com relação aos colcoses, de exemplo da gestão racional da agricultura, de promotores do progresso técnico da agricultura, de centro de métodos mais perfeitos de produção, de modelo na elevação da produtividade do trabalho. No plano setenal em curso, deve crescer ainda mais o papel dos sovcoses como empresas dirigentes na agricultura. Está previsto o considerável reforçamento da provisão material e técnica dos sovcoses, a plena satisfação das suas necessidades em adubos minerais, a conclusão da eletrificação e da construção de edifícios produtivos e residenciais, o ulterior desenvolvimento de sua especialização na produção de determinados tipos de produtos agrícolas. Nesta base, prevê-se aumentar, em grande escala, a produção agrícola sovcosiana e assegurar a redução de seu preço de custo, em 1965, em 30%, com relação a 1957.

O sistema socialista da agricultura na URSS se caracteriza pela existência da propriedade estatal, de todo o povo, sobre a terra, implantada como resultado da nacionalização da terra. Nos países de democracia popular, a propriedade privada pequeno-camponesa da terra, na medida da transição as formas superiores da cooperação produtiva, é substituída pela propriedade socialista cooperativa. Tudo isto garante a mais completa e multilateral utilização da terra como meio de produção principal na agricultura.

Os grandes maciços territoriais sob o domínio da propriedade social permitem a utilização mais produtiva dos tratores, combinados e outras máquinas agrícolas complexas, a promoção de trabalhos de organização agrícola, a construção de canais de irrigação e de drenagem, de represas e depósitos de água, a realização de plantações florestais nas regiões estepárias secas, etc..

O domínio da propriedade social socialista condiciona o caráter planificado do desenvolvimento da agricultura socialista. A agricultura socialista é uma economia planificada, que exclui a possibilidade de crises agrárias, inevitáveis sob o capitalismo. Como grandes empresas socialistas, os sovcoses e colcoses não podem desenvolver-se no processo da espontaneidade. Exigem a direção estatal planificada, combinada a ampla iniciativa das massas.

Como já foi dito, a planificação nos colcoses tem suas particularidades. Os órgãos planificadores centrais estabelecem, para as repúblicas, territórios e regiões, somente os índices fundamentais, decisivos, da produção colcosiana e de sua venda ao Estado. O ponto de partida na planificação estatal da agricultura é a planificação da produção mercantil a ser vendida pelos colcoses ao Estado. Guiando-se pelas tarefas de venda ao Estado de produtos da lavoura e da pecuária, os colcoses determinam, a seu critério, a extensão das áreas semeadas por cada cultura, o nível de rendimento, a quantidade de cabeças de gado por tipos e produtividade pecuária, o sistema de medidas agrotécnicas e zootécnicas. Os planos de semeaduras por culturas e os planos de desenvolvimento da pecuária são discutidos e aprovados nas assembleias gerais dos colcosianos. Tal processo de planificação contribui para a elevação da iniciativa dos colcoses na obtenção da máxima quantidade de produtos por hectare das terras entregues aos colcoses, com os menores gastos de trabalho e de meios.

Realiza-se, nos colcoses, a planificação de perspectiva, calculada para a solução das tarefas econômicas referentes ao vertical ascenso da agricultura nos mais breves prazos, e, em correspondência com isto, elaboram-se os planos anuais.

A agricultura socialista tem a possibilidade de aplicação, por processos planificados, de novos sistemas, os mais progressistas, da lavoura e da pecuária. O sistema racional de gestão da agricultura implica uma tal estrutura da produção agrícola, que se caracteriza pela correta combinação dos ramos da agricultura de acordo com as particularidades naturais e econômicas das diferentes regiões e economias. Esta

organização da produção agrícola socialista pressupõe o estabelecimento das dimensões economicamente mais vantajosas da economia dos colcoses e sovcoses, um determinado sistema de máquinas para a mecanização e a eletrificação da produção, a correta rotação de culturas, um conjunto de medidas agronômicas e zootécnicas concretas, aplicáveis as condições locais.

O sistema racional de gestão da agricultura pressupõe a sua intensificação, o que requer a inversão complementar de meios de produção em dada área de terra, através da aplicação da técnica agrícola mais recente e do melhoramento dos métodos de gestão econômica. A intensificação visa a tarefa de obter a máxima quantidade de produção de cada hectare da terra, com a redução dos gastos de trabalho e de meios de produção por unidade de produto.

O sistema racional de gestão da agricultura pressupõe a especialização das diferentes regiões do país, bem como dos diferentes colcoses e sovcoses, por culturas agrícolas e espécies de gado. Isto significa que em cada zona e economia, em correspondência com as condições econômicas, climáticas e relativas ao solo, é necessário desenvolver aquelas culturas agrícolas, que assegurem o mais elevado rendimento, e criar aquelas espécies de gado, que dão a mais elevada produtividade com os menores gastos de trabalho e meios por unidade de produto correspondente.

A especialização da produção agrícola socialista não nega, mas implica a condução de uma economia diversificada. Na economia diversificada, ao lado dos ramos dirigentes fundamentais, com alto índice de produção mercantil, existem ramos complementares, que dão a possibilidade de utilizar mais produtivamente cada hectare de terra. Na economia diversificada, alcança-se a mais elevada produtividade do trabalho, utilizam-se os meios de produção e a força de trabalho integral e uniformemente no decurso do ano, atingindo-se mais elevada rentabilidade. Na economia diversificada, os meios monetários ingressam no decurso do ano mais regularmente, o que permite financiar de modo oportuno

as medidas tomadas.

No plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS, concede-se grande importância a introdução de um sistema de agricultura cientificamente fundamentado. Em especial, está previsto introduzir, em cada colcós e sovcós, corretas rotações de semeaduras, como parte integrante mais importante do sistema de gestão econômica, que determina a orientação e a combinação racional dos ramos da produção e o correto trabalho com o solo.

As relações de produção socialistas abrem amplo espaço para o desenvolvimento das forças produtivas e do progresso técnico na agricultura. A procura sempre crescente de objetos de consumo pela população e de matérias-primas agrícolas pela industria exige o rápido e incessante desenvolvimento de todos os ramos da agricultura.

Na agricultura socialista da URSS, durante os anos do poder soviético, ocorreu uma revolução técnica, que se expressou na substituição da primitiva técnica da economia pequeno-camponesa, com os seus instrumentos de trabalho manuais e animais, pela moderna técnica mecânica. Ao invés do gado de trabalho, que era a única força motriz na economia camponesa, dos arados e grades aldeões, dos trilhos de mão e das foices, surgiram nos campos colcosianos os tratores, os semeadores de grande capacidade puxados a trator, os combinados cerealíferos, de beterraba, colhedores de milho e outros, as colhedoras de linho, de algodão e outras máquinas agrícolas complexas. Foram criados, na agricultura socialista, as bases do sistema de máquinas, que, de modo consequente e oportuno, de acordo com as particularidades da produção agrícola, permite substituir o trabalho manual peio trabalho mecanizado. O processo da revolução técnica na agricultura se desenvolve em todos os países de democracia popular.

A profundidade e a amplitude da revolução técnica, ocorrida na agricultura da URSS, são comprovadas pelos seguintes dados. Na época de antes da revolução, o gado de trabalho representava 99,2% da potência energética da agricultura, enquanto aos motores mecânicos cabiam,

correspondentemente, menos de 1%. Em 1958, os motores mecânicos representavam 96% da potência energética da agricultura. Na agricultura de antes da revolução, quase todos os trabalhos eram executados manualmente ou com a ajuda da tração animal. Ainda as vésperas da coletivização compacta, em 1928, a aração, nas culturas primaveris, era executada em 99%, com arados simples ou arados puxados a cavalo, enquanto, em 1958, os arados a trator realizavam 98% da aração. Em 1929, a semeadura das culturas cerealíferas de primavera era executada, em 75%, per processos manuais e, em 25%, com semeadores puxados a cavalo, ao passo que, em 1957, os semeadores a trator realizaram 97% da semeadura. Em 1928, a colheita das culturas cerealíferas foi realizada, em 44%, com segadeiras e foices e, em 56%, com segadeiras puxadas a cavalo, ao passo que, em 1958, 93% da colheita foram realizados com tratores e máquinas móveis, sendo que 92% pelos combinados (inclusive a colheita em separado).

O elevado nível de mecanização da produção colcosiana e sovcosiana tornou-se a base mais importante da elevação da produtividade do trabalho, ou seja, do aumento da quantidade de produção por unidade de tempo de trabalho. A produtividade do trabalho, na agricultura socializada dos colcoses, sovcoses e empresas agrícolas estatais auxiliares, superou, em 1958, em mais de 4 vezes, a produtividade do trabalho na agricultura de antes da revolução (incluindo as economias latifundiárias). A mecanização aliviou, em enorme grau, o trabalho dos colcosianos e abriu a possibilidade de executar as tarefas agrícolas nos prazos correspondentes as regras da agronomia e de aplicar as conquistas da agrotécnica avançada. Graças a mecanização, foi alcançada uma grande economia nos gastos de trabalho da produção agrícola. Assim é que, nas tarefas executadas nas estações de máquinas e tratores nos colcoses, em 1956, com a ajuda de tratores, combinados e outras máquinas agrícolas, o trabalho gasto foi menor em 26 milhões de trabalhadores-ano ao que seria exigido se as mesmas tarefas fossem cumpridas nas condições das economias camponesas individuais. Tudo isto comprova as grandes superioridades da agricultura socialista. Entretanto, o nível atingido da produtividade do trabalho ainda se encontra longe

de assegurar a suficiência, e em seguida a abundância, de produtos agrícolas para a população e de matérias-primas para a indústria.

Ao tempo da Grande Guerra Pátria, os ocupantes alemães causaram danos colossais à agricultura da URSS. Na direção da agricultura, no passado, verificaram-se defeitos essenciais, tendo sido cometidos sérios erros e certas deformações da política leninista na construção colcosiana. Criou-se uma não correspondência no desenvolvimento da indústria e da agricultura. O nível da produção agrícola não satisfazia as crescentes exigências do país no que se refere a gêneros alimentícios e matérias-primas agrícolas. Tal situação da agricultura podia deter o movimento da União Soviética para o comunismo.

O Partido Comunista da União Soviética, na reunião plenária do CC, em 1953, nas subsequentes reuniões plenárias do CC e no XX Congresso, adotou medidas decididas para a eliminação das insuficiências e erros na direção da agricultura, traçando um programa de vertical ascenso da produção agrícola.

A aceleração, iniciada em 1953, dos ritmos de desenvolvimento da agricultura socialista, foi o resultado do crescimento da mecanização da agricultura e de uma série de importantes medidas econômicas, adotadas pelo partido e pelo governo para o reforçamento dos estímulos materiais aos colcoses e colcosianos, no desenvolvimento da produção colcosiana.

Para a elevação do interesse material dos colcoses e colcosianos nos resultados da produção foram consideravelmente elevados os preços de aprovisionamento e de compra de todos os produtos agrícolas básicos, diminuindo-se o imposto agrícola. Foram liquidados a desmedida centralização e os métodos estandardizados na planificação da agricultura, recebendo os colcoses ampla iniciativa na planificação da produção colcosiana. Foi concedido aos colcoses o direito de introduzir modificações no estatuto do artel agrícola, de acordo com as condições locais. Tudo isto

deu a possibilidade de corrigir as debilidades antes verificadas na direção dos colcoses e desenvolver a iniciativa dos colcosianos no que se refere a utilização das reservas da produção socializada. ,

A realização vitoriosa das medidas do Partido e do Governo, no sentido do ascenso vertical da agricultura, permitiu, em curto prazo, fortalecer a economia dos colcoses e sovcoses, levar a efeito a reorganização das estações de máquinas e tratores e introduzir nova regulamentação para o aprovisionamento de produtos agrícolas. A reunião plenária do CC do PCUS, em dezembro de 1958, ao realizar o balanço do desenvolvimento da agricultura nos últimos cinco anos, valorizou altamente as medidas do Partido e do governo soviético para o ulterior ascenso da agricultura, como medidas dotadas de verdadeira significação revolucionária, que trazem a nossa pátria magníficos resultados.

Como resultado destas medidas, toda a área semeada da URSS aumentou de 2 milhões de hectares em 1913 (dentro das fronteiras atuais) para 195,6 milhões de hectares em 1958, ou seja, um aumento de 77,4 milhões de hectares. A produção mercantil média, per ano, de cereais, aumentou, no quinquênio 1954/1958, em 2,9 vezes, com relação ao quinquênio 1909/1913, sendo que a produção de trigo aumentou em 5,3 vezes, a produção mercantil de algodão e seda crua — em 6,5 vezes, a de beterraba — em 3,4 vezes, a de girassol — em 5,6 vezes, a de batata — em 2,6 vezes e a de legumes — em 6,2 vezes.

A produção mercantil de carne aumentou, em 1958, em 2,3 vezes, com relação a 1913, a de leite — em 3,7 vezes, e a de lã em 3,6 vezes.

Uma enorme conquista da agricultura socialista da URSS foi a assimilação, no decurso de três anos (1954/1956), de 36 milhões da hectares de terras virgens e devolutas, nas regiões orientais do país. A área das terras recém-assimiladas supera a área das culturas cerealíferas de nove países europeus tomados em conjunto, ou seja, da França, Itália, República Federal Alemã, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha e Suécia.

Nas terras recém-assimiladas, foram criados 425 grandes sovcoses, com uma área cultivada média de 25 a 30 mil hectares e com um equipamento técnico superior ao dos sovcoses das velhas regiões habitadas. Ao lado da cultura cerealífera, desenvolvem-se neles outras culturas agrícolas e a pecuária. O desenvolvimento da cultura cerealífera nas terras virgens permite reforçar a especialização de outras regiões do país no terreno da produção agrícola. A assimilação das terras virgens e devolutas constitui um novo passo no desenvolvimento de uma agricultura intensiva, de alto rendimento. Como resultado da assimilação das terras virgens e devolutas, o país recebeu, em 1956, em comparação com 1953, um acréscimo de mais de 1.5 bilhões de puds[(188)] de cereal. A elevada eficiência econômica da assimilação das terras virgens fica evidente com as seguintes cifras: de 1954 a 1953, foram invertidos na assimilação das terras virgens e devolutas, 30 bilhões e 700 milhões de rublos. Durante este mesmo período, o orçamento estatal recebeu um acréscimo de 48 bilhões e 900 milhões de rublos, por conta da produção mercantil de trigo obtido nas regiões de assimilação das terras virgens. O Estado não somente cobriu as inversões produtivas, como recebeu uma renda líquida superior a 18 bilhões de rublos.

Os êxitos alcançados na lavoura, particularmente a enorme expansão da produção de cereais, deram a possibilidade de colocar uma tarefa de grande importância econômica — alcançar os Estados Unidos, nos próximos anos, no que se refere a produção de carne, leite e manteiga por habitante. Esta tarefa é parta integrante da tarefa econômica fundamental da URSS — alcançar e ultrapassar os países capitalistas avançados na produção per capita. As superioridades da agricultura socialista diante da capitalista dão plena possibilidade de solucionar esta tarefa nos próximos anos.

O plano setenal de desenvolvimento da economia nacional parte de que a tarefa fundamental, no que se refere ao ascenso da agricultura, consiste em conquistar um nível tal da produção agrícola, que permita satisfazer plenamente as exigências da população em gêneros alimentícios e da indústria em matérias-primas, bem como assegurar todas as outras

necessidades do Estado no que se refere a produção agrícola. Isto impõe, antes de tudo, uma considerável elevação do rendimento de todas as culturas agrícolas e um crescimento substancial da produtividade do gado socializado. A linha principal na agricultura continua a ser o aumento da produção de cereais, como base de toda a produção agrícola. No terreno da pecuária, tem importância central o crescimento da produção de carne, leite, lã e ovos, o que exige o correspondente reforçamento da base de forragem.

Durante o plano setenal, nos quadros do aumento da produção agrícola global em 1,7 vezes, a produção de diversos tipos de produtos, entre os mais importantes, deve atingir os seguintes níveis: cereais — 10 a 11 bilhões de puds, beterraba — 76 a 84 milhões de toneladas, algodão e seda crua — 5,7 a 6,1 milhões de toneladas, carne (peso de matança) — não menos de 16 milhões de toneladas, leite — 100 a 105 milhões de toneladas, batata — 147 milhões de toneladas, legumes — a quantidade capaz de satisfazer plenamente as exigências da população. Como resultado disto, ao fim do setênio, a produção dos mais importantes produtos agrícolas, no total e por habitante, ultrapassará o nível atual dos Estados Unidos.

Os trabalhadores da agricultura levam adiante a emulação pela solução da tarefa de atingir e ultrapassar os Estados Unidos, nos próximos anos, no que se refere a produção per capita dos mais importantes produtos agrícolas, inclusive os da pecuária.

O principal papel no cumprimento da tarefa, no terreno da agricultura, cabe a elevação da produtividade do trabalho. Possuem importância decisiva, para o ulterior crescimento da produtividade do trabalho, a conclusão da mecanização complexa dos trabalhos agrícolas, a mais completa e eficiente utilização do parque de máquinas e tratores e de outros maios de produção, a correta organização do trabalho, o aperfeiçoamento da remuneração do trabalho com o objetivo de reforçar o interesse material pessoal dos trabalhadores nos resultados da produção, o desenvolvimento da emulação socialista, a ampla introdução na produção das conquistas da ciência e a difusão da experiência da vanguarda.

A Economia Social do Artel Agrícola. Os Fundos Indivisíveis

Sendo embora empresas socialistas, as empresas cooperativas possuem suas particularidades e se distinguem das empresas estatais.

Nos colcoses, os meios de produção (com exclusão da terra) e a produção constituem propriedade do colcós dado, ou seja, constituem propriedade de grupo, e não propriedade de todo o povo, como ocorro nas empresas estatais. No artel agrícola estão socializados os meios fundamentais de produção, motivo por que possui importância decisiva a economia social. A economia social do artel agrícola é conduzida na base do trabalho coletivo dos colcosianos, da aplicação da moderna agrotécnica, das conquistas da ciência e da experiência de vanguarda. Ao lado disto, os colcosianos possuem uma pequena economia pessoal auxiliar: uma parcela de terra, determinada quantidade de gado produtivo, aves, etc.. É na base do seu trabalho na economia social do artel que os colcosianos recebam a parte principal dos seus ingressos pessoais.

De acordo com a natureza do artel agrícola, como empresa de tipo cooperativo, os meios de produção socializados entram no fundo indivisível do colcós.

O fundo indivisível é um fundo social, não sujeito a distribuição para fins de consumo pessoal dos colcosianos ou da devolução da parte daquele que se retira do colcós, por tal ou qual motivo. O fundo indivisível do colcós inclui o seguinte: tratores e outras máquinas, motores, edificações de uso econômico, automóveis e outros maios de transporte, estações elétricas do colcós, empresas auxiliares, o gado produtivo e de trabalho, as plantações perenes, as obras da irrigação, os materiais e os meios monetários consignados para inversão na economia social. Ao fundo indivisível pertencem também as edificações para fins culturais e sociais (clubes colcosianos, casas de leitura, jardins-de-infância, etc.).

Desta maneira, entram na composição dos fundos indivisíveis os fundos básicos produtivos e não produtivos, bem

como os meios as circulação, utilizados para as necessidades da economia social. Aos fundos produtivos sociais pertencem as quotas de pagamento, entregues pelo colcosiano ao entrar no colcós e que podem ser devolvidas em dinheiro no caso de saída do colcós. Mas estas quotas não desempenham qualquer papel significativo na economia social do colcós.

Nos anos decorridos, ocorreram profundíssimas modificações na economia dos colcoses. Se, em 1932, as quotas de pagamento representavam 24%, ao passo que os fundos indivisíveis representavam. 76% de todos os fundos sociais dos colcoses, já em 1958 as quotas de pagamento representavam menos de 2%, enquanto os fundos indivisíveis constituíam mais de 98% dos fundos sociais. Os fundos indivisíveis dos colcoses, ou seja, antes de tudo, os seus fundos produtivos básicos, não somente cresceram quantitativamente, mas também se modificaram qualitativamente. Em 1932, todos os fundos indivisíveis dos colcoses, em expressão monetária, valiam 4,7 bilhões de rublos, ao passo que, em princípios de 1958, valiam 102 bilhões de rublos. Na composição dos fundos indivisíveis, o lugar fundamental é ocupado pelos modernos instrumentos agrícolas: tratores, máquinas agrícolas, ferramentas e equipamento, automóveis e outros meios de transporte.

Constituem fontes do crescimento dos fundos indivisíveis os descontos anuais dos ingressos monetários dos colcoses, as inversões diretas do trabalho dos colcosianos na confecção dos meios de produção colcosianos e a construção cultural. Recebendo elevados ingressos monetários, os colcoses passaram a consignar meios consideravelmente maiores para as inversões de capital.

Assim é que os descontos monetários para os fundos indivisíveis representaram, em 1952, para os colcoses da URSS, um total de 7.4 bilhões de rublos, ao passo que, em 1958, foram descontados para aquele fim 30,3 bilhões de rublos.

Os fundos indivisíveis dos colcoses são criados e multiplicados sob as condições de uma enorme ajuda material e financeira do Estado socialista.

Somente no período de 1954 a 1957, o Estado soviético despendeu, para o aparelhamento técnico da agricultura (construção de edifícios produtivos, obras, pagamento de tratores, máquinas e equipamentos), 75,4 bilhões de rublos, ou seja, 10 bilhões de rublos a mais do que durante o segundo, o terceiro, o quarto planos quinquenais e três anos do quinto, tomados em conjunto, a preços comparados.

A poderosa técnica agrícola, criada pela indústria, foi introduzida na produção colcosiana através das estações de máquinas e tratores. O Estado concedeu enormes meios para sustentar as- estações de máquinas e tratores, muitas das quais não cobriam os seus gastos com os ingressos recebidos. Os colcoses recebem do Estado créditos monetários e empréstimos em sementes e gêneros alimentícios. Repetidas vezes, quando se tratava de colcoses economicamente fracos, o Estado fez descontos nestes créditos e empréstimos. todas as conquistas da ciência agrícola avançada, para cujo desenvolvimento o Estado inverte grandes meios, representam patrimônio dos colcoses.

Desta maneira, os fundos indivisíveis dos colcoses são criados, em essência, não apenas pelo trabalho dos colcosianos, mas também de todo o povo. Por seu caráter, são os fundos indivisíveis, entre todos os elementos da propriedade colcosiana, os que se encontram mais próximos da propriedade de todo o povo. O permanente crescimento dos fundos indivisíveis é uma fonte importantíssima da estabilidade e do ulterior desenvolvimento da economia social dos colcoses, da multiplicação da riqueza colcosiana.

Uma lei característica do desenvolvimento da economia coletiva é a incessante elevação do nível da socialização socialista da produção, o que significa o desenvolvimento da propriedade cooperativo-colcosiana pelo caminho de sua aproximação a propriedade de todo o povo.

Este processo se expressa, sobretudo, no desenvolvimento da economia social dos colcoses, no crescimento dos seus fundos produtivos e do seu equipamento técnico, na ampliação da área cultivada e no aumento do gado socializado, na

elevação das proporções da economia e no crescimento da produção mercantil.

O ascenso da produção social nos colcoses e o seu crescente equipamento com a técnica moderna, em determinada etapa, começaram a entrar em contradição com as dimensões existentes dos colcoses. A complexa técnica moderna e os quadros altamente qualificados não podiam ser racionalmente utilizados nos pequenos colcoses, uma vez que neles não havia a possibilidade de desenvolver multilateralmente a economia social.

Passo importante para o desenvolvimento do regime colcosiano e da ulterior socialização socialista da produção, na URSS, foi a ampliação dos colcoses, promovida em 1950/1951. No período inicial da existência do regime colcosiano, predominavam os pequenos colcoses. A ampliação dos colcoses abriu a possibilidade de uma utilização mais eficiente da técnica e da introdução de formas mais aperfeiçoadas de organização da produção.

Se, em 1949, existiam no país mais de 250 mil colcoses, já, como resultado da ampliação, existiam, em 1953 — 93,9 mil, e em fins de 1958 — cerca de 70 mil. A cada colcós, em média, cabia, em 1949, uma área semeada de 557 hectares, e, em 1958 — de 2128 hectares. O ingresso monetário total, calculado por colcós, aumentou de 111 mil rublos, em 1949, a 1 milhão e 955 mil rublos, em 1958.

Em 1953, trabalhavam nos colcoses somente 18.5 mil especialistas, ao passo que, em fins de 1957, existiam mais de 150 mil especialistaO, com instrução especial superior e média. Muitos presidentes de colcoses possuem instrução superior e media. Nos colcoses, trabalham centenas de milhares de experientes membros de brigadas agrícolas, de administradores de granjas pecuárias e de outros organizadores da produção colcosiana, que recebem boa preparação nos cursos das escolas.

A socialização socialista da produção realiza-se, nos colcoses, através do desenvolvimento da especialização da produção agrícola, de acordo com as condições concretas de

cada colcós, bem como da ampliação e do desenvolvimento dos vínculos produtivos entre os colcoses, da organização de empresas produtivas intercolcosianas: estações elétricas, obras de beneficiamento, organizações de construção e transporte, etc..

O processo de socialização da produção colcosiana se expressa também na elevação do peso específico da economia social do artel em comparação com a economia pessoal auxiliar dos colcosianos.

O ingresso, recebido da economia pessoal auxiliar, tem ainda, atualmente, considerável peso específico no orçamento do colcosiano. Entretanto, os colcosianos recebem a maior parte dos ingressos da economia social do colcós. A tendência do desenvolvimento do regime colcosiano consiste em que, na medida do crescimento da economia social do colcós, o papel da economia pessoal auxiliar do colcosiano diminuirá cada vez mais. Já atualmente, em alguns colcoses mais avançados, as necessidades pessoais dos colcosianos em batatas, legumes e leite são satisfeitas pela economia social dos colcoses. A renúncia a satisfazer as necessidades pessoais dos colcosianos pela sua economia auxiliar e a passagem a satisfação dessas necessidades pela economia social dará uma grande vantagem econômica aos colcosianos e os libertará, em particular as colcosianas, de um trabalho pouco produtivo. Mas esta passagem deve realizar-se gradualmente de acordo com o princípio da voluntariedade, na medida em que os próprios colcosianos, a base dos êxitos da economia social dos colcoses, se convencerem da desvantagem e da pouca produtividade de sua economia pessoal auxiliar.

O fornecimento ulterior da técnica avançada aos colcoses, por parte da indústria socialista, e o ascenso da economia social dos colcoses provocaram a necessidade de modificações radicais nos seus serviços técnico-produtivos.

Como foi dito, as estações de máquinas e tratores desempenharam um grande papel na criação, fortalecimento e desenvolvimento do regime colcosiano. Entretanto, na nova etapa do desenvolvimento do regime colcosiano, a forma

constituída de serviço técnico-produtivo aos colcoses, através das estações de máquinas e tratores, passou a obstaculizar a solução da tarefa essencial da construção do comunismo: a elevação da produtividade do trabalho. A existência de dois administradores — o colcós e a estação de máquinas e tratores — numa só e mesma terra, num processo de produção único, passou a engendrar uma série de contradições, o que freava a mais eficiente utilização da terra, da técnica e da força de trabalho, elevando o preço de custo da produção agrícola.

O Estado soviético despendeu enormes meios para a manutenção das estações de máquinas e tratores, mas os gastos não eram cobertos pelo pagamento em espécie, recebido pela execução de trabalhos das estações nos colcoses. A dualidade de direção impedia a aplicação dos princípios do centralismo democrático e o desenvolvimento da iniciativa criadora dos colcosianos na administração da sua economia social.

O fornecimento de máquinas agrícolas, de peças de reposição, de combustíveis e de outros materiais, foi organizado de tal maneira, que eram dirigidos as estações de máquinas e tratores, com frequência, independente de suas necessidades concretas.

Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a base técnico-material própria dos colcoses. Estes passaram a receber maiores ingressos monetários, o que lhes dava a possibilidade de comprar tratores e outras máquinas agrícolas complexas. A existência de quadros qualificados nos colcoses assegurava a eficiente utilização da técnica moderna.

Desta maneira, amadureceu a necessidade da venda da técnica concentrada nas estações de máquinas e tratores aos' colcoses e da reorganização daquelas em estações de reparação técnica.

As estações de reparação técnica estão incumbidas da reparação dos tratores e de outras máquinas, de prestar serviços técnicos aos colcoses, de vender aos colcoses e sovcoses a nova técnica, peças de reposição, produtos petrolíferos, adubos e outras mercadorias de finalidade produtiva, de organizar o

aluguel de máquinas, que os colcoses não possuem, de executar, por contrato com os colcoses, certos tipos de trabalhos especializados, de prestar ajuda aos colcoses na introdução da nova técnica na produção colcosiana, na manutenção e utilização do parque de máquinas e tratores, bem como na elevação da qualificação dos quadros técnicos. A atividade das estações de reparação técnica se realiza na base do cálculo econômico.

A reorganização das estações de máquinas e tratores e o reforçamento da base técnico-material própria dos colcoses constituíram, por sua significação econômico-social, uma medida revolucionária nova, de excepcional importância e magnitude, para o ulterior desenvolvimento do regime colcosiano pelo caminho do comunismo.

"Após a vitória da política leninista de coletivização, a atual reorganização das estações de máquinas e tratores é o maior e mais importante acontecimento na construção da agricultura socialista. Agora, concentram-se nas mesmas mãos a terra, pertencente ao Estado, mas entregue em caráter perpétuo aos colcoses, e as máquinas, sob o domínio das relações de produção socialistas, sob a direção da classe operária, tendo a frente o partido comunista. Desta maneira, surgem novos estímulos para o ulterior crescimento da produtividade do trabalho, a redução do preço de custo da produção agrícola, a criação, no país, da suficiência e, em seguida, da abundância de produtos."[189]

A reorganização das estações de máquinas e tratores e a venda de tratores, máquinas e equipamentos aos colcoses deram a possibilidade de unificar numa só economia todos os elementos fundamentais da produção: a terra socializada, os instrumentos de produção agrícola decisivos, a força de trabalho, isto é, os colcosianos. Em consequência disto, a economia social do artel agrícola ascendeu a um nível novo, mais elevado.

A condição fundamental do ininterrupto crescimento da economia social do artel agrícola, da multiplicação da riqueza colcosiana, é o onímodo desenvolvimento da base técnico-

material, sob a forma de máquinas agrícolas as mais modernas e altamente produtivas, que asseguram a mecanização complexa de todos os ramos da produção.

A Organização e a Remuneração do Trabalho nos Colcoses

As formas coletivas de organização do trabalho constituem uma das importantes particularidades do regime colcosiano. Tais formas criam a possibilidade de utilizar, de modo altamente produtivo e o mais completo possível, os tratores, combinados e outras máquinas, bem como os recursos de trabalho dos colcoses, de realizar a divisão do trabalho e a sua especialização, de desenvolver a emulação socialista.

A forma principal de organização do trabalho, nos colcoses, é a brigada permanente de produção, criada pela administração do colcós para a execução de tarefas em tal ou qual ramo da economia social. A formação da brigada segundo os interesses da produção, o caráter permanente da composição de seus trabalhadores, a entrega a ela de determinados setores da produção e meios de produção — tudo isto contribui para a liquidação da irresponsabilidade pessoal, eleva a responsabilidade e o interesse material dos colcosianos, contribui para melhor aproveitamento das vantagens da cooperação socialista e da especialização dos trabalhadores. Existem brigadas produtivas especializadas, segundo os ramos da produção (agrícolas, pecuárias, horticultoras, construtoras, etc.) e complexas, que unificam o serviço de alguns ramos, com a divisão do trabalho dentro da brigada.

O desenvolvimento da economia social dos colcoses implica também no desenvolvimento das formas de organização do trabalho, em particular da brigada de produção. A ampliação dos colcoses levou ao aumento das proporções das brigadas, ao aperfeiçoamento das formas de sua atividade, ao ulterior desenvolvimento da divisão do trabalho dentro da brigada, da especialização da economia colcosiana. Ao lado disso, numa série de grandes colcoses começaram a surgir brigadas complexas, estruturadas segundo o critério territorial, que unificam todos os ramos da economia num

território dado e lembram, por sua estrutura, as seções dos grandes sovcoses.

A reorganização das estações de máquinas e tratores e a venda de técnica aos colcoses trouxe modificações essenciais na organização do trabalho. Foi criada, nos colcoses, a possibilidade de combinar, sob uma direção única, toda a técnica e toda a força de trabalho. Naqueles colcoses, onde, antes, uma brigada tratorista da estação de máquinas e tratores servia a uma brigada agrícola do colcós, foram criadas brigadas únicas de tratores e cultivo da terra. Nos grandes colcoses, que possuem brigadas complexas, a técnica e os quadros foram incorporados a estas brigadas. Em muitos colcoses médios ou pequenos, a técnica se concentra em brigadas especiais de tratores, que servem a todas as outras brigadas do colcós. Tal sistema de organização do trabalho, nas condições destes colcoses, dá a possibilidade de melhor manejar a técnica e utilizá-la de modo mais completo.

Possuem enorme importância, para o ulterior desenvolvimento do regime colcosiano e o ascenso da agricultura, a luta pela elevação do nível econômico-produtivo dos colcoses atrasados ao nível dos avançados, o multiforme melhoramento do trabalho de organização em todos os colcoses e o ulterior reforçamento dos quadros de dirigentes colcosianos.

Em correspondência com o caráter socialista da propriedade cooperativo-colcosiana, atua, nos colcoses, a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho. A remuneração do trabalho do colcosiano é estabelecida a partir das exigências desta lei, graças a qual se assegura o interesse material dos colcosianos no aumento da produção de cereais, de produtos pecuários e agrícolas em geral. Nos colcoses, foi estabelecido um sistema tal da remuneração do trabalho, sob o qual os colcosianos, que alcançaram mais altos resultados produtivos, recebem uma remuneração mais alta em comparação com os colcosianos, que obtiveram resultados relativamente menores. É importante, a este respeito, que a remuneração dos colcosianos seja ligada não somente a

quantidade da produção, mas também a sua qualidade.

A diferença nas formas de propriedade e no grau de socialização da produção, entre as empresas dos setores estatal e cooperativo da economia nacional, predetermina também algumas particularidades nas formas de distribuição do fundo de consumo pessoal entre os colcosianos, de acordo com o trabalho gasto por cada um deles. Nas condições da propriedade cooperativo-colcosiana, o fundo, sujeito a distribuição de acordo com o trabalho, forma-se a custa da receita global, recebida por cada colcós determinado. O nível da remuneração do trabalho dos colcosianos não é garantido pelo Estado. Tal nível depende inteiramente dos resultados da administração de cada artel.

O ingresso recebido pelos colcoses encontra-se em certa dependência das condições climatéricas e experimenta consideráveis oscilações anuais. Na ausência, no artel, de suficientes reservas, isto cria certa indeterminação no estabelecimento das proporções da remuneração do trabalho do colcosiano, no decurso do ano. As proporções definitivas da remuneração do trabalho só se esclarecem após a realização do balanço anual. Em consequência do índice insuficientemente elevado de produção mercantil e das proporções limitadas dos ingressos monetários, a forma predominante do ajuste de contas dos colcoses com os seus membros, nas primeiras etapas do desenvolvimento da produção colcosiana, era a entrega de produção em espécie. Em ligação com isto, teve universal difusão nos colcoses a distribuição entre os colcosianos, no fim do ano, de parte do ingresso do colcós sob a forma de produtos e de dinheiro, de acordo com o número de jornadas de trabalho (trudodien) realizados.

A jornada de trabalho (trudodien) passou a cumprir a função de medida de gasto de trabalho dos colcosianos na economia social da colcós, determinando, ao mesmo tempo, a parte de cada colcosiano nos ingressos do colcós. De acordo com o numero de trudodien, o colcós distribui entre os colcosianos aquela parte dos ingressos, que se destina ao consumo pessoal.

Nos colcoses, para cada tarefa, estabelece-se uma norma de produção no decurso da jornada de trabalho, accessível ao colcosiano que trabalha de boa-fé, levando em conta o estado dos meios de produção e a qualidade do terreno. Nas jornadas de trabalho (trudodien), calcula-se cada norma diária de produção de acordo com a qualificação exigida do trabalhador, a complexidade, a dureza e a importância da tarefa em questão para o artel. A execução da norma diária de produção, em tarefas agrícolas relativamente simples, é calculada como um trudodien. Todos os outros tipos de tarefas, no colcós, são avaliados abaixo ou acima deste. No decurso do dia de trabalho, pode ser atribuído ao colcosiano um trudodien, parte de um trudodien ou vários trudodiens, de acordo com o tipo de tarefa realizada e o grau de execução ou superação da norma de produção.

No trudodien, contam-se a quantidade e também a qualidade do trabalho dos colcosianos nas diferentes tarefas, o que é necessário para a mensuração dos variados tipos de trabalho no colcós. No caso de superação das normas de produção, atribui-se ao colcosiano, correspondentemente, maior quantidade de trudodien. No trudodien, o trabalho individual do colcosiano está expresso como parte do trabalho total diretamente social, no colcós. Desta maneira, o trabalho pessoal de cada colcosiano, na produção colcosiana, recebe uma avaliação social.

Além da remuneração básica do trabalho, aplica-se, nos colcoses, a remuneração complementar do trabalho (em espécie ou dinheiro), como forma estimulante de remuneração por um bom trabalho. A remuneração complementar é concedida aos colcosianos e ao corpo dirigente dos colcoses, que, manifestando iniciativa criadora e introduzindo na produção colcosiana tudo o que há da avançado e progressista, superam as tarefas planificadas, aprovadas pelo colcós para tal ou qual ramo da produção, e criam uma produção agrícola complementar, acima da planificada.

Nos colcoses, está garantida a igualdade de pagamento do trabalho masculino e feminino. O regime colcosiano pôs fim

a multissecular desigualdade econômica da mulher camponesa. Somente no colcós, a mulher camponesa obteve a possibilidade de se colocar em pé de igualdade com o homem.

Nas condições da produção e circulação mercantil, os colcoses, desde os primeiros dias de sua existência, não podiam limitar-se ao cálculo da produção colcosiana em trudodien. Os colcoses levam a efeito a sua gestão financeira: calculam a produção colcosiana e os ingressos em expressão monetária, possuem acumulações monetárias, promovem o pagamento do trabalho não somente em espécie, mas também sob forma monetária.

A utilização do trudodien desempenhou um grande papel no reforçamento da economia social dos colcoses. Isto permitiu organizar o trabalho na base do pagamento por tarefa, liquidar o igualitarismo na remuneração do trabalho, assegurar, através da planificação dos gastos de trudodien, uma distribuição mais correta da força de trabalho pelos ramos da produção, fortalecer a disciplina de trabalho dos colcosianos.

A remuneração do trabalho, segundo os trudodiens, permitiu combinar os interesses pessoais dos colcosianos com os interesses sociais do colcós.

Entretanto, a medida em que crescia a socialização socialista da produção colcosiana, cada vez mais passaram a se manifestar os aspectos débeis do trudodien, como medida de cálculo e de pagamento do trabalho. Como resultado da ampliação dos colcoses, da elevação dos seus ingressos, da reorganização das estações de máquinas e tratores e da venda de técnica aos colcoses, tais insuficiências se manifestaram com força particular e surgiu a necessidade da passagem a formas mais progressistas de remuneração do trabalho.

Um dos defeitos da distribuição dos ingressos dos colcosianos por trudodien consiste em que a distribuição dos ingressos é realizada no fim do ano econômico. Em consequência disto, no decurso do ano, o colcosiano não recebe qualquer ingresso seguro e não sabe qual será o peso do seu trudodien, que ingresso receberá no fim do ano econômico.

Esta falta de garantia de um ingresso seguro no decurso do ano e a incerteza com relação as proporções do ingresso no fim do ano econômico reduzem o interesse material dos colcosianos no desenvolvimento da economia social do colcós.

Além disso, inclui-se, entre as particularidades do sistema constituído de remuneração por trudodien, o grande peso específico da produção em espécie nos ingressos distribuídos, o que cria para o colcosiano a preocupação suplementar com a realização desta produção.

Ao mesmo tempo, na base do ascenso da economia social, efetuou-se o crescimento dos ingressos colcosianos, elevou-se a sua estabilidade anual e processou-se a formação de fundos de reserva circulantes, monetários e em espécie. A elevação do índice de produção mercantil dos colcoses condicionou a visível elevação da parte monetária no ingresso total dos colcosianos.

Desta maneira, passaram a se formar as condições para a passagem a formas monetárias, mais progressistas, de remuneração do trabalho nos colcoses. O primeiro passo a este respeito foi o estabelecimento de uma rigorosa e garantida remuneração do trabalho no decurso do ano e de uma entrega mensal de adiantamentos (em espécie ou em dinheiro) por conta de todos os trudodiens produzidos na economia social. Para este fim, os colcoses criam fundos circulantes, em dinheiro ou em espécie.

Atualmente, os colcoses de vanguarda, que possuem a mais desenvolvida economia social, passam ao pagamento monetário mensal do trabalho dos colcosianos, em correspondência com as normas de produção ou com a quantidade da produção criada, sem utilizar o trudodien. Na medida do ulterior desenvolvimento da produção colcosiana, esta forma progressista de remuneração do trabalho alcançará uma difusão cada vez mais ampla.

As vantagens fundamentais de uma remuneração monetária fixa do trabalho dos colcosianos, em relação a

distribuição do ingresso por trudodien, que se constituiu de fato, consistem no seguinte:

1. À diferença da distribuição habitual do ingresso por trudodien, com a remuneração monetária garantida do seu trabalho, o colcosiano conhece com antecipação as proporções do seu ganho, expresso em dinheiro. Acresce ainda que a remuneração monetária do trabalho não se realiza no fim do ano, mas mensalmente. Isto eleva em muito o interesse material dos colcosianos no seu trabalho, facilita a introdução do pagamento por tarefa individual, contribui para o crescimento da produtividade do trabalho.

2. A passagem a uma remuneração monetária fixa do trabalho torna particularmente necessária a estruturação de um rigoroso sistema de regulamentação das normas e das tarifas do trabalho colcosiano e uma precisa planificação de todos os aspectos da atividade econômica do colcós, ou seja, não somente da quantidade da produção, mas também do seu preço de custo e da rentabilidade dos diversos ramos. Em virtude disso, tal passagem contribui para uma mais precisa planificação da atividade econômica e eleva o nível da direção da produção.

3. Ao reduzir todos os tipos de ingresso recebidos pelos colcosianos a uma expressão monetária única, a remuneração monetária fixa do trabalho permite mensurar o pagamento de diferentes categorias de trabalhadores, bem como comprovar a sua correspondência com o trabalho efetivamente despendido pelos colcosianos. Regulariza-se consideravelmente o pagamento do trabalho dos quadros dirigentes.

4. A forma monetária de remuneração do trabalho não exclui, mas, ao contrário, pressupõe a satisfação das necessidades dos colcosianos de produtos agrícolas, produzidos na economia social do artel. Mas a distribuição mecânica destes produtos, em partes iguais

para cada trudodien, é substituída por uma forma mais flexível de sua venda a vista aos colcosianos ou por conta de uma determinada parte do ingresso monetário, que lhe deve ser pago, por preços algo mais baixos do que os preços do varejo ou do mercado. As relações de compra e venda permitem melhor satisfazer as necessidades das diversas famílias em tais ou quais produtos, ampliar o sortimento da produção recebida pelos colcosianos do artel, bem como evitar a revenda no mercado da produção recebida pelos colcosianos do artel.

5. A remuneração monetária fixa do trabalho, em combinação com o cálculo econômico interno, permite melhorar o estímulo material dos colcosianos, na dependência dos resultados finais do trabalho e do recebimento da quantidade máxima de produção, com o mínimo de gastos de trabalho e de meios de produção, bem como da elevação da sua qualidade.

A ulterior aproximação da propriedade colcosiano-cooperativa a propriedade de todo o povo e a gradual diminuição das diferenças essenciais entre a cidade e o campo criarão cada vez mais amplas possibilidades para a aplicação nos colcoses da experiência de organização e de pagamento do trabalho, acumulada nas empresas estatais.

O Cálculo Econômico nos Colcoses. O Preço de Custo da Produção Colcosiana

Condição necessária para o poderoso ascenso ulterior da produção colcosiana é a introdução, na economia social do colcós, do cálculo econômico, como método de gestão planificada da economia, baseado na utilização da lei do valor. Isto significa que os colcoses devem mensurar, em forma monetária, também os resultados da sua atividade econômica, compensar a despesa com a própria receita e assegurar a rentabilidade da economia. A mensuração dos gastos realizados e dos resultados obtidos, da despesa e da receita, a observância de um severo regime de economia do trabalho materializado e do trabalho vivo, a luta contra qualquer tipo de desperdícios e

gastos não produtivos, a devida organização da gestão financeira, o cálculo e a contabilidade, todas estas são condições necessárias de uma correta direção da economia social dos colcoses, no caminho do seu ulterior ascenso.

O cálculo dos gastos dos colcoses na produção colcosiana tem grande importância para a determinação da rentabilidade econômica de tais ou quais produtos agrícolas, para a localização planificada e racional das culturas agrícolas e dos tipos de gado nas regiões do país, para a determinação dos resultados da atividade econômica dos colcoses e do nível da sua rentabilidade.

A aplicação do cálculo econômico nos colcoses exige o cálculo da produção global em expressão monetária e o cálculo do seu preço de custo.

A produção global do colcós representa toda a quantidade de produtos agrícolas produzidos na economia social, no decurso do ano.

O trabalho dos colcosianos, recém-gasto na produção colcosiana, cria a renda total do colcós. Aquela parte da renda total do colcós, que é criada pelo trabalho necessário, constitui o ingresso pessoal dos colcosianos, distribuído de acordo com o trabalho. Esta parte da renda total, que é a base da remuneração do trabalho dos colcosianos em espécie e em dinheiro, constitui, uma vez totalmente expressa em forma monetária, um gasto direto dos colcoses na sua produção, entrando no preço de custo desta.

A compensação das partes integrantes do preço de custo da produção colcosiana processa-se da seguinte maneira. A parte deste preço de custo, que encarna o valor dos meios de produção colcosianos gastos e o valor do produto necessário, criado pelos colcosianos, é compensada em espécie, pela produção do colcós, e em dinheiro, pelos meios que os colcoses recebem da venda da sua produção mercantil.

A parte da renda total, que é criada pelo trabalho suplementar dos colcosianos, forma a renda líquida do colcós. A

renda líquida, criada na produção colcosiana, é a diferença entre o preço de custo e o valor da produção colcosiana.

A grandeza do valor ou do custo social da produção colcosiana, no decurso do ano, é determinada por toda a soma dos gastos de trabalho socialmente necessário cristalizados nesta produção, tanto de trabalho vivo como materializado, incluindo os gastos do ano passado para a colheita do ano dado (aração e cultivo de terras baldias, semeadura de outono, primeiros trabalhos de outono, etc.) e a criação do gado.

As partes integrantes do valor da produção colcosiana são, em primeiro lugar, o valor dos meios de produção gastos, e, em segundo lugar, o valor recém-criado.

O preço de custo da produção colcosiana é a parte do valor desta produção, expressa em forma monetária, que inclui todos os gastos dos colcoses na sua produção: amortização dos meios básicos de produção, gasto de sementes, forragem, adubos e outros meios de produção circulantes, bem como aquela parte dos gastos do trabalho vivo, a qual representa o trabalho necessário.

De acordo com o método de cálculo estabelecido, o preço de custo da produção colcosiana é calculado da seguinte maneira: na determinação do valor dos meios de circulação gastos, as sementes, a forragem e outros materiais de produção própria são avaliados pelo preço de custo da sua produção nos colcoses, do mesmo modo que se avalia a produção própria gasta nas empresas industriais e nos sovcoses; as sementes, forragem e materiais comprados são avaliados pelos preços efetivos, de aquisição. O pagamento do trabalho dos colcosianos, no cálculo do preço de custo da produção colcosiana, avalia-se, atualmente, ao nível do pagamento do trabalho dos operários dos sovcoses. Isto significa que, por tal ou qual volume de trabalho executado, no preço de custo da produção colcosiana é incluída a mesma soma de pagamento do trabalho, que se paga pela mesma tarefa, segundo as tabelas de tarifas, aos operários dos sovcoses. Tal método de cálculo do preço de custo da produção colcosiana dá a possibilidade, diante das grandes diferenças existentes no pagamento do

trabalho nos colcoses, de evitar a elevação artificial do preço de custo nos colcoses avançados e a sua redução nos colcoses atrasados, o que aconteceria com o cálculo do preço de custo segundo as efetivas proporções do pagamento em cada colcós.

Isto não exclui o cálculo do pagamento do trabalho segundo os gastos efetivos, para a elaboração do plano e a aplicação do cálculo econômico em cada colcós. A passagem de uma série de colcoses a remuneração monetária do trabalho, fixada de antemão, facilita a introdução do cálculo econômico na produção colcosiana. Isto permite, sem qualquer recontagem, reduzir os gastos de trabalho dos colcosianos a um índice monetário único e confrontar a despesa do colcós com a sua receita.

Parte integrante do preço de custo da produção colcosiana é também o valor dos meios de produção colcosianos, que, parcial ou inteiramente, são transferidos ao produto recém-criado.

Na base do crescimento da produtividade do trabalho, da economia de gastos de trabalho, da economia de gastos de trabalho vivo e materializado por unidade de produção, o preço de custo da produção colcosiana baixa sistematicamente e aumenta a grandeza da renda líquida do colcós.

Com o crescimento das rendas colcosianas, crescem os ingressos pessoais dos colcosianos, procedentes da economia social. Ao mesmo tempo, o crescimento da produtividade do trabalho deve adiantar-se ao crescimento dos ingressos pessoais dos colcosianos. Somente em tal condição, é possível a reprodução ampliada da economia social dos colcoses, o crescimento da sua rentabilidade.

A Produção Mercantil dos Colcoses e as Formas de sua Realização

Nas condições da economia mercantil, os ingressos monetários dos colcoses desempenham um grande papel no desenvolvimento da produção colcosiana e no crescimento do

bem-estar dos colcosianos. Os ingressos monetários dos colcoses se formam através da venda da produção mercantil ao Estado e as cooperativas, bem como diretamente a população, no mercado colcosiano. A produção mercantil dos colcoses é a parte da produção colcosiana global, que entra na circulação fora do campo.

Na economia socialista planificada, o Estado deve concentrar em suas mãos recursos suficientes para o abastecimento da população em gêneros alimentícios e da indústria em matérias-primas, para a criação de reservas econômicas internas e para o comércio exterior. Daí porque a massa fundamental da produção mercantil dos colcoses se realiza através dos aprovisionamentos estatais.

Na nova etapa do desenvolvimento do regime colcosiano da URSS, ocorreram grandiosas modificações nas formas das relações econômicas mútuas entre a cidade e o campo, nas formas de realização da produção mercantil dos colcoses. Quando do serviço das estações de máquinas e tratores aos colcoses, parte considerável desta produção chegava ao Estado sob a forma de pagamento em espécie aquelas estações. Em ligação com a reorganização das estações e a venda de técnica aos colcoses, o pagamento em espécie foi abolido. A produção agrícola, entregue antes pelos colcoses em troca do trabalho das estações de máquinas e tratores, passou a entrar na circulação mercantil através das compras estatais. Cessou também a necessidade da conservação de aprovisionamentos estatais sob a forma de fornecimentos obrigatórios pelos colcoses de produtos agrícolas ao Estado, por preços de aprovisionamento, ao lado de aprovisionamentos estatais por preços de compra e de prêmios adicionais ao preço de aprovisionamento das culturas técnicas.

Em lugar das variadas formas antes existentes de aprovisionamentos estatais e de preços, foram estabelecidas formas únicas de aprovisionamento, dentro de um sistema de compras estatais por preços únicos, diferenciados de acordo com as zonas do país. Ao mesmo tempo, os planos de compras estatais dos principais produtos da agricultura são estabelecidos

para os colcoses e sovcoses por um prazo mais longo — de 5 a 7 anos —, com a correção dos planos anuais, na dependência das condições do ano e do rendimento de tais ou quais culturas. Para uma determinação mais correta do grau de participação dos colcoses no fornecimento de produtos agrícolas ao Estado, o cálculo do volume dos aprovisionamentos estatais de produtos básicos é levado a efeito de acordo com o princípio por hectare. As normas de venda destes produtos se diferenciam em correspondência com a especialização da produção agrícola.

Tal sistema de planificação dos aprovisionamentos cria condições favoráveis a gestão econômica dos colcoses e sovcoses e garante a entrada da necessária quantidade de produtos agrícolas nos depósitos estatais.

Em consequência da reorganização das estações de máquinas e tratores, os laços econômicos dos colcoses com a indústria socialista se ampliaram, a ajuda produtiva da cidade ao campo cresceu e se tornou mais variada. A aliança de produção entre a cidade e o campo se realiza em escalas mais amplas através da venda aos colcoses de tratores e outras máquinas, de peças de reposição, combustíveis, adubos. Os colcoses obtiveram a possibilidade de fazer encomendas de uma técnica nova, mais aperfeiçoada, que responda as necessidades da economia, levando em conta as particularidades das diferentes zonas do país.

A base da política econômica do Estado socialista nas compras de produtos agrícolas é a realização consequente do princípio do interesse material, tanto das diferentes empresas socialistas, como de cada trabalhador, no aumento da produção agrícola, nas condições de menores gastos de trabalho e de meios por unidade de produção. Grande importância tem, neste particular, a correta utilização da lei do valor.

Nas relações econômicas mútuas entre a cidade e o campo, possui importância primordial a correlação dos preços industriais e agrícolas. Para o curso normal da reprodução socialista na indústria e na agricultura, é importante que o nível de preços das mercadorias industriais e agrícolas assegure

determinada taxa de acumulação, ou seja, uma taxa de rentabilidade nas empresas industriais e agrícolas. A violação deste princípio torna inevitáveis violações das necessárias proporções no desenvolvimento da indústria e da agricultura.

Na determinação do nível dos novos preços de compra, únicos, o Estado soviético levou em conta a compensação dos gastos dos colcoses, partindo da necessidade da criação da acumulação para a ampliação da produção.

Ao mesmo tempo, os preços de compra são estabelecidos num nível tal, que assegure a entrada no fundo estatal de parte da renda líquida dos colcoses, que se destina a satisfação de exigências estatais gerais. Os ingressos do Estado, procedentes da realização da produção, recebida através da compra, se destinam a exigências de todo o povo: ao desenvolvimento da indústria socialista, que abastece a agricultura com máquinas, adubos, etc., ao ensino, a saúde pública, etc..

Na determinação do nível dos preços de compra, é necessário partir dos dados médios sobre o rendimento das colheitas em muitos anos. Os preços devem ser estáveis, no sentido de que não devem variar, no caso de um rendimento agrícola normal. Ao mesmo tempo, os preços devem ser móveis, ou seja, devem ser corrigidos em tal ou qual aspecto, no caso de condições favoráveis ou desfavoráveis para a colheita. Isto é necessário porque, no ano favorável, os colcoses terão ingressos muito maiores, com os mesmos gastos que fazem para uma colheita média, enquanto o Estado pagará com excesso os produtos agrícolas. Por outro lado, num ano desfavorável, com uma colheita baixa, a preços invariáveis, os colcoses podem sofrer seriamente, se os preços não forem elevados.

No estabelecimento dos preços de compra, a orientação não deve ser pelos colcoses atrasados. No caso de tal planificação dos preços, todos os colcoses médios e, particularmente, os avançados receberiam ingressos injustificadamente elevados. Por outro lado, seria incorreto orientar-se pelos colcoses avançados, uma vez que todos os demais colcoses seriam colocados numa situação econômica desvantajosa. Para o estabelecimento do nível de preços dentro

de cada zona, levam-se em conta as condições médias de produção da zona. Ao mesmo tempo, para a determinação do nível dos preços de compra aos colcoses, é preciso levar em conta o preço de custo da produção nos sovcoses da zona em questão. Não se deve tampouco fazer abstração da existência de diferentes condições produtivas de solo e clima, nas diversas zonas do país. É necessário que também os colcoses, que se encontram em condições desfavoráveis de solo e clima, tenham a possibilidade de compensar o preço de custo e assegurar a reprodução ampliada. Em correspondência com isto, os preços se diferenciam por zonas do país.

Os interesses estatais gerais exigem também que, no estabelecimento dos preços, sejam considerados multilateralmente o desenvolvimento econômico de cada república, sua especialização na produção agrícola e as particularidades nacionais. Isto é necessário com o objetivo de uma justa distribuição dos gastos do Estado na compra de produtos agrícolas e do estabelecimento do nível dos ingressos dos trabalhadores das diversas repúblicas, em correspondência com a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho.

As compras de tais ou quais produtos agrícolas se concentrarão nas regiões, onde são mais favoráveis as condições para a especialização na sua produção, onde, por conseguinte, é mais baixo o seu preço de custo e, por isso, podem ser mais baixos os preços de compra. Tal orientação das compras estimulará ainda mais, por sua vez, a especialização da agricultura.

O caminho principal do poderoso ascenso ulterior de todos os ramos da agricultura consiste na elevação do nível da produção, no aumento da produção global e mercantil, na redução do preço de custo por unidade de produto, o que constitui fator de redução dos preços no varejo dos objetos de consumo.

A Renda Diferencial sob o Socialismo

Existem, nos colcoses, condições econômicas e naturais para a formação da renda diferencial. A existência da renda

diferencial nos colcoses está ligada com o fato de que, em primeiro lugar, a quantidade das melhores terras, que são utilizadas pelos colcoses, é limitada e se torna preciso pôr em cultivo as terras piores; em segundo lugar, nas condições da economia mercantil, os produtos agrícolas, produzidos com um nível diverso de produtividade do trabalho, são vendidos por um mesmo preço.

As terras dos colcoses se distinguem entre si pela fertilidade e localização e pelo grau de produtividade da sua utilização, ligada principalmente a mecanização da agricultura. Uma vez que a quantidade das melhores terras é limitada, a sociedade socialista, para a satisfação das suas necessidades de produtos agrícolas, é obrigada a cultivar também as piores parcelas de terra. O trabalho dos colcosianos, aplicado em diferentes condições de produção, tem diferente produtividade.

Os colcoses que aplicam o seu trabalho nas melhores terras, em condições mais favoráveis de produção e de venda, criam, em comparação com os colcoses que trabalham em condições menos favoráveis uma renda suplementar, Esta renda, na sua forma natural, consiste de variados produtos agrícolas: cereais, algodão, carne, leite, lã, etc.. Uma parte desta renda suplementar é gasta em espécie, outra parte é realizada sob forma monetária.

Em virtude de que toda a produção dos colcoses é propriedade colcosiana, as rendas suplementares, que são resultado de uma produtividade do trabalho mais alta, por exemplo, nas parcelas de terras melhores, mais férteis, também se tornam propriedade de cada colcós.

Toda a renda suplementar, criada no colcós e expressa em forma monetária, é a diferença entre o custo social de produção (ou valor social) e o custo individual de produção (ou valor individual) do produto agrícola. Depende do nível dos preços a medida em que esta diferença é realizada pelos colcoses.

A produção, obtida nos colcoses em diferentes condições de produtividade do trabalho, realiza-se ou por um mesmo

preço de compra em dada zona, ou, então, por um mesmo preço no mercado colcosiano. Em consequência disto, os colcoses com mais alta produtividade do trabalho recebem ingressos monetários suplementares.

A renda diferencial dos colcoses é a renda líquida suplementar, em espécie ou em dinheiro, criada nos colcoses que dispõem das parcelas de terra melhores em fertilidade ou localização e que mais produtivamente utilizam a terra em comparação com os colcoses que dispõem das piores parcelas de terra, mais afastadas ou que menos produtivamente utilizam a terra.

A renda diferencial sob o socialismo se distingue da renda diferencial sob o capitalismo, uma vez que não é fruto da exploração do trabalho pelo capital, mas representa o resultado do trabalho coletivo dos trabalhadores das empresas socialistas. Sob o socialismo, ela não assume a forma de pagamento do arrendamento da terra e não se encaminha a classe dos grandes proprietários de terra, mas aos colcoses, aos colcosianos e ao Estado socialista.

Cabe distinguir duas formas de renda diferencial: a primeira e a segunda.

A renda diferencial I é a renda líquida suplementar criada pelos colcoses. que utilizam as melhores terras, bem como pelos colcoses localizados mais próximos dos pontos de venda da produção. Mantendo-se iguais as demais condições — nível igual de mecanização, o mesmo sistema de cultivo da terra —, os colcoses, localizados nas melhores terras, recebem por cada hectare mais produção do que os colcoses localizados nas piores terras. Em consequência da mais alta produtividade do trabalho nos colcoses que possuem a sua disposição as melhores terras, tais colcoses recebem também mais elevados ingressos.

Os colcoses localizados mais próximos as estações de estrada de ferro, aos portos, pontos de aprovisionamento, cidades e outros locais de venda da produção, gastam menos trabalho e meios no transporte dos produtos. Em consequência disto, os gastos por unidade de produção nestes colcoses são

inferiores aos dos colcoses localizados a maior distância dos pontos de venda. Os colcoses que possuem vantagens na localização também recebem renda suplementar.

A renda diferencial II é a renda líquida suplementar criada nos colcoses que conduzem uma economia social mais intensiva em comparação com os colcoses. que conduzem uma economia menos intensiva.

Os colcoses que possuem um nível mais elevado de mecanização, que aumentam a fertilidade do solo mediante a realização de obras de beneficiamento, da aplicação de adubos, etc., que dispõem de maior quantidade de gado altamente produtivo, ou seja, que conduzem uma economia mais intensiva, recebem por cada hectare de terra mais produção do que os colcoses com economia menos intensiva. Em consequência da mais alta produtividade do trabalho, na economia intensiva gasta-se menos trabalho por unidade de produção e recebem-se mais elevados ingressos em espécie e em dinheiro. Isto é um importante estímulo aos colcoses para a intensificação da agricultura.

Parte da renda diferencial, recebida pelos colcoses, se destina ao desenvolvimento da sua economia social e a elevação do nível de vida material e cultural dos colcosianos. Parte da renda diferencial fica a disposição do Estado, para atender a exigências gerais do povo, pelos seguintes canais: em primeiro lugar, pelo sistema de preços estatais de compra, que se diferenciam por zonas do país, enquanto as normas de venda pelos colcoses da produção ao Estado são diferentes, na dependência das condições de produção das diferentes regiões; em segundo lugar, em certa parte, através do imposto de renda sobre os colcoses, uma vez que as proporções do imposto dependem da grandeza das rendas colcosianas.

Nas empresas estatais, ligadas a utilização de parcelas de terra (sovcoses, minas de carvão e outras, etc.), também se cria uma renda suplementar, em consequência da alta fertilidade das parcelas, da riqueza das jazidas de carvão ou de minérios, renda que possui caráter de renda diferencial.

Distintamente da renda diferencial dos colcoses, a renda diferencial das empresas estatais fica inteiramente a disposição do Estado.

A Distribuição da Produção Colcosiana e dos Ingressos Colcosianos. O Crescimento do Bem-estar do Campesinato Colcosiano

De acordo com as particularidades da propriedade cooperativo-colcosiana, existem nos colcoses formas de distribuição da produção diferentes do que nas empresas estatais.

Os colcoses vendem ao Estado, por preços de compra planificados, parte da colheita de produtos agrícolas e dos produtos da pecuária. Com os ingressos monetários recebidos, os colcoses devolvem ao Estado os empréstimos em dinheiro e pagam juros por eles. Os colcoses pagam também um pequeno imposto de renda e fazem o pagamento de um seguro de propriedade. O oportuno e completo cumprimento das obrigações dos colcoses diante do Estado assegura a correta combinação dos interesses dos diferentes colcoses aos interesses estatais, de todo o povo.

Para a garantia do ininterrupto ascenso da produção colcosiana e do crescimento do bem-estar dos colcosianos, têm grande importância os fundos sociais do colcós, que se criam em espécie e em forma monetária.

Importante significação para o ascenso da economia colcosiana tem a oportuna e completa compensação dos meios de produção colcosiana gastos.

Após a compensação dos meios de produção gastos, os colcoses dirigem a parte da renda total, que restou, para a formação dos fundos sociais de acumulação e consumo e para a distribuição entre os colcosianos, de acordo com a quantidade e a qualidade do seu trabalho.

Os fundos sociais de acumulação formam-se, no colcós, a custa da renda líquida. O incremento dos fundos colcosianos de

acumulação se processa, sobretudo, através dos descontos anuais dos ingressos monetários para o fundo indivisível. Além disto, são fontes de crescimento dos fundos indivisíveis as inversões diretas de trabalho dos colcosianos na edificação de obras econômicas, na preparação do instrumental agrícola para as necessidades dos colcoses, na construção de represas e depósitos de água, no aumento do gado socializado, no melhoramento da sua qualidade, etc.. Parte da renda líquida se destina a acumulação sob forma natural. Incluem-se aí as sementes e a forragem, separadas para o aumento dos fundos da semente e forrageiro, em ligação com a ampliação da área semeada, com o crescimento do gado socializado e a elevação da sua produtividade, bem como dos fundos de seguros (de sementes e forrageiro), criados para os casos de má colheita e escassez de forragens.

Em ligação com a reorganização das estações de máquinas e tratores, com a venda aos colcoses de tratores, combinados e outras máquinas, de peças de reposição, de combustíveis, etc., tornaram-se de principal importância os descontos destinados a esses fins, para o fundo indivisível. Isto dá a possibilidade de desenvolver mais rapidamente a economia social, mecanizar todos os processos produtivos e desenvolver a construção. O crescimento da economia social assegura aos colcosianos a obtenção de um pagamento mais elevado por trudodien e o aumento dos fundos sociais de consumo.

Os fundos sociais de consumo, criados nos colcoses a custa da renda líquida, incluem o seguinte: fundo de gêneros alimentícios, para o caso de má colheita; fundo de ajuda aos inválidos, aos que perdem temporariamente a capacidade de trabalho, as famílias necessitadas que têm pessoas em serviço militar, figurando aí os meios para o sustento dos velhos e órfãos; fundo de cultura, que é gasto no serviço das necessidades culturais e materiais da aldeia colcosiana.

Os colcoses que atingiram elevado nível de economia social podem destinar maior quantidade de meios para a construção de residências, escolas, escolas-internatos, jardins-de-infância e creches, hospitais, maternidades, refeitórios,

clubes, palácios de cultura, etc..

Após o cumprimento de todas as obrigações perante o Estado e a formação dos fundos sociais estabelecidos, o colcós distribui toda a produção restante e os ingressos monetários entre os membros do artel, de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho por eles gasto na economia social. Os ingressos recebidos pelos colcosianos de acordo com o trabalho não são submetidos a nenhum imposto. Na distribuição de acordo com o trabalho, entra também parte da renda líquida do colcós, que resta após o cumprimento das obrigações diante do Estado e a formação dos fundos sociais estabelecidos. Os ingressos dos colcosianos, procedentes da economia social, aumentam também a custa dos fundos sociais de consumo, já indicados. Tudo isto cria o interesse material de cada colcosiano no desenvolvimento da economia social do colcós. Além disto, os colcosianos recebem ingressos em espécie e monetários da sua economia pessoal auxiliar.

A justa correlação entre os fundos de acumulação e de consumo é condição das mais importantes para os elevados ritmos da reprodução ampliada da economia social dos colcoses. Uma parte cada vez mais considerável dos ingressos colcosianos é dirigida para os fundos indivisíveis dos colcoses e, juntamente com isto, elevam-se os ingressos reais dos colcosianos.

Os ingressos em dinheiro e em espécie dos camponeses trabalhadores, procedentes da agricultura socializada e pessoal, após o desconto de impostos e cotizações, contando por um trabalhador, a preços comparados, aumentaram em 1956, em comparação com os ingressos dos camponeses trabalhadores em 1913, em 4 vezes, sendo que aumentaram em 5,4 vezes, se se levar em conta os pagamentos e vantagens concedidas por parte do Estado soviético. Os ingressos reais dos camponeses trabalhadores, incluindo os ingressos empregados para o aumento do fundo indivisível e das reservas colcosianas, aumentaram em 1956, em comparação com os ingressos reais dos camponeses trabalhadores (exclusive os camponeses ricos) em 1913, em 6 vezes.

Importante papel no crescimento do bem-estar dos colcosianos desempenha o aumento dos ingressos monetários dos colcoses. Os ingressos monetários dos colcoses se elevaram de 5,7 bilhões de rublos em 1933, a 20,7 bilhões de rublos em 1940, 42,8 bilhões de rublos em 1952, 49,6 bilhões de rublos em 1953, 63,3 bilhões de rublos em 1954, 75,6 bilhões de rublos em 1955, 94,6 bilhões de rublos em 1956, 95,2 bilhões de rublos em 1957, e 131,8 bilhões de rublos em 1958, sem contar o valor dos produtos agrícolas entregues em espécie aos colcosianos por trudodien, bem como o valor acumulado nos colcoses, no ano dado, de parte da produção em espécie, como, por exemplo, para o aumento, do início ao fim do ano, dos fundos de sementes e forragem, para a criação dos rebanhos, etc..

Nas condições do regime colcosiano, modificou-se radicalmente a fisionomia da aldeia soviética. Em lugar da velha aldeia surgiu a nova aldeia, com edificações sociais e econômicas, estações elétricas, escolas, bibliotecas, clubes, creches.

Na aldeia soviética processou-se profunda revolução cultural.

O número total de alunos das escolas de formação geral de todos os tipos aumentou, no campo, de 7,4 milhões em 1914/1915 (nas fronteiras aluais) para 16,2 milhões em 1958/1959. Na aldeia soviética foi aplicada a instrução primária obrigatória. De acordo com a lei sobre o reforçamento dos laços da escola com a vida e sobre o ulterior desenvolvimento do sistema de educação popular na URSS, iniciando com o ano escolar de 1959/1960, ao invés da instrução geral obrigatória de sete anos será introduzida a instrução geral obrigatória de 8 anos. A 1º de janeiro de 1959, havia, nas localidades agrícolas, 286 mil estabelecimentos culturais e de ilustração: bibliotecas públicas, clubes e cinemas.

Notas de rodapé:

(188) O pud é uma medida de peso russa, equivalente a 16,3 quilos (N. do T.)

(189) N.S. Kruschiov, Sobre o Desenvolvimento Ulterior do Regime Colcosiano e a Reorganização das Estações de Máquinas e Tratores, p. 31

Capítulo XXXII — O Comércio sob o Socialismo

Natureza e Formas do Comércio sob o Socialismo

Na sociedade socialista, os produtos do trabalho, sejam meios de produção ou objetos de consumo, são mercadorias, que circulam tanto entre as empresas socialistas como entre estas empresas e a população. Consequentemente, sob o socialismo, a circulação mercantil, ou seja, o comércio, representa o necessário elo intermediário entre a produção e a distribuição dos produtos, por um lado, e o consumo — produtivo e pessoal — por outro lado. Através da circulação mercantil, do comércio de meios de produção e objetos de consumo, são realizadas as ligações econômicas entre a cidade e o campo, entre os ramos da economia nacional e as regiões do país.

O caráter e as formas do comércio, sob o socialismo, são determinados pelo modo de produção socialista. O comércio, no socialismo, é radicalmente distinto, por natureza, do comércio capitalista. Servindo a produção socialista e aos membros da sociedade socialista, o comércio, sob o socialismo, não é realizado por empresas capitalistas privadas, mas por empresas e organizações estatais e cooperativas, pelos colcoses, bem como pelos colcosianos. Os meios das empresas comerciais constituem propriedade social socialista. Com a consolidação do domínio indivisível da propriedade socialista em todas as esferas da economia nacional, desaparecem as condições para a existência de categorias tais como o capital comercial, o lucro comercial, etc..

A lei econômica fundamental do socialismo condiciona a necessidade de gestão do comércio no interesse da mais completa satisfação possível das necessidades materiais e culturais sempre crescentes dos trabalhadores, ao passo que o comércio capitalista, sendo função do capital comercial, é gerido em benefício do lucro dos capitalistas.

À diferença do comércio capitalista, o comércio, sob o socialismo, se desenvolve planificadamente. Em virtude de ação da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, torna-se possível e necessário utilizar o comércio como meio de realização da vinculação planificada entre a produção e o consumo. Através da circulação mercantil, efetua-se o abastecimento planificado de meios de produção as empresas socialistas e a realização planificada de sua produção. O comércio, sob o socialismo, se apoia, por um lado, na ininterrupta ampliação da produção socialista e, por outro lado, no incessante aumento da capacidade aquisitiva das massas. A sistemática elevação do bem-estar da população e o crescimento dos ingressos monetários dos trabalhadores criam uma procura, em permanente expansão, de produção industrial e agrícola. Em vista disso, o comércio sob o socialismo não conhece as crises de venda e as dificuldades de realização das mercadorias, inerentes ao capitalismo, ligadas aos estreitos marcos do consumo das massas populares. Fornecendo as massas de consumidores a crescente produção da indústria e da agricultura e apresentando as empresas produtivas a procura em expansão da população, o comércio liga a produção socialista ao consumo popular.

O comércio, sob o socialismo, representa um elo de importância vital no sistema dos vínculos econômicos entre a cidade e o campo, entre a indústria socialista e a agricultura colcosiana. A aliança comercial da cidade e do campo, sob o socialismo, está baseada no intercâmbio recíproco entre a indústria estatal e a agricultura colcosiana, expressando-se em diferentes formas: venda aos colcoses de meios de produção fabricados pela indústria, venda de mercadorias industriais de amplo consumo a população agrícola, compra de produtos agrícolas pelo Estado e pelas cooperativas, venda de produtos agrícolas a população urbana nos mercados colcosianos, etc.. O desenvolvimento da aliança comercial entre a cidade e o campo é condição necessária para o ulterior reforçamento da aliança operário-camponesa, para assegurar a população urbana e agrícola objetos de consumo, e a indústria, matérias-primas agrícolas.

Desta maneira, o comércio, sob o socialismo, é a forma da circulação mercantil, através da qual se realiza a vinculação planificada entre as empresas socialistas, entre a cidade e o campo, entre a produção socialista e o consumo popular, com o fim de satisfazer as necessidades sempre crescentes dos trabalhadores.

Pertence a V.I. Lênin a fundamentação científica do caráter do comércio nas condições da economia socialista, da necessidade e dos caminhos da multiforme utilização do comércio pelo Estado socialista. Tendo descoberto a falsidade da afirmação sobre a incompatibilidade entre comércio e socialismo, Lênin ensinava que o desenvolvimento do comércio, colocado a' serviço do socialismo, e o aperfeiçoamento dos seus métodos constituem uma das condições necessárias da construção comunista.

O caráter socialista do comércio está condicionado pelo fato de que se baseia na propriedade social socialista na produção e circulação de mercadorias. Ao mesmo tempo em que são comuns os traços essenciais do comércio, existem importantes diferenças nas suas formas, que dependem de que tipos de propriedade social figuram em dado ato de compra e venda: se a propriedade de todo o povo ou cooperativo-colcosiana, se ambos os tipos e propriedade social, se no ato de troca se efetua a permuta da propriedade social e pessoal. Em vista disso, é necessário distinguir: a circulação mercantil entre empresas estatais socialistas; a circulação mercantil entre empresas estatais e colcoses; a circulação mercantil entre colcoses; a circulação mercantil entre empresas estatais e a população; a circulação mercantil entre os colcoses e a população, etc..

Na circulação mercantil de meios de produção — máquinas, tornos, carvão, petróleo, etc. — entre empresas estatais, a forma de propriedade destas mercadorias não se modifica: elas permanecem, por todo o período de sua existência, patrimônio estatal. Como já foi dito, por meio da circulação mercantil de meios de produção, processa-se a sua distribuição, na base dos planos estatais de abastecimento

técnico-material.

A circulação mercantil entre o setor estatal da economia nacional e os colcoses implica em permuta dos proprietários no ato da compra e venda: a transferência das mercadorias da propriedade estatal, de todo o povo, para a propriedade cooperativo-colcosiana, da propriedade cooperativo-colcosiana a estatal, de todo o povo. Este tipo de circulação mercantil se processa em formas específicas: em primeiro lugar, a venda aos colcoses de mercadorias industriais de finalidade produtiva — tratores, máquinas agrícolas, automóveis, equipamento elétrico, combustíveis, materiais de construção, implementos diversos, etc.; e, em segundo lugar, a compra no setor colcosiano de mercadorias agrícolas, que ingressam no setor estatal.

Através das compras para a indústria leve e de alimentação, provem do setor colcosiano as matérias-primas agrícolas (algodão, linho, lã, cereais, beterraba, gado, etc.) para que, depois da elaboração industrial, sejam vendidas a população urbana e rural sob a forma de mercadorias de consumo popular. Nas compras, apresenta-se, na qualidade de compradores, uma limitada quantidade de organizações estatais e cooperativas, que fazem o aproveitamento de produtos agrícolas, na base dos planos estatais.

Os laços mercantis também existem entre os diferentes colcoses, representando uma das formas da chamada circulação mercantil interna da aldeia, a qual se expressa nas compras realizadas pelos colcosianos nos mercados colcosianos.

A permuta de proprietários se verifica no intercâmbio mercantil com os países estrangeiros. O caráter específico destes vínculos mercantis condiciona a necessidade de entregar a função da sua realização a um aparelho especial de comércio exterior do Estado socialista.

Tipos de Comércio com Mercadorias de Consumo Popular

A circulação mercantil entre as empresas socialistas estatais, bem como entre o setor estatal da economia nacional

e os colcoses, foi examinada nos capítulos precedentes. A realização de mercadorias para a população distingue-se consideravelmente de tais tipos de circulação mercantil.

No comércio com objetos de consumo popular, processa-se, no fundamental, a seguinte permutação de formas de propriedade: as mercadorias, que são propriedade social, socialista, passam a ser propriedade pessoal. Na qualidade de vendedores, apresentam-se as empresas estatais, as cooperativas de consumo, os colcoses. Os colcosianos vendem os excedentes de produtos, recebidos como pagamento do trabalho no colcós, bem como a produção procedente de sua economia pessoal auxiliar, embora o peso específico desta venda seja comparativamente pequeno. Na qualidade de compradores, apresentam-se milhões de consumidores: operários, empregados, camponeses, que intercambiam seus ingressos monetários por mercadorias de consumo popular.

A existência de muitos diferentes proprietários, que se apresentam na qualidade de possuidores de mercadorias e de meios monetários, suscita a necessidade de especialização de um ramo da economia socialista: o comércio com mercadorias de consumo popular, que recolhe, de numerosas fontes, as massas de mercadorias e as dirige para a satisfação da multifacética e dispersa procura de milhões de pessoas. A entrega da função da circulação mercantil de objetos de consumo popular a organizações comerciais especiais dá a sociedade socialista uma grande economia, contribuindo para a aceleração da rotação do produto social, para a redução relativa dos meios ocupados na esfera da circulação e para o aumento dos meios que se destinam a ampliação da produção socialista. Na economia socialista existe um ramificado aparelho comercial, que serve a esfera da circulação mercantil de objetos de consumo popular e dispõe para isto de quadros especiais, de uma base técnico-material e de meios financeiros.

Na sociedade socialista, é através do comércio que chega a população a massa fundamental de objetos de consumo pessoal produzidos. Na compra de mercadorias de consumo pessoal — produtos de alimentação, roupas, calçados, objetos

de finalidade cultural, de uso doméstico e de uso comum — é que se gasta a parte predominante do ingresso da população. Somente uma parte dos objetos de consumo pessoal entra no consumo da população diretamente, evitando a circulação mercantil, como, por exemplo, na distribuição em espécie dos ingressos nos colcoses por trudodien, etc.. Na medida em que avança o movimento para o comunismo, gradualmente, cada vez maior quantidade de objetos de consumo chegará à população, não por meio da troca por ingressos pessoais, mas gratuitamente, como, por exemplo, nas instituições para a infância, etc.. Isto, em certa medida, já existe agora, embora também o abastecimento de tais instituições se processe através da circulação mercantil e seja acompanhado da correspondente rotação monetária entre as organizações estatais.

A massa de mercadorias industriais realiza o movimento da produção ao consumo, chegando à população através do comercio, procedente das indústrias leve, de alimentação e de outros ramos industriais. Através da rede comercial e dos mercados colcosianos, chega a população considerável parte das mercadorias agrícolas, que não passa por elaboração industrial, como, por exemplo, muitos produtos pecuários, batatas, legumes, frutas, etc..

O comércio de objetos de consumo pessoal se apresenta, na União Soviética, sob as seguintes formas:

1. estatal,
2. cooperativo e
3. colcosiano.

O comércio estatal representa o mais alto grau de socialização socialista da circulação mercantil, desempenhando o papel dirigente e ocupando o lugar decisivo na circulação mercantil dos países capitalistas. Na URSS, o Estado socialista concentra a massa esmagadora de recursos mercantis do país, que entram no comércio soviético. As organizações comerciais recebem a parte fundamental de mercadorias da indústria estatal. Passando, em sua maior parte, através do comércio

atacadista estatal, estas mercadorias entram, em seguida, no comércio a varejo e são vendidas a população.

A fonte principal do abastecimento de matérias-primas a indústria, que elabora objetos de consumo pessoal, e a base do abastecimento de gêneros alimentícios a população são as compras estatais de produtos agrícolas nos colcoses. Uma grande fonte de gêneros alimentícios e de matérias-primas agrícolas é também a produção dos sovcoses.

Na URSS, o comércio estatal a varejo, em 1958, abrangia 65% de toda a soma da circulação comercial a varejo do país, incluindo o comércio colcosiano. O comércio estatal a varejo serve, predominantemente, a população das cidades e regiões industriais.

O comércio cooperativo se realiza quase inteiramente por empresas comerciais da cooperação de consumo. Os meios das organizações cooperativas constituem propriedade cooperativa dos seus membros quotistas. Todos os órgãos de administração do comércio cooperativo são eletivos e obrigados a prestar contas aos membros das uniões cooperativas. A qualidade do trabalho das empresas cooperativas comerciais depende, em muito, da atividade dos próprios consumidores quotistas, da medida em que no trabalho das cooperativas participem efetivamente as amplas massas da população. As organizações cooperativas comerciais dispõem de grandes créditos por parte do Estado soviético. O comércio cooperativo, em 1958, abrangia 29% de toda a circulação mercantil a varejo. A cooperação de consumo tem a mais ramificada rede comercial no país, servindo principalmente a população agrícola e constituindo a base da organização comercial na aldeia. Além disto, a população rural compra parte de mercadorias nas cidades. A cooperação de consumo tem a tarefa de abastecer a população rural com objetos de consumo popular e os colcoses com alguns meios de produção, de colaborar, por todas as maneiras, com os colcoses e colcosianos na venda da sua produção e, com isto, contribuir para o crescimento de todos os ramos da agricultura e para a elevação do bem-estar material do campesinato colcosiano e de todos os trabalhadores do campo.

Cabe a cooperação de consumo grande papel nas compras de produtos agrícolas. Ela tem a tarefa de desenvolver correspondente atividade produtiva — a panificação do trigo, a elaboração dos legumes e outros produtos agrícolas —, realizando um serviço material para a população rural.

A circulação mercantil estatal e cooperativa inclui também a circulação mercantil das empresas de alimentação pública — cozinhas de fábricas, refeitórios, restaurantes, bufetes, etc. —, que vendem sua produção a população. O desenvolvimento da alimentação pública conduz a uma grande poupança de tempo de trabalho na economia nacional, pois substitui o trabalho pouco produtivo da economia doméstica por um trabalho mais produtivo, socializado, e melhora consideravelmente as condições materiais de vida da população. A alimentação pública libera milhões de mulheres, ocupadas na economia doméstica, para a participação na produção socialista e na vida social. A alimentação pública dá a possibilidade de aproveitar mais racional e economicamente os recursos de gêneros alimentícios e organizar a alimentação sobre bases higiênico-técnicas. A alimentação pública nas empresas (garantia de comida quente para os operários e empregados das empresas industriais, dos transportes e construções, etc., no decurso do dia de trabalho, para os colcosianos e trabalhadores dos sovcoses no período dos trabalhos de lavoura) contribui para a elevação da produtividade do trabalho.

Uma importante tarefa da construção comunista é conseguir que o sistema de alimentação pública satisfaça plenamente as necessidades da população urbana e rural no que se refere a uma alimentação mais barata, com relação a da economia doméstica, saborosa e nutritiva. Atualmente, realiza-se um programa de acelerado melhoramento da alimentação pública, voltado para torná-la vantajosa e cômoda as mais amplas massas de trabalhadores e membros de suas famílias, eliminando sérias deficiências que o obstaculizam. A produção da alimentação pública, durante o plano setenal, duplicará, com a elevação da sua qualidade e considerável barateamento, bem como com sério melhoramento da qualidade do serviço aos consumidores. Importância essencial terá a passagem cada vez

maior da alimentação pública para métodos industriais, o que dá enorme economia de trabalho (preparação centralizada de semiacabados e seu abastecimento aos refeitórios), a criação de uma rede muito mais ramificada de empresas de alimentação pública, de refeitórios públicos nos edifícios residenciais, de ampla difusão de cozinhas de edifícios residenciais, etc., com a plena satisfação da procura de refeições enviadas a domicílio.

O controle social tem grande importância para o melhoramento do trabalho das empresas estatais e cooperativas de comércio e alimentação pública. O papel e a função do controle social se ampliam cada vez mais no processo da construção desenvolvida do comunismo. O trabalho das empresas estatais de comércio e alimentação pública é submetido a prova dos controladores sociais, destacados pelas organizações sindicais. O controle social do trabalho dos magazines e refeitórios também é realizado por comissões de controle e revisão, escolhidas pelas assembleias de operários e empregados das empresas correspondentes. No comércio cooperativo, o controle social é executado por comissões de lojas e refeitórios, escolhidas nas assembleias dos quotistas. As comissões de comércio e alimentação pública dos sovietes locais de deputados trabalhadores constituem uma das formas do controle social sobre a atividade das empresas de serviço público. Tais comissões devem atrair ao seu trabalho amplas massas de consumidores. Um importante papel no controle social das empresas de comércio e alimentação pública deve ser desempenhado pela incorporação a este controle dos membros das famílias dos trabalhadores.

O comércio estatal e cooperativo representa um mercado organizado, diretamente planificado pelo Estado socialista. O mercado organizado ocupa situação dominante na circulação comercial da URSS. Além do mercado organizado, existe o mercado não organizado, sob a forma de comércio colcosiano.

O comércio colcosiano é a forma do comércio soviético a varejo, na qual, na condição de vendedores, se apresentam os colcoses e os colcosianos, que vendem mercadorias agrícolas

a população por preços, que se formam no mercado sob a influência da oferta e da procura. A necessidade do comércio colcosiano decorre do caráter da propriedade colcosiana e da existência da economia pessoal dos colcosianos. Os colcoses e colcosianos são proprietários da sua produção e dispõem dela, realizando-a com o Estado e as cooperativas através do sistema dos aprovisionamentos e das compras (o que constitui a forma do comércio atacadista), bem como vendendo-a a população por meio do comércio colcosiano, ou seja, nos mercados colcosianos (o que constitui a forma do comércio a varejo). O comércio colcosiano não é planificado diretamente pelo Estado; este não dá aos colcoses e colcosianos tarefas planificadas para a realização de sua produção nos mercados colcosianos e não estabelece preços para os produtos agrícolas que vendem. Mas o comercio colcosiano se encontra sob a influência econômica do comércio estatal e cooperativo. A expansão da circulação mercantil e a redução dos preços de varejo no mercado estatal e cooperativo trazem consigo a redução do nível de preços também no mercado colcosiano.

Nos mercados colcosianos, manifesta-se, em certo grau, a ação da espontaneidade do mercado. Em caso de enfraquecimento da ação econômica reguladora do Estado em tais ou quais mercados colcosianos, podem ativar-se os elementos especulativos. Aproveitando-se da temporária insuficiência de certas mercadorias em dado mercado, os elementos especulativos inflacionam os preços de mercado.

Com o crescimento da produção mercantil dos colcoses, que, através das compras, fica a disposição do Estado, com o desenvolvimento da produção sovcosiana, com o aumento da quantidade de gêneros alimentícios na rede estatal e cooperativa, intensifica-se sempre mais a influência do Estado no mercado não organizado.

Ao mesmo tempo, com o crescimento da economia social colcosiana, cresce gradualmente no comércio colcosiano o peso específico dos colcoses, na realização dos produtos agrícolas, em comparação com o peso específico dos colcosianos.

Muitos colcoses possuem postos permanentes nos mercados colcosianos e realizam sistematicamente sua produção por contrato com as administrações dos mercados. Isto traz elementos de estabilidade e de organização no comércio colcosiano.

Os colcoses e os colcosianos realizam uma parte dos seus produtos agrícolas a base de comissões, através das cooperativas de consumo. Entregam as cooperativas a sua produção, recebem delas a soma obtida da venda destes produtos e pagam, em recompensa, uma comissão. Isto traz aos colcoses e colcosianos certa vantagem, liberando-os de gastos excedentes na realização das mercadorias. O comércio por comissão libera tempo dos colcosianos para tarefas agrícolas, incorpora a circulação mercantil uma quantidade suplementar de produtos de alimentação e contribui para a redução dos preços de mercado.

O comércio colcosiano é um importante meio de estímulo da produção agrícola e de abastecimento de gêneros alimentícios às cidades e povoados industriais, fornecendo a população considerável parte destes produtos, como legumes, batata, carne, laticínios, etc.. O peso específico do comércio colcosiano na soma total da circulação do comércio a varejo era, em 1958, de 6%, sendo, porém, de 9%, na soma da circulação de gêneros alimentícios.

O Papel do Comércio na Realização dos Vínculos entre a Produção e o Consumo Popular

Ligando a produção ao consumo popular, o comércio, sob o socialismo, desempenha importante papel na garantia do crescimento do bem-estar dos trabalhadores e do desenvolvimento da produção socialista.

O Estado socialista e os seus órgãos locais determinam, de modo planificado, o volume e a estrutura da produção de objetos de consumo popular, as fontes e as proporções dos fundos mercantis, os caminhos racionais de movimento das mercadorias, planificando a rede comercial e a sua localização. Dirigem os recursos mercantis para as regiões do país, levando

em conta a procura, a capacidade aquisitiva da população, a composição da sua receita e despesa.

A necessidade do cálculo multilateral da procura da população, dos gostos em desenvolvimento dos consumidores, das particularidades nacionais e locais, das condições climatéricas, estacionais, etc., decorre da própria essência do comércio sob o socialismo. Somente por este caminho pode ser assegurada a correta planificação da circulação mercantil, a fim de que a massa de mercadorias que chega a cada região responda a procura não só no que se refere a soma total, ou seja, expressa em valor, mas também no sortimento concreto, ou seja, no que se refere ao valor de uso.

O socialismo cria a possibilidade desta coordenação planificada entre o volume da massa de mercadorias e as proporções da procura solvente, o que assegura, por um lado, o mercado em suficiente crescimento para o desenvolvimento da produção, e, por outro lado, a ininterrupta satisfação da procura e a elevação da qualidade do comércio. Uma condição necessária da chegada uniforme e ininterrupta de mercadorias aos consumidores é a formação de reservas mercantis, que correspondam as reais necessidades da sociedade. Em oposição ao capitalismo, no qual é característico a acumulação de enormes reservas excedentes de mercadorias, em virtude da estreiteza da procura, no socialismo existe a possibilidade de evitar a formação de reservas excedentes de mercadorias, o que significa inutilizar recursos sociais, e de reduzir as proporções destas reservas ao nível normal. Uma grande importância tem a garantia da correspondência dos fundos mercantis e da sua estrutura a procura dos consumidores. Nos casos em que as empresas e organizações industriais e comerciais calculam mal a procura da população de diferentes mercadorias, tipos de artigos, padrões, medidas, etc., não levando em conta as exigências crescentes quanto a qualidade da produção, formam-se reservas excedentes de certas mercadorias, frequentemente com a falta de outras, necessárias aos consumidores. É importante assegurar a correta localização das reservas de mercadorias por regiões, levando em conta a procura. O atraso dos ritmos de crescimento da massa de

mercadorias com relação a procura solvente e, em decorrência disto, a desmedida redução das reservas de mercadorias, engendram filas e obstáculos na venda de certas mercadorias, criam desconforto para a população, levam ao pioramento do seu abastecimento de mercadorias e dificultam a luta pela elevação da qualidade das mercadorias.

A distribuição planificada dos fundos mercantis exige que se levem em conta os traços particulares, que são próprios a procura consumidora da população. Se o consumo produtivo das empresas estatais é condicionado pelos seus programas de produção e pode ser diretamente planificado com antecedência, já a procura de milhões de consumidores por objetos de consumo pessoal tem outro caráter. O Estado pode exercer uma influência econômica reguladora sobre a procura consumidora da população (produção de mercadorias de tal ou qual sorti- mento, planificação regional da realização de mercadorias e dos ingressos da população, planificação dos preços, etc.). Entretanto, esta variadíssima procura de massa não pode ser fixada por meio de diretivas planificadas imediatas. Estando submetida a ação de numerosos fatores, a procura da população, em cada região do país, se distingue por considerável mutabilidade. Daí decorre a necessidade, na planificação da circulação mercantil, do estudo detalhado da procura e da oportuna reação as suas modificações.

"Aqui — indicava Lênin — é preciso considerar a diferença de localidade, a diferença de exigências de mercadoria, a diferença de equivalente...

Temos necessidade, não de velhos meios burocráticos, mas do estudo das condições comerciais, temos necessidade do seu conhecimento exato, da habilidade de rapidamente levar em conta quaisquer modificações."(190)

O comércio influi ativamente sobre a formação da procura consumidora, contribuindo para a introdução na vida quotidiana de novas mercadorias. Para isto, o comércio utiliza a propaganda como meio de informação honesta aos consumidores sobre a qualidade e a finalidade de tais ou quais mercadorias, em oposição a propaganda capitalista, que

persegue o fim do lucro a custa do consumidor. Importante fator de formação da procura é o nível e a correlação de preços das mercadorias vendidas a população.

O sistema socialista planificado de economia cria a possibilidade de harmônica coordenação planificada entre a produção e o consumo, mas a conversão desta possibilidade em realidade depende da qualidade do trabalho dos órgãos de planificação e de produção e se determina, em muito, pela qualidade do trabalho das organizações comerciais.

"A lei, atuante entre nós, do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, exige a coordenação consciente e organizada da produção e do consumo.

Graças ao fato de que nossa economia é planificada, podemos diretamente, sem rodeios, calcular a procura e, de acordo com ela, desenvolver a produção. Nisto se manifestam as grandiosas superioridades do nosso regime. Mas, ao mesmo tempo, daí decorre também a imensa responsabilidade das organizações comerciais, uma vez que somente do nós mesmos, do nosso grau de organização e de nossa habilidade, dependem os êxitos da causa."[191]

O crescimento permanente da capacidade aquisitiva da população, sob o socialismo, de modo algum significa que qualquer mercadoria tem sua venda automaticamente assegurada. Se a mercadoria, por sua qualidade, não corresponde a procura da população, não poderá ser realizada. Somente com a realização de tais ou quais mercadorias, manifesta-se o quanto a sua produção corresponde as exigências da sociedade. Quanto melhor se estuda e calcula a procura, tanto em maior grau se alcança a correspondência entre a produção e as necessidades dos trabalhadores. Com o crescimento da produção, o aumento da quantidade de objetos de consumo e o ascenso do bem-estar das massas populares, tornam-se sempre mais variadas suas necessidades, elevam-se as exigências dos consumidores quanto a qualidade e o sortimento das mercadorias. Condição necessária da cada vez mais completa satisfação das necessidades da população é a eliminação dos defeitos na planificação da produção de objetos

de consumo popular e da circulação mercantil, defeitos ligados ao cálculo insuficiente da procura de mercadorias por parte da população, ao aproveitamento débil, numa série de casos, das possibilidades existentes de produção e de venda de mercadorias de consumo popular. Das organizações comerciais exige-se a capacidade de rapidamente adaptar-se a procura em constante mutação, de não permitir a distribuição mecânica das mercadorias, os erros no seu envio as regiões, de elevar incessantemente a qualidade dos serviços aos consumidores, de criar o conforto para os compradores e de poupar o seu tempo.

Desta maneira, a correta planificação da circulação mercantil, baseada no cálculo exato da procura, é uma condição importante da superação da contradição entre as necessidades sempre crescentes dos trabalhadores e o nível atingido no momento dado pelo desenvolvimento da produção.

A finalidade do comércio, sob o socialismo, consiste, outrossim, em influir ativamente sobre a produção, no interesse do aumento do lançamento de mercadorias, em correspondência com a procura da população, a fim de conseguir a elevação de sua qualidade, a ampliação e melhoramento do seu sortimento. Como ensina Lênin, o trabalho vitorioso das organizações comerciais depende

"da habilidade de recolher os valores mercantis dispersos e despertar novos valores a vida."[192]

São as seguintes as mais importantes alavancas de influência do comércio sobre a produção: os contratos econômicos concluídos entre as organizações comerciais e industriais para o fornecimento de produção de determinado sortimento e qualidade, a aplicação do sistema de encomendas das organizações comerciais a indústria, o exame cuidadoso das mercadorias encaminhadas e aplicação de sanções no caso de violação das condições do contrato, até mesmo a recusa a receber os artigos de baixa qualidade. Para a intensificação da ativa influência do comércio sobre a produção, tem grande importância a difusão da prática dos contratos diretos das organizações e empresas comerciais de grau inferior com as empresas produtivas.

Baseando-se na produção socialista, o comércio é, ao mesmo tempo, uma condição necessária do seu ulterior ascenso.

O desenvolvimento do comércio tem grande importância para assegurar o interesse material pessoal dos trabalhadores da cidade e do campo nos resultados do seu trabalho, na elevação da sua produtividade. O comércio é uma condição necessária para a efetivação da lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho: a realização dos ingressos monetários dos trabalhadores se processa através do comércio. Do desenvolvimento do comércio, da qualidade dos serviços aos compradores, depende, em muito, a satisfação das necessidades dos trabalhadores, em correspondência com os ingressos que obtiveram.

A realização da ligação comercial entre a cidade e o campo, entre os diferentes ramos da economia nacional, entre as regiões do país, o ininterrupto movimento de mercadorias através do sistema de comércio, das empresas agrícolas e industriais aos consumidores, constitui uma condição necessária da reprodução socialista.

O comércio assegura a entrada regular nos setores estatal e cooperativo-colcosiano de meios monetários necessários a renovação e ampliação da produção. Da rapidez da realização das mercadorias depende grandemente a velocidade da rotação dos meios em toda a economia nacional. Através do comércio, a indústria socialista, que produz mercadorias de consumo, recebe meios monetários, que compensam os gastos efetuados e constituem a renda líquida das empresas e a renda líquida centralizada do Estado. Parte dos meios monetários, recebidos pelas indústrias leve e de alimentação da venda de mercadorias, passa para a indústria pesada sob a forma de pagamento dos meios de produção. A realização ininterrupta das mercadorias através do comércio assegura a oportuna entrada de meios monetários no fundo estatal geral, meios que são destinados com antecedência a utilização em toda a economia nacional. A venda de sua produção mercantil pelos colcoses e colcosianos serve de fonte dos seus ingressos

monetários, que são utilizados para o reforçamento e o desenvolvimento da economia social dos colcoses e a satisfação das necessidades pessoais dos colcosianos.

O desenvolvimento do comércio, o aumento da massa de mercadorias, vendidas por preços fixos planificados, constituem uma condição importantíssima do reforçamento da estabilidade da moeda.

O movimento das mercadorias no país está condicionado pela localização da produção, pelo nível e a estrutura da procura consumidora em cada região. Em ligação com isto, tem uma grande importância a boa organização do transporte, do qual depende, em muito, a rapidez da circulação mercantil.

As organizações comerciais e de aprovisionamento, além da função da circulação mercantil, realizam também o transporte, a conservação, a seleção e a embalagem das mercadorias, o que constitui o prolongamento do processo de produção na esfera da circulação.

A correta organização da circulação mercantil pressupõe a combinação do abastecimento centralizado com o amplo desenvolvimento da iniciativa dos órgãos locais no que se refere a mobilização dos recursos mercantis, com a acentuação de sua responsabilidade pelo abastecimento da população local. A quantidade de mercadorias, de que dispõem os órgãos republicanos e locais para o abastecimento da população local, depende em grau considerável de que, na república ou região em questão, sejam aproveitadas as possibilidades de produção e mobilização dos recursos mercantis. Com isto, eleva-se o interesse dos órgãos locais no crescimento da produção e do aprovisionamento.

A forte elevação, realizada nos últimos anos, do papel dos órgãos republicanos e locais, na planificação da circulação mercantil e na utilização dos recursos mercantis, conduz a um cálculo melhor da procura da população, ao reforçamento da capacidade de manobra e de operação das organizações comerciais, que têm a tarefa de incorporar, por todas as maneiras, na rotação mercantil, sempre novos recursos locais

suplementares.

A planificação da circulação mercantil é orientada para assegurar abastecimentos oportunos e uniformes de mercadorias de consumo popular as repúblicas, territórios, regiões, cidades e distritos, com a plena consideração da procura local, uma vez que nos contratos de abastecimento de mercadorias é definido obrigatoriamente um desenvolvido sortimento, na base da encomenda do comprador. Têm grande importância estatal o multiforme reforçamento dos vínculos mercantis entre as repúblicas e as regiões econômicas e a rigorosa observância da disciplina nos abastecimentos de mercadorias. Os fornecimentos de mercadorias de consumo popular as outras repúblicas da União ou para atender a necessidades gerais da União são promovidos em primeiro lugar, independentemente do nível de execução dos planos de produção.

Com o desenvolvimento da produção socialista, com o crescimento do bem-estar da população, expande-se a circulação mercantil e melhora a sua estrutura: aumenta o peso específico das mercadorias de mais elevada qualidade e de mais valioso tipo, bem como dos bens duráveis, enriquecendo-se cada vez mais o sortimento.

O volume da circulação mercantil a varejo do comércio estatal e cooperativo cresceu, na URSS, de 1928 a 1940 (a preços comparados) em 2,3 vezes, enquanto nos países capitalistas, no mesmo período, a circulação comercial não somente não cresceu, como, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, era inferior ao nível de 1929. Em 1958, a circulação comercial a varejo, na URSS (a preços comparados), aumentou, com relação a 1940, em 2,7 vezes, e, com relação a 1950, em 2,5 vezes. Nos Estados Unidos, em 1957, o volume da circulação mercantil interna, em comparação com 1950, aumentou aproximadamente 22%, enquanto na Inglaterra o aumento foi de menos de 10%.

Em 1958, nos magazines estatais e cooperativos, foi vendido a população mais do que em 1940: carne e subprodutos — 3,9 vezes; peixe e subprodutos — 3,4 vezes;

manteiga — 4 vezes; óleos vegetais e outras gorduras — 3,9 vezes; açúcar — 3,6 vezes; tecidos — 2,9 vezes; tecidos de lã — 9,9 vezes; calçados — 3 vezes; relógios — 7,9 vezes; máquinas de costura — mais do que 16 vezes; bicicletas — 14 vezes; aparelhos de rádio — 22 vezes.

Todavia, o nível atingido pela circulação mercantil na URSS, no que se refere a algumas mercadorias, ainda está atrasado com relação a crescente capacidade aquisitiva das massas trabalhadoras e a procura de tais mercadorias, ainda em medida considerável, não se satisfaz. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da rede comercial, em particular dos armazéns, encontra-se fortemente atrasada com relação a circulação mercantil e aos aprovisionamentos. Isto obstaculiza a acumulação de reservas mercantis normais, inclusive as estacionais, conduz a perdas de valores materiais, dificulta o melhoramento dos serviços aos compradores. O sistema de medidas promovido pelo Partido Comunista e pelo Estado soviético, para o vertical ascenso da agricultura e o aumento da produção de objetos de consumo popular, cria as condições necessárias para um considerável desenvolvimento da circulação mercantil na cidade e no campo, em correspondência com a procura crescente, para a mais rápida liquidação dos obstáculos e das filas existentes em alguns locais, no comércio de certas mercadorias. Reforça-se a base técnico-material do comércio soviético, amplia-se a rede comercial e de armazéns, particularmente dos magazines especializados.

A execução do plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS assegurará a satisfação consideravelmente mais completa das crescentes necessidades materiais e culturais dos homens soviéticos e significará um passo essencial para a conquista da abundância de bens materiais. A circulação comercial a varejo do comércio estatal e cooperativo crescerá, durante o setênio, em 62% aproximadamente. Ampliar-se-á em muito a venda a população de produtos pecuários, gorduras vegetais, açúcar e frutas. No que se refere aos mais importantes artigos industriais — tecidos, roupa, calçados e alguns outros —, estará assegurado o suficiente para satisfazer as necessidades da população.

Aumentará fortemente o consumo de mercadorias de finalidade cultural e econômica, particularmente as mercadorias que aliviam o trabalho das mulheres no lar. Melhorarão consideravelmente os serviços comerciais e domésticos a população.

Os Preços e os Gastos de Circulação no Comércio Estatal e Cooperativo

O domínio indivisível da propriedade social, com predominância da propriedade estatal, de todo o povo, na esfera da produção e na esfera da circulação mercantil, assegura ao Estado socialista a possibilidade da planificação dos preços em todos os ramos da economia nacional. Na URSS, os preços do mercado organizado são estabelecidos de modo planificado: preços de compra, para a produção mercantil dos colcoses e colcosianos, por eles vendida as organizações estatais e cooperativas; preços atacadistas, na indústria e nas organizações comerciais; preços no varejo, no comércio estatal e cooperativo, ou seja, preços finais, pelos quais a população compra objetos de consumo.

Como já foi dito, na base dos preços está o valor. Na planificação dos preços, o Estado socialista parte do cálculo das exigências da lei do valor, bem como de outras leis econômicas, que atuam na sociedade socialista, e, antes de tudo, da lei econômica fundamental do socialismo. O Estado socialista leva em conta o valor da mercadoria, a necessidade de compensação dos gastos na sua produção e realização e da garantia da rentabilidade das empresas, a situação da oferta e da procura, a importância de dada mercadoria para o consumo popular, a necessidade da utilização dos preços como instrumento de distribuição e redistribuição da renda nacional. No que se refere a uma série de mercadorias básicas na URSS, são estabelecidos preços no varejo únicos para todo o país. A fim de levar em conta as condições locais de produção e de venda, o Estado estabelece para uma série de mercadorias (principalmente, gêneros alimentícios), preços no varejo zonais (diferenciados de acordo com as regiões), e para algumas mercadorias — preços no varejo estacionais. Os preços de

compra se diferenciam de acordo com as regiões e, quanto a alguns tipos de mercadorias, também de acordo com as estações do ano. Para uma série de mercadorias, os preços são estabelecidos no local. Neste caso, assegura-se a política única de preços.

A rebaixa dos preços no varejo é um dos fatores do ascenso do bem-estar das massas populares. A frequente rebaixa dos preços, realizada na URSS de 1947 a 1955, aumentou consideravelmente a capacidade aquisitiva e os ingressos reais dos trabalhadores da cidade e do campo. A rebaixa dos preços no varejo se baseia na redução dos gastos produtivos e comerciais, bem como no aumento da massa de mercadorias, dirigidas pelo Estado para a venda a população. A planificação dos preços exige o cálculo das condições de produção e de venda para cada tipo singular de mercadoria. A atitude diferenciada diante da fixação dos preços, levando em conta o grau de saturação do mercado com certas mercadorias e o estado da sua procura, desempenha grande papel na concordância planificada entre a procura e a oferta de mercadorias. A fim de evitar a insuficiência de tais ou quais mercadorias, exige-se não somente o aumento da sua produção, como também que a rebaixa dos preços dessas mercadorias seja promovido na medida ao crescimento da sua quantidade e de acordo com a procura solvente da população. A rebaixa dos preços das mercadorias, cuja venda se retarda, contribui para acelerar sua realização.

Na URSS, graças a rebaixa dos preços estatais no varejo, a quantidade de mercadorias que, em 1947, custava mil rublos, podia ser comprada, em 1954, por 433 rublos. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, Inglaterra, França e na maioria dos outros países burgueses, os preços das mercadorias de consumo pessoal, em média, elevaram-se consideravelmente, em comparação com 1947.

Nos últimos anos, quando se aplicam amplamente outros métodos de ascenso dos ingressos reais dos trabalhadores, em particular a elevação dos ingressos das categorias de trabalhadores com baixa e média remuneração, não tem sido

promovida a rebaixa geral dos preços. Ao mesmo tempo, foi colocada a tarefa da rebaixa dos preços dos produtos da alimentação pública. Além disto, rebaixam-se os preços de tais ou quais grupos de mercadorias, na medida da necessidade de regularização desses preços.

Em que pese a sua considerável rebaixa na URSS, nos últimos anos, os preços no varejo, em média, ainda superam o nível de pré-guerra de 1940. Em comparação com os preços médios anuais de 1940, os índices dos preços estatais no varejo, em 1958, eram os seguintes: para todas as mercadorias — 141, para os gêneros alimentícios — 149, para os produtos não alimentares — 133. O índice dos preços estatais no varejo, em 1958, em comparação com 1940. excluindo os produtos alcoólicos, era o seguinte: para todas mercadorias — 130%. para os gêneros alimentícios — 126%. Ao mesmo tempo, o aumento dos ingressos da população cobriu em algumas vezes a diferença dos preços.

As mercadorias passam da indústria para a rede comercial por preços no atacado. As organizações comerciais vendem estas mercadorias a população por preços no varejo. A diferença entre o preço no varejo e o preço no atacado, pelo qual a mercadoria é comprada a indústria, constitui o sobrepreço comercial. Desta maneira, o preço no varejo das organizações comerciais é igual ao preço no atacado mais o sobrepreço comercial. O sobrepreço comercial é calculado habitualmente sob a forma de determinada percentagem de desconto no preço no varejo. Neste desconto se expressa a parte correspondente das organizações comerciais no preço da mercadoria. À custa do desconto comercial compensam-se os gastos de circulação das organizações comerciais e se forma a sua renda líquida. Os descontos comerciais são planificados pelo Estado.

Os gastos de circulação no comércio, sob o socialismo, representam gastos, expressos em forma monetária, das empresas comerciais socialistas para fazer chegar as mercadorias aos consumidores. Os gastos de circulação, no comércio estatal e cooperativo, são planificados pelo Estado. Na composição dos

gastos de circulação se incluem: os gastos de amortização (localização, implementos), os gastos de conservação, seleção e embalagem das mercadorias, os gastos de transporte, os gastos de salário dos empregados no comercio, etc..

No comércio, sob o socialismo, existem dois tipos de gastos de circulação. Em primeiro lugar, existem os gastos ligados ao prolongamento do processo da produção socialista na esfera da circulação (transporte, conservação, embalagem das mercadorias, etc.); sob o socialismo, a diferença do capitalismo, estes gastos representam a parte esmagadora da soma total dos gastos de circulação. Em segundo lugar, existem os gastos puros, diretamente ligados a forma mercantil da produção (conversão das mercadorias em dinheiro e do dinheiro em mercadorias, serviço dos processos de compra e venda, gastos para a gestão da economia monetária das empresas comerciais, etc.). Estes dois tipos de gastos de circulação possuem diferentes fontes de compensação.

A fonte da compensação do primeiro tipo de gastos de circulação é o trabalho dos empregados no comércio, ligado ao prolongamento do processo da produção na esfera da circulação. Em correspondência com os gastos do trabalho nas funções produtivas realizados pelas organizações comerciais — transporte, conservação, embalagem, etc. —, aumenta o valor das mercadorias. O segundo tipo de gastos de circulação, ou seja, os gastos ligados a forma mercantil da produção, é compensado a custa da mais-valia criada no processo da produção (inclusive o prolongamento do processo da produção na esfera da circulação). Esta compensação se realiza através da fixação de um nível tal dos preços no atacado das mercadorias industriais, que assegura a obtenção pelas organizações comerciais de parte da renda líquida da indústria.

Graças as superioridades do sistema socialista planificado de economia, o nível dos gastos de circulação, ou seja, a relação entre os gastos de circulação e a rotação mercantil, na URSS, é algumas vezes inferior ao dos países imperialistas. O comércio soviético está livre dos enormes gastos não produtivos, que constituem a parte leonina dos gastos capitalistas de circulação

e são condicionados pela anarquia da produção, pelas crises, pela concorrência, pela especulação, pelos excessos colossais da propaganda. Na sociedade socialista, o processo de movimento das correntes mercantis tem caráter planificado e a produção tem garantido um mercado interno em constante crescimento. A realização dos princípios socialistas de distribuição geográfica das forças produtivas permite aproximar a produção as fontes de matérias-primas e de energia e as regiões de consumo. Tudo isto condiciona uma grande redução, na URSS, em comparação com os países burgueses, do tempo de circulação e da quantidade de elos, através dos quais as mercadorias seguem seu caminho da produção ao consumidor. A velocidade da circulação mercantil, na URSS, é consideravelmente superior do que nos países capitalistas, o que dá uma grande economia de recursos.

Na medida do desenvolvimento do comércio nos países socialistas, verifica-se a redução dos gastos de circulação. Ao mesmo tempo, a redução dos gastos de circulação se combina com o melhoramento da organização e da técnica do comércio, da elevação da qualidade do serviço comercial a população, constituindo importante fonte de poupança de trabalho social. Isto cria a possibilidade de uma conversão complementar de meios para o aumento da produção material, a ampliação da circulação mercantil e a elevação da qualidade do comércio. Os fatores fundamentais da redução dos gastos de circulação consistem na execução e superação dos planos de crescimento da circulação mercantil, no ascenso da produtividade do trabalho no comércio, na sua mecanização, na aplicação de formas progressistas de comércio, no melhor aproveitamento das áreas comerciais, na introdução de automáticos, no desenvolvimento entre os empregados no comércio da emulação socialista pelo melhoramento do trabalho da rede comercial, na mais correta utilização da força de trabalho. Na URSS, o Estado, com a ajuda das formas de salário por tarefa e dos prêmios, estimula materialmente a conquista pelos empregados no comércio de mais elevados índices de trabalho. Fontes importantes da ulterior redução dos gastos de circulação residem no melhoramento da planificação da circulação mercantil e no estudo da procura da população,

na correta organização da entrada das mercadorias na rede comercial, na ampliação do comércio de mercadorias de antemão padronizadas, na luta contra as perdas no comércio e nos aprovisionamentos, na racionalização dos transportes e da conservação das mercadorias e no mais eficiente aproveitamento do transporte. Importância essencial para a redução dos gastos de circulação possui o encurtamento dos caminhos do movimento das mercadorias, a diminuição da quantidade de elos da rede comercial.

Na URSS, as vésperas da Segunda Guerra Mundial, os gastos de circulação do comércio atacadista e varejista constituíam aproximadamente 10% da soma da circulação mercantil a varejo. Em 1958, os gastos de circulação no comércio estatal e cooperativo representavam cerca de 7% da soma da circulação mercantil a varejo.

A redução dos gastos de circulação está indissoluvelmente ligada ao reforçamento do cálculo econômico no comércio. O cálculo econômico exige que as organizações comerciais trabalhem com rentabilidade, isto é, que tenham renda líquida (lucro), com a rigorosa observância dos preços estabelecidos. A renda líquida das empresas comerciais socialistas distingue-se essencialmente do lucro comercial capitalista. Esta renda líquida é criada, isenta da exploração, pelo trabalho, em primeiro lugar, dos empregados no comércio, uma vez que o seu trabalho é prolongamento do processo da produção material na esfera da circulação e, por isto, cria o seu valor, e, em segundo lugar, dos trabalhadores da produção socialista, uma vez que parte do sobrepreço comercial é coberta pelo valor criado nos ramos produtivos. Esta renda é aproveitada para fins estatais gerais (através de descontos para o orçamento), para o aumento dos meios das organizações comerciais, a ampliação da rede comercial e o melhoramento da situação material e cultural dos trabalhadores do comércio soviético.

O Comércio Exterior

A economia socialista exige o amplo desenvolvimento do comércio exterior, do intercâmbio comercial com os países estrangeiros, o que permite aproveitar as vantagens da divisão

internacional do trabalho.

Em correspondência com a lei econômica fundamental do socialismo e com as outras leis, o comércio exterior é utilizado para a mais completa satisfação das crescentes necessidades da sociedade. O comércio exterior serve de fonte suplementar de recursos para o desenvolvimento da produção, para o aproveitamento das conquistas da técnica mundial e o melhoramento do abastecimento da população com objetos de consumo. Nas condições da sociedade socialista, o desenvolvimento do comércio exterior se realiza de modo planificado. Assim, o comércio exterior da URSS é promovido na base dos planos estatais de exportação e importação, que constituem parte inseparável do plano da economia nacional. Simultaneamente, na fixação dos preços das mercadorias, leva-se em conta a ação da lei do valor e os preços do mercado mundial.

O comércio exterior, sob o socialismo, é monopólio do Estado, o que representa grande vantagem da economia socialista. Nos países socialistas, as operações de comércio exterior estão concentradas em mãos de órgãos estatais especiais.

O monopólio do comércio exterior, nos países do campo socialista, serve de instrumento da expansão planificada da sua circulação comercial internacional. Tal monopólio é orientado para o reforçamento da colaboração econômica entre os países socialistas e serve de meio de coordenação planificada do desenvolvimento econômico desses países, de acordo com os princípios da divisão do trabalho socialista internacional, da cooperação e da ajuda mútua fraternais.

O monopólio do comércio exterior é um meio de desenvolvimento das relações comerciais entre países capitalistas e socialistas. Ao mesmo tempo, contribui para o reforçamento da independência econômica dos países socialistas com relação ao mundo capitalista, protegendo sua economia nacional, seu mercado interno, contra a penetração do capital monopolista estrangeiro, contra a perniciosa influência das crises econômicas, da espontaneidade do

mercado capitalista mundial.

No seu comércio exterior, os países socialistas aplicam, de modo consequente, os princípios do respeito da soberania nacional de todos os países, da plena igualdade das partes e das vantagens mútuas. Partindo da possibilidade da coexistência pacifica dos dois sistemas •— o socialista e o capitalista —, o Estado soviético e os países de democracia popular consideram a expansão dos vínculos de comércio exterior como um dos meios mais importantes de aproximação dos povos, de enfraquecimento da tensão internacional e do fortalecimento da causa da paz.

"O comércio entre a União Soviética e os países capitalistas demonstra que o desenvolvimento dos laços de comércio exterior, independentemente do regime econômico e político dos diferentes Estados, não só é possível, como é também condição necessária para relações mútuas normais entre países. O programa econômico de construção pacífica na URSS, para 1959/1965, abre amplas perspectivas de desenvolvimento do comércio exterior da União Soviética. A URSS pode desenvolvei — e se encontra pronta para isto — laços econômicos e comércio com todos os países."(193)

O comércio exterior constitui um dos meios de ajuda econômica da URSS e dos outros países do campo socialista aos países subdesenvolvidos, ajuda orientada para o reforçamento da economia nacional e para a industrialização de tais países, para o fornecimento a eles de equipamento e outras mercadorias em condições vantajosas.

O monopólio do comércio exterior constitui uma sólida defesa da economia nacional da URSS contra a agressão econômica dos países imperialistas. O monopólio do comércio exterior desempenhou grande papel na causa da industrialização da economia nacional da URSS, assegurando o abastecimento das empresa» industriais com quantidade considerável de máquinas importadas. Com a conversão da URSS em potência industrial, a estrutura do seu comércio exterior mudou consideravelmente: a parte predominante na exportação soviética foi ocupada pelas mercadorias industriais,

ao tempo em que na exportação da Rússia pré-revolucionária predominavam as matérias-primas agrícolas. Nos últimos anos, aumentou ainda mais a exportação de artigos da indústria pesada. A exportação de equipamento da URSS aumentou, de 1938 a 1958, em mais de 30 vezes (a preços comparados).

Graças ao enorme crescimento da produção socialista na URSS e a formação do mercado mundial do campo socialista, o giro do comércio exterior da União Soviética eleva-se incessantemente de ano para ano. O comércio exterior da URSS com os países socialistas cresce rapidamente, ocupando o lugar predominante na soma total do giro do comércio exterior da União Soviética. Em 1938, o giro comercial com os países capitalistas representou 26%, e o giro comercial com os países socialistas foi a 74% da soma total do giro do comércio exterior da URSS.

O giro do comércio exterior da URSS, em 1958, foi de 34,6 bilhões de rublos, superando em quase 7 vezes (a preços comparados) o nível de pré-guerra. Além disto, o comércio com 47 países era conduzido na base de acordos comerciais a longo prazo. Ao lado do aumento da rotação comercial da URSS com os países socialistas, aumentaram consideravelmente as rotações comerciais com uma série de países da Europa ocidental, do Oriente Próximo e Médio, com a ulterior ampliação do círculo das mercadorias exportadas e importadas. Em 1959, a União Soviética continuou a expandir os laços econômicos com os países estrangeiros.

Notas de rodapé:

(190) V.I. Lênin, Discurso na III Conferência Pan-Russa de Gêneros Alimentícios, Obras, t. XXXII, p. 432.

(191) A.I. Mikoian, Sobre as Medidas Para o Ulterior Desenvolvimento da Circulação Comercial e o Melhoramento da Organização do Comércio Estatal, Cooperativo e Colcosiano. Informe da Conferência dos Trabalhadores do Comércio de Toda a União, a 17 de outubro de 1953, p. 16.

(192) V.I. Lênin, Saudação ao Congresso dos Delegados da

União do Centro, Obras, t. XXXII, p. 475.

(193) Cifras de Controle Para o Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965, em "Materiais do XXI Congresso Extraordinário da URSS", pp. 247/248.

Capítulo XXXIII — O Orçamento Estatal, o Crédito e a Circulação Monetária sob o Socialismo

As Finanças da Sociedade Socialista

A existência, sob o socialismo, da produção mercantil e da circulação mercantil condiciona o fato de que a produção de todas as empresas socialistas se apresenta não somente sob a forma física, como também sob a forma valor, monetária. As empresas socialistas, as estatais e as cooperativo-colcosianas. realizam sua produção por dinheiro e utilizam os meios monetários, assim recebidos, para a compensação dos gastos efetuados (amortização, aquisição de matérias primas, combustíveis, materiais, pagamento do trabalho, etc.), e para a ampliação da produção.

Desta maneira, formam-se, nas empresas socialistas, fundos de meios monetários, que são gastos para determinados fins. Isto constitui o aspecto financeiro da atividade econômica das empresas socialistas. Tal formação e utilização dos fundos de meios monetários, realizada pelas empresas, está ligada a todo o sistema de cálculo econômico, a certa autonomia econômica das empresas. Ao mesmo tempo, a existência de fundos de meios monetários, utilizados de modo centralizado para necessidades estatais gerais, é uma necessidade para a economia socialista, uma das condições obrigatórias da planificação da economia nacional.

Parte dos meios monetários, formados preferentemente a custa de produto suplementar, é transferida pelas empresas para o fundo estatal geral, que é planificadamente utilizado, de maneira centralizada, para satisfação das necessidades de todo o povo, para o desenvolvimento da economia nacional e da cultura.

A formação planificada e a distribuição deste fundo centralizado de meios monetários constituem o conteúdo do orçamento estatal.

Os fundos de meios monetários se criam também para fins de seguro social, de seguro de bens e pessoal.

Os meios monetários temporariamente liberados das empresas e organizações e as poupanças da população são mobilizados e utilizados, de modo centralizado, através do crédito, na base do princípio do reembolso.

Todas estas formas de formação e utilização dos fundos de meios monetários, não obstante as suas particularidades e diferenças essenciais, estão organicamente ligadas entre si, constituindo um único sistema de finanças. As finanças da sociedade socialista incluem o orçamento estatal, as finanças das empresas estatais, dos colcoses, das cooperativas industriais e de consumo, o seguro estatal social, o seguro estatal de bens e pessoal, as diferentes formas de crédito. As finanças da sociedade socialista são o sistema de formação e distribuição planificadas dos fundos monetários na economia nacional, a fim de assegurar a ininterrupta ampliação da produção e a incessante elevação do nível material e cultural do povo. As finanças abrangem as relações econômicas ligadas a formação e ao dispêndio destes fundos, entre a sociedade socialista como um todo, por um lado, e as empresas, as organizações e a população, por outro lado, bem como das empresas e organizações entre si.

Através das finanças se processa a distribuição do produto social total em forma monetária entre os setores da produção socialista — estatal e cooperativo-colcosiano —, entre os ramos e as empresas, entre as regiões do país, entre a sociedade como um todo e os seus membros. O sistema das finanças é utilizado planificadamente pelo Estado para assegurar as proporções necessárias no processo da reprodução socialista. Neste particular, as finanças têm a tarefa de contribuir para o aproveitamento mais racional de todos os recursos da economia socialista, para o reforçamento do regime de economia, do cálculo econômico, da disciplina financeira na economia nacional e para a elevação da rentabilidade da produção. Através das finanças, o Estado socialista realiza o controle pelo rublo da atividade administrativa das empresas e ramos da

economia.

A base material das finanças é a produção socialista. O sistema financeiro se apoia no crescimento da produção industrial e agrícola, no desenvolvimento da circulação mercantil. Ao mesmo tempo, as finanças exercem ativa influência sobre o desenvolvimento da produção e da circulação mercantil.

O Orçamento do Estado Socialista

O posto dirigente no sistema financeiro socialista é ocupado pelo orçamento estatal. Sob o socialismo, o orçamento estatal é a forma fundamental de formação e distribuição do fundo centralizado de recursos monetários do Estado com o fim de assegurar o cumprimento dos planos econômicos e a satisfação das necessidades do povo em geral.

À diferença do orçamento estatal sob o capitalismo, o qual representa um instrumento de redistribuição dos ingressos em benefício das classes exploradoras e em prejuízo dos interesses das massas trabalhadoras, o orçamento do Estado socialista constitui muito importante fator de garantia do ascenso da produção socialista, de desenvolvimento da economia de paz, de incorporação a produção de novos destacamentos de trabalhadores e de elevação do bem-estar do povo. Através do orçamento estatal, processa-se a distribuição e redistribuição de considerável parte da renda nacional do país. O orçamento inclui a receita (entrada de meios monetários a disposição centralizada do Estado) e a despesa (orientação destes meios no sentido das necessidades da sociedade). O plano de receita e despesa do orçamento representa o plano financeiro fundamental do Estado socialista.

Em virtude do domínio da propriedade social dos meios de produção, o orçamento estatal, sob o socialismo, está estreitamente ligado com toda a economia nacional em conjunto e é um instrumento de utilização racional dos recursos econômicos em todos os ramos da economia. Ao refletir o plano da economia nacional, o orçamento, ao mesmo tempo, exerce multilateral influência sobre o seu cumprimento. Em

mãos do Estado socialista, o orçamento serve de meio necessário para assegurar as' proporções econômicas, condicionadas pela lei de desenvolvimento planificado da economia racional. Através do orçamento, o Estado socialista mobiliza os meios monetários da economia nacional e fornece estes meios as empresas e ramos, de acordo com as tarefas planificadas e o curso da sua execução, realiza o controle da situação da gestão financeira dos ramos e empresas, da aplicação do regime de economia.

O orçamento estatal se encontra indissoluvelmente ligado com as finanças das empresas estatais, com a sua receita e despesa. A parte predominante da renda líquida da sociedade, criada nestas empresas, entra no orçamento estatal. As grandes construções em todos os ramos da economia nacional e o crescimento dos fundos básicos e circulantes das empresas estatais são assegurados, em grau considerável, a custa dos meios orçamentários. Importante significação tem a interligação do orçamento estatal com os colcoses. Parte da renda líquida dos colcoses entra no orçamento e é utilizada para necessidades do povo em geral. O Estado presta ajuda financeira ao setor colcosiano para o desenvolvimento da produção, sustenta escolas, hospitais e outras instituições sociais e culturais, que servem aos colcosianos.

A parte da receita do orçamento estatal tem sua fonte principal na renda líquida da sociedade, precisamente naquela parte que representa a renda líquida centralizada do Estado. As entradas procedentes da renda líquida da sociedade soviética representaram, durante uma série de anos, em média, cerca de 85% de toda a receita orçamentária, alcançando, em 1958, 89% de toda a receita orçamentária.

Na URSS, a renda líquida centralizada do Estado entra no orçamento estatal sob a forma do assim chamado “imposto de circulação”, dos descontos da renda líquida (do lucro) das empresas estatais, das percentagens sobre o salário pata fins de seguro social, sob a forma do imposto de renda dos colcoses e outras empresas cooperativas, etc.. Os primeiros dois tipos de entradas constituem a parte predominante de toda a receita do

orçamento estatal da URSS.

O volume total das acumulações monetárias da economia socialista, sob a forma de lucro, imposto de circulação, fundos de seguro social, descontos para os fundos indivisíveis dos colcoses e outros meios, cresceu de 412 bilhões de rublos em 1955 a 660 bilhões de rublos segundo o plano de 1959, e segundo cálculos prévios, será, em 1965, de 1200 a 1250 bilhões de rublos. O enorme crescimento das acumulações na economia nacional da URSS permite aumentar consideravelmente as proporções do orçamento estatal para o setênio 1959/1965, o que será importante fator de cumprimento do plano setenal. O volume total do orçamento estatal da URSS durante os anos do setênio será igual aproximadamente aos orçamentos de 13 anos de após-guerra.

Uma das fontes da receita do orçamento estatal é constituída também pelos meios da população, que entram no orçamento sob a forma de impostos e empréstimos. Os impostos da população são uma forma de transferência obrigatória para o orçamento de parte dos ingressos pessoais dos membros da sociedade. Os impostos da população se destinam a necessidades do povo em gera! e representam parte insignificante dos ingressos dos trabalhadores. Os pagamentos e subvenções de todo tipo (acima do salário), recebidos pela população do orçamento, cobrem várias vezes a soma de impostos da população.

Na URSS, parte considerável dos trabalhadores está inteiramente isenta de pagamento de impostos, sendo que as taxas da incidência tributária dependem das proporções dos ingressos. O imposto agrícola sobre os camponeses representou, em 1958, menos de 1% da receita do orçamento estatal.

Com o desenvolvimento e fortalecimento da economia socialista, com o seu movimento pelo caminho para o comunismo, cria-se gradualmente a possibilidade para o Estado soviético de prescindir dos impostos da população.

"Atualmente, o desenvolvimento de toda a economia nacional e da cultura da União Soviética se realiza

principalmente a custa das acumulações das empresas socialistas. À medida em que se cumprir o plano setenal, as proporções destas acumulações crescerão incessantemente e, no final de contas, se tornarão a única fonte de provimento da reprodução socialista ampliada e de ulterior crescimento do nível de vida do povo.

Nestas condições, a existência de impostos da população não se faz necessária, nem do ponto de vista de sua significação de classe, como ocorria no passado, no sentido de limitação dos ingressos dos elementos capitalistas, nem do ponto de vista da provisão de ingressos para o orçamento estatal da URSS, tanto mais que o peso específico dos impostos da população já agora é insignificante e representa, ao todo, apenas 7,8% da receita orçamentária.

Tudo isto nos dá a possibilidade de renunciar nos anos mais próximos a cobrança de impostos da população."[194]

Os empréstimos estatais, na sociedade socialista, são uma forma de captação pelo Estado, por certo prazo, de meios da população para necessidades de toda a sociedade. Ao adquirir obrigações do empréstimo, os trabalhadores transferem ao Estado, para utilização temporária, parte dos seus ingressos pessoais. Ao mesmo tempo, os empréstimos são uma forma de poupança dos trabalhadores e trazem a população uma renda, através de prêmios e de juros. No orçamento estatal da URSS, as entradas procedentes desta fonte, de 1951 a 1957, representaram, em média, 5% de toda a receita. Em 1958, foi suspensa, na URSS, a emissão de empréstimos colocados por subscrição.

A parte da despesa do orçamento é constituída pelo financiamento estatal, ou seja, da entrega, sem reembolso, de meios monetários, para os seguintes fins fundamentais:

1. desenvolvimento da economia nacional;
2. medidas social-culturais;
3. sustento dos órgãos de administração estatal; e

4. garantia da capacidade de defesa do país.

A massa fundamental de meios do orçamento estatal da URSS se destina ao financiamento da economia nacional e a medidas social-culturais. Rara estes fins, nos anos de após-guerra, foram dirigidos mais de dois terços de toda a despesa do orçamento estatal da URSS.

O financiamento orçamentário é um dos maiores fatores de desenvolvimento da economia soviética. Os meios orçamentários são utilizados para assegurar o crescimento prioritário da produção de meios de produção, o desenvolvimento da indústria pesada, o ascenso da agricultura, a ampliação da produção de mercadorias de consumo popular. O Estado soviético gasta, anualmente, enormes meios orçamentários para grandes construções em todos os ramos da economia. À custa dos meios do orçamento estatal são financiados mais de 70% das inversões de capital na economia nacional, realiza-se a ampla construção de usinas, minas, fábricas, estações elétricas, sovcoses, estradas de ferro, empresas de serviço público, residências, escolas, hospitais, sanatórios, etc.. Parte dos recursos orçamentários se destina ao aumento dos meios de circulação das empresas em funcionamento, acima da soma, que resta para este fim, da renda líquida das próprias empresas. À custa dos recursos orçamentários, são criadas reservas materiais do Estado, necessárias a gestão planificada da economia nacional e as exigências da defesa do país.

Parte considerável dos meios orçamentários é gasta em medidas social-culturais, o que constitui importante fonte da sistemática elevação do nível de vida material e cultural do povo. O orçamento fornece meios para o desenvolvimento da ciência, para a instrução, saúde pública, educação física, pensões e subvenções, etc..

Parte dos meios orçamentários, na sociedade socialista, é gasto no sustento do aparelho estatal, que realiza multilateral atividade no terreno da construção econômica e cultural. A aplicação do regime de economia exige, de todas as maneiras, o barateamento do aparelho de governo e administração. Partindo disto, o Estado socialista aplica consequentemente uma

linha de racionalização do aparelho de governo e administração e de redução da despesa com o seu sustento.

Parte dos meios orçamentários é gasta no reforçamento da defesa do país. Na União Soviética, que promove consequentemente uma política de paz, as despesas para ,as forças armadas representam parte relativamente pequena do orçamento.

Somente nos primeiros cinco anos de após-guerra (1946/1950), o Estado soviético despendeu para fins social-culturais 524,4 bilhões de rublos de meios orçamentários, e durante os anos do quinto plano quinquenal — 659,7 bilhões de rublos.

Na URSS, a despesa com o sustente dos órgãos de direção estatal, em 1940, representou 3,9% da despesa orçamentária, em 1955 — 2,3%, e em 1958 — 1,9%.

O orçamento de 1959 previu para a defesa do país 13,6% da soma total da despesa orçamentária.

O orçamento estatal, na sociedade socialista, cresce sistematicamente, na base do incessante ascenso da economia nacional. O rápido e ininterrupto crescimento da renda nacional, no socialismo, condiciona o incessante aumento daquela sua parte que entra no orçamento estatal.

Assim, a receita do orçamento estatal da URSS, em 1958, superou em 3,7 vezes o orçamento de pré-guerra de 1940. O orçamento estatal da URSS se distingue pela estabilidade e solidez. Os orçamentos dos países capitalistas são, como regra, deficitários. O orçamento da URSS não só não é deficitário, como também é constantemente executado com considerável superação da receita sobre a despesa.

A soma da receita do orçamento estatal da URSS foi, em 1940, de 180,2 bilhões de rublos, em 1950 — 422,8 bilhões de rublos, em 1955 — 564,3 bilhões de rublos, em 1956 — 585,9 bilhões de rublos, em 1957 — 626,9 bilhões de rublos, em 1958 — 672,3 bilhões de rublos. A soma da «despesa orçamentária foi,

em 1940, de 174,3 bilhões de rublos, em 1950 — 413,2 bilhões de rublos, em 1955 — 539,5 bilhões de rublos, em 1956 — 563,5 bilhões de rublos, em 1957 — 607,3 bilhões de rublos, em 1958 — 642,7 bilhões de rublos. A superação da receita sobre a despesa orçamentária foi, em 1958, de 29,6 bilhões de rublos.

A execução do orçamento encontra-se na dependência direta do curso da produção, da realização das mercadorias, da redução do custo da produção e da circulação e do crescimento das acumulações, consequentemente, da medida em que, na economia nacional, são utilizadas as reservas produtivas internas e é aplicado o cálculo econômico. Ao mesmo tempo, o orçamento contribui para a revelação e o aproveitamento destas reservas e para a elevação da rentabilidade da produção.

No curso da execução orçamentária, os órgãos financeiros têm a tarefa de promover o controle pelo rublo do cumprimento dos planos econômicos, da observância do regime de economia e da disciplina financeira na economia nacional. Este controle se realiza tanto com o estabelecimento das proporções dos descontos para o orçamento, como também com a verificação do cumprimento das obrigações diante do orçamento. Os órgãos financeiros analisam a atividade econômica das empresas e organizações, descobrem seus defeitos, verificam em que medida está assegurada a integridade dos meios estatais e a justeza do seu dispêndio, qual o estado da contabilidade financeira das empresas, conduzem a luta contra os desperdícios na utilização dos recursos. Frequentemente, o financiamento de tais ou quais organizações econômicas é promovido na dependência do cumprimento do plano e da qualidade do seu trabalho, como, por exemplo, no caso de financiamento da construção.

O orçamento estatal da URSS é organizado para um ano e aprovado como lei pelo Supremo Soviete da URSS.

O orçamento estatal da URSS inclui: 1) o orçamento para toda a União e 2) os orçamentos estatais das repúblicas da União. Estes últimos, por sua vez, são constituídos do seguinte: a) dos orçamentos republicanos e b) dos orçamentos locais. O

posto dirigente em todo o sistema orçamentário é ocupado pelo orçamento de toda a União, que concentra a massa fundamental de recursos orçamentários. Tal estrutura do orçamento é condicionada pela estrutura estatal da URSS e assegura a possibilidade de realização dos princípios do centralismo democrático e de uma correta política nacional num Estado socialista multinacional. Os orçamentos das repúblicas da União são aprovados pelos sovietes supremos destas repúblicas. Com os meios destes orçamentos são financiados os gastos para o desenvolvimento da economia de jurisdição republicana e local. Um posto de grande importância nos orçamentos é ocupado pelos gastos com as medidas social-culturais.

A reorganização da direção da indústria e da construção e a transmissão a gestão das repúblicas de muitas empresas e organizações de jurisdição da União ampliaram os direitos das repúblicas da União e dos sovietes locais de deputados trabalhadores, no que se refere a planificação dos recursos materiais e financeiros. Tarefa das mais importantes dos conselhos republicanos e regionais da economia nacional é a regulação dos recursos financeiros, a redistribuição do lucro e dos meios de circulação, bem como a criação das reservas financeiras necessárias.

Nas novas condições, uma parte consideravelmente grande do lucro da indústria republicana é dirigida para os orçamentos republicanos. Isto acentua o interesse material das repúblicas da União na atividade econômico-financeira da indústria, submetida aos conselhos da economia nacional.

Juntamente com isto, eleva-se, em enorme grau, o papel do sistema financeiro centralizado único na causa da mobilização dos recursos monetárias e da garantia de financiamento das mais importantes medidas de significação estatal geral, previstas pelos planos econômicos, bem como da luta contra as tendências localistas na utilização dos meios financeiros.

É necessária a rigorosa coordenação do orçamento da União com os orçamentos das repúblicas num sistema

orçamentário único da União Soviética. Eleva-se o papel do sistema financeiro na tarefa de assegurar o severo controle do gasto de meios consignados para inversões de capital por critério de ramos e destinação especial. Cresce a importância da centralização no orçamento da União dos recursos financeiros do país para satisfação das necessidades estatais gerais.

A distribuição centralizada dos meios monetários realiza-se, em certa parte, através do sistema de seguro social estatal, que é a forma de assegurar os operários e empregados e os membros de suas famílias no caso de perda temporária ou permanente da capacidade de trabalho. O seguro social dos operários e empregados, na URSS, realiza-se pelos órgãos sindicais, a custa dos meios do Estado ou das organizações cooperativas correspondentes. A fonte de meios do seguro social é a renda líquida da sociedade, que se apresenta sob a forma de quotas das empresas, organizações e instituições, calculadas segundo determinada percentagem sobre a soma total do salário de operários e empregados (percentagem sobre o salário). Os meios do seguro social estatal, tanto na parte de ingressos, como de gastos, são incluídos no orçamento estatal e despendidos pelos sindicatos. As despesas com o seguro social crescem constante e rapidamente. Em 1958, a soma destas despesas, na URSS, superou o nível de 1940 em mais de 8 vezes.

Na sociedade socialista, formam-se e utilizam-se fundos centralizados especiais de meios monetários para a realização do seguro de bens e pessoal. Ambos estes tipos de seguro são monopólio estatal.

O seguro estatal de bens é a forma de compensação de perdas provocadas por calamidades espontâneas e acidentes. Esta forma de seguro se aplica principalmente a propriedade cooperativo-colcosiana e a propriedade pessoal dos cidadãos. De acordo com esta tarefa, das quotas de possuidores de bens segurados (de preferência, por parte dos colcoses, da população, etc.), forma-se o fundo estatal centralizado de seguros. À custa desse fundo, processa-se o pagamento das somas aos proprietários de bens, que sofreram danos em consequência de calamidades espontâneas. Além disso, certa

parte do fundo de seguro se destina ao financiamento de medidas para a luta contra tais calamidades e para a sua prevenção.

Uma das formas de garantia material dos trabalhadores, no caso de acidentes, de perda da capacidade de trabalho, de morte do arrimo de família, etc., é o seguro estatal pessoal. Os fundos estatais centralizados de seguro pessoal se formam das quotas dos cidadãos segurados e se utilizam para seguro de vida, para pagamento das somas correspondentes no caso de perda da capacidade de trabalho, etc.. O seguro pessoal constitui uma forma especial de organização da poupança de meios da população (pagamento de determinadas somas ao segurado, ao atingir a idade prevista nas condições do seguro, etc.). O seguro pessoal representa certa complementarão do seguro social dos cidadãos.

O Crédito sob o Socialismo

A necessidade do crédito, sob o socialismo, é condicionada pela existência da produção mercantil e da economia monetária e, em particular, do funcionamento do dinheiro na qualidade de meio de pagamento. A economia socialista pressupõe a organização planificada de toda a rotação de pagamentos do país com amplo desenvolvimento do crédito. Este se acha estreitamente ligado ao ciclo dos fundos das empresas socialistas e é um dos instrumentos da sua realização. No curso do ciclo, por um lado, liberam-se temporariamente meios monetários, e, por outro lado, surge a necessidade temporária de meios monetários complementares. A mobilização e a racional utilização, em escala de toda a economia nacional, dos meios monetários temporariamente liberados, a sua orientação para os setores que os necessitam, a satisfação das necessidades temporárias de meios complementares, realiza-se com a ajuda do crédito.

A temporária liberação de meios monetários, na economia nacional, processa-se em diferentes formas. No processo do ciclo, os meios das empresas socialistas tomam periodicamente a forma monetária e, por este motivo, parte dos meios das empresas se encontra permanentemente sob a

forma dinheiro. Não coincidem os prazos de entrada dos pagamentos monetários procedentes da realização da produção e os prazos dos gastos monetários para as exigências produtivas. Os meios monetários, que chegam as empresas, são gastos gradualmente, através de determinados lapsos de tempo. Na medida da realização da produção, acumulam-se meios monetários de antemão destinados a aquisição de matérias-primas, combustíveis, cujas reservas se renovam periodicamente. O fundo de salário se acumula gradualmente, na medida da realização da produção, mas o salário é pago, habitualmente, duas vezes por mês. O fundo de amortização acumula-se sistematicamente sob forma monetária, mas é gasto na aquisição de novas máquinas, equipamentos, construção de edifícios ou na sua reparação geral, somente através de determinados lapsos de tempo. A renda líquida se dirige para as grandes construções depois de ter passado pelo estádio da distribuição através do sistema financeiro ou depois de ter sido acumulada na empresa o bastante para esta soma. Desta maneira, as empresas estatais dispõem temporariamente de meios monetários livres. Os meios monetários temporariamente livres também existem nos colcoses sob a forma de descontos dos ingressos monetários para as somas dos fundos indivisíveis, destinados a gastos futuros, e de ingressos monetários não distribuídos ainda entre os colcosianos, etc.. Nas organizações estatais, cooperativas e sociais, existem grandes somas monetárias temporariamente livres. O crescimento dos ingressos dos trabalhadores também é acompanhado da formação, em suas mãos, de meios monetários livres cada vez mais consideráveis, sob a forma de poupança.

Além destes meios temporariamente liberados, uma das fontes importantes de recursos creditícios são os meios do orçamento estatal. Na utilização dos meios orçamentários, para fins de crédito a economia nacional, encontra sua expressão o estreito laço do orçamento estatal com o crédito. No curso da execução do orçamento, aparecem meios temporariamente livres sob a forma de saldos das contas correntes das instituições orçamentárias e das contas do próprio orçamento no Banco do Estado.

Um papel muito importante na constituição dos recursos creditícios desempenham as somas orçamentárias, que se formam como resultado da sistemática superação da receita do orçamento estatal sobre a sua despesa. Estas somas são depositadas nas instituições de crédito e são utilizadas para fins de crédito.

No processo do ciclo dos fundos das empresas socialistas, surge a necessidade temporária de meios monetários complementares para estas empresas. As proporções dos meios monetários das empresas oscilam de acordo com os prazos de entrada e de dispêndio dos meios para tais ou quais exigências, conquanto os prazos de entrada e os de dispêndio dos meios não coincidam. Em vista disto, manifesta-se periodicamente nas empresas e organizações econômicas a necessidade temporária de meios monetários complementares. Tal é, por exemplo, a necessidade, que se manifesta periodicamente, de meios para gastos estacionais, para a compra de matérias-primas, etc.. Em ligação com estas exigências temporárias, o Estado dirige planificadamente os meios necessários as empresas e organizações, sob a forma de crédito, ou seja, para prazos determinados e em condições de reembolso. Numa série de casos, o Estado fornece o crédito as empresas e organizações também em ligação com a formação de reservas materiais permanentes.

Desta maneira, o crédito, sob o socialismo, representa uma forma de mobilização planificada e de utilização pelo Estado dos meios monetários temporariamente livres das empresas, das organizações e da população, bem como dos meios do orçamento estatal, em condições de reembolso, para satisfação das necessidades da economia nacional. O crédito permite utilizar produtivamente os meios temporariamente livres, de modo centralizado, conservando as empresas, ao mesmo tempo, quando o necessitam, a possibilidade de receber e gastar estes meios para suas exigências. O crédito fornece as empresas meios complementares para utilização temporária, em condições de reembolso.

Refletindo, em última instância, o movimento dos valores

materiais na economia nacional, o crédito, por sua vez, influi no processo de produção. A forma creditícia de incorporação pelo Estado dos meios monetários, que se liberam na economia nacional, e o encaminhamento centralizado destes meios, sob a forma de inversões reembolsáveis, para necessidades da reprodução socialista, permitem introduzir e fortalecer o cálculo econômico, realizar o controle pelo rublo da produção e circulação de mercadorias, da execução dos planos produtivos e financeiros.

Em oposição ao capitalismo, na economia socialista não existe o capital de empréstimo; em sua parte esmagadora, os meios monetários, que entram no sistema de crédito, constituem propriedade social, enquanto a parte restante é propriedade pessoal dos trabalhadores. Estes meios são utilizados para o desenvolvimento da economia socialista, no interesse das massas trabalhadoras. Nas condições do socialismo, o crédito se realiza de modo planificado. De acordo com as necessidades da economia socialista, o Estado estabelece planos de crédito, nos quais se fixam o volume da concessão do crédito, as suas fontes e encaminhamento. O plano de crédito reflete o plano econômico e tem a tarefa de contribuir para a sua execução.

Os meios monetários temporariamente livres são modificados na sociedade socialista pelas instituições estatais de crédito: bancos e caixas econômicas. Assim é que as empresas, que se encontram submetidas ao cálculo econômico, são obrigadas a depositar seus meios monetários numa conta no Banco do Estado. Os meios monetários dos colcoses são depositados em contas correntes no Banco do Estado ou nas caixas econômicas. As acumulações monetárias das empresas socialistas também se concentram num banco especial (por exemplo, os descontos das empresas estatais para uma nova construção, os fundos indivisíveis dos colcoses, etc.). No Banco do Estado são depositados os meios livres, do orçamento, os meios monetários das instituições estatais, dos sindicatos, de seguros, etc..

O crédito constitui também uma forma de mobilização

dos meios monetários livres da população através da atração de depósitos as caixas econômicas do Estado.

O crédito concedido pelos bancos se divide em crédito a curto prazo e crédito a longo prazo. O crédito a curto prazo serve, principalmente, ao movimento dos meios de circulação das empresas estatais, colcoses e outras empresas cooperativas. O crédito a longo prazo serve preferentemente às grandes construções. Sob a forma de crédito a longo prazo, o Estado presta ajuda aos colcoses e uniões cooperativas (para instalação econômica) e aos trabalhadores (para construção residencial individual, aos colcosianos para aquisição de vacas, etc.). Uma fonte dos meios do crédito a longo prazo dos colcoses e uniões cooperativas são também suas próprias acumulações. As empresas estatais recebem do Estado meios para inversões de capital, preferentemente sob a forma de financiamento orçamentário sem reembolso, e, parcialmente, realizam inversões de capital a custa dos seus próprios recursos, ou seja, de fundo de amortização e da renda líquida da empresa. Às empresas estatais é concedido crédito pelo prazo de 2 a 3 anos, e também a prazo mais longo, para os gastos na introdução da nova técnica e na mecanização da produção, que não tenham sido previstos pelo plano de inversões de capital. O crédito é concedido sob a condição de que estes gastos sejam cobertos no decurso de dado prazo, como resultado da economia obtida com eles. Tal processo de concessão de crédito estimula a aplicação da técnica avançada e o fortalecimento do cálculo econômico.

De acordo com o plano, as empresas e organizações econômicas recebem empréstimos, sob a forma de crédito bancário direto. Cada empresa pode receber empréstimo somente no banco. A concessão de crédito bancário, direta e específica, é um dos instrumentos necessários da planificação socialista da economia nacional. Não existe, na URSS, o crédito comercial, ou seja, a entrega de mercadorias a crédito por uma empresa a outra. A permissão do crédito comercial conduziria ao enfraquecimento do controle pelos bancos da atividade econômica das empresas, criando a possibilidade da redistribuição dos meios entre as empresas, sem plano e sem

controle. O banco concede empréstimos para determinadas medidas econômicas, como, por exemplo, para a compra estacionai de matérias-primas, para a criação de reservas temporárias de produção não acabada ou acabada, para a formação de uma parte das reservas permanentes (por exemplo, no comércio). Tal forma de concessão de crédito assegura o vínculo imediato do crédito dos bancos com os processos da produção e circulação.

A concessão direta de crédito a curto prazo pelo banco as empresas e organizações econômicas, se baseia nos seguintes princípios fundamentais:

1. reembolso dos meios emprestados em determinado prazo;

2. caráter específico do empréstimo;

3. garantia do empréstimo concedido pelo banco com valores materiais.

A exigência de reembolso e de prazo do empréstimo estimula a observância da circulação dos meios, estabelecida no plano, pelas organizações econômicas e empresas, e contribui para a realização do controle pelo rublo por parte do banco. A exigência de garantia do crédito com determinados valores materiais permite ao banco promover o controle da utilização correta e específica do crédito, liga o crédito ao movimento dos recursos materiais.

Os bancos pagam determinado juro pelos depósitos e cobram um juro algo maior pelos empréstimos. O juro, na economia socialista, é uma parte da renda líquida, paga pelas empresas socialistas por motivo da utilização temporária dos meios monetários emprestados. Em oposição ao capitalismo, onde o nível do juro se forma espontaneamente, como resultado da concorrência, na economia socialista, a grandeza do juro é determinada pelo Estado de modo planificado. Neste particular, o Estado parte da necessidade de assegurar o interesse material das empresas e organizações no que se refere a guarda dos meios monetários livres nos bancos, tanto quanto

no que diz respeito a mais racional e econômica utilização dos meios próprios e emprestados.

O crédito, sob o socialismo, está ligado a organização racional da circulação monetária no país, dos meios monetários das empresas, das contas entre elas. Neste particular, encontram ampla aplicação as contas escriturais[195]. As contas monetárias entre as empresas e organizações se realizam pelos bancos através da transferência de somas monetárias das contas de certas empresas e organizações para as contas de outras, por incumbência dos possuidores das contas. Na URSS, as contas com dinheiro em espécie entre as empresas são empregadas somente para pequenos pagamentos. Graças as contas escriturais, reduz-se a quantidade de meios monetários necessários a circulação na economia nacional, acelera-se a rotação dos meios monetários e de todo o produto social. As contas escriturais são utilizadas para o controle da atividade econômica das empresas e da execução das obrigações contratuais, contribuindo para o fortalecimento do sistema monetário. A centralização planificada das operações de depósito e de crédito permite aplicar, na URSS, em escala imensa, inacessível ao capitalismo, as contas internas de clearing[196], ou seja, o desconto de exigências mútuas de organizações econômicas.

O crédito, concedido as empresas estatais, tem grande importância para a organização da produção. À custa do crédito, forma-se considerável parte dos meios de circulação das empresas. O crédito contribui para o crescimento da produção socialista, para a utilização racional e a aceleração da circulação dos meios, para a redução do preço de custo da produção e a elevação da sua rentabilidade.

Sob o socialismo, o crédito é um instrumento muito importante de controle pelo rublo, por parte do Estado, da atividade das empresas e organizações econômicas. A concessão de crédito está ligada as verificações prévias e subsequentes da situação financeira da empresa. Ao mesmo tempo, os órgãos de crédito comprovam a execução dos planos de receita, de preço de custo e acumulação, de gasto dos meios de circulação

próprios e emprestados por destinação específica, etc., exercendo influência sobre as empresas, que não cumprem estas tarefas planificadas. Na concessão do empréstimo, os órgãos de crédito comprovam como as empresas utilizam seus meios, como observam a disciplina de pagamento, qual a solidez da base financeira da empresa para a utilização do crédito. Os órgãos de crédito aplicam medidas para o reforçamento da disciplina de pagamento, do cálculo econômico e do regime de economia nas empresas.

Os Bancos na Sociedade Socialista

Os bancos desempenham unia função necessária e muito importante na economia socialista.

“Sem grandes bancos — indicava Lênin — o socialismo seria irrealizável.”(197)

Os negócios bancários, na URSS e nos países de democracia popular, estão concentrados em mãos do Estado socialista. Os bancos, sob o socialismo, são órgãos estatais creditício-financeiros, que realizam planificadamente, no interesse do desenvolvimento da economia socialista, a mobilização dos meios livres e a concessão de crédito as empresas, o financiamento das inversões de capital, as contas e os pagamentos na economia nacional, o controle pelo rublo da atividade econômica das empresas socialistas e a regulação da circulação monetária. Desta maneira, conservando a velha forma, os bancos, sob o socialismo, mudaram sua essência em comparação com os bancos capitalistas.

Atualmente, o sistema bancário da União Soviética inclui o Banco do Estado da URSS e o Banco de Toda a União para financiamento de inversões de capital (Stroibank da URSS).

Os bancos estatais especiais, que existiam antes, para inversões a longo prazo (Banco Agrícola, Banco Central — Tsekombank — destinado ao financiamento de serviços públicos e construção residencial, e os bancos comunais locais), foram suprimidos em meados de 1959 e suas funções transmitidas ao Banco do Estado da URSS (Gosbank) e ao Banco Industrial da

URSS (Prombank), que agora se chama Stroibank da URSS.

O Banco do Estado da URSS é o banco de emissões, banco de concessão de créditos a curto prazo e centro de contas do país. Cumpre as seguintes funções fundamentais:

Em primeiro lugar, regida a circulação monetária, o movimento do dinheiro em espécie no país, realizando tanto a retirada de dinheiro da circulação, como a emissão de dinheiro, de acordo com o plano e na ordem determinada pelo governo da URSS.

Em segundo lugar, realiza o serviço de caixa da economia nacional, isto é, concentra em sua caixa o dinheiro em espécie, das empresas socialistas, das organizações estatais e sociais, as quais fornece dinheiro em espécie para pagamentos correntes; serve a execução de caixa do orçamento; recebe somas de pagamentos para o orçamento estatal e entrega meios orçamentários rigorosamente de acordo com a destinação e nos limites das consignações abertas; realiza o balanço da receita e da despesa do orçamento.

Em terceiro lugar, mobiliza os meios monetários livres e fornece crédito a curto prazo as empresas e organizações econômicas, que se baseiam no cálculo econômico, de todos os ramos da economia nacional (exceto as organizações de construção); realiza o financiamento das inversões de capital das empresas e organizações agrícolas estatais, a concessão de crédito a longo prazo aos colcoses e a incorporação de meios monetários aos seus fundos indivisíveis; promove o financiamento e a concessão de crédito a longo prazo as cooperativas industriais e de consumo.

Em quarto lugar, serve de centro de contas, isto é, organiza e promove as contas monetárias no país entre empresas, instituições e organizações.

Em quinto lugar, guarda os fundos de divisas do país e promove as contas internacionais nas operações comerciais e outras operações econômicas da URSS com os países estrangeiros. Certa parte destas contas é promovida através do

Banco para o Comércio Exterior da URSS (Vniechtorgbank).

O Banco do Estado da URSS é o maior banco do mundo. Possui estabelecimentos nos centros republicanos, territoriais, regionais e em quase todos os centros distritais do país. Por meio da organização das contas através das contas de compensação e por meio de operações de crédito, o Gosbank realiza sua função de importantíssimo órgão do Estado para o controle pelo rublo da atividade econômico-financeira das empresas e organizações na execução dos planos de acumulação. As contas escriturais, realizadas pelo Gosbank, abrangem a parte esmagadora do giro de pagamentos das empresas e organizações econômicas do país. Concretiza-se, assim, a ideia de Lênin sobre o banco estatal, no socialismo, como órgão de contabilidade estatal geral, de balanço da produção e da distribuição dos produtos.

O Banco de Toda a União (Stroibank da URSS), para o financiamento das inversões de capital, realiza o financiamento e a concessão de crédito a longo prazo para as grandes construções da indústria, do transporte e das comunicações, bem como para a construção residencial, pública e cultural-social. Todos os meios monetários, dirigidos, de modo planificado, para as inversões de capital nos ramos indicados, concentram-se no Stroibank da URSS. Este mesmo banco abre contas para a construção, fornece meios para a realização de trabalhos de construção e realiza o controle do seu gasto, de acordo com o plano.

Os bancos promovem o controle pelo rublo da produção e circulação, colaborando, desta maneira, para o reforçamento do regime da economia e do cálculo econômico. Este controle se realiza, em primeiro lugar, através do financiamento e da concessão de crédito para as medidas previstas pelo plano e na dependência do curso da execução do plano; em segundo lugar, através da exigência do reembolso dos empréstimos, em correspondência com os prazos de execução das tarefas planificadas; em terceiro lugar, através da aplicação de sanções correspondentes no caso de violação das normas de utilização dos meios e do prazo de reembolso do empréstimo (por

exemplo, cobrança de um juro mais elevado e privação do direito ao recebimento de crédito posterior).

Para o melhoramento da atividade econômica das empresas e a severa aplicação do regime de economia são necessárias a ulterior intensificação do controle pelo rublo por parte dos bancos sobre a produção e ativa influência naquelas empresas, que toleram a má administração.

Para o fortalecimento do cálculo econômico e a intensificação do controle pelo rublo, tem grande importância a atitude diferenciada no que se refere a concessão de crédito pelo Gosbank as empresas que trabalham bem e as que trabalham mal. Com relação as empresas que não cumprem as tarefas de redução do preço de custo e os planos de acumulação e não conservam os próprios meios de circulação, aplica-se um regime particular, mais duro, de concessão de crédito e de contas (fornecimento de empréstimos somente sob a condição de determinadas garantias, etc., até a suspensão da concessão de crédito posterior, cobrança antecipada, dos empréstimos antes concedidos e outras medidas). Ao mesmo tempo, as empresas que trabalham bem concede-se uma série de vantagens em matéria de crédito, particularmente sob a forma de aumento dos empréstimos. Tal atitude diferenciada reforça o papel do controle bancário pelo rublo no estímulo a elevação da qualidade do trabalho das empresas e a observância do regime de economia.

Em ligação com a reorganização da direção da indústria e a transmissão de muitas questões financeiras a jurisdição dos sovnarcoses, tem grande importância a ampliação dos direitos dos estabelecimentos locais do Gosbank, no que se refere a solução das questões da aplicação de um crédito vantajoso as empresas que trabalham bem e de um regime mais rigoroso de crédito e de contas as empresas que trabalham mal. Eleva-se o papel dos estabelecimentos do Gosbank com relação a análise da atividade produtivo-financeira das empresas e dos ramos da economia nacional, com o fim de intensificar o controle pelo rublo da execução dos planos de produção, de realização e de acumulação, de redução do preço de custo, de utilização dos

meios de circulação próprios e emprestados.

A atividade dos bancos é levada a efeito na base do cálculo econômico. A renda líquida do banco representa a diferença entre a soma dos juros recebidos, de um lado, e a soma dos juros pagos, bem como dos gastos para o sustento do aparelho bancário, por outro lado.

Na base do crescimento da economia socialista e do desenvolvimento das relações de crédito, incrementam-se os giros dos bancos. A soma total das inversões de crédito do Gosbank na economia nacional, em fins de 1958, foi de 320,1 bilhões de rublos, mais do que 5,8 vezes acima do nível de 1940.

As caixas econômicas do Estado recebem depósitos monetários tanto de cidadãos, individualmente, como de colcoses e organizações sociais, pagando determinado juro pelos depósitos, e prestam serviço aos trabalhadores na realização das suas contas monetárias, por exemplo, de serviços públicos, de aluguel de casa, etc..

Como já foi dito, o crescimento sistemático dos depósitos da população soviética nas caixas econômicas é um índice da elevação do bem-estar material dos trabalhadores. Em fins de 1958, a soma dos depósitos da população nas caixas econômicas atingia 87,2 bilhões de rublos contra 18,5 bilhões em 1950. As caixas econômicas promovem também operações ligadas com os empréstimos estatais, a compra e venda de obrigações, bem como o pagamento de prêmios.

A Circulação Monetária sob o Socialismo

O dinheiro, sob o socialismo, inclusive o dinheiro soviético, como já foi dito, representa uma forma do valor, é equivalente universal e tem conteúdo ouro. O dinheiro soviético em circulação se apresenta como signo do ouro, sob a forma de moeda de crédito — notas de banco — emitidas pelo Banco do Estado.

A estabilidade da moeda soviética, como já se disse, é garantida sobretudo pela existência, em mãos do Estado, de

enormes massas de mercadorias, lançadas na circulação mercantil de acordo com preços planificados. Além disso, a divisa soviética tem também garantia ouro. O crescimento incessante da produção socialista e da circulação mercantil constitui uma base sólida da moeda soviética. Grande importância para a elevação da capacidade aquisitiva do rublo soviético tem a rebaixa dos preços, baseada na redução do preço de custo da produção e dos gastos de circulação, bem como no aumento da quantidade de mercadorias.

Os signos monetários soviéticos são emitidos sob a forma de bilhetes de banco (notas de banco) com o valor de 10, 25, 50 e 100 rublos. As notas de banco são garantidas com ouro, metais preciosos e outros ativos do Gosbank da URSS. Além disso, são emitidos bilhetes do Estado com o valor de 1, 3 e 5 rublos e pequena moeda metálica divisionária.

A moeda soviética pode normalmente cumprir a sua função de equivalente universal, sob a condição de que a quantidade de dinheiro se encontre em correspondência com as necessidades efetivas da economia nacional no que se refere a meios de circulação e meios de pagamento.

A circulação monetária, na economia socialista, realiza-se em correspondência com a lei econômica segundo a qual a quantidade de dinheiro, necessária para a circulação mercantil, é determinada pela soma dos preços das mercadorias em circulação e pela velocidade da rotação do dinheiro. As contas escriturais, realizadas no processo da circulação de mercadorias, diminuem a necessidade de dinheiro em espécie. A soma total do dinheiro em circulação, que a sociedade exige em determinado período, encontra-se, além disso, na dependência da soma de pagamentos correntes de dinheiro em espécie, realizados no decurso de dado tempo. Tais pagamentos, na economia socialista, incluem: o pagamento do salário e das pensões, o fornecimento de ingressos monetários por trudodien, o pagamento de prêmios e outros. Os pagamentos correntes da população são o aluguel de casa, impostos, contribuições e outros.

Desta maneira, a quantidade de dinheiro, de acordo com

a lei econômica da circulação monetária, é determinada pela soma dos preços das mercadorias, realizadas em dinheiro em espécie, pelas somas dos pagamentos correntes com dinheiro em espécie, pela velocidade da rotação das unidades monetárias.

O funcionamento normal da circulação monetária é uma condição importante do desenvolvimento planificado da economia nacional. Apoiando-se na lei do desenvolvimento planificado da economia nacional e utilizando a lei da circulação monetária, o Estado socialista planifica a circulação da moeda no país em indissolúvel ligação com a planificação de toda a economia nacional em conjunto. Na União Soviética, a função de emitir se encontra rigorosamente centralizada, cabendo ao Gosbank da URSS emitir dinheiro em circulação. A emissão de dinheiro, ou seja, o lançamento de dinheiro adicional na circulação pelo Gosbank, realiza-se por decisão do governo, em correspondência com o aumento das necessidades da circulação. A emissão adicional de dinheiro em espécie ou a sua retirada da circulação dependem da diferença entre a soma das entradas de dinheiro no Gosbank e a soma do seu dispêndio pelo Gosbank.

A massa principal de dinheiro em espécie, fornecido pelo Gosbank, se destina, de acordo com o plano, ao pagamento dos salários, aos pagamentos por trudodien, ao pagamento das compras de produtos agrícolas aos colcosianos. Por outro lado, o canal principal, pelo qual o dinheiro em espécie retorna ao banco, é a entrada das organizações comerciais, que dá mais de quatro quintos de todas as entradas na caixa do Gosbank, bem como a entrada das empresas de serviços públicos, do transporte e das comunicações, diariamente entregue ao banco.

A partir do Banco do Estado, o dinheiro em espécie é fornecido também para o pagamento de pensões, subvenções, remunerações por seguro, para o pagamento de pequenas contas, etc.. No Gosbank entram regularmente as somas monetárias dos impostos e de outros pagamentos ao orçamento, dos depósitos nas caixas econômicas, das quotas de seguros, etc.. Desta maneira, a massa monetária passa

ininterruptamente pela caixa do Gosbank.

A correlação entre os ingressos monetários da população, por um lado, e o volume da circulação mercantil, bem como dos serviços pagos prestados a população, por outro lado, é uma das condições essenciais, que influem na circulação monetária. Para a revelação destas correlações e a garantia das necessárias proporções, no plano da economia nacional, entre o crescimento dos ingressos monetários da população e o crescimento da massa de mercadorias e dos serviços pagos, colocados diante da população, compõe-se o balanço dos ingressos monetários e dos gastos da população. Neste balanço são levados em conta todos os próximos ingressos e gastos monetários da população, no período de tempo planificado. As correlações determinadas no movimento dos meios monetários, previstos segundo elementos isolados do plano econômico (fundo de salário, circulação mercantil, orçamento estatal, etc.), permitem estabelecer as necessárias tarefas planificadas no terreno da circulação monetária.

Importante instrumento de planificação da circulação monetária é o plano de caixa do Gosbank, aprovado pelo governo. O plano de caixa é um plano de rotação do dinheiro em espécie através da caixa de todos os elos do sistema do Gosbank. No plano de caixa são indicadas todas as entradas de dinheiro em espécie no Gosbank, pressupostas para o decurso do período do plano, e todas as entregas de dinheiro da caixa do banco. O plano de caixa é constituído a partir do balanço dos ingressos e dos gastos monetários da população. Por conseguinte, o plano de caixa leva em conta o volume da circulação mercantil a varejo, o aprovisionamento da produção agrícola, a soma dos salários dos operários e empregados e outros índices, que determinam as proporções das entradas e entregas monetárias. Uma vez que o Gosbank é a caixa central da economia nacional, as rotações de sua caixa refletem quase plenamente as rotações do dinheiro em espécie no país. Somente nas condições da economia socialista planificada, é possível tal centralização da rotação do dinheiro em espécie e da planificação da caixa. O plano de caixa prevê a emissão e a retirada de dinheiro da circulação em correspondência com a

chegada de dinheiro em espécie as caixas do Gosbank em todo o país e o dispêndio desse dinheiro.

O Gosbank regula a circulação monetária no país também através do plano de crédito, no qual se refletem a emissão e a retirada de dinheiro da circulação.

A organização planificada da circulação monetária dá a possibilidade de aumentar ou reduzir a massa do dinheiro em espécie, mantendo, em cada período de tempo e em cada região do país, bem como por todo o país em conjunto, a quantidade de dinheiro que for necessária a circulação. Isto contribui para o fortalecimento da circulação monetária.

Para a estabilização do sistema monetário da URSS, após a Grande Guerra Pátria, teve imensa importância a reforma monetária, realizada em fins de 1947. A reforma monetária consistiu em que a velha moeda, em certa medida depreciada ao tempo da guerra, foi, em determinadas condições, trocada por uma moeda nova, de valor integral, modelo 1947. Em oposição as reformas monetárias nos países capitalistas, realizadas a custa do pioramento da situação dos trabalhadores, a reforma monetária soviética foi aplicada no interesse dos trabalhadores. O salário dos operários e empregados, após a reforma, continuou a ser pago rias proporções anteriores, mas com um dinheiro novo, de valor integral. A reforma monetária foi acompanhada da redução dos preços das mercadorias. Ela liquidou as consequências da guerra no terreno da circulação monetária, restabeleceu o rublo soviético de valor integral, reforçou a importância do dinheiro na economia nacional, facilitou a passagem do sistema de racionamento, introduzido no tempo da guerra, ao comércio por preços únicos sem racionamento, contribuiu para a elevação do salário real dos operários e empregados, para o aumento dos ingressos reais do campesinato colcosiano.

A regularização da circulação monetária, o crescimento da produção de mercadorias de consumo popular e da circulação mercantil a varejo, a rebaixa dos preços das mercadorias conduziram a elevação do poder aquisitivo e da cotação do rublo. O governo soviético elevou, a partir de 19 de

março de 1950, a cotação oficial do rublo, passando a realizar o cálculo da cotação do rublo, não mais na base do dólar, como havia sido estabelecido, em 1937, porém diretamente na base do ouro, em correspondência com o conteúdo ouro do rublo.

Na economia socialista existe o monopólio estatal de divisas, ou seja, a concentração em mãos do Estado socialista de todas as contas com países estrangeiros, da compra, da venda e da guarda de divisas estrangeiras. O monopólio estatal de divisas e o monopólio do comércio exterior tornam a divisa soviética independente da mutável conjuntura do mercado capitalista. Esta independência se consolida cada vez mais graças a acumulação de reservas de ouro e do caráter ativo do balanço comercial e de pagamentos da URSS.

Notas de rodapé:

(194) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965. Informe de N.S. Kruschiov, a 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, pp. 39/40.

(195) As contas escriturais se realizam através de transferências dentro do sistema bancário, sem a presença de dinheiro em espécie. (N. do T.)

(196) A operação de clearing consiste na compensação de contas mútuas sem o deslocamento de dinheiro em espécie. (N. do T.)

(197) V.I. Lênin, Manterão os Bolcheviques o Poder do Estado?, Obras, t. XXVI, p. 82.

Capítulo XXXIV — A Reprodução Socialista e a Renda Nacional

Essência da Reprodução Socialista

A condição da existência e do desenvolvimento da sociedade socialista, como de qualquer sociedade, é a permanente renovação da produção de bens materiais, isto é, a reprodução.

Conservam sua significação, no socialismo e no comunismo, as teses fundamentais da teoria marxista-leninista da reprodução: sobre a reprodução simples e ampliada, sobre o produto social total e a renda nacional, sobre a divisão da produção social em produção de meios de produção e produção de objetos de consumo, sobre o crescimento prioritário da produção de meios de produção, sobre o produto suplementar como fonte da acumulação e sobre a acumulação como fonte da reprodução ampliada, sobre a necessidade de determinada proporcionalidade entre as diferentes partes do produto social total.

Ao mesmo tempo, a reprodução, sob o socialismo, possui uma diferença de princípio com relação a reprodução sob o capitalismo. De acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, a reprodução socialista está submetida ao fim da mais completa satisfação das necessidades crescentes de todos os membros da sociedade, ao passo que a reprodução capitalista se encontra submetida a tarefa de garantir o mais alto lucro para os capitalistas.

Se a reprodução capitalista se realiza de modo espontâneo e, periodicamente, é interrompida pelas crises econômicas, já o modo de produção socialista, no qual atua a lei do desenvolvimento planificado, proporcional, se caracteriza pelo desenvolvimento sem crises, pela ininterrupta reprodução ampliada.

O processo de reprodução, tomado em conjunto, é, antes de tudo, um processo de reprodução do produto social total, ou seja, de toda a massa de bens materiais meios de produção e objetos de consumo. O papel dirigente no processo da reprodução do produto social pertence a reprodução dos meios de produção e, em primeiro lugar, aos instrumentos de trabalho. A multiplicação ininterrupta e o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho é condição necessária do progresso técnico. A reprodução socialista se realiza na base de uma técnica superior. Ao lado dos instrumentos de trabalho, reproduzem-se também os outros elementos dos meios de produção: ampliam-se os velhos edifícios fabris e constroem-se novos, criam-se novos meios de transporte, incrementa-se a produção de matérias-primas, etc.. Tem grande importância a reprodução de elementos tais dos meios de produção como as matérias-primas químicas, a energia elétrica, a energia atômica e outras.

A reprodução ampliada dos meios de produção é condição necessária da ampliação da produção de objetos de consumo: roupa, calçado, produtos de alimentação, etc..

São característicos da sociedade socialista os elevados ritmos da reprodução do produto social. Isto é condicionado pelo fato de que as massas populares estão profundamente interessadas no desenvolvimento da produção socialista, uma vez que o seu fim é a mais completa satisfação das necessidades crescentes dos trabalhadores, através do desenvolvimento planificado da economia nacional, a racional utilização dos recursos materiais e de trabalho da sociedade, o sistemático e rápido ascenso da produtividade do trabalho social.

Sobre os elevados ritmos da reprodução socialista testemunham os seguintes dados. A produção global da indústria da URSS aumentou, em 1958, em comparação com 1928, em 28 vezes, sendo que a produção de meios de produção aumentou em 54 vezes. A construção de máquinas cresceu com ritmos ainda mais altos. O produto social total, na URSS, aumentou, no período de 1928 a 1958 (a preços comparados) em 15 vezes.

"O problema essencial do próximo setênio é o problema do máximo ganho de tempo na competição econômica pacífica do socialismo com o capitalismo. É necessário assegurar elevados ritmos e as necessárias proporções no desenvolvimento da economia nacional."[198]

Daí decorre a necessidade do multiforme desenvolvimento da ciência e da técnica, da luta geral do povo pelo regime de economia, pelo mais eficiente aproveitamento das inversões de capital e da nova técnica. Possuem grande importância, a este respeito, fatores como a industrialização da construção, a modificação da estrutura do balanço de combustíveis com o intensificado desenvolvimento da extração e da elaboração do petróleo e do gás, a construção priori: ária de estações termoelétricas com gás natural, óleo combustível e carvões baratos, a ampla introdução da mecanização complexa e da automatização dos processos produtivos, a especialização e a cooperação em todos os ramos da economia nacional e a ampliação da divisão socialista internacional do trabalho.

No processo da reprodução socialista realiza-se a reprodução da força de trabalho. A planificada provisão de força de trabalho para as empresas é uma das condições essenciais da reprodução socialista ampliada. Com o crescimento da economia nacional, aumenta incessantemente a quantidade de operários. A incorporação de força de trabalho em todos os ramos da produção social realiza-se de modo organizado palas empresas e órgãos econômicos. A provisão de quadros qualificados a indústria, a construção, ao transporte e a agricultura se processa através do sistema estatal de preparação de reservas de trabalho, através da rede especial de escolas, cursos, escolas técnicas e estabelecimentos de ensino superior, de acordo com as exigências da economia nacional. Os recursos de trabalho são distribuídos de modo planificado pelos ramos da economia nacional e pelas diferentes empresas. Um traço característico da reprodução dos quadros é a permanente elevação do nível de qualificação e do nível técnico-cultural de toda a massa de trabalhadores.

A reprodução ampliada, sob o socialismo, é, juntamente

com isto, a reprodução ampliada das relações de produção socialista.

A reprodução ampliada das relações de produção socialistas significa a reprodução:

1. da propriedade socialista nas suas duas formas — a estatal e a cooperativo-colcosiana;

2. das relações de colaboração fraternal e de ajuda mútua socialista dos trabalhadores no processo de produção dos bens materiais;

3. das relações mútuas dos trabalhadores no terreno da distribuição de objetos de consumo de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada trabalhador.

No processo da reprodução socialista ampliada, realiza-se a transição gradual do socialismo ao comunismo. No curso da construção comunista, verifica-se o ulterior desenvolvimento e aperfeiçoamento da propriedade estatal de todo o povo. eleva-se o nível de socialização da produção colcosiana e se processa a aproximação da propriedade cooperativo-colcosiana com a propriedade de todo o povo. Na base do progresso técnico, da eletrificação, da mecanização complexa, da automatização e da quimização da produção, do reforçamento dos vínculos entre o ensino e a produção, da redução do dia de trabalho, apagam-se as diferenças essenciais entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre o trabalho do operário e o do colcosiano. Na base do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do princípio socialista da distribuição de acordo com o trabalho. na medida do crescimento das forças produtivas, da criação da abundância de bens materiais e culturais, da transformação do trabalho na primeira necessidade vital, realizar-se-á gradualmente a transição ao princípio comunista: "de cada um — segundo a capacidade, a cada um — segundo a necessidade".

O Produto Social Total e a Renda Nacional sob o Socialismo

O produto social total, no socialismo, como em qualquer

outro regime, é criado pelo trabalho dos trabalhadores dos ramos da produção material. Ao lado dos trabalhadores manuais, participam diretamente da criação de bens materiais os trabalhadores intelectuais (cientistas, engenheiros, etc.), ocupados nos ramos da produção material.

O produto social total não se cria nos ramos não produtivos. Os trabalhadores, empregados na esfera não produtiva (administração estatal, cultura, serviços sociais, assistência médica a população) não produzem bens materiais. Entretanto, o trabalho nos ramos não produtivos é necessário a sociedade socialista, a produção material, constituindo trabalho socialmente útil. O Estado socialista executa um trabalho econômico-organizativo e cultural-educativo vitalmente necessário a sociedade. Sob o socialismo, cresce incomensuravelmente o papel da ciência no desenvolvimento da técnica, no ascenso da produção. Tem grande importância o trabalho gasto na preparação de quadros qualificados para a produção. A ciência, a instrução e a arte satisfazem as exigências culturais dos trabalhadores. Os ramos dos serviços sociais e médicos criam as condições para o êxito dos trabalhadores da sociedade socialista. Desta maneira, na sociedade socialista, entre os trabalhadores da produção socialista e os trabalhadores da esfera não produtiva existe um intercâmbio mútuo de atividade.

Levando em conta que o produto social total é criado somente nos ramos da produção material, possui imensa importância econômica a correta distribuição do trabalho entre a esfera da produção material e a esfera não produtiva.

O aumento quantitativo da população ocupada na esfera da produção material, a simplificação e o barateamento, por todas as maneiras, do aparelho administrativo, contribuem para o crescimento da riqueza social. Lênin considerava tarefa das mais importantes do poder soviético

“a sistemática diminuição e o barateamento do aparelho soviético através da sua redução, da organização mais perfeita, da liquidação do burocratismo e da diminuição dos gastos improdutivos.”[199]

É característica da economia socialista, em particular no período da construção desenvolvida do comunismo, a elevação do peso específico dos trabalhadores e empregados na esfera da ciência, da instrução, da saúde pública, etc.. O crescimento da produtividade do trabalho na esfera da produção material cria a possibilidade tanto para a redução da jornada de trabalho como também para o mais rápido crescimento relativo dos trabalhadores daquela parte da esfera não produtiva, que abrange os ramos da cultura.

No processo da produção, uma parte do produto social total é utilizada para a compensação dos meios de produção consumidos. Esta parte encarna em si o valor dos meios de produção gastos, que é transferido ao produto. Depois de descontar esta parte do produto social total, resta uma parte do produto social, que constitui a renda nacional da sociedade.

A renda nacional, no socialismo, é aquela parte do valor do produto social total, criado pelos trabalhadores da produção socialista, a qual encarna o trabalho recém-despendido.

A renda nacional, na sua forma física, consiste de toda a massa de objetos de consumo produzidos no país, bem como daquela parte de meios de produção elaborados, que é dirigida para a acumulação, fundamentalmente para a ampliação da produção socialista. Neste particular, a parte esmagadora dos objetos de consumo produzidos é utilizada no ano dado para fins de consumo pessoal e outros tipos de consumo não produtivo, e outra parte dos objetos de consumo deposita-se no fundo de acumulação para incremento do consumo no período seguinte, sobretudo em ligação com a ampliação da produção.

Uma vez que, no socialismo, existe a produção mercantil, a renda nacional em conjunto e todos os seus elementos, além da forma física, possuem também a forma valor, a forma monetária, que se expressa e se mede por meio do dinheiro.

Em consequência da modificação dos preços, o cálculo da renda nacional é realizado não somente a preços correntes, ou

seja, aos preços efetivos do período de tempo correspondente, mas também a preços comparados (invariáveis, constantes), pelos quais são tomados os preços de qualquer ano determinado. A determinação da renda nacional a preços comparados permite estabelecer as modificações reais do volume da renda nacional por uma série de anos.

Sob o capitalismo, a parte leonina da renda nacional é apropriada pelos capitalistas e latifundiários, sob a forma de ingressos não procedentes do trabalho, e somente a sua parte menor se encaminha aos trabalhadores. O socialismo exclui a existência de ingressos não procedentes do trabalho. No socialismo, a renda nacional pertence integralmente aos trabalhadores.

O produto necessário, criado pelos trabalhadores da produção material, é distribuído entre eles de acordo com o trabalho, sendo utilizado para a satisfação das necessidades pessoais dos trabalhadores da produção socialista e suas famílias. O produto suplementar, criado pelos trabalhadores da produção material, constitui a renda líquida da sociedade socialista, utilizada para a ampliação da produção, o desenvolvimento da ciência e da cultura, da saúde pública, da construção residencial, para a cobertura dos gastos no terreno da administração estatal, etc..

A Riqueza Nacional da Sociedade Socialista. Composição do Produto Social Total

Todos os bens materiais, de que dispõe a sociedade socialista, constituem a sua riqueza nacional. Os bens materiais, que compõem a riqueza nacional, dividem-se, segundo a sua origem, em produtos acumulados do trabalho (instrumentos de trabalho, matérias-primas, objetos de consumo) e riquezas naturais incorporadas ao processo de produção (as terras cultivadas e convenientes a cultura, as jazidas minerais úteis, os bosques, as águas, etc.). Segundo a sua utilização na produção social, os bens materiais, que compõem a riqueza nacional, se dividem em meios de produção (instrumentos de produção, matérias-primas, etc.), e objetos de consumo (gêneros alimentícios, roupa, casas, etc.). Na medida do desenvolvimento

da produção social, eleva-se cada vez mais o papel e a importância daquela parte da riqueza nacional, que é resultado do trabalho precedente. O nível de acumulação dos produtos do trabalho é o índice mais importante do desenvolvimento econômico da sociedade.

Um grande papel na reprodução da riqueza materializada desempenham a experiência produtiva acumulada, os conhecimentos e a qualificação dos trabalhadores da sociedade socialista.

"O grau de habilidade da população existente constitui sempre a premissa de toda a produção, sendo, por conseguinte, a acumulação principal de riqueza."[200]

O cálculo da riqueza nacional da URSS é realizado pela Direção Central de Estatística, segundo cada um dos seus elementos, de acordo com o estádio do processo de reprodução. A riqueza nacional da URSS se define, a este respeito, como a soma do valor: 1) dos fundos produtivos da economia nacional; 2) das reservas de mercadorias de qualquer tipo: 3) dos fundos básicos não produtivos; 4) dos bens pessoais da população.

Os fundos produtivos da economia nacional, ou seja, os meios de produção, se subdividem em: a) fundos produtivos básicos; e b) reservas de meios de produção circulantes.

Os fundos produtivos básicos da economia nacional se compõem dos meios de trabalho estatais ou cooperativo-colcosianos em funcionamento em todos os ramos da produção material (edifícios produtivos, máquinas, tornos, equipamento, construções, etc.).

As reservas de meios de produção circulantes representam os objetos de trabalho, que se encontram tanto no processo de produção, como em reserva nas empresas estatais, nos colcoses e outras organizações cooperativas (matérias-primas, materiais, combustíveis, etc.).

Os fundos não produtivos da economia nacional

representam os bens estatais ou cooperativo-colcosianos, que servem aos fins do consumo não produtivo no decurso de longo tempo; fundo residencial, edifícios de instituições cultural-sociais, como escolas, teatros, clubes, hospitais, etc., com o seu equipamento.

As reservas de objetos de consumo na produção, no comércio, no transporte, etc..

As reservas materiais e as reservas de segurança das empresas estatais e cooperativo-colcosianas, que tanto incluem meios de produção como objetos de consumo.

Estes são os elementos fundamentais da riqueza nacional, que constituem propriedade social socialista.

Na composição da riqueza nacional entram também os bens pessoais da população, ou seja, a propriedade pessoal, que se multiplica na base do crescimento ininterrupto da propriedade social socialista.

Durante os anos dos planos quinquenais, a riqueza nacional da URSS foi enormemente multiplicada. Assim é que somente os fundos produtivos básicos da economia nacional cresceram, em fins de 1940, em comparação com 1913, em 6 vezes, e em fins de 1957 — em 16,3 vezes.

No capitalismo, a parte esmagadora da riqueza nacional pertence as classes exploradoras, ao passo que o crescimento da riqueza se processa sob a forma de acumulação de capital, que conduz ao empobrecimento das massas populares. As relações capitalistas engendram o capital fictício, representado pelas ações, pelo preço da terra, etc.. No socialismo, toda a riqueza nacional é propriedade seja do Estado, isto é, de todo o povo, seja dos colcoses e de outras uniões cooperativas, ou propriedade pessoal dos trabalhadores. O socialismo não conhece capital fictício, toda a riqueza da sociedade socialista representa riqueza real. Com o crescimento da riqueza nacional da sociedade socialista, eleva-se sistematicamente o bem-estar material e o nível cultural de todo o povo.

Incluindo todos os bens materiais, de que dispõe a sociedade socialista em dado tempo, a riqueza nacional reflete os resultados de todo o desenvolvimento precedente da sociedade. Já o produto social total inclui os bens materiais criados na sociedade durante determinado período de tempo, por exemplo, durante um ano.

O produto social se apresenta sob duas formas: a) física; e b) valor ou monetária. Toda a produção da sociedade socialista se divide em duas grandes seções: a produção de meios de produção (seção I) e a produção de objetos de consumo (seção II). Em correspondência com isto, o produto social, em sua forma física, se decompõe em meios de produção e objetos de consumo.

Na prática da construção econômica, a divisão do produto social total em meios de produção e objetos de consumo é realizada, como regra, segundo a utilização efetiva da produção. Na seção I se inclui toda a produção dirigida para o consumo produtivo. Entram aí a produção da indústria pesada, constituída de meios de produção, parte da produção das indústrias leve e de alimentação, que serve de matéria-prima e é submetida a elaboração, a construção de finalidade produtiva, bem como a produção agrícola utilizada no consumo produtivo, ou seja, sementes, gado, forragem para o gado, matérias-primas agrícolas para elaboração industrial.

A seção II abrange toda a produção dirigida, de modo direto, para a satisfação das necessidades pessoais da população, inclusive a construção residencial, bem como a parte do produto social, que é gasta nas instituições e organizações da esfera não produtiva, por exemplo, na construção de escolas ou hospitais, no aquecimento e iluminação dos edifícios de finalidade não produtiva, etc..

Na seção I, é preciso distinguir a produção de meios de produção para a seção I e a produção de meios de produção para a seção II. O papel dirigente, no processo da reprodução, pertence a produção de meios de produção e, em particular, a produção de instrumentos de trabalho para a seção I.

A reprodução socialista ampliada significa a renovação e o incremento ininterruptos tanto dos meios de produção, como também dos objetos de consumo, em determinadas proporções, que- são estabelecidas pelo plano da economia nacional.

Segundo o valor, o produto social, no socialismo, se decompõe em:

1. valor dos meios de produção consumidos, o qual é transferido ao produto;

2. valor recém-criado, produzido pelo trabalho necessário (trabalho para si);

3. valor recém-criado, produzido pelo trabalho suplementar (trabalho para a sociedade).

A natureza econômico-social de cada uma destas partes do valor do produto social é, por princípio, diferente, em comparação com o capital constante e o capital variável e com a mais-valia, no capitalismo, uma vez que aquelas partes expressam, não relações de exploração capitalista, mas relações de colaboração fraternal e de ajuda mútua. Daí porque, no lugar do capital constante e variável, no processo da reprodução socialista funcionam os fundos da economia nacional, e, em lugar da mais-valia apropriada pelos capitalistas, é criada a renda líquida de toda a sociedade.

O processo da reprodução socialista pressupõe, em primeiro lugar, a compensação planificada, dos meios de produção consumidos com determinada parte do produto social total, na sua forma física e em valor. A compensação dos fundos básicos, na sua forma física, se verifica através da substituição parcial ou integral de máquinas, edifícios e construções. A compensação dos fundos básicos, segundo o valor, realiza-se através da amortização. O fundo de amortização da economia nacional da URSS é destinado a assegurar a reparação total dos fundos básicos no decurso de todo o período do seu funcionamento e a compensação do valor dos fundos básicos consumidos, levando em conta o desgaste físico e moral.

Além disso, o processo da reprodução socialista pressupõe que os objetos de consumo, distribuídos de acordo com o trabalho e gastos na cobertura das necessidades pessoais dos trabalhadores da produção material e de suas famílias, devem ser criados de novo pelo trabalho destes trabalhadores.

Por fim, no processo da reprodução socialista, os trabalhadores da produção material criam com o seu trabalho o produto suplementar, que é destinado a acumulação socialista e a satisfação das necessidades materiais e culturais (instrução, saúde pública, administração, defesa do país).

A Correlação entre as duas Seções da Produção Social

De acordo com as exigências da lei econômica fundamental do socialismo, da lei do crescimento prioritário da produção dos meios de produção e da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, estabelecem-se, no processo da reprodução socialista, de modo planificado, as necessárias proporções entre a produção de meios de produção e a produção de objetos de consumo, entre os diferentes ramos da economia nacional, entre a produção e a circulação, entre a acumulação, o consumo e as reservas, etc..

A proporção mais importante da reprodução socialista consiste na correta correlação entre as seções I e II da produção social. Neste particular, a seção I, que produz meios de produção, desempenha função determinante em toda a economia.

"A fim de ampliar a produção ("acumular"', no sentido categórico do termo), é necessário produzir inicialmente meios de produção, e para isto se requer, consequentemente, a ampliação daquela seção da produção social, que fabrica meios de produção."[201]

A lei do crescimento prioritário da produção de meios de produção adquire sob o socialismo importância ainda maior do que sob o capitalismo. O crescimento mais rápido da seção I em relação a seção II representa uma condição para garantir o ininterrupto ascenso da produção socialista, na base da ampla

introdução da técnica mais moderna em todos os ramos da produção socialista e da sistemática elevação da produtividade do trabalho.

Somente o crescimento prioritário da produção de meios de produção, que seja, outrossim, mais rápido do que sob o capitalismo, pode assegurar o sistemático aumento da produção de objetos de consumo e a incessante elevação do bem-estar do povo. O ininterrupto e rápido crescimento da indústria pesada, que ultrapasse o crescimento dos outros ramos da indústria e da economia nacional, constitui condição indispensável para o ascenso estável da agricultura, das indústrias leve e de alimentação, que produzem objetos de consumo popular.

Desta maneira, é característica da reprodução socialista ampliada, que é acompanhada de rápido progresso técnico, um tal ascenso da produção, no qual o crescimento dos ramos produtores de meios de produção (seção I) é mais rápido do que o crescimento dos ramos produtores de objetos de consumo (seção II). Ao mesmo tempo, na sociedade socialista, verifica-se o incremento constante e absoluto da produção de objetos de consumo, o que encontra sua expressão no aumento da produção da agricultura, das indústrias leve e de alimentação, na ampliação da construção residencial nas cidades e aldeias, no desenvolvimento da circulação mercantil.

A parte dos meios de produção na produção industrial total da URSS tem sido a seguinte, 33,3% em 1913; 39,5% em 1928; 61,2% em 1940; 70,5% em 1955; 70,8% em 1956 ; 71,2% em 1957; 71,6% em 1958.

A produção industrial de objetos de consumo popular, no período de 1925 a 1958, aumentou na URSS em quase 20 vezes.

O crescimento prioritário da produção de meios de produção, como lei econômica da reprodução ampliada, não exclui o fato de que, em anos isolados, a fim de impulsionar os ramos atrasados da agricultura, das indústrias leve e de alimentação, pode revelar-se necessário e racional uma tal aceleração do seu desenvolvimento, que assegure a liquidação

desse atraso e a superação das desproporções parciais relacionadas com ele.

Assim é que, nos últimos anos, o Partido Comunista e o Estado soviético, apoiando-se na potência sem cessar crescente da indústria pesada, elaboraram e realizam com êxito um programa integral de ascenso vertical da agricultura. A execução deste programa permitirá assegurar a aceleração dos ritmos de crescimento da produção de objetos de consumo popular e a posterior elevação do nível de vida do povo soviético. No plano setenal de desenvolvimento da economia nacional, está previsto o considerável crescimento da produção de mercadorias de consumo popular. Assim é que prevê-se aumentar a produção global da indústria leve, em 1965, em comparação com 1958, em 1,5 vezes, a produção global da indústria de alimentação — em 1,7 vezes, a produção global da agricultura — em 1,7 vezes.

"Os elevados ritmos de ascenso da economia nacional do nosso país e o crescimento incessante do bem-estar do povo são assegurados com a aplicação consequente pelo Partido do curso leninista de desenvolvimento prioritário da indústria pesada. A indústria leve, a agricultura, todos os ramos da economia nacional do país podem desenvolver-se com êxito somente na base de uma indústria pesada poderosa e em constante crescimento...

Eis porque é necessário, também, doravante, seguir estritamente pelo caminho do desenvolvimento mais rápido da indústria pesada, pelo caminho comprovado por todo o curso do desenvolvimento da União Soviética. Não se deve, está claro, levar a coisa ao absurdo e desenvolver unilateralmente a indústria pesada, ignorando o desenvolvimento da indústria leve, o que inevitavelmente criará dificuldades no desenvolvimento da economia nacional e atrasará a ulterior elevação do nível de vida do povo. É necessário regular racionalmente a distribuição das inversões de capital, a fim de que sejam sempre observadas as corretas proporções no desenvolvimento da indústria pesada e da indústria leve."[(202)]

Tudo isto revela que o crescimento prioritário da

produção de meios de produção é a linha geral inquebrantável do desenvolvimento da economia socialista.

Como se processa, no socialismo, o intercâmbio entre as seções I e II da produção social e dentro de cada uma delas?

Em primeiro lugar, o intercâmbio se processa entre os diferentes ramos da seção I.

Assim, por exemplo, as indústrias carbonífera e petrolífera fornecem combustível aos ramos da indústria de construção de máquinas e deles recebem o necessário equipamento; a metalurgia abastece a indústria de construção com o metal, que lhe é necessário, e, por sua vez, utiliza as matérias-primas da indústria mineira para a fundição do metal, etc..

Entre os ramos da seção I, realiza-se planificadamente o intercâmbio daqueles meios de produção, que servem aos fins de manutenção e ampliação da produção nestes ramos. Uma vez que os meios de produção são mercadorias, o seu movimento entre as empresas se processa sob a forma de compra e venda, ou seja, de circulação mercantil, de acordo com os planos estabelecidos de abastecimento técnico-material destas empresas.

Em segundo lugar, processa-se o intercâmbio de objetos de consumo entre os diferentes ramos da seção II. Uma parte dos objetos de consumo produzidos pela seção II se destina ao consumo pessoal dos trabalhadores desta seção, cambia-se, através dos canais do comércio socialista, pelo salário dos operários e empregados, pelos ingressos monetários dos colcosianos. Certa quantidade de objetos de consumo, produzidos nos colcoses, é distribuída e consumida nestes mesmos colcoses, sem tomar a forma de mercadoria e sem passar pelos canais da circulação mercantil.

Em terceiro lugar, processa-se o intercâmbio entre as seções I e II. Parte dos meios de produção fabricados pela seção I deverá destinar-se a reposição dos meios de trabalho parcial ou inteiramente inutilizados e a renovação das reservas de matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos

nos ramos da seção II e necessários a reprodução ampliada. Parte dos objetos de consumo produzidos na seção II cambia-se, através da rede comercial, pelo salário dos trabalhadores da seção I. Os ritmos de ampliação da produção e de progresso técnico dos ramos da seção II dependem, antes de tudo, da quantidade e qualidade dos meios de produção, que recebem da seção I. Isto define o papel dirigente da seção I com relação a seção II.

Lênin indicava que a fórmula marxista da correlação entre as seções I e II da produção social (Iv + mv : IIc) permanece em vigor no socialismo e no comunismo. Mas, neste caso, modificam-se radicalmente as relações de produção encobertas sob esta fórmula.

Na reprodução socialista ampliada, a seção I deve produzir a quantidade de meios de produção que seja necessária para assegurar o crescimento ininterrupto da produção, na base de uma técnica superior, em ambas as seções, com o crescimento prioritário da seção I. Por outro lado, a seção II deve produzir objetos de consumo na quantidade necessária para satisfazer as sempre crescentes necessidades dos trabalhadores de ambas as seções, tanto os antigos, como os recém-incorporados a produção, bem como dos trabalhadores ocupados nos ramos não produtivos. Em cada período dado, parte dos meios de produção e dos objetos de consumo produzidos se destina ao aumento das reservas.

Dado que os produtos do trabalho, no socialismo, são mercadorias, a circulação mercantil é uma fase necessária da reprodução socialista ampliada.

Nas condições da anarquia da produção capitalista e da estreiteza da procura solvente das massas trabalhadoras, o mais difícil problema da reprodução capitalista é o problema da realização do produto social. O desenvolvimento planificado e sem crises da produção socialista não se choca com dificuldades de realização, inerentes ao capitalismo, uma vez que o crescimento do bem-estar da população cria uma procura solvente de produtos industriais e agrícolas em constante ampliação.

Isto não significa, todavia, que no curso da reprodução socialista ampliada não surjam tais ou quais violações de proporções isoladas na economia nacional. Isto acontece, por exemplo, em consequência da necessidade de acelerar o crescimento de certos ramos, de erros de cálculo na planificação, de insuficiente consideração das exigências da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional ou do calamidades espontâneas como as secas, que influem negativamente sobre a produção. Para prevenir e liquidar as desproporções isoladas na economia nacional, o Estado socialista cria as necessárias reservas.

O Crescimento Incessante da Renda Nacional sob o Socialismo

Na sociedade socialista, processa-se o crescimento incessante e rápido da renda nacional. Resulta isto do ininterrupto ascenso da produção socialista. A renda nacional, no socialismo, cresce consideravelmente mais depressa do que na sociedade capitalista.

Expressa em preços comparados, a renda nacional da URSS superou, em 1940, o nível de 1913, aproximadamente em 6 vezes, em 1950 em 10 vezes, em 1955 em 17 vezes, em 1956 em 19 vezes, em 1957 em 20 vezes e em 1958 em 23 vezes.

No plano setenal de desenvolvimento da economia nacional, prevê-se o aumento da renda nacional de 62 a 65%.

No período de 1929 a 1958, a renda nacional dos Estados Unidos, expressa em preços comparados, aumentou somente em 2,1 vezes, enquanto a renda nacional da URSS, também expressa em preços comparados, no mesmo período, cresceu em mais de 16 vezes, não obstante os enormes danos, que os invasores fascistas causaram a economia nacional nos anos da guerra.

O rápido aumento da renda nacional na sociedade socialista se deve a dois fatores:

1. elevação da produtividade do trabalho social;

2. aumento da quantidade de trabalhadores empregados na esfera da produção material.

A massa fundamental do incremento da renda nacional, no socialismo, é alcançada por meio do crescimento da produtividade do trabalho, como fonte principal da reprodução socialista ampliada e da acumulação, base do ascenso do nível de vida do povo. Assim, por exemplo, nos anos do quarto plano quinquenal, o aumento da quantidade de trabalhadores na produção forneceu 20% do incremento da renda nacional, ao passo que o crescimento da produtividade do trabalho forneceu 80%.

Como já foi dito, a produtividade do trabalho na sociedade socialista cresce rapidamente em consequência da introdução da técnica mais moderna em todos os ramos da produção, do aproveitamento planificado e racional dos recursos materiais e de trabalho, e, em particular, da economia de meios de produção, do melhoramento da organização do trabalho e da produção, da elevação da qualificação dos operários, dos colcosianos e da intelectualidade, do sistemático ascenso do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores, do desenvolvimento da emulação socialista.

Importante fator do crescimento da renda nacional é o aumento da quantidade de trabalhadores empregados nos ramos da produção material. À diferença do capitalismo, na sociedade socialista não existem classes exploradoras e sua numerosa criadagem, inexiste o desemprego. não há o desmedido desvio de força de trabalho para a esfera da circulação, etc., motivo por que a parte consideravelmente maior da população adulta apta para o trabalho se encontra empregada nos ramos da produção material, que criam o produto social total. Ao mesmo tempo, no socialismo, cresce sistematicamente a quantidade de trabalhadores ocupados na esfera da ciência, da instrução, da arte e da saúde pública. Na sociedade socialista, todas as conquistas da cultura material e espiritual são patrimônio do povo.

Na URSS, já há muito tempo não existe desemprego, ao passo que nos Estados Unidos, de 1950 a 1958, os

desempregados, calculando o desemprego pela duração do ano inteiro, constituíram, em média, 10% da população apta para o trabalho.

Da população apta para o trabalho, empregada nos ramos não produtivos, na URSS, mais de 60% estão ocupados no campo da ciência, da cultura e da saúde pública, ao passo que, nos Estados Unidos, no campo da cultura e da saúde pública está ocupada cerca de uma quinta parte das pessoas, que trabalham nos ramos não produtivos.

No socialismo, o crescimento da renda nacional é a base da elevação do bem-estar dos trabalhadores, do aumento dos ingressos reais dos operários, dos camponeses e da intelectualidade.

O volume da renda nacional, tomado a preços comparados, cresceu, na URSS, de 1945 a 1958, em 4,5 vezes. Nos Estados Unidos, o volume da renda nacional, a preços comparados, aumentou, no mesmo período, apenas em 22%.

A Distribuição da Renda Nacional, a Formação e a Destinação dos Fundos Sociais, sob o Socialismo

O modo de produção socialista determina também as formas, que lhe são correspondentes, de distribuição do produto social total. A sociedade, representada pelo Estado socialista, distribui planificadamente o produto social, de acordo com as leis econômicas do socialismo.

Inicialmente, a renda nacional toma diferentes formas de ingressos naqueles ramos onde é criada, ou seja, na esfera da produção material, tanto no setor estatal como no setor cooperativo-colcosiano da economia nacional.

A renda nacional, criada no setor estatal da economia nacional, consiste de duas partes fundamentais. Uma parte desta renda, que representa o produto necessário criado pelos trabalhadores da produção material, toma a forma da salário dos operários e empregados das empresas estatais produtivas. A outra parte representa o produto suplementar ou renda líquida.

A renda líquida do setor estatal da produção se apresenta em duas formas fundamentais:

1. na forma de renda líquida das empresas estatais (o chamado lucro das empresas);

2. na forma de renda líquida centralizada do Estado (o chamado "imposto de circulação", os descontos do lucro, a percentagem sobre o salário para fins de seguro social, etc.).

A renda nacional, criada na economia social cooperativo-colcosiana, é propriedade dos colcoses e também consiste de duas partes fundamentais: uma parte representa o produto necessário, a outra parte — o produto suplementar. O produto necessário, criado pelo trabalho dos colcosianos na economia social dos colcoses, toma a forma de ingressos em espécie e monetários, distribuídos entre os colcosianos por trudodien. Além disso, os colcosianos recebem ingressos monetários e em espécie do próprio trabalho, na economia agrícola pessoal. O produto suplementar, criado pelos colcosianos na economia social, representa a renda líquida do colcós. Parte desta renda líquida se destina ao desenvolvimento da produção colcosiana, a satisfação das necessidades colcosianas gerais e das exigências materiais e culturais dos colcosianos. A outra parte da renda líquida, criada na economia social dos colcoses, se converte, através do mecanismo dos preços e do imposto de renda, em renda líquida centralizada do Estado. Por este processo, os colcoses participam dos gastos do Estado no interesse de todo o povo, da ampliação da produção na cidade e no campo, do desenvolvimento da cultura, do reforçamento da defesa do país, etc..

Por conseguinte, na soma total da renda líquida centralizada do Estado se materializa parte do trabalho suplementar da classe operária e parte do trabalho suplementar do campesinato colcosiano.

O produto necessário, criado pelo trabalho nos artéis produtivos industriais, toma a forma do salário dos seus trabalhadores, enquanto o produto suplementar toma a forma

de renda líquida das empresas cooperativas industriais. Parte desta renda se destina a ampliação da produção e a satisfação das necessidades gerais dos membros dos artéis industriais. A outra parte, através do "imposto de circulação' e do imposto de renda, se converte em renda líquida centralizada do Estado.

No processo da ulterior redistribuição da renda nacional, principalmente através do orçamento estatal, parte dela se converte em ingressos dos ramos não produtivos e dos trabalhadores neles empregados.

A sociedade socialista não pode mover-se para a frente sem acumular de ano para ano, sem ampliar a produção social. Daí decorre a necessidade econômica da concentração em mãos do Estado de considerável parte da renda nacional, sob a forma de fundo de meios monetários. Este fundo se constitui quase inteiramente da renda líquida centralizada do Estado.

O orçamento estatal desempenha o papel principal na concentração dos meios em mãos do Estado e da sua distribuição segundo as necessidades sociais.

No balanço final, toda a renda nacional da sociedade socialista se decompõe em fundo de consumo e fundo de acumulação.

O fundo de consumo é a parte da renda nacional que é utilizada para a satisfação das crescentes necessidades materiais e culturais dos operários, dos camponeses e da intelectualidade, bem como para a satisfação de outras necessidades correntes da sociedade. O fundo de consumo se forma, antes de tudo, a custa do produto criado pelo trabalho necessário dos trabalhadores produtivos. Além disso, uma parte essencial do fundo de consumo é formada pelo Estado, pelos colcoses e pelas uniões cooperativas, a custa do produto suplementar, despendido para necessidades social-culturais.

O fundo de consumo consiste de duas partes: a parte fundamental do fundo de consumo compõe o fundo de pagamento do trabalho dos trabalhadores da produção socialista, o qual se destina ao salário dos operários e

empregados ocupados na produção, ao pagamento do trabalho dos colcosianos, etc.; a outra parte compõe o fundo de consumo social, a custa do qual são cobertas as variadas necessidades da sociedade socialista como um todo, ou seja, a cobertura das crescentes necessidades da sociedade socialista no terreno da ciência, da instrução, da saúde pública, da arte e de outras esferas da cultura e da vida social. Na medida dos êxitos da construção comunista, esta parte crescerá cada vez mais, criando as premissas para a gradual transição ao princípio comunista de distribuição.

Em correspondência com a lei econômica da distribuição de acordo com o trabalho, deste fundo recebem o salário os trabalhadores dos ramos da cultura e dos serviços sociais.

Parte do fundo de consumo social forma o fundo de seguro social. Este fundo serve aos fins de prestação da ajuda estatal as mães com muitos filhos e as mães solteiras e as crianças, bem como de pensões aos velhos e inválidos, de acordo com o direito estabelecido pelo Estado socialista de segurança material no caso de incapacidade para o trabalho e de velhice.

Parte do fundo de consumo social se destina a cobertura dos gastos de administração, isto é, ao pagamento dos trabalhadores do aparelho estatal, etc..

O aumento do fundo de consumo é uma condição necessária do crescimento dos ingressos reais dos trabalhadores. Os ingressos dos operários, dos camponeses e da intelectualidade, sob o socialismo, crescem incessante e rapidamente, em virtude das seguintes causas:

1. a ininterrupta ampliação da produção permite incorporar, todos os anos, trabalhadores complementares, a custa do crescimento da população, o que é acompanhado pelo aumento do ingresso total dos trabalhadores;

2. eleva-se sistematicamente a qualificação dos trabalhadores e a sua produtividade do trabalho, cresce o

salário médio dos operários e empregados, bem como o ingresso médio dos colcosianos;

3. aumentam as verbas do orçamento estatal para a cultura, a instrução e a saúde pública;

4. crescem os meios recebidos pelos trabalhadores sob a forma de pagamento de seguro social, pensões, etc..

A par disso, os ingressos reais dos trabalhadores na sociedade socialista crescem mais rapidamente do que os ingressos nominais (monetários), uma vez que o Estado promove uma política de rebaixa dos preços dos objetos de consumo e de crescimento dos fundos de consumo social.

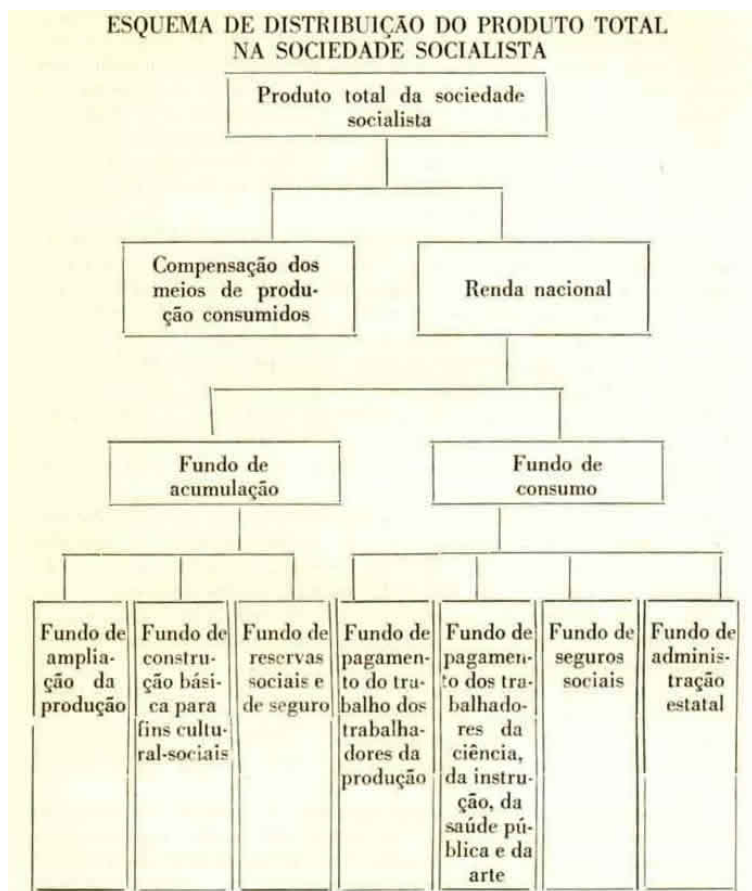
O fundo de acumulação é a parte da renda nacional da sociedade socialista, utilizada para a ampliação e o aperfeiçoamento da produção socialista na cidade e no campo, bem como para a construção residencial e de finalidade social-cultural.

A parte predominante do fundo de acumulação é dirigida a ampliação da produção, as grandes construções na indústria, na agricultura, nos transportes.

A outra parte do fundo de acumulação é destinada a construção básica de finalidade cultural-social: construção de escolas, hospitais, estabelecimentos de serviços públicos, residências, internatos, casas para velhos, etc..

Por fim, a terceira parte do fundo de acumulação forma o fundo de reserva, ou de seguro, da sociedade: reservas estatais de matérias-primas, de combustíveis, de gêneros alimentícios, bem como fundos de reservas nos colcoses, que permitem evitar as interrupções no processo da produção.

Parte da renda nacional se destina as exigências da defesa do país. Enquanto exista o perigo de ataque militar por parte dos agressores imperialistas a União Soviética e aos países do campo socialista, o fortalecimento da capacidade defensiva desses países tem muito grande importância.

A distribuição do produto social total, no socialismo, pode ser ilustrada pelo seguinte esquema:

Para a satisfação de suas necessidades materiais e culturais de ordem pessoal, tanto a custa do produto necessário, como do produto suplementar, os trabalhadores da URSS recebem cerca de três quartos da renda nacional. A parte restante da renda nacional fica a disposição do Estado, dos colcoses e das uniões cooperativas, sendo utilizada para a acumulação socialista e para a satisfação de outras necessidades estatais gerais e sociais.

A Lei Econômica da Acumulação Socialista. A Acumulação e o Consumo na Sociedade Socialista

A acumulação socialista é a fonte da reprodução socialista ampliada. A acumulação socialista é a utilização de parte da renda líquida da sociedade, constituída de meios de produção e de objetos de consumo, para a ampliação da produção, bem como para a formação de reservas materiais e para o aumento dos fundos social-culturais não produtivos. A acumulação é a fonte da reprodução ampliada em qualquer sociedade — esta é uma lei econômica geral, inerente a todas as formações sociais. Entretanto, em cada formação econômico-social, esta lei se manifesta de modo diverso e a sua ação tem diferentes resultados.

Na sociedade burguesa, a acumulação se processa sob a forma de acumulação de capital, de capitalização da mais-valia. A acumulação socialista se realiza, não sob a forma de acumulação de capital como meio de exploração, mas sob a forma de acumulação de fundos da economia nacional — produtivos e não produtivos — e de todo o gênero de bens, que constituem meio de ampliação da produção no interesse de toda a sociedade.

Em oposição a lei geral da acumulação capitalista, a ação da lei da acumulação socialista conduz a que, ao lado do crescimento da riqueza nacional, se processe a sistemática elevação do nível material e cultural do povo.

Sob o socialismo, ampliam-se incomensuravelmente as possibilidades de acumulação. O crescimento incessante da produtividade do trabalho social, o caráter imune as crises da economia socialista, a utilização planificada e racional dos meios de produção e dos recursos de trabalho, a inexistência de consumo parasitário, tudo isto condiciona os altos ritmos de acumulação, inatingíveis no capitalismo, mesmo nos períodos mais favoráveis do seu desenvolvimento.

Desta maneira, atua na sociedade socialista a lei da acumulação socialista, que condiciona a sistemática utilização de parte da renda líquida para a ininterrupta ampliação da

produção e o aumento da riqueza nacional, com o objetivo da incessante elevação do bem-estar do povo.

Como resultado da acumulação socialista, processa-se o incremento dos valores materiais, colocados sob propriedade estatal e cooperativo-colcosiana, o que significa o aumento da riqueza nacional da sociedade socialista. A parte acumulada da renda nacional tem também expressão monetária. A parte predominante das acumulações monetárias de todos os ramos da economia nacional e parte dos meios monetários da população são mobilizados por intermédio do orçamento estatal para as necessidades gerais do povo.

A acumulação socialista realiza-se através das inversões de capital na economia nacional. As inversões de capital representam o total de gastos realizados, em determinado período, para a construção de novos (e também para a reconstrução dos já existentes) fundos básicos de finalidade produtiva e não produtiva. As inversões de capital na economia nacional se destinam, em certa parte, a compensação dos fundo» básicos consumidos. Ao mesmo tempo, a acumulação socialista cria as condições para o rápido crescimento dos fundos não produtivos.

O Estado soviético realiza planificada e sistematicamente inversões do capital de enorme volume, que consistem na construção de novas e na ampliação das já existentes fábricas e usinas, estações elétricas, minas, sovcoses, meios de transporte e comunicação, casas residenciais, escolas, hospitais, instituições para a infância.

As inversões de capital das organizações estatais e cooperativas (exclusive os colcoses) na economia nacional da URSS, a preços comparados, foram as seguintes: 64,9 bilhões de rublos no primeiro plano quinquenal, 147,6 bilhões no segundo plano quinquenal, 338,7 bilhões no quarto plano quinquenal, 654,4 bilhões no quinto plano quinquenal. De 1956 a 1958, as inversões de capital somaram 636,3 bilhões de rublos.

No plano setenal em curso, o volume das inversões estatais de capital será de cerca de dois trilhões de rublos. Se se

considerar, porém, a construção por conta de meios não centralizados, as inversões de capital dos colcoses e a construção residencial por conta dos meios da população, então o volume total das inversões de capital atingirá a enorme soma de cerca de três trilhões de rublos.

Como já foi dito, o socialismo liquidou a contradição antagônica entre a produção e o consumo, característica do capitalismo e que reflete a contradição fundamental da sociedade burguesa. A sociedade socialista se esforça para alcançar uma correlação ótima entre a acumulação e o consumo, que, juntamente com o desenvolvimento prioritário dos meios de produção, com o crescimento da renda nacional e o aumento do volume da acumulação socialista, venha a assegurar o incessante crescimento dos fundos de consumo popular e a satisfação cada vez mais completa das crescentes necessidades dos trabalhadores.

Ao levar a efeito a direção planificada da economia nacional, o Estado socialista estabelece para cada período determinadas proporções entre o fundo de acumulação e o fundo de consumo, partindo das tarefas essenciais e das condições concretas da construção comunista. Assim, ao aplicarem, na base do crescimento da indústria pesada, medidas de grande alcance para o ascenso vertical da agricultura e o desenvolvimento da indústria produtora de objetos de consumo, o Partido Comunista e o governo soviético asseguram o rápido aumento do fundo de consumo popular.

"No plano setenal — afirmou N.S. Kruschiov no XXI Congresso do PCUS —, está colocada a tarefa de, na base do poderoso ascenso ulterior de todos os ramos da economia e do crescimento prioritário da indústria pesada, assegurar a ininterrupta elevação do nível de vida dos trabalhadores.

Nas condições atuais, quando em nosso país foram criadas e se desenvolvem vitoriosamente uma poderosa indústria e uma grande agricultura, existem todas as condições para que, no tempo mais próximo, o povo soviético passe a viver ainda melhor, com uma satisfação mais completa de suas necessidades materiais e espirituais."[203]

Cresce, na URSS, o consumo popular e melhoram sua estrutura e qualidade, elevando-se incessantemente a parte das mercadorias e produtos de alta qualidade nos fundos de consumo popular. De 1947 a 1958, a venda a população de pão branco aumentou em 10,5 vezes, de produtos de carne — em 4,5 vezes, de manteiga e de óleos vegetais — em 3 vezes, de açúcar — em 7,6 vezes. Em 1940, as mercadorias industriais ocupavam na circulação mercantil do país 37%, passando para 46% em 1958.

Segundo as cifras de controle para 1959/1965, a venda a população, durante o setênio, de produtos pecuários aumentará em 2,2 vezes, a de gorduras vegetais — em 1,9 vezes, a de frutas, inclusive cítricas — em 3 vezes, a produção de açúcar atingirá de 41 a 44 quilos anualmente per capita, ao invés dos 26 quilos em 1958. Em ligação com o ulterior ascenso da agricultura e com o enorme crescimento da produção de materiais sintéticos e de fibras artificiais, aumentará consideravelmente a venda de mercadorias industriais a população.

À diferença do capitalismo, onde os objetos de consumo se dividem em meios de consumo necessários aos trabalhadores e objetos de luxo, que entram somente no fundo de consumo das classes exploradoras, no socialismo todo o fundo de consumo se encaminha para os trabalhadores. Na medida do crescimento da riqueza social e do bem-estar do povo, os produtos, que antes eram objetos de luxo consumidos pelos capitalistas, no socialismo gradualmente se tornam objetos de consumo de massas cada vez mais vastas.

Todas as fases da reprodução socialista ampliada — produção, distribuição, circulação e consumo —, na sua unidade e interligação, são abrangidas pelo balanço da economia nacional da URSS. O balanço da economia nacional da URSS, transformado em plano da economia nacional, expressa todo o processo e os resultados da reprodução socialista ampliada.

No socialismo, perdeu inteiramente sua vigência a lei capitalista da população, em virtude da qual, paralelamente ao crescimento da riqueza social, uma parte cada vez maior da população operária se torna excedente e é arrojada da

produção, engrossando o exército dos desempregados. O regime socialista garante o pleno emprego de toda a população apta ao trabalho. Juntamente com o crescimento da produtividade do trabalho e de toda a produção social, paralelamente ao crescimento da acumulação socialista cresce a procura de força de trabalho, aumenta sem cessar o número de trabalhadores empregados, em condições de inexistência de desemprego e de racional aproveitamento de toda a população apta ao trabalho. Nisto consiste a essência da lei socialista da população. O pleno emprego da população apta ao trabalho e o crescimento incessante do bem-estar do povo condicionam, no socialismo, a diminuição da mortalidade e da incidência de enfermidades, o rápido incremento de toda a população.

De 1926 a 1939, o aumento anual médio da população, na URSS, foi de cerca de 2 milhões de pessoas, ou seja, 1,23%. No mesmo período, o aumento anual médio da população foi de 0,08% na França, de 0,62% na Alemanha, de 0,36% na Inglaterra e de 0,67% nos Estados Unidos. Nos últimos tempos, o crescimento natural da população na URSS supera os 3,5 milhões de pessoas ao ano. Em 1958, a mortalidade da população na URSS se reduziu, em comparação com 1940, em 2,5 vezes, e, em comparação com 1913, em mais de 4 vezes. A mortalidade na URSS é inferior a dos Estados Unidos, Inglaterra e França.

Desta maneira, a reprodução socialista se caracteriza pela ampliação planificada e ininterrupta de toda a produção social, realizada em altos ritmos, inaccessíveis ao capitalismo, pelo pleno emprego de toda a população apta ao trabalho, pela incessante elevação do bem-estar material e do nível cultural das massas populares.

Notas de rodapé:

(198) Resolução a Respeito do Informe do Camarada N.S. Kruschiov “Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965”, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 144.

(199) V.I. Lênin, Obras, t. XXXIII, p. 406.

(200) K. Marx, Teorias da Mais-valia, t. III, 1936, p. 229.

(201) V.I. Lênin, Para a Caracterização do Romantismo Econômico, Obras, t. II, p. 137.

(202) Sobre o Ulterior Aperfeiçoamento da Organização da Administração da Indústria e da Construção. Teses do Informe do camarada N.S. Kruschiov, pp. 58/59.

(203) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965. Informe de N.S. Kruschiov, a 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, pp. 38/39.

Capítulo XXXV — A Transição Gradual do Socialismo ao Comunismo

Duas Fases da Sociedade Comunista

A transição da fase inferior da sociedade comunista, chamada socialismo, a fase superior, chamada comunismo, representa um processo histórico regido por leis. A sociedade não pode ingressar no comunismo, sem passar, antes disso, pelo estádio socialista de desenvolvimento, quando gradualmente se criam as premissas para a edificação da sociedade comunista. Desta maneira, o próprio desenvolvimento do socialismo também representa uma transição gradual para o comunismo. Frisava Lênin:

"O socialismo deve inevitavelmente transformar-se gradualmente em comunismo..."(204)

Na base da utilização das leis econômicas do socialismo, de suas superioridades, que abrem a perspectiva de impetuoso crescimento das forças produtivas, realiza-se também a transformação planificada da sociedade socialista em comunista. Com a criação e a consolidação do modo de produção socialista, cada país do sistema socialista mundial se põe sobre o caminho da transição ao comunismo, que representa o objetivo final da luta libertadora dos trabalhadores de todos os países.

Tendo construído o socialismo, a União Soviética, já no decurso de uma série de anos, realiza a transição gradual ao comunismo. Atualmente, na sociedade soviética, existem já muitos traços palpáveis e visíveis do comunismo, os quais se desenvolverão e aperfeiçoarão. A URSS ingressou agora no período da construção desenvolvida do comunismo, quando se criam todas as condições materiais e espirituais do comunismo. No plano geral de perspectiva do desenvolvimento da economia nacional da URSS, prevê-se a criação da base técnico-material do comunismo.

“A construção comunista desenvolvida — indica a resolução do XXI Congresso do PCUS — deve assegurar, ao lado da abundância de bens materiais, a autêntica riqueza da cultura espiritual, a satisfação cada vez mais completa das necessidades de todos os homens, o ulterior desenvolvimento da democracia socialista, a educação de trabalhadores conscientes da sociedade comunista.”(205)

A transição ao comunismo é objetivamente condicionada por todo o curso da história mundial. O desenvolvimento da sociedade se faz dos graus inferiores aos superiores. A sociedade comunista é o grau superior e o mais progressista do desenvolvimento social.

No primeiro grau do seu desenvolvimento, a sociedade comunista ainda não pode ser livre das máculas, das tradições e das sobrevivências do capitalismo, de cujas entranhas saiu. Somente o ulterior desenvolvimento do socialismo, na sua base própria, por ele mesmo criada, conduz a segunda fase, a fase superior da sociedade comunista. Por conseguinte, o socialismo e o comunismo representam dois graus de maturidade da nova formação econômico-social comunista.

Em ambas as fases do comunismo, os meios de produção constituem propriedade social. Por isto, tanto para o socialismo, como para o comunismo, é característica a inexistência de classes exploradoras e da exploração do homem pelo homem, da opressão nacional e racial. O fim da produção, tanto na fase inferior, como na fase superior do comunismo, é a sistemática elevação do bem-estar popular, ao passo que o meio para alcançar este fim é a ininterrupta ampliação e aperfeiçoamento da produção, na base da técnica avançada, o que pressupõe a incessante elevação da produtividade do trabalho. O domínio da propriedade social condiciona, em ambas as fases do comunismo, o desenvolvimento planificado da economia nacional.

Ao mesmo tempo, a fase superior do comunismo possui diferenças essenciais com relação a fase inferior, representando um grau consideravelmente mais elevado, qualitativamente novo, do desenvolvimento econômico, técnico e cultural da

sociedade.

Já sob o socialismo, as forças produtivas atingem um elevado nível, a grande produção mecanizada domina em toda a economia nacional, incessante e rapidamente realiza-se o progresso técnico e o ascenso da produtividade do trabalho social. Entretanto, o comunismo disporá de uma base técnico-material muito mais poderosa e aperfeiçoada, da qual um dos traços mais importantes tornar-se-á o domínio na produção do sistema automático de máquinas. Isto permitirá elevar imensamente a produtividade do trabalho e assegurar uma abundância de bens materiais, que é inaccessível a sociedade socialista.

O gigantesco crescimento das forças produtivas condicionará modificações qualitativas na propriedade social. Os dois tipos de propriedade social socialista existentes sob o socialismo — o estatal e o cooperativo-colcosiano —, no processo do seu ulterior desenvolvimento e aperfeiçoamento, gradualmente se transformarão numa única propriedade social, comunista, de todo o povo.

No socialismo, já não há oposição entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, mas ainda se conservam diferenças essenciais entre eles. Com o desenvolvimento das forças produtivas e da propriedade social, na transição ao comunismo, estas diferenças serão superadas.

Modificações essenciais ocorrerão no caráter do trabalho, sob o comunismo. Mudará radicalmente a divisão social do trabalho. Conservando-se a especialização entre os ramos, regiões e profissões, cessará de existir aquela velha divisão do trabalho que, em qualquer grau, se encontra ligada a diferenças da classe, a diferenças essenciais entre a cidade e o campo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, a permanente sujeição dos membros da sociedade a determinadas profissões.

O grandioso progresso da técnica, da automatização, provoca modificações dos processos produtivos, que servirão de premissas materiais para o desaparecimento dos limites entre os trabalhadores intelectuais e manuais. Ao mesmo tempo, serão

também criadas as premissas culturais para a liquidação da divisão da sociedade em trabalhadores intelectuais e manuais. Todos os membros da sociedade serão pessoas cultas e multilateralmente educadas, que terão a plena possibilidade da livre escolha da profissão. O comunismo garantirá a todos os membros da sociedade O multilateral desenvolvimento e o florescimento das suas capacidades físicas e intelectuais, a plena utilização dessas capacidades pela sociedade. O comunismo pressupõe um desenvolvimento, jamais visto na história, da ciência, da arte e da cultura.

Tudo isto conduzirá a completa liquidação da divisão da sociedade em classes e a eliminação de quaisquer restos de diferenças de classe. O comunismo é uma sociedade sem classes.

Na sociedade socialista, existem duas classes — a classe operária e o campesinato colcosiano —, amistosas entre si, mas distintas pela sua situação na produção social; ao lado da classe operária e do campesinato, existe uma camada social particular — a intelectualidade socialista. Com a passagem das duas formas de propriedade socialista a propriedade comunista única e com a eliminação das diferenças essenciais, existentes sob o socialismo, entre a cidade e o campo, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, desaparecerão definitivamente os limites entre operários, camponeses e intelectualidade. O desaparecimento dos limites de classe entre os operários e os camponeses constituirá um dos traços essenciais da propriedade comunista de todo O povo, distinguindo-a da propriedade socialista de todo o povo, Uma vez que o proprietário dos meios de produção e de toda a riqueza nacional se tornará o povo isento de diferenças de classe.

O alto nível de desenvolvimento das forças produtivas e da produtividade do trabalho social, no estádio superior do comunismo, garantirá uma abundância tal de todos os bens materiais e culturais, que tornará possível a passagem do princípio da distribuição de acordo com o trabalho para o princípio comunista da distribuição de acordo com as necessidades.

No socialismo, o trabalho está livre da exploração, tem

caráter criador e é uma causa de honra. Entretanto, o trabalho ainda não se tornou a primeira necessidade vital para todos os homens e necessita de estímulo material através da distribuição da produção de acordo com o trabalho; não foi superada ainda a atitude negligente para com o trabalho por parte de certos membros da sociedade; é necessário o mais rigoroso controle da sociedade sobre a medida do trabalho e a medida da retribuição. Sob o comunismo, juntamente com o multilateral desenvolvimento dos homens, o trabalho se tornará, para todos os membros da sociedade, a primeira necessidade vital e não apenas um meio para o sustento da vida. Elevar-se-á, em enorme grau, a consciência de cada trabalhador a respeito de suas obrigações perante a sociedade. Todos os homens se habituarão a trabalhar para a sociedade de acordo com as suas capacidades, independente da retribuição. Gradualmente, cessará a necessidade da distribuição de produtos de acordo com o trabalho, bem como o controle da sociedade, que é ligado a tal distribuição, sobre a medida do trabalho e a medida da retribuição.

Como resultado da garantia de todas estas condições, ao trabalho comunista gratuito para a sociedade corresponderá a distribuição comunista gratuita pela sociedade de bens materiais e culturais, de acordo com as necessidades de todos os membros da sociedade.

O marxismo ensina que somente quando existirem todas as premissas materiais e culturais da transição a base superior do comunismo, quando, juntamente com o multilateral desenvolvimento dos indivíduos, crescerem também as forças produtivas e todas as fontes da riqueza social jorrarem caudalosamente,

"a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!"[206]

O comunismo significa a inteira liquidação de quaisquer formas de desigualdade nas condições materiais de vida entre os homens. "O conteúdo real da reivindicação proletária da igualdade — indicava Engels — reduz-se a exigência

da liquidação das classes."[207] Já o socialismo alcançou a este respeito grandiosos êxitos, tendo liquidado as classes exploradoras e a propriedade privada dos meios de produção e libertado os trabalhadores da exploração. Todavia, o socialismo não pode eliminar a desigualdade nos ingressos, ligada a diferença nas capacidades, na qualificação e na situação de família do trabalhador. O comunismo líquida toda a divisão de classe da sociedade, apaga quaisquer diferenças sociais, culturais e do modo de existência nas condições de trabalho e de vida dos homens.

A igualdade social-econômica comunista nada tem de comum com o igualitarismo e a estandardização dos gostos, das inclinações e das exigências. Pelo contrário, o comunismo significa o verdadeiro florescimento da personalidade, educada no espírito do serviço a sociedade, significa a mais grandiosa, jamais vista na história, variedade de necessidades pessoais.

Com a consolidação do comunismo, a conquista de um alto nível das forças produtivas, que garantam a abundância de produtos, o estabelecimento do domínio indivisível da propriedade comunista única e a transformação do trabalho em primeira necessidade vital, tornar-se-ão desnecessárias a produção mercantil e a circulação mercantil, existentes no socialismo. Cessará a necessidade do dinheiro. Será implantada a distribuição direta, não monetária, de produtos, de acordo com as necessidades, entre os membros da sociedade. Gradualmente, a sociedade organizará o cálculo do trabalho diretamente era tempo de trabalho, sem lançar mão do valor e de suas formas. Na solução desta tarefa, será amplamente utilizada a moderna técnica aperfeiçoada de cálculo.

O marxismo-leninismo ensina que, na fase superior do comunismo, com a liquidação da divisão da sociedade em classes e das diferenças de classe, com a transformação do trabalho em primeira necessidade vital, com o desenvolvimento cada vez maior de uma elevada consciência comunista nas amplas massas, cessará a necessidade do controle da medida do trabalho e da medida da retribuição, o Estado se tornará desnecessário e gradualmente se extinguirá.

Até então, enquanto não forem criadas estas condições, a existência do Estado socialista continua vitalmente necessária e importância particularmente grande adquire a sua função econômico-organizadora. O enfraquecimento do Estado, da sua função econômica, traria enorme dano a construção comunista.

No comunismo, as funções de administração social perderão seu caráter político, estatal, e se converterão em administração popular direta dos negócios da sociedade. Isto significa que o regime estatal socialista gradualmente se transformará em auto-administração comunista da sociedade.

Se a necessidade de órgãos estatais de coerção e de instituições judiciais e de repressão cessará no comunismo, já as funções de direção planificada e de administração da economia, a preocupação com o desenvolvimento da ciência e da técnica, a atividade cultural-educativa, etc., não somente se conservarão, mais ainda receberão ulterior desenvolvimento. Grosseiramente errônea e vulgarizada é a concepção da sociedade comunista como massa de homens informe, desorganizada, anárquica. Na realidade, o comunismo representará uma fraternidade de trabalho altamente organizada e coordenada, que conduzirá a uma alta perfeição a planificação científica de toda a economia nacional e de toda a atividade social e cultural.

No processo da transição ao comunismo, o Estado socialista se desenvolverá e mudará de forma, na base de uma ampliação crescente dos fundamentos democráticos de governo. Os métodos puramente administrativos e coercitivos de governo serão cada vez mais substituídos pelo estímulo econômico e pelo trabalho educativo, no qual se concederá as organizações sociais um papel muito ativo. O desenvolvimento do Estado socialista se caracterizará crescentemente pelo ascenso da atividade criadora, da iniciativa e da auto-atividade das mais amplas massas da população, pela sua incorporação cada vez maior na administração do país e pelo crescente papel dos órgãos locais no terreno da construção econômica e cultural. Deverá elevar-se consideravelmente o papel dos sindicatos e dos sovietes como organizações de trabalhadores.

O XXI Congresso do PCUS destacou que, agora, a

principal orientação no desenvolvimento do Estado socialista é o multiforme desenvolvimento da democracia, a atração de todos os cidadãos a participação na direção da construção econômica e cultural, a administração dos negócios sociais. Muitas funções, executadas pelos órgãos estatais, gradualmente passarão a gestão das organizações sociais. Com a ativa e ampla participação das organizações sociais, deverão resolver-se as questões dos serviços culturais a população, da saúde pública, da educação física e do esporte. Ao lado das instituições estatais, as funções de proteção da ordem social e dos direitos dos cidadãos, de garantia das regras de convivência socialista, deverão ser cumpridas, em grau cada vez maior, pela milícia popular, pelos tribunais de camaradas e órgãos semelhantes dotados de iniciativa própria.

A passagem de funções isoladas dos órgãos estatais as organizações sociais não enfraquecerá as funções do Estado na construção do comunismo, mas ampliará e reforçará a base política da sociedade socialista, garantindo o ulterior desenvolvimento da democracia socialista.

O Estado permanecerá necessário também após a edificação do comunismo, se, a esta época, ainda existirem potências imperialistas e não tiver desaparecido a ameaça de seu ataque a União Soviética, aos países do campo socialista. Neste caso, o caráter e as formas do Estado serão determinadas pelas particularidades do regime comunista.

Até então, enquanto não estiver liquidado o perigo da agressão imperialista, a União Soviética e os outros países do campo socialista, promovendo uma consequente política de paz, devem ao mesmo tempo estar preparados para rechaçar qualquer ataque inimigo exterior. Isto exige o fortalecimento, por todas as maneiras, do poderio do Estado socialista, o aumento da potência econômica do país, a garantia de sua capacidade de defesa.

Ao desenvolver e enriquecer a doutrina marxista sobre o comunismo, Lênin elaborou as teses fundamentais sobre os caminhos da edificação da sociedade comunista. Fundamentando o programa do Partido Comunista, Lênin dizia:

"Ao iniciar as transformações socialistas, devemos colocar-nos claramente o fim para o qual estas transformações, no final de contas, estão orientadas, precisamente o fim da criação da sociedade comunista, que não se limita apenas à expropriação das fábricas, das usinas, da terra e dos meios de produção, não se limita apenas ao rigoroso cálculo e controle da produção e distribuição dos produtos, mas segue adiante, para a realização do princípio: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade."[208]

Ao sublinhar a importância decisiva do ascenso da produtividade do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas para a causa da construção comunista, o Partido sempre lutou contra uma atitude mesquinha, do ponto de vista do consumo, com relação ao comunismo, a qual separa as questões do crescimento do consumo da base produtiva, do aumento da produção. Somente na base e na medida do crescimento da produtividade do trabalho social, podem ser introduzidas e difundidas as formas comunistas de distribuição.

A União Soviética dispõe de todo o necessário para a edificação do comunismo integral. Ela possui para isto gigantescos recursos materiais e riquezas naturais, uma poderosa indústria e uma grande agricultura altamente mecanizada. Poderoso fator, que acelera o desenvolvimento da economia soviética pelo caminho para o comunismo, é a atividade criadora das massas, que se expressa na emulação socialista de todo o povo. O povo soviético é dirigido ao comunismo pelo Partido Comunista, armado com a teoria do marxismo-leninismo, com o conhecimento das leis econômicas do socialismo, com um programa cientificamente fundamentado de construção da sociedade comunista.

Após a Segunda Guerra Mundial, modificaram-se radicalmente as condições internacionais de construção do comunismo na URSS. Se antes a União Soviética era o único país socialista, já agora existe um poderoso campo do socialismo, que abrange mais de um terço da humanidade. A formação do campo do socialismo trouxe uma modificação radical na correlação de forças na arena mundial e criou uma nova

situação para a construção do socialismo e do comunismo. Condição necessária para a vitória do socialismo e do comunismo em todos os países do campo socialista é o ulterior fortalecimento do poderio deste campo, o desenvolvimento de estreita colaboração econômica, política e cultural dos povos, que o integram.

Uma vez que na sociedade socialista não há classes hostis e todos os trabalhadores estão interessados na edificação do comunismo, a transição do socialismo ao comunismo se realiza sem revoluções sociais. As premissas materiais e culturais do comunismo se criam na medida do desenvolvimento e do fortalecimento da sociedade socialista, do crescimento da sua riqueza e da sua cultura, do ascenso da produtividade do trabalho e do incremento da propriedade social, na medida da elevação da consciência comunista das massas.

Isto não significa que o desenvolvimento da sociedade pelo caminho para o comunismo se processe sem a superação de contradições internas. Mas estas contradições, como já foi dito, não possuem caráter antagônico. Conhecendo as leis econômicas do desenvolvimento da sociedade e apoiando-se nelas, o Partido Comunista e o Estado soviético têm a possibilidade de descobrir oportunamente as contradições, que surgem, e tomar as medidas para a sua solução.

O caráter gradual da transição ao comunismo de modo algum não significa um movimento retardado. Ao contrário, com o crescimento das forças do socialismo, com o aparecimento e o desenvolvimento das grandiosas superioridades do regime comunista que nasce, com as proporções jamais vistas da atividade criadora das massas, o desenvolvimento social se acelera. A transição do socialismo ao comunismo se realiza nas condições de radicais avanços revolucionários no desenvolvimento da técnica e da ciência, de imensos saltos qualitativos no terreno da economia e da cultura. Assim, por exemplo, a descoberta de novas fontes de energia e de novos tipos de matérias-primas e a introdução de novas invenções técnicas na produção engendram uma verdadeira revolução técnica. A passagem das duas formas de propriedade

social a propriedade comunista única dos meios de produção, do princípio socialista de distribuição de acordo com o trabalho ao princípio comunista de distribuição de acordo com as necessidades, terá a significação de profundas modificações qualitativas na economia e em toda a vida da sociedade.

A Tarefa Econômica Fundamental da URSS

Condição decisiva da transição ao comunismo é a criação de uma base técnico-material, que assegure a abundância da produtos, necessária a efetivação do princípio comunista: "de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade". A realização deste princípio exige um volume correspondente de produção de bens materiais per capita. As proporções de produtos do trabalho, calculados por habitante, constituem índice muito importante do nível geral da produção, um índice importante do nível do desenvolvimento econômico de tal ou qual país. A este respeito, tem particular importância o volume atingido pela produção industrial, sobretudo da indústria pesada. Uma das premissas necessárias para a transição ao comunismo é a conquista de um nível tal do desenvolvimento econômico, que supere o nível dos mais desenvolvidos países capitalistas.

Ao traçar os caminhos da construção do comunismo, V.I. Lênin colocou a tarefa de alcançar e superar, no sentido econômico, os mais desenvolvidos países capitalistas. A tarefa econômica fundamental da URSS consiste em alcançar e ultrapassar, no sentido econômico, isto é, na produção per capita, os mais desenvolvidos países capitalistas da Europa e o mais desenvolvido país capitalista do mundo — os Estados Unidos da América.

A solução da tarefa econômica fundamental da URSS implica na necessidade de ultrapassar os principais países capitalistas na produção per capita não só de maios de produção, como também de objetos de consumo, não só de artigos industriais, como também de produtos agrícolas. Da circunstância de que uma condição necessária, para a solução vitoriosa da tarefa econômica fundamental da URSS, é o desenvolvimento primordial da indústria pesada, de modo

algum se segue que inicialmente seja necessário alcançar os principais países capitalistas no que se refere aos meios de produção, por exemplo, o aço, e somente depois disso no que se refere aos objetos de consumo, como, suponhamos, os produtos da pecuária. Tal atitude dogmática diante da solução desta tarefa é radicalmente incorreta. A tarefa econômica fundamental se resolve gradualmente, na dependência das condições e possibilidades concretas. Neste particular, no que se refere a uma série de produtos alimentícios, esta tarefa pode ser resolvida antes do que no caso de uma série de meios de produção.

A luta pela realização da tarefa econômica fundamental tem uma grande importância vital para a edificação do comunismo e para a vitória do sistema socialista mundial de economia na competição econômica com o sistema capitalista de economia. Nesta competição dos dois sistemas opostos, as vantagens decisivas se encontram do lado do sistema socialista planificado de economia, que assegura ritmos de crescimento da produção algumas vezes superiores aos ritmos de crescimento da produção do mundo capitalista.

Pelo volume da produção industrial, a União Soviético deixou muito para trás os mais desenvolvidos países capitalistas, tendo ocupado o segundo lugar no mundo, pois cede somente aos Estados Unidos. Com relação aos ritmos de crescimento da produção industrial, a União Soviética ultrapassou todos os países capitalistas, inclusive os Estados Unidos. A economia socialista se desenvolve segundo uma linha de contínuo ascenso, ao tempo em que a economia capitalista e periodicamente abalada por crises econômicas de superprodução.

O cumprimento vitorioso da tarefa econômica fundamental da URSS pressupõe, como condição decisiva, o crescimento da produtividade do trabalho em todos os ramos da economia nacional.

"O comunismo — escreveu Lênin — é, diante da produtividade do trabalho capitalista, uma produtividade do trabalho superior de operários voluntários, conscientes, unidos, que utilizam a técnica avançada."[209]

No que se refere aos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho, a URSS ultrapassou todos os países capitalistas. Atualmente, a URSS superou o nível da produtividade do trabalho da Inglaterra e da França e reduziu consideravelmente a distância com relação ao nível de produtividade do trabalho nos Estados Unidos. A fim de obter a vitória na competição econômica com o capitalismo, é necessário não somente alcançar, mas também ultrapassar os Estados Unidos no que diz respeito ao nível de produtividade do trabalho.

Os elevados ritmos de desenvolvimento da economia socialista oferecem a possibilidade de reduzir, a passos de gigante, a distância entre a URSS e os Estados Unidos no volume absoluto da produção industrial e no seu cálculo per capita.

No presente, teve início uma etapa qualitativamente nova da competição econômica entre a URSS e os Estados Unidos, no sentido de que a União Soviética agora supera os Estados Unidos não somente nos ritmos, mas também no crescimento anual absoluto de muitos artigos industriais. Durante os últimos oito anos, a URSS ultrapassou os Estados Unidos na escala absoluta do incremento de produtos tão importantes, como o aço, o ferro fundido, o minério de ferro, o petróleo, o carvão, o cimento e os tecidos de lã.

Passo decisivo para o cumprimento da tarefa econômica fundamental será o plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS. Como resultado do plano setenal, a União Soviética terá uma produção industrial per capita maior do que a atual nos mais desenvolvidos países capitalistas da Europa — a Inglaterra e a Alemanha ocidental — e passará, no que se refere a este índice, para o primeiro lugar na Europa. Com relação ao volume absoluto da produção anual de alguns tipos fundamentais de produção industrial, a União Soviética ultrapassará o nível atual da produção industrial dos Estados Unidos, aproximando-se destes com relação a outros produtos. Por esta época, a produção, na URSS, dos mais importantes produtos agrícolas, globalmente e per capita, superará o nível atual dos Estados Unidos.

O povo soviético se esforça no sentido de que, já cinco anos após a execução do plano setenal, e, se possível, mesmo antes, a URSS passe para o primeiro lugar no mundo não somente quanto ao volume absoluto da produção, mas também quanto a produção per capita. Esta será uma vitória histórico-universal do socialismo na competição econômica pacífica com o capitalismo, na arena internacional. A URSS se tornará o primeiro país industrial do mundo, com a mais alta produtividade do trabalho e o mais alto nível de vida.

Na comparação do volume de produção per capita nos países socialistas e capitalistas, é necessário considerar integralmente as diferenças sociais de classe, com caráter de princípio, entre estes países, a diferença radical nas consequências sociais do crescimento da produção e no caráter de classe da distribuição da renda nacional. É preciso ter em vista que, atrás do índice "volume médio da produção per capita", esconde-se, nos países burgueses, a parte enorme das classes exploradoras e dos seus serviçais na renda nacional e no consumo, ao tempo que, nos países socialistas, onde as classes exploradoras foram liquidadas, a produção tem por fim a mais completa satisfação das crescentes necessidades das massas populares.

Os ritmos médios anuais de crescimento da produção industrial, no período de 1930 a 1958, foram os seguintes: 11,4% para a URSS; 2,9% para os Estados Unidos; 2,2% para a Inglaterra, 3,3% para a República Federal Alemã: 1,4% para a França. Desta maneira, a URSS se desenvolve 4 a 5 vezes mais rapidamente do que qualquer país capitalista. Acrescente-se que, na URSS, uma parte considerável do período indicado coube a guerra e ao restabelecimento da economia. Se forem excluídos os anos da Grande Guerra Pátria, então, durante. 23 anos (11 de pré-guerra e 12 de após-guerra), os ritmos médios anuais de crescimento da produção industrial foram os seguintes: 16.0% para a URSS; 2,3% para os Estados Unidos; 3,1% para a Inglaterra; 3,1% para a França.

De 1913 a 1958, a diferença nos níveis da produção industrial da URSS e dos Estados Unidos se reduziu

enormemente. Se, em 1913, a fundição de aço, na Rússia, representava 14% do nível dos Estados Unidos, a produção de cimento — 11%, a extração de carvão — 6%, já em 1958 a fundição de aço na URSS representou 71% do nível dos Estados Unidos, a produção de cimento — 61% sendo que na extração de carvão a URSS superou os Estados Unidos em 11%.

Atualmente, o volume da produção industrial na URSS é aproximadamente duas vezes menor do que nos Estados Unidos, sendo que a produção per capita é pouco mais do que 2 vezes menor. O volume da produção agrícola na URSS é 20 a 25% inferior a dos Estados Unidos, sendo que. calculada per capita, é aproximadamente 40% inferior. No que se refere ao volume da produção dos principais tipos de culturas vegetais, a URSS ou já está relativamente próxima do nível dos Estados Unidos ou já deixou este nível para trás. Quanto a produção global de leite e de manteiga, a URSS pasmou para o primeiro lugar no mundo e, nos próximos anos, ultrapassará os Estados Unidos na sua produção per capita. Muito grande importância tem a palavra de ordem lançada pelos colcoses e sovcoses avançados: alcançar e ultrapassar os Estados Unidos, nos próximos anos, quanto a produção de carne per capita.

O ritmo médio anual de crescimento da produção industrial da URSS, traçado no plano setenal na proporção de 8.6%, será indubitavelmente superado. Confirmam-no a experiência dos últimos anos e as grandes reservas existentes para a superação das metas do plano setenal. Levando em conta os ritmos de desenvolvimento da indústria norte-americana nos últimos anos. então, segundo e evidente, a produção industrial dos Estados Unidos, no período próximo seguinte, crescerá numa média anual de aproximadamente 2%.

O crescimento médio anual da produção agrícola da URSS, segundo o plano setenal, será de 8%. Nos Estados Unidos, nos últimos sete anos, a percentagem média anual de crescimento da produção agrícola foi inferior a 2%.

A tarefa econômica fundamental é solucionada na base do crescimento prioritário da produção de meios de produção, através da ampla introdução, em todos os ramos da economia

nacional, das grandes conquistas da ciência e da técnica soviéticas e mundiais, que permitem, com os menores gastos de trabalho e de meios, alcançar os mais consideráveis resultados no desenvolvimento das forças produtivas.

Para garantir a ininterrupta ampliação da produção e o seu aperfeiçoamento, na base da técnica avançada, é necessário um enorme aumento dos potenciais de produção em todos os ramos da economia nacional, sobretudo na indústria pesada. O aumento dos potenciais de produção se alcança por meio da construção de empresas socialistas baseadas nas mais recentes conquistas da ciência e da técnica, por meio da reconstrução técnica das usinas e fábricas em funcionamento, e ainda por meio da substituição do equipamento antiquado pelo novo, mais produtivo, da modernização do equipamento, da completa e racional utilização das máquinas e mecanismos existentes.

Nas condições do capitalismo, as insolúveis contradições antagônicas, as crises, a estreiteza do mercado, o desemprego em massa, que lhe são inerentes, limitam fortemente as possibilidades de aproveitamento na produção dos resultados da revolução técnica, que se desenvolve na época atual. Somente o sistema socialista planificado de economia, livre dos antagonismos capitalistas, que não conhece crises e desemprego, permite aplicar na economia, consequente e sistematicamente, as grandiosas conquistas da moderna revolução técnica. Com isto mesmo, o socialismo cria as condições materiais da transição ao comunismo. Graças a tais vantagens, a URSS possui todo o necessário para, num breve período histórico, deixar muito para trás o nível produtivo dos mais desenvolvidos países capitalistas e criar a base técnico-material do comunismo.

Existem na URSS possibilidades, inaccessíveis ao capitalismo, para o desenvolvimento criador da ciência e da técnica, para descobertas e invenções em massa. Numa série de esferas da ciência e da técnica, a URSS já ultrapassou todos os países capitalistas industriais altamente desenvolvidos. Grandioso triunfo da ciência e da técnica soviéticas, que expressa brilhantemente as superioridades do regime socialista

planificado, é o lançamento pela URSS dos primeiros satélites artificiais da Terra e foguetes cósmicos. O progresso técnico na URSS se realiza nas condições de crescente colaboração com os países do campo socialista. Amplia-se também o intercâmbio de experiência técnica com os países capitalistas.

Não se deve, porém, olvidar que, também nos países capitalistas, a técnica não se detém. Sob a influência da corrida armamentista, da concorrência, da caça dos capitalistas aos elevados lucros monopolistas* numa série de ramos da economia dos países capitalistas ocorrem avanços essenciais na técnica de produção, tem lugar o progresso técnico. A luta pelo progresso técnico exige a superação decidida de qualquer manifestação de rotina, presunção e confiança leviana, a audaz introdução na produção de todo o novo e progressista, que oferecem a ciência e os inovadores da produção no terreno do aperfeiçoamento da técnica. Encerra grande importância o multiforme estímulo aos dirigentes das empresas e a todos os trabalhadores da produção no sentido da ampla aplicação da técnica avançada.

Para a vitoriosa solução da tarefa econômica fundamental, a União Soviética dispõe de quadros altamente qualificados, capazes de resolver as mais difíceis tarefas de desenvolvimento da economia nacional.

Nos estabelecimentos soviéticos de ensino superior, o número de estudantes é aproximadamente quatro vezes maior do que na Inglaterra, França, Alemanha ocidental e Itália, tomadas em conjunto. Os estabelecimentos de ensino superior do nosso país formam quase três vezes mais engenheiros do que os dos Estados Unidos.

A União Soviética dispõe de inesgotáveis riquezas naturais para o desenvolvimento de todos os ramos da economia nacional. Com relação a matérias-primas minerais tão importantes como os minérios de ferro e de manganês, carvão, cobre, bauxita, níquel, volfrâmio, chumbo, mercúrio, mica, zinco e sais potássicos, a União Soviética ocupa o primeiro lugar no mundo, ocupando um dos primeiros lugares no que se refere as reservas de petróleo descobertas. A URSS ocupa também o

primeiro lugar no mundo quanto aos recursos madeireiros. Colossais recursos hidráulicos dão a possibilidade de construir potentes hidrelétricas em todas as regiões do país. A existência de enormes riquezas naturais em todas as regiões do país fortalece as possibilidades de localizar racionalmente as forças produtivas, de desenvolver harmoniosamente a economia socialista pelo caminho para o comunismo.

A tarefa econômica fundamental — alcançar e ultrapassar os mais desenvolvidos países capitalistas na produção per capita — soluciona-se vitoriosamente não só na URSS, como em todo o sistema socialista mundial. A existência do sistema socialista mundial, a estreita colaboração econômica e a ajuda mútua entre os países socialistas constituem uma garantia da vitória do socialismo na sua competição econômica pacífica com o capitalismo.

A transição ao comunismo pode ser efetuada somente sob a condição de que o nível da produção dos países capitalistas desenvolvidos seja substancialmente superado e conquistada uma produtividade do trabalho muito mais alta do que no capitalismo. Por isso, o cumprimento da tarefa econômica fundamental da URSS de modo algum significa a culminação da construção comunista, mas se trata de uma etapa decisiva na competição com o capitalismo, de um elo obrigatório no processo de criação da base técnico-material do comunismo e do desenvolvimento das forças produtivas, necessárias para assegurar a abundância de produtos e a passagem as relações sociais comunistas.

O XXI Congresso do PCUS deu ao povo soviético um programa combativo e concreto de luta pela solução da tarefa econômica fundamental da URSS, por um novo e grandioso ascenso no terreno da técnica, da produção, da economia e da cultura, pelo máximo ganho de tempo na competição econômica pacífica do socialismo com o capitalismo na arena mundial, pela criação em nosso país da abundância de bens materiais e espirituais. A realização deste programa se tornou uma causa verdadeiramente de todo o povo.

A Criação da Base Técnico-Material do Comunismo

A base técnico-material do comunismo será criada como resultado da consequente e mais ampla aplicação das mais recentes conquistas do moderno progresso da ciência e da técnica. Tal base representa uma produção altamente desenvolvida, cientificamente organizada, que abrange todos os ramos da economia nacional.

A base técnico-material do comunismo, que se criará na URSS como resultado do plano geral de desenvolvimento da economia nacional, será alicerçada na completa eletrificação do país, na mecanização complexa, na automatização em massa da produção, na quimização da economia nacional, na ampla aplicação nesta de novos materiais, da energia atômica e de outras novas fontes de energia, no rápido desenvolvimento de novos tipos de produção, da técnica e da tecnologia.

A criação da base técnico-material do comunismo é inseparável de um imenso ascenso cultural e técnico dos trabalhadores; ela significa que a produção social, em todos os ramos da economia, é levada a efeito por trabalhadores altamente qualificados, instruído;, culturalmente desenvolvidos.

A base técnico-material do comunismo é uma premissa necessária para as radicais transformações comunistas no terreno do trabalho, da propriedade, de todas as relações sociais. Ela encerra as premissas técnico-produtivas necessárias a transição para a propriedade comunista única dos meios de produção, a liquidação do pesado trabalho físico, manual, não qualificado, da divisão dos trabalhadores em intelectuais e manuais, ao forte alívio das condições de trabalho e a redução da jornada de trabalho. Ela assegura um nível tal de produtividade do trabalho, que permite conquistar a abundância de bens materiais para todos os membros da sociedade e, nesta base, passar a distribuição dos objetos de consumo de acordo com as necessidades.

No seu sucessivo desenvolvimento, a base técnico-material do comunismo atravessará uma série de etapas de ulterior aperfeiçoamento, de sempre novas e novas grandiosas conquistas na esfera do domínio da sociedade sobre as forças da natureza.

A base técnica da produção industrial e agrícola, no comunismo, como indicava Lênin, será a consequente introdução da energia elétrica em todos os ramos da economia nacional, a eletrificação de todo o país.

"O comunismo é o poder soviético mais a eletrificação de todo o país."[210]

Isto significa que a indústria, a agricultura, o transporte e outros ramos serão inteiramente transferidos para uma base técnica nova e superior, ligada a eletrificação. Nas cifras de controle do plano setenal, aprovadas pelo XXI Congresso do PCUS, destaca-se que o setênio corrente será uma etapa decisiva na realização da ideia de Lênin sobre a eletrificação total do país.

A eletrificação permite utilizar todas as fontes de energia, conjugando-as na energia elétrica única, a mais maciça e móvel, infinitamente fracionável e capaz de ser concentrada em quaisquer quantidades. Esta energia é facilmente transmissível a grandes distâncias e assegura a máxima precisão, velocidade e intensidade dos processos tecnológicos. Em consequência de tais propriedades e da relativa barateza da energia elétrica, a eletrificação constitui a base técnica da mecanização complexa e da automatização da produção. A eletrificação de toda a economia nacional é um elo importantíssimo do moderno progresso técnico, incluindo o desenvolvimento dos mais novos tipos de produção e de técnica, a obtenção de energia atômica, etc.. Cresce rapidamente o papel da energia elétrica como força motriz na economia nacional. Ao mesmo tempo, a eletrificação encontra a mais ampla aplicação na esfera do aperfeiçoamento dos processos tecnológicos (na metalurgia, química, construção de máquinas, etc., no desenvolvimento da eletro-automática, da telemecânica, dos aparelhos de controle e medição e de direção, etc.).

Importância primordial para a construção da base técnico-material do comunismo terá a criação do sistema energético único da URSS, isto é, da rede elétrica de alta tensão com administração única, unificando todos os sistemas energéticos em escala nacional. Graças a isto, toda a base

eletro-energética do país alcançará um grau técnico novo e superior, o que exercerá profunda influência no desenvolvimento de toda a economia nacional. A criação do sistema energético único permite a mais eficiente e econômica utilização de todos os tipos de recursos energéticos do país.

A criação e a planificada utilização de uma rede única de alta tensão, que ligue as numerosas estações elétricas das diferentes regiões de tão imenso território, como o da URSS, é possível somente nas condições da economia socialista planificada, baseada na propriedade social dos meios de produção. Na URSS, utilizam-se com grande amplitude os circuitos, ou seja, a inclusão na rede geral de estações elétricas que trabalham em separado, o que permite melhorar consideravelmente o aproveitamento dos potenciais energéticos e aumentar em muito a segurança do fornecimento de energia elétrica as diferentes regiões do país. Quanto a isto, aumenta cada vez mais a extensão e a potência da transmissão elétrica. O rápido desenvolvimento dos sistemas energéticos, que abrangem grandes regiões do país, e a gradual unificação destes sistemas indicam o ingresso da economia eletro-energética da URSS numa nova fase do seu desenvolvimento. Tem grande importância a conjugação dos sistemas energéticos da URSS com os sistemas energéticos dos outros países socialistas.

O plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS para 1959/1965 prevê o aumento da produção de energia elétrica no país até 500 ou 520 bilhões de kWh, em 1965, ou seja, um aumento de 2,1 a 2,2 vezes. Ao lado da ulterior eletrificação da indústria, neste período serão eletrificadas as estradas de ferro, numa extensão aproximada de 20 mil quilômetros, bem como todos os sovcoses, estações de reparação técnica, colcoses e colônias operárias.

O processo de eletrificação de toda a economia nacional no período da transição gradual do socialismo ao comunismo está indissoluvelmente ligado a ampla aplicação na produção das mais recentes conquistas da técnica, a passagem aos sistemas automáticos de máquinas.

Etapa necessária no desenvolvimento da mecanização e da automatização da produção é a integral mecanização complexa, em que as operações do trabalho manual são eliminadas e mecanizadas, realizando os operários somente a direção das máquinas. A mecanização complexa da produção, a qual se passa em vasta escala na URSS, conduz a um considerável crescimento na produtividade do trabalho e no nível técnico-cultural dos trabalhadores. Simultaneamente com a mecanização complexa e na sua base, verifica-se o processo da automatização parcial da produção, em que parte das funções de direção das máquinas é executada por operários e parte automatizada. Por fim, a etapa seguinte reside na integral automatização complexa da produção, em que todas as funções de direção das máquinas são automatizadas e executadas pelos próprios mecanismos, enquanto o trabalhador somente ajusta as máquinas, observa-as e controla o seu trabalho. O estádio superior no desenvolvimento do sistema de máquinas é o sistema automático de máquinas.

"Quando a máquina operatriz executa todos os movimentos necessários a elaboração da matéria-prima, sem o concurso do homem, e requer somente o controle por parte do operário, temos diante de nós o sistema automático de máquinas."[211]

A multilateral automatização da produção e da direção dos processos tecnológicos, a criação em todos os ramos da produção de sistemas automáticos de máquinas representa o grau superior de desenvolvimento da grande produção mecânica e constitui a mais importante particularidade característica da base técnico-material do comunismo. Ela criará as premissas para a definitiva eliminação das diferenças essenciais entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. A passagem da automatização parcial dos processos produtivos ao sistema automático de máquinas assegurará uma imensa elevação da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento da automatização está estreitamente ligado a ampla introdução na produção das mais recentes conquistas no terreno da telemecânica, da técnica eletrônica e

da radiotécnica. A técnica eletrônica, que garante a máxima velocidade e precisão das reações, constitui um meio grandemente aperfeiçoado de controle e automatização dos processos produtivos.

A técnica mais moderna, em particular a atômica, exige enormes escalas de trabalhos calculadores. Esta exigência será cada vez mais atendida pelo desenvolvimento da produção das máquinas calculadoras eletrônicas de ação rápida.

O desenvolvimento da eletrônica, da automatização e da telemecânica está ligado a utilização dos semicondutores, cujo terreno de aplicação é muito considerável e se amplia crescentemente. A aplicação dos semicondutores pode dar enorme economia de meios e abre amplas perspectivas ao desenvolvimento técnico.

A eletrônica e a radiotécnica estão ligadas a radiolocalização, que é empregada na aviação, na navegação e também em alguns ramos da produção.

Grande significação, entre os novos ramos da técnica, possui a técnica da retropropulsão, que cria as possibilidades de imenso aumento das velocidades e da distância dos voos, abrindo perspectivas, no futuro, para as comunicações interplanetárias.

As grandiosas transformações revolucionárias na base técnico-material se processam vinculadas a ampla aplicação da energia atômica na produção. A descoberta dos métodos de obtenção e de utilização da energia intra-atômica é o ponto mais alto da etapa atual do desenvolvimento da ciência e da técnica. Tal descoberta assinala o início de uma nova revolução técnico-científica e industrial, que ultrapassará em muito, pela sua importância, as revoluções industriais do passado. Com a utilização da energia atômica, em particular, da energia termonuclear, descobrem-se fontes de energia realmente inesgotáveis.

A energia atômica para fins pacíficos é utilizada na URSS em escala crescente. Um dos meios mais importantes para a

utilização do "combustível" atômico é a produção de eletricidade por estações elétricas atômicas.

Nas cifras de controle aprovadas para o plano setenal, o XXI Congresso do PCUS fixou a realização de grandes medidas no sentido da utilização da energia atômica para fins pacíficos, em particular a construção de uma série de estações elétricas atômicas, com diferentes tipos de reatores. Desenvolvem-se os trabalhos para a criação de instalações de força atômica para fins de transporte, tendo sido construído um quebra-gelos com motor atômico.

A indústria atômica da URSS fornece a ciência e a técnica elementos radioativos, que já encontram aplicação cada vez mais ampla na indústria, na agricultura « na medicina. Na indústria, as substâncias radioativas são empregadas para a determinação da qualidade e a observação dos defeitos de diferentes gêneros de materiais, para a descoberta de jazidas, etc.. A utilização destas substancias da ciência biológica ajuda a pesquisar os mais diversos aspectos da atividade vital dos organismos vegetais e animais, a elaborar novos processos de elevação do rendimento das culturas agrícolas e da produtividade do gado.

No futuro, esboçam-se perspectivas de utilização das reações termonucleares para a obtenção de energia para fins pacíficos. Tais reações, baseadas nas transformações nucleares dos elementos leves, em particular do hidrogênio, abrem a possibilidade de obter muito maior rendimento energético do que as reações nucleares da desintegração dos átomos de urânio, de tório, etc..

Grande importância para a criação da base técnico-material do comunismo tem o desenvolvimento acelerado da indústria química, particularmente da produção de materiais sintéticos e de artigos confeccionados com eles. Na etapa atual, cresceu grandemente o papel da química no desenvolvimento das forças produtivas e no aproveitamento das riquezas naturais. A química se apresenta como um dos fatores mais importantes do progresso técnico, provocando, nos mais diversos ramos, a passagem a uma tecnologia nova, consideravelmente mais

progressista. A química permite abastecer, em escalas bem vastas, a indústria, o transporte, os serviços públicos, de materiais de alta qualidade, duráveis, leves e econômicos, criando as condições para o enorme aumento dos recursos de matérias-primas e combustíveis, para a fabricação em massa de equipamento produtivo. A produção em grande escala de novos tipos de materiais sintéticos possibilita elevar o nível técnico e a poupança em todos os ramos da economia nacional, bem como ampliar rapidamente a produção de objetos de consumo popular baratos e de alta qualidade. Grandes possibilidades se abrem para o emprego destes materiais na construção, em espacial na residencial, e na produção de móveis. Importância primordial para o crescimento da produção agrícola tem a expansão da produção de adubos minerais.

No plano setenal, prevê-se o acelerado desenvolvimento da indústria química: o volume total da sua produção aumentará aproximadamente em três vezes, a produção de fibras artificiais — em 4 vezes (inclusive das fibras sintéticas — em 12 a 13 vezes), das massas plásticas e gomas sintéticas — em mais de 7 vezes, dos adubos minerais — em aproximadamente 3 vezes.

Importante papel na criação e no desenvolvimento da base técnico-material do comunismo desempenhará, particularmente na perspectiva ulterior, a introdução na prática das conquistas da ciência biológica, da bioquímica e da biofísica. O aproveitamento prático dos resultados do desenvolvimento da ciência biológica na agricultura permitirá elevar grandemente o nível científico da gestão da lavoura e da pecuária, multiplicando sua produtividade.

A multiforme utilização das mais recentes conquistas científicas e técnicas na produção, para a sua multilateral eletrificação e automatização, a crescente aplicação da energia atômica, o incessante desenvolvimento da quimização da produção, da técnica eletrônica, da radiotécnica, da telemecânica, da técnica de retropropulsão, etc., abrem jamais vistas possibilidades para o aperfeiçoamento da produção e o

crescimento da produtividade do trabalho. Tudo isto conduz a uma enorme aceleração do desenvolvimento econômico e constituirá um dos fatores decisivos a fim de alcançar o nível das forças produtivas necessárias a transição para a fase superior do comunismo.

O Desenvolvimento do Regime Colcosiano pelo Caminho para o Comunismo. A Liquidação da Diferença Essencial entre a Cidade e o Campo

A edificação da base técnico-material do comunismo significa a criação de forças produtivas, que permitam realizar a transição a sociedade comunista, sem classes, eliminando as diferenças de classe entre os operários e os camponeses. Mas isto pressupõe, por sua vez, a substituição das duas formas de propriedade social pela propriedade comunista única, o que está indissoluvelmente ligado a liquidação da diferença essencial entre a cidade e o campo.

"A fusão da propriedade cooperativo-colcosiana com a propriedade estatal numa só propriedade de todo o povo não se reduz a uma simples medida econômico-organizativa, mas significa a solução do profundo problema de superação da diferença essencial entre a cidade e o campo."[212]

Para a superação das diferenças essenciais entre a cidade e o campo é necessário realizar transformações radicais no terreno das forças produtivas e das relações de produção da aldeia colcosiana, nas condições de vida materiais, sociais e culturais do campesinato colcosiano. A criação da base técnico-material do comunismo inclui a transformação do trabalho agrícola numa variedade do trabalho industrial. Isto significa que, não somente na indústria, como também na agricultura, será inteiramente levada a efeito a mecanização complexa, a eletrificação e a quimização da produção. A introdução na produção agrícola de sistemas de máquinas da crescente perfeição assegurará a mecanização complexa de todos os ramos da agricultura e a ampla aplicação da automatização da produção. As novas e poderosas estações elétricas fornecerão enorme quantidade de energia elétrica não apenas para a indústria, mas igualmente para a produção agrícola. Ao lado

delas, terá grande importância, no decurso do próximo período, a construção de estações elétricas menores, colcosianas e, em particular, intercolcosianas. A quimização da lavoura assegurará a obtenção de colheitas abundantes e estáveis em todas as culturas agrícolas.

A fim de transformar o trabalho agrícola em variedade do trabalho industrial, exige-se a ulterior aproximação dos colcoses, no que se refere a organização da produção, ao tipo das empresas industriais, com o desenvolvimento da concentração e da especialização da produção. Tem grande importância a criação, pelos colcoses, pelas associações intercolcosianas e também pelos colcoses em conjunto com o Estado, de empresas para a elaboração de produtos agrícolas, etc.. A criação de tais empresas e o desenvolvimento da construção de edifícios produtivos e social-culturais, de casas residenciais, de estradas, ao lado do melhoramento da estrutura da agricultura (elevação do papel da pecuária), conduzem a eliminação cada vez maior do fator estacionai e ao aproveitamento cada vez mais uniforme da força de trabalho, no campo, no decurso do ano. O crescimento do equipamento técnico do trabalho agrícola, a introdução na prática das conquistas da ciência agrícola, a aplicação de sistemas racionais de gestão da agricultura, cientificamente fundamentados, a rigorosa observância das rotações de cultivos, a aplicação de sistemas adequados de obras de beneficia- mento, de irrigação, de quimização da agricultura, tudo isto conduz a uma forte diminuição da dependência com relação as forças espontâneas da natureza e a garantia de colheitas elevadas e estáveis.

A tarefa da liquidação da diferença essencial entre a cidade e o campo exige a considerável aceleração dos ritmos de crescimento da produtividade do trabalho nos colcoses. O plano setenal prevê uma elevação mais rápida da produtividade do trabalho nos colcoses em comparação com as empresas industriais e sovcoses.

A reorganização das estações de máquinas e tratores e a criação nos colcoses de sua própria base técnico-material de grande produção mecanizada constituíram importante medida

no ulterior desenvolvimento e reforçamento do regime colcosiano. A conjugação numa única economia coletiva de moderna técnica agrícola e da força de trabalho dos colcosianos, dos mecanizadores qualificados, dos quadros agronômicos e zootécnicos, indica que o trabalho dos colcosianos se aproxima ainda mais do trabalho dos operários industriais. O artel agrícola possui enormes possibilidades, ainda longe de inteiramente aproveitadas, para a elevação da produtividade do trabalho e a multiplicação da riqueza colcosiana. A criação nos colcoses de uma base técnico-material de tipo industrial ergue o artel agrícola a um novo grau. Através da mais completa e eficiente utilização do parque de máquinas e tratores, a economia social do artel obteve a possibilidade de elevar a produtividade do trabalho e desenvolver-se a ritmos mais rápidos, bem como de aumentar as acumulações para completar os fundos sociais. Ao mesmo tempo, eleva-se o bem-estar material e o nível cultural dos colcosianos.

Na base do ulterior desenvolvimento das forças produtivas, elevar-se-á cada vez mais o nível de socialização da produção colcosiana e se processará a aproximação da propriedade cooperativo-colcosiana a propriedade de todo o povo, com a gradual extinção dos limites entre elas. Tal processo já se verifica agora.

Em primeiro lugar, crescem incessantemente os fundos indivisíveis dos colcoses, os quais representam a base econômica do ulterior desenvolvimento do regime colcosiano e da gradual aproximação da propriedade colcosiano-cooperativa a propriedade de todo o povo.

Em segundo lugar, na medida do desenvolvimento da economia social dos colcoses, as necessidades dos colcosianos em produtos tais como leite, carne, manteiga, legumes, batata, frutas, serão em proporção crescente satisfeitas, não pelas suas economias pessoais, pouco produtivas, mas pela produção colcosiana social. Como resultado disso, os próprios colcosianos, em virtude das vantagens econômicas, gradualmente se libertarão cada vez mais — como já acontece

numa série de colcoses — da sua economia pessoal auxiliar.

Em terceiro lugar, crescerão sempre mais amplamente os vínculos produtivos intercolcosianos e a colaboração dos colcoses no terreno da satisfação das necessidades cultural-sociais, cresce e crescerá cada vez mais a quantidade de diferentes empresas intercolcosianas.

Em quarto lugar, em ligação com o desenvolvimento da eletrificação do campo, da mecanização e da automatização da produção agrícola, processar-se-á, crescentemente, em diferentes formas, a conjugação dos meios de produção colcosianos com os meios estatais, de todo o povo.

Nesta questão, é necessário ter em vista o caráter gradual de todo este processo. É historicamente inevitável a fusão das formas de propriedade colcosiano-cooperativa e de todo o povo. Mas esta fusão ocorrerá, não como resultado da contração da propriedade colcosiano-cooperativa, mas através da elevação do nível de sua socialização, com a ajuda e o apoio por parte do Estado socialista.

A forma colcosiano-cooperativa de relações de produção responde plenamente ao nível e as necessidades do desenvolvimento das atuais forças produtivas no campo. Tal forma não somente não esgotou suas possibilidades, mas ainda, por longo tempo, pode servir ao desenvolvimento das forças produtivas da agricultura.

A transição a propriedade comunista única exige o multiforme re- forçamento e o ulterior desenvolvimento tanto da propriedade estatal (de todo o povo), como da propriedade cooperativo-colcosiana.

No processo da transição ao comunismo, a propriedade estatal, como antes, desempenhará o papel principal no desenvolvimento de toda economia. Em mãos do Estado encontram-se a poderosa indústria socialista, a terra, o transporte, os bancos, etc.. Na agricultura, os sovcoses adquirem importância sempre crescente.

Na base do crescimento da economia social dos colcoses, da elevação da produtividade do trabalho dos colcosianos, os seus ingressos reais, pelo nível e pelas formas de distribuição, gradualmente se aproximarão dos ingressos dos operários dos sovcoses, e no futuro, com a transição ao comunismo, extinguir-se-á, em geral, toda desigualdade nos ingressos.

Modifica-se gradualmente a fisionomia da aldeia colcosiana. De ano para ano, intensifica-se a construção de casas confortáveis para os colcosianos, com a planificação racional das povoações colcosianas. Gradualmente, realiza-se a eletrificação das habitações colcosianas, instalações de rádio e de telefone são introduzidas em todos os colcoses. Cresce rapidamente a rede de escolas, clubes, cinemas e bibliotecas. Nos colcoses, organizam-se empresas e instituições sociais, que servem as necessidades dos colcosianos: padarias, refeitórios, Lavanderias, instituições médicas, casas de repouso, maternidades, internatos, creches. A emancipação das mulheres do trabalho pesado na economia doméstica permite a sua mais completa incorporação na atividade social.

No setênio corrente, a base do ulterior crescimento da produção agrícola, será alcançado o melhoramento essencial das condições de vida e de cultura da população rural. Já no futuro, as aldeias colcosianas serão transformadas em confortáveis povoações de tipo urbano, com a utilização de todas as conquistas dos modernos serviços públicos, domésticos e culturais.

Todos estes processos conduzirão a uma situação em que os colcoses se transformarão cada vez mais em empresas de tipo comunista.

A liquidação da diferença essencial entre a cidade e o campo de modo algum implica na decadência do papel das grandes cidades. A distribuição planificada da indústria por todo o país e a aproximação das empresas industriais as fontes de matérias-primas são acompanhadas pela construção de novas cidades. Como focos de um desenvolvimento superior da cultura material e espiritual e como centros da grande indústria, as cidades contribuem para que o campo atinja o nível da

moderna cultura urbana. A este respeito, conserva-se o papel progressista da cidade socialista. Modifica-se radicalmente a fisionomia das velhas cidades. A reconstrução socialista das cidades tem por fim eliminar o amontoamento da população e sanear as condições da vida urbana, através da arborização das cidades e a utilização de todas as modernas conquistas da administração municipal. Ao mesmo tempo, a indústria será cada vez mais disseminada, inclusive nas localidades rurais. Nas aldeias, por sua vez, os colcoses, sovcoses e as organizações estatais locais criarão empresas industriais. Por um lado, as aldeias colcosianas se converterão em povoações de tipo urbano, ao passo que, por outro lado, a população urbana das grandes cidades se disseminará cada vez mais além dos seus limites, nas localidades rurais. Em torno das grandes cidades se criará um círculo de pequenas "cidades-satélites".

Os transportes e as comunicações desempenham grande papel na construção da sociedade comunista e, em particular, na liquidação da diferença essencial entre a cidade e o campo. O transporte liga num todo único as regiões do país, os centros industriais com as regiões agrícolas. O desenvolvimento dos transportes ferroviário, automobilístico, aquático e aéreo, a transmissão de energia elétrica a grandes distâncias, o aperfeiçoamento e a ampla difusão do rádio e da televisão constituem importantes meios de aproximação econômica e cultural entre o campo e a cidade.

No processo da gradual transição do socialismo ao comunismo, fortalece-se cada vez mais a amistosa aliança entre os operários e camponeses, sob a direção da classe operária. Ambas estas classes possuem interesses essenciais comuns e um fim comum: a edificação do comunismo. A consolidação da propriedade comunista única dos meios de produção será a base da definitiva extinção das fronteiras entre a classe operária e o campesinato colcosiano.

Os Caminhos da Liquidação da Diferença Essencial entre o Trabalho Intelectual e o Trabalho Manual

O comunismo significa a liquidação da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O fundamento

material para isto é a criação da nova base técnica da sociedade, que se apoiará na completa automatização da produção. A passagem a multilateral automatização da produção e o desenvolvimento de novos campos da técnica implicarão na modificação do tipo de trabalhadores da produção. Em ligação com isto, deixarão de existir as bases materiais da divisão da sociedade em trabalhadores intelectuais e manuais, e igualmente cessará a existência de uma camada social particular — a intelectualidade. A própria produção, pelo seu caráter, exige trabalhadores do tipo de engenheiros e técnicos. Já no processo da passagem a completa automatização da produção, reduz-se cada vez mais a necessidade do trabalho não qualificado e pouco qualificado, enquanto se eleva a exigência de quadros qualificados e altamente qualificados. A técnica, que se aperfeiçoa na indústria e na agricultura — eletrificação, mecanização complexa, quimização, etc. —, exige em grau crescente dos trabalhadores da produção um alto nível de instrução, tanto geral como especial, de técnica de engenharia ou de agronomia. Sem isto, é impossível assegurar a produtividade do trabalho social, que é necessária para a passagem ao comunismo. Daí decorre a necessidade objetiva do rápido ascenso cultural da sociedade, da gradual liquidação da diferença essencial entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A diferença essencial entre o trabalho manual e o trabalho intelectual encontra sua expressão no fato de que a maioria dos trabalhadores possui um nível técnico-cultural inferior ao nível dos trabalhadores técnicos e engenheiros, enquanto a maioria dos colcosianos tem um nível inferior ao dos trabalhadores agrônomos.

Na liquidação da diferença essencial entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, desempenha destacado papel a emulação socialista, da qual participa a esmagadora maioria da classe operária e do campesinato colcosiano. Massas cada vez mais consideráveis de operários dominam com perfeição a moderna técnica e tecnologia da produção, cresce o número de racionalizadores e inventores. Ao manifestar iniciativa criadora no aperfeiçoamento dos processos produtivos, os

vanguardeiros da produção dão o exemplo de combinação do trabalho manual e intelectual. As brigadas de trabalho comunista incluem nas suas obrigações não somente a conquista de altos índices produtivos, o trabalho social ativo, o comportamento modelar na vida social, mas também a vitoriosa assimilação de conhecimentos, a elevação do nível técnico-cultural.

Quando for alcançada a multilateral automatização da produção e os operários e colcosianos elevarem o seu nível técnico-cultural ao nível dos trabalhadores engenheiros, técnicos e agrônomos, realizar-se-á um novo ascenso da produtividade do trabalho, jamais visto na história, o qual permitirá a criação da abundância de todos os bens materiais.

Na medida do ascenso da produtividade do trabalho social, serão criadas as condições econômicas para a redução cada vez maior da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre. Isto, por sua vez, dará a possibilidade aos membros da sociedade de dedicar muito mais tempo a atividade social, a assimilação de conhecimentos e da cultura, ao esporte, ao turismo, ao desenvolvimento das suas forças físicas e faculdades intelectuais.

Uma das condições da liquidação da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho manual é o ensino politécnico geral obrigatório e a associação crescente do ensino com o trabalho produtivo. Lênin indicava que a instrução politécnica deve familiarizar os alunos, na teoria e na prática, com os principais ramos da produção. Ao dilatar o horizonte dos trabalhadores, ao armá-los com o conhecimento das bases sobre as quais se constrói a moderna grande produção, a instrução politécnica amplia consideravelmente as reais possibilidades de escolha de profissões.

"Não se deve representar o ideal da sociedade futura — escrevia V.I. Lênin, ainda em fins do século passado — sem a combinação do ensino com o trabalho produtivo da jovem geração: nem o ensino e a instrução sem a produtividade do trabalho, nem o trabalho produtivo sem o ensino e a instrução paralelas poderiam ser colocados na altura, que é exigida pelo

nível atual da técnica e pelo estado do conhecimento científico."(213)

O atual desenvolvimento impetuoso da ciência e da técnica, com força particular, confirma esta previsão leninista. A ligação estreita do ensino com a vida, com a produção, com a prática da construção comunista, constitui princípio dirigente do estudo das bases da ciência na escola, da educação da jovem geração no espírito da moral comunista. Possuem grande importância para a solução vitoriosa destas tarefas as medidas, aplicadas durante os últimos tempos, no sentido da reorganização da escola soviética, incumbida de formar cidadãos conscientes, multilateralmente instruídos e desenvolvidos, especialistas de qualificação média e superior, jovens construtores da sociedade comunista bem preparados para o trabalho social.

A multilateral automatização da produção, a transformação do trabalho agrícola em variedade do trabalho industrial, o ascenso do nível dos conhecimentos e da cultura dos operários e camponeses ao nível dos trabalhadores engenheiros, técnicos e agrônomos, tudo isto implicará na liquidação da diferença essencial entre os operários e os camponeses, por um lado, e a intelectualidade, por outro lado.

O multilateral desenvolvimento das forças produtivas e da cultura conduzirá a uma situação em que será definitivamente ultrapassado o trabalho não qualificado, em que desaparecerá a velha divisão do trabalho, ligada a fixação vitalícia dos trabalhadores a determinadas profissões.

Ao eliminar a velha divisão do trabalho, o comunismo de modo algum nega a necessidade de toda a divisão do trabalho. Para a edificação do comunismo, é necessária, em todas as esferas da produção, da ciência e da técnica, a preparação de especialistas altamente qualificados, com desenvolvimento multilateral. Os membros da sociedade comunista possuirão preparação de engenharia e de técnica, necessária a direção da elevada técnica e dos complexos processos produtivos, e terão a possibilidade de ocupar-se amplamente não só com a produção de bens materiais, mas também com as ciências, a arte, a

literatura, etc., especializando-se em tais ou quais setores da atividade científica e da cultura, conforme as suas inclinações, aspirações, capacidades e talentos. A liquidação da diferença essencial entre o trabalho intelectual e o trabalho manual em absoluto não significa que cessarão todas as diferenças entre as profissões, entre os vários setores da produção, da ciência e da cultura.

A Transição ao Princípio Comunista: "De cada um — Segundo sua Capacidade, a cada um — Segundo sua Necessidade"

A Culminação. da construção comunista ocorrerá quando estiver criada a plena abundância para satisfação das necessidades de todos os homens, quando todos os homens se habituarem a trabalhar segundo sua capacidade, a fim de multiplicar e acumular as riquezas sociais. As condições para a realização do princípio comunista "de cada um — segundo sua capacidade, a cada um — segundo sua necessidade" preparam-se gradualmente, na medida do crescimento das forças produtivas e da criação, nesta base, da abundância de objetos de consumo, do estabelecimento do domínio da propriedade comunista única e da conquista de um nível de cultura e de consciência dos membros da sociedade correspondente ao comunismo. Este princípio significa que, na sociedade comunista, cada um trabalhará segundo sua capacidade e receberá objetos de consumo segundo as necessidades de um homem culturalmente desenvolvido.

A passagem prematura a distribuição segundo as necessidades, quando faltam para isto condições econômicas, inexiste a abundância de bens materiais e os homens ainda não se encontram preparados para viver e trabalhar a maneira comunista, significaria causar sério dano a construção comunista e deformar os próprios princípios do comunismo. Isto conduziria ao consumo dos meios acumulados e minaria a possibilidade de ulterior desenvolvimento vitorioso da economia, da reprodução ampliada.

A criação da abundância de bens materiais ainda é insuficiente, por si mesma, para renunciar inteiramente ao princípio da distribuição de acordo com o trabalho. Além disso,

exige-se ainda que os membros da sociedade, de modo voluntário e independente da medida de recebimento de bens materiais, trabalhem segundo sua capacidade, conscientes de que isto é necessário para a sociedade. Caracterizando o trabalho no comunismo, Lênin escreveu:

"O trabalho comunista, no mais estrito e rigoroso sentido da palavra, é o trabalho gratuito em benefício da sociedade, é o trabalho realizado, não para o cumprimento de determinada obrigação, não para a aquisição do direito a certos produtos, nem de acordo com normas antecipadamente fixadas e legalizadas, mas o trabalho voluntário, o trabalho fora da norma, o trabalho executado sem o cálculo da retribuição, sem condições sobre retribuição, o trabalho segundo o hábito de trabalhar para o bem geral e segundo uma atitude consciente (transformada em hábito) para com a necessidade do trabalho para o bem geral, o trabalho como necessidade do organismo sadio."[(214)]

Enquanto não se formar nos homens a necessidade interna de trabalhar de acordo com a capacidade, a sociedade não poderá prescindir de determinada regulamentação do tempo de trabalho e da remuneração, de acordo com o trabalho de cada um. A distribuição de acordo com o trabalho é, e ainda por longo tempo continuará sendo, uma condição indispensável da preparação das premissas da transição ao comunismo, a distribuição de acordo com as necessidades.

Ao mesmo tempo, na medida do movimento para o comunismo, aumenta cada vez mais a parte do fundo social de consumo, o que constitui uma premissa importante da transição gradual ao princípio comunista de distribuição. Já agora, na sociedade soviética, crescem rapidamente os fundos sociais de satisfação das necessidades dos cidadãos e parte considerável, sempre crescente, de bens materiais e culturais se distribui entre os membros da sociedade gratuitamente, isto é, independente da quantidade e da qualidade do seu trabalho. Isto se refere as pensões, estipêndios, subvenções, aos meios para construção e manutenção de escolas, hospitais, jardins-de-infância, creches, internatos, clubes, bibliotecas, etc..

Desta maneira, ao lado da distribuição de acordo com o trabalho, difunde-se também, cada vez mais amplamente, a via comunista de elevação do nível de vida do povo.

"Existe entre nós — disse o camarada N.S. Kruschiov no informe do XXI Congresso do PCUS — uma via efetivamente comunista de elevação do bem-estar dos trabalhadores, de criação de melhores condições de vida para toda a sociedade em conjunto, inclusive também para cada homem. A isto se referem: o fornecimento de casas confortáveis, a organização da alimentação pública, o melhoramento dos serviços domésticos, a ampliação da rede de instituições para a infância, o aperfeiçoamento da instrução para o povo, a organização do repouso e o melhoramento dos serviços médicos para a população, a construção de instituições culturais, etc.."[215]

O crescimento da produção de bens materiais e dos ingressos reais dos trabalhadores assegura gradualmente a satisfação cada vez mais completa das suas necessidades. Quando se trata da completa satisfação das necessidades dos homens, tem-se em vista, está claro, não os caprichos, mas as necessidades sadias do homem culturalmente desenvolvido. A completa satisfação das necessidades de todos os homens soviéticos no que se refere a alimentação, casa e roupa, nos limites necessários e racionais, já pode ser, como é evidente, realizada num futuro não longínquo. Requer-se tempo relativamente um tanto maior para prover os escolares com almoço e jantar gratuitos, para dar a todas as crianças a possibilidade de utilizar jardins-de-infância, creches, escolas, internatos, com integral sustento por conta da sociedade.

As premissas da fase superior do comunismo se criam através da mais completa utilização pelo Estado socialista das leis econômicas do socialismo. Conforme as exigências da lei econômica fundamentai do socialismo, desenvolve-se incessantemente, com ritmos rápidos, a produção socialista e cresce o bem-estar do povo. Intensifica-se a utilização da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional e aperfeiçoam-se os métodos da planificação socialista. Os planos econômicos, calculados para longo período, determinam os

caminhos concretos de criação da base técnico-material do comunismo, de garantia de uma produtividade do trabalho superior a capitalista.

No que se refere a criação das premissas para a transição ao comunismo, possui enorme importância a vitoriosa realização do programa de ascenso vertical da agricultura e de aumento da produção de objetos de consumo popular, que o Partido Comunista e o Estado soviético realizam.

Para o incremento da riqueza social, a observância do princípio do interesse material dos trabalhadores nos resultados do trabalho e a realização do ascenso do bem-estar popular, é necessária a multiforme utilização, no período da transição do socialismo ao comunismo, de instrumentos econômicos da direção planificada da economia nacional, ligados a existência da lei do valor, como o dinheiro, o crédito, o comércio, o cálculo econômico.

No decurso de todo o período da transição gradual do socialismo ao comunismo, terá importante significação o multiforme desenvolvimento de um comércio de elevada qualidade, através do qual se distribui uma massa crescente de objetos de consumo popular. O aperfeiçoamento do comércio soviético deverá preparar o aparelho ramificado, que será utilizado na fase superior do comunismo para a distribuição direta dos produtos, de acordo com as necessidades, sem a circulação mercantil e monetária.

O comunismo assegurará a multilateral satisfação das variadas necessidades pessoais dos membros da sociedade, tanto através do aumento dos objetos de consumo e de uso doméstico, que passam para a propriedade pessoal, como também através do desenvolvimento das formas sociais de satisfação das necessidades da população (instituições culturais e sociais, residências, sanatórios, teatros, etc.).

Possui enorme importância para a transição ao comunismo a educação comunista dos trabalhadores, cuja tarefa essencial consiste na educação do novo homem, para o qual o trabalho se tornará a primeira necessidade vital. O

comunismo pressupõe elevado nível de consciência dos membros da sociedade. Traços das novas relações comunistas já existem na sociedade socialista, na atitude para com o trabalho e na propriedade social, nas relações entre os homens. A observância dos princípios comunistas se tornará, com o tempo, o comportamento natural, habitual, de homens dotados de elevada instrução e cultura. Entretanto, não se deve esquecer que, na sociedade socialista, ainda estão longe de serem superadas as sobrevivências do capitalismo na consciência dos homens. Daí decorre a necessidade da superação deis sobrevivências do capitalismo na consciência dos homens, de uma enorme elevação da cultura e do grau de consciência dos homens, de uma enorme elevação da cultura e do grau de consciência comunista das massas populares. Tem importância das maiores, no decurso de todo o período da transição do socialismo ao comunismo, a luta contra os restos da velha atitude para com o trabalho e a propriedade social, contra o burocratismo, contra as sobrevivências do passado na vida quotidiana e na moral, contra os preconceitos religiosos. Para a superação de todas estas sobrevivências do capitalismo, é necessário o trabalho político e educativo, perseverante e tenaz, entre as massas, a educação comunista de todo o povo.

A União Soviética é o primeiro país no mundo que construiu o socialismo e agora ergue com êxito o edifício do comunismo. Aplicando e utilizando criadoramente a experiência da União Soviética, os países da democracia popular realizam a construção do socialismo, primeira fase da sociedade comunista. Alguns deles já construíram ,as bases da sociedade socialista. O desenvolvimento de toda a humanidade inevitavelmente seguirá pelo caminho para o comunismo. Ao traçar as perspectivas da construção comunista, Lênin dizia:

"Se a Rússia se cobrir de densa rede de estações elétricas e de potentes equipamentos técnicos, então a nossa construção econômica comunista se tornará modelo para as futuras Europa e Ásia socialistas."(216)

O grandioso exemplo da União Soviética, que segue para a fase superior do comunismo, e dos países de democracia

popular, que constroem o socialismo, indica aos povos de todo o mundo o caminho da libertação da escravidão capitalista. Cada novo passo para o comunismo confirma mais claramente a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, inspira nos trabalhadores de todos os países a certeza da condenação histórica do capitalismo e do triunfo do comunismo.

Notas de rodapé:

(204) V.I. Lênin, As Tarefas do Proletariado em Nossa Revolução, Obras, t. XXIV, p. 62.

(205) Resolução a respeito do informe do camarada N.S. Kruschiov Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 153.

(206) K. Marx, Crítica do Programa de Gotha, K. Marx e F. Engels, Obras Escolhidas, t. II, 1955, p. 15.

(207) K. Marx e F. Engels, Obras, t. XIV, p. 107.

(208) V.I. Lênin, Informe Sobre o Reexame do Programa e a Modificação da Denominação do Partido, no VII Congresso do PCR(b), Obras, t. XXVII, p. 103.

(209) V.I. Lênin, Uma Grandiosa Iniciativa, Obras, t. XXIX, p. 394.

(210) V.I. Lênin, Informe Sobre a Atividade do Conselho dos Comissários do Povo, no VIII Congresso Pan-Russo dos Sovietes, Obras, t. XXXI, p. 484.

(211) K. Marx, O Capital, t. I, 1955, p. 387.

(212) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos 1959 a 1965. Informe de N.S. Kruschiov, a 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, pp. 92/93.

(213) V.I. Lênin, Pérolas do Projetismo Populista, Obras, t. II,

p. 440.

(214) V.I. Lênin, Da Destruição da Formação Secular à Criação da Nova, Obras, t. XXX, p. 482.

(215) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos de 1959 a 1965. Informe de N.S. Kruschiov, a 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 41.

(216) V.I. Lênin, Informe Sobre a Atividade do Conselho dos Comissários do Povo, no VIII Congresso Pan-Russo dos Soviets, Obras, t. XXXI, p. 486.

Capítulo XXXVI — O Sistema Socialista Mundial de Economia

O Novo Tipo de Relações Econômicas entre os Países Socialistas

A transformação do socialismo em sistema mundial, a formação e o fortalecimento do campo socialista representam o fator determinante de todo o atual desenvolvimento social no mundo.

O sistema socialista mundial de economia representa um conjunto de economias, soberanas e iguais em direitos, dos países socialistas, unidas pela comunidade das relações da produção socialistas, pela colaboração planificada e pela ajuda mútua econômica. O sistema socialista mundial de economia se desenvolve na base das leis econômicas do socialismo, utilizadas com a consideração das particularidades de cada país socialista. A utilização das leis econômicas do socialismo em escala do sistema socialista mundial e o desenvolvimento da colaboração econômica internacional dos países socialistas aumentam ainda mais as superioridades do modo de produção socialista.

"A particularidade do desenvolvimento econômico dos países socialistas consiste em que, na medida do seu movimento para frente, reforçam-se suas relações mútuas, ainda mais coeso se torna o sistema socialista mundial. Tendência inteiramente contrária domina no mundo capitalista, onde o crescimento da produção, em tal ou qual país, conduz ao aprofundamento das contradições entre os países capitalistas, a intensificação da luta de concorrência e aos choques entre eles. O crescimento e o desenvolvimento de cada país socialista conduzem ao fortalecimento de todo o sistema socialista. Nisto reside a nossa força, a garantia das vindouras vitórias do socialismo na competição pacífica com o capitalismo."[(217)]

A construção do comunismo na URSS e do socialismo nos países de democracia popular se processa nas condições de colaboração fraternal crescente e cada vez mais vigorosa entre

os países do sistema socialista mundial.

A colaboração econômica dos países do campo socialista representa um novo tipo de relações internacionais, como ainda não houve na história. Estas relações mútuas se baseiam nos princípios da plena igualdade de direitos, do respeito da integridade territorial, da independência e da soberania estatal, da não intervenção nos assuntos internos uns dos outros. Mas estes princípios imprescritíveis, em que pese a sua grande importância, não esgotam a essência das relações entre os países socialistas. O traço determinante destas relações mútuas é a ajuda mútua fraternal, na qual encontra sua ativa encarnação o princípio do internacionalismo socialista. A colaboração econômica e a ajuda mútua fraternal dos países socialistas possuem imensa importância para a vitória do novo regime social. No desenvolvimento e aperfeiçoamento dos vínculos recíprocos entre os países socialistas, manifesta-se a inquebrantável unidade do campo socialista mundial, na base dos princípios do internacionalismo proletário.

A base do desenvolvimento econômico de todos os países socialistas é o domínio da propriedade social dos meios de produção, das relações de produção socialistas.

Em consequência disto, também na esfera das relações mútuas entre os países do campo socialista, deixaram de vigorar as leis econômicas do capitalismo, que expressam a exploração do homem pelo homem, a concorrência e a anarquia da produção. Neste campo, as relações entre os Estados se baseiam nas leis econômicas do socialismo.

Em correspondência com a lei econômica fundamental do socialismo, os vínculos econômicos entre os países do sistema socialista mundial estão subordinados as tarefas da ininterrupta ampliação da produção, na base de uma técnica avançada, com o objetivo da elevação do bem-estar popular. A construção do comunismo na União Soviética e a construção do socialismo nos países de democracia popular da Europa e da Ásia representam processos interligados. Daí porque um fator necessário da vitoriosa construção do socialismo e do comunismo, nos países do sistema socialista mundial, é o multiforme desenvolvimento

da colaboração amistosa entre eles, em todas as esferas da vida. Os povos dos países do campo socialista estão entranhadamente interessados no ascenso comum de todos os países deste campo, no fortalecimento e florescimento do sistema socialista mundial, uma vez que do progresso deste sistema dependem os êxitos do desenvolvimento econômico de cada país por separado. O desenvolvimento da colaboração entre todos os países do campo socialista conduz a aceleração do ascenso econômico de todo o sistema socialista mundial. Em consequência disto, no campo socialista não há e não pode haver expansionismo econômico, trocas não equivalentes, luta de concorrência, exploração e escravização dos países fracos pelos mais fortes.

A multilateral colaboração entre os países socialistas, baseada nos princípios da plena igualdade de direitos, do respeito recíproco dos interesses nacionais e da ajuda mútua socialista, serve vitoriosamente a causa da construção do socialismo e do comunismo. Esta colaboração permite aproveitar ao máximo as superioridades do sistema socialista mundial de economia, para o desenvolvimento das forças produtivas de cada um dos países integrantes do sistema e para o reforçamento da potência econômica do campo socialista em conjunto.

Particularidade de excepcional importância do campo socialista é o caráter planificado dos vínculos econômicos entre os países que o integram. Em correspondência com a lei do desenvolvimento planificado, proporcional, da economia nacional, a colaboração econômica dos países do campo socialista se desenvolve na base da coordenação recíproca dos planos econômicos. São levadas em conta as diferentes formas da multilateral colaboração econômica nos planos estatais do desenvolvimento da economia nacional da União Soviética e dos países de democracia popular. Nisto consiste a enorme superioridade do sistema socialista mundial, em comparação com o sistema capitalista mundial e a anarquia da produção, que lhe é inerente.

O caráter planificado do desenvolvimento econômico dos

países do campo socialista dá a possibilidade da mais racional utilização dos recursos existentes, com o objetivo do mais rápido desenvolvimento das forças produtivas. Apoiando-se nos próprios recursos e na ajuda mútua fraternal, os países do campo socialista asseguram o ininterrupto ascenso da economia nacional e a incessante elevação do bem-estar material das massas trabalhadoras.

O desenvolvimento e o fortalecimento da colaboração entre os países do sistema socialista mundial se processa na base de uma nova divisão internacional do trabalho, de caráter socialista, a qual se distingue essencialmente da divisão internacional do trabalho no sistema capitalista de economia mundial.

À diferença do capitalismo, a divisão do trabalho entre os países do campo socialista se forma, não através da coerção e da violência, nem no processo de encarniçada luta de concorrência, mas por meio da colaboração fraternal e da ajuda mútua socialista entre Estados com direitos iguais.

A divisão do trabalho entre os países do campo socialista parte do cálculo das possibilidades de cada país e conduz ao ascenso comum. Cada país destaca parte dos seus recursos para satisfação das necessidades de outros países, e, por sua vez, se apoia na sua ajuda amistosa. A divisão racional do trabalho entre os países do campo socialista concorre para o multilateral desenvolvimento das suas forças produtivas, na base do crescimento prioritário da produção de meios de produção, uma vez que cada país pode, de modo planificado, não só mobilizar os próprios recursos, como também utilizar os recursos de outros países, no interesse do ascenso geral.

Ao mesmo tempo, a divisão socialista do trabalho permite aos países em separado, complementando-se uns aos outros como participantes, iguais em direitos, do sistema socialista mundial, acelerar os ritmos do próprio desenvolvimento econômico, por meio da poupança de meios e de forças e da eliminação de desnecessário paralelismo no desenvolvimento dos diferentes ramos da economia nacional. Cada país concentra suas forças e meios no desenvolvimento daqueles

ramos para os quais dispõe das condições naturais e econômicas mais vantajosas, de experiência produtiva e de quadros. Nestas circunstâncias, os diferentes países podem abster-se da assimilação daqueles tipos de produção, cuja necessidade é satisfeita por meio de fornecimentos de outros países. Desta maneira, obtém-se uma racional especialização e cooperação da produção na indústria e a mais racional divisão do trabalho na produção de gêneros alimentícios e matérias-primas.

Ao tempo em que no campo capitalista, as relações econômicas entre os países desenvolvidos e atrasados, baseadas nos princípios do domínio e subordinação, refletem, antes de tudo, a correlação de forças dos coparticipantes e estão orientadas para a conservação do atraso dos países subdesenvolvidos, das colônias e semicolônias, as relações econômicas no campo socialista se caracterizam pela ajuda mútua multilateral, pelo sistemático ascenso dos países subdesenvolvidos ao nível dos avançados. Como resultado da divisão socialista internacional do trabalho, facilita-se a liquidação do atraso no desenvolvimento econômico, herdado do capitalismo pelos países de democracia popular, criam-se condições favoráveis a sua industrialização, reforça-se a sua independência econômica e a sua liberdade com relação ao mundo capitalista, progride rapidamente a sua economia e eleva-se o bem-estar da sua população.

Isto significa que, em oposição ao sistema capitalista de economia, no qual atua a lei da desigualdade do desenvolvimento econômico e político dos diferentes países, no sistema socialista mundial atua a lei do desenvolvimento planificado, proporcional, que dá a possibilidade aos países, economicamente atrasados no passado, de se apoiarem na colaboração e na ajuda mútua de todos os países do campo socialista e rapidamente elevar a sua economia e cultura. Desta maneira, nivela-se gradualmente a linha geral do desenvolvimento econômico e cultural de todos os países socialistas, através do impulsionamento dos atrasados ao nível dos avançados, o que constitui lei do desenvolvimento do sistema socialista mundial.

O ulterior desenvolvimento dos países socialistas segue pela linha da unidade cada vez mais estreita do sistema mundial de economia socialista.

Como resultado da industrialização socialista e da passagem do campesinato para o caminho cooperativo, alguns países de democracia popular já ingressaram no período de conclusão da construção do socialismo. Em todos os países socialistas criar-se-ão, em ritmos acelerados, as premissas para a transição da primeira fase do comunismo a sua segunda fase. Ao utilizar, com êxito, as possibilidades encerradas no regime socialista, os países socialistas, mais ou menos simultaneamente, passarão a fase superior da sociedade comunista.

As relações recíprocas entre os países socialistas estão livres de contradições radicais e de choques de interesses. Se, no passado, houve nestas relações certos erros e defeitos, estes são superados e liquidados com êxito. No processo do fortalecimento e ampliação da colaboração econômica, política e cultural, entre os países do campo socialista, desenvolve-se e fortalece-se o sistema socialista de economia mundial.

“Os Estados socialistas estão associados numa comunidade única pelo seu ingresso no caminho comum do socialismo, pela essência de classe comum do regime econômico-social e do poder estatal, pela necessidade de recíproco apoio e ajuda, pela comunidade de interesses e de fins na luta contra o imperialismo, pela vitória do socialismo e do comunismo, pela ideologia do marxismo-leninismo, que é comum a todos."[218]

A fraternal amizade e a estreita colaboração dos países do campo socialista constitui fonte de magna importância do inquebrantável poderio deste campo, condição decisiva da vitoriosa construção do socialismo e do comunismo nestes países.

O Caráter Planificado da Colaboração Econômica entre os Países do Sistema Socialista Mundial

Com a passagem dos países de democracia popular a execução de planos econômicos de perspectiva, ampliou-se

consideravelmente a esfera da colaboração econômica entre os países do campo socialista. Os tratados e acordos econômicos a longo prazo sobre fornecimentos mútuos de mercadorias têm por tarefa assegurar a cada país, por longo período, a obtenção de determinados tipos de máquinas, equipamentos, matérias-primas e outras mercadorias, necessárias a execução dos seus planos econômicos. Ao mesmo tempo, os acordos a longo prazo deram a cada país sólidas garantias de escoamento sem obstáculos da sua produção, no mercado externo.

A existência de vínculos econômicos estáveis e duradouros criou uma clara perspectiva para o ulterior desenvolvimento econômico e constituiu uma das condições mais importantes da construção socialista planificada nos países de democracia popular.

Com o objetivo de desenvolver a colaboração econômica planificada entre os países do campo socialista, foi criado em 1949 o Conselho de Ajuda Mútua Econômica, baseado na plena igualdade de direitos de todos os países participantes do Conselho. Da composição do Conselho de Ajuda Mútua Econômica fazem parte a União Soviética, Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã, Romênia e Tchecoslováquia. Nas reuniões do Conselho, tomam parte, como observadores, os representantes da República Popular da China.

O Conselho de Ajuda Mútua Econômica tem a tarefa de organizar o intercâmbio de experiência econômica e técnica, de prestar ajuda mútua no que se refere a matérias-primas, gêneros alimentícios, máquinas e equipamentos, de realizar a coordenação planificada do desenvolvimento econômico dos países do campo socialista, na base da divisão racional do trabalho entre eles. Isto responde inteiramente aos interesses do mais rápido desenvolvimento das forças produtivas de cada um dos países e de todo o campo socialista em conjunto.

Em junho de 1950, foi concluído um acordo soviético-polonês sobre o fornecimento de equipamento industrial no período 1951/1958 e um acordo sobre os fornecimentos recíprocos de mercadorias para o período 1953/1958. De 1950 a 1958 a circulação mercantil entre a União Soviética e a Polônia

cresceu em 1,4 vezes. Em 1958, foi assinado um acordo com a Polônia sobre fornecimentos mútuos de 1958 a 1960.

Em novembro de 1950, foi concluído um acordo comercial soviético-tchecoslovaco para 1951/1955. De 1950 a 1958, o volume do intercâmbio mercantil entre a União Soviética e a Tchecoslováquia aumentou em 2,3 vezes, sendo que a parte da União Soviética no comércio exterior da Tchecoslováquia, em 1957, representou mais de 35%. Em 1957, foi assinado um acordo com a Tchecoslováquia sobre fornecimentos mútuos para 1958/1960.

Em janeiro de 1952, foi concluído um acordo soviético-húngaro sobre o intercâmbio comercial de 1952 a 1955. De 1950 a 1958, a circulação mercantil entre a União Soviética e a Hungria cresceu de 1,7 vezes. Em 1958, foi concluído um acordo com a Hungria sobre fornecimentos mútuos de mercadorias de 1958 a 1960.

Em agosto de 1951, foi concluído um acordo soviético-romeno a longo prazo sobre fornecimentos mútuos de mercadorias. De 1950 a 1958, a circulação mercantil entre a União Soviética e a Romênia aumentou em 1,9 vezes.

Em julho de 1958, foi concluído um acordo soviético-romeno, a longo prazo, sobre fornecimentos mútuos de mercadorias para o período 1959/1965.

Em setembro de 1951, foi concluído um acordo sobre fornecimentos mútuos de mercadorias para 1952/1955 entre a União Soviética e a República Democrática Alemã. De 1950 a 1958, a circulação mercantil entre a União Soviética e a República Democrática Alemã cresceu em 4,7 vezes. Em 1957, foi concluído um acordo sobre fornecimentos mútuos de mercadorias para 1958/1960, o qual prevê a ulterior e considerável ampliação do intercâmbio comercial. Durante o período de 1958 a 1960, a circulação mercantil entre a União Soviética e a República Democrática Alemã será de mais de 20 bilhões de rublos.

A começar de 1947, anualmente, entre a União Soviética e

a Bulgária, foram assinados protocolos sobre fornecimentos mútuos de mercadorias. Em 1958, foi concluído um acordo a longo prazo sobre a circulação mercantil e os fornecimentos mútuos de mercadorias para 1955/1957. De 1950 a 1958, a circulação mercantil entre a União Soviética e a Bulgária aumentou em 2,4 vezes. Em novembro de 1957, foi assinado um acordo comercial a longo prazo para 1958/1960.

A União Soviética concluiu também acordos a longo prazo com a Albânia.

No curso da execução dos acordos comerciais a longo prazo, eles são precisados e complementados com a assinatura de protocolos anuais, bem como de acordos complementares, que preveem o aumento do volume dos fornecimentos mútuos de determinadas mercadorias.

Uma série de acordos de longa duração foi concluída entre os países de democracia popular.

Uma imensa significação para o desenvolvimento da colaboração econômica entre os países do sistema socialista mundial teve a realização do primeiro plano quinquenal na República Popular da China, que foi acompanhado pela conclusão de uma série de acordos a longo prazo com os outros países socialistas.

O ulterior desenvolvimento da colaboração econômica entre os países do campo socialista mundial está ligado a passagem a coordenação dos planos de desenvolvimento econômico destes países. Nos países de democracia popular, elevou-se consideravelmente o papel da planificação; os planos estatais determinam agora o desenvolvimento de todos os ramos da economia nacional. Em relação com isto, ampliou-se a prática do ajustamento dos planos de desenvolvimento da economia nacional, tanto anuais como de perspectiva. Nos países, dotados de alto nível de desenvolvimento econômico, destacou-se em círculo de ramos da indústria e da agricultura, cuja produção, em grau considerável, está destinada a satisfação das necessidades de outros países do sistema socialista mundial.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética assinalou a importância de ulterior desenvolvimento dos laços econômicos entre a URSS e os outros países do campo socialista. Neste particular, indicou-se que, no período atual, apresentam-se ao primeiro plano as tarefas da estreita coordenação dos planos econômicos, da cooperação e da especialização da produção da URSS e dos países de democracia popular.

"A União Soviética — indicou-se nas resoluções do XX Congresso do PCUS — ampliará de todas as maneiras a colaboração com os países de democracia popular no terreno da mais racional utilização, no interesse de cada país e do campo socialista em conjunto, dos recursos econômicos e dos potenciais produtivos, através da coordenação do desenvolvimento de determinados ramos da economia nacional, da especialização e da cooperação da produção, bem como através do intercâmbio de conquistas técnico-científicas e da experiência produtiva avançada."[219]

A coordenação dos planos econômicos é, na etapa presente, uma forma necessária e muito importante da unificação dos esforços produtivos dos países socialistas. Nela, em primeiro lugar, manifesta-se a utilização da lei do desenvolvimento planificado da economia nacional, em escala do sistema socialista mundial.

O ajustamento dos planos quinquenais de desenvolvimento dos ramos fundamentais da economia nacional da União Soviética e dos países europeus de democracia popular constituiu importante etapa no desenvolvimento da colaboração econômica entre os países socialistas. Em meados de 1957, o Conselho de Ajuda Mútua Econômica reconheceu, ao lado da continuação do trabalho para coordenação dos planos quinquenais, necessário promover o trabalho de ajustamento dos planos de perspectiva de desenvolvimento dos ramos fundamentais da economia nacional para um período mais longo (10 a 15 anos). Isto conduzirá a um desenvolvimento ainda maior da colaboração econômica entre os países do sistema socialista mundial, elevando o grau desta colaboração.

A coordenação dos planos não pressupõe a elaboração de

um plano único de todo o campo socialista. O desenvolvimento dos países do sistema socialista mundial se caracteriza por sua plena autonomia e independência, tanto no sentido político como econômico. Ao mesmo tempo, os representantes dos órgãos econômicos correspondentes dos países do sistema socialista mundial se consultam uns aos outros, ajustam seus planos, a fim de que cada país europeu de democracia popular tenha a possibilidade de se especializar no desenvolvimento daqueles ramos da indústria e naqueles tipos de produção, para os quais existem nele as condições naturais e econômicas mais favoráveis. Na elaboração dos planos de perspectiva, os países socialistas partem da necessidade do mais completo aproveitamento das enormes possibilidades e da multiforme consideração dos interesses mútuos dos países socialistas, bem como da ampliação da colaboração, com o objetivo do onímodo desenvolvimento das forças produtivas do sistema socialista mundial e da elevação do nível de industrialização dos países com indústria menos desenvolvida.

Os planos econômicos dos países do campo socialista preveem considerável aumento da produção industrial, com a garantia simultânea do crescimento prioritário da produção de meios de produção. Ao mesmo tempo, leva-se em conta a necessidade do multiforme desenvolvimento dos ramos da economia nacional produtores de matérias-primas e de energia, bem como o ulterior desenvolvimento e aplicação da técnica mais moderna. Nesta base, prevê-se a realização de medidas, que assegurem o ascenso da agricultura e a ampliação da produção de mercadorias de consumo popular. Grande atenção é dedicada ao progresso técnico na economia nacional. Está previsto realizar ampla mecanização e automatização dos processos produtivos, introduzir novas máquinas e aparelhos automáticos altamente produtivos, o crescimento ulterior da eletrificação da economia nacional, o desenvolvimento da química, a utilização da energia atômica para fins pacíficos.

A ampla especialização e a cooperação da produção dos países socialistas permitem evitar desnecessário paralelismo na construção de empresas do mesmo tipo, conduzem a uma melhor utilização do equipamento e oferecem essencial

economia de recursos materiais e financeiros.

No terreno da agricultura, a colaboração econômica entre os países socialistas e o estabelecimento da devida divisão do trabalho entre eles se orientam no sentido de aproveitar do modo mais racional as condições econômicas e naturais, bem como a experiência e as tradições da população de cada país, para o aumento da produção agrícola, tanto para consumo interno, como para exportação. A coordenação recíproca de determinados ramos da agricultura, levando em conta as condições naturais e as necessidades do país, constitui importante fator de melhoramento do abastecimento da população com gêneros alimentícios e da indústria com matérias-primas agrícolas.

A necessidade do ulterior desenvolvimento da divisão socialista internacional do trabalho entre os países socialistas, através da ampla especialização e da cooperação da produção, está condicionada por fatores naturais e históricos. Os países europeus de democracia popular pertencem a categoria de países médios e pequenos, motivo por que, para cada um deles, o desenvolvimento de todos os ramos da indústria seria economicamente não racional e acima das próprias forças. Por outro lado, a sua proximidade territorial com a União Soviética cria, para esta e para aqueles, condições particularmente favoráveis a ampla especialização e cooperação da produção.

A questão se coloca de outra maneira para a República Popular da China: sendo um país imenso, o primeiro no mundo pela população, com recursos naturais ricos e variados, a República Popular da China, naturalmente, coloca diante de si a tarefa da criação de um sistema industrial integral. Ao lado disto, a República Popular da China participa do sistema da divisão socialista internacional do trabalho e se utiliza de todas as vantagens, que daí decorrem.

No momento atual, quando se reforçaram consideravelmente e adquiriram caráter multilateral os vínculos econômicos entre os países socialistas, assumem importância particularmente grande a especialização mais profunda e a cooperação dos ramos da economia nacional dos países do

campo socialista.

A correta organização da especialização e da cooperação da produção, entre os países do sistema socialista mundial, assegura a economia de recursos materiais e a elevação da produtividade do trabalho social, o mais racional aproveitamento dos recursos naturais e das condições econômicas dos países socialistas, com o objetivo de acelerar os ritmos da reprodução ampliada. Ao mesmo tempo, abre-se a possibilidade de liberar consideráveis meios para o desenvolvimento da agricultura e da indústria leve, com o objetivo de satisfazer as crescentes necessidades materiais e culturais dos povos.

A especialização e a cooperação da produção possuem importância particularmente grande nos ramos mais importantes da indústria pesada e, sobretudo, na esfera da indústria de construção de máquinas. Como resultado da coordenação dos planos econômicos da União Soviética e dos países europeus de democracia popular, foram determinadas as direções fundamentais da especialização da produção de certos tipos de máquinas e equipamentos, os caminhos da elevação do nível técnico dos tipos de produção mais importantes da indústria de construção de máquinas. Foi traçada a especialização no que se refere as máquinas-ferramentas, prensas e forjas, máquinas para os setores energético, agrícola e de transportes, construção naval, indústria automobilística, maquinaria geral, etc..

A ulterior intensificação da cooperação e da especialização da indústria de construção de máquinas abre a possibilidade da passagem a produção maciça e em grande escala, que permite reduzir grandemente os gastos de trabalho e de materiais por unidade de produção, acelerar a assimilação de novos e mais aperfeiçoados tipos de máquinas e equipamentos, utilizar mais eficientemente os potenciais produtivos e os quadros projetistas. A utilização máxima dos potenciais produtivos da construção de máquinas assegura ritmos ainda mais elevados de desenvolvimento da economia nacional nos países do campo socialista.

De acordo com as tarefas da divisão socialista internacional do trabalho, a União Soviética, com o objetivo de desenvolver a siderurgia nos países europeus de democracia popular, aumentará, em 1960, em quase 2 vezes com relação a 1955, os fornecimentos de minério de ferro de alta qualidade. Graças a isto, os países que não dispõem de ricas jazidas de minério de ferro poderão evitar os grandes gastos da construção de minas caras e de usinas de enriquecimento do minério para pequenas e desvantajosas jazidas, orientando os meios assim liberados para a reconstrução e a mecanização das usinas metalúrgicas em funcionamento. Ao lado disto, o fornecimento de minério de alta qualidade dará a possibilidade aos países europeus de democracia popular de melhorar consideravelmente a utilização do potencial dos altos-fornos, diminuir o gasto proporcional de coque metalúrgico e reduzir o preço de custo do ferro fundido.

No terreno da indústria de construção de máquinas, a especialização da produção entre a União Soviética e os países europeus de democracia popular conduz a redução da quantidade de países que fabricam o mesmo tipo de produto e da quantidade de tipos de máquinas e equipamentos fabricados em cada país. Assim é que está previsto produzir o equipamento para a indústria carbonífera dos países europeus de democracia popular na República Democrática Alemã, Polônia e Tchecoslováquia; os combinados carboníferos — fundamentalmente na Polônia; o equipamento para fábricas de cimento — fundamentalmente na República Democrática Alemã; os vagões isotérmicos — na República Democrática Alemã; o equipamento para a produção de alumínio na base da bauxita — na Hungria; o equipamento para a indústria de tecidos de malha — predominantemente na República Democrática Alemã; o equipamento para a indústria de couros e de calçados — na Tchecoslováquia. No que se refere a coordenação dos planos econômicos, está prevista a organização da produção centralizada em fábricas especiais de peças estandardizadas, agregados, mecanismos, peças de sustentação, forjas e fundições. Está previsto desenvolver também ulteriormente a especialização da produção em determinados ramos da construção de máquinas visando a

redução da quantidade de países fabricantes do mesmo tipo de produção.

No terreno da agricultura, a União Soviética e a Bulgária concordaram sobre a necessidade do aumento da produção e da exportação, da Bulgária para a União Soviética, de uvas, frutas e legumes, frescos ou beneficiados, bem como da União Soviética para a Bulgária — de cereais alimentícios e algodão, em condições de vantagens mútuas.

Formas de Colaboração Econômica entre os Países do Campo Socialista

As formas principais de colaboração econômica, entre os países do sistema socialista mundial, são o comércio exterior, a concessão de créditos, a colaboração técnico-científica e o intercâmbio de experiência da construção econômica.

O comércio exterior dos países do campo socialista se baseia em princípios diferentes dos do comércio exterior no mercado capitalista mundial. No mundo capitalista, o comércio exterior está concentrado em mãos dos monopólios, serve aos interesses da garantia de elevados lucros monopolistas, através da troca não equivalente e de outros processos de pilhagem e escravização dos países atrasados e dependentes. O comércio exterior dos países do campo socialista é monopólio estatal (URSS e países europeus de democracia popular) ou se realiza sob rigoroso controle do Estado (República Popular da China), servindo aos interesses do ascenso geral, da aceleração do desenvolvimento econômico dos países deste campo e da elevação do nível de vida de suas populações.

Ao realizar, por meio do comércio exterior, uma parte sempre crescente da produção da sua economia nacional, cada um dos países do sistema socialista mundial recebe em troca cada vez maior quantidade de valores materiais: equipamento industrial, matérias-primas e outras mercadorias, necessárias ao seu desenvolvimento econômico. Cada país importa as mercadorias, que lhe são necessárias e exporta as mercadorias necessárias aos outros países, sendo que nenhum dos participantes do intercâmbio mercantil não impõe ao

coparticipante mercadorias que lhe sejam desnecessárias, como frequentemente se pratica no mercado capitalista.

No mercado mundial dos países do campo socialista, os preços são estáveis. Os preços são estabelecidos através do acordo voluntário de partes com iguais direitos, na base da inteira observância dos interesses mútuos. Isto exclui qualquer espécie de discriminação e de não equivalência da troca. Inexiste a pluralidade de preços, inerente ao comércio exterior dos países capitalistas. Em junho de 1957, na sessão do Conselho de Ajuda Mútua Econômica, foi concluído o acordo sobre o clearing[(220)] multilateral entre os países participantes do Conselho, o que contribuirá para o ulterior crescimento da circulação mercantil entre eles.

O ininterrupto crescimento do comércio exterior dos países socialistas comprova brilhantemente o desenvolvimento e o fortalecimento do mercado mundial dos países socialistas.

O giro do comércio exterior da República Popular da China cresceu, em 1958, maÍ9 de 3 vezes, em comparação com 1950. O giro do comércio exterior de seis países europeus de democracia popular (Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia) cresceu, em 1958, em 2,4 vezes com relação a 3948. Já em comparação com 1946, o giro do comércio exterior, em 1958, cresceu em mais de 8 vezes na Polônia, em cerca de 6 vezes na Tchecoslováquia, em cerca de 20 vezes na Hungria, em mais de 20 vezes na Romênia, em 5,6 vezes na Bulgária.

O contínuo desenvolvimento e aprofundamento da colaboração econômica entre os países socialistas fez com que o lugar predominante, no giro do seu comércio exterior, seja ocupado pelos paíse3 do sistema socialista mundial.

Em 1938, todo o comércio da URSS com a China, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia representava 6% do giro do comércio exterior da URSS, ao passo que, em 1958, o comércio com estes países representava mais de 50% do giro do comércio exterior da URSS.

Em 1958, cabiam aos países socialistas: 58% de todo o giro comercial da Polônia, 70% da Tchecoslováquia, 76% da Romênia, 72% da Hungria, 86% da Bulgária, 98% da Albânia, 74% da República Democrática Alemã.

De 1948 a 1958, os fornecimentos de equipamento industrial e máquinas, da URSS para os países de democracia popular, cresceram em 12 vezes. As máquinas, os equipamentos e outros meios de produção ocupam também lugar destacado na exportação de outros países do campo socialista. Ao lado da União Soviética, exportam equipamento completo a Tchecoslováquia, a República Democrática Alemã e a Polônia.

De 1946 a 1959, foram construídas ou prosseguem em construção, nos países socialistas, em colaboração com a URSS, mais de 700 empresas, seções e instalações roladas, considerável parte das quais já entrou em exploração. Na China, a URSS forneceu equipamento e materiais para 245 empresas, para 76 na Polônia, 86 na Romênia, 70 na Bulgária.

A União Soviética exporta para os países de democracia popular minério de ferro e de manganês, laminados de metais ferrosos, petróleo e derivados, algodão e outras mercadorias. Em 1957, couberam aos fornecimentos da URSS, na Tchecoslováquia. 74% da importação total de minério de ferro, cerca de 75% da de cobre. 99% da de alumínio; na Polônia — 68% do minério de ferro, 50% do combustível liquido e 50% do algodão.

Em consequência das radicais transformações econômico-sociais, a estrutura da exportação e importação dos países de democracia popular modificou-se essencialmente. A realização da industrialização socialista exigiu considerável importação de máquinas e equipamentos, bem como de matérias-primas para a indústria, resultando daí que a parte destas mercadorias elevou-se consideravelmente na importação. Posteriormente, os êxitos no desenvolvimento da indústria, em particular da construção de máquinas, permitiram aos países de democracia popular libertar-se da importação de considerável número de artigos industriais, passando em seguida a exportação de muitos deles.

Na exportação de pré-guerra da Polônia, em 1937, as matérias-primas e os semiacabados (de origem não agrícola), destinados a posterior elaboração, constituíam 58,5% de toda a exportação, os gêneros alimentícios e outras mercadorias de origem agrícola — 32,4%, os artigos acabados (exclusive mercadorias agrícolas e gêneros alimentícios) — 9,1%, sendo que os equipamentos industriais e os meios de transporte não atingiam 1% de toda a exportação. Em 1958, as máquinas, equipamentos e meios de transporte constituíram 26,8% da exportação da Polônia, sendo de notar que não s5o exportados apenas tipos isolados de máquinas e equipamentos, mas equipamento completo fabricado no país para empresas industriais, com inteira documentação técnica, elaborada pelos departamentos poloneses de projetos.

Na exportação da Tchecoslováquia, as máquinas e os equipamentos constituíram 6,4% em 1937 e 43,4% em 1958. A Tchecoslováquia exporta produtos das indústrias de construção de máquinas, metalúrgica e química, além de coque e calçados.

Na exportação da Hungria, a parte de máquinas, equipamentos e aparelhos cresceu de 11%, em 1938, para 38,8% em 1957, sendo que o peso específico dos gêneros alimentícios, no mesmo período, reduziu-se de 44 a 22%.

Na exportação de pré-guerra da Bulgária, em 1939, a produção agrícola representava mais de 95%, ao passo que, em 1957, couberam a produção industrial 75% de toda a exportação da Bulgária. A Bulgária exporta concentrados de chumbo e zinco, cimento, produtos de madeira, produtos químicos, frutas, fumo e vinho.

Na exportação da Romênia, ocupam grande lugar o petróleo e derivados e os produtos de madeira.

A Albânia fornece minérios, petróleo, betume, couros e frutas.

A República Democrática Alemã exporta produtos das indústrias de construção de máquinas, eletrotécnica e química, artigos de mecânica de alta precisão e de ótica.

A República Popular da China exporta matérias-primas industriais e agrícolas e gêneros alimentícios: arroz, soja, chá, nozes, milho, óleos vegetais, minérios não ferrosos, couros, seda, bem como alguns tipos de produtos dos ramos da indústria de transformação implantados durante os anos do poder popular.

A República Popular da Mongólia exporta lã, carne e outros produtos pecuários.

A República Democrático-Popular da Coreia, com o restabelecimento da sua economia, amplia a exportação de metais não ferrosos, frutas e outras mercadorias.

Importante forma de colaboração econômica entre os países do campo socialista é a concessão de créditos. No mundo capitalista, as relações creditícias constituem um dos mais poderosos instrumentos de pilhagem econômica dos países subdesenvolvidos pelos monopólios das potências imperialistas. A concessão de créditos é habitualmente vinculada a obrigação de gastar as somas recebidas a crédito na compra de mercadorias no país credor. Desta maneira, os imperialistas vendem aos países devedores suas mercadorias encalhadas, principalmente objetos de consumo, por elevados preços monopolistas. No campo socialista, a concessão de créditos não está ligada a quaisquer privilégios para o credor. Os créditos são concedidos nas condições mais favoráveis, habitualmente a uma taxa de juros de 2% anuais, e, em alguns casos, mesmo sem juros, sendo frequente a liberação do pagamento de juros nos primeiros anos. Os créditos são utilizados, em primeiro lugar, na compra de equipamentos, máquinas e outros meios de produção, adquirindo particular importância o fornecimento de equipamento completo para empresas inteiras. Os créditos também são utilizados para a compra daquelas mercadorias de consumo, que, não produzidas no país em questão, são, entretanto, necessárias a sua população. Os países, que recebem empréstimos amortizam-nos, juntamente com o pagamento dos juros correspondentes, fornecendo mercadorias do sorti- mento comum, característico da exportação do país em questão, e por preços justos.

Assim, por exemplo, segundo o acordo de crédito

concluído a 14 de fevereiro de 1950, a União Soviética concedeu a República Popular da China um crédito a longo prazo, em condições vantajosas (a 1% ao ano), de 300 milhões de dólares americanos, com a sua utilização no curso de 5 anos, a começar de 19 de janeiro de 1950, em partes anuais iguais, para o pagamento de fornecimentos pela URSS de equipamentos e materiais, inclusive de equipamentos para estações elétricas, fábricas metalúrgicas e de construção de máquinas, extração de carvão e de minérios, equipamento ferroviário e de outros tipos de transporte, trilhos e outros materiais, necessários ao restabelecimento e desenvolvimento da economia nacional da China. Em 1954, a União Soviética concedeu a República Popular da China um crédito a longo prazo de 520 milhões de rublos. Segundo os acordos econômicos de 1953 a 1954, a União Soviética ajuda a China a construir, montar o seu equipamento e a pôr em funcionamento uma série das maiores empresas.

Na base de acordos de crédito a longo prazo, a União Soviética fornece, em grande quantidade, máquinas e equipamentos a Polônia, Bulgária, Albânia e outros países. Graças aos créditos soviéticos, a Albânia recebeu o equipamento completo para 13 fábricas e usinas: um combinado têxtil, usinas de açúcar e de cimento, uma refinaria de petróleo e outras empresas. Em 1957, o governo soviético transferiu as empresas acima mencionadas ao povo albanês como presente do povo soviético. Em consequência, a República Popular da Albânia foi liberada do pagamento de uma dívida de 348 milhões de rublos, igual ao valor integral daquelas empresas. A Bulgária recebeu equipamento completo para um combinado químico, para estações termoelétricas, para usinas metalúrgicas, de chumbo e zinco e uma série de outras empresas.

Em 1953, foi concedido a República Democrática Alemã um crédito de 485 milhões de rublos, a juros de 2% anuais.

Em 1956, foi concluído um acordo econômico sobre a concessão de um crédito a República Popular da Bulgária, para 1956/1959, no total de 300 milhões de rublos. O crédito foi concedido para o prazo de 10 anos, a juros de 2% anuais.

Em setembro de 1956, a União Soviética concedeu a

Polônia um crédito de 100 milhões de rublos em ouro e em fornecimentos de mercadorias necessárias a economia polonesa (cobre, borracha, gorduras), a juros de 2% anuais. Em novembro de 1956, a União Soviética concedeu a Polônia um crédito a longo prazo de 700 milhões de rublos. Simultaneamente, o governo soviético concordou em fornecer a Polônia, em 1957, cereais a crédito.

Em 1957, a União Soviética concedeu a República Democrática Alemã um crédito, em divisa livre, no total de 340 milhões de rublos, para a compra de mercadorias necessárias a economia nacional do país.

Somente em 1956/1957, a União Soviética concedeu créditos a Polônia no total de 1 200 milhões de rublos, a Hungria — 850 milhões, a República Democrática Alemã — 420 milhões.

Durante todo o período após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética concedeu aos países de democracia popular créditos num total superior a 28 bilhões de rublos.

Levando em conta as grandes destruições causadas pelas ações de guerra a economia da República Democrático-Popular da Coreia e a República Democrática do Vietnã, os países do campo socialista dão a estes países uma ajuda gratuita para o restabelecimento da economia nacional.

A União Soviética destinou 1 bilhão de rublos para a prestação de ajuda a República Democrático-Popular da Coreia. Por conta desta soma, são realizados consideráveis fornecimentos de tornos e máquinas para a indústria, laminados, locomotivas e vagões, automóveis, derivados de petróleo, navios pesqueiros, máquinas agrícolas, adubos minerais, mercadorias de consumo popular. A União Soviética também presta grande ajuda a República Democrática do Vietnã. A República Popular da China destinou 800 milhões de yuan para ajuda a República Democrático-Popular da Coreia e a República Democrática do Vietnã, fornecendo a estes países equipamento industrial, carvão, materiais de construção e outras mercadorias, bem como prestando-lhes ajuda técnica no restabelecimento da

economia nacional e na nova construção.

Grande importância para o ascenso econômico dos países do campo socialista possui a cooperação técnico-científica. Tal ajuda se realiza sob formas variadas, principalmente sob a forma de transferência de patentes, licenças e documentação tecnológica a respeito das mais recentes invenções e aperfeiçoamentos técnicos, de intercâmbio de experiência técnico-produtiva, de elaboração e utilização conjuntas de recursos naturais, de construção conjunta de empresas industriais e de ajuda mútua entre especialistas.

Os países do sistema socialista mundial prestam-se reciprocamente ajuda técnico-científica, de acordo com os princípios de estreita colaboração e ajuda mútua. A União Soviética ajuda os países de democracia popular a construir grandes empresas modernas e ramos inteiros da indústria, em primeiro lugar, da indústria pesada, base do desenvolvimento econômico de todos os países, que seguem pelo caminho do socialismo. A título de ajuda técnica, a União Soviética fornece o mais moderno e perfeito equipamento a empresas industriais e instituições culturais, construídas segundo projetos soviéticos.

A União Soviética transmite aos outros países do campo socialista as invenções científicas, patentes e licenças das mais recentes conquistas técnico-produtivas, fazendo-se pagar somente os gastos efetivos de elaboração dos projetos e preparação da documentação científica. Os especialistas soviéticos — engenheiros e técnicos — ajudam aos países de democracia popular a conduzir trabalhos de pesquisa, a explorar jazidas úteis, a realizar complexas montagens e trabalhos construtivos numa série de grandes construções. A União Soviética, por sua vez, aproveita a experiência produtiva e as conquistas técnico-científicas dos países de democracia popular.

O amplo intercâmbio de conquistas da ciência e da técnica entre os países do campo socialista deverá desempenhar sério papel na aceleração do progresso técnico em todos estes países, na mais rápida introdução dos mais perfeitos tipos de equipamento e métodos de produção na indústria, no

transporte e na agricultura.

A estes fins servem formas de cooperação técnico-científica dos países do campo socialista, como o estabelecimento e o desenvolvimento de laços permanentes entre instituições afins de pesquisa científica e a coordenação da sua atividade, o estudo conjunto de importantes problemas científicos e técnicos, a projeção conjunta de máquinas e equipamentos, etc..

Possui destacada significação, para o desenvolvimento das forças produtivas dos países de democracia popular, a resolução da União Soviética de prestar a estes países ajuda técnico-científica e produtiva na criação de centros científico-experimentais para a pesquisa no terreno da física nuclear e da utilização da energia atômica para fins pacíficos. A União Soviética ajuda os países de democracia popular a criar os seus próprios centros técnico-científicos para a realização de trabalhos experimentais no terreno da física nuclear e da energética. Para a ulterior ampliação das possibilidades da utilização pacífica da energia atômica, foi criado, na URSS, por resolução dos representantes dos países socialistas, o Instituto Unificado de Pesquisas Nucleares.

A ampla ajuda mútua técnica entre os países do campo socialista foi uma das condições mais importantes, que abriram, diante destes países, a possibilidade de criar, em breve prazo, novas produções e ramos inteiros da indústria, que antes não possuíam. Assim, por exemplo, com a ajuda da União Soviética, a Romênia não apenas ampliou sua indústria de extração de petróleo, como criou também sua própria indústria de máquinas petrolíferas, que produz quase todo o equipamento necessário a extração de petróleo e considerável parte da complexa aparelhagem para o seu refino. Este é o único caso no mundo, em que um pequeno país, possuidor de riquezas petrolíferas, pôde criar, também, uma indústria de máquinas de petróleo. Sobre isto não podem sequer sonhar os pequenos países possuidores de petróleo no mundo capitalista, impiedosamente explorados pelos monopólios norte-americanos e ingleses. Segundo um tratado tchecoslovaco-

húngaro, a Tchecoslováquia obteve a possibilidade de criar a indústria de alumínio, na base da bauxita húngara. A Polônia ajudou a Tchecoslováquia a organizar a produção de carburos e construir usinas de fundição de zinco. Em Novye Dvory (Polônia), a Polônia e a Tchecoslováquia construíram conjuntamente uma estação elétrica, que fornece eletricidade a ambos os países. Cedendo a Tchecoslováquia, em arrendamento a longo prazo, parte do porto de Schetsinski, a Polônia abriu-lhe uma saída para o mar.

A cooperação técnico-científica entre os países do campo socialista tem estreito contacto com a cooperação para a preparação de quadros. Nos estabelecimentos de ensino superior da União Soviética, da Tchecoslováquia, da Polônia, recebem preparação sistemática grandes contingentes da juventude dos países irmãos, cujos jovens especialistas fazem sua prática nas empresas e instituições cientificas.

Proporções cada vez mais amplas adquirem o estudo e o intercâmbio de experiência, no terreno do mais vasto círculo de questões produtivas, técnicas e organizativas. Para este fim, realiza-se a troca de numerosas delegações de funcionários do Estado, administradores, engenheiros, organizam-se exposições industriais, etc..

Os êxitos da colaboração econômica entre os países do campo socialista e o incessante crescimento dos seus vínculos econômicos multilaterais contribuem para o reforçamento do sistema socialista mundial. O fortalecimento deste sistema exerce imensa influência sobre todo o curso dos acontecimentos mundiais. O crescente poderio do campo socialista é uma garantia de novos êxitos na competição econômica entre os dois sistemas.

A Competição Econômica entre os dois Sistemas Mundiais

A saída do socialismo dos marcos de um só país e a sua transformação em sistema mundial assinala nova etapa histórica na competição econômica entre os dois sistemas.

Antes, a competição entre os dois sistemas consistia na

competição entre a União Soviética, de um lado, e os países capitalistas, do outro lado. Agora, na competição entre os dois sistemas, já participa, do lado do socialismo, toda uma série de países, que avançam no caminho do rápido desenvolvimento das forças produtivas, do florescimento da economia e da cultura. Desta maneira, a competição entre os dois sistemas econômico-sociais — o socialismo e o capitalismo — adquiriu o caráter de competição entre dois sistemas mundiais.

O curso e os resultados da competição destes dois sistemas sociais opostos determinam, em nossa época, todo o desenvolvimento mundial. Durante quarenta anos, o socialismo assegurou o desenvolvimento das forças produtivas a ritmos desconhecidos e inaccessíveis para o capitalismo, assegurou o ascenso do bem-estar material e da cultura dos trabalhadores. De ano a ano, revelam-se mais claramente as vantagens decisivas do sistema socialista mundial diante do sistema capitalista mundial, decorrentes do fato de que o socialismo representa um tipo superior de relações de produção em comparação com o capitalismo.

Tais vantagens se manifestam em todos os países do campo socialista nos impetuosos ritmos do ininterrupto crescimento da economia e da cultura, no incessante ascenso do bem-estar da população. Os países socialistas deixaram muito para trás os países capitalistas no que se refere aos ritmos do seu crescimento econômico.

Os elevados ritmos de crescimento da produção constituem uma lei geral do socialismo, confirmada agora pela experiência de todos os países do campo socialista. O incremento anual médio da produção industrial foi de 11% em todo o campo socialista, durante os últimos 5 anos (1954/1958), o que supera em quase 4 vezes os ritmos de crescimento da produção industrial em todo o mundo capitalista.

O plano setenal do desenvolvimento da economia nacional da URSS abre nova etapa na competição entre o socialismo e o capitalismo. Como resultado do cumprimento do plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS e dos planos de perspectiva de desenvolvimento da

economia dos países de democracia popular, crescerá consideravelmente a parte de todo o sistema socialista na produção industrial mundial. Se, atualmente, a parte de todo o sistema socialista mundial de economia representa, na produção industrial mundial, mais de um terço, já em 1965, como indicam os cálculos, os países socialistas produzirão mais da metade da produção industrial do mundo. Desta maneira, será assegurada a superioridade do sistema socialista mundial sobre o sistema capitalista mundial no que se refere a produção material — esfera decisiva da atividade humana.

O sistema socialista mundial possui todo o necessário para alcançar e ultrapassar os países capitalistas mais desenvolvidos no sentido econômico, isto é, na produção per capita. Esta tarefa será resolvida com tanto maior êxito, quanto mais se desenvolver a colaboração econômica entre os países socialistas, na base da divisão racional do trabalho, da cooperação da produção e da coordenação dos planos econômicos.

A produção industrial dos países socialistas aumentou em 1958, com relação a 1937, em 5 vezes. A República Popular da China, no período de 1950/1958, aumentou a produção industrial em cerca de 10 vezes. A produção industrial, em 1958, com relação ao nível de pré-guerra, cresceu em mais de 5,5 vezes na Polônia, em 3,3 vezes na Tchecoslováquia, em mais de 2,5 vezes na República Democrática Alemã, em quase 4 vezes na Romênia, em mais de 4 vezes na Hungria, em cerca de 9 vezes na Bulgária, em 18 vezes na Albânia. A República Democrático-Popular da Coreia aumentou a produção industrial, em comparação com 1949, em 3,5 vezes.

Nos países socialistas, foram alcançados sérios êxitos no desenvolvimento da indústria pesada e criados dezenas de novos ramos da indústria. A agricultura dos países de democracia popular avança vitoriosamente pelo caminho da reconstrução socialista.

Como resultado da execução dos seus planos de perspectiva, os países socialistas darão novo passo para a frente na competição entre os dois sistemas mundiais — o socialismo e o comunismo.

A ampliação e o aprofundamento da colaboração econômica multilateral entre os países socialistas de modo algum implica no seu isolamento econômico com relação aos demais países do mundo. A competição econômica pacífica entre os dois sistemas mundiais não exclui, mas, ao contrário, pressupõe o estabelecimento e o desenvolvimento de laços econômicos entre os Estados de ambos os sistemas. Orientando-se pelo princípio leninista da coexistência pacífica entre os países com diferente regime social, os países de sistema socialista mundial aspiram ao amplo desenvolvimento do comércio com todos os países, que estejam, por sua vez, dispostos a ampliar suas relações econômicas com o campo socialista. Tal política contribui para o alívio da tensão internacional, para o reforçamento da paz em todo o mundo, correspondendo aos interesses essenciais de todos os povos.

Os planos econômicos dos países socialistas e a consequente concretização dos princípios da divisão socialista internacional do trabalho criam as premissas também para a expansão da colaboração econômica entre os dois sistemas. Abrem-se largas perspectivas de desenvolvimento do comércio exterior e de outras relações econômicas entre os países socialistas e todos os demais, independente do seu regime social e político.

Os países do sistema socialista mundial aspiram a desenvolver relações econômicas com os países do sistema capitalista na base dos princípios de igualdade de direitos, vantagens recíprocas e rigorosa observância das obrigações assumidas. Os países socialistas consideram estas relações como um fator essencial do ulterior ascenso de sua economia, de aceleração do progresso técnico, de elevação do nível de vida da população. O desenvolvimento da colaboração econômica entre os países do campo socialista não somente não prejudica suas relações comerciais com os países da parte capitalista do mundo, como cria premissas e condições favoráveis para o crescimento de tais relações.

Nos países capitalistas, aumenta a aspiração a normalização e ampliação do comércio com os países do

campo socialista, a superação dos obstáculos artificialmente colocados no caminho do desenvolvimento da cooperação econômica internacional, a abolição das numerosas proibições e limitações, engendradas pela política da "guerra fria" e da militarização da economia. Os países capitalistas não podem deixar de considerar que os países do sistema socialista mundial representam um mercado estável, não submetido as oscilações da conjuntura mercantil e as crises econômicas de superprodução.

Na competição econômica pacífica entre os dois sistemas mundiais, desempenha grande papel o desenvolvimento das relações de comércio exterior e outras relações econômicas da União Soviética e dos países de democracia popular com os países subdesenvolvidos no sentido econômico.

As relações econômicas mútuas dos países socialistas com os países subdesenvolvidos representam relações mútuas de novo tipo.

Ao tempo em que os monopólios capitalistas aspiram invariavelmente a escravização econômica dos países subdesenvolvidos, a União Soviética e os países de democracia popular, nas suas relações com estes países, se atêm aos princípios da não intervenção nos negócios internos dos outros povos, da colaboração com direitos iguais e das vantagens mútuas. A ampliação dos vínculos econômicos dos países do sistema socialista mundial com os países subdesenvolvidos constitui, para estes países, um dos meios importantes de garantia da sua independência econômica.

A ajuda que a União Soviética e os outros países do campo socialista concedem aos países subdesenvolvidos não está ligada a quaisquer condições de caráter político ou econômico. Os países do sistema socialista mundial fornecem aos países subdesenvolvidos o equipamento necessário e outras mercadorias em troca de matérias-primas e mercadorias agrícolas, abrindo créditos, em condições vantajosas, para a compra de equipamento e o pagamento de assistência técnica.

Brilhante exemplo deste novo tipo de relações econômicas com os países subdesenvolvidos é o acordo soviético-hindu de 2 de fevereiro de 1955 sobre a construção da usina siderúrgica de Bhilai com uma capacidade de mais de um milhão de toneladas de aço. A usina está sendo construída conjuntamente por organizações soviéticas e indus. Em princípios de 1959, foi entregue a exploração a primeira parte da usina. Para o pagamento do equipamento, fornecido pelas organizações soviéticas, e da ajuda técnica, o governo soviético forneceu ao governo da Índia um crédito a juros anuais de 2,5%, com o pagamento em rúpias, no prazo de 12 anos. Cabe observar que o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, do qual a Índia é participante, concede a Índia créditos em dólares para pagamento em dólares, a juros anuais de 5%. As organizações soviéticas assumiram a obrigação de instruir o pessoal hindu que servirá a usina. A União Soviética emprega as rúpias, recebidas em pagamento do equipamento e da ajuda técnica, para a compra de mercadorias hindus. Desta maneira, a construção da usina não impõe a Índia gastos de divisas.

A União Soviética concedeu ao Afeganistão um crédito a longo prazo no valor de 100 milhões de dólares. O crédito foi concedido a juros de 2% anuais e será amortizado em 8 anos após a sua utilização, no decurso de 22 anos, pelo fornecimento de mercadorias afegãs. Por conta deste crédito, a URSS fornecerá equipamentos, materiais e ajuda técnica para a construção de obras de irrigação, de hidrelétricas e de meios de transporte.

A União Soviética concluiu um acordo com a Birmânia, pelo qual se obrigou a comprar arroz e fornecer, em troca, equipamentos, máquinas e outras mercadorias, bem como a prestar assistência técnica.

O desenvolvimento das relações econômicas, baseadas na igualdade de direitos e nas vantagens mútuas, entre os países socialistas e os países subdesenvolvidos, ajuda a estes últimos a sair do estado de atraso e os coloca numa situação mais independente em face das potências imperialistas.

A competição econômica entre os dois sistemas — o socialista e o capitalista — demonstra a indiscutível superioridade do sistema socialista, como mais progressista com relação ao superado sistema capitalista.

Notas de rodapé:

(217) Sobre as Cifras de Controle do Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS Para os Anos 1959/1965. Informe de N.S. Kruschiov a 27 de janeiro de 1959, em Materiais do XXI Congresso Extraordinário do PCUS, p. 61.

(218) Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Socialistas, realizada em Moscou, a 14/16 de novembro de 1957. Em Documentos da Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, p. 12.

(219) Resoluções do XX Congresso do PCUS, p. 103.

(220) A operação de clearing consiste na compensação de contas mútuas sem o deslocamento de dinheiro em espécie. (N. do T.)

Conclusão

A economia política marxista-leninista atravessou um caminho de desenvolvimento mais do que secular. Como o marxismo-leninismo em conjunto, a economia política marxista-leninista tem caráter criador, ativo. Profundamente estranha ao dogmatismo, ela se desenvolve em ligação a mais estreita, indissolúvel, com a prática do movimento operário, com a prática da luta da classe operária e de todos os trabalhadores pelo socialismo e o comunismo e se complementa com novas teses teóricas, na base da generalização da nova experiência histórica.

Marx e Engels fizeram uma análise científica das bases do capitalismo como modo de produção historicamente transitório, descobriram as leis econômicas do seu aparecimento, desenvolvimento e morte. Nas suas obras Manifesto do Partido Comunista, O Capital, Crítica do Programa de Gotha, Anti-Dühring e outras, Marx e Engels desvendaram o papel histórico do proletariado, como coveiro do capitalismo e construtor da sociedade socialista. Marx e Engels criaram a teoria da revolução proletária, fundamentaram a necessidade econômica do período de transição do capitalismo ao socialismo, como fase histórica particular da transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista, e caracterizaram, em traços gerais, as duas fases de desenvolvimento da sociedade comunista.

O mais importante no marxismo é a doutrina sobre a ditadura do proletariado como Estado de novo tipo, que desempenha o papel decisivo na transformação socialista da sociedade. Marx e Engels traçaram o programa das principais medidas a serem realizadas pela ditadura do proletariado: expropriação dos expropriadores, substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social, liquidação da exploração do homem pelo homem e das classes

exploradoras, garantia do rápido crescimento das forças produtivas da sociedade.

Marx e Engels previram que, na sociedade socialista, o fim da produção não será a obtenção do lucro, mas a satisfação das necessidades, tanto da sociedade em conjunto, como de cada um dos seus membros, previram que a anarquia da produção será substituída pelo desenvolvimento planificado da economia social e que se efetivará o princípio da distribuição de acordo com o trabalho. Somente com o rápido desenvolvimento posterior das forças produtivas, com o crescimento da abundância de produtos, com a transformação do trabalho em primeira necessidade vital do homem, realizar-se-á a transição da fase inferior do comunismo à fase superior, quando o princípio dominante da vida social será:

"de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade".

Ao desenvolver a economia política marxista, Lênin enriqueceu-a com a pesquisa científica do estádio monopolista do capitalismo, do estádio do imperialismo e da crise geral do capitalismo. A conclusão mais importante desta pesquisa foi a nova teoria da revolução socialista. Teve imensa importância teórica e revolucionário-prática a doutrina de Lênin sobre a possibilidade da vitória do socialismo, inicialmente em alguns países, ou mesmo em um só país, tomado em separado.

Guiando-se pela tese de Marx e Engels sobre a expropriação dos expropriadores, como tarefa primordial da revolução proletária, Lênin, nos trabalhos Sobre as Tarefas do Proletariado Nesta Revolução, A Catástrofe Que Nos Ameaça e Como Combatê-la, Manterão os Bolcheviques o Poder do Estado? e outros, fez a fundamentação científica do programa de nacionalização da grande indústria, dos bancos, do comércio exterior, como medidas mais importantes da ditadura proletária, dirigidas para a ocupação dos postos-chave da economia.

Na base da generalização científica da experiência

histórica da Grande Revolução Socialista de Outubro e da prática da construção socialista na URSS, Lênin enriqueceu o marxismo em conjunto e a economia política marxista em particular com a profunda análise das leis da transformação socialista da sociedade. Nos seus trabalhos O Estado e a Revolução, A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky, A Doença Infantil do "Esquerdismo" no Comunismo, Economia e Política na Época da Ditadura do Proletariado e outros, foi realizada a elaboração multilateral da questão sobre a ditadura do proletariado. Lênin definiu a ditadura do proletariado como uma forma especial de aliança de classe do proletariado com as massas fundamentais do campesinato, sob a direção do proletariado, e como tipo superior de democracia proletária, que expressa os interesses das massas trabalhadoras. Lênin descobriu o conteúdo e a missão histórica da ditadura do proletariado, definindo seus três aspectos fundamentais:

1. esmagamento dos exploradores,
2. direção das massas trabalhadoras e
3. edificação da sociedade socialista.

Lênin elaborou a questão da natureza e do papel das classes sociais e da luta de classes no período de transição do capitalismo ao socialismo, tendo realizado a análise científica da economia e da estrutura de classe da sociedade neste período. Traçou os caminhos da liquidação das classes exploradoras e da abolição da exploração do homem pelo homem no período da ditadura da classe operária, indicando que a construção do socialismo é acompanhada por aguda luta de classes contra as classes exploradoras.

Lênin previu que todos os países inevitavelmente se encaminharão para o socialismo e que a essência do poder estatal nos países, que constroem o socialismo será a ditadura do proletariado. Entretanto, as formas do poder estatal e os métodos de solução dos problemas concretos da construção socialista podem ser diferentes nos vários países, na dependência das condições históricas do desenvolvimento de

cada país. Esta previsão de Lênin confirmou-se inteiramente na prática da construção do socialismo na URSS e nos países de democracia popular.

Nos trabalhos As Tarefas Imediatas do Poder Soviético, Como Organizar a Emulação?, Uma Grandiosa Iniciativa, Sobre o Plano Econômico Único, Sobre o Imposto em Espécie, Sobre a Cooperação e em outras obras, Lênin forneceu os fundamentos teóricos e traçou os caminhos da política econômica no período de transição do capitalismo ao socialismo, criando um plano concreto de edificação do socialismo na URSS, o qual encerra importância histórico-universal. As partes mais importantes deste plano são a industrialização socialista do país e a coletivização da agricultura. Lênin indicou que, para a edificação dos fundamentos da economia socialista e a garantia da independência econômica do país soviético com relação ao imperialismo mundial, é necessário, no mais breve prazo histórico, superar o atraso secular da Rússia, criar a grande indústria socialista. Lênin apresentou o plano cooperativo de gradual incorporação do campesinato ao leito da construção socialista, inicialmente na base da aliança comercial e, em seguida, da aliança de produção, entre a indústria e a agricultura.

Lênin desenvolveu e fundamentou cientificamente a tese marxista de que o fim da produção, no socialismo, será assegurar o bem-estar e a elevação do nível cultural de todos os membros da sociedade, sendo meio de conquista deste fim o rápido crescimento da produção socialista, na base do desenvolvimento da indústria pesada e da eletrificação do país. Desta maneira, Lênin descobriu a essência da lei econômica fundamental do socialismo.

Lênin fundamentou a necessidade do desenvolvimento planificado da economia nacional, sob o socialismo. Indicou que não se deve conduzir a economia sem ter um plano, calculado para um longo período, e que a tarefa da revolução socialista é uma organização tal da economia, que centenas de milhões de pessoas sejam dirigidas por um plano econômico único. Lênin destacava a enorme força mobilizadora da

planificação socialista e a necessidade, quando da elaboração dos planos e no processo de luta pela sua realização, de contar com a experiência das massas, de descobrir as possibilidades e as reservas de execução e superação dos planos, que se revelam no processo de trabalho na fábrica, na usina, no colcós. Lênin definiu os princípios da administração socialista. Lênin considerava que o princípio fundamental da administração socialista da economia é o princípio do centralismo democrático, que pressupõe a combinação da direção estatal centralizada da economia com o máximo desenvolvimento da atividade criadora das massas trabalhadoras. Lênin descobriu a importância do interesse material pessoal no ascenso da produção socialista e desenvolveu criadoramente a tese marxista sobre a distribuição de acordo com o trabalho, no socialismo. Nos trabalhos leninistas, foi fundamentada a necessidade e indicados os caminhos de desenvolvimento do comércio e da utilização do dinheiro para o desenvolvimento da economia socialista, para o fortalecimento da aliança entre a cidade e o campo. Lênin previu cientificamente que a revolução socialista, tendo realizado a grandiosa substituição do trabalho forçado para os exploradores pelo trabalho livre para si, para toda a sociedade, engendrará um entusiasmo revolucionário de massas, jamais visto na história, e, pela primeira vez, criará a possibilidade de aplicar a emulação amplamente, em escala de massas. Lênin elaborou as questões da mais rigorosa contabilidade nacional e do controle da produção e da distribuição dos produtos, da criação de uma disciplina do trabalho nova, socialista, da aplicação do cálculo econômico. Lênin mostrava a necessidade da luta permanente contra as deformações burocráticas no trabalho econômico e destacava a importantíssima significação do desenvolvimento da iniciativa local na construção socialista.

Nos trabalhos de Lênin, receberam ulterior desenvolvimento criador as teses fundamentais do marxismo sobre a sociedade comunista. Lênin traçou os caminhos principais de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no período da construção do comunismo. Revelou a importância da eletrificação do país, do progresso

técnico e do crescimento da produtividade do trabalho para a criação da base técnico-material do comunismo; iluminou os caminhos da liquidação das classes e das diferenças sociais, da transformação do trabalho socialista em trabalho comunista, da passagem ao princípio:

"de cada um segundo a capacidade, a cada um segundo a necessidade".

O desenvolvimento criador do marxismo-leninismo e a generalização teórica da prática da luta pelo comunismo encontram sua brilhante expressão nas decisões do Partido Comunista da União Soviética e dos partidos comunistas e operários irmãos de outros países.

Partindo das teses fundamentais de Lênin, o Partido Comunista da União Soviética, sob a direção do Comitê Central, elaborou um programa cientificamente fundamentado de edificação do socialismo na URSS.

Ao aplicar de modo consequente o curso do desenvolvimento prioritário da indústria pesada, o Partido alcançou êxitos decisivos na causa da industrialização do país.

Apoiando-se nos êxitos da industrialização e guiando-se pelo plano cooperativo leninista, o Partido Comunista da União Soviética elaborou um programa concreto de coletivização da agricultura e levou-o à prática com êxito.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética trouxe imensa contribuição ao tesouro do marxismo-leninismo e, em particular, à teoria econômica.

Nas decisões do XX Congresso do PCUS e das reuniões plenárias do CC do PCUS, foi desenvolvido amplo programa de construção do comunismo na URSS. O período que decorreu após o XX Congresso do Partido foi um dos mais importantes na história da União Soviética e do movimento comunista e operário internacional. O XXI Congresso do PCUS constatou que o país soviético, como resultado de profundíssimas transformações em todos os terrenos da vida social, na base da

vitória do socialismo, ingressou num novo período do seu desenvolvimento — o período da construção desenvolvida da sociedade comunista. O XXI Congresso do Partido apresentou a tarefa histórica de, no decurso do próximo setênio, dar um passo decisivo no sentido da criação da base técnico-material do comunismo e da garantia da vitória da URSS na competição econômica pacífica com os países capitalistas.

Nas decisões do XXI Congresso do PCUS e no informe do camarada N.S. Kruschiov, foi desenvolvida e concretizada a doutrina marxista-leninista sobre o comunismo.

Foram elaborados de maneira nova os seguintes problemas: sobre as leis da transformação do socialismo em comunismo, sobre a vitória definitiva do socialismo na URSS, sobre o desenvolvimento das forças produtivas e o aperfeiçoamento das relações de produção no período de transição ao comunismo, sobre os problemas da distribuição dos bens materiais e culturais e do ascenso do nível de vida do povo, sobre a organização política do regime e da administração social e estatal no período da construção desenvolvida do comunismo, sobre os caminhos da educação comunista dos trabalhadores, sobre as leis do desenvolvimento do sistema socialista mundial de economia e sobre a transição mais ou menos simultânea dos países socialistas ao comunismo, sobre a possibilidade real de eliminação da guerra como meio de solução dos problemas internacionais.

O XXI Congresso do PCUS aprovou as decisões da reunião plenária do CC de junho de 1957, unanimemente apoiadas por todo o Partido e pelo povo, reunião plenária que desmascarou e derrotou ideologicamente o grupo antipartidário de Malenkov, Kaganovitch, Molotov, Bulgarin e Chepilov.

Os partidos comunistas e operários de todos os países do mundo participam da elaboração criadora da teoria marxista-leninista, aplicada às particularidades históricas do desenvolvimento dos seus países. Guiando-se pela teoria do marxismo-leninismo, estudando profundamente e levando em conta as condições locais, o Partido Comunista da China elabora

formas e métodos novos, originais, de cooperação de dezenas de milhões de economias camponesas, de gradual transformação da indústria capitalista privada em socialista, na base da ampla utilização de formas de economia capitalista de Estado, como ainda criadoramente resolve uma série de outros problemas da construção do socialismo.

A teoria econômica é enriquecida com novas ideias pelos militantes eminentes do Partido Comunista da União Soviética e dos partidos comunistas e operários irmãos de outros países, os quais, estreitamente ligados às amplas massas de trabalhadores, generalizam em suas obras a prática da luta pela reorganização da sociedade segundo os princípios do socialismo e do comunismo.

Apoiando-se nos trabalhos de Marx, Engels e Lênin, criadores da economia política verdadeiramente científica, e generalizando a experiência da construção socialista, Stálin apresentou e desenvolveu uma série de novas teses da economia política do socialismo. Nos informes aos congressos e conferências partidárias, no trabalho Questões do Leninismo e outros, Stálin, partindo da doutrina de Lênin, desenvolveu determinadas teses da teoria leninista de edificação do socialismo num só país e submeteu à crítica as diretrizes trotskistas e oportunistas de direita nesta questão. Stálin fundamentou os caminhos e métodos concretos de construção socialista, de realização da industrialização socialista do país e de coletivização da agricultura.

Stálin colocou importantes questões da teoria marxista-leninista no seu último trabalho — Problemas Econômicos do Socialismo na URSS —, questões como as do caráter objetivo das leis econômicas do socialismo, da lei do desenvolvimento planificado, proporcional, e outras. Entretanto, neste trabalho, como em alguns outros de Stálin, existem teses errôneas, como, por exemplo, a tese de que a circulação mercantil já seria um freio ao desenvolvimento das forcas produtivas e que já teria amadurecido a necessidade da transição gradual à troca direta de produtos entre a indústria e a agricultura. Stálin subestimou a ação da lei do valor na esfera da produção, em particular com

relação aos meios de produção, e incorreu em algumas outras teses errôneas.

O programa de construção desenvolvido da sociedade comunista na URSS coloca diante dos economistas enormes tarefas e abre amplas perspectivas no terreno da elaboração criadora das questões da teoria econômica, do estudo das leis do desenvolvimento da economia socialista e dos caminhos da transição do socialismo à fase superior do comunismo. Estas tarefas podem ser resolvidas somente sob a condição do vínculo mais estreito entre o trabalho científico e a prática da construção comunista, do profundo estudo das novas tendências progressistas, dos embriões do comunismo, que surgem na economia, na vida social, na atividade das massas, bem como sob a condição da luta inconciliável contra o revisionismo e o dogmatismo.

Sob a direção do Partido Comunista, o povo soviético avança confiante, criando a melhor e mais justa sociedade sobre a terra — a sociedade comunista.

A conclusão mais importante, que a economia política extrai da análise de todo o curso do desenvolvimento econômico da sociedade, é a conclusão sobre a condenação histórica do capitalismo e a inevitabilidade do triunfo do comunismo. Na base do movimento da sociedade contemporânea para o comunismo, encontram-se as leis objetivas do desenvolvimento social. O comunismo surge como resultado da criação consciente de massas de milhões de trabalhadores, dirigidos pelo Partido Comunista, armado com a teoria do marxismo-leninismo. Não há no mundo tais forcas que possam deter este poderoso movimento progressivo da sociedade para o comunismo.